HISTÓRIA

DA

COMPANHIA DE JESUS

NA

ASSISTÊNCIA DE PORTUGAL

PADRE SIMÃO RODRIGUES

(De um painel antigo)

Francisco Rodrigues S. J.

HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NA ASSISTÊNCIA DE PORTUGAL

TÔMO I

A Fundação da Província Portuguesa

1540-1560

VOLUME I

Origens — Formação — Ministérios

PÔRTO

«APOSTOLADO DA IMPRENSA» — EMPRÊSA EDITORA

Travessa da Carvalhosa, 56

1931

PRÓLOGO

No admirável reflorescimento de estudos históricos, iniciado no decorrer do século XIX e continuado com fervor nunca esmorecido e maravilhosamente fecundo nestes primeiros decénios do século corrente, não podia a Companhia de Jesus, tão largamente ocupada na propagação das sciências e das letras, deixar-se ficar sòmente espectadora daquele movimento, sobremaneira vantajoso não só para o progresso literário mas também para o lustre e aumento da religião. Entrou nele com ardor bem ponderado e com alentada esperança de êxito consolador.

Uma das emprêsas que procurou com maior empenho levar a cabo, foi a reconstituïção de tôda a sua vasta e complicada história segundo os processos novos e racionais da crítica, preconizados pelos mestres de nossos tempos. Dêste grandioso desígnio já saíram a lume obras de raro valor e estimação [1], e a que hoje começamos a dar à estampa teve idêntica origem e o mesmo elevado impulso. Oxalá que ela não desdissesse das que tão galhardamente a precederam! Pela vastidão imensurável do campo a que se estende, e pela

---

(1) Foram já publicadas desde 1902 as seguintes obras: *Historia de la Compañia de Jesús en la Asistencia de España* por el P. Antonio Astrain de la misma Compañia, 7 volumes. — *Storia della Compagnia di Gesù in Italia* dal P. Pietro Tacchi Venturi D. M. C., 2 volumes. — *Histoire de la Compagnie de Jésus en France des origines à la suppression* par le P. Henri Fouqueray, S. J., 4 volumes. — *Geschichte der Jesuiten in den Ländern deutscher Zunge* von Bernhard Duhr S. J., 6 volumes. — *The History of the Society of Jesus in North America colonial and federal* by Thomas Hughes S. J., 4 volumes, dois de documentos e dois de texto.

grandeza e número de heróis, que tem de comemorar, e de façanhas que necessàriamente celebra em suas páginas, certo que a nenhuma das que se lhe adeantaram no tempo há de parecer inferior, nem concederá fàcilmente primazia.

O título que lhe damos de *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, indica-nos bastantemente o âmbito da larga esfera, que ela abrange [1]. Assim há de compreender em sua narração não sòmente a Província de Portugal, que foi a primeira de tôdas as Províncias da Companhia, e se alargava a todo o reino e ilhas adjacentes e às missões da África ocidental e setentrional, mas também às outras Províncias e Vice-Províncias, que sob a influência de Portugal se constituíram nas imensas regiões da América portuguesa e do remoto Oriente, quais são as Províncias ou Vice-Províncias do Brasil e do Maranhão, as duas de Goa e do Malabar e as do Japão e da China, e demais a actividade multíplice e assombrosa, e tantas vezes heróica, desenvolvida pelos religiosos da Companhia de Jesus em tôdas essas distantes e variadíssimas terras. Já vemos só com êste breve enunciado a grandeza peculiar da história que vamos começar. Não há por certo Assistência da Companhia, que se possa justamente ufanar de tão gloriosa e ampla história.

Mas tôda essa grandeza e glória pertence como por direito próprio a Portugal. A história da Companhia de Jesus, nêste campo determinado de sua acção, esteve sempre tão travada com a história de Portugal e de suas conquistas e missões, que é necessàriamente parte relevante da nossa história nacional, e forma, pelas emprêsas que a Companhia realizou, um dos timbres mais ilustres da nação portuguesa.

Se consideramos a Companhia de Jesus como Ordem religiosa, que o é essencialmente, havemos de concordar que não houve nos séculos dezasseis, dezassete e dezóito Ordem

---

(1) A Companhia de Jesus dividiu o seu govêrno em *Assistências*, à frente de cada uma das quais está um *Assistente* ou Conselheiro do Prepósito Geral, com o encargo de ajudar ao Superior maior na direcção de tôda a Ordem. A Assistência de Portugal compreendia o reino e ilhas adjacentes, as possessões portuguesas da África, todo o Brasil, a Índia, o Tibet, a Indo-China, a China, as Molucas e o Japão.

nenhuma, que manifestasse entre portugueses tão grande e tão intensa actividade em ministérios sacerdotais de tôda a sorte, como ela exerceu constantemente pelo fervor de seus religiosos. Se a olhamos como associação de ensino e educação, veremos que sempre levou a primazia e notável deanteira a quaisquer outras associações na formação literária, scientífica e moral da juventude. Se finalmeute atendemos à sua feição particular de Ordem apostólica, deveremos confessar não sem admiração que foi a Companhia de Jesus a Corporação que mais engrandeceu o nome de Portugal com o número, zêlo e constância de seus missionários, enviados em sucessivas expedições às terras do domínio e padroado português.

Mas êstes mesmos liames tão estreitos que unem a Portugal a Companhia de Jesus, são, quem o pudera crêr?, uma das maiores dificuldades que se nos põem deante no escrever para portugueses a história desta Ordem religiosa. Em nenhuma nação, cuidamos nós, se deturpou mais propositada e acintemente do que em Portugal a história desta perseguida Corporação; em nenhuma se deu à publicidade talvez maior soma de libelos infames contra a Ordem fundada por Inácio de Loiola; em nenhuma se procurou desde os séculos XVIII e XIX escurecer e conspurcar com mais negras e horríveis calúnias o nome e fama de seus religiosos. Assim que essa obstinada campanha de descrédito conseguiu meter e arraigar profundamente na sociedade portuguesa tamanhos preconceitos contra os «denominados» jesuítas, que será por muito tempo bem árdua tarefa extirpar do ânimo do povo e até da literatura nacional a daninha e larga sementeira de acusações.

Poderá então lograr aceitação e bom acolhimento uma história, que tem necessàriamente de contrariar opiniões tão robustecidas no andar de longos anos e havidas de muitos por verdades irrefragáveis? Desalentadora e angustiosa condição a do historiador! No receio porém que nos abate, algum motivo se oferece de não desanimarmos na obra a que nos abalançamos. Uma nova luz de crítica menos parcial começou não há muito de despontar no céu das inteligências. Já são numerosos em Portugal os investigadores

eruditos que, depondo corajosamente opiniões preconcebidas e afrontando com nobreza o espectro do respeito humano, ousam buscar lealmente a verdade e confessá-la sem rebuço integralmente, ainda quando suas afirmações vão exaltar o nome da Companhia de Jesus. Parece ter soado a hora da reparação histórica dos caluniados. A crítica serena sobrepõe-se à paixão.

Alentados com a esperança de justiça, que o futuro nos promete, entramos afoitamente na emprêsa bem dificultosa; e para que não desacertemos também nós, desviando-nos do fim nobilíssimo a que deve aspirar o historiador, teremos sempre deante dos olhos a obrigação de tôda a história, que é ser a *luz da verdade*, para que ùnicamente pela verdade seja *mestra da vida*, segundo o acertado pensamento do orador romano [1].

Com êsse elevado intuito seguiremos rigorosamente o método que a razão e os exemplos dos grandes mestres nos traçaram. Não nos pouparemos ao labor paciente de longas investigações; recorreremos às fontes de primeira mão e aos monumentos coevos, que mais fielmente nos podem conservar a imagem dos tempos e personagens que havemos de descrever e apresentar; logo, colocando-nos na posição firme da mais severa imparcialidade, analisaremos essas fontes e monumentos com o exame atento e ansioso de quem só quer a verdade, e, à luz que êles nos ministrarem, pronunciaremos o nosso juízo de censura ou de louvor de quem quer que seja, sem particular aceitação de pessoas nem de corporações. Assim cumpriremos aquela primeira lei da história, que Leão XIII mais uma vez proclamou em termos singularmente expressivos: «Não se atreva o historiador a dizer nada de falso, nem lhe falte arrôjo para dizer tôda a verdade, evitando, no escrever, qualquer suspeita de favor ou de ódio» [2].

---

(1) *Historia... testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis*, Cícero, *De Oratore*, L. II., C. IX.

(2) *Primam esse historiae legem ne quid falsi dicere audeat: deinde ne quid veri non audeat, ne qua suspicio gratiae sit in scribendo, ne qua simultatis.* Breve *Saepenumero considerantes* de 18 de agôsto de 1888 em *Actes de Léon XIII*, T. I., ed. de Paris, pag. 206.

Não nos contentaremos porém com a mera exposição dos factos ou com a pintura das personagens, que intervierem nos sucessos da história, mas provaremos sobejamente o que afirmamos, citando no texto ou em notas as fontes donde fomos haurir a matéria da narração, e aduzindo as autoridades, que nos apoiam em nossas asserções. Com êste processo procuramos dar à história o aparato scientífico das histórias modernas e facilitamos ao leitor erudito o ensejo de verificar a exactidão de quanto nestas páginas lhe oferecemos, apontando-lhe lealmente onde possa ir satisfazer os rigores de seu exame e as exigências de sua crítica. Lealdade histórica será o lema fundamental dêste nosso trabalho (1).

Quanto à organização e arquitectura, nas suas linhas gerais, de tôda esta obra, resolvemos não sem justo fundamento, cremos nós, desviar-nos do processo que seguiram os que nos precederam na história das outras Assistências da Companhia. António Astrain foi condensando em cada tômo a história de tôda a sua Assistência espanhola, e referindo paralelamente os feitos levados a cabo na pátria e nas colónias. Mas a história da Assistência de Portugal tem um campo tão dilatado e dividido em regiões, afastadas em extremo umas das outras e de costumes caracterìsticamente diversos, que tivemos por mais acertado escrever separadamente em narração não interrompida a história dessas partes da Assistência, para que não saísse despedaçada como em pequenos retalhos por muitos volumes a história grandiosa da Província portuguesa e das missões do ultramar. Assim pensamos repartir a nossa história em três séries, segundo as regiões principais a que se estendia a antiga Assistência, de modo que a primeira compreenda a história da Província de Portugal; a segunda a das missões da Índia

---

(1) Julgamos oportuno observar que, ao citarmos textualmente as fontes e autores, empregamos no corpo da narração, para uniformidade e clareza da leitura, a ortografia que adoptamos, e nas notas reproduzimos os trechos exactamente como se lêem nos originais. Os documentos, aduzidos no texto, traduzimo-los, se são de língua estranha, à linguagem portuguesa, como expressamente notaremos ou fàcilmente se conhecerá do contexto.

e do extremo Oriente, e a terceira a das missões do Brasil e Maranhão.

Começamos, como é de justiça, pela história da Província, mãe de tôdas as demais Províncias que no correr dos anos se foram constituindo nas terras de além-mar; e o primeiro tômo destinamo-lo à fundação dessa província, que abrangia, no seu pleno desenvolvimento, o território de todo o Portugal, as ilhas adjacentes, as terras de Angola e Congo e as possessões portuguesas do norte da África.

A narração abarca os anos de 1540 a 1560, porque nesse espaço de tempo se pôs, podemos dizê-lo, a coroa à fundação da Província. De pequenos princípios, como desde os vagidos da infância, se foi ela pouco a pouco formando, até entrar, depois de vinte anos de crescimento progressivo, como que na maioridade com suas casas de formação religiosa, literária e scientífica já instituídas, com seus colégios principais de educação da juventude já estabelecidos e acreditados, com sua casa professa já construída e bem povoada, emfim com o seu organismo perfeito e pronto para exercer vigorosamente tôda a sua actividade. Mas para mais exacto conhecimento da história da Província portuguesa, julgamos necessário referir mais de longe, ainda que sumàriamente, as origens da Companhia de Jesus e sua instituïção, bem como os sucessos com que Deus, na sua Providência admirável, foi antecedentemente preparando aquele varão benemérito que a fundou em Portugal.

O Autor de tôda a luz e de tôda a fôrça nos ilumine com sua graça e nos alente para a grande emprêsa.

Lisboa, 1 de Janeiro de 1931.

Francisco Rodrigues, S. J.

PREFAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

I

Sumário: — *1. Primeiros ensaios da história da Companhia de Jesus em Portugal. — 2. Álvaro Lôbo, primeiro cronista. — 3. António Leite. — 4. Baltasar Teles. — 5. António Franco. — 6. José Leite. — 7. Obras históricas sôbre as missões de além-mar.*

1. — Ao darmos à estampa o primeiro tômo da história da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal, não julgará inútil o leitor erudito que descrevamos num rápido esbôço as vicissitudes por que foi passando, desde as primeiras tentativas, a composição da história da Província portuguesa. Assim verá o empenho da Companhia de Jesus em divulgar para glória de Deus as acções de seus filhos, e terá notícia de muitas fontes e obras originais, tantas delas inéditas, que nos ministraram abundante matéria para a obra que encetamos.

Quase desde os princípios da Província se pôs mão a êsse profícuo trabalho; e foram muitos e de diversos escritores os esforços para empreender eficazmente a dificultosa tarefa; mas, ou porque a morte lhes interceptava as lidas da pena, ou porque múltiplas ocupações divertiam para muitos lados a atenção e cuidados dos autores, nunca se logrou levar a têrmo a história dos primeiros dois séculos de actividade religiosa no reino e domínios de Portugal.

A maior parte dêsses escritos, uns de pequeno volume, outros de maior corpulência, ficaram escondidos na poeira dos arquivos e bibliotecas, e alguns desapareceram talvez irremediàvelmente nas perturbações de tempos mais agitados. Procuraremos enumerá-los conforme os resultados de

nossas demoradas, bem que nem sempre frutuosas investigações.

O primeiro impulso para a efeituação desta emprêsa, veio, ao que sabemos, em 1565 de uma carta em que o secretário do Prepósito Geral ordenava ao Provincial da Província portuguesa se compusesse a história de cada um dos colégios com a narração de seus princípios e dos sucessos mais notáveis, que se foram em sua acção desenvolvendo a bem dos próximos (1). Repetiu-se mais de uma vez ordem semelhante, e no ano de 1573 o Geral Everardo Mercuriano instava ainda com o Provincial Jorge Serrão, que se fizesse compendiosamente a história de tôdas as casas da sua obediência, e com a maior brevidade se enviasse a Roma (2).

Com esta insistência dos Gerais da Companhia redigiram-se em Portugal monografias históricas dos vários domicílios da Província, e remeteram-se para a cúria generalícia no decorrer do ano de 1574. Pudemos descobrir cinco em diversos arquivos. Foram elas as dos colégios de Coimbra, Évora e Bragança e as do colégio de S. Antão e da casa professa de Lisboa (3). Dão essas relações segura notícia da fundação daquelas casas; mas, com serem obra de escritores absolutamente coevos dos factos, não deixam todavia de deslizar às vezes para erros e inexactidões, bem que não de maior monta, e são excessivamente compendiosas. A monografia do Colégio de Coimbra é mais minuciosa nos factos que aponta, e prima por mais apurada exacção. Não nos ficaram em memória os nomes de seus autores. Passados anos com-

(1) Bibl. Nac. de Lisboa, mss. n.º 8558, f. 9. Carta do P. Polanco a Diogo Mirão, de 14 de fevereiro de 1565.

(2) Bibl. Nac. de Madrid, mss. n.º 8554, pag. 28.

(3) Damos os títulos das cinco monografias: 1) *Historia de la fundation del collegio de S. Anton de Lisboa hecha en Março de 1574.* (Mss. S. J., *Lus.* 77, f. 1-4). — 2) *Historia da fundaçam e progresso da Casa de Sam Roque... feita em Março de 1574 e revista, acrescentada e proseguida em o fim de dezembro de 1587* (Bibl. Nac. de Lisboa, mss. n.º 4491).— 3) *Historia de la fundation del collegio de Coimbra: hecha en hebrero de 1574.* (Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 17-19). — 4) *Historia de la fundacion y progresso del Collegio y Universidad de Evora, hecha en hebrero de 1574.* (Mss. S. J., *Lus.* 80, f. 226-227). — 5) *Historia de la fundation del collegio de Bragança, hecha en março de 1574* (Mss. S. J., *Lus.* 79, f. 492 segg).

pôs o P. Francisco de Araújo, natural de Lisboa, onde faleceu com 83 anos de idade em 1623, um *Memorial* da origem da Província portuguesa, segundo refere Baltasar Teles na sua *História da Ethiopia* (1).

2. — Depois dêstes primeiros ensaios tratou-se insistentemente de escrever a história de tôda a Província. No ano de 1587 a Congregação Provincial, que se reünira em Lisboa, assentou no dia 24 de abril por voto unânime de todos os padres, que era de grande conveniência «encarregar um dos escritores da Província de pôr em história os sucessos dignos de lembrança, quais eram aqueles primeiros princípios da Companhia em Portugal, as fundações dos seus colégios, as navegações, os trabalhos e exemplos de virtude de seus religiosos e coisas semelhantes, como já nos anos atrás se principiara em Lisboa e Coimbra, e por desleixo se não continuara»; e com a mesma concórdia de pareceres rogou ao Geral da Companhia que tão profícua emprêsa se pusesse em execução não só para que não perecesse a memória, que ainda os velhos conservavam das muitas e ilustres façanhas praticadas por aqueles primeiros pais desta Província, nem se perdesse com o esquècimento o forte estímulo que davam para a imitação aqueles exemplos admiráveis; mas também para que prestasse a Companhia a homenagem de gratidão aos príncipes de Portugal, fundadores de suas casas e colégios, e demais se levasse bem longe a outros reinos a edificação de acções tão santas e gloriosas, e se ajudasse por êste modo à história universal que em Roma se preparava, da Companhia de Jesus. Aquaviva aprovou os desígnios da Congregação e encomendou ao Provincial, Sebastião de Morais, escolhesse escritores capazes dessa obra e desse de quando em quando conhecimento ao Prepósito Geral dos progressos com que ela ia avançando (2).

Com êste dobrado empenho de Portugal e de Roma já nos últimos anos daquele século XVI andava um erudito humanista e excelente religioso ocupado na elaboração da história da Província. Fôra entregue dêsse importante traba-

(1) *Hist. da Ethiopia*, pag. 106.
(2) Mss. S. J., *Congreg.*, 42, f. 420, 432.

lho o P. Álvaro Lôbo, natural de Vila-Real, que se filiara na Companhia de Jesus no ano de 1566 com quinze anos de idade, e professara com esplendor letras e artes nos colégios de sua Religião [1]. Era porém o ilustre trasmontano de poucas fôrças corporais e tão enfermiço, que poucos anos depois de começar a sua obra lhe veio a morte arrancar a pena da mão, não lhe consentindo nem acabar o que animosamente principiara, nem dar parte nenhuma à estampa.

Contudo escreveu ainda quatro tomos em fólio, que abrangem os primeiros dezassete anos da história da Província, levando a narração até à morte do fundador da Companhia. Inscreveu-lhes o título seguinte: *Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal em que se contém sua fundação e progresso e os varoens insignes que nela floreceram.* Só pudemos achar nos arquivos dois dêsses tomos em que se nos conservam no primeiro os livros cinco e seis, e no segundo os livros sete e oito dos doze a que devia alargar-se tôda a obra de Lôbo, e mais um tômo menor com o primeiro livro que o autor chamou *proemial,* como introdução que é de tôda a sua história, e desenvolveu em trinta e seis capítulos [2]. No primeiro expõe « como a Companhia de Jesus foi por Deus

---

[1] Em 1597 no colégio de S. Antão e em 1604 no colégio do Pôrto, de que era reitor, andava, segundo os catálogos dêsses anos, ocupado na composição de sua crónica. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 39, 44. No catálogo de 1574 já se notava que era mestre da 2.ª classe no colégio de Évora, douto em artes e humanidades e bom poeta. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 471v.

[2] Guardam-se os tomos maiores na Bibl. N. de Lisboa, encadernados em pergaminho, com a marcação 4503 e 4504 do Fundo Geral. Não se escreveu neles nome de autor, mas por indícios certos julgamos serem êles parte da Crónica de Lôbo, ainda que as muitas emendas de letra diversa e os capítulos repetidos mostram que neles intervieram outras mãos. No primeiro dêstes tomos estão metidos cadernos soltos com alguns capítulos do 2.º e 3.º livro. António Franco, *Imagem*, II, 611, observa que Lôbo compusera dois tomos da história da Província, e António Leite, que adeante citaremos, tem que o primeiro cronista escrevera quatro tomos. Inclinamo-nos ao que afirma A. Leite, porque, se os dois tomos que vimos, compreendem os livros cinco a oito, os livros de um a quatro e mais o nono e seguintes formariam outros dois. Do livro proemial encontrámos dois exemplares na mesma biblioteca, Fundo Geral, n.os 4501 e 7359. O exemplar n.º 7359 só tem 34 capítulos numerados, mas abrange tôda a matéria dos 36 capítulos.

levantada particularmente para ajuda das almas e conversão dos infiéis nas terras do senhorio e conquistas do reino de Portugal», e nos seguintes, depois de comemorar as obrigações que a Companhia deve aos monarcas D. João III, D. Sebastião e D. Henrique, explica longamente a antiguidade da fé cristã em terras portuguesas, e enumera e louva as Ordens religiosas que as ilustraram, como se resume no título: *Livro primeiro proemial da historia da Companhia de Jesus em Portugal em que se trata do muito que ella deve ao mesmo reyno e se louva a fee, e santidade e religião dos reys delle, e se mostra o principio que as outras Religiões mais antigas nelle tiveram e quanto floreceram* [1]. No corpo da Crónica referem-se com miüdeza e, geralmente, com exactidão os sucessos daqueles primórdios da Província, e desliza a narração límpida e serena em castiça linguagem portuguesa.

3.—Depois da morte do primeiro cronista, sucedida em Coimbra aos 28 de abril de 1608, outros historiadores lhe retomaram a obra, mas nenhum logrou a boa fortuna de a entregar aos prelos. O P. Jerónimo Álvares pelos anos de 1619 a tinha entre mãos, e foi depois dêle confiada ao insigne orador Manuel Escobar. Não sabemos até que ponto a adeantou a intervenção dos dois escritores. Quem mais trabalhou na continuação da demorada emprêsa foi o P. António Leite, natural de Lisboa, que desde 1596 era membro da Companhia de Jesus. Encontrara êle já compostos em manuscrito quatro tomos da Crónica da Província manuseados, como êle observa, por escritores diversos, que a seu gôsto os iam emendando [2], e deu-se a fastidiosa fadiga de recopilar num só volume essa Crónica «tantos anos há, notava êle, e por tantos começada e por isso mesmo tôda riscada e nunca acabada». Assim se queixava Leite a quatro de ou-

[1] Êste livro, de que se espalharam diversas cópias, é comummente citado com o título de *Tratado das Religiões* ou da *Entrada das Religiões em Portugal*. Cf. Teles, I, Prólogo; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, II, 716; Barbosa Machado, *Bibliot. Lusit.*, I, 106.

[2] Bibl. Nac. de Lisboa, Fundo Geral, 4506, *Fundação do collegio de Coimbra,* dedicatória. O P. Escobar, natural de Celorico, não pudemos descobrir em que anos se ocupou da história da Província.

tubro de 1639. [1]. Não se satisfez porém sua diligência com a recopilação; tratou de prosseguir o que lhe haviam legado seus predecessores no cargo de escrever. Reüniu copiosos materiais para a obra, compôs diversas biografias, não lhe chegou contudo a dar a forma definitiva de história continuada e perfeita [2]. Um códice encadernado em pergaminho e truncado, de 184 fôlhas, que se guarda na Bibl. Nacional de Lisboa, e contém, demais de numerosas biografias, a história da Província desde 1565 aproximadamente até 1570, com bom fundamento julgamos que se deve à pena do mesmo escritor [3]. A obra porém que sem hesitação nenhuma lhe atribuímos, e êle levou a cabo entre seus cuidados de cronista da Província, foi a que intitulou: *Fundação do real Collegio de Coimbra da Companhia de IHS composta pello P. Antonio Leite da mesma Companhia.* Conserva-se num códice em fólio de 304 páginas, com capa de pergaminho, que vimos no Fundo Geral da Bibl. Nacional de Lisboa com a marcação 4506 [4]. É monografia de não pequeno valor histórico pela riqueza de notícias que encerra, tocantes àquela famosa casa de formação. Estende-se a obra por bons quatro livros, que em sucessivos capítulos nos contam a entrada

---

(1) Bibl. P. Ebor., $\frac{\text{CVIII}}{2\text{-}9}$, pag. 101. O códice, encadernado com capa de pergaminho, leva no dorso o título: *Recopilação dos 4 tomos da chronica dos Jezuitas.* Divide-se em duas partes. A primeira contém uma longa série de biografias de religiosos da Companhia. A segunda é formada pela recopilação que chega até 1560; o que prova ter algum escritor continuado a crónica de Lôbo que só a escreveu até 1556. Na página 101 da segunda parte assim conclui o compilador: «E com este caso dei fim á recopilação dos 4 tomos que estão feitos ou principiados para a Chronica desta Provincia tantos anos ha e por tantos começada e por isso mesmo toda riscada e nunqua acabada. Oje 4 de outubro de 639». Na primeira página escreveu o P. António Franco em nota marginal: «O seu auctor foi o P. Ant.º Leyte q. começou a compor a Historia desta Provincia».

(2) «... Aproveitei... do apparato, que pera a Historia, que começou, tinha junto o nosso Padre Antonio Leyte». Franco, *Imagem, I,* Introdução.

(3) Bibl. N. de Lisboa, Fundo Geral, n.º 4500. Códice falto já de alguns cadernos e a descoser-se.

(4) O título lê-se no centro do frontispício, num quadro artisticamente desenhado à pena com tinta preta. Por todo o códice, que pertencia à Casa Professa de S. Roque, escreveu o P. António Franco notas marginais.

da Companhia de Jesus em Portugal e o estabelecimento do colégio na cidade do Mondego; descrevem miüdamente tôda a fábrica daquele grande colégio e igreja; referem a entrega do Colégio das Artes à Companhia e as fontes de seus rendimentos, e por fim comemoram os bemfeitores daquela grande instituïção, dando a primazia a D. João III, cujos benefícios justamente engrandecem. O estilo um tanto afectado, pelo influxo do tempo em que o autor escreveu, e alguma inexactidão de minudências que mais atento exame fàcilmente evitaria, não deslustram em demasia o merecimento dêste códice precioso. Faleceu António Leite nos fins de 1662 com seus 81 anos de idade, mas pôde ainda ler, já divulgados pela imprensa, dois grossos tomos da crónica da Província que um seu confrade compôs e deu a lume.

4. — De feito o P. Baltasar Teles, afamado professor de letras humanas naquela primeira metade do século dezassete e orador de grande renome, com uma presteza, que oxalá tivera sido igualada por seu predecessor, pôs mão à obra que se lhe entregava, e revolvendo os papéis que lhe haviam deixado, e fazendo novas pesquisas, saíu em 1645 com o primeiro tômo e em 1647 com o segundo da «*Chronica da Companhia de Jesu na Provincia de Portugal*», adeantando a narração até à morte do fundador da Companhia. Para esta volumosa obra serviu-se principalmente dos tomos que Álvaro Lôbo compusera. António Franco afirma que os refundiu na sua crónica (1); êle próprio modestamente nos assegura no prólogo da primeira parte que lhe «foram de grande ajuda os papéis e notícias que achara do Padre Álvaro Lôbo», a quem ao mesmo tempo qualifica de «homem douto, muito erudito e de muita verdade e sinceridade». Aproveitando-se porém de copiosos materiais, que outros ajuntaram, soube o abalizado mestre de retórica dispô-los com justa ordem, desenvolvê-los num estilo claro, elegante e pomposo, bem que no seu tanto empolado e prolixo, e exprimir-se numa linguagem harmoniosa e genuïnamente portuguesa. No que

(1) Franco, *Imagem*, II, 614. A refundição do trabalho de Lôbo foi tão profunda, que podemos afirmar que os dois tomos da *Chronica* dada à estampa são obra genuína de Baltasar Teles.

respeita a exacção histórica, peca de quando em quando por ênfase demasiada, e sofre seus desvios por transcrever com menos exame os autores a que se acostou nas suas investigações (1).

5.—Depois que veio à luz a crónica do conceituado humanista, ainda hoje, a-pesar de seus defeitos, altamente apreciada pelos eruditos, não nos consta que outro escritor se ocupasse, por tôda a segunda metade do século dezassete, da história da Província antes do mais desvelado e probo investigador dos arquivos da Companhia, que desde o alvorecer do século dezóito até sua morte jàmais afrouxou no constante afã de divulgar os feitos ilustres de sua Religião. Foi êste trabalhador benemérito o P. António Franco, da vila de Montalvão, que se alistou na Companhia a 26 de Julho de 1677 aos quinze anos e meio de sua idade, e faleceu a três de Março de 1732. A maior parte das obras que escreveu e publicou, versam assuntos da história da Companhia de Jesus em Portugal e suas missões, e em tôdas realizou conscienciosamente o que de si mesmo afirma numa de suas obras: «Em tudo procurei verdade, fazendo tôdas as diligências que pude» (2). Demais na limpidez e lhaneza de seu estilo retratou sempre à maravilha a sua alma singela, pura e suavemente piedosa.

Os primeiros quatro volumes que deu à estampa, bem que nos ministrem excelentes e copiosas notícias da história da Província, teem contudo o intuito da edificação moral e compreendem, sob o título de *Imagem da Virtude*, as vidas dos varões mais ilustres, que ela formou em Coimbra, Évora e Lisboa. Com igual intento e sôbre o mesmo assunto publicou mais um volume, que intitulou *Annus Gloriosus,* e onde compendiou em latim elegante e fácil, e distribuiu pelos dias do ano as Vidas que mais largamente escrevera na *Imagem da Virtude* e as de outras personagens da Província, de que se lhe depararam exemplos dignos de memória; e deixou manuscrito e já dispôsto para a imprensa outro vo-

(1) Pudemos, por exemplo, averiguar que muitas das inexactidões de B. Teles são copiadas dos escritos de Álvaro Lôbo e António Leite.
(2) *Imagem,* I, Introdução.

lume em fólio, da mesma índole do precedente, mas escrito em linguagem portuguesa, que denominou *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal* (1). A obra porém mais importante, que brotou da pena de António Franco, foi a que o diligente investigador adornou com o título de *Imagem do primeiro século da Companhia de Jesus em Portugal,* e *Imagem do segundo século.* São quatro corpulentos volumes, escritos em língua pátria e até hoje inéditos, nos quais o historiador vai desenvolvendo ano por ano os sucessos da Província portuguesa da Companhia. O primeiro volume abrange os primeiros quarenta anos do século que teve seu princípio em 1540, e o segundo alarga-se pelos sessenta anos posteriores. O terceiro volume abarca a primeira metade do segundo século, e o quarto vai de 1691 a 1731. Êste último, que a morte do autor nos deixou incompleto, devia estender a narração por mais nove anos até ao fim do segundo século que se fechava no ano de 1740. Reparte-se êle em cinco livros; mas o livro quinto não tem mais que o capítulo primeiro, que expõe os sucessos de 1731, e do capítulo segundo o título com a nota marginal: «an. 1732, da Comp. 193». Só êste volume tivemos a sorte de encontrar entre os códices da Bibl. Nacional de Lisboa (Fundo Geral, n.º 750). É um volume em fólio, encadernado, com o título completo: *Imagem do segundo século da Companhia na Provincia de Portugal, em que se contém o que nella ouve e se obrou nos segundos cincoenta annos. Começa no ano de 1691 athe o ano... Segunda Parte pello P. António Franco da Companhia de Jesu.* A riqueza histórica dêste quarto volume, escrito quase todo pela mão do incansável historiador, exacerba-nos o pesar da perda dos outros três, que oxalá logremos alguma hora descobrir no pó das bibliotecas ou arquivos. Em certo modo porém nos consolamos desta falta com a obra impressa do mesmo autor, *Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania* que em linguagem latina compendia a história mais

(1) Guarda-se êste precioso códice na Tôrre do Tombo entre os manuscritos da Livraria, n.º 622. É um grosso volume, encadernado em capa de pergaminho, de 407 fôlhas numeradas e bom índice alfabético. No princípio do volume lêem-se as aprovações dos censores e as licenças de impressão. Deu-se felizmente à estampa nêste ano de 1931.

largamente desenvolvida nos quatro volumes manuscritos desde 1540 a 1725 [1].

6. — Com todo o trabalho do fecundo agiógrafo e analista ainda os religiosos da Companhia não tinham em Portugal uma crónica ou história completa de sua Província. Sentiam-no êles, e tentaram mais uma vez remediar essa deficiência desairosa. Na Congregação Provincial que se celebrou no ano de 1737, cinco anos depois da morte daquele benemérito escritor, formularam uma petição, em que rogavam ao Geral da Companhia quisesse designar quem escrevesse a crónica da Província, para que tinham acumulados bons materiais nos volumes que deixara inéditos António Franco; e o Geral, anuindo aos sentimentos da Congregação, deu ordem ao Provincial que escolhesse entre seus súbditos escritor idóneo para a obra que se pretendia (2).

Não foi debalde a recomendação de Roma. Poucos anos depois trabalhava activamente na crónica da Província novo historiador, cujo nome esteve até hoje desconhecido. Chamava-se José Leite, como pudemos seguramente averiguar. Nascera o ignorado escritor em Fornos, povoação da diocese de Coimbra, a 22 de fevereiro de 1693, e ingressara na Companhia a 18 de março de 1709. Estudou letras humanas em Coimbra, ensinou por seis anos gramática, humanidades e retórica, e por muitos mais se dedicou ao labor da prègação, e foi finalmente encarregado de continuar a crónica da Companhia, que em só dois tomos escrevera e publicara Baltasar Teles. Nos anos de 1749 a 1751 morava no colégio de S. Lourenço do Pôrto, entregue àquela fadigosa ocupação. Era nêsse tempo confessor de D. António José de Ataíde e Azevedo, morgado da nobre família, de que fôra o mais ilustre filho Inácio de Azevedo, mártir glorioso do mar das Canárias, e faleceu a oito de outubro de 1751. Andava nos seus cincoenta e nove anos de idade [3].

---

(1) No fim do mencionado quarto volume, fl. 369-388, escreveu o mesmo autor em latim com mais desenvolvimento os anais dos anos de 1720 a 1724, que na *Synopsis* impressa haviam saído demasiadamente resumidos.

(2) Mss. S. J., *Acta Congr. Prov.*

(3) Mss. S. J., *Lus.* 47, f. 39v. Catálogo de 1749. *Componendis Lusitaniae Provinciae Chronicis vacat*, catálogo 1.º do colégio do Pôrto, de 1749. Ve-

A crónica deixou-a infelizmente incompleta. Dividiu-a êle, começando-a de 1556, em décadas, livros e capítulos, e deu a cada década dois livros, que repartiu em capítulos segundo a exigência da matéria. A segunda década que devia continuar até 1575, termina com o capítulo dezassete do livro segundo, em que se conta, sem concluir a relação para o ano de 1570, o martírio de Inácio de Azevedo e seus trinta e nove companheiros. Cortou-lhe a morte abrutamente o trabalho. A narração corria-lhe serena, em estilo um tanto difuso mas em boa linguagem portuguesa. Sente-se em tôda a obra o empenho do escritor verídico e ansioso da verdade, que procura firmar em copiosa documentação, não raro integralmente citada. Guarda-se inédita esta valiosa crónica num volume em fólio, que se encontra na Biblioteca Municipal do Pôrto com o número 162, e leva na lombada e frontispício, a letra posterior, o título: *Chronica dos PP. Jezuitas de Portugal.* O nome do autor, que não aparece no manuscrito, lográmos descobri-lo primeiro pelo exame da obra, confrontando alguns indícios com os catálogos coevos e oficiais da Companhia, e depois, com indiscutível certeza, por uma carta que ao cronista escreveu do Funchal o P. José Lopes, e cujo original se nos deparou na mesma biblioteca do Pôrto (1). Esta carta, dirigida ao *P. M. José Leite* em dez de março de 1751, citou-a o próprio cronista na sua obra sem nome de destinatário, quando se referiu em certo passo ao colégio da ilha da Madeira (2).

ja-se também a *Chronica* de José Leite na Dec. 1, L. 1, C. 8, e Dec. 2, L. 2, C. 10, e o códice n.º 4505 da Bibl. Nac. de Lisboa, Fundo Geral, *Livro das Sepulturas,* f. 118.

(1) Bibl. Municipal do Pôrto, mss. n.º 534. No princípio dêste códice está um índice dos diversos manuscritos nêle coligidos.

(2) Dec. 2.ª, L. 2.º, C. 2.º — Esta crónica utilizou-a em mais de uma parte de suas obras (*Hist. da Igreja,* T. III, P. 1.ª, pag. 448-460; *Hist. de Portugal,* III, 461-462) o Sr. Dr. Fortunato de Almeida, que declara todavia ignorar o nome do autor. — Na mesma Biblioteca do Pôrto se guarda no citado códice n.º 534 outro manuscrito do mesmo P. José Leite, cujo título bastantemente indica o conteúdo do códice: *Supplemento aos Annaes desta historia e summario aos dois tomos que deixou impressos na sua Chronica o P. M. Balthezar Telles com a addição dos successos que não chegárão á noticia dêste Historiador.*

Foram êstes, quanto pudemos investigar, os tentames que se fizeram para escrever a crónica da Companhia de Jesus em Portugal até à expulsão de seus religiosos no reinado de D. José primeiro. Todos êsses trabalhos daquêles antigos escritores utilizaremos para a História que empreendemos, corrigindo-os e ampliando-os com a vastíssima documentação que dêsde os princípios se foi acumulando principalmente nos cartórios da Província e nos arquivos de tôda a Companhia de Jesus.

7.—No que respeita particularmente à história das missões do Oriente e América, dependentes de Portugal, ainda que bem pouco se escreveu, se medimos a grandeza da obra que realizaram os valorosos missionários, brindaram-nos todavia os antigos historiadores portugueses da Companhia com produções de valor considerável. Apenas indicamos agora as de mais vulto e estimação, reservando para ensejo mais oportuno a notícia minuciosa da importante bibliografia. Obras inéditas citamos as quatro que seguem. Na Índia escreveu pelo princípio do século dezassete a *Historia da Companhia de Jesus... nos reinos e Provincias da India Oriental* o P. Sebastião Gonçalves, natural de Ponte do Lima, «com muita verdade, com estilo claro e correcto, porém com demasiada erudição, que lhe arrebatava a pena a digressões mui largas» [1]. Dois exemplares conhecemos em Portugal, um na Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, n.º 915, e outro, incompleto, na Biblioteca da Ajuda, 49-IV-51.

Na China compôs o P. António de Gouveia as duas obras preciosíssimas, uma que intitulou: *Asia Extrema, entra nela a Fé e promulgase a ley de Deus pelos Padres da Companhia de Jesus*, e a outra: *Monarchia da China dividida em seis idades* [2].

No império nipónico deram-nos Luís Fróis a *Historia do*

---

[1] Sousa, *Oriente Conquistado*, Prefação. O mesmo P. Sebastião Gonçalves diz no prólogo que em 1604 é que o Provincial Manuel da Veiga o encarregara de escrever a história das missões da Índia.

[2] Da *Asia Extrema* vimos dois exemplares, um na Bibl. da Ajuda, 49-IV-65, e outro no arquivo central da Companhia, *Jap. Sin.*, 129; e da *Monarchia da China* encontrámos um exemplar entre os mss. da Bibl. Nac. de Madrid, n.º 2949.

Japão, que vai de 1549 a 1593, e o P. João Rodrigues, natural de Cernancelhe, nova «*Historia da Igreja de Japão*», de ambas as quais se conservam exemplares na colecção «Jesuitas na Asia» da Biblioteca da Ajuda, aquela com a marcação 49-IV-54, e esta com a anterior 49-IV-53 [1]. Pela imprensa também os religiosos portugueses da Companhia publicaram sôbre as missões de além-mar obras de grande volume e não vulgar merecimento, cujos títulos a seu tempo enunciaremos. Agora damos a resenha dos arquivos e obras principais que para êste nosso trabalho consultámos.

II

ARQUIVOS E COLECÇÕES DE MANUSCRITOS

Archivio Vaticano, Roma.
Archivio di Stato, Roma.
Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele, Roma, manuscritos.
Bibliothèque Nationale, Paris, manuscritos.
Biblioteca Nacional, Madrid, manuscritos.
Archivo Histórico Nacional, Madrid.
Archivo General, Simancas.
Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, Lisboa.
Biblioteca Nacional, Lisboa, manuscritos.
Biblioteca da Ajuda, Lisboa, manuscritos.
Biblioteca Pública de Évora, manuscritos.

---

[1] A *História do Japão* de Fróis, inédita no original português, foi publicada em tradução alemã no ano de 1926 por G. Schurhammer e E. A. Voretzsch com o título *Die Geschichte Japans (1549-1578) von P. Luis Frois S. J.* Para além de 1578 chegava a história, que Fróis escreveu. Dos 99 capitulos que iam de 1578 a 1589 e até hoje se julgaram perdidos, apareceram alguns, segundo nos consta, numa biblioteca de Toulouse. A última parte que abrangia os demais anos até 1593 é, com boa probabilidade, a que ainda hoje se guarda no códice da Bibl. da Ajuda, n.º 49-IV-57. A *História* de João Rodrigues, que, segundo o título, devia levar a narração até 1634, não passou de 1552. É anónima; com argumentos certos porém se demonstra ser aquele missionário o autor da obra.

Biblioteca Municipal do Pôrto, manuscritos.
Biblioteca Pública e Arquivo distrital de Braga, manuscritos.
Arquivos da Companhia de Jesus.
Arquivo da Província Portuguesa da C. de J.

III

OBRAS IMPRESSAS

1.º — Contemporâneas

Cartas de San Ignacio de Loyola Fundador de la Campañia de Jesús, Madrid, 1874-1889. 6 vol.

Cartas y otros Escritos del Beato Pedro Fabro, T. I, Bilbau, 1894.

Constitutiones Societatis Jesu Latinae et Hispanicae cum earum Declarationibus, Madrid, 1892.

Constitutiones Societatis Jesu, Roma, 1908.

Corpo Diplomatico Portuguez — Relações com a Curia Romana, Lisboa, 1862-1910. 14 vol.

Institutum Societatis Jesu, Florença, 1892-1893. 3 vol.

Manareu, Olivério, *De Rebus Societatis Jesu Commentarius,* Florença, 1886.

Monumenta Historica Societatis Jesu a Patribus Ejusdem Societatis edita:

1. Polanco, João Afonso, *De Vita P. Ignatii et Societatis Jesu initiis* no *Chronicon,* vol. I.
   — *Chronicon Societatis Jesu,* Madrid, 1894-1898. 6 vol. [Polanco, I, II...].
   — *Complementa*, Madrid, 1916-1917. 2 vol.
2. *Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis, in quibus aliqui de Societate Jesu versabantur*, *Romam missae*, Madrid, 1894-1925. 6 vol. [*Litt. Quad.*, I, II...].
3. *Epistolae Mixtae ex variis Europae locis ab anno 1537 ad 1556 scriptae,* Madrid, 1898-1901. 5 vol. [*Epist. Mixtae,* I, II...].
4. *Sanctus Franciscus Borgia quartus Gandiae Dux et Socie-*

tatis Jesu Praepositus Generalis tertius, Madrid, 1894-1911. 5 vol. [Borgia, I, II...]
5. *Epistolae P. Hieronymi Nadal Societatis Jesu ab anno 1546 ad 1577,* Madrid, 1898-1905. 4 vol. [Nadal, I, II...].
6. *Monumenta Xaveriana ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta,* Madrid, 1899-1912. 2 vol. [*Mon. Xav.* I, II...].
7. *Monumenta Paedagogica Societatis Jesu, quae primam Rationem Studiorum anno 1586 editam praecessere,* Madrid, 1901. [*Mon. Paedagogica*].
8. *Epistolae PP. Paschasii Broëti, Claudii Jaii, Joannis Coduri et Simonis Roderici,* Madrid, 1903. [Rodrigues, *Mon.*]
9. *Monumenta Ignatiana ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta:*
— *Series prima, Epistolae et Instructiones,* Madrid, 1903-1911. 12 vol. [*Mon. Ignat.,* ser. 1.ª, I, II...].
— *Series secunda, Exercitia Spiritualia et eorum Directoria,* Madrid, 1919. [*Mon. Ignat., Exercitia*].
— *Series quarta, Scripta de Sancto Ignatio de Loyola,* Madrid, 1904-1918. 2 vol. [*Mon. Ignat.,* ser. 4.ª, I, II...]
10. *Epistolae P. Alphonsi Salmeronis ex autographis vel originalibus exemplis potissimum depromptae,* Madrid, 1906-1907. 2. vol. [*Epist. Salmeron.,* I, II...].
11. *Lainii Monumenta. Epistolae et Acta Patris Jacobi Lainii secundi Praepositi Generalis Societatis Jesu,* Madrid, 1912-1917. 8 vol. [Laines, *Mon.,* I, II...].
12. *Bobadillae Monumenta. Nicolai Alphonsi de Bobadilla Sacerdotis e Societate Jesu Gesta et Scripta,* Madrid, 1913. [Bobadilha, *Mon.*]
13. *Fabri Monumenta. Beati Petri Fabri primi Sacerdotis e Societate Jesu Epistolae, Memoriale et Processus,* Madrid, 1914. [Fabro, *Mon.*].
14. *Patris Petri Ribadeneira Societatis Jesu Sacerdotis Confessiones, Epistolae, aliqua Scripta inedita,* Madrid, 1920-1923. 2 vol. [Ribadaneira, I, II...].

RIBADANEIRA, PEDRO DE, *Vita Ignatii Loiolae Societatis Jesu Fundatoris, Libris quinque comprehensa,* Nápoles, 1572.
— *Vida del P. Ignacio de Loyola, Fundador de la Religion de la Compañia de Jesús,* Madrid, 1586. [Ribadaneira, *Vida*].

— *Vida del Padre Francisco de Borja, que fué Duque de Gandia y después Religioso y III General de la Compañia de Jesús,* Madrid, 1592.

Selectae Indiarum Epistolae nunc primum editae, Florença, 1887.

Synopsis Actorum S. Sedis in causa Societatis Jesu, 1540-1605. Florença, 1887.

2.º — **Não contemporâneas**

Abranches, Joaquim dos Santos, *Suma do Bullario Portuguez,* Coimbra, 1895.

Acta Apostolicae Sedis, vol. XIV, 1922.

Acta Sanctorum, Julii, T. VII, Antuérpia, 1731.

Agnel, Abbé Arnaud d' — Espiney, Docteur d', *Direction de Conscience. Psychothérapie des troubles nerveux,* ed. 1922.

Agostinho Nicolau, *Relaçam Summaria da Vida do Ilustrissimo Senhor Dom Theotonio de Bragança, quarto Arcebispo de Evora,* Évora, 1614.

Aicardo, José Manuel, *Comentario a las Constituciones de la Compañia de Jesús,* Madrid, 1919-1930. 5 vol.

Alão, Manuel de Brito, *Antiguidade da Sagrada Imagem de Nossa S. de Nazareth,* Lisboa, 1628.

Alcázar, Bartolomeu, *Chrono-Historia de la Compañia de Jesús, en la Provincia de Toledo,* Madrid, 1710. 2 vol.

Almeida, Fortunato de, *Historia da Igreja em Portugal,* T. III, P. I e II, Coimbra, 1915-1917.

Alves, Francisco Manuel, *Memorias Archeologicas do Distrito de Bragança,* vol. II, Pôrto, 1913.

Analecta Bollandiana, vol. XXII, Bruxelas, 1904.

Andrade, Diogo de Paiva de, *Orthodoxarum Explicationum Libri decem,* Veneza, 1564.

Andrade, Francisco de, *Chronica do muyto alto e muyto poderoso Rey destes Reinos de Portugal Dom João III deste Nome,* Coimbra, 1796. 4 vol.

Annuae Litterae Societatis Jesu anni M.D.LXXXVIII ad Patres et Fratres ejusdem Societatis, Roma, 1590.

Annuae Litterae Societatis Jesu anni M.D.LXXXIX..., Roma, 1591.

Annuae Litterae Societatis Jesu anni M.DC.III..., Douay, 1618.

ARIGITA Y LARA, MARIANO, *El Doctor Navarro Don Martin de Azpilcueta,* Pamplona, 1895.

Archivo Historico Português, IV, 1906, V, 1907, IX, 1914.

ASTRAIN, ANTÓNIO, *Historia de la Compañia de Jesús en la Asistencia de España,* Madrid, T. I, 1912, T. II-VII, 1905-1925. [Astrain, I, II...].

AVILA E BOLAMA, MARQUÊS D', *Nova Carta Chorographica de Portugal,* vol. III, Lisboa, 1914.

BACON, FRANCISCO, *De Dignitate et Augmentis Scientiarum,* Paris, 1624.

BAESTEN, V., *Les Anciens Jésuites au Congo* (1548-1648). — *Extrait des «Précis Historiques» 1893-1896,* Bruxelas, 1898.

BAIÃO, ANTÓNIO, *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa,* vol. I, ed. 1919.

BAIÃO, JOSÉ PEREIRA, *Portugal Cuidadoso e Lastimado com a vida e perda do Senhor Rey Dom Sebastião,* Lisboa, 1737.

BARBOSA MACHADO, DIOGO, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo del-rei D. Sebastião,* T. I, Lisboa, 1736.

— *Bibliotheca Lusitana,* Lisboa, 1741-1759. 4 vol.

BARRETO, JOÃO AUGUSTO DA GRAÇA, *Pars II: Documenta ab Exordio Negotiorum pro Lusitanorum ingressu in Habessiniam adusque pro Romani Patriarchatus Restauratione Tentamina sub Joanne V Portugaliae amplectens.* Exemplar único do tomo III da colecção *Documenta Habessinica* publicada por Graça Barreto em apêndice ao *Bullarium Patronatus Portugaliae* do Visconde de Paiva Manso. Conserva-se na Bibl. da Acad. das Sciências de Lisboa.

BARROS, JOÃO DE, *Decada Primeira da Asia,* Lisboa, 1777.

BARTOLI, DANIEL, *Dell'Istoria della Compagnia di Gesù L'Asia,* Milão, 1831. 3 vol.

— *Della Vita e dell'Istituto de S. Ignazio Fondatore della Compagnia di Gesù Libri cinque,* Roma, 1650.

— *Della Vita di S. Francesco Borgia Terzo Generale della Compagnia di Giesu Libri quattro,* Bolonha, 1681.

— *Degli Uomini e de' Fatti della Compagnia di Gesù Memorie Istoriche,* Turim, 1847.

BASSET, RENATO, *Études sur l'Histoire d'Éthiopie,* Paris, 1882.

Beauvais, R. P. de, *Les Quarante Martyres ou Vie du Bienheureux Ignace D'Azevedo, Prêtre de la Compagnie de Jésus*, Bruxelas, 1854.

Beccari, Camilo, *Rerum Aethiopicarum Scriptores Occidentales inediti a Saeculo XVI ad XIX,* Roma, 1903-1917.

Belém, Fr. Jerónimo de, *Chronica Serafica,* P. II, Lisboa, 1753.

Bellessort, André, *L'Apôtre des Indes et du Japon Saint François Xavier,* Paris, 1923.

Bermudes, João, *Breve Relação da Embaixada que o Patriarcha Dom João Bermudes trouxe do Imperador da Ethiopia,* Lisboa, 1875.

Boehmer, Henrique, *Studien zur Geschichte der Gesellschaft Jesu,* I. Band, Bonn am Rhein, 1914.

—*Les Jésuites. Ouvrage traduit de l'allemand avec une Introduction et des Notes par Gabriel Monod.* Paris, 1910.

Boero, José, *Vita del Servo di Dio P. Simone Rodriguez,* Florença, 1880.

Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa, vol IX, 1914-1915.

Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 4.ª série, 1883.

Boletin de la Real Academia de Historia, vol. XVII, 1890.

Bouhours, Domingos, *La Vie de Saint Ignace Fondateur de la Compagnie de Jésus*, Paris, 1830.

Braga, Teófilo, *Historia da Universidade de Coimbra,* Lisboa, 1892-1902. 4 vol.

Brandão, Fr. António, *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* Lisboa, 1632.

Brandão, Fr. Francisco, *Quinta Parte da Monarchia Lusitana,* Lisboa, 1650.

Brandão, Mário, *O Colégio das Artes*, Coimbra, 1924.

Brou, Alexandre, *S.t François Xavier,* Paris, 1915. 2 vol.

Bruce, Jaime, *Voyage aux Sources du Nile en Nubie et en Abyssinie,* vol. IV. Londres, 1791.

Brucker, José, *La Compagnie de Jésus, Esquisse de son Institut et de son Histoire* (1521-1773), Paris, 1919.

Caetano, Constantino, *De Religiosa S. Ignatii sive S. Enneconis Fundatoris Soc. Jesu per PP. Benedictinos Institutione,* Veneza, 1641.

Camara Manuel, Jerónimo de, *Missões dos Jesuitas no Oriente nos seculos XVI e XVII,* Lisboa, 1894.
Campbell, Thomas J., *The Jesuits 1534-1921. A History of the Society of Jesus from Its Foundation to the Present Time,* Londres, 1921. 2 vol.
Capitolos de Cortes e Leys que se sobre alguns deles fezeram, Lisboa, 1539.
Carayon, Augusto, *Documents Inédits. Rétablissement de la Compagnie de Jésus en Portugal.* Poitiers, 1866.
Cardoso, Jorge, *Agiologio Lusitano,* Lisboa, 1652-57-66, 1744. 4 vol.
Carvalho da Costa, António, *Corografia Portugueza e descripção topographica do famoso reino de Portugal...* 2.ª ed. Braga, 1868. 3 vol.
Castilho, Julio de, *Lisboa Antiga,* Lisboa-Coimbra, 1879--1890. 8 vol.
Castro, João Baptista de, *Mapa de Portugal,* Lisboa, 1762-1763. 3 vol.
Cerejeira, M. Gonçalves, *O Renascimento em Portugal — Clenardo*, Coimbra, 1617-1918. 2 vol.
— *O Humanismo em Portugal — Clenardo,* Coimbra, 1926.
Cienfuegos, Álvaro, *La Heroyca Vida, Virtudes y Milagros del grande S. Francisco de Borja,* Madrid, 1726.
Civiltá Cattolica, *la,* ser. XVII, XI, 1900.
Clair, Carlos, *La Vie de Saint Ignace de Loyola d'après Pierre Ribadeneira, son premier historien,* Paris, 1891.
Clenardo, Nicolau, *Epistolarum Libri duo,* Hanau, 1606.
Codex juris Canonici, Roma, 1924.
Copia de algunas Cartas que los Padres y Hermanos de la Compañia de Jesús... escrivieron... desde el año de MDLVII hasta el de LXI, Coimbra, 1562.
Copia de las Cartas que los Padres y Hermanos de la Compañia de Jesús... escrivieron... desde el año de MDXLVIII... hasta el passado de LXIII, Coimbra, 1564.
Correia, Gaspar, *Lendas da India,* Lisboa, 1858-1866. 4 vol.
Costa Lobo, A. de Sousa Silva, *Historia da Sociedade em Portugal no século XV,* Lisboa, 1904.
Cros, Leonardo, J. M., *Saint François de Xavier de la Com-*

pagnie de Jésus — Son Pays, sa Famille, sa Vie — Documents Nouveaux, Toulouse, 1894. [Cros, *Documents*].
— *Saint François de Xavier, Sa Vie et ses Lettres,* Toulouse, 1900. 2 vol. [Cros, *Vie,* I. II...]
Cruz, fr. Bernardo da, *Chronica de El-rei D. Sebastião,* Lisboa, 1837.
Cunha, d. rodrigo da, *Catalogo e Historia dos Bispos do Porto,* Pôrto, 1623.
— *Historia Eclesiastica dos Arcebispos de Braga,* Braga, 1634-1635. 2 vol.
Dánvila y burguero, afonso, *Diplomaticos Españoles — Don Cristóbal de Moura primero Marqués de Castel Rodrigo,* Madrid, 1900.
Denifle, Henrique, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* T. I, Paris, 1889.
Diversi Avisi particulari dall'Indie di Portogallo, ricevuti dall'anno 1551 sino al 1558 dalli Reverendi Padri della Compagnia di Giesu, Veneza, 1565.
Epitome Instituti Societatis Jesu, Roma, 1924.
Études, Revue fondée en 1856 par des Pères de la Compagnie de Jésus, T. 109, an. 1906.
Faria, Manuel Severim de, *Noticias de Portugal,* Lisboa, 1740.
Faria e Sousa, Manuel de, *Historia del Reyno de Portugal,* Bruxelas, 1730.
Feder, Alfredo, *Aus dem Geistlichen Tagebuch des hl. Ignatius von Loyola,* Ratisbona, 1922.
Fernel, João, *Monalosphaerium,* Paris, 1526.
Figueiredo, Fidelino de, *Historia da Literatura Classica,* Lisboa, 1922. 3 vol.
Fonseca, Francisco da, *Evora Gloriosa,* Roma, 1728.
Fouqueray, Henrique, *Histoire de la Compagnie de Jésus en France,* T. I, Paris, 1910. [Fouqueray, I...].
Fournier, marcelo, *Les Statuts et Privilèges des Universités Françaises,* T. IV, Paris, 1894.
Franco, antónio, *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus do Real Collegio do Espirito Santo de Evora do Reyno de Portugal,* Lisboa, 1714.
— *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa,* Coimbra, 1717.

—*Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra,* T. I, Évora, 1719; T. II, Coimbra, 1719. [Franco, *Imagem,* I, II].

—*Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania,* Augsburgo, 1726.

—*Annus Gloriosus Societatis Jesu in Lusitania,* Viena, 1720.

—*Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal,* Pôrto, 1931.

Fróis, Luís, *Die Geschichte Japans (1549-1578) übersetzt und kommentiert von G. Schurhammer und E. A. Voretzsch,* Leipzig, 1926.

Gachard, m., *Retrait et mort de Charles Quint au Monastère de Yuste,* Bruxelas, 1854-1855. 2 vol.

Genelli, Cristóvão, *Leben des heiligen Ignatius von Loyola. Dritte verbesserte und vermehrte Auflage, herausgegeben von Victor Kolb,* Ratisbona, 1920.

Godet, Marcelo, *La Congrégation de Montaigu (1490-1580),* Paris, 1912.

Godinho, Nicolau, *Vita Patris Gonzali Silveriae,* Lião, 1612.

—*De Abassinorum Rebus Deque Aethiopiae Patriarchis Joanne Nonio Barreto et Andrea Oviedo, Libri tres,* Lião, 1615.

Góis, Damião, *Chronica do felicissimo Rei Dom Manuel,* Lisboa, 1790. 2 vol.

Guerreiro, Bartolomeu, *Gloriosa Coroa d'Esforçados Religiosos da Companhia de Jesus,* Lisboa, 1642.

Guerreiro, Fernão, *Relaçam Annual das cousas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus...,* Évora-Lisboa, 1603-1611. 5 vol.

—*Relação Anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas Missões..., nova edição dirigida e prefaciada por Artur Viegas,* T. I, Coimbra, 1930.

Guimarães, J. Ribeiro, *Summario de Varia Historia,* ed. de 1872-1875. 5 vol.

Henriques, Guilherme J. C., *Ineditos Goesianos,* Lisboa, 1896-1898. 2 vol.

Herculano, Alexandre, *Historia da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal,* Lisboa, 1907. 3 vol.

Herman, J. B., *La Pédagogie des Jésuites au XVI[e] Siècle, ses Sources, ses Caractéristiques,* Lovaina, 1914.

Historia da Literatura Portuguesa Ilustrada, vol. I, II, III, Lisboa, 1929-1931.

HUONDER, ANTÓNIO, *Der hl. Ignatius von Loyola und der Missions beruf der Gesellschaft Jesu*, Aaachen, 1922.

—*San Ignacio y las Misiones, trad. de J. Rafael Goberna*, edit. em Burgos.

HURTER, H., *Nomenclator Litterarius Theologiae Catholicae*, T. III, Innsbruck, 1907.

IANSSEN, JOÃO, *Geschichte des deutschen Volkes seit dem Ausgang des Mittelalters*, T. IV, V, Friburgo, i. B., 1885, 1893.

Indice Chronologico dos Pergaminhos e Foraes existentes no Archivo da Camara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1875.

Instituto, *Revista scientifica e Literaria, O*, vol. 71, 75, 78, Coimbra, 1927, 1928, 1929.

KARRER, OTÃO, *Der heilige Franz von Borja General der Gesellschaft Jesu 1510-1572*.

LA CROZE, MATURIN, *Histoire du Christianisme d'Éthiopie et d'Armenie*, Haia, 1739.

LAZERI, PEDRO, *Petri Joannis Perpiniani Valentini e Societate Jesu Opera*, Roma, 1749. 3. vol.

—*De Vita et Scriptis Petri Joannis Perpiniani Diatriba*, Roma, 1749.

Letters of John III King of Portugal 1521-1557, The Portuguese Text edited with an Introduction by J. D. M. Ford, Cambridje, Massachusetts, 1931.

LETURIA, PEDRO, *Un Texto desconocido del año 1556 sobre la Santa Cueva*, em «Manresa», ano 1, num. II 1915.

Le Camere di S. Ignazio di Loyola nel Gesù di Roma, Roma, 1899.

LISBOA, FR. MARCOS DE, *Primeira Parte das Chronicas da Ordem dos Frades Menores do Seraphico Padre Sam Francisco*, Lisboa, 1614.

LLANOS Y TORRIGLIA, FÉLIX, *Contribución al Estudio de la Reina de Portugal, Hermana de Carlos V, Doña Catalina de Austria*, Madrid, 1923.

LUCENA, JOÃO DE, *Historia da vida do Padre S. Francisco de Xavier e do que fizeram na India os mais Religiosos da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1788. 4 vol.

LUCIO D'AZEVEDO, JOÃO, *Historia dos Christãos Novos Portugueses,* Lisboa, 1922.

MAFFEI, JOÃO PEDRO, *Historiarum Indicarum Libri XVI,* Colónia, 1593.

— *Ignatii Loiolae Vita postremo recognita.* No mesmo vol.

MARCH, JOSÉ, *La Vetlla de les Armes de Sant Ignasi de Loiola a Montserrat*, Barcelona, 1922.

MENDES CORREIA, A. A., *A Lealdade duma Rainha Portuguesa,* Pôrto, 1925. Separata da Rev. de Estudos Historicos, ano 2.º, n.º 3.

MENESES, D. MANUEL DE, *Chronica do muito alto e muito esclarecido Principe D. Sebastião,* Lisboa, 1730.

MESCHLER, MAURÍCIO, *Die Gesellschaft Jesu Ihre Satzungen und ihre Erfolge,* Friburgo i. B., 1911.

MICHAELIS, CAROLINA, *Poesias de Sá de Miranda,* Halle, 1885.

— *A Infanta D. Maria,* Pôrto, 1902.

MICHEL, L., *Histoire de S. Ignace de Loyola d'aprés les documents originaux par le P. Daniel Bartoli, Bruges, 1893. 2 vol.*

MONÇON, FRANCISCO, *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano,* Lisboa, 1571.

NADASI, JOÃO, *Annus Dierum Memorabilium Societatis Jesu,* Antuérpia, 1665.

NAVARRO, MARTIM DE AZPILCUETA, *Opera hactenus edita in tres Tomos digesta,* Lião, 1589.

—*Relectio cap. Ita quorumdam de Judaeis*, Coimbra, 1550.

NIEREMBERG, EUSÉBIO—, ANDRADE, ALFONSO DE, *Varones Ilustres* de la Compañia de *Jesús,* Bilbau, 1887-1892. 9 vol.

NIEUWENHOFF, W. VAN, *Leben des heiligen Ignatius von Loyola,* Ratisbona, 1901. 2 vol.

Obras de Santa Teresa, T. IV, *Cartas,* Madrid, 1916.

OLIVEIRA, CHRISTÓVÃO RODRIGUES DE, *Summario ẽ que brevemente se contem alguas cousas... que ha na cidade de Lisboa,* Impresso em Lisboa por 1553.

OLIVEIRA, EDUARDO FREIRE DE, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa,* vol. I, Lisboa, 1885.

ORLANDINI, NICOLAU, *Historiæ Societatis Jesu Pars prima,* Roma 1614. [Orlandini, L. I, II..., n. 1...]

OSÓRIO, JERÓNIMO, *De Rebus Emmanuelis Lusitaniæ Regis*, Colonia, 1597.

Paiva Manso, Visconde de, *Historia do Congo (Documentos)*, Lisboa, 1877.

Paiva Pona, A. P. de, *Dos primeiros Trabalhos dos Portugueses no Monomotapa — O Padre D. Gonçalo da Silveira, 1560*, Lisboa, 1892.

Pastor, Luís *Geschichte der Päpste seit dem Ausgang des Mittelalters*, T. V, Friburgo i. B., 1909.

Pereira, Gabriel, *Estudos Eborenses: Casa Pia, Universidade de Evora, Os Estudantes*, Évora, 1889, 1893, 1919.

Petri Joannis Perpiniani et Benedicti Pererii Valentinorum e Soc. Jesu Orationes Ineditae, Valença, 1830.

Pigafetta, Filipe, *Relazione del Reame di Congo*, Roma, 1591.

Pollen, John Hungerford, *Saint Ignatius of Loyola*, Londres, 1922.

Pombo, Manuel Ruela, *Paulo Dias de Novais e a Fundação de Luanda*, Luanda 1926.

Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal, T. III, Paris, 1843, T. XVI, Lisboa, 1848.

Quicherat, J., *Histoire de Sainte Barbe*, Paris, 1860-1862. 2 vol.

Regras da Companhia de Jesus, Oya, 1930.

Resende, André de, *Oratio habita Conimbricae in Gimnasio, Anniversario Dedicationis ejus die, Quarto Calendas Julii M. D. LI.*

— *Poemata, Epistolae Historicae, Orationes*, Colónia, 1613.

— *Oratio pro Rostris pronuntiata in Olisiponensi Academia*, Caled. Octobris MDXXXIII, em *Arquivo Hist. Port.*, IX, 1914.

Ribeiro, João Pedro, *Dissertações Chronológicas e Críticas*, vol. V, Lisboa, 1896.

Ribeiro, Victor, *Obituarios da Egreja e Casa professa de S. Roque da Companhia de Jesus desde 1555 até 1704*, Lisboa, 1916.

— *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, em *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Nova série, 2.ª classe, T. IX, P. II, Lisboa, 1902.

Rivière, Ernesto M., *Corrections et Additions à la Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Tolosa, 1911-1913.

Rodrigues, Francisco, *A Formação Intellectual do Jesuita, Leis e Factos*, Pôrto, 1917.

— *Mestre João Bermudes,* separata do n.º 30 da *Revista de Historia,* Pôrto, 1919.
— *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, separata do vol. X da *Revista de Historia,* Pôrto, 1921.
— *O Dr. Gouveia e a Entrada dos Jesuitas em Portugal,* separata da *Brotéria,* série mensal, vol. II, 1926.
Rodrigues, Pedro, *Vida do Padre José de Anchieta,* em *Annaes da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro,* vol. XXIX, Rio, 1909.
Rosa, Henrique, *I Gesuiti, dalle Origini ai nostri giorni*, Roma, *1930.*
Saa, Mário, *Origens do Bairro-Alto de Lisboa*, *Verdadeira Notícia,* Lisboa, 1929.
Sacchini, Francisco, *Historiae Societatis Jesu Pars secunda sive Lainius,* Antuérpia, 1620.
— *Pars tertia sive Borgia,* Roma, 1649.
— *Pars quarta sive Everardus,* Roma, 1652 [Sacchini, P. I, II..., L. I, II...].
Sainte-foy, Carlos, *Vie du Vènerable Joseph Anchieta de la Compagnie de Jésus,* Paris, 1858.
Sande, Duarte, *De Missione Legatornm Japonensium ad Romanam Curiam... Dialogus,* Macau, 1590.
Santa Maria, Francisco de, *O Céo aberto na terra. História das Sagradas Congregações de Veneza e de S. João Evangelista em Portugal,* Lisboa, 1697.
Santa Maria, Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Lisboa, 1668. 2 vol.
Santa Teresa, Silvério de, *Obras de S.ta Teresa de Jesus editadas y anotadas por el P. Silverio de Santa Teresa, C. D.,* T. I. *Libro de la Vida,* Burgos, 1915.
S. Tomás, fr. Leão de, *Benedictina Lusitana,* Coimbra, 1644, 1651. 2 vol.
Santos, fr. Manuel dos, *Historia Sebastica,* Lisboa, 1735.
Schmitt, Luís, *Synopsis Historiae Societatis Jesu,* Ratisbona, 1914.
Schurhammer, Jorge, *Der heilige Franz Xaver der Apostel von Indien und Japan,* Friburgo i. B., 1925.
— *Die Reise des hl. Franz Xaver durch die Schweiz,* Separata de *Schweiz. Rundschau,* 1916-17, fasc. 1.

SOARES FRANCISCO, *Tractatus de Religione Societatis Jesu*, Bruxelas, 1857.
SOMMERVOGEL, CARLOS, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruxelas, 1890-1909.
SOUSA, ANTÓNIO CAETANO DE, *Historia Genealogica da Casa Real*, Lisboa, 1735-1738. 12 vol.
— *Provas da Historia Genealogica*, Lisboa, 1739-1748. 6 vol.
SOUSA, FRANCISCO DE, *Oriente Conquistado a Jesus Christo pelos Padres da Companhia de Jesus da Provincia de Goa*, Lisboa, 1710. 2 vol.
SOUSA, FR. LUÍS DE, *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Martyres*, Lisboa, 1818. 2. vol.
— *Historia de S. Domingos, particular do reino e conquistas de Portugal*, Lisboa, 1866. 6 vol.
— *Annaes de Elrei Dom João terceiro*, Lisboa, 1844.
SOUSA VITERBO, FRANCISCO MARQUES DE, *Artes e Artistas em Portugal*, Lisboa, 1892.
— *Estudos sobre Damião de Goes, segunda serie*, Coimbra, 1900.
— *A Literatura Espanhola em Portugal*, Lisboa, 1915.
Stimmen aus Maria Laach, vol. 43, 1892.
SUAU, PEDRO, *Histoire de S. François de Borgia, Troisième Générale de la Compagnie de Jésus*, Paris, 1910.
TACCHI VENTURI, PEDRO, *Le Case abitate in Roma da S. Ignazio di Loiola*, Roma, 1899.
— *Storia della Compagnia di Gesù in Italia narrata col sussidio di fonti inediti*, Roma, 1910, 1922. 2 vol. [Tachi Venturi, *Storia*, I, II].
— *Opere Storiche del P. Matteo Ricci* S. J., Macerata, 1910-1913.
TANNER, MATIAS, *Societas Jesu Apostolorum Imitatrix*, Praga, 1694.
TEIVE, DIOGO DE, *Opuscula aliquot in laudem joannis tertii Lusitaniae Regis et Principis ejus Filii...* Salamanca, 1558.
TEIXEIRA, ANTÓNIO JOSÉ, *Documentos para a Historia dos Jesuitas em Portugal*, Coimbra, 1899.
TELES, BALTASAR, *Chronica da Companhia de Jesu na Provincia de Portugal*, Lisboa, 1645, 1647. 2 vol. [Teles, I, II].
— *Historia Geral de Ethiopia a Alta ou Preste João*, Coimbra, 1660.

THOMPSON, FRANCISCO, *Ignatius von Loyola ein Heiligenleben,* Munich, 1912.

THUROT, CARLOS, *De l'Organisation de l'Enseignement dans l'Université de Paris au moyen-âge,* Paris, 1850.

TRIGAULT, NICOLAU, *Vita Gasparis Barzaei Belgae e Societate Jesu,* Colonia, 1611.

TURSELILNI, HORÁCIO, *De Vita Francisci Xaverii... Libri sex,* Roma, 1596.

VAN GULIK, GUILHERME — EUBEL, CONRADO, *Hierarchia Catholica Medii Aevi,* vol. III, Münster, 1910.

VAN ORTHROY, FR., *Manrèse et les Origines de la Compagnie de Jésus,* Bruxelas, 1908. Extrait des *Analecta Boll.,* T. XXVII.

VASCONCELLOS, SIMÃO DE, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil,* Lisboa, 1865. 2 vol.

VASEU, JOÃO, *Chronici Rerum Memorabilium Hispaniae Tomus prior,* Salamanca, 1552.

WERNZ, FRANCISCO XAVIER, *Jus Decretalium,* T. III, Roma, 1908.

VISCONDE DE SANTARÉM, *Memorias para a Historia e Theoria das Cortes Geraes,* P. I, Lisboa, 1827, P. II, Lisboa, 1828.

— *Memórias e alguns documentos para a História e Teoria das Côrtes Geraes.* Ed. de 1924. 1 vol.

XIMENES, FR. DIOGO, *Enchiridion o Manual de Doctrina Christiana,* Lisboa, 1552.

INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Sumário: — *Portugal e a actividade da Companhia de Jesus.*

I. — *Campo vastíssimo de acção.*

II. — *Renascimento literário — Idade de oiro? — Escol de eruditos — Sociedade inculta.*

III. — *Estado moral do clero secular — das Ordens religiosas — do povo.*

IV. — *D. João III: dotes intelectuais e erudição — qualidades morais — piedade cristã — amor da pátria — amado do povo — os dois infantes.*

V. — *Decadência de Portugal e a Companhia.*

Entre os grandes acontecimentos que se desenrolaram em Portugal no século dezasseis, tem não somemos relêvo o aparecimento e difusão da Companhia de Jesus na sociedade portuguesa. Ordem religiosa, como ela era, nascida em época de intensíssimo renovamento de valores sociais, de viva efervescência de idéias, de fervor de conquistas e expansão colonial, e dotada de uma fôrça de espírito que pasmava os próprios adversários, e de uma capacidade maravilhosa de acção em tão variados ramos de actividade humana, havia necessàriamente de ter influxo notável, onde quer que chegassem as manifestações de sua vida.

Mas para medirmos com exactidão a intensidade de seu labor e os resultados das emprêsas em que entrou desde seus princípios, é mister conhecer de antemão o campo onde ela se desenvolveu e lidou. Quem era Portugal ao tempo em que a Ordem ignaciana penetrou em seus confins, e qual a

situação em que êle se achava para receber o trabalho dos novos obreiros, que a Providência divina lhe enviava?

A acção da Companhia de Jesus, tal qual a história no-la irá descobrindo, mostra-se nìtidamente, segundo sua feição particular, em três províncias de actividade espiritual. Nos exercícios do ministério sagrado, tendentes à perfeição moral do homem, na educação da juventude com o ensino das letras e sciências, e na evangelização dos povos infiéis é onde com especialidade se manifestou e sobressaíu a fecunda energia de seu organismo religioso. Pois bem! Para a eficácia benéfica dessa tríplice actividade oferecia Portugal condições de excepcional oportunidade e disposição. Relanceemos um olhar de rápida observação pela sociedade portuguesa dos primeiros quartéis do século de quinhentos. Não nos contentemos porém com uma vista superficial e ligeira sôbre as aparatosas exibições daquela época de luzido renascimento, mas penetremos também na vida íntima da nação. Só assim lhe poderemos aquilatar o grau de perfeição ou imperfeição religiosa, política e moral, a que ela se elevou talvez ou decaíu.

I

Em primeiro lugar ao zêlo da nova Ordem religiosa, que sem ressaibos de lisonja havemos de qualificar de essencialmente apostólica, abriu Portugal um campo de extensão imensurável, onde poderiam os ardentes apóstolos da civilização cristã expandir largamente os estos irreprimíveis de sua caridade evangélica. Para o Levante estendia-lhes o nascente e vastíssimo império que «os barões assinalados... da ocidental praia lusitana... entre gente remota edificaram» [1], e demais as afastadíssimas e quase ignoradas nações do extremo Oriente, a que abordaram «ainda além da Taprobana» [2] as alterosas naus portuguesas. Para o Sul patenteava-lhes o continente africano, cujas extensas costas o génio português ia escorrendo, ocupando e explorando: a Mauritânia e Cabo-Verde, a denominada Etiópia

(1) *Lusíadas*, I, 1.
(2) *Ibid.*

ocidental, o Congo e Angola, e a costa oriental até aos reinos do Preste-João na Abissínia. Para as bandas do Ocidente apontou-lhes as regiões intermináveis do Brasil com seu feracíssimo solo, com suas florestas virgens e seus rios majestosos e desmedidos.

Esses espaços imensos foi descobrindo e alargando a fôrça do «peito ilustre lusitano» (1), e pedia obreiros para os cultivar e civilizar. Já o fervor de poucos missionários tinha encetado a dificultosa tarefa nas terras da Índia e da África; mas o campo era excessivamente grande e requeria muitos e novos braços. E a Providência, que velava solícita, deu-lhos numerosos e alentados. A Companhia de Jesus foi, como hemos de ver, o mais fecundo seminário de trabalhadores do Evangelho. A nova Ordem aparecia no momento oportuno. Portugal ao mesmo passo que lançava para distâncias inacreditáveis as balizas do seu domínio, queria difundir por tôda a parte as riquezas e as luzes da fé cristã, igualmente «dilatando a fé, o império» (2), e os missionários eram os legítimos propagadores dessa luz e riqueza.

II

Com a grandeza, a que se alteou Portugal pelos descobrimentos e aventuras para além dos mares, andou a par, no seio da nação, o esplendor das letras durante aquele período, que se convencionou denominar idade áurea da literatura portuguesa. O primeiro abalo ou impulso para essa renovação literária começou nos fins do século XV. Cataldo Sículo, que foi dos principais propulsores dêsse movimento inicial, chegou a Portugal no penúltimo decénio daquele século, e já encontrou no reino de D. João II, cujo pai tinha sido educado pelos italianos Estêvão de Nápoles e Mateus Pisano, alguns letrados, a quem não sonegou a sua admiração e o merecido louvor. O ilustre humanista porém não restringiu a sua tarefa ao cargo de preceptor do régio bastardo D. Jorge, para que fôra convidado de Itália, mas exer-

(1) *Lusíadas,* I, 3.
(2) *Lusíadas,* I, 2.

ceu entre os portugueses preponderante influência para o adeantamento das boas letras, ensinando pùblicamente a numerosos discípulos as elegâncias da língua latina (1).

Cresceu o movimento com bons auspícios começado, aumentou a ânsia de saber, e não poucos portugueses saíram do reino, foram haurir em fontes estrangeiras a sciência e erudição que anelavam, e lá fora honraram brilhantemente o nome da nação que os criara. Serão perpètuamente coroa gloriosa da mãe pátria os ilustres filhos, que procuraram na Itália o brilho das letras, doutor Luís Teixeira, erudito e sábio mestre de D. João III; Henrique Caiado, que mereceu de Erasmo desassombrados encómios; Diogo Pacheco, o faustoso embaixador enviado a Leão X, *clarus lingua et ingenio* (2); Aires Barbosa, o mestre do cardeal D. Afonso, e iniciador em Espanha dos estudos do grego (3), e João Rodrigues de Sá de Menezes, «antigo pai das musas» (4), todos discípulos do florentino Policiano.

Nem menos se assinalaram em Espanha pelo seu talento, nem menor lustre deram a Portugal Jorge Coelho, tão inspirado e elegante na poesia clássica, e orador que rivalizava com a «antiga eloqüência romana» (5); André de Rèsende, que freqüentou as quatro Universidades de Alcalá, Salamanca, Paris e Lovaina, exímio poeta e antiquário, e mestre do infante D. Duarte; Jerónimo Cardoso, latinista e pedagogo não vulgar; Pedro Nunes, o celebrado astrónomo, e Garcia da Horta, o naturalista de tanto renome.

Em Lovaina mostraram a riqueza de seu engenho Damião de Góis, justamente honrado com a amizade dos

---

(1) Cf. Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, II, 58 segg.

(2) *Romanam nuper Pacequus missus ad urbem*
Legatus lingua clarus et ingenio.
Cataldo Sículo citado em Barbosa Machado, *Bibl. Lusit.*, vb. Diogo Pacheco.

(3) . . . . Docuit nam primus Iberos
Hippocrenaeo Graias componere voces
Ore . . . .
A. Rèsende, *Des. Erasmi Encomium*, pag. 37.

(4) António Ferreira, *Cartas*, L. I, *carta* 6, em *Poemas lusitanos*, 3.ª impressão, pag. 25.

(5) Clenardo, *Epist.*, pag. 290: *Epist. ad Christianos.*

homens mais ilustres do seu tempo, e os dois frades jerónimos Diogo de Murça e Brás de Barros, ambos êles estrénuos restauradores das letras em Portugal. De Paris, onde foram, naquela Universidade mundial, buscar tesoiros de sciência, saíram aureolados de glória o doutor Diogo de Gouveia, o mais célebre de quantos usaram nesse século literário o seu famoso apelido; Pedro Margalho, outro mestre do cardeal D. Afonso, e lente de teologia na Universidade de Lisboa, Francisco de Melo, matemático, latinista e filósofo de farta sciência (1), e Miguel da Silva, o famoso bispo de Viseu, a quem o talento brilhante e a estima das mais distintas personagens de Itália elevaram às honras da púrpura romana.

Depois dêstes seguiram-se, no ímpeto da mesma nobre aspiração, os bolseiros del-rei D. João III. Foram numeroso enxame, que voou de Portugal para ir colher naquele jardim florescente e abundoso as doçuras da boa doutrina. Alguns, entre os quais primam António Pinheiro, Jerónimo Osório, Diogo de Teive e António, André e Marçal Gouveia, lograram fama universal de mestres insignes. Mas ainda lá por fora lidavam tantos jovens portugueses em busca da instrução literária, e já em Portugal a começavam a difundir mestres de não mesquinho valor, ou vindos das Universidades estrangeiras ou formados nas escolas do reino. Citam-se os nomes beneméritos de Estêvão Cavaleiro, o primeiro português que publicou gramática latina (2), Diogo Pacheco, Luís Teixeira, Francisco Cardoso, Diogo Álvaro, Pedro Rombo, André de Rèsende e Jerónimo Cardoso.

*

* *

Com a instituïção porém de novos colégios é que mais largamente se espalharam no reino as luzes das sciências e

(1) «Francisco de Melo — Que sabe sciencia avondo», disse Gil Vicente no *Auto da Feira. Obras* T. I. (Lisboa 1843), pag. 151.

(2) *Ars Virginis Mariæ in quinque libros distributa.* Lisboa, 1516. — Cf. Rèsende, *Oratio pro rostris pronuntiata in Olisiponensi Academia, Calend. Octobris MDXXXIII* em *Archivo Hist. Port.*, IX, pag. 272.

das letras. D. Manuel fundou no ano de 1517 em Lisboa no convento de S. Domingos um colégio, que se denominou de S. Tomás, para nele cursarem artes e teologia vinte frades, catorze da Ordem dominicana e seis da de S. Jerónimo. Perseverou a fundação, que finalmente se trasladou em 1539 a Coimbra para junto da Universidade (1). Já em 1520 deliberara também o monarca venturoso estabelecer estudos em Évora, nunca porém chegou a realizar aquele desígnio. Estava reservada a seu filho e sucessor a principal glória neste renovamento literário.

Começou a grande emprêsa de D. João III com a restauração dos estudos no mosteiro de S. Cruz em Coimbra. Pela acção inteligente do reformador fr. Brás de Barros transformou-se o antigo cenóbio num movimentado centro de estudos humanísticos e scientíficos, para cujas cadeiras se convidaram mestres portugueses que haviam freqüentado a Universidade de Paris, ou também de nacionalidade estrangeira. Cresceram êsses estudos à semelhança de Universidade e não lhes faltaram privilégios outorgados por diplomas pontifícios.

Pelos mesmos anos se fundava, por favor do régio Mecenas, um colégio no convento de Penha Longa de frades jerónimos, sob a direcção de fr. Diogo de Murça, e em 1537 se transferiu para o mosteiro da Costa nos arredores de Guimarães. Ali subiram a grande florescimento as letras, a ponto de Paulo III o autorizar, por bula da Penitenciaria de 1539, a conferir a seus alunos os graus académicos de bacharel, licenciado e doutor em filosofia e teologia (2). Dos progressos que faziam os estudantes, religiosos e seculares, dava conta a D. João III com justificada complacência o reitor Diogo de Murça. No ano de 1542, em que estudava latinidade, sob a regência de Mestre Inácio de Morais, «frei António, filho do infante D. Luís, com sete ou oito moços de sua idade e capacidade pouco mais ou menos», assim conclui o doutor lovaniense a notícia que ao monarca enviou: «Espero em Nosso Senhor que daqui a poucos anos haja aqui tão

(1) *Corpo dipl.*, II, 365; IV, 213, X, 87-89.
(2) *Corpo Dipl.*, IV, 215-216.

bons lentes de frades e leigos, que não seja necessário trazê-los de fora, do que Nosso Senhor dará a V. Alteza galardão eterno, e neste mundo muita glória a seu real nome, que certo tão santa obra a merece mui acrescentada sôbre todos seus antecessores» (1). Em 1543 foi também êste colégio mudado para Coimbra, onde por êsse tempo se instituíam novos colégios, como para formarem a côrte da ínclita Universidade, que desde 1537 se erguia na cidade do Mondego.

De-feito a dois de maio dêsse ano inauguravam-se as aulas na Universidade portuguesa, que D. João III trasladara de Lisboa para Coimbra com o propósito grandioso de a elevar ao nível das melhores Universidades europeias. Não estavam porém ainda satisfeitas as aspirações do monarca. Dez anos depois coroava a sua obra com a fundação do Colégio Real para o ensino das artes e humanidades. Proveu com munificência régia as cadeiras de mestres portugueses e estrangeiros, tão escolhidos entre os melhores, que fariam o lustre de qualquer Universidade, e nos princípios de 1548 abriram-se as aulas do mais famoso colégio que se erigiu em Portugal.

Além dêstes grandes centros de instrução encontravam-se por todo o reino outros menores, bem que poucos em número, a que mais justamente quadrava a denominação de escolas. De gramática ou humanidades havia-os no Pôrto, onde ensinou por algum tempo o bem conceituado humanista Marçal de Gouveia; na cidade de Braga, em que ficaram célebres os nomes dos dois mestres flamengos, Clenardo e Vaseu; em Évora, que honraram as lições de Estêvão Cavaleiro; em Extremoz, no colégio fundado pelo infante D. Luís; em Bragança, Olivença e talvez noutras cidades. As escolas de ler e escrever subiam, como é de ver, a maior número, e existiam ainda em povoações de menos habitantes. Na cidade de Lisboa contou para 1551 Cristóvão de Oliveira sete escolas de gramática, e trinta e quatro de ler e escrever (2).

---

(1) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. 1, maço 73, doc. 10. Carta autógrafa de 4 de novembro de 1542.

(2) Cr. de Oliveira, *Summario... de Lisboa*, f. Fiii. Segundo a *Estatística* de Lisboa de 1552 (ms. da Bibl. N. L., Fundo Geral, n.º 679) freqüenta-

Além de tôdas estas escolas e colégios espalhavam ainda a instrução em Portugal as escolas das catedrais com o seu mestre-escola, e também as dos mosteiros, que desde tempos antigos abriam suas aulas não só para os religiosos, que os habitavam, mas também para jovens seculares, que desejavam instruir-se nas letras e sciências.

*

* *

Mas com todo êsse movimento literário, diremos que naquela primeira metade do século XVI tinham as letras atingido realmente a sua idade de oiro? Infelizmente somos forçados a responder com muitas reservas, e a cortar nos encarecimentos com que tantos exaltam êsse período literário, confundindo o impulso admirável que se deu aos estudos com os resultados que se colheram naqueles anos.

Considerando primeiramente o esplendor intensivo da literatura, podemos com ufania apregoar que, no que diz respeito à erudição humanística e estudo das línguas clássicas, particularmente do latim e grego, foi aquele período verdadeiramente uma idade de oiro. Não poucos humanistas então floresceram, e tais eram êles, que podiam sem desaire ombrear com os mestres mais distintos das nações estranhas. Nicolau Clenardo, quando chegou a Portugal em 1533, teve ocasião de os conhecer e a franqueza de os louvar. Assim manifestou êle sua estima escrevendo a João Vaseu: «Sobremaneira me agrada esta côrte, em que há muitos homens doutos assim na língua grega, como na latina. Nem sequer em Salamanca se encontrará quem as fale com tanto desembaraço» (1). Não era porém só junto do monarca, protector das letras, que brilhava a erudição clássica dos portugueses. A todo o Portugal chegavam as luzes de tantos, que se assinalaram naqueles estudos; e dos que mais se avantajaram, deu a lume a imprensa obras, que se-

vam cada uma destas escolas de ler e escrever «duzentos, trezentos mininos deles mais deles menos».

(1) Clenardo, *Epist. Libri duo*, pag. 161.

rão perpétua glória de seus autores. Aires Barbosa, Jorge Coelho, André de Rèsende, Jerónimo Cardoso, António Pinheiro, Jerónimo Osório, para só nomear astros de primeira grandeza, bastam, antes diremos, sobram para vestir de esplendores a literatura humanística de Portugal.

Se agora olhamos para o renascimento das letras pátrias, temos de abater um tanto os excessos de admiração sôbre aqueles primeiros quartéis do *século de oiro*. Um crítico no alvorôço de seu entusiasmo exclama: «Ah! o século XVI é o século esplendoroso, o século sol, em redor do qual a nossa literatura tôda gravita» (1). Mas nós sentimo-nos necessitados pelo amor da verdade a moderar êsse ardor, observando-lhe que o século XVI era na sua primeira metade um sol que apenas despontava, uma aurora brilhante, que prenunciava grandes esplendores. Êsse período da nossa literatura define-se com mais exactidão pelo despertar de uma intensa actividade literária, por êsse febril movimento, que tendia a uma completa renovação intelectual. Mas as obras verdadeiramente clássicas da língua portuguesa só mais tarde se produziram em fôrça dessa energia propulsora. Nem a língua nem a estética dos primeiros autores atingiram a perfeição do classicismo, que faz modelos acabados as obras de literatura. Decorreram ainda muitos anos até que a linguagem se tornasse rica, maleável, variada e sonora. «A língua dos quinhentistas ou está muito próximo da sua fase arcaica, como em Gil Vicente, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, ou não assimilou ainda a grande riqueza lexicográfica, sintáxica, que os estudos humanísticos lhe proporcionavam, nem achou ainda a vasta variedade de modos de dizer, que a necessidade e a própria existência da arte de escrever ensinariam... Se ela tem em João de Barros certa gravidade, e em Fernão Mendes Pinto certa simplicidade pitoresca, em todos carece de variedade; é monótona, move-se dentro de alguns poucos caixilhos, que enquadram e apertam o discurso, comprimem a expressão. Essa monotonia em Damião de Góis desce até à pobreza, quase até à

(1) Albino Forjaz de Sampaio, *A Tipografia portuguesa quinhentista* em *Historia da Lit. Port. ilustrada*, fasc. XII, 364.

uniformidade. A língua dos nossos quinhentistas será um passo progressivo na história da língua portuguesa, está porém longe da sua forma perfeita» (1).

A estética nas diversas produções literárias não só não chegara ainda ao primor artístico, mas era muito rudimentar. A poesia do *Cancioneiro Geral* sente-se falta de inspiração graciosa. «Substância poética, opinava o grande mestre Castilho, pouca se espreme do corpulento volume do Cancioneiro» (2). Gil Vicente, se lhe aplaudimos o fecundo e nobre esfôrço de fundar um teatro português, não podemos deixar de o considerar artista ainda inculto e desataviado. Do seu teatro e das comédias de feição clássica assim ajuíza um crítico moderno: «O teatro vicentino, amorfo e rude, como um pedaço de barro informe, onde mão de artista imprimisse algumas dedadas de génio, e a comédia clássica, fria, sem sal cómico, sem a menor vida scénica, imitação artificiosa de gabinete, careciam ainda de ser trabalhados por uma complexa evolução transformadora» (3). E Carolina Michaelis, conceituando igualmente o dramaturgo, com estas restrições lhe avalia o merecimento: «Gil Vicente representava os seus autos, fruto de um talento dramático genial, mas pouco culto, e provocava os bons ditos e remoques de Miranda» (4). Assim é que lendo alguns dos autos e farças do que se denominou Plauto português, não nos pareceu muito descabido aplicar no seu tanto aos bons portugueses daquele tempo o que Horácio dizia dos seus romanos, que tinham a paciência de aplaudir as graças insulsas e chocarreiras do seu Plauto:

> At nostri proavi Plautinos et numeros et
> Laudavere sales nimium patienter utrumque,
> Ne dicam stulte mirati; si modo ego et vos
> Scimus inurbanum lepido seponere dicto (5).

---

(1) Fidelino de Figueiredo, *Hist. da Litt. Clássica*, 1.ª época, ed. de 1922, pag. 352.

(2) Castilho, *Obras compl.*, *Telas Litterarias*, I, Lisboa, 1907, pag. 133.

(3) Fidelino de Figueiredo, *ob. cit.*, 2.ª época, ed. de 1922, pág. 141.

(4) *Poesias de Sá de Miranda*, pag. XVI.

(5) *De Arte Poetica*, v. 270-273.

Não há dúvida que a obra de Gil Vicente, por justos títulos bem digna de admiração, era todavia imperfeita e só de longe, como hoje a lemos, se assemelha ao teatro espanhol de Lope de Vega, Calderon e Tirso de Molina. Os autores castelhanos tomaram sim a rica herança dos autos vicentinos, mas aperfeiçoaram-nos com os recursos peculiares de seu génio.

A Sá de Miranda cabe-lhe a glória de iniciar um renovamento literário e de introduzir em Portugal a imitação dos modêlos italianos, mas a sua pena ainda era muito áspera e pouco limada. A sua poesia conceituosa, mas frouxa e fria, não tinha o atractivo e encantos com que seus sucessores haviam de polir e aformosear a poesia portuguesa. Carolina Michaelis, admiradora do poeta filósofo, assim lhe aprecia o estro poético: «Os versos que então escreveu, não são perfeitos nem se podem dizer de primeira ordem, porque não são de um génio, como os de Garcilaso e Camões» (1).

Desta brevíssima exposição já podemos ver que a Companhia de Jesus, ao chegar a Portugal em 1540, encontrou as letras pátrias não em estado de perfeição clássica, mas numa fase brilhante de bem principiada restauração. Só depois de ter entrado em plena actividade a Ordem ignaciana é que saíram a lume as obras mais perfeitas da literatura portuguesa. Mas adeantemos um passo mais em o nosso exame dos tempos passados.

*

*   *

Se consideramos a expansão que tiveram as letras nesse tempo, em que parecia agitar-se uma ânsia irreprimível de saber, poderemos gloriar-nos de que a instrução penetrara largamente no organismo de Portugal e que a sociedade portuguesa era uma sociedade culta e intelectualmente rica? A realidade, examinada à luz serena da crítica, de modo nenhum nos consente que dêmos a Portugal êsse ape-

---

(1) *Poesias de Sá de Miranda*, pag. XIV.

tecido louvor. A côrte sim campeava como se fôsse lustrosa academia de eruditos. D. João III soube reünir à volta do trono a tantos que logravam no campo das letras fama universal. Os mestres dos infantes, quais foram Pedro Nunes, Francisco de Melo, Aires Barbosa, Pedro Margalho, André de Rèsende competiam sem favor com os mais insignes letrados. Entre êles reluzia a pléiade formosa da chamada academia feminina, que em tôrno da infanta D. Maria se congregara, e difundia na côrte um ambiente espiritual de suavíssima elegância.

Mas por todo o Portugal, ainda que acharemos avultado o número de eruditos, se os comparamos aos do século anterior, com um instante de reflexão fàcilmente conviremos que eram na verdade bem poucos os homens verdadeiramente instruídos. Como não havia de suceder assim, se, quem desejasse algum dia avantajar-se na sciência, tinha quase necessàriamente de peregrinar a nações estranhas? A maioria dos que em Portugal primavam na instrução, a Universidades estrangeiras foram de facto pedir os tesoiros da sabedoria. Seja André de Rèsende quem no-lo testemunhe. «Não tenho dificuldade em mostrar-vos, apregoava êle no Colégio das Artes em 1551, que entre os portugueses há filólogos, e nos últimos cincoenta anos não menos de trinta com tal brilho se assinalaram nas letras, que bem se podem comparar com os antigos na elegância da linguagem e na gravidade dos pensamentos. É-me igualmente fácil apontar-vos mulheres, que não cedem a personagens da antiguidade a palma da erudição, e entre as primeiras realça a infanta D. Maria. Mas porque era necessário para granjear instrução sair fora da pátria, não o podiam levar a efeito aqueles a quem faltavam ou meios pecuniários ou a liberalidade do rei; e assim poucos eram os que logravam aquela boa sorte» [1]. Com estas dificuldades formavam os eruditos um escol, brilhante certamente, mas bem pouco numeroso.

Nessa porção privilegiada sobressaíam os eclesiásticos,

---

(1) *Oratio habita Conimbricae in Gymnasio Regio. Anniversario dedicationis ejus die.* Quarto calendas Julii MDLI. Veja-se análogo testemunho de Teive em *Jacobi Tevii Oratio in laudem Joannis Tertii*, f. 14v-15.

sendo a classe sacerdotal por antiga tradição a que mais se dava ao estudo das letras e a que teve parte preponderante no movimento literário do seculo XVI. Com justo desvanecimento podia ela apontar, como para membros seus ilustres, para o doutor Diogo de Gouveia, o velho, para André e Diogo da mesma gloriosa família dos Gouveias, para Francisco de Melo, André de Rèsende, Estêvão Cavaleiro, Jorge Coelho, Diogo de Teive, Antônio Pinheiro e Jerónimo Osório, que entre outros particularmente a honraram.

Mas, não obstante o esplendor dêsses astros e a preeminência da classe na cultura literária, sucedia ainda assim que era por muitas partes do reino pouco instruído o clero secular, e carecia da sciência necessária ao melhor desempenho dos ministérios sagrados. Não tiveram receio de o consignar em documentos públicos alguns bispos, quando tratavam de melhorar a instrução dos seus coadjuvadores. Da diocese de Bragança escreveu por 1562 D. Julião de Alva que examinara o seu clero na visita pastoral e reconhecera que havia nele muita ignorância e pouca suficiência para o delicado ministério da salvação das almas (1). Bem o verificara nos anos anteriores por experiência própria o P. Lionel de Lima, primeiro reitor do colégio da Companhia na cidade brigantina (2).

Do clero da arquidiocese bracarense mais de uma vez atestou fr. Bartolomeu dos Mártires a necessidade que tinha de maior aplicação a estudos, e com significativa expressão bem alto o disse nas côrtes de Tomar, asseverando que o seu arcebispado, ao tempo da fundação do colégio da Companhia de Jesus, se assemelhava a um matagal inculto pela excessiva ignorância dos sacerdotes encarregados do govêrno das almas (3). Já porém antes do grande arcebispo dominicano fizera igual declaração o carmelita seu antecessor D. Baltasar Limpo. Na carta em que instituíu o colégio de

---

(1) T. do Tombo, Cartório dos jesuítas, maço 56.

(2) Bibl. M. do Pôrto, ms. 162, *Chronica dos Padres Jesuitas,* Dec. 1.ª, L. 2º., C. 7.

(3) Franco, *Synopsis Ann.*, 1581, n.º 9. Cf. fr. Luís de Sousa, *Vida de D. Fr. Barth. dos Martyres,* L. I, C. 18.

S. Paulo, ponderando a falta de doutrina que observara para o govêrno espiritual e temporal das igrejas, recorda a urgência que havia de larga reforma «pela negligência, descuido e inconvenientes, confirmava êle, que se causam pela ignorância que tem a maior parte da clerezia desta nossa diocese, como vimos por experiência, e nos constou em visitações e exames que mandámos fazer» (1).

No arcebispado lisbonense também havia sob o mesmo aspecto muito que lastimar. Em 1554 o futuro patriarca de Etiópia João Nunes Barreto apontou claro indício donde bem se pôde inferir o estado intelectual do clero. Segundo êle, os ouvintes de casos de consciência, que freqüentavam na capital, já sacerdotes, o colégio da Companhia, eram «tão indoutos», que sem dificuldade se achariam muitos padres e até irmãos daquela Ordem que os pudessem ensinar (2). Mas ainda em 1567 o cardeal D. Henrique, então arcebispo de Lisboa, mandara examinar geralmente os clérigos, seus diocesanos, e fàcilmente se persuadiu ser grande a penúria de ministros hábeis para as sublimes ocupações do sacerdócio (3). Em Évora cuidava zelosamente o mesmo cardeal, quando regia a diocese alentejana, em dissipar «a ignorância que havia» por aquele Alentejo «na maior parte dos eclesiásticos». Assim o deixou em memória um piedoso sacerdote da Companhia no ano de 1560 (4), e depois confirmou António Franco escrevendo que «havia naquele tempo grande falta de doutrina, os prègadores poucos, os párrocos ignorantes» (5).

Não seremos com certeza exagerados, se admitirmos que tôdas as demais províncias de Portugal adoeciam, qual mais qual menos, da mesma enfermidade. As causas do decaïmento eram comuns; deviam forçosamente ser idênticos os efeitos do mal.

Nas Ordens religiosas, principalmente nas que tinham tradições de avultada sciência, subia mais alto, como era de

(1) Mss. S. J., *Lus.* 79, f. 335.

(2) *Epist. Mixtae*, IV, 336.

(3) T. do Tombo, cartório dos jesuítas, maço 56.

(4) *Litt. Quad.*, VI, 593. Carta do P. Brás Gomes, Évora 30 de abril de 1560.

(5) *Imagem da virtude... Lisboa*, pag. 147.

supor, o nível da educação literária. Não obstante êsse facto, pôde em 1542 escrever a D. João III o autorizado fr. Diogo de Murça, ao comemorar os progressos escolares do Mosteiro da Costa, que nunca êle cuidara que «entre frades, e frades de S. Jerónimo, que tão fora estavam de estudar, se pudesse introduzir exercício de letras» com tão auspicioso sucesso [1]. Os religiosos de S. Bernardo também o monarca não julgou caluniá-los em 1546, quando os indicava como «ignorantes e homens de pouco saber» [2].

Demais num arrazoado que em 1633 se apresentou à côrte de Madrid com o intuito de defender o aumento de escolas para a prosperidade da nação portuguesa, sustentava-se que a muita ignorância, que dominava nas Ordens religiosas antes da reforma promovida por D. João III, fôra causa da relaxação em que não poucas viviam [3].

Se eram porém tamanhas as sombras que escureciam a classe sacerdotal, que luzes diremos que iluminavam geralmente o povo português? Por infelicidade bem escassamente brilhavam elas. Sendo, como notámos, tão deminuto o número das escolas em Portugal, havia fatalmente de ficar entenebrecida e inculta a massa da população. Mas afora essa escassez muito deviam também contribuir para o mesmo efeito as tendências que então prevaleciam na sociedade portuguesa. Não era o amor do estudo que mais atraía os ânimos dessa geração. O desejo de aventuras militares e comerciais é que nêsse tempo como que arrastava para além dos mares a nobreza e o povo. Pelos anos de 1525 significava D. João III ao Papa Clemente VII que os naturais de seu reino se inclinavam de preferência para o exercício das armas e viviam mais ocupados em guerras e expedições do que nas lides do estudo; por êsse motivo faltavam letrados particularmente para a evangelização dos infiéis [4].

---

(1) T. do Tombo, *Corp. Chron.*, P. I., maço 73, doc. 10, citada carta de 8 de novembro de 1542.

(2) *Corpo Dipl.*, VI, 63.

(3) Bibl. N. Madrid. Ms. n.º 4162: *Informacion en la causa de los estudios de Portugal*, folheto impresso em 1633, e incluído no citado códice.

(4) *Corpo Dipl.*, XI, 291.

Assim não é de estranhar que sobejem testemunhos coevos a depor que alastrava ignorância lastimosa pelas diversas províncias do reino. Aludem os que citamos, directamente à instrução religiosa, mas com ela corria parelhas o conhecimento das letras. Dos habitantes de Trás-os-Montes pôde assegurar o P. Inácio de Azevedó, depois de percorrer por bem dois mêses essas regiões, que «era a gente mais idiota e rude» do norte de Portugal (1); e não discordava dêste depoïmento fr. Luís de Sousa, quando descrevia com sua pena suavíssima o miserando estado, em que o seu arcebispo viu as terras dessa extensa província. «Magoava-se tanto, disse o biógrafo, da barbárie de costumes e cegueira em que viviam» os moradores daqueles montes do Barroso, «que chorava não ter vindo ali o primeiro dia que conheceu Braga». Achava que «não havia cristandade mais que no nome» (2). Nas margens do Minho não era mui dessemelhante a cultura. Dos povos que por lá viviam longe dos centros mais civilizados, observou em 1550 um missionário da Companhia que «dêles a gentios era pouca a diferença», (3); e, referindo-se geralmente ao arcebispado de Braga, acrescentou ainda Inácio de Azevedo que o povoava «gente muito necessitada e rude, e que tinha necessidade de doutrina» (4).

A Beira foram os religiosos da mesma Ordem nas suas excursões apostólicas encontrá-la em tão triste condição, que diziam «ser mister ensinar aquela gente, como aos negros que veem da Guiné» (5). Um dêsses apóstolos, depois de baptizar a dois homens de cincoenta anos de idade, exclamou que «era em extremo grande a cegueira daquela região» (6).

Também o Algarve sofria de semelhante desamparo, ainda que não descera tão baixo talvez a ignorância popular.

---

(1) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 103, f. 3.
(2) *Vida de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres*, L. III, C. V.
(3) *Epist. Mixtae*, II, 406.
(4) Mss. S. J., Códice citado, f. 49.
(5) *Epist. Mixtae*, I, 232.
(6) *Ob. cit.*, l. c.

Dessa província informava a D. João III em 1548 um zeloso frade, de nome Eusébio, que a percorria em frutuosa missão, e advertia-lhe que todo o bispado estava, quanto se podia dizer, precisado de instrução religiosa; não acusava dessa penúria a gente da terra; que o que lhe faltava era «doutrina que nunca até agora tiveram» (1). Em Lisboa devia naturalmente ser menos sensível a míngua de instrução de seus habitantes com o maior número de escolas destinadas ao ensino das classes inferiores.

Assim que ao tempo em que se estabeleceu em Portugal a Companhia de Jesus, estava, sim, dado um admirável impulso para o reflorescimento das letras, mas havia muito que deplorar no estado intelectual dos portugueses. Os colégios que essa Ordem no andar dos anos fundou, concorreram não pouco para que mais largamente penetrasse e crescesse a instrução no clero, nobreza e povo.

III

Se agora investigamos as condições de moralidade, em que jazia a sociedade portuguesa naqueles primeiros decénios do mesmo século de quinhentos, deparar-se-nos-ão não pequenos motivos de surprêsa e mágoa. O povo português, desde a classe mais alta e luzida até às ínfimas camadas, era por índole e tradição profundamente religioso e obedientíssimo à Santa Sé de Roma (2). Havia nos recessos mais íntimos de seu espírito um grande fundamento e indubitável riqueza de fé cristã; mas a fraqueza humana com outras causas extrínsecas, que muito influíram na sua psicologia, estorvaram tanta vez que essa fé triunfasse da sedução das paixões e das ocasiões tentadoras, e desse plenamente os frutos próprios dessa fonte de energia sobrenatural. Assim nessa época de intensa religiosidade sentia-se e deplorava-se enorme deca-

---

(1) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I., maço 80, doc. 47.

(2) «Tutto il populo portoghese... é ubbidientissimo alla Sede apostolica e religiosissimo». *Corpo Dipl.*, V, 137: *Instruzione... a... Nunzio Apostolico di Portogallo* (1542).

dência nos costumes. Meçamos, bem que numa vista de relance, a profundeza e extensão do mal.

A classe que devera, pela sua profissão de santidade especial, levantar-se muito acima do lôdo terreno, também ela tocou, e nem sempre de leve, na lama pegajosa do vício. Já vinha de longe o pernicioso contágio. Nos anos de 1481 a 1482 queixam-se ao rei as côrtes de Évora de que «muito dissolutos são os clérigos, frades e pessoas religiosas... assim na vida como em trajos e suas obras, dando mau exemplo aos leigos» [1]. As côrtes de 1498 pedem também remédio ao monarca para «a devassidão das mancebas dos clérigos, a qual se solta cada vez mais» [2].

Dois anos atrás o bispo do Pôrto, D. Diogo de Sousa, impõe nas Constituïções diocesanas suas penas aos minoristas e sacerdotes que espalhavam ruïnoso escândalo [3]. Com igual zêlo o bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, procura em 1521 pôr têrmo aos desmandos pouco honestos do clero de seu bispado [4]. Acêrca do arcebispado de Braga escreve-se em nome do rei para Roma carta de informação, em que se assevera pelos anos de 1541 que «a clerezia vive dissolutamente com muito mau exemplo e escândalo dos fiéis cristãos» [5].

Mas, por miséria sumamente deplorável, até ao mais alto da jerarquia subiu a lama, que tão feiamente ennodoava os ministros do altar. O arcebispo do Funchal, D. Martinho, era filho do bispo de Évora, D. Afonso de Portugal, a quem um breve de Leão X lançou gravíssimas acusações [6], e pai

---

(1) Visconde de Santarém, *Memorias para a historia e theoria das côrtes geraes*, P. 2.ª, ed. de 1828, pag. 240.

(2) *Ob. cit.*, pag. 342.

(3) Cf. Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja*, III, P. 2.ª, 464.

(4) Cf. Fortunato de A., *Ob. cit.*, l. c.; Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, I, 154.

(5) T. do Tombo, *Collecção de S. Vicente*, L. I., f. 81; *Quadro Elementar*, XI, 421. Esta carta não foi por fim mandada a Roma. O rei, mudando os designios que nela expunha, substituíu-a por outra, que se encontra na mesma *Collecção*, L. I, f. 63.

(6) Breve *Non absque gravi* de 17 de março de 1517 no *Corpo Dipl.* XI, 147.

de D. Eliseu, que seguiu igualmente a carreira eclesiástica [1]. D. João de Azevedo, bispo do Pôrto, também deixou prole ilustre, mas soube na velhice emendar os desvarios de mais moço, recolhendo-se a fazer penitência no mosteiro de S. Bento de Xabregas, onde faleceu em 1517 [2]. O zeloso D. Rodrigo Pinheiro, bispo de Angra e, desde 1552, do Pôrto, reconhecia por pai o ambicioso e violento, mas cultíssimo D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal [3]. D. Fernando de Vasconcelos, bispo de Lamego até 1540 e logo arcebispo de Lisboa, de quem se dizia em Roma que «mostrava ser bom eclesiástico» [4], teve entre outros filhos D. Afonso de Menezes, arcebispo de Braga e D. Luís de Vasconcelos, governador do Brasil, que morreu no mar das Canárias pelejando animosamente contra os corsários franceses [5].

O bispo da Guarda e antes abade de Alcobaça, D. Jorge de Melo, levava uma vida tão repreensível, não só no que respeitava a moralidade, mas também no que tocava a outros deveres de sua dignidade episcopal, que mereceu até ser fulminado com pena de excomunhão maior, e privado por breve pontifício do govêrno da sua diocese [6]. Claros sintomas são êsses de quanto penetrara ainda no sagrado do santuário a onda da corrução!

Demais com não pequeno desdoiro da classe, destinada ao ministério santíssimo dos altares, não era muito raro que o clero, ainda o episcopal, fôsse recrutado entre jovens de nascimento ilegítimo. D. Bernardo da Cruz, bispo de S. Tomé, D. Diogo da Silva, arcebispo de Braga, D. João Soares, bispo de Coimbra, fr. Brás de Barros, bispo de Leiria, D. Cristóvão de Castro, bispo da Guarda e D. Diogo de Sousa, arcebispo de Évora, houveram de alcançar dispensa de sua ilegitimidade para receber as ordens sacras e subir

---

(1) *Corpo Dipl.*, II, 238, VI, 376.
(2) Cf. Francisco de S. Maria, *O ceo aberto na terra*, pag. 865.
(3) *Corpo Dipl.*, IV, 338.
(4) *Corpo Dipl.*, V, 134.
(5) Sousa, *Hist. genealogica*, XII, P. I, 134.
(6) Breve de Paulo III, *Exhibita nobis* de 4 de Dezembro de 1545 em *Corpo Dipl.*, V, 503-506.

ao episcopado. Alguns dêles eram, sôbre ilegítimos, filhos de outros clérigos [1].

Mas apontemos só mais algum testemunho, que nos facilitará medir com mais exactidão a grandeza desta calamidade.

Quando os missionários da Companhia começaram a evangelizar Portugal, tiveram sobeja ocasião de ver espectáculos bem pouco edificativos. Os que percorreram a Beira-Baixa com tristeza verificaram que era excessivo o número de sacerdotes enredados em uniões ilícitas, e trabalharam por separar os que nunca deviam conviver [2]. Na Guarda entenderam fàcilmente que os cónegos da sé viviam com público escândalo do povo, e, quem referiu os sucessos da missão, observou significativamente que «ali como em outras muitas partes» reinava a mesma desordem moral [3]. No ano de 1547 avisava do Algarve a D. João III o mencionado prègador, fr. Eusébio, que o clero daquele bispado estava muito corrompido por lhe faltar bom govêrno havia cincoenta anos. Com esta carência de disciplina não é de maravilhar que os cónegos e mais clérigos de Silves se revoltassem pùblicamente contra a transferência da sé para Faro, e chegassem a andar armados a cavalo, executando violências nos arredores daquela cidade [4].

A depravação do continente comunicava-se às colónias. O ardente missionário Manuel de Nóbrega escrevia do Brasil para Portugal nêstes têrmos de justificada indignação: «Os clérigos desta terra [Pernambuco] teem mais ofício de demónios que de clérigos, porque além de seu mau exemplo e costumes, querem contrariar a doutrina de Cristo, e dizem pùblicamente aos homens que lhes é licito estar em pecado com suas negras pois que são suas escravas» [5].

---

(1) Cf. *Corpo Dipl*, IV, 330, 337; V. 378, 380; VI, 312; Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja*, III, P. 2.ª, 465-466.

(2) *Litt. Quad.*, I, 61.

(3) *Ob. cit.*, l. c.

(4) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, T. I, maço 80, doc. 1; maço 72, doc. 69, 105.

(5) Vasconcelos, *Chronica do Brasil*, II, 311. Cf. *ibid.* pag. 305.

*

* *

Mas teria a corrução, que lastimamos no clero secular, entrado também naqueles santuários, onde com mais recato se devia abrigar a virtude, queremos dizer, nas Ordens religiosas, precisamente fundadas para maior segurança e perfeição da santidade? Com mágoa o declaramos, nem essas estâncias privilegiadas poupou a onda assustadora. Nunca elas deixaram de ser jardins de grandes virtudes e seminários fecundos de heroísmos; mas é impossível não reconhecer que estavam por êsse tempo muito decaídas do primitivo florescimento e esplendor. Já no princípio do século XVI, segundo se colhe de informações que D. Manuel I enviara a Roma, viviam os religiosos de quase tôdas as Ordens não pouco desviados da perfeição de seu estado. Levavam não raramente vida pouco honesta, e tão alheia da Religião que professavam, que era para temer, consoante se exprimem os documentos pontifícios, não viessem os mosteiros dentro de pouco tempo a uma total ruína e desolação [1].

Quarenta anos depois notava pùblicamente nas côrtes de Évora de 1544 o orador D. Sancho, filho do mordomo-mor da raínha, D. Fernando de Farão, o lastimoso estado das Ordens religiosas, confessando que as mais delas, antes de D. João III pôr mão em as restaurar, «andavam depravadas em forma de sua regra» [2]. Ainda em 1554 pediu o rei ao Papa nomeasse o infante cardeal visitador dos mosteiros isentos, dando como motivo os males do passado, em que os religiosos «andavam muito soltos» e fora da ordem que professavam, e era «muito escandaloso» o exemplo de suas vidas [3].

Mas desçamos mais ao particular e citemos alguns dos copiosos documentos, que nos pintam a deminuïção de espírito religioso na maioria das Ordens. Os cónegos regrantes de S. Agostinho foi necessário reformá-los profundamente,

---

(1) Cf. *Corpo Dipl.*, XI, pag. 1, 5, 6, 10, 24, 26, 27.
(2) Bibl. N. Paris, *Fonds Port.*, 62: *Memorias das côrtes... 1544,* f. 185.
(3) *Corpo Dipl.*, VII, 335.

reconduzindo-os à observância disciplinar e cumprimento da regra de seu santo patriarca e doutor. Deu princípio ao melindroso trabalho o reformador fr. Brás de Barros, frade jerónimo, pelo mosteiro de S. Cruz de Coimbra, onde, segundo se lê num breve de Paulo III, «a tal ponto se havia corrompido a ordem monástica e os costumes dos religiosos, que não se guardava quase nenhuma regra do primitivo instituto» (1). Depois do mosteiro conimbricense estendeu-se a outros mosteiros da mesma Ordem de S. Agostinho a reforma que, segundo explicava para Roma D. João III, «mui necessária é, e sem a qual não pode Nosso Senhor ser bem servido, pelo grande desmancho em que está posta aquela Ordem e Religião» (2).

Na mesma necessidade de melhoramento regular se debatia a Ordem de S. Domingos, defensora tão zelosa da fé cristã. Em 1532 recomendava o monarca a seu embaixador que alcançasse em Roma autorização pontifícia para a reformação dela, «pelo muito grande desconcêrto, são termos da recomendação real, que há na Religião dos frades da Ordem de S. Domingos da Província dêstes reinos, e porque lhe falece mui pouco para de todo ser decaída»; que, se Sua Santidade não acode, prossegue o rei, «a Província dos frades dessa Ordem nestes reinos se acabará de todo de perder, segundo o estado em que já agora está» (3).

A Ordem benedictina, tão benemérita da civilização cristã, não escapou ao contágio. Muitos de seus mosteiros, como expressamente se afirmou em breve pontifício, parte por negligência e mau govêrno dos prelados ou comendatários, parte pela depravação moral dos monges que os habitavam, tanto se afastavam da antiga disciplina religiosa, que parecia não restava neles vestígio nenhum da observância regular» (4). No mosteiro de S. Maria do Pombeiro era mais estrondoso o escândalo. O abade D. António de Melo, pode-

---

(1) *Ob. cit.*, XI, 376-377: breve *Exposcit debitum* de 25 de abril de 1536.

(2) *Ob. cit.*, III, 335. Carta enviada a Pedro de Sousa em 1536.

(3) *Ob. cit.*, II, 365-366.

(4) *Ob. cit.*, X, 208. Breve *In eminenti* de Pio V, de 30 de abril de 1566.

roso, rico e aparentado, tornou-se na vida dissoluta a que se entregara, réu de muitos crimes e até de homicídios, e o mosteiro, onde êle dava guarida a malfeitores, «estava desbaratado e com mui poucos religiosos, sem ordem de Religião nem clausura» [1]. A tanto descera o relaxamento!

Não era talvez menor a desedificação que dos mosteiros de Bernardos recebia o povo fiel. Em 1546 com estas negras côres pintava o rei, em carta para Roma, a vida e exemplos dos religiosos, que êles abrigavam: «Como os abades são perpétuos, logo gastam as rendas dos mosteiros muito mal, em terem cavalos e mulas e criados e aves e cães de caça, e alguns dêles em mulheres, filhos e parentes, e vivem mais como seculares que como religiosos, e... os monges vivem também mal e fora de tôda a regra e religião,... são mal providos e mal tratados dos abades,... do que se segue em os ditos mosteiros não haver religiosos homens de bem e de boa religião [2].

Mas também à Ordem franciscana, desde os tempos de seu amável fundador viveiro perene de santos, tocou o mal da inobservância religiosa? Nem ela nos seus vários ramos se furtou às influências da epidemia moral. Em 1517 deplorava o Papa Leão X, que numerosos frades menores e freiras de S. Clara, que viviam nos conventos de Portugal, deminuído o rigor da pobreza, se metiam excessivamente em negócios seculares, desprezavam a observância da disciplina regular e se mostravam em sua vida bem alheios do hábito que vestiam, de modo que provinha dêsse proceder pouco exemplar maior desdoiro para a Religião do que edificação para os povos [3]. Dêste mau exemplo subiam de quando em quando ao trono queixas bem expressivas. A câmara de Angra dirigiu-se em 1541 a D. João III, a pedir-lhe que mandasse reformar o convento de S. Francisco daquela cidade. «Os frades, alegava a câmara, são menos recolhidos do que

(1) *Ob. cit.*, VIII, 67. Carta do rei ao embaixador em Roma, de 8 de novembro de 1558.

(2) *Ob. cit.*, VI, 63. Carta a Baltasar de Faria, de 21 de agôsto de 1546.

(3) Breve *Pro injuncto nobis* de 15 de junho de 1517 em *Corpo Dipl.*, XI, 165.

devem e mais soltos do que a religiosos pertence; de que às vezes procedem coisas que muito escandalizam o povo» ([1]). Contra o convento de Arzila chegavam igualmente ao mesmo monarca repetidas acusações nos anos de 1544 e 1548 ([2]).

Os franciscanos conventuais trabalhou muitos anos D. João III para os tornar à necessária pureza e observância das leis da Religião, mas «tem tanta fôrça o tempo e mau govêrno dos prelados nisto, dizia o rei em 1554, e a pouca disciplina que em esta Província há, que tudo isto não bastou,... antes cada vez cresce mais a soltura e liberdade dêstes padres, sem haver remédio para os fazer viver conforme a sua regra» ([3]).

Acêrca de outras Ordens, como as dos carmelitas e trinitários, se levaram também ao supremo tribunal do Pontífice Romano denúncias de relaxamento naqueles primeiros anos do século XVI ([4]). Dos cónegos de S. João Evangelista, que entre nós se chamam lóios, encontramos agradável excepção, e bem pode ser que haja outras com o elogio que para Roma escrevia D. Manuel em 1517. Mandou êle a seu embaixador certificasse ao Padre Santo que os cónegos eram «todos pessoas de vida de tôda a honestidade e bom exemplo» e que nas casas de sua Congregação se faziam os ofícios divinos com grande piedade «em tal modo, acrescentava o rei, que geralmente tôda a gente é provocada a mui grande devoção» ([5]).

Os conventos de freiras das diversas Ordens parece que deveriam esquivar-se à corrução comum, e ser ùnicamente estâncias mimosas de pureza angélica, de oração e piedoso recolhimento. Infelizmente não era assim; antes pela qualidade das pessoas que neles conviviam, naturalmente inclinadas à virtude, tornava-se a relaxação mais indecorosa e desedificativa.

([1]) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 70, doc. 111.

([2]) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I., maço 74, doc. 97, maço 80, doc. 69.

([3]) *Corpo Dipl.* VII, 371. Carta do rei ao embaixador em Roma. Cf. *ibid.*, pag. 372, carta do rei ao Papa, do mesmo ano de 1554.

([4]) *Ob. cit.*, XI, 186-187.

([5]) *Ob. cit.*, XI, 186-187.

No mosteiro cisterciense de Lorvão são por demais conhecidos os excessos que se cometiam por aquele tempo. O das claristas de Lisboa tratava empenhadamente D. Manuel que se reformasse, para que «uma tão honrada casa, como é êste mosteiro de Santa Clara desta cidade, dizia o rei, fôsse bem governada e metida em todo o bom concêrto e fora de tão mau exemplo e ... tamanha desolação» (1). Do mosteiro de Chelas, da Ordem de S. Domingos, também se lastimava o filho do rei venturoso, escrevendo a Baltasar de Faria, seu embaixador em Roma, que não era «serviço de Nosso Senhor, nem bem da Religião e das consciências e honestidade das religiosas dêle, viverem como viviam, nem estarem da maneira que estavam, de que se seguia grande escândalo ao povo e mau exemplo» (2).

Não multipliquemos porém citações escusadas. Os testemunhos aduzidos sobram para nos convencer de que as Ordens religiosas de ambos os sexos tinham efectivamente decaído de seu primeiro espírito e fervor. Quando contudo apareceu em Portugal a nova Ordem da Companhia de Jesus, já de há muito havia começado o salutar movimento de reforma promovida por D. João III.

*

* *

Se porém tão carregadas eram as nódoas, que deslustravam a classe, que por sua profissão devera com maior cautela guardar-se de tôda a imundícia, e tinha a missão divina de ser como sal da terra para preservar os homens da corrução moral, podemos fàcilmente conjecturar qual seria a limpeza de costumes das demais classes da sociedade. Havia forçosamente de se esconder muita miséria por entre os esplendores do renascimento literário e do luxo faustuoso que o deslumbramento e riquezas da Índia meteram em Por-

(1) *Ob. cit.*, I, 109. Instrução dada a seu enviado a Roma, em 20 de janeiro de 1507.

(2) *Ob. cit.*, V, 465. Évora, 26 de setembro de 1545.

tugal. Testemunhos coevos nos ministram sobejos indícios para bem avaliarmos a graveza dessa enfermidade.

São famosos os que exarou nas suas cartas o humanista Nicolau Clenardo no ano de 1535. Em vinte e quatro de março, receoso do perigo de perversão moral que correria seu irmão, assim escreve a Látomo: «Soube que Portugal desagradava de todo a meu irmão, e certo que me não magoou muito a notícia não sòmente pelo rapaz, que deveria andar numa aluvião de jovens corrompidos, — que tão estragada vive a mocidade de Espanha, ou, para melhor dizer, a mocidade de nosso país, que para cá se transfere, tamanho é o desregramento de costumes sobretudo em Lisboa, onde êle tinha de viver, — mas também por minha causa...» (1). Dois dias depois nova carta do humanista descreve ao mencionado seu amigo os extremos de corrução, a que, julgava êle, se rebaixara a juventude portuguesa. «Para também tocar de passagem neste ponto, dizia, vejo que Vénus é realmente pública por tôda a Espanha, e aí tem culto não menor, que outrora entre tebanos, particularmente em Portugal, onde será maravilha encontrar mancebo em legítimo matrimónio» (2).

Esta acusação tremenda, que, por vir de pena estrangeira, mais nos há de fazer còrar a portugueses, prova-se infelizmente crível até certo ponto não só por testemunhos análogos de outros escritores e pelas causas diversas, que então com o ardor das viagens e descobrimentos influíam na desorganização da família, mas também pela praga igno-

---

(1) Clenardo, *Epistolarum Libri duo*, pag. 11.

(2) *Ob. cit.*, pag. 20-21. Temos de descontar neste passo o exagêro da censura, que é manifesto. Era grande a miséria, mas certo não chegou à monstruosidade espantosa de ser milagre em Portugal um enlace legítimo de jovens! O flamengo que tanto estranhava a diversidade entre os usos de Portugal e da sua Flandres, nevoenta e húmida, bem deixava entrever em suas cartas que vivia contrafeito em Portugal, com desejos de retornar à sua cara pátria, e assim não admira que exagerasse os defeitos dos portugueses e os generalizasse em demasia. Porque lhe constou que um pobre, que vivia faustosamente, se sustentava de rábãos, conclui com extrema facilidade para multidão de *rafanófagos!* Cf. *Ob. cit.*, pag. 25-26. Vê muitos escravos em Lisboa, e já cuidava que eram na capital mais os escravos e escravas que os cidadãos livres! *Ob. cit.*, pag. 20.

miniosa do pecado infame, que os reis, assustados com sua propagação, repetidamente trabalharam por extinguir (1).

Tamanha perversão alarmava, como podemos imaginar, os mais prudentes, e alguns denunciavam claramente o perigo de desastres, que ela, se não se remediasse, traria inevitàvelmente ao reino. D. Álvaro de Castro, filho do austero governador da Índia e vencedor de Dio, escrevia de Roma ainda em 1563 ao cardeal D. Henrique, de pouco nomeado regente, a recordar-lhe «a corrução de Portugal em todo o género de coisa», ponderando-lhe ao mesmo tempo que «a gente natural» do reino estava «tão pervertida com as delícias e costumes», que seria mais dificultoso governá-la do que dominá-la gente estranha (2).

Em Portugal soltava ainda com maior sentimento iguais lamentações o mestre de D. Sebastião, P. Luís Gonçalves da Câmara, ao expor a seu superior Geral os receios que o assaltavam da ruína da nação. «Êste reino, chorava o santo religioso em 1560, vai-se perdendo com delícias e com outras desordens muito alheias dos antigos» portugueses (3). E segunda vez tomado da mesma apreensão que o angustiava, «êste reino, repetia, está totalmente estragado de costumes e, a juízo dos que entendem, pronto a se perder por muitas vias... Os moços e mancebos de tôda esta terra estão estragados em costumes não só de cristãos mas ainda de cavaleiros» (4).

Assim lastimavam homens devotadamente amigos de sua pátria as condições da sociedade portuguesa, sem dúvida com algum exagêro pela generalidade excessiva de suas expressões, mas também com muita porção de verdade; e tal era o campo, espinhoso e bravio, que se demarcava à Companhia de Jesus para o cultivar com o zêlo, sciência e virtude de seus religiosos.

(1) Cf. *Corpo Dipl.*, VI, 379; XI, 600: Breve *Exponi nobis* de Pio IV, de 10 de fevereiro de 1562. Sôbre a especial corrução da ilha de S. Miguel pelos anos de 1522 leia-se o que refere fr. Luís de Sousa na *Hist. de S. Domingos*, P. 3.ª, L. 2.º, Cap. VII e VIII, e *Annaes de D. João III*, pag. 47-49.

(2) *Ob. cit.*, X, 91. Roma 5 de abril de 1563.

(3) Laines, *Mon.*, V, 22.

(4) *Ob. cit.*, V, 279-280.

IV

Ora nesta sociedade, em que avultava tanta grandeza heróica, deslumbrava com o esplendor das letras a vastidão das descobertas e conquistas, e juntamente se chorava tanta miséria de vária sorte, é certo que sobrelevava pela sua posição e dignidade e pelas qualidades que o distinguiam, o monarca, senhor do comércio e navegação, sustentando nos seus ombros, talvez oscilantes, mas com majestade real, o império imenso que lhe legara o rei venturoso seu pai. D. João III era, na realidade, uma das figuras de mais relêvo em Portugal, figura tão vária e inìquamente julgada principalmente em nossos tempos, bem afastados, nos anos e nas idéias, daquele período da nossa história. Se não falta quem o levante à categoria de rei altamente benemérito da pátria, muitos chegam, num rasgo desdenhoso de despeito, a qualificá-lo de *inepto, imbecil e fanático,* cuidando resumir nêste tríplice insulto a personalidade completa do monarca. A história porém, que se escreva não por malevolência preconcebida, mas pelo exame e justa apreciação dos monumentos antigos, dá-nos um conceito bem diverso do grande rei.

Se olharmos suas aptidões intelectuais, muito longe de lhe aplicarmos a qualificação de imbecil ou estúpido, com que o apodaram espíritos transviados nêste ponto, pelo ódio talvez ou preconceito, devemos dizer que D. João III era homem de bom entendimento e bem assentado juízo. Alexandre Herculano naquela sua obra, em que há muito de história sôbre a origem da Inquisição, mas sobeja não pouco de paixão exaltada e também de despeito, louva-se nos Anais de fr. Luís de Sousa para tachar de inepto e intelectualmente imbecil o rei protector das letras (1). Mas o clássico dominicano afirma precisamente o contrário do que lhe atribui o historiador moderno! Ao descrever-lhe a infância e adolescência, assim lhe aponta os dotes de espírito: «Voam os anos: crescia o príncipe e descobria muito entendimento e para tudo habilidade e engenho» (2). Já depois de passados

(1) *Historia da Origem e Estabelecimento da Inquisição,* I, 172.
(2) *Annaes,* pag. 7.

os doze anos «mostrava em tudo o que fazia, prossegue o analista, tanto assento e entendimento, que claramente vencia e antecipava a idade» (1), e D. Manuel «tinha grande conceito do príncipe e conhecia que *podia* fiar muito dêle» (2). Emfim enumerando as matérias de letras e sciências, que mestres escolhidos lhe ensinaram, nota que «para tudo teve o príncipe bom natural, acompanhado de grande memória» (3).

Na opinião porém que formava Luís de Sousa dos talentos do rei, não discordava de escritores mais antigos. O cronista-mor António de Castilho no elogio que teceu à pessoa do monarca, sem rodeios afirmou que D. João possuía *memória estranha* e *tanto juízo como sempre mostrou* (4); e Francisco de Andrade exarou na sua *Crónica do mui alto e poderoso rei,* que era «dotado de um excelentíssimo engenho e de uma tão felice memória, que lha não pôde gastar nem o pêso dos trabalhos, nem a multidão dos negócios» (5). Homem com êste entendimento, juízo e memória é que tantos escritores não duvidaram alcunhar de estúpido e imbecil!

Se agora queremos medir-lhe a erudição e sciência, veremos fàcilmente, que, se não era um rei letrado e sábio, nem muito menos *um mar de sabedoria* como lisonjeiramente o apelidou Francisco de Monçon, ou tão instruído nas línguas latina e grega, na matemática, astronomia, geografia e história, como apregoou Erasmo, é certo que se levantava muito acima da craveira, que lhe marcaram fr. Luís de Sousa na tanta vez recordada expressão de que a D. João III, a-pesar de todo o cuidado que teve D. Manuel em lhe dar bons mestres, «se lhe não pegou mais que uma boa inclinação para as letras» (6), e, antes dêle, António de Castilho, quando escreveu que «escassamente se enxer-

(1) *Ob. cit.*, pag. 11.

(2) *Ob. cit.*, *l. c.*

(3) *Ob. cit.*, pag. 7-8.

(4) *Elogio de D. João III* em Manuel Severim de Faria, *Noticias de Portugal,* (Lisboa, 1740) pag. 382.

(5) *Chronica*, I, pag. 8.

(6) *Annaes*, pag. 8.

gava» no rei «a sombra da língua latina» (1). Alguma coisa mais hauriu o excelente príncipe das lições de pedagogos como Diogo Ortiz, Luís Teixeira e Tomás de Tôrres.

O Dr. Francisco de Monçon francamente exaltou a erudição do rei, de quem era capelão e prègador. «Esta necessidade de serem sábios os príncipes, disse o famoso lente de teologia, bem o entendeu o rei de Portugal D. Manuel, de gloriosa memória, que mandou que a el-rei nosso Senhor [D. João III] e a seus seis irmãos ensinassem latim e outras faculdades mestres muito doutos, e assim o foram todos com vária erudição os príncipes seus discípulos» (2). Logo, louvando os reis que se adestraram no falar várias línguas, prossegue: «Com os quais podem certamente ser contados o rei e imperador D. Carlos de Espanha e el-rei Dom João de Portugal, nosso Senhor, que entendem e falam estas línguas vulgares, que mais se usam nas côrtes dos príncipes cristãos» (3). No estudo da geometria adeantou com tal progresso, que, segundo o mesmo doutor conimbricense, «entre todos os príncipes antigos e modernos pode ser contado por muito abalizado nesta matéria el-rei D. João terceiro de Portugal de gloriosa memória, que, segundo diziam todos os mestres de pedraria e cantaria, tinha grande destreza em fazer a traça de uns palácios, de uma fortaleza, de qualquer obra tão perfeitamente, como se já estivera feita, e assim o mandava acrescentar ou mudar nas plantas que os arquitectos lhe apresentavam» (4).

Não era tão desprovido de instrução, como alguns nos querem inculcar, o rei a quem tanto devem as letras em Portugal! O bom entendimento, que nele resplandecia, a memória quase prodigiosa que lhe admiravam, o que aprendeu de seus primeiros mestres, sôbre isso a experiência em que a ocupação contínua dos negócios da côrte o foi ensinando, e a séria aplicação que sempre dava ao complicado

---

(1) *Elogio*, l. c.

(2) *Libro primero del espejo del Principe christiano*, (Lisboa, 1571), f. 61.

(3) *Ob. cit.*, pag. 63.

(4) *Ob. cit.*, pag. 66.

govêrno de seus estados, fizeram do filho de D. Manuel um rei bem instruído e destro na difícil arte de reinar. Já quando tomou na mão o scetro, estava êle bem preparado para o sustentar com prudência e acêrto. Diogo de Teive assim o afirmou pùblicamente. «Depois que aprendeu tôdas as artes que se referem à administração de tamanhos negócios e ao govêrno de tão grande império, disse o lente do Colégio Real, recebeu o reino da mão de seu pai em idade sumamente idónea, quando já lhe tinha amadurecido a prudência e a experiência das coisas» (1). Sendo ainda príncipe, acrescenta mais fr. Luís de Sousa que por suas prendas «foi ganhando nome de alto juízo, e tão filho de seu pai no saber como no sangue» (2). Dava-lhe o rei venturoso ocasião propícia de o mostrar. Chamava-o para todos os negócios que se ofereciam, já de justiça, já de fazenda, já de mercês, notava a atenção e aplicação com que lhes assistia, e «alegrava-se, é expressão do analista, com ver tal filho, como mestre que se dá os parabéns de um bom discípulo» (3).

Confirma-nos o louvor de fr. Luís de Sousa um contemporâneo ilustre, querido de Portugal e admirado em todo o mundo, o grande Aspilcueta Navarro, que nos deixou testemunho bem autorizado de quanto o rei português se instruíra na arte suprema, a que a Providência o destinara. Recomenda o sábio canonista o estudo com que devem os governantes aplicar-se ao conhecimento das leis gerais e das particulares de seus reinos, e continua: «Assim me parece que fêz o rei e senhor nosso D. João, terceiro de nome, o mais prudente e justo de todos os príncipes da terra. Além das coisas gerais, conhece a primor também as leis particulares dêstes seus reinos, as quais, a meu vêr, são mais sucosas e apuradas do que outras, que tive ocasião de ler — e li muitas não só na Espanha mas também na França — e sabe-as com tal perfeição, que sucede de quando em quando mandar êle emendar os requerimentos que há de assinar,

(1) *Oratio in laudem Joannis tertii... publice pronuntiata Conimbricae*, f. 4, em *Jacobi Tevii Bracarensis Opuscula*, Salmanticae, 1558.
(2) *Annaes*, pag. 13.
(3) *Ob. cit.*, l. c.

admoestando os que lhos levam, de que lhes não aproveitarão por êste ou aquele defeito contra as suas leis, ou às vezes advertindo-os de que não poderão obter o que solicitam, porque de outra sorte se desconcertaria a ordem do direito por suas reais leis estatuído» (1).

De tão discreto juízo e sólida instrução lhe vinha ao monarca tal sisudez e graça em suas conversações, que suas palavras, como diz ainda fr. Luís de Sousa, «sendo em qualquer matéria agradáveis e suaves, tinha tal modo em as pronunciar, que lhes juntava naturalmente majestade» (2). António de Castilho, expressando com mais ênfase o mesmo pensamento, notava que «assim eram as palavras del-rei cheias de majestade e igual brandura, que parecia criado na conversação dos melhores engenhos do mundo» (3).

Não, repetimos, não era um imbecil ou inepto rei tão instruído e avisado, e que tão airosamente se havia na sua dignidade real! Bem o caracterizou poucos dias depois da morte do monarca, o embaixador espanhol D. Juán Hurtado de Mendoza ao escrever para Espanha que: «foi D. João III de ânimo franco e bem inclinado, de entendimento claro e aprazível, amigo da religião e justiça, favorecedor das letras e da gente humilde» (4).

*

* *

Neste sintético elogio, em que se frisa a inteligência límpida de D. João, já Mendoza refere qualidades morais, que exornavam o ânimo do monarca. Demoremo-nos um pouco a ementar as que mais nele sobressaíram e o fizeram rei eminentemente simpático a seus vassalos, e lhe deram um lugar de preeminência entre os demais reis de seu século.

---

(1) *Commentarius de Oratione*, cap. XVIII, n.º 50, em *Martini Azpilcuetae doctoris Navarri Operum*, T. III, (Lugduni, 1589) pag. 488.

(2) *Annaes*, pag. 12.

(3) *Elogio* na *ob. cit.*, pag. 292.

(4) Arq. Simancas, Est., Leg. 379. Carta de 26 de junho de 1557.

Desde o princípio se mostrou D. João III naturalmente bondoso e afável. «Contavam, segundo recorda fr. Luís de Sousa, que era tão benigno com os seus e tão desassombrado em todo o trato, que estranhamente convidava a ser amado e servido com gôsto» (1). Daqui vinha, acrescenta o mesmo escritor, «não se ouvir nunca de sua bôca palavra áspera nem de movimento de ira... E ainda quando acontecia ver algum êrro ou desacêrto nos que o serviam, via-se-lhe claramente nos olhos que o notava e sentia, mas o silêncio e dissimulação era tal, como se o não entendesse» (2).

Com a graça nas palavras e maneiras unia a generosidade nas acções. Movido pela inclinação de bem fazer espalhava liberalmente os benefícios de sua mão real. Se alguma vez lhe sugeriram que, para economizar sua fazenda, despedisse de seu serviço gente escusada, não lho consentia o coração e conservava os criados, que outros julgavam inúteis, observando graciosamente que dos outros tinha o rei necessidade, êsses tinham necessidade do rei. Seu ânimo compassivo levava-o contínuamente a prover de remédio os que maior perigo corriam e mais precisavam de sua providência régia e paternal. «As donzelas e orfãs, que a idade e desamparo podia estragar, assim o elogia o citado António de Castilho, mandou recolher em uma casa para dali lhe ordenarem vida por casamento ou Religião, e o mesmo recolhimento fêz noutra parte para mulheres, que a própria fraqueza ou descuido dos pais fêz mal acostumadas, para nêste lugar com a penitência e oração restaurarem a honra perdida» (3).

Mas nesta bondade compassiva era tal sua munificência e largueza, que outros menos generosos e de menos coração a tachavam de excessiva e ruïnosa. Personagem que bem pôde ver com seus olhos êsses lances de liberalidade real, o doutor Francisco de Monçon, deixou-nos dela memória frisante. Depois de comemorar exemplos insignes de reis generosos, assim discorre: «Mas esta liberalidade parecerá pequena, se

(1) *Annaes*, pag. 12.
(2) *Ob. cit.*, l. c.
(3) *Elogio* na *ob. cit.*, pag. 385.

a compararmos com a magnificência que usava D. João III em dar esmolas a todo o género de pessoas necessitadas. Êle mandava prover de todo o necessário os hospitais de seu reino para que se curassem os enfêrmos pobres, que a êles se acolhiam; fazia avultadas esmolas a mosteiros de religiosos e religiosas... Ajudava a casar ordinàriamente muitas raparigas órfãs, e os filhos dos nobres tinham ordenados seus casamentos, segundo a qualidade de sua nobreza. A muitas viúvas honradas dava ajuda de custo principalmente se seus maridos tinham morrido em seu serviço» [1]. Emfim, tendo enumerado outras e grandes generosidades do rei, assim remata o sábio lente: «Não se crê que houve nunca pessoa humana de mais grandioso ânimo para fazer mercês, porque não se sabe quem lhas pedisse, que em todo ou em parte não as recebesse de sua mão» [2].

Esta bondade porém tão cativante, longe de mostrar nas suas manifestações qualquer sombra de timidez ou encolhimento, andava-lhe sempre unida a uma certa majestade e grandeza que infundia veneração. Quem o tratava, percebia nêle o rei que tinha consciência de sua dignidade real e do império imenso que a seus ombros sustentava. Sendo ainda príncipe sabia, como refere fr. Luís de Sousa, misturar com a afabilidade «um geito e composição tal, que se não fazia menos respeitar por grave, que amar por brando» [3]. Já rei incutia tal respeito com a majestade de sua presença, que «muitos dos que não eram acostumados a falar com êle, quando chegavam a fazê-lo, quase lhes faltavam as palavras» [4].

Nem cuidemos que essa majestade que o revestia no interior da nação à vista de seus vassalos, se amesquinhava perante os reis estranhos. Pelo contrário timbrava de mantê-la com o brio e decoro, que demandava a honra e o nome de

---

(1) *Libro primero del espejo del Principe christiano,* f. 215-216.

(2) Monçon, *Ob. cit.*, f. 218v.

(3) *Annaes*, pag. 12

(4) Andrade, *Chronica de D. João III,* T. IV, 541. Como o cronista, igualmente escreveu o historiador Faria e Sousa: «Todo lleno de Majestad con que en quien le miraba infundia no solamente respecto si no suspension y temor de modo que hablandole se perdia el curso de las palavras». *Historia del Reyno de Portugal,* (Bruxellas, 1730) pag. 280.

seu grandioso império, e bem se via êsse sentimento na correspondência e relações, que tinha com os potentados de outros países e prosseguia sempre com elevação digna de um grande monarca. Sabe que o rei de Espanha recebeu sentado a seu embaixador, e logo, alterando praxes antigas, recebe igualmente sentado as credenciais do embaixador castelhano.

De todos estes indícios brilhantes já podemos inferir que era indubitàvelmente D. João III um rei magnânimo. As obras principais a que se abalançou, altamente o apregoam. A-pesar das dificuldades de vária espécie, com que tinha de lutar, entre as quais avultavam talvez as económicas, nunca se lhe quebrantaram os brios de rei que aspirava a maior engrandecimento de sua pátria. No domínio das artes, no campo das letras, na dilatação e exaltação de seu império ultramarino, na propagação civilizadora da fé cristã, na beneficência para com os necessitados, no esplendor do culto religioso mostrou sempre a grandeza de alma, que juntamente lhe conciliou as admirações e louvores dos contemporâneos.

Era, quando tão largamente dispendia, escassa a fazenda real, mas ao grande rei parecia que sempre lhe sobejavam os recursos. No memorado elogio de António de Castilho não sem razão se observa que, quem lançar os olhos para as obras que D. João III empreendeu, «achará que não houve príncipe no mundo, que fizesse tanto bem, como êle fêz a todos, com tão pouca renda como lhe fundia a corôa» (1). Enlevado na grandeza de tal rei o doutor Navarro proclamava, sem sombra de adulação, dizia êle, que «D. João III era, entre os reis de sua época, exemplar na religião, nas esmolas, no decoro real, na prudência ilustrada com as artes tanto da paz como da guerra, na justiça coroada com os raios da clemência, na magnificência adornada com todos os encantos da modéstia» (2).

Com tôda essa magnanimidade, que tanto o distinguia, prezava êle naturalmente, como rei absoluto, o livre exercí-

---

(1) *Elogio* em *Noticias de Portugal*, pag. 388.

(2) *Commentarius de finibus humanorum actuum* em *M. A. Doctoris, Navarri Operum*. T. I, pag. 463.

cio de sua vontade real, e não sofria fàcilmente que lhe estorvassem as determinações, em que assentara. Picado alguma vez nos melindres dêste pundonor, saía porventura em mostras de desagrado, que alguns puderam tachar de excessivas. Cuidando-se ludibriado pelo bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, seu escrivão da puridade, vingou severamente a que êle tinha por gravíssima afronta de sua dignidade, e durante dezassete anos até sua morte nunca se lhe abrandou no peito a ira contra o súbdito desleal.

Mas nem ainda em face da mais elevada potência do mundo se abatia ou amesquinhava o nobre sentimento da sua majestade. Com desassombrada altivez lhe manifestava o seu desgôsto, quando se julgava menos atendido ou considerado. Assim se houve no tempo em que o Pontífice Paulo III contra a vontade do rei elevou ao cardinalato D. Miguel da Silva, mandando retirar de Roma o embaixador e escrevendo ao Papa que dêsse modo procedia porque tão pouco se atendia em Roma a seus requerimentos reais (1).

Quando trazia na Cúria romana a pretensão do Santo Ofício, chegou numa ocasião de mais ressentimento a insinuar em termos severos ao Pontífice quisesse emendar os agravos que de Sua Santidade havia recebido, porque esses agravos eram bem diferentes do tratamento que filho tão obediente, como êle sempre fôra, merecia de pai tão santo (2), e a seu embaixador escreveu que não podia deixar de os sentir muito, porque tocavam a sua autoridade soberana (3). Percebe-se nestas expressões o orgulho real, ferido e em luta com o respeito ao pai supremo da cristandade!

*

* *

Mas entre tôdas estas qualidades sobressaía a piedade cristã. D. João III era um monarca profunda e sinceramente

(1) *Corpo Dipl.*, V, 3.
(2) *Ob. cit.*, pag. 340.
(3) *Ob. cit.*, pag. 470.

religioso. Na devoção e gravidade com que assistia às cerimónias sagradas; no empenho de promover o culto divino com manifesta vantagem sôbre seus predecessores; no desejo de conservar em seus domínios a pureza da fé; na vigilância e solicitude que empregava para que sua côrte fôsse o exemplo da nação, seu povo bem morigerado e as Religiões voltassem ao antigo esplendor de observância; no zêlo que o animava de propagar a fé cristã pelos países de além-mar; na resignação assombrosa e conformidade à vontade divina, com que suportou a dôr contínua dos lutos, que entristeceram, uns sôbre outros, sua atribulada família: em tôdas estas manifestações de verdadeira e sólida piedade provava êle irrefragàvelmente que era um rei genuïnamente cristão.

Nêste ponto achamos concorde a opinião dos contemporâneos, que exaltavam encomiàsticamente a religião do rei piedoso, nem é preciso acumular citações. Tão manifestamente realça na vida e acções o carácter religioso do monarca! «Vossa Alteza, lhe disse João de Barros, como príncipe cristianíssimo, em nenhuma coisa é mais ocupado nem traz mais pronto seu pensamento, que em cumprir perfeitamente tudo quanto toca ao serviço de Deus Nosso Senhor e de sua santa fé» [1]. Nas Instruções do núncio Lippomani se afirma «ser certíssimo que Sua Alteza é e será sempre entre os reis cristãos um dos maiores defensores da autoridade da Sé Apostólica» [2]; e Paulo IV, depois da morte do rei, exaltava-lhe a reverência suma e piedade que tinha para com a santa Igreja e o zêlo indefesso, com que defendia e propagava a fé católica [3].

Êste catolicismo porém, de que êle se prezava com ufania, não devemos antes qualificá-lo de fanatismo, e não terá sido um rei fanático D. João III, como tantos escritores do século XIX e XX se comprazem de o apelidar? Se fria e im-

---

(1) *Panegyrico de D. João III* em *Noticias de Portugal* de M. S. de Faria, pag. 309.

(2) *Corpo Dipl.*, V, 151.

(3) *Corpo Dipl.*, VIII, 32. Breve *Dilectus Filius* de 18 de dezembro de 1557.

parcialmente examinamos os sentimentos do rei e a sociedade portuguesa daquele século XVI, que êle galhardamente representava, temos de rejeitar êsse epíteto, como injusto para a memória do monarca. A grande obra religiosa de D. João III com tôda a sua vida particular e pública demonstra com inegável certeza, que a sua alma se compenetrava intimamente dos deveres impostos pela religião, e que segundo essa consciência procurava acomodar as suas acções de rei cristão. As obras a que já sumàriamente nos referimos, nascidas de seu sentimento religioso, provam tão sòmente religiosidade profunda e benéfica e nada continham de exagerada devoção, além de corresponderem plenamente às exigências da fé católica, tão radicada na alma portuguesa daqueles nossos antepassados.

Mas nem a Inquisição, tão longa e porfiadamente pedida e quase por fôrça arrancada às hesitações do Pontífice Romano, foi produto de um fanatismo obstinado e cruel? É esta com efeito a instituïção que mais ou quase ùnicamente exaspera os adversários hodiernos do mal apreciado rei do século XVI. Mas, se êles pudessem, com seus enraïzados preconceitos, avaliar os acontecimentos religiosos do século de quinhentos não pelas idéias e sentimentos de hoje, mas segundo a mentalidade que dominava naqueles tempos, julgariam das intenções do rei com mais justo critério, e aprovariam forçosamente ou pelo menos desculpariam o que ora se lhes entolha como horrível e condenável. É esta regra tão indispensável na crítica da história, que, se dela nos desviamos, fatalmente caímos em êrro vergonhoso. Para fugir êste escolho, diz a propósito da Inquisição escritor de muito crédito, «é mister nos transportarmos à época em que os sucessos ocorreram, e nos compenetrarmos do espírito reinante considerando os acontecimentos pelas idéias de então, e nunca segundo as do presente. Só assim lograremos compreender os fenómenos da moral, da religião e da política e os actos dos homens» (1).

D. João III na introdução daquele Tribunal, que se

---

(1) Lúcio de Azevedo, *Historia dos Christãos Novos portugueses*, pag. VIII.

ornava com o apelido de santo, interpretou com acêrto e satisfez os sentimentos e aspirações de tôda a nação, que detestava aquela raça, reputada maldita, e irreconciliàvelmente aborrecida pelas extorsões que exercia, pela absorção das riquezas que sua insaciável cobiça e innata indústria sabia acumular, pelo antagonismo que professava com a sociedade em que se introduzia, e por outras qualidades repulsivas, que a tornavam geralmente odiosa às gentes a que se misturava sem jámais se identificar nem assimilar (1). Assim era a gente judaica um elemento sempre estranho e perturbador no organismo natural da nação. Rompia necessàriamente tanta vez a ânsia de o eliminar!

Mas outros motivos levaram ainda o rei à instituïção do severo tribunal. Tinha êle a peito manter em seus reinos a uniformidade das crenças, tão proveitosa à paz dos cidadãos e afastar, por êsse meio, de seus vassalos as divisões e guerras sangrentas, que assolavam naqueles mesmos anos as nações, em cujo seio se dividiam as opiniões em matéria de religião com as heresias e seitas do protestantismo. Demais, como rei tão zeloso da Fé, que êle e a sua nação julgavam ùnicamente verdadeira, não lhe sofria o coração ver e desprezar as ofensas e insultos que ela recebia dos delitos dos chamados cristãos-novos com escândalo contínuo de seus fiéis e católicos vassalos. Prevalecia tanto no ânimo do monarca o motivo religioso, sem perderem sua fôrça os demais, que pôde a respeito da inquisição escrever para Roma: «Quando se trata do serviço de Nosso Senhor e da sua Fé, não é razão que eu me lembre senão do que a isso cumpre e não do que cumpre a mim» (2).

Era conseguintemente o bem da sua pátria o que o monarca tinha em vista, quando pugnava pela erecção em Portugal do tribunal do Santo Ofício, e êsse bem justamente o colocava êle na paz dos seus reinos e na pureza e unidade da Fé, de que tôda a nação se ufanava. «O facto é, comprova autorizadamente Lúcio de Azevedo, que, por impulso próprio, ou obedecendo a uma aspiração geral, satisfizera uma

(1) Veja-se Lúcio de Azevedo, *Ob. cit.*, pag. 15.
(2) *Corpo Dipl.*, V, 470.

necessidade política da ocasião, à qual dificilmente houvera podido subtrair-se. É portanto injusto representá-lo como um sinistro fanático ou ávido espoliador, sem outro fim que servir as paixões de um clero intolerante e a própria cobiça. Nem êle nem os reis católicos merecem tal condenação» [1].

*

* *

Com êsse puro e sólido sentimento religioso ardia no coração do rei um intensíssimo amor da sua pátria. Êste afecto o dominou e regeu tôda a sua vida. Amava a seu povo português como pai extremoso, e êsse amor, que se provava contìnuamente por acções, era tão esplendidamente manifesto, que os contemporâneos lho exaltavam a cada passo com expressões de bem sentida admiração. «Nunca houve pai tão amante de seus filhos, disse Diogo de Teive, que pudesse igualar a D. João III no amor que êle tem aos seus portugueses» [2]. Com maior sentimento e eloqüência o deixou escrito em suas obras o doutor Navarro. Referindo-se conjuntamente ao rei e à raínha, assenta que são dêsse amor «exemplares luminosos e raríssimos» e prossegue: «Amam a todos seus súbditos como a filhos, tanto os da Europa, como os da África e da Ásia, folgam com suas alegrias, compadecem-se de seus sofrimentos, olham por êles e os socorrem» [3]. Êste amor tão entranhado de sua nação foi o manancial, sempre inexausto, de tantos benefícios, com que a procurou enriquecer o generoso coração do monarca.

Entre os maiores devemos contar aquela prudência, que nunca lhe faleceu, de assegurar a seus fiéis vassalos os bens inapreciáveis da paz. D. João III, foi na verdade um rei pacífico no interior de seu reino. Emquanto suas armas ao longe engrandeciam o nome português e defendiam e alargavam com épicas façanhas os domínios de Portugal, no seio da nação soube o prudente

(1) Lúcio de Azevedo, *Ob. cit.*, pag. 110.
(2) *Oratio in laudem Joannis tertii,* em *Opuscula*, f. 14-15.
(3) *Martin. Azpilcuetae Doct. Navarri Operum* T. II, pag. 154.

monarca durante seu longo reinado derramar as bênçãos de uma paz perene. A sua política bem avisada, cautelosa e cheia de dignidade teve arte de se manter a si e a seu reino em posição pacífica e serena no meio das lutas encarniçadas, que dilaceravam as nações vizinhas, a despeito das solicitações que recebia para entrar na refrega ao lado de algum dos contendores, ou do imperador Carlos V ou de Francisco I de França. «Se bem reflectirmos em tão arriscada situação, pondera o visconde de Santarém, não poderemos deixar de confessar que é com suma justiça que caracterizamos a política de nosso gabinete por uma obra prima de habilidade» (1). Já porém muito antes admirara a sagacidade tão discreta do monarca o historiador João de Barros, quando no célebre *Panegírico* perguntava: «Quem poderá dizer com quanta prudência, com quanto zêlo, tendo guerra entre si a maior parte dos príncipes cristãos, êle, como verdadeiro pai de todo o seu povo, procurou a paz universal dêstes reinos, não deixando coisa alguma por onde vivêssemos descansados»? (2).

Sentia-se realmente tão inclinado à paz, que até diligenciava impedir a guerra ou restabelecer a harmonia entre os potentados beligerantes com tantos veras, que em 1551 escreveu, no intuito de pacificar desavindos, ao imperador Carlos V, ao Papa e a seus embaixadores em França, Castela e Roma, e até se propunha para medianeiro de reconciliação pela obrigação que lhe corria, assim êle se expressava, de procurar a paz, como rei cristão, que bem conhecia a grande necessidade que havia de sossêgo em tôda a cristandade (3). Sabia o prudente monarca avaliar as riquezas da paz para a prosperidade das nações!

A tranqüilidade incessante, que disfrutou no trono, pôde o rei pacífico aproveitá-la para meditar e levar a cabo uma das mais gloriosas emprêsas do seu reinado. A restauração e progresso das letras foi talvez a sua maior e mais lustrosa

(1) *Quadro Elementar*, III, *Introducção*, pag. LXIV-V.

(2) *Panegyrico* na *ob. cit.* de Severim de Faria, pag. 300.

(3) Cf. Bibl. N. L., Mss., Fundo Geral, n. 886, f. 754-769: *Doc. do século XVI; Quadro Elementar*, III, 329; Fr. L. de Sousa, *Annaes*, pag. 431.

preocupação. Já o insinuámos. Temos certamente de considerá-lo como o rei português, que mais favoreceu e adiantou em Portugal as boas letras e as sciências, e nos demais reinos dificilmente se encontrará governante, que se lhe possa comparar nesse magnífico empenho de aureolar a própria nação com os esplendores da glória literária. Tão grande renome alcançou com essa protecção dada às letras e aos letrados, que muitos e autorizados escritores lhe quiseram dedicar as suas obras, e nas dedicatórias eram unânimes, às vezes hiperbólicos, nos louvores do régio Mecenas. Basta mencionar os principais, como são Erasmo, Fernel, Vives, Turnhout, Guevara e Monçon. Nem faltaram outros que lhe glorificassem a grande obra. João de Barros no já citado Panegírico assim lhe exprimiu em 1533 sua admiração: «A todos é notório quanto amor às letras, quanto favor, quanto amparo, quanta mercê recebem dêle os letrados de tôda a sciência; êste amor é causa de sua côrte florescer hoje tanto em letras, como floresce; êste mesmo o faz cuidar em novas maneiras e novas invenções de Estudos Gerais, por onde as sciências em seu reino não menos cresçam e vão adiante que as outras virtudes» [1].

Quase pelos mesmos anos o humanista Clenardo visita a Universidade, que o rei instituía em Coimbra, e pergunta maravilhado: «Por que hei de eu neste passo espraiar-me em louvores, se ela por si mesma cada dia se nos apresenta mais e mais digna de nossa admiração»? E logo, indicando a fonte da prosperidade da Academia, conclui: «El-rei não se poupa a despesas nenhumas, e dota as cadeiras de tão avultados proventos, que em tôda Espanha não teem os professores mais pingues salários» [2].

Diogo de Teive, unindo-se ao côro de justíssimos encómios, e pondo em contraste os tempos passados com o reinado de D. João III, frisa elegantemente que antes florescia e celebrava-se universalmente o brio militar dos portugueses, mas essa glória era no seu tanto escurecida por lhe faltar o brilho das letras; mas depois da insigne liberalidade do rei,

---

[1] Panegyrico na *ob. cit;* pag. 354.
[2] Clenardo, *Epist.*, pag. 300.

empregada na restauração da Universidade e promoção dos estudos, já por todo o mundo resplandecia com mais pura e intensa luz o nome de Portugal (1). Temos pois de louvar em D. João III o mais desvelado protector das letras, e êsse é um dos maiores lustres de sua coroa.

Não foi porém menor o renome que lhe alcançou o zêlo insaciável, que o incendia, das missões de além-mar. Com justiça rejeita um escritor moderno as qualificações depreciativas, que lhe dão insultuosamente uns mal intencionados, e as substitui pelas de *rei colonizador* e *missionário*. «De feito, diz o apurado escritor, a D. João III deveu Portugal não só a pujantíssima expansão missionária, que uma pléiada brilhante de novos apóstolos (de que Xavier foi o arauto) levou às remotas conquistas do ultramar — aonde quer que chegaram naus portuguesas —, mas também o ter sabido, como nenhum outro rei, conhecer e utilizar a maravilhosa influência civilizadora do missionário, como elemento insubstituível na obra da civilização» (2).

Assim foi. D. João III com o vasto empreendimento da colonização do Brasil e com o desígnio grandioso de povoar de missionários as terras de além-mar, a América portuguesa, a Ásia, a Oceania e a África, tornou-se um dos reis mais beneméritos da civilização cristã naquelas partes do mundo novamente descoberto. As missões ultramarinas são uma das maiores glórias de Portugal, e essa glória ilumina com particular e mais vivo esplendor a fronte do monarca ao mesmo tempo piedoso e munificente. Com esta elevação de pensamento se empenhava o grande rei num afã contínuo e sem esmorecimento de engrandecer a sua pátria.

Bem sabemos que não falta quem lastime «a scisão na alma e nos actos de D. João III», como se em anos posteriores êle se desdissesse, nas idéias e nas acções, das obras empreendidas nos primeiros anos (3). Mas essa queixa é sò-

---

(1) *Jacobi Tevii oratio in laudem Joannis tertii* f. 14v-15, em *Opuscula*, Salmanticae, 1558.

(2) Artur Viegas no Prefácio, pag. V, da *Relação Anual* de F. Guerreiro, T. I, Coimbra, 1930.

(3) Carolina Michaelis, *A Infanta D. Maria*, pag. 34.

mente filha de preconceitos individuais. A história repele-a com justa reprovação e desprêzo. Se houve reinado, em que se manteve unidade progressiva de acção, foi o de D. João III. As principais emprêsas do monarca ocuparam-lhe o ânimo desde os princípios do seu govêrno e levaram-lhe as atenções e cuidados até sua morte. A Inquisição começou a pedi-la ao Pontífice Romano em 1531, conformando-se às íntimas aspirações que mostrara desde que subira ao trono, e nos vinte e seis anos, que ainda reinou, favoreceu constantemente o santo Tribunal. A protecção das letras, foi, emquanto empunhou o scetro, um de seus maiores desvelos. O esplendor do culto católico sempre o promoveu com munificência. A restauração do primitivo fervor nas Ordens religiosas contìnuamente o preocupou. A dilatação da Fé nas regiões do ultramar nunca deixou de ser o anelo de sua alma. Emfim a política dos derradeiros anos de seu reinado harmonizava perfeitamente com a dos primeiros. Não, não houve desvio ou quebra nem nas idéias nem nas acções dêste rei magnânimo e a si mesmo em tudo semelhante. O nobre empenho de glorificar a pátria e a religião o movia sempre em todos os seus actos e não lhe permitia descanso na pesadíssima tarefa de reinar.

Mas nesta perseverança do mesmo ideal aparecia realmente assombrosa a multidão e variedade de negócios, em que intervinha sua autoridade para os empreender, continuar ou resolver. O rei era nesse século o fulcro da vida da nação e o impulsor e guia de tôda sua actividade. Maravilha como em tôdas as necessidades, tribulações e empreendimentos espontaneamente recorriam os súbditos ao poder e solicitude do monarca, para que êle acudisse com sua providência real. Nem só atendia, como era forçoso, aos negócios temporais de seu desmedido império, mas até promovia os interêsses espirituais, e, como se o rei fôra também a suprema autoridade espiritual de seus vassalos, a êle rogavam auxílio e favor nas ocorrências ou contendas, que pertenciam ao fôro da Igreja. Êle como que se julgava com direito de intervir também nesse campo de actividade, e pràticamente lhe aceitavam os súbditos essa intervenção. Nas côrtes de 1526 ou 1535 os procuradores dos povos pedem ao rei

«queira saber como os prelados visitam seus bispados e prelazias e como comem o pão de Cristo» ([1]). A câmara de Angra em 1541, sem apelar para os superiores hierárquicos, recorre, como já notámos, a D. João III para pôr têrmo à relaxação de um convento de religiosos. Semelhantemente as freiras do convento de Nossa Senhora de Campos dirigem-se em carta colectiva também ao trono real contra a prelada Brites Correia, que se apossara do ofício por votos subornados, e acodem à raínha «como senhora, lhe dizem, dêstes reinos e governadora no temporal e no espiritual» ([2]). Nesta mole imensa de negócios de tôda a espécie trabalhava diàriamente o rei com os vagares, jà proverbiais na sua côrte, mas com uma constância infatigável e com a dedicação amorosa de um grande pai de famílias. É que seus vassalos os considerava D. João III como filhos.

*

* *

Mas por isso mesmo foi um dos reis mais sinceramente amados de seu povo. De todo o decurso de seu reinado e de tantos monumeutos coevos transparece com evidência iniludível êsse amor. Bem mal interpretou o sentir da nação aquele crítico romano, que nas Instruções do Núncio Lippomani exarou, referindo-se a D. João III, esta afirmação inaceitável: «O rei é notàvelmente malquisto do povo e mais ainda da nobreza» ([3]). Exagêro desmarcado! Tôda a história do monarca o desmente e rejeitam-no testemunhos autorizados. D. Sancho Córdova, personagem da embaixada espanhola, escrevendo de Lisboa para Espanha à princesa D. Joana na mesma hora em que expirava D. João III, assim avalia os sentimentos dos portugueses: «V. Alteza sabe que era tão bemquisto o rei, que não há homem nesta côrte e reino, que não folgara de tirar da sua saúde para lha dar a êle» ([4]).

---

(1) *Capitolos de Cortes e Leys*... (Lisboa 1539), Cap. 161.
(2) T. do Tombo, *Corpo chron.*, P. I, maço 104, cod. 117
(3) *Corpo Dipl.*, V, 152.
(4) Arq. Simancas, Est., Leg. 379. Lisboa, 11 de junho de 1557.

Também conhecia e elegantemente expressou o filial afecto dos portugueses a seu rei o austero Sá de Miranda, experimentado, como poucos, na côrte de Portugal:

«Não tem rei amor do povo
Tanto em tôda a cristandade.
Aqui não soa tambor,
Outros reis os seus estados
Guardam de armas rodeados
Vós rodeado de amor.
....
....
....

Com duas canas deante
Is amado e is temido.
Uns sôbre outros corremos
A morrer por vós com gôsto,
Grandes testemunhos temos
Com que mãos e com que rôsto
Por Deus e por vós morremos» [1].

Mas bem pudera bastar sòmente o espectáculo de sua morte e da pompa fúnebre em que o levaram a sepultar no mosteiro de Belém, para nos convencer de que o rei piedoso era realmente amado, como pai estremecido. O sentimento universal, que nessa conjuntura explodiu, é argumento irrespondível da elevada estima com que o veneravam seus súbditos, e do filial amor que lhe tributavam. Expirara êle de morte apressada numa sexta-feira, onze de junho de 1557 pela meia noite, e logo rebentou nos Paços da Ribeira, onde acabara, tão lastimoso e inconsolável pranto, que, segundo refere fr. Tomé de Jesus, testemunha ocular, «ninguém se ouvia com gritos e soluços, uns em pé, outros de joelhos, outros por êsse chão; uns chora-

---

[1] C. Michaelis, *Poesias de Sá de Miranda,* carta a El-rei nosso Senhor, pag. 202-203.

vam, outros gemiam, outros amarelos estavam pasmados» (1).

Pela cidade, apenas se espalhou a notícia e dobraram os sinos, repetiram-se iguais scenas, e todo o povo sem poder reprimir os ímpetos de dor e saüdade, rompia em pranto desfeito e lástimas. «Com grandes gritos, lê-se numa relação contemporânea, andavam todos correndo por tôdas as ruas e janelas, uns descabelados, outros rotos, rasgando-se assim homens, como mulheres; com diversos gestos corriam ao Paço a ajudar a prantear aos que lá estavam, que não cabiam no Terreiro» (2).

No dia seguinte às cinco horas da tarde foi a cerimónia da sepultura. Apenas se pode descrever o sentimento que mostrou clero, nobreza e povo nesse doloroso préstito, em que todos parecia terem perdido o próprio pai. Contentamo-nos com citar algum testemunho dos que o presenciaram. Ao sair o féretro do paço, conta o mesmo fr. Tomé de Jesus, «levantou-se um pranto tão grande, que era coisa de pasmo. Eu nunca vi tanta gente junta nem tanto grito e chôro, nem faces ensangüentadas e arranhadas nem barbas depenadas como então vi» (3). Confirma os dizeres do piedoso frade agostinho o embaixador de Castela, que a catorze do mesmo junho, descrevendo o funeral à princesa D. Joana, lhe encarece que «a gente que com êle ia era muita e mais a que pelas encostas e outros lugares estavam olhando, uns e outros derramando lágrimas, soltando tantos alaridos a chamá-lo pai e senhor, e dando tantas mostras de sentimento» que fàcilmente nelas «se conhecia a grande bondade dêste príncipe» (4). E notando mais algum pormenor daquela última viagem do rei, acrescentou D. Sánchez Córdova em carta à mesma princesa que «não houve homem nem mulher nesta côrte e cidade, que não saísse com êle, e os mais foram até» Belém (5).

---

(1) B. N. L. Mss., Fundo Geral, n.º 484, f. 31 segg., Carta de 14 de junho de 1557.

(2) B. N. L., Mss., Fundo G., n.º 887, f. 132.

(3) Carta citada de 14 de junho de 1557.

(4) Arq. Simancas, Est., Leg. 379, f. 71.

(5) Arq. Simancas, Leg. citado, f. 166.

Mas a origem de tôda esta pena tiveram as mesmas testemunhas o cuidado de bem a indicar. Era a íntima afeição que tinham a seu rei, como filhos, os portugueses. «Tem sido motivo de grande lástima, escreveu Córdova quando o rei estava expirando, ver hoje a gente desta côrte, porque no geral e no particular o sente cada um como coisa que tanto dói; e sobeja-lhes razão porque nele teem rei e pai, e são tantas as boas obras que faz em todo o reino, que não podem deixar de o sentir da maneira que digo» [1].

O mesmo pensamento o frisou também o confessor da raínha, doutor Miguel de Tôrres, que tão de perto conhecia a D. João III. «Quanto sentiu êste reino a morte de tão excelente príncipe, disse êle, é coisa manifesta, porque demais de ser muito católico e verdadeiro cristão, tinham todos nele senhor, pai e bemfeitor» [2].

Fora de Lisboa saíu-se o sentimento universal em iguais demonstrações, nascidas do mesmo dulcíssimo afecto. Não queremos multiplicar descrições semelhantes e só apontamos uma dessas scenas de sentida saüdade. Às duas horas da tarde do dia catorze, três dias depois do tristíssimo acontecimento, chegou á Coimbra a inesperada notícia, que consternou tôda a cidade. No mosteiro de S. Cruz reüniu logo o prior a capítulo todos os religiosos e, começando a lhes ler a carta, que referia o passamento do rei, mal a pôde acabar pelo sentimeuto e lágrimas que ela despertou. Quando o pranto deu lugar, ponderou-lhes a obrigação que tinham a Sua Alteza, «pois fôra, explicava êle, como nosso pai e amparo de todos» [3]. Sem demora trataram de lhe celebrar solenes exéquias. Mas nelas mais se ouviram prantos do que vozes de cantos fúnebres. A prègação, que teve um dos cónegos do mosteiro, «foi tão sentida, são expressões de documento coevo, e cheia de tantos suspiros, soluços e lágrimas, assim dos religiosos como dos cidadãos, estudantes e de outra muita gente, que esteve a todo o ofício, que bem se mos-

---

(1) Arq. Simancas, Leg. citado, f. 167.

(2) Laines, *Mon.*, VIII, 377. Lisboa, 26 de junho de 1557.

(3) T. do Tombo, Cartório de S. Cruz de Coimbra, Est. 20, n.º 85 (livros), *Assentos dos capítulos*. f. 36v.

trava o verdadeiro amor, com que Sua Alteza era amado e obedecido» [1].

Emfim, não é possivel negá-lo, possuía D. João III o coração e o amor de todos os seus portugueses.

Assim que, delineando agora em poucos traços a figura do monarca, tantas vezes julgado com desdenhosa malevolência, podemos seguramente afirmar que D. João III com seu claro entendimento e rara memória, com o amor tão efectivo das letras e das sciências, com o incansável empenho de bem governar, com a fé religiosa, que intimamente o penetrava, com a magnanimidade real, de que deu provas esplêndidas, com a benignidade compassiva de seu grande coração, foi, na sua estatura mediana e aspecto de majestade, um rei, senão genial, certamente bom, pacífico, genuïnamente cristão, amante da pátria e pai verdadeiro de todos os seus vassalos [2].

Justamente lhe gravaram no túmulo a expressiva inscrição que o apregoa ainda hoje como altamente benemérito de Portugal:

Pace domi belloque foris moderamine miro
Auxit Joannes tertius imperium.
Divina excoluit, regno importavit Athenas,
Heic tandem situs est rex patriaeque parens.

*

* *

A seu lado tinha o rei dois infantes, que sôbre todos lhe prestaram auxílio no govêrno da nação e, com especialidade, na restauração das letras, D. Luís e D. Henrique. Eram

---

(1) T. do Tombo, Códice citado.

(2) J. P. Maffei, o insigne autor de *Historiarum Indicarum Libri XVI*, assim formula, em plena concordância com o que deixamos escrito, o seu juízo de D. João III: *Vir plane magnus et venerabilis ac praeter caeteras laudes aeterno praeconio celebrandus, quod imperii moderatione cultuque bonarum artium et studio religionis amplificandae formam speciemque benefici et mitis ac vere christiani regis expresserit. Hist. Indic*: L. XVI, no fim.

ambos êles, pela sua condição, nobreza de sentimento e virtude, grande lustre da côrte portuguesa.

D. Luís, «de meã estatura, loiro e de bom parecer, bem disposto e prazenteiro no falar, galante no vestir» (1), foi, no dizer de Damião de Góis, «tão ornado de virtudes, que para a natureza de todo cumprir com os dotes que lhe deu, lhe houvera de conceder ocasião para poder conquistar mores reinos e senhorios do que o fêz a Alexandre... Foi muito católico cristão, de pura e boa consciência, amparo de religiosos, pobres, viúvas e órfãos... No exercício das armas assim a pé, como a cavalo era tão manhoso, que nenhum outro homem lhe fêz nunca vantagem. Nas artes liberais... tão bem doutrinado, que se as quisera ler pùblicamente, o fizera sem lhe faltar auditório» (2). Assim louva o cronista êsse modêlo de príncipes!

O infante D. Henrique, tão parecido nas feições a seu venturoso pai, e igualmente de mediana estatura, era de sua condição «encolhido e vergonhoso», tanto, que sucedia descontentar os que dêle esperavam mais afável acolhimento, mas dotado de «espírito vivo» e «no trato de sua pessoa severo e pouco mimoso», moderado no porte e «fora de tôda a cobiça e ambição de proveitos e honras temporais», de «grande sofrimento nos trabalhos», comedido nas palavras, «mui amigo da verdade» e tão inteiro na justiça, «que nunca por nenhum respeito ou afeição se inclinou mais a uma parte que a outra» (3).

Tôdas estas qualidades, que lhe reconhecia o autorizado

---

(1) Góis, *Chronica de D. Manuel*, P. I, Cap. CI.

(2) *Ob. cit.*, l. c. — Não desdizia do cronista o orador Pedro Perpinhão que pronunciou em 1555 a oração fúnebre do infante D. Luís. *Ablatus enim est... Ludovicus princeps, et princeps optimus,* dizia o orador, *quales non admodum multos superiora secula viderunt, maximi regis filius, majoris etiam germanus frater, ejus arcanorum particeps, socius consiliorum paene omnium, pulcherrimum pacis ornamentum, subsidium belli firmissimum, nobilitatis decus, inferiorum ordinum patronus, potentibus propositum exemplum ad imitandum, tenuibus perfugium atque portus, christianorum columen... scelerum vindex severissimus, bonorum omnium et religionis studiosissimus defensor.* Petri Joannis Perpiniani ... *Opera,* T. I, 48.

(3) Góis, *Ob. cit.*, P. III, cap. XXVII.

humanista e historiador, as sobredoirava o infante com uma erudição apreciável. Sabia bem o latim; aprendera as matemáticas e cultivara com proveito as letras gregas e hebraicas, bem como a filosofia e teologia (1). Antes do cronista já Clenardo, mestre do infante, encantado com as boas prendas do discípulo, espontaneamente afirmava, que «as suas virtudes só de per si lhe ganhavam o amor de todos» (2). Justas apreciações que tanto contradizem o odioso desdém de modernos escritores!

Estas eram as personagens que na côrte mais alta influência e maior actividade exerceram junto do rei e da virtuosa, inteligente e varonil raínha Dona Catarina, digna espôsa de tal monarca e sua companheira contínua e solícita no govêrno do grandioso império.

Dêste modo, sendo tais os dirigentes da nação, não poderia ser mais oportuno e propício o momento da entrada da Companhia em terras portuguesas. Êles foram os que mais favoreceram a actividade e desenvolvimento dessa Ordem religiosa que então por especial Providência aparecia na Igreja de Deus, e com sua protecção pôde ela começar a cumprir sua gloriosa missão em Portugal.

V

Mas para remate e complemento dêste nosso brevíssimo estudo e para mais ao justo avaliarmos depois a acção da Companhia, devemos ainda responder, se bem que muito sumàriamente, a uma pergunta, que neste passo aflorou certamente aos lábios do leitor.

Quando D. João III abriu as portas de seu reino e domínios à Ordem ignaciana encontrou ela Portugal em segura e alta prosperidade ou já no declive da decadência? Brilhava ainda no zenite o sol de sua grandeza e esplendor, ou descia já para o ocaso?

Para que uma sociedade se possa conservar na altura da prosperidade, a que se levantou, ou ainda subir a maior

(1) Góis, *Ob. cit.*, l. c.; Clenardo, *Epist.*, pag. 289.
(2) Clenardo, *Ob. cit.*, pag. 288.

aperfeiçoamento, é mister que possua fôrça orgânica bastante a sustentar-se nessa elevada posição, meios de acção indispensáveis à sua vida e connatural desenvolvimento, e as qualidades de trabalho, tino e perseverança necessárias a essa conservação e progresso. Ora todos êsses requisitos minguavam a Portugal. Sem êles havia irresistìvelmente de cair de sua grandeza.

Portugal cresceu desmedidamente para além dos mares. Num arranque de vitalidade assombrosa estendeu-se para o Oriente e o Ocidente e quási abraçou a terra inteira. O seu organismo porém de tão reduzidas dimensões não tinha em si a fôrça nem os recursos vitais suficientes a alimentar e segurar por muito tempo êsse vastíssimo império, a que se alargara. O esfôrço demasiado enfraquecia-o pouco a pouco, e com a deminuïção sucessiva do vigor declinava para a ruína. «A seiva da árvore social, ponderou justamente Herculano, esgotou-se no bracejar descomposto. A Ásia e a África perderam-nos» (1). «O ímpeto expansionista da enérgica nação, explica ainda Malheiro Dias, projectara-se a distâncias inverossímeis. Mas tão desmarcadas emprêsas já lhe causavam o ofêgo e arquejo da fadiga» (2). D. João III esforçava-se numa ânsia contínua «para não deixar decair Portugal da situação a que o tinham elevado os predecessores, para manter o equilíbrio instável do edifício gigantesco, de pêso desproporcionado aos alicerces» (3). Mas o pêso era excessivamente grande e a lida em o suportar mais ruïnosa que útil. «Principiava a reconhecer-se que a opulência da Rua Nova arruïnava o país, que a glória empobrecia a nação» (4).

Assim era. Os olhos e as ambições dos portuguêses voltavam-se para as conquistas. Tantos passavam o mar, que homens bem avisados lamentavam, não contudo sem alguma hipérbole, a despovoação do reino. O velho de Restelo censura fortemente a viagem da Índia

(1) *Opusculos*, VI, 40.
(2) *O Piedoso e o Desejado*, 11.
(3) *Ob. cit.*, pag. 20.
(4) *Ob. cit.*, pag. 15.

Por quem se despovoe o reino antigo,
Se enfraqueça e se vá deitando a longe ([1]).

Deminuindo o número de braços e trocadas pela miragem de aventuras as fontes de sólida riqueza, descurava-se a agricultura, não florescia a indústria, aumentava a pobreza e a miséria e faleciam mais e mais os recursos de verdadeira prosperidade. «Se em parte alguma, observou Clenardo, foi tida em desprêzo a agricultura, sem dúvida que o é mais que nenhures em Portugal» ([2]). E por êsse pernicioso descuido notava com juízo o flamengo que era extremamente débil o nervo principal da nação ([3]).

E as riquezas fabulosas da Índia? As que vinham a Portugal não bastavam sequer a suprir os gastos imensos que exigia o bem estar do reino e a manutenção dos domínios conquistados. Sumiam-se como em voragem na construção, aprestos e equipamento de tantas armadas, no sôldo contínuo e armamento dos exércitos, nos naufrágios sucessivos, que lançavam para o fundo do mar naus, riqueza e vidas, na fábrica e reparo das fortalezas, nas grandes obras, que se empreendiam para decoro da nação e melhoramentos sociais e no pagamento de dívidas enormes e juros, que em aumento progressivo pesavam sôbre a fazenda real. As despesas que cresciam com os anos, superavam aterradoramente as receitas que escasseavam.

Com êstes revezes peorava cada dia a situação financeira e debilitava-se lenta mas contìnuamente a robustez do organismo nacional. Podia, desta vez com verdade, afirmar pelos anos de 1542 o citado crítico romano que «Portugal era presentemente reduzido a têrmo de pouquíssimas fôrças, e o rei, além de estar pobríssimo, tinha a seus ombros, dentro e fora do reino, dívidas ingentes e pesadíssimos juros» ([4]). Só um génio excepcionalmente empreendedor e rara capa-

---

(1) *Lusiadas*, IV, 101.

(2) *Si usquam neglectui habita fuit agricultura, id potissimum locum apud nos habet. Epist.*, pag. 17. Évora, 26 de Março de 1535.

(3) *Ob. cit.*, l. c.

(4) *Corpo Dipl.*, V, 152: *Instruzione à Monsignore Coadjutore di Bergamo.*

cidade administrativa seriam capazes de vencer a crise medonha.

Por infelicidade nossa não eram êsses os dotes e hábitos do povo português. As suas qualidades e inclinações, ou ingénitas ou adquiridas nas condições extraordinárias daquele século XVI, é que muito contribuíram para agravar as circunstâncias do mal e facilitarem o decaïmento e ruína. O desamor ao trabalho tornara-se como que natural. A ociosidade, ocasionada pela mania de grandeza e luxo, que trouxeram as sonhadas riquezas da Índia, e provocada pela multidão de escravos, que desempenhavam a maior parte dos mesteres humildes, entrou quase sem remédio nos costumes da nação. Secavam-se dêste modo a agricultura e a indústria, mananciais de verdadeira prosperidade material. Acrescia a imoralidade, que corria tão sôlta, e havia necessàriamente de efeminar os ânimos e amolecer a rija têmpera dos caracteres.

Sôbre tôdas estas origens de enfraquecimento geral vinham ainda os contratempos acidentais, que arruïnavam fortunas, quebravam energias e desalentavam os espíritos. Eram as pestes, as fomes e os terremotos, que tão freqüentemente afligiram a população e assolaram o reino. Assim foi sofrendo abalo de ano para ano o edifício grandioso. Veio mais tarde o desastre de Alcácer-Quibir precipitar o desmoramento final. Era bem dificultoso resistir a tão contínuas e poderosas causas de decadência!

Teve por ventura parte nesse descalabro a Ordem religiosa, cuja história vamos encetar?

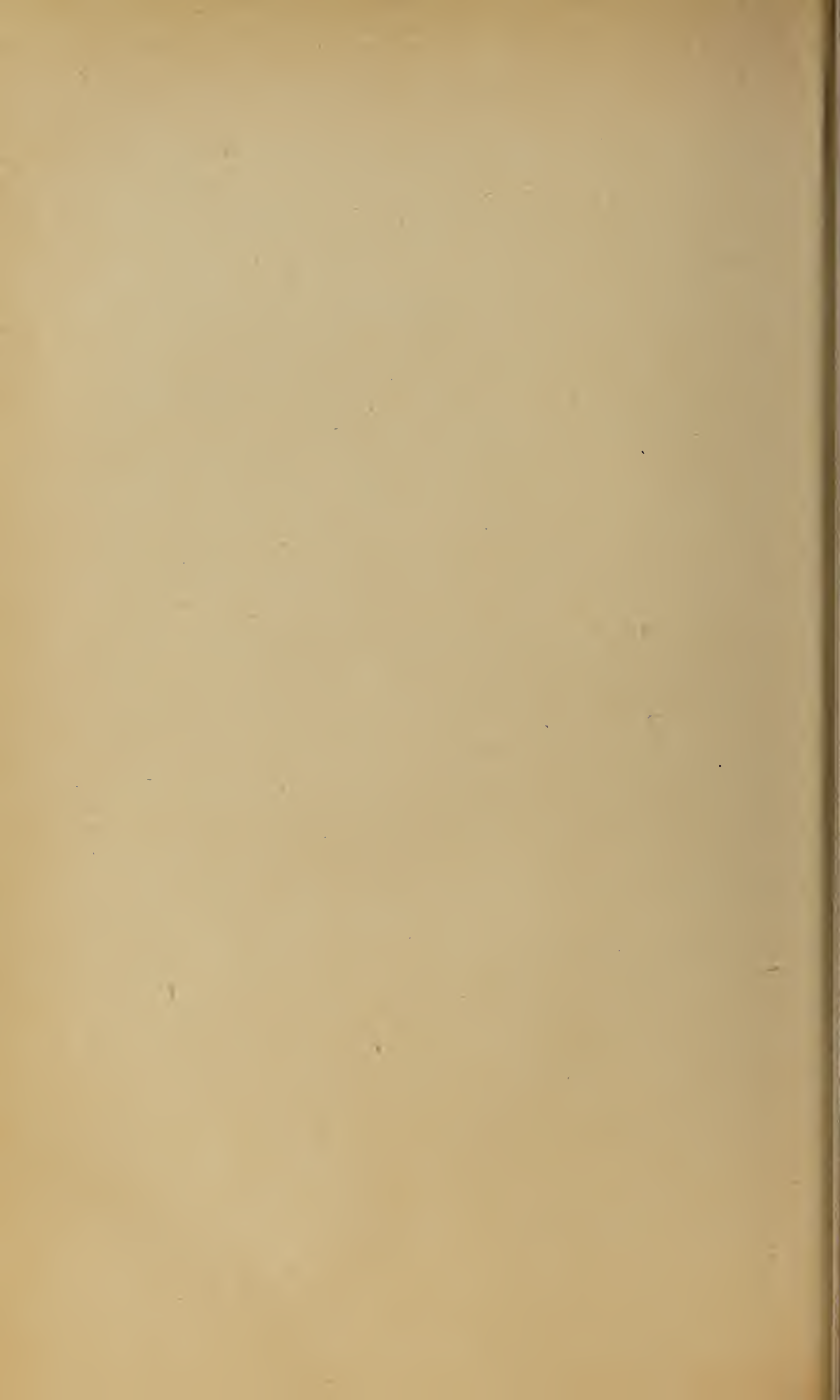
Mas quando ela entrou em Portugal, já de muitos anos lavrava profundamente no organismo da nação o veneno destruïdor. Não foi sua mão que lho inoculou. Antes veremos como os novos obreiros da civilização cristã se esforçaram por dar vigorosos alentos à geração daquele século, difundindo a instrução, prègando a verdadeira moral, trabalhando na restauração dos bons costumes e levantando mais alto o prestígio de Portugal nos países de além-mar com a acção de seus missionários.

Mas as causas bem complexas do abatimento comum surtiam como que fatalmente seu efeito. «Seria injustiça,

conclui o protestante Boehmer, tornar os Padres responsáveis do infortúnio de Portugal. Quando êles se estabeleceram no reino, já tinha principiado a decadência... Ainda que o quisessem, não eram suas fôrças bastantes a ter mão na ruína» [1]

O insuspeito escritor teve neste passo a valentia de passar por cima de velhos preconceitos, e deu, com essa nobre independência, grave lição a tantos portugueses, a quem a paixão e a malquerença vedaram o caminho da imparcialidade histórica. As páginas que vão ler, lhes dirão quem se afastou dos trâmites da verdade.

---

(1) *Les Jésuites,* pag. 86.

LIVRO PRIMEIRO

FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS

CAPÍTULO I

S. INÁCIO E SEUS NOVE COMPANHEIROS

Sumário: — 1. *Nascimento e primeiros anos de Inácio de Loiola.* — 2. *Cêrco de Pamplona.* — 3. *Conversão de Inácio.* — 4. *Monserrate e Manresa.* — 5. *Peregrinação a Jerusalém.* — 6. *Primeiros estudos em Barcelona, Alcalá e Salamanca.* — 7. *Em Paris.* — 8. *Seus nove companheiros.* — 9. *Retrato e psicologia de Inácio.*

1. — No último decénio do seculo XV, quando se realizavam as grandes descobertas dos navegadores portugueses e espanhóis, nasceu, pelos anos de 1491, o futuro fundador da Companhia de Jesus, destinada providencialmente a enviar numerosos apóstolos à evangelização das novas terras e conquistas [1]. Viu a luz no castelo solarengo dos Loiolas, que se levantava senhoril e majestoso ao centro da província de Guipúzcoa, sôbre a margem direita do rio Urola, no vale

[1] Segundo a opinião mais recebida entre os historiadores, nasceu Inácio no ano de 1491. Concorda essa data com a inscrição gravada na lápide sepulcral logo depois da morte do santo, e com o testemunho da ama que o criou; mas até hoje ainda se não conseguiu averiguá-la com certeza definitiva. O dia em que veio à luz ficou-nos inteiramente desconhecido. Apenas se aventuraram sôbre êle conjecturas de bem pouco sólido fundamento. A Congregação Provincial da Província portuguesa da Companhia de Jesus, reünida em Lisboa no ano de 1619, suplicou ao P. Geral Muzio Vitelleschi mandasse proceder a investigações para que se descobrisse o dia do nascimento e o da conversão de Inácio, particularmente porém o do nascimento, sôbre que havia mais obscuridade: — *ut de utroque die fieret inquisitio, praesertim de die nativitatis; quia in majori ignoratione versatur* —. O Geral respondeu que apenas havia esperança de que se pudesse vir a saber o que por tantos anos se não pôde encontrar: — *vix spes ulla*

delicioso de Iraúrgui (1). Era o derradeiro dos treze filhos de seus nobilíssimos pais, D. Beltrão Yáñez de Oñaz y Loiola, e D. Marina Sáenz de Licona (2). No baptismo que lhe conferiram na igreja parroquial da próxima vila de Azpéitia, recebeu o nome de Inigo, que passados anos havia de transformar no de Inácio (3).

Nos princípios de sua adolescência encaminharam-no para a carreira eclesiástica, mas as suas inclinações impeliam-no fortemente para o exercício das armas, e aspirava com grande anseio a ganhar honra que lhe ilustrasse o nome (4). Ainda muito novo deixou o solar de seus pais e foi levado a Arévalo, cidade de Castela a Velha, para ser educado no palácio de D. João Velázquez de Cuéllar, contador-mor dos reis Fernando e Isabel. D. João, ligado por estreita amizade com D. Beltrão de Loiola, pedira-lhe um dos filhos para o criar em sua casa, e alcançou fàcilmente a Inigo, que lhe serviu de pajem, e o acompanhava quando demorava na côrte dos reis católicos. Calaram tão profunda e agradàvelmente no ânimo do jovem guipuscoano as impressões que

---

superest, posse jam reperiri, quod tot annis non potuit. Bibl. N. de Madrid, mss. n.º 8845, f. 9. Cf. Polanco, VI, 44; *Mon. Ignat.*: ser. 4.ª, I, 37, 55, II, 23, 424; Kreiten, art. em *Stimmen aus Maria Laach*, vol. 43, pag. 91, an. 1892; Tacchi Venturi: art. na *Civiltá Cattólica*, julho de 1900, pag. 144, *Storia*, II, 52; Fita, art. no *Boletin de la Real Academia de la Historia*, XVII, 1890, pag. 517-518; Astrain, I, 22; Boehmer, *Studien*, I, 12.

(1) Ainda hoje lá se ergue o antigo castelo, conhecido agora pela designação de *Santa Casa*, como grandiosa relíquia, emmoldurada no vasto edifício que em tôrno lhe construíram os religiosos da Companhia da Província de Castela.

(2) Polanco, I, 10; Ribadaneira, *Vida*, L. I, C. I.

(3) *Inigo* é a forma guipuscoana do nome *Eneco*, derivado do latim *Enecus*. No castelhano escreveu-se *Iñigo*. O santo assinava-se primeiro sòmente *Inigo* (Cf. Mss. S. J., *codex romanus autographorum*, doc. XIV, carta autógrafa escrita de Veneza a 12 de fevereiro de 1536). De 1538 em deante já usava simultaneamente ora *Inigo* ora *Ignacio*. Depois de 15 de novembro de 1543, só aparece uma vez em 10 de agôsto de 1546 a forma *Inigo*. Cf. *Mon. Ignat*, ser. 1.ª, I, 136, 276, 409. Não sabemos a razão que levou o santo fundador a preferir o nome de Inácio. Talvez desse motivo à preferência a especial devoção que tinha ao santo mártir Inácio de Antioquia. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 529.

(4) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 37.

recebeu em Arévalo, que muitos anos depois, em 1548, escrevia ao neto do contador-mor que ainda então se consolava e consolaria sempre com a lembrança de ter servido na casa de D. João Velázquez (1).

Com o crescer porém da idade e certamente com o exemplo e sedução de companheiros mal morigerados, desenvolveram-se no jovem ardente as paixões da mocidade, que o lançaram no caminho das aventuras amorosas e desregramentos, a ponto de haver de sofrer no seu país natal, por 1515, pouco depois de voltar a Loiola, um processo que lhe desluzia notàvelmente a honra de bom cavaleiro (2). A-pesar de tonsurado não vestia nem vivia pelas leis de clérigo, mas tratando-se por vaidade e bem parecer com requintes de elegância, nutria farta cabeleira que lhe caía até aos ombros, trajava vestido de côr e capa aberta, trazia armas de soldado, e no mais procedia com excessiva liberdade (3).

Mas, ainda que transviado pelo ardor e inconsideração dos verdes anos, nunca perdeu os sentimentos que inspirava a religião verdadeira, antes dava provas bem expressas de ânimo nobilíssimo e sinceramente cristão. Jamais se lhe ouvia palavra blasfema contra o nome do Senhor, venerava com especial devoção a Mãe de Deus, professava-se particular devoto do príncipe dos Apóstolos, S. Pedro, chegando a lhe compor versos em sua honra; quis até, à míngua de sacerdote, confessar-se a um leigo, ainda que sem sacramento, antes de entrar em combate no castelo de Pamplona; era generoso no perdão dos inimigos, e, não obstante envolver-se em pelejas freqüentes por pontos de honra, não fomentava ódios contra ninguém (4).

Tão louváveis acções e qualidades mostram claramente que no referver das paixões conservava D. Inigo de Loiola dentro de sua alma a Fé, tão arraigada nas regiões guipus-

---

(1) *Mon. Ignat.*: ser. 4.ª, II, 471-472, ser. 1.ª, I, 705.

(2) Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 580-597, onde se publicaram as peças, que se nos conservaram dêsse processo; Polanco, I, 10.

(3) *Ob. cit.*, 587, 591-593, 595, 596.

(4) Polanco, I, 10, 13.

coanas, e um sólido fundamento de piedade e nobreza que seriam fecundo princípio de regeneração. De feito pelos anos de 1517, aos 26 de sua idade, operou-se um começo de melhoramento na sua vida e costumes, no mesmo ano em que Lutero iniciou a sua rebelião contra a Igreja de Cristo [1].

Morto D. João de Velázquez, deixou de todo Arévalo e a côrte [2], alistou-se como soldado e oficial no exército de António Manrique, duque de Nájera e vice-rei da Navarra, e com as novas ocupações em que forçosamente lidava, levantou-se mais o seu espírito acima das baixezas terrenas, e aspirava a praticar proezas militares que lhe dessem renome entre os homens. No género de vida que encetava, podiam campear as nobilíssimas prendas de corpo e espírito que o exornavam: boa compleição e constituïção vigorosa, nobreza de alma e intrepidez, inclinação e ardor para emprêsas árduas, constância nas maiores dificuldades, prudência no manejo de negócios e destreza rara no tratar os homens [3]. Na defêsa de Pamplona, última e a mais célebre façanha de sua carreira militar, deu mostra brilhante de tôda sua energia, valor e grandeza.

2. — Francisco I de França, o poderoso rival de Carlos V, resolvendo-se a invadir a Navarra para a subtrair à dominação de Espanha e assentar em seu trono Henrique de Labrit, filho de João de Labrit, destronado em 1512, fêz entrar por ela dentro um exército comandado por André de Foix, Senhor de Esparros, que depois de se apoderar de St. Jean-Pied-de-Port, e Fort Peñon, acampou a algumas milhas da cidade de Pamplona, capital da região. Os pamploneses, ao aproximarem-se as tropas de Francisco I, revoltam-se contra os espanhóis; apeiam por tôda a parte os

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 37; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 11.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 471. D. Juán Velázquez faleceu em 1517, e sua espôsa D. Maria Velasco de Guevara terminou seus dias em Lisboa no ano de 1540, sendo camareira-mor da raínha D. Catarina. Cf. Fita, art. no *Boletim de la R. Acad. de la Historia*, XVII, 1890, pag. 512-515; Boehmer, *Studien*, I, 14, 21-22.

(3) Polanco, I, 10; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 100; Boehmer, *Studien*, I, 22; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 15.

brasões de Espanha, e enviam uma deputação ao encontro de André de Foix a entregar-lhe as chaves da cidade. O comandante da praça, Francisco de Beaumont, descoroçoado de poder com tão pequeno presídio resistir às fôrças invasoras, saíra da capital. Inácio còrando da que êle tinha por covardia, recusou-se a seguir o comandante, e afastando-se indignado dos que se retiravam, foi-se meter na fortaleza, apostado a defendê-la com os poucos soldados que dentro tinham ficado. Êstes contudo ao considerarem o número tão deminuto dos defensores, reüniram conselho para deliberar naquele apertado lance. Os mais velhos foram de parecer que se rendessem ao inimigo; Inácio protestou que deviam antes morrer na defêsa do que entregar-se. Então Francisco de Herrera, que tinha o comando, foi, a convite de André de Foix, parlamentar com os franceses, acompanhando-se de três oficiais de seu pequeno esquadrão, entre os quais ia Inácio de Loiola.

Propôs o inimigo as condições da capitulação; mas Inácio, tomando a palavra, demonstrou com tamanha intimativa e calor o indecoroso e humilhante das propostas, que teve mão em Herrera e nos demais que não as aceitassem. Recolhidos à fortaleza, começa o bombardeamento. Inácio com as vozes e com o exemplo era a alma da resistência e o brio de todos os defendentes. Durou seis horas o combate, e não se prolongou mais, porque uma bala de artilharia passando-lhe entre ambas as pernas, despedaçou os ossos da direita, magoou a esquerda e o lançou por terra. Prostrado Inácio, caíram os ânimos dos soldados e rendeu-se a praça. Era segunda-feira de Pentecostes, 20 de maio de 1521 [1].

Entrados os franceses reconheceram entre os feridos a Inácio, e prestando homenagem ao seu valor, trataram-no com o cavalheirismo de inimigos generosos. Levaram-no da fortaleza para a cidade, fizeram-no curar com todo o cuidado, e depois de doze ou quinze dias o mandaram transportar em liteira para o seu castelo de Loiola. No conchego do solar, longe de sentir-se melhor, começou a peorar notàvelmente

---

[1] Polanco, I, 11-12; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 37-38; Cros: *Documents*, 198-203, *Vie*, I, 84-85; Boehmer, *Studien*, I, 25-27.

Chamam-se médicos e cirurgiões que examinaram o enfêrmo e declararam que os ossos da perna quebrada estavam fora do seu lugar, ou porque em Pamplona os não tinham juntado a preceito, ou por se haverem deslocado com os abalos do caminho, e seria necessário desconjuntá-los de novo, se queria recobrar a saúde. Inácio animoso como era, não hesitou em submeter-se àquela, que êle uns trinta anos depois chamou carnificina. Não consentiu que o atassem, como então se costumava com os que sofriam operações cirúrgicas, nem durante aquele horrível sofrimento soltou uma só palavra nem deu outro sinal algum de dôr, mais que cerrar apertadamente os punhos.

O organismo porém, já enfraquecido pelos acerbos padecimentos dos dias passados, mal podia resistir a tamanha violência. O estado do doente agravou-se a tal ponto, que no dia 24 de junho, festa de S. João Baptista, houveram de o avisar que se preparasse para a morte, porque restava pouca esperança de vida. Recebeu êle com piedade os últimos sacramentos, e, continuando a crescer o mal, no dia 28, véspera de S. Pedro e S. Paulo, confessaram os médicos que desesperavam inteiramente de o poder salvar, se até à meia noite não sentisse algumas melhoras. Afortunadamente àquela hora começou a doença a decrescer, e o enfêrmo a experimentar melhoria manifesta. Êle a atribuíu à intervenção de S. Pedro, a quem venerava com particular devoção. Aumentaram os alívios, firmaram-se as boas esperanças, e dentro de poucos dias julgaram-no já livre de perigo (1).

Ia-se fortificando a saúde e soldaram-se finalmente os ossos da perna direita. Mas então adverte Inácio uma deformidade que o contristou: debaixo do joelho saía fora um ôsso que a outro se sobrepusera de tal modo, que não só tornava aquela perna mais curta que a esquerda, mas lha

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 38-39; Polanco, I, 13. Os biógrafos do santo, desde Ribadaneira, ou insinuam ou afirmam que S. Pedro aparecera realmente ao enfêrmo e o curara. Mas das fontes coevas só tiramos o que dizemos no texto. Inácio apenas disse a seu confidente Luís Gonçalves, que *solia ser el dicho enfermo devoto de S. Pedro, y asi quiso Nuestro Señor que aquella misma media noche se començase á hallar mejor. Mon Ignat.*, ser. 4.ª, I, 39. Cf. Astrain, I, 22[2].

afeava consideràvelmente e lhe impedia de calçar os borzeguins justos e polidos que usava. A elegância e primor com que sempre timbrava, como nobre cavaleiro, de se apresentar na sociedade, não sofriam aqueles desaires. Pergunta aos médicos se o ôsso se podia cortar e emendar o defeito. Responderam-lhe que sim, que bem se podia cortar o ôsso, mas que as dores daquela nova operação seriam maiores que tôdas as passadas. Para Inácio não era motivo de desistência. Resolveu «martirizar-se por próprio gôsto», como êle mais tarde se expressou [1], e, não consentindo que o segurassem nem atassem, suportou com assombro de todos, sem mudar de semblante nem soltar um gemido, aquele penosíssimo corte, como também o prolongado martírio a que se quis sujeitar, num como ecúleo, em que lhe estiravam a perna para a levar ao comprimento da que não se quebrara [2]. Todos estes tormentos pôde-os vencer o organismo resistente e o ânimo inquebrantável de Inácio. Recobrou finalmente ainda que pouco a pouco a saúde e as fôrças.

3. — Na longa convalescença, para passar o tempo e aliviar com a leitura os enfados da ociosidade e solidão, pediu que lhe dessem livros de cavalarias, que êle costumava ler com gôsto e avidez [3]. Não se encontraram então no castelo livros dêste género de literatura, mas levaram-lhe dois que só apareceram, a *Vida de Cristo* de Ludolfo de Saxónia, traduzido em castelhano por fr. Ambrósio de Montesino, e a famosa *Legenda Áurea* de Jácome de Vorágine, trasladada na mesma língua. Não é improvável que os recebesse friamente e começasse a leitura com tédio, porque não quadrava com os pensamentos de mundana glória que lhe povoavam a mente. Mas a pouco trecho se lhe despertou na alma algum interêsse do que ia lendo, e já sentia afeiçoar-se um tanto às proezas de virtude que ali se narravam. Punha de parte o livro e ficava-se algumas vezes a considerar e a ruminar

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 39.
(2) *Ob. cit.*, 39, 340.
(3) *Ob. cit.*, pag. 40, 46.

no que lera. Outras vezes pensava nas coisas do mundo que antes lhe ocupavam o espírito.

No tropel de imaginações e vãs idéias que se lhe ofereciam e o assaltavam, uma se lhe havia apoderado tão profundamente do coração, que se ficava duas, três e quatro horas todo embebido no pensamento dela sem o advertir. Era a lembrança de uma dama que lhe prendera as afeições. Imaginava, como brioso cavaleiro, que faria em serviço dela, excogitava o modo de poder ir à terra onde ela demorava, ideava motes e palavras que lhe havia de dizer, e os feitos de armas que levaria a cabo para a servir e honrar. E tanto devaneava nesta preocupação, que nem sequer atentava na impossibilidade manifesta de realizar suas amorosas aspirações, «porque a dama não era de nobreza vulgar, nem era condessa nem duquesa, mas de uma posição mais elevada que nenhuma dessas (1).

A êstes pensamentos de vaidosas intenções sucedia meditação mais sólida, que hauria da leitura da Vida de Cristo e dos santos, a que voltava. Com a consideração começavam a brotar-lhe no peito desejos e nobres impulsos de imitar,

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 40, 41. Quanto referimos desta luta que se travou no espírito de Inácio, extraímo-lo quase à letra do que êle foi contando ao mencionado P. Luís Gonçalves. Mas o privilegiado confidente do santo não nos diz quem fôsse aquela dama dos pensamentos do jovem guipuscoano, e assim ainda hoje nos está envolvida nas sombras do mistério. Genelli em *Leben des Heiligen Ignatius von Loyola*, 52, e Boehmer, *Studien*, I, 17, supõem que era Germana de Foix, segunda espôsa, depois viúva do rei católico D. Fernando. É conjectura, a que até hoje se não achou seguro fundamento. Outros lembraram-se de D. Leonor Mascarenhas, a dama de D. Maria, raínha de Portugal e de D. Isabel imperatriz, e aia de Filipe II. Mas essa rejeitam-na, sem réplica possível, não sòmente as palavras de Inácio, que deu à sua dama posição social superior à de duquesa, mas o facto de que o santo só depois de convertido conheceu D. Leonor, quando ela foi de Portugal para Espanha em 1526 no séquito da imperatriz. Alguns, com o P. Fidel Fita, admitiram como provável que fôsse D. Catarina, depois raínha de Portugal, a misteriosa dama. Mas a diferença de idade entre Inácio e Catarina, diferença que orçava por dezasseis anos, torna bem pouco aceitável esta opinião. Os que afirmam que Inácio não se referia a pessoa determinada, contradizem a narração de seu confidente. Cf. Tacchi Venturi, *Storia*, II, 20; Llanos y Torriglia, *Contribución al estudio de . . . D. Catalina*, pag. 16, 73, 74.

numa santa rivalidade, os exemplos dos heróis cujas façanhas lia. Era explosão natural e espontânea de seu ânimo cavalheiresco e alentado. Primeiro como que maravilhado do novo género de proezas que ora descobria, perguntava-se a si mesmo: «E porque não hei de eu fazer o que fêz S. Francisco? Porque não hei de praticar o que praticou S. Domingos»? Logo ia passando pela imaginação diversas acções santas, graves, dificultosas, e parecia-lhe que lhe sobravam fôrças para as realizar com facilidade. Depois já não interrogava, mas asseveradamente dizia: «S. Domingos praticou tal acção? Também tenho eu de a praticar. S. Francisco realizou esta proeza? Não lhe devo eu ficar atrás». Assim discorria Inácio no seu longo meditar. Mas outra vez tornavam os pensamentos mundanos a absorver-lhe a atenção.

Por muitos dias durou esta luta interna, em que se debatia a alma do antigo soldado, sentindo-se atraído ora para as vaidades que até então o dominaram, ora para aquela gloriosa emulação das virtudes heróicas dos santos. Notava porém uma grande diferença naquela alternada peleja de mundanidade e virtude. Quando pensava nas coisas terrenas, primeiro encontrava prazer nesses pensamentos, mas depois de se lhe irem da mente, ficava sêco e aborrecido; pelo contrário quando considerava nas acções virtuosas, na peregrinação a Jerusalém e nas penitências rigorosas que desejava praticar à imitação dos santos, não sòmente experimentava consolação emquanto se demorava nestes propósitos, mas ainda depois de cessar a meditação, sentia o seu interior espiritualmente satisfeito e alegre. Desta reflexão tiveram origem as prudentíssimas regras que depois traçou nos Exercícios Espirituais sôbre as diversas agitações da alma humana, e a maneira de discernir com segurança as que veem de Deus das que procedem do espírito do mal.

Adestrado pela experiência do novo combate que se travava no interior de sua alma, e iluminado pela graça de Deus que o dispunha para a grande emprêsa a que o destinava, resolveu finalmente cortar por quantos laços o prendiam às vaidades do mundo, largar as armas da milícia terrena, e começar nova carreira e vida nova, modelada pelos heróicos exemplos dos que aprendera a conhecer na leitura

daqueles dois livros. Não sabia ainda claramente o rumo particular que devia seguir, mas sòmente, movido pela grandeza de seu ânimo generoso, desejava ir em peregrinação a Jerusalém, e pôr em prática êle mesmo quanto fizeram os santos para honra de Deus.

Emquanto lidava nestes santos pensamentos eis que numa noite, estando desperto, lhe aparece Nossa Senhora com o Menino Jesus nos braços, a cuja vista recebeu consolação inefável. Com esta aparição lhe entrou na alma tamanho fastio e aborrecimento de quanto na sua vida fôra desregrado, e desconforme às leis da castidade cristã, que lhe parecia haverem-se-lhe desluzido e tirado do espírito e da fantasia tôdas as espécies ou imagens que ali tinha impressas ou desenhadas. Era já outro homem Inácio; o milagre da conversão, completo, admirável, fôra operado pela intervenção maravilhosa da Mãe de Deus [1].

4. — Tomada a resolução inabalável de se alistar na nova milícia do céu, começou a intender na maneira de realizar a viagem a Jerusalém. Entretanto ocupava-se totalmente nas coisas de Deus. Fazia oração, continuava na leitura dos dois livros que já lhe eram tão queridos e saborosos; conversava santamente com os de casa, ficava-se de quando em quando por longo espaço a contemplar o céu e as estrêlas, com suavíssima consolação da alma, e firmava-se mais e mais nos bons propósitos. A transformação que se operava em Inácio, era, com surprêsa e sobressalto, observada pelos da família. Seu irmão mais velho, Martim Garcia de Loiola, suspeitando a mudança que intentava na sua vida, chamou-o de parte e «com grandes espantos começou a rogar-lhe que não se deitasse a perder, que olhasse as esperanças que dêle concebera o mundo, e visse bem as qualidades que possuía para poder

---

[1] *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 40-42. Tôda esta lida interna da alma de Inácio, com as particularidades que apontámos, foi o próprio santo que tão minuciosamente a descreveu ao mesmo seu confidente. A aparição de Nossa Senhora por êstes têrmos a manifestou: «Estando una noche despierto, vido claramente una imagen de Nuestra Señora con el santo niño Jesus, com cuya vista por espacio notable recibió consolación muy excessiva». *Ibid.* 42.

valer muito» (1). Inácio não quis por então descobrir sua resolução; e, sem desviar-se um ponto da verdade, que escrupulosamente guardava, apenas lhe respondeu que nunca se esquèceria das obrigações que tinha, e desembaraçou-se das perguntas do irmão.

Pelos meados de fevereiro de 1522, tomando por pretexto a obrigação de uma visita ao duque de Nájera, saíu finalmente da sua casa de Loiola, acompanhado de seu irmão Pero Lopes e dois criados. A pouco tempo de caminho persuadiu a seu irmão quisesse fazer-lhe companhia velando uma noite em oração no santuário de N.ª Senhora de Aránzazu. Queria com aquela vigília alcançar da Mãe de Deus fôrças para continuar sua emprêsa. Trinta e dois anos mais tarde ainda comemorava com suavíssimas lembranças aquela noite, em carta a Francisco de Borja, o antigo duque de Gandia (2). Prosseguindo a viagem separou-se do irmão em Oñate; em Navarrete visitou o duque de Nájera, e, despedindo ali os dois criados, pôs-se de novo em marcha, sòzinho, cavalgando a mula que de Loiola trouxera, e dirigiu-se para a Catalunha.

No caminho ia revolvendo no pensamento as grandes penitências que faria para glória de Deus, e as façanhas que levaria a cabo no serviço de seu Senhor, trazendo à memória as que se referem dos santos, e propondo praticá-las ainda maiores. Para se fortificar contra as seduções da carne fêz voto de castidade depositando-o como que nas mãos da Virgem Santíssima a quem dedicava, como já dissemos, particular devoção (3). Por esta se acendeu em desejos e brios de vingar, à lei de bom cavaleiro, os insultos que um mouro, com quem se encontrara, proferira contra a virgindade da Mãe de Deus, vingança que não executou por duvidar da obrigação que lhe corria neste passo, e a cavalgadura, a que

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 43-44; Polanco, I, 15-16.

(2) «Quando Dios N. S. me hizo merced para que yo hiçiese alguna mutazión de mi vida, me acuerdo haver reçivido algun provecho en mi ánima belando en el cuerpo de aquella iglesia de noche». *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, VII, 422. Carta de 20 de agôsto de 1554.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 101.

de propósito soltara a rédea, cortar por vereda diversa da que seguia o insultador.

Continuando na sua jornada comprou, numa povoação em que se apeou, um pano grosseiro e áspero de que mandou fazer uma túnica ou saco comprido que lhe chegasse aos pés, uma corda para a ligar à cintura, alpargatas de esparto, um bordão e uma cabacinha. Eram as alfaias e todo o traje de peregrino que devia usar na carreira que ora empreendia, transformado no corpo e no espírito. Colocou tudo sôbre o arção da sela, e encaminhou-se para o famoso santuário de N. Senhora de Monserrate que enxergava perto sôbre o monte que se erguia de uma vasta planície, na margem direita do Llobregat.

Subida a encosta, entra no templo do vetusto mosteiro da Ordem de S. Bento, e, depois de fazer a sua oração, vai apresentar-se ao monge que tinha encargo dos peregrinos. Chamava-se João Chanones, era francês de nação, e muito conceituado por seu saber e virtude. Descobre-lhe Inácio os grandes intentos que trazia no coração, e a ninguém até àquela hora manifestara; e, para se dispôr mais perfeitamente a realizar a sua emprêsa santa, tratou logo de purificar a alma, confessando-se com o piedoso monge, de tôda a sua vida, o que fêz cuidadosamente por escrito durante três dias de perfeito recolhimento [1]. Robustecido pela graça e mais ilumi-

---

[1] Frei João Chanones, primeiro director espiritual de Inácio, era vigário geral da diocese de Mirepoix antes de entrar na Ordem benedictina em 1512. Por 1526 foi trazido a Portugal por fr. António de Sá, português, também religioso de Monserrate. Desempenhou o cargo de mestre de noviços primeiro em Alcobaça no real convento, que António de Sá governava, e depois, desde 1530, no mosteiro de Tibães, quando o mesmo António de Sá foi investido na abadia dêste mosteiro. Decorridos muitos anos, levaram-no as saüdades para o seu antigo mosteiro de Monserrate, onde faleceu em santa velhice no ano de 1568 com oitenta e nove anos de idade. Ainda hoje se conserva no mosteiro de Tibães um quadro a óleo, que nos representa João Chanones em tamanho natural com um livro na mão. No baixo do quadro lê-se a inscrição seguinte: *O Veneravel Padre Fr. João de Chanones, filho do Insigne Mosteiro e Sanctuario de Monserrate, foi Mestre de Noviços nêste Palatino de Tibaens pellos annos de 1535 e...... confessou geralmente, e instruio a o Patriarcha S. Ignacio d'Loyola.* Cf. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana,* I, 387, 391; Cardoso, *Agiol. Lus.,* III,

nado pela meditação e santa leitura, em que se entreteve por algum tempo, resolveu assentar finalmente praça na milícia que novamente escolhera. Na véspera de Nossa Senhora da Anunciação, a 24 de março de 1522, já entrada a noite, despojou-se de todos os seus vestidos de fidalgo e cavaleiro, deu-os de graça a um pobre que em segrêdo procurara, enverga o saco de que se provêra, cinge-se com a corda, calça uma alpargata e toma na mão o bordão. A espada e o punhal já os tinha suspendido na igreja do mosteiro, junto do altar da Virgem de Monserrate (2).

Recordou-se então do que lera no Amadis de Gaula e outros romances que tanto folheara, e como os donzéis que eram armados cavaleiros, costumavam na sua iniciação velar as armas, quis também êle, novo cavaleiro do Senhor, velar as armas de Cristo, que tão briosamente tomara. Já vestido com o seu novo hábito foi ajoelhar-se deante do altar de Nossa Senhora, e imitando o cerimonial da cavalaria terrena, perseverou a noite inteira sem encostar-se nem sentar-se, já em pé, já de joelhos em oração (1). Ao amanhecer, depois

---

455, 466; C. Caetano, *De religiosa S. Ignatii... institutione,* pag. 38; Yepes, *Corónica General de San Benito,* T. IV, Valhadolide, 1613, f. 237. — Frei António de Sá fôra chamado de Espanha por D. João III para o govêrno do mosteiro de Alcobaça, e passados quatro anos trasladou-se para o de Tibães de que foi abade uns 15 ou 16 anos. Faleceu em 10 de agôsto de 1550. Cf. *Benedictina Lusitana,* l. c.

(2) Calçou o pé direito para mais resguardo da perna quebrada em Pamplona e ainda não totalmente curada. Como era sua intenção andar a pé, deixou ao mosteiro a mula que trouxera de Loiola. Cf. *Mon. Ignat.,* ser. 4.ª, I, 46, 47; Ribadaneira, *Vida del P. Ignacio,* L. I, C. IV.

(1) *Mon. Ignat.,* ser. 4.ª, I, 46-47; Polanco, I, 17-18. Afonso, o Sabio, descreve minuciosamente no livro de *Las siete Partidas* as cerimónias com que se armavam os cavaleiros. Na *Partida II,* Tit. XXI, assim explica o *velar das armas*: «Mandaron los antiguos que el escudero que fuese de noble linage un dia ante que resciba caballeria que debe tener vigilia. Et ese dia que la toviere... los escuderos... desque este alimpiamento le hovieren fecho al cuerpo, hanle de facer otro quanto al alma, levandole a la iglesia, en que ha de conoscer que ha de rescibir trabajo velando et pidiendo merced a Dios quel perdone sus pecados et que le guie... Et en quanto esta oracion feciere ha de estar los hinojos fincados, et todo lo al en pie mientra sofrir podiere: ca la vigilia de los caballeros noveles non fué estabelecida para juegos ni para otras cosas, sinon para rogar a Dios».

de ouvir a santa missa, como também mandava o cerimonial [1], e de receber o pão dos anjos, saíu do mosteiro, e sòzinho e a pé se pôs a caminho para Manresa, onde tencionava demorar-se alguns dias no hospital.

Circunstâncias forçosas o obrigaram a permanecer mais tempo, quase um ano, nesta cidade, que foi a escola, onde amestrado por Deus que o ensinava e dirigia como o mestre a seu discípulo menino, são palavras de Inácio [2], aprendeu a elevada sciência que o constituíu, para o futuro, mestre consumado de espírito. Durante todo êsse tempo morou no hospital de S. Luzia, numa cela do convento de S. Pedro Mártir, dos Padres dominicos, e também por ocasião de alguma enfermidade mais grave, em casas de pessoas amigas que lhe veneravam a santidade e admiravam a extraordinária penitência [3]. A vida que levava, era de absoluto desprêzo de quanto soubesse a mundo e a vaidade terrena. Em público só aparecia trajando a pobreza do vestido que no caminho comprara; o cabelo, naturalmente loiro e muito formoso, trazia-o comprido e desgrenhado, as unhas e a barba crescidas, para compensar o excesso vaidoso com que antes se penteava e cuidava do atavio de sua pessoa. Vivia de esmolas, jejuava, não comia carne, nem bebia vinho, salvo nos domingos, se pessoas caridosas lho oferecessem. Em tôda a parte procurou ocultar a prosápia de seu nascimento; mas, por mais que o desejava, não pôde impedir que se começasse a espalhar fama de quem era, contando-se dêle grandes coisas. Os ricos vestidos que em Monserrate dera a um pobre, e o ar de nobreza e afável bondade que lhe transparecia do semblante e chamou logo a atenção dos que primeiro o encontraram no caminho de Monserrate a Manresa,

---

(1) «Passada la vigilia luego que fuere dia, debe primeramente oir su missa et rogar a Dios que le guie sus fechos para su servicio». *Siete Partidas*, l. c. Cf. March, *La Vetlla de les armes de Sant Ignasi de Loiola a Montserrat*, (Barcelona, 1922) pag. 10.

(2) *En este tiempo le tratava Dios de la misma manera que trata um maestro de escuela a su niño, enseñandole. Mon. Ignat*, ser. 4.ª, I, 53.

(3) *Ob. cit.*, I, 47-48, 50-51, 56; Polanco, I, 19; Ribadaneira, *Vida*, L. I, C. VI.

deram fàcilmente origem aos falares e conjecturas do povo [1].

Apartado da vista dos homens entretinha-se largamente a sós com Deus, perseverando cada dia sete horas de joelhos em oração; assistia diàriamente à missa, às vésperas e completas cantadas, no que sentia suavíssima consolação em sua alma; levantava-se à meia noite para orar, confessava-se e comungava nos domingos, e, juntando à oração as penitências que eram muitas e atrozes, dormia na terra dura, e três vezes por dia se disciplinava àsperamente. Era tão duro o rigor com que em tudo se tratava, que não concedia nenhuma satisfação nem regalo a seu corpo, de modo que sendo, por natural constituïção, robusto e de boas fôrças, em breve tempo enfraqueceu e quebrou o seu antigo vigor juvenil, e veio a sofrer por tôda a vida quase contínuas enfermidades [2].

Para maior segrêdo e para se dar com mais recolhimento a êstes piedosos exercícios de penitência e oração, retirava-se com freqüência a uma gruta ou cova que se ocultava, perto da povoação, entre plantas bravas, espinhosas e emmaranhadas numa encosta escarpada e sobranceira ao rio Cardoner. Ainda hoje é conhecida e venerada com o nome de *Santa-Cueva* [3].

---

(1) *Mon. Ignat.*: ser 4.ª, I, 48; II, 83-85.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 48-51; Polanco, I, 19.

(3) Nem Luís Gonçalves, nem Laines, nem Polanco, nem Nadal, nem Ribadaneira fazem menção nenhuma da *cova* de Manresa. Ou não tiveram conhecimento de que o santo costumasse recolher-se àquela gruta para a oração e penitência, ou não deram importância notável a êsse facto. Contudo num opúsculo latino publicado na Alemanha em 1556, ano em que morreu Inácio, lê-se que o santo penitente *fizera algum tempo vida solitária numa gruta sobranceira ao rio que corre pelos campos de Manresa.* É João Alberto Widmonstadt o autor do opúsculo, que dêste modo se intitula: *De Societatis Jesu initiis, progressu rebusque gestis nonnullis... Epistola... Ingolstadii, Anno M.D.LVI.* Na fôlha 3 vem o seguinte trecho, a que nos referimos: «Ignatius... in specu, ripae fluminis quod agrum Manrezanum perlabitur, iminente, solitariam vitam aliquandiu egit». É a mais antiga memória que possuímos da *santa cova* de Manresa. Cf. «Manresa», an. 1.º, n.º 1, pag. 48, 1925, artigo do P. Pedro Leturia; Boehmer, *Studien,* I, 327-328. Não podemos tomar literalmente a expressão *solitariam*

Emquanto se aplicava com fervoroso empenho ao seu aperfeiçoamento espiritual, não descuidava o exercício das obras de caridade cristã. Aos pobres socorria-os da sua pobreza, granjeando-lhes esmolas e distribuindo-lhes o mais delicado e melhor das que para si lhe davam. Os enfermos do hospital visitava-os, servia-os com edificante humildade e aliviava-os nas suas penas; percorria também a cidade ajudando e consolando a doentes, pobres e atribulados; e acompanhando o tratamento caridoso dos corpos com as obras de misericórdia espirituais, ensinava doutrina a meninos e ignorantes, e a todos exortava com zêlo insinuante à freqüência dos sacramentos da confissão e comunhão. Vida tão cristã, tão perfeita e caritativa ganhou-lhe a estima e veneração da cidade e o apelido carinhoso e significativo de «homem santo», com que geralmente o denominavam (1).

Mas esta virtude, ainda nova, bem que já sólida e robusta, tinha de ser provada na tribulação em que ela mais se apura. Nos primeiros tempos dêste sobrenatural tirocínio gozava o santo penitente de uma paz e igualdade de ânimo inalterada, e de uma intensa alegria que naturalmente lhe facilitava e aplanava o caminho da perfeição (2). Chegou também o tempo das lutas interiores que metem à prova e asselam a humildade dos santos. Primeiro lhe assomaram no espírito uns pensamentos que lhe tentavam a constância e perseverança no rigor da vida que levava; e êle decidido e animoso rechaçava a tentação. Logo depois começou a perceber em sua alma grandes alterações e diversidade de sentimentos. Umas vezes sentia-se tão desconsolado e desabrido, que não podia achar gôsto nenhum nas santas acções que até então o deleitavam suavìssimamente; outras, sem saber

---

vitam... egit, nem supôr que Inácio vivesse habitualmente escondido na gruta o tempo que demorou na cidade catalã. Pelas fontes coevas, que citámos, de inegável autoridade, conhecemos as moradas diversas que êle teve em Manresa; e dos testemunhos dos processos para a canonização, o que se tira com segurança é que freqüentemente se retirava àquela cova abençoada para nela fazer oração e penitência. (Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 355, 360, 390, 709, 715, 724, 735, 1011).

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 390, 699, 703, 723, 738, 747-748.

(2) *Ob. cit.*, I, 48-49.

como, a súbitas se dissipavam as nuvens da tristeza, e banhava-se-lhe todo o interior de dulcíssimas consolações. Pasmava desta alternativa de afectos, tão desconhecida para êle, e com espanto se perguntava: «Mas que nova vida é esta em que ora entramos»? (1) Não sabia que êstes eram sòmente os prenúncios de tempestade mais temerosa e prolongada.

Passado algum tempo de paz deliciosa, entrou-lhe na alma tão importuna obsessão de escrúpulos, que o atormentava sem trégua e lhe dessaborava todo o contentamento. Foram alguns meses de indizível angústia. Dúvidas terríveis de consciência lhe começaram a perturbar o espírito e dilacerar o coração. Repetia confissões sôbre confissões, e mais se enredava num labirinto de incertezas. Lançava mão de todos os meios para encontrar o suspirado sossêgo, mas a inquietação aflitiva não o largava. Recorria à oração, bradava ao céu por misericórdia, empregava rigorosas penitências. Chegou a levar oito dias inteiros sem provar bocado num perfeito jejum, e as ânsias não acalmavam. Por fim o acometeu um desgôsto íntimo e aborrecimento da vida penitente que fazia. Era o sinal do espírito tentador. Acordou então como de um sonho: conheceu claramente a insídia da tentação, e determinou de nunca mais se confessar das coisas passadas. Com esta luz voltou a serenidade a seu espírito e gozou dali para o deante paz imperturbável (2).

Depois da prova sobreveio o prémio. Já tão purificado pela penitência e pelo sofrimento, e assim dispôsto para receber a chuva das graças extraordinárias do céu, começou a sentir sua alma banhada por inefáveis consolações, e o entendimento esclarecido por ilustrações sôbre-humanas. Via muitas vezes com os olhos interiores, emquanto orava, a Humanidade de Jesus Cristo e também a Mãe de Deus, e estas visões e luzes intelectuais que as acompanhavam, lhe deram tanta penetração e clareza nas verdades da Fé,

---

(1) *Ob. cit.*, 49.

(2) Cf. *Ob. cit.*, I, 50-52, onde o P. Luís Gonçalves nos refere tôda esta luta espiritual.

que, só pelo que entendera nestas divinas comunicações, se determinaria a dar a vida por elas, ainda que não fôssem atestadas pelas Escrituras santas. Uma vez, que se sentara nas ribanceiras do Cardoner e olhava para o rio que ia fundo, começaram de se lhe abrir os olhos do entendimento, inundados por uma luz viva e abundante, e teve uns conhecimentos tão profundos e tão claros sôbre muitas coisas tocantes «ao espírito, à fé e às letras», que dali por deante tudo lhe parecia novo e êle também dotado de outro entendimento, e transformado noutro homem (1).

Amestrado pela experiência do que observava na sua vida espiritual, e iluminado singularmente por Deus, começou a compôr o livrinho dos *Exercícios Espirituais*, que a Providência Divina destinava para ser desde então e pelos séculos adeante um instrumento maravilhoso de renovação cristã e de santidade heróica. No tirocínio de Manresa ficou êle já formado na sua parte principal, e ali mesmo, manejado por seu autor, produziu admiráveis frutos naquelas piedosas senhoras, que, presas da virtude de Inácio, ouviam do grande mestre de espírito as primeiras lições de perfeição moral. Demais quantos se lhe aproximavam, procurava com suas palavras e exortações levá-los à melhoria de costumes e ao perfeito serviço de Deus.

Inácio começou a ser santo e principiou logo a ser apóstolo, e ao mesmo passo que ia crescendo na santidade, se acendia e manifestava com maior intensidade o zêlo da salvação das almas. Para o poder mais livremente exercitar, e chegar-se com mais agrado e sem nenhum receio àqueles a quem desejava fazer bem, deixou aqueles extremos de despolidez com que primeiro aparecia, já cuidava moderadamente do alinho de seu corpo e mitigava os excessos da abstinência (2). Tinha passado quase um ano; como que terminara o tirocínio da sua carreira espiritual. Era tempo de sair a campo e de dispôr a realização da emprêsa a que o céu o chamava. Deus na sua misteriosa Providência ia preparando o caminho. Inácio prosseguia dó-

(1) *Ob. cit.*, pag. 54-55.
(2) *Ob. cit.*, pag. 52, 54, 56; Polanco, I, 21, 25.

cil, levado pela mão de Deus, sem ainda compreender claramente os desígnios do alto. Queria glorificar o Senhor, santificando-se a si mesmo e salvando almas; a maneira de levar a efeito esta sua aspiração, êle lha daria a conhecer. Entretanto resolveu executar o antigo propósito de peregrinar a Jerusalém e de ali permanecer trabalhando na salvação das almas, se a Deus assim aprouvesse (1).

5. — No princípio de 1523 deixou Manresa, da qual até à morte se havia de recordar com saüdade e agradecimento, e dirigiu-se para Barcelona. Nesta cidade, depois de granjear por esmola a necessária provisão, tomou embarcação para a Itália, e soprando-lhe pela pôpa vento rijo, em cinco dias abordou a Gaeta. Saindo em terra continuou a pé com enorme fadiga a sua viagem pela via Ápia na direcção de Roma, onde entrou em domingo de Ramos, 29 de março. Oito ou nove dias depois da Páscoa, recebida a bênção do Papa Adriano VI para a sua piedosa peregrinação, partiu da cidade papal e encaminhou-se a Veneza, para ali colhêr alguma nau de peregrinos que o transportasse à Terra Santa. Foi neste caminho extremamente consolado com uma aparição de Jesus Cristo que o alentou para prosseguir o trabalho começado.

Na cidade dos canais esperou dois meses o tempo da navegação, e firmado na sua inabalável confiança em Deus, que sempre lhe ministrava os meios de realizar seus intentos de piedade, embarcou uma têrça-feira, a 14 de julho de 1524, juntamente com oito peregrinos, em uma nau que havia de fazer escala em Chipre. A 18 dêsse mês tocaram em Rovigno; a cinco de agôsto tiveram vista de Cérigo, a antiga *Cythera*; a seis descobriram ao longe Cândia, poucos dias depois Rodes, e a catorze lançaram ferro na costa oriental de Chipre em frente de Famagosta. Nesta ilha deixou Inácio a nau Negrona, em que até ali navegara, foi embarcar-se em a nau de peregrinos, galeão de pequeno porte que tinha zarpado do pôrto de Veneza a 29 de junho, e a 29 de agôsto deu à vela para Jafa, em cujo pôrto lançou ferro seis dias depois a 25 do mês. Os peregrinos, reünindo-se no

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 63, 105; Polanco, I, 26.

castelo da pôpa, entoaram comovidos o hino *Te Deum laudamus* e a Salvè-Raínha. No dia 31 desembarcaram; a um de setembro partiram todos, montados em jumentinhos, para o têrmo de sua peregrinação. No dia quatro, ao chegarem a uma elevação de terreno donde se avistava Jerusalém, apearam-se, e em silêncio e recolhida oração, banhados de sobrenatural alegria, entraram a pé na cidade santa. Eram dez horas da manhã.

Nos vinte dias que se demorou Inácio naqueles lugares de tão piedosas recordações, foi inefável a consolação com que os visitou. Tinha êle feito determinação de ficar para sempre em Jerusalém com o fim de dar pasto à sua devoção naquelas paragens santificadas com o sangue do Homem-Deus, e de se ocupar na salvação das almas. Deus porém, que o destinava a maior emprêsa, ordenou os sucessos de modo, que houve de voltar para Itália. Era melindrosa a situação dos católicos na Palestina sob a dominação tirânica dos turcos; e por êste motivo o guardião e o Provincial dos franciscanos, a quem estava confiada a guarda dos Lugares Santos, usando da autoridade de que estavam legìtimamente investidos, intimaram a Inácio que tornasse para suas terras.

Conhecida por êste modo a vontade de Deus, desistiu do intento, e com os demais peregrinos a 23 de Setembro, numa quarta-feira, se pôs em marcha para o pôrto de Jafa. A três de outubro embarcou no mesmo galeão em que viera. A travessia foi demorada e tempestuosa. Em catorze dêsse mês arribaram à ilha de Chipre, onde se passou a um pequeno navio mercante que o levou às costas de Itália. Nos meados de janeiro de 1524 estava finalmente de novo em Veneza (1).

6. — Que rumo de vida tomaria agora? Depois que lhe

---

(1) Todo o trabalho e vicissitudes desta peregrinação foram minuciosamente contados por Inácio ao seu confidente Luís Gonçalves. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 57-66. Não poucas minudências da viagem são-nos referidas por um piedoso suíço de Zurich, seu companheiro de viagem, chamado Pedro Füssli. Escreveu êste piedoso peregrino um diário de tôda aquela peregrinação, a que deu o título seguinte: *Warhafte Beschrybung der Reysz 1523 gaan Jerusalem getan.* Publicou-o Boehmer integralmente em segunda edição no seu livro *Studien*, I, Texte, pag. 5-55.

falhou a esperança de ficar em Jerusalém e de trabalhar e santificar-se naqueles santos lugares, como fôra sua intenção, começou a pensar e consultar consigo mesmo sôbre a carreira em que melhor pudesse empregar a sua actividade para bem das almas. O zêlo em que ardia, inclinava-o a dar-se aos estudos para com sua sciência ajudar mais proveitosamente ao próximo, e por essa inclinação se resolveu. Com êsse intuito pôs-se a caminho para Barcelona, onde esperava se lhe deparasse melhor ensejo de realizar o que propunha.

A viagem foi arriscada e trabalhosa por motivo da guerra que se travava entre os exércitos de Carlos V e Francisco I, mas chegou são e salvo a Génova, onde teve a boa sorte de encontrar um seu compatrício biscaínho, D. Rodrigo Portundo, almirante da frota espanhola, a quem anos atrás conhecera na côrte do rei católico. Êste o fêz embarcar em um navio que o foi meter no pôrto de Barcelona pela quaresma do mesmo ano de 1524 (1).

Não tardou a pôr em prática os seus intentos de estudar. Entrou na escola de um mestre de gramática latina, Jerónimo Ardévol; e a-pesar do adeantado da idade, pois andaria então nos 33 anos, aplicou-se ao estudo com tamanha diligência, que, passados dois anos apenas, o mestre o julgou preparado para matricular-se no curso de artes ou filosofia na Universidade de Alcalá de Henares (2). Confirmou o parecer de Ardévol um doutor de teologia, por quem Inácio se fêz examinar. Na primeira metade de 1526 já estudava em Alcalá, e durante um ano e meio que perseverou naquele estudo, abrangeu, com o fervor menos bem aconselhado de seu empenho, a lógica menor de Domingos de Sôto, a física de Alberto Magno e a teologia do Mestre das Sentenças.

Com a aplicação às sciências juntava o exercício do zêlo das almas, e já começava de reünir companheiros que trabalhassem na mesma obra santa da glória de Deus. Mas as ocupações a que êles se entregavam, muito particularmente Inácio, de ensinar pùblicamente a doutrina

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 66, 68, 70.
(2) *Ob. cit.*, pag. 68, 69.

cristã, e dar Exercícios Espirituais, e os hábitos que todos êles vestiam à maneira de túnica de burel, que lhes deu entre o povo a alcunha de *ensaialados*, atraíram sôbre êles os olhares dos zelosos da Fé e moralidade, e as suspeitas da Inquisição.

Formaram-lhes uma e outra vez processo; não lhes descobriram porém nem êrro na doutrina, nem mancha na vida, mas ordenaram-lhes por sentença final que trajassem como os demais estudantes, e se abstivessem durante quatro anos de ensinar as coisas da Fé, para terem no entretanto ensejo de mais se aprofundarem nos estudos.

Emquanto correu o processo, conservaram prêso a Inácio; e nos quarenta e dois dias que durou a prisão, era visitado por muitas pessoas que lhe queriam bem; nem faltaram personagens distintas que, sabedoras da muita santidade e inocência do pobre encarcerado, lhe foram oferecer o seu valimento para o libertarem do cárcere. Distinguiu-se nestes lances de caridade a ilustre portuguesa D. Leonor de Mascarenhas, que por êsse tempo, sendo camareira-mor da imperatriz D. Isabel, conheceu a Inácio, e depois o favoreceu sempre e à Companhia de Jesus com afecto de mãe e de bemfeitora generosa (1). Inácio que em nenhum dos processos quis nunca tomar advogado, não aceitou os oferecimentos, confiado sempre na Providência de Deus que saïria pela inocência malsinada. Como a sentença lhe atava as mãos e lhe estorvava o zêlo que o impelia a se ocupar do bem dos próximos, decidiu-se a mudar de Universidade, e nos meados de 1527 despediu-se para Salamanca a-fim de prosseguir mais livre e sossegadamente os estudos e trabalhos apostólicos (2).

Frustraram-se-lhe porém as esperanças, porque o esperavam nessa cidade mais vexações do que sofrera em Alcalá de Henares. Novas denúncias o levaram mais uma vez ao cárcere. Sujeitaram-no a rigoroso interrogatório, examinaram minuciosamente o livrinho dos Exercícios Espirituais, e depois de vinte e dois dias de cárcere lhe leram a sentença

(1) Ribadaneira, *Vida,* L. I, C. XIV.
(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 70-74.

em que o declaravam isento de êrro na vida e na doutrina, e lhe permitiam ensinar o catecismo e praticar espiritualmente, como antes costumava, mas só lhe proïbiam pôr-se a determinar onde haveria pecado mortal ou venial, antes de ter cursado estudos por quatro anos. Emquanto esteve no cárcere não lhe faltaram as visitas de pessoas ilustres, e a uma que lhe mostrava compaixão de o ver encarcerado, respondeu nobremente que não havia em Salamanca tantos grilhões nem cadeias quantos êle desejava por amor de Deus.

Não lhe satisfazendo porém a estada naquela cidade pelos estorvos que lhe punha ao livre exercício da sua actividade apostólica, resolveu ir estudar a Paris. Muitas das pessoas principais de Salamanca tentaram dissuadi-lo, mas êle persistiu na resolução, e partiu guiado pela Providência especial de Deus, que ocultamente o encaminhava para aquela célebre Universidade, onde havia de recrutar os admiráveis companheiros que o ajudaram na fundação da Companhia de Jesus. Os que juntara em Espanha não o acompanharam para França e seguiram depois outras carreiras [1]. Em dois de fevereiro de 1528 entrava em Paris [2].

7. — Na ocasião em que Inácio pisava pela primeira vez o solo de França com o intuito de se granjear sciência para defender a doutrina católica e encaminhar os homens pela senda da virtude e verdadeira felicidade, começavam de agitar-se os espíritos, divididos e desnorteados pelas novas idéias de reforma proclamadas por Lutero. Na capital, centro em tôda a idade média famosíssimo, onde acudia de tôdas as partes do mundo a juventude ansiosa de saber, era naturalmente mais acesa e mais perigosa a refrega. Já em 15 de abril de 1521, ano em que o frade apóstata lançara abertamente em Worms o grito de rebelião, a Sorbona saíra em defêsa da verdade, e condenara 103 proposições da doutrina protestante.

---

(1) Sôbre o rumo de vida que tomaram êstes primeiros companheiros de Inácio, vejam-se *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 78, 84; Polanco, I, 33-34; Astrain, I, 65.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 74; ser. 4.ª, I, 80, n.º 72, 73.

Os processos que se multiplicavam contra os sequazes de Lutero mostravam que o fermento ia lavrando assustadoramente e corroendo as inteligências. Em 1523 sofrera a pena de fogo, como herege João Vallières; em 1525, na praça de Grève, foi queimado Jacques Pavanes, e em 1529 era entregue às chamas, por ter semeado heresia, Luís de Berquin, doutor em teologia e conselheiro do rei. A Universidade denunciava ao Parlamento as obras de Lutero, que se espalhavam largamente, e proïbia os *Colóquios* de Erasmo, que a-pesar de escarnecerem de frades, do celibato dos sacerdotes, e das devoções dos fiéis, eram muito lidos e até explicados nas escolas. Em outubro de 1534 subiu a exaltação dos ânimos a ponto de se afixarem pùblicamente em Paris e noutras cidades cartazes impressos com êste título: «Artigos verdadeiros sôbre os horríveis abusos da missa papal» (1).

Esta luta de idéias e referver de paixões haviam certamente de impressionar o ânimo observador de Inácio e de lhe acender mais e mais o zêlo para se preparar no estudo para a dificultosa peleja e ajuntar companheiros que o auxiliassem na sua obra premeditada. Um dêstes, Simão Rodrigues, que depois se lhe reüniu, não deixou também de observar aquelas dissensões religiosas e de se abalar com o perigo que ameaçava a Igreja, como se depreende do que mais tarde escreveu na memória que exarou sôbre os começos da Companhia de Jesus. «Todos os da Companhia, são palavras dêle, sabem como ela teve seus princípios e a começou Nosso Senhor a traçar e ordenar em a ilustre e grande Universidade de Paris, e foi em tempo que aquela cidade e outros estados da França começaram a ser fortemente alterados, tentados e combatidos destas peçonhentas heresias de Lutero; mas Deus piedoso, como prudente e misericordioso pai de famílias, *qui profert de thesauro suo nova et vetera,* vendo que em sua Igreja cresciam novos males, quis também nela acrescentar novos ajudadores e obreiros, dando

(1) Cf. Fouqueray, I, 29-35; E. Lavisse, *Histoire de France,* Tomo V, I, 349-359; D'Alès, *Diction. Apolog. de la Foi Catholique,* T. IV, col. 625, vb. *Réforme.*

ao mundo esta nova e antiga Religião da Companhia de Jesus» [1].

Inácio para lançar bases mais sólidas à sua instrução, determinou principiar novamente pelo curso de humanidades, e foi-se matricular como externo no colégio de Montaigu, então muito bem conceituado, particularmente depois das reformas nêle introduzidas pelo severo flamengo João van Standonck desde os fins do século XV. Quando Inácio entrava em Montaigu, era Principal do colégio João Hègon que a cinco de fevereiro de 1528 sucedera a João Tempête, famoso pelos rigores de sua pedagogia, e saía dêle Calvino, o futuro heresiarca, depois de ter terminado, como rico porcionista, o curso de artes. Um ano e meio estudou Inácio em Montaigu sob a direcção de mestres excelentes [2].

---

(1) Bibl. Nac. L., mss. n. 4212, f. 133v. Citada Relação de Simão Rodrigues, escrita em 1577.

(2) Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 81; M. Godet, *La Congregation de Montaigu*, pag. 1, 66-68, 96. — O colégio de Montaigu, fundado em 1314 pelo arcebispo de Ruão, Gil Aycelin de Montaigu, estava situado na parte mais elevada do bairro universitário sôbre o monte de S. Genoveva. No fim do século XV, quando já o governava, como Principal, João van Standonck, um sucesso curioso fêz a D. Manuel, rei de Portugal, bemfeitor do colégio. Aprisionaram os franceses um navio mercante português, e achando que era de boa prêsa, venderam as mercadorias. O almirante de Graville deu do produto da venda ao colégio de Montaigu, de que era bemfeitor, a soma de 1300 *livras*.

D. Manuel, tendo conhecimento da prêsa, protestou e exigiu que lhe fôsse entregue sem demora o preço do navio, e o almirante teve de pedir a Standonck as livras que lhe dera, para as restituir a seu dono. O Principal, a quem não fazia bom paladar o privar a seus «Pobres» da soma recebida, saíu-se do apuro por um modo engenhoso. Escreve ao rei de Portugal, declara-lhe o fim apostólico da Congregação dos Pobres de Montaigu, oferece-se a admitir no colégio, se lhe deixasse aquele dinheiro, estudantes pobres portugueses, e promete-lhe inscrever o seu real nome no catálogo dos bemfeitores. D. Manuel acolheu favoràvelmente o pedido de Standonck, e em carta de seis de dezembro de 1498 fêz-lhe doação das 1300 livras com a condição de mandar celebrar cada mês uma missa por êle e seus sucessores, de perpetuar no colégio a memória do benefício e de reservar dois lugares para estudantes pobres portugueses, cujos quartos deviam ter gravadas nas portas as armas de Portugal.

Standonck exultou de contentamento com a resposta do rei. Preparou os dois quartos, mandou gravar em pedra as armas de Portugal

No primeiro de outubro de 1529, dia de S. Remígio, em que se dava comêço ao novo ano escolar, passou como pensionista a morar e a estudar filosofia no célebre colégio de S. Bárbara, que então florescia entre os primeiros sob a direcção do afamado Principal e insigne pedagogo, doutor Diogo de Gouveia [1]. A-pesar das dificuldades que lhe sobrevinham da falta de meios pecuniários, sobretudo nos primeiros tempos de sua demora em Paris, e também do adeantado dos anos, que já andava pelos 38 ao encetar o curso, deu-se ao estudo com a enérgica resolução de seu carácter firme, e pôde terminar felizmente o curso e alcançar os graus académicos naquela célebre Universidade. A 13 de março de 1533 era licenciado e no ano seguinte, depois da Páscoa, recebia o título e barrete de mestre em artes [2]. Um de seus companheiros, Diogo Laines, atesta que «ainda que o estorvavam impedimentos maiores que aos demais... foi tão diligente a sua aplicação, que chegou a uma boa mediania de sciência, como o demonstrou nas respostas que dava em disputas públicas e nos particulares entretenimentos que tinha com seus condiscípulos durante o curso» [3].

Nesta conscienciosa e absorvente lida dos estudos amainou por prudência o zêlo com que antes costumava ocu-

---

com dez versos que recordavam o acontecimento, e construir, para memória da fundação, um pequeno navio, que ainda no século XVIII se conservava no colégio. O rei exigiu também que Standonck se obrigasse por escrito ao cumprimento daqueles encargos. No calendário do colégio, de 1513, notava-se a obrigação da missa mensal por estas palavras: «Nota quod circa cujuslibet mensis principium celebretur missa pro Rege Portugalis». M. Godet, *Ob. cit.*, pag. 19, 20, 172.

(1) Polanco, I, 41; Fabro, *Mon.*, 493; Quicherat, *Hist. de Sainte Barbe*, III, 409.

(2) *Acta Rectoria Univ. Paris.*, na Bibl. Nac. P., Mss., *Latins*, n. 9952, f. 141v; n. 9953, f. 12; *Acta Sanctorum*, Jul., VII, *Comment. praevius de S. Ignat.*, n. 170, 171; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 90, carta de S. Inácio a Inês Pascual, de Paris a 13 de junho de 1533. Na *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, pag. 1-2 vem publicada a carta de mestre em artes de Inácio de Loiola, que se lhe passou a 14 de março de 1535. O original conserva-se entre os Mss. S. J., *Epp. NN.*, 89. A carta tem a data de 14 de março de 1534, que é contudo realmente de 1535, porque se colocava o comêço do ano em 25 de março, dia da Anunciação de N. Senhora.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 110, 139.

par-se em fazer bem aos próximos, não deixando porém passar ocasião de aproveitar espiritualmente com suas palavras àqueles com quem tratava. O fruto e mudança que operava nos estudantes e até professores, foi considerável; e com o atractivo de sua virtude e santas conversações conseguiu juntar em volta de sua pessoa um pequeno esquadrão de jovens de talento e grandes esperanças, que depois foram seus companheiros na fundação da Companhia de Jesus.

Mas houve professor que via com muito desagrado trocarem alguns estudantes os exercícios literários por práticas piedosas, e, depois de admoestar debalde a Inácio, que tivesse mão na que êle tinha por desordem, denunciou-o ao Principal, Diogo de Gouveia, que determinou finalmente infligir-lhe, como a perturbador das aulas, o castigo dos açoites a que na linguagem da escola chamavam *sala*. Executava-se com esta solenidade o humilhante castigo. Reüniam-se ao som de campaínha numa sala do colégio todos os estudantes, e vinham também quatro professores armados de varas, o Principal e alguma personagem de respeito, convidada para maior vergonha do delinqüente. Êste era colhido improvisamente, levado para o lugar da punição, e ali deante de todos despido até à cinta, e batido pelos quatro professores com um número determinado de açoites (1).

Inácio teve secretamente de pessoa dedicada aviso do que se lhe preparava, e seu espírito regozijava-se com a ocasião que se lhe oferecia, de sofrer deshonra e ignomínia por amor de Cristo. Em vez de se retirar ou esconder, entrou animosamente no colégio, não obstante sentir a natural repugnância da humilhação. Fecham-se imediatamente as portas de saída, toca-se a campaínha, acodem os estudantes à sala, chegam os professores com as varas. Nesse ponto sobrevém a Inácio o pensamento de que os jovens a quem êle encaminhara pelas veredas de uma vida santa, voltariam atrás, ao verem o deshonroso castigo de seu mestre, e já lhe parecia que era mais perfeito e mais nobre sacrificar o proveito particular da sua humilhação e sofrimento ao bem daqueles seus discípulos na virtude.

---

(1) Cf. Fouqueray, I, 24; Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. III.

Com esta resolução foi-se direito ao Principal que ainda não tinha saído do seu quarto, e declara-lhe que estava sim disposto a aceitar por amor de Jesus Cristo a pena dos açoites, mas que receava recebessem escândalo aqueles que ainda eram principiantes no exercício do bem que êle lhes ensinara. Com tal nobreza e intimativa lhe falou, que Diogo de Gouveia, comovido profundamente, toma Inácio pela mão, leva-o à sala e com assombro dos professores e estudantes, ajoelha-se aos seus pés, pede-lhe com lágrimas perdão, e confessa deante de todos que dera levianamente ouvidos a infundadas acusações; que era santo aquele homem, que desprezando o sofrimento e a afronta só tinha os olhos na glória de Deus e bem do próximo (1).

Com êste público e autorizado testemunho cresceu o crédito de Inácio, e os que o seguiam como a mestre nos ensinamentos da virtude, fortificaram-se mais e mais.

8. — Entre os que dêle recebiam as admiráveis lições da vida espiritual, distinguiram-se os que depois foram parte na fundação da Companhia de Jesus. Quando Inácio no outono de 1529 entrava como pensionista para o colégio de S. Bárbara, tomou habitação no mesmo aposento em que viviam o sabòiano Pedro Fabro, e o navarro Francisco Xavier (2). Singular disposição da Divina Providência! Aqueles três homens que ali se encontraram, como por um felicíssimo acaso, juntos no mesmo quarto, haviam de ser as primeiras colunas do edifício grandioso da Companhia de Jesus, haviam de ligar-se estreitamente pelos laços duradoiros e eternos da mais pura e nobre amizade, e seriam depois todos três elevados às honras dos altares na Igreja Católica.

O primeiro que se entregou a Inácio para companheiro

---

(1) Polanco, I, 47, 48; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 383, 384; Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. III; Maffei, *Ignatii Vita*, L. I, C. XX. — Quicherat, *Hist. de Sainte Barbe*, I, 194, e Boehmer, *Studien*, I, 136, rejeitam como inverossímil aquele acto de generosa e comovente humildade do doutor Gouveia. Mas teem mais valor comprovativo os testemunhos de Polanco, Ribadaneira e Maffei. Cf. Fouqueray, I, 25; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 68[4].

(2) Fabro, *Mon.*, 493; Rodrigues, *Mon.*, 453.

da sua vida de pobreza e dedicação foi Pedro Fabro (1). Nascera êle em Villaret, obscura aldeia da Sabóia, no ano de 1506, filho de camponeses, não ricos, mas remediados, sinceramente católicos e bem morigerados (2). Já desde os sete anos sentia, na sua alma inocente e pura, afectos de suavíssima devoção, e pelos dez de sua idade despertou-se-lhe no espírito tão vivo desejo de estudar — até então vivera como simples pastorzinho —, que não podia ter sossêgo, e chorava por que o mandassem à escola. Seus bons pais não puderam resistir às instâncias do pequeno Pedro. Começou a estudar numa aldeia vizinha chamada Thones, depois na escola de Roche, a três léguas de Villaret, e em 1525 foi mandado a Paris, onde até 1536 freqüentou os cursos da Universidade (3). No ano de 1530 recebeu o grau de bacharel e licenciado em artes, e em 1536 as insígnias de mestre (4). Emquanto se ocupava nos estudos, foi recebendo de Inácio a formação espiritual que o sublimou a grande santidade.

Fabro era uma alma de eleição; a sua inocência, humilde singeleza, dulcíssima piedade, e a bondosa meiguice de seu trato, realçadas pelo esplendor sobrenatural da virtude, e unidas a um dom singular de boa e agradável conversação, cativavam os ânimos, e exerceram por tôda a parte benéfica influência para o bem. Conheceu-lhe e sentiu a suave e eficacíssima fôrça destas qualidades um de seus mais queridos companheiros, o P. Simão Rodrigues, e dela nos deixou memória na relação que escreveu sôbre os princípios da Companhia. Traduzimos do latim as palavras de Simão: «Era tão extremada em Pedro Fabro a suavidade e graça do seu trato com os homens, que lhanamente confesso não a ter visto nunca igual em nenhum outro. Não sei que arte êle possuía de se granjear amizades e de se insinuar

(1) A verdadeira forma do nome que tinha de sua família, era *Favre*, que êle empregou na carta única das que se nos conservam, escrita de sua mão em francês (Fabro, *Mon.*, 205). Em França usou-se *Le Fèbre;* em Portugal, Espanha e Itália prevaleceu a forma *Fabro*.

(2) Fabro, *Mon.*, 490.

(3) *Ob. cit.*, 492, 762.

(4) *Ob. cit.*, 4-5, 493.

pouco a pouco no ânimo alheio; mas era tal a fôrça de seus exemplos e o encanto de suas palavras, que arrebatava para o amor de Deus aqueles com quem vivia» (1).

Não era dificultoso a Inácio atrair para a santa emprêsa que traçava em seu espírito, uma alma tão privilegiada desde o alvorecer da razão. Mais tempo e maiores esforços lhe custou ganhar o outro companheiro de habitação, o nobre navarro, que no castelo de Xavier viera à luz do dia a 7 de abril de 1507. Conservava êle ilibada, é verdade, a pureza de seus costumes no meio da corrução parisiense que vergonhosamente alastrava entre discípulos e professores; mas altivo como era por índole, e ambicioso de aplausos, estava bem longe dos sentimentos de humildade e pobreza que via em Inácio, e aspirava às grandezas da glória mundana pelos esplendores da sabedoria que o fascinavam naquela Universidade.

Em 1525 desprezando a carreira das armas que seguiam seus irmãos por tradição de família, veio com dezóito anos de idade a Paris, buscar a sciência em que ambicionava assinalar-se (2). A quinze de março de 1530 recebia o grau de licenciado em artes, e poucos dias depois o de mestre na mesma faculdade (3). Logo começou a ensinar filosofia no colégio de Beauvais; e coutinuou nesse magistério por três anos e meio até aos primeiros meses de 1534 (4). Mas Inácio conhecera bem a índole nobre de Francisco Xavier e as qualidades que o enriqueciam, prometedoras de brilhante sucesso para o futuro. Emquanto o fogoso navarrês se dava com ardor juvenil à sciência, enlevado nos sonhos da glória que o absorviam, o humilde guipuscoano procurava ganhar-lhe o coração e insinuava-se brandamente na sua amizade. Granjeava-lhe discípulos que ouvissem as lições de filosofia, e até o auxiliava com dinheiro; mas a seu

(1) Rodrigues, *Mon.*, 53. Cf. Bibl. N. L., mss. n. 4212, f. 135.

(2) Cf. Cross, *Documents*, 264-266.

(3) *Acta Sanctorum*, Jul., VII, pag. 441, *Comment. praevius*, n. 170, 171; *Acta Rectoria Univ. Paris.* na Bibl. Nac. P., mss., *Latins*, n.º 9952, f. 77v; Cros, *Documents*, 262.

(4) Rodrigues, *Mon.*, 454.

tempo e com discrição, para lhe influir novos pensamentos na alma, repetia-lhe a palavra do Evangelho: «Que aproveita ao homem ganhar o mundo todo, se vem a perder a sua alma»?

Xavier contrariado nas suas tendências mundanas, novo e folgazão como era, motejava das admoestações de seu contubernal, sorria-se de seus intentos, e atirava de vez em quando suas mofas a Laines e Salmeirão, que de Espanha se haviam trasladado a Paris atraídos pela santidade de Inácio [1]. Êste porém não descoroçoava. Em 1531 ainda Xavier desvanecido com a ilustre prosápia de seus antepassados, escreveu para seus amigos de Navarra a pedir certidões autênticas de sua nobreza [2]; mas, ao que parece, já no ano de 1533 se rendera às amorosas insistências de seu santo amigo; entregou-se de todo a Deus, transformou-se em novo homem e completou a transformação nos Exercícios Espirituais que fêz sob a direcção de Inácio no declinar de 1534. Antes não pudera ocupar-se nêles, impedido pelas lições que dava no colégio de Beauvais [3]. Foram tais os excessos de penitência a que o levou naqueles dias de recolhimento o ímpeto de seu fervor menos considerado, que chegou quase a correr perigo de vida. As orações de seus companheiros sobressaltados o ajudaram a implorar o auxílio do céu, e no prazo de

---

(1) Cf. *Études,* T. 109, an. 1906, pag. 657 segg., art. do P. F. Tournier *Saint François Xavier d'après un manuscrit inédit du P. Auger.* Neste artigo transcreve o P. Tournier trechos de um opúsculo inédito, escrito à maneira de diálogo pelo P. Edmond Auger, que entrara na Companhia ainda em vida de S. Inácio. Ao referir a conversão de Xavier, diz o autor do opúsculo pondo as palavras na bôca de Polanco, um dos interlocutores do diálogo: «J'ai ouï dire à notre grand mouleur d'hommes Ignace, que la plus rude pâte qu'il ait oncques maniée, c'était au commencement ce jeune François Xavier.... il faisait assez peu d'état d'Ignace..., qu'à à peine le rencontrait il sans se gaudir de ses desseins et jeter quelque mot de risée sur Laynez et Salmeron qui l'étaint venu trouver de [Alcalá] à Paris, par devotion fondée sur le rapport de ses rares vertus et perfections excellentes. Ignace le sut si bien et avec telle adresse et patience amadouer et apprivoiser, qu'il en a fait un immortel apôtre des Indes». *Études,* l. c., pag. 662-663.

(2) Cf. Cros, *Documents,* 308-309.

(3) *Mon. Ignat.,* ser. 4.ª, I, 220-221.

dois dias, passados no martírio de dores atrozes, por singular favor de Deus recuperou perfeita saúde (1).

Quem nos deixou em lembrança êste arrojado heroísmo de Xavier, foi o terceiro estudante que se ligou a Inácio para a emprêsa da salvação das almas, português de nação, e de nome Simão Rodrigues de Azevedo.

Com lhaneza e humildade nos conta Simão a mudança que se operava em sua vida e ocupações pela convivência familiar de Inácio de Loiola. Depois de enumerar os três que já formavam o núcleo abençoado da futura Companhia de Jesus, segue por estas palavras: «O quarto foi outro, de nação português, o qual por suas muitas imperfeições e misérias não merece ter nome entre tão grandes servos de Deus, mas por seguir o discurso e ordem de que se trata, sòmente direi como êste foi mui poderosamente movido e chamado de Deus, para que mudasse a vida e o servisse, e ainda que nunca havia tratado nem falado com o Padre Inácio, todavia pela notícia que tinha de sua santidade, determinou dar-lhe parte de seus desejos e alma, e sem persuasão de ninguém, e sem ainda saber a determinação que tinham os Padres acima ditos, de visitar a Terra Santa, se determinou de visitar a Terra Santa e de empregar tôda sua vida, assim como os outros tinham determinado, em ajuda e proveito da salvação do próximo» (2).

Desta sorte foram precisamente os três primeiros companheiros de S. Inácio os que em Portugal exerceram a sua benéfica actividade e receberam de D. João III demonstrações de singular benevolência e aprêço (3).

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 454; *Mon., Ignat.*, ser. 4.ª, I, 85, 304.

(2) Cod. ms. citado da Bibl. Nac. L., n.º 4212. Cf. Rodrigues, *Mon.*, 455. É de advertir que Rodrigues se enumera neste passo em quarto lugar, porque mete nesta conta a Inácio.

(3) Hesitam ou variam os autores em assinar o lugar que teve Simão na ordem por que se foram agregando a Inácio os nove companheiros. Mas é tão serena e clara a narração de Simão Rodrigues ao marcar o tempo preciso em que todos êles se foram determinando a seguir Inácio, e tão exacto o que escreve dos oito seus companheiros, que não se pode supôr que tenha caído em êrro só quando fala de si mesmo. Bem impresso lhe deve ter ficado na lembrança aquele momento solene de sua vida, nem se

Quase um ano depois mais dois jovens, de boas esperanças, engrossaram o pequenino esquadrão de futuros apóstolos. Eram dois espanhóis que mais tarde se haviam de assinalar pela sua sciência no Concílio de Trento, chamados Diogo Laines e Afonso Salmeirão, que de suas terras foram ambos juntamente prosseguir seus estudos a Paris [1]. Laines que nascera em Almazán da diocese de Siguenza, em 1512, já ia graduado de mestre em artes pela Universidade de Alcalá em que se formara no dia 26 de outubro de 1532 [2], e Salmeirão, natural de Toledo, onde veio à luz a dois de setembro de 1515, recebeu o mesmo grau universitário em Paris no ano de 1536 [3].

Passado não muito tempo, outro jovem se lhes juntou, também espanhol, a quem o desejo de aprofundar e alargar seus estudos levara a Paris, sendo já mestre em artes pela Universidade de Alcalá, e professor de lógica nas escolas públicas de Valhadolide, depois de ter cursado quatro anos as aulas de teologia. Chamava-se Nicolau

---

lhe terá desluzido tão fàcilmente da memória. Numa expressão de Inácio, referida por Luís Gonçalves da Câmara, que perguntara ao santo quem fôra seu primeiro companheiro depois de Fabro (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 220-221), fundaram-se alguns para afirmarem que Simão se juntou ao futuro fundador da Companhia depois de Laines e Salmeirão; Inácio porém só diz realmente que os dois fizeram exercícios antes de Xavier, mas que êste «era já muito mais familiar na Companhia». Há nesta resposta uma certa indeterminação, que não pode abalar o testemunho claro e peremptório de Simão Rodrigues. Êste afirma terminantemente que Laines se juntou a Inácio quase um ano *(decurso fere anno)* depois dos primeiros três companheiros (Rodrigues, *Mon.* 455). Cf. Boehmer, *Studien*, I, 143. Bartoli, *Vita di S. Ignazio*, L, II, § 3, e depois dêle Astrain, I, 73, julgam conciliar os dois testemunhos dizendo que Simão se ligou primeiro a Inácio pelos laços de boa correspondência e amizade, e depois de Laines e Salmeirão é que se lhe deu por perpétuo companheiro.

(1) Polanco, I, 49; Orlandini, I, n. 87; *Études*, l. c., pag. 662.

(2) Laines, *Mon.*, VIII, 633.

(3) *Acta Sanctorum*, Julii, VII, pag. 442; Bibl. Nac. P., mss., *Latins*, n.º 9953, f. 32, 48. O sobrenome dêste novo companheiro de Inácio é na língua castelhana *Salmeron*. Dou-lhe a forma portuguesa já de há muito empregada no século 16 (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 245) e depois por escritores como Baltasar Teles (I, 10) e António Vieira (Sermão 13.º do Rosário, § III).

Afonso, cognominado Bobadilha da terra em que nascera pelos anos de 1509 na diocese de Palência [1]. Era homem de carácter franco, arrojado e de incansável actividade. Quis além dos títulos que já possuía, obter as insígnias da Universidade parisiense e em 1536 graduou-se de mestre em artes sob os auspícios de Mestre Francisco Xavier [2].

Todos êstes seis se reüniram em volta de Inácio nos sete anos e dois meses que se demorou em Paris. Depois da sua viagem a Guipúscoa, para onde partiu depois de 25 de Março de 1535, mais três estudantes da mesma Universidade se agregaram a seus companheiros, e Pedro Fabro, justamente considerado como irmão mais velho e admiràvelmente amestrado por Inácio na difícil arte de levar as almas à perfeição cristã, foi quem os instruíu e guiou no caminho novo da vida espiritual [3]. Eram êles Cláudio Jaio [4] sabòiano, Paschásio Broet da Picardia e João Codure, da Provença [5]. Jaio obteve o grau de licenciado em artes num sábado a seis de março de 1535, e o de mestre depois da Páscoa de 1536 [6]; Broet e Codure licenciaram-se a 14 de março de 1536, e pouco depois no mesmo ano graduaram-se de mestres em artes [7].

Além do curso de artes ou filosofia, todos êles freqüentaram também os estudos teológicos a-fim de se prepararem com a sciência necessária para o ministério sagrado, a que tinham resolvido dedicar-se. Expressamente o refere Simão Rodrigues escrevendo na sua memória que «determinaram

---

(1) Cf. Autobiografia de Bobadilha em Bobadilha, *Mon.*, pag. 613; Rodrigues, *Mon.*, 455-456.

(2) Bibl. Nac. P., mss., *Latins*, n. 9953, f. 47v: *Dnus Nicolaus Alphonsus Bobadylla Palletine diõc. incepturus sub mgrõ francisco xabiere*; *Acta Sanctorum*, Julii, VII, pag. 442.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 112; Rodrigues, *Mon.*, 456; *Mon. Xav.*, I, 201-205; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 77.

(4) Esta forma latina do nome *Jaio*, em francês *Jay* ou *Le Jay*, foi usada em Portugal desde o princípio da Companhia. Veja-se v. g. *Mon. Xav.*, I, 247, *Litt. Quad.*, I, 67, e Teles, I, 10.

(5) Rodrigues, *Mon.*, 456.

(6) *Acta Sanctorum*, Julii, VII, pag. 441-442.

(7) *Ob. cit.*, l. c.

de estar ainda em Paris três anos ou pouco mais ou menos, continuando seus estudos de teologia» (1).

9. — Êstes foram os nove companheiros que em França se uniram a Inácio para uma das maiores emprêsas que se realizaram na Igreja de Deus, todos homens de raras prendas e alguns de extraordinárias esperanças. Com a destreza e arte em que êle primava no conhecimento e trato dos homens, introduzia-se primeiro na sua familiaridade, ganhava-lhes a afeição, entretinha-se com êles em santas conversações, com que lhes povoava o espírito de santos pensamentos; logo os aproximava das práticas de piedade, exercitava-os, para lhes purificar e aperfeiçoar a alma, no exame quotidiano da consciência, na freqüência da confissão e na comunhão semanal, e por fim, quando já os via preparados e dispostos para uma virtude não vulgar, encerrava-os nos Exercícios Espirituais e transformava-os por êste meio em homens novos, desprezadores do mundo e dedicados de alma e coração a conseguir santidade heróica e a sacrificar-se pelo bem dos próximos (2). Deixava porém, como mestre prudente, que sob a sua direcção, cada um dêles se determinasse por si mesmo a segui-lo na vida de perfeição e zêlo das almas, sem ter notícia da resolução dos demais; e só então lhes descobria que já tinham companheiros no mesmo propósito. Observa Simão Rodrigues na citada relação que era grande o regozijo, consolação e alento que experimentava cada um, quando finalmente conhecia que os outros haviam já escolhido a mesma vocação, que êle espontaneamente e por própria determinação abraçara (3).

Mas donde lhe vinha a Inácio êste condão peculiar de atrair os homens e de os levar insensìvelmente a resoluções de tamanha perfeição? Não há dúvida que a sua virtude sincera, nobre e amorosa, e a santidade sobrenatural que dêle irradiava, exerciam principalmente êsse poderoso influxo. Deus contudo servia-se para êsse efeito, como é estilo de sua Providência, das qualidades extraordinárias de que Inácio

---

(1) Bibl. Nac. L., mss. n.º 4212, f. 138v. Cf. Rodrigues, *Mon.*, 457.
(2) Cf. Fabro, *Mon.*, 493-494
(3) Rodrigues, *Mon.*, 456, 461.

era por natureza adornado. O seu exterior inculcava simpatia e respeito, e os dotes da alma, que ao de fora transpareciam e actuavam, é que alcançavam o triunfo.

A estatura mediana ou antes pequena, era mais airosa que robusta; a fronte espaçosa [1]; os olhos naturalmente alegres [2]; o semblante do rôsto grave, mas a gravidade aparecia-lhe temperada com doce afabilidade [3], e «quando queria agasalhar alguém, mostrava-lhe tanta alegria, que parecia metê-lo dentro d'alma» [4]. Os afectos internos exprimia-os no rôsto, segundo as circunstâncias, com uma viveza e prontidão admirável. «Ao pôr os olhos em alguém, se não era por benignidade em conversação, parecia que lhe traspassava o coração com o olhar, e o via todo por dentro» [5].

Sôbre si mesmo, depois que aprendeu a lutar consigo, logrou domínio completo: não havia nêle paixão nem movimento que não estivesse sujeito ao império da razão e da vontade espiritual [6]; daqui nascia a serenidade imperturbável de seu ânimo, que nem calúnias nem perseguições desconcertavam [7]. Com êste senhorio absoluto de suas acções, era profundamente reflexivo, e fruto da intensa e continuada reflexão foi o livro dos Exercícios Espirituais; era extremado na prudência, e segundo ela examinava com vagar e ponderação os negócios sob todos os seus aspectos antes de tomar a resolução final; era dotado de uma constância e firmeza de vontade sôbre todo o encarecimento; e por isso, depois de assentar num propósito bem meditado, não havia dificuldades que o fizessem retroceder; era de um coração magnânimo e talhado para as maiores emprêsas, e de uma elevação e nobreza de pensamentos que o erguiam a uma esfera de superioridade incontestável. Mas a êstes dotes

---

(1) Ribadaneira, *Vida*, L. IV, C. 18.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 243.

(3) *Ob. cit.*, pag. 196; Ribadaneira, *Vida*, l. c.

(4) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 243.

(5) *Ob. cit.*, pag. 323. Cf. *ibid.*, pag. 274, 275, n.os 250, 251.

(6) *Ob. cit.*, pag. 165, n.os 26, 27, pag. 256, n. 207. Cf. Boehmer, *Studien*, I, 57-62.

(7) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 243-244, n.os 180, 182.

não vulgares que lhe conciliavam respeito e admiração, unia de um modo surpreendente as qualidades que o faziam amável e querido.

Demais, como psicólogo eminente que era, sabia acomodar-se maravilhosamente aos vários temperamentos e caracteres, condescender proveitosamente a seu tempo com as fraquezas humanas, e levar pouco a pouco os homens a melhor caminho com uma táctica admirável de delicadeza, de perseverança, de energia. Na dedicação amorosa não conhecia limites, e tinha finezas de caridade que enterneciam.

De todo êste conjunto harmonioso de contrastes nascia aquele poder de influência e de atracção que exercia a sua personalidade. Quantos dêle se aproximavam, sentiam-se como tomados por uma fôrça e autoridade superior que saía de sua pessoa e subjugava (1). O zêlo ardente da glória de Deus, o amor das almas insaciável, a humildade profunda, a prudência sôbre-humana, a vastidão de seus pensamentos, a serenidade imperturbável de rôsto, a simplicidade e lhaneza na distinção de maneiras tão medida e tão nobre, e a amabilidade calma de todo o seu exterior, comoviam e assombravam (2). Não é maravilha que homem tão excepcionalmente prendado o venerassem os seus companheiros como superior a todos êles, o escutassem como a mestre e o amassem como filhos. Assim o recordaria mais tarde e testemunharia um dêles, Simão Rodrigues, ao escrever com afectuosa lembrança do passado, que «sempre os demais companheiros o trataram como a pai e o seguiram como seu capitão» (3); e com maior demonstração de ternura filial havia Francisco Xavier de o apelidar «seu verdadeiro pai», quando do remoto Oriente lhe escrevesse com as lágrimas nos olhos e

---

(1) *Ob. cit.*, pag. 253.

(2) Cf. em *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, pag. 153-336, o *Memorial* do P. Luís Gonçalves da Câmara, que nos foi, com seu espírito observador, pintando cuidadosamente, a pequeninas pinceladas, o retrato de Inácio; F. Thompson, *Ignatius von Loyola, ein Heiligenleben,* pag. 314, 318; A. Feder, *Aus dem geistlichen Tagebuche des hl. Ignatius von Loyola,* pag. 8.

(3) «Quem [Ignatium]... semper reliqui socii tanquam parentem coluerunt, tanquam ducem sequuti sunt». Rodrigues, *Mon.*, 453.

a saüdade no coração, agradecido ao dedicado amor de quem o ganhara para Cristo [1].

Inácio de seu lado bem mostrou que os amava a todos como a seus filhos espirituais, e os tratou sempre com especial veneração por serem, como êle se expressava, dos dez primeiros da Companhia. A Xavier, que não sem exagêro talvez possamos apelidar o filho mimoso de Inácio, escrevia êle, dez anos depois que nesta vida se separaram, aquelas palavras repassadas de saüdoso afecto: «todo vosso sem poder de vós esquècer-me em tempo nenhum» [2], que arrancaram lágrimas ao grande apóstolo do Oriente. Para com Simão Rodrigues sentia em sua alma tão fino e particular amor, que lhe pôde asseverar um dia que nenhuma criatura de quantas viviam sôbre a terra, tinha maior porção do que êle nos afectos de seu coração paternal. [3]. E êste amor, sobranceiro às fraquezas humanas, generoso em desculpar, constante no fazer bem, nunca se desmentiu nem sofreu abalo no tempo da tribulação e adversidade que provou e afligiu o terceiro companheiro de Inácio de Loiola. Mas a êle, como a fundador da Província de Portugal, compete lugar especial nesta história.

---

(1) *Mon. Xav.*, I, 668. Carta de Cochim, de 29 de janeiro de 1552.
(2) *Ob. cit.*, l. c.
(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, VIII, 174. Carta de Roma, de 15 de dezembro de 1554.

CAPÍTULO II

O P. SIMÃO RODRIGUES E OS PRIMEIROS FUNDAMENTOS DA COMPANHIA DE JESUS

Sumário: — *1. Primeiros anos de Simão Rodrigues e sua ida a Paris. — 2. A Universidade de Paris e o colégio de S. Bárbara. — 3. Estudos de Simão Rodrigues. — 4. Simão Rodrigues e S. Inácio de Loiola. — 5. O voto de Montmartre. — 6. Viagem de Paris a Veneza e a Roma. — 7. Ordenação sacerdotal e ministérios em Itália.*

1. — Na pequena vila de Vouzela, do bispado de Viseu, assentada aprazìvelmente numa encosta às faldas da serra do Caramulo, sôbre a margem esquerda do Vouga que lhe corre a quilómetro e meio de distância, e na direita do modesto rio Zela, nasceu o P. Simão Rodrigues de Azevedo no ano de 1510 (1). Foram seus pais Gil Gonçalves de Azevedo

(1) Nenhum dos antigos biógrafos do P. Simão Rodrigues apontou o ano de seu nascimento. O de 1510, que lhe assinamos, colhemo-lo do que o próprio P. Simão escreveu na relação que nos compôs dos princípios da Companhia. No exemplar latino que enviou a Roma apenas diz, referindo-se a sua idade, que era já velho — *homini seni* —; mas num exemplar português, que nos dá certamente a língua original da relação, e foi por nós encontrado na Bibl. Nac. de Lisboa, declara explìcitamente que era *já de sessenta e sete anos*. Numa tradução castelhana feita do português, que vimos num códice da mesma Biblioteca Nacional, emprega-se a expressão bem determinada: *tengo echos sesienta y siete annos*. Ora, como a relação foi escrita no ano de 1577, deduzindo os sessenta e sete anos, vimos a 1510. Mas para maior exactidão devemos observar que podia ainda assim o P. Simão ter completado os 67 anos nos últimos meses de 1576, e conseguintemente teríamos nesse caso de fixar em 1509 o ano de seu nascimento. Cf. Bibl. Nac. L., mss. n.º 4212, f. 133, exemplar português; n.º 2422, trad. castelhana; Rodrigues, *Mon.*, pag. 451, segg., onde foi publicado o original latino. A letra dos dois códices, português e castelhano é do século 17.

Cabral e D. Helena de Azevedo, ambos da antiga e nobre família, hoje representada pela ilustre casa Reriz, que descende directamente, por linha varonil, daqueles distintos antepassados. Os avós paternos nomeavam-se Gil Gonçalves de Azevedo, senhor da Honra de Vila Maior, e D. Catarina Dias Cabral. Só teve, ao que nos consta, um irmão, o mais velho, chamado Sebastião Rodrigues de Azevedo que foi por muitos anos físico-mor dos reis de Portugal, e uma irmã, D. Maria de Azevedo que se uniu em matrimónio com seu primo Gonçalo Fernandes de Azevedo Cabral, natural da Índia. Sebastião Rodrigues casou com D. Isabel de Almeida, filha de Nicolau de Almeida, senhor da distintíssima casa da Cavalaria, que se ergue a pequena distância de Vouzela [1].

Prezava tão altamente esta vila nos séculos passados a honra de ter sido o berço de Simão Rodrigues, que seus moradores o quiseram pintar na igreja matriz ao lado do santo frei Gil, filho e lustre da mesma povoação. Ainda hoje se conserva a pintura, obra de humilde pincel, da primeira metade do século dezassete [2].

---

(1) Dos muitos escritores nacionais e estrangeiros, antigos e modernos, que se ocuparam do P. Simão, nenhum acertou nos nomes dos pais dêste servo de Deus. Todos lhe dão por pais Gil Gonçalves e Catarina de Azevedo, que eram realmente os avós. A mãe, D. Helena, era filha ilegítima de Pedro de Azevedo, chantre da sé de Viseu, e tio paterno de Simão Rodrigues, e de uma tal Maria Álvares Cardosa, natural de Viseu. Assim que D. Helena era mãe e prima do P. Simão. Colhemos estas notícias do arquivo do Sr. Marquês de Reriz por intermédio de D. Diogo de Almeida de Azevedo e Vasconcelos, hoje falecido, que obsequiosamente nos comunicou a árvore genealógica da família, sendo ainda vivo o marquês seu pai, D. António Maria de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.

(2) A pintura é feita em madeira num quadro de $1,^{m}66 \times 1,^{m}12$, que serve como de espaldar a um banco. As figuras são em meio corpo, pintadas em três ovais de $0,^{m}53 \times 0,^{m}50$. Na do centro está frei Gil com a inscrição: *S. Frei Gil Natural desta Villa 1634;* na da direita frei Pedro de Vouzela com o letreiro: *O padre Frei Pedro Donato de S. Frc.º Natural desta villa,* e à esquerda de fr. Gil o P. Simão Rodrigues com um crucifixo na mão direita, livro na esquerda, em parte coberto pela capa, e a legenda: *O Padre Mestre Simão Roĩz Natural desta Villa.* Em 1927 conservava-se na sacristia da igreja matriz o quadro, que examinámos em 4 de junho dêsse ano.

Pouco sabemos dos primeiros anos de Simão Rodrigues. Os nossos mais antigos historiadores são extremamente escassos em notícias do comêço de sua vida, e só referem que o pai, já velho, pouco antes da morte, estando presentes os demais filhos, tomara a Simão, ainda criança, nos braços, e entregando-o à mãe lhe dissera, em tom de feliz prognóstico: «Encomendo-vos, Senhora, êste menino, criai-o com especial cuidado, porque Deus o tem escolhido para grandes coisas da sua glória», e que D. Helena, sempre lembrada das palavras do marido, educara o filho com particular carinho e esmero. Sem dúvida colheram a notícia na tradição de homens antigos que puderam conhecer e tratar a família de Simão Rodrigues [1]. De Vouzela deve ter ido, passados alguns anos, para a côrte de Lisboa, onde foi criado do bispo deão da capela real, segundo nos informa o célebre Dr. Diogo de Gouveia [2]. Naturalmente foi esta ocupação e vida na côrte, além do crédito da família, a ocasião de ser escolhido Simão Rodrigues para estudar em Paris a expensas del-rei D. João III.

Fôsse como fôsse, a seu tempo o mandaram para a capital de França em companhia de Sebastião, seu irmão mais velho. Ambos iam ter o privilégio e honra de *bolseiros* do rei de Portugal. O irmão no meio de seus estudos viveu

---

(1) Teles, I, 19; Sacchini, P. IV, L. VII, n. 234; Franco, *Imagem... Lisboa*, 21.

(2) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I., maço 60, doc. 119, carta de Diogo de Gouveia de 17 de fev. de 1538; *Brotéria*, ser. mensal, vol. II, fasc. IV, 1926, pag. 271. — Êste bispo, deão da capela real, era D. Diogo Ortiz Vilhegas. Em 1534 foi feito bispo de S. Tomé e em 1540 transferido para o bispado de Ceuta. Simão só pôde ser criado do bispo deão antes de êste ser promovido à dignidade episcopal. D. Diogo Ortiz assim o recomendava, em 20 de maio de 1532, D. João III, quando pedia ao Sumo Pontífice lhe conferisse a mitra de S. Tomé: «pera o Bispado da Ilha de S. Thomé apresento a sua Santidade Diogo Ortiz, fidalgo da minha casa e Adayão da minha capella... por ser pessoa de muita virtude e bondade e ter mui boas letras na sagrada theologia e todas as outras qualidades que pera Prelado se requerem, e depois disto ter me muito e muy continuadamente servido». *Corpo Dipl.*, II, 376. Faleceu D. Diogo em 1545 sendo ainda bispo de Ceuta. Cf. *Corpo Dipl.*, III, 150; IV, 319, 323, 334, 350; V, 456, 462.

à lei de bom cristão, como o podemos conjecturar do facto de ir todos os domingos com outros estudantes, movidos pela palavra e exemplo de Inácio de Loiola, receber a sagrada comunhão no convento dos Cartuxos (1). Não nos deixaram em memória os antigos escritores a data em que chegaram a Paris os dois estudantes. Mas, a avaliar pelos anos em que Sebastião Rodrigues se graduou de mestre em artes, devem ter começado seus estudos naquela cidade não depois de 1528 (2). Demais um antigo documento que veio a nossa notícia, comprovando esta conclusão, determina mais precisamente aquele tempo. Dêle se colige que Simão Rodrigues partira para a capital francesa no mês de junho de 1527. Assim apuramos que o futuro companheiro de Inácio deu princípio a seus labores escolásticos na Universidade parisiense com dezassete anos de idade (3).

---

(1) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, l. c.; Brotéria, l. c.; Nadal, I, 2; Bobadilha, *Mon.*, 615.

(2) Sebastião Rodrigues de Azevedo graduou-se de mestre em artes depois da Páscoa de 1532 (Cf. Bibl. Nac. Paris, mss., *Latins*, 9952, f. 171). Começou conseguintemente o curso de artes em outubro de 1528. Simão Rodrigues, mais novo, só quatro anos depois tomou o grau de mestre em artes. Sem dúvida houve de freqüentar primeiro, como era uso, as escolas de letras humanas. Àcêrca do tempo que duravam os estudos de letras e artes nos colégios e Universidade de Paris, veja-se Cros, *Documents*, 259-263, *Vie*, I, 106-108.

(3) O mencionado documento pertenceu a uma colecção de «Papeis Velhos» do já falecido sacerdote Henrique Cid. Aqui o reproduzimos como foi publicado no «Commercio de Viseu» de 20 de agôsto de 1922: «**Cão danado** — Em 15 de junho de 1527, estando no adro da Sé [de Viseu] o Vigario Geral a conversar com o Padre Barto, veio ali o estudunte Simão Rodrigues, de Vouzela, afilhado do primeiro, apresentar-lhe as suas despedidas, pois tinha de marchar para França para ali completar os seus estudos. Sentiu-se nesse momento um trovão e começaram a cair algumas gotas de água, pelo que se dirigiram á Sé todos tres. Viram dirigir-se a eles a toda a pressa o frade madeiradonense Bernardo Porto, seguido muito de perto de um cão escumando pela boca e ouviram gritos de «cão danado» e «fujam». Ouviu-se então um estalo medonho que os fez cair a todos. Na queda quebrou uma perna o monge, torceu um braço o Vigário Geral e partiu a cabeça o Padre Barto, ficando incolume o estudante. O cão ficou estendido no chão e morto, naturalmente pelo raio ou corisco. Foram os três conduzidos para os Paços da Sé, onde pouco depois voltaram a si do assombramento. A. Gomes».

2. — Foram profundas, duradoiras e indubitàvelmente agradáveis as impressões, que recebeu Simão Rodrigues daquela famosa Universidade, onde lhe decorreram os mais floridos anos da sua juventude. Todos os companheiros de Inácio de Loiola recordaram sempre com expressões de saüdosa lembrança os seus bons tempos de Paris; e a vida de estudantes que levaram nesse empório das letras, e a experiência dos sucessos de que foram testemunha ou parte, influíram de um modo notável para a índole e futura organização da Companhia de Jesus, particularmente no que toca à direcção dos estudos e educação da mocidade. Já em 1532 escrevia Inácio de Loiola que naquela Universidade havia mais facilidade para o estudo que em nenhuma outra, e maior proveito se granjeava nela em quatro anos do que noutra qualquer em seis, e, se falasse com mais encarecimento, não cuidava que se desviaria da verdade (1). E perto do têrmo da sua vida, ainda Simão Rodrigues se recordava da Universidade em que se formara, cognominando-a «grande e ilustre Academia Parisiense» (2).

Assim era. A Universidade de Paris, ainda florescente naquele século dezasseis, atraía pela sua fama a juventude de tôda a Europa, e era grande o número de estudantes que lhe vinham pedir formação e sciência. Orçavam por três a quatro mil os que por êsse tempo a freqüentavam, e viviam diversamente repartidos por numerosas habitações no bairro universitário, que se estendia pela margem esquerda do Sena. Tôda esta pequenina cidade, buliçosa, variada e pinturesca, formada como era de elementos de diversas nacionalidades, governava-se por leis, tribunais e polícia particular com seus usos e regalias, que zelosamente conservavam. Eram quatro as faculdades da Academia, a de teologia, a de direito, a de medicina e a de artes. Esta, cursada por uma multidão de estudantes muito superior à das demais faculdades, dividia-se, para facilitar o govêrno, em quatro *nações* que se apelidavam de França, Picardia, Normandia e Ale-

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 78. Carta de Inácio a seu irmão Martim Garcia de Loiola, de Paris em 1532.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 452.

manha. Portugal, como país meridional, pertencia à nação de França que se adornava com a qualificação de *honoranda*.

Cêrca de 50 colégios, que foram surgindo no andar do tempo pelo bairro universitário, constituíam a vasta corporação da Universidade, e ministravam a tôda aquela juventude alojamento, instrução, alimentação e disciplina [1]. Várias eram as classes de estudantes, que recebiam nos colégios a sua formação. Havia os *bolseiros* que moravam, tinham o mantimento e estudavam dentro do colégio e cujas despesas se custeavam por alguma fundação caritativa; havia os *porcionistas* que pagavam pensão pelo alimento e morada; os *camaristas*, a quem se dava sòmente a aposentação; os externos *(martinets)* que só freqüentavam as escolas, e também os familiares ou estudantes que tinham ocupação de *criados* e a trôco de serviço prestado aos professores ou ao colégio, podiam seguir os cursos e instruir-se [2].

Simão Rodrigues era *bolseiro* no colégio de S. Bárbara, um dos principais na Universidade de Paris. Fôra fundado por Geofroy Lenormant em 1460, e erguia-se perto da Sorbona, cercado de muitos outros colégios. No primeiro quartel do século dezasseis começaram a prevalecer nêle os espanhóis e portugueses, e desde 1520 que estava sob a direcção do insigne Dr. Diogo de Gouveia, o velho, que o regia como Principal. Alimentava êste abalizado pedagogo a aspiração de levantá-lo a grande esplendor e de transformá-lo numa «fundação de teólogos portugueses», e conseguiu-o plenamente [3]. Em 1526 celebraram-se com regozijo no colégio ruïdosas festas, em que se comemorava com discursos e versos o nome

---

[1] Cf. Fouqueray, I, 8; Boehmer, *Studien*, I, 126; Brou, *St. François Xavier*, I, 21-22.

[2] Cf. Cros. *Documents*, 258; Fouqueray, I, 8-9. O nome *bolseiros* já desde o século XVI se usava para designar os colegiais que mantinha em Paris o rei de Portugal. Cf. T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 37, doc. 95, e maço 46, doc. 64, cartas do Dr. Gouveia de 1527 e 1532. Agora preferem alguns chamar-lhes *bolsistas*. Cf. Dr. Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, II, 92.

[3] T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 37, doc. 95. Carta de Gouveia a D. João III, de Paris a 18 de setembro de 1527.

de D. João III e do cardeal D. Afonso. Festejava-se a generosidade do rei de Portugal que, estimulado pelas palavras ponderosas do purpurado seu irmão, fundava nesse ano cincoenta colegiaturas ou *bôlsas*, para que outros tantos portugueses se formassem no colégio de S. Bárbara (1). Desde êsse tempo, sob a direcção do hábil Principal, tocou o apogeu de sua grandeza aquele admirável estabelecimento de ensino. Gouveia logrou atrair para S. Bárbara «quanto havia de mais ilustre como alunos e como mestres, e o seu colégio foi mais do que em nenhum outro tempo viveiro de grandes homens» (2). O Principal revia-se com razão na sua obra, gozava-se de seu progresso e folgava de o comunicar ao régio Mecenas português, que também justamente se regozijava do bem que fazia e da glória que aureolava o nome do rei de Portugal. «Quanto aos seus colegiais que chamam *bolseiros*, lhe ponderava Gouveia, verá V. A. que tem ganhado mais nome e glória que em tomar Fêz, o qual eu espero que muito cedo tome, porque já dois dos meus desejos, que neste mundo desejei, são cumpridos, *scilicet* ser doutor de Paris, e ver uma fundação de teólogos portugueses nêle; o terceiro, que é prègar e dizer missa na mesquita de Fêz, espero que nosso Senhor mo mostre, porque isto me fêz estudar a teologia...» (3).

O rei por sua parte animado com os primeiros frutos e desejoso de favorecer o desenvolvimento e crédito do colégio de S. Bárbara, escreveu em 15 de janeiro de 1528 ao reitor da Universidade a comunicar-lhe que «mestre Diogo de Gouveia lhe daria conta de como para serviço de Nosso Senhor ordenara que no seu colégio houvesse certo número de colegiais portugueses, que se manteriam à custa da fazenda real, e que esperava em Deus que, pela tenção que nisso tinha de que seria para muito serviço seu, se havia de seguir tal fruto como êle o desejava; por isso lhe rogava que houvesse

(1) Cf. Quicherat, *Hist. de Sainte Barbe*, pag. 126, 127.

(2) «Il attira chez lui ce qu'il y avait de plus distingué, comme élèves ou comme maitres». *Ob. cit.*, 128.

(3) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 37, doc. 95. Carta autógrafa de Gouveia a D. João III, de Paris a 18 de setembro de 1527.

por muito recomendado o dito mestre, assim para o favorecer e ajudar nesta obra, como em tudo que a sua honra e autoridade cumprisse» [1]. Quatro anos mais tarde em 1532, no mesmo louvável empenho de promover os estudos dos portugueses no colégio, escreveu o rei ao benemérito doutor a ordenar-lhe que todos os seus *bolseiros* e também os frades que estudavam em seus conventos, fôssem *responder* e *arguir* em S. Bárbara, porque desejava saber se o seu dinheiro se dispendia com proveito. Gouveia publicou a carta e instou para que se cumprisse a vontade real [2].

Com esta protecção decidida e magnânima que dava às letras, granjeava D. João III os aplausos e louvores dos literatos, que em tôda a parte o encomiavam, principalmente em Paris. O célebre professor de S. Bárbara, João Fernel, ao dedicar a D. João III a sua *Cosmotheoria*, exaltava-lhe nestes termos a munificência real: «Tu porém, ó rei magnífico, a tal ponto te abrasaste no zêlo da fé ortodoxa, e de tal modo te penetraste todo do amor das letras, que não só, como até hoje, protegeste aqueles cultores de uma teologia mais pura e genuína, mas também estabeleceste não há muito com magnificência, nesta nossa famosíssima Universidade de Paris, pensões para cincoenta colegiais, com o fim de serem instruídos em todo o género de disciplinas, e os confiaste ao cuidado vigilantíssimo de Diogo de Gouveia... Acções imortais são estas que te apregoam por tôda a parte como amigo, protector e asilo dos que se dedicam ao estudo das letras [3].

3. — Neste colégio e Universidade teve Simão Rodrigues a boa sorte de se instruir e educar, e por disposição singular da Providência, que ocultamente o ia preparando para a grande emprêsa a que o destinava, encontrou naquele mesmo tempo em Paris, conheceu e tratou a muitos portugueses

---

(1) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 38, doc. 86. Carta de Almeirim, de 15 de janeiro de 1528. Original.

(2) *Ob. cit.*, maço 46, doc. 64. Carta de Gouveia a D. João III, de Ruão a 1 de março de 1532.

(3) Dedicatória da *Cosmotheoria* a D. João III, datada de Paris a 4 de fevereiro de 1528. Cf. Quicherat, *Ob. cit.*, pag. 352 (apêndice); T. Braga, *Hist. da Universidade*, I, 349.

ilustres, que mais tarde voltariam para Portugal, onde haviam de admirar e favorecer, e também alguns dêles olhar com certo despeito e empècer mais ou menos o fundador da Província portuguesa da Companhia de Jesus. Entre todos sobressaía a pléiade famosa dos Gouveias, que tão alto ergueram o crédito do nome português em França. Além do Dr. Diogo de Gouveia, o velho, que prezava, como amigo nobre e sincero, a Simão Rodrigues, e o distinguiu, escrevendo sôbre êle ao rei de Portugal, com palavras de especial estima, como veremos, conheceu a Mestre André de Gouveia, o futuro Principal do Colégio das Artes de Coimbra, e teve ensejo de lhe prestar homenagem e submissão como a Principal que foi do colégio de S. Bárbara de 1530 a 1534, e como a reitor da Universidade parisiense desde junho a outubro de 1533 [1]. Conviveu ainda com Mestre Diogo de Gouveia, sobrinho do doutor Diogo, o velho, e lhe rendeu obediência também como a Principal do colégio de S. Bárbara desde 1534 em deante até o tempo em que, já graduado, se partiu de Paris para Veneza. Na Itália não lhe faltaria ocasião de saber que o seu antigo Principal subira em 1538 à dignidade ostentosa de reitor da Universidade parisiense; e depois, tornados ambos à pátria, viu-o em Coimbra regendo, no cargo de Principal, o Colégio das Artes, quando êle já como Provincial governava a Província da Companhia de Jesus [2].

Pelos mesmos anos pôde admirar o engenho de António de Gouveia que tanto se havia de notabilizar pelo conflito

---

(1) Bibl. N. P., mss., *Latins*, 9952, f. 172, *Acta Rectoria Universitatis Parisiensis ann. 1526-1534*, onde se lê: «Anno Domini sesquimillesimo tricentesimo tertio die vero vicesima tertia mensis junii in vigilia Divi Joannis Baptistae Discretus vir Magr. Andreas de Gouvea collegii Divae Barbarae Primarius in Rectorem fuit electus». Cf. Quicherat, *Hist. de Ste. Barbe*, Vol. III, pag. 409. André de Gouveia graduara-se de mestre em artes no último trimestre de 1528. Bibl. N. P., cod. citado, f. 35v.

(2) Diogo de Gouveia tomou o grau de mestre em artes nos primeiros meses de 1532 (Bibl. N. P., mss., *Latins*, 9952, f. 144); foi Principal de S. Bárbara de 1534 a 1540 (Quicherat, *Ob. cit.*, l. c.), reitor da Universidade de Paris em 1538 (Bibl. N. P., mss., *Latins*, 9953, f. 98, 100v.), e Principal do Colégio das Artes de Coimbra, de 27 de Setembro de 1548 a 30 de outubro de 1549. Cf. *Boletim da segunda classe da Academia das Sciências*, IX, 73; Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, 102, 382, 383.

com Pedro Ramus sôbre a doutrina de Aristóteles [1], e travou conhecimento com Marçal de Gouveia que mais tarde em 1542 já professava gramática, poesia e retórica na cidade de Braga, em 1547 ensinava no Pôrto, donde em carta para o rei alardeava a sua sciência, dotes e serviços, e pouco depois iria ser mestre no Colégio das Artes e ter parte na desordem que infelizmente perturbou, quase logo em seu comêço, aquele remanso das letras [2]. Afora êstes que mais se distinguiram entre os contemporâneos, também viu na mesma Universidade os três Gouveias Damião, João e Miguel, e outro Diogo de Gouveia da diocese eborense, que, todos quatro, no mesmo ano de 1527 prestaram juramento, sendo reitor da Academia o Dr. Álvaro Moscoso da diocese de Badajoz [3].

Mas entre estes companheiros teve Simão Rodrigues magnífico ensejo de admirar o talento e erudição dos dois exímios portugueses António Pinheiro, discípulo e professor em S. Bárbara, futuro mestre do príncipe D. João e bispo de Miranda e Leiria, que tamanha parte havia de ter na vida da nação e nos sucessos da côrte nos reinados de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique, e Jerónimo Osório, já escritor primoroso da língua do Lácio e futuro bispo de Silves. Ambos êles depois de voltarem ao reino haviam de acreditar com sua autoridade e proteger com seu valimento a Companhia de Jesus. Com estas duas personagens de tão esclarecida fama freqüentavam as escolas ou ensinavam naquela Academia universal ainda outros portugueses que, decorridos anos, viriam ocupar com brilho as cadeiras da Uuiversidade de Coimbra ou do Colégio das Artes, e continuar na pátria as relações de conhecimento ou de amizade que no estrangeiro travaram com Simão Rodrigues. Era um dêles o celebrado humanista Inácio de Morais, que tomou em Paris o grau de mestre em artes no ano de 1530 [4], e depois foi

---

(1) Quicherat, *Ob. cit.*, vol. I, 131.

(2) T. Braga, *Hist. da Univ.*, I, 540, II, 120, 121.

(3) Bibl. N. P., mss., *Latins*, 9952, f. 18-21; Quicherat, *Hist. de Ste. Barbe*, vol. I, 135.

(4) Códice citado da Bibl. N. P., f. 77.

chamado por D. João III para Portugal onde veio a ser mestre de D. Duarte, filho natural do rei, e brilhante professor da Universidade de Coimbra e do Colégio das Artes (1).

Nem devo deixar sem lembrança, pelo renome que teem no campo das letras, os três humanistas João da Costa, Diogo de Teive e o escossês Buchanan, que seriam mais tarde convidados para mestres no mesmo Colégio das Artes de Coimbra e sofreriam por êsse tempo o desar do processo e condenação inquisitorial (2); nem passar em silêncio os doutores Diogo Contreiras, médico de nomeada e professor de filosofia na Universidade portuguesa e no Colégio das Artes (3); Paio Rodrigues de Vilarinho, mestre de filosofia em Paris, onde o prenderam a Simão Rodrigues laços de especial amizade, lente de Escritura em Coimbra e Principal no referido colégio (4); Álvaro da Fonseca, reitor na Universidade de Paris e lente de Escritura na de Coimbra (5); e Marcos Romeiro lente, primeiro de Escritura e depois de teologia vespertina na mesma Universidade do Mondego, onde patrocinaria os religiosos da Companhia de Jesus com os conselhos da sua sciência autorizada (6).

Finalmente para não desdobrar demasiado esta ementa de portugueses ilustres, com quem passou os mais belos anos de sua juventude o primeiro jesuíta português, só

---

(1) T. Braga, *Hist. da Univ.*, I, 528, 559.

(2) Bibl. N. L., mss., n. 626: Leitão, *Notas chron.*, 2.ª p., f. 249; T. Braga, *Ob. cit.*, pag. 541, 554; Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, 394, 398, 405. — Buchanan prestou seu juramento na Universidade de Paris no ano de 1527 (Bibl. N. P., cod. cit., f. 19v.), e em 1528 graduou-se de mestre em artes (G. Henriques, *Buchanan na Inquisição*, em *Arch. Hist. Port.*, IV, 241). Nos anos seguintes ensinou em S. Bárbara, onde Simão Rodrigues pôde verificar a justeza da censura que lhe fêz um crítico: «Il est fin, ironique, incisif, aggressif, peu aimé de ses collègues». Bellessort, *Saint François Xavier*, 22.

(3) Cf. Fonseca, *Evora Gloriosa*, 411.

(4) Quicherat, *Ob. cit.*, I, 136; T. Braga, *Hist. da Univ.*, I, 460; *Boletim da segunda classe da Acad. das Sciências*, IX, 76.

(5) Álvaro da Fonseca, da diocese de Évora, prestou juramento na Universidade de Paris no ano de 1527. Bibl. N. P., mss., *Latins*, 9952, f. 18; Cf. T. Braga, *Hist. da Univ.*, II, 664.

(6) T. Braga, *Ob. cit.*, I, 460.

apontarei o Dr. Lopo Serrão, que trataria poucos anos depois em Portugal com íntima familiaridade a Simão Rodrigues, Francisco Xavier e Pedro Fabro, já tão conhecidos de França [1], e Álvaro de Noronha, Cristóvão de Melo, António de Melo, Lourenço de Faria e Gonçalo Fernandes de Lima, a todos os quais os registos da Universidade de Paris dão categoria de nobres, Manuel de Teive, primo de Diogo de Teive, e os dois Pinas, André e Jorge, da diocese eborense [2].

Nesta admirável companhia de tamanha elevação intelectual formou Simão Rodrigues o seu espírito e o enriqueceu com a sciência e erudição que tão necessárias lhe haviam de ser para a realização dessa obra que a Providência lhe ia traçando. Começou os estudos freqüentando as escolas de letras humanas, e quando lhe pareceu ter progredido bastante para obter admissão às faculdades superiores, fêz o exame prescrito pelos estatutos, de gramática, retórica, poesia e métrica [3], e matriculou-se na faculdade de artes em outubro de 1532 [4]. Logo no primeiro ano do curso prestou o juramento universitário sendo reitor da Universidade o nosso Mestre André de Gouveia, que fôra eleito para êsse elevado cargo a 23 de junho de 1533 [5]. No mesmo reitorado realizaram também a cerimónia de juramento, entre outros portugueses, os célebres Antonios de Gouveia e Diogo Contreiras [6].

Passados dois anos de curso, tomou no terceiro ano o grau de bacharel. Para o alcançar apresentou, como era praxe,

---

(1) *Mon. Xav.*, I, 218, 222; Fabro, *Mon.*, 365, 381.

(2) Álvaro de Noronha e os dois António e Cristóvão de Melo deram seu juramento universitário em 1529, André e Jorge Pina em 1527 (Bibl. N. P., mss., *Latins*, 9952, f. 18, 19v, 79, 79v) e Faria e Lima em 1533 (cod. da mesma Bibl., *Latins*, 9953, f. 173v, 174v), Manuel de Teive graduou-se de mestre em artes nos primeiros meses de 1529. Bibl. N. P., mss., *Latins*, 9952, f. 57v. Cf. T. Braga, *Hist. da Univ.*, I, 541.

(3) Cf. Cros, *Documents*, 260; Fouqueray, I, 12.

(4) Como Simão Rodrigues tomou o grau de licenciado em março de 1536, depois de três anos e meio de estudo, deve ter principiado o curso em outubro de 1532. Cf. Cros, *Documents*, 260-262.

(5) Bibl. Nac. P., *Latins*, 9952, f. 172, 176.

(6) Códice cit., f. 172, 174v.

certidão assinada pelos professores, de que freqüentara as aulas designadas pelos estatutos; e defendeu teses numa série de disputas rigorosas, a última das quais se efeituava na quaresma. Todo o exame decorria sob a presidência de um mestre que o próprio estudante a seu gôsto escolhia dentre os da sua *nação* (1). Prosseguiu no estudo, e apenas um ano depois já se graduava de licenciado a 14 de março de 1536, têrça-feira da segunda semana da quaresma (2). Houve primeiro de sujeitar-se a dois exames: o privado *in cameris*, seguido do *Quodlibetarium* na igreja de S. Julião (3) e o público na igreja de Notre Dame ou na de S. Genoveva, perante quatro examinadores tomados das quatro *nações*, sob a presidência do chanceler da faculdade das artes, que em dia prefixo solenemente lhe conferiu o grau de licenciado com a bênção apostólica e poder de ensinar em tôda a parte *hic et ubique terrarum* (4).

Faltava o remate de todo o curso, o grau de mestre em artes, que vem a corresponder ao doutoramento em filosofia. Quando se determinou a recebê-lo depois de três anos e meio de estudo naquela faculdade, foi primeiro, como era usança universitária, percorrer, acompanhado do bedel, as escolas da rua do Fouarre a perguntar aos mestres de sua *nação* se aprovavam que êle celebrasse o acto solene da *inceptio* para ser condecorado com as insígnias de mestre. Os mestres deram a sua aprovação, e êle fêz o juramento usual e prometeu realizar aquele acto sob os auspícios do mesmo professor que presidira à sua licenciatura. Marcou-se-lhe o dia para a colàção do grau, e nele o candidato foi com grande pompa às escolas da rua do Fouarre, onde sustentou a disputa costumada.

Então o mestre Paio Rodrigues de Vilarinho, que Simão para padrinho escolhera, como presidente que já devia ter sido também nos actos do licenciamento, pronunciou

(1) Denifle, *Auctarium Chartul. Univ. Paris.*, T. I, pag. XXVIII, XXIX; Thurot, *De l'Organisation de l'Enseignement dans l'Univ. de Paris*, pag. 44.

(2) Bibl. N. P., *Fonds espagnols*, n. 380, f. 116, 162; *Acta Sanctorum*, Julii, VII, *Comment. Praev.*, n. 168-170.

(3) Cros, *Vie*, I, 107; Fouqueray, I, 16.

(4) Quicherat, *Ob. cit.*, I, 59; Cros, *Ob. cit.*, pag. 107-108.

o discurso que se estilava naquela solenidade, e deu-lhe o título e impôs-lhe o barrete e insígnia de mestre em artes depois da Páscoa do ano de 1536 em que se licenciara [1]. A carta que se lhe passou como atestado de formatura a três de outubro do mesmo ano, escrita em pergaminho, ainda no século dezóito se conservava com o sêlo pendente no arquivo do colégio de Coimbra da Companhia de Jesus [2].

A sagrada teologia também a estudou em Paris, como se infere claramente do que êle deixou exarado na relação que escreveu sôbre a origem e primeiro desenvolvimento da Companhia. Aí assevera que em 1534 assentaram em consulta os companheiros de Inácio demorar-se mais tempo em Paris para continuar e acabar os estudos teológicos [3].

4. — Na ocupação dos estudos e em tôda a vida buliçosa de estudante houve-se Mestre Simão com tão bom modo e comedimento, que foi sempre amado e bemquisto de todos. Dava sim mostra freqüente de viveza de carácter, a ponto de ser tido entre os portuguêses por travêsso e desinquieto, e de causar não pequeno assombro a sua conversão à vida perfeita, como depois o contou em Portugal o doutor António Pinheiro. Mas aquele ardor de juventude nunca degenerou em vício [4]. Sabia irmanar a vida alegre e folgazã com a afabilidade, em que se extremava, com a honradez, piedade e limpeza de bons costumes, como atestam unanimemente os

(1) Cf. Thurot, *De l'Organisation de l'Enseignement*, pag. 60 — Na *Acta Rectoria Universitatis Parisiensis*, 1534-1544, (Bibl. N. P., mss., *Latins*, 9953, f. 47, lêmos o nome de Simão Rodrigues entre os que no ano de 1536, depois da Páscoa, tomaram o grau de mestre em artes: *Sequuntur nomina Incipientium in honoranda gallorum natione... ... Dñus Symon Rodoricus vinceñ. diõc. incepturus sub magrõ Pelagio Rodorico...*

Chamava-se *inceptio* aquela última solenidade em que o licenciado recebia o grau de mestre, porque *Incipere fuit primam lectionem magistralem legere*, (Denifle, *Auctarium Chart. Universit. Paris.;* I, pag. XXXI), e diziam-se *incipientes* os que celebravam aquele acto solene. Cf. Fouqueray, I, 17.

(2) Cf. Franco, *Imagem... Lisboa,* 21.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 457, 461. Não nos consta quanto tempo empregou Simão Rodrigues nos estudos de teologia. De alguns de seus companheiros conservam-se atestados autênticos de que os cursaram por ano e meio na Universidade de Paris. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 2; Fabro, *Mon.*, 6; *Acta Sanctorum*, Julii, VII, pag. 442.

(4) Franco, *Imagem... Lisboa*, 22.

seus biógrafos [1]. A prova porém mais decisiva da virtude e pureza em que lhe decorreram aqueles perigosos anos da juventude numa sociedade, em que tão fàcilmente se deslustrava a candura da inocência, eram os sentimentos e desejos de vida mais santa que, ainda antes de comunicar com Inácio de Loiola, se lhe iam despertando na alma. É êle próprio quem no-lo confessa ao recordar as vozes interiores e poderosos impulsos que sentia para se entregar totalmente ao serviço de Deus. Foram estas aspirações de perfeição que o levaram a abrir tôda a sua alma com Inácio e a declarar-lhe ìntimamente os seus desejos, quando se aproximou dêle, convidado pela fama da sua santidade [2].

Não podia Simão encontrar mestre mais experimentado e prudente nem guia mais seguro. Movido pelas afervoradas conversações do santo, e encaminhado pelos preceitos da vida espiritual que lhe ouvia, determinou por si mesmo visitar a Terra Santa de Jerusalém e empregar-se inteiramente em ajudar à salvação eterna dos próximos [3]. Nos Exercícios Espirituais, que fêz sob a direcção de Inácio antes do agôsto de 1534 [4], confirmou-se nas suas resoluções, que se tornaram inabaláveis a-pesar de não ter podido exercitar-se durante êsse retiro nos rigores da penitência que praticaram os seus companheiros. Estava nesse tempo com a saúde abalada e pouco vigorosa, e os estudos, em que andava sèriamente ocupado, não permitiam extremos [5]. Em todo o caso, se é verdadeira a tradição do século XVII, levou o fervor dos primeiros tempos a ponto de se gravar no peito com ponta de ferro uma cruz, cuja haste maior tinha um palmo de comprimento, e meio palmo a menor [6]; e a fir-

---

(1) Sacchini, P. IV, L. VII, n. 263; Franco, *Ob. cit.*, l. c.; Boero, *Vita*, pag. 11.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 455; Polanco, I, 49; Orlandini, I, n. 88.

(3) Rodrigues, *Mon.*, l. c.

(4) Fabro, *Mon.*, 496, n. 15.

(5) *Mon. Ignat.*, Ser. 4.ª, I, 303.

(6) Teles, I, 20, 601-604. Em documento nenhum coevo se me deparou notícia dêste heróico feito de Simão Rodrigues: mas desde o princípio do século XVII, em obras manuscritas e impressas, se afirma constantemente a piedosa tradição.

meza que adquiriu na virtude, bem a mostrou numa ilustre vitória.

Uma tentadora despudorada atreveu-se um dia a lhe entrar no quarto, quando êle se preparava para a confissão, e com palavras brandas e gestos sedutores o provocou para o mal. Simão resistiu valorosamente, e indignado lançou fora a insolente que se retirou envergonhada, soltando por despeito injúrias contra o castíssimo jovem. «Com o auxílio de Deus, conclui êle próprio a narração, saíu vencedor dêste combate, como depois venceu outros semelhantes e de perigo não menor» (1).

5. — Tomada com tanta galhardia aquela heróica resolução que o juntou com Inácio de Loiola, foi continuando em cultivar o seu espírito pelo estudo e piedade e em preparar-se para a obra de sacrifício e dedicação a que se devotava. Os seis companheiros que já então formavam com êle o pequenino mas alentado esquadrão, trabalhavam no mesmo empenho. Mas era preciso traçar de antemão o plano de vida e assentar na maneira de pôr em prática os desejos de todos.

Primeiro convieram fàcilmente em que haviam mister maiores e mais largos estudos, já que tinham resolução de se empregar totalmente, voltando de Jerusalém, na obra da salvação das almas (2). Segundo isso determinaram demorar-se ainda em Paris uns três anos para continuar os estudos de teologia; demais, como a emprêsa era tão grande, trabalhosa e cheia de dificuldades, julgaram ser conveniente que por algum tempo a encomendassem com fervor a Deus, e entretanto se fôssem armando com maior fôrça de virtude, para que, bem abroquelados com ela, avançassem com segurança e pudessem vencer os encontros e obstáculos que pela frente se lhes levantassem.

Assentes os preparativos a que deviam atender, deliberaram longamente sôbre a maneira de efeituar os seus pro-

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 455. Êste facto conta-o Simão Rodrigues calando o nome da pessoa, a quem sucedera, mas o contexto demonstra o narrador humilde como auctor da acção animosa e edificativa, e assim o entenderam os escritores que a referem. Cf. v. g. Bartoli, *Vita di S. Ignazio* (Roma, 1650), pag. 164; Franco, *Imagem... Lisboa*, 22,

(2) Rodrigues, *Mon.*, 457.

pósitos, e, para lhes dar maior constância, resolveram todos fazer voto de castidade e pobreza, de ir a seu tempo em peregrinação a Jerusalém, ocupar tôda a sua vida e fôrças na salvação dos próximos, tanto fiéis como infiéis, prègando a palavra de Deus e ministrando sem nenhum estipêndio os sacramentos da confissão e comunhão, e não receber esmola alguma pela celebração do santo sacrifício da missa. Como alguns dêles ansiavam ardentemente anunciar a luz do Evangelho aos infiéis, fizeram também conselho sôbre êste ponto; e determinados como estavam de alma e coração a sacrificar a própria vida, se preciso fôsse, por tudo quanto pudesse contribuir para o maior serviço e glória de Deus, todos sem discrepância vieram fàcilmente nos mesmos desejos, uns com maior veemência, outros com menos ardor, segundo a medida da graça de Deus.

Moderaram todavia com prudente limitação aquele santo entusiasmo. Todos fariam a viagem a Jerusalém, e naqueles santos lugares encomendariam de novo êsse negócio a Deus; e se a maior parte fôsse de parecer que prègassem aos infiéis, aceitassem logo a ocasião que Deus lhes oferecia e pusessem mãos à obra. Se porém decidissem que não era oportuno aquele ministério, todos, sem que entre êles houvesse divisão, se tornassem daquelas terras. Mas podia suceder que de qualquer maneira lhes fôsse estorvada a peregrinação à Terra Santa; para essa contingência estabeleceram que, se dentro de um ano, depois de chegados a Veneza, lhes não fôsse possível empreender viagem à Palestina, ficassem desligados do voto, e então, como no caso de se haverem de tornar de Jerusalém, se fôssem lançar aos pés do Padre Santo de Roma e se lhe entregassem à sua obediência e disposição para se dedicarem, como era sua tenção firme, ao trabalho da salvação das almas, e irem, por seu mandado, e sem réplica nem escusas, a qualquer parte do mundo a prègar a fé ainda aos infiéis e às terras dos maiores inimigos da religião cristã [1]. Foram estes os pri-

---

[1] Rodrigues, *Mon.*, 457-458. Há divergências nos autores coevos sôbre as particularidades do voto, quanto à peregrinação a Jerusalém. Nós ativemo-nos a Simão Rodrigues, que mais de propósito e miùdamente o

meiros traços e delineamentos do Instituto da Companhia de Jesus, que Deus misteriosamente lhes inspirou, e êles executaram sem que nenhum dêles tivesse pressentimento dos desígnios da Providência, nem pensamento ou intenção de formar Ordem Religiosa. Deus é que preparava oculta e amorosamente a sua obra (1).

Discutido e assentado com tôdas estas minudências a natureza do voto, fixaram o dia para essa imolação generosa e concertaram entre si as circunstâncias e cerimónias do piedoso acto. Escolheram o dia quinze de agôsto de 1534, festa da Assunção de Nossa Senhora, «a qual todos tomaram nêste negócio, escreveu Simão, por ajudadora e protectora e particular favorecedora deante de seu Filho Jesus Cristo Senhor Nosso» (2); e determinaram para lugar onde fariam o voto, a capela de Nossa Senhora de Montmártre ou do *Santo Martírio,* edificada em honra de S. Dinis e seus companheiros no declive do monte dos Mártires (3). Convidou-os para aquele sítio, além da veneração do antigo santuário, a solidão do monte e retiramento do bulício dos homens, sendo tôda do céu e de Deus a acção que iam praticar. Nas vésperas afervoraram e fortificaram o espírito com a oração, confissão sacramental, jejum e outras penitências, e no dia quinze pela manhã subiram o monte, entraram na capela (4)

---

declarou. Veja-se como o refere Luís Gonçalves (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 87-88); Laines (*ib.* pag. 114-115); Fabro (*Mon.*, 496, n. 15); Polanco (I, 50). Sôbre o sentido e alcance dêsse voto discorre agudamente o P. Pedro Leturia no artigo *El Plano Misionero de Montmartre, 1534,* em *El Siglo de las Misiones*, número extraordinário de 1929.

(1) *Esta arriba declarada foi a primeira traça que a sabedoria divina deu à Companhia.* Relação de Simão Rodrigues no citado códice 4212 da Bibl. Nac. de L., f. 141.

(2) Códice cit., n. 4212, l. c.

(3) Cf. Fouqueray, I, 47, 647 segg.

(4) A capela não se abria senão com a licença da abadessa das benedictinas de Montmartre. A Madre Perrette Rouillard, que faleceu em 1612 com cem anos de idade, folgava de referir, «que era segunda sacristã quando o bemaventurado Inácio de Loiola... veio fazer os votos à capela dos santos Mártires» e que ela tivera «a dita de o ver e de lhe dar as chaves». Fouqueray, I, 47-48.

e dispuseram-se a realizar aquele acto simples mas solene.

Pedro Fabro, que só êle então era sacerdote, celebrou a missa, «e antes de lhes dar a comunhão, conta Simão Rodrigues, tendo o Santíssimo Sacramento nas mãos, deante dêle, cada um por si, com os joelhos em terra e o coração em Deus, fêz seu voto com voz distinta e de todos ouvida, e depois todos receberam o Santíssimo Sacramento, e o Padre Fabro tornado ao altar, também antes de comungar fêz o mesmo voto com voz alta que todos ouviram» (1). Eram sete os que se imolaram neste holocausto místico (2). Não assistiu pessoa estranha. Só Deus foi testemunha e recebeu e abençoou aquele sacrifício, que havia de ser tão fecundo em obras de sciência e virtude para a Igreja e para a humanidade. O fervor em que todos êles estavam abrasados, fàcilmente se pode conjecturar de homens já tão desprendidos do mundo e incendidos no desejo da perfeição cristã.

Simão Rodrigues, que nos conservou os pormenores dêste memorável acontecimento, bem viva guardou a lembrança dos afectos que então experimentou, e ainda quarenta e três anos mais tarde os expressava comovidamente dirigindo-se ao P. Geral Everardo Mercuriano: «Posso certificar a V. Paternidade que aqueles primeiros Padres da Companhia ao entregar-se a Deus de verdade e com tôda a sua alma, ofereceram aquele holocausto com tamanho alvorôço de espírito, tão cabal renunciação das próprias vontades e tão firme confiança na divina misericórdia, que eu, recordando

---

(1) Simão Rodrigues no códice citado, n. 4212, f. 142; Franco, *Ob. cit.*, pag. 26.

(2) Da frase, um pouco obscura, que usou Simão Rodrigues na citada relação, tanto no texto latino, como no português, deduziram alguns que o P. Inácio não assistira a esta primeira solenidade dos votos em 1534. Mas todo o contexto o afirma, e Simão Rodrigues só adverte realmente que nas duas renovações dêsses votos, feitas em 1535 e 1536, não estava presente o futuro fundador da Companhia. Cf. Rodrigues, *Mon.*, 459, e cod. citado da Bibl. N. L. n. 4212, f. 141. Pedro Fabro, no seu *Memorial*, tira tôda a dúvida que pudessem suscitar as palavras de Simão Rodrigues, pois nomeia a Inácio entre os sete que fizeram aqueles votos a 15 de agôsto de 1534. Fabro, *Mon.*, 496. Cf. Clair, *La Vie de Saint Ignace de Loyola*, 439.

depois muitas vezes aquela acção, me sentia penetrar de intenso fervor, crescer em novo sentimento de devoção e arrebatar de admiração extraordinária» (1).

Saindo da capela, sobem ao cimo do monte, descem pelo lado oposto, e vão repoisar e tomar a frugal refeição junto da Fonte de S. Dinis, onde passaram o restante do dia com grande consolação e gôzo espiritual, tratando em fervorosa conversação dos abrasados desejos e propósitos com que se davam a servir a Deus. Ao pôr do sol voltaram para casa louvando e bemdizendo o Senhor (2). Renovaram depois o voto nos dois anos seguintes, dentro da mesma capela e no mesmo dia quinze de agôsto (3). Ficou sempre aquele dia bem impresso na mente do P. Simão Rodrigues, como suavíssima recordação, e em 1546 o lembrava e escolhia para nêle se promulgarem no colégio de Coimbra as regras que prudentemente compusera, porque nêsse dia, ponderava êle, tivera em certo modo princípio a Companhia de Jesus, quando em Paris no monte dos Mártires por dois ou três anos a fio confirmaram o propósito de seguir esta vida, ainda que por então envôlta na obscuridade de um como enigma, e encoberta sob o véu de sucessos futuros (4).

Depois de terem, no memorável dia quinze de agôsto de 1534, corroborado pelo voto as obrigações que tomavam para com Deus, cresceram naturalmente em fervor os ani-

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 459.

(2) *Ob. cit.*, 459-460.

(3) *Ob. cit.*, 459; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 111.

(4) Rodrigues, *Mon.*, 547. Carta de Simão a Martinho de S. Cruz, de Santarém a 13 de agôsto de 1546. — No ano de 1566 novamente se depara em suas cartas comemoração saüdosa daquele dia 15 de agôsto. Assim escreve nesse ano a seu antigo companheiro Nicolau Bobadilha: «Vispera de nuestra Sennora de agosto de 1566 veniendo de dizir missa y de encomendar muy particularmente V. R. á Dios y haviendome toda aquella mannana pasado por la memoria lo que en aquelle dia avíamos pasado en Monmartre y en sus vinnas, y veniendo, como digo, de la misa a mi cámara, allo sobre mi mesa una carta de V. R.... la qual me fué de tanta consolatión, que quasi tube por miráculo en aquel dia y con las precedidas preparaciones recevir carta de V. R.». Rodrigues, *Mon.*, 734. Carta de Toledo, a 20 de agôsto de 1566.

mosos companheiros de Inácio; e aliando o trabalho dos estudos aos exercícios de piedade, como já tinham por uso desde que principiaram a vida de perfeição que tão generosamente abraçaram, fortificavam mais e mais o seu espírito com a freqüência dos sacramentos. Segundo esta devoção, todos os domingos e festas principais do ano se purificavam no tribunal da penitência e recebiam na comunhão o pão dos anjos. Mas com seu exemplo e exortação grande número de estudantes e de pessoas da cidade de Paris e daquela Universidade se moveram a freqüentar igualmente os sacramentos da Igreja. Para êsse fim concorriam ao convento dos cartuxos, como a santuário de particular devoção e recolhimento [1].

A novidade acordou a maledicência de gente perversa. Alguns estudantes espanhóis apresentaram-se ao inquisidor Mateus Ori, dominico, e denunciaram o nome de Inácio de Loiola, como de pessoa suspeita que, segundo criam, instilava secretamente nos ânimos o veneno de uma doutrina falsa e contagiosa. O filho de S. Domingos fêz a investigação costumada, e não encontrando motivo para denúncia, desprezou a acusação.

Soube Inácio do que se tramara contra êle, e foi-se ter com o inquisidor; mas êste o assegurou de que a delação carecia de todo o fundamento, e contentou-se com lhe pedir o livro dos Exercícios Espirituais que leu e louvou com boas palavras. Ao acusado porém não lhe bastou êsse fácil desfecho da causa. Determinado a pôr em seguro o bom nome de seus companheiros dirigiu-se novamente ao inquisidor, e instou uma e outra vez para que levasse adeante o processo até a final sentença. Como êle se escusasse com a inanidade da acusação, um dia lhe entrou pela casa acompanhado de testemunhas e de um público notário, e pediu-lhe quisesse em presença de todos declarar o que pensava daquela causa.

Não pôde negar-se o inquisidor; discorreu largamente em defêsa e louvor de Inácio, e o notário de tudo lavrou uma

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 460; Bobadilha, *Mon.*, 615.

certidão autêntica [1]. Satisfeito com êste testemunho e assegurado o crédito de sua pessoa e dos que o seguiam, houve Inácio de buscar nos ares de sua pátria remédio e confôrto a sua deteriorada saúde, e depois foi esperar em Itália na cidade de Veneza os companheiros que deixava em Paris [2].

Sentiram estes ìntimamente a ausência daquele a quem todos êles veneravam como pai, mas nem por isso afrouxaram no fervor dos bons propósitos, porque a sua esperança e fortaleza repoisavam em Deus, «e assim como cada um dêles, prossegue Simão Rodrigues, se determinou em a vocação acima dita, sem saber nenhum da determinação do outro, assim cada um dêles com grande firmeza tinha assentado em seu coração de a seguir só por si sem tornar atrás ainda que os outros faltassem» [3]. Para se ajudarem à perseverança no bem tão galhardamente começado, tratavam freqüentemente uns com os outros sob a direcção de Pedro Fabro, a quem Inácio os confiara como a irmão mais velho. Visitavam-se amiúde; tomavam as refeições ora na casa de um ora na casa de outro, e de quando em quando, pelo ano adeânte, iam a Montmartre e passavam o dia em santo entretenimento junto à mesma fonte, em que se haviam tão santamente recreado no dia 15 de agôsto de 1534. Nestas visitas e encontros afervoravam-se em piedosas conversações, animavam-se e uniam-se mais e mais pelos laços da mais fina caridade [4].

6.—Aproximava-se porém o tempo de concluírem seus estudos e pôr em obra o que tinham resolvido e votado. Inácio de volta de Guipúscoa, já os esperava em Veneza desde os primeiros dias de 1536 [5]. Tinham êles fixado de antemão, para deixarem Paris, o dia 25 de janeiro de 1537, festa da Conversão do Apóstolo das Gentes; mas rebentando por

(1) Rodrigues, *Mon.*, 460; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 297, ser. 4.ª, I, 88; Polanco, I, 46-47.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 461; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 87-88.

(3) Relação no cod. citado n. 4212, f. 144.

(4) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 111.

(5) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 94. Carta de Inácio, escrita de Veneza a 12 de fevereiro de 1537. Nesta carta diz Inácio que haveria mês e meio que estava em Veneza. Deve pois ter chegado na entrada de 1536 ou talvez nos últimos dias de 1535.

êsse tempo a guerra entre Carlos V, imperador, e Francisco I, rei de França, e receando não se lhes embargasse a passagem para Itália, resolveram antecipar a viagem e marcaram para a saída o dia quinze de novembro de 1536 [1]. Em lugar de se dirigirem pela Provença, por onde julgavam muito arriscado, por ocasião da guerra, passarem os espanhóis, escolheram de preferência o caminho pelos lados de Alemanha, por se lhes afigurar mais livre e seguro, ainda que era muito mais comprido e demorado [2].

Em Paris deixavam de si grandes saüdades [3]. Bem o entendiam êles; mas no dia em que iniciaram aquela peregrinação, exultavam de tão íntimo contentamento, como se houvessem de ir celebrar uma grande festa, e entregaram-se ao caminho com tamanha alegria e alvorôço, que parecia que voavam, sem tocar a terra com os pés. Foram alguns adeante para esperar em Meaux os que se demoravam ainda em Paris o tempo necessário a distribuírem aos pobres a sua pobreza. Simão Rodrigues meteu-se entre os que se adeantaram na partida. Mas eis que logo na noite da primeira jornada se lhe formou num ombro um inchaço tão grande e vermelho como de sangue, que era de fazer horror a quem o via. Tôda a noite se revolveu com dores o bom do padre sôbre a dura terra em que jazia. Agravava-lhe os padecimentos a desconsolação e receio de não poder prosseguir a viagem. Mas felizmente ao romper do dia, quando já se aproximava a hora de continuar seu caminho, vê Simão que o tumor desaparecera completamente, nem deixara sequer sinais do que fôra [4].

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 461.

(2) *Ob. cit.*, 462. Simão Rodrigues escreveu minuciosamente na citada relação (Rodrigues, *Mon.*, 461 segg.; cod. da Bibl. N. L., n. 4212, f. 144 segg.) todos os sucessos da viagem de Paris a Veneza, e quantos a teem descrito, houveram de o seguir passo a passo como a guia único desta longa peregrinação. Outros escritores coevos a contaram mas muito em compêndio. Cf. v. g. Laines em *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 112-115; Polanco, I, 54-55.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 461; cod. citado, n. 4212, f. 143v.

(4) Rodrigues, *Mon.*, 463. Simão Rodrigues cala o nome do padre a quem nascera repentinamente aquele tumor, mas são unânimes os escritores em atribuir o sucesso ao autor da relação. Cf. Orlandini, I, n. 108;

Aos poucos dias passados chegaram, com grande regozijo de todos, os que haviam ficado em Paris. Consultaram então se haveria prudência em irem vivendo de esmolas e se caminhariam juntos ou divididos em duas turmas ou talvez dois a dois; e depois de terem pedido na oração as luzes do céu e de se confessarem e comungarem, resolveram guardar a provisão de dinheiro que lhes bastasse até Veneza, e que não se separassem uns dos outros, mas seguissem àvante sempre unidos até ao têrmo de sua peregrinação. As terras que tinham de atravessar eram de hereges, o tempo de inverno e os caminhos cobertos de neve; a fôrça dos frios, alguma enfermidade ou ocorrência imprevista aconselhavam que fôssem de companhia, a-fim de se prestarem, sendo preciso, mútuo socorro.

Assentada a maneira de viagem, saíram de Meaux os nove peregrinos dando graças ao Autor de todo o bem. Caminhavam em traje de estudantes de Paris, roupas compridas, chapéus na cabeça e bordões nas mãos, bôlsa de coiro pendurada do ombro e lançada a uma ilharga, com a Bíblia, Breviário e alguns escritos, e o rosário à vista sôbre o peito a pender do pescoço. O principal entretenimento da viagem eram a oração e piedosas meditações em que levavam boa parte do tempo, e santas conversações.

Já tinham avançado duas jornadas para além de Meaux, quando perceberam que lhes vinham no encalço dois cavaleiros correndo a tôda a brida. Eram Sebastião Rodrigues e outro jovem português de há muito unido com Simão por estreita amizade. Param, dirigem-se a Simão Rodrigues e lhe perguntam com sobressalto aonde ia, que intentos o levavam, que emprêsa era aquela; e com a maior fôrça de palavras e razões o procuram demover de seu propósito. O irmão invoca os direitos de irmão, e o amigo apela para os foros de amigo, e ambos à uma se esforçam por o convencer; pense bem no que empreende, aconselhe-se com a prudência, não seja precipitado. Por fim lhe rogam com o maior encarecimento que não corte assim a carreira começada, não desfaça

---

António Leite na sua *Chronica* ms. (Bibl. P. Eb., $\frac{\text{CVIII}}{\text{2-9}}$, f. 3 segg.); Teles, I, 21; Bartoli, *Vita di S. Ignazio* (Roma, 1650), pag. 238.

num momento com tamanha temeridade as esperanças que de si dera, não se exponha aos riscos certos da indigência, da deshonra e da ignomínia, nem se vá meter em tantos perigos e trabalhos. Numa palavra, empregam para lhe abrandar o peito tôdas as artes que pode escogitar um irmão caríssimo e um amigo extremoso. A tão cerrada bateria Simão não só não se deixou abalar, mas antes se empenhou em os persuadir a abraçarem também êles o mesmo género de vida que êle escolhera. Foi debalde; que nem êles também se renderam, mas com grande mágoa se apartaram do animoso mancebo, e tristes e pesarosos voltaram a Paris. Vitorioso prossegue Simão o seu caminho com os companheiros cada vez mais firmes e alvoroçados para levarem a cabo o que tinham com tão bons auspícios começado ([1]).

Nas estalagens ou pousadas logo por entrada punham os joelhos em terra e davam graças a Deus pelos benefícios que haviam recebido, particularmente por os ter chegado até àquele ponto sãos e salvos; à saída igualmente se ajoelhavam e pediam a bênção de Deus para o caminho, e favor e auxílio para todos os sucessos da jornada. Os que os viam nêste devoto exercício olhavam-nos com admiração principalmente se eram hereges. Ao transporem os confins da França deram o último adeus à terra onde se tinham conhecido e ligado com os liames de tão fina caridade, e agradecidos a Deus por êste benefício confessaram-se e receberam o corpo de Cristo.

Meteram-se logo por terras da Lorena, e as atravessaram por entre perigos de caírem nas mãos de soldados, que andavam em correrias por aquela região; entraram em Metz de-envolta com uma turba de camponeses que fugiam às insolências dos militares; detiveram-se nesta cidade três dias, e logo cortando para o sul pela estrada de Nancy encaminharam-se para Saint-Nicolas-du-Port e visitaram o san-

([1]) Rodrigues, *Mon.*, 466. Também neste passo omite de todo os nomes o autor da relação; não há porém dúvida que se refere a si mesmo e a seu irmão Sebastião Rodrigues. Vejam-se os escritores citados na nota anterior.

tuário de S. Nicolau, lugar de antiga e piedosa romaria [1]. Praticaram ali as suas devoções. No entanto Simão Rodrigues soubera que perto da pequena cidade, a cêrca de meia légua, vivia numa ermida um ermitão, e desejou conhecê-lo e conversá-lo. A ocultas dos companheiros dirigiu-se apressadamente para o sítio que lhe indicaram, mas achou a ermida em ruínas e deserta. Volta pelos mesmos passos, e a pouca distância num descampado sai-lhe ao encontro um homem robusto, que o convida para o acompanhar a uma casa infame, e pondo-se pela frente estorva-lhe o caminho. Simão resiste, forceja por ir adeante; na porfia da luta chega a vir às mãos com o alentado contendor, e conseguindo por duas vezes, num ímpeto de fôrça, desembaraçar-se dêle e lançá-lo de si, deu-se a correr a tôda a pressa para donde viera, indo-lhe sempre no encalço o atrevido. Êste parou finalmente num arrabalde da cidade ameaçando desforra, e Simão cansado da peleja e da corrida, e suando no maior frio da estação, se foi ter com os companheiros a quem nada se atreveu a contar daquela aventura [2].

Satisfeita a devoção dos peregrinos, puseram-se novamente a caminho. Penetram pela Alsácia dentro, e depois de duas ou três jornadas alcançam uma cidade alemã, segundo cuidamos, Estrasburgo, que estava pelo imperador Carlos V. A declaração de que eram estudantes de Paris e peregrinavam para a Itália ao santuário de N. Senhora do Loreto, franqueava-lhes o passo. Desta cidade ao têrmo da viagem levaram cêrca de mês e meio. As dificuldades eram grandes ao passar por terras de hereges, em tempo de frios aspérrimos, sem perceber as línguas e sem conhecer os caminhos que as neves, que tudo cobriam em roda, lhes escondiam. Mas confiados em Deus, a quem escolheram por seu guia e sua esperança, rompiam animosos e trasbordando de gôzo e ale-

---

(1) Saint-Nicolas, ou Saint-Nicolas-du-Port era uma pequena cidade a três léguas de Nancy.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 468-469; códice mencionado, n. 4212, f. 151-152. Boero na *Vita del P. Simone*, pag. 16, dá como sucedido em Metz o encontro com aquele mau homem; o contexto porém da relação de Simão Rodrigues persuade-nos que tudo acontecera na cidade de Saint-Nicolas.

gria por todos os obstáculos e trabalhos, que nenhuns bastavam a satisfazer-lhes a ânsia de afrontá-los maiores ainda por amor do seu Deus. Com êstes sentimentos, candidamente manifestados por Simão Rodrigues na sua relação (1), chegaram a Basiléia com alguns dias de bom caminhar, extenuados de fadiga e cortados do frio e das neves.

Demoraram-se três dias para tomar alento. Os hereges porém que totalmente prevaleciam na cidade, não os deixaram repoisar; acudiam a disputar com os peregrinos, que lhes respondiam desassombradamente e lhes confutavam os erros e heresias. Refeitos do cansaço põem-se outra vez em movimento. Numa cidade a quatro léguas de Constança (2), o pastor protestante veio ter com êles acompanhado de seis ou sete cidadãos dos principais, para disputarem sôbre a fé católica. Durou a discussão algumas horas, e sendo já tarde convidou-os a cear, adaptando ao caso por gracejo os versos de Virgílio

... en jam nox humida coelo
Praecipitat suadentque cadentia sidera caenam (3).

Depois da ceia, que os peregrinos não quiseram tomar com o herege, reacendeu-se a disputa com maior calor, e Laines, o futuro luminar do concílio de Trento, apertou tão fortemente ao protestante, que o pobre houve de calar-se, e confessou que não sabia que responder. Objectando-lhe outro porque abraçara uma religião que não podia defender

(1) Rodrigues, *Mon.*, 469-470.

(2) Schurhammer no artigo *Die Reise des hl. Franz Xaver durch die Schweiz* (Separata de *Schweizer Rundschau*, 1916-1917, fasc. 1, pag. 10) procurou com minucioso exame da região e das distâncias determinar que cidade era essa afastada umas quatro léguas de Constança; não logrou porém chegar a conclusão certa. Pára em conjecturas e pergunta, por exemplo, se poderá ser Weinfelden. Boehmer, *Studien*, I, 195, supõe que seria Stein, o que Schurhammer absolutamente rejeita.

(3) Os versos de Virgílio (*Aeneid.*, II, 8, 9) são, sem mudança, dêste modo:

... et jam nox humida coelo
Praecipitat suadentque cadentia sidera somnos

nem sustentar, saíu fora de si o homem, despeitado com a humilhação da derrota, e os ameaçou enfurecido que no dia seguinte os faria meter a todos na prisão. Folgaram êles com a ocasião de padecer, e na oração da noite encomendaram-se a Deus com fervor. Mas ao romper da madrugada, entrou na hospedaria um mancebo de gentil presença e rosto afável e formoso, e sorrindo-lhes amigàvelmente ofereceu-se a lhes ensinar o caminho e fêz-lhes sinal que o seguissem. Logo todos sem desconfiança nem hesitação se aprestaram para o acompanhar. Levou-os por veredas não trilhadas até que os deixou, com um sorriso de cortês amabilidade, na estrada real de Constança. Os peregrinos o tiveram por um anjo do céu que Deus lhes enviou para os livrar do perigo iminente. De Constança foram ter a outra cidade, provàvelmente St. Gallen [1], no cantão suiço do mesmo nome, onde entraram de novo na liça de disputas com os hereges. A pouco trecho transpuseram as fronteiras da Áustria, percorreram o Vorarlberg e o Tirol, passaram por Trento [2] e a oito de janeiro de 1537 descansaram finalmente em Veneza [3].

7. — Foi grande o prazer que sentiram todos ao ver e abraçar novamente a seu Padre Inácio [4]. Para entreter proveitosamente o tempo resolveram logo, emquanto não iam a Roma pedir ao Padre Santo a permissão e a bênção para a peregrinação de Jerusalém, repartir-se por dois hospitais a servir aos pobres e enfermos. Uns recolheram-se no hospital

(1) Assim o julgou Schurhammer, art. citado, pag. 12, e Boehmer, *Ob. cit.*, 197.

(2) Cf. Bobadilha, *Mon.*, 615; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 89.

(3) Laines no exemplar castelhano de sua carta de 1547 (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 114, 141) designa expressamente como dia da chegada a Veneza o dia oito de janeiro, e seguiram-no Polanco, I, 54, Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. VII, Orlandini, II, n. 1, Teles, I, 11. Discordam alguns escritores que preferem o dia 5, 6 ou 11 de janeiro. Cf. Maffei, *Ignatii Vita*, L. II, C. VIII, Astrain, I, 85, e dois exemplares latinos da citada carta de Laines que teem, um o dia 5, outro o dia 6 (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 114). Bobadilha só adverte que chegaram pela festa da Epifania (Bobadilha, *Mon.*, 615).

(4) Neste tempo já tinha Inácio ganhado um novo companheiro, o bacharel Diogo Hoces, de Málaga, que veio contudo a falecer depressa nos principios de 1538.

dos Incuráveis, e outros no dos Santos João e Paulo, e nesse emprêgo de humildade cristã, praticaram os maiores heroísmos de dedicação e vencimento próprio. Simão Rodrigues no hospital dos Santos João e Paulo levou a valentia e arrôjo a recolher na sua mesma cama um leproso que alta noite pedia agasalho e para quem não sobrava um leito em tôda a casa. De manhã o pobre desapareceu e Simão levantou-se coberto de lepra. Foi grande a lástima e desconsolação dos companheiros; mas no dia seguinte ergueu-se do leito inopinadamente curado e são (1).

Quase dois meses despenderam nestes exemplos de humílima caridade. No mês de março, passada já meia quaresma, determinaram fazer a viagem de Roma. Inácio, por motivos que a prudência lhe sugeriu, deixou-se ficar em Veneza. A nova peregrinação foi trabalhosa (2).

Caminhavam de três em três para mais fàcilmente mendigar de porta em porta o parco alimento, mas chegaram a passar dois ou três dias quase sem provar bocado. As chuvas continuadas, os rios que trasbordavam, os campos alagados, onde às vezes se metiam com água até ao peito, os descómodos das pousadas, que eram hospitais, palheiros, e outros alojamentos de mendigos, a que se acolhiam molhados e cobertos de lôdo, provaram bem a constância dêstes homens admiráveis. Os trabalhos porém não lhes deminuíam a devoção nem a alegria espiritual. Iam a intervalos rezando ladaínhas e cantando salmos (3). A viagem dirigiram-na pela costa do mar Adriático. Passaram pela cidade de Ravena, onde Simão, emquanto andava pedindo esmola, incendido em

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 475-476. Êste caso do leproso conta-o Simão sem apontar o nome de quem praticou a heróica façanha; mas por tradição dos antigos escritores sabemos ter sido êle próprio o autor dela. Cf. Sacchini, P. IV, L. VII, n. 270; A. Leite, *Chronica* citada em CVIII/2-9, pag. 4, da Bibl. P. Ebor.; Teles, I, 23, que assim escreve: *sabemos de certo que sucedeo este caso ao Padre Simam.*

(2) Rodrigues, *Mon.*, pag. 478 segg. A relação, tantas vezes citada, de Simão Rodrigues continua a ser-nos a fonte principal, donde haurimos quanto vamos referir desta segunda peregrinação e contar no restante dêste capitulo.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 478-479; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 115-116.

santo zêlo, converteu da má vida a uma infeliz extraviada; dali navegaram em barco para o pôrto de Ancona; logo foram peregrinando até Loreto, e visitaram o santuário da Mãe de Deus, em que a devoção os prendeu pelo espaço de dois ou três dias.

Prosseguindo no seu caminhar chegaram por noite escura e com os vestidos repassados de água a Tolentino. Já era tarde para granjear por esmola com que refazer-se da fome, mas um desconhecido e embuçado aproximou-se de Simão Rodrigues à entrada da povoação, e lhe meteu na mão algumas moedas de prata, bastantes a comprarem ceia frugal e a repartirem ainda com os pobres. Emfim depois de tão penoso caminho, em que foram sempre socorridos pela Providência amorosa de Deus, entraram em Roma no domingo de Ramos, a 25 de março de 1537 [1]. Foram recolher-se cada um no hospício da sua nação, e ocuparam a Semana Santa visitando as igrejas, pedindo esmola e conversando espiritualmente com o próximo; mas uns hespanhóis abastados que logo conceberam daqueles peregrinos grande conceito, os fizeram agasalhar todos no hospital de Santiago dos espanhóis e lhes ministravam caridosamente com que sustentar-se, protestando que não era decoroso nem para êles nem para a Espanha, se permitissem que homens

---

[1] Bobadilha na sua autobiografia diz-nos que chegaram a Roma no domingo de Ramos (Bobadilha, *Mon.*, 615), e Laines refere que partiram de Veneza «después de mediada la quaresma del año de 1537» (*Mon. Ignat.*, ser 4.ª, I, 115). Como Simão Rodrigues observa (Rodrigues, *Mon.*, 480) que entraram em Ravena no domingo da Paixão, 18 de março à noite, e que os dois ou três dias antecedentes de Veneza a Ravena os passaram quase sem alimento, concluímos que saíram de Veneza pelo dia 15 de março, em que era já passada bem meia quaresma. Ora, como tinham chegado a Veneza a oito de janeiro, demoraram-se nos hospitais da cidade dois meses e sete ou oito dias, do que não se afasta muito Simão Rodrigues ao notar que andaram nos hospitais dois meses e meio. Inácio contudo na carta de 24 de julho de 1537, contando por alto, diz que chegaram a Veneza no *meado de janeiro*, e ficaram dois meses no serviço dos hospitais. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 321. Cf. Boehmer, *Studien*, I, 199-202, Tacchi Venturi, *Storia*, II, 90, que um tanto discordam da nossa numeração; Orlandini, II, n. 3-8, que segue à letra a Simão Rodrigues; Schurhammer, *Der heilige Franz Xaver*, 30-37.

daquela qualidade vivessem estendendo a mão pelas portas à caridade dos fiéis (1).

Achava-se por êsse tempo em Roma, como enviado extraordinário de Carlos V ao Pontífice Paulo III, o Dr. Pedro Ortiz, que em Paris conhecera a Inácio e seus companheiros, e se lhes mostrara pouco afeiçoado, a ponto de os denunciar à inquisição. Agora abalado e movido com as provas de ânimo sincero e bem intencionado que neles descobria, trocou-se em amigo e protector desvelado. Foi ter com Paulo III, e contou-lhe que estavam de fresco em Roma nove teólogos parisienses, homens todos de grandes esperanças, que seguiam estreita pobreza e tencionavam ir em peregrinação à Terra Santa. O Pontífice mostrou-lhe desejo de que no dia seguinte os trouxesse à sua presença, recomendando-lhe que viessem também outros teólogos, porque folgava grandemente de ouvir durante a mesa alguma disputa sôbre questões de teologia. Foi obedecido, como era justo. A três de abril, terceiro dia de Páscoa, assistiam todos ao jantar de Paulo III com uma coroa de cardeais, bispos e doutores, homens de muita sciência e letras, que disputaram já com um, já com outro dos teólogos de Paris. Satisfez-se plenamente o Papa da sciência dos peregrinos, e levantando-se da mesa, e estendendo os braços num gesto paternal de os estreitar ao peito, lhes disse, estando êles ajoelhados a seus pés, que se consolava ìntimamente e se alegrava de ver tamanha erudição irmanada com tanta modéstia e humildade, e se prontificou a conceder-lhes o que desejassem.

Êles só pediram licença e bênção para irem a Jerusalém, e Paulo III concedeu-lha liberalmente. A esta mercê ajuntou depois a faculdade de tomarem, os que não eram sacerdotes, as ordens sacras das mãos de qualquer bispo e fora dos tempos estabelecidos no direito comum, e com isso a esmola de sessenta ducados para as despesas da viagem aos Lugares Santos (2).

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 479-486. Cf. Teles, I, 23, 24; Franco, *Imagem... Lisboa*, 37-42.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 486-487; *Mon. Ignat.*: ser. 1.ª, XII, 321-322, ser. 4.ª, I, 117; Bobadilha, *Mon.*, 616. As letras dimissórias, em pergaminho,

Satisfeitos com o bom acolhimento e favor que encontraram em Roma, voltaram a Veneza e ao serviço dos hospitais, onde foram recebidos com os braços abertos e geral regozijo, e dispuseram-se para o sacerdócio a que brevemente iam ser elevados. Fizeram primeiro voto de pobreza e castidade perpétua nas mãos do Núncio Apostólico Jerónimo Varalli, e logo receberam, a título de pobreza voluntária e suficiente sciência, tôdas as ordens, que lhes conferiu D. Vicente Negusante, bispo de Alba, então cidade episcopal da Dalmácia veneziana: as ordens menores a dez de junho, as de subdiácono e de diácono respectivamente a quinze e dezassete, e o sacerdócio a vinte e quatro, dia de S. João Baptista. O bispo testemunhava depois candidamente que nunca no seu ministério dera ordens com tamanha alegria e consolação de seu espírito (1).

Não se atreveram imediatamente os novos sacerdotes a subir ao altar, mas quiseram preparar-se por algum tempo para oferecerem pela primeira vez o tremendo sacrifício. Nesse intuito afastaram-se de Veneza, e retiraram-se dois a dois, nos fins do mês de julho, a sítios mais sossegados e longe do maior bulício dos homens, para se entregarem mais còmodamente à oração e penitência. Depois, passados quarenta dias de santo recolhimento, ocuparam-se também nos ministérios sagrados com o povo humilde (2). Simão Rodrigues foi com Cláudio Jaio para Bassano e recolheu-se no ermitério de S. Vito não longe daquela cidade, habitado por um ermitão,

---

dadas a Inácio e seus companheiros para receberem as ordens sacras, conservam-se ainda hoje entre os Mss. S. J., *Epp. NN.*, 89. Foram publicadas com as cartas de ordens em *Acta Sanctorum*, VII, Julii, ed. 1868, pag. 467; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 544; *Epist. Salmeron.*, I, 574; Laines, *Mon.*, VIII, 636.

(1) Rodrigues, *Mon.*, 487; *Mon. Ignat.:* ser. 1.ª, XII, 322, ser. 4.ª, I, 93. — Salmeirão por falta de idade, não recebeu com seus companheiros senão as ordens menores, e as duas de subdiaconado e diaconado. As de presbítero foram-lhe conferidas em setembro ou outubro do mesmo ano. Cf. *Epist. Salmeron.*, I, 576, 577[1]. As cartas de ordens de Inácio, Bobadilha, Codure, Laines e Salmeirão guardam-se, escritas em pergaminho, entre os Mss. S. J., *Epp. NN.*, 89. Faltam as de Simão e Xavier, que certamente as trouxeram para Portugal.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 93-94, 117.

que, não obstante haver de há muito assentado não admitir ninguém à sua companhia, sentiu-se tão desusadamente inclinado a receber os dois hóspedes, que se teria por criminoso, se os despedisse.

A vida que levou naquela solidão foi de rigor extremo. A saúde fraca não pôde resistir, e no declinar do mês de agôsto Simão adoeceu tão gravemente, que os médicos perderam as esperanças de o salvar. No mesmo tempo estava Inácio em Vicência, a trinta quilómetros de distância, doente de febre, e chegou-lhe de sobressalto o aviso de que, se desejava encontrar com vida o caro companheiro, corresse sem demora a Bassano. Levantou-se de pronto do pobre leito ou palhas em que repoisava, e com Pedro Fabro meteu-se à jornada com tanta decisão, e apertava de tal modo o passo, que Fabro mal o podia acompanhar. No caminho revelou-lhe Deus que o doente não acabaria daquela enfermidade, e assim o declarou expressamente a Pedro Fabro. Apenas entrou na pobre casa, consolou o enfêrmo dizendo-lhe que estivesse de bom ânimo, que não morreria. Como êle jazia duramente sôbre nuas tábuas, deu ordem Inácio, por meio do ermitão, a se lhe procurar um leito em que descansasse com mais comodidade (1).

No dia primeiro de setembro, deixando o doente já melhorado e livre de perigo, voltaram Inácio e Fabro para o seu retiro de Vicência (2). Pelos fins do mesmo setembro

(1) Rodrigues, *Mon.*, 488-489; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 94, 125, 345; Polanco, I, 60-61.

(2) A data de um de setembro da volta de Inácio e Fabro para Vicência colhemo-la na carta que o companheiro de Simão escreveu daquele ermitério de S. Vito a cinco de setembro dêsse mesmo ano de 1537. Publicou pela primeira vez a carta o P. Tacchi Venturi na sua *Storia*, I, 439. — O leitor neste passo estranha certamente que lhe ocultemos a célebre tentação de Simão Rodrigues, contada sem hesitação pelos biógrafos e historiadores desde o século XVI até nossos dias. Referem êles que Mestre Simão, quando morava em Bassano com Inácio, Fabro e Cláudio Jaio, atraído pelo sossêgo da vida eremítica, duvidara se não lhe seria melhor trocar por ela os trabalhos da vida apostólica. Nestes pensamentos saíu de casa, sem dizer palavra aos companheiros, encaminhou-se para o ermitério, em que por algum tempo vivera, para consultar o eremita, que se chamava António, sôbre a dúvida que trazia na alma. Aos poucos passos postou-se-

saíram também Simão e Cláudio do seu ermitério de S. Vito, com grande sentimento e mágoa do velho ermitão, que intimamente se lhes afeiçoara, e foram juntar-se com os demais companheiros no ruïnoso convento de S. Pedro de Vivarolo, perto de Vicência, onde Inácio, Fabro e Laines tinham habitado desabrigadamente os dias de recolhimento e ora-

---

-lhe deante «um homem armado, no aspecto feroz e terrível com a espada nua na mão, ameaçando com estranha braveza» (Franco, *Imagem... Lisboa*, 45). Simão, ainda que primeiro se assustou, quis romper adeante. Mas o monstro arremeteu sôbre êle com a espada feita, e o pobre padre aterrado retrocedeu, fugiu para a cidade, indo-lhe o homem no encalço, e foi-se meter em casa. Inácio, que tivera conhecimento sobrenatural da tentação, recebeu à porta o fugitivo e com rosto alegre lhe disse: *Simão, porque duvidaste?*

Ora nós estamos persuadidos que todo êste curioso sucesso é apenas uma lenda, a que deu fundamento o que acima contámos do ermitério de St. Nicolas-du-Port. O primeiro que lançou à publicidade esta suposta tentação, e a contou como acabamos de referir, foi o P. Pedro de Ribadaneira, na *Vida* de S. Inácio, não na primeira edição latina de 1572, mas nas edições castelhanas dos anos subseqüentes (*Vida del padre Ignacio*, ed. de 1586, L. II, Ç. IX, f. 88v-90). Depois repetiram os escritores dêsse século e seguintes a narração de Ribadaneira quase sem mudança de pormenores (Cf. Orlandini, II, 19). Mas os escritores coevos, Laines, Luís Gonçalves e Polanco, que referem miüdamente a doença e cura maravilhosa de Simão Rodrigues (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 94, 125; Polanco, I, 60-61), não dizem uma palavra sequer sôbre a suposta tentação. Demais o doente, antes e depois de curado, não morou em Bassano com Inácio, mas no ermitério é que o Santo lhe agenciou melhor cama para lhe cuidar da doença, como se colhe da relação do próprio enfêrmo (Rodrigues, *Mon.*, 489). Finalmente quando Inácio com Pedro Fabro se retiraram para Vicência, que distava de Bassano um dia de caminho, deixaram no ermitério a Simão Rodrigues, que ainda teve alguma febre depois da partida do santo fundador. Assim o escreve do mesmo ermitério de S. Vito o companheiro de Simão quatro dias depois que dali se ausentara Inácio (Cf. Tacchi Venturi, *Storia*, I, 439. Carta citada de Cl. Jaio *ex Sancto Vito*, 5 de set. de 1537).

Segundo isto, só poderia ter sucedido a tentação, a fugida de Simão deante do monstro armado e a amorosa repreensão de Inácio, quando êste já estava em Vicência a uns 30 quilómetros de Bassano! Mais nos confirma na persuasão de que é lenda tôda esta história do ermitério de S. Vito a semelhança manifesta que tem com a do ermitério de St. Nicolas-du-Port. Em ambas se inculca a inclinação de Rodrigues para a vida solitária, em ambas procura Simão o ermitério às escondidas dos companheiros, em ambas lhe estorva o caminho e o ameaça um homem temeroso, em ambas

ção [1]. Em Vicência celebraram então cinco dêles a primeira missa; Simão disse-a pouco tempo depois em Ferrara, e Inácio só passado mais de um ano em Roma, no Natal de 1538.

Naquela vetusta casa de Vicência, aberta aos ventos e à intempérie, se recolheram todos onze para deliberarem sôbre a maneira de empregar a sua actividade, emquanto não chegava o tempo de peregrinarem, como por voto haviam prometido, aos Lugares Santos de Jerusalém, se porventura, como já temiam, a guerra, que então rompera entre os turcos e os venezianos, lhes não cerrasse o mar e impedisse a passagem. Entre dia, dada boa ocasião, saíam a pedir esmola pela cidade de Vicência e a prègar pùblicamente pelas praças a palavra de Deus [2].

No entanto Simão Rodrigues e Xavier adoeceram e houveram de se retirar para o hospital dos Incuráveis, onde só lhes deram para os dois uma estreita cama. Com a paciência e caridade mútua iam aliviando os descómodos inevitáveis do pobre agasalho [3]. Por fim resolveram todos repartir-se pelas Universidades de Itália com o intento não só de aproveitar ao bem do próximo, mas também de ganhar para a sua Companhia alguns estudantes que talvez quisessem como êles deixar as honras do mundo e abraçar a vida de pobreza e zêlo apostólico. Escolheram as cidades de Roma, Pádua, Ferrara, Bolonha e Sena. Inácio com Laines e Fabro dirigiu-se para a cidade dos Papas em cujo caminho ouviu de Deus,

---

foge a tôda a pressa deante do que o persegue, atravessa a cidade correndo sem que ninguém o veja correr ou de quem êle foge, e entra em casa ofegante e esfalfado. Não há dúvida para nós que a história de Bassano é apenas o facto verdadeiro de St. Nicolas-du-Port, alterado pela imaginação e pela lenda.

(1) Rodrigues, *Mon.*, 490; Bobadilha, *Mon.*, 616; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 125; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 97; Boehmer, *Studien*, I, 210; Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. VIII.

(2) Cf. Rodrigues, *Mon.*, 490; *Mon. Ignat.:* ser. 1.ª, XII, 323, ser. 4.ª, I, 118; Bobadilha, *Mon.*, 616.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 490. Simão, segundo seu costume, cala os nomes dos dois doentes, mas comummente afirmam os escritores que eram Simão Rodrigues e Francisco Xavier. Cf. Orlandini, II, 22; Cros, *Vie*, I, 143; Boehmer, *Studien*, I, 212; Franco, *Imagem... Lisboa*, 47.

no íntimo de seu coração, a solene promessa de protecção segura com as palavras: «Eu vos serei propício em Roma» (1). Simão Rodrigues foi com Cláudio Jaio para Ferrara, onde celebrou a sua primeira missa; os demais, dois a dois, para as outras cidades mencionadas.

Ia já entrado o mês de outubro de 1537 (2). Antes porém de se separarem uns dos outros, puseram em deliberação que resposta haviam de dar aos que lhes perguntassem quem eram; e, como não reconheciam outro guia, mas todos consideravam a Jesus como seu capitão, a cujas ordens e serviço ùnicamente militavam, assentaram que se haviam de chamar «Companhia de Jesus» (3).

---

(1) Sôbre esta célebre visão, que teve Inácio na capelinha de Storta, veja-se *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 95; Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XI; Tacchi Venturi, *Storia*, I, 587, II, 3-4.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 491; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 118. Pedro Fabro (Fabro, *Mon.*, 497) escreve em seu Memorial que no mês de outubro partira para Roma com Inácio e Laines.

(3) Polanco, I, 72-74. — Ribadaneira põe a origem dêste nome nas deliberações, que depois em 1539 se fizeram em Roma àcêrca da fundação da Companhia (*Vida*, L. II, C. XI). Mas, quando muito, podemos certamente admitir que naquelas deliberações se confirmou o nome já dantes escolhido, e se impôs *à nova Congregação* que só nessas memoráveis assembléias se tratou de instituir. Laines disse expressamente que foi Inácio quem propôs então a seus companheiros que *se chamasse a Congregação Companhia de Jesus*, que era êste o nome que lhe agradava, se porventura lhes contentava também a êles (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 74; Tacchi Venturi, *Storia*, I, 586). Já antes porém se dava o mesmo nome àqueles soldados de Jesus, como o afirma Polanco, e o significa também Bobadilha em carta de 25 de agôsto de 1538, denominando-os já nesse tempo com o nome de *Companhia* (Bobadilha, *Mon.*, 8). Mas estava o santo fundador tão firme e resoluto em conservar à sua Congregação o nome de *Companhia de Jesus*, que não sem fundamento supõe Polanco ter-lhe sido indicado ou confirmado por divina revelação (Polanco: I, 73, *Compl.*, I, 510). Esta especial e maior predilecção do nome de Jesus cuidavam muitos ter-lhe nascido na visão de Storta, como o insinua Laines e Ribadaneira (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 75; Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XI).

Com outros nomes foram também designados por algum tempo os companheiros de Inácio e os religiosos da Companhia, chamando-os, por exemplo, *Iniguistas*, *Clérigos* ou *Sacerdotes Reformados*, e também *Teatinos*, por os julgarem de outra Ordem que pelo mesmo tempo se fundara. O nome porém de *Jesuítas* foi o que logrou conservar-se perpètuamente,

No novo campo de acção em que admiràvelmente campeou o zêlo de todos estes apóstolos, não houve míngoa de trabalhos e sofrimentos. Simão Rodrigues em Ferrara sentiu bem duramente as intempéries da estação invernosa e fria, e as privações da mesquinha hospedagem. Recebeu agasalho no hospício mais pobre da cidade, térreo, húmido e aberto às ventanias. Governava a casa uma velha de condição azeda e imperiosa, que sujeitou os hóspedes a exigências humilhantes e mortificativas, e os espiava ocultamente de dia e de noite para descobrir que pessoas eram e em que se ocupavam. Mas presto se lhe trocou a curiosidade e suspeita em admiração. Começou de ver, emquanto os espreitava, que apenas despertados do primeiro sono, se levantavam da cama, feriam fôgo com uma pederneira, acendiam um candeeiro e se punham a rezar as matinas e outras orações. Notava ainda que viviam parcamente, e que amiúde inculcavam aos outros pobres as obrigações de uma vida cristã, e cobrou elevada opinião de sua virtude e santidade que muita vez apregoava com grandes encarecimentos.

Vivia por êsse tempo em Ferrara a marquesa de Pescara, Vittoria Colonna, pessoa de muita piedade, e, como alguém disse, a mais ilustre senhora italiana, de quantas brilharam nos últimos quatro séculos ([1]).

Chegaram-lhe aos ouvidos as vozes da fama que pelo

---

bem que nunca tenha sido oficialmente adoptado. Começaram nas regiões do norte, provàvelmente em Lovaina, a dar esta denominação, primeiro por insulto e desprêzo, aos membros da Companhia, pelos anos de 1544; mas logo depois se principiou a usar com bom sentido entre os católicos, de modo que até no Concílio de Trento já corria comummente, como quando diziam os Padres do Concílio que era mister favorecer os Jesuítas — *Jesuitae fovendi sunt.* Os religiosos da Companhia aceitaram o nome por lhes recordar as estreitas relações que tem com Jesus seu capitão; tanto mais que já muito antes de existir a Companhia de Jesus, escrevera na sua *Vita Christi*, P. I, C. X, Ludolfo Cartusiano que no céu os bemaventurados se chamarão *jesuitas — in coelesti gloria ab ipso Jesu dicemur Jesuitae.* Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 715; *Litt. Quad.*, I, 550; Orlandini, II, n. 62-63; Lucena, *Hist. da vida do P. F. Xavier*, L. I, C. IX; Astrain, I, 183, nota.

([1]) Reumont, *Vittoria Colonna*, p. VIII, em Tacchi Venturi, *Storia*, II, 130.

povo espalhava louvores do procedimento e zêlo dos dois estrangeiros, e quis certificar-se do que lhe diziam. Com freqüência os via numa igreja da cidade, e chegando-se um dia a um dêles, perguntou se eram do número daqueles teólogos de Paris, que esperavam, segundo corria, a ocasião de passar a Jerusalém. Conhecendo a verdade, e inteirada do sítio onde se alojavam, excogitou pretexto para ir àquele hospital, e procurando a velha hospitaleira, quando estavam ausentes os padres, meteu prática daqueles hóspedes, e, como em segrêdo, lhe perguntou que pensava de suas pessoas e acções. A boa velha saíu em grandes admirações de tais homens, e afirmava que «eram santos, de costumes ilibados, de vida irrepreensível e de extremada pureza de doutrina; que não comiam, nem bebiam; passavam a noite inteira em orações e rezas; ela mesma com seus olhos os vira nas muitas vezes que atentamente os observara» (1).

A marquesa, com a sinceridade e viveza dos elogios, cresceu no conceito que formara dos dois padres, e vendo a estreiteza e penúria em que viviam, não só lhes começou a ministrar cada dia o necessário sustento, mas também lhes procurou nova casa em que mais còmodamente se agasalhassem. Ficaram por êste modo mais desembaraçados para os trabalhos apostólicos a que se dedicavam zelosamente, e não deixavam que lhes passasse debalde e infrutuosamemte nenhuma ocasião de fazer bem (2).

Vida tão fervorosa e benéfica atraíu as atenções e simpatias do duque de Ferrara, Hércules de Este. Ia ouvir-lhes as prègações, confessou-se com êles, e em tudo lhes mostrava benevolência e favor (3). Igualmenfe o bispo D. Octaviano del Castello, que administrava a diocese em nome do Cardeal Salviati, deixadas as reservas em que se mantivera no primeiro tempo, e capacitado cabalmente da vida santa dos zelosos operários, a tal ponto se lhes afeiçoou, que lhes prodigava tôdas as demonstrações de amizade, fazia-lhes os

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 496.
(2) *Ob. cit.*, 496-497.
(3) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 118; Polanco, I, 63; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 132.

maiores oferecimentos, e entre semana os assentava de vez em quando à sua mesa ([1]).

Emquanto Simão Rodrigues com tão edificativo exemplo se ocupava em Ferrara, sobreveio-lhe de Pádua o anúncio triste de que falecera o bacharel Diogo Hoces, um dos dois padres que naquela cidade trabalhavam, e que o outro, João Codure, estava desconsoladíssimo com tamanha perda, nem podia levar só o pêso do trabalho que sôbre os dois até êsse tempo carregara ([2]). Incendido pela caridade que abrasava a todos os que então formavam a pequena Companhia, correu imediatamente Simão Rodrigues a consolar e ajudar o atribulado companheiro. A messe era grande e prometia frutos opimos. Não voltou a Ferrara, e em Pádua, onde logo desde os primeiros ensaios do zêlo, granjeou as boas graças dos paduanos, empregou fervorosamente a sua actividade de apóstolo.

Sucedeu porém que João Codure caíu gravemente enfêrmo, e Simão Rodrigues houve de dividir a sua caridade, cuidando carinhosamente do doente e atendendo à salvação das almas. Hospedava-se êle em casa de uma senhora piedosa e munificente que o sustentava e tratava com demonstrações da mais generosa bondade, e cujos filhos tão fraternal amor e estima lhe ganharam, que um dêles, antes de entrar na Religião a que era chamado, e outro antes da morte, nas últimas despedidas rogaram à mãe que quisesse em lugar de ambos receber o P. Simão como filho ([3]). Dos largos oferecimentos, que a boa senhora fazia aos padres, só aceitavam o que bastava cada dia a suas frugalíssimas refeições.

Quando iam retirar-se de Pádua, estava ela em lhes pagar tôdas as despesas da viagem e provê-los do necessário para o caminho. Como se recusassem a tomar coisa nenhuma, serviu-se de uma engenhosa traça para satisfazer a sua cari-

(1) Rodrigues, *Mon.*, 497-498.

(2) Hoces, que desde 1536 se juntara a Inácio em Veneza, morreu em fevereiro ou na primeira metade de março de 1538, quando Inácio, que viu entrar no céu a alma do finado discípulo, estava em Monte Cassino. Daqui tiramos aproximadamente o tempo em que Simão passou de Ferrara para Pádua. Cf. Tacchi Venturi, *Storia*, II, 116, 125.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 493-494.

dade, sem que lhe pusesse embargos o desprendimento e pobreza daqueles imitadores de Cristo. Pediu-lhes com grandes instâncias que pelo menos aceitassem uns lencinhos que lhes queria dar de presente. Não ousaram êles negar-lhe o pedido para não parecer que desprezavam a fineza do obséquio. Prepara ela os lenços, mete dentro dêles muito bem escondido o dinheiro, dobra-os com geito, envolve-os cuidadosamente, e vai entregar-lhos com uns ares de acanhamento pela mesquinhez da oferta. Os dois padres, sem suspeita da caridosa fraude, recebem-nos com agradecimento, despedem-se da bemfeitora e partem. Em Veneza vão desdobrar os lenços, e vêem com surprêsa cair-lhes aos pés o dinheiro [1].

Nem foi esta a única demonstração de estima que receberam em Pádua. Nas despedidas puderam ser êles próprios testemunhas da afectuosa estima e saüdade que deixavam na maior parte daqueles cidadãos. Um cónego daquela igreja, pessoa de grande distinção, os quis acompanhar na viagem por Veneza e Ancona até Loreto [2]. Já em Roma os esperava Inácio que a todos os seus companheiros chamara a reünir-se-lhe naquela cidade pela quaresma de 1538 [3]. Os dois que vinham de Pádua, foram os últimos que conseguiram chegar. Retidos pela afeição dos paduanos e demorados por negócios importantes que traziam entre mãos para bem das almas, a custo se desembaraçaram daqueles dois laços da amizade e do zêlo, e só depois da Páscoa puderam alcançar a Inácio e a seus amados companheiros [4].

Terminara o prazo do ano em que por voto deviam esperar a navegação de Jerusalém. A Providência divina que maravilhosamente vai dirigindo a seus fins supremos os sucessos humanos, fechando-lhes o caminho da Terra Santa, apontou-lhes para a cidade santa de Roma, onde haviam de lançar os fundamentos à grande obra da Companhia de Jesus.

---

(1) *Ob. cit.*, 494-495.

(2) *Ob. cit.*, 495.

(3) Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XIII; Orlandini, II, n. 41.

(4) Rodrigues, *Mon.*, 493, 498; Polanco, I, 64, 78; Orlandini, l. c.

CAPÍTULO III

APROVAÇÃO E CONFIRMAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS E PRIMEIRO DESENVOLVIMENTO DA SUA ACTIVIDADE

Sumário: — *1. Actividade apostólica em Roma. — 2. Perseguição em 1538 e sentença. — 3. Grande carestia em Roma e caridade heróica dos Padres. — 4. Deliberações sôbre a Companhia e seu Instituto. — 5. Missão e ministérios de Simão Rodrigues na cidade de Sena. — 6. A primeira fórmula ou esbôço do Instituto da Companhia e sua aprovação. — 7. A confirmação da Companhia de Jesus. — 8. Eleição do Geral da Companhia e profissões solenes. — 9. Desenvolvimento rápido da Companhia de Jesus.*

1. — Quando peregrinavam de Pádua para Roma Simão Rodrigues e Cláudio Jaio, já os seus companheiros de vida apostólica se tinham abraçado na cidade santa depois de uns seis meses de separação, e moravam, à espera de que todos se juntassem, numa pequena casa situada nas alturas do monte Píncio, perto do mosteiro de Trinitá dei Monti. Como era habitação estreita e afastada do centro da população, alguns amigos e bemfeitores tomaram de aluguel uma casa no mais interior da cidade, e persuadiram a Inácio que a fôsse habitar com os seus para maior comodidade e fruto de seus trabalhos. Nesta finalmente se reüniram os dez apóstolos depois da Páscoa de 1538, que nesse ano caíu no dia 21 de abril [1].

---

[1] O P. Simão Rodrigues, como se tira do contexto de sua relação (Rodrigues, *Mon.*, 498), não habitou na primeira casa da *Trinitá dei Monti*, mas ao chegar de Pádua tomou logo assento na segunda casa em que já

Não puderam logo apresentar-se ao Sumo Pontífice Paulo III a oferecer-se-lhe à sua particular obediência em cumprimento do voto de Montmartre, porque se tinha no dia 23 do março precedente pôsto em viagem para Niza, a-fim de tratar da reconciliação de Carlos V e Francisco I, então inimigos declarados (1). No entanto, como não podiam ter mão nos estos do santo zêlo que os incendia, começaram a trabalhar intensamente na salvação dos próximos. Dirigiram-se, para obter as faculdades precisas, ao cardeal napolitano, João Vicente Carafa, que na ausência do Papa governava em Roma com o título de Legado de Sua Santidade. Deu-lhas o cardeal a três de maio daquele ano na extensão que êles podiam desejar, autorizando-os a prègar e a ouvir confissões em Roma e seu distrito, bem como em qualquer parte do mundo, sem precisão de nova licença de ninguém, e a administrar a eucaristia e os outros sacramentos com a anuência dos párrocos e sem prejuízo de seus direitos. O motivo de tão ampla faculdade declarava-a êle na mesma carta que a outorgava: «A sciência, dizia, o zêlo sincero e religião, em que sabemos vos assinalais, merecem que vos concedamos privilégios singulares e favores condignos» (2).

Com tão honrosa autorização deram os ferventes apóstolos largas ao desejo insaciável de encaminhar os homens para o céu. Dividiram-se por vários templos da cidade, e saíam também pelas praças públicas anunciando em tôda a

---

moravam seus companheiros. Nos fins dêsse ano de 1538 mudaram mais uma vez de residência, e foram estabelecer-se numa casa de António Frangipani, junto da Tôrre del Melangolo, situada na moderna rua dei Delfini, n. 16, como supõe com bom fundamento Tacchi Venturi. Cf. Tacchi Venturi: *Le case abitate in Roma da S. Ignazio*, pag. 13, 34, *Storia*, II, 181; Rodrigues, *Mon.*, 500-501. Em 26 de julho de 1540 escrevia de Lisboa Francisco Xavier ao P. Inácio com esta direcção: apresso Torre Maramgulo (sic) in la stancia di Mr. Antonino Freapane (sic). *Mon. Xav.*, I, 223. Desta casa tinham saído em março dêsse mesmo ano para a missão da Índia Francisco Xavier e Simão Rodrigues.

(1) Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 138, 140; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 150.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 548-549. O diploma em que se concedem estas faculdades tem a data de 3 de maio de 1538.

parte a palavra de Deus, chamando o povo à penitência, exortando-o ao serviço e amor do Sumo Bem, convidando a todos à freqüência dos sacramentos da confissão e comunhão, e ensinando aos meninos e ignorantes os rudimentos da doutrina cristã (1). A Simão Rodrigues coube a igreja de S. Ângelo in Pescheria, onde prègava na língua italiana, e a Francisco Xavier a de S. Lourenço *in Damaso* (2).

Tão de alma e coração se metiam êles ao trabalho edificante, que se esquèciam inteiramente, assim o refere Simão Rodrigues, do sustento e de si mesmos, e só, quando saíam da igreja pelas horas do meio dia, se recordavam que era preciso tomar algum alimento e reparar as fôrças. Chegados à sua pobre habitação e não encontrando nada, voltavam, já fora de horas e cansados, a percorrer as ruas e a mendigar pelas portas o bastante para cobrar alento e poderem continuar na sua lida apostólica. Observa o mesmo P. Simão que exultavam de íntimo contentamento em meio de tão laboriosa fadiga (3). O fruto que recolhiam, compensava-lhes exuberantemente as canseiras, porque o povo romano acudia com tanta sofreguidão a aproveitar-se daquele bem, que apenas bastavam êles a satisfazer os desejos de todos (4).

Afora essas ocupações ainda Laines e Fabro por incumbência de Paulo III, ensinavam na Universidade da Sapienza aquele teologia escolástica e êste positiva (5), e eram alguns dêles chamados de quinze em quinze dias a disputar com

(1) Rodrigues, *Mon.*, 498-499.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 119, 146; Polanco, I, 64; Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XIII; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 151.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 499; Polanco, I, 65; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 151-153.

(4) Rodrigues, *Mon.*, 499.

(5) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, 138. Carta do P. Inácio, de 19 de dezembro de 1538. Simão Rodrigues e Laines escrevem que os dois lentes ensinavam um teologia escolástica e outro Escritura (Rodrigues, *Mon.*, 499; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 119); mas observa judiciosamente Tacchi Venturi que bem se combina a notícia de Inácio com as dos seus dois companheiros, se admitimos que Fabro ensinando teologia positiva interpretava também os livros sagrados. Cf. Tacchi Venturi, *Storia*, II, 103.

outros doutores em presença do Sumo Pontífice, que os ouvia com particular agrado e satisfação [1].

2. — Mas o zêlo e fervor de espírito com que se dedicavam a fazer bem ao próximo, não os livrou da perseguição nem pôs a coberto contra os dardos de línguas maldizentes. Foi com efeito temerosa a tempestade que sobre êles se desencadeou em Roma naquele primeiro ano de apostolado, e soprava tão ameaçadora, que muitos chegaram a se persuadir e a afirmar que os novos prègadores da Fé seriam finalmente queimados como hereges, ou desterrados para as terras mais afastadas ou ignominiosamente condenados às galés [2]. Eram de tal modo aterrorizadoras as vozes contra êles espalhadas entre o povo, que dois sacerdotes, que pouco antes se lhes tinham juntado para seguirem o mesmo teor de vida, se apressaram a pôr-se em salvo fugindo arrebatadamente da cidade [3]. Os companheiros porém de Inácio, alentados e firmes no testemunho da boa consciência, não arredaram pé do campo, onde tão denodadamente lidavam, esperando confiados na sentença final, que certamente lhes havia de ilibar o nome e a fama [4].

O próprio Padre Inácio, que tão bravas perseguições tinha afrontado desde os primeiros anos da sua conversão, também sentia o pêso enorme da tribulação presente. «Durante oito meses, escreveu nesse mesmo ano, sofremos, a mais rija contradição ou perseguição que nunca em nossa vida passámos. Não quero dizer que nos tenham maltratado em nossas pessoas ou citando-nos a juízo ou de alguma outra maneira, mas espalhando boatos pela multidão e chamando-nos nomes inauditos, nos tornavam suspeitos e odiosos ao povo e levantavam grande escândalo» [5].

A origem desta borrasca foi como vou referir em compêndio. Prègava em Roma na quaresma daquele ano de 1538

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, pag. 499; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, pag. 141; Bobadilha, *Mon.*, 616.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 502.

(3) *Ob. cit.*, pag. 503.

(4) *Ob. cit.*, l. c.

(5) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 137. Carta de 19 de dezembro de 1538.

um frade agostinho, de nome Agostinho Mainardi ou também Agostinho Piemontês, homem douto, de grande autoridade e orador de nomeada (1). O concurso e os aplausos correspondiam à eloqüência do prègador. Mas êle, inficionado como estava de princípios luteranos, ia por entre as admirações do povo incauto semeando a ocultas e simuladamente a cizânia protestante. Os companheiros de Inácio que assistiam às prègações do agostinho, teólogos de vasta e genuína erudição, descobriram sem dificuldade o veneno mortífero que o orador propinava com elegante disfarce. O zêlo que os animava, não lhes permitiu calarem-se. Entre os admiradores do frade agostinho sobressaíam três espanhóis, homens endinheirados e de grande valia na cidade de Roma, onde havia muito tempo que demoravam. Chamavam-se Francisco Mudarra, Pedro de Castilla, e Barrera, e todos três se davam por amigos de Inácio e de seus companheiros. Confiados na boa amizade atreveram-se estes a insinuar-lhes que a doutrina do prègador não era segura, que se precavessem.

Os espanhóis que talvez já tinham, como Simão Rodrigues conjectura (2), absorvido o veneno do êrro, levaram muito a mal a admoestação, trocaram-se de amigos em adversários e começaram a denegrir afrontosamente a fama daqueles que pouco antes pareciam estimar. Polanco refere por sua parte que os zelosos sacerdotes se abalançaram também a avisar fraternalmente o prègador para que retratasse as proposições errôneas que ensinava, mas que, não colhendo fruto da caridosa advertência, se determinaram nas igrejas em que prègavam, a expôr a doutrina contrária aos erros do luterano (3). O certo é que a maledicência lavrava, as calúnias iam avolumando, o povo começava a se retrair de tratar com os Padres, e já se propalava que eram hereges

---

(1) O sobrenome de Piemontês vinha-lhe ao frade eremita de S. Agostinho, da província do Piemonte, onde nascera na cidade de Saluzzo pelos anos de 1482. O P. Simão Rodrigues também lhe exalta a eloqüência chamando-o *eloquens sane vir*. Rodrigues, *Mon.*, 503; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 154.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 504.

(3) Polanco, I, 67.

condenados e tinham a custo conseguido escapar-se, fugindo das prisões de Espanha, Paris e Veneza.

Os cabeças da perseguição souberam meter adeante, para reforçar as acusações, a um certo Miguel Landívar, navarro, que em Paris fôra criado de Francisco Xavier, e depois seguira para Itália os companheiros de Inácio. Aqui pretendera êle ser admitido na Companhia, mas levando a repulsa que sua leviandade merecia, passou-se abertamente ao campo dos adversários, e com êles unido difamava, como arrebatado de fúria, os membros da nascente Corporação. Instigado por aqueles espanhóis apresentou-se deante do governador de Roma, Benedetto Conversini, a fazer sua denúncia. Mas a pouco trecho o governador, examinado o depoïmento perante o acusador e os acusados, descobriu manifestamente a falsidade das imputações, condenou a Landívar como caluniador e expulsou-o da cidade de Roma. Os outros cúmplices, principais urdidores da iníqua trama, continuaram no odioso empenho de difamação, mas escarmentados na desgraça do sócio condenado, furtavam-se a comparecer na presença de juízes, ante os quais Inácio, desejoso de que a verdade aparecesse em tôda a sua luz, os queria levar. Como eram pessoas de crédito e influência na cúria romana e experimentados no manejo de negócios, souberam armar tais enredos com alguns cardeais e outras personagens de autoridade, que embargaram o processo e obrigaram os acusados a andar longo tempo embaraçados nesta dolorosa porfia.

Inácio contudo não perdia o ânimo e instava para que se apurasse definitivamente a inocência dos que êle considerava injustamente caluniados. Por fim e muito a custo obteve que Mudarra e Barrera fôssem citados perante o governador da cidade e o Legado João Vicente Caraffa. Os acusadores declararam simplesmente que tinham ouvido os sermões e práticas daqueles Padres, e que nem na doutrina nem na sua vida se lhes deparara coisa nenhuma que repreender. Com esta pensada astúcia procuravam êles que se pusesse, sem mais, silêncio naquela causa. O Legado e o governador, ìntimamente conhecedores da pureza de doutrina e inocência de Inácio e seus companheiros, deram por bastante aquela declaração verbal dos

acusadores, e queriam que nem contra estes nem contra os mais houvesse ulteriores diligências, mas tudo se lançasse ao esquècimento. Assim o julgavam também outros prelados, e assentiam os próprios companheiros do santo fundador. Êste porém, que tinha tanto a peito a boa reputação de sua Companhia, e avisadamente providenciava para o futuro, não desistiu do propósito de conseguir finalmente uma sentença judicial.

Entretanto voltava a Roma Paulo III pelos fins de julho. Um amigo de Inácio e também dois dos perseguidos apresentaram-se ao Papa e suplicaram-lhe humildemente ordenasse que se inquirisse da vida e doutrina dos Padres, que êles se prontificavam de muito bom grado a serem guardados em prisão até que se apurasse e decidisse a causa. «Já sobejas inquirições, respondeu Paulo III, se tomaram de vossos procedimentos, e bem clara vejo eu a calúnia de vossos acusadores». Contudo prometeu-lhes que procederia como desejavam. Mas passados dias houve de retirar-se a repoisar para os castelos romanos. Inácio não esperou que tornasse a Roma. Foi falar com êle a Frascati, e durante bem cêrca de uma hora o informou pormenorizadamente dos zelosos intentos que os moviam de servir a Deus e da ocasião que os inimigos ora tomaram das perseguições passadas para novamente os acusarem. Por fim lhe suplicou em nome de todos os seus, que mandasse examinar por algum juiz ordinário a sua doutrina e costumes, e se pronunciasse definitivamente sentença ou declaração conforme o averiguado; que lhes era necessário para o ofício de prègar e exortar os outros à virtude, estarem bem conceituados não só deante de Deus mas também deante dos homens, e não haver quem lançasse suspeita nem na sua vida nem nas suas palavras [1].

Moveu-se o Papa do justo arrazoado de Inácio e deu ordem ao governador, que era a justiça principal da cidade de Roma, conhecesse da causa daqueles perseguidos e sentenciasse. Cumpriu exactamente Conversini o que lhe fôra

---

[1] *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 141. Carta citada de 19 de dezembro de 1538.

encarregado, e quando estava a ponto de fechar o processo, entraram providencialmente em Roma três dos juízes que em Alcalá, Paris e Veneza tinham em tempos passados formulado sentença a favor de Inácio perseguido e caluniado.

Eram êles o Dr. João de Figueiroa, vigário geral do arcebispo toledano em Alcalá, o Dr. Mateus Ori, dominicano e inquisidor em Paris e o Dr. Gaspar dei Dotti, vigário geral em Veneza do Núncio Apostólico Varalli [1]. Todos três pERoraram em defêsa de Inácio deante do governador. Apoiado nestes testemunhos, nos de outras personagens de crédito e em cartas de recomendação e elogio enviadas de Bolonha, Ferrara e Sena, pronunciou finalmente Benedetto Conversini a sentença a 18 de novembro de 1538 declarando que eram de todo insubsistentes e falsas as imputações dos adversários, e que Inácio e seus companheiros saíam daquela nuvem de importunas delações não sòmente sem nódoa no seu nome e reputação, mas ainda muito acreditados pela pureza de vida e brilho de sã doutrina. [2].

Respiraram com esta decisão oficial os afligidos apóstolos do bem. Alegraram-se no íntimo da alma não certamente da humilhação e descrédito de seus inimigos, nem do próprio louvor e exaltação, mas só do triunfo da verdade que, assim clara e pùblicamente manifestada, lhes deixava o campo aberto e livre para trabalharem na salvação do próximo e glorificarem a Deus. Nem outros afectos menos nobres transparecem das palavras que escreveram a propósito do julgamento. «Sabemos muito bem, são expressões de Inácio, que não evitamos com êste facto maledicências para o futuro; nem foi esta jàmais a nossa pretensão. Apenas quisemos olhar pelo crédito de pura doutrina e vida sem

(1) Rodrigues, *Mon.*, 505; Polanco, I, 69.

(2) ...«Quamobrem nostrarum esse partium judicavimus pronuntiare et declarare, sicut pronuntiamus et declaramus praedictum dominum Ignatium et socios, ex praedictis delationibus et susurris, non solum nullam infamiae notam sive de jure sive de facto incurrisse; verum potius maiorem vitae atque doctrinae sanae claritatem retulisse... Datum Romae, in aedibus nostris, die decimo octavo Novembris 1538. Benedictus Gubernator qui supra. Rutilius Futius, secretarius». *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª I, 628; Rodrigues, *Mon.*, 506.

mancha. Não se nos dará muito, com a graça de Deus que, nos chamem ignorantes, rudes, e faltos de eloqüência, ou ainda perversos, impostores e levianos, mas o que não podíamos sofrer é que se apregoasse como falsa a doutrina que prègávamos, e mau o teor de vida que seguíamos: porque nem uma nem outra coisa era nossa, mas só de Cristo e da sua Igreja» (1).

Do mesmo elevado sentimento dera poucos dias antes prova Nicolau Bobadilha quando, escrevendo ao duque de Ferrara, prevenia os reparos dos que porventura tachassem de rigoroso em demasia e menos caritativo o empenho com que se levara o processo até último têrmo. «Cuidamos poder ficar satisfeitos, escreve êle, por haver cumprido o a que Deus e nossas consciências nos obrigavam... Porque assim como é grande merecimento levar com paciência as próprias injúrias, assim também, por motivo contrário, seria culpa grave e êrro sofrer ou dissimular as que vão contra a honra de Deus; e do mesmo modo que nos é necessária a boa vida para a nossa própria salvação, assim precisamos do bom nome para trabalhar na salvação dos próximos, que se queiram aproveitar de nosso ministério. Foi êste precisamente o fim que nos propusemos: que tudo redundasse em maior glória de Deus, persuadidos que tudo sucedera e viera de sua mão divina para defender a sua honra, que para a nossa não necessitamos de defêsa, pois só ansiamos suportar os trabalhos da cruz contra tôdas as perseguições do mundo até chegarmos à paz perpétua da glória celeste» (2),

Também na côrte de Lisboa repercutiram meses depois as alegrias e os aplausos dêste acontecimento, levados por Simão Rodrigues e Francisco Xavier. O rei, a raínha, e os áulicos todos folgaram de saber como viera a lume a verdade caluniada, davam-lhes o parabém edificados de que tivessem prosseguido com a causa até se promulgar a sen-

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 135-136. Carta de Inácio a Pedro Contarini, de Roma a 2 de dezembro de 1538.

(2) Bobadilha, *Mon.*, 13. Carta escrita de Roma a Hércules II, duque de Ferrara, a 26 de novembro de 1538.

tença, e ponderavam que, se de outra sorte procedessem, nunca lograriam fazer fruto nas almas (1). Estes foram os elevados pensamentos dos acusados, já reconhecidos e louvados como inocentes. Os acusadores e adversários bem mostraram nos anos seguintes o que eram, pela maneira como viveram e acabaram. O frade piemontês uns três anos depois arrancou a máscara da simulação, declarou-se apóstata e luterano, e fundou a comunidade herética de Chiavenna na Lombardia, onde faleceu em 1563 (2). Barrera, colhido por doença pouco depois da perseguição, morreu em Roma detestando os erros em que se precipitara; Mudarra, depois de ter sido por duas vezes condenado por luterano, conseguindo fugir do cárcere, foi queimado em estátua, e Pedro de Castilla, igualmente convencido de herege, sofreu a pena de cárcere perpétuo; mas emfim tocado de arrependimento acabou reconciliado com Deus, e assistido caridosamente pelo P. Diogo de Avelaneda da Companhia de Jesus (3).

Serenada a tormenta e amainadas as ondas, como refere Simão Rodrigues (4), dissipou-se a escuridão, que por êsses dias de desassossêgo envolvera os ânimos dos homens, e com a luz que novameute resplandecia, desfizeram-se as opiniões e suspeitas que da calúnia se tinham levantado contra a inocência daqueles apóstolos. O povo, já sem receio nem desconfiança, acudia numeroso a escutá-los. Foi então que se deu o facto memorável de salutares e grandiosas conseqüências para a Igreja e propagação da Fé. Em cumprimento do voto pronunciado em Montmartre, os dez varões apostólicos, que brevemente seriam as pedras fundamentais de uma nova Religião, apresentaram-se deante do Sumo Pontífice Paulo III, e entregaram-se inteiramente à sua obediência para trabalharem na Igreja de Deus em tôda a parte, e chegarem até, se assim lho mandassem, aos últimos confins da terra.

---

(1) *Mon. Xav.*, I, 214.

(2) Tacchi Venturi, *Storia*, II, 174.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 751. Sôbre tôda esta perseguição veja-se: Rodrigues, *Mon.*, 502-507; Polanco, I, 67-69; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 137-143; Bobadilha, *Mon.*, 9-12; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 307, 627; Boehmer, *Studien*, I, 220-235; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 153-178.

(4) Rodrigues, *Mon.*, 507.

Aceitou o Papa com regozijo aquele generoso oferecimento, e significou-lhes que demorassem por algum tempo na cidade de Roma, e frutificassem para a glória de Deus [1]. Pedro Fabro considerou êste acontecimento como singular benefício da Providência Divina, e olhava-o como que o fundamento da Companhia de Jesus [2].

3. — Não faltou logo aos beneméritos sacerdotes ocasião esplêndida de patentearem a sua dedicação e caridade heróica, e demonstrarem com as obras que eram merecedores dos encómios com que a sentença os exalçara. Nos últimos dias de 1538 começou a cidade de Roma a ser atribulada por uma carestia de víveres tamanha, que não havia memória de outra que a igualasse. O inverno extraordinàriamente rigoroso agravava a miséria já excessiva com as neves e frios insuportáveis, com as chuvas continuadas e trovoadas temerosas. «Os pobres, assim o descreve Simão Rodrigues, jaziam por tôda a parte nas ruas e nas praças enregelados de frio, e por lá se finavam de noite, acabados pela fome e desamparados de todo o socorro. Ninguém dêles cuidava, ninguém lhes oferecia hospedagem, ninguém se comovia com a desgraça daqueles infelizes» [3].

Então Inácio e seus fiéis companheiros, movidos de compaixão e determinados a socorrer, quanto em si coubesse, a tantos desventurados, saíam de noite em busca dos pobres que iam encontrar pelas ruas ao desamparo, traziam-nos para casa, lavavam-lhes os pés, deitavam-nos em leitos que podiam haver, ou em camas de pobre palha, que êles próprios acarretavam donde podiam, acendiam-lhes fogo com a lenha que por sua indústria lhes alcançavam, matavam-lhes a fome com o pão que por esmola pediam, e para lhes alentarem também o ânimo com a esmola espiritual, ensinavam-lhes a doutrina cristã e as orações que deviam aprender. Chegaram a recolher na estreiteza de sua casa até trezentos ou quatrocentos necessitados! [4]

---

(1) Fabro, *Mon.*, 498; Rodrigues, *Mon.*, 498; Bobadilha, *Mon.*, 16; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 132.

(2) Fabro, *Mon.*, 498.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 499-500.

(4) *Ob. cit.*, l. c.

Com exemplo de tão sublime dedicação praticado por uns sacerdotes indigentes, que também de esmolas se sustentavam, despertou-se na cidade o sentimento da caridade cristã. Homens abastados e personagens constituídas em dignidade começaram a repartir largamente com os famintos, da abundância que os rodeava; alguns até foram de noite com fachos acesos nas mãos a casa dos Padres para verem com seus olhos aquele espectáculo de comovida piedade. Nem faltava quem picado de um sentimento de remorso salutar exclamasse: «E não nos envergonharemos nós ao vermos estes homens tão pobres, que teem míngua do necessário, praticarem obra de tanto lustre, tão grandiosa e tão santa, emquanto nós na abundância em que vivemos, nos ficamos com os braços cruzados»? (1) Não se limitaram porém à palavras de admiração. Por diligência dos iniciadores da caridosa emprêsa recolheu-se grande cópia de dinheiro. Com êle se puderam abrigar grande multidão de pobres em hospitais, aonde acudiam a servi-los os mesmos que lhes procuraram aquele bem, e se provia a uns dois mil que viviam na indigência, dispersos por muitas casas da cidade (2).

Esta nobilíssima demonstração de caridade desinteressada granjeou a Inácio e a seus nove discípulos aumento notável de crédito e boa afeição, e dissipou as últimas sombras das calúnias que nos meses anteriores lhes tinham tocado na fama. Já se lhes queriam juntar, para abraçarem a mesma vida, alguns sacerdotes de boa piedade, e desejosos de os imitarem trabalhando na salvação do próximo e no conseguimento da própria perfeição (3). Era a ocasião propícia, marcada pela Providência, para lançarem os olhos para o futuro e tratarem de estabelecer definitivamente a nova Religião.

4. — De feito fortificados com a sentença, que lhes desembaraçava o caminho às expansões do zêlo, animados com o fruto que tão copiosamente recolhiam e com a aceitação

(1) *Ob. cit.*, 500.
(2) *Ob. cit.*, l. c.; Polanco, I, 65, 66; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 181-185.
(3) Rodrigues, *Mon.*, 502.

que mais e mais encontravam, e convidados também pelos que vinham pedir os recebessem a ter parte na mesma vida e trabalhos, começaram a pensar se não conviria que formassem corporação duradoira, para que, depois da morte dos primeiros, deixassem herdeiros genuínos de seu espírito, zêlo e vocação. Até êsse tempo nunca tinham tido pensamento ou propósito de constituir Ordem religiosa, mas só de se consagrarem até à morte a procurar, quanto suas fôrças o permitissem, a salvação dos próximos (1). Agora porém que se aproximava o tempo de se dividirem, à ordem do Sumo Pontífice, para diversas partes em desempenho de missões que êle lhes havia de confiar (2), lembraram-se naturalmente de reflectir se aquela pequena Companhia, com tanto amor e entusiasmo reünida na cidade de Paris, e estreitada tão íntima e santamente sôbre o monte dos Mártires no dia 15 de agôsto de 1534, se devia desmembrar, ou pelo contrário, se haviam de conservar-se e apertar mais ainda os vínculos da caridade e mútua solicitude e dependência, de modo que nunca viessem a desunir-se nem quebrar-se. Já nos últimos dias de 1538 Inácio, solícito certamente do futuro dos companheiros que êle em tôrno de si congregara, escrevia sôbre os intentos e esperanças que nasciam em sua alma: «Assim agora, se não fazemos vida em comum, temos todos um só ânimo para nos concertarmos para o tempo adeante: e esperamos em Deus que bem de-pressa o disporá de modo que em tudo êle seja mui servido e louvado» (3).

Para tomarem definitiva resolução em negócio de tão relevantes conseqüências, reüniu Inácio os seus companheiros nos meados da quaresma de 1539. Já desde os fins do ano anterior se tinham passado, como dissemos, a nova casa que alugaram perto da Tôrre de Melangolo. Naquele recinto se celebraram as famosas assembléias em que se discutiu e assentou a fundação da Companhia de Jesus (4). Durante o

(1) Polanco, I, 70; Bobadilha, *Mon.*, 616, n. 11.

(2) *Const. Lat. et Hisp.*, 297.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 143. Carta citada acima, de dezembro de 1538.

(4) Vejam-se as actas destas sessões em *Const. Lat. et Hisp.*, pag. 297 segg.

dia ocupavam-se nos ministérios sacerdotais, oravam, meditavam cada um de per si no assunto sôbre que haviam de tratar, e no sossêgo da noite deliberavam em comum e resolviam por unanimidade ou maioria de votos. Três meses duraram estas deliberações prolongando-se até à festa de S. João Baptista a 24 de junho.

A primeira questão que se estudou e debateu era de capital importância, pois decidia da sorte daquela Corporação. Perguntava-se e submetia-se à discussão de todos, se haviam de formar um só corpo e ficarem unidos pelos laços espirituais do amor e cuidado recíproco, ainda que vivessem corporalmente muito afastados. Não foi dificultosa nem demorada a resolução. Todos de comum acôrdo naquela mesma noite convieram inabalàvelmente, quanto dêles dependia, «em que, pois Deus na sua clemência e piedade se dignara uni-los mùtuamente e congregá-los sendo êles tão fracos, e de nações e costumes tão diversos, não deviam romper os laços com que Deus os ligara, mas reforçá-los cada dia mais constituindo-se em Corporação para se ajudarem uns aos outros e combinarem as fôrças em maior proveito das almas, sendo que também a virtude unida ganha mais fôrça e robustez para levar a cabo as mais árduas façanhas, do que se for dividida e dispersa por muitos lados» (1).

Vinha agora a segunda questão que era o complemento da primeira, porém mais dificultosa de resolver pelas incertezas com que se apresentava, e de mais vasto alcance. Propunha-se pois se aquela sociedade ou Companhia se havia de transformar em verdadeira Religião, de modo que todos fizessem voto de obediência a um superior que a todos governasse. Cônscios das momentosas conseqüências daquela hora decisiva, gastaram primeiro muitos dias em oração e consideração da emprêsa que os trazia suspensos, e, não lhes brilhando ainda na mente luz que os esclarecesse, houve quem propusesse que se retirassem todos ou só três ou quatro a um deserto por trinta ou quarenta dias para se entregarem inteiramente à meditação e penitência, e

(1) *Ob. cit.*, pag. 298.

alcançarem de Deus iluminações bastantes a dissiparem tôda a indecisão.

Não tiveram por prudente esta retirada para não darem aso a suspeitas e murmurações na cidade; mas determinaram permanecer em Roma e continuar os santos ministérios, empregando as três indústrias seguintes, admiráveis de simplicidade e prudência, para chegarem ao que pretendiam: que procurasse cada um na oração, na meditação e no santo sacrifício tal disposição de alma, que viesse a encontrar paz e gôzo celeste na obediência, e se inclinasse quanto lhe fôsse possível com a afeição da boa vontade, mais a obedecer que a mandar, se fôsse igual, numa e noutra coisa, a glória de Deus e de sua Divina Majestade; depois, que nenhum dissesse a outro palavra daquele assunto, nem perguntasse as razões que lhe faziam fôrça, para se não mover por alheia persuasão nem para um lado nem para outro, mas só escolher o que na oração e particular exame reconhecesse por mais conveniente; emfim que se considerassem alheios àquela Corporação e entretanto pusessem de parte o pensamento e desejo de lhe vir a pertencer, para julgarem livres de qualquer inclinação, e aprovarem, como estranhos, ùnicamente o que fôsse mais conducente ao maior serviço de Deus e conservação da Companhia [1].

Com esta bem equilibrada disposição de ânimo, resolveram no dia seguinte reünir-se para cada um propor as razões que se lhe antolhavam contra o voto de obediência, e no outro dia, em nova sessão, as que se lhe representavam a favor. À hora marcada, depois dos trabalhos e meditações do dia, juntaram-se para a discussão. Lembrava um dêles, por exemplo, que o nome de Religião e obediência andava infelizmente por nossos pecados menos bem conceituado no povo do que o devia ser. Outro acrescentava que talvez o Sumo Pontífice, se quisessem viver em obediência, os obrigaria a professar sob alguma regra antiga que os estorvasse de trabalhar na salvação das almas, que eram, com o cuidado da própria perfeição, os seus únicos desejos, agradáveis, como criam, a Nosso Senhor Jesus Cristo. Ponderava

(1) *Ob. cit.*, 299.

um terceiro que, se prestassem obediência a um superior, podia suceder que poucos entrassem na Companhia a tomar parte em seus trabalhos, por serem poucos os obreiros verdadeiramente dedicados e muitos os que mais buscam a satisfação da própria vontade do que os interêsses de Jesus Cristo e a perfeita abnegação. Do mesmo modo prosseguiram os demais discorrendo sôbre os inconvenientes de se introduzir na Corporação o vínculo da obediência.

No dia seguinte porém contràriamente aduziram as razões que persuadiam a necessidade ou proveito da sujeição religiosa. Argumentavam e defendiam, ora um ora outro, que, se faltasse o jugo suave da obediência, todos se esquivariam a cuidar das coisas temporais, descarregando nos outros êsse pêso, como já tinham de outras vezes experimentado; que, se a Congregação se governasse sem obediência, não poderia conservar-se nem durar por muito tempo, o que era directamente contra a primeira intenção de perpetuar a Companhia; que a obediência, que é o mais poderoso sustentáculo da vida das corporações, se tornava particularmente necessária para uma sociedade, cujos membros andariam sem descanso em contínuas fadigas com perigo de se desgregarem pela dureza dos trabalhos; que essa virtude gera por sua natureza acções heróicas, pois o que vive em obediência está disposto a executar quanto lhe fôr mandado, ainda que sejam coisas excessivamente dificultosas e tais que o exponham à confusão, aos risos e ao desprêzo do mundo; que nada como a obediência tanto humilha e abate a soberba e a arrogância, porque, seguindo sempre o juízo e vontade alheia, cede a todos e anda unido estreitamente com a humildade, que é inimiga da soberba; que, não obstante prestarem obediência total ao Sumo Pontífice e Pastor, não podia êle ocupar-se das coisas particulares e que dia a dia sucedem, nem ficava bem à sua elevada posição que nessas minudências se houvesse de intrometer.

Dêste modo foram durante muitos dias ponderando e discutindo as razões que por um lado e outro se ofereciam, até que pelos meados de abril, depois de muito meditar e orar, vieram finalmente a uma resolução definitiva. Todos assentaram, sem exceptuar um só, que era mais conveniente

e necessário que se rendesse obediência a um dentre êles, para que realizassem mais perfeitamente seus primeiros desejos e mais seguramente se conservasse a Companhia (1). Para ratificar e confirmar esta gravíssima determinação, acercaram-se todos, no dia 15 de abril, do altar em que celebrava o santo sacrifício o P. Pedro Fabro, e antes de receberem o corpo de Cristo na comunhão, declararam, depois de interrogados um a um pelo celebrante, que queriam formar todos unidos uma Religião, se assim aprouvesse a Deus e ao Sumo Pontífice, e prometiam nela entrar (2).

Estavam lançadas as bases para a fundação da Companhia de Jesus. Ficou-nos por escrito memória do acto solenissimo, exarada pela mão de Pedro Fabro e assinada por todos. O nome de Simão Rodrigues é o penúltimo e segue-se imediatamente ao de Inácio. Conservemos nestas páginas o importante documento: «Eu, abaixo assinado, declaro na presença de Deus Omnipotente, da Santíssima Virgem Maria e de tôda a côrte celestial, que depois de ter feito oração a Deus, e reflectido maduramente, por minha própria deliberação julguei ser mais conveniente para a glória de Deus e perpétua conservação da Companhia, que haja nela voto de obediência; e livremente me ofereço, bem que sem voto nem obrigação nenhuma, a entrar na mesma Companhia, se ela fôr aprovada por nosso Senhor o Papa. Em memória desta determinação, que reconheço por dom liberal da mão de Deus, com ela me aproximo, ainda que indigníssimo, da sagrada comunhão. Têrça-feira, 15 de Abril de 1539» (3).

Assentados os dois pontos fundamentais, procederam a novas deliberações para melhor determinarem o espírito e leis que haviam de animar e reger a nova Religião que co-

(1) «Nullo prorsus dissidente conclusimus: nobis expedientius esse et magis necessarium praestare obedientiam alicui ex nostris, ut melius et exactius prima nostra desideria... exsequi possimus et ut tutius conservetur Societas». *Ob. cit.*, 299.

(2) Bobadilha, *Mon.*, 616-617, n. 12.

(3) Cf. *Cartas de San Ignacio*, I, 424, onde o documento se reproduz em castelhano, e *Acta Sanctorum*, Julii, VII, *Comment. praev. de S. Ignatio*, n. 288, onde se publica em latim, conforme o autógrafo de Pedro Fabro.

meçava a surgir naquelas dez primeiras colunas. O processo de discussão foi o mesmo, e durou até 24 de junho de 1539, e as actas, redigidas pela mão de Pedro Fabro, conservaram-nos em compêndio as conclusões a que chegaram. Para fazermos conceito da direcção que tomava o novo Instituto, que, se bem se conformava, no que era essencial, às outras Ordens que o procederam, diferia notàvelmente de tôdas elas por distintivos muito particulares, apontaremos algumas das principais determinações.

Todos os que entrassem na Companhia eram obrigados a fazer voto expresso de obediência ao Sumo Pontífice, pelo qual se ofereciam a ir em missão, por ordem sua, a qualquer parte do mundo, quer fôssem terras de fiéis quer de infiéis. Cada membro da Companhia havia de ensinar cada ano aos meninos durante quarenta dias a doutrina cristã. Ao superior é que havia de pertencer a determinação do ministério que o súbdito desempenharia em qualquer lugar, onde fôsse enviado. Os que houvessem de ser no futuro admitidos à Companhia, deviam, antes de entrar ao ano de provação, passar três meses em Exercícios Espirituais, em peregrinações e em servir os pobres nos hospitais ou noutra parte. O Superior Geral, que teria o cargo de governar a Corporação, seria eleito para tôda a vida. Aceitar-se-iam igrejas e casas para habitação, de modo porém que não tivessem sôbre elas direito nenhum de propriedade. No receber e despedir noviços o superior tomaria conselho com alguns membros da Companhia, mas a êle só competia geralmente o direito de última decisão (1).

Tais foram, com poucas mais, as leis que se formularam naquelas memoráveis sessões, e constituíram o esbôço inicial do Instituto da nova Congregação. Trabalho de elaboração posterior as havia de corrigir, aperfeiçoar e aumentar até formarem definitivamente o código completo das Constituïções da Companhia de Jesus. O secretário rematou as actas observando que no dia de S. João Baptista concluíram com suavidade e unânime concórdia as deliberações, para as quais

---

(1) Cf. *Const. Lat. et Hisp.*, 300-301.

se preparavam com grandes vigílias, muita oração e trabalho do espírito e do corpo [1].

5. — Antes de terminarem estas reüniões, já dois dos que nelas tinham parte, começavam a pôr em execução a obediência particular com que se entregaram à disposição do Sumo Pontífice. Foram êles Pascásio Broet e Simão Rodrigues, aos quais coube a honra de serem os primeiros que desempenharam missão encarregada pelo Papa, depois de lhes terem rendido obediência. Já no comêço daquelas deliberações lhes tinha sido comunicado por ordem do Pontífice que dois dêles haviam de partir para a cidade de Sena, mas, como a intimação lhes consentia adiar a via-

---

[1] *Ob. cit.*, 299. — Estas deliberações e as incertezas que elas supõem, contradizem, como vê o leitor erudito, às afirmações de muitos escritores que desde o século XVII até nossos dias asseveram ter tido Inácio em Manresa revelação da Companhia de Jesus que havia de fundar. Assim é. Todo o processo da vida do Santo nos primeiros vinte anos depois de sua conversão e testemunhos irrefragáveis de autores coevos demonstram que êle e seus companheiros só depois de se reünirem na cidade de Roma, em 1538, trataram de fundar Ordem religiosa. Inácio na peregrinação que fizera a Jerusalém, tivera primeiro pensamento de ficar na Palestina por devoção àqueles lugares santos; depois no voto que fizera com seus companheiros de ir segunda vez em peregrinação à Terra Santa, incluía a hipótese de gastar a vida na evangelização dos infiéis daquela região (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 85-86, 114; Rodrigues, *Mon.*, 457-458); e em Barcelona, no princípio de seus estudos, andara em deliberação de entrar nalguma Ordem já existente ou de passar a vida peregrinando pelo mundo. Ora todos êstes factos são incompatíveis com a suposta revelação de que havia de fundar a Companhia de Jesus.

As declarações porém de Inácio e dos que com êle viveram, levam-nos à mesma conclusão. Em 1553 escreveu-se de Roma, por ordem do santo fundador, a Bolonha, ao P. Francisco Pálmio, a dizer-lhe que *os primeiros que em Paris juntou nosso Padre Inácio, e êle, não se trasladaram a Itália para fundar nenhuma Religião, mas para passarem a Jerusalém e prègar e morrer entre infiéis* (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, V, 259). Laines também escreveu que *nossa primeira intenção desde o tempo em que estávamos em Paris... não era instituir Congregação* (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 114). O mesmo expressamente referem Bobadilha (*Mon.*, 617), Polanco, I, 50, 69-70, 79, *Compl.*, I, 109; Ribadaneira, II, 504, e outros. De tudo concluímos que Deus é que se mostrou admirável em seu Santo, emquanto o foi secreta e providencialmente encaminhando à fundação da Companhia de Jesus. Cf. Tacchi Venturi, *Storia*, II, 119 segg.

gem para ocasião que lhes fôsse mais cómoda, puderam demorar-se até determinarem os pontos fundamentais da Constituïção da Companhia [1]. Devem ter saído de Roma no mês de maio levando em sua companhia um jovem de nome Francisco Estrada, que já então começava a ganhar crédito de eloqüente orador [2].

O encargo que lhes cometiam, era, como observa Simão Rodrigues, sobremaneira difícil e melindroso. Tratava-se de reformar o convento de S. Próspero e S. Inês, de freiras da Ordem benedictina, para as reconduzir à observância religiosa, de que viviam afastadas [3]. Já o arcebispo de Sena, Francisco Landini, o famoso dominicano Ambrósio Catarino e outras pessoas de autoridade se tinham empenhado em levar a efeito a reforma, que tão necessária lhes parecia, mas foram debalde os esforços de todos.

Houveram-se porém agora com tamanha destreza os dois enviados, que as freiras entraram finalmente, com grande proveito seu, mas também com grande paz e consolação, no caminho da perfeita obediência da sua regra. Os Padres prègavam no convento, ouviam de confissão as religiosas, alentavam com seus conselhos e confirmavam no bom propósito as remissas e inconstantes, e formavam-lhes o espírito na sciência e prática das coisas divinas. Com estas diligências lograram vencer todos os obstáculos, e o sucesso foi tal, que não havia esperá-lo melhor nem mais consolador [4].

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 201-203, 509; *Const. Lat. et Hisp.*, 298.

(2) Orlandini, II, 69, refere que os Padres partiram para Sena no mês de maio sem determinar o dia. Tacchi Venturi advertidamente observa que a 3 de maio já deviam estar em caminho, porque faltam as suas assinaturas nas decisões tomadas naquele dia por Inácio e companheiros (Tacchi Venturi, *Storia*, II, 197², 215). O P. La Tôrre, por equívoco, meteu a assinatura de Pascásio Broet entre as dos que realmente subscreveram aquelas decisões (*Const. Lat. et Hisp.*, 301). Cf. Tacchi Venturi, *Ob. cit.*, pag. 198 (a).

(3) Rodrigues, *Mon.*, 509-510; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 215.

(4) *Mirum profecto fuit quantum ipsis difficultatis hoc negotium exhibuerit... Nihilominus... res ita peracta est, ut felicior sperari exitus certe non posset.* Rodrigues, *Mon.*, 510. — O vetusto convento veio no andar dos anos a desaparecer mais por injúria dos homens que do tempo, como diz Tacchi Venturi, *Ob. cit.*, l. c.

Não circuscreveram os bons Padres ao recinto do convento a sua acção benéfica, mas alargaram-na com fruto a tôdas as classes de pessoas. Empregaram todavia a maior fôrça de seu zêlo em melhorar de costumes e encaminhar para a virtude os estudantes, jovens de grandes esperanças, que freqüentavam a Universidade de Sena. Para melhor o conseguirem e mais os ganharem com o atractivo da novidade, tomou Simão Rodrigues à sua conta explicar-lhes uma das epístolas de S. Paulo. O resultado foi dos mais felizes. Dentro em pouco entravam num admirável fervor de piedade os jovens de mais distinção e de melhor índole. Freqüentemente purificavam a alma no sacramento da confissão; chegavam-se repetidas vezes à mesa eucarística; visitavam à porfia os hospitais; assistiam aos pobres dia e noite, faziam-lhes as camas, varriam-lhes os aposentos, consolavam os enfermos, animavam os moribundos com palavras de esperança e os robusteciam na fé santa de Cristo (1).

Alguns, acesos em desejos de maior perfeição, quiseram recolher-se em Exercícios Espirituais. Para o fazerem com mais quietação e mais longe do rebuliço e distracções do mundo, alugaram uma casa fora dos muros da cidade em sítio acomodado ao sossêgo da meditação (2). Cada dia os visitava Simão Rodrigues e os dirigia, como mestre de espírito, naquele trabalho espiritual e divinamente fecundo. O fruto dêsse recolhimento era abençoado por Deus (3).

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 510. Simão Rodrigues não nos diz na sua relação, qual dos dois companheiros interpretasse aos jovens universitários a epístola de S. Paulo; mas Orlandini, II, n. 69, Teles, I, 30, Franco, *Imagem... Lisboa*, 56, e os escritores que os seguiram, Boero, *Vita del P. Simone Rodriguez*, pag. 12, Nieuwenhoff, *Leben des hl. Ignatius,* I, 497, Tacchi Venturi, *Storia,* II, 218, teem que o P. Simão é que se encarregara da lição de Sagrada Escritura.

(2) Foi esta a primeira casa que sabemos se destinou ao santo ministério dos Exercícios Espirituais feitos em recolhimento.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 511. Simão Rodrigues, sem nomear nenhum, só refere que um dos Padres ia dar os Exercícios aos que viviam recolhidos na casa. Teles, Franco e Boero, nos lugares citados, atribuem-lhe a êle a direcção dos Exercícios Espirituais, e Tacchi Venturi, *Storia*, II, 219, não se

Notável sobremaneira foi a conversão de um sacerdote, muito conhecido em tôda Sena pela maneira folgazã de seu viver, e pelos gracejos e chocarrices da língua. Compunha comédias com muita arte e graça, e êle próprio subia ao palco e as representava com o desenfado de histrião, descomposto no gesto e livre nas palavras. Tocado porém de arrependimento no retiro dos santos Exercícios, chorou e detestou a sua vida desregrada, e do púlpito da igreja, em hábito de penitente e de corda ao pescoço, pediu com lágrimas ao povo perdão do escândalo que lhe dera. Depois entrou na Religião dos Capuchinhos, onde viveu com muito exemplo e morreu com morte de justo (1).

Entretanto começavam de correr na cidade rumores e suspeitas acêrca daquele misterioso retiramento dos estudantes. Cresceu o ruído e já muitos pensavam em assaltar a casa a-fim de averiguar o mistério, quando Simão Rodrigues, sem ter notícia do que se intentava, mas movido de súbita inspiração, foi ter com aqueles jovens e lhes mandou que voltassem prontamente para a cidade a suas habitações. Apenas tinham saído, chegava em alvorôço grande multidão de homens para libertar, diziam, os estudantes, e destruir, se preciso fôsse, aquela casa. Encontrando-a vazia, contra o que esperavam, tornaram com o desengano para a cidade (2).

Eram porém demasiadas as fadigas para a saúde enfermiça de Simão. Adoeceu êle tão sèriamente, que a sua vida correu perigo. Já desde novembro de 1539 o mal era grave; foi-se contudo sustentando; mas em janeiro ou fevereiro do ano seguinte era forçado a deixar seu companheiro e tornar para Roma chamado por Inácio (3).

6.—Emquanto Simão Rodrigues lidava em Sena, foi-se em Roma desdobrando um sucesso memorável na história

---

decide nem por um nem por outro. As fontes coevas não tiram a dúvida, mas o contexto da narração, que de todo êsse ministério nos faz Simão Rodrigues, inclina-nos a crer que foi êle efectivamente o director dos Exercícios.

(1) Rodrigues, *Mon.*, 511-512. Cf. Tacchi Venturi, *Storia*, II, 219-220.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 511.

(3) *Ob. cit.*, 513; *Epist. Mixtae*, I, 41; Polanco, I, 86.

da Companhia. Terminadas as deliberações dos companheiros que tinham permanecido na cidade eterna, e assentes as bases sôbre que se havia de erguer o edifício da nova Ordem, tornava-se necessário que o Papa sancionasse com sua autoridade suprema a sublime aspiração daqueles dez zelosíssimos sacerdotes, e lhe pusesse a corôa com a solene aprovação da Sé Apostólica. Era por isso mister apresentar-lhe um esbôço das Constituïções que haviam de reger aquela Congregação. Inácio de Loiola, que, assim como reüniu a todos os companheiros e os formou com paternal solicitude, assim era a alma de tôdas as resoluções e emprêsas da nascente Corporação, encarregou-se daquele trabalho e redigiu em *cinco capítulos*, assim lhe chamaram, um como delineamento do Instituto da futura Companhia (1). Para o submeter à aprovação do Papa valeram-se do cardeal Contarini, pessoa de grande crédito e autoridade no Sacro Colégio. Êle, como discípulo que era de Inácio nos Exercícios Espirituais, de bom grado tomou sôbre si o importante encargo (2). Foi-se primeiro ter com Paulo III e de palavra lhe expôs a petição que trazia. Disse-lhe que aqueles mestres de Paris gozavam de bem merecida reputação por sua virtude e exemplo; que muitos louvavam o seu modo de vida, e alguns o queriam abraçar; que êles ardentemente desejavam conservar e aperfeiçoar a união da sua Companhia, e firmar com leis e com o vínculo da obediência o que a experiência lhes ensinara convir para o fim que se propunham; e por esta razão suplicavam a Sua Santidade fizesse examinar aquela como breve fórmula de seu Instituto; e, se fôsse julgada conforme aos conselhos evangélicos, às máximas canónicas e à pureza da religião cristã, se dignasse abençoá-la e aprová-la (3).

Paulo III que tinha desde o princípio formado grande conceito e ganhado elevada estima daqueles edificativos sacerdotes que o cardeal lhe recomendava, anuíu de bom grado ao que se lhe pedia e confiou imediatamente a fr. Tomás

---

(1) Polanco, I, 71, 80; Orlandini, II, 82.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 509; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 294.

(3) Veja-se a minuta da bula de fundação da Companhia em Tacchi Venturi, *Storia*, I, 557.

Badia, dominicano e mestre do Sacro Palácio, o exame dos *cinco capítulos* (1). Decorridos dois meses o revisor devolveu-os com o atestado, por escrito, de que tudo neles era «piedoso e santo» (2). Sem demora se redigiu a minuta de Letras Apostólicas com inserção dos *cinco capítulos,* e no dia dois de setembro de 1539 a remeteu Inácio, com o parecer escrito de Tomás Badia, ao cardeal Cartarini. Levou-lha a Tívoli, onde então repoisava com Paulo III, o jovem espanhol António de Araoz, que já desde o princípio de 1539 se juntara aos companheiros de Inácio (3).

No dia três leu Contarini os *cinco capítulos* ao Papa. Êste, terminada a leitura, exprimiu a muita satisfação que recebera, e exclamou: *Está aqui o dedo de Deus*, ou, segundo outros referem, *está aqui o espírito de Deus.* Logo fazendo sôbre êles com a mão o sinal da cruz, disse: *Abençoamos*, *louvamos e aprovamos* (4). Contarini apressou-se a dar naquele mesmo dia a boa nova a Inácio, e em forma autêntica atestou a aprovação papal e a concessão de que se fizesse o breve ou bula de confirmação da Companhia. Por êstes termos lavrou o atestado: «Eu Gaspar Contarini, cardeal, faço fé que li em Tívolí a nosso Santíssimo Papa os *cinco capítulos*, acima escritos,... e que Sua Santidade, depois de os ter ouvido, os aprovou e concedeu se fizesse bula ou breve, como melhor parecesse, segundo a relação do Reverendo Mestre do Sacro Palácio, a quem sua Santidade por intermédio de mim ordenara que, depois de bem considerar,

---

(1) *Ob. cit.*, I, 557-558, 566.

(2) *Ob. cit.*, pag. 558.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 360.

(4) Rodrigues, *Mon.*, 509; Ribadaneira, *Vita*, ed. 1572, cap. 76; Maffei, *Ignatii Vita*, L. II, C. XII; Orlandini, II, n. 82. Os três últimos autores, nos lugares citados, empregam a expressão *Spiritus Dei est hic.* Mas Ribadaneira na edição castelhana da *Vida* de Inácio preferiu a frase tirada do Êxodo, VIII, 19, *Digitus Dei est hic*, que foi depois a mais repetida pelos biógrafos do santo fundador. Note-se porém que o escritor espanhol supõe que Paulo III soltara aquela expressão exclamativa não em 1539, mas no ano seguinte, quando o cardeal Guidiccioni, trocado em favor da Companhia, lhe louvou a fórmula do Instituto. Cf. Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XVII.

desse o parecer. O que por mão própria escrevi e assinei» [1]. Os *cinco capítulos* agora oralmente aprovados, logo com pequenas alterações inseridos na bula de confirmação, e acrescentados depois com pormenores elucidativos formam aïnda hoje a lei fundamental da Companhia de Jesus.

7. — Se foi fácil e pronta a aprovação oral, dificultosa e demorada se mostrou a confirmação solene por escrito. Tamanhos embaraços e dificuldades se moveram a estorvá-la, que por mais de um ano se diferiu a publicação da bula prometida com tanto alvorôço pelo Papa. Foi a sorte que experimentaram as grandes e beneméritas Ordens religiosas de S. Francisco e S. Domingos. Também seus santos fundadores encontraram primeiro indecisões, frieza e reluctância contra o pedido de aprovação que submeteram a Inocêncio III, e só depois de muita oração e novas instâncias alcançaram finalmente a bênção e confirmação da Sé Apostólica [2]. Por meios idênticos chegou Inácio a triunfar dos obstáculos que inesperadamente surgiram. Primeiro entregou Contarini a minuta, para ser examinada, ao cardeal Ghinucci, bem conceituado por sua virtude e doutrina, e versadíssimo nos despachos da cúria romana. Fêz êste alguns reparos de não

---

[1] Tacchi Venturi, *Storia*, I, 566. A carta em que o cardeal anunciou a Inácio a aprovação do Papa é dêste teor: «*Rdo Don Ignatio.* Hieri per M. António vostro, hispano, ho ricevuto la estensione delli capitoli insieme con una schedula del Rdo. mastro del sacro pallazzo. Hoggi sono stato con nostro Signore, et oltre la petitione a bocca, ho letto a S. Stá. tutti li cinque capitoli, li quali molto satisfano S. B.ne et benignissimamente li ha approbati et confirmati. Venere verremo a Roma con S. B.ne et si dará ordine col Rmo. Ghinucci di fare il breve o vero bolla...

Di Tivoli 3 di settembre 1539

Vestri amantissimus G. cardinalis Cont.nus»

Mon. Ignat., ser. 1.ª, XII, 360-361.

[2] Francisco de Assis apresentou em 1209 a sua regra ao Papa Inocêncio III, que primeiro lhe recusou a aprovação apostólica. Depois dizem que uma visão do céu o inclinara a favorecer o santo. «Dilatava porém, conta Fr. Marcos de Lisboa (*Chronica*, I, f. 13), acabar de conceder o que o pobre de Christo, S. Francisco, lhe pedia, por quanto parecia cousa nova e estranha a alguns Cardeais e sôbre as fôrças humanas, poder-se guardar profissão de tanta pobreza e aspereza». Mas por fim triunfaram as orações e instâncias do pobre de Assis, e Inocêncio III aprovou a regra *vivae vocis*

maior importância, que Inácio e os seus estavam prontos a aceitar; concordou nas explicações que lhe deram sôbre o voto de obediência ao Sumo Pontífice, e parecia disposto a dar assentimento à publicação da bula [1]. Os fundadores da Companhia estavam por isso bem confiados e seguros do êxito favorável das suas aspirações [2]. Mas Ghinucci na realidade contradizia e punha rémoras à redacção final da constituïção apostólica [3]. Não vinha decididamente a acôrdo com o cardeal Contarini, e protraía-se demasiado a conclusão do que tanto ansiavam Inácio e seus companheiros.

Paulo III, desejoso de lhès comprazer, nomeou então, como árbitro que dirimisse a contenda, outro ilustre purpurado, o cardeal Bartolomeu Guidiccioni. Era êle eruditíssimo nos sagrados cânones, austero nos seus princípios, tenaz em suas resoluções, e de têmpera de antes quebrar que torcer. Com esta feição de nobre severidade tinha muito arraigada a convicção de que não só não deviam fundar-se novas Religiões, mas antes era necessário reduzir-se o número das que já existiam. Atribuía o cardeal, em sua particular opi-

---

oraculo. Só 15 anos depois a confirmou por bula papal Honório III, a 29 de novembro de 1223. S. Domingos também encontrou de princípio dificuldades à aprovação da sua Ordem no ano de 1215. O decreto do quarto Concílio de Latrão, que nesse mesmo ano proïbira a fundação de novas Ordens religiosas, como que atava as mãos a Inocêncio III. Mas, como refere fr. Luís de Sousa (*Historia*, L. I, C. VII) «acudia S. Domingos a palacio de dia requerendo aos homens, gastava depois as noites inteiras, clamando a Deus com oração e lágrimas. Corria o tempo, perseverava o Santo constantemente em sua pretensão e requerimento, e durava igualmente a contradição». A visão porém, dizem, do templo de S. João de Latrão, ameaçando ruína e sustentado sôbre os ombros de S. Domingos, moveu o Papa a condescender, bem que só parcialmente. Aprovou a Ordem mandando contudo ao Santo que tomasse uma das regras antigas, já sancionadas pela Igreja. Escolheu Domingos a de S. Agostinho. Um ano depois, a 22 de dezembro de 1216, confirmou solenemente Honório III a Ordem dos Frades Prègadores.

(1) Cf. carta de Lattancio Tolomei, publicada por Dittrich, *Regesten und Briefen des Cardinals G. Contarini*, pag. 379, e aproveitada por Tacchi Venturi, *Storia*, II, 303-305.

(2) Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 149, 154. Cartas de S. Ignacio de 24 e 25 de setembro de 1539.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 295.

nião, boa parte dos males da Igreja à multidão das Ordens religiosas, que fomentavam, dizia, rivalidades e dissídios no seio do catolicismo; e apelava para a autoridade do Concílio Lateranense quarto, e do segundo de Lião, que proïbiam a introdução de novas Ordens [1]. A intervenção de tal personagem no exame desta melindrosa questão, longe de lhe apressar o desenlace, veio enredá-la mais ainda, e prolongar dolorosamente por muitos meses as esperanças dos que tanto se interessavam na solução. Não lhe desagradava certamente o Instituto da Religião que se queria fundar, e os *cinco capítulos* que lera, os considerava «justos e santíssimos» [2]; não podia porém render-se a dar seu consentimento a uma nova Ordem, não só porque os cânones o vedavam, mas também por ser perigosa tal fundação nos tempos que corriam, ainda que até então dera muito bons frutos a recente Campanhia [3].

Em face da resistência porfiada de Guidiccioni, Inácio de Loiola, certo da bondade e justiça da sua causa, lançou mão, para o intento, dos meios humanos que a prudência lhe ditava, e também dos empenhos sobrenaturais. Entre as muitas orações em que recorreram a Deus com filial confiança, fêz Inácio a promessa de mandar celebrar três mil missas para alcançar da bondade divina a graça de que o cardeal Guidiccioni se viesse a dobrar e consentisse na publicação da bula [4]. Demais solicitou de personagens autorizadas cartas de recomendação, que em Roma removessem os obstáculos ao despacho que pretendiam, e obteve-as muito valiosas,

---

[1] Veja-se em Tacchi Venturi, *Storia*, I, 579-580, trecho do tratado inédito *De Concilio Universali* do Cardeal Guidiccioni.

[2] «Detti capitoli sono giusti et santissimi». Carta de Frederico del Prato aos Anciãos de Parma, de Roma, a 13 de fevereiro de 1540, publicada por Tacchi Venturi, *Storia*, I, 571.

[3] Cf. carta citada de Frederico del Prato.

[4] Rodrigues, *Mon.*, 515; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 122; Polanco, I, 72, 80. Simão Rodrigues e F. Xavier, que já a êste tempo estavam em Portugal, referem-se mais de uma vez, na sua correspondência com Inácio, ao cuidado com que iam celebrando estas missas. Francisco Xavier a 18 de março de 1541 escreve que desde que saíram de Roma tinham ambos êles celebrado duzentas e cincoenta. *Mon. Xav.*, I, 230, 245, 295.

como foram as de Hércules duque de Ferrara, dos anciãos de Parma, e do arcebispo de Sena, Francisco Bandini [1]

D. João III, rei de Portugal, também deu já nesta ocasião, provas da paternal afeição, que desde abril dêsse ano de 1540 tinha ganhado à Companhia pela conversação de Simão Rodrigues e Francisco Xavier. Pelo mês de julho do mesmo ano anunciavam êstes a Inácio que o rei se oferecera a enviar carta de recomendação a Paulo III urgindo a confirmação da Companhia; que também ordenava a seu embaixador favorecesse as coisas desta Corporação, como se fôssem negócios del-rei, e se prontificava, se fôsse mister, a insinuar ao imperador Carlos V e a Francisco I de França que intercedessem com o Sumo Pontífice para que promulgasse a bula de solene aprovação [2]. De feito em carta de 22 do outubro seguinte recordava Simão Rodrigues que nos dias passados tinham sido despachadas cartas do rei para Sua Santidade e para o embaixador, a recomendar como próprios os interêsses da Companhia; que o rei naquela ocasião estava muito recolhido e retirado de negócios, em luto pela morte do infante D. Duarte, mas que depois de algum tempo lhe sugeriria quisesse escrever também ao cardeal Santiquatro e às outras personagens que Inácio apontara [3]. Mas as cartas de D. João III só puderam chegar a Roma, quando já era assinada e tornada pública a bula de confirmação da Companhia. Deus providenciou por outro modo.

Depois de mais de um ano de orações ao céu, de pedidos aos homens e de muitas contradições, o cardeal Guidiccioni, que pela sua autoridade e tesidão mais que todos contrariava o deferimento da súplica, movido sem dúvida por interior inspiração de Deus, de repente se trocou de adversário em amigo e defensor da Companhia. Refere o primeiro biógrafo de S. Inácio que o cardeal, já mudado no seu sentimento, dizia que não lhe parecia bem que se introduzissem

(1) Cf. Tacchi Venturi, *Storia,* I, 571, II, 315-318; Rodrigues, *Mon.*, 385; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 569.

(2) Cf. Mss. S. J., *Epp. NN.* 78, f. 10-12; Polanco, I, 88.

(3) *Mon. Xav.*, I, 232, carta de Mestre Simão, de Lisboa a 22 de outubro de 1540; Teles, I, 44.

novas Religiões, mas esta já não se atrevia a desaprová-la, porque sentia no interior de sua alma uns toques e impulsos tão extraordinários e divinos, que aonde o não inclinava a razão, o chamava o querer de Deus (1). Simão Rodrigues encareceu ainda mais os novos sentimentos do cardeal a quem atribui a declaração de que todos os demais religiosos deviam entrar neste novo Instituto e formar uma só Religião (2). Com esta repentina mudança já no mês de setembro de 1540 numa sexta-feira, é Inácio que o conta, se reüniram os três cardeaes Contarini, Carpi e Guidiccioni; expuseram o seu parecer ao Papa, e êste deu ordem que se expedisse a esperada bula (3). Guidiccioni porém excogitou uma saída airosa da sua obstinada resistência. Não cedendo inteiramente de suas opiniões sôbre as Ordens religiosas, propôs ao Papa que não se concedesse a admissão de mais de sessenta professos, emquanto os sucessos futuros não mostrassem a conveniência de se alargar aquele número para bem da Igreja (4).

Inácio e seus companheiros contentaram-se da proposta, satisfeitos de haver obtido a aprovação tão longamente desejada. A gratidão que mostraram a Guidiccioni foi comovidamente sincera. Ainda em 1544 escrevia da Índia para Roma o grande Xavier pedindo que o consolassem com a notícia das acções com que no serviço da Igreja se assinalava o cardeal Guidiccioni para crescer na afeição que lhe tinha e ser perpètuamente seu capelão (5). Vencidas por êste modo tôdas

---

(1) Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XVII. Cf. Maffei, *Ignatii Vita*, L. II, C. XII.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 515.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 159. Carta de Inácio ao arcebispo de Sena Francisco Bandini. É para estranhar a presença de Carpi entre os membros desta comissão. Tacchi Venturi (*Storia*, II, 319[1]) e Boehmer (*Studien*, I, 259) não excluem a hipótese de que haja neste passo um equívoco de Inácio nomeando Carpi em vez de Ghinucci.

(4) Polanco, I, 80.

(5) *Mon. Xav.*, I, 295. Carta de Cochim aos irmãos de Roma, a 15 de janeiro de 1544. — A memória de quem escrevia quase quarenta anos depois dos acontecimentos, atraiçoou neste ponto a Simão Rodrigues, que atribui a boa conclusão de todo o negócio à morte de Guidiccioni, suce-

as dificuldades, deram-se os últimos retoques à bula que foi assinada finalmente por Paulo III no palácio de S. Marcos a 27 de setembro de 1540. Inácio dava pouco tempo depois a Pedro Contarini a boa nova de que «lhe mandaram a bula da nossa confirmação com o sêlo de chumbo pendente, expedida gratuitamente e da maneira que a tinham pedido» (1).

Com essa constituïção papal, que abria com as palavras *Regimini Militantis Ecclesiae,* nascia uma Ordem religiosa inteiramente nova, e se constituía canònicamente a Companhia de Jesus, que tão grande parte havia de ter na história da Igreja militante. Na bula foram designados por seus nomes como pedras fundamentais do edifício religioso que surgia, os dez companheiros que em Paris se tinham espiritualmente abraçado e unido para a emprêsa da glória de Deus. Já outros àquele tempo se lhes tinham agregado, mas só aqueles eram os fundadores com Inácio de Loiola à frente (2).

---

dida, diz êle, nesse ano de 1540 (Rodrigues, *Mon.*, 515). O cardeal só veio a falecer em 4 de novembro de 1549. Cf. Boehmer, *Studien*, I, 255; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 322[1].

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 168. Carta de 18 de dezembro de 1540. — Teles, I, 243, escreve que D. João III de Portugal em prova de quanto desejava a confirmação da Companhia «quiz que com grandes gastos, à custa de sua real fazenda, se pagassem as letras desta confirmação». Pode ser que o rei tivesse intenção de custear estas despêsas, mas Inácio, no lugar citado, declara que a bula fôra «de al tutto expedita gratis».

(2) Não é descabido honrar com o título de fundadores também os nove companheiros de Inácio. A bula de confirmação *Regimini militantis Ecclesiae*, ainda que justamente nomeia Inácio de Loiola em primeiro lugar, a todos os reúne sem distinção na obra da fundação da Companhia. Simão Rodrigues na qualidade de companheiro de Inácio, considerava-se como fundador da sua Ordem, e Bobadilha mais de uma vez a todos os dez os apelida também fundadores. Margarida de Áustria, duquesa de Parma, chamou a Inácio «um dos fundadores» da Companhia. Cf. Nadal, I, 320; IV, 105, 108, 110, 111; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 36. Polanco *Compl.*, I, 50, no mesmo sentido chama a Inácio «el principal fundador». É verdade que Nadal, contradizendo a Bobadilha, sustenta que *solum Patrem Ignatium agnoscimus fundatorem Societatis* (Nadal, IV, 134); mas a asserção não tira a fôrça às razões que aduzimos; só afirma o que todos admitem, a saber, que Inácio foi o primeiro e principal instrumento da Providência Divina para a fundação da Companhia, e que ainda os seus companheiros o consideraram sempre como pai, mestre e guia de todos êles e primeira pedra fundamental e, simplesmente, o fundador da Companhia de Jesus.

Como primeiro esbôço do Instituto da Companhia vinham inseridos integralmente nessas Letras Pontifícias, e confirmados com autoridade apostólica, os *cinco capítulos,* ligeiramente retocados, que Paulo III, segundo contámos, no ano anterior de viva voz aprovara. Como são documento de primacial importância para aquilatar as puras e sublimes intenções dos fundadores da Companhia, aqui os reproduzimos trasladados ao português:

«1. Todo aquele que nesta nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus debaixo da bandeira da cruz e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para de um modo principal procurar o proveito das almas na vida e doutrina cristã, propagar a fé pela pública prègação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e nomeadamente ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianisno, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão; e trate de ter sempre deante dos olhos primeiro a Deus, depois o modo dêste seu Instituto, que é um como caminho para chegar a êle, e de conseguir por tôdas as fôrças êste fim que Deus lhe propôs, cada um todavia na medida da graça que o Espírito Santo lhe comunicar, e no grau particular da sua vocação, não suceda que algum se deixe levar de um zêlo não regulado pela sciência. O juízo porém do grau que deve ter cada um, e a distinção e distribuïção dos ofícios ficará inteiramente nas mãos do Prepósito ou Prelado, que havemos de eleger, para que se guarde a boa ordem, necessária em tôda a comunidade bem formada. E êste Prepósito, tomando o parecer dos companheiros, terá autoridade de fazer em congregação, sempre a maioria de votos, as constituïções que sejam conducentes à conservação do fim que nos é proposto. Entenda-se contudo que nas coisas mais importantes e perpétuas será formada a Congregação pela maior parte de tôda a Companhia, que o Prepósito puder còmodamente convocar; e nas de menos gravidade e transitórias por todos os que suceder acharem-se presentes no lugar em que o Pre-

pósito resida. A êste porém compete todo o poder de mandar».

«2. Saibam todos os companheiros e considerem cada dia não só nos princípios de sua profissão, mas emquanto lhes durar a vida, que tôda esta Companhia e cada um de seus membros militam por Deus sob a fiel obediência do Santíssimo Papa, nosso Senhor, e dos outros Romanos Pontífices seus sucessores. E ainda que o Evangelho nos ensine, e pela fé ortodoxa saibamos e firmemente confessemos que todos os fiéis cristãos estão sujeitos ao Romano Pontífice, como a cabeça e Vigário de Jesus Cristo, não obstante para maior humildade de nossa Companhia e perfeita mortificação de cada um e abnegação de nossas vontades, julgamos importar sobremaneira que, além daquele vínculo a todos comum, se ligue cada um de nós com voto especial, de modo que sem nenhuma tergiversação nem desculpa nos tenhamos por obrigados a cumprir, sem delongas, e na medida de nossas fôrças quanto nos ordenar o actual Romano Pontífice e os que pelo tempo adeante lhe sucederem, para o proveito das almas e propagação da Fé, sejam quais forem as províncias a que nos enviar, quer nos mande para os turcos, quer para as terras de outros infiéis, ainda para as partes que chamam da Índia, como também para os países de hereges ou scismáticos ou quaisquer nações de fiéis. Pelo que os que se houverem de juntar connosco, antes de submeterem os ombros a esta carga considerem demorada e sèriamente se possuem tanto cabedal de bens espirituais, que possam acabar a construção desta tôrre, conforme o conselho do Senhor, quer dizer, se o Espírito Santo que os move, lhes promete graça tão abundante, que esperem confiados no seu auxílio poder levar o pêso desta vocação; e depois que sob a inspiração divina se alistarem nesta milícia de Jesus Cristo, deverão estar dia e noite dispostos e a ponto para o cumprimento de tão grande obrigação. Mas para que não haja entre nós quem ambicione ou recuse tais missões e incumbências, prometa cada um que nunca nem directa nem indirectamente tratará delas com o Pontífice Romano, mas deixará todo êsse cuidado a Deus, ao mesmo Pontífice, como a seu Vigário, e ao Prepósito da Companhia; e o Prepósito por sua vez prometa, como os demais,

que não negociará com o dito Pontífice para ser enviado a esta ou àquela missão, a não ser com o conselho da Companhia».

«3. Façam todos voto de obedecer ao Prepósito da Companhia em tôdas às coisas que tocam à observância desta nossa regra; e o Prepósito ordene o que lhe parecer oportuno para o conseguimento do fim que Deus e a Companhia lhe assinaram, mas em seu govêrno recorde-se contìnuamente da benignidade, mansidão e caridade de Cristo e da norma que deixaram Pedro e Paulo; e tanto êle como o seu Conselho tragam sempre deante dos olhos êste modêlo. De um modo particular tenham como recomendada a instrução dos meninos e rudes na doutrina cristã, nos dez mandamentos e noutros rudimentos da religião, como lhes parecer mais acomodado às circunstâncias de pessoas, lugares e tempos. Porquanto é sumamente necessário que o Prepósito e o Conselho olhem com diligência pela observância dêste ponto, já que nos próximos não pode levantar-se o edifício da Fé sem fundamento, e da parte dos nossos corre perigo que os doutos, quanto mais o são, tanto mais procurem talvez esquivar-se a êste ministério, como a emprêgo na aparência menos vistoso, sendo verdade que nenhum existe mais frutuoso nem para edificação dos próximos nem para o exercício dos nossos na caridade e na humildade. Os súbditos por sua parte não só pelos grandes proveitos da Ordem, mas também pela contínua prática, nunca louvada bastantemente, da humildade, sejam sempre obrigados a obedecer ao Prepósito em tôdas as coisas atinentes ao Instituto da Companhia, e reconheçam nêle como presente a pessoa de Cristo, e, na devida proporção, como tal o venerem».

«4. Como porém tenhamos verificado pela experiência que a vida é mais aprazível, mais pura e mais edificativa para o próximo, quando se afasta da mais pequena sombra de avareza, e se assemelha na maior perfeição à pobreza evangélica, e estejamos certos que Nosso Senhor Jesus Cristo há de prover do necessário sustento e vestido a seus servos, que busquem sòmente o reino de Deus, façam todos e cada um voto de perpétua pobreza, declarando que não só em par-

ticular, mas nem sequer em comum poderão para mantenimento e uso da Companhia adquirir direito nenhum civil sôbre bens estáveis nem sôbre proventos ou rendas de nenhuma espécie, mas sejam contentes do só uso das coisas doadas, para granjearem o necessário para a vida. Poderão contudo ter nas universidades, colégio ou colégios com rendas, censos ou propriedades que se empregarão nos gastos precisos e uso dos estudantes, ficando em poder do Prepósito e da Companhia todo o govêrno ou superintendência dos ditos estudantes e colégios, no que toca à eleição do superior ou superiores e estudantes, à admissão, dimissão, recepção e exclusão dos mesmos, à ordenação dos estatutos para a instrução, erudição, edificação e correcção dos estudantes, maneira de lhes ministrar alimento e vestido, e para tudo o que diz respeito ao govêrno, regime e cuidado dêles, de forma que nem os estudantes possam abusar dêsses bens, nem a Companhia convertê-los em utilidade própria, mas só prover com êles à necessidade dos estudantes. Êstes, depois de se ter experiência do seu adeantamento no espírito e nas letras, e depois de suficiente provação, poderão ser admitidos à nossa Companhia».

«5. Todos os companheiros que tiverem ordens sacras, ainda que não possuam benefícios nem rendas eclesiásticas, são obrigados a rezar, não em comum mas só em particular, o ofício divino, segundo o rito da Igreja. Estas são as coisas que pudemos com o beneplácito de nosso Senhor o Papa Paulo III e da Sé Apostólica, explicar, como em esbôço, àcêrca de nossa profissão; o que ora fizemos para nêste compendioso escrito informarmos tanto aqueles que sôbre o nosso modo de vida nos interrogam, como também os vindoiros, se tivermos, querendo-o Deus, alguns imitadores desta nossa vida. E, porque ela traz consigo, como no-lo demonstrou a experiência, muitas e grandes dificuldades, julgámos oportuno determinar também que nenhum seja recebido nesta Companhia, se não fôr por longo tempo e cuidadosamente provado; e só quando se mostrar prudente em Cristo e insigne ou pela sciência ou pela pureza da vida cristã, seja finalmente encorporado a esta milícia de Jesus Cristo. Digne-se êste favorecer nossas ténues emprêsas para glória de Deus Padre,

a quem ùnicamente seja sempre honra e louvor por todos os séculos. Amen» [1].

Com as prescrições basilares dêstes cinco capítulos, nos quais Paulo III com sua autoridade suprema declarava que tudo era *piedoso e santo* [2], ficava constituída na sua organização característica e essencial a Companhia de Jesus. Faltava-lhe o capitão visível que a comandasse nas batalhas do Senhor. Deu-se-lhe com a eleição do primeiro Prepósito Geral.

8. — Ao tempo em que se publicou a bula *Regimini*, a 27 de setembro de 1540, só demoravam em Roma três dos dez fundadores da Companhia, Inácio, Codure e Salmeirão [3]. Por êste motivo e porque Inácio, considerado justamente como cabeça de todos, já governava com efeito a recente Corporação, não se apressaram a confirmar-lhe com seus votos a autoridade que já desempenhava. Mas nos primeiros meses de 1541 resolveu êle que se ultimasse também êste negócio e se procedesse à eleição do Superior em conformidade com a bula de Paulo III. Para êsse fim convocou a Roma todos os que andavam trabalhando por Itália, e acudiram Laines, Broet e Jaio. Bobadilha não pôde vir de Bisignano da Calábria, onde fôra em missão que lhe encarregara o Sumo Pontífice [4]. Simão Rodrigues e Xavier, que no ano antecedente tinham partido para Portugal, haviam deixado seu voto em escrito de sua mão, quando saíram de Roma [5], e Pedro Fabro enviara o seu da Alemanha [6]. Na entrada do mês de março já estavam em Roma,

---

(1) *Instit. S. J.*, I, 4-6.

(2) «Cum autem nil in praemissis reperiatur, quod pium non sit ac sanctum, Nos... praemissa omnia et singula... apostolica auctoritate... approbamus, confirmamus et benedicimus». Bula *Regimini militantis Ecclesiae*, em *Instit. S. J.*, I, 6.

(3) Francisco Xavier e Simão Rodrigues estavam em Portugal; Fabro e Laines em Parma, donde pouco depois Fabro foi para a Alemanha; Broet em Sena; Jaio em Bréscia, e Bobadilha na Calábria. Cf. Polanco, I, 90; Ribadaneira, *Vida*, L. III, C. I; Boehmer, *Studien*, I, 262.

(4) Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 5; Bobadilha, *Mon.*, 619, n. 18.

(5) *Mon. Xav.*, I, 112; Rodrigues, *Mon.*, 519.

(6) Fabro, *Mon.*, 51-53.

reünidos na casa que habitavam em frente de Nossa Senhora da Estrada ([1]), os seis companheiros que haviam de tomar parte no acto solene da eleição. Depois de assinadas as Constituïções que naqueles dias prèviamente traçaram para o bom ser e govêrno da sua Ordem ([2]), assentaram entre si a maneira por que devia realizar-se o escrutínio. Já de antemão se previa o resultado da votação. Os companheiros de Inácio estavam certos da pessoa em que havia de recair a escolha de todos êles; mas Inácio quis se fizesse a eleição com todo o rigor e solenidade, e a precedesse e preparasse longa e séria consideração ([3]).

Determinaram primeiro que durante três dias invocassem na oração as luzes de Deus para acertarem naquele acto de grave conseqüência para o govêrno da Companhia; decorrido êsse prazo de tempo trouxesse cada um seu voto escrito em cédula dobrada e selada; as cédulas se reünissem às dos companheiros de Portugal e Alemanha, e tôdas se fechassem à chave numa urna em que se haviam de guardar por outros três dias para mais se confirmarem na escolha feita. Assim o executaram com a maior exacção. No dia marcado que foi o dia nove de abril, estavam reünidos para o primeiro escrutínio ([4]). Abriram a urna, romperam uma a uma as cédulas, e leram os votos, que sem discrepância elegeram a Inácio para Prepósito Geral da Companhia deJesus ([5]).

---

(1) A 4 de março já se tinham reünido para deliberar sôbre as Constituïções. Cf. *Constit. Lat. et Hisp*, pag. 303; Tacchi Venturi, *Le case abitate in Roma...*, pag. 34.

(2) Cf. *Constit. Lat. et Hisp.*, pag. 303-306.

(3) Relação de todo êste sucesso da eleição do Geral e da profissão solene que se lhe seguiu, temo-la escrita em castelhano da mão do próprio Padre Inácio. Expressamente o afirma o P. Luís Gonçalves da Câmara. *Esta historia,* diz, *escrivió N. P. de su mano* (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 256). Pôs-lhe o mesmo santo o título: *Forma de la Compañia y oblacion.* Foi publicada em *Const. Lat. et Hisp.*, 313-314; Astrain, I, 117-120; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 4-8.

(4) Assinamos ao primeiro escrutínio o dia 9, porque nos parece quadrar melhor com o que refere Inácio na relação citada, e Ribadaneira na *Vida*, L. III, C. I. Há quem prefira o dia 10, v. g. Boehmer, *Studien*, I, 265.

(5) Inácio na sua relação escreve que «Bobadilla... no invió su voz a ninguno». Mas Bobadilha na sua autobiografia conta que não podendo

Os votos, formulados com simplicidade encantadora, respiravam amor filial, confiança e reverência para com o santo fundador. O devotíssimo P. João Codure, protestando que fazia aquela eleição ùnicamente com os olhos na maior glória de Deus e maior bem da Companhia, e que não daria outro voto ainda que soubesse que era aquele o momento último de sua vida, declara que escolhe o venerável Padre Inácio de Loiola, porque sempre o conhecera por zelador da honra de Deus e ardentíssimo em procurar a salvação das almas, e também porque devia ser colocado à frente dos outros para os governar quem sempre se fizera o menor de todos e a todos sempre servira [1].

Salmeirão, o mais jovem dos que formavam aquela memorável assembléia, com imagens de poesia bíblica nestes termos explica a preferência do seu voto: «Elejo e declaro por Prelado e Superior meu e de tôda a Congregação o senhor Inácio de Loiola que pela sabedoria que lhe foi dada por Deus, assim como a todos nos gerou em Cristo e nos alimentou de leite em nossa infância espiritual, assim agora já mais crescidos em Cristo nos guiará com o alimento sólido da obediência, e nos há de levar aos pastios viçosos e ubérrimos do Paraíso e à fonte de vida, de maneira que na hora em que entregar êste pequenino rebanho ao grande pastor Jesus Cristo, nós digamos em verdade: *E nós somos o povo de suas pastagens e as ovelhas de sua mão,* e êle exultando

---

sair de Bisignano, respondera à carta de Inácio que o chamava a Roma, a dizer-lhe que *dava seu voto a mestre Ignacio de Loyola* (Bobadilha, *Mon.*, 619). Ou terá chegado a Roma demasiado tarde a carta de Bobadilha, ou por qualquer outro motivo não foi comunicado o seu voto à congregação dos eleitores.

[1] Codure, *Mon.*, 418. O voto de Codure tem a data de 5 de março de 1540. Boehmer, *Studien,* I, 264[2], julga haver êrro na data, devendo Codure ter escrito 1541 em vez de 1540, porque a missão hibérnica, mencionada no voto, foi encarregada à Companhia em 1541. Engana-se porém na razão que aduz o ilustre escritor. Já em março de 1540 estava iminente a partida para Irlanda de dois Padres da nascente Companhia, como o dizem expressamente Mascarenhas na carta de 10 de março dêsse ano (*Corpo Dipl.*, IV, 109) e Bobadilha em carta de 22 do mesmo mês e ano (Bobadilha, *Mon.*, 22). A missão foi adiada, mas por essa ocasião escreveu certamente Codure o seu voto para o deixar em Roma.

diga: *Senhor, não perdi nenhum dos que me confiaste.* Digne-se conceder-no-lo Jesus, o bom pastor» [1].

Xavier porém no momento da despedida, que êle tinha por última neste mundo, com a alma repassada de terna saüdade e santo agradecimento, chamando a Deus por testemunha de que seguia o ditame de sua consciência, escrevera a 15 de março do ano anterior que escolhia para o govêrno supremo da «nossa Companhia», o «nosso antigo e verdadeiro pai Dom Inácio, o qual, já que nos juntou a todos com não poucos trabalhos, não sem êles nos saberá melhor conservar, governar e aumentar de bem em melhor...» [2].

Também Simão deixou entrever nas expressões do seu voto os sentimentos saüdosos, que se lhe despertavam no peito à hora da despedida, quando a 5 de março, dia em que se apartava de seus irmãos de Roma, asseverava em confissão humilde, pela luz que lhe iluminava o espírito, que Inácio é que devia ser eleito dentre todos para presidir no govêrno da Companhia, e rogava que depois, quando Deus lhes satisfizesse com felicidade os seus desejos, se recordassem, irmãos caríssimos, dos irmãos que partiam. [3]

Emquanto se liam em voz alta êstes e os demais votos, Inácio certamente os escutava com os olhos no chão e rubor nas faces, surpreendido na sua modéstia pelos louvores de seus irmãos e pela conformidade unânime dos pareceres. A sua profunda humildade e a estimação que fazia de cada um dos seus companheiros, não lhe consentiram que desse o voto a nenhum determinadamente, mas escolhia o que fôsse dentre todos êles mais votado [4]. No fim da leitura, quando

---

(1) *Epistolae Salmeronis*, pag. 1. Tem o voto a data de 4 de abril de 1541.

(2) *Mon. Xav.*, I, 812.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 519. Cf. *Acta Sanctorum*, Julii, T. VII, *Comment. praev.*, § XXXV, nn. 355-364.

(4) Era dêste teor o voto de Mestre Inácio: «ihus. Excluyendo a mi mismo, doy mi voz en el señor nro. para seer perlado a quel que terná más vozes para seerlo. He dado indeterminate, boni consulendo; si tamen a Compañia le pareçerá otra cosa, o juzgare que es mejor y a mayor gloria de Dios nro. Señor, yo soy aparejado para señalarlo. Echa en Roma, 5 de abril de 1541. Inigo». *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 5.

já os companheiros se dispunham para as congratulações, com o semblante grave humildemente protestou que preferia ser governado a governar; que se não considerava com suficiência bastante para se reger a si mesmo quanto mais para reger a outros; que em vista dos maus hábitos, pecados, faltas e misérias de sua vida passada e da presente, não aceitaria nunca o encargo que lhe queriam dar, se não viesse a ter maior luz que o movesse a o receber; por isso encarecidamente lhes rogava que houvessem por bem reflectir por mais três ou quatro dias e pedir a Deus os ilustrasse para escolherem quem melhor e com mais proveito de todos pudesse tomar aquele cargo. Não contentava ao amor dos companheiros a resistência de Inácio, mas houveram de ceder ao melindre santo da sua humildade, e novamente se recolheram em oração. Passados os quatro dias, juntaram-se para o segundo escrutínio. O resultado foi idêntico ao do primeiro. Todos sem divergência nenhuma queriam a Inácio para seu superior.

O santo nessa conjuntura não sabia a que ater-se: olhava ora a uma parte ora a outra, como em busca de um conselho ou de uma resolução. Finalmente declarou que para não cair em extremos e assegurar mais a sua consciência, deixava a decisão última nas mãos de seu confessor; que se confessaria geralmente com êle de tôda a sua vida e lhe descobriria tôdas as suas enfermidades corporais, e que, depois de assim o fazer, se o confessor em nome de Jesus Cristo lhe mandasse ou dissesse que devia submeter-se, não se arredaria um ponto da sua determinação. Estranharam-lhe os companheiros aquela dobrada resistência de excessiva humildade, e Laines, tomando a palavra, atreveu-se a dizer-lhe que ou Inácio aceitava o cargo para que Deus tão claramente o escolhera, ou a Companhia se havia de dissolver; que êle nunca reconheceria nenhum outro superior, senão o que Deus assinava por aquela eleição. Como Inácio porém não cedesse, vieram, por mais não poderem, a consentir no que lhes propunha.

Para mais recolhimento retirou-se êle na quarta-feira santa treze de abril [1], para S. Pedro in Montorio, onde mo-

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 391.

rava o confessor fr. Teodósio, franciscano; passou ali os últimos três dias da semana santa, e depois de se ter confessado muito exactamente, já no dia de Páscoa pediu ao confessor que se encomendasse a Deus e lhe desse a resolução do que êle pretendia. Fr. Teodósio respondeu-lhe que, se não se rendesse à eleição, resistiria ao Espírito Santo. Inácio querendo ainda maior confirmação da vontade de Deus, mais uma vez lhe rogou que implorasse de novo a luz do céu, e depois com ânimo sossegado escrevesse o seu parecer e o mandasse em bilhete selado à Companhia, que êle voltava para os seus. No terceiro dia de Páscoa mandou fr. Teodósio a resposta como lhe fôra pedida. Reüniram-se todos os eleitores, abriu-se e leu-se o bilhete do bom franciscano, e a resolução era que Inácio tomasse sôbre seus ombros o govêrno da Companhia. Inácio então, com inexplicável regozijo e aplauso dos presentes, aceitou o cargo de Prepósito Geral da Companhia de Jesus. Era o dia 19 de abril de 1541 [1].

Faltava, para se pôr o remate à fundação da Companhia, que os dez fundadores fizessem a profissão solene conforme a bula de Paulo III e as Constituïções já exaradas. Escolheram logo e fixaram para a cerimónia religiosa o dia 22 de abril, sexta-feira da oitava da Páscoa, e a basílica de S. Paulo fora dos muros. No dia assinalado estavam os seis reünidos no venerando templo, na capela de Nossa Senhora, onde nesse tempo se guardava o Santíssimo Sacramento. Depois de se terem reconciliado uns com os outros na confissão, Inácio subiu ao altar, celebrou o santo sacrifício da Missa e antes da comunhão, tomou na mão sôbre a patena o corpo de Cristo, e voltado para os companheiros leu em voz alta a fórmula da sua profissão, em que prometia a Deus Omnipotente e ao Sumo Pontífice, deante de Maria Santíssima e de tôda a côrte celeste e em presença da Companhia, perpétua pobreza, castidade e obediência conforme a bula de Paulo III e Constituïções já declaradas e por declarar, e demais obediência especial ao Pontífice Romano acêrca das missões. Depois de comungar,

(1) Cf. citada relação de Inácio em *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 4-6; Polanco I, 90-91; Ribadaneira, *Vida*, L. III, C. I; Maffei, *Vita*, L. II, C. XIII; Orlandini, III, n. 4-8.

colocou na patena cinco hóstias consagradas e voltou-se de novo para os companheiros que pronunciaram cada um por sua vez os seus quatro votos de profissão solene e receberam a comunhão. Inácio dirigiu os seus votos ao Sumo Pontífice, e os companheiros a Inácio como a Prepósito Geral de tôda a Companhia. Terminada a missa e feita oração nos altares, aproximaram-se do altar-mor e todos abraçaram e deram o ósculo da paz a Inácio e Inácio a todos com muita devoção, sentimento e lágrimas [1].

Na mesma ocasião e na mesma basílica resolveram os seis ali presentes confirmar autenticamente a eleição que tinham feito do Superior Geral da Companhia, congregando-se em capítulo e declarando que constituíam e representavam tôda a Companhia de Jesus, e em seu nome e no dos quatro companheiros ausentes Pedro Fabro, Nicolau Bobadilha, Francisco Xavier e Simão Rodrigues, por vigor das Letras Apostólicas e invocando o Espírito Santo elegeram unânimes a Inácio de Loiola por seu Prepósito e Prelado. Lavrou-se logo a acta desta eleição e da profissão solene, e datou-se da seguinte forma: «Feito na igreja de S. Paulo fora da cidade, no ano do Senhor, 1541 a 22 de Abril» [2]. A trasbordar em contentamento e devoção voltaram para Roma os seis novos professos, e, conta o mesmo Inácio, «foi grande e continuada a tranqüilidade e bonança de que êles gozaram, crescendo a Companhia para louvor de Nosso Senhor Jesus Cristo» [3].

9. — Assim foi na verdade. Ali às faldas do Capitólio, em modesta habitação, situada em frente à pequena mas devota igreja de Santa Maria da Estrada, começou Inácio a governar, como superior, a sua Companhia já agora plenamente constituída, com tão bons auspícios e tão singular destreza, que dentro em poucos anos a viu espalhada por tôdas as regiões da terra. Tinha sob seu comando e às suas ordens aquele esquadrão, ainda pouco numeroso, mas aguer-

---

(1) Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª II, 6-8; Ribadaneira, *Vida,* L. III, C. I; Orlandini, III. n. 11.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 8-9.

(3) *Ob. cit.*, l. c.

rido e animado às maiores emprêsas; e êle era feito para governá-lo. Ainda se conhecia bem no seu porte e acção o animoso e arrojado capitão de Pamplona, agora aperfeiçoado com a virtude e aureolado com as vitórias em que soubera vencer-se a si mesmo; e via-se nele o espírito organizador e clarividente e o génio de legislador com autoridade moral universalmente reconhecida e acatada. Foi nos quinze anos que teve em suas mãos o poder até sua morte, exemplo admirável de santidade e prudência. Regida por Superior de tantas prendas a Companhia estendeu-se maravilhosamente e desenvolveu actividade assombrosa. Roma era o centro donde irradiava para tôda a terra a vida da nova Corporação. Inácio, como general sempre vigilante, seguia com os olhos do espírito os movimentos de seus soldados, comandava e expedia ordens até às mais longínquas regiões, e, numa incessante e maravilhosa troca de pensamentos e aspirações, recebia consultas e comunicações de tôdas as partes do mundo.

«Foi muito notável — escreveu antes da morte de Inácio quem teve boa porção nesta ingente lida de correspondência — a expansão da Companhia de Jesus, sinal bem claro de que era obra da mão de Deus... Estendeu-se por tôdas as partes principais de Itália, pelos domínios da Igreja, bem como pelos territórios de Veneza, Génova, Milão, Ferrara, Florença e Sena, pelo reino de Nápoles e por tôda a Sicília e Córsega. Passou aos reinos de Portugal, de Castela, de Aragão, Catalunha e Valência, à maior parte da Andaluzia, emfim a tôda a Espanha. Dali navegou para as Índias do rei de Portugal e difundiu-se para o Oriente por tôdas as costas, e são muitas, abordadas pelas naus portuguesas na Ásia, desde Ormuz, na garganta do gôlfo Pérsico, até Malaca, até às Molucas; e onde não chegava o poder das armas de Portugal, como era nos reinos de Japão, aí penetrou com o evangelho e doutrina de Cristo, a Companhia de Jesus. Para o Sul alargou-se por diversas partes de África, por alguns lugares da Berberia e pelo reino do Congo, e agora partiram seus missionários para as terras do Preste-João, imperador da Etiópia. Para os lados do Poente desembarcaram nas Índias do Brasil em tôdas as

costas do domínio de Portugal, e até se internaram pelo sertão adentro... Nos países do Norte entraram pela Áustria e Boémia e diversas regiões da Alemanha, por França e Flandres, e arribaram até à Irlanda. De outras terras de fiéis e infiéis é chamada a Companhia, e com certeza terá de acudir prestes ao convite com o auxílio de Deus...» [1].

Neste vastíssimo campo movia-se a nova Ordem com uma actividade múltipla e incansável. Os dez fundadores divididos para todos os lados, percorreram diversíssimas nações e exerceram com um zêlo que assombrava, os mais variados ministérios. Pedro Fabro dirige-se em 1540 por ordem de Paulo III à Alemanha, onde com a suavidade de seu espírito apostólico trabalhou activamente por afervorar o ânimo dos católicos em Worms, Espira, Colónia, Mogúncia e outras cidades do império. Dali tornou a Espanha, que atravessou até Madrid, espalhando benefícios espirituais por tôdas as povoações que encontrava na passagem. Logo nos princípios de 1542 partia outra vez, também por mandado pontifício para o Norte, e nas cidades de Espira, Mogúncia e Colónia e outras, dedicou-se a animar e a consolidar a Fé amortecida ou abalada pela heresia devastadora. Em 1544 a pedido de D. João III dá volta para Portugal, onde durante seis mêses ganhou pelos atractivos de sua bondade fervorosa, para si a estima de todos, e muitas almas para Deus. Passou a Espanha a exercitar com fruto copioso a mesma acção benéfica, e de Madrid pôs-se em viagem, chamado pelo Papa para o Concílio de Trento, mas em Roma, apenas chegado, terminou sua carreira mortal, vítima da obediência heróica.

Jaio e Bobadilha continuaram por alguns anos na Alemanha a obra de Fabro; combateram denodadamente em defêsa da fé católica, e Bobadilha voltou a Itália a dar largas ao zêlo, por vezes impetuoso, em missões de vária espécie. Broet e Salmeirão eram enviados como Núncios Apostólicos à Irlanda, donde tornaram ao exercício activo de ministérios sacerdotais, Salmeirão nas diversas províncias de Itália, e Broet em Itália e depois na França. Em 1546 Laines, Salmeirão e

(1) Polanco, *Compl.* I, 110-111.

Jaio atraíam no Concílio de Trento a estima e admiração de todos pela sua virtude, sabedoria e eloqüência. Desde 1540 Simão Rodrigues em Portugal, com aceitação da côrte e geral edificação do povo, lançava os fundamentos à Província portuguesa da Companhia, e Francisco Xavier em Portugal, na Índia e em todo o Oriente renovava com os prodígios de sua acção a memória dos tempos apostólicos.

Estes dez primeiros apóstolos lançavam por todo o mundo a semente da Companhia, que brotava e vicejava com fôrça e pujança admirável. Crescia o número dos recrutas em que transfundiam o mesmo espírito e fervor, e multiplicava-se a actividade com esses novos soldados que engrossavam as fileiras do esquadrão combatente. Prègavam em tôda a parte, nas igrejas, nos mosteiros, nos cárceres, nas ruas e praças públicas; evangelizavam, faziam missões, confessavam, ensinavam o catecismo, davam os Exercícios Espirituais; eram directores de almas e exercitavam as obras de misericórdia.

O citado autor contemporâneo observa que não é fácil explicar o grande fruto que se recolhia de tão ingente e fervorosa lida. «Entre os infiéis, prossegue êle, foi maravilhosa a conversão de muitos milhares de almas, e a instrução e conservação delas no culto e vida cristã. A bondade divina operou por meio das pessoas da Companhia coisas prodigiosas e sobrenaturais, onde mais eram precisas. Entre os fiéis, onde a Companhia residiu e trabalhou, viu-se e admirou-se a redução de tantos pecadores a uma vida morigerada e recolhida, e o adeantamento de outros no caminho da perfeição cristã. Fundaram-se muitas obras pias, duradoiras e de grande proveito corporal e espiritual dos próximos, como são hospitais, recolhimentos de convertidas, orfanotrófios, catecumenados, e semelhantes; e outras se reformaram e não pouco se favoreceram, como se pode ler nas cartas que de tôdas as partes se nos escrevem» (1).

Havia porém um ministério a que se entregavam com especial afeição e fruto singular. Era a instrução e educação da juventude. Com tamanho ardor tomou a Companhia êste

(1) Polanco, *Compl.*, I, 111.

nobilíssimo emprêgo, que em poucos anos se converteu na maior associação de ensino. Ainda em vida do fundador estabelecera numerosos colégios nas terras onde chegou a influência de seus filhos. Em Itália abriu-os em Roma, Loreto, Tívoli, Amélia, Nápoles, Florença, Bolonha, Perusa, Sena, Gúbbio, Argenta, Ferrara, Pádua, Veneza, Génova; na Sicília em Messina, Palermo, Monreal e Siracusa. Em França começaram de crescer os de Paris e Billon; na Alemanha os de Viena, Colónia, Praga e Ingolstadt. Em Espanha floresciam dezasseis colégios, em Barcelona, Valência, Saragoça, Gandia, Oñate, Valhadolide, Ávila, Monterey, Medina del Campo, Salamanca, Alcalá, Plasência, Múrcia, Córdova, Sevilha e Granada. Em Portugal prosperavam a olhos vistos os de Lisboa, Coimbra e Évora. Na Índia espalhavam as luzes da instrução por todo o Oriente o colégio e seminário de Goa e os seminários de Baçaím e Taná. No Brasil iam-se formando de ténues princípios os colégios da Baía e de Piratininga [1].

Para tão vasto desenvolvimento e actividade tão variada eram necessários braços numerosos e obreiros escolhidos. Felizmente êsses não faltavam, ainda que nem sempre eram bastantes a satisfazer plenamente os pedidos insistentes dos que solicitavam o benefício de sua acção. «O aumento da Companhia em número de sujeitos foi grande, escreve o diligente secretário de Inácio, ainda que não se aceitam na Companhia senão depois de muito exame e largas provações... Entraram nela engenhos raríssimos, homens de grandes prendas naturais, e de muito saber e erudição, personagens de grande autoridade, e houve-os que deixaram no mundo riqueza de bens temporais. Contam-se também na Companhia pessoas de muita distinção e nobreza, súbditos de tôdas as nações, flamengos e alemães, franceses, italianos e sicilianos, e mais que todos espanhóis e portugueses, porque os há das mais ilustres casas daqueles reinos, assim

---

(1) Polanco: VI, 41-43, *Compl.* I, 112-113; Nadal, II, 4-10; Astrain, I, 654; Fouqueray, I, 154, 175; Meschler, *Die Gesellschaft Jesu,* 195; Rosa, *I Gesuiti,* 104; F. Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões,* pag. 39, 40, 43.

de Portugal como de Castela e dos demais. Entre os jovens que se dão a estudos, sobressaem muitos de boas esperanças; e são tantos os que se recebem cada dia e os que pedem ser admitidos de tôdas as nacionalidades, que é prova manifesta de querer Deus engrandecer esta obra e servir-se dela para algum desígnio grande de sua Providência» [1].

Ora sendo tão extraordinário o ardor sagrado que logo desde os primeiros anos despertou a Companhia de Jesus, não é maravilha que Inácio à hora do seu falecimento, apenas dezasseis anos depois de fundada a sua Ordem, lançando amorosamente os olhos por todo o mundo, a visse organizada em doze Províncias, repartida em mais de cem domicílios e formada em suas fileiras por cêrca de mil combatentes [2]. Era realmente pasmosa a sua expansão e actividade. Mas a razão de uma e outra encontramo-la cabal no espírito e organização da nova Ordem. O espírito era o que lhe influíra a virtude de quem a fundara, activo, empreendedor, dedicado e zelosíssimo; de uma constância e tenacidade invulgar; aviventado contìnuamente pelo nobre ideal da causa que defendia, incendido a tôda a hora com a chama do fogo que fêz os apóstolos e os mártires, e inflamado pelo nome santo do capitão celeste que a comandava, pelo nome de Jesus. A organização assemelhava-se à estrutura militar de um exército, em que a fôrça, a disciplina, a ligeireza de movimentos e a resistência inquebrantável se obtinha pela bem travada coesão e mútua dependência de superiores e subordinados.

A fonte dêste espírito e a seiva desta organização estava nas Constituïções e Exercícios Espirituais, obras da índole eminentemente guerreira, da prudência e psicologia admirável, da santidade e da experiência de Inácio de Loiola.

---

(1) Polanco, *Compl.*, I, 111-112.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 23-24; [Schmitt], *Synopsis historiae S. J.* col. 28.

CAPÍTULO IV

AS CONSTITUÏÇÕES DA COMPANHIA

Sumário: — *1. Redacção das Constituïções. — 2. Prudência humana e luzes sobrenaturais. — 3. Breve análise. — 4. Princípios basilares. — 5. Fim apostólico. — 6. Universalidade de acção. — 7. Sistema de govêrno. — 8. Sem hábito particular, sem côro, sem taxa de penitências, sem cuidado de congregações femininas. — 9. Formação demorada, anos de provação. — 10. Votos simples e voto de não aceitar dignidades. — 11. Perpetuïdade, estima e louvores.*

1. — Foi demorado e consciencioso o trabalho de redigir as Constituïções da Companhia de Jesus. A meditação ponderada, as consultas, a experiência e a invocação contínua do auxílio celeste deram-se as mãos para saírem com esta obra admirável de prudência legislativa e organizadora. Não sem justo fundamento podemos asseverar que já desde o retiro de Manresa começaram a elaborar-se e a desenhar-se ainda inconscientemente no espírito de Inácio os primeiros delineamentos do edifício, e se prolongou até o fim de sua vida o labor de seu aperfeiçoamento. Muitas das prescrições, que deixou exaradas no código de suas leis, tiveram origem nas experiências de seus primeiros anos de convertido e nas ilustrações com que o céu liberalmente o favorecia. Das palavras de Inácio se deduz que êle, quando se pôs a escrever as Constituïções que haviam de reger a sua Companhia, lançou os olhos pelos sucessos de sua vida anterior, e recolhendo as lembranças do que por êle passara, conheceu o que melhor podia preparar seus filhos ao trabalho da salvação das

almas, que era o seu objectivo nêste mundo e o meio de procurar a maior glória de Deus. (1)

Mas a sua prudência exigia que aproveitasse também os conhecimentos e conselhos dos que a Providência lhe dera para colaboradores da sua emprêsa. Assim as deliberações que narrámos no capítulo antecedente, ministraram as bases da futura legislação da Companhia. Contudo as ocupações de zêlo em que andavam quase todos divididos, não permitiam que se juntassem para a redacção das leis, e com avisada bem que forçosa resolução determinaram confiar-se dos que morassem na Itália e dar de antemão o seu voto comprovativo às Constituïções em que por maioria de pareceres assentassem os que se pudessem congregar em Roma. Simão Rodrigues assinou com os demais companheiros presentes êsse decreto no dia 4 de março de 1540, véspera da sua partida para Lisboa (2). No ano seguinte, igualmente a 4 de março, seis dos primeiros fundadores novamente se reüniram em Roma antes da eleição do Prepósito Geral e da profissão, «em nome também dos ausentes que lhes haviam dado os seus votos» (3), e recomeçaram aquela momentosa tarefa. Estabeleceram alguns pontos importantes e todos assinaram (4).

De 1541 até 1547 não cessou Inácio de cuidar na legislação de sua Ordem, mas pouco logrou adeantá-la com a distracção de outros empregos, em que se repartia sua actividade. Em 1547 finalmente entregou-se com mais afinco e persistente aplicação a pôr o remate à sua obra. Efectivamente Nadal conta nas suas Efemérides que Inácio naquele ano de 1547 se dera sèriamente a escrever as Constituïções (5), e Polanco acrescenta que êsse cuidado lhe levava muito tempo e lhe custava muito trabalho (6). Mas por disposição da Provi-

---

(1) Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 219-220; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 211.

(2) *Const. Lat. et Hisp.*, 302.

(3) «Quarta martii 1541 convenimus omnes... qui tunc de Societate eramus Romae, nomine etiam absentium qui sua vota nobis dederunt...» *Const. Lat. et Hisp.*, 303, 315; *Mon. Xav.*, I, 811; Fabro, *Mon.*, 52.

(4) *Const. Lat. et Hisp.*, 303-306.

(5) Nadal, II, 2.

(6) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 610.

dência encontrou-se Inácio só naquela ocupação que tanto importava ao bem da Companhia e à glória do fundador. Os seus companheiros que lidavam em Itália, por documento que subscreveram a 14 de janeiro de 1548, declinaram no seu Prepósito Geral êste encargo, e deram sua aprovação às Constituïções que êle já tinha feitas ou havia de fazer (1).

As Constituïções da Companhia de Jesus deviam ser a obra de Inácio de Loiola. Em março daquele mesmo ano já êle anunciava em carta a André de Oviedo, reitor do colégio de Gandia, que, «segundo pensava, brevemente se acabariam de ordenar as Constituïções» (2). Felizmente escolhia por esta ocasião para seu secretário o P. João Polanco, espanhol, que foi como que o braço direito de Inácio na redacção das Constituïções e na diária e copiosa correspondência que tinha o fundador com tôda a Companhia (3). Tamanha diligência se empregou naquele relevantíssimo trabalho, que em 1550 o tinha levado a cabo. Humilde porém como era e tão prudente, não quis publicá-lo antes de o submeter ao exame e aprovação da Companhia. Para êsse fim convocou a Roma de tôda a parte quantos pôde de seus primeiros companheiros e dos padres mais autorizados de sua nova Religião. Entre outros se juntaram nos fins de 1550 e entradas de 1551 Laines, Salmeirão e Simão Rodrigues, Francisco de Borja, que se apresentou ainda em traje e aparato de duque de Gandia, António de Araoz, Diogo Mirão, André de Oviedo, Francisco Estrada e o jovem português Manuel de Sá (4).

Leram o novo código das leis da Companhia, admiraram-no e unanimemente o aprovaram (5). António Brandão, que

(1) *Const. Lat. et Hisp.*, 315; Nadal, II, 3.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, II, 55.

(3) João Polanco era natural de Burgos e fôra admitido à Companhia em 1541. Concluíu seus estudos em Pádua, e pouco depois, nos primeiros meses de 1547, o escolheu Inácio para seu secretário. O mesmo cargo desempenhou com os dois Gerais que sucederam ao fundador até que em 1572, por morte do Geral Francisco de Borja, foi eleito Vigário Geral da Companhia. Faleceu em Roma a 20 de dezembro de 1576. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 519², 536; Nadal, III, 734, 738; Astrain, I, 126, 583; [Schmitt], *Synopsis Hist. Soc. J.*, 69.

(4) Polanco, II, 10, 14, 15, 163; Nadal, II, 4, 5.

(5) Polanco, II, 14.

de Portugal acompanhara a Roma Simão Rodrigues, colhendo os ecos das vozes que as louvavam, escreveu nestes termos a seus irmãos do Colégio de Coimbra: «Das Constituïções que tem feitas não sei mais que fama, que são admirabilíssimas» (1). Não deixaram contudo alguns de fazer pequenas observações sôbre alguns passos de secundária importância (2). Então Inácio, tendo em conta os reparos que a outros ocorreram, ajudado por Palanco, deu-se a retocar a sua obra, e quando lhe pareceu acabada, resolveu finalmente promulgar por tôda a Companhia as Constituïções tão ansiosamente esperadas.

Para êste efeito escolheu um homem que a Providência lhe deparou com todos os dotes necessários à realização da emprêsa. Foi o P. Jerónimo Nadal, espanhol das ilhas Baleares, que nêsse tempo exercia o dobrado cargo de reitor e professor do colégio de Messina. Chamou-o da Sicília a Roma no ano de 1552, meteu-lhe nas mãos o livro de suas leis, cujo sentido e alcance o talentoso maiorquino com as lições de Inácio cabalmente penetrou, e enviou-o pelas várias Províncias da Companhia a desempenhar-se da momentosa missão. Começou-a êle pela Sicília; logo passou a Espanha e Portugal e mais tarde à Alemanha, Áustria e Itália. Houve-se em tôda a parte com plena satisfação do legislador (3). Na Índia coube a honra da promulgação das mesmas leis ao grande missionário António de Quadros, emquanto governava a Província de Goa, no ano de 1556 (4).

No entretanto que se reduziam à prática as leis da Companhia, não cessou Inácio de as ir aperfeiçoando emquanto lhe durou a vida. Por sua morte as entregou à sua Companhia para que ela na primeira Congregação Geral as aprovasse com sanção definitiva (5). Desta sorte três foram os

---

(1) *Epist. Mixtae*, II, 514. Carta de Roma, de 20 de fevereiro de 1551.

(2) Cf. *Const. Lat. et. Hisp.*, 337-339

(3) Polanco, II, 550-555; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, V, 7, 108-109, 269; Nadal, I, 153, 279, 311, II, 8.

(4) Polanco, VI, 779; Orlandini, XV, n. 128; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. I, D. II, § 12.

(5) «Constitutiones... confecit... quanvis ultimam manum imponendam primae Congregationi generali reliquit». Polanco, VI, 39.

textos das Constituïções, que saíram sucessivamente das mãos de Inácio. O primeiro apresentou-o êle, para ser examinado, aos padres que em 1550 a 1551 reüniu na cidade de Roma, o segundo promulgou-o Nadal de 1552 em deante, e o terceiro, que pouco difere do anterior, é o que nos deixou o fundador como seu último testamento (1).

A primeira Congregação Geral acolheu com a maior veneração o precioso legado, e nos primeiros decretos deu às Constituïções aprovação e firmeza, e mandou que se observassem, como estavam no exemplar manuscrito que Inácio legara à Companhia. Mais ainda decretou que nem sequer se tratasse de as alterar em ponto nenhum dos substânciais, e que as coisas de secundária importância nunca se viesse em mudá-las senão por fôrça de experiência que o aconselhasse ou de alguma razão que evidentemente o persuadisse (2). Não deve ter tido pouco pêso nesta decisão o voto que em Valhadolide a 12 de março de 1558 assinaram com Francisco de Borja e António de Araoz, os Padres Miguel de Tôrres, Luís Gonçalves da Câmara e Gonçalo Vaz, e levaram a Roma para ser lido naquela assembléia a que eram enviados como representantes da Província de Portugal. Neste voto emitiam os signatários o parecer de que as Constituïções se não deviam alterar de modo nenhum, não só pela verdade que brilhava em suas leis e pela bôa experiência que de sua observância se colhera, como também por terem sido «ordenadas por um instrumento tão dotado de prudência e de sciência tão santa e católica» (3). Nem foi outro o sentir da Congregação. De unânime acôrdo as sancionou ela apenas com ligeiras modificações do texto e acrescentamentos de pouca monta, e ordenou que logo se dessem à estampa na sua tradução

(1) *Const. Lat. et Hisp.*, Praefatio, VIII; Astrain, I, 137, 139.

(2) «Propositum fuit an liceret et etiam expediret ex Constitutionibus aliquid mutare. Et visum est ac statutum eas firmas et ratas habendas esse et etiam observandas, prout in exemplari originali P. M. Ignatii habentur. Deinde ... non esse agendum ... de Constitutionibus substantialibus nostri Instituti. De aliis posse quidem tractari; sed sine experientia vel ratione clarissima nihil posse immutari». *Congr. I*, dec. 15, 16, em *Instit, Soc. J.*, II, 161, 162.

(3) Borgia, III, 341, 360.

latina diligentemente conferida com o original castelhano (1). Em 1559 mandavam-se impressas a tôda a Companhia com uma carta, em que se encarecia o empenho com que tinham sido exaradas por Inácio, a estima e reverência com que foram recebidas e aprovadas pela Congregação Geral e a exacção com que deviam ser observadas (2).

2. — Para levar a efeito obra tão bem acabada e que logrou desde seus princípios geral aceitação, usou Inácio os meios que lhe ditava a prudência humana, mas empregou sôbre todos o recurso a auxílios sobrenaturais. Estudava, consultava, meditava, reflectia nas experiências de sua vida. Como se não houvessem porém tão diligentes indústrias de bastar a concluir coisa nenhuma, buscava na oração inspirações para tôdas as dúvidas. A obra era de Deus: a mão de Deus havia de ter nela a parte principal. Foram efectivamente extraordinárias as luzes do céu que lhe iluminaram a mente para estender a traça do edifício que Deus lhe encarregara. De longe começou a graça do Senhor a prepará-lo.

---

(1) *Instit. Soc. J.*, II, 173, *Congr. I*, dec. 79.

(2) *Constitutiones Societatis Jesu*, (Romae, 1908), pag. XV-XX. A primeira edição das Constituïções foi feita em Roma no ano de 1558. Nos anos seguintes novas edições latinas saíram a lume com o intento de reproduzirem com mais exactidão o original castelhano de S. Inácio. Só em 1606 é que se publicaram na língua original juntamente com a tradução latina. Já porém no ano de 1574 o português P. Manuel Rodrigues, então vice-reitor do Colégio de Coimbra, e depois Provincial da Província portuguesa e Assistente em Roma, escrevia ao Geral Mercuriano a lembrar-lhe que seria proveitoso imprimir as Constituïções em castelhano «porque hará mucha devoción y applicación leerlas en la misma lengua que nuestro P. Ignacio las compuso y dizen los que le conocieron que se exprimió mucho a si mismo en ellas». Mss. S. J., *Lus.* 66, f. 277. Carta de Coimbra, a 8 de outubro de 1574. Do que dizemos no texto concluímos que se conservaram com o maior escrúpulo e respeito as Constituïções do santo fundador. Os decretos da primeira Congregação Geral, a que presidiu Laines, segundo Geral da Companhia, bem o demonstram. Não faltam porém escritores que asseverem o contrário! Herrmann Müller, no seu livro *Les Origines de la Compagnie de Jésus,* Paris, 1898, pag. 246 segg., pretende provar, com suposições infundadas ou falsas, que Laines alterou a seu capricho a obra de Inácio. Bastaria o exame da *Reprodução fototípica* do autógrafo castelhano das Constituïções, feita em Roma em 1908, para desmentir as invenções de Müller.

Inácio, é verdade, não teve desde os primeiros anos de sua conversão conhecimento de que o céu o destinava a ser fundador de uma Religião nova; mas Deus, que o escolhera para tão alto fim, providencialmente o foi enriquecendo de sciência sobrenatural, donde mais tarde êle havia de haurir as luzes necessárias à realização da emprêsa que lhe era confiada. «Ainda que naqueles princípios, escreveu o P. Ribadaneira, não sabia Inácio o que o Senhor acêrca dêle determinara, sabia-o Deus, e por isso o ia dispondo para fazer dêle o fundador da Companhia e grande patriarca de sua Igreja, e lhe ia dando nos Exercícios um dos meios com que êle havia de reünir e afeiçoar os membros da sua mesma Companhia...» [1].

Entre os esclarecimentos sobrenaturais que iluminaram seu espírito é célebre o que se conhece pelo qualificativo de *exímia ilustração*, que em Manresa lhe inundou de claridades a mente, junto às ribanceiras do Cardoner. Luís Gonçalves, que dos lábios de Inácio colheu a notícia do prodigioso acontecimento, refere que daquela ilustração tiveram origem muitas das coisas que o fundador estabeleceu na Companhia [2]. A mesma persuasão manifestou Nadal, quando escreveu que «Inácio dava por fundamento de todo o Instituto da Companhia aquela exímia ilustração de seu espírito, que em Manresa, no princípio de sua conversão recebera por singular favor de Deus e grande privilégio da graça divina» [3].

---

(1) Ribadaneira, II, 504. Cf. Van Orthroy, *Manrèse*, (Bruxelles, 1908), pag. 412.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 54, 220. — Inácio ao referir a Luís Gonçalves a *exímia ilustração* (*ib.* pag. 54), não disse expressão nenhuma donde se pudesse entender que lhe fôra revelada a fundação da sua Companhia. Não houvera omitido esta circunstância de tanta consolação para seus filhos, se desde Manresa tivesse tido intuïção profética de que a fundaria nos anos vindoiros, pois bem sabia que para proveito e edificação da Companhia e de seus membros fazia aquela revelação. Assim lho pedira o P. Nadal: «Obsecro... ut nobis explices, Pater, quemadmodum Dominus te instituerit ab initio tuae conversionis: id confidere nos, fore nobis et Societati utile in primis». *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 36. Cf. Van Orthroy, *Ob. cit.*, pag. 402-403.

(3) «Totius Instituti rationem reddebat Pater Ignatius illustrationem illam eximiam mentis suae, quam singulari Dei benignitate ac magno di-

Mas se naquele maravilhoso noviciado de sua vida religiosa na cidade catalã Deus o ia dispondo, como de longe, para ser o fundador e legislador de uma corporação tôda consagrada ao bem das almas, quando já de propósito se pôs ao trabalho de escrever as Constituïções para a Ordem de que era o superior primeiro, o mesmo sapientíssimo Senhor lhe foi inspirando ou confirmando as leis que haviam de reger a Companhia, e como que lhe guiava a mão para compôr sàbiamente o código que devia ser a norma perpétua de um esquadrão de apóstolos.

Temos sôbre êste importante acontecimento testemunhas irrefragáveis. O P. Laines, a quem Inácio perguntara se Deus tinha revelado aos fundadores tôdas as minudências do Instituto de sua Religião, ou se lhes deixara algumas à prudência e discrição natural, respondeu-lhe que Deus, segundo êle entendia, como autor de tôdas as Ordens religiosas, inspirava os fundamentos e coisas mais próprias e substanciais dos vários institutos àquele a quem escolhera para instrumento principal da fundação; e Inácio, como a confirmar especialmente para a Companhia o que Laines geralmente dissera das diversas Religiões, assentiu, e declarou que «também êle era do mesmo parecer» [1]. Já êste testemunho, nos autoriza a supor que pelo menos as leis substanciais da Companhia de Jesus as recebeu Inácio por inspiração do céu.

Mais explìcitamente o confessou o mesmo legislador. Ao seu confidente Luís Gonçalves da Câmara, que lhe perguntara como se houvera no escrever das Constituïções, satisfez com ponderação e solenidade mais que ordinária, protestando que não havia exagerações nas coisas que lhe contava com intenção puríssima e singeleza de verdade, e respondendo que era sim grande a facilidade com que tratava com Deus e que o Senhor se lhe mostrava e comunicava de muitas maneiras [2]. «Quando escrevia as Constituïções, prossegue L. Gonçalves reproduzindo as afirmações de Inácio, tinha

---

vinae gratiae privilegio accepit ad initia suae conversionis Manresae». Nadal, IV, 652.

(1) Ribadaneira, *Vida,* L. V, C. I.

(2) *Mon Ignat.,* ser. 4.ª, I, 97.

com muita freqüência visões do céu. Podia-o agora asseverar fàcilmente porque dia a dia passava ao papel o que sentia na sua alma, e o tinha ali escrito. E logo me mostrou um maço bem grande de apontamentos, de que me leu boa parte. No mais eram visões, que tinha em confirmação de alguma das Constituïções. Via umas vezes a Deus Padre, outras as três pessoas da Trindade, e de quando em quando a Mãe de Deus, que umas vezes intercedia, outras confirmava» ([1]).

A maneira como Inácio no meio destas ilustrações ia executando ponderadamente a sua obra, o mesmo ditoso confidente no-la declara. Celebrava missa cada dia, nela representava a Deus o ponto que o trazia ocupado, e pedia na oração as luzes para o resolver com acêrto. Deus correspondia enchendo-lhe de consolação a alma e de luz o entendimento ([2]). Podemos inferir de tão autorizado testemunho que não há parte de alguma importância nas Constituïções, que não tenha sido ou inspirada pela sabedoria divina ou confirmada por Deus e Maria Santíssima. Ainda as regras que nos parecem menos fundamentais, como são as *Regras da Modéstia*, poucas e breves, atestou Inácio que lhe custaram muitas orações e lágrimas ([3]). Quanto mais terão sido ponderadas com reflectida prudência e ordenadas sob a influência das luzes do céu as leis que tocam na organização fundamental e particular da nova Ordem! Assim não é maravilha que as Constituïções da Companhia tenham saído das mãos de Inácio obra perfeita e bem acabada.

3. — Para formarmos algum conceito da sua perfeição, percorramo-las num breve relance de olhos. Antes de traçar as Constituïções pròpriamente ditas, escreveu Inácio um livro como preliminar, para dirigir a Companhia no recrutamento e escolha de seus membros. Intitulou-o *Exame* ([4]), porque à luz das prescrições que contém, se examina o candidato não só para descobrir nêle as boas ou más qualida-

(1) *Ob. cit.*, 97-98.

(2) *Ob. cit.*, 98; *Const. Lat. et Hisp.*, 349-363.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 366.

(4) *Primum ac generale Examen iis omnibus qui in Societatem Jesu admitti petent proponendum*, em *Instit. S. J.* Vol. II, pag. 1.

des, que ou lhe facilitam ou lhe impedem a admissão, mas também para lhe medir as fôrças e a firmeza da vocação e propósito, com lhe pôr deante dos olhos o dificultoso e árduo do Instituto que pretende abraçar. Com êsse intuito apresenta em primeiro lugar o legislador o fim da sua Companhia, declarando que «é não sòmente ocupar-se na salvação e perfeição das almas próprias com a graça divina, mas também com a mesma procurar intensamente a salvação e perfeição dos próximos» (1).

Logo aponta os meios que melhor e mais seguramente ajudam à consecução de fim tão elevado. Enumera os votos essenciais com o quarto de especial obediência ao Sumo Pontífice, indica o modo de viver comum no exterior, distingue as classes de pessoas que na Ordem se admitem, e insinua os demorados anos de prova e estudo da Religião, «para que de uma parte e de outra se proceda com maior clareza e conhecimento, e, quanto mais fôr provada a constância de cada um, tanto mais contentes e firmes se mostrem no divino serviço e vocação primeira para glória e honra da Divina Majestade» (2).

Segue-se nos capítulos segundo e terceiro um minucioso exame dos impedimentos, que podem tolher de todo ou dificultar a entrada do aspirante, das qualidades e disposições que o recomendem ou tornem menos apto, e particularmente da espontaneidade e firmeza da determinação que o trouxe a bater às portas da casa religiosa.

Nesta conjuntura descobre-lhe Inácio no capítulo quarto com tôda a clareza a sublime e dificultosa perfeição da Companhia, e as provas a que ela sujeita quantos se lhe querem lançar nos braços. Exige de todos completa renúncia do mundo e de suas riquezas, desprendimento da carne e sangue e de todo amor desordenado, e até desapêgo da própria fama; prova-lhes e acrisola-lhes a virtude com as seis grandes experiências de Exercícios Espirituais por um mês inteiro, de serviço nos hospitais, de peregrinações, de

(1) *Examen,* C. I, n. 2; *Sumário,* regra 2, em *Regras da Comp. de Jesus,* pag. 4.
(2) *Examen,* C. I, n. 13.

ofícios humildes, de ensino do catecismo e de ministérios sacerdotais, experiências a que hão de submeter-se primeiro nos dois anos de noviciado e de novo mais tarde, ao terminarem a carreira dos estudos, no terceiro ano de provação. Manda-os vestir, comer e dormir como pobres; exercita-os em mesteres de humildade; impõe-lhes a obediência mais perfeita e obriga-os a darem conta de sua consciência para serem conhecidos e governados pelo Superior.

Emfim requer do pretendente disposição e desejos de se abraçar com o mais sublime da perfeição evangélica, de modo que «assim como os mundanos, que seguem ao mundo, amam e buscam com tanta diligência honras, fama, e estima de grande nome na terra» (1), assim êle caminhando em espírito e seguindo de-veras a Cristo Nosso Senhor, ame e deseje «intensamente tudo o contrário que é vestir-se do mesmo traje e libré de seu Senhor por seu amor e reverência, tanto que, quando fôsse sem ofensa alguma de sua Divina Majestade e sem pecado do próximo, folgaria de passar injúrias, falsos testemunhos e afrontas» (2).

Como porém esta humildade é tanto costa arriba da natureza, se o aspirante não percebe em sua alma êstes lances de heroísmo, manda perguntar-lhe se pelo menos tem desejos de sentir êsses desejos e está determinado em todo o caso a não vingar as injúrias que por ventura lhe fizerem e a levá-las em paciência com a graça de Deus (3). Tão elevada põe Inácio a perfeição que de seus filhos espera, e tão leal, aberta e quase rude é a franqueza com que manifesta, aos que pretendem a Companhia, as dificuldades desta vocação, para que se retirem se não se acham com fôrças e cabedal para a fábrica de tão alto edifício.

Nos quatro últimos capítulos expõe com mais pormenores o exame, acomodando-o a várias classes de pessoas, de letrados, coadjutores espirituais e temporais, escolásticos e indiferentes, «para que em tudo haja de uma parte e outra satisfação e maior clareza, sendo tôdas as coisas estabelecidas e

---

(1) *Examen*, C. IV n. 44.
(2) *Examen*, l. c.; *Sumário*, regra 11.
(3) *Examen*, C. IV, n. 45

encaminhadas ao maior serviço e louvor de Deus e Senhor Nosso» ([1]).

Talvez cause estranheza a diligência e minuciosidade que Inácio ordena no examinar os que pedem admissão à Companhia. A razão é porque êle bem conhecia as dificuldades particulares da Ordem que fundara, e queria que não fôssem admitidas senão pessoas muito escolhidas e bem provadas. ([2]).

Depois dêste magnífico preâmbulo, que nos ministra idéia geral mas precisa e clara da Companhia de Jesus, entra o legislador pròpriamente nas Constituïções de sua Ordem. No Proémio depois de declarar que a lei, que sôbre tôdas há de reger a sua Companhia, é «a interior lei da caridade e amor que o Espírito Santo escreve e imprime nos corações» ([3]), propõe o plano de tôda a obra que vai escrever, porque a determinação do Vigário de Cristo, os exemplos dos santos e a razão aconselham e ensinam que são necessárias leis exteriores para o acertado regime das corporações. Como porém, observa o legislador, na execução primeiro ocorrem os meios e coisas particulares, depois se alcança o fim e bem universal, ainda que êste seja primeiro na intenção, dá princípio ao seu trabalho versando o que toca aos membros da Companhia e sua formação espiritual, e depois se ocupará de todo o corpo que êles constituem.

Então explica o seu plano e anuncia que tratará primeiro da admissão e dimissão das pessoas (P. I. e II), em segundo lugar da formação espiritual e literária dos admitidos (P. III e IV), logo da incorporação dos já formados e suas obrigações (P. V e VI), a seguir dos ministérios com os próximos (P. VII), depois da união e govêrno da Companhia (P. VIII e IX), finalmente dos meios de a conservar e fazer crescer no seu espírito próprio (P. X). Apresentada com nitidez esta

---

(1) *Examen*, C. VIII, n. 3.

(2) «Refert plurimum ad divinum servitium, convenientem haberi delectum eorum qui admittuntur et diligentiam adhiberi ut intelligatur quae eorum sint dotes et vocatio». *Constitutiones* P. I, C. I, n. 3. — «Diligenter considerari oportet, ne quis admittatur, nisi qui donis illis Dei praeditus sit, quae hoc Institutum ad ipsius gloriam exigit». *Ib.* n. 4, C.

(3) *Constitutiones*, Proémio, n. 1; *Sumário*, regra 1.

divisão lógica, desenvolve-a magistralmente estabelecendo nas *Constituïções,* pròpriamente ditas, com maior concisão os princípios e leis de mais universalidade, e ajuntando *Declarações*, que tendo a mesma fôrça de obrigar, descem a minudências explicativas das leis gerais.

Passemosr àpidamente por cada uma das *Partes.* Na PRIMEIRA, depois de determinar quem tem autoridade para admitir, de encarecer o empenho que se há de ter no examinar e conhecer os aspirantes, e de inculcar que só devem receber-se os que possuírem as qualidades que a perfeição do Instituto demanda, enumera, como no *Exame,* os impedimentos que ou fecham totalmente a porta da Companhia ou pelo menos tornam mais difícil a entrada. São de todo excluídos os que se tiverem alguma vez pùblicamente desviado da Fé cristã ou separado da unidade da Igreja; os que perpetraram homicídio ou incorreram em infâmia; os que vestiram hábito de outras Religiões; os ligados pelo vínculo de matrimónio ou legítima servidão, e os que tenham pouca firmeza de juízo. Termina esta parte expondo a maneira por que se há de realizar a admissão.

Na SEGUNDA PARTE começa por assentar o princípio que tanto contribui para a boa conservação das Ordens religiosas. «Assim como é conveniente aumentar a Religião com obreiros idóneos e úteis para o fim que ela se propõe, assim também se torna necessário licenciar os que forem inúteis ou nocivos ao bem comum da Corporação» (1). Logo declara que a dimissão tanto deve ser mais dificultosa quanto forem mais estreitos os laços jurídicos que prendem à Companhia os vários membros que a formam; por fim menciona e examina as causas físicas e morais da dimissão, e recomenda instantemente a ponderação, reserva, atenção e caridade com que todos devem ser despedidos.

A TERCEIRA PARTE versa tôda ela sôbre a formação dos que entraram aos noviciados da Companhia, primeiro no que toca à alma, e logo no que diz respeito ao corpo. Expõe no primeiro capítulo áureos preceitos de bem provada ascética, onde se inculcam e ensinam as mais altas e sólidas vir-

(1) *Constitutiones,* P. II, n. 1.

tudes, e no segundo dá regras de boa moderação e prudência para conservar a saúde e fôrças necessárias ao divino serviço.

A QUARTA PARTE, a mais extensa de tôdas as dez partes das Constituïções, é um verdadeiro programa de formação literária e scientífica não só dos membros da Ordem, mas da juventude secular que freqüenta as suas escolas. Estabelece com precisão e clareza, na sua necessária brevidade, as leis fundamentais da educação e ensino, que deve ministrar a Companhia. Para isso marca o fim que se há de ter em mira neste ministério tão fecundo, regula a fundação dos colégios e Universidades, a sua administração económica, a sua organização, regime e actividade quanto a directores e professores, quanto à doutrina que se há de seguir, que é a mais segura, quanto às artes e sciências que se hão de ensinar; aponta os livros que se hão de explicar e os graus que se hão de conferir, e define o método de estudo e de ensino que se há de ter, e os meios pedagógicos que se hão de empregar. É a base sólida do futuro sistema, que tanto prevaleceu nas escolas e se denominou *Ratio Studiorum*.

A PARTE QUINTA desenvolve o processo de encorporar na Companhia os que tão cuidadosamente foram provados e formados. Nela se descreve a organização e estrutura especial do corpo da Companhia, constituído por diversas classes de membros, de escolásticos e coadjutores aprovados, de coadjutores espirituais e temporais formados com votos simples e públicos; de professos de três votos e de professos de quatro votos, uns e outros solenes. Estes últimos são a parte principal e o escol dos membros da Companhia, e devem sobrelevar pelo primor da virtude e excelência do saber [1].

Na SEXTA PARTE ensina como devem proceder na virtude os religiosos desta maneira encorporados, e evitar qualquer ocupação que lhes embarace os ministérios da salvação das

---

[1] «Quarta hujus nominis Societatis acceptio et maxime propria, Professos duntaxat continet: non quod ejus corpus alia membra non habeat, sed quod hi sint in Societate praecipui». *Constitutiones*, P. V, C. I, A.
«Non enim alii quam spiritus et doctrinae selectae viri... ad professionem admitti debent». *Ibid.*, P. X, n. 7.

almas. Na castidade quer que sejam como anjos; na obediência hão de extremar-se procurando com tôdas as fôrças que ela «seja quanto à execução e quanto à vontade e quanto ao entendimento sempre em tudo perfeita; fazendo com muita presteza, alegria espiritual e perseverança quanto nos for mandado, persuadindo-nos ser tudo justo e negando com cega obediência todo o nosso parecer e juízo contrário» ([1]). A pobreza hão de considerá-la «como muro forte da Religião e amá-la e conservá-la em sua pureza, quanto fôr possível com a graça divina» ([2]). Por fim num rasgo de amor e benevolência paternal dispõe que as suas Constituïções não obriguem sob pena de pecado na sua observância, para que todos as guardem não coagidos pelo temor da ofensa, mas levados pelo amor e desejo de tôda a perfeição.

Mas «assim como na sexta parte, prossegue Inácio, se tratou do que deve observar cada um para consigo mesmo, assim agora na PARTE SÉTIMA se hão de declarar as obrigações para com os próximos», segundo fim tão próprio do Instituto da Companhia ([3]). Conseguintemente enumera e explica os ministérios apostólicos que por tôda a parte do mundo à Ordem do Sumo Pontífice e dos superiores hão de exercitar, buscando sempre o maior proveito das almas e a maior glória divina. São de prudência sobre-humana as normas segundo as quais se devem distribuir os operários na vinha do Senhor. Quanto aos países e lugares onde serão enviados, quer Inácio que se tenha em vista a maior indigência espiritual dos habitantes, a esperança de fruto mais seguro e abundante, o dever de maior gratidão para com os povos, o maior número e importância de personagens que pela sua autoridade, saber e exemplo podem difundir mais largamente o bem, e até a maior desafeição que os inimigos de Cristo suscitarem contra a Companhia ([4]).

Quanto às obras que se hão de fazer, se não se podem

---

(1) *Constitutiones*, P. VI, n. 1; *Sumário*, regra 35.
(2) *Constitutiones*, P. VI, n. 2; *Sumário*, regra 23.
(3) *Constitutiones*, P. VII, n. 1.
(4) *Constitutiones*, P. VII, C. II, D; *Epitome Instituti, S. J.*, Romae, 1924, n.º 619.

abarcar tôdas, prefiram-se as espirituais às corporais; as mais perfeitas e melhores às inferiores; as mais urgentes às que se podem mais fàcilmente dilatar; as que são mais próprias do espírito da Companhia e mais descuidadas às que outros cuidadosamente praticam; as mais seguras, fáceis e desembaraçadas às mais perigosas, dificultosas e demoradas, sendo tôdas de igual importância e necessidade; e as mais universais e duradoiras às particulares e transitórias. Quanto aos sujeitos que se mandam, para as coisas de maior gravidade enviem-se os de maior confiança e préstimo; para as de maior trabalho os mais robustos; para as de maior perigo os mais firmes na virtude; para às personagens de prudência e govêrno os de mais discrição, graça e autoridade; e para o povo os que sobressaem pela eloqüência da prègação e destreza no tribunal da penitência [1]. E tôdas estas circunstâncias se hão de considerar tendo deante dos olhos ùnicamente a maior glória de Deus.

Na PARTE OITAVA entra o legislador a tratar do govêrno da Companhia, e primeiro demonstra como se há-de manter a necessária união em que devem estreitar-se os membros da Companhia de Jesus entre si e com os superiores para que tôda ela, como exército bem ordenado se encaminhe à consecução do seu fim; logo ordena e fixa o regulamento das Congregações, que a seus tempos se hão de convocar para a eleição do Prepósito Geral e para legislar sôbre os negócios mais importantes que respeitam ao bom ser e govêrno de tôda a Corporação. De duas espécies são as Congregações que se denominam Provincial e Geral. A Congregação Provincial só elege os procuradores que vão a Roma tratar os negócios da respectiva Província, e os vogais que hão de ter parte na Congregação Geral. Esta elege o Prepósito Geral, goza da jurisdição suprema sôbre todos os membros da Companhia e constitui nela o supremo poder legislativo.

A PARTE NONA explica o govêrno ordinário de tôda a Ordem. A plenitude do poder reside no Geral, de quem desce ordenadamente para os Provinciais, reitores e demais superiores na medida que lhe parecer mais conveniente ao

(1) *Constitutiones,* P. VII, C. II, E, F; *Epitome,* n.º 620, 621.

bom govêrno da Corporação. O Geral é eleito para tôda a vida e deve ser avantajado em dotes que o tornem apto a desempenhar dignamente cargo tão elevado e de tão sérias e complicadas obrigações. Há de assinalar-se pela íntima união com Deus, pelo esplendor da caridade e sincera humildade que o façam bem aceito a Deus e aos homens, pelo domínio de suas paixões, pela rectidão e severidade, temperadas de benignidade e mansidão, pela grandeza de alma e fortaleza capaz de grandes empreendimentos, pela clareza de entendimento e excelência de juízo, pelo dom de discrição, pela vigilância, solicitude e destreza nos negócios, e pelas prendas corporais que maior autoridade lhe conciliem para a edificação e serviço do Senhor [1].

A-fim de o auxiliarem no cumprimento do cargo, conserva a seu lado um admonitor, um secretário e um procurador geral e, além doutros empregados subalternos, quatro ou mais Assistentes, que lhe servem de conselheiros e o ajudam respectivamente no govêrno das grandes divisões da Companhia, chamadas Assistências; e ao longe tem os Provinciais que regem as Províncias em que se repartem as Assistências, e os prepósitos, reitores e superiores, que governam as casas de cada Província [2].

Declarado o govêrno universal da Companhia, põe Inácio o remate a seu código com a PARTE DÉCIMA em que explica resumidamente «como se há de bem conservar e aumentar todo êste corpo» [3]. Os princípios que estabelece, nascem todos da virtude e fé sobrenatural sem a mais pequena interferência de política humana. «Como a Companhia, começa êle, não foi instituída por meios humanos, não se pode também por êles nem conservar nem aumentar, mas só pela graça omnipotente de Cristo Deus e Senhor Nosso» [4], e assim dêle só há de esperar a conservação e aumento do que para seu serviço e glória e bem das almas houve por

---

(1) *Constitutiones*, P. IX, C. II; *Epitome*, n.os 781-782.

(2) Em 1931, junho, são sete as Assistências, repartidas em 39 Províncias e cinco Vice-Províncias independentes, com mais de 22.000 religiosos.

(3) *Constitutiones Lat. et Hisp.*, P. X, pag. 285. «De como se conservará y aumentará todo este cuerpo en su buen ser».

(4) *Constitutiones*, P. X, n. 1.

bem começar. Conforme a esta esperança aponta em primeiro lugar o auxílio da oração e dos santos sacrifícios; logo recomenda como meios mais eficazes a bondade, a virtude, particularmente a caridade, pura intenção, familiaridade com Deus, zêlo sincero do bem das almas, sem o mais pequeno interêsse, porque êsses mais unem com Deus o instrumento e melhor o dispõem para ser governado pela divina mão; e dêste modo «se deve procurar que todos os da Companhia se dêem às sólidas e perfeitas virtudes e às coisas espirituais, e se faça mais caso delas que das letras e outros dons naturais e humanos, porque os dons interiores são os que hão de dar eficácia aos exteriores para o fim que se pretende» [1].

Sôbre êste fundamento de piedade genuína assentam os demais meios que aconselha e persuade: doutrina sólida, boa maneira de a propôr e ensinar, arte e primor de tratar e conversar com os homens, disciplina religiosa, conservação da pobreza, isenção de ambições, contra as quais façam os professos voto de não aceitar dignidades, recrutamento esmerado e escrupuloso dos que se hão de admitir, eleição prudente de superiores, caridade e união dos membros entre si e com a cabeça, justa moderação nos trabalhos, cuidado da saúde, observância sem extremos de rigor nem relaxação, amor universal sem distinção de partidos entre príncipes ou senhores cristãos, cuidado em manter a benevolência de todos, principalmente dos que pela sua posição mais podem ajudar ou empècer o bem das almas, e finalmente exacção na guarda das Constituïções.

4. — Tal é, tracejado em rápido esbôço, o código da legislação da Companhia de Jesus. A cada passo se sente bater o coração do legislador, que como que transfundiu naquelas páginas maravilhosas o espírito que o animava às grandes emprêsas da maior glória de Deus. As Constituïções são o retrato de Inácio. Assim o pensavam os contemporâneos. Luís Gonçalves da Câmara confessa que a primeira vez que lera em Roma as Constituïções «não lhe parecia, lendo-as, senão que via ali pintado nosso Padre» [2]. E Riba-

(1) *Ob. cit.*, P. X, n. 2; *Sumário,* reg. 16.
(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 200, 263.

daneira, que tão de perto conhecera o santo fundador, tinha para si que nas Constituïções em que Inácio descrevera qual devia ser o bom Prepósito Geral da Companhia, sem o cuidar, se pintara ao natural e nos deixara de si mesmo um como perfeitíssimo retrato (1).

Mas há três princípios basilares que Inácio assentou no seu código e tirou do mais fino e generoso de seu espírito, para que fôssem a alma e vigor de tôdas as suas leis, e a energia impulsora da acção de sua Companhia. O primeiro é o que se resume nas palavras *para maior glória de Deus*. Êste lema repete-o a cada página das Constituïções com uma complacência edificativa, como para significar que essa deve ser a ânsia contínua de tôdas as aspirações da Companhia e o fim último a que há de tender. Assim como a Inácio, quando militava nos exércitos terrenos, todos os seus pensamentos o levavam à busca da glória mundana, assim agora êle, cada um de seus filhos e tôda a sua Companhia devem ser movidos a tôdas as suas emprêsas pelo desejo único e ardente da glória divina. Bem o expressou quando escreveu que a «Companhia em tôda a sua organização era instituída para a maior glória de Deus» (2).

Assim é que o recrutamento e entrada das pessoas na Companhia de Jesus tem como norma ùnicamente «a maior glória, louvor e serviço de Deus» (3). O estudante na sua longa carreira e formação leve os olhos no mesmo lema, e o empenho de seus estudos, a doutrina que há de seguir e os autores que lhe hão de explicar, tudo será regulado pelo maior serviço e glória da Divina Majestade (4). Até os humildes mesteres dos coadjutores são dirigidos «ao maior serviço e glória de Deus Nosso Senhor» (5). As missões, as prègações e todos os ministérios sacerdotais em qualquer parte do mundo só tendem ao mesmo nobilíssimo fim de procurar a

(1) Ribadaneira, *Vida*, L. V, na introdução.

(2) «...Societatis, quae tota ad majorem Dei gloriam... instituta est». *Constitutiones*, P. III, C. I, n. 9.

(3) *Examen*, C. III, n. 14, 15.

(4) *Constitutiones*, P. IV, C. V, n. 4, C. VI, n. 1, 3.

(5) *Ob. cit.*, P. III, C. I, n. 19.

maior glória de Deus no maior bem das almas [1]. Emfim «na vida tôda e muito mais na morte» o filho da Companhia «há de empenhar-se em procurar que Deus Nosso Senhor seja nêle glorificado e servido» [2] com aquela maior glória «que é o fim único de tôdas as emprêsas da Companhia» [3].

E a maneira de procurar não só a glória de Deus, mas a maior glória, é servi-lo e glorificá-lo na maior extensão que fôr possível. O campo é todo o mundo; não há barreiras à acção da Companhia. Segundo a mente de Inácio, onde quer que brilhar a esperança de mais glorificar a Deus, é êsse o pôsto de combate que êle assinala [4], nem há distinção de pessoas, porque no seu vasto coração «a tôdas as classes de homens abraça para a todos levar à bemaventurança» [5]. Pela mesma razão é que os filhos da Companhia teem de acudir, para exercitarem a sua actividade, onde fôr maior o perigo, e onde se esperar fruto mais abundante, mais duradoiro, mais intenso, e mais universal [6].

Daqui já concluímos que Inácio estabelece outro princípio fundamental para dirigir a Companhia no prosseguimento da sua obra de glória de Deus. É o princípio da maior universalidade do fruto, como tantas vezes encomenda nas suas Constituïções. A regra que sempre se há de trazer deante dos olhos para a repartição dos missionários da Companhia na «vinha tão espaçosa de Cristo Nosso Senhor» [7], é o maior serviço divino e bem universal [8], e quanto mais universalmente se alargar êsse bem, com tanto maior eficácia

---

(1) *Ob. cit.*, P. VII, C. I, n. 1, e B.

(2) *Ob. cit.*, P. VII, C. IV, n. 1; *Sumário*, reg. 51.

(3) *Constitutiones*, P. IV, C. XVII, n. 8.

(4) «... Vitam agere in quavis mundi plaga, ubi majus Dei obsequium et animarum auxilium speretur». *Constitutiones*, P. III, C. II, G.

(5) *Ob. cit.*, P. I, C. III, n. 1.

(6) *Ob. cit.*, P. VII, C. II, D; Meschler, *Die Gesellschaft Jesu*, (Friburgo, 1911) pag. 130 segg.

(7) *Constitutiones*, P. VII, C. II, D, em *Const. Lat. et Hisp.*, pag. 211.

(8) «ut in mittendo ad hunc vel ad illum locum rectius procedatur, prae oculis habendo majus Dei obsequium et universale bonum, ut regulam, ad quam exigi missiones oportet...» *Constitutiones*, P. VII, C. II, D.

deve ser procurado, «porque o bem quanto é mais universal, tanto é mais divino» (1), e dêsse modo é maior a glória que damos a Deus.

Mas para se conseguir êste maior bem com perfeita ordem, segurança e prontidão, compete ao superior, como previdente general, mandar seus soldados a qualquer parte do mundo, e «o súbdito deve receber com ânimo alvoroçado o encargo que lhe é incumbido» (2). Para êsse fim prescreve Inácio a obediência como terceiro princípio e indispensável ao bom govêrno da sua Religião, na qual julga que «a obediência é virtude mais necessária e mais essencial que nenhuma outra» (3). Com palavras da maior ponderação encarece mais de uma vez a necessidade e alcance dessa virtude na Companhia que êle fundara. «Importa muito para se aproveitarem e é grandemente necessário que se dêem todos à inteira obediência reconhecendo o superior, qualquer que seja, em lugar de Cristo Nosso Senhor... e não sòmente obedeçam na execução exterior do que se manda, inteira e prontamente, com a fortaleza e humildade devida, sem escusas e murmurações, ainda que se mandem coisas dificultosas e segundo a sensualidade repugnantes, mas também se esforcem interiormente por ter a resignação e abnegação de suas próprias vontades e juízos, conformando totalmente o seu querer e sentir com o que o superior quer e sente em tôdas as coisas onde se não vir pecado» (4).

Pois nesta perfeitíssima obediência quer Inácio que primem e sobressaiam os seus filhos em tal grau, que seja ela o distintivo que assinale a quantos militam sob a sua bandeira, e a nota particular que bem caracterize a Companhia entre as demais Ordens religiosas. Declara-o expressamente na carta que sôbre essa virtude escreveu em 1553 aos padres e irmãos da Província de Portugal (5). Daqui vinha que não

(1) *Ob. cit.*, l. c.

(2) «Semper autem erit subditi missionem suam, ut de manu Domini, hilari animo suscipere». *Ob. cit.*, P. VII, C. II, C.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IV, 560. Carta de Inácio ao P. Diogo Mirão, de Roma, a 17 de dezembro de 1552.

(4) Constitutiones, P. III, C. I, n. 23; *Sumário*, reg. 31.

(5) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IV, 670-671; III, 509; *Epist. Mixtae*, II, 517.

podia sofrer nem desobediências nem desobedientes, como perturbadores da harmonia e disciplina de um exército bem formado, qual êle queria que fôsse a Companhia de Jesus [1]. O fim e a organização desta Ordem imperiosamente exigiam essa estreita e rigorosa obediência.

5. — Ora uma Congregação religiosa com êste ideal tão levantado e de tão vasta esfera de acção havia de ter forçosamente notas bem distintivas, que a diferençassem de tôdas as demais Ordens. De feito a Companhia apareceu naquele século de lutas e actividade variadíssima como um organismo novo, que atraíu logo as atenções da sociedade. Inácio de Loiola o concebeu na sua mente e o desenhou com nitidez nas suas Constituïções. Já podemos considerar como notas que bem especificam a índole da Companhia, aqueles três princípios da maior glória de Deus, da tendência para o bem universal e da obediência tão singular. Não deixaremos porém de apontar outras notas que mais ainda talvez caracterizam a natureza e organização especial da Companhia. A primeira, fonte de tôdas as demais, é o seu *fim eminentemente apostólico*. Já se haviam fundado outras Ordens mais antigas que participavam em alguma maneira daquele fim nobilíssimo: mas nenhuma existia que tivesse em suas Contituïções como fim primário tão explícito, vasto e intenso, o trabalhar na salvação das almas, como o fundador da Companhia o exarou nas Constituïções da Companhia de Jesus. Tôdas as páginas dêste código legislativo o demonstram com uma clareza irrefragável.

Por entrada propõe Inácio claramente o fim apostólico ao escrever que «o fim desta Companhia é não sòmente ocupar-se na salvação e perfeição das almas próprias com a graça divina, mas também com a mesma procurar intensamente ajudar à salvação e perfeição dos próximos» [2]. Mas êsse fim não o apresenta como fim secundário, a que porventura desse lugar inferior na sua estimação, nem como acidental a que a sua Ordem se devesse aplicar depois do cuidado da própria salvação; antes repetidamente e com ênfase

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, III, 501; IV, 561.
(2) *Examen*, C. I, n. 2; *Sumário*, reg. 2.

declara que a Companhia tende directamente ao fim de procurar a salvação eterna das almas [1], de tal modo que constitui nesta nobilíssima ocupação como que o fim único a que ela, como corporação, deve encaminhar tôdas as suas intenções e actividade. Assim não teve receio de asseverar resolutamente em mais de um passo das Constituïções que a Companhia foi instituída para a salvação das almas, sem mencionar explìcitamente a salvação das almas próprias [2]. Antes, em conformidade com o fim essencial e primàriamente apostólico, cerrava as portas da Companhia a quem nela quisesse entrar só com o intento de cuidar da própria salvação [3].

Mas quem só examinasse o simples desenvolvimento das Constituïções da primeira parte à última, viria impreterìvelmente à mesma conclusão. Tôda a sua urdidura é a de um livro que se destina a formar e dirigir apóstolos. O maior proveito das almas é a norma que o legislador tem deante dos olhos para determinar as qualidades que se hão de exigir dos que pedem ser incorporados à Companhia; para traçar as regras da formação espiritual e literária [4]; para estabelecer a diversidade de graus; para despedir os que se julgarem ineptos; para dispôr a multiplicidade dos ministérios; emfim para regular tôda a vida interna da Corporação e a externa de seus membros no hábito, na compostura e no trato com os homens [5]. Com muita ponderação escreveu o Doutor Exímio que «na Companhia de Jesus todo o pêso da

---

(1) «... Nostrum Institutum quod ad illas [animas] juvandas et disponendas ad ultimi sui finis... consecutionem *recta* tendit...» *Constitutiones*, P. I, C. II, n. 8. — Cum scopus ad quem Societas *recta* tendit, sit suas ac proximorum animas ad finem ultimum consequendum... juvare» *Constitutiones*, P. IV, Proémio.

(2) Cf. *Ob. cit.*, P. III, C. I, n. 9; P. IV, C. XII, n. 1; P. X, n. 2.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 232.

(4) Assim também o explica o doutor Soares Granatense; «Societas... quaerit suorum sociorum perfectionem, ut totam illam mediaque quibus comparatur etc. velit deservire perfectioni proximorum». *De Religione Societatis Jesu*, L. I, C. II, n. X.

(5) Cf. *Examen*, C. VI, n. 3; *Constitutiones*, P. III, C. I, n. 1; P. IV, Proémio; P. V, C. II, n. 1; P. VI, C. I, n. 1; Aicardo, *Comentario*, I, C. IV, pag. 34 segg.

Religião se ordena ao fim apostólico» [1]. Bastaria porém o quarto voto de especial obediência, que solenemente prometem ao Sumo Pontífice os religiosos professos, obrigando-se a ir sem excusa de nenhuma sorte a qualquer parte do mundo, a que êle os quiser enviar, para nos persuadir que esta Corporação é na sua porção principal um agregado de apóstolos.

6. -- Êste zêlo que assim irrompe de tôdas as Constituïções, e deve penetrar todo o organismo da Companhia, quer também Inácio que seja como que universal no seu exercício. Assim como aplicou à sua Companhia o mandato que deu Cristo aos Apóstolos: «Ide e ensinai tôdas as nações» [2], assim lembrado do exemplo de S. Paulo, que se fazia tudo para todos [3], alargou de tal modo os âmbitos à zelosa actividade de seus filhos, que os aconselhou a empregar todos os meios possíveis que fôssem conducentes à salvação do próximo. «O escopo e fim a que tende a Companhia, escreve êle, é discorrer pelas diversas partes do mundo à ordem do supremo Vigário de Cristo Nosso Senhor ou dos superiores dela, e prègar, confessar e usar de todos os meios que puder, para ajudar ao bem das almas com o favor da graça divina» [4]. Nunca surgiu na Igreja Ordem religiosa que tivesse inscrita na sua regra tamanha largueza e vastidão de apostólica actividade. Inácio nada exclui que possa contribuir para a salvação e perfeição das almas; e se alguma reserva parece alguma vez limitar êste programa grandioso, é, como veremos, a que desaconselha certas obras que mais obstariam a esta mesma universalidade.

Nas várias partes das Constituïções e especialmente na parte sétima enumera o fundador os diversos ministérios, indústrias e meios de fazer bem ao próximo: bom exemplo, santos desejos e orações particulares e gerais; missões, prègações e catecismo; confissão sacramental, comunhão e os

---

(1) «At vero in Societate totum Religionis pondus ad hunc finem ordinatur». *De Religione Soc. J.*, L. I, C. II, n. XIV.

(2) Euntes ergo docete omnes gentes. Math. XXVIII, 19.

(3) Omnibus omnia factus sum. I, Cor., IX, 22.

(4) *Constitutiones*, P. IV, Proémio, A.

demais sacramentos; obras de misericórdia espirituais e corporais; ensino de letras e sciências e obras escritas em todos os ramos do saber humano; defêsa e propagação da Fé entre herejes e infiéis; formar as almas pela conversação, pelo conselho e direcção espiritual; ensinar os ignorantes, iluminar os sábios; atender aos humildes, aconselhar os grandes e dirigir as consciências dos príncipes; consolar os enfermos, socorrer os pobres e visitar os encarcerados. Mas tôda esta multíplice actividade tem de ser animada sempre e constantemente moderada pelo fim único e puríssima intenção da maior glória de Deus e maior proveito das almas [1].

7. — Para dirigir com acêrto esta máquina imensa e complicada necessitava-se um *sistema de govêrno* bem constituído e bem travado, forte e juntamente suave e de tal amplidão, que pudesse estender fácil e prontamente a tôdas as partes a sua influência e direcção eficaz. Inácio o ideou e estabeleceu admirável nas Constituïções. É mais uma das características da Ordem que êle fundou. Tôda a Companhia é governada por um Prepósito Geral, que a todo o mundo estende sua jurisdição efectiva. É eleito pela Congregação Geral, constituída por todos os Provinciais com mais dois eleitores enviados de cada uma das Províncias. Para o acêrto da escolha, fecha o legislador a porta a qualquer ambição e parcialidade. Todos, depois de quatro dias de oração e informações, prometem com juramento, antes de lançar o voto na urna, eleger o que julgarem mais digno, tendo em consideração os dotes singulares que Inácio requer na pessoa que há de desempenhar tão alta dignidade [2].

Para maior autoridade, experiência e perfeição do govêrno é o Geral eleito para tôda a vida; e as Constituïções conferem-lhe «todo o poder sôbre a Companhia para edificação» [3]. Dêle, como de centro e fonte, deriva tôda a jurisdição para quantos dentro da Corporação a exercem. Êle no-

---

[1] Cf. Brucker, *La Compagnie de Jésus*, pag. 23-24.

[2] *Constitutiones*, P. VIII, C. VI, n. 6, F.

[3] «Praepositus Generalis omnem habeat auctoritatem in Societatem ad aedificationem». *Constitutiones*, P. IX, C. III, n. 1.

meia os Provinciais, os Prepósitos das casas professas, os reitores dos colégios e outros superiores, que sob a sua direcção contínua governam as Províncias e as casas, tendo cada um a seu lado quatro ou mais consultores; e êle os tira do cargo quando julga conveniente, para os substituír por outros à sua escolha. Desta maneira suprimiu avisadamente Inácio o sistema capitular, que tantas ambições desperta e tamanhas desordens e parcialidades meteu em outras Congregações. Só para a eleição do Geral e seus Assistentes se reúne capítulo ou Congregação na Companhia de Jesus [1].

Mas para conscienciosa nomeação dos superiores e bom acêrto de todo o govêrno, recolhe o Geral contìnuamente de tôdas as partes as precisas informações, como tanto lhe recomenda Inácio nas Constituïções e em suas cartas. Todos os Provinciais, superiores e consultores teem obrigacão de lhe escrever freqüentemente e em tempos determinados; de três em três anos de tôdas as Províncias são enviados a Roma delegados ou procuradores a dar conta ao Geral do estado da Companhia em todo o mundo, e além disso os particulares assìduamente se lhe dirigem a pedir conselho ou a inteirá-lo de negócios de alguma importância. Assim diàriamente iluminado pelas luzes que de longe convergem para Roma, pode o Geral exercer com prudência a sua vastíssima jurisdição e grande autoridade.

Daqui se depreende que o govêrno de execução na Companhia é perfeitamente monárquico. Mas na sua amplidão

---

[1] *Ob. cit.*, P. IX, C. III, n. 3, 7, 14, 15, 16. — Soares, o Doutor Exímio, examinando êste sistema de govêrno, assim o apreciou: «Credo non sine peculiari Dei providentia et Spiritus Sancti inspiratione B. Ignatium hunc modum regiminis Societati reliquisse eumque censeo esse ex rebus in primis necessariis ad Societatis conservationem et profectum et praesertim ad ejus pacem et tranquillitatem. *De Religione S. J.*, L. X, C. III, n. V. No número seguinte diz expressamente que a eleição dos superiores por votos da comunidade *habet in primis magnum periculum generandi spiritum ambitionis... Maxime vero esse potest hoc periculum in electionibus quae per suffragia multitudinis fiunt; quanto enim talis electio declinat magis in regimen democraticum, tanto est minus perfecta et ejusmodi vitiis exposita.*

e fôrça não é govêrno absoluto nem tão ilimitado como o teem exageradamente descrito os adversários da Companhia. A prudência de Inácio marcou-lhe tais limitações que o assegurou do perigo de abusos. Primeiramente o Geral só tem o poder que lhe dão as Constituïções, e estas claramente lhe circunscrevem a esfera de jurisdição. Depois a Congregação Geral constituída por professos, que são os membros mais escolhidos e distintos da Ordem, tem na Companhia a suprema autoridade e é superior ao próprio Geral, cujos actos tem direito de julgar e punir, até porventura chegar a o depôr, se êle ultrapassar os limites do seu poder ou se mostrar indigno do seu elevado cargo. Finalmente rodeiam-no quatro ou mais Assistentes, eleitos pela Congregação Geral, que são os seus conselheiros e admonitores, teem a incumbência de olhar pela pessoa dêle, e podem até convocar a Congregação de tôda a Companhia para o privar do cargo, se êle merecesse a deposição (1).

Desta arte o que se nos poderia antolhar como excessivo e perigoso no govêrno monárquico do Geral, previne-se e suavisa-se pelo elemento preponderante de aristocracia, que sobretudo lhe advém da Congregação Geral e do conselho dos Assistentes. «O sistema de govêrno da Companhia, diz escritor autorizado, é reconhecidamente uma obra prima de sabedoria legislativa. Monarquia e aristocracia unem-se tão estreitamente que se equilibram e compensam num composto admirável de fôrça e suavidade, de ordem e segurança, de energia e ponderação. Não é possível excogitar nem inventar forma de govêrno que melhor quadre à Companhia, cujo fim é tão vasto como o mundo e requer actividade múltipla e operações rápidas» (2).

Com êste equilíbrio e moderação pode o Geral, usando de sua muita autoridade, governar acertadamente a Companhia e dirigi-la com eficácia para as grandes obras que por seu instituto empreende. «Dêste modo, confirma o insigne historiador Astrain, comunicava Inácio à sua Religião vigor interno e virtude enérgica para trabalhar em qualquer

(1) *Constitutiones*, P. VIII, et IX.
(2) Meschler, *Die Gesellschaft Jesu*, pag. 57.

parte da vinha do Senhor, organização fácil e flexível para acomodar-se a tôda a sorte de obras boas, a todos os tempos, a todos os climas e a tôdas as circunstâncias, unidade e travação apertada de seus membros para se empenharem todos à uma e levarem a bom têrmo vastas emprêsas, e por fim, direcção prudente e sábia, sem o que se malogram desastradamente os outros meios de acção» [1].

8. — Com estas novidades que o génio de Inácio introduziu no Instituto da Companhia, ligam-se ainda outras que são conseqüências legítimas e necessárias do seu fim e maneira particular de sua actividade. Primeiro cuidou o legislador de remover tudo o que pudesse obstar à realização completa do seu pensamento. Muitos usos, aliás santos e louváveis, praticavam as Ordens religiosas, que na idade média se haviam constituído e tantos serviços prestaram à Igreja; mas para os tempos que corriam e para o fim peculiar da sua Ordem, julgava-os o santo fundador menos acomodados. Por isso, rompendo animosamente com a tradição monástica, resolveu-se a suprimir o hábito particular e distintivo, a dispensar as obrigações do côro, a não marcar penitências e rigores comuns a todos, e a proïbir o cuidado e direcção de Congregações femininas.

O hábito prescreve Inácio que seja honesto, mas conforme ao uso das terras em que se vive e trabalha, e não contrário à pobreza religiosa [2], e em geral determina que «o modo de viver no exterior seja comum, por justas causas, tendo sempre em vista o maior serviço divino» [3], ou como expressamente declara na fórmula do Instituto, aprovada por Júlio III, «no que toca ao alimento, vestido e mais coisas exteriores sigam o uso comum e aprovado dos sacerdotes honestos» [4]. As justas razões que moveram o fundador a esta inovação, olhavam principalmente a facilitar o trato com tôda a sorte de pessoas, nomeadamente daquelas a quem

---

(1) Astrain, I, pag. LXIX.

(2) *Constitutiones*, P. VI, C. II, n. 15.

(3) *Examen*, C. I, n. 6; *Sumário*, reg. 4.

(4) *Instit. S. J.*, I, 26. Bula *Exposcit debitum* de Júlio III, de 21 de julho de 1550.

afastaria o rigor do hábito monacal ou os sinais exteriores de uma Religião que talvez desconhecessem ou odiassem.

Não causou menos estranheza naquele século a omissão do côro, ou das horas canónicas rezadas em comum. Nas Ordens antigas considerava-se o côro quase como dever essencial das Religiões. O célebre Domingos Sôto, teólogo dominicano, afoitou-se a afirmar que a Igreja, ao instituir uma Ordem religiosa, lhe dá por ofício o canto dos divinos louvores, por ser êsse o emprêgo principal da contemplação; e se alguma Ordem novamente se fundasse sem essa obrigação do côro, apenas mereceria o nome de Religião por lhe faltar o maior esplendor de uma Ordem Religiosa (1). Inácio porém olhando mais alto à glória de Deus, não hesitou em cortar por êsse costume venerando, e estatuíu que, «pois as ocupações que se tomam para ajudar às almas são de grande importância, próprias de nosso Instituto e muito freqüentes... não usem os nossos de côro para as horas canónicas... Outros, e serão muitos, satisfarão com êle à devoção dos fiéis; os nossos é bem que tratem das coisas mais próprias da nossa vocação para a glória de Deus» (2).

Estava contudo tão arreigado aquele uso e a persuasão de sua necessidade, que Paulo IV e Pio V chegaram a ordenar se introduzisse côro na Companhia de Jesus. Só o mandaram porém por preceito que expirava com a morte dos que o impuseram, e Gregório XIII por breve de 28 de fevereiro de 1573 pôs têrmo à questão, e «considerando os frutos abundantíssimos que em todo o mundo produzira esta Ordem religiosa», a dispensou da obrigação do côro, «para

(1) «Ubi Ecclesia Religiones secundum Evangelium instituit... easdem divinis laudibus mancipavit: quippe cum illud sit praecipuum contemplationis munus.... Loquor de religionibus antiquis: nam si alius religionis modus citra hujusmodi obligationem admittatur, certe vix nomen religionis meretur: quippe quae maximo splendore religionis careat». D. Sôto, *De justitia et jure,* L. X, Quaestio V, art. 3. — O Doutor Exímio qualifica de êrro péssimo a afirmação de Sôto. «Ex his ergo satis constat pessime dixisse Sotum... religionem sine obligatione dicendi officium divinum in communi institutam, vix nomen religionis mereri». Soares, *De Religione S. J.*, L. I, C. VIII, n. VII.

(2) *Constitutiones,* P. VI, C. III, n. 4.

que os seus filhos pudessem com mais ardor entregar-se ao estudo, ao ensino e à prègação» (1).

Foi êste mesmo elevado motivo o que determinou Inácio a não deixar estabelecidas pela regra penitências exteriores que por obrigação se houvessem de praticar (2). Também por esta ordenação particular se distinguia a Companhia de Jesus das demais Religiões, que taxavam por lei comum os rigores a que todos deviam submeter-se. Não contrariava Inácio com essa prescrição o espírito de penitência, mas acomodava-o prudentemente ao fim da Religião que fundava. Os trabalhos da vida tão laboriosa, que esta especial vocação necessàriamente impunha, eram grandes e continuados; demandavam robustez de saúde. Por isso é que o legislador experimentado recomendava como digno de louvor o «cuidado moderado de conservar as fôrças para o divino serviço» (3), e proïbiu excessos de rigor, que impedisse maiores bens (4).

Com igual intento de cortar tôdas as rémoras e impedimentos à particular e desimpedida acção da Companhia, tomou também Inácio a resolução de a livrar de um encargo que ocupava outras Ordens religiosas. Era o cuidado ordinário e direcção espiritual de Congregações de freiras (5). E tanto a peito lhe estava esta isenção, que alcançou lhe fôsse concedida «como por graça especial» por bula do Sumo Pontífice Paulo III, de 18 de outubro de 1549 (6).

9. — Não satisfeito o legislador com remover obstáculos à vida laboriosa de seus filhos, cuidou também de lhes dar as qualidades necessárias para obterem o fim sublime de sua Ordem. Era êle dificultoso em demasia, e expunha a continuados perigos e contradições; demandava por isso homens animosos, de rara virtude e constantes em seus propósitos.

(1) *Instit. S. J.*, I, 54. Breve *Ex Sedis apostolicae* de Greg. XIII, de 28 de fev. de 1573.

(2) *Examen*, C. I, n. 6.

(3) *Constitutiones*, P. III, C. II, n. 1.

(4) *Ob. cit.*, l. c., n. 5.

(5) *Ob. cit.*, P. VI, C. III, n. 5.

(6) *Instit. S. J.*, I, pag. 17. Bula *Licet debitum* de Paulo III, de 18 de outubro de 1549.

Tornava-se imprescindível prová-los demorada e cautelosamente e exercitá-los a primor, para que não perigassem, quando se houvessem de lançar ao campo das batalhas, nem fizessem pé atrás, antes combatessem estrènuamente e sem tréguas os inimigos da religião. Assentou pois um plano bem traçado e novo de formação lenta e sólida. A profissão solene que nas outras Ordens se emitia logo depois de um ano de noviciado, adiou-a para muitos anos depois de largas provações; nem lhe marcou tempo determinado; só quando o religioso satisfizesse plenamente à Companhia, lhe era pelo Geral concedida a graça da incorporação definitiva na Religião. Até êsse tempo estava em prova, nem devia dizer que era da Companhia, mas sim que andava nas experiências e desejava ser admitido para glória de Deus [1]. Neste meio tempo tratava-se de o formar sòlidamente.

Para comêço da espinhosa tarefa estabeleceu Inácio não só um ano, como era lei nas demais Ordens religiosas, mas dois anos inteiros de provação ou noviciado, decorridos os quais, faz o aspirante os três votos simples e essenciais de Religião com promessa de se incorporar mais tarde à Companhia no grau de coadjutor ou professo conforme parecer aos superiores [2]. Determinou que fôsse estado de provação todo o tempo de estudo e ministérios que medeia entre os primeiros e últimos votos, e ordenou, para o fim da carreira dos estudos, mais um terceiro ano de rigorosa provação, à maneira do primeiro noviciado, para maior exercício de humildade, abnegação e união com Deus, e para reacender o fervor, que porventura tenha arrefècido no decurso de longos anos. O fim dêste último como retoque de perfeição é, diz Inácio, «aperfeiçoar-se a si mesmo para melhor poder aproveitar aos outros para glória de Deus» [3]. Depois dêste último ano de provação é que se fazem definitivamente os votos ou solenes de professos ou simples e públicos de coadjutores [4].

---

(1) *Examen*, C. I, n. 12, C. IV, n. 17, 43; *Constitutiones*, P. V, C. I, n. 3.
(2) *Constitutiones*, P. V, C. IV, n. 3, 4.
(3) *Ob. cit.*, P. V. C. II, n. 1.
(4) *Ob. cit.*, P. V, C. I, n. 3; *Examen*, C. IV, n. 16.

10. — Para êste longo tempo de prova introduziu Inácio na Companhia outra novidade que sofreu as mais vivas contradições. São, como já insinuámos, os votos simples (1). De feito novos eram na Religião êstes votos excogitados por Inácio para a sua Companhia, onde só os professos faziam votos solenes, quando nas demais Ordens, logo depois de um ano de noviciado, todos se ligavam à Religião pela profissão solene. Foi temerosa a campanha que da parte dos menos afeiçoados, de canonistas, de letrados e religiosos, particularmente dominicanos, se levantou contra a Companhia. Publicavam, com descrédito da nova Religião, que os seus membros de votos simples não eram religiosos, e podiam livremente sair para o mundo ou entrar em outras Religiões (2). Também a Portugal chegou, como veremos, a tempestade, e não pouco tiveram de sofrer os filhos da Companhia com o que se propalava a êste respeito, e defendia até pelos lentes da Universidade de Coimbra. O célebre Dr. Navarro era dos que sustentavam que os estudantes da Companhia, com os seus votos simples, não podiam chamar-se religiosos (3).

A controvérsia porém veio dirimi-la a autoridade competente. Gregório XIII em duas bulas, de 1583 e de 1584, «decretou e decidiu que os três votos, pôsto que simples... eram na verdade votos substanciais de Religião... e que não só os coadjutores formados, espirituais e temporais, mas também os escolares e todos os mais que depois da admissão na Companhia e de dois anos de noviciado, fizeram ou fizerem no futuro os três sobreditos votos substanciais ainda que simples, foram, são e serão verdadeiros e pròpriamente religiosos e como tais devem ser tidos e denominados do mesmo modo que os professos da Companhia e os das outras

---

(1) Solenidade do voto é a propriedade, que, por determinação da Igreja, o voto tem de ligar absoluta e perpètuamente quem o faz, ao serviço de Deus na Religião, e de o tornar inhábil para os actos ao mesmo voto contrários. O voto simples carece desta propriedade. Cf. Wernz, *Jus Decretalium*, T. III, (Roma 1908), n. 572.

(2) Cf. Borgia, III, 470; Astrain, III, 268 segg.; Fouqueray, I, 123, 124.

(3) *Epist. Mixtae*, I, 542.

Ordens regulares» [1]. E o mesmo doutor Navarro, que a êsse tempo vivia em Roma, reformou a sua opinião e acatou a decisão de Gregório XIII, observando que era um privilégio recentíssimo e admirável concedido à Companhia de Jesus, e expressamente declarado e confirmado pela Santa Sé» [2].

Com esta inovação dos votos simples introduzia o legislador na sua Companhia uma organização também nova e diferente da que vigorava nas Ordens mais antigas. Acomodando-se, como em tôdas as suas determinações, ao fim da Companhia, formou-a, no que respeita a seus membros, de várias classes, que dão muita facilidade ao govêrno, e grande e formosa variedade à estrutura interna da Ordem. Assim, além dos noviços, que são escolásticos ou coadjutores, há no corpo da Companhia escolásticos aprovados e coadjutores temporais aprovados igualmente, que emitem os votos simples depois do biénio de noviciado; seguem-se os coadjutores espirituais e temporais formados, que fizeram votos também simples, mas que os incorporam mais intimamente à Companhia; depois veem os professos de três votos solenes, e por fim distinguem-se os professos de profissão solene de quatro votos, que são o núcleo da Companhia e o escol dos membros que a compõem. Dêste modo constituem a Companhia oito categorias de sujeitos diferentes: duas que andam em provação nos dois anos de noviciado, e seis dos que já se uniram a ela, quem mais quem menos intimamente, pelos votos de Religião [3].

Com os votos solenes mandou também o fundador que os professos fizessem outros votos simples, um dos quais meteu na Companhia mais uma particularidade que a distingue. É o voto em que prometem não procurar nem aceitar dignidades nem prelazia nenhuma fora da Religião, a não ser por obediência de quem o pode mandar sob pena de pecado. A razão dêste voto deu-a Inácio quando declarou

---

(1) *Instit. S. J.*, I, 96. Bula *Ascendente Domino* de 25 de maio de 1584. Cf. *ibid.* pag. 89.

(2) Cf. Soares, *De Religione S. J.*, L. III, C. III, n. VIII.

(3) *Constitutiones*, P. V, C. I, A.

que «é da maior importância para que se conserve perpètuamente em prosperidade a Companhia, afastar com todo o cuidado a ambição, mãe de todos os males em qualquer Congregação ou comunidade» (1). Considerava o santo patriarca tão prejudicial ao fim e espírito da sua Ordem, se nela entrassem prelazias, que não duvidou escrever que «se quisesse imaginar ou excogitar meio de derrocar e destruir a Companhia, êste de aceitar bispados seria um dos maiores, se não o maior de todos» (2).

11. — São estas as características principais do organismo religioso da Companhia de Jesus, que Inácio nos descreveu nas suas Constituïções. A novidade que traziam despertou a animosidade de alguns, que se apostaram a desconcertar ou destruir a obra genial. Mas Inácio, observador e previdente, conheceu bem o tempo em que vivia, e olhou para o futuro com olhos penetrantes. Não sòmente soube dar às suas leis tôdas as condições de maravilhosa adaptação à idade em que nascera a Companhia, e de perpetuïdade para os séculos que se haviam de suceder, mas criou o verdadeiro modêlo das Ordens e Congregações dos tempos modernos. Desta prudência admirável se seguiu que aquelas inovações que tinham sido tão bravamente combatidas pelos reverenciadores austeros do passado, foram depois admitidas por mais convenientes à vida e govêrno das Religiões dos nossos tempos. Até os votos simples tão controvertidos, a Igreja os impôs pelas prescrições do seu novo Código a tôdas as Ordens e Congregações religiosas (3).

Não é pois maravilha que domésticos e ainda estranhos rendessem às Constituïções de Inácio o testemunho da admiração. Um protestante erudito teve o desassombro de escrever que «a organização da Companhia é certamente uma obra prima no seu género, e o seu criador é sem controvérsia um dos maiores génios organizadores que houve no mundo» (4).

---

(1) *Ob. cit.*, P. X, n. 6.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 451. Carta de Inácio a D. Fernando, rei dos Romanos, de Roma, em dezembro de 1546.

(3) *Codex juris canonici*, can. 488, 574.

(4) «Cette organisation est assurément un chef-d'oeuvre dans son genre, et son créateur est sans aucun doute un des plus grands gé-

A Companhia por sua parte recebeu as Constituïções com o maior amor e decidida aprovação, e as conservou até nossos dias com santo respeito e ufania. Ribadaneira, autor contemporâneo que tão afectuosamente estudou a obra de Inácio entre os primeiros discípulos do grande mestre, expressou dêste modo o seu conceito, ao depôr com juramento àcêrca da santidade do fundador em 1595, que «as Constítuïções que o P. Inácio escreveu, eram tão repassadas de espírito celestial e sabedoria divina, com tanta gravidade de sentenças e palavras, que punham em admiração a quantos as liam» (1).

Laines, uma das maiores inteligências que brilharam entre os fundadores da Companhia, com justificado encarecimento asseverou também que «o livro das Constituïções do P. Inácio bastava para governar e reformar tôdas as Religiões da Igreja» (2). Não foi, podemos crê-lo, sem muita ponderação, que a Congregação Geral XXVII, reünida em Roma desde 8 de setembro a 21 de dezembro de 1923 para acomodar o Instituto da Companhia às exigências novas dos tempos de hoje, por voto unânime de todos os seus membros «com grande veneração mais uma vez ratificou as Constituïções da Companhia de Jesus» (3). Esta nova aprovação devemos considerá-la uma justa homenagem de admiração tributada pela Companhia no século XX ao seu genial e santo legislador do século XVI.

---

nies organisateurs qui aient jamais existé». Boehmer, *Les Jésuites*, pag. 69-70.

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, II, 160.

(2) *Ob. cit.*, l. c.

(3) *Statuta Congregationis Generalis XXVII,* Dec. 2, pag. 27.

CAPÍTULO V

EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS

Sumário: — *1. Origem histórica.* — *2. Breve análise.* — *3. Originalidade.* — *4. Fruto e louvores dos Exercícios.*

1. — A sabedoria, zêlo apostólico e sublime perfeição que se manifesta nas Constituïções, brotaram de uma fonte, que Deus na sua Providência abriu desde o ano em que escolheu Inácio para fundador da Companhia de Jesus. Essa fonte são os *Exercícios Espirituais,* livro de pequena mole, mas que, no dizer de um historiador protestante, «a-pesar da sua pequenez, é do número daqueles livros, que decidiram da sorte da humanidade; que tem sido impresso em número incalculável de exemplares e estudado em mais de quatrocentos comentários; livro fundamental dos Jesuítas, e ao mesmo tempo retrato compendioso da longa formação do seu mestre... Um livro dêstes é digno de despertar interêsse universal» (1).

Apareceu êle com o renascimento de Inácio para a nova vida que teve em Loiola maravilhoso princípio. Nas suas partes principais saíu da pena de seu autor, quando êste ainda não tinha versado livros e era principiante na sciência da mística do céu: só com muita luz de Deus o podia compôr, e foi a cidade de Manresa, para onde se retirou ao deixar o solar de seus maiores, o lugar privilegiado para a primeira composição do livro. Assim o atestam sem hesitação os autores contemporâneos de maior crédito. Jerónimo Nadal

---

(1) Boehmer, *Les Jésuites,* pag. 25.

expressamente declara que «Inácio foi o autor dos Exercícios por benefício e inspiração de Deus precisamente naquele tempo em que se recolhera à cidade de Manresa para se dar à penitência e à oração» [1]; e Polanco, o activo secretário de Inácio, também nos ensina que o fundador «com os Exercícios Espirituais, que sem mestre Deus lhe havia ensinado a êle mesmo para seu aproveitamento, começou a fazer fruto notável em muitas almas, especialmente na cidade da Catalunha, chamada Manresa» [2]. Mas o próprio autor manifestou ao seu confidente Luís Gonçalves da Câmara, que pouco depois da sua conversão já dava os Exercícios em Alcalá no ano de 1526, e no ano seguinte fôra o livro examinado em Salamanca pela autoridade eclesiástica [3].

Dêstes testemunhos se colhe não só que em Manresa ordenara Inácio o livro dos Exercícios mas também que Deus o favorecera para êsse efeito com ilustrações extraordinárias. Ao soldado convertido minguavam-lhe letras e conhecimentos naturais para obra de tamanha sabedoria e arte. Por outro lado Deus tratava-o nesse tempo como mestre a seu discípulo, e o discípulo, admiràvelmente dócil, foi tirando, como êle próprio confessou, das experiências internas de sua alma, onde o Senhor lhe falava, as lições de ascetismo cristão, que exarou no livro para tanto bem do género humano [4]. «Será sempre um feito memorável, escreve com razão o grande historiador Pástor, que um guerreiro, que apenas sabia ler e escrever, e dissera bem pouco antes o adeus a uma vida demasiado mundana, pudesse compôr um livro de tanto espírito interior, de tanta clareza, profundidade e fôrça. O próprio Inácio e seus primeiros discípulos viam nêle a intervenção particular do Espírito Santo» [5].

---

(1) Nadal, IV, 666.

(2) Polanco, *Compl.*, I, 507.

(3) *Mon. Ignat*, ser. 4.ª, I, 70, 77.

(4) *Ob. cit*, pag. 53, 97.

(5) Pástor, *Geschichte der Päpste*, V, pag. 384. Cf. *Mon. Ignat, Exercitia*, 35-39. — Que o santo contemplativo de Manresa escreveu o seu livro dos Exercícios sob a direcção e inspiração do Mestre divino, que ilumina e guia admiràvelmente as almas no caminho da perfeição, os documentos coevos o provam. Mas no século 17 já a lenda tinha exagerado aquela inter-

2. — Mas que são afinal estes Exercícios, de que tanto e tão variadamente se tem escrito desde que apareceram no mundo até nossos dias? O livro dos Exercícios Espirituais não é um livro de literatura, destinado a nos atrair pelos encantos da linguagem ou de imaginosas descrições, nem obra de teorias filosóficas ou religiosas. É livro essencialmente prático, não para ser lido e examinado, mas para ser exercitado e vivido. Encerra nas suas poucas páginas uma arte divina de fazer entrar o homem no caminho da vida e perfeição cristã com tal eficácia, que a muitos pareceu maravilhosa. Vejamo-lo com brevidade.

No título declara nìtidamente o autor o fim da sua obra: «Exercícios Espirituais para se vencer o homem a si mesmo e ordenar a sua vida sem determinar-se por afeição nenhuma desordenada» (1). Todo êle se encaminha a levar o homem à vitória mais dificultosa, que é aquela em que vencemos e domamos as rebeldias da natureza, e a ordenar a própria vida e acções com a maior serenidade, silêncio de paixões desregradas e pureza de intenção. Os meios para tão elevado intento propõe-os Inácio na primeira das que êle chama anotações (2). São exame de consciência, meditação, contemplação, oração vocal e mental e outras operações es-

venção de Deus. O P. Lancício escreveu que Deus *revelara* a Inácio os santos Exercícios, e que assim o lera na carta do P. Polanco de oito de dezembro de 1564 (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 526). A carta porém do secretário de Inácio não fala de *revelação,* mas diz claramente que o santo começara a ajudar as almas «con los exercicios spirituales, que sin maestro le avia Dios enseñado a él mismo para su aprovechamiento». (Polanco *Compl.* I, 507). Divulgou-se também desde o princípio do mesmo século que a Santíssima Virgem *ditara* a Inácio os Exercícios, e até se representou em telas êsse facto bem extraordinário de acção sobrenatural. Mas, se os Exercícios tivessem sido *revelados* por Deus ou *ditados* pela Mãe do Criador, não teria dito Inácio ao P. Luís Gonçalves da Câmara, que os Exercícios os compusera em tempos diversos e que das experiências internas de sua alma ia passando ao papel o que via poder ser útil aos próximos. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 97; Astrain, I, 160-161.

(1) *Mon. Ignat., Exercitia,* 250. Neste volume da *Mon. Hist.*, pag. 222 segg., se reproduz o texto original castelhano com três traduções latinas em quatro colunas paralelas. A primeira edição dos Exercícios foi feita em Roma, em vida do autor, no ano de 1548.

(2) *Mon. Ignat., Exercitia,* 223-224.

pirituais, emfim «todo o modo de preparar e dispôr a alma para arrancar tôdas as afeições desordenadas, e, depois de tiradas, para buscar e achar a vontade divina na disposição da sua vida em ordem à salvação da alma» (1).

Não teem cabida neste método ignaciano nem quietismos condenados, nem artifícios de visões, como tanta vez imaginaram ignorantes ou inventaram os adversários para desacreditar os Exercícios. Tudo neles é real, tudo prático, tudo actividade. Achar a vontade de Deus, ordenar por ela a própria vida e determinar-se eficazmente a pôr em execução essa ordem premeditada, tal é o cuidado único mas sublime do exercitante. Levar o discípulo à realização perfeita dessas aspirações é todo o empenho de Inácio nesta obra de activa e sólida ascese.

Para êsse fim dispõe o seu livro com tal arte e trava entre si tôdas as suas partes tão estreitamente e com tal sabedoria, que o método original que daí resulta, é capaz de alcançar os maiores triunfos de próprio vencimento e de perfeição cristã. Apresenta em primeiro lugar à consideração do que se exercita o fim do homem no plano da criação para lhe servir de norma em tôdas as acções e também o destino das criaturas do universo com respeito ao mesmo homem, e tira conclusões de uma lógica irresistível, que persuadem a todo o ser que use de razão, a olhar sempre para o seu fim como para regra de tôda a sua actividade. Logo o mete a examinar, em profunda e dolorosa meditação, os desvios em em que se afastou daquela regra de necessidade irrefragável. Êsses desvios são o pecado. Pondera-lhe a gravidade, a fealdade, a baixeza, a semrazão e a ingratidão que encerra para com o Sumo Bem, e leva-o a envergonhar-se e arrepender-se de acção tão desassisada com uma resolução eficaz de não voltar a cometê-lo.

Mas é necessário firmar a vontade inconstante. Mostra-lhe para êsse efeito os castigos tremendos e justos da prevaricação, e a alma treme e horroriza-se. Há perigo não venha ela a se deixar sucumbir com o horror do pecado e temor da pena? Acode Inácio a erguer-lhe deante dos olhos

(1) *Ob. cit.*, l. c.

o crucifixo, apontando-lhe para a piedade e misericórdia divina, e aquela vista e consideração dilata-lhe a confiança e a leva a respirar na bondade infinita de Deus. Uma confissão geral purifica-a das nódoas da culpa.

Termina neste ponto o que o autor dos Exercícios chama *primeira semana,* e passa o exercitante à *segunda.* É mais um passo neste caminho espiritual e metódico. Por entrada apresenta Inácio a Jesus Cristo como modêlo divino e ideal de tôda a virtude sob a imagem de um rei e capitão que a todos os homens convida e chama para o mais nobre dos combates que é aquele em que se vence o homem a si mesmo, e propõe condições tão generosas e de tão fino desinterêsse, que só um covarde e desatinado as rejeita e não o segue; antes os de ânimo alentado protestarão querer assinalar-se no serviço do Rei eterno, e se oferecerão, com a fórmula solene de sublime oblação, que Inácio lhes põe nos lábios, a o imitar no mais dificultoso e elevado da perfeição evangélica. A seguir vai guiando o discípulo numa série de meditações sôbre os vários mistérios da vida de Cristo, desde a Incarnação à Paixão dolorosa, para lhe influir alentos cada vez maiores e o fortalecer naquela resolução geral, para o ajudar a conhecer mais particularmente a vontade de Deus e a segui-la com decisão inabalável.

No entanto prepara-o, pouco a pouco, para a eleição final do que fôr melhor, quer se trate do estado de vida que haja de escolher, quer da reforma espiritual. Com essa intenção pinta-lhe com mão de mestre na chamada meditação de *Duas bandeiras* as duas cidades que eternamente se combatem, aponta-lhes os capitães que dirigem a peleja: de um lado Cristo Jesus lhano, gracioso e amável, e do outro Satanás, soberbo, truculento e enganador, e descobre-lhe as doutrinas opostas de ambos os campos para que o exercitante se não deixe enganar pelos disfarces insidiosos de Lúcifer [1]. Logo ministrando-lhe considerações de alta prudência e da mais pura ascética, e, dando-lhe conselhos e regras de fina psicologia, tudo encaminhado a fazê-lo entrar na deliberação com puríssima intenção de acertar e muito longe do murmú-

---

[1] *Ob. cit.,* pag. 250-313.

rio perturbador das paixões, como que o força a escolher por sua própria vontade o mais perfeito e a assentar com firme resolução no cumprimento do que propuser (1).

Vem depois a *terceira semana* com os mistérios da Paixão de Cristo a confirmar os propósitos tomados, e a *quarta semana* com a suavidade e alegria dos mistérios gloriosos a dilatar a alma para proceder com perseverança e ardor no caminho em que entrou, da perfeição de uma vida cristã. Remata os Exercícios a sublime contemplação *do amor* para transformar em Deus a alma, já tão desprendida da terra e tão apostada a querer só a Deus na vitória que de si mesma alcançou, na ordem de sua vida que estabeleceu, e no cumprimento exacto da vontade divina que se lhe manifestou (2).

3. — Desta exposição, bem que tão compendiosa, pode fàcilmente inferir-se que o livro, tão pequeno de volume, é de uma originalidade surpreendente. Não sem bom fundamento lhe encarece esta prerrogativa o historiador Astrain ao advertir que é «o mais original e sublime que escreveu a ascética» (3). Poderão os que o abrem e percorrem superficialmente ou o lêem com desafeição e o não praticam, negar-lhe êste louvor e dizer que afinal só é uma cópia ou servil imitação do *Ejercitatorio* do benedictino monserratense Garcia Cisneros (4); mas os que o examinam com calma e sem preconceito, antes os que lealmente o exercitam, são obrigados a confessar que prima pelo merecimento de maravilhosa originalidade. A doutrina é naturalmente a da ascética do Cristianismo, como o é a de todos os bons livros, que ensinam os princípios e a prática da vida cristã; mas a forma é tôda nova, a disposição de suas partes inteiramente particular de seu autor. «A matéria, comenta judiciosamente o Doutor Exímio, consiste na doutrina que se medita; a forma está na maneira e direcção que se dá para ser meditada bem e com fruto. Ora foi nesta que sobretudo se esmerou Inácio,

---

(1) *Ob. cit.*, pag. 314-391.

(2) *Ob. cit.*, pag. 392-433.

(3) Astrain, I, 140.

(4) O *Ejercitatorio de la vida espiritual* de Garcia Jiménez de Cisneros, abade do mosteiro de Monserrate, foi impresso pela primeira vez, em latim e castelhano, na tipografia do mosteiro em 1500.

e é prerrogativa que se lhe concedeu por favor especial de Deus e êle alcançou, ajudado pela graça divina, com o seu exercício e experiência;... neste ponto, ao que julgamos, não há mais que desejar» (1).

Assim é. O condão particular dêste livro está em que todo êle é uma arte que se exercita, um exercício de ginástica espiritual, bem regulado e dirigido, que em poucos dias — os Exercícios completos duram um mês — transforma, se é bem feito, o homem pecador ou imperfeito, não digo em perfeito e santo, porque a perfeição é trabalho de longos anos, mas num homem de bom proceder, de vida ordenada, e, demais, resolvido a abraçar um estado ou modo de viver por onde caminhe seguramente à perfeição. Esta eficácia particular obtem-na com o estreito liame e lógica inexorável em que estão dispostas e bem travadas tôdas as partes do livro, semanas, meditações, contemplações, exames, regras, conselhos e métodos práticos de piedade; que todo êste conjunto harmónico forma a essência e originalidade dêste livro admirável.

Uma particularidade porém lhe realça o merecimento. É que êle mais serve ao director dos Exercícios do que ao exercitante. Os Exercícios mais são para serem recebidos e feitos do que para serem lidos. O director, que segue, acompanha e guia, passo por passo, o exercitante, dá os Exercícios, e o exercitante fá-los. Esta especialidade assegura-lhe maravilhosamente o acêrto e o resultado. Mas acresce outra excelência que também nos explica a fôrça eficacíssima de sua arte. Em cada página se revela a grande intuïção psicológica do autor. Inácio compôs o livro examinando-se e reflectindo no seu interior: os fenómenos psicológicos, que em si observava, guiavam-no para exarar no seu livro leis e regras de íntima penetração.

Dêste modo soube dispôr os vários exercícios com tanta sabedoria que utiliza fàcilmente tôdas as fôrças internas da alma humana para a obra dificultosa da conversão e aperfeiçoamento moral do homem. Mas por isso é que o livro se converte, quando bem usado, numa arte magistral de boa

(1) Soares, *De Religione Soc. J.*, L. IX, C. V, § VII.

educação; o seu valor pedagógico é de excepcional eficácia e ensina e ajuda a formar admiràvelmente todo o homem: educa-lhe o entendimento a bem discorrer; acostuma-o a reflectir sôbre os próprios actos, e a dominar as potências inferiores da natureza; forma-lhe a vontade tornando-o senhor de si e de suas resoluções, e fortifica-lhe o carácter dando-lhe nobreza e têmpera de antes quebrar que torcer.

Não escaparam estas qualidades de penetração psicológica e sã pedagogia dos Exercícios à reflexão dos eruditos que lhe experimentaram a eficácia. «A leitura dos Exercícios Espirituais de S. Inácio, escrevem os autores da obra sôbre a *Direcção de consciência*, mostra-nos do princípio ao fim, o grande cuidado e quase obsessão dêste guia incomparável, não sòmente de não violentar as almas, mas ainda de lhes assegurar um desenvolvimento conforme às suas tendências particulares. Se lhes propõe um meio de santificação, adverte-lhes imediatamente que o podem deixar e escolher outro mais acomodado à sua feição ou especiais exigências. O santo estimula os exercitantes a tender para a santidade, mas para uma santidade muito reflectida e deliberadamente propositada» [1]. Encomiando ainda a fôrça educativa dos Exercícios Espirituais acrescentam: «O fim de S. Inácio, homem de carácter como os que o são, é exactamente o mesmo que procura obter a psicoterapia actual no tratamento das psiconevroses: é o senhorio de si mesmo pelo exercício normal da vontade racional e livre. Desde o título da obra, é advertido o leitor: *Exercícios Espirituais para o homem triunfar de si mesmo e regular a sua vida sem determinar-se por afeição nenhuma desregrada*».

«É claro a mais não poder: trata-se da reeducação da vontade pela vigilância do consciente sôbre o inconsciente, ou por outra, do domínio de si mesmo alcançado pela fôrça da razão sôbre as faculdades sensitivas, imaginativas e afectivas da nossa natureza. Ora tudo nesta obra da primeira página à última, o que não é menos admirável, converge para aquele fim, tudo se dirige a tornar o exercitante mais e

[1] Abbé Arnaud d'Agnel et docteur d'Espiney, *Direction de conscience. Psychothérapie des troubles nerveux* (Paris, 1922), pag. 38.

mais consciente de sua vida interior e exterior para que possa dispôr de si mesmo com maior liberdade. Os Exercícios longe de serem, como pretende Michelet, um manual de alucinação espontânea só capaz de formar sonhadores, constantemente insistem na reflexão e apelam para a vontade. Não há nêles uma linha que não nos leve para a acção consciente e livre. Não é um livro de indolentes, nem de visionários, mas de homens de realidade e de lutadores» [1].

Até um ministro anglicano soube entrever nos Exercícios esta virtude. «Os Exercícios, diz, não são composições puramente teóricas, mas o resultado de estudos profundos sôbre a alma humana: penetram nesta alma, seguem-lhe todos os movimentos, encaram-lhe as inumeráveis dificuldades e sondam-lhe, até às últimas profundezas, as fontes diversas de seus pensamentos e acções» [2]. É por êsse exame e contínua reflexão que o homem no têrmo dos Exercícios se sente mais homem, mais senhor de si todo, mais livre nos seus actos e liberto da tirania do inconsciente e das paixões. A todo êste conjunto de dotes deve êste livro singular a inegável e extraordinária eficácia, que tem sido o assombro até de adversários.

Com plena convicção e justeza pôde afirmar em 1910 Mons. Achilles Rati, o futuro Pontífice Pio XI, que «o livro dos Exercícios de S. Inácio quase logo desde seu aparecimento se inculcou e fêz aceitar como o mais sábio e universal código de direcção espiritual das almas, como manancial inexhaurível da mais profunda e sólida piedade, como incitamento irresistível e guia seguríssimo para a conversão e para a mais elevada espiritualidade e perfeição» [3].

4. — Já estes testemunhos provam claramente a estima e admiração que se granjeou o pequenino livro dos Exercícios Espirituais. Mas o próprio autor Inácio que bem reconhecia, com ânimo agradecido, a fôrça e cópia de ilustrações

(1) *Ob. cit.*, pag. 49.

(2) Orby Shipley, *Spiritual Exercises of S. Ignatius of Loyola* (Londres 1870) em *Études*, T. 75, 5 de junho de 1898, pag. 582.

(3) *San Carlo Borromeo nel terzo centenario della canonizzazione*, N. 23, settembre, 1910, Milano, em *Mon. Ignat., Exerc.*, pag. 24.

divinas que ajudaram a sua composição, não se pode encarecer quanto o estimava. Na carta que escreveu ao P. Manuel Miona, não sabendo como pudesse melhor satisfazer às obrigações de agradecimento em que estava para com o seu confessor, do que induzi-lo a fazer os Exercícios Espirituais por um mês inteiro, lhe pede com as maiores instâncias queira neles entrar, porque «são o meio melhor e mais adequado, que êle pode nesta vida pensar, sentir e entender, não só para o homem se aproveitar a si mesmo, mas também para frutificar, ajudar e aproveitar a outros muitos» (1).

Não se afasta dêste sentimento do autor o parecer da Igreja, manifestado pela voz do Vigário de Cristo. Pio XI na Constituïção Apostólica *Romanorum Pontificum* acumula os louvores desta obra, quando declara que «Inácio, por uma certa inspiração de Deus, introduziu na Igreja os Exercícios Espirituais; que pela virtude do método ignaciano se obteve que a suma utilidade dêstes Exercícios, como asseverou a preclara memória de Leão XIII, fôsse comprovada pela experiência de três séculos... e pelo testemunho de quantos nesse espaço de tempo mais floresceram na sciência da ascética ou na santidade de costumes» e que «os Exercícios Espirituais, feitos conforme a disciplina de S. Inácio, são instrumento muito poderoso para romper com as dificuldades enormes em que ora por tôda a parte se debate a sociedade humana» (2).

Ainda outra vez o mesmo augusto Pontífice quis de propósito apregoar as excelências dêstes Exercícios levantando-os, com sentença decisiva, sôbre qualquer outro sistema de retiro espiritual. Nas Letras Encíclicas *Mens nostra* de 23 de dezembro de 1929 assim declara o seu autorizado pensamento: «É coisa certamente averiguada, que entre to-

---

(1) «Dos y tres y otras quantas veces puedo, os pido... porque á la postre no nos diga su divina magestad porque no os lo pido com todas mis fuerças, siendo todo lo mejor que yo en esta vida puedo pensar, sentir y entender, assi para el hombre poderse aprovechar a si mesmo, como para poder fructificar, ayudar y aprovechar á otros muchos». *Mon. Ignat,,* ser. 1.ª, I, 113. Carta de Veneza a 16 de novembro de 1536.

(2) *Acta A. Sedis,* Vol. XIV, 420-422. Bula *Summorum Pontificum* de 25 de julho de 1922.

dos os métodos de Exercícios Espirituais, que louvàvelmente se apoiam nos princípios da sã ascética do catolicismo, um método há que teve sempre a primazia sôbre os demais, foi recomendado por plenas e repetidas aprovações da Santa Sé, e pelos louvores de varões insignes na doutrina espiritual e na santidade, e deu no espaço de quase quatro séculos ubérrimos frutos de santificação: queremos dizer o método introduzido por Santo Inácio de Loiola a quem nos apraz denominar Mestre principal e peculiar dos Exercícios Espirituais» [1].

Não obstante a longa prova de moral eficácia e os testemunhos de tamanha autoridade, houve e ainda hoje há homens, até das fileiras dos religiosos, que menosprezam e combatem a espiritualidade dos Exercícios e o seu método! É manifesta a temeridade, fraqueza e semrazão do ataque. Já fôra no século XVI dirimida terminantemente a controvérsia. Paulo III no Breve *Pastoralis Officii* de 31 de julho de 1548 por um modo singular aprovou e louvou o livro e quanto nele se continha, reconhecendo que «os Exercícios eram cheios de piedade e santidade e muito úteis e salutares para a edificação e aproveitamento espiritual dos fiéis», e exortando com encarecimento a todos os cristãos a usarem devotamente «de tão piedosas instruções e Exercícios» [2].

Inácio pelo conselho do Pontífice e por sua persuasão particular prescreveu nas Constituições a todos os membros da sua Companhia que os experimentassem primeiro em si mesmos e se acostumassem a dá-los de modo que viessem a ganhar grande destreza no manejo destas armas espirituais, que «tanto concorrem, diz o santo, para o serviço de Deus, como a experiência o demonstra» [3]. E a Companhia de Jesus, dócil à voz do Papa e do seu fundador, tem consi-

---

(1) *Acta A. Sedis*, vol. XXI, 703.

(2) Exercitia hujusmodi... quae pietate ac sanctitate plena, et ad aedificationem et spiritualem profectum fidelium valde utilia et salubria esse et fore comperimus... approbamus, collaudamus ac praesentis scripti patrocinio communimus, hortantes plurimum in Domino omnes et singulos utriusque sexus Christi fideles ubilibet constitutos, ut tam piis documentis et Exercitiis uti et illis instrui devote velint. *Mon. Ignat., Exerc.*, pag. 217.

(3) *Constitutiones*, P. IV, C. VIII, n. 5.

derado os Exercícios Espirituais, como um de seus mais próprios ministérios, e pode ufanar-se de os ver praticados em tôda a Igreja. Para a formação de seus filhos emprega-os ela como meio de capital importância, e os avalia como escola sempre nova e fecundíssima de santidade ignaciana. Com justificada razão assim procede. Aos Exercícios Espirituais deve a Companhia o seu espírito, a sua feição marcial, a sua conservação, a sua renovação contínua, e o segrêdo e fôrça de tôda a sua actividade para maior glória de Deus.

CAPÍTULO VI

A COMPANHIA DE JESUS JULGADA PELOS CONTEMPORÂNEOS NOS PRIMEIROS VINTE ANOS DA SUA EXISTÊNCIA

Sumário: — *1. A Companhia e seus fundadores. — 2. Seu acolhimento e aceitação na sociedade. — 3. Os Papas e o Concílio de Trento. — 4. Testemunhos das Universidades. — 5. Príncipes e autoridades seculares. — 6. Religiosos e personagens eclesiásticas. — 7. Adversários.*

1. — Com a aprovação solene dos Exercícios Espirituais, publicação das Constituïções e confirmação da Companhia de Jesus primeiro por Paulo III e depois por Júlio III, viu Inácio de Loiola realizadas as três maiores aspirações de sua vida. Elas foram o emprêgo assíduo de suas orações e a ocupação de seus maiores cuidados [1]. Mas tôdas três se consubstanciavam numa só, que era a Companhia de Jesus, a sua obra, ou antes a obra de Deus, de quem Inácio se considerava simples e humilde instrumento [2]. Nesta obra se refundiam os seus mais enternecidos afectos: a ela mais que tudo, abaixo de Deus, amava neste mundo. Bem o significou êle, quando, dizendo-lhe uma vez o médico que não desse entrada em seu espírito a pensamentos de tristeza,

---

(1) *Dixerat mihi P. Ignatius tria se desiderasse a Deo consequi: Societatis confirmationen, editionem constitutionum et exercitiorum approbationem.* Assim o refere Nadal nas suas efemérides autobiográficas. Nadal, II, 33. Cf. *Mon. Ignat.* ser. 4.ª, I, 35.

(2). Cf. *Const. S. J., Procemium*, n. 1; P. X, n. 1.

lançou os olhos por tôdas as coisas do mundo a procurar alguma que lhe pudesse alterar a tranqüilidade e paz do coração, e só uma se lhe deparou: era a destruïção da Ordem que fundara. Só julgava que se lhe poderia turvar um pouco a calma serena de seu espírito, se porventura alguma hora viesse a desfazer-se a sua Companhia. Não encontrava no mundo objecto que se lhe igualasse na sua escolha e afeição amorosa (1). Mas êste amor sublimava-se pelo altíssimo conceito e estima que fazia da sua Religião. Bastas vezes o comprovou.

Na carta que em 1547 escreveu a seus Padres e Irmãos do Colégio de Coimbra lançou expressões que bem declaram o elevado preço que dava em seu entendimento à Companhia de Jesus. «A tão grande obrigação como vós tendes, de bem proceder, lhes dizia, não se satisfaz com obras ordinárias. Olhai a vossa vocação, vêde o que ela seja, e concluïreis que o que em outros seria muito, em vós será tido por pouco.... Deus vos chamou a êste Instituto, em que.... haveis de fazer de vós um contínuo sacrifício à glória de Deus e à salvação do próximo.... Donde podereis entender quanto seja nobre e real o modo de viver que tendes escolhido; que não sòmente entre os homens, mas nem ainda entre os anjos se pode achar exercício mais sublime que o de glorificar ao Criador, e reconduzir a êle as suas criaturas» (2). Tão alto subia na mente do fundador a estimação da Companhia de Jesus! Mas por êsse motivo trabalhava por que seus filhos correspondessem com dignidade a essa alteza de vocação e queria que fôssem realmente homens de uma perfeição superior a tôdas as misérias e vicissitudes mundanas.

Compreendeu bem o pensamento de Inácio o grande apóstolo Xavier, quando em 1549 escrevia de Malaca a seus irmãos da Europa e lhes dizia; «Quase sempre levo deante de meus olhos e entendimento o que muitas vezes ouvi dizer ao nosso bemaventurado Padre Inácio: que os que da nossa Companhia haviam de ser, haviam de trabalhar muito para se vencerem e lançarem de si todos os temores que

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 244; Ribadaneira, *Vida*, L. V, C. I.
(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 497, 498. Carta de 7 de maio de 1547.

impedem aos homens a fé e esperança e confiança em Deus» ([1]).

Mas o mesmo Xavier, que tão entranhadamente se embebera no espírito de quem êle chamava pai de sua alma, não perdia ocasião de mostrar com palavras de sentido amor, quanto lhe estava no coração a Companhia. «Entre as muitas mercês, escrevia, que Deus Nosso Senhor nesta vida me tem feito e faz contìnuamente, conto a de ter visto em meus dias o que tanto desejei, a confirmação de nossa regra e modo de viver» ([2]). Chamava-a «Bemdita Companhia de Jesus» ([3]), considerava-a «Companhia de amor e conformidade de ânimos e não de rigor nem temor servil» ([4]), e no meio de seus trabalhos, êle taumaturgo que assombrava o Oriente, sentia consolação e alento com a lembrança de seus irmãos de Europa, e assim lhes escrevia afectuosamente: «As recreações que tenho nestas partes, são recordar-me muitas vezes de vós, caríssimos irmãos meus, e do tempo que pela muita misericórdia de Deus Nosso Senhor vos conheci e converseì» ([5]).

Mais ainda. Parecia não poder apartar o pensamento de objecto tão agradável como lhe era a Companhia. Com seus irmãos de Roma assim desafogava os sentimentos de sua alma: «Quando começo a falar da santa Companhia de Jesus, não sei desprender-me de tão deleitosa comunicação, nem acabar de escrever... Não sei melhor modo de terminar, senão confessando a todos os da Companhia *que, se alguma hora me esquecer da Companhia do nome de Jesus, esqueça-me eu da minha mão direita,* pois de tantas maneiras tenho conhecido o muito que devo a todos os da Companhia» ([6]).

Simão Rodrigues, o confidente amigo de Xavier, não dava primazias a outrem no sublime conceito em que avaliava a sua Corporação. «Padre meu, escrevia êle a Inácio,

---

(1) *Mon. Xav.*, 1, 541. Carta de 22 de junho de 1549.
(2) *Ob. cit.*, pag. 294. Carta de 15 de janeiro de 1544.
(3) *Ob. cit.*, 437, 474.
(4) *Ob. cit.*, 376.
(5) *Ob. cit.*, 494.
(6) *Ob. cit.*, 437.

muito folgara eu agora de vos ver para vos comunicar muitas coisas, porque esta Companhia ou há de ter todos santos ou demónios. Esta vocação é muito elevada, e Deus Nosso Senhor me dá a sentir altamente dela; e desejo morrer por ela mil mortes e sofrer mil cruzes, se Deus de tanto me fizera mercê. Antes quero ser da Companhia do que rei nem Papa...» (1). Tais declarações subscrevê-las-iam sem hesitação aqueles dez companheiros que lançaram os fundamentos da Companhia, porque todos êles a traziam nas meninas dos olhos.

2. — Não discordava dêste conceito e afeição o acolhimento carinhoso que em tôdas as províncias da Igreja Católica se fêz à Companhia, logo que foi conhecido o seu Instituto, e eram verificadas com a experiência, nos trabalhos de seus filhos, as esperanças que ela despertara. Não lhe minguaram, é verdade, perseguições. Havia de tê-las, porque são o apanágio das grandes obras, como as experimentaram tôdas as Religiões, nomeadamente a de S. Domingos e S. Francisco, e mais que tôdas elas a própria Igreja Católica; e havia de como que provocá-las pela novidade com que se apresentava entre as demais Ordens, pela actividade maior e particular que desde seu princípio manifestou, e porque aparecia numa sociedade convulsionada pelas heresias, novas idéias e lutas, que dilaceravam a Igreja, da qual a Companhia de Jesus se professava defensora acérrima. Os inimigos jurados da Igreja Romana, com tôdas as seitas protestantes, haviam forçosamente de atacar essa Ordem, que lhes desconcertava os intentos de divisão religiosa. Os que não conheciam a nascente Corporação ou lhe não estudavam sem desafeição o Instituto, também a contrariaram de quando em quando e tentaram desacreditá-la; mas sucedia freqüentemente que os bem intencionados, quando se vinha a dissipar o fumo das paixões e se iluminavam com serenidade as inteligências, acabavam por aceitá-la de braços abertos e se transformavam tanta vez em amigos dedicados.

No mais foi admirável a aceitação que em tôda a parte

(1) Rodrigues, *Mon.*, 553. Carta escrita de Lisboa nos principios de 1547.

lhe franqueava os reinos, as cidades e os corações do povo católico. Chegou-se ao ponto de lhe aplicarem um passo célebre de uma obra de S. Vicente Ferrer, que julgavam ter profèticamente anunciado o aparecimento futuro de missionários apostólicos. É o P. Simão Rodrigues que dêste modo nos conta como se ia espalhando aquela persuasão: «Nêste tempo não cessavam muitos de perguntar aos da Companhia se eram êles os homens que S. Vicente Ferrer com espírito profético antevira, quando predisse que viria nalgum tempo uma Companhia muito santa de homens evangélicos e assinalados pelo zêlo da Fé e por tôda virtude. Nenhum dos Padres tinha nunca lido o que S. Vicente escrevera, e à pergunta respondiam com um sorriso avaliando por sonho que se pensasse dêles semelhante coisa, porque não tinham de si altos pensamentos, mas se acomodavam às leis da humildade. Decorridos alguns anos, estando eu em Portugal, apontou-me o bispo de Coimbra a passagem de S. Vicente, quase persuadido de que nessa profecia se esboçava a Companhia de Jesus. Prouvera a Deus que fôssemos tais que se pudesse interpretar de nós aquele trecho! Mas as expressões do santo apregoam daquela sociedade de homens apostólicos excelência de virtude tão admirável, que não vejo quem possa atrever-se a atribuí-lo a si próprio sem quebra da humildade religiosa» [1]. Avisadamente termina Simão Rodrigues sua breve notícia. Mas ela nos dá claro indício da boa opinião que geralmente aureolava os filhos da Companhia de Jesus e abençoava os seus trabalhos.

De feito comummente se julgava que esta nova Congregação estava destinada a grande bem da sociedade, e por isso era convidada com insistência para as diversas nações da Europa. Assim o contava ao P. Luís Gonçalves da Câmara o mesmo Geral da Companhia, Diogo Laines, em 1560: «É coisa de admiração quanto se meteu e assentou nos ânimos dos homens entendidos, assim em França como na Alemanha e Flandres e ainda na Itália, a persuasão de que, por meio de nossa mínima Companhia, Deus Nosso Senhor há

---

[1] Rodrigues, *Mon.*, 507. *Commentarius de Origine et progressu Societatis Jesu.*

de socorrer a sua Igreja. E dão-se tamanha pressa em a pedir de umas partes e outras que, se tivéssemos alguns milhares de sujeitos formados, dentro de poucos meses não creio que nos sobraria nenhum» (1). Logo refere nomeadamente os que faziam instância por haver em suas terras alguns da Companhia, observando que por agora não bastavam a satisfazer a todos, e conclui com um nobre sentimento de humildade: «Deus Nosso Senhor, o qual escolheu *os desprezíveis do mundo* (2) para grandes obras de seu serviço, conserve e leve adeante o que êle principiou com tão fracos instrumentos» (3).

Cinco anos antes já Polanco escrevendo no mesmo sentido exaltava a rara estimação que nas diversas nações cercava os filhos de Inácio. «Quanto à aceitação e favor dos príncipes e senhores cristãos, observava o douto espanhol, parece que Deus Nosso Senhor quis dar muito à Companhia, para que melhor se fundasse e fizesse mais fruto. O primeiro príncipe que começou a conhecer e favorecer a Companhia foi o rei de Portugal; e as fundações principais do seu reino, das Índias e Brasil foram suas, e feitas com tanta caridade como real magnificência. A raínha e os infantes seus irmãos e tôda a casa real e principais senhores do reino teem muito especial amor à Companhia» (4). Prossegue enumerando os reis de Espanha, da Áustria, da Boémia e da França, pondera a singular afeição que dedicavam àquela Ordem e termina: «Outros príncipes seculares, como em Itália o duque e duquesa de Ferrara e de Florença, e na Alemanha o da Baviera, e outros eclesiásticos, como cardeaes, bispos e grandes personagens em tôdas as partes da Cristandade, demonstram por obras e tôda a sorte de argumentos a caridade e amor que Deus lhes dá para com esta Companhia» (5).

Nem êste geral aplauso ficava limitado na Europa. Da Índia escrevia com admiração Francisco Xavier no ano de

(1) Laines, *Mon.*, VIII, 253. Carta de Roma, de 9 de outubro de 1560.
(2) *Mundi... contemptibilia elegit Deus.* I Cor. I, 28.
(3) Laines, *Mon.*, VIII, 255.
(4) Polanco, *Compl.*, I, 113: *Information sumaria de la Compañia de Jesús,* escrita em Roma no ano de 1555.
(5) *Ob. cit.*, pag. 115.

1549 a seu Padre Inácio: «Somos tão bemquistos e aceitos a todos os portugueses, assim eclesiásticos como seculares e também aos infiéis, que é coisa de que todos vivem espantados» [1]; e confirmou autorizadamente no ano de 1550 o testemunho do santo apóstolo o piedoso franciscano, bispo de Goa, D. João de Albuquerque por estes termos de bem expressivo louvor: «El-rei nosso senhor mandou a estas terras, haverá sete anos pouco mais [2], uns padres religiosos cuja invocação se chama da Companhia de Jesus, os quais peregrinam por tôda a Índia, e pelas fortalezas dela confessando e prègando, a doutrina cristã ensinando, as obras de misericórdia exercitando, os hospitais e enfermos visitando, os homens que estão em ódios e malquerenças uns com os outros reconciliando, e outras obras virtuosas exercitando, neles mesmos com sua boa vida e bom exemplo ao mundo edificando de tal maneira, que hão alumiado e edificado com êstes santos exercícios e boas obras a gente desta terra, assim aos fiéis cristãos portugueses tirando-os de muitos vícios antigos com sua doutrina e vida, como aos infiéis trazendo-os à verdadeira Fé» [3].

Iguais louvores deu mais uma vez no mesmo ano à obra da Companhia de Jesus no Oriente o zeloso bispo em carta dirigida ao P. Simão Rodrigues a 28 de novembro. «As fôrças das obras, diz, que os súbditos de V. R. fazem nestas partes orientais com seu bom exemplo de vida e santa doutrina... me obrigam a escrever a V. R., como pessoa que o experimento, e vejo tudo pelos olhos. São estes padres de sua santa Companhia tão grandes obreiros, e tão fielmente ajudam e descarregam tanto aos bispos na obrigação e pêso das almas que trazemos às costas, que esperamos êles nos escusem estar muitos anos em purgatório. Particularizar as suas obras e dizer por pena o fruto que fazem nas almas nem eu me atrevo, nem o tempo me bastaria. Digo sòmente

---

(1) *Mon. Xav.*, I, 474.

(2) Os primeiros missionários da Companhia chegaram à Índia no ano de 1542.

(3) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 85, doc. 121. Carta de doação, de Cochim a 29 de dezembro de 1550.

que êles foram tochas acendidas nestas partes para alumiar tão escura noite, como a em que elas estavam» [1].

3.—Mas esta geral aceitação e simpatia não era vã e mal fundada. Davam-lhe fôrça e bom fundamento as maiores dignidades da Igreja, que a justificavam com o pêso da sua autoridade indiscutível. Paulo III, que primeiro concedera sua aprovação à Companhia, depois de nove anos de feliz experiência abre largamente os tesoiros de que era depositário, para a enriquecer de privilégios, porque ela se assemelha, testemunhava êle, a «um campo fértil que produziu até agora e vai produzindo no povo cristão pela palavra e pelo exemplo frutos variados e copiosos para glória do Rei supremo e incremento da Fé» [2]; e Júlio III, demais de a confirmar com solene e nova aprovação, chama os membros dela «filhos dilectos que desprezando as vaidades do século servem a Deus em humildade e fervor, e com o exemplo da virtude e sólida doutrina levam outros ao serviço da Divina Majestade» [3]. Marcelo II, nos vinte e dois dias que ocupou a Cadeira de S. Pedro, já começava a comprovar como Sumo Pontífice a sua antiga e generosa dedicação à Companhia de Jesus [4]. Paulo IV, depois de algumas durezas, em que saíu nos primeiros tempos o seu génio arrebatado, exprimiu-lhe claramente a sua paternal benevolência, e declarou sem rodeios as esperanças que depositava na Companhia para o bem da santa Igreja [5].

Finalmente Pio IV, que antes da sua ascensão à cadeira

---

(1) Lucena, *Hist. da vida do P. Francisco Xavier,* L. IX, C. 19.—Já em 5 de novembro de 1548 escrevera o mesmo prelado ao rei D. João III idênticos louvores dos missionários da Companhia. Veja-se a carta na T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 81, doc. 79.

(2) Bula *Licet debitum* de 18 de outubro de 1549 em *Instit. S. J.* I, 13.

(3) Breve *Sacrae Religionis* de 22 de outubro de 1552 em *Instit. S. J.*, I, 28.

(4) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 199, 311-312, 389; ser. 1.ª, XI, 452.

(5) «Nos jam inde ab initio vobis favorem et amorem nostrum declaravimus, neque hactenus defuimus neque etiam deesse volumus; nam et multorum testimoniis intelligimus quem per vos profectum Deus ostendat et adferat mundo, quam felices vestri conatus passim proveniant, Domino cooperante... Neque tantum generalem sed etiam specialem Societatis vestrae

de S. Pedro não parecia ter grande conhecimento desta Ordem, apenas cingiu a tiara, não tardou em mostrar que lhe dava grande aprêço. Baste, como prova, lembrar a recomendação, que por intermédio de seu sobrinho, o santo cardeal Borromeu, enviou aos cardeais Legados do Concílio de Trento, significando-lhes o particular afecto que o levava a proteger a Companhia, e o desejo de que fôsse favorecida naquele Concílio ecuménico, e bem acolhida em tôdas as nações (1).

E os Padres daquela veneranda assembléia de todo se conformaram aos sentimentos benévolos do Papa. Ao tratarem da reforma dos regulares, privilegiadamente a isentaram das prescrições conciliares que pudessem de algum modo alterar a sua constituïção, declarando com excepcional consenso que «aquele santo Sínodo não pretendia inovar coisa nenhuma na Companhia de Jesus, nem impedir que esta Religião de clérigos regulares servisse a Deus e à Igreja conforme a seu piedoso Instituto, aprovado pela Sé Apostólica» (2). Ao proclamar *piedoso* o Instituto da Companhia, implìcitamente o revigoravam com a sua aprovação conciliar, como bem entenderam os teólogos desde êsse tempo, e o Padre Polanco que assistira a tôdas aquelas discussões, referia ao dizer em carta de 1564 «que era uma singular e muito privilegiada aprovação» (3).

Também Pio IV, ao recomendar no ano seguinte a Companhia de Jesus ao rei de França, Carlos IX, lhe recordava que fôra *aprovada* pelo Concílio de Trento (4); e poucos anos

---

patrem agere et manere volumus...». Alocução de Paulo IV dirigida aos Padres da primeira Congregação Geral da Companhia a 6 de julho de 1558, em Laines, *Mon.*, VIII, 666, 668. Cf. Laines, *Mon.*, V, 407; Manareu, *De rebus Societatis Jesu Commentarius*, pag. 125-126.

(1) Cf. Carta de Borromeu aos cardeais Legados do Concílio de Trento, de Roma a 4 de agôsto de 1563, em Laines, *Mon.*, VIII, 823.

(2) «Per haec tamen sancta Synodus non intendit aliquid innovare aut prohibere, quin Religio Clericorum Societatis Jesu juxta pium eorum Institutum, a Sancta Sede approbatum, Domino et ejus Ecclesiae inservire possit». Conc. Trid., sess. XXV, C. 16.

(3) Polanco, *Compl.*, I, 505. Carta de 8 de dezembro de 1564. Cf. *ibid.*, 416.

(4) Cf. *Synopsis Actorum S. Sedis in causa Societatis Jesu*, an. 1565, pag. 40, n. 77.

decorridos, Gregório XIII uma e outra vez apoiava a confirmação, que dava à mesma Ordem religiosa, no facto de ter sido por aquele Concílio louvado o seu Instituto [1]. A espontaneidade porém daquela decisão conciliar bem a demonstram as instâncias que muitos bispos do santo Concílio fizeram, na despedida, ao P. Geral Diogo Laines, para que em suas dioceses fôssem erigidos colégios da Companhia [2].

4. — Pouco antes que fôsse rendida à nova Ordem aquela homenagem pela mais veneranda assembléia da Igreja Católica, já outros grémios bem autorizados tinham lavrado e proferido a sua sentença sôbre o merecimento da Companhia de Jesus. Foram as Universidades de diversas nações do Catolicismo. Uma porém houve que destoou notàvelmente naquele concêrto de louvores. A Universidade de Paris sentenciou desfavoràvelmente. Como era grande na Europa o crédito e reputação daquela vetusta Academia, deu brado em todos os reinos a decisão adversa, mas com tanta felicidade para a Companhia de Jesus, que despertou os encómios de outras Academias e os de muitas personagens da cristandade.

A ocasião do decreto parisiense deu-a o pedido que ao rei de França Henrique II fizeram os primeiros jesuítas para que fôsse no reino reconhecida oficialmente a Companhia de Jesus. Concedeu o rei sem dificuldade a autorização que se requeria, primeiro em 1551, e depois a confirmou a dez de janeiro de 1553 em carta régia ou patente, que devia ser, como era praxe, registada pelo parlamento de Paris. O Parlamento porém, onde havia malquerenças contra a nova Ordem religiosa, recusava-se ao registamento e protelava o negócio. Por fim, como se quisesse apoiar-se em autoridade competente para uma decisão de tanto pêso, ordenou à faculdade teológica da Universidade que desse seu parecer àcêrca das bulas em que os Papas tinham aprovado a Companhia de Jesus, e da carta do rei que outorgara a sua admissão em França.

---

[1] Cf. *Instit. S. J.*, I, 87, 91.
[2] Polanco, *Compl.*, I, 427.

Demorou longos meses a Universidade o exame dos documentos e a resolução. Por fim saíu a um de dezembro de 1554 com um decreto não só contrário ao reconhecimento da Companhia, mas injurioso a seu Instituto e ofensivo da autoridade papal. Eram tais os erros e inconveniências do documento sorbónico, que bem mostrava não fôra a verdade sincera mas a paixão que moveu a pena de seus autores. Chegava ao excesso de asseverar que a Companhia de Jesus, confirmada já por duas bulas pontifícias, era perigosa para a Fé e destruïdora da profissão monástica! Ânimos desprevenidos consideravam indecoroso para uma tal corporação scientífica um decreto lavrado naqueles termos. Fôra o doutor João Benoit, dominicano, quem redigira o infelicíssimo documento (1).

Não faltaram todavia doutores de elevada reputação, que impugnaram a decisão universitária e defenderam nobremente a Companhia. Entre êles se distinguiram os dois portugueses Dr. Diogo de Gouveia, o velho, e Dr. Sebastião Rodrigues (2). Chegada a Roma a notícia do decreto, sobressaltaram-se os religiosos nele atingidos, e houve quem desse conselho de que se refutasse pùblicamente em defêsa da verdade e da inocência. Inácio na serenidade e grandeza de seu coração encontrou motivos para acalmar os ânimos receosos, e não permitiu que se fizesse demonstração por escrito que pudesse irritar os doutores da Sorbona, nem magoar aquela Universidade que fôra «mãe dos primeiros da Companhia» (3).

Acertou contudo a sua prudência num meio suave e de

---

(1) Polanco, IV, 328-330, V, 11-12; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IX, 542, X, 196, 260; Manareu, *De rebus Societatis*, pag. 74; Ribadaneira, *Vida*, L. IV, C. 11; Fouqueray, I, 201, 209; Teles, II, 567 segg. — O doutor João Benoit devia estar lembrado de que também a Ordem dominicana, de que êle era filho, fôra em seus princípios condenada por um semelhante decreto da mesma Universidade. Ribadaneira, *Vida*, l. c.; Fouqueray, I, 209.

(2) *Litt. Quad.*, II, 294; Polanco, III, 291. — Êste doutor Sebastião Rodrigues, a quem numa carta de 1553 se chama *Vir insigni pietate illustris*, *(Litt. Quad.*, II, l. c.) é diverso do doutor Sebastião Rodrigues, irmão do P. Simão, companheiro de S. Inácio.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XI, 452.

grande eficácia para o que se pretendia, e foi ordenar para tôdas as partes, onde pessoas da Companhia exercitavam ministérios, que se tomassem dos príncipes, das cidades e dos prelados informações sôbre o seu Instituto, trabalhos e fruto, para que se mostrasse à Universidade parisiense que a Companhia não só não era, como apregoava no seu decreto, perniciosa ao bem da sociedade, mas útil para a glória de Deus e proveito das almas (1). Assim se efectuou, como Inácio mandara. De tôdas as regiões da Europa afluíram a Roma testemunhos tão autorizados e tamanhos louvores da Companhia, que inutilizavam completamente e deixavam sem valor nenhum as injustas afirmações da Universidade de Paris.

Consta que Inácio mandou muitos dêsses testemunhos, em cópias autênticas, para a capital de França (2). Não foi porém necessário fazer daqueles depoïmentos todo o uso que primeiro se intentava, porque o decreto iníquo por si mesmo foi caindo no esquècimento, e a maior parte de seus autores, ainda que não tiveram magnanimidade e nobreza para o negarem com retratação solene, particularmente o desdisseram, declarando que não tinham sido bem informados. Também o Dr. João Benoit, convencido da sua semrazão pelos jesuítas de Roma, deu sinais de ter trocado em benevolência a sua anterior aversão (3).

De tôda esta tribulação e trabalho bem se consolaram os filhos de Inácio ao receber os numerosos depoïmentos que de todos os lados lhes atestavam que sua Companhia pelejava gloriosa e profìcuamente pela causa da glória de Deus. Acudiram a Roma, entre outros, os testemunhos das Universidades de Ferrara, Barcelona, Salamanca, Valhadolide, Lovaina, Viena e Coimbra; do rei dos Romanos Fernando I, do rei de Portugal D. João III, e do Vice-rei da Sicília; dos duques de Baviera, Ferrara, Florença e Génova;

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, VIII, 456, 484; ser. 4.ª, I, 375-376, 426; Polanco, V, 11, 321.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IX, 651, 664; X, 332-333.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, X, 453-454, 485, 560, XI, 454; Laines, *Mon.*, II, 15-16, 72-73; Polanco, V, 321-322; Orlandini, XV, n. 62; Fouqueray, I, 217.

das cidades de Messina, Perusa, Gandia, Saragoça, Sevilha e Lisboa, representadas pelos seus magistrados; dos inquisidores de Florença, Ferrara, Barcelona, Córdova, Saragoça, Lisboa e Évora [1].

A Universidade de Ferrara, em testemunho abonado pelo reitor e trinta e dois lentes, declara que os filhos da Companhia de Jesus hão de ser julgados pelas suas obras, e que estas são, sem controvérsia, admiráveis na educação da juventude, no ensino, na prègação e nas obras de caridade, de tal modo que, se não estivessem já dentro de Ferrara, deveriam ser chamados a todo o transe [2]. A célebre Universidade de Lovaina de acôrdo com «a sua faculdade de teologia, que examinou maduramente e discutiu as bulas e privilégios da Companhia, e considerou também o modo como por muitos anos se houveram os membros desta Ordem com grande fruto e edificação dos fiéis», responde que «o Instituto desta Religião é piedoso e santo, e em seus privilégios, bulas, costumes e conversação nada se depara que não seja útil e salutar para tôda a Igreja» [3]. Era a reprovação explícita do decreto da Sorbona.

A academia de Barcelona por entre expressões de admirativa congratulação louva a Inácio e a seus filhos, e convida-o a «gozar-se dêles com perfeita complacência porque difundem o bom odor de Cristo, andam unidos pela caridade, desprezam a glória vã, evitam as contendas, vivem na humildade, a ninguém dão motivo de queixa, acreditam o ministério apostólico, não obstante que à sua virtude, como acontece à dos mais santos, lhes não faltam grandes adversários» [4]. Em termos de semelhante encarecimento se manifestou o pensar das demais Universidades [5].

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 523-614, appendix quinta; Fouqueray, I, 214. *Li testimonii . . . erano lettere di quasi tutti li principi magiori della cristianitá et di molti prelati, signori etc.: Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, X, 561. Carta de Inácio ao P. Broet, de Roma a 25 de janeiro de 1556.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 525; Fouqueray, I, 215.

(3) Polanco, VI, 436; *Cartas de S. Ignacio*, VI, 559.

(4) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 554-556.

(5) O honrosíssimo testemunho que nesta ocasião deu à Companhia a Universidade de Coimbra, citá-lo-emos mais adeante com outros docu-

5. — Seríamos agora demasiadamente longos se houvéssemos de transcrever também os elogios que deram à laboriosa Companhia os príncipes seculares e os municípios nestes anos de que ora tratamos. Mas para que nos não falte a memória do que êles pensavam, citemos um ou outro depoïmento, escolhido de diversas nações. Em Viena de Áustria o rei dos Romanos D. Fernando I, no ano de 1558 em que tomava nas suas mãos as rédeas do império, oficialmente declara que dava sua protecção à Companhia de Jesus, «porque esperava com firmíssima segurança que ela com a pureza de doutrina e exemplo de vida santa continuaria a produzir os mesmos frutos, que até êsse tempo dêra na vinha do Senhor, visto que tão singularmente se distinguia pelo ardor e fé exímia em promover o bem da Religião e pelo solícito empenho que empregava no ensino das letras e virtuosa educação da juventude» [1].

Na Baviera o duque Guilherme já em 1550 escrevera ao cardeal Marcelo Crescêncio, que os Padres da Companhia que ensinavam em Ingolstadt «superaram a expectação que os precedera, e êle tinha seguríssima esperança de que haviam de contribuir não pouco pelos seus ensinamentos, doutrina e virtuosíssimos exemplos para se restaurar a religião tão decaída em quase tôdas as províncias da Alemanha» [2].

Em Itália o duque de Florença, Cosme de Médicis, passou em 24 de maio de 1555 público certificado de que «os religiosos da Companhia de Jesus, recebidos desde alguns anos na cidade de Florença, de tal modo se haviam na celebração dos divinos ofícios, no ministério das confissões, no exercício da prègação, na educação cristã e ensino da juventude, com o exemplo de sua boa vida e trato irrepreensível, que êle e seus súbditos não sòmente se não tinham de modo nenhum arrependido de os ter em sua cidade, mas esperavam cada dia mais copiosos frutos de sua acção» [3]. No mesmo

mentos, que mais particularmente se referem à Companhia de Jesus em Portugal.

(1) Laines, *Mon.*, VIII, 671.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 524.

(3) *Ob. cit.*, pag. 541.

ano exaltavam igualmente a Companhia com idênticos e mais pormenorizados louvores «os jurados da nobre cidade de Messina» (1).

Mas de Espanha envia directamente ao Sumo Pontífice a cidade de Saragoça uma desassombrada e encomiástica defêsa da mesma Ordem religiosa «a lembrar-lhe em seu nome e de todo o reino de Aragão o proveito espiritual, os bens salutares, o acréscimo e lustre que traz à sociedade cristã, não sòmente naquela região mas em tôdas as partes do mundo, o trabalho e zêlo infatigável desta piedosa Companhia, e a pedir-lhe que proteja, favoreça e promova tão louvável Instituto» (2).

6. — Ao testemunho das autoridades seculares vieram juntar o seu depoïmento, singularmente comprovativo, muitas personagens eclesiásticas e religiosos. Eram êles quem podia avaliar com mais conhecimento e justeza a acção espiritual da Companhia de Jesus. Não citamos porém no particular os atestados dos numerosos bispos, inquisidores e religiosos, para evitar fastidiosa repetição de louvores semelhantes aos que acima deixamos referidos. Só faremos menção de três pelas circunstâncias especiais que os acompanham e reforçam. Fr. Luís de Montóia, espanhol, eremita de S. Agostinho, e ornamento ilustre e zeloso reformador da sua Ordem no reino de Portugal, depois de voltar de Roma, onde conhecera e tratara ìntimamente a Inácio de Loiola, escreveu-lhe de Coimbra em termos que, se bem deixam transparecer a sua profunda humildade, demonstram a sincera estima que fazia da Companhia e de seu santo fundador. «Aprouve a Deus Nosso Senhor de me fazer arribar a esta terra com saúde, e, como lá disse a V. R., a mais preciosa relíquia que eu de Roma trouxe e o negócio para mim mais proveitoso que lá concluí, foi ter visto a V. R., tê-lo tomado por meu pai e recebido a sua santa bênção para ser desde essa hora para tôda a minha vida e para sempre, ainda que indigno, um e o menor irmão da santa Companhia de Jesus,

(1) *Ob. cit.*, pag. 600.

(2) *Ob. cit.*, pag. 612. Cf. *Epist. Mixt.*, IV, 638-639.

cujos filhos eu sempre amei muito e agora os amo com mais enternecido afecto...» (1).

É grande a significação destas humildes palavras, mas talvez seja de mais autoridade, por nascer de maior estudo, o testemunho do insigne teólogo Diogo de Paiva de Andrade, que no Concílio de Trento, de 1562 a 1563, tratou ao Geral Diogo Laines e a outros membros da Companhia. Emquanto tomava parte na deliberação daquela assembléia, veio-lhe às mãos um livro em que Martim Chemnitz, teólogo luterano, desfaçadamente caluniava «a santissima Companhia de Jesus, escreve Andrade, tão ilustre pela virtude e pela sciência» (2). A leitura do livro acendeu-lhe a indignação e o desejo de o refutar, e, aconselhado também por D. Fernão Martins de Mascarenhas, embaixador do rei de Portugal no mesmo Concílio, deu-se a escrever um opúsculo, em que numa linguagem primorosa de clássica latinidade defende briosamente e exalta a Companhia em eloqüente amplificação, demonstrativa de quanto a estimava (3).

«Examina com diligência, diz êle ao adversário alemão, tôdas as acções daqueles religiosos, e investiga cuidadosamente a ver se descobres em tôdas as suas emprêsas alguma coisa que não respire um zêlo inflamado do bem do próximo. A êste só fim tendem êles na construção de seus colégios magníficos, na instrução exímia da juventude, na contínua prègação da palavra de Deus, na administração assídua dos sacramentos, no combate sem trégoas com os depravadíssimos inimigos da religião... Nem são menores as provas que

(1) *Epist. Mixtae,* II, 672. Carta que traduzimos do castelhano, escrita de Coimbra a 8 de fevereiro de 1552. Cf. outra carta, que mais adeante citaremos do mesmo religioso, repassada de iguais sentimentos e enviada de Lisboa ao P. Inácio a 27 de janeiro de 1554 (*Epist. Mixt.*, IV, 48), e a resposta de Inácio, datada de Roma a 26 de julho do mesmo ano (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, VII, 320).

(2) Paiva de Andrade, *Orthodoxarum Explicationum Libri decem*, na dedicatória. — O livro de Chemnitz ou Kemnitz leva o título: *Theologiae jesuitarum praecipua capita*, e saíu a lume em Leipzig no ano de 1562.

(3) O opúsculo forma o primeiro dos dez livros de *Orthodoxarum Explicationum*, publicados em Veneza no ano de 1564, e foi logo dois anos depois reeditado em Lovaina com o título: *De Societatis Jesu Origine, Libellus.*

nos dão desta caridade na Itália, em França, na Espanha, em Portugal, na Bélgica, na Sicília, na Córsega, e em quase tôdas as regiões do globo... O que mais porém costuma admirar nestes homens é que de tal modo se ocupam nestes empregos sublimes da caridade, que parece que nem o amor pátrio os impressiona, nem o carinho dos pais os comove, nem a afeição dos irmãos os abala, nem a convivência dos amigos os prende... Basta que se lhes ofereça ocasião mais propícia de aumentar a glória de Deus, e logo trocam terras e domicílio com tanta facilidade, como se em parte nenhuma houvessem nascido, ou se tivessem despojado de todos os sentimentos da natureza» (1).

A razão dêste nobre desprendimento encontra-a o ilustre teólogo no próprio fim da Corporação que defende, e assim urge e aperta ao adversário: «Se a Companhia de Jesus se destina principalmente a exercer em bem de todo o género humano os ofícios da caridade, e não há ocupação tão incómoda ou dificultosa a que estes religiosos se não abalancem, que coisa pode haver no seu modo de vida, que te pareça estar em oposição com o santíssimo nome e glória de Jesus»? (2)

Para remate dêstes incomparáveis elogios veem de molde as palavras que àcêrca da Companhia escreveu a grande heroína do século XVI, Santa Teresa de Jesus. Todos êles manifestam a grande veneração que a Santa carmelita professava para com os Padres da Companhia, de cujos ensinamentos e direcção tanto aproveitara. Ao nosso D. Teotónio de Bragança, depois arcebispo de Évora, escrevia em 16 de janeiro de 1578 por modo de congratulação: «Muito me consola que V. S. tenha a Companhia tão por sua, que é grandíssimo bem para tudo» (3). Expressões como esta saíram-lhe muito da alma, porquanto nomeava os filhos de Inácio com a qualificação de «homens bemditos» (4), e se dava os

---

(1) Paiva de Andrade, *Ob. cit.*, f. 20v-21.

(2) *Ob. cit.*, f. 19-19v.

(3) *Obras de Santa Teresa de Jesús*, T. IV, *Cartas*, Madrid, 1916, pag. 10. Cf. Mir, *Santa Teresa de Jesús*, II, 712.

(4) Cf. *Obras de Santa Teresa de Jesús*, edit. pelo P. Silvério de Santa Teresa, I, 183.

parabéns de «conhecer e tratar gente tão santa como a da Companhia de Jesus» (1).

Mas unindo o seu conhecimento pessoal às iluminações que recebia pelas revelações do alto, desta maneira se expressava: «Dos da Ordem dêste Padre [Gaspar Salazar], que é a Companhia de Jesus, de tôda a Ordem junta vi grandes coisas: Vi-os no céu com bandeiras brancas nas mãos algumas vezes; e, como digo, outras coisas vi dêles de muita admiração, e assim tenho em grande veneração esta Ordem, porque os tenho tratado muito, e vejo se conforma sua vida com o que o Senhor àcêrca dêles me deu a entender» (2). Não pode caber dúvida que sentia altamente da Companhia de Jesus a grande Santa e mística doutora (3).

7. — São de valor inestimável para medirmos a fama que por aquele tempo se divulgara em tôdas as nações àcêrca da Companhia, de seu Instituto e obras, estes francos elogios, que lhe tributaram personagens avantajadas pela sciência, pela santidade e por sua posição social. Não contribuïrão porém menos eficazmente para o mesmo fim as confissões forçadas de muitos adversários. O célebre pedagogo calvinista João Sturm, organizador dos estudos humanistas de Estrasburgo, como que surpreendido com os resultados das escolas da Companhia, que principiavam a rivalizar com as suas, tão afamadas na Europa, escreveu, não sem algum despeito, a valiosa declaração que segue: «A recente Corporação, a que deram o nome novo de jesuítas, é invenção engenhosa de homem perspicaz para granjear as simpatias de muitas

---

(1) *Ob. cit.*, pag. 179.

(2) *Ob. cit.*, pag. 335-336.

(3) Pequenos dissabores teve contudo a Santa com alguns Padres da Companhia, mas que não alteraram nem sua boa amizade nem o conceito que formara daquela Ordem religiosa. Assim na carta de 10 de fevereiro de 1578, que dirige ao P. João Soares, Provincial da Província de Castela, mostrando ter dêle algum desgôsto, escreve esta frase bem expressiva: *Vuestra Paternidad entienda, que no trato con la Compañia, sino como quien tiene sus cosas en el alma, y pondria la vida por ellas. Obras*, T. IV, *Cartas,* ed. de 1916, pag. 68. Cf. *Vida de Santa Teresa de Jesús* do P. Francisco Ribera, nova ed. do P. Jaime Pons, pag. 578-608, e Zugásti, *Santa Teresa y la Compañia de Jesús*, cap. XVIII, onde se demonstra que S. Teresa conservou inalterado até sua morte o afecto à Companhia de Jesus.

personagens, das cidades e dos povos, dos imperadores e dos reis...Alegro-me com o aparecimento dêste Instituto... porque nos ajudam a nós e cultivam as bôas letras» (1).

Mais claro e mais compreensivo foi o louvor que lhe deu um protestante de Breslau, pesaroso de verificar quantos do protestantismo desertavam para o campo em que pugnava a Companhia de Jesus: «Certamente que não me admiro, quando oiço dizer que algum se passa para os jesuítas, mòrmente se não é muito e por longo tempo exercitado na controvérsia. Porquanto êles, a julgar do que aos olhos aparece, são crèdores de grande aplauso. Recomendam-se por uma erudição variada, pela eloqüência, pelo trabalho assíduo no ensino, na prègação, na composição de livros, nas disputas, na educação gratuita da mocidade e pela modéstia e inocência de vida» (2).

Mas emfim terminemos esta já longa ementa compendiando o parecer de muitos. Era tal a opinião que sôbre a virtude e acção da Companhia penetrara nas camadas da sociedade, que, no conceito principalmente dos inimigos, como que personificavam os filhos desta Ordem religiosa o exemplar do genuíno e perfeito católico. Na Alemanha escreveu-se em 1575 esta assombrosa afirmação do sentimento geral: «É uma glória da Companhia de Jesus o facto de ser considerado como jesuíta todo o eclesiástico e secular que se ajusta com a Fé e cumpre sèriamente com as exigências e

---

(1) «Jesuitarum novum et recens nomen est et hominis acuti callidum inventum ad colligendas multorum hominum et civitatum et populorum, imperatorum etiam et regum gratias... Laetor ego hoc instituto duabus de causis quarum una est quod nos juvant et bonas litteras colunt». Fournier, *Les Statuts et Privilèges des Universités françaises*... Deuxième partie: seizième siècle, T. IV, pag. 82.

(2) «Equidem non miror, cum audio aliquem ad jesuitas transire, praesertim si non sit multum diuque in controversiis cognoscendis versatus. Nam illa quidem, quae in oculos incurrunt, valde plausibilia sunt. Commendat eos varia eruditio, eloquentia, assiduus in docendo, concionando, scribendo, disputando, pueros sine mercede instituendo labor, vitaeque inocentia et modestia». Carta de André Dudith, de 28 de setembro de 1581, ao médico Crato von Crafftheim. Citação de Janssen, *Geschichte des deutschen Volkes*, vol. V, 197.

obrigações que a mesma Fé e a Igreja nos impõem. Cada dia o ouvimos na linguagem dos homens» [1].

À luz de tão brilhantes testemunhos temos de concluir que a Companhia de Jesus correspondia plenamente às esperanças que nela depositara a Igreja. Todo êste resultado admirável nascia da prudência de Inácio de Loiola, que de Roma, como de tôrre altíssima, abrangendo com seus olhares o mundo inteiro, dirigia e animava pela fôrça e luz de seu espírito alentado e empreendedor a actividade incansável de quantos o reconheciam por pai e por mestre. São prova desta sua larga e contínua providência as 7.000 e mais cartas ou instruções que ainda conservamos, como parte apenas de sua vasta correspondência, escritas pelo Santo, ou em seu nome. Ao ler, quase no têrmo de sua vida, os elogios tão cabais, que a Roma lhe chegavam sôbre a virtude e zêlo de seus filhos, devia ter entoado à Majestade Divina um canto de profundo reconhecimento. Fundara com o auxílio da Providência Divina uma Companhia realmente dedicada à maior glória de Deus!

Veremos nas páginas seguintes como ela realizou em Portugal o pensamento do fundador.

---

(1) *Christlicher Tractat wider die Anfechter Katholischen römischen Glaubens*, 1575, pag. 6-7. Citação de Janssen, *Ob. cit.*, vol. IV, pag. 389.

LIVRO SEGUNDO

ESTABELECIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL. 1540-1560

CAPÍTULO I

PRIMEIROS PORTUGUESES QUE AJUDARAM A INÁCIO NA FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS

Sumário: — *1. Em Espanha: P. Manuel Miona e D. Leonor de Mascarenhas. — 2. Em Paris: D. Jerónimo Osório, D. António Pinheiro, D. Manuel dos Santos e Dr. Diogo de Gouveia. — 3. Em Roma: Bartolomeu Ferrão e D. Pedro Mascarenhas.*

1. — Emquanto Inácio de Loiola, encaminhado amorosamente pela mão de Deus, ia preparando de longe, sem o cuidar, a fundação da Companhia de Jesus, que tamanho incremento havia de receber em Portugal desde os primeiros dias de sua existência, foi-lhe a Providência Divina deparando no seu demorado labor ilustres portugueses, que o conhecessem, tratassem ìntimamente e admirassem, e por esta maneira se dispusessem a o ajudar na realização da sua obra.

Logo nos anos que imediatamente seguiram à sua conversão, quando começava a freqüentar as Universidades para se apetrechar com a sciência necessária a suas aspirações apostólicas, encontrou-se com um bom português, natural do Algarve e já sacerdote, a quem tocou a dita de ser um dos primeiros que confessaram e dirigiram espiritualmente o futuro fundador da Companhia de Jesus. Chamava-se Manuel Miona, e na famosa Alcalá de Henares se deu aquele encontro providencial. Quando Inácio ali chegou no ano de 1526, já Miona era professor naquela cidade em que fizera seus

estudos (1) e gozava da boa reputação de «homem de grande virtude» (2). Não foi dificultoso conhecerem-se e amarem-se. A virtude os aproximou, e tão entranhada afeição ganhou o piedoso português a seu novo penitente, que, quando êste se trasladou à capital de França, não se teve mão que o não seguisse. Ao mesmo tempo que cursava os estudos na Universidade de Paris, onde se graduou de mestre em artes e recebeu as insígnias de doutor (3), continuava a ser o confessor de Inácio e também de seus companheiros. Não se restringia porém sua piedade e zêlo a confessá-los, antes se empenhava em lhes atrair outros estudantes que se lhes unissem, e os imitassem no seu modo particular de vida santa (4). A um jovem maiorquino, Jerónimo Nadal, que mais tarde havia de ser membro ilustre da Companhia, com insistência o inclinava Miona a juntar-se com o filho da nobre casa de Loiola. O estudante porém, que não havia entrado ainda nos pensamentos de Inácio, respondia-lhe com desenfado: «Como é que, não sendo tu iniguista, me queres fazer iniguista a mim?» (5).

Não era descabido o reparo. Manuel Miona também se não resolvia a agregar-se àqueles a quem aconselhava como confessor e favorecia como amigo. A razão de seu retraïmento descobriu-a êle passados anos, e com humildade se penitenciava do seu êrro. No seu espírito naturalmente tímido entrara o receio ou suspeita de que Inácio e os que o imitavam na vida, «queriam simular ou fingir suas virtudes, santidade, sciência e sabedoria sôbre as de todos os demais», e esta dúvida o impedia de associar-se àquela nascente Corporação. Depois tachava de «crueldade de ânimo» aquelas suas «imaginações e juízos» a que dera quase seu consentimento interior, e com lágrimas delia a culpa do que finalmente sentenciava por

---

(1) Cristóbal de Castro, *Historia del Colegio de la Compañia de Jesús de Alcalá de Henares*, ms., P. I, L. I, C. 8; Fouqueray, I, 142.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 200. Memorial do P. Luís G. da Câmara.

(3) Bibl. N. Paris, mss., *Latins* 9952, *Acta Rectoria Univers. Paris.*, an. 1526-1534, f. 100, 103v; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 688, 689.

(4) Alcázar, *Chrono-Hist.*, pag. XXXIII; *Epist. Mixtae*, V, 636.

(5) Nadal, I, 2.

grande desacêrto [1]. Pouco a pouco chegara a estes sentimentos.

Já em novembro de 1536 lhe escrevera de Veneza o antigo penitente uma carta afectuosa a persuadi-lo que fizesse os Exercícios Espirituais [2]. Não pôde seguir o piedoso conselho, porque lhe faltava quem o guiasse como director. Os companheiros de Inácio tinham nêsse mês deixado Paris e partido para Itália [3]. Mas em 1540 entrava naquela cidade uma pequena turma de estudantes, que já tinham em Roma dado seu nome à Companhia, e agora iam cursar estudos naquele centro universitário. Miona chegou-se para êles, tratou-os muito de perto e tanto se lhes afeiçoou, que se foi morar na mesma habitação já determinado a compartilhar a mesma vida religiosa. Por fim no ano de 1544, estando na cidade de Lião, aonde se refugiara com os demais jesuítas dos sobressaltos da guerra, meteu-se ao caminho de Roma com o propósito de ir, como discípulo, receber lições de Inácio, a quem êle antes dirigira como mestre [4].

Em Roma houve regozijo com a sua determinação. Êle sentia na sua alma exultações de alegria desusada por entrar na «bemdita e santa Companhia», que dêste modo expressava o seu afecto e o conceito que se formara daquela nova Religião, e todos os demais se congratulavam com êle e comunicavam para longe a boa nova [5]. De Valença de Aragão, aonde ela chegara, escrevia António de Araoz que não sabia como exprimir em palavras a edificação que daquele exemplo dimanara, sobretudo entre os portugueses

---

(1) *Epist. Mixtae*, V, 637. Carta de Miona escrita de Roma em 1545 ou 1546. Miona exagerava certamente e condenava com demasiado rigor aquelas suas antigas suspeitas, que não passariam de simples pensamentos que o assaltavam. Doutra sorte contradizia-se o zêlo do santo varão, buscando tão fervorosamente companheiros para aqueles de cuja sinceridade sèriamente duvidava.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 111. Carta de 16 de novembro de 1536.

(3) Inácio cuidava que os seus companheiros, como se havia antecedentemente combinado, só partiriam de Paris a 25 de janeiro de 1537; por isso escreveu de Veneza a 16 de novembro de 1536, mas na véspera dêsse dia tinham-se êles pôsto a caminho para Itália.

(4) Fouqueray, I, 142, 143.

(5) *Epist. Mixtae*, I, 243-244; V, 636.

que naquela cidade se instruíam religiosamente, e acrescentava que procuraria se conhecesse em Portugal, certo de que o rei e quantos conheciam e amavam a Manuel Miona, receberiam contentamento e estímulo para caminharem à perfeição (1).

Ao fervor das primeiras impressões correspondeu o procedimento sempre edificativo dos anos seguintes. O próprio Inácio de Loiola o testemunhou (2), e tão cabalmente satisfeito estava da sciência e virtude de seu antigo confessor, que logo quatro anos depois de o haver admitido à sua Companhia, lhe concedeu a profissão solene de quatro votos. Êle a emitiu a 25 de março de 1549 (3). No ano de 1555 foi enviado a exercer ministérios nos colégios de Messina e Palermo, mas a falta de saúde não lhe permitiu que trabalhasse longo tempo naquelas cidades, e passados apenas uns três anos (4) era chamado para Roma, onde anelava terminar seus dias. Na cidade eterna passou os últimos anos em piedosa, santa e repoisada velhice, sempre muito querido e estimado, como mereciam seus dotes e virtudes, e faleceu piedosìssimamente a 4 de março de 1567 (5). A santa morte em que expirou rodeado dos filhos de Inácio, bem a podemos considerar como justa recompensa dos auxílios que prestou devotadamente ao fundador da Companhia desde os tempos de Alcalá.

Na mesma cidade e no mesmo ano conheceu também Inácio e começou a tratar com veneração e amor de filho a virtuosíssima D. Leonor de Mascarenhas, descendente da ilustre família que lhe deu o sobrenome. Desde a hora em que pela primeira vez se falaram, ganhou a nobilíssima portuguesa tamanha afeição e reverência tão devotada ao santo peregrino, que sem resfriamento nem quebra de ami-

---

(1) *Ob. cit.*, I, l. c.

(2) *Mon. Ignat.*, I, 482.

(3) Polanco, I, 361; Orlandini, IX, n. 2.

(4) Partira de Roma para a Sicília a 20 de outubro de 1555; aportara a Messina a 3 de dezembro, e em dezembro de 1556 já se tinha trasladado a Palermo, onde ainda lidava no abril de 1558. Cf. Polanco, V, 192; Polanco, *Compl.*, II, 581; Laines, *Mon.*, I, 639, III, 241.

(5) Sacchini, *Hist. Soc.*, P. III, L. III, nn. 90-91.

zade se lhe mostrou até à morte de Inácio bemfeitora dedicada e mãe extremosa (1). Êle o reconhecia, e lhe guardou sempre a mais pura e amorosa gratidão. Assim lho declarava em 19 de maio de 1556, menos de três mêses antes de sua morte: «Recebi no mesmo dia, no fim de abril, duas cartas de V. Mercê, datadas em novembro e dezembro últimos, e nelas vejo exactamente quanto em minha alma está escrito desde a primeira vez que no Senhor Nosso nos conhecemos, é a saber, o amor tão intenso e caridade, que em sua Divina Majestade me tem; o que espero em sua infinita bondade que tanto da sua parte como da minha há de sempre durar e sempre crescer». E conclui dizendo que antes de lhe haverem chegado às mãos as cartas dela, já tinha escolhido dois *Agnus-Dei* guarnecidos para lhos enviar acompanhados de uma carta, «lembrando-se, repete êle, de quanto a teve e tem no mais interior de sua alma e mais adentro ainda, se mais pudesse encarecer» (2).

De tão santa e afectuosa estima nascia no ânimo de D. Leonor de Mascarenhas o amor tão maternal com que olhava para a Corporação que Inácio fundara. Com razão a denominava êste mãe da Companhia de Jesus (3). Acolhia sempre com alvoroçado afecto os filhos de Inácio, e favorecia-os liberalmente com uma dedicação que enternecia (4). Quando Pedro Fabro passou em 1542 por Ocaña lastimava-se de não ter tido o ensejo que tanto desejava, de se aproveitar da espiritual conversação do servo de Deus. Assim lho escreveu sentidamente. «Já que por meus pecados não mereço tão grande bem, como fôra para mim a doutrina de V. R. e sua santa conversação, alguma consolação me fica na certeza de que o meu mestre Álvaro Afonso vá gozar de tamanho bem como é o de êle, servindo a Deus, servir a V. R. Seja bemdito o Senhor por tantas mercês, como me faz em querer servir-se de coisa tanto minha, e mais na perfeição de vida que está,

(1) Polanco, VI, 443, 590; Ribadaneira, *Vida*, L. I, C. XIV; Franco, *Synopsis Ann.*, 1540, n. 3.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XI, 415-417.

(3) Orlandini, V, n. 80.

(4) Cf. *Epist. Mixtae*, V, 531; Polanco, VI, 590-591.

segundo meu parecer, em seguir-vos a vós e a Inácio, que é a coisa que eu de melhor grado faria, se fôsse homem; mas como sou mulher tão pecadora e sem proveito, nem sequer mereço pensar nem falar de coisas boas, quanto mais nas da Companhia de Inácio» [1].

Com êste sentimento na alma não é maravilha que procurasse por todos os modos os progressos da Ordem que tanto estimava. Por isso tanto se alegrava de que seu mestre Álvaro Afonso, português, que de Portugal tinha acompanhado a Imperatriz D. Isabel e era nêste tempo capelão das infantas, filhas de Carlos V, desamparasse a côrte para seguir a Fabro e entrar na Companhia [2]. Passados poucos anos também viu com bons olhos que um seu pagem, Duarte Pereira, português de nascimento, a deixasse para ser igualmente admitido na mesma Ordem, em que depois havia de ser «um dos sujeitos assinalados» [3] e o primeiro reitor do colégio de Madrid [4]. Sôbre tudo isto eram freqüentes as esmolas e favores com que ajudava ao bem da Companhia.

Logo depois da morte de Inácio que, segundo refere Ribadaneira, poucos meses antes lhe escrevera a despedir-se de tão amorável bemfeitora [5], pediu de Roma uma relíquia

---

[1] Fabro, *Mon.*, 143. Carta escrita de Ocaña em fevereiro de 1542.

[2] *Ob. cit.*, 142, 143, 144, 151, 164; Astrain, I, 235. — Astrain, l. c., escreve que Álvaro Afonso era espanhol e um dos dois primeiros espanhóis que entraram na Companhia dentro de Espanha. Equivocou-se o historiador. O P. Fabro em termos expressos lhe atribui nacionalidade portuguesa. Cf. Fabro, *Mon.*, 226, 333; *Cartas del B. P. Fabro*, 128[6]; Rodrigues, *Mon.*, 530, 588; Teles, I, 160; Franco, *Synopsis Ann.*, 1544, n. 2.

[3] Alcázar, *Chrono-Hist.*, pag. 79; Astrain, I, 266.

[4] Alcázar, *Ob. cit.*, pag. 386; Astrain, II, 53.

[5] *Vida*, L. IV, C. XVI. — Ribadaneira, l. c., diz expressamente que Inácio, escrevera alguns meses antes de sua morte a D. Leonor de Mascarenhas, despedindo-se dela e dizendo-lhe que seria aquela a última carta que lhe escrevia. Mas na última carta que se nos conserva do Santo para D. Leonor, de 19 de maio de 1556, dois meses e meio antes do dia em que falecera, nem se lêem palavras de despedida, nem a afirmação de que seria aquela a derradeira carta. Terá Inácio escrito posteriormente outra carta à sua bemfeitora? Somos de parecer que não escreveu; porque em 13 de julho, 18 dias antes da sua morte, ainda lhe não tinha enviado nova carta, como se depreende de carta de Polanco datada nesse dia 13. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 118.

do servo de Deus, porque já desde muito tempo o venerava como santo (1). Não admira que lhe quisesse conservar a memória, e tanto amasse a sua Companhia até ao último suspiro. Nasceu a ilustre portuguesa em 24 de outubro de 1503 (2), e teve por pais a Fernão Martins de Almada e D. Isabel da Veiga, e por avós a Vasco de Almada e D. Isabel Mascarenhas (3). Na côrte de Portugal foi dama da raínha D. Maria, mulher de D. Manuel. Em 1526 seguiu para Espanha, como camareira-mor, a Imperatriz D. Isabel; depois educou, como aia, Filipe II, e mais tarde o infeliz príncipe D. Carlos. Já desembaraçada dos empregos da côrte fundou em Madrid e dotou magnìficamente o mosteiro de S. Maria dos Anjos, da Ordem seráfica, onde se recolheu do bulício do mundo, fêz entre as religiosas vida de grande perfeição, e faleceu com morte santa a 20 de dezembro de 1584. No seu recolhimento continuou a gozar de grande aceitação com os

(1) Polanco, VI, 665. — Referem alguns escritores desde o século 17 que no tempo em que D. Leonor era aia do príncipe D. Filipe, depois rei Filipe II, vindo Inácio falar a sua bemfeitora, costumava esta dizer ao príncipe: «Mire, mi rey, que êste es hombre santo, pidale que ruegue a Dios por V. A.» *(Mon. Ignat.,* ser. 4., I, 763-764). Deve ter sucedido êste facto na segunda metade de 1535, quando o príncipe andava nos seus nove anos, porque só no declinar daquele ano pôde Inácio encontrar-se com D. Filipe. Cf. Polanco, VI, 443; Tacchi Venturi, II, 77-84.

(2) Assim o afirmam sem discrepância antigos escritores assinando para o nascimento de D. Leonor o dia 24 de outubro de 1503. Não deixa porém de ter dificuldades esta data. A ser verdadeira, teremos de admitir que antes dos 13 anos de idade já compunha versos que se ouviam nos serões da côrte de D. Manuel, e era festejada pelos mais galantes cavaleiros que menciona o *Cancioneiro* de Rèsende, como D. João de Menezes e Fernão da Silveira. Cf. Garcia de Rèsende, *Cancioneiro Geral* (1516), f. XVv, 66, 66v. Sánchez Canton, no folheto *Doña Leonor de Mascarenhas y Fray Juán de la Miseria,* pag. 3, supõe por êsse motivo que a ilustre dama nascera nos últimos anos do século XV, e o conde de Sabugosa no *Paço de Cintra,* pag. 88, aventura-se a dizer que seriam duas as personagens, quando escreve: «dá D. Leonor de Mascarenhas, *ou uma sua homonyma*, êste mote». Carolina Michaelis nas *Poesias de Sá de Miranda,* pag. 875, admira-se, ainda supondo-lhe talentos muito precoces, de vê-la compôr, antes de 1516, versos que fôssem aceites nos serões da côrte!

(3) Teles, II, 498; Fonseca, *Evora Glor.*, 110. — Da mãe de Leonor escreveu o P. Simão Rodrigues a Inácio em maio de 1542: «La madre de Doña Lianor Masquareñas es tan buena que no os espanteis tener tal hija»

reis e com as maiores personagens da Igreja e da sociedade. Quase todos os Sumos Ponfífices que viveram em seu tempo lhe escreviam, e os Núncios Pontifícios que eram enviados a Espanha, a visitavam e distinguiam com particular amizade, e de seu grande crédito se serviam sempre para recomendar e autorizar a Companhia de Jesus [1].

2. — De Espanha foi Inácio continuar seus estudos à Universidade de Paris, onde também se lhe ofereceu a boa fortuna de travar conhecimento com portugueses que depois, pela qualidade de sua pessoa e pela posição a que subiram na sociedade, tiveram favorável ensejo de auxiliar de muita maneira a Companhia, cujo fundador então souberam devidamente conceituar. Não mencionamos agora os que mais tarde, voltando a Portugal, quiseram fazer parte daquela Ordem religiosa como foram Gonçalo de Medeiros, Francisco Mansilhas, Luís Gonçalves da Câmara e Leão Henriques. Só nos hemos de referir particularmente a três que na Pátria os seus merecimentos elevaram à dignidade episcopal, e àquele insigne doutor a quem todos em Paris respeitavam como mestre.

Uma das mais ilustres personagens, com quem Inácio conviveu naquela Universidade, foi D. Jerónimo Osório que em Portugal se distinguiu como lente de Escritura na Universidade de Coimbra, como aio de D. António, prior do Crato, como secretário do cardeal infante D. Henrique, e como bispo de Silves, e em todo o mundo literário é celebrado pelas suas obras de boa doutrina e latinidade ciceroniana [2]. Quando Inácio entrou em Paris no fevereiro de 1528, havia já três anos que Jerónimo Osório freqüentava a Universidade, para onde fôra aos dezanove anos de nascido, depois de ter estudado latim, grego e direito civil na de Salamanca [3].

---

(1) Teles, II, 498-500; Alcázar, *Chrono-Hist.*, pag. 57, 386, 387; *Cartas de San Ignacio*, VI, 255².

(2) Cf. *Osorii Lusitani Vita auctore Hieronimo nepote,* opúsculo impresso na edição das obras de Osório feita em Roma no ano de 1592, e também separadamente publicado. *Agiol. Lus.*, IV, pag. 606, 623; F. de Almeida, *Hist. da Igreja*, T. III, P. 2.ª, pag. 321, 889 segg.; *Litt. Quad.*, V, 278.

(3) Cf. opúsculo citado *Osorii Lusitani Vita*; Bibl. N. P., mss., *Latins*, 9952, f. 196.

Emquanto se dava ao estudo das artes, entrou em convivência com Inácio de Loiola e seus companheiros, e mais intimamente com Pedro Fabro, cuja suavíssima espiritualidade particularmente o atraía. Com êles tratava Osório sôbre a direcção de sua carreira para o futuro, e êles lhe comunicavam os intentos que os uniam, de vida apostólica. Dêste recíproco entretenimento lhe nasceu o afecto e admiração com que sempre olhou a Companhia de Jesus em Portugal. Se não foi parte para ela ser admitida neste reino, como escreveu seu sobrinho e quantos dêle tomaram a notícia [1], certamente a autorizou com sua estima e valimento. Levava os filhos da Companhia a cultivarem a sua diocese, e tratou de lhe fundar um colégio no Algarve. Um dos missionários que era o famoso humanista Cipriano Soares, escreveu na ocasião de uma destas missões em 1568 ao Geral Francisco de Borja a recordar-lhe que era «Dom Jerónimo Osório amigo muito antigo da Companhia» [2].

Mas esta amizade antiga remoçavam-na pelo decorrer dos anos os frutos extraordinários que via com seus olhos recolherem-se abundantes e sazonados nos colégios da Companhia de Lisboa e Évora, os quais êle se comprazia de visitar. Em 1557 regozijava-se de ler numa premiação solene do colégio de S. Antão as elegantes composições em latim e grego, que mereceram prémio aos alunos mais distintos [3]. Três anos depois em 1560 louva e aplaude o primor da tragédia latina do *Rei Saúl*, a cuja representação assistiu na Universidade de Évora, e em 1567, sendo já bispo de Silves, visita a mesma academia eborense, ouve as prelecções dos professores nas aulas, em que era acolhido e festejado com discursos e versos, e donde saía dando-se com certeza o parabém de ter conhecido e apreciado, tantos anos atrás, na

(1) Cf. op. cit. *Osorii Lus. Vita*. No capítulo seguinte citaremos documentos, que provam não ter Jerónimo Osório influído no ânimo de D. João III, para o chamamento dos Padres da Companhia a Portugal.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 62, f. 229. Carta autógrafa de Cipriano Soares a Borja, de Lisboa, a 6 de junho de 1568.

(3) *Litt. Quad.*, V, 278.

Universidade de Paris, os fundadores daquela Companhia, cujos frutos agora bemdizia e admirava [1].

Outro acreditado estudante da mesma Universidade, latinista de renome e orador notável, que no colégio de S. Bárbara conviveu com Inácio e os jovens que o seguiam, foi o Dr. António Pinheiro, bispo de Miranda e depois de Leiria. As recordações daquela convivência influíram certamente para que fôsse em Portugal dedicado promotor do bem da Companhia, e lhe granjeasse com a sua autoridade e protecção crédito e favor na côrte dos reis portugueses. Particularmente o interessava o empenho com que ela promovia a instrução da mocidade. O colégio de S. Antão logo em seus princípios lhe levou as atenções, e ao ver o primor com que ali se professavam as letras humanas, dizia que «as musas parisienses se tinham passado a Lisboa» [2], e foi por êsse motivo o principal conselheiro que persuadiu a D. João III entregasse o Colégio das Artes de Coimbra à direcção da Companhia de Jesus [3].

O mesmo sentimento de aprêço o moveu, quando era, no comêço de 1565, visitador da Universidade de Coimbra, a ir visitar, como amigo, as escolas daquele Colégio Real para ter ensejo de escutar as lições dos lentes que nele ensinavam. O aplauso com que foi recebido, conveniente a pessoa tão autorizada e benemérita da Companhia, mostrou que era recíproca a estima e admiração [4]. Do colégio de Bragança foi insigne bemfeitor, e regozijava-se o primoroso humanista de distribuir solenemente os prémios aos estudantes que tão proficuamente estudavam as letras humanas [5]. Mas também se aproveitava do zêlo da Companhia para os sagrados ministérios. Na primeira visita em que percorreu como bispo a sua diocese de Miranda, quis ser acompanhado por dois sacerdotes daquele colégio, e terminada a apostólica excursão, em termos de grande encarecimento louvou e agradeceu o

---

(1) *Ob. cit.*, VI, 591; Franco, *Synopsis Ann.*, 1567, n. 16.
(2) Franco, *Synopsis Ann.*, 1553, n. 2; Polanco, IV, 529.
(3) Polanco, V, 561, 589; *Epist. Mixtae,* IV, 641, 642, 644, 700-701, 777.
(4) Franco, *Synopsis Ann.*, 1565, n. 8; T. Braga, *Hist. da Univ.*, II, 838.
(5) Franco, *Synopsis Ann.*, 1553, n. 2, 1571, n. 17.

fervor e trabalho dos zelosos missionários (1). Desta maneira o antigo condiscípulo de Inácio e Simão Rodrigues continuou em Portugal a amizade de Paris, e realçou-a com a benevolência bemfazeja que a sua posição lhe permitia tão liberalmente exercitar.

Não foram menos estreitos os laços de franca e leal afeição que desde Paris ligaram a Inácio e a seus filhos o doutíssimo bispo de Targa D. Manuel dos Santos, cónego regrante de Santo Agostinho e graduado em artes e teologia pela Universidade parisiense (2). O tempo não esfriou esta amizade. Em 1556 escrevia de Évora o jesuíta Francisco Morais a Inácio de Loiola lembrando-lhe o antigo companheiro de estudos com expressões que deviam ser muito gratas ao coração do fundador da Companhia. «O bispo de Targa, que neste tempo exerce na cidade de Évora o ministério episcopal, e conheceu a V. R. em Paris e o tratou, segundo entendo, com alguma intimidade, é grande e particular amigo de todos nós e de tôda a nossa Companhia. Quando suspeita que precisamos do seu favor, nunca espera que lho peçamos, mas adeanta-se a oferecer-nos o seu préstimo e trabalho» (3).

Inácio bem conhecia e abençoava a memória do fiel amigo a quem êle próprio nove anos antes escrevera estas palavras de afectuoso e nobre agradecimento: «Muito me regozijei e consolei no Senhor Nosso com a carta de V. S., a qual me dá testemunho não só da lembrança mas também da muita caridade com que V. S. deseja o adeantamento de nosso proveito espiritual e da honra e glória divina em nós mesmos... Rogo a Deus, Criador e Senhor Nosso, por cujo amor todo outro amor se deve ter e regular, tome à sua conta recompensar com especiais graças o que V. S. por amor dêle me tem a mim e às coisas da Companhia de seu santo nome. Pela minha parte não sei como poderia satisfazer à memória e vontade de V. S. senão correspondendo com a minha memória e vontade muito crescida de que Deus, autor de todo o bem, acrescente em V. S. os desejos

(1) *Ob. cit*, 1565, n. 12.
(2) Cf. F. de Almeida, *Hist. da Igreja*, T. III, P. 2.ª, pag. 672.
(3) *Litt. Quad.*, IV, 275.

da sua honra e serviço com aumento contínuo da sua graça para levá-los a efeito» (1).

Bem demonstram estas duas cartas que o fundador e os filhos da Companhia de Jesus veneravam e amavam a D. Manuel dos Santos como leal amigo e bemfeitor. Êle não deixava passar ocasião de mostrar com efeito a sua amizade generosa. Nos anos que morou na cidade de Évora tomava com reconhecida satisfação parte em tôdas as solenidades do colégio da Companhia, não se dedignando até de atear com seus argumentos o calor das disputas escolásticas (2), e em 1559 foi êle que executou, por procuração do cardeal infante, as bulas da erecção da Universidade eborense e oficialmente a entregou à Companhia representada por seus superiores (3). Exultava nesse dia com demonstrações especiais de contentamento. Devia lembrar-se então da Universidade parisiense, de que via uma brilhante representação naquela que nessa hora confiava a pessoas que em Paris aprendera a estimar.

Mas ao lado de todos êstes que tanto lustre deram à famosa Universidade de França, sobressaía no afecto e dedicação a Inácio e à sua Companhia aquele que justamente é considerado como benemérito do renascimento literário de Portugal, o doutor Diogo de Gouveia. Já contámos a maneira surpreendente com que teve princípio a amizade entre o célebre pedagogo e Inácio de Loiola. Nunca ela se desmentiu no andar dos anos; antes foi crescendo em fervorosa estima, que se manifestava no favor que até sua morte, ocorrida em idade avançada (4), mostrou ao antigo discípulo e a quantos

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 513-514. Carta de Roma, de 18 de maio de 1547.

(2) *Litt. Quad.*, V, 349, 838.

(3) *Litt. Quad.*, VI, 393-394; Teles, II, 344 ; Franco, *Synopis Ann.*, 1559, n. 8-11.

(4) Gouveia faleceu a 8 de dezembro de 1557. Segundo carta que se escreveu de Paris em 7 de maio de 1553, e lhe dava para êsse ano 86 de idade, chegou o velho doutor à formosa idade de 90 anos. Mas, conforme declaração dêle próprio, feita num depoïmento inquisitorial, tinha em 1551 só 80 anos, devendo conseguintemente não ter passado dos 86. *Litt. Quad.* II, 294, carta de Roberto Claysson a Inácio de Loiola; T. do Tombo, *Processo* 3209 da Inquisição de Lisboa. Cf. Polanco, III, 291. Cardoso, *Agiol. Lus.*, II,

o tomaram por mestre na perfeição religiosa. Chegou a ter pensamentos, como êle próprio declarou, de estabelecer no seu colégio de S. Bárbara *bôlsas* para os estudantes da Companhia de Jesus [1], e já quase no fim de sua vida a defendeu nobremente, como observámos no capítulo anterior, contra os ataques da Sorbona [2].

Recìprocamente Inácio com os seus nove companheiros e os que depois dêles se alistaram na Companhia, veneravam a Gouveia com respeito e amor filial. Cumpriam dêste modo o dever de gratidão e, demais, prestavam justa homenagem ao homem que por suas qualidades e benemerências, era digno de perpétuo louvor e estimação. Viam nêle e admiravam o ornamento da sua Universidade de Paris, aonde fôra enviado pelo rei D. João II [3]; o benemérito de Portugal, que se prezava, como era expressão sua, do seu ofício de dar modo que no reino de Portugal houvesse homens letrados [4]; o pedagogo eminente, a quem ouviam glorificar como «mestre vigilante e hábil, cheio de gravidade, de uma probidade a tôda a prova, e que sabia acima de tudo manter vivo na juventude estudiosa o ardor da emulação» [5]; o homem de quem se apregoava «a augusta mansidão de maneiras, acompanhada pela integridade de costumes..., a singular sabedoria, brilhantíssima prudência, exímia virtude,

---

401; F. Rodrigues, *O Dr. Gouveia e a entrada dos Jesuitas em Portugal, na Brotéria*, ser. mensal, vol. II, 1926, pag. 269; *O Instituto*, vol. 78, 1929, pag. 8, 13, art. de M. Bataillon: *Sur André de Gouvea Principal du Collège de Guyenne.*

(1) *Epist. Mixtae,* I, 84-85.

(2) Polanco, III, 291.

(3) «... el Rey Don João vosso tio que com Deus he, me fez vir a Paris». Tôrre do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 37, doc. 95. Carta autógrafa de Gouveia a D. João III, de Paris a 8 de setembro de 1527. Cf. *Brotéria,* l. c., pag. 267.

(4) «nõ ei de deixar de continuar meu oficio de que sempre me prezei e prezarei em quanto viver, que he de dar modo que nesse reino haja homens letrados e que hajão de fazer o ofício que fez o Filho de Deus neste mundo». T. do Tombo, *Corpo Choron,* P. I, maço 80, doc. 25. Carta autógr. a D. João III, de Paris a 3 de fevereiro de 1548. Cf. *Brotéria*, vol. cit., pag. 267-268.

(5) Quicherat, *Hist. de Sainte Barbe,* I, pag. 127.

genuína probidade» [1]; o sacerdote «muito honrado e muito virtuoso», como até o intitulou quem o julgava injusto acusador [2]; o teólogo considerado entre os primeiros da Universidade que o formara [3], e o acérrimo defensor da pureza da fé cristã, como quem se dera a estudar teologia com o fim apostólico de ir prègar na mesquita de Fêz [4].

Não há dúvida que lhes sobejavam motivos poderosos para singularmente honrarem o doutor parisiense. Mas se todos os jesuítas o deviam olhar como protector e amigo, os de Portugal tinham mais forçosas razões de lhe testemunharem seu agradecimento, porque foi êle, como já veremos, o princípio de todo o bem que fêz a Companhia de Jesus em Portugal e suas conquistas.

3. — Deixando Paris, onde granjearam tão grandes amigos, Inácio e seus fiéis companheiros, dirigiram os seus passos, segundo já referimos, para a cidade santa de Roma, onde também foram encontrar portugueses ilustres que os favoreceram na realização de sua emprêsa. Logo no ano de 1537 em que pela primeira vez entraram na cidade dos Pa-

---

(1) João Fernel, *Monalosphaerium*, (Paris, 1526). Dedicatória a Diogo de Gouveia, «numeris omnibus absolutíssimo viro ac sacrae Theologiae doctori celeberrimo».

(2) Diogo de Teive na contradita que em sua defêsa apresentou no tribunal da Inquisição. T. do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 3209. Cf. T. Braga, *Ob. cit.*, I, 537.

(3) «Inter ordinis primarii theologos merito habebatur». Polanco, III, 291.

(4) «O terceiro [desejo] que he pregar e dizer missa na mesquita de Fêz espero que nosso Senhor mo mostre porque isto me fez estudar a theologia». T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. 1, maço 37, doc. 95. Carta autógrafa de Gouveia a D. João III, de Paris, a 18 de setembro de 1527. Cf. *Brotéria*, vol. cit., pag. 267. — Mário Brandão no seu bem apreciado livro *O Colégio das Artes*, pag. 124 segg., pinta a negras côres e com traços de grande menosprêzo o doutor Gouveia, tachando-o de *espirito vingativo, rancoroso velho*, cujo *ódio não conhecia limites*, e que tinha *o cruel prazer de difamar;* e o novel escritor apoia-se, para *refuzar, como injustas, as louvaminhas de passados e presentes,* nas afirmações dos processados da Inquisição. Não é seguro escrever história com testemunhos de despeitados. A sã crítica tem outras leis. Porque não havemos de atribuir a zêlo, porventura menos moderado, da fé católica o rigor com que o insigne teólogo tratou seu sobrinho André de Gouveia? Cf. *O Instituto*, vol. citado, pag. 8 e segg.

pas, atraíram com sua virtude e zêlo as atenções de um português, nascido de uma nobre família na cidade de Castelo Branco. Chamava-se Bartolomeu Ferrão [1]. Começou êste de os conversar, e edificado do grande fruto que faziam com os ministérios sagrados, pediu-lhes que lhe dessem também a êle os Exercícios Espirituais. Fê-los sob a direcção de tão insignes mestres e houve-se com tamanho fervor, que logo se determinou a fugir da vaidade mundana e seguir a mesma vida que admirava naqueles apóstolos. Era o ano de 1538. Decorrido um ano mais a provar como em noviciado a sua vocação, sobe no dia 4 de dezembro com Inácio de Loiola ao templo que se ergue no alto do Capitólio e ali pronunciou os três votos de pobreza, castidade e obediência que no altar da *Ara coeli* lhe recebeu, durante a missa que celebrava, o fundador da Companhia [2].

Já membro daquela Ordem, só aprovada então por oráculo de viva voz, foi recolhido por Inácio na sua mesma habitação; mas poucos mêses eram passados, quando na primavera de 1540 partia, por ordem do santo fundador, com outros companheiros para a Universidade de Paris a formar-se nos estudos necessários ao ministério sacerdotal. Nesta cidade crescia no fervor, renovou seus votos e pôs em efeito a renúncia de seus bens, a que se tinha já obrigado com promessa feita naquele dia 4 de dezembro de 1539 [3]. Em 1545 estava de volta em Roma, onde a 30 de setembro em termos do mais sentido afecto e desejo intenso de tôda a perfeição, mais outra vez renovou e firmou os votos que fizera, renunciando, assim êle se expressava, «a todo o seu querer, parecer, sentir e própria vontade», declarando que não queria senão «a sujeição pronta à santa obediência com todo o coração e fôrças» e protestando que sua alma só encontrava «repoiso e quietação na vontade divina» [4].

---

(1) Mss. S. J., *Ital.* 58, f. 364, Fórmula autógrafa dos votos de Bartolomeu Ferrão; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 214.

(2) Mss. S. J., *Ital.* 58, f. 364. Fórmula citada.

(3) Cf. Fórmula ms. cit.; *Epist. Mixtae*, I, 87[2]. — Na renúncia dos bens incluíu Ferrão a de um certo ofício que desempenhava. Não nos consta que espécie de ofício fôsse.

(4) Mss. S, J., Fórmula citada.

Desta maneira se elevava na perfeição espiritual o nobre português. Por sua ingénua virtude foi sempre respeitado na Companhia como exemplar de santo desprendimento, de fervor, de piedade e simplicidade religiosa. «Não me fica outra coisa que dizer nem pensar, nos deixou êle ainda escrito por sua letra, senão entregar-me, como antes, agora e sempre para escravo perpétuo e, pela graça divina, verdadeiro, ainda que inútil filho da santa obediência e da Companhia de Jesus» (1). Inácio o estimava como merecia tão religiosa virtude e o escolheu para seu secretário, cargo que desempenhou de 1545 a 1547 (2), e também para ministro da casa de Roma, onde vivia. Mas logo no ano seguinte a 20 de outubro de 1548 acabou sua vida com morte de justo entre aspirações do mais puro amor de Deus (3). Auxiliara santamente a Companhia com sua muita devoção, dedicado amor e simplicíssima humildade.

Outro português, de maior nobreza e mais elevada categoria social, se insinuou, pouco depois de Bartolomeu Ferrão, no conhecimento e amizade de Inácio. Foi o embaixador de D. João III junto do Vaticano, o célebre D. Pedro Mascarenhas, de quem os anais da Companhia fazem freqüente e agradecida memória. Chegara êle a Roma nos meados de 1538 (4) pouco tempo depois que na capital do mundo

---

(1) Mss. S. J. *Ital.* 58, f. 365v: *Testamento y ultima voluntad de Bartholome Ferron; Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 210; Orlandini, VII, 7.

(2). Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 215; *Epist. Mixtae*, I, 242; Nadal, II, 3; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 285-286, 536.

(3). Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 134. Carta de Miguel Botelho, de Roma a 27 de jan. de 1549; Franco, *Annus Glor.*, 617; Teles, I, 348. Orlandini, VII, n. 7, Teles, l. c., La Torre em *Const. Lat. et Hisp.*, pag. 325, notam que Ferrão falecera em 1547. É equívoco. Bem o demonstram os doc. citados. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, II, 95. Carta de 28 de abril de 1548. Teles, I, 349, também escreve que Bartolomeu Ferrão em 1547 peregrinara de Portugal a Roma, e em Salamanca, por onde passara, movera com suas palavras o P. Francisco Rodrigues, estudante na Universidade salamanquina, a entrar na Companhia; mas factos incontestáveis contradizem a afirmação do cronista. Ferrão foi em Roma admitido à Companhia no ano de 1539 e não veio a Portugal depois dêsse tempo. Nesse ano de 1547 fez sua peregrinação a pé de Coimbra à Roma o irmão Fernão Mascarenhas, o que terá dado a Teles ocasião daquele êrro.

(4) Cf. *Corpo Dipl.*, IV, pag. VI; Herculano, *Historia da Inquisição*, II, 208.

cristão se tinham reünido a Inácio todos os seus companheiros, que por diversas cidades de Itália se haviam durante alguns meses ocupado nos ministérios apostólicos. D. Leonor de Mascarenhas, que não sabia perder ocasião de favorecer o fundador da Companhia de Jesus, foi quem deu a conhecer e recomendou Inácio ao embaixador, seu parente, com tal resultado, que os dois se estreitaram ìntimamente em santa amizade, e Mascarenhas não só escolheu o Padre Inácio para seu confessor [1], mas começou a tratar amigàvelmente os que o acompanhavam. Desde aquele primeiro encontro foi em tamanho aumento o amor e dedicação de D. Pedro a Inácio e à Companhia de Jesus, que até ao último alento de vida solicitou e promoveu os negócios daquela Corporação como se fôssem seus próprios, e se considerou sempre como seu irmão, e os filhos da Companhia o amavam e apregoavam como afectuosíssimo bemfeitor [2]. Quando voltou de Roma para Portugal em 1540, Inácio o recomendava encarecidamente a seu irmão, Beltrão de Loiola, como pessoa «de nossa inteira amizade, dizia, a quem somos sobremaneira devedores e de quem esperamos para o serviço de Deus que nos alcançará, pela sua boa disposição, grande favor com o rei e com quantos tenha algum valimento» [3].

Sabia o nobre fidalgo pagar a solicitude de seu antigo confessor com tanto afecto, que Francisco Xavier, desde Portugal onde já estava, pedia a Inácio quisesse escrever com mais freqüência a consolar aquele grande amigo. «Não deixeis de escrever a D. Pedro Mascarenhas, insistia o santo apóstolo, porque é tamanho o prazer e consolação que de vossas cartas recebe, que não o saberei encarecer. Afianço-vos que muito vos ama no Senhor: conserva bem guardadas

---

(1) Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XVI; *Mon. Xav.*, II, 135, 136; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 364[1].

(2) «Somentes lhafirmo que pola bondade de nosso Senhor sou hum muito pequeno membro desta sua Companhia com muito desejo de a poder servir em alguma cousa». *Epist. Mixtae*, III, 517. Carta de Pedro Mascarenhas a S. Inácio, de Lisboa a 9 de outubro de 1553. «Dominus autem Petrus Mascaregnas, perinde atque unus de Societate, ejus negotia curabat». Polanco, III, 394.

(3) *Mon. Ignat.* Ser. 1.ª, I, 156.

as vossas cartas, e as lê amiúde não sem grande consolação e alegria de sua alma. Conhecendo quanto êle é vosso, vejo-me obrigado para todos os dias da minha vida a ser eu todo dêle» (1). E não era estéril êste singular afecto de Mascarenhas. Inácio houve de lhe escrever pelos anos adeante repetidas vezes a agradecer a benevolência generosa do amigo dedicado. Em 1553 desta maneira explicava a sua gratidão: «Nunca cessou, pelo menos da minha parte, a lembrança nem o amor que Deus Nosso Senhor me meteu muito dentro na alma para com V. S.ª, nem mo consentira o claro conhecimento que tenho das graças e dons que a bondade divina em V. S.ª acumulou, e da grande obrigação que nossa mínima Companhia, tôda de V. S.ª, tem de amar e servir em Nosso Senhor a quem se pode com verdade dizer que foi como que o princípio e aumento de tôda ela, especialmente em Portugal e nas Índias» (2).

No mesmo ano, decorridos menos de dois meses, volta a repisar os mesmos pensamentos e lhe diz com delicadas expressões de ânimo finamente agradecido: «Tive conhecimento por diversas cartas dos nossos e por informação do P. Luís Gonçalves, da singular dedicação com que V. S.ª tem ajudado nesse reino as coisas de nossa Companhia para glória de Deus Nosso Senhor. Não foi coisa nova para mim, porque além da muita caridade e dons espirituais do céu, que eu sempre em V. S.ª reconheci, e que por si mesmos o inclinam a quanto conhece ser da maior glória divina, parece terá V. S.ª ocasião de amar o bem universal desta Companhia, como a teem os artífices de amar as suas obras. Porquanto lembrado será V. S.ª de que a divina bondade o tomou por instrumento para principiar esta obra de tanto serviço seu, quando estava em Roma por embaixador de Sua Alteza, e de que por seu meio se começou a ter em Portugal e nas Índias notícia da nossa Companhia. Queira a divina e suma bondade responder por nós e remunerar com liberalidade infinita tantas mercês e boas obras como a V. S.ª devemos; e com o desejo de que mais ainda lhe devamos, su-

(1) *Mon. Xav.*, I, 243.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, V, 35. Carta de 18 de abril de 1553.

plico a V. S.ª queira continuar a favorecer e ajudar nossas coisas para glória de N. Senhor» (1).

Ainda outra vez, ano e meio antes da morte do insigne bemfeitor, se lhe dirige a significar-lhe que dava a Deus graças infinitas porque êle «não só conservava o bom ânimo de sempre favorecer e auxiliar as coisas da mínima Companhia de Jesus, mas parecia que se lhe aumentava de dia para dia a caridade para com ela e se estendia a mais demonstrações» (2). Aos termos tão precisos de Inácio davam bem justificado fundamento os louvores que para Roma escreviam sôbre o benemérito português os filhos da Companhia em cartas a trasbordar de reconhecimento. «D. Pedro Mascarenhas, dizia em 1553 o P. Diogo Mirão, é muito grande protector nosso... ama com muita afeição a V. R. e à Companhia; trata das nossas coisas por amor de Deus mais que das suas próprias, e fá-lo com tanta satisfação, que não lhe podemos dar maior contentamento que pôr em suas mãos as coisas nossas por mais pequenas que sejam» (3).

Agora entendemos melhor a exultação com que todos êles se davam o parabém quando em 1554 o viram nomeado vice-rei da Índia, confiando que a virtude tão cristã do dedicado protector havia de auxiliar fervorosamente os trabalhos apostólicos da Companhia de Jesus naquelas paragens do Oriente (4). Apenas três meses depois de êle tomar o bastão de seu cargo, escrevia de Goa D. João Lôbo ao rei de Portugal referindo as boas esperanças que dava Mascarenhas de um felicíssimo govêrno: «O vice-rei D. Pedro fica nesta cidade de Goa donde pareceu bem não sair êste verão porque daqui, como está no meio, acode a tudo; dá grandes esperanças de governar bem... é muito temente a Deus e faz justiça e parece fora de tôda a cobiça, que são partes para nos Nosso Senhor ajudar contra nossos inimigos» (5).

---

(1) *Ob. cit.*, pag. 104. Carta de 6 de junho de 1553.

(2) *Ob. cit.*, VI, 158. Carta de 10 de janeiro de 1554.

(3) *Litt. Quad.*, II, 444-445, 464. Carta escrita de Lisboa ao P. Inácio a 10 de outubro de 1553.

(4) *Ob. cit.*, 497, 671.

(5) T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 94, doc. 70. Carta original, de Goa, a 29 de dezembro de 1554.

A morte porém que lhe sobreveio em 23 de junho de 1555, não lhe permitiu realizar o que prometia a sua justiça, cristandade e zêlo [1]. Êste aparecia tão devoto e ardente, que, quando ouvia de noite pela cidade de Goa os estudantes do colégio de S. Paulo ensinar em voz alta a doutrina em suas casas, «tirava o barrete e alevantando as mãos dava graças a Deus ao ver louvar-se tanto seu nome em terras de infiéis» [2].

Era justo êste santo regozijo. Êle é que fôra o instrumento de Deus para se levar à Índia o apóstolo do Oriente, Francisco Xavier, como descreveremos nas páginas que seguem.

---

(1) Divergem os escritores no dia da morte de Mascarenhas, havendo dúvida se faleceu a 6, 16 ou 23 de junho. Cf. *Revista de Historia*, X, 209; Andrade, *Chron. de D. João III*, vol. IV, 479; Dicionário *Portugal*, *Diccionario Popular*, vb. Mascarenhas (Pedro).

(2) *Mon. Xav.*, II, 966; Sousa, *Oriente Conq.*, P. I, C. I, D. II, § 19. Cf. Teles, II, 493-498; Fonseca, *Evora Glor.*, 150-151.

CAPÍTULO II

ENTRA A COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL

Sumário: — *1. Simão Rodrigues e Francisco Xavier escolhidos para missionários da Índia. — 2. Viagem de Simão Rodrigues de Roma a Lisboa. — 3. Viagem de Francisco Xavier de Itália a Portugal. — 4. Simão e Xavier em presença de D. João III. Primeira habitação e modo de vida. — 5. A sociedade de Lisboa em 1540. — 6. Ministérios apostólicos. — 7. Primeiros admitidos à Companhia em Portugal.*

1. — No dia 23 de agôsto de 1539 entrava em Roma uma carta de D. João III, escrita em Lisboa a quatro dêsse mês e dirigida ao embaixador de Portugal junto do Vaticano, D. Pedro Mascarenhas. Com solenidade que nos suspende a atenção, assim começava o piedoso rei numa profissão desassombrada de sentimento religioso e de zêlo da propagação da Fé:

«Porque o principal intento, como sabeis, assim meu como del-rei meu senhor e pai, que santa glória haja, na emprêsa da Índia, e em tôdas as outras conquistas que eu tenho, e se sempre mantiveram com tantos perigos e trabalhos e despêsas, foi sempre o acrescentamento de nossa santa Fé católica, e por êste se sofre todo de tão boa vontade, eu sempre trabalhei por haver letrados e homens de bem em tôdas as partes que senhoreio, que principalmente façam êste ofício, assim de prègação, como de todo outro ensino necessário aos que novamente se convertem à Fé e graça

de Nosso Senhor [1], atègora é nisto tanto aproveitado e vai o bem em tanto crescimento, que assim como me é mui claro sinal que a obra é aceita a Nosso Senhor, sem cuja graça especial seria impossível fazer-se tamanho fruto, assim me parece que me obriga a não sòmente a continuar com todo cuidado, mas ainda, assim como cresce a obra, assim acrescentar no número dos obreiros» [2]. Mas qual era a ocasião e motivo dêste solene e comovedor exórdio?

Em Paris conhecia muito bem o doutor Diogo de Gouveia, o velho, êste zêlo e vontade de D. João, que enviava por sua conta à Universidade francesa estudantes de Portugal com o fim particular de formar bons letrados e missionários para as suas conquistas; e sentindo-se animado das mesmas intenções quis facilitar ao seu rei um meio, que lhe ocorria muito adequado e pronto de conseguir os zelosos obreiros que ambos desejavam. Tivera por aquele tempo notícia de que Inácio de Loiola e seus nove companheiros andavam trabalhando em Itália, com grande exemplo de virtude e proveito das almas, por não poderem passar a Jerusalém, e alvoroçou-se com o pensamento e esperança de que os poderia alcançar para missionários da Índia. Deram-lhe o incitamento para se apressar nêste empenho as novas que lhe mandara pouco antes Jerónimo Osório, de que 60.000 malabares tinham abraçado a fé cristã, e determinou dirigir-se logo a seus antigos discípulos e convidá-los para apóstolos do Oriente. Remeteu ao P. Simão Rodrigues a carta de Jerónimo Osório e escreveu a lhes propôr e oferecer a emprêsa da conversão das almas na Índia, para onde navegavam cada ano as armadas do rei de Portugal.

Pouco tempo decorrido escreve também a D. João III a dar-lhe conhecimento de Inácio e seus companheiros, da sua

---

(1) Na *Mon. Ignat.*, I, 733, onde também se estampa esta carta do rei, lê-se neste passo, mais conformemente ao sentido e à gramática, da seguinte maneira: «. . . se convertem à Fé, e, graças a Nosso Senhor, atègora é . . .»

(2) *Corpo Dipl.*, IV, 104. — Mascarenhas em suas cartas de 8 e 10 de setembro de 1539 diz que esta carta de D. João III tem a data de 4 de agôsto, e fôra recebida em Roma na noite de 23 dêsse mês. *Corpo Dipl.*, IV, 109-110, 111.

virtude, zêlo e trabalhos apostólicos, e a exortá-lo a tratar com tôda a pressa de os obter para missionários das suas conquistas orientais. Depois de lhe expôr as notícias que recebera por intermédio do futuro bispo de Silves, assim continua o velho doutor de Paris: «Eu mandei a carta a Mestre Simão Rodrigues, que partiu daqui com seis outros para irem a Jerusalém. Êle e seus companheiros fazem grandíssimo fruto em Itália e tal, que temos cartas de Roma que o Papa mandou chamar dois dêles a Roma, outros dois estão em Milão, dois em Bolonha *la grassa* [1] e um outro com certos outros italianos que se com êles ajuntaram, estão em Ferrara [2]. Ora porque sua tenção era, quando daqui partiram vai em dois anos, de irem a Jerusalém não só pela romaria, mas por verem se podiam converter mouros, e não puderam passar por a armada do Turco, ficaram em Itália, onde lhes fazem muito gasalhado e esmola. O principal dêles é um mestre Pedro Fabro [3], homem douto e de mui grande vida e um outro Inigo castelhano. Se estes homens se pudessem haver para ir à Índia, será um bem inestimável. O mestre Simão foi criado do bispo adaião, e é irmão de outro

---

(1) Dêste modo julgamos ler sem êrro as duas palavras, por nós sublinhadas, que são no original de dificultosa decifração. Facilitou-nos a leitura o rifão, antigamente popular em Itália,

Bologna la grassa
Ma Padova la passa

para notar a fecundidade desigual do solo bolonhês e paduano.

(2) «Não eram de todo exactas as notícias que mandaram de Roma a Gouveia. Ao tempo em que êle escrevia a D. João III, andavam Inácio e seus companheiros dêste modo distribuídos pelas cidades de Itália: Em Roma Inácio, Fabro e Laines; em Sena Salmeirão e Broet; em Bolonha Xavier e Bobadilha, que também trabalhou em Ferrara; em Pádua Codure e Hoces; em Ferrara Jaio; e Simão Rodrigues primeiro em Ferrara e depois em Pádua. Os que estavam em Roma não tinham sido chamados pelo Papa». F. Rodrigues, *O Dr. Gouveia e a entrada dos Jesuítas em Portugal,* na *Brotéria*, vol. II, 1926, pag. 271.

(3) «Destas palavras poderia alguém inferir que o Dr. Gouveia dava a Pedro Fabro a primazia naquela pequena Corporação. Talvez no seu afecto lha concedesse, por ter tratado mais intimamente com Fabro, que já em Paris era sacerdote. Mas Inigo ou Inácio foi sempre o primeiro entre seus companheiros». F. Rodrigues, *Ob. cit.*, l. c.

bolséiro, chamado mestre Sebastião, que é um dos que cada domingo recebem nos cartuxos» (1).

«São homens próprios para esta obra, e se V. Alteza deseja de fazer o que sempre mostrou, creia que não podia mais a pedir de bôca achar homens mais aptos para converter tôda a Índia. Êles são todos sacerdotes e de muito exemplo e letrados e não demandam nada. Por amor de Nosso Senhor que escreva ao cônsul da nossa nação que está em Veneza e a quem por V. A. faz os negócios em Roma, que lhes fale, porque vendo êles carta de V. A. tanto mais se moverão. Escrevendo ao Mestre Simão Rodrigues e ao Mestre Pedro Fabro e ao Inigo abastará, porque estes três moverão os outros. Isto certo é cousa para se pôr em trespasso, porque, se êles puderem êste ano passar, parece-me que o farão. Eu lhes escrevi já, e entre as outras cousas lhes dizia como a língua na Índia era muito mais fácil de aprender e os corações mais benignos e não tão emperrados como os dos mouros. Não quero disto mais dizer a V. A. por conhecer o desejo que disto tem, que é muito maior do que eu saberei pintar nem persuadir... Dêste Paris, hoje 17 de Fevereiro de 538» (2).

Passaram meses sem que dêste negócio, a que o Dr. Gouveia dava tanta pressa, se tomasse resolução nenhuma. A carta que o doutor escreveu a Mestre Simão Rodrigues, deve ter chegado às mãos do fervoroso companheiro de Inácio, quando êle andava bem entretido na cidade de Pádua com a lida absorvente do apostolado. Pela Páscoa dêsse ano de 1538 voltou para Roma a juntar-se com seus companheiros, mas logo os sobressaltou a longa e atroz perseguição de que já falámos. Fàcilmente convimos que não era tempo asado para atender à pretensão, bem que tão zelosa, de Diogo

(1) «Refere-se Gouveia neste passo ao convento e igreja dos Cartuxos em Paris, onde todos os domingos e festas acudiam a receber a sagrada comunhão Inácio e seus companheiros, e os estudantes que êles moviam a imitá-los naquele piedoso acto». F. Rodrigues, *Ob. cit.*, l. c.

(2) Tôrre do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 60, doc. 119. Cf. F. Rodrigues, *Ob. cit.*, pag. 270-272, onde pela primeira vez se publicou êste importante documento. A carta é autógrafa. Estende-se por cinco páginas de formato infólio, tendo a sexta em branco só com a direcção: *A El-Rey Nosso Sñor*. O trecho que reproduzimos vem na 3.ª página.

de Gouveia. Mal podiam pensar na emprêsa da Índia, quando tôda a paciência e cuidado eram poucos para sofrer ou desviar os golpes de inimigos despeitados.

Mas precisamente quando se dissipavam as últimas nuvens da tempestade que ameaçava destruir a futura Companhia de Jesus, chegou nova carta e instância de Gouveia a oferecer àqueles apóstolos a missão da Índia. Já êles nessa ocasião, depois da sentença de 18 de novembro de 1538 que lhes ilibou a fama das calúnias sofridas, se tinham entregado totalmente à obediência do Papa. Só dêste podia derivar a resolução de aceitarem o convite do doutor português. Não se nos conservou a carta de Gouveia, mas da resposta que lhe deu Pedro Fabro em 23 de novembro dêsse ano, poucos dias depois de lhes ter sido entregue [1], sabemos que o ilustre pedagogo guardava lembranças muito gratas daqueles antigos discípulos, e ao convidá-los para a missão de além-mar, patenteava o muito zêlo que sentia da salvação daquelas almas espalhadas pelo Oriente como em lourejante messe [2].

Em nome de todos os seus companheiros responde Fabro com expressões nobilíssimas de rendida obediência ao Sumo Pontífice e de zêlo animoso e profundamente cristão, significando o desejo de satisfazer à proposta de seu mestre e amigo, mas dizendo-lhe que o tomarem sôbre si aquela emprêsa não dependia já de sua vontade e determinação. «Quantos estamos com recíprocos laços unidos nesta Companhia, assim explica Pedro Fabro, nos dedicámos pessoalmente ao Sumo Pontífice, como a senhor de tôda a messe de Cristo, e nesta oblação lhe declarámos que estávamos pron-

---

(1) Supomos que Diogo de Gouveia escreveu segunda carta, porque nos parece dificultoso de admitir que só nos meados de novembro tenha chegado a Roma aquela carta que o doutor escreveu de Paris antes de 17 de fevereiro. Pedro Fabro na sua resposta diz expressamente que poucos dias antes tinham recebido a carta de Gouveia: Paucis ab hinc diebus huc adventavit nuncius tuus cum literis tuis ad nos...» *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 132.

(2) «Ex litteris autem intelleximus optimam tuam de nobis memoriam simulque illud tuum desiderium, quo sitis salutem earum animarum, quae apud indianos vestros sunt, in messem albescentes». *Ob. cit.*, l. c.

tos para tudo quanto de nós em Cristo determinasse. Se pois êle nos envia aonde tu nos convidas, iremos jubilosos. O motivo porque nos sujeitámos ao seu parecer e vontade, foi por sabermos que êle, melhor que ninguém, conhece o que mais conduz ao bem universal da sociedade cristã... A nós é certo que nos não aterra nem a distância das regiões nem o trabalho de aprender a língua: o que só desejamos é que se cumpra o que fôr mais do beneplácito de Cristo: e tu lhe roga que nos faça ministros seus na palavra da vida; porquanto ainda que nós de nós mesmos não tenhamos suficiência, esperamos contudo na sua abundância e riquezas...» [1].

Gouveia exultando, podemos crê-lo, com a sublime resposta, deu-se pressa em a fazer chegar ao conhecimento do rei [2]. Deve-a ter mandado a Lisboa pelos fins de 1538 [3]. Mas o monarca ocupado certamente e distraído na sua actividade vagarosa com os muitos negócios de seu vasto império, só a 4 de agôsto de 1539 se determinou a escrever a D. Pedro Mascarenhas sôbre tão momentoso assunto. Do teor porém de tôda a carta, cujo princípio pouco atrás reproduzimos, claramente se infere que acolheu com satisfação a boa nova e instância de Gouveia, e tomou a peito conseguir os missionários que tão inesperadamente se lhe ofereciam. [4].

---

[1] *Ob. cit.*, l. c. Da carta, escrita de Roma em latim a 23 de novembro de 1538 com a assinatura: *Petrus Faber et ceteri ejus socii ac fratres*, conserva-se a cópia enviada por D. João III ao embaixador entre a correspondência de D. Pedro Mascarenhas na Biblioteca da Ajuda, códice 49-IX-36, f. 79-80.

[2] Bartoli, *Asia*, I, L. I, C. 9, conta que Diogo de Gouveia providencialmente se encontrava em Roma a tratar com Paulo III negócios da coroa de Portugal, quando Inácio se ofereceu com os companheiros à obediência do Sumo Pontífice, e logo dera aviso a D. João III, para que os pedisse para as missões da Índia. Mas basta a carta de Pedro Fabro dirigida a Paris ao velho doutor, para desmentir a asserção do historiador italiano.

[3] Cf. Tacchi Venturi, *Storia*, II, 362; Schurhammer, *Der hl. Franz Xaver*, 51.

[4] Não faltam escritores que asseverem ter tido D. João III, por outras vias, conhecimento da Companhia de Jesus. Alguns dizem que foi D. Pedro Mascarenhas que se adeantou a informar o soberano português, outros que

Com êste intuito manda ao embaixador a carta de Gouveia e o treslado da de Pedro Fabro e companheiros, e escreve-lhe êle mesmo com o encarecimento que transparece da carta, que citamos integralmente pela importância que encerra para nossa história:

«Porque agora eu fui informado por carta de Mestre Diogo de Gouveia, que de Paris eram partidos certos clérigos letrados e homens de boa vida, os quais por serviço de Deus tinham prometido pobreza e sòmente viverem pelas esmolas dos fiéis cristãos a que andam prègando, por onde quer que vão, e fazem muito fruto; e segundo também agora vi por uma carta sua dêles, que escreveram ao mesmo Mestre Diogo a Paris, e ma mandou, e o treslado vai com esta; êles aos XXIII de novembro eram nessa côrte, segundo a carta diz, detidos então pelo Papa para lhes ordenar o que havia por seu serviço que êles fizessem, e a sua tenção, segundo se vê por esta carta, é converter infiéis, e dizem que aprazendo ao Santo Padre, a quem se são oferecidos e sem cujo mandado não hão de fazer nada, que êles irão à Índia; e porque me parece, sendo êles destas qualidades e desta tenção, que lá fariam mui grande serviço a Nosso Senhor e aproveitariam muito nas coisas da Fé, assim para ensino e confirmação dos que a já teem recebida, como para trazer outros a ela; vos encomendo muito que tanto que esta carta receberdes, trabalheis por saber que homens estes são e onde estão, e de sua vida e costumes e letras e propósito; e sendo êstes, lhes faleis, se aí estiverem, e, sendo ausentes, lhes escrevais e façais que êles queiram vir a mim, porque certo, se seu pro-

---

ao mesmo tempo o fizeram Mascarenhas e Gouveia, e até insinuam que já tinha chegado a Portugal a fama de Inácio e seus companheiros. Cf. Polanco, I, 86; Orlandini, II, n. 85; Teixeira, *Mon. Xav.*, II, 829; Teles, I, 14; Franco, *Imagem... Lisboa,* 59; *Synopsis Ann.,* 1540, n. 3; Fonseca, *Evora Gloriosa,* pag. 360. O P. José Leite (Bibl. do Pôrto, ms. 534, *Supplemento,* cap. 2.) até cita a carta de D. Pedro Mascarenhas! Jerónimo Osório sobrinho do célebre bispo de Silves, na já citada biografia que traçou de seu tio, escreve que êle, depois de voltar de Paris, aconselhara o rei a chamar para Portugal alguns dos companheiros de Inácio. Mas da carta de D. João III a D. Pedro Mascarenhas depreendemos que só de Gouveia tivera o monarca a primeira notícia da Companhia.

pósito é êsse de acrescentar e aproveitar à Fé, e servir a Deus prègando e com exemplo de suas vidas, não pode haver parte onde lhes esteja mais aparelhado poderem-se fazer e cumprir seus desejos que em minhas conquistas, onde serão sempre tratados de maneira que lhes seja ainda dobrada ajuda e aso para melhor servir a Deus».

«E sendo necessária licença do Santo Padre ou ainda mandado para isso, vós lhe suplicai de minha parte que lha queira dar e mandar-lho, dando-lhe esta informação que ante êle e suas grandes virtudes e santíssimo zêlo deve de valer muito para conceder essa graça de mui boa vontade. E assentando vós com êles que queiram vir ou por terra ou por mar, como melhor vos parecer e se êles mais contentarem, lhes dareis todo aviamento e tôda a maneira de seu gasto para o caminho em tôda abastança. E haverei por meu serviço vir uma pessoa vossa com êles para os guiar e acompanhar, porque venham o mais cedo que seja possível. Tomai disto especial cuidado, que o receberei de vós em serviço» (1).

Mascarenhas não descuidou certamente o que o rei com tão vivas instâncias lhe encarregava. Mas eram tantos e tão melindrosos os negócios em que êle na cúria pontifícia andava por êsse tempo empenhado a favor de Portugal, que só em março do ano seguinte de 1540 pôde dar parte a seu rei do feliz resultado, que finalmente coroara as suas diligências (2). As informações que por mandado do rei devia tomar, não lhe eram dificultosas: já conhecia bem os «clérigos letrados e homens de boa vida», que D. João III, pela notícia de Gouveia, tanto lhe louvara. Contudo em obediência à ordem real tratou de colhêr mais particulares notícias e «achando haver neles tôdas as qualidades, que convinham ao efeito para que Sua Alteza os queria» (3), logo lhes foi falar da parte de seu rei e convidá-los para a grande emprêsa da missão do Oriente. Responderam-lhe êles «que não tinham

---

(1) *Corpo Dipl.*, IV, 104-105

(2) *Ob. cit.*, pag. 106 segg.

(3) *Ob. cit.*, pag. 291. Carta de D. Pedro Mascarenhas a D. João III, de Roma a 10 de março de 1540.

querer, por em especial o terem remetido ao Papa por seu voto, e estavam prestes para irem onde êle os mandasse, ainda que fôsse mais longe do que a Índia» [1].

Acudiu então D. Pedro ao Sumo Pontífice Paulo III. Expôs as nobres intenções do rei de Portugal, e em nome dêle lhe suplicou se dignasse Sua Santidade, se aqueles clérigos eram quais os desejava D. João III, mandar-lhe «dois pares dêles e que quantos mais lhe mandasse, mais mercê lhe faria, pelos muitos e diversos lugares onde se podiam empregar em serviço de Nosso Senhor» [2]. Não determinara o rei particularmente o número de missionários, que Mascarenhas havia de solicitar; mas da carta em que os pedia, deduzimos seguramente que os quisera todos, como todos os desejava também Gouveia, quando pela primeira vez os recomendou a D. João III [3]. O embaixador porém, vendo a impossibilidade actual de os alcançar todos dez, limitou-se a pedir sòmente quatro e os mais que lhe pudessem conceder.

Aprovou o Papa francamente os desígnios do rei e recebeu com agrado a petição que lhe apresentava. Dos clérigos espraiou-se em louvores desassombrados: que eram letrados e virtuosos; que faziam grande fruto em suas prègações e santos exercícios de apostolado, e que lhe pareciam muito acomodados para a instrução daqueles povos que novamente abraçavam a Fé. Observou contudo que, sendo a viagem tão larga e perigosa, haviam êles de empreendê-la de sua von-

---

(1) *Ob. cit.,* l. c.

(2) *Ob. cit.,* l. c.

(3) Ribadaneira na sua *Vida* de S. Inácio, edição latina de 1572, pag. 73, foi o primeiro que afirmou ter D. João III pedido expressamente *seis Padres pelo menos*; seguiram-no, repetindo o êrro, Teixeira, *Mon. Xav.*, II, 830, Orlandini, II, n. 85, Bartoli, *Asia*, I, 17, e a maior parte dos historiadores e biógrafos do santo fundador. Bobadilha na sua autobiografia (Bobadilha, *Mon.*, pag. 618, n. 16), escreveu que Mascarenhas pedira *dois Padres,* mas deve referir-se aos que o embaixador conseguiu de Inácio. No mesmo sentido escreveu Polanco em nome de Inácio a 23 de fevereiro de 1551: *demandando doi per il suo regno et per le Indie* (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, III, 329). Maffei, *Ignatii Vita*, L. II, C. X, tem que o rei desejava *quamplurimos ex Ignatii disciplina*, e o embaixador é que trabalhou por obter *minimum sex.* Cf. Brou, *St. François Xavier*, I, 75; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 361[1].

tade; que fôsse o embaixador sondar-lhes o ânimo e rogar-lhes que aceitassem a emprêsa; que êle depois lhes mandaria que a tomassem (1).

Voltou Mascarenhas a tratar com os clérigos, e como era de prever, não só não teve trabalho em os persuadir, mas antes, como êle próprio declara, pôde com satisfação verificar que êles «com muito contentamento aceitaram a jornada» (2). Sobreveio, como se combinara, a ordem do Papa a confirmar o magnânimo oferecimento daqueles apóstolos. Mas quanto ao número é que não vieram tão fàcilmente a um acôrdo. Mascarenhas, empenhado em comprazer no mais que pudesse a seu real senhor, instava que lhe dessem pelo menos seis. Inácio de Loiola a quem todos reverenciavam como pai e superior, e de cuja decisão espontaneamente dependiam, respondia-lhe mostrando a impossibilidade de enviar tantos ao rei de Portugal, e assentando que não podiam conceder-lhe mais de dois. Quando mais persistia Mascarenhas na sua instância, replicou-lhe Inácio «com rosto sereno e amoroso» (3), mas com uma grandeza de alma que abarcava o mundo inteiro, exclamando: «Jesus, senhor embaixador, se de dez vão seis para a Índia, que nos ficará para o resto do mundo»? (4) A estas palavras houve de se render o embaixador e contentar-se com trazer para Portugal dois dos fundadores da Companhia de Jesus.

Não estavam nesse tempo em Roma senão seis dos dez primeiros, e viu fàcilmente Mascarenhas o excesso da sua pretensão (5). O Pontífice aprovou que fôssem dois à Índia,

---

(1) *Corpo Dipl.*, IV, 291-292. Carta citada de Mascarenhas.

(2) *Ob. cit.*, pag. 292.

(3) Teixeira, *Mon. Xav.*, II, 830; Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XVI.

(4) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 381; Ribadaneira, *Ob. cit.*, l. c.

(5) *Corpo Dipl.*, IV, 292. — Os seis que estavam em Roma eram Inácio, Xavier, Salmeirão, Codure, Jaio e Rodrigues. Efectivamente êstes seis assinaram em Roma a 4 de março de 1540 um documento — *Determinatio Societatis* — sôbre as Constituïções da Companhia *(Const. Lat. et Hisp.* 302). Laines e Fabro estavam em Parma; Bobadilha no reino de Nápoles (cf. Tacchi Venturi, *Storia*, II, 240, 247, 271, 289, 365). Tacchi Venturi padeceu equivocação ao contar o P. Pascásio Broet entre os seis que então estavam em Roma (*Ob. cit.*, 365). Êle mesmo noutro lugar de sua obra *(Ob. cit.*, 215, 223) refere que Broet trabalhou apostòlicamente em Sena desde maio de

e deixou a escolha ao arbítrio de Inácio ([1]). D. Pedro porém insinuou que havia dois por quem êle tinha preferência, Simão Rodrigues português de nação, e Nicolau Bobadilha, que já no ano antecedente no mês de agôsto ou setembro, lhe tinha explicado com muita sua satisfação a epístola de S. Paulo aos Romanos ([2]). Inácio concordou e nomeia Rodrigues e Bobadilha para a missão da Índia.

Mascarenhas folgava de poder anunciar ao rei, em carta de dez de março, que lhe enviava em Mestre Simão um missionário, a quem nenhum dos da Companhia fazia vantagem nem nas letras nem na virtude, e que por ser da própria nação e vassalo de Sua Alteza o estimava sôbre os outros ([3]). Por sua parte Simão Rodrigues, não obstante ter vindo pouco antes de Sena doente e atormentado das febres quartãs, aceitou com júbilo de alma e coração alentado a emprêsa que lhe encarregavam. Desta maneira lhe eram tão inesperadamente satisfeitos os desejos ardentes, que de há muito alimentava em seu peito, de prègar algum dia aos infiéis a lei de Jesus Cristo ([4]). Bobadilha, que nessa conjun-

---

1539 até março de 1541. Simão Rodrigues no seu opúsculo *De origine ... Societatis* (Rodrigues, *Mon.*, 513) escreveu, talvez por lapso de memória, que ao voltar de Sena encontrara em Roma quatro de seus companheiros.

([1]) Polanco, I, 86; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 381; Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XVI.

([2]) Bobadilha, *Mon.*, 618; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 365[4].

([3]) «E dos que me deram hum he portugues, que das letras e vertudes nam lhe fazem vantaja na Companhia, e por ser da propria nação e vassallo de Vossa Alteza o estimey mais: o outro he castelhano». *Corpo Dipl.*, IV, 292.

([4]) «Prior quidem delectus ad hanc missionem est P. Simon Roderici... qui ardentibus desideriis Christi nomen inter infideles dilatandi accensus pridem fuerat». Polanco, I, 86. — Orlandini, II, 85; Teles, I, 17; Bartoli, *Asia*, I, 18; Franco, *Imagem ... Lisboa*, 60; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 366; Schurhammer, *Der hl. Franz Xaver*, 52, dizem, sem discrepância, que Mestre Simão tinha sido chamado de Sena para a missão da Índia. Polanco, I, 86, ao escrever: «delectus ad hanc missionem est P. Simon ... et Senis revocatus ... navim ... conscendit» parece dar-lhes fundamento. Mas o próprio Simão Rodrigues no citado opúsculo diz que adoecera gravemente em Sena e fôra por êsse motivo obrigado a deixar o companheiro e voltar para Roma. (Rodrigues, *Mon.*, 513). Ribadaneira supõe, como o prova o contexto, que Simão estava em Roma quando foi escolhido para

tura trabalhava no reino de Nápoles, foi chamado a Roma com pressa, e chegou no dia 13 ou 14 de março, mas de tal maneira abatido pela doença, que declararam os médicos não estar em condição de acompanhar a Mascarenhas para Portugal (1).

Mas o embaixador tinha aprazado a partida para o dia 15 dêsse mês (2), e não queria pôr-se a caminho sem os dois missionários que lhe estavam prometidos. Neste imprevisto embaraço, por disposição admirável da Providência, pôs Inácio os olhos naquele que nos desígnios impenetráveis de Deus era destinado para ser o apóstolo e taumaturgo do Oriente. Chamou a Francisco Xavier à sua presença e com a simplicidade, serena e majestosa, com que êle resolvia as maiores emprêsas, lhe disse nestes termos: «Bem sabeis, irmão Mestre Francisco, que dois de nós hão de passar à

---

aquela emprêsa (Ribadaneira, *Vida,* L. II, C. XVI). Nieuwenhoff no vol. I de *Leben des hl. Ignatiüs*, pag. 513, expressamente afirma que Inácio, ao saber da doença de Simão, o chamou logo para Roma, e que precisamente quando êle chegava à cidade dos Papas, tratava Mascarenhas de alcançar os missionários para a Índia. — José Leite no seu *Supplemento* manuscrito (Bibl. M. do Pôrto, ms. 534, cap. III), abertamente declara que o P. Simão recebera em Sena com grandes sinais de regozijo a nova de sua eleição para missionário; que para agradecer a Deus esta mercê, visitara, ainda que doente de quartãs os santuários mais célebres da cidade; que fôra dar aquela boa notícia ao arcebispo D. Francisco Bandini, mas tão comovido que as lágrimas lhe embargavam a voz; e que para memória de tamanha consolação escrevera num papel aqueles sentimentos e o conservara por tôda a vida como registo do Breviário. Assim se lia, diz Leite, naquele papel: «Quando em Sena soube que estava escolhido para a missão da Índia senti huma tão notável alegria interior, como a pudera ter, se Deus me certificara era predestinado. O gosto de alma me não deixava advertir nas acçoens exteriores. Se Deos assim paga serviços encomendados, que fará aos executados»? É pena que Leite nos não diga onde foi tomar estas notícias inteiramente inéditas, e onde encontrou o papel, deveras interessante, se fôsse autêntico!

(1) «Hagora llegué aqui habrá ocho dias...». Bobadilha, *Mon.*, 22. Carta de Bobadilha, de Roma a 22 de março de 1540. Cf. Bobadilha, *Mon.*, 618; Polanco, I, 85, 87; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 288, 289, 367; Schurhammer, *Der hl. Franz Xaver*, 53.

(2) «Eu, Senhor, me partyrey d'aquy aos quymze deste mes». *Corpo Dipl.*, IV, 298. Carta de Mascarenhas ao rei, escrita de Roma a 11 de março de 1540.

Índia por ordem de Sua Santidade, e que o P. Bobadilha, que para esta emprêsa estava assinalado, não pode partir por causa de sua doença, nem o embaixador, pela pressa que lhe dão, o pode esperar. Deus quer servir-se nisto de vós: esta emprêsa é vossa; a vós toca esta missão» (1). Xavier com a mesma simplicidade mas o coração a pulsar de contentamento e o semblante a irradiar alegria, por ver que se lhe realizavam as suas aspirações de apostolado, respondeu: «Eis-me aqui, Padre, estou pronto» (2).

Era a véspera da partida (3). Em alvorôço apressa-se o apóstolo a concertar os pobres vestidos para a longa viagem; corre a pedir a bênção a Sua Santidade, que o recebeu com paternal amor, (4) e talvez lhe significou a determinação de o constituir a êle e a seu companheiro Núncios Apostólicos no Oriente; escreve em três papéis distintos, que deixou nas mãos de seus companheiros, o voto para a eleição do Prepósito Geral, a aprovação prévia das Constituïções da Companhia e a fórmula dos três votos de Religião, de pobreza, castidade e obediência; finalmente despede-se de seus amigos, abraça afectuosamente a seus irmãos e parte alegre e animoso na companhia do embaixador para a grande

(1) Teixeira, *Mon. Xav.*, II, 831; Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XVI. Estas palavras de Inácio traduzimo-las literalmente do castelhano. É de notar que são exactamente as mesmas nos dois lugares citados de Teixeira e Ribadaneira. Como porém Teixeira escreveu a sua obra em português uns quatro anos antes que fôsse dada a lume a de Ribadaneira, temos de admitir que o autor castelhano as transcreveu do autor português, e as meteu traduzidas na *Vida del P. Ignacio* que na língua castelhana deu à estampa em 1583. Teixeira por sua parte, ao compôr na Índia a *Vida do Bemaventurado Padre Francisco Xavier*, utilizou-se, para os sucessos de Europa, da vida que no ano de 1572 publicou em latim o P. Ribadaneira. Cf. *Mon. Xav.*, II, 799, 815; Tacchi Venturi, *Opere... Ricci*, II, 17.

(2) Teixeira, l. c.; Ribadaneira, l. c.

(3) «... sin que Mtro Françisco supiese cosa alguma, sino un dia antes de su partida». *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 121. Carta de Laines a Polanco, de 17 de junho de 1547. «P. Francisco Xaverio, pridie quam deberet proficisci, significavit P. Ignatius hanc provinciam ipsi esse subeundam». Polanco, I, 87. Cf. Orlandini, II, 88.

(4) Teixeira, *Mon. Xav.*, II, 832; Orlandini, II, 88; Teles, I, 34, 35; Bartoli, *Asia*, I, 23.

emprêsa da civilização cristã, no dia quinze de março de 1540 (1).

2. — Simão Rodrigues tinha já saído de Roma no dia 5 de março (2). O embaixador atendendo à fraqueza de fôrças causada por umas quartãs que o novo missionário trouxera de Sena, mas das quais felizmente já ia melhorando, dispusera que fizesse viagem por mar, e se fôsse embarcar com seus criados e bagagem (3). Levava em sua companhia um sacerdote italiano de nome Paulo, a quem cognominaram Camerte por ser oriundo da diocese de Camerino (4). Êste na véspera de se pôr a caminho, atestou por escrito a resolução humilde e magnânima com que se entregava e submetia como servo ao P. Simão Rodrigues e a seu companheiro para lhes ser auxiliar nos trabalhos apostólicos da Índia. São comovedoras as expressões do futuro missionário.

«Eu Paulo, filho de Baptista, diz êle, sacerdote da diocese de Camerino, declaro que tôda a minha esperança a tenho depositada em Nosso Senhor Jesus Cristo a quem de-

---

(1) Cf. *Mon. Xav.*, I, 811-814, onde se reproduzem textualmente o voto da eleição, a aprovação das Constituïções e a fórmula dos votos religiosos. — Como observámos acima, Mascarenhas tinha no dia 11 de março aprazado a partida para o dia 15. Êle mesmo escreve que a 31 de março havia já 16 dias que era partido de Roma (*Corpo Dipl.*, IV, 300). Bartoli, *Asia*, I, 23, Astrain, I, 466, e outros escritores põem o dia da partida de Xavier a 16 de março, e fundam-se, pelo menos alguns, na carta em que Inácio recomendou Xavier a seu irmão Beltrão de Loiola, supondo que fôra escrita nesse dia 16, como se publicou nas *Cartas de San Ignacio*, I, 83. Mas essa carta tem a data de 20 de março (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 155) e foi recebida por Xavier indo êle já em Bolonha (*Mon. Xav.*, I, 208).

(2) Lêmos esta data no voto que deixou em Roma Simão Rodrigues para a eleição do Geral. Por estas palavras o assina: *Rome, quinta Marci, qua die a Roma discedo ano a nativitate Domini de mil e quinientos y quorenta. Symon Rodrigues.* Rodrigues, *Mon.*, 519.

(3) «Ho portugues veo agora de Sena... e de la veo quartanayro; e por esta causa de sua indesposyçam, de que, Deos seya louvado, já está mylhor, o mandey por maar em companhia de meus cryados e fato». *Corpo Dipl.*, IV, 292. Carta citada de Mascarenhas.

(4) Êste ingénuo companheiro de Mestre Simão dizia que não tinha sobrenome (Cf. *Selectae Indiar. Epist.*, pag. 61), por isso os escritores deram-lhe comummente o nome de Paulo Camerte, ou Paulo de Camerino. Cf. Orlandini, II, 87; Lucena, I, 72, 142, 157; Teles, I, 17; Cardoso, *Agiol. Lus.*, I, 209, 212.

terminei servir em perpétua castidade e pobreza. Igualmente por seu amor e reverência assentei e finalmente propus servir a Mestre Simão e a seu companheiro, que por ordem do Papa, a pedido do embaixador do católico rei de Portugal, partem para a Índia. Assim me vou com êles não por companheiro mas para os servir de minha própria vontade e por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo, confiando em sua Divina Majestade que Mestre Simão e o companheiro que disse, disporão de mim na Índia de tal modo que também eu em alguma coisa aproveite àquelas infelizes nações, faltas do conhecimento de Deus. Sendo isto assim, e esperando servir melhor desta maneira a Nosso Senhor, em testemunho da verdade e da firmeza do meu propósito fiz esta declaração e assinei de meu próprio punho. Em Roma neste dia 4 de Março de 1540» [1]. Com êstes sentimentos se dirigiu com Mestre Simão a Civitavecchia para tomar naquele pôrto embarcação que os levasse a Portugal.

Segundo alguns historiadores, levantaram ferro no dia nove de março [2]. Os documentos contemporâneos são nêste ponto muito parcos de pormenores. Mas os escritores do século XVII e XVIII alargaram-se a referir particularidades curiosas daquela travessia e de tôda a viagem. Baltasar Teles e Bartoli escrevem que Simão fizera «mui feliz viagem» e em oito dias aportara a Setúbal [3]. António Franco por sua parte acrescenta que por amor da pobreza vivia de esmolas recolhidas na mesma nau; que sofreu os trabalhos de uma tempestade temerosa, a qual outro escritor estende a três dias [4]; que exercitando fervorosamente o seu zêlo convertera e confessara uma escandalosa pecadora, a quem aterrou o perigo da tormenta; que por suas orações alcançou milagrosamente a cura de um blasfemo, cuja língua de repente intumecera com horror dos circunstantes; e que um gajeiro, que se entretinha a entoar cantigas obscenas, surdo às vozes

(1) Sacchini, P. II, L. IV, n. 237.

(2) Franco, *Synopsis. Ann.*, 1540, n. 4; Fonseca, *Evora Glor.* 360; José Leite, *Supplemento*, C. 4 (Bibl. M. do Pôrto, ms. 534).

(3) Teles, I, 17; Bartoli, *Asia*, I, 22.

(4) José Leite, *ms. cit.*, l. c.

de Simão que o admoestava, caíra do alto mastro com desventurosa queda, e falecera irremediàvelmente pouco depois de confessado [1].

O zêlo de Simão Rodrigues torna críveis êstes sucessos, mas, como só vieram a lume depois de decorridos tantos anos, e os autores destas notícias não indicam a fonte donde as tomaram, muito receamos que o tempo as inventasse ou as deformasse a lenda. Seja como fôr, autor coevo, merecedor de bem justificado crédito, só nos conta que Simão chegara em poucos dias ao pôrto de Lisboa, e logo se fôra recolher, para descansar das fadigas da viagem, numa casa que Pedro Mascarenhas possuía fora da cidade [2]. Assim cumpria a ordem que recebera do embaixador na despedida de Roma [3]. A casa era uma quinta que se dizia da Palma, situada no têrmo de Alcácer do Sal e remanso convidativo para naquele sossêgo restaurar as fôrças e debelar a pertinácia das quartãs [4].

Mas o rei não pôde ter mão em si que não procurasse ver e saüdar quanto antes o esperado missionário. Ao primeiro de abril recebera a carta [5] em que Mascarenhas a dez de março lhe louvara Simão de muito virtuoso e letrado. Acenderam-se-lhe naturalmente os desejos de o conversar, e enviou-lhe um gentil-homem de sua côrte que o convidasse e conduzisse, são ou enfermo, a Lisboa onde como em lugar mais sàdio poderia melhor convalescer da enfermidade [6]. Entrou a 17 de abril de 1540 na capital portuguesa [7]. Logo

---

[1] Franco, *Synopis Ann.*, 1540, n. 6-8; José Leite, *ms. cit.*, l. c.

[2] Polanco, I, 86. Orlandini, II, 101, acrescenta que foi próspera a viajem: «Simon paucis diebus Olisipponem prospera navigatione delatus».

[3] «..mandey...que o levassem a mynha casa até que Vossa Alteza dêle ordene o que fôr servido». *Corpo Dipl.*, IV, 292. Carta citada.

[4] «A Palma que he Villa hoje titular dos Mascarenhas, Condes da Palma, fica entre Setubal e Alcacer do Sal junto do rio Sado... Tinha alli o embaixador suas casas de campo mui nobres, por ser o sitio mui bom para passar os invernos e tempos de primavera. Muitas opportunidades para a recreação assim de caça na terra, como de pesca no rio ou braço de mar». Franco, *Imagem... Lisboa*, 60.

[5] *Corpo Dipl.*, IV, 295.

[6] Polanco, I, 86; Franco, *Imagem... Lisboa*, 61.

[7] Consta-nos esta data de *17 de Abril* de umas palavras que o P. Simão escreveu em língua portuguesa num exemplar da Bíblia que êle

o mandou vir à sua presença e da raínha; recebeu-o com mostras de singular afabilidade e por largo tempo se esteve regalando da sua conversação, edificado de quanto lhe ouvia contar. Despediu-o finalmente e deu ordem a seus ministros que lhe dessem pousada e lhe tratassem da saúde com todo o cuidado (1).

A primeira morada foi, ao que parece, no hospital de el-rei, chamado de Todos os Santos, «que era um dos mais

---

usava em Portugal, impressa em Lião no ano de 1532. São estas as palavras escritas da letra do P. Simão na primeira fôlha: *A 17 de abril de 1540 chegámos a Lisboa.* Deu a notícia o P. Sebastião Gonçalves ao escrever em sua *Historia da Companhia de Jesus* na Índia (B. N. L., mss. n. 915, f. 10) que o P. Simão chegara a Lisboa naquele dia 17 «como achey escrito de sua propria mão, declara Gonçalves em 1614, no sagrado livro da Biblia de que o P. Mestre Simão usava, a qual elle deu ao P. Antonio Quadros». Êste a levou para a Índia em 1555, e do Oriente a trouxe o P. Alexandre Rhodes para a Europa com muita veneração, porque julgava ter pertencido a S. Francisco Xavier. Chegou a Roma com esta preciosa relíquia a 27 de junho de 1649 (*Voyages... du Père Alexandre de Rhodes*, pag. 434).

Ora succedera que, passando poucos dias antes pela cidade de Milão, se encontrou na mesma cidade com D. Maria Ana de Áustria, segunda mulher de Filipe IV de Espanha. Foi com o Provincial da Companhia, Fabrício Banfo, beijar a mão à raínha e mostrar-lhe a Bíblia como relíquia que êle cuidava ser do apóstolo do Oriente. Viu e venerou a Bíblia também o português D. Jerónimo Mascarenhas, depois bispo de Segóvia, que ia no séquito da raínha; leu aquelas palavras, acima mencionadas, de Mestre Simão, atribuindo-as a S. Francisco Xavier, e publicou no ano seguinte o achado histórico na sua *Viage de la Serenissima Reyna Doña Maria Ana de Austria,* L. II, f. 104, gloriando-se de ser êle o primeiro autor que acertava o dia exacto em que S. Francisco Xavier entrou em Lisboa! Não sabia o filho do marquês de Montalvão e partidário dos Filipes, que já o P. Teles, fundando-se em velhos manuscritos, estampara na sua Crónica (Vol. I, 18) a mesma data, êrro de que êle se lastimava depois e retratou na História da Etiópia, pag. 105-107.

A autoridade, não desprezível, dêstes dois escritores é causa de que ainda hoje em obras impressas se aplique a Xavier o que só quadra a Simão Rodrigues. A Bíblia e aqueles dizeres pertencem a Mestre Simão. Naquele tempo ainda Xavier não usava a língua portuguesa, e não podia ter chegado a Lisboa a 17 de abril. Adeante o veremos.

(1) «Rex... ad se evocatum [Simonem] coram regina, conjuge sua, humanissime accipit, et ejus colloquio cum sua consolatione et aedificatione diu fruens, hospitio excipi et sollicitam valetudinis ejus curam haberi jubet». Polanco, I, 86-87.

nobres do mundo», como se lê em documento contemporâneo (1). Nêle o mandou aposentar o rei provisòriamente até que, passados apenas poucos dias, lhe alugou no Rossio, perto de seus paços, umas casas das que estavam destinadas para aposentamento real, e o fêz prover de tudo o necessário (2). Simão aceitou o gasalhado, mas suplicou ao rei com tão vivas instâncias lhe permitisse viver de esmolas, que o religioso monarca, não sem reluctância, houve de lho conceder, e assim viveu por algum tempo a-pesar do incómodo das quartãs que o não largavam (3).

---

(1) Mss. S. J., *Lus.* 77, f. 1-4: *Historia de la fondation del collegio de S. Anton... hecha en março de 1574.*

(2) O P. Manuel Godinho, que visitava os Padres Simão Rodrigues e Francisco Xavier na primeira morada que êles tiveram em Lisboa, assim escreveu de sua mão: *En el año de 40 e 41 que venieron los primeros Padres de Roma a Portogal, posavan en unas casas en el Rosio... como El--Rey posava en los Estaos y ellos tan cerca... me yva estar el serano en su casa dellos.* Arq. do Gesù, Roma, *Interrogationes et responsiones...* vol. II, 68, 69, *Examen* do P. Godinho. Cf. Nadal, I, 556[1]; Mss. S. J., *Lus.* 77, l. c.

Escrevem comummente os historiadores, v. g. Teixeira, *Mon. Xav.*, II, 833; Orlandini, II, n. 101; Lucena, I, 64; Teles, I, 76; Bartoli, *Asia*, I, 31; Franco, *Imagem... Lisboa*, 2, 131-132, que Mestre Simão, apenas entrara em Lisboa, se foi hospedar no hospital de Todos os Santos, nêle recebera Xavier, e nêle morara com o santo apóstolo, emquanto êste permaneceu na capital, e depois com outros companheiros até se trasladar para o mosteiro de S. Antão. Mas é certo que nenhum dos documentos rigorosamente coevos afirma que Simão Rodrigues tivesse residência no hospital, nem as cartas dêle nem as de Xavier conteem a mais pequena alusão a morada naquele albergue de caridade, sendo que Xavier expressamente nota em suas cartas que se fôra recolher nos hospitais de Moçambique e de Goa. A frase de Polanco *hospitio excipi jubet* acima citada, quer apenas dizer que o rei mandou se desse hospedagem ou pousada a Mestre Simão.

Mais. Carta daqueles princípios levou a Roma a notícia de que «quanto ao modo de estar, traduzo literalmente do castelhano, ainda que o rei os mandou [a Simão e Xavier] prover de *casa e todo o necessário*, desejando viver de esmolas, o fizeram por alguns dias... e o que achavam [mendigando] o davam num hospital, onde foi de parecer o confessor do rei se desse». (Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 10). A citada *Historia de la Fondation...* de 1574 é que nos conta, 34 anos depois, que Simão se agasalhara no hospital durante poucos dias. Em 8 de outubro de 1540 referia Simão a Inácio: *Il Rey nos provê muy noblemente* (*Mon. Xav.*, I, 230).

(3) Polanco, I, 87; Orlandini, II, n. 101; Teles, I, 17-18.

Emquanto esperava de Roma o companheiro, não se entregou a descanso corporal; o zêlo de bem fazer o estimulava. Começou a trabalhar em favor de seus nacionais, dando fervorosamente princípio aos ministérios sagrados, em que os filhos de sua Companhia tanto se haviam de desvelar a bem de Portugal. Não se poupava à incessante canseira de ouvir confissões, de dar Exercícios Espirituais e de praticar outras obras de piedade, com que êle começou a alvoroçar e melhorar a côrte e cidade de Lisboa (1).

3.—Entretanto prosseguia o grande Xavier a pequenas jornadas a viagem para Portugal. A saúde enfermiça e alquebrada do embaixador não consentia que se apressassem. Saíra de Roma pela célebre porta Flamínia a quinze de março, e no domingo de Ramos, 21 do mês, celebrava o santo sacrifício e dava a comunhão a D. Pedro Mascarenhas e a todos os de sua casa em Loreto, na capela de Nossa Senhora. A Páscoa festejou-a em Bolonha onde recebeu carta de seu Padre Inácio. Foi inexplicável a alegria que ela lhe causou. A lembrança e persuasão de que não se veriam nunca mais nesta vida, confrangia-lhe o coração de saüdade. (2). O embaixador teve igualmente carta do fundador da Companhia e logo lhe agradeceu com humilde reconhecimento a muita consolação que ela lhe trouxe renovando-lhe as lembranças que em Roma lhe fizera Inácio como a seu «filho espiritual» (3), e ao mesmo tempo lhe deu notícias do edificativo fervor de Mestre Francisco a quem já tinha por «varão santo» (4). Recìprocamente Xavier escrevia com expressões agradecidas «os regalos que lhe fazia o embaixador», e ponderava que mal «os poderia sofrer», se não pensasse que os havia de pagar bem com inúmeros trabalhos na Índia e talvez com a morte (5). Mas vão continuar a trabalhosa viagem.

No dia em que deixaram Bolonha, duas horas antes do

---

(1) Polanco, I, 87; Orlandini, II, 101.

(2) *Mon. Xav.*, I, 208, 209; Schurhammer, *Der hl. Franz Xaver,* 56.

(3) *Mon. Xav.,* II, 134-136. Carta de Mascarenhas a Inácio, de Bolonha a 31 de março de 1540.

(4) *Mon. Xav.,* II, 135, carta citada.

(5) *Ob. cit.,* 209; carta de Xavier a Inácio, Bolonha, 31 de março e 1540.

amanhecer já grande multidão de homens e mulheres esperava à porta da igreja de S. Luzia, que se abrisse para terem mais uma vez a consolação de comungar, na santa missa, das mãos de Xavier; e na hora da despedida, quando o Santo lhes disse que não se tornariam a ver neste mundo, levantaram sentido pranto, e os homens se lhe lançaram ao pescoço e as mulheres lhe beijaram as mãos (1). Tão profunda era a afeição que lhe haviam cobrado os bolonheses pelo muito que trabalhou e os edificou naquela cidade desde 1537! (2). De Bolonha encaminhou-se tôda a comitiva para Módena, onde estava no dia dois de abril, e sem demora se dirigiu a Parma, onde Xavier abraçou pela última vez ao P. Diogo Laines, e se lastimou de não ter encontrado nem podido saüdar a seu grande amigo Pedro Fabro que nesse mesmo dia se retirara para Bréscia (3). Depois atravessaram vagarosamente as planícies da Lombardia, passaram os Alpes e internaram-se na França, seguindo a estrada de Lião, conforme o embaixador anunciara a D. João III (4).

Durante o longo caminhar foi Xavier o exemplo e admiração de quantos o acompanhavam. «Nas coisas do espírito nunca era ocioso», escrevia a Inácio D. Pedro Mascarenhas (5). O seu coração percebiam que andava contìnuamente ocupado com Deus e que dava longo tempo à oração fervorosa. Aos companheiros mostrava-se lhanamente afável, sereno, alegre e dedicado: a todos servia, tomando para si mesmo com manifesta satisfação o peor e mais incómodo, e com todos tinha palavras de Deus e exortação à virtude (6).

Êste exemplo e boa conversação ganharam-lhe primeiro

(1) *Mon. Xav.*, II, 118; Bartoli, *Asia,* I, 27,

(2) Cf. Tacchi Venturi, *Storia*, II, 140, 149.

(3) *Corpo Dipl.*, IV, 305: «Maestre Francisco llegó aqui el dia que yo era partido para Bressa, que sarán mañana quinze dias, y puso en deliberatión si andaria tras mi para verme, ó no; mas pareció á los compagneros y etiam al embaxador, que no fuesse, quae fuit melior pars y mejor consejo». Carta de Fabro a Inácio, de Parma a 16 de abril de 1540. Fabro, *Mon.,* 29-30.

(4) *Corpo Dipl.*, IV, 302.

(5) *Mon. Xav.*, II, 135.

(6) Lucena, I, 59; Bartoli, *Asia*, I, 25.

a afeição e depois a alma de um gentil-homem português, por nome Filipe de Aguiar, que em Roma se juntara com a comitiva do embaixador. Era êle jovem ansioso de aventuras, e levado por esta inclinação deu-se a correr mundo para vêr novas terras. Andou pela França, Alemanha e Itália e chegou a Roma tão estragado de costumes como se pode conjecturar de viver tão dissipado. No caminho, por entre as expansões íntimas do fidalgo, percebeu Xavier os desconcertos de tal vida, e quando viu que lhe tinha granjeado o coração, delicadamente lhe insinuou que se confessasse geralmente de suas culpas. Aguiar, já prêso da santa amizade que reconhecia no companheiro, interrompeu o caminho e aos pés do Santo se reconciliou com Deus, tão intimamente penetrado de dor, que só então, como êle depois contava, acabara de entender o que era ser cristão ([1]).

Também por suas orações, que a elas atribuía Mascarenhas a graça milagrosa, salvou Xavier da morte ainda em Itália a um criado ou cavalariço do embaixador. Contra as persuasões dos que o acompanhavam, meteu-se êle desatinadamente a vadear um rio que se precipitava caudaloso, e não podendo o cavalo ter peito à fôrça da água, cavalo e cavaleiro se iam arrastados no ímpeto da corrente, emquanto Xavier, o embaixador e todos os mais da margem pediam com lágrimas e orações a Deus pronto socorro para o infeliz. «E quis Nosso Senhor livrá-lo, escreveu o Santo, mais milagrosa que humanamente» ([2]).

Ainda outra vez se manifestou o poder maravilhoso de seu zêlo e de sua caridade, e é o próprio secretário de Mascarenhas que o refere, como sucedido consigo mesmo. O P. Francisco de Monclaro, que o ouviu dos lábios do secre-

---

([1]) Sebastião Gonçalves, *Historia da Companhia de Jesus* na Índia, L. I, C. V, f. 9; José Leite, *Supplemento,* cap. III, (Bibl. M. do Pôrto, ms. 534). Gonçalves, l. c., dá de Filipe de Aguiar a seguinte notícia; «Contava Dom Francisco de Lima, capitão-mor da armada do Norte [na Índia] ao P. Provincial Francisco Vieira, no ano de 1610, que seu tio Felipe de Aguiar (que de Castella tinha vindo a Portugal com a sereníssima rainha Dona Catarina) relatava muitas vezes sua própria conversão a melhor vida por meo do B. P. Francisco».

([2]) *Mon. Xav.,* I, 212.

tário, tudo conta numa sua carta de três de setembro de 1567. Nesse ano dava o padre missão na vila de Alcácer do Sal [1] e aproveitou o ensejo de «visitar um homem honrado que foi secretário de D. Pedro Mascarenhas vice-rei da Índia, homem de muita prudência». A consolação de Monclaro, é êle que o conta, foi indizível «por falar, ouvir e ver um homem que trouxe de Roma o nosso bemaventurado Padre Mestre Francisco». O secretário começou de se queixar «de como não tinham já canonizado aquele Santo, e que já quando êle o trouxera de Roma, se a êle tiraram por testemunha, dissera que êle era santo pelas obras que lhe vira fazer pelo caminho», e prosseguiu relatando minuciosamente exemplos de virtude em que Xavier a todos edificava e admirava. Por fim narrou o caso extraordinário que lhe acontecera.

Agastara-se êle numa estalagem com o hospedeiro e soltou despropositado juramento. Xavier que o ouvira donde estava sentado, estranhou-lho por estas palavras: «Que é isto, senhor? Vós, que haveis de ser exemplo a estas gentes, jurais dessa maneira»? Êle na precipitação da cólera respondeu-lhe com menos cortesia, e o Santo, vendo que não era boa a sazão, calou-se. Pouco depois o homem, sem que o Santo o soubesse, adeantou-se aos demais no caminho. Passadas duas ou três horas pediu Xavier, contra o que costumava, melhor cavalgadura, que necessitava de ir de-pressa visitar a seu amigo. Quando o alcançou, vendo-o mais bem disposto, repreendeu-o do mau juramento e conseguiu infundir-lhe pesar da insolência. Afastou-se dêle, recolheu-se em oração, e deixou que continuasse o caminho. Mas num passo perigoso o cavalo e o cavaleiro, que se não pudera desembaraçar dos estribos, foram dar num rochedo, onde ficou sem poder bulir o pobre secretário. Xavier que do alto viu a queda, correu a acudir-lhe e encontrou que o homem não se havia maltratado, sendo um milagre não se ter feito pedaços. O Santo lançou-se então de joelhos, e com lágrimas e as mãos levantadas ao céu deu, com o homem são e salvo, graças ao Senhor, «que tinha determinado de o castigar naquele transe pelo juramento, mas revogara a sentença».

---

[1] Cf. Franco, *Synopsis Ann.*, 1567, n. 14.

O antigo secretário, observa Monclaro, não se cansava de narrar êste acontecimento com agradecida e saüdosa lembrança daquêle admirável Santo [1].

Estes sucessos acrescentaram no conceito de Mascarenhas a opinião que já tinha formado da santidade singular de Xavier e por êsse motivo escreveu da cidade de Lião a seu Rei dando-lhe a boa nova do homem extraordinário que de Roma lhe trazia, e dizendo-lhe que «maiores mercês esperava de sua Alteza pelo serviço de lhe levar tal homem ao reino de Portugal do que por tôdas as outras que já fizera ou poderia fazer pelo tempo adeante» [2]. De Lião desceram os ilustres viandantes para o Sul até Fuenterrabia, na fronteira de Espanha [3], e logo tomaram a direcção para o castelo de Loiola, onde o nobre senhor daquele solar, D. Beltrão de Loiola, os acolheu «com tôda a cortesia e festa», como lho recomendava seu irmão Inácio na carta que levava e lhe entregou Xavier [4].

---

(1) José Leite, *Supplemento* citado, cap. III, onde vem por extenso a carta de Monclaro. Testifica o autor dêste *Supplemento* que a carta se conservava no cartório do colégio da Companhia de Jesus de Évora. Num dos exemplares manuscritos do *Supplemento* tem ela a data de 1577; mas é êrro de cópia, porque a missão deu-a Monclaro dez anos antes, e a carta foi escrita de Alcácer do Sal. Em 1577 já Monclaro estava na Índia.

Variam os historiadores e biógrafos de Xavier no referir êste sucesso. Alguns dividem o facto e contam que o secretário se despenhara na neve, onde quase ficara sepultado, e outro criado do embaixador é que se desmandara na língua e caíra com a cavalgadura num precipício. Segundo a carta de Monclaro tudo sucedera com o secretário. Teixeira (*Mon. Xav.*, II, 832) refere que o secretário de Mascarenhas, sendo secretário de Estado na Índia, lhe dissera que «cayendo una vez de la cavalgadura encima de un monton de nieve, que estava en una ladera muy agra, el P. Francisco fué el primero que en este peligro le favoreció». Cf. Lucena, I, 59-61; Bartoli, *Asia*, I, 27-30; Teles, I, 36; Brou, I, 85-86; Schurhammer, *Der hl. Franz Xaver*, 58-59.

(2) José Leite, *Supplemento*, no citado cap. III, Lucena, I, 63, Bartoli, *Asia*, I, 30, dizem expressamente que Mascarenhas escreveu da viagem a seu rei informando-o da virtude admirável de Xavier; mas Leite, l. c., é o primeiro historiador que nos dá o texto da carta. Como não indica a fonte donde a tomou, não podemos afiançar a sua autenticidade nem a exactidão com que é citada.

(3) Cf. *Corpo. Dipl.*, IV, 302,

(4) «Mtre Francisco Xabier, nabarro, hijo del señor de Xabier, uno de

Postos de novo a caminho, ao tocar Xavier as terras da sua Navarra, o seu coração amoroso e terno saüdaria de longe o castelo, onde lhe decorreram os anos da infância, com tôdas as pessoas que lhe eram mais chegadas e queridas pelo sangue e pela amizade, e faria a Deus ou repetiria o generoso sacrifício de tudo deixar para todo se dedicar, como em perfeito holocausto, ao bem das almas, que em longes terras do Oriente o estavam esperando. Não faltam biógrafos de Xavier que escrevem não ter êle querido, ao passar tão perto de sua terra natal, visitar sua mãe D. Maria Azpilcueta, a-pesar das instâncias de Mascarenhas que o persuadiam àquele acto de piedade. Mas a mãe do santo apóstolo havia já mais de dez anos que deixara de existir. Falecera em 1529 (1).

Logo metendo-se pelas planícies de Castela tocaram em Burgos, passaram por Valhadolide, Salamanca e Ciudad Rodrigo e penetraram em terras de Portugal. Atravessaram a Beira (2) e voltando para o Sul foram descansar finalmente na côrte portuguesa, depois de mais de três meses de viagem (3).

---

nuestra Compañia, es el que esta lieba, el qual por mandado del papa y á requisicion del rrey de Portugal, demás de otros dos que van por mar para el mismo rrey». *Mon. Ignat,*. ser. 1.ª, I, 155. Carta de Inácio a Beltrão de Loiola, de Roma a 20 de março de 1540.

(1) Cf. Cros: *Documents*, 301, 303, 355, *Vie*, I, 161.

(2) O P. António Franco, *Annus Glor.*, pag. 722, e José Leite, ms. citado, cap. 4, referem que Xavier entrara em Portugal por Almeida e parara em Trancoso. Supõem falsamente que o acompanhava Simão Rodrigues. Aí o párroco da igreja de S. Maria que o agasalhara, dizem estes autores, o levou a ver o castelo, e mostrando-lhe do alto o campo onde os castelhanos tinham sido desbaratados pelos portugueses, lhe disse sorrindo: «Vedes, Padre, esse campo? Não se dará ali enxadada que não arranque ossos de vossos naturaes; que só mortos se dão bem em Portugal os castelhanos!» Festejou Xavier o dito e respondeu: «Dos mortos seja o que fôr; de mim vos digo que vivo e morto servirei os portugueses e particularmente os habitantes desta povoação». Contam que em Malaca defendeu Xavier as vidas e riquezas de mercadores de Trancoso.

(3) *Mon. Xav.*, I, 211. «Tardamos en el camino antes de llegar a Lisboa mas de tres meses». Carta de Xavier a Inácio e Bobadilha, de Lisboa, julho de 1540.

4.—Entrou Francisco Xavier em Lisboa no declinar do mês de junho. Não sabemos ao certo o dia, mas julgamos que não foi antes do dia vinte e três [1]. Sem demora correu a abraçar o antigo companheiro Simão Rodrigues que na côrte o aguardava desde mais de dois meses, e foi tamanha a alegria de se tornarem a ver, e tão prodigioso o abraço em que se estreitaram aqueles dois grandes homens, que esperando nêsse mesmo dia o P. Simão o assalto das quartãs,

---

(1) Muito teem discutido os escritores sôbre o tempo em que Xavier chegou a Lisboa. Mas as palavras do santo apóstolo não deixam dúvida. Desde que saíra de Roma a 15 de março tinham decorrido *mais de três meses* (*Mon. Xav.*, l. c.). Conseguintemente só depois de 15 de junho tocou o têrmo da sua viagem. Mas podemos determinar o dia da chegada com mais alguma aproximação. A citada carta, em que Xavier nos marca o limite de mais de três meses e nos diz havia um mês que chegara, tem numas cópias a data de três de julho, e noutras a de treze (Cf. *Mon. Xav.*, I, 213), o que nos faz maior dificuldade, porque a três e a treze de junho nem três meses sequer eram passados. Por isso cada autor tem feito as conjecturas que lhes parecem combinar melhor estas divergências. (Cf. Teles, *Historia da Ethiopia*, 106; Franco: *Imagem... Lisboa*, 62, *Synopsis Ann.*, 1540, n. 10, 11; Cros, I, 104; Brou, I, 87; *Mon. Xav.*, I, 213[4]).

Nós porém, sem nos enredarmos em conjecturas, dizemos que o Santo entrou na capital portuguesa pelos fins de junho, porque julgamos com bom fundamento que a mencionada carta de Xavier tem realmente não a data de 3 nem 13 de julho, mas de 23. Encontrámo-la claramente numa cópia, feita em Roma do autógrafo pelo secretário Bartolomeu Ferrão, que ia lançando sucessivamente em livro determinado as cartas daqueles primeiras tempos da Companhia. Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 10-12. Dêste modo, sem interpretações forçadas, podemos asseverar que a 23 de julho havia já um mês que Xavier se achava em Lisboa, tendo gastado mais de três meses na viagem. Com razão escreveu Bartoli, *Asia*, I, 31, que «arrivó il Saverio a Lisbona verso la fine di giugno».

Se Xavier se dirigiu no seu caminho directamente a Lisboa ou se passou primeiro pela quinta da Palma, não o podemos decidir com a correspondência do Santo. António Franco (*Imagem ... Lisboa*, 61) julga ser crível que o embaixador, levando consigo a Xavier, fôsse descansar naquela sua quinta; que dali descesse em bergantim até Setubal, o que justificaria a vaga tradição de que Xavier desembarcara na cidade do Sado; e depois caminhasse por terra até Lisboa. É conjectura a que não achámos outro fundamento.

Apontemos mais uma divergência dos historiadores. Álvaro Lôbo, em sua *Crónica* manuscrita; Franco em *Synopsis Ann.*, 1540, n. 11, *Anus Gloriosus*, pag. 391, 722, *Ano Santo*, 374, 723; José Leite no citado *Supple-*

nem então nem depois lhe voltaram as importunas febres que de há muito o atormentavam [1].

Passados três ou quatro dias os mandou chamar D. João III. Encaminharam-se ambos para os famosos paços dos Estaus, onde nêsse tempo residia o monarca, e admiraram a frontaria dêsse «palácio real sumptuosíssimo» [2] que se erguia no ângulo noroeste do Rossio com seu estilo pesado mas grandioso, e dominava a histórica e grande praça com os dois torreões acoruchados, que o ladeavam [3]. Subiram com humilde compostura e entraram à presença do rei que numa câmara só com a raínha os recebeu não sem demonstrações de grande benignidade e muito amor [4]. O rei completara nêsse mês trinta e oito anos: a plena juventude era-lhe

---

mento, cap. IV, (Bibl. M. do Pôrto, mss. 534); Fonseca, *Evora Glor.*, 360, 361, sustentam, fundados em documentos mss. dos cartórios do Colégio de Coimbra e Évora, que Xavier se encontrara em Almeida com o P. Simão Rodrigues, e deixando a comitiva do embaixador, se viera com êle a pé e mendigando até Lisboa, onde entrara a 30 de maio de 1540. Tira todo o fundamento a esta narrativa a citada carta de 23 de julho, onde Xavier assim descreve o seu encontro com Simão: «el dia que llegué *en Lisboa*, allé á Mastre Simon... y con mi venida fué tanto el plazer que rescibió...» (*Mon. Xav.*, I, 213).

Os mesmos escritores, nas obras citadas, afirmam contra os documentos que aduzimos, que o P. Simão desembarcara em Barcelona; visitara o mosteiro de Monserrate, onde, sem dúvida por divina revelação, soubera ter sido em Roma substituído Xavier a Bobadilha; de Barcelona viajara a pé até à fronteira portuguesa; em Almeida e arredores esperara a vinda do seu novo companheiro, ocupando-se entretanto em ministérios sacerdotais; em Almeida é que fôra curado das quartãs com o abraço do santo apóstolo, e dali, passando por Trancoso, continuara com êle a viagem para Lisboa. Tôdas estas minudências querem provar com testemunhos e documentos que lhes ministram os cartórios! Não nos detemos a desfazer estes jogos de imaginação. O que acima escrevemos basta para os haver de desprezar.

(1) *Mon. Xav.*, I, 213; Polanco, I, 87.

(2) Duarte de Sande, *De Missione Legatorum*, pag. 168, tradução de A. J. de F. no *Archivo Pittoresco*, VI, pag. 78. No original latino assim se refere Sande brevìssimamente aos Paços dos Estaus: «Alterum ejusdem areae [Rossio] latus regio quodam sumptuosissimo Palatio hortisque ejus amoenissimis decoratur, cujus amplitudinem artificiumque describendi non est locus... inter septem praecipua olyssipponensia opera numeratur».

(3) Cf. Castilho, *Lisboa Antiga*, V, 112, 116, VII, 211, 219, 220, 225.

(4) *Mon. Xav.*, I, 214-215.

realçada pelo ar grave e bondoso que lhe transparecia do semblante, e pela majestade tão natural que fàcilmente impunha respeito a quantos se lhe acercavam. A raínha, de cinco anos menos que o espôso, aparecia formosa na sua estatura elevada e garbo senhoril (1).

Durante mais de uma hora se entretiveram com êles os reais consortes em amorável conversação. Interrogaram-nos miùdamente àcêrca do seu particular modo de proceder, da maneira por que se conheceram e juntaram, dos primeiros desígnios que formaram, e das perseguições que sofreram, e mostravam folgar ìntimamente de serem plenamente inteirados de quanto dizia respeito à Companhia. No fim mandaram chamar seus filhos, a infanta D. Maria de treze anos de idade e o príncipe D. João que apenas passava dos três, para lhes darem o gôsto de ver os dois missionários. Naquela mesma audiência encomendou-lhes muito encarecidamente D. João que tomassem à sua conta confessar os moços fidalgos da sua côrte, ponderando com justeza que, se desde os primeiros anos conhecem a Deus e o servem, quando forem mais crescidos, haver-se-ão com honra e dignidade, darão proveitoso exemplo à gente de inferior condição, e contribuïrão poderosamente para a boa reforma do reino (2).

Os Padres saíram da presença do rei maravilhados do zêlo que mostrava da glória de Deus, e da inclinação que tinha a quanto era bom e piedoso, e ao mesmo tempo persuadidos de que todos os filhos da Companhia de Jesus achariam nêle um pai e um protector (3); e o rei ficou tão encantado com a virtude e espírito dos dois hóspedes, que afirmou a D. Pedro Mascarenhas «folgaria muito de ter em seu reino a todos os da Companhia, ainda que lhe custasse parte de sua fazenda» (4). Os cortesãos participavam da admi-

---

(1) Cf. Malheiro Dias, *O Piedoso e o Desejado*, 7, 19; Herculano, *Opusculos*, VI, 93; Llanos y Torriglia, *Contribución al estudio de... Doña Catalina*, 14. D. João III nasceu a 6 de junho de 1502, e D. Catarina a 14 de janeiro de 1507.

(2) *Mon. Xav.*, I, 215; Teles, I, 39, 40. Cf. Mss. S. J., *Epp. Ext.*, 46, f. 232.

(3) *Mon. Xav.*, I, 215-216.

(4) *Ob. cit.*, l. c.

ração do monarca, porque nêsse dia concorreu gente inumerável ao paço, para verem, como diziam, os padres santos vindos de Roma. Assim o referiu mais tarde o P. Miguel de Sousa, que nêsse tempo era moço fidalgo de D. João III e depois entrou na Companhia (1).

Dali se retiraram para sua habitação. O rei os mandara prover de casa e de todo o necessário. Êles porém desejando viver de esmolas, que de porta em porta diàriamente recolhessem, alcançaram permissão de se granjearem desta maneira o sustento, e por alguns dias se entregaram a êste acto de humildade cristã. Mas vendo que empregavam neste trabalho muito tempo, forçosamente roubado a ocupações espirituais de maior alcance, e instando o rei uma e mais vezes que aceitassem o necessário alimento que êle lhes oferecia, para não se diminuir o fruto espiritual do sagrado ministério houveram por fim de se conformar com a vontade real, reservando-se ainda assim dois dias na semana para mendigar. Como porém não pediam por necessidade mas por virtude, o que recebiam de esmola o levavam a um hospital, segundo lhes indicara o confessor de Sua Alteza (2).

A vida que em Lisboa começaram a fazer os dois sacerdotes, aumentou a fama de boa edificação que as notícias an-

---

(1) Franco: *Imagem . . . Lisboa,* 62; *Imagem . . . Coimbra,* I, 761; *Synopsis Ann.,* 1540, n. 12. Cf. Caetano de Sousa, *Provas da Hist. Geneal.*, II, 835.

(2) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 10; Polanco, I, 88: «quod autem ex mendicato colligebant, ad quoddam pauperum xenodochium deferre soliti erant». — Do que referimos no texto e também do que pouco acima dissemos da habitação do P. Simão Rodrigues em Lisboa, concluímos que o santo Xavier não morou no hospital de Todos os Santos, como geralmente teem escrito os historiadores. Em todo o caso, como se pode com probabilidade admitir que Mestre Simão aí se tenha hospedado alguns dias, e ambos êles, Simão e Xavier, lá fôssem algumas vezes levar as esmolas recolhidas, e servir e consolar os enfermos, não é destituída de fundamento a tradição, conservada também no *Ceo aberto na Terra* do Padre Francisco de Santa Maria, pag. 917, de que os dois Padres foram com insigne caridade agasalhados pelo P. Luís da Conceição, da Congregação dos Lóios, no hospital de Todos os Santos, de que êle era provedor. Cf. Franco: *Ano Santo,* pag. 723, *Synopsis Ann.,* 1540, n. 13; José Leite, *Supplemento* citado, cap. V; Fonseca, *Evora Glor.,* 361.

teriores tinham espalhado na cidade. A sua modéstia e humildade levavam os olhos de quantos os viam, e as suas palavras e trato, onde tudo respirava desprendimento do mundo e sólida virtude, lhes conciliaram a boa estima de todos. Logo do princípio ganharam na côrte grandes amizades, e principalmente nas classes menos elevadas se apregoavam de bôca em bôca as manifestações extraordinárias de sua santidade (1). Até principiou no seu labor inventivo a imaginação do povo a aureolá-los com o nimbo do maravilhoso. Uns diziam que tinham passado o Tejo a pé enxuto, outros acrescentavam que vieram desde Tancos pelo Tejo abaixo até Lisboa bòiando sôbre as capas estendidas à superfície da água (2).

Rei e povo assombrados de tão rara virtude começaram a distingui-los com o nome de *apóstolos*. Contam alguns que o rei fôra o primeiro que lhes deu o honroso apelido. Estava um dia a uma janela de seus paços com o marquês de Vila Real, D. Pedro de Menezes, e acertando de passarem defronte os missionários com a modéstia que realçava exteriormente sua virtude, perguntou ao marquês que lhe parecia daqueles homens. E respondendo êle com grandes louvores em abonação dos dois Padres, tornou-lhe o rei: «Assim vos digo que me parecem uns apóstolos» (3). Outros porém reportam a origem do nome à edificação do povo, que pelas obras que lhes via praticar, os assemelhava aos primeiros propagadores da Fé (4). Como quer que seja, o nome de *apóstolos* entrou no uso e linguagem comum, e com êle foram apelidados e conhecidos em Portugal durante mais de dois séculos os Padres da Companhia de Jesus.

5. — Recebidos e saüdados com tamanho aplauso na côrte de Portugal, os dois apóstolos afeiçoaram-se mais e mais ao

(1) Polanco, I, 88, 94; *Mon. Xav.*, I, 219; Teles, I, 42.

(2) Teles, I, 42; Franco: *Imagem... Lisboa*, 63; *Annus. Glor.*, 319.

(3) Teles, I, 43; Franco; *Imagem... Lisboa*, 64; Fonseca, *Evora Glor.*, 361. O P. Miguel de Sousa contava que, depois dos Padres Simão e Xavier terem saído do paço no dia da primeira audiência, o rei ficara dizendo: *São varões apostólicos!* e que dessa exclamação se originara para os da Companhia o nome de *apóstolos*. Franco, *Ob. cit.*, 62.

(4) Teixeira, *Mon. Xav.*, II, 834; Lucena, I, 65; Teles, I, 42.

povo português e à cidade que tão galhardamente os acolhera. Mas dados como eram por profissão e virtude ao zêlo da salvação das almas, estas sobretudo e quanto as dispunha para a felicidade eterna, lhes levavam as atenções e atraíam a curiosidade santa. Passara apenas um mês, desde que Xavier pusera o pé em terras de Portugal, e já escrevia a seu Padre Inácio as agradáveis impressões, que na alma lhe fizera a sociedade lisbonense. «A gente de cá, dizia, é muito bem inclinada a tôdas as coisas piedosas e bôas» [1]. E ao partir para a Índia, na carta de últimas despedidas, dava ainda a seus irmãos de Roma franco testemunho da piedade e edificação do rei e da côrte portuguesa, que tão consoladoras lembranças gravaram em sua alma de apóstolo [2]. Outras expressões que nos revelem qualquer comoção que em seu espírito se terá despertado à vista daquela cidade, tão nova para êle, e com a observação da sociedade, quase cosmopolita, que em suas praças e ruas se agitava, não as lêmos em suas cartas [3].

Mas podemos cuidar sem êrro que no meio dos fervores apostólicos em que passavam absorvidos êle e seu companheiro, não deixariam de lançar olhares observadores e desejosos de fazer bem para aquela capital, que o era de tão grande parte do mundo, e para os seus habitantes que já se lhes haviam tornado tão amigos e tão caros. Das janelas de sua habitação que lhes ficava não longe do paço dos Estaus, contemplariam, não sem agrado, aquela grande praça do Rossio, centro principal da vida lisbonense, nas dimensões quase igual à de hoje, mas irregular e desalinhada, sem a simetria nem a formosura do Rossio actual. No lado do Norte a seguir ao palácio real admiravam o palácio do conde de Ourém, e na linha de Nascente levavam-lhes os olhos o famoso convento de S. Domingos e o magní-

---

(1) *Mon. Xav.*, I, 221.

(2) *Ob. cit.*, pag. 240, 241.

(3) Mencionamos contudo, com serem de pouca monta, as duas seguintes: «Mastre Francisco está espantado de los calores desta terra», em carta de Simão Rodrigues a Inácio, de Lisboa a 8 de outubro de 1540, e «Acá son muy de complimentos», na carta de Xavier a Jaio e Laines, de Lisboa a 18 de março de 1541. *Mon. Xav.*, I, 230, 243.

fico hospital de Todos os Santos, arquitectado em forma de cruz com sua grandiosa igreja de três naves e de esplêndido portal manuelino, erguida ao centro da grande fachada, que assentava sôbre galeria de vinte e cinco arcos ogivais, dando majestosa vista para a praça. Por debaixo dos arcos corria um longo pórtico, no qual os mercadores armavam suas tendas para exporem à venda panos de tôda a sorte. Era enorme e continuado o movimento e ruído debaixo das arcadas e também por tôda a praça, de compradores, de ociosos, de conversadores, de transeuntes.

Mas à têrça-feira viam que aumentava o bulício, e recrescia a população variegada naquele recinto genuïnamente português. Era a feira semanal que desde tempos antigos se celebrava nêsse dia e aviventava a larga praça, onde se apertavam mercadores, vendedeiras e mais gente que da cidade e dos arredores acudiam em grande número ao histórico Rossio, então mais pinturesco, rico e animado [1]. Os dois apóstolos, como desprezadores dos bens terrenos, que por Cristo deixaram, fruíam certamente do vivo espectáculo, mas com essa vista mais sentiam acender-se-lhes o zêlo de excitarem os homens a buscar mais que tudo os bens imperecíveis do céu.

Do Rossio desceram mais para a beira do Tejo, e atravessando a intrincada rêde de arruamentos irregulares, chegaram até à famosa Ribeira de Lisboa. Ao primeiro relanço de olhos sem dúvida os comoveu a entranhada compaixão aquela chusma multicolor, que nêsse perene mercado lidava rumorosa e maltrapida: homens, mulheres, moços e meninos, gente da mais miserável no trajo, inculta nos costumes, ignorante e grosseira; ribeirinhos, trabalhadores que *andavam à mariola,* moços da ceira, vendedeiras, brancos e pretos numa confusão variada e buliçosa. Que bravio campo para os futuros obreiros do Senhor!

---

[1] Cf. Bibl. N. L. ms. 679, *Estatistica de Lisboa*, de 1552, f. 37; Cristóvão de Oliveira, *Sumário... de Lisboa*, f. G.; Sande, *De Missione Legatorum*, pag. 166; Castro, *Mappa*, III, 318, 321; Vilhena Barbosa, *Estudos hist. e arch.*, II, 205 segg; Guimarães, *Summario*, I, 51, 42-43, 67-70; Castilho, *Lisboa Antiga,* I, 65, 66, 301, 302; V, 112-,115, VII, 196, 216, 246.

De mistura com êstes encontravam depois pela cidade em contraste de côres impressivo, que lhes recordava as conquistas de além-mar, mil pretas que andavam ao *pote e quartas* vendendo água, e outras tantas com canastras recolhendo os detritos e cuidando da limpeza urbana, e muitas outras vendendo pelas ruas comestíveis e exercitando humildes mesteres. Com êsse mais outro espectáculo escuro lhes confrangia o coração: era o dos escravos apreçados e vendidos, sob os olhos dos corretores, como se foram irracionais, a quarenta e cinco ou cincoenta mil reis por cabeça! E, demais, emquanto êles por devoção pediam humildemente esmola, outra vista naquelas ruas lhes ocorria de mil e mais pobres que vagueavam mendigando pelas portas o necessário alimento (1).

Estes quadros porém de miséria, que amesquinhavam a capital portuguesa, como que se lhes escondiam por detrás da grandeza deslumbrante e luxo que ostentava a Lisboa dos descobrimentos. Passando vagarosamente pela comprida Rua Nova dos Mercadores, uma das mais nobres e principais artérias da capital, pasmavam da riqueza que alardeavam mercadores opulentos; visitavam as onze abastadas livrarias que apregoavam e vendiam tesoiros de sciência e letras, e olhariam com estranheza a multidão de nacionais e estrangeiros que por tôda a rua se remexiam, os trajes vários e garridos, as côres diversas de gente que as conquistas e o comércio atraíam então a Lisboa, empório universal dos tesoiros do Oriente.

Dando poucos passos para o Tejo, abria-se-lhes à vista o majestoso Terreiro do Paço. À direita contemplavam o Paço da Ribeira que lhe deu o nome, de estilo manuelino com suas tôrres quadradas e coroadas de ameias, e que em suas salas sumptuosas, de luxo asiático, guardava riquezas e preciosidades artísticas de valor incalculável (2). Ao pé levar-lhes-ia os olhos a célebre Casa da Índia, onde se reco-

---

(1) *Estatistica de Lisboa,* ms. citado, f. 21, 27, 29-33,36, 98; Guimarães, *Summario,* V, 16, 18, 36.

(2) *Estatistica de Lisboa,* f. 23, 41; Guimarães, *Ob. cit.,* I, 37; Castilho, *Lisboa Antiga,* VIII, 307, 309-313.

lhiam as mercadorias, que as naus traziam da Ásia e de África, e donde se armavam e aprestavam tôdas as embarcações, que anualmente levantavam ferro do Tejo e se faziam ao largo carregadas de soldados e aventureiros, que buscavam além dos mares a glória e as riquezas.

Bem perto terão admirado os armazéns do rei ou grande arsenal, opulentamente provido de artilharia, armaduras e munições, donde se provia a Índia, a Guiné, a Mina e África, e tôdas as armadas que saíam pela barra do Tejo; as três grandes salas cheias de armaria branca de que se poderiam armar quarenta e cinco mil peões e seis mil de cavalo; os mil corpos de couraças de aço postas em sêda de côres e de cravação doirada; as dez mil espingardas e arcabuzes que sempre estão de reserva na casa, e o contínuo lavrar e fabricar de artilharia grossa e miúda, lanças, piques, dardos e outras armas. Tôda esta vista, se lhes aumentava de uma parte o alto conceito da valentia com que Portugal combatia pela Fé nas conquistas de além-mar, por outra os incitaria a trabalharem fervorosamente para bem de seus animosos portugueses (1).

Alargando então os olhos para o Tejo viam-no sulcado de mais de mil barcos e batéis que das povoações ribatejanas vinham servir a capital, e coalhado de navios nacionais e também estrangeiros, que de tôdas as partes da Cristandade, em número de uns mil e quinhentos por ano, acudiam àquele afamado rio a carregar-se das opulências da Índia e da África (2). O coração se lhes alvoroçava anelando pelo dia em que também êles, largando pela barra daquele majestoso Tejo, fôssem ao Oriente em busca de riquezas bem mais estimáveis, das almas que jaziam nas trevas de um paganismo irracional e deshumano.

Mas desviando os olhares dêste luxo material, que menos os comovia, descansariam a vista com devoção satis-

(1) *Estatistica de Lisboa,* f. 81, 83, 85; Guimarães, *Ob. cit.*, V, 25-26. Veja-se a magnífica descrição que nos fêz do arsenal Damião de Góis no cap. VIII do seu livro *Urbis Olisiponis Descriptio,* publicado em Évora no ano de 1554.

(2) *Estatistica* citada, f. 49v.

feita na pompa e freqüência das festividades religiosas, do culto e administração dos sacramentos nas igrejas das vinte e nove frèguesias, em que se repartia a cidade, nas de onze conventos de religiosos e outros tantos de freiras, todos bem povoados, e em mais quarenta e um santuários e ermidas que se erguiam nos diversos bairros de Lisboa, e alegrar-se-iam de contar para cima de 1240 sacerdotes do clero secular e regular, com 184 confrarias que se ocupavam no esplendor desta magnificência sagrada [1].

6. — Tal sociedade, em que sobressaía o rei pela sua piedade sincera e pela natural gravidade igualmente paterna e majestosa, e se distinguia a côrte pela nobreza e primor da fidalguia e pelo número crescido e escolha dos moradores da casa real [2], encontravam-na os dois recém-chegados missionários admiràvelmente disposta para lhes receber a acção do zêlo apostólico não só pela manifesta inclinação para as coisas santas, mas particularmente pelo alto conceito que dêles formara desde as primeiras estreias de sua actividade [3]. Os bons padres o reconheciam e aproveitaram o favorável ensejo para lhe fazer bem e a reformar. Empregaram seu primeiro cuidado nos moços fidalgos, que D. João III tão assisadamente lhes recomendara. Eram êles em grande número e tinham moradia no paço, conforme o antigo uso tão comovedor e paternal da côrte portuguesa [4]. Faziam-lhes

---

(1) *Ob. cit.*, f. 50-52. Cf. Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Summario... de Lisboa*, f. Fiiii.

(2) Num *Rol que Elrei noso Señor mandou fazer da gente cortezãa continua que estam em a vyla dalmeyrym a XXIII dias do mes de dezembro do anno de 1545*, podemos ver o grande número de cortesãos, que formavam a côrte de D. João III. Assim termina o *Rol*, f. 8v: *São ao todo a gente continuada da corte que... está nesta villa dalmeyrym, quatro mill quatrocentos e sessenta pessoas*. T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. II, maço 240, doc. 62.

(3) Sôbre êste propósito assim escreveu Simão Rodrigues ao P. Inácio: «La gente recibe las cosas de Dios de buena suerte, y es tierra muy aparejada pera sembrar con esperança de fructo». Rodrigues, *Mon.*, 525. Carta de Lisboa a 26 de maio de 1541.

(4) Simão Rodrigues em carta de oito de outubro diz que seriam para cima de cem êstes moços fidalgos que se confessavam cada sexta-feira (*Mon. Xav.*, I, 228). Eram porém muitos mais os que tinham o fôro de mo-

exortações para a virtude e confessavam-nos cada oito dias à sexta-feira, segundo a ordem que já lhes tinha anteriormente estabelecido o rei D. João III (1).

Aos sábados ouviam as confissões dos moços da câmara, todos jovens de distinção, segundo observa Simão Rodrigues, e pela semana as de muitos cavaleiros, senhores e senhoras da côrte (2). Era tamanha a freqüência dos que se aproximavam do sacramento da penitência, que o trabalho das confissões quase lhes absorvia a grande e contínua actividade. Só as confissões de pessoas qualificadas eram tão numerosas, que não bastavam a satisfazer a todos. Confessavam grande parte dos senhores e senhoras principais do reino. «Se fôssemos outros tantos em número, escrevia Xavier, teríamos penitentes de sobra, ocupando-nos o dia inteiro e parte da noite com êstes cortesãos sem contar outra gente» (3).

A esta fadiga, porém, que tantas fôrças e tempo lhes tomava, acrescia uma ocupação de extraordinário proveito e humanidade, que lhes encomendara com repetidas instâncias D. Henrique, o inquisidor-mor de Portugal. Dera-lhes o infante a incumbência de confessarem, corroborarem na Fé e instruírem nos deveres da Religião os presos detidos nos cárceres do Santo Ofício. Eram uns cincoenta, e os dois Padres tomaram tanto a peito esta obra de caridade cristã, que os visitavam todos os dias, reüniam-nos a todos numa sala e faziam-lhes práticas sôbre as obrigações de religião e

---

ços fidalgos, como se pode ver da lista publicada na *Historia Geneal.* (*Provas*, II, pag. 834 segg., VI, 576 segg.: *Livro dos Moradores da Casa do senhor Rey D. João III, Moços Fidalgos*), onde se enumeram 509 (*Provas*, VI, 623). Conta o P. António Franco que D. João III escolhera um certo número dos mais nobres, que aprendessem no paço letras e virtude, e a êsses chamavam *Moços Fidalgos da Regra*, (*Imagem ... Coimbra*, I, 761). Reduz Franco êsse número a quarenta; mas uma lista do ano de 1556 eleva-o a bem mais de cem (*Hist. Genealogica, Provas*, II, 382, *Boletim da segunda classe — Academia das Sciencias de L.* — vol. IX, pag. 338-341). Cf. Polanco, I, 87; Orlandini, II, 103, Teles, I, 39; Castilho, *Lisboa Antiga*, VIII, 370, 376, 384.

(1) *Mon. Xav.*, I, 215.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 522.

(3) *Mon. Xav.*, I, 227, 232, 240.

verdades da Fé, confessavam-nos, e até lhes iam dando os Exercícios Espirituais da primeira semana. De tal modo se aproveitavam aqueles infelizes, que muitos dêles apregoavam com sentimento agradecido ter-lhes Deus feito assinalada mercê em os trazer ao conhecimento do que lhes era necessário para a salvação de suas almas [1]. A 20 de setembro de 1540 celebrou-se em Lisboa o primeiro auto de fé, e os Padres, por vontade do inquisidor, acompanharam até ao cadafalso, levantado na Ribeira em frente do Terreiro do Trigo, a dois condenados à morte, que sofreram o tormento do fôgo [2]. Pelo mesmo tempo os encarregou D. João III de doutrinarem e prepararem para o baptismo a dois judeus de África, um dos quais era muito douto e versado nas línguas hebraica e caldeia [3].

Mas além de todo êste emprêgo benéfico do seu insaciável zêlo davam ainda com singular predilecção e mestria os Exercícios Espirituais a pessoas de ânimo alentado que prometiam esperanças de subirem a maior perfeição, e com santas conversações decorridas no fôro íntimo das consciências, procuravam dirigir na virtude almas de eleição, entre as quais tinham primazia os dois irmãos del-rei, D. Luís e D. Henrique [4]. Na prègação pouco se puderam exercitar. Não muitos dias depois de ter chegado a Lisboa F. Xavier, significou-lhes o rei que folgaria prègassem também ao povo, e êles da melhor vontade se prontificaram a obedecer à real insinuação; mas era tão grande e tão frutuoso o pêso das confissões, que desistiram de subir ao púlpito e deixaram aos muitos prègadores que havia na côrte aquele importante e mais luzido ministério [5]. Consolava-os,

(1) *Mon. Xav.*, I, 227 232; Rodrigues, *Mon.*, 522.

(2) *Mon. Xav.*, I, 227. Nesse auto saíram vinte e três pessoas, nove homens e catorze mulheres, alguns dos quais foram condenados a cárcere perpétuo e dois queimados. Prègou na lúgubre solenidade fr. Francisco de Vila Franca, eremita de S. Agostinho. Cf. B. N. L., ms. n. 167, *Collecção dos autos de Fé,* pag. 6; Guimarães, *Summario,* IV, 60; F. de Almeida. *Hist. da Igreja,* IV, P. III, pag. 380.

(3) *Mon. Xav.*, I, 228.

(4) *Ob. cit.*, pag. 221, 227.

(5) *Ob. cit.,* pag. 218, 228, 241.

exuberantemente a colheita que faziam nas ocupações de menos aplauso exterior.

Era na verdade assombroso o fruto que colhiam os dois incansáveis operários. Na sua admiração e humildade contavam êles a Inácio que o fruto «excedia todo o seu poder, saber e entender» e atribuíam às orações dos irmãos de Roma a graça da prodigiosa messe [1]. Em Almeirim, aonde seguiram e acompanharam a côrte nos meses de inverno desde os princípios de novembro de 1540 [2], era tão geral a edificação, que os que vinham negociar à côrte se maravilhavam da multidão de gente que todos os domingos e festas se chegava à mesa da Comunhão, e êles mesmos, movidos do bom exemplo, a imitavam naquela prática piedosa. De feito a côrte andava tão reformada, conforme Xavier ao embarcar para a Índia escrevia a seus companheiros de Roma, que mais semelhança tinha de Religião que de côrte [3]; e Simão Rodrigues dava graças ao céu de ver «a gente de Portugal tão enamorada de Deus Nosso Senhor» [4].

Zêlo tão incendido e fruto tão admirável ganhou-lhes inteiramente o ânimo do rei bondoso. Xavier ao separar-se dêle para sempre, não pôde deixar de o testemunhar num rasgo de ânimo agradecido. «El-rei, escreveu o Santo, é tão afeiçoado a nossa Companhia e deseja de tal modo, e só por amor e honra de Deus Nosso Senhor, o aumento dela, como se fôra um de nós, que nos pôs na obrigação de sermos também por Deus, seus perpétuos servos. Se em vista de uma tão grande afeição, acompanhada por obras tão perfeitas, não reconhecêssemos o dever que temos para com aqueles que

---

(1) *Ob. cit.*, pag. 232. Cf. Rodrigues, *Mon.*, 520.

(2) *Ob. cit.*, pag. 228, 229, 236. — Em Almeirim habitavam os Padres numa pequena casa, situada junto do jardim do paço real. Deu-a D. João III à Companhia e a mandou nos anos seguintes aumentar para mais cómoda habitação dos religiosos. Ampliou-se ainda com a doação que lhe fêz a infanta D. Maria no ano de 1553 de outra casa contígua. Ao pé se começou a edificar em 1552 uma igreja bastante boa e capaz. No princípio Xavier e Simão iam celebrar o santo sacrifício numa capela da invocação de S. Roque. Cf. *Litt. Quad.*, I, 571, II, 442, 461; *Epist. Mixtae,* I, 164; Polanco, II, 377; Teixeira, *Documentos,* 181; Teles, I, 47; Franco, *Synopsis Ann.,* 1540, n. 17.

(3) *Mon. Xav.*, I, 240-241.

(4) *Ob. cit.*, pag. 227.

desta maneira se assinalam no serviço de Nosso Senhor, caïríamos em falta notável deante do divino acatamento; e sendo tamanha obrigação, de que estamos bem capacitados, cometeríamos certamente pecado de ingratidão, se nos dias de nossa vida nos esquècêssemos de Sua Alteza em nossas orações e indignos sacrifícios» [1]. Simão Rodrigues confirmava o testemunho de Francisco Xavier e acrescentava que o rei e a raínha na afectuosa estima que lhes mostravam com insignes favores, não só desejavam intensamete que a Companhia de Jesus se multiplicasse em Portugal, mas folgariam até que tôda ela se transplantasse para seus reinos [2].

7. — Não podiam realizar-se plenamente estes reais desejos, porque também as outras nações reclamavam a acção da Companhia de Jesus, mas logo naquele primeiro ano de 1540 pôde ver o monarca piedoso que do seio de Portugal haviam de brotar vocações numerosas que aumentariam, como era sua vontade, aquela Corporação para grande bem de todos os seus domínios. Os exemplos virtuosos de Rodrigues e Xavier, e a aceitação que logo começou de abrir-lhes os corações em tôdas as camadas da sociedade portuguesa, sobretudo nas mais elevadas, despertaram naturalmente almas generosas de pessoas que se ofereciam a imitar a vida daqueles apóstolos e pediam ser incorporados na mesma Companhia. Êles procuravam com o empenho que lhes aconselhava o zêlo, recrutar clérigos de boa vontade, que os acompanhassem ao Oriente e auxiliassem no labor do santo apostolado. Se reünissem doze, animados de um só espírito e impelidos pelas mesmas nobres aspirações, tinha para si o grande Xavier que haviam de colhêr copioso fruto nas Índias Orientais [3]. Não poucos se foram descobrindo que prometiam viver e morrer com êles: mas nem todos levaram a efeito seus propósitos [4].

---

(1) *Ob. cit.*, pag. 238

(2) Rodrigues, *Mon.*, 521.

(3) *Mon. Xav.*, I, 217, 222.

(4) Os três primeiros em que nasceram êstes desejos de acompanhar à Índia o apóstolo do Oriente, foram: Um *clérigo*, já sacerdote, conhecido em Paris de Simão e de Xavier; um *subdiácono*, que em breve tomaria as or-

O primeiro que em Portugal se alistou na Companhia de Jesus foi, segundo contam os antigos historiadores, Mestre Gonçalo de Medeiros, irmão de Francisco Medeiros, escrivão da Casa da Índia, natural de Mesanfrio, e muito douto nas sciências que cursara. Conhecera êle em Paris os fundadores da Companhia, quando estudava na Universidade como bolseiro do rei, e ao revê-los em Portugal, atraído pelos mesmos exemplos de santidade que já em França o tinham cativado, pediu que o recebessem como auxiliar na trabalhosa vida de apostolado que empreendiam. A vida exemplar em que já então aspirava à perfeição cristã, esmaltou-a com o brilho de virtudes em que suavemente resplandeceu nos doze anos que viveu na Companhia até sua morte. A humildade, o recolhimento, o espírito de oração, e a assistência continuada no tribunal da penitência, onde com singular afabilidade e bom conselho guiava para o céu e consolava os pecadores, tornaram-no bemquisto de todos, particularmente de D. João III e da raínha D. Catarina (1).

Pelo mesmo tempo se juntou aos Padres em Lisboa um jovem de nome Francisco Mansilhas, que no ano seguinte navegou com Xavier para o Oriente. O zêlo, a bondade e excessiva simplicidade que não as letras, o recomendaram para obter lugar entre aqueles santos. Estudara na Universidade de Paris, mas o talento medíocre não o deixara romper pelas dificuldades do latim, de que nem sequer o bastante sabia para entender, já sacerdote, o seu breviário. Xavier

---

dens de presbítero, e um doutor médico, também conhecido de Paris. (*Mon. Xav.*, I, 217-218). O primeiro julgam os editorés da *Mon. Hist. S. J.* (*Mon. Xav.*, I, 217, nota), que era Gonçalo de Medeiros. Não foi certamente, porque Medeiros ainda *não era clérigo*, como expressamente escreveu Xavier (*Mon. Xav.*, I, 235). O segundo é-nos desconhecido. O terceiro era o doutor Lôpo Serrão, que acrescentou à carta de Xavier de 26 de Julho de 1540 (*Ob cit.*, I, 222) um *Postscriptum* a dizer que entraria em deliberação de o seguir para o Oriente. Mas nenhum dêstes se embarcou para a India com o santo apóstolo.

(1) Cf. Mss. S. J., *Lus.* 77, f. 1-4; *Mon. Xav.*, I, 232; *Epist. Mixtae*, I, 107; Polanco, II, 377, 685; *Litt. Quad.*, I, 568; Orlandini, I, n. 104, XII, n. 66; Teles, I, 44-47, 564-572; Cardoso, *Agiol. Lus.*, II, 418, 424; Franco, *Imagem... Lisboa*, 130 segg.

confiava que a virtude e singeleza supririam na Índia a falta de sciência [1].

Outro ainda de nome Manuel de S. Clara, mais versado em estudos e douto em cânones, se agregou nàqueles princípios à nova Corporação, e em 22 de outubro de 1540 dava Xavier notícia dêle a Inácio, observando-lhe que a pequena comunidade ia crescendo, porquanto já eram seis os que uniam os mesmos laços de boa irmandade [2]. No maio porém do ano seguinte já Simão Rodrigues o tinha desligado da Companhia, porque o não achava idóneo para o alto fim a que ela se destinava. Corria entre o povo a fama de uns milagres que diziam ter êle feito no tempo passado, e contavam-se depois umas visões em que prognosticava para o futuro acontecimentos tão extraordinários e inacreditáveis, que bem mostrava não ser homem de juízo seguro [3].

Com êstes que já lidavam na realização do mesmo ideal, muitos outros sentiam na sua alma o rebate de voz interior que os chamava para fazerem parte da Companhia de Jesus [4]. Era Deus que tratava de aumentar aquele pequenino esquadrão, que por disposição divina se ia brevemente dividir em dois: um destinado a pelejar no Oriente as batalhas do Senhor, e outro que permaneceria em Portugal com o fim de alistar e formar novos apóstolos para o reino e suas conquistas.

---

(1) *Mon. Xav.,* I, 238, 243-244; *Selectae Indiarum Epist.*, pag. 14; Sebastião Gonçalves, *Historia*, L. I, C. VI, f. 10; Cros, *Vie*, I, 162. — Sebastião Gonçalves, l. c., refere que, quando chegou Francisco Xavier a Lisboa, já *se tinha convertido* Francisco Mansilhas com os exemplos de Mestre Simão e Paulo Camerte. Se é verdade o que nos conta o historiador, e naquela expressão quer dizer que êle principiou a mesma vida que levavam Simão e Paulo, foi Mansilhas o primeiro que entrou na Companhia em Portugal.

(2) *Mon. Xav.,* I, 231. Os seis eram: Xavier, Simão, Paulo Camerte Gonçalo de Medeiros, Francisco Mansilhas e Manuel de Santa Clara.

(3) *Mon. Xav.*, I, 228, 231, 237; Rodrigues, *Mon.*, 522, 554.

(4) «... y muchos otros se ban descubriendo para entrar en la Compañía». *Mon. Xav.,* I, 237. Carta de Xavier, de Lisboa, a 18 de março de 1541.

CAPÍTULO III

FRANCISCO XAVIER E SIMÃO RODRIGUES

Sumário. — *1. Xavier missionário da Índia, Rodrigues fundador da Província de Portugal da Companhia de Jesus. — 2. Parte Xavier para o Oriente. — 3. Xavier e Rodrigues unidos em perpétua amizade. — 4. Desejos frustrados de Simão Rodrigues.*

1. — O bem maravilhoso que os dois apóstolos, a juízo das pessoas mais bem qualificadas, faziam a Portugal, despertara entusiasmo indescritível, mas esteve a ponto de lhes estorvar de todo o apostolado e missão da Índia. A afeição e a estima que o rei, tôda a côrte e o povo de Lisboa lhes cobraram desde os primeiros meses que viram seus exemplos de virtude e lhes admiraram o zêlo incansável, já não podiam fàcilmente sofrer que se defraudasse o reino de tamanha felicidade para se atender às remotas paragens do Oriente. Em 23 de julho, um mês apenas depois que os dois companheiros se encontraram em Portugal, escrevia Francisco Xavier ao Padre Inácio que muitas pessoas tratavam de lhes impedir a viagem para a Índia, persuadidas como estavam de que havia de ser maior o fruto que recolheriam no reino com a administração dos sacramentos, com as exortações à freqüência da confissão e comunhão, com os Exercícios Espirituais, com as conversas íntimas e entretenimentos particulares, e sobretudo com a prègação [1]. Entre os

[1] *Mon. Xav.*, I, 216.

que mais propugnavam pela conservação dos Padres na Europa, distinguia-se o confessor e prègador del-rei, fr. João Soares [1].

Por êsse mesmo tempo começava também D. João III a hesitar entre as duas resoluções, e já não estava inteiramente determinado a enviar para a Índia aqueles que no ano anterior com tão vivas instâncias pedira de Roma para missionários de suas conquistas no Oriente. Outros porém lançando os olhos para a necessidade e trevas em que tantos povos viviam privados da luz verdadeira da Fé, susten-

---

(1) Fr. João Soares era eremita de S. Agostinho, mas vivia fora do seu convento na côrte del-rei, por breve pontifício e da sagrada Penitenciaria. Formara-se em teologia e tinha o cargo de prègador e confessor de D. João III. Desde que chegaram a Lisboa Mestre Simão e Francisco Xavier, começou de os tratar, e tão sincera amizade lhes ganhou, que nunca veio a esfriar na afeição que lhes dedicou a êles e a seus irmãos em Religião, e com obras a demonstrou até sua morte. Faleceu piedosamente em 26 de novembro de 1572 depois de ter governado durante 27 anos o bispado de Coimbra. Nas obras impressas e códices ainda inéditos de autores da Companhia de Jesus aparece-nos sempre D. João Soares como homem de boa vida e santo zêlo, mas sôbre sua pessoa e memória lançaram-se, ainda em seu tempo, imputações gravíssimas, que não pudemos ver demonstradas.

O autor anónimo das *Instrucções* que em Roma se deram no ano de 1542 a Mons. Luís Lippomani, nomeado Núncio de Portugal, já nos pintava fr. João Soares como «frade de poucas letras, mas de grande audácia e muita ambição, de péssimas opiniões, inimigo declarado da Santa Sé, de que faz profissão, e hereje em sumo grau»; mas é manifesta a paixão e exagêro dêste depoïmento acusatório, como são aliás falsas e exageradas outras notícias destas famosas *Instrucções* (*Corpo Dipl.*, V, 136). Mais tarde assistindo em 1562 e 1563 ao Concílio de Trento sentiu seu bom nome gravemente desdoirado por uns rumores de escândalo, que lhe tocavam na honra e bons costumes. Deu satisfação deitando fora de casa os seus criados, e o Geral da Companhia de Jesus, Diogo Laines, tomou a sua defêsa escrevendo para a côrte de Lisboa ao P. Luís Gonçalves da Câmara que o bispo de Coimbra «nas opiniões e pareceres que se deram em matérias de importância, tem sido dos mais avisados entre os prelados do Concílio, e quanto a seu procedimento viam que fizera e continuava fazendo muito boas obras, e que estas acusações eram tidas como calúnias que procediam das ruíns entranhas dos autores delas», e que «vendo-o padecer injustamente», a obrigação que lhe tinha, e a caridade o obrigavam a volver por êle no que podia com verdade. (Laines, *Mon.*, VII, 208-209). Cf. *Corpo Dipl.*, V, 362, 379, 414; VIII, 63-65; IX, 431; Bibl. P. Ebor., CVIII/2-9, f. 8; F. de Almeida, *Hist. da Igreja*, T. III, P. 2.ª, pag. 26, 465, 615-616, 673, 757-760.

tavam que não deviam desistir da emprêsa que de Roma os trouxera. A julgar pelas novas que chegavam da Índia, esperavam que seria copiosa a messe e até converteriam alguns reis à Fé de Cristo com grande proveito e lustre para a Religião [1]. Assim continuou por algum tempo a divergência das opiniões, mas iam prevalecendo pelo número e valimento aqueles que defendiam a permanência dos missionários.

Passados poucos meses de indecisão, já nos princípios do mês de outubro tinha D. João III assentado na resolução de os não deixar partir para as Índias. Eram tão necessários para o bem da sua côrte!... [2] Com o rei concordavam a raínha e os dois infantes D. Luís e D. Henrique, presos da muita afeição que lhes tornava dificultoso privarem-se da companhia daqueles apóstolos [3]. De-feito o monarca piedoso traçava na sua mente desígnios grandiosos. Acalentara a idéia, prestes convertida em resolução, de fundar aos Padres um colégio em Coimbra, junto da sua Universidade, e uma casa talvez em Évora, e tencionava pedir de Roma jovens da mesma Corporação que os povoassem, para dali, como de seminários de formação aumentar a Companhia de Jesus e a dilatar por todo o Portugal e pela vastidão de suas conquistas. Resolvera-o a êste empreendimento o bom conceito que formara do Instituto e modo de proceder de Simão e Xavier, e a experiência do fruto espiritual que a sua acção fazia germinar na sociedade portuguesa. [4].

Sobressaltaram-se êles com a decisão do rei, pesarosos de se lhes embaraçar a missão da Índia, que em Roma acei-

---

(1) *Mon. Xav.*, I, 221-222.

(2) *Ob. cit.*, 228.

(3) *Ob. cit.*, l. c. — Teles, I, 48, e Franco, *Synopsis Ann.*, 1541, referem que o infante D. Henrique por menos afeiçoado e por suspeitas que nutria contra os religiosos da Companhia de Jesus, votara no Conselho real que fôssem para a Índia os dois companheiros de Inácio. Julgamos lendária esta desafeição do cardeal infante, porque Mestre Simão expressamente declara que era amigo e estava de acôrdo com o rei em reter os dois Padres em Portugal (*Mon. Xav.*, I, 228). Adeante veremos que o infante foi desde o princípio e sempre amigo da nova Ordem, a que pertenciam Simão Rodrigues e Xavier.

(4) *Mon. Xav.*, I, 237-238; Polanco, I, 94.

taram com tanto alvorôço, e começaram de trabalhar por que se lhes não impedisse a realização de suas santas aspirações [1]. Na sua ansiedade aflitiva recorrem a Inácio de Loiola. Dão-lhe parte do perigo que os ameaçava de serem retidos em Portugal, quando os seus desejos ardentes os impeliam para além dos mares. Os seus únicos anelos, protestava Simão Rodrigues, eram trabalhar onde fôsse mais glorificado o nome de Deus. O rei pelo muito afecto que lhes votava, não os queria largar de si, mas êles só buscavam o favor e graça daquele soberano Senhor que por tantas vezes lhes mostrou ser sua vontade que o servissem como êle em sua Providência estabelece e não como aos homens se lhes antolha. Os que tinham experiência da Índia não cessavam de lhes assegurar que haviam certamente de fazer grande fruto além-mar, e por esta razão estavam determinados à viagem, nem quiseram que humanas considerações lha estorvassem. Nêstes termos escrevia Mestre Simão e rogava àquele a quem ambos veneravam como pai e guia, lhes mandasse o seu parecer neste lance que os angustiava [2].

Emquanto lhes não vinha a resposta que solicitavam, seguiram a côrte para Almeirim a passar os meses de inverno. Naquele remanso lhes deve ter chegado a decisão de Inácio. Êste, apenas recebeu o aviso daqueles seus filhos atribulados, foi à presença do Papa, expôs-lhe o embaraço dos dois Padres, que por ordem pontifícia tinham tomado a emprêsa da missão da Índia, e agora por determinação do rei eram conservados em Portugal, e rogou-lhe quisesse declarar qual fôsse a sua vontade. Paulo III resolveu que tôda a decisão se remetesse ao arbítrio do monarca português e que os dois missionários sem temor de se afastarem da primeira obediência, se submetessem ao que êle determinasse. Transmitiu-lhes Inácio a resolução pontifícia, mas acrescentava que, no caso de Sua Alteza lhe perguntar o seu parecer, teria por mais acertado que Xavier prosseguisse a viagem para a Índia, e Simão Rodrigues ficasse em Portugal, não só para recolher a farta messe qne prometia a boa disposição do reino, mas também

(1) *Ob. cit.*, pag. 228.
(2) *Ob. cit.*, l. c.

para propagar nêle a Companhia de Jesus e fundar o Colégio de Coimbra que viria a ser como viveiro de futuros missionários, que o rei, segundo suas boas intenções, poderia mandar para as Índias [1].

Com êste alvitre sobremaneira prudente e acertado conformou-se plenamente D. João III. Chamou os dois Padres à sua presença e comunicou-lhes a determinação que finalmente tomara. Francisco Xavier iria evangelizar a Índia, e Simão Rodrigues exercitaria seu zêlo em Portugal. Não é fácil explicar por palavras a grande consolação e alegria que recebeu Xavier com esta nova e decisão real. Agradeceu-a o Santo com demonstrações de tão íntimo reconhecimento, que o rei lhe cobrou maior afeição e conceituou mais altamente sua virtude [2]. Simão Rodrigues pelo contrário deu visíveis mostras da sentida mágoa que lhe penetrou a alma, quando viu que num momento lhe fugia o que êle há tanto tempo ansiosamente desejava. Consolava porém a tristeza presente com a esperança de que mais tarde lhe caberia também a êle aquela boa sorte [3].

2. — Saíram do paço com semblante bem diverso, como o eram os sentimentos do coração, e Xavier começou de se preparar para a grande e apetecida viagem. Meses antes tinha ido pessoalmente visitar seu grande amigo D. Pedro Mascarenhas na quinta da Palma [4]. Agora, talvez emquanto se aprestava no Tejo a armada que naquele ano havia de navegar para a Índia, foi em peregrinação devota ao santuário de N. Senhora de Nazaret, a-fim de tomar a bênção e implorar auxílio da Raínha dos Apóstolos para a comprida e perigosa navegação. Assim no-lo assevera tradição antiga.

---

(1) Polanco I, 94; *Mon. Xav.*, II, 835; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 382-383; Ribadaneira, *Vida*, L. III, C. III; Orlandini, III, n. 41; Teles, I, 51; Bartoli, *Asia*, I, 33; Franco, *Imagem... Lisboa*, 65-66. Os três últimos escritores dizem que Inácio em carta para D. Pedro Mascarenhas é que propusera a idéia de ir Xavier para a Índia e ficar em Portugal Simão Rodrigues; Polanco, Orlandini e Ribadaneira teem que Inácio o escrevera aos dois Padres, e não mencionam carta para Mascarenhas.

(2) *Mon. Xav.*, II, 835.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 525; Lucena, I, 70; Teles, I, 52; Franco, *Ob. cit.*, 66.

(4) *Mon. Xav.*, I, 229.

A mesma nos refere o milagre que lá dizem ter operado seu valimento com a Raínha do Céu curando repentinamente um fidalgo das feridas mortais que levara num desafio, para lhe quebrar os ímpetos da vingança e lhe salvar a alma [1].

Como quer que fôsse, Xavier saíra a tempo de Almeirim e dirigiu-se para Lisboa, onde, aproximando-se a monção, se lidava activamente na equipagem da frota [2]. Tocava êste cuidado ao vèdor da fazenda real, D. António de Ataíde, primeiro conde da Castanheira, singular amigo de Simão Rodrigues e de Xavier. Recebera o conde expressa recomendação de D. João III que provesse para a viagem da Índia os futuros missionários. Em carta escrita de Almeirim a catorze de fevereiro daquele ano de 1541, ordenara-lhe o monarca lhes desse embarcação e gasalhado, não só para êles, mas também para Pedro Maldonado, escudeiro da casa real, que os havia de acompanhar e dêles ter cuidado, e para dois criados que levariam para seu serviço. Demais prescrevia que mandasse entregar a cada um dos Padres dois vestidos, um para o mar e outro para usarem na Índia, os livros que êles pedissem e precisassem, e as coisas necessárias para sua matalotagem [3].

Em cumprimento da ordem recebida rogou o vèdor da

(1) Não se nos deparou documento contemporâneo, que atestasse nem a peregrinação de Xavier nem o milagre. O primeiro que recolheu, segundo nosso conhecimento, a notícia da tradição foi o P. Sebastião Gonçalves na sua *Historia da Companhia de Jesus... da Índia Oriental*, escrita em 1614 (Bibl. N. L., ms. n. 915, f. 11). Mas quem pela primeira vez lhe deu publicidade pela estampa foi Manuel de Brito Alão no seu livro *Antiguidade da Sagrada Imagem de Nossa S. de Nazareth*, impresso em Lisboa no ano de 1628. No cap. 21 descreve a pintura que na capela-mor da igreja da Senhora de Nazaret se fêz para memória do milagre, e dá ao miraculado o nome de Simão de Sá Refóios. Não diz Alão de que tempo é a pintura. Cf. Ant. Leite, *Fundação do Collegio de Coimbra,* Bibl. N. L., ms. n. 4506, f. 6v; Sousa, *Or. Conq.,* P. I, C. I., D. 1, § 12; Franco, *Synopsis Ann.*, 1540, n. 17.

(2) Não nos consta o dia em que o Santo partiu da vila de Almeirim para se ir embarcar a Lisboa. Na capital já estava certamente em 18 de março (*Mon. Xav.*, I, 241). Mas de carta de D. João III de 14 de fevereiro, que abaixo citamos, podemos seguramente inferir que se retirara daquela vila pelos meados dêsse mês.

(3) Ford, *Letters of John III King of Portugal,* pag. 361-362.

fazenda a Xavier lhe fizesse a lista de quanto necessitava para sua viagem e de seus companheiros. O Santo que preferia o conchego da pobreza que professava como religioso, respondeu-lhe cortêsmente segundo as aspirações de seu desprendimento e abnegação. Mas o vèdor da fazenda ou também o escudeiro instavam com êle que não recusasse a liberalidade real; e dizendo-lhe que pelo menos aceitasse um criado que o servisse, para crédito e autoridade de sua pessoa, que seria talvez menosprezada, se o vissem ocupar-se em mesteres humildes, replicou Xavier com gravidade e modéstia que a autoridade e crédito buscado por êsse modo tinha levado a Igreja de Deus e seus prelados à situação em que os víamos; o meio para se acreditar perante os homens era abater-se e praticar acções de humildade.

Ficou atalhado o conde com a resposta inesperada, sem saber que lhe retorquir, e grandemente edificado de tão santo desapêgo. Contava depois D. Antonio de Ataíde que lhe não custara menor trabalho a constância de Mestre Francisco em recusar o que lhe dava, que a importunação de tôda a outra gente da armada em solicitar demasias (1). Mas a resistência edificante de Xavier houve finalmente de render-se à vontade expressa do rei que ordenara fôsse com liberalidade provido para tôda a viagem; só de livros recebeu para levar para a Índia no valor de cêrca de cem cruzados (2). Sôbre esta violência que a largueza real fazia à humildade de Xavier, acrescia a dedicação do governador Martim Afonso de Sousa, a quem o rei encarecidamente recomendara o santo apóstolo e seus companheiros. Tomou êle também à sua conta olhar pela provisão dos missionários, e até decidiu sentà-los à sua mesa (3). Desta maneira houveram de se embarcar «muito favorecidos» de D. João III, como re-

---

(1) *Mon. Xav.*, II, 837; Lucena, *Ob. cit.*, 74-75; Sebastião Gonçalves, *Historia*, L. I, C. 6, f. 13; Teles, I, 53.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 521, 522.

(3) *Mon. Xav.*, I, 238. Lucena, *Ob. cit.*, 80, e Sousa, *Or. Conq.* P. I, C. I, D. I, § 13, escrevem que Xavier não aceitara o convite que lhe fizera o governador de comer à sua mesa, mas sim aceitara a *regra* da nau para logo a repartir pelos mais necessitados, e vivia de esmolas.

petidamente o conta o mesmo Xavier e Simão Rodrigues [1].

Os que acompanharam o grande apóstolo foram sòmente dois que já mencionámos nas páginas antecedentes. Chamavam-se Paulo Camerte e Francisco Mansilhas. Paulo Camerte correspondeu tão cabalmente à dignidade que lhe coube de companheiro do santo apóstolo, que passados apenas dez anos, seus irmãos de apostolado o apregoavam como «base e coluna da Companhia de Jesus na Índia» [2]. Chegou a ser tão querido e venerado dos habitantes de Goa, que o saüdavam geralmente com o nome de pai [3]; e essa estima respeitosa, que justamente gozava, bem a merecia pela singeleza de seu espírito, pobreza extremada, caridade compassiva e zêlo que não conhecia descanso [4]. Francisco Mansilhas também havia de ser durante alguns anos fiel auxiliar do P. M. Francisco; mas uma hora de hesitação perante

---

(1) *Mon. Xav.*, I, 238; Rodrigues, *Mon.*, 521, 524. Os documentos coevos não nos dizem se por fim o escudeiro e os dois criados embarcaram com os missionários e os serviram, como o rei mandara, na larga navegação. Do que nos referem os historiadores e biógrafos de Xavier concluir-se-ia que não os acompanharam. Contudo num «Rol das pessoas despachadas e que tem licença del Rey noso Senhor para irem aa India este año de 1541» conservado na Tôrre do Tombo, lê-se nas últimas linhas: «Os dous clerigos da ordem de São P.º com huũ Reposteiro de Sua A. q. vay com elles». É de notar o equívoco dêste Rol, bem como da citada carta de D. João III, em que se chamam clérigos de S. Pedro os religiosos da Companhia de Jesus!

(2) *Selectae Indiarum Epistolae*, 152.

(3) *Ob. cit.*, pag. 153.

(4) *Ob. cit.*, 152; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. I, D. II, § 45-46.—O P. Melchior Nunes seis dias antes da morte de Paulo Camerte, sucedida a 21 de janeiro de 1560, assim dava testemunho de sua virtude escrevendo para Roma: «Miser Paulo he pobre de espirito, amigo dos pobres; faz muita força em trazer o vestido velho e roto. Mostra muita caridade e exemplo de misericordia no esprital dos pobres da terra de que teve até agora sempre cuidado de mais de doze annos; no andar e falar simplez e mortificado. He livre, a todos diz o que quer; he tido em conta de homem do outro mundo. He todavia amigo de reger e de ir a cousa por sua cabeça, e senão, parece-lhe que tudo vai errado. Anda isento das regras, deixado em sua bondade natural por sua velhice e infermidade. He já mui cortado, parece que viverá pouco». Mss. S. J., *Goa* 24, f. 27v. Carta de Cochim a 15 de janeiro de 1560.

uma obediência dificultosa, que êle cuidou aterrorizado que o levaria ao sofrimento heróico do martírio, separou-o de Xavier e da vocação que em Portugal tão briosamente abraçara (1).

Também desejou acompanhar a Xavier e trocar o lustre de professor das Universidades pelas canseiras humildes de missionário o célebre Dr. Martim de Azpilcueta Navarro, lente de cânones em Coimbra, seu próximo parente (2). Mas o Santo lhe teve mão escrevendo-lhe que já ia muito avançado na idade nem teria fôrças para suportar os trabalhos que o esperavam a êle na emprêsa tão custosa da evangelização da Índia (3). Tinha nesse tempo apenas 48 anos de idade o afamado canonista, mas o corpo franzino, de aparência senil e magreza extrema, e a cabeça tôda coberta de cãs, como êle próprio se descrevia, demonstravam aos olhos que lhe não sobejava êsse vigor que requeria a longa viagem e as privações e sofrimentos do novo apostolado (4). Continuou portanto

---

(1) *Mon. Xav.*, I, 418; *Selectae Indiarum Epistolae*, 67; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. II, D. I, § 45-46; Schurhammer, *Der heilige Franz Xaver*, pag. 148, 165. Mansilhas faleceu santamente no ano de 1565 em Cochim, rodeado e consolado pelos Padres da Companhia, que lhe assistiram caridosamente. Cf. Sousa, *Or. Conq.*, l. c., § 46. Os catálogos posteriormente feitos, que enumeram os missionários que navegaram para a Índia, trazem entre os companheiros de Xavier um noviço chamado Diogo Rodrigues. Nem Teles, I, 53, nem Lucena, I, 72, nem Sousa no seu *Or. Conq.*, P. I, C. I, D. I, § 13, falam dêle. Xavier, que mais duma vez se refere a seus companheiros, só menciona dois: Paulo Camerte e Mansilhas. Cf. *Mon. Xav.*, I, 238, 248, 250, 252; Cros, *Vie*, I, 487.

(2) Martim de Azpilcueta, natural de Barasoain, e sobrinho do Dr. Navarro, ao depôr em 1614 no processo de Pamplona para a canonização de Xavier, disse que o mesmo Dr. Navarro e Francisco Xavier tinham entre si o parentesco de «tio e sobrinho». Cf. *Mon. Xav.*, II, 672. Não é injustificada esta designação de parentesco. A mãe de Xavier e o Dr. Navarro eram primos segundos; conseguintemente o santo apóstolo deve chamar-se primo do Dr. Navarro, ou também, por denominação às vezes usada, sobrinho.

(3) «Ubi [na Índia] etiam ipse jam pridem vitam finissem, nisi ille [F. Xavier], quando Ulissippone discessit, me jam senescentem, laboribus animo suo conceptis imparem judicasset, scribens ut absentiam patienter ferrem in terris, praesentiam sperans in coelis. Amen». Martini Azpilcuetae Navarri *Operum* T. III, pag. 275.

(4) «Quis neget corpusculo huic jam senili... macie, quae mortem referat, confecto et capiti jam omnino cano convenire potius ut quiescerem

em Portugal aquele oráculo da cadeira de cânones, mas sempre tão lembrado de seu ilustre parente, que lhe encomiava com freqüência nas suas obras o zêlo e grandeza de alma, e ainda aos noventa e dois anos de idade o recordava com juvenil entusiasmo e o propunha como modêlo aos homens de sua família (1).

Outros ainda, como já advertimos, entraram em desejos de seguir para a Índia o novo apóstolo do Oriente, mas ou lhes faleceu por fim o ânimo ou não souberam vencer as dificuldades. Xavier porém não descoroçoava, e com os poucos companheiros partia animado a cometer grandes emprêsas para a salvação das almas. Antes porém de deixar a côrte e a vila ribatejana, onde passara alguns meses, cumprira o dever que a cortesia e muita gratidão lhe impunham. Despedira-se do rei e magnífico bemfeitor D. João III.

O afecto desta última despedida só o poderemos avaliar pelo grande amor e estima que recìprocamente se dedicavam o rei piedoso e o fervoroso apóstolo. Encomendou o rei ao Santo

---

et laboribus antea exantlatis niterer et fruerer...». Martini ab Azpilcueta Navarri, *In tres de poenitentia distinctiones posteriores commentarii*, Coimbra, 1542, no Prólogo.

(1) «... Aetate mea duorum et nonaginta annorum admonente jam ultimum peregrinationis meae diem instare rogo te [Bernardo de Ezpeleta] ac per te omnes cognatos nostros... ut constantissime sequamini pietatem maiorum vestrorum... praesertim illius celeberrimi juxta ac pientissimi magni patrui tui Francisci a Xavierre et Azpilcueta, qui fuit unus de undecim primis Illustrissimi Ordinis Societatis Jesu...». M. A. Navarri, *Operum* T. III, pag. 643.

O Dr. Navarro nascera em Barasoain, perto de Pamplona, a 13 de dezembro de 1492, e faleceu em Roma aos 94 anos de sua idade a 1 de junho de 1586. Estudou em Alcalá, e em Tolosa de França; ensinou cânones em Salamanca durante 14 anos, e dali foi trazido por instâncias ou antes repetidas e expressas ordens do imperador Carlos V e da imperatriz D. Isabel para Coimbra, onde por 16 anos professou com brilho a mesma faculdade. Tudo êle resumiu elegantemente nestas palavras: «... triginta circiter annos ea jura pontificia docui, Salmanticae quidem 14 et Coimbricae Magestatis Regiae [D. Filipe] parentum jussu quintuplicato sexdecim... ego, quem Navarra tenuit [genuit?], Castella Nova Compluti educavit, Gallia virum fecit, Castella veges Salmanticae sublimavit, Lusitania ornavit, decoravit...». M. A. Navarri, *Ob. cit.*, T. I, 461. Cf. Aritiga y Lara, *El Doctor Navarro*, pag. 11; Cros, *Vie*, I, 172-175.

com singular encarecimento que o quisesse «informar largamente por escrito da disposição que na Índia observasse para a conversão daquelas pobres almas, mostrando-se muito compadecido da grande miséria em que estão metidas, e grandemente desejoso de que o Criador e Senhor delas não seja perpètuamente ofendido das criaturas, feitas à sua imagem e semelhança e remidas a tão grande preço» (1), e lhe desse conta pormenorizada do fruto que o zêlo dos missionários fôsse recolhendo (2).

Por fim meteu-lhe na mão quatro breves que sua Santidade lhe enviava para melhor autorizar a sua missão. Em dois dêles o constituía o Papa e ao P. Simão Rodrigues Núncios da Sé Apostólica nas regiões do Oriente e lhes concedia amplas faculdades que usassem no desempenho daquela dignidade, e nos outros dois os recomendava a David, rei da Etiópia, e «a todos os príncipes e senhores das ilhas do Mar Vermelho, Pérsico e Oceano e das províncias e regiões da Índia aquém e além do Ganges e além do Cabo da Boa Esperança e das terras confinantes» (3).

---

(1) *Mon. Xav.*, I, 240.

(2) Rodrigues, *Mon.* 522.

(3) Cf. *Mon. Xav.*, II, 119-128. — Os quatro breves constituíam e apelidavam Núncio da S. Sé também o P. Simão Rodrigues, porque foram assinados em Roma a 27 de julho, 2 de agôsto e 4 de outubro de 1540, quando ainda se não havia determinado que êle ficasse em Portugal. Valignano, *Mon. Xav.*, I, 7, e Orlandini, III, n. 41, com outros escritores, dizem que D. João III é que solicitou do Papa os breves que nomearam a Xavier Núncio Apostólico. Não julgamos exacta a afirmação. Ainda não podia D. João III saber em Portugal da vinda dos dois Padres e já D. Pedro Mascarenhas tratava de agenciar em Roma os breves de acôrdo com o P. Mestre Inácio, como se depreende da carta que da cidade de Bolonha escreveu a Inácio em 31 de março de 1540 (*Mon. Xav.*, II, 135, I, 233). Na carta diz que Pedro Doménech o avisara do que «até então era passado sôbre os breves para estes virtuosos Padres que hão de ir à Índia», e que o doutor Escoto, (Roberto Wauchop, arcebispo de Armagh), tomaria especial cuidado de os solicitar.

No século 18 ainda se conservavam os originais dos quatro breves na secretaria da Província de Goa «metidos em huma bolsa de veludo verde». Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. I, D. I, § 12. O Padre Cros no primeiro volume de sua obra *Saint François de Xavier, La vie*... pag. 188, escreve que além do breve comum que nomeava Núncios Apostólicos a Xavier e Mestre

As expressões em que Xavier manifestou ao monarca o seu muito agradecimento pelos breves que lhe entregava, e favores de que o tinha cumulado, devem-lhe ter saído do coração e dos lábios repassadas daquela íntima e suavíssima humildade que tão singela e naturalmente transparecia de tôdas as suas palavras e acções. Retirou-se profundamente comovido da presença de tão grande rei, e edificado da sua sincera piedade e intensíssimo desejo que mostrava do bem das almas. «É tamanho o zêlo que Sua Alteza tem da honra de Cristo Nosso Senhor e da salvação das almas, ponderava Xavier a S. Inácio, que é para dar infinitos louvores e graças a Deus vermos um rei que com tanto acêrto e tão piedosamente sente das coisas santas. Se eu não fôsse testemunha de vista como sou, não pudera crer o muito que nêle enxerguei. Praza a Deus Senhor Nosso acrescentar-lhe por muitos anos os dias de sua vida, pois tão bem os emprega e tão útil e necessário é a seu povo» (1).

Faltava despedir-se de seu grande amigo e companheiro o P. Simão Rodrigues (2). Nestas últimas horas em que a

---

Simão, passou Paulo III no mesmo dia, mês e ano, 27 de julho de 1540, outro breve que instituía Núncio sòmente a Francisco Xavier, «como se já então se previsse, observa o biógrafo, que Xavier não havia de ter a seu amigo Simão Rodrigues por companheiro na Índia»! No fim do mesmo volume, pag. 484, reproduz o breve, transcrito da *História da Companhia de Jesus na Índia* de Sebastião Gonçalves (Bibl. da Ajuda, cod. 49-IV-51). Mas Cros com uma audácia injustificável introduziu subrepticiamente no breve uma data que não tem o original, donde o copiou, metendo por êsse modo no documento pontifício um anacronismo evidente. Segundo êste, o Papa mandava Francisco Xavier como religioso da Companhia de Jesus — *dilecto filio Francisco de Xavier, socio Societatis de Jesu nuncupatae* — quando a Companhia de Jesus ainda não tinha existência canónica! O breve é pois muito posterior à data que lhe aplicou o autor da obra *Saint François Xavier,* e concede novas faculdades a Xavier, como a Núncio já de antes nomeado. O exemplar da Biblioteca da Ajuda não tem data nenhuma. É uma cópia feita em Macau.

(1) *Mon. Xav.*, I, 240.

(2) O P. Antonio Leite na sua obra manuscrita, L. I, C. II, (Bibl. N. L., n.º 4506) insinua que Xavier se despedira de Mestre Simão em Almeirim; mas é dificultoso de crer que Simão não acompanhasse até à nau aquele seu irmão e tão grande amigo. Xavier na carta que escreveu de Lisboa 20 dias antes do embarque, emprega a expressão «quando estávamos em

proximidade da separação aviva o sentimento da amizade e faz antecipadamente provar todos os amargores da saüdade futura, abriu-lhe Xavier a grande alma numa expansão de ternura fraternal que nos comove, e descobriu-lhe os segredos mais íntimos do coração. Em anos passados jazia doente Simão Rodrigues na cidade de Roma e assistia-lhe como enfermeiro Xavier, que dormia uma noite sôbre uma esteira junto ao leito do enfêrmo. A altas horas velava Simão e pôs-se a contemplar com edificação e complacência a seu companheiro, passando pela memória os exemplos de santidade extraordinária que nêle brilhava, quando o viu despertar-se repentinamente, e agitar os braços com tanta fôrça, que lançou pelo nariz grande cópia de sangue.

Debalde lhe quis então Simão Rodrigues arrancar o segrêdo daquela agitação e hemorragia; agora porém nos abraços de despedida lhe manifestou o Santo em confidência o que no passado lhe ocultara. «Haveis de saber, irmão Mestre Simão, lhe disse Xavier, que Deus me fêz a mercê tão assinalada de me ter conservado a minha virgindade, e naquela noite sonhava que íamos em caminho e numa pousada se chegava a mim uma donzela, e pretendia tocar-me com a mão no peito. Eu para afastá-la meneei os braços com tamanho esfôrço, que se me rompeu alguma veia donde lancei aquele sangue» (1).

Almeirim», referindo-se aos ministérios que ambos exercitavam na côrte, o que nos deixa entender que já se encontravam na capital (*Mon. Xav.*, I, 241); e Lucena com outros historiadores dizem que Simão acompanhara a Xavier até aos últimos momentos do embarque. *Lucena*, I, 76; Teles, I, 58; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. I, D. I, n. 13.

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 577. — Simão Rodrigues contou êste exemplo de rara virtude de Xavier ao P. Francisco Vázquez da Companhia de Jesus pelos anos de 1572 a 1573 na cidade de Montilla, onde Vázquez era reitor do colégio. Atestou êste «como sacerdote e como religioso» o que Simão lhe dissera, mas deve-lhe ter falhado a memória ao referi-lo 24 anos mais tarde em 1596, quando afirmou que Xavier descobrira o segrêdo a Simão no caminho de Roma a Lisboa. Xavier e Simão não foram companheiros nessa viagem. (Cf. *Mon. Ignat.*, l. c., pag. 570-571). Mestre Simão no seu opúsculo *De Origine et Progressu S. J.* (Rodrigues, *Mon.*, 502) ao tocar o facto diz que Xavier lançara o sangue em grande cópia pelo nariz, e que perguntado *alguns dias depois*, — post dies aliquot — por um dos compa-

Com êste ainda outro segrêdo confiou de seu amigo. «Lembra-vos, irmão, continuou Xavier, daquela noite do hospital de Roma, quando vos espertei com os gritos que soltava dizendo: *mais, mais, mais?* Quantas vezes me pedistes vos declarasse àquele sentimento, e eu sempre vos respondi que não fizésseis caso disso! Agora sabei que eu vi ali ou em sonhos ou velando, Deus o sabe, grandíssimos trabalhos, fadigas e apertos de fomes, sêdes, frios, caminhos, naufrágios, traições, peregrinações e perigos que se me ofereciam pelo divino serviço e amor. E o mesmo Senhor me dava então graça para me não fartar dêles, e lhe pedia mais e muitos mais com aquelas palavras que ouvistes. E assim espero em sua divina bondade que me cumprirá liberalmente nesta jornada os oferecimentos que ali me fêz e os desejos que ali me deu» (1).

Satisfeitas tôdas as dívidas de gratidão e de amizade, dirigiu-se o apóstolo das Índias para a praia de Belém, donde havia de fazer-se ao mar, e a sete de abril de 1541, dia em que completava 35 anos, largou da barra do Tejo seguindo o rumo do Oriente (2). Ia embarcado com seus dois companheiros na capitânia Santiago, que levava o novo governador

---

nheiros, declarara o que realmente sucedera. Mas no original português do mesmo opúsculo (B. N. L. ms. n. 4212, f. 87v) escreve *dai a certo tempo,* em vez de *post dies aliquot.* Comummente porém referem os autores a manifestação do segrêdo ao tempo das despedidas em Lisboa. Tursellini, *De Vita Francisci Xaverii,* pag. 257, Roma, 1596, conta o sonho como sucedido em Lisboa, e que Xavier o revelara estando já embarcado e a nau para dar à vela; Mestre Simão contudo (Rodrigues, *Mon.,* l. c.) escreve em têrmos expressos que o facto do sonho se dera nas casas que habitavam em Roma.

(1) Lucena, *Vida do P. Francisco Xavier,* ed. de 1600, pag. 41. Por estas palavras conta êste sonho ou revelação o P. Lucena que é, quanto pudemos averiguar, o autor mais antigo que o refere. Nos escritores coevos não encontramos memória dêste sonho de Xavier, mas desde o fim do século 16, fazem dêle menção os historiadores da Companhia. Cf. Orlandini, III, n. 43; Teles, I, 58; Bartoli, *Asia,* I, 20.

(2) Ao escrever a carta de 18 de Março de 1541, em que se despedia de seus irmãos de Roma, esperava Xavier largar do Tejo no dia seguinte, já que o dia 18 era sexta-feira e êle dizia: «partimos esta semana». (*Mon. Xav.,* I, 238). Contudo houveram de demorar a partida à espera de tempo

da Índia Martim Afonso de Sousa (1). Êste ilustre cavaleiro dava grandes esperanças e alentos a Xavier para a obra da conversão dos infiéis, «porque estivera na Índia por muitos anos, segundo escrevia pouco antes do embarque o santo missionário, era homem muito de bem, que essa fama gozava em tôda a côrte, e nas Índias mui bemquisto de todos» (2); e já do campo do seu apostolado confirmava os elogios que lhe dera em Portugal, e acrescentava que «era um senhor muito zeloso do serviço de Deus» e «bem inclinado a tôdas as obras pias» (3).

Com êste feliz prenúncio começaram as alterosas naus a deslizar pelo Tejo, e Francisco Xavier, depois de dizer o último adeus a Lisboa, em que lhe ficavam tão sinceras afei-

---

favorável até o dia 7 de abril, o que lhes ocasionou o contraste de terem de invernar em Moçambique. Cf. Cros, *Documents*, 377; Brou, I, 104.

Segundo tradição conservada em Lisboa, Xavier antes do embarque prègou naquela praia de Belém ao muito povo e fidalgos que acudiram ao bota-fora, e o púlpito móvel, onde o apóstolo do Oriente fizera ouvir pela última vez a sua voz na Europa, guardou-se na igreja do Mosteiro de Belém até o tempo em que D. Catarina, raínha da Inglaterra, o transferiu, diz-se, para o palácio da Bemposta. Cf. Cros, I, 190. Com o andar dos anos é fama que veio ter um púlpito, que se dizia de S. Francisco Xavier, à igreja de Santos o Velho, onde se guardava na tribuna da marquesa de Abrantes. Por morte da marquesa D. Maria Rita Correia de Sá, que faleceu pelos anos de 1868, foi vendido em Lisboa a Cristiano José Vicente, que aí por 1918 por sua vez o vendeu a António Mário Almeida Brandão, o qual o conserva na sua capela particular em Beiriz. Será êste púlpito o mesmo de que Xavier prègou em Belém?

(1) «Seguião a Capitania Santiago outras quatro naus, cujos nomes e de seus capitães merecem particular lembrança, já que tiverão a boa fortuna de virem em companhia de S. Francisco Xavier. Era capitão da nao S. Pedro D. Alvaro de Ataide da Gama, último filho do Conde Almirante D. Vasco da Gama, que vinha para entrar na fortaleza de Malaca. Francisco de Sousa da nao S. Cruz, Alvaro Barradas da nao S. Espirito e Luis Cayado da Flor de la mar». Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. I, D. I, n. 13. Cf. Gaspar Correia, *Lendas*, IV, 211.

(2) *Mon. Xav.*, I, 239. — Martim Afonso de Sousa, nascido em Vila-Viçosa no ano de 1500, navegou a primeira vez para o Oriente em 1534 numa armada de cinco naus por capitão do mar da Índia, e em princípios de 1539 voltou para Portugal. Cf. Gaspar Correia, *Lendas*, III, 578, 579; Sousa, *Oriente Conq.*, P. I, C. I, D. I, §§ 28-30.

(3) *Mon. Xav.*, I, 267. Carta de Goa em 20 de setembro de 1542.

ções, sentiria, ao engolfar-se já pelo mar largo, que os pensamentos e afectos lhe fugiam para o seu Oriente, e que o coração lhe pulsava de novo contentamento por ver que em fim se realizaram seus antigos pressentimentos e aspirações. Tinha bom motivo para julgar como avisos do céu os que antes lhe podiam parecer caprichos naturais da imaginação. Lembrava-lhe aquele sonho em que imaginava trazer aos ombros um índio ou escuro etíope tão pesado, que mal podia levantar a cabeça com tamanha carga, e da qual saía tão moído e quebrantado, como se realmente tivesse lutado com o negro. Passar-lhe-ia também pela memória o desusado fervor com que desde alguns anos discorria e falava sôbre a conversão das Índias à Fé de Cristo e das ânsias que sentia no peito de lhes ir dissipar com a luz e prègação do Evangelho as trevas em que jaziam (1).

E agora já lhe parecia que com a bênção de Deus que o encaminhava tão providencialmente, havia com efeito de lograr copioso fruto de seus trabalhos. Pessoas que estiveram na Índia por muitos anos e tinham voltado a Portugal, não lhe disseram repetidas vezes em Lisboa que a messe já lourejava para a colheita, e aquelas nações estavam maravilhosamente dispostas para receberem a fé cristã, e que certamente havia de converter alguns reis para vassalos do Rei eterno? (2) Esta esperança o animava para suportar as fadigas e vencer as dificuldades grandes que antevia, de tal modo que por maiores que houvessem de ser os sofrimentos, não encheriam os desejos do seu coração, e repetiria sempre a Deus que lhe desse ainda mais e mais trabalhos.

Emquanto Xavier ia absorto nestes pensamentos, não há dúvida que em Lisboa a saüdade de tão grande apóstolo acordaria contìnuamente lembranças de seu zêlo, santidade e encantadora fisionomia. Nem os exemplos de sua vida, que tanto abalo causou na côrte de Portugal, nem sua pessoa e maneiras, que singularmente prendiam a quantos se lhe aproximavam, jàmais passariam da memória dos portugue-

(1) Ribadaneira, *Vida*, L. II, C. XVI; Lucena, I, 50-51; Bartoli, *Asia*, I, 20-21.

(2) *Mon. Xav.*, I, 216, 222, 223, 238.

ses. As feições de seu rôsto que a todos acolhia com sorriso bondoso, devem ter ficado bem impressas na memória e coração daqueles a quem distribuíu os favores da sua caridade.

Passados anos no-lo pintará com visível complacência um missionário que Xavier, pelo ar de inocência que lhe brilhava nos olhos e iluminava o semblante, amava com predilecção. Foi Manuel Teixeira, que em 1551 aportava à Índia, e em Goa conheceu e tratou familiarmente ao santo apóstolo nos primeiros meses de 1552. Pelas feições que então se lhe gravaram na memória nos traçou quase trinta anos depois o seguinte retrato. «Era o P. Mestre Francisco de estatura antes grande que pequena; o rosto bem proporcionado, de côr branca e rosada, alegre e muito aprazível, os olhos negros, a fronte espaçosa, o cabelo e barba preta... Trazia quase sempre os olhos levantados para o céu, em cuja vista contam que achava particular consolação e alegria, como de pátria onde cuidava chegar alguma hora. Assim andava seu rosto tão alegre e inflamado, que inspirava alegria a quantos nele punham os olhos... Era muito afável para com os de fora, prazenteiro e familiar para com os de casa especialmente para com os humildes e singelos» (1).

Confirma e realça a pintura de Teixeira outro insigne missionário, Melchior Nunes Barreto, que no mesmo tempo conversou a Xavier e, penetrado de admiração, exclama em carta para seus irmãos do Colégio de Coimbra: «Oh! que coração incendido de amor de Deus! Com que flamas arde de amor do próximo!... Oh! que afabilidade que tem, sempre rindo com rosto alegre e sereno! Sempre ri e nunca ri, porque sempre tem uma alegria espiritual... e sempre recolhido em si, nunca se dissolve com as criaturas» (2).

Com estas prendas naturais maravilhosamente sublimadas pela virtude sobrenatural não é para admirar que em Portugal ficasse perene e agradável memória do Santo e se

(1) *Mon. Xav.*, II, 883.

(2) *Selectae Indiarum Epistolae*, 162. Carta escrita de Baçaím a 7 de dezembro de 1552.

conservassem muitas recordações do tempo em que Lisboa o possuíu como apóstolo [1].

3. — Quem mais se recordava de Xavier em Portugal era certamente o P. Simão Rodrigues, que tão pesaroso estava de o não ter acompanhado. Poucos dias depois do embarque dava a Inácio de Loiola a notícia, lastimando a sua pouca sorte de ficar em Portugal e o não ter seguido para o Oriente. «Meu irmão Mestre Francisco, dizia numa expressão de sentimento e saüdade, se partiu daqui aos 7 de abril com dois

---

(1) Na família Fronteira conserva-se religiosamente a tradição de que o santo Xavier, antes de embarcar para a Índia, celebrara missa na capela dos marqueses daquele título. «A capela é em forma de cruz e tem por orago a Senhora dos Desamparados... Os dois altares que terminam os braços da cruz são dedicados a S. Francisco Xavier e a Santo António». Marquês d'Ávila e Bolama, *Nova Carta chorographica de Portugal,* III, Lisboa, 1914, pag. 366. O Palácio está situado em S. Domingos de Bemfica a seis quilómetros de Lisboa. — No século 17 e 18 ainda havia a tradição de que Xavier algum dia viera em barco até Setúbal e desembarcara na praia contígua ao monte do Castelo de S. Filipe sôbre uma rocha, que se mostrava como memória do Santo. O autor da *Imagem da Virtude* (Franco, *Imagem... Lisboa,* 61), como já observámos, recorda esta tradição e procura encontrar-lhe fundamento provável.

No colégio de S. Antão o Velho, em Lisboa, também se mostrava um cubículo, onde se dizia ter morado Francisco Xavier. O facto porém de que o velho mosteiro foi, como veremos, dado à Companhia depois que o santo apóstolo partiu para a Índia, tira a credibilidade a essa tradição. Não é contudo improvável que Xavier tenha entrado algumas vezes no mosteiro. Até se assegura que chegou a ter particular devoção a N. Senhora do Bom Despacho, cuja imagem milagrosa se venerava na capela que se erguia no corpo da igreja do lado do evangelho. Cf. Cardoso, *Agiol. Lus.*, II, 425; Carvalho, *Corografia*, T. III, 409; Franco, *Imagem... Lisboa*, 68.

Também nos ficou em vaga tradição, que o apóstolo do Oriente se retirava a orar numa capelinha situada no jardim do mesmo mosteiro. A tradição durava ainda na primeira metade do século XIX. Em 1831 o rei Dom Miguel visitou essa capela já em ruínas, orou deante da imagem, bem que despedaçada, do santo apóstolo, a quem fôra, não sabemos quando, dedicada a capela, e mandou restaurar o pequenino santuário. Assim o referiu o P. Delvaux, da Companhia de Jesus, que então morava no mosteiro com alguns seus irmãos religiosos. Carayon, *Documents Inédits,* T. XIX, 304. Carta escrita de Lisboa a 28 de março de 1831. Julgamos porém que a capela só foi construída em anos posteriores à estada de Xavier em Lisboa. Os documentos coevos, que deveriam deixar-nos memória do devoto santuário, se já naquele tempo existisse, guardam sôbre êle silêncio absoluto.

companheiros» e eu «senti muito o seu apartamento» [1]. Assim era na verdade. Aquelas duas almas há muito que as uniam estreitamente os laços da mais pura e santa amizade, e já que não lograram ver-se nem abraçar-se nunca mais nesta vida, consolavam-se cada ano com a correspondência afectuosa que se trocavam. Francisco Xavier nos dez anos que ainda viveu, nunca pôde esquècer aquele antigo companheiro, nem sequer no meio dos contínuos trabalhos que lhe absorviam a atenção, os cuidados e a incansável actividade. Pelo contrário dir-se-ia que a distância e os sofrimentos lhe subiam de ponto e apuravam o afecto.

São extremamente comovedoras as expressões de ternura, que trasbordavam daquela grande alma de apóstolo para com o amigo ausente. Com insistência amorosa o convidava a ir trabalhar no campo vastíssimo que êle arroteava. «Se tantas fôssem vossas fôrças corporais como são as espirituais, rogar-vos-ia muito que viésseis» [2], e logo, acrescentando a razão particular do seu pedido, saía nesta protestação da mais fina amizade: «Deus sabe a verdade quanto desejaria ver-vos para muita consolação minha: isto deveis à vossa virtude e dons que Deus vos deu, que tanto me fazeis desejar vossa vista; e se êstes meus desejos se pudessem cumprir, sendo maior serviço de Deus ou igual de virdes cá, Deus sabe o gôsto e contentamento que levaria em ver-vos e servir-vos» [3]. Emquanto porém não saboreava êste prazer, ia apagando na correspondência epistolar os desejos e saüdades, e era, como êle próprio lhe confessava, tão desejoso de lhe escrever, porque lhe parecia que Simão Rodrigues provaria em ler-lhe as cartas a mesma satisfação que êle sentia em lhas escrever. Daqui vinha, dizia ainda Xavier, que não sabia achar fim às cartas quando lhas escrevia, pela grande consolação que em lhas escrever experimentava, sobretudo quando Simão Rodrigues o convidava com as suas [4].

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 521, 523.
(2) *Mon. Xav.*, I, 373.
(3) *Ob. cit.*, pag. 375.
(4) *Ob. cit.*, pag. 507, 512.

Nem havemos de cuidar que eram êstes cumprimentos cerimoniosos nem passageiros. A sinceridade franca de um afecto duradoiro e sempre vivo o levava a estas repetidas declarações. Já no último ano de sua vida, em 1552, ainda lhe fazia a afirmação da mais acrisolada e santa amizade. «Deus Nosso Senhor, escrevia, nos ajunte na glória do paraíso, pois nesta vida não sei quando corporalmente nos veremos. Sabei certo, irmão meu Mestre Simão, que vos tenho imprimido em minha alma, e porque continuamente vos vejo em espírito, a vista corporal em que tanto vos desejei ver, já não me dá tanto em que cuidar, como soía, e isto causa ver-vos sempre presente com minha alma» (1). E já quase na despedida dêste mundo e última jornada que o havia de levar às portas da China e à morte, mais uma vez lhe repetia: «Tanto desejo tenho de vos ver, irmão meu Mestre Simão, antes de acabar esta vida, que sempre ando cuidando como poderia cumprir os meus desejos» (2). Finalmente, como que antevendo a impossibilidade de o alcançar, termina a última carta que a Simão Rodrigues escreveu, rogando a Deus Nosso Senhor, que se fôr de sua maior glória, algum dia se venham os dois a juntar na China; mas se não suceder assim, que se encontrem «na glória do paraíso, o que será com maior descanso que o desta vida» (3). Tão grandes tesoiros de caridade e ternura cabiam no coração daquele admirável apóstolo!

4. — Nunca porém foi dado a Mestre Simão nem comprazer às instâncias de Xavier que amorosamente o chamava, nem satisfazer aos desejos que sempre o animaram daquelas missões do Oriente. Emquanto Xavier jubiloso de sua sorte navegava pelo alto mar, Simão curtia em terra a pena da separação e o sentimento de lhe terem embargado os ímpetos de seu zêlo que de há muito o impeliam para a conversão dos infiéis, e desabafava com seu Padre Inácio nestes termos de religiosa humildade: «Eu por meus pecados fiquei sempre privado de meus desejos por não ser digno de tanto bem

(1) *Ob. cit.*, pag. 715.
(2) *Ob. cit.*, pag. 728.
(3) *Ob. cit.*, pag. 733,

como Mestre Francisco» [1]. Todavia não deixava de se consolar com a esperança de que no ano seguinte «o rei lhe desse licença de ir onde estava» seu santo companheiro [2]. Mas a fundação da casa de Lisboa e do Colégio de Coimbra não lhe permitia naquele primeiro tempo ausentar-se de Portugal, e depois o rei persistentemente se negava a lhe conceder o que êle tanto anelava. Porque era grande o afecto que lhe tinha, e porque o julgava necessário ao bem do reino e de seus vassalos e indispensável para a consolidação e aumento da Companhia de Jesus em Portugal, não vinha em consentir que se afastasse da côrte portuguesa e navegasse para a Índia [3].

Contudo Mestre Simão não desistia de seus intentos. Em princípios de 1547 escrevia a Xavier que os seus desejos o incitavam a ir fazer-lhe companhia no campo de seu apostolado e ver o fruto de seus trabalhos; que entretanto que o não conseguia, punha sua consolação em lhe mandar obreiros e cooperadores que o ajudassem na santa obra que trazia entre mãos [4]. Nem podemos supor que houvesse neste empenho só veleidades ou caprichos de ânimo ligeiro. No fim dêsse mesmo ano de 1547 dava para Roma ao P. Martinho de S. Cruz a notícia de que «trabalhava quanto podia para ir acabar na Índia os seus poucos dias» e rogava-lhe comunicasse ao P. Inácio esta sua vontade e o certificasse de que já não era em Portugal tão necessário nem à Companhia, cujo principal colégio se ia terminando, nem às ocupações da côrte onde outrem o poderia com facilidade substituir [5].

Emquanto êle andava nestes pensamentos, começou a tratar-se de enviar às terras de Etiópia uma leva de missionários. Novamente se lhe atearam com mais veemência os antigos fervores de apostolado. Não quis perder o que lhe pareceu muito favorável ensejo e generosamente se ofereceu para a emprêsa. Apresentava as razões que no seu parecer

(1) Rodrigues, *Mon.*, 523.
(2) *Ob. cit.*, 525.
(3) *Epist. Mixtae*, I, 157.
(4) Rodrigues, *Mon.*, 559.
(5) *Ob. cit.*, 571; *Selectae Indiarum Epistolae*, 55.

deviam mover o rei a lhe conceder aquela que êle tinha por grande graça, e reforçava-as com a lembrança de que já fôra em tempos destinado pelo Sumo Pontífice para missões desta qualidade. «Far-me-á, dizia, Nosso Senhor muita mercê em me dar outros trabalhos e mais estes que há tanto tempo desejo» ([1]). Manda pedir instantemente a Inácio o seu consentimento e a sua bênção, pois com ela lhe parecia que Deus havia de prosperar êste negócio e sem ela não se faria nada que fôsse para a glória divina ([2]). Assevera-lhe que as coisas do reino pouco detrimento sentiriam com sua ausência, pelo contrário com sua partida haviam de receber muita edificação não só os da Companhia mas ainda os seculares ([3]). Passavam os meses, arrefecia na côrte o calor da missão, e o P. Simão Rodrigues refervia em santa impaciência vendo que lhe fugia o que êle tanto procurava. «O meu desejo, escrevia como desalentado, é grande de acabar naquelas terras; mas parece que Nosso Senhor não é disso servido, pois tanto me desvia os asos que, para isso se oferecem; porém eu espero em Nosso Senhor que, quando a mim ou àquela gente quiser fazer mercê, que nada o há de impedir» ([4]).

Nos últimos meses de 1548 volta a insistir com maiores encarecimentos na sua pretensão. Roga ao P. Inácio lhe aprove a sua ida para a missão de Etiópia, e chega a propôr expedientes, a que a boa prudência o não aconselhara. «A que escrevo a V. R. com o sangue de Jesus Cristo lha escrevo e com intenção de haver efeito, porque tenho tanto desejo a êste negócio, que nenhuma consolação tenho senão quando cuido que hei de cumprir êstes desejos e com êles me consolo em todos os trabalhos e distraïmento que o paço tem» ([5]). Mas como prevê que o monarca lhe há de negar a licença que tanta vez debalde lhe havia suplicado, descobre a Inácio a intenção que tem de partir sem o avisar, por estar certo

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 590.
(2) *Ob. cit.*, 591.
(3) *Ob. cit.*, l. c.
(4) *Ob. cit.*, pag. 601.
(5) *Ob. cit.*, 602.

de que o há de ter por bem depois de feito; antes o rei e a raínha se edificariam não pouco de verem que êle deixara os esplendores do paço, e se fôra sem licença por julgar que doutra sorte o não poderia efectuar (1).

Tão estranhamente preocupado estava Simão Rodrigues com o pensamento de não perder esta ocasião bem propícia, julgava êle, de realizar finalmente as suas aspirações, que chegou a insinuar a Inácio que aceitaria a dignidade de patriarca de Etiópia, se para ela o quisessem escôlher, e lá na Índia esperaria pela monção do ano seguinte para lhe enviar el-rei o despacho e êle entrar com os companheiros naquele império (2). Inácio respondeu-lhe que desejaria sim comprazer-lhe em tôdas as coisas, e lhe mandava a sua bênção, mas desaprovava que se ausentasse sem a devida autorização do rei (3).

Antes porém de lhe chegar esta resposta de Roma, nova porta se lhe abriu por onde êle cuidou podia entrar à evangelização dos infiéis. D. João III, desejoso de colonizar o Brasil e de o converter à Fé cristã, significou a Simão Rodrigues que escolhesse entre os seus e enviasse para aquelas terras do Ocidente os primeiros missionários. Êle ao receber a ordem real não se pôde ter mão que não pedisse a Sua Alteza com o fervor que lhe ministrava o zêlo ardente, lhe outorgasse nesta boa conjuntura a concessão de ir pessoalmente trabalhar naquele novo campo; e tão repetidas e fortes instâncias lhe soube fazer, que o monarca houve de ceder, e lhe concedeu a licença pedida; limitou-a contudo ao espaço de três anos, terminados os quais devia tornar a Portugal. Escreve apressadamente a Inácio, e dá-lhe parte que obtivera de el-rei permissão de ir por três anos missionar no Brasil, e que nos meados de janeiro de 1549 se embarcaria com dez ou doze companheiros (4).

Mas nem desta vez pôde o bom Padre Simão dar cum-

---

(1) *Ob. cit.*, 608, 609, 610, 611.

(2) *Ob. cit.*, 607, 610.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª. I, 291.

(4) *Mon. Ignat.:* ser. 1.ª, II, 307, ser. 4.ª, I, 666; *Epist. Mixtae*, I, 560; Polanco, I, 318-319; Teles, I, 435; Franco, *Imagem... Lisboa*, 90.

primento a seus desígnios de apostolado (1). A missão de Etiópia foi diferida para alguns anos mais tarde, e quando tencionava meter-se ao mar para o Brasil, chegou-lhe de Roma a notícia de que não podia vir para Portugal nenhum dos que êle desejava para o substituírem. O P. Martinho de S. Cruz falecera na cidade dos Papas a 27 do outubro anterior (2); Cláudio Jaio e Jerónimo Doménech, que Simão pedia nomeadamente, não era possível tirá-los das ocupações que os detinham, Cláudio em Ferrara e Doménech na Sicília (3).

Por êstes impedimentos e por negócios importantes que sobrevieram (4), permaneceu em Portugal Simão Rodrigues, sempre contrariado nos desejos das missões de além-mar. Assim, emquanto seu irmão Xavier assombrava o Oriente com seus trabalhos de apóstolo, com as conquistas de seu zêlo e com obras maravilhosas, Simão lidava na Europa, onde lhe sobrariam tribulações que o haviam de levar a terras estranhas, e lhe não faltariam trabalhos na fundação da Província portuguesa e das primeiras casas e colégios da Companhia de Jesus em Portugal.

---

(1) S. Inácio receava não fôssem bem regulados pela prudência sobrenatural êstes persistentes desejos, que impeliam Simão para as missões dos infiéis; contudo julgava que se devia condescender com êles nesta ida para o Brasil, confiando que tudo finalmente redundaria em glória de Deus, atendida a vontade santa e boa intenção, que o moviam nestas aspirações. Cf. *Mon. Ignat.:* ser. 1.ª, II, 307, ser. 4.ª, I, 666-667.

(2) «El Duque de Avero... a dicho al Rey que no ay quien pueda suplir la ausencia del Padre [Simão] sino él [P. Santa Cruz]. *Epist. Mixtae*, I, 561. Carta de 28 de outubro de 1548.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 591, 607; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, II, 307-308.

(4) Teles, I, 437; Franco, *Imagem... Lisboa*, 90.

CAPÍTULO IV

PRIMEIRAS FUNDAÇÕES EM PORTUGAL

Sumário: — *1. O mosteiro de* **S. Antão de Lisboa.** — *2. Toma dêle posse o P. Simão Rodrigues.* — *3. Seus primeiros habitadores.* — *4. Aceitação e fervor de ministérios.* — *5. Fundação do* **Colégio de Jesus de Coimbra** *e primeira habitação.* — *6. Cresce a comunidade dos doze primeiros fundadores.* — *7. Primeiras ocupações e fervores.*

1. — Simão Rodrigues bem que magoado continuamente pela saüdade que lhe deixou viva na alma seu irmão Francisco Xavier, e impelido sem cessar para as Índias pelo desejo de prègar aos infiéis a religião cristã, houve contudo de se conformar às disposições providenciais de Deus, e começou logo a cuidar na fundação do primeiro colégio da Companhia de Jesus na cidade de Coimbra. Das altas esferas porém não se dava a êste empreendimento a pressa que êle tanto desejava. Não era certamente descuido nem deminuïção de estima no ânimo do rei o que retardava a execução da grande obra. Conhecidos por demais são os vagares com que na côrte de D. João III corriam as negociações [1]. Mas esta lentidão mortificava a Simão Rodrigues e picava-lhe a impaciência.

Passaram alguns meses, e, como da côrte lhe não vinha

---

[1] «... La costumbre del Rey es ser largo en todos los despachos». *Epist. Mixt.*, II, 90. Carta de Pedro Doménech, de Almeirim, a 1 de março de 1549.

palavra sôbre o colégio que se havia de fundar, principiou Simão a recear que se tivesse esfriado o primeiro entusiasmo de D. João III, e revivendo-lhe na alma com o desânimo os antigos desejos das missões da Índia, pensou em lhes dar satisfação, e, já que se lhe impedia ou demorava o que o retivera na Europa, embarcar-se com todo o segrêdo para o Oriente na monção do ano seguinte. Descobriu seu intento a um italiano com quem tratava familiarmente em Lisboa, chamado Bernardino Escalceato, encarregou-o de aparelhar todo o necessário para a viagem, e prometeu recebê-lo na Companhia logo que as naus dessem à vela (1).

Esta resolução que, não obstante nascer de um zêlo não condenável, temos de qualificar de muito inconsiderada, atalhou-a inesperadamente, sem o cuidar, D. João III, que de modo nenhum esmorecera nos desígnios de estabelecer em Portugal para a Companhia o seminário de futuras missões. A um de setembro daquele mesmo ano de 1541 já Simão Rodrigues transmitia, não sem alvorôço, a seu Padre Inácio quase como segura a notícia de que o rei e a raínha estavam determinados em dar à Companhia casa em Lisboa, já construída, muito cómoda e bem situada. Era o mosteiro de S. Antão que se erguia na encosta do Castelo, da parte do Norte, no bairro que chamavam da Mouraria (2). Notava mais o P. Simão que a casa tinha sido noutro tempo convento de freiras, mas que elas o deixaram por ser fàcilmente devassado pelas habitações que lhe sobrestavam da parte de cima daquele monte. Acertava no que referia.

Fôra aquela estância em anos atrás mesquita de moiros. Quando D. Manuel no ano de 1496 se resolveu a lançar de seus reinos os sequazes de Mafamede (3), fêz mercê desta mesquita ao hospital de Todos os Santos, que a deu em aforamento para do fôro perceber algum lucro. Como porém

(1) Mss. S. J., *Lus.* 77, f. 1; Orlandini, III, n. 44; Teles, I, 77; Franco, *Imagem ... Lisboa*, 67.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 527. Carta de Lisboa, de 1 de setembro de 1541. Cf. Teles, I, 79. — Ainda em nossos dias se vê de pé o mesmo edifício, restaurado depois do terramoto de 1755, com a frontaria voltada a Poente, na rua que hoje se diz do *Marquês de Ponte do Lima*.

(3) Damião de Góis, *Chronica de D. Manuel*, I, C. 18, 20.

os foreiros não pagavam o que deviam, aproveitou D. Manuel a ocasião para anular o contrato de aforamento e converter a antiga mesquita num santuário dedicado a Nossa Senhora da Anunciada. Moveu-se o ânimo do rei a esta obra de piedade com ver que num arrabalde tão povoado de Lisboa como era aquele bairro da Mouraria, não tinham seus moradores nem igreja nem casa de oração. Para suprir essa falta deliberou «fazer doação e esmola a Nossa Senhora para todo o sempre das casas que foram mesquita dos moiros com todo o seu assentamento e casas e quintais e poço», e no ano de 1511 as entregou para êsse efeito a umas piedosas mulheres que viviam em recolhimento, segundo a regra da Terceira Ordem de S. Francisco. Pôs ao novo mosteiro a invocação de Nossa Senhora da Anunciada, e às freiras estabeleceu-lhes a condição de levantarem oratório em que se houvesse de celebrar missa, e todos os dias rogassem pelo rei que lhes dera aquela morada, e por seus sucessores «deante de Nossa Senhora» [1].

---

[1] «Dom Manuel... a quantos esta nosa carta virem, fazemos saber que vendo nos como os moradores do arrabalde desta cidade que foy mouraria, nam tem igreja nem outra casa doraçam no dito arrebalde em que posam ouvir missa, e como pela grande população do dito arrabalde he razam e serviço de Deos que se lhe de a yso remedio por serviço de nosa senhora, a nosa senhora nos praz por esta presente carta fazer doaçam e esmolla a nosa Senhora pera todo o sempre das casas que foram mesquyta dos mouros com todo seu asemtamento e casas e quymtaes e poço asy como tinhamos dado e o pesoya o espritall de todollos Samtos desta cidade de Lixboa a que de todo o dito asemtamento de mesquyta tinhamos feito esmolla, e asy como a nos pertence, na qual casa e asemto nos apraz que posam estar e morar Catherina de Christos e suas irmãas freiras da terceira Ordem da Regra de sam francisquo pera nelas servirem a noso Senhor e a nosa Senhora e todallas irmãas suas da dita hordem que aly por os tempos adiante quiserem estar e servir a noso Senhor na dita regra e a dita Catherina de Christos e suas irmãas, que agora aly vierem viver e estar em sua Relegião e profissão e asy aquellas que depos ellas vierem, seram obrigadas de fazer casa doratoryo com seu altar em a qual se diga mysa e sera a invocação da dita casa de nosa Senhora annunciada e nam fazendo a dita casa doratoryo com seu altar, ficara esta doaçam em sy nenhuma e as ditas casas e asemto ficara ao dito espritall e alem disto seram obrigadas de todollos dias fazerem oraçam por nos e nosos sobcesores diante de nosa Senhora, porque com esta condição lhe fazemos esta doação e es-

Passados apenas oito anos vemos que se mudara aquela primeira família do mosteiro. Autorizado por breve de Leão X de 1515, fêz o rei transformar a casa em convento de freiras dominicanas, e mandando vir do convento de Jesus de Aveiro algumas religiosas de virtude provada, constituíu-se a nova comunidade, que solenemente se encerrou no mosteiro a doze de novembro de 1519 (1).

Cresceu o número das moradoras, mas prestes se desgostaram do sítio que habitavam «pôsto em ladeira e senhoreado de outros mais altos, dos quais ficava descoberto e cativo. Ajuntava-se ser muito frio, e pelo mesmo caso pouco sàdio para naturezas delicadas; porque sendo assombrado da altura do monte e muralhas do castelo, que lhe tomam o sol nascente, ficava de todo sujeito aos rigores do Norte» (2).

Com a anuência de D. João III, que já reinava, acabaram por trocar a habitação que lhes desprazia, pelo convento de S. Antão, situado no vale risonho e aprazível de Andaluz, como então vulgarmente se chamava, ao lado da antiga Corredoura (3). A mudança efectuou-se com pomposa solenidade, saindo as freiras do mosteiro da Mouraria para a nova morada, bem acompanhadas em devota procissão. Os dois

---

molla... Lisboa a b dias do mes de setembro... de myll e bc e xj». *Arch. Hist. Port.*, V, 87-88. Carta de D. Manuel I, de 5 de setembro de 1511. Cf. Cardoso, *Agiol. Lus.*, I, 195, II, 424-425.

(1) Fr. Luís de Sousa, *Historia de S. Domingos*, P. III, L. I, C. III. — Segundo o que referimos do mosteiro de S. Antão, parece não ter fundamento o que nos conta o P. Teles na sua *Chronica*, I, 79-80, quando afirma ter sido o mosteiro fundado pela raínha D. Leonor para religiosas da Ordem de S. Domingos. Ajusta-se melhor com a verdade do documento citado a narrativa de fr. Luís de Sousa no lugar que apontámos.

(2) Fr. Luís de Sousa, *Ob. cit.*, l. c.

(3) Cf. Damião de Góis, *Ob. cit.*, IV, 645; Castilho, *Lisboa Antiga*, V, 98, 103. *A Corredoura* perdeu o antigo nome e chamou-se rua das *Portas de S. Antão*, rua de *S. Antão,* e é hoje representada pelas ruas *Eugénio dos Santos*, *Alves Correia*, e *S. Marta*. Os religiosos dêste convento pertenciam a uma Ordem de S. Antão, fundada em França em 1095, cujos membros, primitivamente leigos, foram elevados a Cónegos Regulares, sob a regra de S. Agostinho, pelo Papa Bonifácio VIII. Cf. Teles, I, 81; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, I, 74; *The Catholic Encyclopedia*, vol. I, pag. 555.

mosteiros trocaram também as invocações, levando as freiras para o seu o nome de Anunciada, e recebendo o da encosta do Castelo o de S. Antão [1].

Êste mosteiro porém, como todos os da Ordem de S. Antão em Portugal, há muitos anos que declinara de seu primitivo esplendor, ruíra para a decadência e, quando Simão Rodrigues chegava a Lisboa em 1540, já não era habitado de religiosos nenhuns daquela Ordem, mas estava reduzido a comenda que disfrutava, pela renúncia de fr. Afonso de Andrade, o bispo titular de Rusiona D. Ambrósio Pereira [2]. Tendo descido a êste ponto não era dificultoso ao P. Simão Rodrigues alcançá-lo para primeira casa da Companhia em Portugal.

2. — Gozava por êsse tempo de muita aceitação na côrte, fr. João Soares, prègador e confessor de D. João III. Do valimento e dedicação dêle se aproveitou Mestre Simão para conseguir o que desejava. Sucedera, segundo se pode colhêr

(1) Fr. Luís de Sousa, *Ob. cit.*, l. c.

(2) Cf. Bibl. N. L., mss. 7359, *Hist. da Comp. de Jesus* do P. Álvaro Lôbo, L. I, C. 26. — Há muitas incertezas na vida de D. Ambrósio, bispo de Rusiona, que outros escrevem Russiona, Rossiona e Rociona. A inscrição que ainda hoje se pode ver gravada em letras góticas na fachada da derruída igreja do Carmo em Lisboa, diz que «na era de 1523 a 30 dias do mes de agosto foi sagrado êste mosteiro por Dõ Ambrosio Bpõ de Rusiona...». A cidade que lhe deu o título era a que hoje se chama *Rüskö-Kechan,* situada na região da Trácia. Veja-se G. van Gulik et C. Eubel, *Hierarchia Catholica Medii et Recentioris Aevi,* vol. III, ed. 2.ª, Monasterii 1923, onde a pag. 288 se lê: *Russionen. (Rüsköi) in Thracia, Ambrosius Ulixbonensis O. Er. S. A., 1519 Dec. 23-1536 Feb. 11.*

Consta que Dom Ambrosio foi coadjutor e provisor dos arcebispos de Lisboa, cardeal infante D. Afonso e D. Fernando de Vasconcelos, e comendatário do mosteiro de Cárquere. Mas variam os escritores no lugar do nascimento que lhe assinam, pois uns o fazem natural do Pôrto, outros da Feira; divergem na Ordem religiosa em que dizem se filiara, dando-o como cónego de S. Antão, ou cónego regrante de S. Agostinho ou ainda eremita de S. Agostinho; nem concordam na Universidade onde se graduara de teologia, supondo uns que se doutorou em Coimbra e outros em Paris. Faleceu, como tem Nicolau de S. Maria, a oito de setembro de 1559 no mosteiro de Grijó, onde recebera o hábito e em 1555 se recolhera de novo; mas Cardoso no *Agiol. Lusit.,* afirma que fôra sepultado na casa do capítulo do mosteiro de Cárquere. Fr. A. da Purificação, *De Viris illustribus... Ordinis Erem. S. Augustini,* f. 24; Teles, I, 80, 85; Cardoso, *Agiol. Lusit.,* I, 74, 75;

dos documentos contemporâneos, que o rei D. João pensasse em aplicar o antigo mosteiro de Cárquere para rendimento do futuro colégio de Coimbra. Simão Rodrigues que primeiro que tudo queria ter uma casa em Lisboa, para haver nesta cidade aposento seguro e próprio, e não se ver obrigado a andar continuamente em casas de aluguel, apressou-se a falar a fr. João Soares; descobrindo-lhe as intenções do rei, ponderou-lhe que era preferível ter casa na capital, e lembrou-lhe que seria muito cómodo para seus intentos o mosteiro de S. Antão (1).

Aprovou a proposta o régio prègador e tomou à sua conta levá-la a bom efeito. Em um de setembro de 1541 já o rei por sua parte estava disposto e talvez de todo resolvido a conceder a Mestre Simão o que êle pretendia. Era ainda mister o consentimento do bispo comendatário D. Ambrósio Pereira, então ausente de Lisboa, mas que voltaria por todo aquele mês. Falou-lhe, apenas teve ensejo, fr. João Soares, e expôs-lhe a conveniência de largar à Companhia de Jesus a comenda em que estava investido, do mosteiro de S. Antão. D. Ambrósio que fôra dos primeiros que em Portugal se ligaram com Xavier e Simão Rodrigues em estreita amizade, veio fàcilmente no que se lhe pedia. O rei para o recompensar da cedência que fazia tão generosamente, prometeu-lhe o priorado do mosteiro de Cárquere (2).

Nicolau de S. Maria, *Chronica,* pag. 323, 501 segg.; Ribeiro, *Dissertações Chronologicas,* V, (Lisboa 1896) pag. 239-240; Santos Abranches, *Suma do Bullario,* pag. 133, n.º 969; Vitor Ribeiro, *A santa casa da Misericórdia,* pag. 181, 182; Bibl. N. L., mss. 1472 *catálogo dos esmoleres-mores,* f. 167.

(1) Mss. S. J.: *Lus.* 77, f. 1, *Lus.* 84, f. 17; Teles, I, 80, 81.

(2) O mosteiro de Nossa Senhora de Cárquere, venerando por sua antiguidade e situado a dois quilómetros de Rèsende no bispado de Lamego, era de cónegos regrantes de S. Agostinho. No ano de 1532 fêz D. João III mercê do priorado dêste mosteiro, em comenda, ao deão da sua capela D. Diogo de Ortiz, que oito anos depois em 1540 o renunciou em D. Duarte filho do mesmo D. João. Por bula pontifícia ambos foram a seu tempo confirmados na posse do priorado. Em seis de fevereiro de 1542, quando já Simão Rodrigues habitava o convento de S. Antão, ainda Paulo III, por bula dessa data, autorizou o infante a conservar a comenda de Cárquere, a-pesar de ser nesse dia eleito para administrador do arcebis-

Havida a determinação real e a renúncia que depois seria confirmada pela Santa Sé, do bispo comendatário, dispôs-se o P. Simão a tomar efectivamente posse do mosteiro. Freqüentava por êsse tempo com grande assiduïdade a conversação dos Padres da Companhia um jovem, moço da câmara de D. João III e escrivão dos contos del-rei, de nome Manuel Godinho, que, pela afeição que lhes ganhara desde quando ainda lidava em Lisboa Francisco Xavier, quis tomar parte nos trabalhos de preparação da casa e de alojamento dos novos moradores no velho mosteiro de S. Antão. Êle os ajudou a varrer as salas e quartos, e a transportar para ali e a pôr em ordem os móveis da habitação, em que tinham morado no Rossio (1).

Depois de tudo convenientemente preparado, passou-se para o mosteiro o P. Mestre Simão com seus companheiros no dia cinco de janeiro de 1542, véspera dos Santos Reis Magos (2). Nessa ocasião recebeu na Companhia a Bernardino

---

pado de Braga e futuro arcebispo. No ano de 1543 ainda a possuía D. Duarte que por vontade de seu augusto pai, tratou de a renunciar em D. Ambrósio Pereira. Faleceu porém o arcebispo eleito antes de se concluírem as negociações em Roma, e D. João III instou com o Pontífice para que provesse D. Ambrósio daquele mosteiro em comenda para tôda sua vida. Assim o conseguiu.

Dêstes factos históricos incontestáveis inferimos em primeiro lugar que o mosteiro de Cárquere não vagara, como escreveu Teles, I, 77, e Franco, *Synopsis Ann.* 1541, n. 4, por aquele tempo em que Simão Rodrigues procurava alcançar para a Companhia o de S. Antão, pois era D. Duarte seu prior comendatário; e em segundo lugar que não fôra, como dizem os mesmos autores, dado realmente em posse a Mestre Simão Rodrigues, nem êste conseguintemente o trocara pelo de S. Antão. O mosteiro de Cárquere foi unido ao colégio de Jesus de Coimbra no ano de 1561 pela bula *Ad apostolicae* de Pio IV, não por morte do bispo D. Ambrósio, segundo afirma Cardoso no *Agiológio Lusitano,* I, 74, mas por cessão do prior António Nogueira, cónego de S. Cruz de Coimbra, em quem poucos anos antes renunciara o priorado de Cárquere o bispo de Rusiona. Cf. *Corpo Dipl.*, II, 383, 386; IV, 319, 335; V, 27, 120, 234, 277, 299; XI, 452; Santos Abranches, *Suma do Bullario,* pag. 133; Teles, II, 881; Nicolau de S. Maria, *Chronica,* L. X, C. XI, pag. 323, L. XI, C. 29, pag. 502-503.

(1) Nadal, I, 556[4]; Mss. S. J., *Lus.* 77, f. 1.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 77, f. 1; Teles, I, 85; Franco, *Synopsis Ann.* 1542, n. 1. — Fr. João Soares, como tão amigo da Companhia, quis ir morar também no mosteiro com Simão Rodrigues que por estas palavras o refere ao

Escalceato ou Descalço, como também o diziam, jovem de seus vinte e três anos, natural da Lombardia, e trocou-lhe o nome no de Bernardino dos Reis em memória da festa que celebrava a Igreja (1). Foi êste mosteiro a primeira casa, que em todo o mundo teve, como própria, a Companhia de Jesus (2).

Deixou em memória o cronista Baltasar Teles que «o estado em que o P. Simão achou o mosteiro de S. Antão, quanto ao material, foi uma igreja velha, mal ornamentada, um dormitório pequeno com sua claustra correspondente à mais obra, com algumas oficinas mal acomodadas para o nosso modo» (3); e António Franco seguindo a Teles descreveu a casa como mesquinha, desacomodada, de poucos aposentos e aberta ao desabrigo dos ventos e da chuva (4).

A Simão Rodrigues porém não descontentava nem a casa nem o sítio (5); e seus companheiros medindo-a mais pela estreiteza de sua humildade, do que pelas conveniências de um futuro que não previam, achavam-se nela muito à larga e satisfeitos. Um dêles dava o qualificativo de grande à modesta igreja (6), e outro anunciava a Inácio que o rei lhes tinha dado «uma casa muito honrada, com sua igreja a modo

---

P. Mestre Inácio: «El predicador y confessor del rey es muy afectionado a la Companhia que quiso venir a posar con nos otros y agora se haze un repartimiento pera que nos posamos comunicar syn la gente de fora que busca a el o a nos, imquietar uno ni otros». T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 72, doc. 109. Carta de Lisboa a 1 de fevereiro de 1542.

(1) Bernardino serviu primeiro como coadjutor temporal e foi procurador das missões; mais tarde ordenou-se de presbítero, e faleceu santamente a 16 de maio de 1575. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 53, 204, 506.

(2) A casa de Roma que nêsse ano de 1542 habitava S. Inácio, e alguns afirmam ter sido a primeira casa da Companhia, era só tomada de aluguel. Em 1544 é que Inácio começou com os seus a morar em casa própria. Cf. Franco, *Synopsis Ann.* 1541, n. 10; Tachi Venturi, *Le Case abitate in Roma da S. Ignazio* (Roma 1899), pag. 26 segg., 34; *Le Camere di S. Ignazio de Loyola nel Gesù di Roma,* (Roma 1899), pag. 9, 10.

(3) Teles, I, 86.

(4) Franco, *Synopsis Ann.*, 1541, n. 10.

(5) «... casa muy buena y hecha para la Companhia ... y es mu buen lugar ...» Rodrigues, *Mon.*, 527.

(6) *Epist. Mixtae,* I, 106. Carta de M. de S. Cruz, de Lisboa, a 26 de agôsto de 1542.

de mosteiro com uma boa horta» ([1]). Em breve porém reconheceram e lastimaram a pequenez da habitação para os incrementos que tomou a Companhia em Portugal, e desgostaram-se do sítio, que lhes ficava fora de mão, e onde só com enorme dispêndio se poderia alargar a fábrica ([2]).

Mas a casa, ainda para aqueles princípios era estreita. Tinha uma portaria não somenos, que dava para um claustro ou pátio quadrado com dezasseis colunas, quatro por banda ([3]), sôbre as quais se lançava uma varanda em tôda a volta. No centro dêste recinto abria-se um poço de água para o serviço da casa. No primeiro andar estendia-se um dormitório, em que se acomodavam com apêrto os moradores dela, e nêste e no térreo havia alguma sala e quartos por onde se repartiam as oficinas e acomodações necessárias.

A igreja era na verdade pequena, mas devota e recolhida. No altar-mor, em que se guardava o Santíssimo Sacramento, havia um sacrário de boa escultura, guarnecido de imagens de vulto doiradas, que servia de retábulo por tomar tôda a extensão do altar. Os outros dois, que aos lados se erguiam, tinham também seus retábulos não desprovidos de preço artístico. Junto ao mosteiro havia a comodidade de uma pequena horta, tôda cercada de muro e plantada com árvores de fruta ([4]). Não era conseguintemente desprezível a casa para comêço de obra maior.

Pertenciam à mesma comenda outros mosteiros ou pre-

([1]) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 19v. Carta de F. de Vilanova. Lisboa, maio de 1542.

([2]) Mss. S. J., *Lus.* 77, f. 33.

([3]) *Litt. Quad.*, II, 496. Ainda hoje se conserva o claustro com o mesmo número de colunas.

([4]) Mss. S. J., *Lus.* 61, f. 280. Carta de Gaspar Álvares, de 7 de janeiro de 1565. No princípio de 1552 alargou-se consideràvelmente a horta com parte do monte que cedeu aos moradores da casa a Câmara de Lisboa «com muita benevolência, escreve um dêles, dando à Companhia honorífico testemunho alguns dos que governavam a cidade» (*Litt. Quad.*, I, 570). Depois se cercou todo o terreno à volta, a-pesar da oposição que algumas pessoas fizeram, e se abriu nele um fundo poço donde uma nora tirava água com abundância para regar as árvores e horta, e abastecer a casa, a que ficava sobranceira tôda a cêrca. Cf. *Litt. Quad.*, I. 570, 676, IV, 457; *Cartas de S. Ignacio*, IV, 515, VI, 555.

ceptorias, que assim lhes chamavam, e igrejas da mesma Ordem de S. Antão, de que entrou igualmente em posse o P. Simão Rodrigues para ajudarem à manutenção do Colégio de Coimbra. Eram o mosteiro de S. Antão de Benespera, cabeça e casa principal da Ordem no reino de Portugal, situado não longe da cidade da Guarda junto à ribeira que decorre com o nome de Teixeira pelo vale de S. Antão, mais dois oratórios: um que se intitulava também de S. Antão, na cidade de Santarém, fora dos muros, em Marvila, com sua casa e quintal, e outro de S. Antão da Aveleira na comarca de Pinhel, e finalmente a igreja de S. Domingos de Bèsteiros na diocèse de Viseu (1). Foram êstes os primeiros bens e propriedades que adquiriu em Portugal a Companhia de Jesus. Tinham sido e continuavam a ser bens da Igreja.

3. — Desta maneira entraram e se alojaram no velho mosteiro os novos habitadores, que não eram contudo em número tão pequeno como referem os antigos historiadores da Companhia. Contam êles que foram sòmente três, Simão Rodrigues, Gonçalo de Medeiros e Bernardino dos Reis, os que formaram a primeira comunidade de S. Antão (2). Mas além de um sacerdote «muito honrado e douto em direito canónico e prègador» (3), desde o mês de outubro do ano an-

(1) Cf. Tôrre do Tombo, *cartório dos Jesuitas*, maço 57; Teles, I, 82, II, 887. Estes mosteiros e igrejas foram anexados à Companhia de Jesus primeiro por cem anos pelo Núncio Apostólico Luís Lippomani, a 21 de abril de 1543, e depois perpètuamente por bula de Júlio III, de 19 de dezembro de 1550. No fim do ano de 1542 já o embaixador Baltasar de Faria agenciava em Roma a união dêsses mosteiros à Companhia, e a provisão do de Cárquere no bispo D. Ambrósio Pereira. Cf. Mss. S. J., *Lus.*, 84, f. 121, 123; Teles, II, 887-889; *Corpo Dipl.*, V, 120.

Dos dois principais mosteiros, a saber, do de Benespera e de Santarém, assim escreve Mestre Simão ao P. Inácio na citada carta de 1 de fevereiro de 1542: «Esta casa [de S. Antão de Lisboa] tiene dos otras casas anexas a sy: digo casas de religion, la quoal una está a doze ou treze legoas en una vila que dizen que sera de la grandeza de Salamanca: la otra está deserta que es muy aparejada pera retraymiento y de buenos ayres. T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 72, doc. 109.

(2) Orlandini, III, n. 80; Teles, I, 85; Franco, *Synopsis Ann.*, 1542, n. 1. *Imagem ... Lisboa*, 132.

(3) *Epist. Mixtae*, I, 75. Carta de F. Rojas, Lisboa, 5 de outubro de 1541. Cf. *Ibid.*, pag. 107. Não pudemos apurar quem fôsse êste douto sacer-

terior de 1541 viviam com Mestre Simão na casa que até 1542 habitara no Rossio de Lisboa, mais três membros da Companhia que Inácio de Loiola lhe enviara de Paris para a fundação do primeiro colégio [1]. Chamavam-se Diogo Mirão [2], Pôncio Cogordan e Francisco Rojas, e a três de outubro de 1541 chegavam a Lisboa e eram acolhidos pelo P. Simão Rodrigues com tamanhas demonstrações de caridade e alegria, que todos três se sentiram ìntimamente consolados e refeitos dos incómodos da longa e trabalhosa viagem [3].

Era o primeiro um jovem valenciano de vinte e cinco anos de idade, já mestre em artes, e começara o curso de teologia na Universidade de Paris [4]. Nesta cidade conhecera alguns da Companhia que seguiam os cursos universitários [5]; aproximou-se dêles, e movido de seus exemplos e palavras quis fazer os Exercícios Espirituais de Inácio de Loiola. Penetrou-se tanto das verdades da Fé, e manifestou sinais tão evidentes de ânimo alentado, que o P. Jerónimo Doménech, encarecendo o fervor do seu neófito, escrevia ao P. Inácio que, segundo as esperanças que dava, «havia de pôr fôgo na terra» [6]. A resolução dêstes Exercícios foi entrar logo na Companhia naquele princípio de 1541. Distinguia-se pelo bom engenho, provava-se douto e mais que tudo virtuoso [7]. Pelos anos adeante havia de ser parte grande nos sucessos da Companhia em Portugal.

Pôncio Cogordan era sacerdote provençal, de idade de quarenta anos, homem de rija compleição, de desusada actividade, de génio impetuoso e tenaz em suas opiniões, mas sempre virtuoso e animado de santo zêlo e dotado de rara

---

dote. Talvez que não perseverasse na Companhia, e assim se explique a falta de notícia posterior sôbre êle.

(1) *Epist. Mixtae.*, I, 76, 77; Polanco, I, 95.

(2) Em catalão *Miró,* em castelhano *Mirón.*

(3) *Epist. Mixtae.,* I, 75, 77; Polanco, l. c.

(4) *Epist. Mixtae.*, I, 78.

(5) Desde a primavera de 1540 mandara Inácio de Loiola alguns estudantes da Companhia a formar-se à Universidade de Paris. Polanco, I, 85.

(6) *Epist. Mixtae.*, I, 56. Carta de Doménech, de Paris a 15 de janeiro de 1541.

(7) *Ob. cit.*, carta citada de Doménech.

destreza para o manejo dos negócios. Fôra admitido na Companhia de Jesus naquele mesmo ano de 1541, e, depois de deixar Portugal, onde apenas se demorou três anos, havia de ser em Roma procurador geral da Companhia, e prestar desde 1558 serviços relevantes à Companhia de Jesus em França [1].

O último dos três nascera em Castela. Em Portugal estudou até o mês de maio de 1544, em que, depois de receber nesse mesmo ano a ordenação sacerdotal, foi enviado a ajudar a fundação do colégio de Valença em Aragão. Nos anos seguintes não deixou de trabalhar com proveito em Espanha nas ocupações que lhe confiaram; não se acabando porém de amoldar inteiramente com a obediência, já no ano de 1548 esteve em risco de ser lançado da Companhia, e por fim no ano de 1556 desertou de suas fileiras [2].

Com êstes se deu princípio à casa de S. Antão de Lisboa. Assim foram sete os membros desta primeira família religiosa [3]. Não decorreu todavia muito tempo sem que alguns jovens, atraídos pela virtude que resplandecia daquele recolhimento, não viessem bater-lhes à porta para se lhes juntarem como irmãos. O primeiro a quem receberam e abraçaram em casa foi Manuel Godinho, o moço da câmara de el-rei, que pouco antes recordámos. Desde o tempo que em Lisboa conhecera a Simão e Xavier e fizera em Almeirim confissão geral com o apóstolo das Índias, sentia uma atracção singular para aqueles bons Padres. Os seus entretenimentos e delícias eram acompanhá-los e conversar com êles; e, como o rei poisava no paço dos Estaus, onde Godinho também vivia, e os dois Padres moravam tão perto na habitação que D. João III lhes assinara no Rossio, quando se podia furtar às ocupações do paço, corria-lhes para casa a passar com êles o serão em íntima convivência.

[1] *Ob. cit.*, I, 74, 77-78; Nadal, II, 15-16, 54; Laines, *Mon.*, VIII, 279; Fouqueray, I, 222, 225, 231.

[2] *Epist. Mixtae.*, I, 157, 174, 181; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 588; Polanco, VI, 537; Astrain, I, 270-271.

[3] Eram êles: Simão Rodrigues, Gonçalo de Medeiros, Bernardino dos Reis, um sacerdote douto e prègador, Diogo Mirão, Pôncio Cogordan e Francisco Rojas.

Ao tempo que já Simão Rodrigues habitava na encosta do Castelo, ouviu Godinho o sermão que sôbre o mistério da Transfiguração de Jesus Cristo prègara na capela real, no segundo domingo da quaresma, a cinco de março, fr. João Soares; e no passo em que o régio prègador descrevia a S. Pedro fora de si e alienado dos sentidos com o sabor daquela pequenina gota dos prazeres da glória celeste, comparando, é o próprio Godinho quem no-lo refere, os bens do céu com os gostos desta vida miserável, sentiu o entendimento tão vivamente ilustrado com o conhecimento da glória eterna, e no coração um tão profundo dissabor dos contentamentos da terra, que lhe parecia que todo o seu interior tinha dado uma volta e se transformara. No mesmo tempo iluminou-se-lhe a alma com o pensamento de deixar o mundo e entrar na Companhia daqueles religiosos, e logo experimentou na vontade um forte impulso a seguir para onde o levava aquela luz que certamente baixara do céu.

Não hesitou um só momento o piedoso jovem. Naquele mesmo dia correu a S. Antão a pedir ao P. Simão Rodrigues que lhe desse um lugar entre seus filhos espirituais. Diferiu-lhe Simão o cumprimento do fervoroso desejo até o sábado seguinte, em que lhe disse que tornasse, e nêsse sábado, onze de março, o recebeu na Companhia. Tinha o esperançoso jovem vinte e três anos de idade, e era natural de Viana do Alentejo (1).

Começou logo a prova dos Exercícios Espirituais, que lhe deu Diogo Mirão, ainda não sacerdote, e terminados êles o mandou Simão a peregrinar até Santiago da Galiza com ordem de ficar na volta em Coimbra no vestido secular que usava, esperando os companheiros que haviam de ir fundar o colégio. Partiu a dezassete de abril, mas caindo enfêrmo

(1) Arq. do Gesù, Roma, *Interrogationes et Responsiones*, Vol. II, 68, 69, 80, *Examen* do P. M. Godinho; Nadal, I, 556[4]; Mss. S. J., *Lus*. 77, f. 1-2; Teles, I, 88; Franco, *Imagem* ... *Lisboa*, 137. Teles, l. c., Orlandini, III, n. 81, e outros dizem que M. Godinho era natural de Lisboa; mas êle próprio declarou no exame que lhe fêz o P. Nadal, Arq. do Gesù, l. c., que nascera em Viana do arcebispado de Évora, e o confirmam as cartas de ordens maiores e menores, que António Franco leu no cartório do Colégio de Coimbra. Cf. Nadal, I, l. c.; Franco, *Ob. cit.*, pag. 144.

à ida, naquela mesma cidade, de umas terçãs que o acometeram, não pôde passar adeante, e hospedou-se na companhia de um seu irmão carmelita, que estudava na Universidade (1).

O nome de Manuel Godinho muita vez o encontraremos no desenvolvimento desta história.

Ainda na primeira metade daquele ano de 1542 recebeu Simão Rodrigues entre os moradores de S. Antão outro jovem de família distinta, chamado Manuel Fernandes, que se havia de assinalar como fervoroso apóstolo do Alentejo. Nascera na cidade de Tânger em África, e desde pequeno mostrava entranhas de compassiva caridade com os pobres e singular inclinação para vir a ser prègador. Os exemplos e conselhos de Francisco Xavier e Simão Rodrigues lhe despertaram em Lisboa vocação para a Companhia. Não nos ficou em memória o dia de sua entrada na Religião (2).

Já no mês de agôsto dêsse mesmo ano se veio entregar à obediência de Simão, com exemplo notável de desprêzo do mundo, um sacerdote castelhano, de nome Francisco Neto. Era êle licenciado em teologia, prègador na sé de Lisboa, e muito da confiança do arcebispo D. Fernando de Vasconcelos e Menezes. Os seus sermões granjearam-lhe aplausos. Mas do trato familiar que travou com Mestre Simão, brotou-lhe na alma e amadureceu-lhe a resolução de o imitar no desprendimento da honra mundana, e realizou-o por maneira comovente.

Um dia, domingo treze de agôsto, subiu ao púlpito da sé, e depois de prègar com grande fervor, rematou o sermão por esta forma desusada falando a seus ouvintes: «Ou eu vos prèguei em todo êste tempo a verdade, ou vos tenho trazido até agora enganados. Se vos disse a verdade e vos aconselhei a pobreza, pudéreis com muita razão argüir-me: Como é que viveis no meio do mundo e nos prègais essa doutrina? Pois para que vos convençais de que é verdade quanto vos tenho prègado, desde hoje deixo quanto possuo, e me vou

(1) Arq. do Gesù, cod. citado; Mss. S. J., *Lus.* 77, f. 1-2; Nadal, l. c.; Franco, *Ob. cit.*, pag. 138.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 23; Teles, I, 92, 527; Franco, *Imagem ... Lisboa*, 145, 146.

direito a S. Antão para seguir a Cristo na companhia daqueles padres». Desceu do púlpito, e acompanhado de eclesiásticos da sé tomou o caminho do antigo mosteiro, onde, já pobre por amor de Deus, foi admitido na Companhia de Jesus.

Tôda a cidade recebeu salutar edificação dêste nobre exemplo, e até alguns dos sacerdotes da sé, que logravam grossas rendas, o quiseram imitar na generosa resolução, e foram à mesma casa a suplicar a Simão Rodrigues os aceitasse na Companhia. O eloqüente licenciado entrou logo em Exercícios Espirituais com um fervor que prometia grandes obras para o futuro (1). Não muito tempo depois passou a Espanha, e prègava em 1546 com grandes concursos e «fruto maravilhoso» na cidade de Valhadolide, onde faleceu naquele mesmo ano com sentimento geral da população (2).

Desta maneira se ia engrossando a pequena comunidade de S. Antão com personagens que Mestre Simão recebia em Portugal; mas já meses antes se tinham também acolhido debaixo do mesmo tecto mais cinco companheiros que de Roma directamente lhe mandara o P. Inácio, destinados na sua maior parte à fundação do colégio que se preparava (3). De feito pelo mês de abril chegaram Afonso Cipriano, Francisco de Vilanova, Martim Pezzano, Estêvão Baroello e Jacobo Romano, sendo os dois primeiros espanhóis e os outros três naturais de Itália (4). Sòmente Cipriano era sacerdote. Andava

---

(1) *Epist. Mixtae*, I, 108-109; Teles, I, 92; Franco, *Synopsis Ann.*, 1542, n. 12.

(2) Fabro, *Mon.*, 428; *Epist. Mixtae*, I, 310; Polanco, I, 189.

(3) Já em setembro de 1541 os tinha escolhido Inácio para a viagem de Portugal. «Inbiamos... cinco para Portugal, los quatro à los estudios de Coimbra, e el quinto, que es Cipriano para las Indias, donde fué Mtro. Francisco». *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 184. Carta de Roma, 20 de setembro de 1541.

(4) Polanco, 1, 95; *Epist. Mixtae*, I, 91; Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 19v. — Teles, I, 88, chama por equívoco Cipriano Soares ao P. Afonso Cipriano. Quanto ao tempo em que chegaram a Portugal os enviados de Paris e Roma, nem Teles, l. c., nem Franco, *Synopsis Ann.*, 1542, n. 4, acertam. Vilanova escreveu que chegara a Lisboa a 14 de abril de 1542 (Cf. Mss. S. J., l. c.). Por doença demorou-se alguns dias em Estella, na Navarra, e recobrando um pouco mais de saúde prosseguiu a viagem com os que lhe ficaram de companhia. Cf. *Epist. Mixtae*, I, 91-92; Astrain, I, 261.

já nos cincoenta e dois anos de idade, mas trazia vontade e alentos para vir a ser missionário da Índia. Em Portugal e no Oriente, para onde embarcou no ano de 1546, trabalhou sempre como ardente apóstolo, fêz notável fruto, e granjeou merecidamente opinião de santo a-pesar das asperezas e demasias em que trasbordava de quando em quando o fogo do seu zêlo abrasado (1).

Francisco de Vilanova não se recomendava pelo que de fora aparecia. Era já de trinta e três anos de idade, desprovido de letras, de aspecto rústico, pequeno de corpo, moreno de rosto; mas a virtude que lhe sobredoirava o exterior, a prudência em que primava e a energia de vontade tornaram-no depois um dos mais eminentes jesuítas de Espanha, para onde voltou, por falta de saúde, nos princípios de 1544 (2).

Os três italianos pouco também se detiveram em Portugal. Baroello houve de retirar-se quase imediatamente para Itália, a buscar nos ares pátrios o remédio à doença que se cuidou ter contraído pelos trabalhos da longa viagem (3); Martim Pezzano que os nossos chamavam também Parmesano, por ser natural de Parma, faleceu passado um ano ou pouco mais no hospital de Todos os Santos em Lisboa (4); e Jacobo Romano foi enviado para Espanha com Diogo Mirão no maio de 1544 a fundar um colégio na cidade de Valença; pouco depois tornou para Itália, onde saíu por fim da Companhia e morreu no hospital de S. João de Latrão em Roma (5).

Com o acréscimo dêstes últimos já na velha mesquita da encosta do Castelo se abrigava satisfeita e fervorosa uma

---

(1) Cf. Mss. S. J., *Goa* 24, f. 31v, carta de Melchior Nunes, de 15 de janeiro de 1560; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, IV, 377, 383; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. II, D. II, n.os 21-24.

(2) Era natural de uma aldeia, chamada Villanueva, junto a Plasência, onde nascera em 1507. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.a, I, 206; Astrain, I, 258 segg.; Franco, *Synopsis*, 1543, n. 7.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.a, I, 206; Polanco, I, 98.

(4) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 23.

(5) *Epist. Mixtae*, I, 174; Orlandini, IV, n. 126; Teles, I, 185; Bibl. N. L., mss. 4255, *Diálogos* do P. Ribadaneira, dial. 1.o.

boa comunidade de 17 membros, que no recinto das paredes domésticas e fora à vista dos homens dava provas de uma família religiosa bem constituída e disciplinada (1). Simão Rodrigues, ufano com o aumento da Província que se ia fundando com tão bons auspícios, escrevia no mês de maio de 1542 a seu Padre Inácio, que já contava na sua primeira casa cinco sacerdotes, os que vieram de Roma e Paris, três moços da câmara de D. João III, de boa família e muita edificação (2), um italiano e dois outros jovens de que não dá notícias particulares (3).

Estes eram os que Simão Rodrigues já tinha à sua obediência naqueles princípios da casa de S. Antão. Seria porém muito mais numerosa a nascente comunidade, se êle abrisse as portas a quantos lhe pediam entrada e não empregasse rigorosa escolha na admissão dos pretendentes. Via-se contìnuamente importunado de muitos que desejavam fazer parte da nova Congregação, e regozijava-se na sua alma e dava graças a Deus da afeição que a gente de Portugal manifestava à Companhia de Jesus (4).

4. — Aos que chegavam das nações estrangeiras o que mais agradàvelmente os comovia logo nas primeiras experiências, era a aceitação invulgar que Simão Rodrigues e, por seu intermédio, a Companhia de Jesus gozava na côrte de Lisboa. Com expressões transparentes de alegre entusiasmo o ponderavam repetidas vezes a Inácio de Loiola. «Podem acreditar, escreveu-lhe um dos primeiros, que está neste reino com tanta veneração Mestre Simão Rodrigues e a Companhia de Jesus, que desde o maior ao mais pequeno lhe estendem as mãos abertas, para de sua parte receberem seja

(1) Polanco, I, 95.

(2) Estes três moços da câmara deviam ser Manuel Godinho, António Cardoso e Lançarote de Seixas. De Godinho e Cardoso diz nomeadamente Martinho de S. Cruz que tinham sido moços da Câmara del-rei. Cf. *Epist. Mixtae*, I, 106.

(3) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 19.

(4) «...Soy muy importunado para recibir gente y cierto es para dar gratias al Señor em ver la affecion que la gente del regno tiene a la Compagnia...» Mss. S. J., *Epp.*, *NN.*, l. c. Carta de Simão a Inácio em maio de 1542. Cópia contemporânea.

o que for, como enviado da mão do Senhor a quem amam. Eu vi tanto bem nestes dois dias, que tenho para mim que Nosso Senhor se dignou enviar-me para o meio de gente tão aparelhada e desejosa de receber o Senhor e sua doutrina, para que minha dureza se quebrante e com o seu exemplo se aqueça a minha tibieza» (1).

No ano seguinte confirmava outro recém-chegado de Roma quanto se dizia sôbre o crédito do primeiro jesuíta português, certificando ao mesmo Padre Inácio de que «o rei queria muito a Mestre Simão, bem como a raínha e tôda a côrte» (2). Desta afectuosa estima nascia no monarca a delicadeza real, com que mandava atenciosamente visitar por seus camareiros fidalgos a quantos de fora vinham para a obediência de Mestre Simão, e a complacência com que se informava miüdamente do que lhes tocava a êles, ao P. Inácio e à Companhia de Jesus (3). Era um facto inegável o sincero aplauso com que em Portugal se acolhia Simão Rodrigues e a Corporação que êle representava.

Revelava-se porém de um modo surpreendente aquela simpatia e aceitação na grande afluência dos que acudiam a Simão e seus companheiros para receberem a doutrina e os sacramentos da Igreja. Êle próprio rogava instantemente lhe enviassem de Roma pessoa já formada que o ajudasse a recolher as rêdes que tão fàcilmente se enchiam. Nêste empenho via que dava gôsto ao monarca, do qual escreviam a Inácio que era coisa maravilhosa o desejo que mostrava de ter já não só estudantes, mas Padres da Companhia que trabalhassem com fruto na vinha do Senhor em Portugal (4). Mas aquele concurso cresceu extraordinàriamente a olhos vistos, quando se abriu a casa e igreja de S. Antão. As prègações e o número dos que se acercavam da mesa eucarís-

---

(1) *Epist. Mixtae*, I, 76. Carta de F. Rojas, de Lisboa, a 5 de outubro de 1541.

(2) *Epist. Mixtae*, I, 106. Carta de Martinho de S. Cruz, de Lisboa a 26 de agôstó de 1542.

(3) Cf. *Ob. cit.*, I, 76, 79, 105.

(4) *Ob. cit.*, I, 76, 78. «El Rei... está tan deseoso de haber algunos de la Compagnia, que hagan fructo, que es una cosa marabillosa». *Ob. cit.*, pag. 78. Carta de 5 de outubro de 1541.

tica aumentavam de dia para dia. Nos domingos e festas e também nas sextas-feiras nunca faltava sermão; a doutrina ensinava-se diàriamente (1).

A êstes piedosos exercícios afluíam todos os fidalgos e senhores da côrte de Lisboa e muita outra gente com tamanha porfia, que, se houvesse na igreja dez confessores assíduos, diz um contemporâneo, sempre teriam de que ocupar-se. Quase tôda a côrte se confessava cada oito dias, e os que menos se chegavam ao tribunal da penitência, o faziam cada mês. Facto era êste novo naquele tempo, e talvez estranhado (2). Distinguia-se entre os confessores pelo zêlo infatigável e destreza o P. Afonso Cipriano, e andava já tão bemquisto e acreditado na côrte, que a grande custo o deixaria el-rei embarcar no ano seguinte para as Índias (3).

Mas entre as ocupações de maior alcance e mais salutares conseqüências contavam aqueles apóstolos o cuidado, que tinham muito a peito, dos moços fidalgos da côrte, que o rei tanto encomendara a Xavier e Simão Rodrigues no dia das primeiras saüdações no paço dos Estaus. Concorriam aqueles jovens tôdas as semanas à igreja do velho mosteiro para purificarem a alma pela confissão, saborearem o pão dos anjos e receberem instrução ou lição de doutrina cristã, que lhes explicava um dos padres. Algum tempo tomou êste trabalho de doutrinar aqueles moços do paço o próprio confessor e prègador do rei, fr. João Soares (4).

Neste fervor edificante de ministérios se continuou por muitos mêses, quando se levantou inesperadamente contra êles, donde menos se devia temer, voz adversa e autorizada. O arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Vasconcelos e Menezes, com pretexto de que não sabia o que ali se praticava e ensinava, proïbiu a um dos padres de S. Antão confessar pessoa alguma, e a um religioso de S. Agostinho do convento da Graça, chamado fr. Francisco de Vila Franca, ordenou-lhe

---

(1) *Ob. cit.*, I, 92, 105, 107.

(2) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 19, 19v. Cartas de Mestre Simão e de Vilanova, de maio de 1542.

(3) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, l. c.

(4) Mss. S. J., *Lus.* 77, f. 2.

que não continuasse a prègar nem «lesse as lições que lia» naquela igreja [1].

Causou estranheza e desgôsto a ordem do prelado. D. Fernando de Vasconcelos não era, segundo se cuidava, muito afeiçoado à Companhia de Jesus, e nos anos seguintes lhe deu alguma vez mostra de menos estima [2]. Acudiu-se naturalmente a D. João III a solicitar o remédio. O monarca sem tardança escreveu carta ao arcebispo a significar-lhe o descontentamento que recebera de que se estorvasse uma obra de tanto serviço de Deus, da qual tamanho fruto se seguia em Lisboa; mandou-lha pelo Dr. Diogo Gonçalves que mais pormenorizadamente lhe declararia o real desagrado, e encomendava-lhe que não impedisse aquele bem nem acabasse com aquelas práticas religiosas que o próprio rei ordenara [3].

O arcebispo de sua parte respondeu à mensagem e queixa de D. João III não sem desassombro e com altivez, em que mal se disfarçava o despeito de se ver contrariado por quem menos quisera. Confessa-lhe que a maior pena que sentia, era a de saber que Sua Alteza tomara desgôsto por pequeno que fôsse, de acção que êle praticasse; que não era êle homem que houvesse de impedir aqueles ministérios, êle que tanta boa obra — e enumera-as longamente — fizera

---

(1) Fr. Francisco de Vila Franca, toledano, frade e reformador da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho de Portugal, para onde viera no ano de 1535 a pedido de D. João III, foi prègador de renome e confessor da raínha D. Catarina, e gozou de muito crédito na côrte portuguesa. Faleceu no convento da Graça de Lisboa a 21 de março de 1555. Cf. *Corpo Diplom.*, V, 136; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, II, 254, 263; fr. A. da Purificação, *De viris illustribus Ordinis E. Sancti Augustini*, f. 61.

(2) Em 1552, por exemplo, pedindo-se-lhe esmola para a Companhia, respondeu sacudidamente: «Que precisão tem o rei de duzentos apóstolos em Portugal»? (Polanco, II, 710). Contudo escrevendo-lhe em 1554 S. Inácio, para o conciliar, carta muito respeitosa a recomendar-lhe os da sua Ordem, respondeu em boa cortesia que os da Companhia de Jesus «podiam buscá-lo como a pai e irmão, porque com essa vontade e amor olharia sempre suas coisas, e teria delas particular cuidado». *Epist. Mixtae*, IV, 349. Carta de 20 de setembro de 1554.

(3) Bibl. N. L., Col. Pombalina, 196, f. 438. Carta de D. João III ao arcebispo de Lisboa, de Almeirim a 22 de dezembro de 1543. Cópia.

na diocese de Lamego, e empreendia agora no arcebispado de Lisboa; que o motivo que o resolvera a proïbi-las fôra porque lhe chegara aos ouvidos que as confissões dos moços fidalgos eram forçadas com se lhes fazer ameaças de dar aviso a Sua Alteza, se não fôssem à confissão, e porque, pedindo êle lhe fôsse dada conta do que lá se prègava e lia, lha não quiseram dar, como se não tocasse ao arcebispo sabê-lo, sendo que lhe competia tôda a jurisdição nas coisas eclesiásticas e espirituais, e nenhum de semelhantes ministérios se podia sem sua licença nem começar nem prosseguir; que êle tinha idade, saber e experiência que baste para intender nestas obras por si mesmo ou por meio de seus teólogos letrados; e se Sua Alteza julgava que lhe faltava esta capacidade, «fôra maior seu serviço ter feito mercê do arcebispado a outro»; mas deixar-se êle governar, no que lhe pertencia, por ordem ou insinuação de outrem, seria contra a dignidade de um arcebispo «a quem ainda não era dado tutor» [1].

Com esta liberdade continuava o prelado lisbonense desafogando em comprida carta o sentimento magoado e ferido. Mas é muito de reparar que só depois de se exercitarem por tanto tempo aqueles ministérios sagrados com tamanha concorrência e fruto, se lembrasse o solícito pastor de intervir com sua autoridade. Por isso não é sem fundamento a suspeita, como já então se interpretou, de que o arcebispo procedera daquela maneira por acinte contra fr. João Soares, com quem não corria, segundo se julgava, em muito amigáveis relações. As cartas do rei e do arcebispo o deixam entrever. Como quer que seja, a intervenção real deve ter pôsto fim ao litígio, porquanto os ministérios, que foram ocasião da divergência, não esmoreceram naquela primeira igreja da Companhia em Portugal. Assim o antigo mosteiro, transformado em casa da Companhia de Jesus, tornou-se desde 1542 um centro de fervorosa piedade na côrte de Lisboa.

---

[1] Tôrre do Tombo, *Corpo Chron.*, P. I, maço 74, doc. 45. Carta autógrafa do arcebispo D. Fernando de Vasconcelos a D. João III. Lisboa, 27 de dezembro de 1543.

5. — No meio das lides incessantes da casa de S. Antão o cuidado que mais que todos ocupava o espírito do P. Simão Rodrigues, era a fundação do Colégio de Coimbra. Cedo lhe viera a êle e a Francisco Xavier o pensamento desta obra que se lhes afigurava de grande alcance. Decorrera apenas um mês desde que Xavier pusera o pé em Lisboa, e já êle expunha ao P. Inácio a conveniência e facilidade convidativa de se estabelecer em Coimbra ao pé da Universidade um colégio da Companhia; que a boa aceitação que os padres encontravam em Portugal e a inclinação da gente do reino para as obras de piedade lhes davam bem fundadas esperanças de que seria emprêsa coroada de êxito feliz; entretanto porém que se lhes não deparava bom ensejo de falar ao rei nesta momentosa fundação, lhe rogava quisesse mandar-lhes instruções minuciosas sôbre a erecção dêstes colégios, dar-lhes as regras a que deviam conformar-se os estudantes, para receberem a devida formação, crescendo mais na virtude que nas letras, e indicar-lhes por fim quem os havia de governar. De tudo queria informar a D. João III no momento oportuno. Demais lhe advertia que não houvesse receio de que se viessem a levantar dificuldades à obra; que pelo contrário a gente do reino muito folgaria de ver abrir casas em que os da Companhia se recolhessem e formassem. Com esta ponderação e certeza escrevia Xavier nos fins de julho de 1540 (1).

Andados três meses novamente insiste no mesmo importante negócio, e pede a Inácio que os esclareça sôbre o modo de erigir «alguma casa de estudantes na Universidade de Coimbra», porque em Portugal, prosseguia o santo apóstolo, «temos muito favor e autoridade para obras pias» (2).

Emquanto êles andavam meditando êstes desígnios, D. João III espontaneamente e sem insinuações de ninguém se deliberou a pô-los em efeito. Contentara-lhe tanto o modo de proceder daqueles padres e satisfizera-se tão plenamente seu ânimo piedoso do fruto espiritual por êles recolhido nos poucos meses de sua residência em Lisboa, que assentou fundar um colégio e casa à Companhia de Jesus, para que,

---

(1) *Mon. Xav.*, I, 221. Carta de 26 de julho de 1540.
(2) *Ob. cit.*, I, 233. Carta de 22 de outubro de 1540.

aumentado o número de operários, crescesse igualmente e se difundisse tanto bem no povo que êle paternalmente amava e desejava tornar feliz. Tomou tão de-veras a peito a execução daquela emprêsa, segundo o conta Xavier, que tôdas as vezes que os padres o visitavam, lhes falava nos intentos que o animavam àcêrca do estabelecimento da Companhia nos domínios de Portugal (1).

Já nas últimas despedidas de Lisboa volta Xavier a lembrar ao P. Inácio a conveniência de escrever êle mesmo a D. João III para lhe agradecer o bom ânimo com que se resolvera a levantar casa e colégio à Companhia de Jesus, porque os portugueses, notava o santo apóstolo, são muito de cumprimentos, o rei folgaria grandemente com a carta de Inácio e se daria com esta indústria mais pressa à realização da obra (2). Parece que Xavier antevia profèticamente o grande bem que para todo o Oriente saïria do Colégio de Coimbra!

Para esta fundação é que o rei conservara em Portugal Simão Rodrigues, e teria começado a executar seus intentos logo que o primeiro missionário da Companhia largou do Tejo para a Índia, se não fôra o impedimento da guerra com os moiros que se tinham levantado na África e tomado uma fortaleza (3). No entanto insinuava que lhe enviassem gente que a seu tempo pudesse povoar o colégio. Simão Rodrigues mais de uma vez instou com o P. Inácio que se apressasse a satisfazer a vontade real, mandando sujeitos para Portugal e para a Índia, e pediu nomeadamente o P. Afonso Cipriano e também Ângelo Paradisi e Isidoro Esbrando, que muito desejava ter a seu lado por serem seus filhos espirituais (4).

---

(1) *Ob. cit.*, I, 237. Carta de Lisboa, a 18 de março de 1541.

(2) *Ob. cit.*, I, 243. Carta de Lisboa a 18 de março de 1541.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 521. A fortaleza de que se haviam apoderado os moiros, depois de prolongado cêrco e renhidos combates, era a de Santa Cruz do Cabo de Gué, de que tinha-o comando, como capitão, D. Guterre de Monroy. Caíra em poder do inimigo a 12 de março de 1541. Cf. *Corpo Dipl.*, IV, 362 segg.; Fr. Luís de Sousa, *Annaes*, L. II, C. 10, pag. 326; Fortunato de Almeida, *Hist. de Portugal*, II, 339; Andrade, *Chronica*, III, C. 26, pag. 119.

(4) Rodrigues, *Mon.*, 522, 523, 525; *Epist. Mixtae*, I, 78, 81.

Depois que lhe chegaram alguns de Paris e Roma, como já contámos, demorou-os por uns meses na casa de S. Antão para que ocupassem aquela nova morada, porque, julgava Simão, pudera parecer estranho no princípio ter casa e não haver quem a habitasse. Nesse tempo os ia cuidadosamente exercitando no fervor espiritual, em ministérios e no estudo [1].

Por fim resolveu-se a começar a obra, cuja realização lhe deu nome e lustre imorredoiro na história da Companhia de Jesus. O rei havia tempo lhe significara fôsse com os seus para Coimbra, e entretanto se acomodassem nalguma casa que pudessem conseguir, emquanto se não levantava o edifício do colégio [2]. Já no mês de abril dêsse ano de 1542 mandara Simão Rodrigues, como atrás contámos, o jovem Manuel Godinho em peregrinação, ordenando-lhe que a terminasse em Coimbra onde devia permanecer. Era intento do solícito superior que o antigo môço da câmara del-rei, vivendo entre os estudantes como um dêles, nos seus trajes de secular, fôsse com suas palavras dando a conhecer à Universidade e a quantos a freqüentavam, a Companhia de Jesus, e preparasse o terreno à boa aceitação do novo colégio, formando opinião favorável aos que brevemente viriam para o fundar. Quando êstes chegaram, havia mais de um mês que Manuel Godinho os aguardava em Coimbra, donde por doença não pudera passar adeante na sua viagem de peregrino [3].

De-feito a nove de junho de 1542, numa sexta-feira depois do dia solene do Corpo de Deus, partiu de Lisboa o P. Simão Rodrigues com mais doze companheiros, que entre todos os seus escolhera para fundadores do primeiro colégio da Companhia de Jesus [4]. Encaminharam-se a Coimbra e

(1) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 19.

(2) Mss. S. J., l. c.

(3) Arq. do Gesù, vol. citado, pag. 80, *Examen* do P. Godinho; Nadal, I, 557; Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 17; Teles, I, 89, 108 segg.

(4) Teles, I, 94, afirma que Simão levou para Coimbra onze companheiros. Errou na conta. A carta de D. João III ao prior de S. Cruz (Teixeira, *Documentos*, pag. 120), um catálogo do tempo (Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1) e o próprio Simão Rodrigues (Rodrigues, *Mon.*, 528) expressamente dizem que eram doze. Um dêsses companheiros que escreveu mais tarde

levavam muitas cargas de roupa diversa, para adereço da casa e alfaias de seus moradores. Era desusada a alegria de que trasbordavam suas almas, como testemunhou um dêles, porque de há muito esperavam com alvorôço aquela jornada (1). Entraram na cidade do Mondego a treze de junho, dia de S. António de Lisboa, e foram bater à portaria do mosteiro de S. Cruz a pedir hospedagem caridosa. Apresentaram ao prior, concelário da Universidade, D. Dionísio de Morais, a carta em que D. João III os recomendava, rogando-lhe os quisesse agasalhar na hospedaria ou em quaisquer outras casas do mosteiro, emquanto não achassem a habitação que lhes convinha, e lhes desse «tôda ajuda e favor que lhes cumprisse, para os pôr em ordem de seu ensino e doutrina» (2).

Observaram religiosamente os cónegos regrantes as recomendações do monarca. O prior D. Dionísio e o reformador fr. Brás de Barros, da Ordem de S. Jerónimo, acolheram os hóspedes com amor, ofereceram-lhes boa pousada nas casas

---

uma relação do facto, conta que Simão levara treze irmãos para a fundação do colégio; mas ou lhe faleceu a memória, ou meteu no número Manuel Godinho que lá os esperava em Coimbra. A relação a que nos referimos, conservada nos arquivos da Companhia de Jesus, mostra o contexto que é obra de um dêsses primeiros fundadores do colégio, e temos para nós que foi seu autor o P. Diogo Mirão. Não é comprida; apenas se estende por três páginas infólio e tem o título: «Principio de la fundation de Coimbra». Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 25-26.

(1) Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 25. Relação mencionada na nota antecedente.

(2) Teixeira, *Documentos*, pag. 120. Carta de D. João III, de 5 de junho de 1542. Cf. Nicolau de S. Maria, *Chronica*, P. II, 305, onde se publica a mesma carta. Não são unânimes os escritores ao notarem quem fôsse o prior de S. Cruz, que recebeu a carta de D. João III. O P. António Leite na sua história manuscrita do colégio de Coimbra (Bibl. N. L., mss. 4506, pag. 42) afirma que se chamava D. Bento; Teixeira (*Docum.*, pag. 120[1]) admite que era fr. Brás de Braga ou de Barros; Nicolau de S. Maria *Chronica*, P. II, pag. 305, Franco, *Synopsis Ann.*, 1542, n. 5, Fortunato de Almeida, *Hist. de Portugal*, II, 345, estão por D. Dionísio de Morais. São os três últimos autores que acertam. D. Bento foi Prior Geral de 5 de maio de 1539 até 5 de maio de 1542, e D. Dionísio foi eleito a 5 de maio de 1542. O Prior Geral do mosteiro tinha também a dignidade de cancelário da Universidade, por privilégio concedido por D. João III, que por isso dirigiu a carta ao «Prior Cancellario». Cf. Nicolau de S. Maria, *Ob. cit.*, P. II, pag. 55, 289, 291.

da hospedaria e trataram-nos com liberalidade religiosa (1). O cronista da Ordem de S. Agostinho acrescenta que «foram aposentados em o quarto alto e melhor da hospedaria, e iam comer irmãmente ao refeitório com os cónegos, dando-se-lhes demais da ração da comunidade sempre uma pitança, ainda que contra vontade do P. Mestre Simão que pedia se lhes não desse mais que a ração da comunidade» (2). Gozaram da hospedagem gratuita e generosa durante cêrca de um mês (3).

No entanto deu-se o P. Simão a procurar sítio e escolher casas para lançar os fundamentos ao seu colégio. Divergiam os pareceres dos que o podiam aconselhar. O reitor da Universidade, que era desde dezóito de maio do ano anterior de 1541 D. Bernardo da Cruz, religioso dominicano e bispo de S. Tomé (4), convidava-os a que fôssem poisar no mais alto da cidade. Pelo contrário fr. Brás preferia que tomassem assento na cidade baixa, talvez para os ter mais perto do mosteiro que êle reformara.

Depois de muito ponderar as utilidades e desconveniências da posição e casas que se ofereciam, resolveu-se com grande acêrto o P. Simão pelo mais alto da cidade, onde o sítio levava conhecida vantagem a quantos outros se lhe propunham, e tomou de aluguel para primeiro domicílio duas casas que pouco depois se compraram, pertencentes a Diogo de Castilho, mestre das obras de el-rei D. João III (5). Estavam elas situadas no fundo da Rua Nova del-Rei ou de

---

(1) Um dêstes hóspedes, na relação há pouco citada (Mss. S. J., *Lus.* 84) só menciona expressamente fr. Brás ao recordar o bom gasalhado que no mosteiro tiveram; mas a carta do rei e antigos escritores autorizam-nos a atribuir também a D. Dionísio a mesma genorosidade.

(2) Nicolau de S. Maria, *Ob. cit.*, P. II, pag. 305. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 25; Teles, I, 94-95.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 84, l. c.

(4) Cf. Soriano, *Revelações da minha vida,* pag. 263; T. Braga. *Hist. da Univ.*, II, 837.

(5) Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 25. Em 26 de outubro de 1542 pedia o rei ao juiz e vereadores de Coimbra dessem o seu consentimento para Diogo de Castilho vender as casas em que moravam «os estudantes da Congregação do nome de Jesus». Teixeira, *Docum.*, 123.

S. Sebastião (1) sôbre o monte que chamavam da Ribela (2), perto da porta da cidade que se abria no muro, da parte do Norte, sobranceiro à cêrca dos cónegos de S. Cruz, defronte de um outeiro a que dão o nome de Montarroio (3).

As duas casas porém, ainda que novas, eram pouco espaçosas para recolher com a largueza conveniente a tantos habitadores. Contudo trataram de se acomodar da maneira que lhes foi possível, e achavam-se tanto à vontade, que se julgavam aposentados com grandeza (4). Numa pequena sala térrea armaram uma capela para os ministérios sagrados, e dispuseram, segundo o permitia o espaço, os quartos de habitação e mais compartimentos que exigia o govêrno da casa.

Para estas moradas, assim distribuídas, se mudaram os hóspedes do mosteiro de S. Cruz no dia dois de julho de 1542 e deram princípio ao colégio que havia de ser um dos mais celebrados da Cristandade (5). D. João III entregara-lhes cêrca de setecentos cruzados para se proverem do necessário, oferecendo-se a ministrar-lhes ao deante o mais que faltasse, vestira-os a todos de pano superior ao que usava na côrte

---

(1) Esta rua vinha desde junto do muro da cidade que caía da parte do Norte, ia embocar noutra rua que subia da Feira e voltava para o colégio de S. Jerónimo e Porta do Castelo. Tinha êste nome porque el-rei a mandara fazer para construir ao longo dela as aulas e Gerais da Universidade e habitações dos lentes. (Cf. Bibl. N. L., mss. n. 4506, pag. 43; Bibl. M. do Pôrto, mss. n. 534, cap. 8). Chamava-se também de S. Sebastião, certamente por haver naquele monte uma ermida dedicada ao santo mártir. Teixeira, *Docum.*, pag. 115.

(2) Perto alargava-se a quinta da Ribela dos cónegos de S. Cruz, contígua à horta do mosteiro, como diz Nicolau de S. Maria, *Ob. cit.*, P. II, pag. 312.

(3) Cf. Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 17; Teles, I, 96. Esta porta devia ser a Porta Nova, da qual ia um caminho ao longo do muro até à Porta do Castelo (Teixeira, *Docum.*, pag. 26). Ficava no sítio onde depois os cónegos de S. Cruz edificaram o colégio novo de S. Agostinho ou da Sapiência.

(4) *Epist. Mixtae*, I, 106.

(5) Nos documentos coevos não encontrámos designado o dia em que principiaram a morar nas casas do novo colégio. Mas Franco, na *Imagem ... de Coimbra*, I, pag. 3, *Imagem ... de Lisboa*, pag. 69, *Synopsis Ann.*, 1542, aponta o dia 2 de julho, festa da Visitação de N. Senhora. Deve ter colhido a notícia em documento que não lográmos descobrir.

Simão Rodrigues, e dotou-os de livraria que lhe custara pouco mais ou menos cem cruzados (1). O P. Simão, a quem estava confiada a direcção suprema da Companhia no reino de Portugal, deixou-lhes regras que escreveu para a boa ordem do nascente colégio, nomeou-lhes para reitor a Diogo Mirão que, se bem não tinha a êsse tempo ordens sacras, sobressaía pelo talento, virtude e fervor, e voltou às suas ocupações de Lisboa (2).

Mas fiquem-nos em memória, como é justo, os nomes dos doze fundadores do Colégio de Coimbra. Divergem os autores no assinar o número dêles. Todavia a confrontação dos documentos coevos, que estudámos, autoriza-nos a enumerar os seguintes: Diogo Mirão, valenciano; Francisco de Vilanova e Francisco Rojas, castelhanos; Pôncio Cogordan e Francisco Onfroy, franceses; Ângelo Paradisi, Isidoro Bellini, Martim Pezzano e Jacobo Romano, italianos; Manuel Godinho, Manuel Fernandes e António Cardoso, portugueses (3). De todos êles já demos nas páginas anteriores alguma notícia.

Não formaram porém a primeira comunidade do Colégio de Coimbra todos os que para êsse fim trouxera de Lisboa o P. Simão Rodrigues. Um dos doze que tinham vindo da capital naquele dia nove de junho, emquanto demorou no mosteiro de S. Cruz, agradou-se por tal modo da convivência e vida dos cónegos regrantes, que não quis acompanhar os demais para o novo colégio, mas ficou naquela casa para irmão de seus religiosos, e foi efectivamente admitido pelos superiores na Religião de S. Agostinho com uma facilidade

(1) Rodrigues, *Mon.*,528-529.

(2) Mss. S. J., *Lus.*, 84. f. 25v; Rodrigues, *Mon.*, l. c.; Franco, *Synopsis Ann.*, 1542, n. 12 — Simão Rodrigues escreveu a Inácio que se demorara doze dias (Rodrigues, *Mon.*, 529); e o autor da relação sobredita (Mss. S. J., *Lus.*, 84) diz que os fundadores do colégio habitaram no mosteiro de S. Cruz cêrca de um mês. Os escritores porém desde os mais antigos referem que Simão acomodara os religiosos na nova casa e voltara para Lisboa. Mas se esteve em Coimbra sòmente doze dias, deve ter apenas escolhido a habitação, dado ordem como se havia de dispôr para acolher os novos moradores, e, antes da mudança, voltado para Lisboa.

(3) Cf. *Epist.-Mixtae.*, I, 106.

que não pôde deixar de causar estranheza. Eram contudo decorridos apenas poucos dias, quando o inconsiderado mancebo já repêso da sua leviandade, e desgostado do que antes lhe aprazia, despe o hábito dos cónegos, que tinha vestido, dirige-se ao colégio e lança-se aos pés de seus antigos companheiros suplicando-lhes que o admitissem novamente na Companhia (1). Vendo-o naquele arrependimento recolheram-no em casa, para que se não perdesse, até maior deliberação; mas entreouvindo êle o que se dizia a meia voz, que já não podia reentrar na Companhia por ter vestido hábito de outra Religião, saíu-se inesperadamente do colégio sem tomar licença do superior nem dar aviso a ninguém. Correm a procurá-lo, encontram-no e reconduzem-no a casa com todo o bom modo e caridade. E vendo que homem tão inconstante não tinha préstimo para a Religião, enviaram recado para Lisboa a seu pai que o mandasse buscar para lhe ser entregue (2). Era êste jovem, como cuidamos, um português de nome Lançarote de Seixas, um dos três moços do paço del-rei, que o P. Simão Rodrigues recebera na sua casa de S. Antão (3).

Foram êstes os primeiros habitadores do Colégio de Coimbra e viviam satisfeitos nas duas casas que dissemos terem alugado. Davam elas, segundo testemunho contemporâneo (4), aposento amplo para vinte estudantes; mas aquela pequena família começou a crescer, e o reitor da Universidade, querendo que morassem com maior comodidade, alcançou-lhes mais outra casa que êles imediatamente ocuparam.

(1) Teles, I, 97, observa que trouxera vestido o hábito só três horas; mas a relação coeva, já citada, tem que viera ao colégio a pedir a readmissão depois de passados no mosteiro alguns dias.

(2) Mss. S. J., *Lus.*, 84, f. 25-25v .

(3) Cf. Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 18. Carta de maio de 1542. — Nenhum autor declara quem fôsse êste desertor. Temos para nós que foi Lançarote de Seixas, que um catálogo contemporâneo (Mss. S. J., *Lus.*, 43, f. 1) enumera entre os que de Lisboa partiram para Coimbra, e os escritores desde o século 16 dão como um dos primeiros. Em 29 de junho dêsse ano já o não viu no colégio de Coimbra o P. Martinho de S. Cruz, mas aí encontrou os doze que acima mencionámos. Cf. *Epist. Mixtae*, I, 106.

(4) Cf. *Ep. Mixtae*, I, 106. Carta de Martinho de S. Cruz, de 26 de agôsto de 1542.

Com justificada complacência dá êle mesmo a notícia em carta para Lisboa acrescentando que «os estudantes da Companhia... estão agora muito bem aposentados e no sítio melhor da Universidade, de que êles se mostram bem satisfeitos» (1).

No decurso porém daquele primeiro ano já se foram dilatando consideràvelmente os espaços da primitiva habitação. Pelo mês de junho de 1543 alargara-se ela por mais algumas casas naquele mesmo monte (2), de modo que em outubro dêsse ano o reitor do colégio, Diogo Mirão, anunciava ao P. Geral da Companhia que estavam alojados desafogadamente nas muitas casas que lhes haviam dado. Tinham vinte e sete quartos, cinco salas, um refeitório espaçoso, e capela não pequena. Tôdas as janelas as haviam guarnecido de encerados, que Mestre Simão lhes mandara fazer (3). Desta maneira se iam estendendo por aquela Rua Nova, que nos anos adeante devia desaparecer absorvida na fábrica do grande colégio. As casas que nestes primeiros anos receberam para habitar eram daquelas que na mencionada Rua Nova del-Rei mandara construir D. João III para aposentar a sua Universidade, à qual as entregara por doação, passada em Lisboa a dezóito de julho de 1541 (4).

6. — Nesta habitação viviam sossegados e alegres os primeiros habitadores do colégio, gozando proveitosamente do bom ar daquelas alturas, do clima sàdio e da cidade, que muito agradàvelmente os impressionara (5). Nem os devia

---

(1) *Epist. Mixtae*, V, 630. Carta do reitor da Universidade, D. Bernardo da Cruz, de Coimbra a 22 de agôsto de 1542. O rei tinha por êsse mesmo tempo escrito a D. Bernardo da Cruz a dizer-lhe que aumentasse com outra casa o colégio aos estudantes da Companhia; mas quando chegou a carta real, já o reitor os havia provido com terceira casa. *Epist. Mixtae*, I, 106, V, 630.

(2) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 20. Carta de Martinho de S. Cruz, de julho de 1543.

(3) *Epist. Mixtae*, I, 143-145. Carta de Diogo Mirão de 31 de outubro de 1543. A portaria do colégio assim aumentado mudaram-na para as casas que habitara o Dr. Heitor Rodrigues. *Ibid.*, 144.

(4) Teixeira, *Documentos*, pag. 115-119.

(5) Simão Rodrigues assim escreveu ao P. Inácio: «... la ciudad es muy sana y bien situada, de modo que Angelo y Esbrando ... piensan que

menos alentar o benévolo e amigável acolhimento que encontravam em pessoas ilustres e autorizadas. Algumas murmurações que na cidade correram àcerca dos recém-vindos adeante as mencionaremos. O terceiro reitor da Universidade, D. Bernardo da Cruz, sinceramente se lhes afeiçoou, e em carta de vinte e dois de agôsto de 1542 pôde declarar que havia de ter para com êles atenções, como se foram seus próprios irmãos (1). Mas particularmente se assinalava nas boas expansões de amizade o doutor Mestre Henrique Cuéllar, lente de medicina, que os tomava como que debaixo de sua protecção e cuidado, e continuamente os visitava para ter ensejo de os obsequiar (2).

A satisfação de se não verem sós na cidade conimbricense, mas acompanhados e favorecidos de boas amizades, cresceu com a chegada do novo subsídio de irmãos que o P. Inácio de Roma lhes enviava. Eram cinco jovens que de fresco se tinham agregado à Companhia, e no abril daquele ano de 1542 partiram da cidade eterna em direcção a Coimbra onde entraram a vinte e nove de junho. Chamavam-se Martinho de S. Cruz, Hércules Bucceri, Guilherme Codure, Nicolau Lanciloto e António Criminal (3).

Os dois últimos haviam de assinalar-se depois nas missões do Oriente, para onde se embarcaram em 1545, o primeiro como reitor do colégio de S. Paulo de Goa, e o segundo como missionário e mártir da Fé na costa da Pescaria. Martinho de S. Cruz, castelhano, natural de Toledo, era homem de rara virtude, bondade e prudência, que o elevariam ao cargo de segundo reitor do Colégio de Coimbra, onde agora vinha

---

Dios los traxo acá para les dar salud, porque están tan buenos, que se espantan allar región, que no fuese el paradiso terrenal, tan conforme á sus complesiones». Rodrigues, *Mon.*, 529. Carta de 8 de julho de 1542.

(1) *Epist. Mixtae,* V, 630.

(2) *Epist. Mixtae.*, l. c.—Henrique Cuéllar, lente de prima na faculdade de medicina, estudara em Paris, e começou a reger a sua cadeira na Universidade de Coimbra a 2 de maio de de 1537. Cf. Soriano, *Revelações*, 166; Dr. Cerejeira, *Clenardo*, (Coimbra, 1926), pag. 95; Espasa, *Enciclopedia*, vb. Cuéllar, Enrique.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 207; Ribadaneira, I, 16, 17, 19.

cursar os estudos. Passados poucos anos voltaria a Roma a tratar negócios do seu colégio, e teria a sorte invejável de morrer santamente nos braços de seu Padre Inácio, a vinte e sete de outubro de 1548 [1].

Bucceri, italiano, depois de estudar em Coimbra até 1547, seria nesse ano mandado por Simão Rodrigues para Itália, mas, detido em Espanha por três anos, acompanharia em 1550 a Roma o duque de Gandia, Francisco de Borja, e não voltaria mais à península de Espanha [2]. Guilherme Codure era irmão de um dos dez primeiros fundadores da Companhia de Jesus. Em Portugal havia de sofrer contìnuamente os efeitos de uma saúde enfermiça, até que, agravando-se o mal, seria enviado em 1549 a França a buscar melhoria nos ares pátrios, e não bastando as fôrças a suportar os incómodos da viagem, viria a falecer antes de a terminar [3].

Assim aumentava a pequena comunidade e com o número crescia o fervor da vida religiosa e o bom odor da edificação. Desde o princípio começara a luz do bom exemplo a irradiar para fora das paredes do novo colégio, a comover suavemente os ânimos dos conimbricenses, e a atrair as simpatias da cidade sôbre aqueles religiosos na sua maior parte estrangeiros. «Todos estão dêles muito edificados», relatava para Lisboa o reitor da Universidade pouco mais de dois meses depois que êles tinham entrado em Coimbra [4]. Com a admiração da virtude principiaram alguns a sentir que se lhes despertavam na alma desejos de seguir aquela vida, que tão perfeita lhes aparecia, e logo no primeiro ano do colégio vieram jovens de boas esperanças bater-lhes à porta para os abraçarem como irmãos. O primeiro que obtemperou à voz de Deus, foi um sacerdote de Trás-os-Montes, chamado Pedro Lopes, que tinha cursado leis, homem de muita virtude e tão naturalmente bondoso, que era e havia de

---

(1) Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1. Carta de Miguel Botelho de 17 de janeiro de 1549; Astrain, I, 232.

(2) Cf. Rodrigues, *Mon.*, 557; *Epist. Mixtae*, I, 346, 362, 384; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, III, 339; Astrain, I, 277, 291.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 539; Polanco, I, 445.

(4) *Epist. Mixtae*, VII, 630.

continuar a ser muito bemquisto de todos. Foi recebido na Companhia a vinte e cinco de agôsto de 1542. [1].

Merece porém muito especial menção entre os que naqueles princípios deixaram o mundo para se recolherem ao Colégio de Coimbra, o P. João de S. Miguel, natural de Betanços na Galiza. Veio a ser um bom letrado, prègador de eloqüência não vulgar, e embebeu-se tão intimamente no genuíno espírito de S. Inácio, que todos o consideravam como uma coluna do edifício da Companhia de Jesus; e êle, depois de uma vida de união com Deus, de zêlo fervente e edificativa santidade, pôde atestar à hora da morte que «nenhum contentamento levava desta vida como morrer nesta santa Companhia» [2]. Apenas dez anos o haviam de lograr seus companheiros, de quem era singularmente querido, porque faleceu no colégio de S. Antão a quatro de dezembro de 1552. Entrara na Companhia a oito de novembro de 1542 [3]. No mesmo dia acrescentou aquele esquadrão de apóstolos Adão Francisco, estudante, que logo em 1546 havia de navegar para a Índia para a ilustrar como missionário insigne e merecer em sua morte, sucedida a dois de janeiro de 1549, os elogios de S. Francisco Xavier, que lhe canonizaram a virtude extraordinária [4].

Mas em Coimbra ateava-se intensamente na juventude universitária o santo desejo de desprezar o mundo e seguir a perfeição evangélica entre aqueles apóstolos. Ainda dentro do primeiro ano se lhes vieram juntar para abraçar o mesmo instituto alguns estudantes, que, pelas raras prendas que os adornavam, prometiam ser para o futuro homens eminentes na Companhia e foram com efeito missionários insignes das

---

(1) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1; Teles, I, 109. Era natural de Nogueira, do têrmo de Vila Real; residiu quási sempre em S. Fins, onde se ocupou no cuidado dos bens temporais. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 237, catálogo de 1565.

(2) Franco, *Imagem*, II, 394.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1, 23; Polanco, II, 397; Teles, I, 108; Franco, *Imagem,* II, 393-394. Teles e Franco dizem que o P. São Miguel era da cidade de Betancôr; não há porém na Galiza cidade com êsse nome. Escreveram Betancôr por Betanzos ou Betanços.

(4) *Mon. Xav.*, I, 506; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. II, D. I, § 50; Franco, *Imagem*, II, 395.

missões de Portugal. Adeantou-se a todos Melchior Nunes Barreto, que a onze de março de 1543 obedeceu à voz do céu que o convidava para a nova Religião. Foi o primeiro da Universidade, que entrou na Companhia (1). Terminara êle o curso de cânones, e querendo sacrificar generosamente a Deus a honra que lhe daria o grau académico, resolveu não se graduar de doutor e começar a vida religiosa com aquele rasgo de humildade cristã. Não esteve o P. Simão Robrigues pela resolução do fervoroso candidato, antes foi de parecer tomasse o grau com tôdas as solenidades do estilo. Concluídas as cerimónias, todos os doutores e graduados o acompanharam, como era costume da Universidade, até sua casa, que era desde êsse momento o Colégio de Jesus de Coimbra, e voltaram bem edificados daquele exemplo de desprêzo do mundo em dia de tamanho aplauso.

A edificação porém subiu de ponto com o sucesso inesperado que rematou a solenidade. Apenas entrou no colégio, quis o P. Simão Rodrigues provar-lhe a virtude por um modo que, se bem causou primeiro estranheza por desusado, deu novo realce à generosa determinação com que desprezara a glória mundana. Ordenou-lhe que tomasse às costas um carneiro, que ali estava esfolado, o levasse pùblicamente pelas ruas da cidade e o fôsse oferecer de propina ao doutor Marcos Romeiro, que tinha sido padrinho de doutoramento. Pontualmente executou a ordem o novel religioso. Ficou assombrado o doutor com aquela vista inopinada e com o estranho modo de propina, mas Barreto fàcilmente o sossegou com esta edificativa desculpa: «Êste é, senhor doutor, o vexame que depois do meu doutoramento, me dá a Companhia de Jesus, a-fim de me graduar no espírito de mortificação e desprêzo do mundo» (2).

Tão bons princípios de vencimento próprio deixam-nos conjecturar seguramente, quanto progrediria na escola de santidade, em que animosamente se matriculara. A virtude e excelentes qualidades o apontaram para ser escolhido por evangelizador do Oriente, para onde se embarcou no ano de

(1) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1v, *Lus.* 84, f. 18; Polanco, II, 358.
(2) Teles, I, 111; Franco, *Imagem*, I, 362.

1551 (1). Em 1555 foi o primeiro missionário que no século dezasseis penetrou na China, percorreu também o Japão e voltou para a Índia, onde depois de fadigoso apostolado faleceu a dez de agôsto de 1571. Era natural do Pôrto onde nasceu daquela distinta família, que deu à Companhia dois filhos ilustres, João Nunes Barreto, patriarca de Etiópia, e Afonso Barreto (2).

Seguiu-lhe de perto os passos, a vinte e um de março de 1543, o jovem Frutuoso Nogueira, do arcebispado de Braga. Sempre se houve em tôdas as ocupações como religioso exemplar, e sua virtude lhe mereceu a boa sorte de ser escolhido para missionário do Congo, onde chegou pelos meados de 1553, e esgotado de trabalho e doenças faleceu a vinte e um de outubro do mesmo ano (3). Quatro dias depois de Nogueira recolhia-se ao mesmo colégio um estudante natural de Coimbra, de nome Melchior Carneiro, distinto pela nobreza de sua família e pelo engenho. A virtude que sobrepujava os dotes naturais, o havia de levantar a cargos de grande importância. Foi o primeiro reitor do colégio de Évora e do de S. Antão (4); em 1555 embarcava para o Oriente, já escolhido por S. Inácio para bispo titular de Nicéia e sucessor do patriarca de Etiópia. As vicissitudes porém dos sucessos humanos o levaram a governar, como prelado, a igreja da China e Japão e a falecer em Macau a dezanove de agôsto de 1583 (5).

Um porém daqueles cuja entrada na Companhia de Jesus fêz maior abalo na sociedade portuguesa, foi D. Gonçalo da Silveira, a quem os moradores do colégio receberam de braços abertos a nove de junho de 1543, sabendo o tesoiro, que se lhes metia em casa. Provinha de família muito ilustre por nobreza, como filho de D. Luís da Silveira, primeiro conde da Sortelha e de D. Brites de Noronha, filha de D. Fernando

---

(1) *Litt. Quad.*, I, 276.

(2) Cf. Teles, I, 109, 199; Franco, *Imagem*, I, 361 segg; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. II, D. II, § 41-44.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1v, 23; *Cartas de S. Ignacio,* III, 534; Teles, I, 112.

(4) *Litt. Quad.*, I, 473; Polanco, III, 422.

(5) Franco, *Imagem*, I, 267-269.

Coutinho, marechal do reino; estava na flôr da juventude com seus vinte e dois anos de idade e era um dos principais estudantes da Universidade de Coimbra (1). As esperanças que dava de sua pessoa, eram prometedoras de um futuro brilhante. «É jóvem de profundo e ponderado juízo e para muito», escrevia Diogo Mirão para Roma comunicando ao P. Inácio a nova do bom filho que recebia em D. Gonçalo (2).

Foi tal a decisão com que deixou as vaidades terrenas e quanto tivesse aparências de honra mundana, que edificava o mais que se pode dizer a seus irmãos espirituais, e maravilhava tôda aquela Universidade. Nos santos Exer-

(1) D. João III, deu a D. Luís o título de conde da Sortelha em carta passada em Coimbra a 27 de julho de 1527. Cf. Caetano de Sousa, *Hist. Geneal.*, III, 494. São inconciliáveis as notícias que dão os escritores desde os mais antigos, sôbre a idade de D. Gonçalo da Silveira. Nos princípios do século dezassete, em 1612, publicava o P. Nicolau Godinho a vida em latim do santo religioso — *Vita Patris Gonzali Sylveriae* — e assinava-lhe para ano do nascimento na vila de Almeirim o de 1526, notando que aos 17 anos de idade fôra por seu irmão D. Diogo enviado a estudar a Coimbra. Os escritores que se lhe seguiram copiaram estas datas, e António Franco, *Imagem*, II, 2, cita ainda uma declaração de um sobrinho de D. Gonçalo, D. Álvaro da Silveira, na qual êste afirma que seu tio nascera a 23 de fevereiro de 1526. De seu lado escreve Nicolau de S. Maria, *Chronica*, P. II, pag. 306, que D. Gonçalo vivera seis anos como estudante, no mosteiro de S. Cruz de Coimbra, antes de entrar na Companhia; e é certo que em 1540, como se lê no livro primeiro dos *Autos e graus e provas do curso da Universidade*, estudava rètórica (Cf. *O Instituto*, vol. 71, pag. 250) em Coimbra. Ora se admitimos que o santo mártir do Monomotapa veio à luz em 1526, nem pôde ir aos 17 anos para Coimbra, nem também morar seis anos no mosteiro dos cónegos regrantes, a não ser que o metamos aos onze anos nos estudos da Universidade! Os escritores acima citados não advertiram que, se tivesse nascido em 1526, faria precisamente os dezassete anos, quando se deliberou a entrar na Companhia em 1543! Estas implicâncias inclinam-nos a admitir que andava pelos 22 anos de idade quando foi recebido no colégio de Coimbra, como escreveu nessa mesma ocasião para Roma a S. Inácio o P. Martinho de S. Cruz (Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 20v. Carta de junho de 1543), e conseguintemente nascera ai por 1521. Teles é quem mais se aproxima desta data, pois lhe dá vinte anos de idade no ano em que trocou o mundo pela Religião. Cf. Teles, I, 113; Nieremberg, *Varones ilustres*, II, pag. 307 segg.; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. V, D. II, § 40; Franco, *Imagem*, II, 1 segg.

(2) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 20v.

cícios, em que o dirigiu Diogo Mirão, penetrou-se tão intimamente das verdades eternas, que parecia tê-las gravadas no coração. Tornaram-se elas a norma certa de seu proceder e o móvel de tôdas suas aspirações. Pasmavam quantos viam ocupar-se agora, como criado submisso no serviço da cozinha e da casa, aquele brioso mancebo que pouco antes saía nobremente acompanhado de três moços e de um lacaio [1]. O mais de sua vida correspondeu cabalmente aos princípios de tamanha espectativa, que se houve sempre como santo em Portugal, na Índia e na África até dar o sangue pela Fé cristã em 1561 na côrte de Monomotapa.

Ainda no mês de junho, cinco dias depois da admissão de Silveira, aumentava a nascente comunidade do colégio outro jovem também de muita nobreza e virtude. Era D. Rodrigo de Menezes, filho de D. Henrique de Menezes, governador de Lisboa, e dotado de raro talento e memória tão prodigiosa, que repetia à letra um discurso, que uma vez ouvisse, por extenso que fôsse [2].

Não sem fundamento receou Diogo Mirão, que viessem os parentes perturbar os dois nobilíssimos jovens no sossêgo da vocação que tão ponderadamente haviam escolhido. Aconselhado por êste temor prudente saíu com êles de Coimbra e retirou-se a uma quinta de pessoa amiga a duas léguas para além do Pôrto, onde lhes deu, como é uso na Companhia, os Exercícios Espirituais [3]. Não foram vãos os receios do reitor do colégio. Emquanto os dois noviços demoravam no seu retiro entregues, no sosssêgo e paz de seu espírito, à consideração das verdades da Fé, armou-se contra êles uma tempestade, que lhes pôs à prova a sua constância, mas só lhes realçou a firmeza do ânimo e a valente resolução com que tinham fugido às grandezas do mundo.

Quando tornaram a Coimbra e se divulgou a notícia de que se tinham incorporado na Companhia de Jesus, foi grande o alvorôço na côrte, e os parentes de ambos fizeram extremos para os arrancar da Religião. Correu a Coimbra o

---

(1) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, l. c.; *Epist. Mixtae,* I, 163.

(2) *Epist. Mixtae,* I, l. c.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 18; Teles, I, 115; Franco, *Imagem*, I, 729, II, 5.

segundo conde da Sortelha, D. Diogo da Silveira, irmão de D. Gonçalo, armado com cartas do rei para que lhe não estorvassem o ver-se com seu irmão, e acompanhado de religiosos de outras Ordens, que o ajudassem na batalha que ia ferir.

Contra D. Rodrigo também seu pai se resolveu a sair a campo. Como não podia entrar pessoalmente na refrega pelos negócios que o retinham em Lisboa, mandou à cidade do Mondego seu filho morgado, D. João Telo de Menezes [3], seguido de numerosa comitiva com o encargo de lhe trazer para casa o irmão.

Ambos empregaram, cada um por sua vez, tôda a fôrça de suas artes para persuadirem os irmãos que desamparassem aquela Religião, a que se haviam entregado. As razões eram as que se costumam apresentar em lances desta qualidade. Alegavam o desgôsto e deshonra, que suas famílias, de tanto lustre no reino, haviam de sofrer de os verem naquela baixeza; lembravam as saüdades e lágrimas dos pais; ponderavam a crueldade deshumana de os deixarem, e o inconsiderado da resolução que pessoas de bom entendimento avaliavam por loucura, e por fim os exortavam a que voltassem aos braços carinhosos da família. Os dois noviços porém não se moveram um ponto da sua determinação, antes lhes responderam com a firmeza que se esperava dos brios de sua juventude, da idade em que já eram homens, e da sisuda consideração, com que escolheram a vida religiosa na Companhia. Com tal fôrça de razões e tão íntima persuasão lhes falaram, que êles houveram de se desenganar, que nada conseguiriam de homens daquela têmpera.

D. João Telo voltou para Lisboa e apresentou-se vencido ao pai, que o tachou de covarde e homem para pouco. Mas êle por seu descargo lhe respondeu: «Não fiz eu, senhor, tão pouco em me voltar para casa e não me ficar com meu irmão; porque tais foram as razões que me deu, que

(3) D. João Telo foi, quase quarenta anos depois, um dos cinco governadores do reino nomeados pelo rei D. Henrique, defendeu sempre a independência da pátria e morreu com a mágoa de que seus colegas entregassem o reino a Filipe II.

em lugar de o trazer para o mundo, corri eu muito risco de êle me levar para a Religião». Tão bem fundada e inabalável foi a deliberação, com que os dois jovens fugiram do mundo que os acariciava, e se meteram na Companhia de Jesus a abraçar-se com a cruz do Salvador! [1]

No mesmo junho de 1543 veio, no dia vinte, juntar-se àquele pequeno, mas escolhido e já luzente esquadrão, mais outro jovem de vinte e dois anos de idade, nascido em Lisboa e chamado Luis da Grã. Estudara seis anos direito, e era homem de grandes esperanças, que realizou sendo depois o quarto reitor do Colégio de Coimbra, provincial, prègador e missionário do Brasil, onde faleceu, de todos venerado por sua virtude e zêlo comprovado, a dezasseis de novembro de 1609 com oitenta e seis anos de idade [2].

7. Foram sem controvérsia homens insignes os que a Universidade de Coimbra deu à Companhia já naquele primeiro ano da fundação do Colégio de Jesus, e para honra da Universidade portuguesa havemos de confessar que êles sobrepujavam, se os olhamos conjuntamente sob o aspecto de virtude e qualidades naturais, a quantos de Roma e Paris tinha enviado o Geral da Companhia, Inácio de Loiola. O próprio Diogo Mirão que a todos dirigira como superior, teve confiança, pelos anos de 1544, de expôr filialmente ao santo fundador que alguns inconvenientes padeceram em Coimbra por lhes não terem sido mandados naqueles princípios homens que se assinalassem pelas prendas de virtude e engenho, e que a experiência lhes ensinara que podiam escolher de tôda a Universidade jovens que mais por uma e outra coisa se distinguiam. Assim sucedera. No entanto eram geralmente homens de boa virtude os que de fora tinham vindo, e com a virtude não seria dificultoso suprir de algum modo o que lhes minguava de dotes naturais [3]. Daqui se originou

(1) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 20v-21; Teles, I, 140-145; Franco, I, 729-730, II, 5.

(2) Mss. S. J.: *Bras.* 5, cat. de 1574, f. 11, *Hist. Soc. J.*, 43, f. 65v; Teles, I, 115; Franco, *Imagem,* II, 220. Luís da Grã era filho, não legítimo, de pais nobres, cujos nomes não chegaram até nós. Cf. Rodrigues, *Mon.*, 586.

(3) *Epist. Mixtae,* V, 631. Carta de Mirão a S. Inácio, de Valência a 4 de agôsto de 1544. Dos que vieram de Roma e Paris a Portugal em 1541

que desde os primeiros meses de sua habitação em Coimbra pôde o reitor da Universidade, fr. Bernardo da Cruz, escrever dos moradores do novo colégio que «a sua vida e exemplo era de verdadeiros servos de Deus» ([1]).

De-feito no recinto das paredes domésticas andava acesa a chama do fogo espiritual, despertado mais e mais com o fervor dos que dentro nelas dia a dia se vinham acolher. Deus comunicava-se extraordinàriamente àqueles humildes religiosos, como no-lo deixou em memória um dos primeiros ([2]). No vivo empenho em progredir na santidade, e na consolação, que lhes inundava a alma trasbordando no exterior, bem claramente mostravam as muitas graças que sôbre êles desciam do Céu. Era espectáculo de suavíssima edificação vê-los dois a dois ou três a três passear nas tardes por aquele outeiro que chamavam de S. Sebastião, e falarem entre si das coisas de Deus com um ardor que mais se ateava na comunicação, e com um gôsto e regozijo inefável ([3]).

Para mais se animarem no cumprimento das suas obrigações determinaram renovar solenemente os seus votos e imitar por êsse modo os primeiros Padres da Companhia, que em Paris renovaram cada ano no Monte dos Mártires, na festa da Assunção de Nossa Senhora, as promessas em que se tinham obrigado a Deus. Escolheram para aquela renovação o dia de Santiago a 25 de julho, e uma ermida do Espírito Santo, que lhes ficava a um quarto de légua de Coimbra, não longe do convento de S. António dos Olivais. Para lá se encaminharam pelas horas da manhã. Disse a missa o P. Pôncio Cogordan, único sacerdote daquela comunidade, e ao momento dado chegava-se cada um por sua vez ao altar, punha as mãos sôbre a pedra de ara e pronunciava

---

e 1542: Rojas, Romano e Bucceri com o tempo saíram da Companhia; Baroello, Vilanova e Paradisi foram reenviados a suas pátrias dentro de um ano por falta de saúde; Pezzano faleceu logo em 1543. Assim não é para estranhar algum descontentamento que mostrou Simão Rodrigues da gente que lhe era enviada para a fundação da Província. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 206 segg.; Rodrigues, *Mon.*, 533.

(1) *Epist. Mixtae*, V, 630.

(2) Mss. S. J. *Lus.* 84 f. 25v , 26. Relação acima citada.

(3) Mss. S. J. *Lus.* 84, l. c.

com voz alta a fórmula de seus votos. Foi tão intenso o fervor e alegria espiritual de todos êles naquele piedoso acto, que desde o primeiro ao último acompanharam com abundantes lágrimas a comoventíssima cerimónia. Ao voltarem para o colégio sentiam-se tão consolados, que não sabiam falar de outra coisa. Um dos que tiveram parte nesta primeira renovação deu-nos, por escrito, valioso testemunho do que afirmamos (1).

Consolava-se o bom superior Diogo Mirão da piedade fervorosa dos súbditos, e comunicava a sua consolação ao santo Padre Inácio, dizendo-lhe que o que mais o alegrava era ver que a sciência, que êles buscavam no estudo, caía em sujeitos de tanta virtude (2), e dava muitas graças a Deus ao considerar os desejos que mostravam da cruz de Cristo (3). Não há dúvida que iam bem fundados na sólida e verdadeira santidade que só tem por base segura a mortificação cristã! Nem havemos de cuidar que andava neste testemunho só persuasão particular ou imaginação de um superior ainda não sacerdote. Simão Rodrigues o atestara com maior encarecimento naquele mesmo ano, quando escrevia a Inácio nestes termos claros: «Os de Coimbra vivem com tanto exemplo, que vos assombraríeis da virtude que teem e do bom odor de edificação que em volta de si espalham» (4).

Com a piedade irmanava aquela briosa juventude a aplicação intensa ao estudo para se formarem apóstolos santos e sábios, que edificassem a Igreja e iluminassem muitas almas no caminho da verdade. Logo que terminaram o trabalho de alojamento no colégio, trataram de bem organizar os estudos, em que todos, com o próprio superior, se haviam de aperfeiçoar. Já no primeiro ano escolar de 1542 a 1543 estavam repartidos em quatro cursos de teólogos, filósofos, rètóricos e gramáticos (5). No ano seguinte que começava em outubro de 1543, referia Mirão a Inácio no último

---

(1) Mss. S. J, *Lus.* 84, l. c.; Telles, I, 103.
(2) *Epist. Mixtae,* I, 142.
(3) *Epist. Mixtae,* I, 146.
(4) *Rodrigues, Mon.,* 531.
(5) Reproduzimos o catálogo mais antigo do primeiro ano do Colégio

dia dêsse mês que «todos os seus irmãos estavam muito metidos nos estudos» (1). Quatro ouviam teologia, outros tantos estudavam lógica; oito, de raro engenho, cursavam dialética, e nove se exercitavam nas escolas de gramática (2). Freqüentavam êles, como os demais estudantes, as aulas da Universidade. A Simão Rodrigues, discípulo da Universidade

---

de Coimbra, dos fins de 1542 ou princípio de 1543. Conserva-se entre os mss. da Companhia (*Lus.* 43, f. 50):

Hi sunt collegium de nomine Jesu habitantes

Theologi quatuor	Artistae quatuor
D. Magister Miron, Valentinus	D. Angelus Paradisus, Italus
D. Licentiatus Franciscus Nepos, Castellanus	D. Franciscus Roxas, Castellanus
P. Pontius Cogordanus, Gallus sacerdos	D. Martinus Pezanus, Italus
D. Franciscus Ufranus, Gallus	D. Hercules Bucerius, Italus

Rethorici

D. Isidorus Bellinus, Italus	D. Joanes S.i Michaelis, Castellanus

Gramatici

D. Petrus Lupus, Lusitanus sacerdos	D. Guielmus (sic) Codurus, Gallus
D. Didacus Ferdinandus, Lusitanus sacerdos	D. Martinus S.ta Cruce, Castellanus
D. Antonius Criminalis, Italus	D. Franciscus Villa Nova, Castellanus
D. Nicolaus Lancilotus, Italus	D. Petrus Didacus, Castellanus
D. Balthasar Nepos, Castellanus	D. Alvarus Ferdinandus, Lusitanus
D. Emanuel Ferdinandus, Affricanus	D. Franciscus Hortus, Lusitanus
D. Jacobus Joannelis, Taurinas	D. Angelinus Discalceatus, Italus
D. Antonius Cardoso, Italus (sic)	

O exemplar que vimos dêste catálogo é uma cópia feita em Roma; não é por isso de estranhar que se lhe tenham introduzido alguns êrros, como o de dizer italiano a António Cardoso português. Aquele *Petrus Lupus* é o P. Pedro Lopes, e *Franciscus Ufranus* é Francisco Onfroy; Jacobus Joannelis deve ser o que se chamava Jacobo Romano. Falta no catálogo Manuel Godinho, sem dúvida por andar ainda vestido de secular entre os estudantes da Universidade.

(1) *Epist. Mixtae,* I, 142.

(2) *Epist. Mixtae,* I, 142-143, carta de Mirão de 31 de outubro de 1543. Veja-se nessa carta o catálogo do Colégio de Coimbra dêsse ano escolar enviado a Roma ao P. Inácio.

parisiense, quando veio à fundação do colégio, contentaram-lhe muito os estudos de Coimbra. «Achei os estudos melhores do que pensava, escreveu êle a Inácio, porque os lentes são muito bons: os teólogos assaz doutos, e em artes e gramática não teem necessidade de Paris» [1]. Desta maneira se ia desenvolvendo daqueles ténues princípios o Colégio de Coimbra, no número de sujeitos, no bom exemplo de virtude e nas sciências e letras.

Formavam já uma discreta comunidade de quarenta e cinco pessoas em janeiro de 1544 [2], quando a dezasseis de fevereiro lhes entrava pelas portas um grande refôrço de bons companheiros que lhes haviam de acrescer o fervor santo em que se abrasavam [3]. Eram treze irmãos que das regiões do norte os vinham demandar: nove que em Lovaina ganhara para a Companhia Pedro Fabro, o primeiro companheiro de S. Inácio, e agora enviava juntos a formarem-se no Colégio de Coimbra, com três já de antes recebidos e mais um, chamado João da Beira, que na Corunha, onde desembarcaram, se lhes juntara edificado e prêso da virtude que nêles enxergara e da persuasiva eloqüência de um dêles [4]. Da Corunha fizeram viagem a pé por Santiago de Compostela, e encaminharam-se a Coimbra. Simão Rodrigues, quando teve notícia que se aproximavam, mandou-lhes ao caminho cavalgaduras em que montassem, e irmãos que os acompanhassem, para os aliviar dos incómodos da longa jornada [5]. Foi grande o alvorôço com que os receberam.

Na maior parte eram homens escolhidos que no volver dos anos ilustraram a Religião com sua virtude e saber. En-

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 529. Carta de 8 de julho de 1542.

(2) *Epist. Mixtae*, I, 157.

(3) O catálogo de 1552 (*Lus.* 43, f. 2), e A. Franco, *Imagem*, II, 381, baseado em antigos catálogos, dizem expressamente que chegaram a Coimbra a 16 de fevereiro. Orlandini, IV, 85 e depois dêle Teles, I, 163, escreveram por êrro que entraram no Colégio de Coimbra a 19 de Abril. Um dêles, Francisco Estrada, já prègou em Coimbra na quaresma dêsse ano de 1544, a qual ia de 27 de fevereiro a 13 de abril, dia de Páscoa. Cf. Mss. S. J., *Epist. NN.*, 78., f. 21v.

(4) Teles, I, 162; Franco, *Imagem*, II, 381.

(5) Orlandini, IV, 85; Teles, I, 163.

tre êles vinham cinco mestres em artes, um bacharel em teologia, um cónego professor de ética e bons latinistas [1]. Fabro, ao despedi-los em Lovaina, fêz-lhes um formosíssimo discurso, em que os excitava à imitação de Cristo e perfeição religiosa [2], e em carta especial os recomendou ao amor e cuidado do P. Simão Rodrigues [3]. Cumpriu êste, quanto em si esteve, o encargo que lhe dava o seu antigo companheiro. Mas nesse mesmo ano se viu obrigado a reenviar cinco dêles para a Bélgica, ou porque não se davam com o clima de Portugal ou talvez porque na côrte não se levava muito a bem que se recebessem estudantes destinados, como êstes eram, a países estranhos, num colégio fundado a expensas reais com o destino de formar gente e missionários para Portugal e para a Índia [4].

Entre os que ficaram, merecem-nos particular menção quatro, que no andar do tempo se assinalaram, e foram Francisco Estrada, João Cuvillon, André de Oviedo e João da Beira. Êste último, que era natural de Pontevedra e cónego na Corunha ao tempo em que se determinou a ser da Companhia, com um ano apenas de noviciado em que sua virtude se extremou, foi enviado no de 1545 à Índia, e pouco depois destinado à dificultosa missão das ilhas Molucas, onde durante dez anos sofreu, como apóstolo santo e zeloso, trabalhos indescritíveis. A cidade de Goa, para onde volveu quebrado de tanto sofrimento, foi testemunha da sua morte de santo em quatro de janeiro de 1564 [5].

---

(1) Fabro, *Mon.*, 233. Carta de Fabro a S. Francisco Xavier, de Colónia a 24 de janeiro de 1544. Eram os seguintes os nomes dos recém-chegados: Daniel Paeybroeck, também apelidado Denderamunda de sua terra natal Dendermonde, Jacobo Lhoost, Leonardo Kessel, Tomás Poghio, Pedro Fabro de Halles, Hermes Poen ou Pijn, Maximiliano Capella, Cornélio Vischaven, João Cuvillon, João da Beira e os três já anteriormente admitidos à Companhia, André de Oviedo, Francisco Estrada e João de Aragón. Cf. Fabro, *Mon.*, 463, 666; Orlandini, IV, 82; Teles, I, 161; Franco, *Synopsis Ann.*, 1544.

(2) Fabro, *Mon.*, 463.

(3) Fabro, *Mon.*, 230-231, carta de Lovaina a 8 de janeiro de 1544.

(4) Manareu, *De rebus Soc. J.*, pag. 4; Orlandini, IV, 104. Os que voltaram para a Bélgica foram os cinco primeiros dos que acima enumerámos.

(5) Sousa, *Oriente Conq.*, P. I, C. III, D. II, § 6-10; Franco, *Imagem*, II, 381 segg.

André de Oviedo espanhol, de Illescas na diocese de Toledo, recebera-o em Roma no número de seus filhos o patriarca S. Inácio a 19 de junho de 1541. Já no ano de 1545 começou a desempenhar cargos de importância governando como reitor o colégio e universidade de Gandia ([1]). Em 1556, sagrado bispo de Hierápolis, navegava para o Oriente com destino à Missão de Etiópia e no ano seguinte entrava naquele império, onde subiu à dignidade de patriarca daquela igreja, deu exemplos assombrosos de paciência, pobreza e santo zêlo, e morreu no desamparo e desprendimento de tôdas as coisas do mundo a 29 de junho de 1577 ([2]).

O P. João Cuvillon, filho da cidade de Lille, foi um dos nove que Fabro recebera na Companhia em Lovaina, e de todos os que vieram da Bélgica o que mais tempo viveu e

(1) *Epist. Mixtae,* I, 233; Astrain, I, 209.

(2) Beccari, X, 305, 306, 323; Sousa, *Oriente Conq.*, P. II, C. V, D. II, § 4.—Variam os autores na data da morte de André de Oviedo. Julgamos exacta a de 1577, que escrevemos no texto. Afirma-o expressamente em mais de uma carta o P. Manuel Fernandes, que lhe assistiu nos últimos momentos. Em 1580 escreveu: «El año de 1577 después de la muerte del Patriarcha...» (Beccari, X, 306), e em 1581 acrescenta: «El padre Patriarcha falleció el año de 77, dia de los Apóstolos fin de junho». (Beccari, X, 323). Almeida na sua *Historia de Ethiopia* (Beccari, V, 446, 455), Sacchini, *Hist. Soc.*, P. IV, l. V, n. 292, Sousa, *Oriente Conq.*, P. II, C. V, D. II, § 4, Teles, *Hist. de Ethiopia*, pag. 203, também põem a data da morte nesse mesmo ano de 1577. Outros diferem-na para o ano de 1579, entre os quais Fernão Guerreiro, *Relaçam Annual... 604 e 605*, f. 139, e Jarric, *L'Histoire des Indes* (Valenchienne, 1611) pag. 309, e alguns para o de 1580, como Paez, *Hist. de Ethiopia* (Beccari, III, 108). Tacchi Venturi em *Opere storiche del P. Matteo Ricci,* II, pag. 7[4] inclina-se para o ano de 1579, mas depois no vol. II da *Storia della Compagnia*, pag. 406[4] escreve sem hesitação que faleceu em 1580, baseando-se na afirmação de Paez, l. c.

É porém inadmissível, pelas autoridades que citamos, a data de 1580; tanto mais que em carta de 13 de novembro de 1579 o provincial da Índia Rui Vicente, já menciona a morte do santo patriarca (Beccari, X, 305). Quanto ao dia e mês, notam alguns que falecera em 14 de setembro, mas os missionários de Etiópia, ora citados, dizem que expirara no dia da festa de S. Pedro e S. Paulo, que na Igreja Romana se celebra a 29 de junho, dia que no calendário de Etiópia correspondia a 9 de julho, como observa Paez, l. c., «por reçam dos dez dias que se tiraram na reformaçam do tempo, de que ca nam tem noticia ....».

trabalhou em Portugal [1]. No princípio do colégio de Évora, cujos fundamentos se lançaram em 1551, ensinou durante alguns meses filosofia aos estudantes religiosos que no colégio moravam [2], mas em 1553 foi chamado a Roma, onde explicou teologia no Colégio Romano e, três anos decorridos, passou, com outros jesuítas, à Alemanha destinado a professar a mesma faculdade no colégio que se fundava em Ingolstadt [3]. Em 1562 assistiu no Concílio de Trento primeiro na qualidade de embaixador do duque de Baviera Alberto V, e depois como teólogo do Papa. Ainda voltou mais uma vez para a Alemanha para ensinar teologia em Dilinga, mas, passado não muito tempo, por indisposição de saúde e de espírito, houve de tornar para a Itália, onde terminou seus dias a 17 de agôsto de 1581 [4].

A todos estes sobrelevou o jóvem castelhano Francisco Estrada pelo renome que alcançou em Portugal com sua eloqüência dominadora, que abalava irresistìvelmente as multidões. Recebeu êle do próprio fundador Inácio de Loiola as primícias de seu espírito e fervor em Roma, onde fôra admitido à Companhia no ano de 1538. Em Portugal, apenas chegado nos princípios de 1544, deu logo provas da rara eloqüência comovendo a cidade de Coimbra com suas prègações que eram ouvidas com assombro. Começara a prègar no colégio durante a quaresma daquele ano, mas cresciam com tamanho aumento os concursos, atraídos pela fama do novo prègador, que instaram com êle, e o levaram a falar nos paços del-rei, onde estava a Universidade. Era enorme a afluência dos estudantes, extraordinária a comoção daquela juventude.

---

(1) Já em 1546 a 10 de março escrevia Fabro: «... Magistrum Joannem, Insulanum, qui est de Lovaniensibus solus relictus Conimbricae...». Fabro, *Mon.*, 408.

(2) Cf. *Litt. Quad.*, I, 472, 554; *Epist. Mixtae*, II, 620; Polanco, II, 379, 691.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, VI, 236, 261, XI, 522, 523; Polanco, VI, 27. Os documentos citados dizem-no lente de teologia, mas sob esta denominação compreendiam os professores de Escritura, que o P. Cuvillon interpretava.

(4) Cf. Tachi Venturi, *Storia*, II, 403.

Refere o P. Araoz, testemunha dêstes acontecimentos, que dava sobejo motivo de louvar a Deus o espírito com que Estrada prègava, a concorrência dos ouvintes e o fruto que se conhecia e via com os olhos (1). A eloqüência dêste novel sacerdote, ainda na flôr dos anos, granjeou para a Companhia a elevada opinião e simpatia dos doutos, e contribuíu não pouco para consolidar a fundação do grande Colégio de Coimbra (2).

Mas o que sobretudo conciliou crédito duradoiro e verdadeiro à nova Ordem, para que tantos olhavam em espectativa hesitante, foi o exemplo de virtude sólida que transparecia no exterior modesto e bem composto daqueles religiosos. Não era o hábito que os distinguia ou lhes ganhava, com a forma e côres, ou vistosas ou de penitência, a veneração do povo. Trajavam à maneira dos sacerdotes honestos do reino, andavam humildemente vestidos de negro com sotana ou batina comprida e tomada à cinta por faixa estreita, mantéu, e barrete redondo (3); mas atraía sôbre êles os olhares de todos a modéstia religiosa que sobredoirava uma virtude e zêlo não vulgares. Sucedia dizerem os que fora de casa os encontravam naqueles hábitos comuns: «Vêdes êsses Padres? No traje são como os demais; mas entre mil conhecereis um dêles» (4).

---

(1) *Epist. Mixtae*, I, 162, carta de Araoz, de Almeirim a 26 de abril de 1544; Orlandini, IV, 131.

(2) Teles, I, 161, 163, Franco, *Synopsis Ann.*, 1544, n. 6, 7, dizem que Estrada não era sacerdote nestes princípios de sua prègação em Coimbra; mas Araoz que lhe ouviu alguns sermões nessa mesma cidade, escreve no mês de abril de 1544, que já tinha as ordens sacras de presbítero. Não nos consta porém o dia em que as tomou. Cf. *Epist. Mixtae,* I, 163. — Era Estrada natural de Dueñas na diocese de Palência, e, quando chegou a Portngal, devia ter seus 24 anos. Cf. Polanco, I, 81; Manareu, *De Rebus Soc.*, pag. 1; Astrain, I, 204; Tacchi Venturi, *Storia*, II, 223-225.

(3) *Epist. Mixtae*, I, 106, 162; Nadal, IV, 516.

(4) Mss. S. J., *Lus.* 77, f. 4.

CAPÍTULO V

A PROVA DA VIRTUDE

Sumário:— *1. Desconfianças e murmurações.—2. Iluminados ou ortodoxos?—3. Perseguição desencadeada.—4. Votos simples.—5. A excomunhão de Pôncio Cogordan.—6. Peregrinações.—7. Mortificações públicas.—8. Juízos vários, parecer autorizado.*

1.—O crédito que na boa sociedade conimbricense gozavam os religiosos da Companhia, não o ganharam êles sem que a sua reputação e virtude fôsse apurada no crisol da contradição. Antes de virem tomar assento em Coimbra, já corriam na variada população da cidade rumores encontrados àcêrca da nova Corporação religiosa que entrara em Portugal e era tão singularmente aceita na côrte.

O Dr. Martim de Azpilcueta Navarro na correspondência que mantinha com seu ilustre parente Francisco Xavier, rogava encarecidamente ao santo missionário quisesse ir de Lisboa, onde as lides de apóstolo lhe absorviam os cuidados, até à Universidade de Coimbra para lhe dar informações exactas do Instituto da Companhia. O afamado canonista não sabia a que ater-se nem podia formar juízo, porque eram muitos e diversos os conceitos que se publicavam sôbre a vida e procedimento dos novos e ainda mal conhecidos religiosos [1]. Xavier bem desejou satisfazer ao insistente convite de pessoa que lhe era tão próxima e querida pelo paren-

(1) *Mon. Xav.*, I, 224-225.

tesco, pela virtude e pela sciência; mas algum obstáculo, que não conhecemos, lhe sobreveio à última hora e não pôde cumprir com aquela obrigação de amizade [1]. Se lhe não fôra estorvada esta viagem, teria tido bom ensejo em Coimbra de esclarecer a mente do doutor, que durante alguns anos não alcançou a entender completamente o Instituto da Companhia [2].

Assim, quando chegaram à cidade universitária os doze, que Simão Rodrigues levara para a fundação do colégio, não é maravilha que os olhassem com alguma desconfiança. Eram desconhecidos, quase todos de pouca idade e na maior parte de nação estranha. Como a fama os apelidava *apóstolos,* ria--se a gente e motejava dêles ao vê-los ainda tão moços. Apenas um, mais idoso, tinha as ordens de presbítero [3]. Os estudantes, mais que todos, se retraíam de seu trato e convivência. Da esquivança passaram com facilidade à murmuração. Menosprezavam-lhes merecimento e virtude, lançavam-lhes suspeita na doutrina, divulgavam que eram uns estrangeiros e idiotas, e segredavam que mal procedia o rei empregando em tal gente o dinheiro, que melhor ficaria dado por esmola a portugueses [4]. Por zombaria os chamavam de *franchinotes,* desprezando-os por estrangeiros [5].

Manoel Godinho, que, segundo dissemos, andava entre

---

(1) *Mon. Xav.,* I, 234-235; Cros, *Vie,* I, 172, 181.

(2) *Epist. Mixtae,* I, 537, 542.

(3) Mss. S. J., *Lus.,* 84, f. 25v.

(4) Mss. cit., l. c.

(5) Mss. S. J., *Lus.* 84. f. 17, 18; Teles, I, 105. — Não concordam os autores ao indicar o sentido que atribuíam à palavra *franchinotes* os moradores de Coimbra. Escritor coevo, de 1574, adverte que se dá em português êsse nome a clérigo idiota e estrangeiro, que não sai das tabernas. Teles, no lugar citado, por estes termos se exprime: «... franchinotes, nome que em Portugal costumam dar a alguns pobres estrangeiros que vem do Norte a estas partes e andam pedindo esmolas cantando pelas portas». Francisco Manuel de Melo no *Apologo dialogal segundo,* emprega o têrmo franchinote como forma depreciativa de *francês.* Teófilo Braga, *Hist. da Univ.,* I, 481, escreveu, imaginando significações aéreas e descabidas, que denominavam franchinotes àqueles padres «pelas praticas devotas fora de uso»! Mas os conimbricenses só queriam com aquele têrmo apodá-los de estrangeiros desprezíveis.

os estudantes seculares, como se fôra um dêles, procurava com palavras a propósito dissipar os preconceitos, desfazer acusações e ganhar a juventude universitária para a estima e afeição dos seus religiosos. Hospedava-se êle no entanto em casa de um seu irmão carmelita. Êste, como o vira tão metido com pessoas de quem tantos murmuravam, e não suspeitava sequer que o irmão já se tinha em Lisboa entregado ao mesmo Instituto, levava-lhe muito em mal aquela comunicação, e com discursos apaixonados forcejava por desviá-lo da Companhia, que julgava perniciosa [1]. Êles, os perseguidos, calavam e sofriam.

Não decorreu porém muito tempo que se não iluminassem as inteligências. O claro exemplo de virtude, que serenamente irradiava daqueles jovens tão desprezados e as conversas persuasivas de Manuel Godinho começaram de atrair pouco a pouco os estudantes à casa dos novos moradores da Rua Nova de El-Rei. Já se edificavam da sua conversação, acudiam à modesta capela a receber os santos sacramentos e trocaram o desprêzo em estima e as murmurações em louvores e admiração. Um daqueles doze fundadores do colégio nos deixou em memória que vinham pesarosos e confundidos os murmuradores pedir perdão das detracções com que injustamente os tinham infamado [2].

2. — Quebrada a frieza das primeiras desconfianças entrou de povoar-se o colégio de escolhidos estudantes, que a êle se acolhiam alvoroçados com a dita de serem irmãos espirituais daqueles que pouco antes olhavam como estrangeiros e perigosos. Cresceu notàvelmente a comunidade e já nos meados de 1544 subira a sessenta o número de seus

---

(1) Manuel Godinho no *Examen* citado, vol. II, pag. 80, assim recorda a sua morada em Coimbra e as más disposições de seu irmão frade: «Posé por tiempo casy de un año por orden de la obediencia fuera del collegio, parte con un ermano myo fraile que estudiava, de quien casy cada dia tenia bataja, que ya que tenia de entrar en religion, avia de ser en los descalsos y no con unos bixarodes (?), tomando la cosa muy en caso de honra peligrosa etc., parte en una casa alquilada junto al collegio». Cf. Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 17; Bibl. P. Ebor., CIX/2–13, n.º 15; Franco, *Imagem... Lisboa,* 138.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 25v.

membros, em que sobressaíam mancebos distintos pelo talento, pela nobreza do sangue e mais pelo primor da virtude (1).

A gente da cidade, que não via sem admiração aquele aumento, pasmava sobretudo da mudança que se operava na vida e porte exterior daqueles jovens. Saíam êles dos Exercícios Espirituais, que faziam logo nos primeiros dias de sua entrada na Religião, tão trocados noutros homens, tão inflamados no amor de Deus e possuídos do desprêzo do mundo, que o povo os considerava geralmente com assombro. Às vezes andavam como fora de si mesmos; e ainda os mais prudentes, como era D. Gonçalo da Silveira, pareciam exceder-se em expressões que soltavam movidos da interior devoção. Sucedia caminharem pelas ruas tão embebidos na oração e recolhimento íntimo de suas almas, que davam encontrões nos transeuntes, como homens alheados dos sentidos, que não advertiam no que em tôrno dêles se passava (2).

Havia por essa ocasião interdito na cidade (3), e os moradores do Colégio de Jesus iam pelas manhãs ao mosteiro de Celas, a um quarto de légoa de Coimbra, para lá receberem o pão dos anjos. Comungavam com tamanha cópia de lágrimas, que os estudantes da Universidade, tendo notícia do facto, os seguiam até ao mosteiro com o fim de verem com seus olhos aqueles extremos de devoção (4). Alguns apareciam tão descòrados com a intensidade excessiva do fervor e piedosa concentração, que na cidade se começou a rumorejar, que se amareleciam de propósito com o fumo da palha,

---

(1) «... Son más de sessenta, y de mucho talento, y muchos de los más nobres deste Reyno... mostrando no menos, antes mucho más nobreza de espíritu que de genealogía». *Epist. Mixtae,* I, 162, carta de A. Araoz de 26 de abril de 1544. Cf. Mss. S. J., *Epp. NN.,* 78, f. 21v.

(2) Mss. S. J., *Lus*. 84, f. 19.

(3) O interdito, como adeante contaremos, foi pôsto nas igrejas de Coimbra por motivo de um pleito que se debatia entre duas abadêssas do mosteiro de Lorvão, cada uma das quais propugnava pela legítima posse do cargo. Cf. *Corpo Dipl.,* V, 321-322, 269, 351.

(4) Mss. S. J., *Lus*. 84, f. 19.

para se conciliarem, pela palidez da côr, maior crédito de santidade penitente (1).

Dêstes excessos de misticismo se originaram nos cidadãos de Coimbra pareceres diversos sôbre a causa da mudança extraordinária, que observavam naqueles jovens, há pouco tão mundanos e agora tão alheios a tudo que era mundo. Nesta divergência de juízos entraram a suspeitar se debaixo da severa aparência de virtude não se ocultaria alguma seita de iluminados. Aumentava os receios a fama que se espalhara, de que muitos dêles tinham visões e sentiam arrebatamentos naquelas meditações ou exercícios a que se entregavam na solidão e nas trevas, separados de tôda a comunicação com os demais homens. Avolumou-se ràpidamente a murmuração e subiu, sob a forma de denúncia, à presença de D. Henrique, já então inquisidor-mor de Portugal.

O infante julgou que devia proceder a averiguações, como lho persuadia a obrigação de defensor da Fé, e pede licença ao rei para colhêr as informações precisas sôbre os Exercícios Espirituais da Companhia e sôbre a doutrina do P. Simão Rodrigues e seus companheiros. D. João III, que estava bem seguro da inocência dos acusados, veio fàcilmente em conceder a autorização, mas teve a soberana delicadeza de os avisar do exame que se lhes ia instaurar. Mestre Simão, apoiado no testemunho da boa consciência, ofereceu-se, como superior de todos, espontaneamente ao rei para ficar prêso, emquanto se tirava a devassa; não se lhe aceitou porém o nobre oferecimento.

Foi encarregado de efeituar a inquirição um homem de virtude integérrima, o célebre fr. Diogo de Murça, já então investido no cargo de reitor da Universidade. No dia aprazado entrou no Colégio de Jesus, e com tôda a exacção e rigor se quis desempenhar da melindrosa incumbência. Tomou com o maior segrêdo os depoïmentos, chamando a ser interrogados muitos dos novéis religiosos, especialmente aqueles que se tinham alistado na Companhia com repugnância de seus parentes. Chegou finalmente a vez de D. Rodrigo de

(1) Mss. cit., l. c.; Franco, *Synopsis Ann.*, 1545, n. 12.

Menezes, cuja entrada na Religião ateara vivamente as iras de seu pai. Entre os capítulos da investigação era, talvez o principal, o que tocava nas visões. Perguntou-lhe pois fr. Diogo se as tivera nos Exercícios. Respondeu gravemente D. Rodrigo que sim tivera uma grande visão. Alvoroçou-se o reitor com a resposta e, cuidando ter na mão o que buscava, instou que tudo lhe declarasse com verdade. «Não há dúvida, continuou o nobilíssimo jovem, tive uma visão, vi-me a mim mesmo, que até agora me não tinha visto, e foi a mais horrenda visão que nunca viram meus olhos». Ficou o bom do frade atalhado com a resposta inesperada. Deu por concluída a diligência e remeteu a devassa ao inquisidor.

Assim terminou esta perseguição com honra e lustre para Simão Rodrigues e para os Exercícios de Inácio de Loiola. O que se murmurava que provinha de hipocrisia e êrro, apurou-se que era virtude verdadeira e doutrina sã (1).

3. — Maior tribulação acrisolou, ainda no mesmo ano de 1544, a paciência daqueles religiosos, mòrmente a de Simão Rodrigues, sôbre quem se desencadeou a tempestade com mais forte abalo. Aceitara êle na Companhia três irmãos, a um dos quais, de nome Fernão Neto e já licenciado em teologia ou cânones, sempre conservara a seu lado na casa de S. Antão em Lisboa ou na residência de Almeirim (2). Sucedeu porém que nos fins de 1543 o terceiro irmão houve de ser despedido da Companhia como perturbador da paz doméstica. Não levaram em paciência, como deviam, os outros dois irmãos esta dimissão forçosa, e, picados do ressentimento, chegaram a desavir-se de tal modo com Mestre Simão, que êste, indignado com a insolência dos súbditos, deu ordem de expulsão a todos três, que se achavam nessa ocasião casualmente juntos em Lisboa. Interveio contudo pessoa autorizada pedindo clemência, e os irmãos continuaram em casa.

---

(1) Sôbre todo êste sucesso veja-se o ms. citado, *Lus.* 84, f. 19; Teles, I, 172-175; Franco: *Imagem... Évora*, 29, 30, *Imagem... Lisboa*, 76, 77, *Synopsis Ann.*, 1545, n. 11-15.

(2) Cf. *Epist. Mixtae*, I, 172.

Logo depois desta desavença foi o bom superior para o colégio de Coimbra, onde passou, como sempre teve de costume [1], o santo Natal, e se demorou até ao fim de março de 1544 [2]. No entanto não cessavam em Lisboa aqueles irritados irmãos de incriminar, nas conversas e por meio de cartas, a Mestre Simão e aos demais da Companhia. As acusações que urdiam e divulgavam eram, como refere Martinho de S. Cruz [3], pura invenção de zombaria, nem pelo pensamento passaram nunca a nenhum dos religiosos da casa.

Contudo Simão Rodrigues justamente receoso de perigo para o bom nome dos seus, apressou-se a informar D. João III do que se divulgava contra a sua Corporação. Enviou-lhe à côrte o P. Martinho de S. Cruz, que lhe desse de tudo verdadeira e plena notícia, e na carta que para o rei lhe entregou, assim desabafou sua angústia: «Por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo o queira ouvir e principalmente àcêrca da paixão dêsses homens, que ainda sofrera, se comigo só o houveram, porque pensara que Cristo mos dava para me exercitarem em sofrimento, mas coisa que toca a tantos servos de Deus não é para dissimular. Isto sòmente quero que Vossa Alteza tenha escrito de minha mão: tôdas as coisas que diz, salvo as que tocam a mim só, são fora do caminho da verdade, para que se em algum tempo outra coisa se achar, justamente possa ser castigado. Não queria andar em revoltas, como as freiras de Lorvão [4], porque antes me irei aonde não seja conhecido, e aí metido numa caverna chorarei meus pecados e perpètuamente rogarei a Nosso Senhor por Vossa Alteza e tôdas suas coisas; e, se pensar que Vossa Alteza em alguma parte estava persuadido do que êstes homens lhe disseram, folgara de ter grandes esperanças em coisas que a mim só tocam, para por tão justa causa ter que perder. Mas pois tôdas as minhas esperanças são fora de mim, calo, rogando a Nosso Senhor Jesus Cristo acenda o coração de

---

(1) Cf. Rodrigues, *Mon.*, 570.
(2) Cf. *Epist. Mixtae*, I, 172.
(3) *Ob. cit.*, l. c.
(4) Veja-se adeante o § 5.

Vossa Alteza de seu santo amor. De Coimbra a vinte de fevereiro de mil quinhentos quarenta e quatro. Pobre de virtude Mestre Simão» [1].

Voltando Simão Rodrigues a Lisboa no fim de março, renovou e exacerbou Fernão Neto suas injustas queixas, e logo no dia seguinte veio a razões com êle, e atreveu-se com descomedimento sacrílego a pôr-lhe as mãos e maltratá-lo. O humilde superior «sofreu como servo de Deus» [2] a petulância do súbdito irreverente.

Não parou ainda nestes extremos o rancor mal aconselhado daqueles irmãos. Tentaram não só desacreditar pùblicamente a Simão Rodrigues, mas também deitar por terra todo o edifício da Companhia em Portugal. Escrevem memoriais encaminhados a conseguir o malévolo intento e afoitam-se a apresentá-los ao rei, ao infante D. Henrique e ao Núncio Apostólico.

Eram manifestas as calúnias dêstes papéis. Entre êles metiam os acusadores que a Companhia de Jesus não era Religião, mas os que se diziam seus religiosos, a queriam dar como tal admitindo mais sujeitos além dos que permitia a bula do Papa; que Mestre Simão por mero fingimento e engano propalava que a sua Companhia era isenta da jurisdição episcopal e só estava sujeita à autoridade da Santa Sé; que os seus noviços, contrariando os cânones da Igreja, faziam a profissão aos quinze ou vinte dias depois de entrados no colégio; que a Companhia de Jesus em Portugal não tinha leis nem regras que a dirigissem, mas tudo era governado a capricho de Mestre Simão; que êste não recebeu autorização nem poder do Sumo Pontífice para exercer cargo nenhum no reino de Portugal, e assim não podia admitir ninguém na sua Corporação nem intender em negócio que lhe dissesse respeito; que era homem extravagante e com suas invenções trazia enganados os melhores sujeitos da Universidade de Coimbra; que, se não tivera o favor de

---

(1) Tôrre do Tombo, Gav. 2, maço 6, n. 19. No volume de cópias dêstes documentos das *Gavetas* encontra-se a fôlhas 216v - 217v.

(2) *Epist. Mixtae*, I, 172.

poucos e os aplausos dos ignorantes, os seus o haviam de desamparar e os de fora se lhe fariam contrários (1).

Foram estas as principais acusações que excogitou a malícia despeitada, mas tôdas elas se desvaneceram à luz da verdade, que sem demora resplandeceu, dissipando as nuvens do êrro e esclarecendo as inteligências. O infante D. Henrique por ocasião desta nova denúncia mandou chamar a Mestre Simão para lhe significar que folgaria de ver os papéis da Companhia, como eram a bula de confirmação, as Constituïções e o «Regimento do Colégio de Coimbra» (2). Sem tergiversação de nenhum género tudo lhe foi enviado, como êle pedia. O exame desta documentação fundamental decidiu a pendência e confirmou o crédito do P. Simão Rodrigues.

O rei porém não se deu por satisfeito desta fácil conclusão e vitória. Ordenou que se averiguasse da culpa dos caluniadores, e, achando-os merecedores de castigo, quis primeiro puni-los com prisão, mas depois deu sentença que fôssem dois dêles para fora de seus reinos. Mestre Simão apenas requereu que se afastassem da côrte e não pudessem nela prègar (3). Desta maneira a perseguição, nascida de um mal

---

(1) *Ob. cit.*, I, 172-173; Teles, I, 190; Orlandini, IV, 133.

(2) *Epist. Mixtae*, I, 173.

(3) Cf. *Epist. Mixtae,* I, 169[2], 172-173, V, 779; Orlandini, IV, 133; Teles, I, 191; Franco, *Imagem... Lisboa*, 79; *Synopsis Ann.*, 1544, n. 12. — Os documentos primitivos não nos conservaram distintamente os nomes dêstes três irmãos. De quatro personagens com sobrenome de Neto encontro menção naqueles primeiros anos e são: licenciado Fernão Neto, licenciado Francisco Neto, Baltasar Neto e Melchior Neto, que foram todos despedidos da Companhia em Portugal. Orlandini, III, 81, insinua que Francisco Neto, o célebre prègador já recordado, era irmão de Fernão Neto. Se assim é, concluímos que os três irmãos causadores desta perseguição eram espanhóis. Francisco Neto, Baltasar Neto e Melchior Neto são certamente, segundo os documentos coevos, irmãos e de nacionalidade espanhola. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1, 2, 50; *Epist. Mixtae*, I, 108, 109, 145, 172. Os dois desterrados foram, como se infere dos documentos com bastante clareza, Fernão Neto e Francisco Neto. Mas o último faleceu em Valhadolide no ano de 1546, como já contámos no capítulo antecedente, considerado como membro de Companhia. Ou foi readmitido em Espanha, ou não saíu de Portugal definitivamente despedido da Religião.

sofrido despeito, se converteu em «maior aumento, lustre e conhecimento da Companhia de Jesus» [1].

4. Pelo mesmo tempo e mais nos anos subseqüentes se debatia não sem azedume em Portugal um assunto assaz melindroso para a constituïção da nova Ordem religiosa, que tanto alvoroçava os espíritos; e o debate, acirrado, como é costume, pelo fervor das paixões e rivalidades, magoava acerbamente os religiosos da Companhia, ferindo-os no amor tão sensível que professavam à sua Corporação. As discussões versavam sôbre a natureza e fôrça dos votos simples, que os estudantes depois do noviciado emitiam antes de se ligarem mais estreitamente à Religião pelos vínculos da profissão solene.

Era esta uma novidade, que desde que se introduziu na Companhia de Jesus, começou a desconcertar as opiniões dos doutores que tudo mediam pelas praxes antigas, e a provocar as arremetidas de religiosos, em cujas Corporações se desconheciam aqueles votos. Até ao tempo desta inovação, excogitada pelo génio organizador de Inácio, os únicos votos de Religião que o direito expressamente admitia, eram os votos solenes, a que os membros das Ordens se obrigavam imediatamente depois de um ano de tirocínio. Os estudantes porém da Companhia, emquanto andavam em formação e prova, e também os chamados coadjutores espirituais ou temporais, só faziam votos simples, como já deixámos suficientemente explicado [2]. Foi esta a origem da controvérsia e o princípio de fartos dissabores.

Muitos letrados que não percebiam ainda a travação peculiar do novo organismo religioso, e também os adversários ou rivais da Companhia de Jesus, defendiam e divulgavam que os votos simples não constituíam religiosos, e conseguintemente os estudantes da Companhia eram meramente seculares, ainda que trajassem hábito religioso e vivessem unidos em comunidade, e podiam em boa consciência sair-se de semelhante Corporação para contrair matrimónio, se lhes

(1) *Epist. Mixtae*, I, 172.
(2) Cf. L. I, C. IV, § 10.

aprouvesse, ou mudar-se para outra Ordem religiosa (1). Apalpam-se os inconvenientes destas asserções aparentemente bem deduzidas e, demais, autorizadas com o parecer de canonistas de nomeada.

Em Portugal andou por largo tempo muito acesa a controvérsia. Ainda em 1563, vinte e três anos depois de terem aparecido em Lisboa Simão Rodrigues e Francisco Xavier, não acabavam os doutos de adquirir conhecimento claro do Instituto da Companhia. «É de admirar, escrevia a 5 de setembro dêsse ano a Portugal o Geral Diogo Laines, que havendo tão boas letras e consciências entre os letrados dêsse reino, se lhes torne tão dificultoso entender as coisas de nossa Companhia, ou antes aplicar-se a entendê-las; porquanto parece que não acabam de querer medi-las por outra regra que não seja o direito comum; donde se segue que hão forçosamente de errar, e, o que é peor, induzir outros a êrro» (2).

Mas desde os primeiros anos houve motivo para igual queixa. O Dr. Navarro que assistiu à entrada dos Padres da Companhia em Coimbra e de perto os foi seguindo e observando no seu modo de viver, sustentava com o Dr. Morgovejo, também lente de cânones na Universidade, que os estudantes da Companhia, a-pesar de seus votos, não eram efectivamente religiosos antes de fazerem a profissão solene (3), e os colégios, como a Companhia os formava, não constituíam comunidades religiosas (4); e, inculcando mais a sua persuasão, com grandes demonstrações de espanto protestava o insigne doutor, que tinha pelo maior cargo de consciência que imaginar se pode, o que na Companhia se praticava, quando os estudantes se obrigavam com votos à Religião sem que a Religião se obrigasse a êles, ficando

---

(1) Borgia, III, 470; Astrain, III, 272.

(2) Laines, *Mon.*, VII, 327.

(3) «Assenta elle [Navarro] e Morgoviejo que nosoutros antes da profissão não somos religiosos posto que tenhamos os tres votos essenciaes». *Epist. Mixtae*, I, 537.

(4) «Navarro... veo... a declarar que os collegios não erão Religião, nem os estudantes se podiam chamar nem ter per religiosos, perque os votos que fazião simples não os faziam religiosos». *Epist. Mixtae*, I, 542.

ela com as mãos livres para os lançar fora sem grande causa. Tudo eram conseqüências da instituïção dos votos simples (1).

Na mesma Universidade porém seguia opinião contrária o Dr. Marcos Romeiro, que neste singular litígio sempre esteve ao lado da Companhia de Jesus, como quem a conhecia mais ìntimamente (2). Opinava o doutor que os estudantes da nova Congregação não podiam deixar de considerar-se verdadeiros religiosos pelos votos essenciais de Religião, de pobreza, castidade e obediência, com que todos êles se ligavam à sua Companhia (3). Era expressa a fórmula dos votos que Mestre Simão compusera para os seus estudantes de Coimbra e Romeiro certamente conhecia. Nestes termos a concebera o fundador da Província de Portugal: «Eu N. me ofereço sem nenhuma condição nem outra mais inteligência, que a que estas palavras teem e é a intenção dos superiores desta Companhia de Jesus, a, conforme às Constituïções dela, feitas e por fazer, perpètuamente vos servir, professo ou coadjutor, quando para alguma destas coisas o superior me quiser aceitar. Assim mais até ser professo ou coadjutor vos prometo guardar castidade e a pobreza que o colégio tem por instituïção e de obedecer aos superiores da Companhia em tudo o que me mandarem. O que tudo assim da minha parte a vós, meu Senhor, e por amor de vós e deante de vossa Divina Majestade e da gloriosa Virgem Santa Maria, prometo firmemente, crendo e esperando que, pois me dais graça para fazer tal princípio, ma dareis maior para o acabar de consumar a glória e honra vossa» (4). Por

---

(1) Cf. *Ob. cit.*, I, 537.

(2) «Mestre Marcos Romeiro que neste negocio sempre foy por nós». Rodrigues, *Mon.*, 621, carta do P. Simão Rodrigues de 8 de fevereiro de 1549. «Doutor Marcos Romeiro o qual conhece muito de V. R. e de toda a Companhia». *Epist. Mixtae*, II, 69, carta de Pedro Luís da Fonseca a Inácio de Loiola, de 6 de fevereiro de 1549.

(3) Cf. *Epist. Mixtae*, I, 537, II, 69.

(4) Rodrigues, *Mon.*, 863-864; *Epist. Mixtae*, III, 176; Teles, I, 295; Franco, *Synopsis Ann.*, 1546, n. 12. Esta fórmula foi feita, ou pelo menos modificada, em 1546 depois de promulgado o breve de Paulo III *Exponi nobis* de 5 de junho dêsse ano, o qual instituía a classe dos coadjutores

fôrça desta fórmula concluímos que os estudantes da Companhia de Jesus faziam em Portugal os três votos essenciais de Religião, os quais, ainda que simples, bastavam, na opinião de Romeiro e outros doutores, a os tornarem verdadeiramente religiosos [1].

Mas a incerteza que lançavam nos espíritos a divergência dos doutos e a discussão acalorada pelas paixões, per-

---

espirituais e temporais, de que na fórmula se faz menção. Em março de 1553 o P. Manuel Godinho, duvidando se esta fórmula fôra mandada de Roma, pedia ao P. Inácio esclarecimentos sôbre ela. O Santo respondeu que lhe não agradava a fórmula; escusou-o porém da resposta a vinda do P. Nadal, que trouxera de Roma a fórmula prescrita nas Constituïções. *Epist. Mistae*, III, 177; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, V, 113.

[1] Bem desde os primeiros anos costumavam os estudantes na Província de Portugal fazer explìcitamente os três votos, que se julgavam essenciais da Religião, como o legislador assentou mais tarde nas Constituïções definitivas. Não se praticou porém sempre assim fora de Portugal em tôda a parte, nem a legislação de Inácio desde o princípio o preceituava. O santo fundador, nos primeiros dez ou doze anos depois da instituïção de sua Ordem, não considerava como religiosos, no sentido rigoroso e canónico, os escolásticos aprovados de sua Companhia, ainda que faziam parte da Corporação. Em 1542 escreve ao P. Simão Rodrigues que «los que van à los estúdios... aun no son de Congregación alguna» (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 208). Os professos primeiro e, depois de 1546, os professos e coadjutores formados é que constituíam, como verdadeiros religiosos, a sua Companhia. Os escolásticos deveram antes chamar-se aspirantes a religiosos, visto que não tinham, por fôrça das Constituïções, *os três votos essenciais da Religião*, de pobreza, castidade e obediência (Cf. Soares, *Opera Omnia*, Paris, 1859, T. XV, *De Religione*, L. II, C. I, n. 1, C. II, n. 3).

O voto, que ùnicamente faziam nesses anos os estudantes, por exigência das Constituïções, era o voto de *entrar na Companhia*, e, depois de 1546, de *entrar como professo ou coadjutor*. Os outros votos, geralmente de pobreza e castidade, poderiam fazê-los como votos particulares, bem que sôbre êste ponto se notam indecisões na legislação primitiva. Assim lia-se nas Constituïções de 1550 a declaração de que o voto simples de entrar na Companhia era o que por vigor das Constituïções se devia fazer; mas que não se proïbia fazer os três votos em particular, se algum tivesse devoção [Cf. *Const. Lat. et Hisp.*, pag. 7, nota (a)]. Tudo isto se comprova por abundante e autorizada documentação coeva.

Nos primeiros esboços de Constituïções apenas se exige que os estudantes façam voto de pobreza e castidade e «promessa ou voto simples de ser incorporado na Companhia acabados seus estudos» (*Const. Lat. et Hisp.*, pag. 307, nn. 10, 11, 12, pag. 212 nn. 5, 6).

Em 1545 escrevia Inácio que o Papa concedera certas graças «a quien-

turbava consideràvelmente o sossêgo da nova Ordem, e ameaçava estorvar-lhe o preciso desenvolvimento e expansão. Não poucos dos que primeiro se alistavam alvoroçados nas suas fileiras, desgostados depois e como que desiludidos com o que ouviam disputar sôbre os votos, esfriavam no santo entusiasmo, que os movera a enfileirar-se nela, e confundidos ou desanimados com o pensamento ou suspeita de que não

---

quiera que fuere de la Compañia o *tuviere* voto de *pobreza y castidad y proposito de entrar en* nuestra Compañia» (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 335). Nesse mesmo ano fazia Ribadaneira seus votos de estudante por êstes termos: «hago voto... de pobreza y castidade y de ser de la Compañia... después de acabados mis estudios...» (Ribadaneira, II, 299).

No ano antecedente dizia o P. Mirão escrevendo de Valença de Aragão ao fundador que «si alguno de nosotros (haunque *no somos obligados* a hazerla, digo *a tener voto de obedientia*) sintiendo mucho en su ánimo convenirle de hazerlo, que el que está Prepósito en el colegio tenga facultad para... recebirlo,... en virtud de aquel *voto particular* le pueda mandar» (*Epist. Mixtae*, I, 179).

Mas por êsse mesmo tempo escrevia do Colégio de Coimbra ao P. Fabro o P. Hermes Pijn que fizera os três votos de pobreza, castidade e obediência. «Me... Deo devovi in paupertate, castitate et obedientia atque me vobis (tibi, inquam, Patri meo spirituali, reverendissimoque Patri Ignatio, Patrique Symoni... obtemperaturum promisi» (Fabro, *Mon.*, 279).

No colégio porém de Gandia ainda em 1547 tinham os estudantes não mais que voto de pobreza e castidade e «de ser da Companhia» *Epist. Mixtae*, I, 430 segg.). Mas é muito de notar que nesse ano mandou Inácio para Portugal e outros reinos a ordem de que acabado um ano de noviciado os estudantes fizessem o voto de entrar na Companhia, e não se lhes consentisse fazerem votos de pobreza e castidade (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 608).

Dois anos mais tarde enviava Polanco a Lovaina ao P. Adriano Adriaensens a fórmula, usada em Roma, para o esclarecer sôbre a natureza destes votos simples. Ora nesta fórmula prometia o estudante entrar na Companhia e, demais, para o futuro sob expressa condição que fôsse nela recebido, pobreza, castidade e obediência. Desta maneira só tomava a obrigação de guardar êsses votos depois de ser admitido na Companhia, como professo ou coadjutor. São explícitas as palavras da fórmula: *voveo... me Religionem Societatis Jesu ingressurum... in qua Societate, si receptus fuero, promito paupertatem, castitatem et obedientiam* (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, II, 553-554).

Mas o P. Adriano não acabava de entender êste assunto de votos simples, e de novo Polanco em 9 de fevereiro de 1552 insiste em idênticas declarações e diz-lhe que o estudante, ao fazer seus votos, só promete *explìcitamente* a entrada na Companhia como professo ou coadjutor; e a pobreza, castidade e obediência só para o futuro as promete, a saber para

eram religiosos, resolviam-se a desamparar a Companhia, que pouco antes tinham escolhido para nela perpètuamente viverem, e passavam-se a engrossar outras Religiões. Alguns de menos alento e fervor tomando pé do que lhes diziam sôbre a pouca firmeza dos votos simples, e persuadindo-se fàcilmente, como lhes insinuavam, que não tendo ainda laços mais fortes que os prendessem à Religião, poderiam com se-

---

quando fôr incorporado daquela maneira na Companhia. Claramente o exprimem as palavras de Polanco: *res... in futurum promittitur* e *in futurum paupertas vovetur* (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 307-308).

Mais. Duas fórmulas que se lêem nas Constituïções de 1550 (*Constitutiones Lat. et Hisp.*, pag. 379, 381) mostram que havia ainda nesse tempo hesitação no espírito do legislador. Numa delas acrescentou Inácio as palavras *ex nunc et deinceps* para significar que os votos tinham sua fôrça desde o momento em que se pronunciavam, mas noutra fórmula, que nos parece posterior, omitem-se aquelas palavras e adverte-se em nota, que há dúvida se aqueles votos de pobreza, castidade e obediência só obrigam para o futuro ou se induzem a obrigação de serem logo observados como tais.

Agora entendemos a razão da divergência que havia neste ponto entre Roma e Portugal. De Roma vieram reparos sôbre a maneira como em Coimbra se faziam os votos, e Mestre Simão que achava «muitos e muitos inconvenientes» no modo que de Roma lhe escreviam, respondeu que enviaria a Inácio a fórmula de Coimbra, para a examinar, e o informaria de tudo por inteiro «porque, ponderava êle, cada dia se descobrem novas necessidades e da maneira que os eu cá faço, se atalha a muito» (Rodrigues, *Mon.*, 581, carta de 20 de Janeiro de 1548). Debatia-se por êsse tempo vivamente a controvérsia dos votos simples.

Os editores da *Monumenta Hist. S. J.*, notam (Rodrigues, *Mon.*, pag. 581) que êstes reparos versavam sôbre os ritos e cerimónias que Simão estabelecera para a profissão religiosa (Vide Rodrigues, *Mon.*, pag. 865-867). Não é exacto. Êsses ritos e cerimónias, como o diz expressamente o autor dêles, pertenciam à *profissão solene*, que se fazia «acabado o tempo dos estudos», e na carta de 20 de janeiro de 1548 trata-se dos votos simples; que só êstes até êsse tempo tinham feito os súbditos do P. Simão.

Com a redacção definitiva das Constituïções acabaram-se de vez tôdas as dúvidas. Segundo a fórmula que desde então se introduziu, faz o estudante explìcitamente os três votos de pobreza, castidade e obediência, além da promessa de se incorporar na Companhia com o grau de professo ou coadjutor formado (*Const. Soc. J.*, P. V, Cap. IV). Desta maneira entravam os estudantes canònicamente em Religião. Os votos como antes se faziam geralmente naqueles primeiros anos, não constituíam verdadeiros religiosos.

gura consciência desatar-se daquelas ténues ligaduras e deixar a Companhia, sob qualquer pretexto que lhes lisonjeasse a paixão ou acobertasse a pouca virtude, voltavam ao mundo e às vaidades que haviam nobremente desprezado. É fácil de conceituar quanto esta tribulação desconsolava os bons filhos da Companhia, e mais que todos os superiores, quando viam que desertavam de suas fileiras jovens esperançosos, que tinham criado e educado com desvelo, e em quem traziam os olhos como em futuros obreiros que prometiam trabalhar proficuamente e com lustre da sua Corporação no campo do grande Pai de famílias [1].

Com estas saídas e deserções acrescia outro mal, que não era somenos. Deminuía-se numa proporção considerável o crédito da Companhia e também o número dos que a buscavam para serem nela admitidos. Muitos que andavam movidos a se lhe incorporar, arrefèciam na pretensão e abalados com o exemplo dos desertores retrocediam do seu propósito [2]. Por outro lado recresciam as murmurações ao mesmo passo que não poucos daqueles jóvens, depois de viverem alguns anos tão firmes e contentes na sua vocação, que exortavam outros a os seguirem, de-repente se trocavam de todo, e alegres corriam para outras Religiões tendo em menos aquela que primeiro com fervor de iniciados exalçavam [3]. Os contrários, como é de ver, folgavam com o desdoiro da Ordem menosprezada.

Subia êste de ponto com o que divulgavam outros religiosos afirmando que suas Religiões eram mais perfeitas do que a Companhia, e os que as buscavam saídos da que fundara Inácio, iam atraídos pela maior perfeição [4]. Frades de

---

[1] Assim o lastimava o P. Manuel Godinho, um dos principais sujeitos da Companhia naqueles primeiros tempos em carta de 17 de junho de 1548. Cf. *Epist. Mixtae*, I, 540.

[2] *Epist. Mixtae*, I, 541; Rodrigues, *Mon.*, 620.

[3] *Epist. Mixtae*, I, 541-542.

[4] *Ob. cit.*, I, 463. Carta do abade Pedro Doménech de 8 de fevereiro de 1549. Os editores da *Mon. Historica S. J.* publicaram esta carta (l. c.) com a data de 1548; mas foi certamente escrita em Almeirim a 8 de fevereiro de 1549, visto que no outubro de 1548 ainda Doménech estava em Gandia na sua viagem para Portugal. Cf. *Epist. Mixtae*, I, 462[1].

vários institutos gloriavam-se pùblicamente de que tantos trocassem a Companhia pelas suas Ordens. Os franciscanos, a quem denominaram Capuchos, contavam com mal disfarçado regozijo, que à sua tinham já vindo acolher-se muitos em número e homens principais e letrados de que a Companhia de Jesus fazia grande conta (1), e não se pejavam de declarar que abririam as portas e os braços a quantos, deixando os colégios daquela Ordem, se viessem refugiar a seus conventos (2). Os mais dos que saíam do Colégio de Jesus, encaminhavam-se para o convento de S. António dos Olivais, de franciscanos da província da Piedade, situado a pouca distância de Coimbra. Daqui é que nascia o grito de angústia e de alarme, que faziam sentir em Roma ao P. Inácio os seus filhos de Portugal, quando lhe denunciavam que Santo António os combatia rudemente, e advertiam que era mister que o P. Mestre Inácio fizesse tréguas com aquele Santo; aliás êle não cessaria de lhes dar trabalho e desassossêgo, recolhendo no seu convento os que se desgostavam da Companhia (3).

Os efeitos desastrosos, que no ânimo dos de casa e no conceito dos estranhos causavam as transferências para outra Ordem, procuravam com solícita diligência atalhá-los os superiores e quantos tinham a peito o bem da sua Corporação. Tentaram primeiro readmitir alguns dos que se haviam mudado a outras Religiões, mas desiludidos nas suas esperanças lhes tinham a breve trecho voltado as costas. Esperavam assim que se desfizessem com a emenda os preconceitos e se restituísse à Companhia o bom nome que as murmurações lhe haviam porventura desdoirado.

Foi especial o empenho que puseram para a readmissão de Pedro Luís da Fonseca, estudante cuja entrada no convento de S. António dos Olivais deu maior brado em Coimbra e noutras partes do reino. Fôra êle admitido à Companhia a 25 de julho de 1545 (4). Sempre sobressaíra pelas

(1) *Epist. Mixtae*, I, 463.
(2) Rodrigues, *Mon.* 620; *Epist. Mixtae*, I, 537.
(3) *Epist. Mixtae*, I, 404, 552.
(4) Cf. Mss. Soc. J., *Lus.* 43, f. 2.

mostras de raro engenho e habilidade, e cursara, antes da admissão, com proveito notável, as aulas de latim. No colégio estudara artes e começara a teologia. Extremava-se outrossim pela boa índole e singular discrição, e cativava com a afabilidade e primor de seu trato. Emfim adornavam-no tôdas as prendas que se requerem num bom filho da Companhia. Demais nunca deu em casa outro mau exemplo, e era muito amado de todos os companheiros por sua excelente condição e qualidades, e bem conhecido da gente de fora (1). Jovem tão prendado havia necessàriamente de penalizar a seus irmãos com a saída inesperada. Sucedeu pois que pelo Natal de 1547 começou a tentá-lo o desejo de vestir o hábito franciscano (2). O que ouvia sôbre a suposta imperfeição da Companhia em confrontação das outras Ordens, que lhe pintavam como mais estreitas na observância e de maior perfeição nas suas regras, as incertezas que lhe metiam na alma de ser ou não ser religioso, e as instigações de maus conselheiros resolveram-no a dar o passo que em seu espírito havia meses meditava (3).

Mestre Simão percebendo as intenções de Fonseca e desejando conservar na Companhia o súbdito a quem estimava, foi-se ter com o superior dos franciscanos do convento de S. António, e expôs-lhe as razões por que não devia receber a nenhum dos que da Companhia lhe fôssem pedir o hábito. O bom do frade prometeu-lhe sem aparente reluctância não admitir no convento quem não lhe trouxesse autorização do superior. Não obstante porém a promessa, que Simão teve por sincera, quando Pedro da Fonseca se apresentou, decorridos alguns meses, no referido convento sem a licença, que lhe fôra negada, os frades apertaram com êle que desse cumprimento sem delongas a seu propósito e tomasse logo o hábito, que êles com efeito lhe lançaram jubilosos numa sexta-feira, quinze de junho de 1548 (4).

Apenas chegou ao Colégio de Jesus a notícia do que se

(1) Rodrigues, *Mon.*, 620.
(2) *Ob. cit.*, pag. 599.
(3) *Epist. Mixtae*, I, 542; II, 69.
(4) Rodrigues, *Mon.*, 619; *Epist. Mixtae*, I, 540, 541.

praticara em S. António dos Olivais, correu o P. Luís da Grã, reitor, ao guardião ou ministro daquele convento, e estranhou-lhe que não tivesse mantido a palavra que dera a Mestre Simão, recebendo tão sem dificuldade aquele tentado religioso (1). «Respondeu-lhe tão ufano e contente, que parecia que alcançara grande vitória, e disse que não sòmente a êste, mas a todos os outros que fôssem sem licença havia de receber» (2). Por estas palavras referiu Simão Rodrigues a Inácio a resposta do guardião e prosseguia lastimando o sucedido nestes termos: «Com sua entrada no mosteiro foi grande o alvorôço na cidade; desacreditou muito a casa, e deu grande sentimento a todos. E porque êle tinha feito votos particulares, por vencer a tentação que tinha, de não entrar em outra Religião, pôs-se a questão entre teólogos, se podia passar àquela Religião ou não. Foram contrárias opiniões. Que direi a V. R.? Foi uma tragédia pública: foi ocasião para muitos se retirarem de não entrar na Congregação. Os frades publicavam muito mais esta façanha, e não sòmente na cidade, mas ainda em outras partes do reino» (3).

Não durou porém muito aos franciscanos o regozijo do triunfo; antes de-pressa se lhes trocou em desengano. Pedro da Fonseca, decorridos apenas sete meses, já sentia arrependimento e remorso de ter deixado sua «primeira certa vocação» (4) e não se achava bem no hábito de S. Francisco. Sai do mosteiro, com licença que pedira, e foi-se direito a casa do Dr. Marcos Romeiro para o consultar sôbre as inquietações que lhe atormentavam o espírito. O doutor como resposta, que lhe dava, «encarregou-lhe muito a consciência, e disse-lhe que era em tôdas as maneiras obrigado à Companhia por os votos que tinha feitos» (5). Dali voltou o afligido mancebo

---

(1) «Descorrendo o tempo hum pouco mais àvante, este irmão tentado se foy laa e o receberão, nom me guardando a promessa que me tinhão feita». Rodrigues, *Mon.*, 619. Carta de Mestre Simão a Inácio, de 8 de fevereiro de 1549.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 620; *Epist. Mixtae*, I, 537.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 620.

(4) *Epist. Mixtae*, II, 69.

(5) *Ob. cit.*, l. c.

à portaria do Colégio de Jesus, donde mal aconselhadamente saíra, e pede por misericórdia que o aceitem de novo porque «fôra enganado sob título de buscar mais perfeição» (1).

Alvoroçaram-se, como se pode imaginar, os irmãos do colégio com a esperança de que se reparasse agora a «ofensa e injúria que fôra feita à Companhia» (2). Enviaram-no a Almeirim com muitas cartas a Mestre Simão, em que lhe rogavam instantemente o quisesse receber para «tirar o opróbrio em que o colégio por todo o reino estava por causa do passado» (3). Simão Rodrigues bem desejara poder admiti-lo imediatamente, mas obstavam as Constituïções da Companhia, que vedavam acolhêr no seu grémio quem tivesse envergado hábito de outra Religião. Suspende a resolução do negócio e escreve ao Padre Geral a expôr-lhe a condição daquele jovem e a pedir-lhe se dignasse usar com êle de compaixão. «Se eu, diz o amado companheiro de Inácio, alguma coisa mereço diante de V. R., lhe peço por amor de Nosso Senhor, que queira por esta vez dissimular êste negócio; por certo o caso é novo, e se V. R. estivera presente, e vira e ouvira o que passou, parece-me que se determinara a recebê-lo» (4).

Para mais eficazmente mover a seu Padre Inácio, aponta-lhe as razões que reputava de maior pêso e assim lhas pondera: «Vendo a gente êste irmão agora outra vez no colégio, claro está que hão de julgar que não achou em o mosteiro muita mais perfeição que entre nós e tornar-se-ão outros a mover a entrar em casa... E ainda que se não recebesse por outra cousa que para aquietar os que andarem tocados de semelhantes tentações, bastava. Se Deus e V. R. nos hão de permitir algum contentamento, que pareça satisfação da sobrançaria e agravo que nos aqueles padres teem feito, será mui grande termos agora êste irmão em casa à vista dêles e dos outros... Tem êste irmão tão boas pren-

(1) Rodrigues, *Mon.*, 620.
(2) *Ob. cit.*, l. c.
(3) *Ob. cit.*, l. c.
(4) *Ob. cit.*, pag. 621.

das e vem tão cortado do êrro que fêz, que espero em Nosso Senhor, que lhe há de ser esta queda para mais sua perfeição» (1).

Ao mesmo tempo se escreviam a Inácio outras cartas instando pela licença que desejavam obter, com uns encarecimentos que nos hão de parecer justificados pela grandeza da tribulação que padeciam (2). O P. Manuel Godinho com esta veemência suplica em nome de todo o Colégio de Jesus o perdão para o atribulado jovem: «V. R. pelas chagas de Cristo Jesus nos queira fazer esta esmola de condescender com nossa fraqueza e não querer usar do rigor que o caso requeria, pois nele interveem tantas circunstâncias que deminuem a graveza dêle. Padre, não quero pôr a V. R. deante, senão sòmente ser esta, segundo creio, a primeira suplicação que o Colégio de Jesus da cidade de Coimbra oferece a V. R. para a despachar com o Rei dos céus. Por seu amor lhe peço, em nome de todos, que nos não desconsole, porque assaz desolações temos sentido todo êste ano passado até agora» (3). O próprio culpado, comparando-se ao pródigo desertor da casa paterna e afeando o delito com expressões de humilde arrependimento, pede-lhe que ponha de parte o rigor e usando «de sua costumada benignidade» lhe restitua o bem que perdera e o admita «à Companhia de que tão inconsideradamente fugira» (4).

Inácio contudo não se inclinou desta vez à misericórdia. Ainda que se comovera de compaixão, respondeu a tão repetidas instâncias que folgara sim de poder outorgar o que lhe pediam, mas que não estava em sua mão, porque as Constituïções, que todos seus companheiros subscreveram, «não consentiam que frade nenhum entrasse na Companhia» (5). Polanco, secretário do Geral, escreveu de sua parte a Mestre Simão, que enviassem a Roma aquele jovem com cartas de recomendação de D. Leonor de Mascarenhas ou

(1) *Ob. cit.,* l. c.

(2) Cf. *Epist. Mixtae,* I, 462, II, 68, 70.

(3) *Epist. Mixtae,* II, 70-71. Carta de Almeirim, de 7 de fevereiro de 1549.

(4) *Ob. cit*, 68.

(5) *Mon Ignat.*, ser. 1.ª, II, 417.

do duque de Gandia endereçadas a Mestre Inácio, que êle tomava à sua conta alcançar a pretensão, ainda que fôsse mister obter do Papa ordem que o recebessem [1]. Não nos consta que Pedro da Fonseca fôsse a Roma, como aconselhava Polanco. O certo é que o seu nome se inscreveu num catálogo de 1552 entre os que tinham saído da Companhia de Jesus [2].

Mas ainda que a readmissão dêste ou de alguns mais conseguisse atenuar um pouco o vexame que sofria o Colégio de Coimbra, não se arrancava a origem daqueles dissabores, e com o decorrer do tempo repetir-se-iam as deserções, e com elas a desconsolação e desassossêgo que traziam. Era preciso cortar o mal pela raiz e cerrar de vez as portas das outras Religiões, que não se abrissem para dar entrada a descontentes da Companhia.

Viram fàcilmente em Portugal que o remédio único e eficaz seria alcançar do Sumo Pontífice um breve ou bula que interdissesse a passagem dos religiosos da Companhia para outras Ordens. Pediram, instaram e conseguiram por fim o que desejavam. A insistência com que bradavam pelo remédio, demonstra o agudo da tribulação e a graveza das conseqüências que se temiam para o futuro. A Companhia era Ordem nova que então se constituía. Se porventura entrasse no povo o conceito de que não era Religião como as demais Ordens, ou tinha uma categoria inferior de imperfeita, não sòmente não lograria medrar, mas definharia pouco a pouco, saindo uns, desconsolados, de seu grémio, e retraindo-se outros de abraçar um Instituto desprezado. Dêste receio provinha o ansioso empenho de afastar o perigo iminente.

O Padre Manuel Godinho lembra insistentemente para Roma ao P. Santa Cruz, encarregado de solicitar o breve do Papa, «aquele negócio de trespassar daqui para outras Religiões, que mais que tudo nos importa, porque Santo António nos combate grandemente» [3], e chega a insinuar

---

(1) *Ob. cit.*, l. c.
(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 2.
(3) *Epist. Mixtae*, I, 104.

que, para obstar a freqüentes saídas, se convertam os votos em solenes da parte dos estudantes que os faziam, ficando simples da parte dos superiores para poderem despedir os que não fôssem aptos para a Religião [1]. Voltava mais tarde sôbre o mesmo assunto e propunha que no breve pontifício se cominasse pena de excomunhão «ao guardião, ministro e frades, que os não recebam sem liçença, e não sòmente em Santo António mas nem em nenhuma outra Ordem. Disto temos muita necessidade, acrescentava, para quietação da casa» [2]. Em termos igualmente encarecidos apoiava Mestre Simão a quase impaciência de Godinho. «Por amor de Nosso Senhor, insistia com Inácio, que V. R. dê muita pressa a isso, porque é uma das coisas que mais importa pelo desassossêgo e escândalos que daí nascem» [3].

Inácio em Roma tomava a peito o que tão eficazmente de Portugal lhe encomendavam. A esta diligência o persuadiu também o exemplo de um jovem, que do Colégio de Coimbra, onde estudara alguns anos, os superiores enviaram a Roma, e certos religiosos em Itália desencaminharam convencendo-o a que, deixada a Companhia, se passasse à sua Religião [4]. Mas infelizmente na cúria pontifícia encontrava dura renitência para a concessão do breve, que tanto interessava à Companhia. Significou então em carta a Mestre Simão Rodrigues a grande conveniência de que o rei D. João escrevesse a seu embaixador Baltasar de Faria, encarregando-lhe que da parte de sua Alteza solicitasse de Paulo III o remédio para tamanho desassossêgo [5]. Ao mesmo tempo enumerava o santo Geral alguns pontos, que era bem se tocassem na carta do rei para maior eficácia do empenho. Entre êles se alegava que «os estudantes do Colégio de Coimbra eram inquietados por alguns religiosos de outras Ordens para que, deixando sua primeira vocação, passassem a suas Religiões» [6].

---

(1) *Ob. cit.*, I, 542.
(2) *Ob. cit.*, I, 552.
(3) Rodrigues, *Mon.*, 622. Cf. *ibid.*, pag. 598, 605.
(4) *Mon. Ignat.*, ser, 1.ª, II, 10.
(5) *Ob. cit.*, l. c.
(6) *Ob. cit.*, XII, 230.

O rei prontamente acedeu a tão eqüitativo requerimento. A onze de maio de 1548 mandava carta ao embaixador e ordenava-lhe que em seu nome pedisse ao Papa se dignasse passar um breve em fôrça do qual nenhum dos irmãos da Companhia, se acontecesse sair-se da Ordem «depois de cumprido o ano conforme à sua regra», pudesse «ser recolhido em nenhuma outra Religião sem licença do Superior da dita Ordem da Companhia de Jesus». Advertia-lhe que tomasse informações do P. Mestre Inácio, e de acôrdo com êle «trabalhasse por acabar êste negócio com tôda a instância» [1].

Foi eficaz a intercessão real. A dezóito de outubro de 1549 expedia Paulo III a bula *Licet debitum*, em que sôbre conceder diversos privilégios, determinava que nenhum professo, escolar nem coadjutor da Companhia fôsse recebido, sem expressa licença do Superior ou da Santa Sé, noutra Ordem religiosa, a não ser da Cartuxa; e que o Geral e demais superiores da mesma Companhia tivessem autoridade para excomungar, prender e encarcerar os desertores, fôsse qual fôsse o hábito em que os encontrassem vestidos [2].

Tão clara e autorizada decisão devera terminar definitivamente o litígio. Não sucedeu porém como era de esperar. Continuaram ainda a aparecer doutores e religiosos que enredavam a questão com agudas ou cavilosas interpretações, uns porque ignoravam as leis peculiares da nova Ordem religiosa, outros porque se persuadiam que o privilégio dado à Companhia não derrogava o direito comum dos

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 802-803.

(2) «Ac inhibemus, ne quis post emissa vota secundum Constitutiones praedictas, sive Professus sive Scholaris sive Coadjutor Societatis hujusmodi sit, ad quemvis alium Ordinem... (Carthusiensium duntaxat excepto), nisi de expressa ipsius Praepositi aut dictae Sedis licentia transferri, egressi vero... in nullo alio, praeterquam Carthusiensium praefato Ordine, admitti, recipi vel retineri possint; ipsique Generalis et alii inferiores Praepositi, per se vel per alios, illos sic egressos... in quocumque habitu apostatas praedictos contigerit inveniri, excommunicare, capere incarcerare et alias suae disciplinae submittere... valeant». *Institutum Soc. J.*, I, 15-16.

regulares, expresso no capítulo *Licet de regularibus,* em que se permite a passagem para Religião de vida mais perfeita ([1]). Pareceres desta qualidade facilitavam naturalmente as deserções e renovaram em Lisboa no ano de 1563 a tribulação que nos anos anteriores desassossegou, como vimos, os religiosos do Colégio de Coimbra.

De-feito pelos meados daquele ano desapareceu do colégio de S. Antão o P. Cornélio Gomes, religioso de vida edificante e antigo missionário do Congo, e se foi meter por frade capucho num convento de franciscanos da Província da Piedade. Tinha-se prevenido com a anuência do cardeal infante, a quem arrancara a licença com importunações, expondo-lhe o perigo de sua alma e alegando os pareceres de letrados, em que se estribava para aquela resolução ([2]).

Não se pode fàcilmente descrever o assombro dos filhos da Companhia com esta fugida de Cornélio, nem o alvorôço dos frades, que divulgavam, como se foram sentenças, as opiniões dos doutos, e diziam com seus ares de triunfo, que finalmente se conheceria agora a diferença que distanciava das outras Religiões a Religião de Inácio de Loiola. A Cornélio iam até visitá-lo no seu convento diversos religiosos para o animar e confirmar no seu propósito, e tão firme se tornou a resolução do novo franciscano que no ano seguinte fêz profissão solene num convento, próximo de Lisboa, da Religião a que se transferira ([3]).

Os superiores da Companhia empregaram primeiro tôdas as diligências para que o fugitivo tornasse ao redil, donde se tresmalhara, e logo com viva ansiedade se voltaram de novo para Roma a pedir que o Sumo Pontífice explicasse e confirmasse o privilégio da Companhia com expressões tão decisivas e claras, que se atalhasse qualquer evasiva e agudeza dos que o quisessem desfavoràvelmente interpretar ([4]). Para êsse fim recorreram mais uma vez à intervenção

---

([1]) Cf. *Decret. Greg.,* L. III, Tit. 31, Cap. 18 *Licet,* em *Corpus Juris,* T. II (Coloniae Munatianae, 1783), col. 461.

([2]) Mss. Soc. J., *Lus.* 61, f. 148-149. Carta do P. Francisco Henriques a Laines, de Vale de Rosal, a 2 de agôsto de 1563, autógrafa.

([3]) Laines, *Mon.*, VIII, 246.

([4]) Mss. Soc. J., *Lus.* 61, l. c.

do rei de Portugal, e o cardeal D. Henrique, então regente do reino, suplicou ao Papa em nome de D. Sebastião, que houvesse por bem prover nesta vexativa pendência ao sossêgo e conservação da Companhia de Jesus (1).

A instância do rei influíu eficazmente no ânimo de Pio IV que a vinte e seis de novembro de 1565 concedeu «a graça de que tinham muito grande necessidade em Portugal», como escreveu nessa ocasião o Geral Francisco de Borja (2). Sobrevindo porém poucos dias depois a morte do Papa (3), antes de ter sido lavrada a bula respectiva, o seu sucessor Pio V logo no janeiro do ano seguinte confirmou a concessão de Pio IV e publicou a bula, em que se determina que nenhum dos religiosos da Companhia possa nem presuma, sem permissão de seu superior, ainda sob pretexto de vida mais perfeita ou mais rigorosa observância, passar para outra Religião ou de mendicantes, como os franciscanos menores, ou de quaisquer monges, excepto sòmente a dos cartuxos, e se estabelece pena de excomunhão não só contra os que fogem da Companhia e entram noutras Ordens, mas também contra os que os recebem, não obstante quaisquer constituïções e ordenações apostólicas, o capítulo *Licet* de Inocêncio III e quaesquer privilégios de outras Ordens ainda de mendicantes (4).

Nestes termos peremptórios cerrou a autoridade pontifícia aqueles debates e subtraíu todo o fundamento aos ve-

(1) *Institutum S. J.*, I, 39.

(2) *Epist. Salmeron.*, II, 57.

(3) Pio IV faleceu a 9 de dezembro de 1565.

(4) *Institutum Soc. J.*, I, 39. Bula *Aequum reputamus* de 17 de janeiro de 1566: «Nullus dictae Societatis Religiosus ... post emissa vota secundum illius Constitutiones, sive Professus, sive Scholaris, sive Coadjutor... absque superioris sui licentia ad id ab eo specialiter obtenta, etiam quaesito colore ob frugem melioris vitae aut strictioris observantiae, ad quemvis alium, etiam Minorum vel aliorum Fratrum Mendicantium, aut Cisterciensium vel S. Benedicti aut aliorum Monachorum Ordinem transire, vel etiam per superiores Ordinum hujusmodi suorumve Monasteriorum (praefato Ordine Carthusiensium duntaxat excepto) recipi seu admitti posset seu praesumeret, sub poena excommunicationis, tam per recipientes quam receptos ac recedentes praefatos ipso facto incurrenda ...» Cf. Franco, *Synopsis Ann.* 1565, n. 6.

xames que tanto molestavam a Companhia no seu bom nome e tranqüilidade (1). Gregório XIII, como já referimos, declarando mais tarde que os estudantes da Companhia, depois de emitirem os três votos substanciais, eram, verdadeira e pròpriamente ditos, religiosos, pôs o remate às decisões pontifícias àcêrca da momentosa controvérsia dos votos simples (2).

5. — Nos anos em que principiou a mover-se a questão, que ora expusemos, dava-se em Coimbra um acontecimento, pela sua origem de-veras lastimoso, que também contribuíu a mortificar os moradores do Colégio de Jesus. Gozava por êsse tempo de bem merecida popularidade o P. Pôncio Cogordan, cujo zêlo ardente e boa destreza no guiar as almas lhe granjeou fama de excelente confessor (3). Abriu-lhe porém mais largo campo ao fervor, que o ocupava constantemente no ministério sagrado das confissões, um jubileu que fôra concedido por Paulo III, e se promulgou em Portugal no ano de 1544. Publicou-se primeiro no abril daquele ano em Almeirim, onde então residia a côrte, e pouco depois em Coimbra (4). O Padre Pôncio dedicadamente se entregou ao trabalho de confessar e absolver a quantos desejavam ganhar a indulgência jubilar. Mas esta dedicação foi para o zeloso sa-

(1) A-pesar da bula papal ainda no ano de 1568 foi necessário em Portugal que o cardeal infante, como legado *de latere* e inquisidor-mor, declarasse por falsa a doutrina dos que afirmavam poderem os Padres e irmãos da Companhia sair livremente da Religião depois de feitos os votos simples, e cominasse penas aos que ensinassem o contrário. Teixeira, *Documentos*, 219-220.

(2) *Institutum Soc. J.*, I, 89. Bula *Quanto fructuosius* de 1 de fevereiro de 1583.

(3) «V. R. ha-de saber que yo, estando en Portugal, soy estado confessor publico, confessando todas las personas que venyan à my por mandado de mys superyores y hera la gente tanta que venian á my por se confessar, que muchas vezes my P. Mestre Symon y Miron y los hotros hermanos de casa me escondian en sus canbras, tirandome de la mya, porque no me dexaban à vida noche y dia a me pedir confesiones; que Mestre Simon muchas [vezes] y delante muchas personas de toda calidad dezya que no se tenyan por confessadas, se no se confesavan con Poncio. Hoc citra laudem dico, sed necessitate coactus». *Epist. Mixtae*, I, 182-183. Carta de Cogordan ao Geral.

(4) *Epist. Mixtae*, I, 164, 183.

cerdote ocasião de gravíssimo desgôsto. Tinha sido pouco antes lançado interdito na cidade de Coimbra e havia muitos contra quem se fulminara sentença de excomunhão. Expliquemos em breves palavras o motivo destas penas eclesiásticas e descobriremos a causa da tribulação de Pôncio Cogordan.

No antigo mosteiro de Lorvão de freiras cistercienses, situado a uns doze quilómetros de Coimbra, e santificado em melhores tempos com as virtudes da B. Teresa, filha de D. Sancho I, decaíra deploràvelmente a disciplina religiosa. Dentro das paredes daquele que devia ser santuário da perfeição cristã, dominava a dissolução, e para fora, ao perto e ao longe, derramava-se o escândalo com horror das consciências timoratas. D. João III, animado pelo zêlo tão louvável com que empreendera levantar da decadência moral muitas casas religiosas de seu reino, procurou também introduzir no mosteiro de Lorvão uma reforma salutar. Aproveitou ensejo que se lhe afigurou propício.

A onze de fevereiro de 1538 fôra eleita por abadêssa do mosteiro D. Filipa de Eça, famosa pelos escândalos de vida dissoluta com que maculava a pureza do claustro [1]. Sendo porém julgada nula e sem efeito jurídico por alguns letrados a eleição, mandou D. João III lançar fora do mosteiro a abadêssa que tinha por intrusa [2], e alcançou do Papa que fôsse provida naquela abadia primeiro D. Melícia de Melo e depois D. Ana Coutinha, ambas freiras muito virtuosas do convento de Arouca.

D. Filipa exasperou-se com a violência, e, dando-se por despojada injustamente do cargo de abadêssa, levou a causa a Roma, onde, a-pesar de todos os esforços que D. João III empregou para contraminar com sua autoridade real os manejos da freira na cúria pontifícia, chegou a conseguir por meio de seus agentes três sentenças do tribunal da Rota

---

[1] Cf. *Corpo Dipl.*, V, 206-211, 263-269; Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja*, II, pag. 436-437, III, P. 1.ª pag. 334[2].

[2] *Corpo Dipl.*, V, pag. 207; Tôrre do Tombo, *Corpo Chron.*, P. 1.ª, maço 73, doc. 91, carta do corregedor de Coimbra Baltasar Vieira a D. João III, de Lorvão a 19 de maio de 1543. Autógrafa.

Romana, que decidiu se reintegrasse D. Filipa de Eça na posse da abadia, de que fôra esbulhada. Durante mais de doze anos se arrastou com vário sucesso e duvidosa alternativa na côrte de Roma a tristíssima causa, que era a mais renhida que por aquele tempo se debatia na Rota, segundo contava a D. João III o embaixador Baltasar de Faria [1], até que em doze de setembro de 1551 enviou Júlio III ao rei de Portugal um breve, em que chamava intrusa a D. Ana Coutinha e pedia ao rei assistisse com seu favor a D. Filipa de Eça, para que, na sua velhice, fôsse, em conformidade com as sentenças de Roma, reposta no cargo de abadêssa de Lorvão [2].

Antes de se chegar a êstes termos, o executor apostólico das sentenças que obtivera D. Filipa [3], como em Coimbra e Lorvão encontrasse quem se opunha à execução de que êle era encarregado, lançou pena de excomunhão contra D. Ana Coutinha e quantos a sustentavam no lugar de abadêssa, e, demais, pôs interdito no mosteiro e cidade de Coimbra. As penas impostas pelo executor não sòmente não findaram a contenda mas irritaram mais os ânimos, e continuaram na agitação dois partidos, defendendo uns D. Filipa de Eça e propugnando outros por D. Ana Coutinha. Era numeroso o partido de D. Filipa, por quem estava boa parte da cidade de Coimbra e do lugar de Lorvão [4].

Na efervescência destas dissensões é que se publicou em Coimbra e fora da cidade o jubileu de Paulo III. Discutiram os doutores se por virtude das faculdades jubilares podiam ser absolvidos os que tinham sido excomungados pelo executor apostólico, e Pôncio, ao ser convidado para os confessar, cuidou primeiro de se ressalvar com os pareceres dos mestres. Os doutores Azpilcueta Navarro, Afonso do Prado e fr. Martinho de Ledesma com outros lentes da Universidade resolveram que podiam os confessores dar

---

(1) *Corpo Dipl.*, VI, 25, 28.

(2) Cf. *Corpo Dipl.*, V, 206-211, 321, 351; VI, 55-57, 274-277; VII, 55.

(3) Chamava-se o executor António Álvares e era cura da igreja parroquial de S. Pedro de Coimbra. *Epist. Mixtae*, I, 188, 192.

(4) Tôrre do Tombo, *Corpo Chron.*, P. 1.ª, maço 73, doc. 91.

absolvição aos excomungados [1]. Seguro na autoridade indiscutível destas decisões, absolvia Pôncio a quantos excomungados a êle recorriam, depois de lhe prometerem, como era justo, satisfazer à parte lesada [2]. O executor porém das sentenças emanadas da Rota «em favor da mui magnífica Snr.ª Dona Filipa de Eça» [3], vibrou excomunhões contra Pôncio Cogordan, fr. Martinho de Ledesma e mais dois dominicanos, porque no mosteiro de Lorvão «com pouco temôr de Deus e de suas consciências, são palavras do executor,... absolveram a dita Snr.ª Dona Ana... e assim a outras muitas pessôas do dito lugar de Lorvão e de outros muitos lugares...» [4].

Estava o bom Cogordan confessando noutro mosteiro, quando lhe entregaram carta do reitor do colégio, P. Martinho de S. Cruz, com a notícia de que o tinham excomungado também a êle. Animava-o contudo o reitor a que não se deixasse possuir de receios, mas continuasse no ministério das confissões.

Não se podem fàcilmente imaginar os desassossêgos de consciência e temores que atormentaram o espírito recto e meticuloso do P. Pôncio. Lentes da Universidade, como o Dr. Navarro, afoitavam-no a não fazer caso da excomunhão, e seus companheiros no colégio estranhavam-lhe tantos mêdos e perplexidades, tachando-o de pusilânime [5]. Éle porém não se aquietava, e cinco meses andou em ânsias aflitivas naqueles sobressaltos, por um lado receoso de ter incorrido na excomunhão e por outro procedendo na fé tranqüilizadora de que não era um excomungado. Por fim escreveu a Mestre Simão que lhe acudisse, que êle já não podia com o pêso de tamanha tribulação. O bom superior chama-o a Lisboa, mas ali não só não achou remédio, senão que se exasperou o mal. O Núncio Apostólico não lhe era favorável, e os que uma vez o conheceram, retiravam-se dêle como de um excomungado [6].

---

(1) *Epist. Mixtae*, I, 183-185.
(2) *Ob. cit.*, I, 191.
(3) *Ob. cit.*, pag. 188.
(4) *Ob. cit.*, l. c.
(5) *Ob. cit.*, pag. 185.
(6) *Ob. cit.*, pag. 185-186.

Não encontrando em Portugal lenitivo a suas angústias, resolveu-se, com parecer de letrados, a ir a Roma. Sem licença de seu superior, que se mostrou bem desgostado com a resolução do súbdito [1], meteu-se animosamente à viagem arrostando com o pêso da responsabilidade. Mas o P. Pedro Fabro, compadecido da aflição que o impelia, escreveu a Mestre Inácio e, interpretando confiadamente a bondosa condescendência de seu companheiro Simão Rodrigues, em nome dêle intercedeu pelo fugitivo, desculpando-o com o excesso da tribulação e pedindo lhe desse acolhimento consolador [2].

Pôncio por sua parte contou ao mesmo P. Inácio todo o seu doloroso trabalho em carta, segundo cremos, escrita da viagem, e rogava-lhe que usasse com êle misericórdia; que o recebesse, senão como filho, ao menos como escravo, e lhe impusesse a penitência de que o julgasse merecedor, que tôda aceitava, com tanto que o conservasse na Companhia de Jesus [3]. Inácio acolheu-o com amor de pai [4]. Em Roma o atribulado sacerdote expôs quanto em Portugal o afligira, e o modo leal com que sempre procedera guiado pelo parecer dos doutos, e pedia ou que o absolvessem, ou que o declarassem por não incurso na excomunhão [5]. Decorrido não muito tempo chegava a Portugal a boa nova de que o P. Pôncio estava já consolado em Roma.

Simão Rodrigues escreveu a Inácio que se satisfazia da consolação do bom padre e, louvando o súbdito de outrora, dizia que «todo o Colégio de Jesus o desejava grandemente e por êle suspirava, bem como a cidade de Coimbra: êle acreditava a Companhia com o odor da boa edificação» [6]. A-pesar dêstes desejos nunca mais voltou a Portugal o afamado confessor.

6. — Chegara Pôncio a Roma com trabalho. Tinha feito a viagem a pé e com extrema pobreza, pedindo por esmola o

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 537.
(2) Fabro, *Mon.*, 325.
(3) *Epist. Mixtae*, I, 182-187.
(4) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 331, 337.
(5) *Epist. Mixtae*, I, 191-193.
(6) Rodrigues, *Mon.*, 542.

alimento preciso e pousando nos hospitais (¹). Não era todavia novo para êle êste rigor. Em Portugal o vira exercitar a seus irmãos nas longas e trabalhosas peregrinações em que êles visitavam de tempos a tempos os santuários de mais devoção. Causava certamente estranheza e espanto a portugueses a maneira de peregrinar a que se submetiam alegres aqueles jovens, logo depois de ter entrado na Religião e deixado o mundo, em que muitos dêles pompeavam grandezas. Mas era costume antigo do fundador Inácio de Loiola, e regra que êle e seus companheiros de fundação meteram nas Constituïções da sua Ordem. Já em 1539, quando lançavam as primeiras linhas ao Instituto da Companhia, tinham determinado que os que se houvessem de admitir na Corporação que formavam, fôssem provados com um mês de peregrinação (²). Confirmaram depois a mesma regra em 1541, explicando que a peregrinação se havia de fazer «a pé e sem dinheiro» (³). O fim a que olhava o fundador nesta prova original, era habituar os seus às incomodidades de «mal dormir e mal comer» e ensiná-los com a experiência a deixar tôda a esperança que podiam ter no dinheiro e demais coisas criadas, e colocá-la inteiramente com verdadeira fé e amor intenso na Providência amorosa de Deus (⁴).

Ora também neste género de penitência e humilhação provavam sua virtude aqueles religiosos do Colégio de Coimbra e se preparavam sofrendo, para saberem mais sofrer. De ordinário escolhiam para estas excursões piedosas o tempo e descanso das férias anuais para não prejudicarem os estu-

---

(¹) *Mon. Ignat.*; ser. 1.ª, I, 331.

(²) *Const. Lat. et Hisp.*, pag. 301.

(³) *Ob. cit.*, pag. 307, n. 6. Aí mesmo, n.º 8, se adverte que a esta prova se sujeitarão sòmente os estudantes que tiverem idade bastante desenvolvida e boa disposição para a suportarem.

(⁴) *Ob. cit.*, pag. 307, n. 6; *Examen Generale*, C. IV, n. 12, no *Instit. S. J.*, II, 10. — O P. Simão Rodrigues nos *Avisos para os peregrinos*, que escreveu, assim expunha, conforme ao espírito do fundador, o intento peculiar destas peregrinações: «O fim da peregrinação he para em alguma maneira alcançar mais firme esperança nos trabalhos em Deos Nosso Senhor, confirmando por experiência a lembrança que tem daqueles que por êle recebem trabalhos; e asi experimentando que nunca falta, alcançarey hum animo liberal et largo pera nenhuma cousa deixar de fazer em ser-

dos durante o curso das escolas, e preferiam os santuários que mais os convidavam pela devoção, como eram Santiago de Compostela, N. Senhora de Guadalupe, não longe da fronteira de Espanha, Nossa Senhora de Nazaret e outros. Caminhavam a pé, geralmente dois e dois, vestidos pobremente com trajos curtos de burel e às vezes andrajosos, pediam o alimento como se foram mendigos, e recolhiam-se de noite nos hospitais ou palheiros, onde os podiam albergar por esmola (1).

Nem era raro fazerem colheita abundante de sofrimentos. Não faltavam privações, quando as esmolas não bastavam a lhes matar a fome, por vezes sobejavam dictérios com que os motejavam, injúrias e até maus tratos, que êles com alegria, por imitar a Cristo Jesus, suportavam. Na volta era muito para ver o alvorôço e expansiva hilaridade, com que narravam a seus irmãos os sucessos graciosos da peregrinação (2). Comummente os trabalhos referidos provocavam nos companheiros desejo de os irem também êles afrontar, e bem o mostravam as importunações que assaltavam os superiores

---

viço de Jesu Christo por cuidar que elle me possa faltar, por já ter em alguma maneira experimentado o contrario; et assi o poderey seguir sem ter de ver com nenhum inconveniente, nem estar atado a cousa nenhuma, tendo por certo que lhe serão muy aceitos todos os trabalhos, injurias et desprezos que do mundo receber, pois os recebo por me conformar com os muitos que elle por mim padeceo; tendo outrosi por certo que todos os pareceres et juizos do mundo sam vãos et de pouca dura et que só a honra de Deos in eterno ha de permanecer». Rodrigues, *Mon.*, 849.

(1) Cf. Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 19; *Epist. Mixtae*, I, 532; *Litt. Quad.*, I, 22; VI, 734-735; Teles, I, 187. — Continuou sempre na Província êste uso de peregrinar, e o P. António Vieira, já quase no têrmo de sua vida, no-lo descreveu com mimo e eloqüência numa exortação doméstica: «Saem três noviços do noviciado em Portugal, sem mais que o seu bordãozinho na mão e o seu alfôrge ao tiracolo debaixo das capas remendadas: e que fazem? Caminhando pelas estradas vão sempre a pé e com os olhos baixos, pedindo esmola e sustentando-se pobremente da que lhe dão e mais pobremente da que lhe negam, recolhendo de noite aos hospitais e, onde os não há, dormindo nos palheiros: para quê? Para que aprendam, se endureçam e se costumem a padecer...». *Exortação doméstica em véspera da Visitação*, § VI. *Sermões*, ed. de 1908, vol. IX, pag. 298.

(2) Cf. *Epist. Mixtae*, I, 539; Franco, *Imagem*, II, 89.

para concederem com mais largueza aquelas sortidas aos novos soldados da Companhia ([1]).

Os primeiros que se estrearam nestas aventuras santas, foram Melchior Carneiro e Manuel Fernandes que logo no ano de 1543 levaram sua romaria desde Coimbra até Santiago de Compostela ([2]). Três dias houve que passaram sem meter na bôca mais do que algumas amoras de silva que puderam colhêr nos valados ([3]). Seguiram-nos Martinho de Santa Cruz e Isidoro Bellini. O licenciado Jorge Moreira e o futuro mártir dos badegás, António Criminal, visitaram Nossa Senhora de Guadalupe. Até outubro de 1543 só êstes, que nos conste, saíram em peregrinação ([4]).

Aumentando o número dos escolares e assentadas com mais ordem e firmeza as coisas do colégio, foram muitos mais os que se exercitaram nesta singular prova de virtude. No ano de 1546 entrou naqueles jovens tal fervor, que dezasseis dêles se animaram no mesmo tempo a empreendê-la ([5]). Alguns passaram pela cidade do Pôrto, onde o disfarce do traje não obstou a que fôssem conhecidos como irmãos da Companhia, e, emquanto um dêles servia e curava os enfermos do hospital, muitos homens honrados o foram visitar e se lhe lançavam aos pés, pedindo a bênção e beijando-lhes os vestidos bem pobres e velhos ([6]). Em 1560 durante as férias de agôsto se espalharam quarenta de uma só vez por todo Portugal em peregrinação aos mais célebres santuários, que demoravam a dezóito, vinte e até cincoenta léguas de distância. «Todos, observa o analista, tornaram a casa tão bem dispostos e com tamanhos desejos de trabalhos, que, se lhes concedessem, voltariam fàcilmente a peregrinar... E estão os padres muito consolados de ver o bem que sucedem estas peregrinações» ([7]).

Não se satisfaziam porém estes peregrinos com os des-

([1]) Cf. v. g. *Litt. Quad.*, VI, 734; Franco, *Ob. cit.*, l. c.
([2]) *Epist. Mixtae*, I, 145.
([3]) Franco, *Imagem ... Lisboa*, 146.
([4]) *Epist. Mixtae*, I, 145.
([5]) *Litt. Quad.*, I, 25.
([6]) *Ob. cit.*, I, 22.
([7]) *Ob. cit.*, VI, 736.

cómodos que forçosamente acompanhavam aquelas viagens tão largas, e feitas com tão desprovida pobreza; inventavam ainda, no empenho de mais padecer, artifícios de agravar o sofrimento e humilhações. D. Rodrigo de Menezes e Manuel Godinho, caminhando para Nossa Senhora de Guadalupe, passaram por Évora, onde então residia a côrte, e foram apresentar-se a D. João III naquele seu humilde traje de peregrinos para fazer, aos olhos do mundo, piedoso alarde da sua pobreza. O rei, a raínha e demais cortesãos olharam com edificação e agrado para os disfarçados romeiros. A irmã porém de D. Rodrigo, dama da raínha, ao ver o irmão tão mal entrajado no pobre burel, sentiu, como mulher palaciana, uns assomos de vergonha, e, não sabendo avaliar os tesoiros da pobreza religiosa, chorou lágrimas de pejo e desgôsto, e saíu em extremos lastimando-se do desdoiro de sua casa e família. O nobre peregrino insinuou-lhe, para lhe enxugar o pranto, que era mais para estimar a pobreza de Cristo voluntária do que as riquezas e vaidades do século [1].

Com êste desprendimento do mundo juntavam acções de verdadeiro heroísmo. Dois noviços do Colégio de Coimbra, que iam na sua peregrinação ao santuário de Nossa Senhora de Nazaret, sucedeu que se deitaram uma noite numa eira a dormir sôbre a palha. Dá com êles o dono, tem-nos por ladrões, ameaça-os, denuncia-os à justiça, e ambos êles são presos com ruído de armas e levados à presença do juiz. No interrogatório a que os sujeitaram, não quiseram, por mais padecer por amor de Cristo, declarar logo quem eram, e foram metidos na cadeia. Gastaram o resto da noite e parte do dia seguinte em oração, até que mandaram recado aos filhos do alcaide da vila, que de Coimbra os conheciam. Desvelaram êstes o segrêdo, e os ministros da justiça soltaram imediatamente os supostos ladrões, pedindo-lhes perdão do involuntário agravo [2].

---

(1) *Epist. Mixtae,* I, 170; Teles, I, 145-146; Franco, *Imagem*, I, 730-733.

(2) *Litt. Quad.,* VI, 735-736. — Casos semelhantes sucederam em anos diversos com outros peregrinos. Cf. Bibl. N. L., mss. n.º 4500, f. 53; *Litt. Quad.*, VI, 845; Teles, I, 309; Franco, *Imagem ... Evora*, 76.

Ora nêstes lances de espírito generoso sempre se avantajou Leão Henriques desde sua entrada na Companhia. Entre as fadigas ordinárias de sua peregrinação começou de imaginar modos desusados de mais se abater e mortificar. Ocorreu-lhe um que lhe pareceu adequado ao intento, mas a repugnância que sentia, lho tornava dificultoso. Por isso mesmo se vence, e com devoção sincera, bem que menos considerada, o põe em efeito. Tira quase todos os pobres vestidos que o cobriam, e assim meio despido entra na primeira vila, que lhe ficava por deante, e naquele desconcêrto de traje a percorre tôda pedindo esmola. Foi naturalmente farta a messe de risos e impropérios que o devoto maltrapilho recolheu, e satisfez-se-lhe a sêde em que ardia, de ser desprezado por amor de Cristo [1].

Depois entrando na igreja aonde se encaminhava na sua romaria, e vendo-a como profanada «com danças e cantares de muita gente que dentro nela ruïdosamente folgava» [2], não pôde ter mão em si que não subisse a lugar elevado para repreender os profanadores da casa de Deus. Manda-os calar e começou de lhes prègar sôbre o mesmo texto da Escritura, que Jesus pronunciou quando lançava do templo os vendilhões [3]. Então se chega ao improvisado prègador um negro atrevido, e intimando-lhe que deixasse a prègação,

---

(1) *Litt. Quad.*, I, 25. Teles, I, 91, e Franco, *Imagem... Lisboa,* 139, referem que o P. Manuel Godinho praticara a mesma aventura andando a pedir esmola por tôda a vila da Sertã «despido da cintura para cima e mui roto e descalço». – De S. Francisco de Assis contam as crónicas dos Menores proeza semelhante. Mandara êle a fr. Rufino que «fôsse a Assis nu com sós panos menores, e prègasse assim em alguma igreja ao povo». Depois pesaroso de haver impôsto a seu súbdito tão dura obediência, «com grande fervor despio o habito e assim nu foi-se a Assis... Os de Assis vendo-o também nu cuidaram que elle e fr. Rufino de muita penitencia sairam de seu siso. E depois de correr muita parte da cidade... subiu o santo em o pulpito... e prègou... tão maravilhosas coisas do desprêzo do mundo... que os que vieram rindo, começaram a chorar». Fr. Marcos de Lisboa, *Primeira parte das Chronicas da Ordem dos Frades Menores* (Lisboa 1614), f. 25.

(2) *Litt. Quad.*, I, l. c.

(3) «Domus mea domus orationis vocabitur: vos autem fecistis eam speluncam latronum». Math. XXI, 13.

como não fôsse logo obedecido, avançou para êle e deu-lhe bofetões. O peregrino sofreu com alegria a afronta, levanta as mãos ao céu a agradecer a mercê, e prostra-se deante do insultador a beijar-lhe a mão que o ferira. O preto, sem perceber o heróico daquela acção, brada aos circunstantes que vissem como estava embriagado o prègador. Êste porém, repelindo a calúnia, continuou, dentro e fora da igreja, a prègação de que os ouvintes saíram finalmente edificados [1].

Não há dúvida que nestas experiências de virtude conseguiram o que nelas buscavam, que era habituar-se à humildade, confiança em Deus e sofrimento. Os excessos, que por vezes cometeram, são bem desculpáveis pelo intenso fervor que se apoderou daquela juventude, tão desejosa de meter debaixo dos pés as vaidades do mundo.

7. — Outras demonstrações de virtude alentada, em que também descobriremos demasias de fervor e ostentação, temo-las, nas penitências e humilhações que pùblicamente praticaram pelas ruas e praças da cidade de Coimbra. Foram elas diversamente julgadas não só pelos contemporâneos, que as presenciaram, mas também pelos escritores, que nos anos seguintes sobrevieram, até aos de nossos dias. Em todo o caso, quer as avaliemos por prudentes e dignas de louvor, quer as condenemos por menos consideradas, hemos de convir que essas manifestações de virtude brotavam de uns desejos de perfeição pouco vulgares. Algumas delas eram mais freqüentemente usadas, outras, por extraordinárias, muito raras vezes se puseram em prática. De umas e outras daremos alguns exemplos que bastem a aquilatar o fervor daqueles religiosos.

Saíam de quando em quando pelas ruas pedindo esmola de porta em porta, no que imitavam a Inácio e seus primeiros companheiros, que em muitas partes, como em Roma e Lisboa, mendigaram dos fiéis a sustentação de cada dia [2]. Para mais carregar na humilhação, levavam por vezes aos po-

---

(1) *Litt. Quad.*, I, l. c. — Teles, I, 282-283, Franco, *Imagem*, I, 63, contam todo êste sucesso, ou outro parecido, com alguma divergência nos pormenores.

(2) Fabro, *Mon.*, 340, 347; Teles, I, 236; Franco, *Imagem ... Lisboa*, 82.

bres as esmolas que recolhiam e, fazendo-se pobres com Cristo pobre, comiam com êles, como se foram mendigos da rua. Depois iam servir nos hospitais com tal humildade e dedicação, que os diríeis servos da gente mais necessitada. Faziam-se até criados do colégio em que habitavam, sendo muitos dêles filhos das mais distintas famílias de Portugal, e dirigiam-se às feiras ou mercados a comprar o que lhes encomendavam, e volviam para casa com a ceirinha às costas à vista da Universidade, que se edificava ou pasmava daquele abatimento. Outros se encaminhavam com cântaros à fonte ou ao rio Mondego, e traziam a água para os gastos do colégio, como também o faziam em Lisboa, depois de 1553, os padres de S. Roque, indo todos pelas ruas da cidade com o seu superior buscar água à fonte pública. Nem faltava quem fôsse com as mulas ou carro do colégio fazer os provimentos necessários, como se vivessem a sôldo naquele humilde emprêgo [1].

Tão grandes mortificações ainda lhes não acalmavam a sêde que espiritualmente os abrasava. Para mais afrontarem a vaidade mundana, apareciam fora de casa com vestidos curtos, remendados ou rotos, e mais acomodados a excitar o riso pelo mal que lhes assentavam, do que a cobrirem convenientemente o corpo. Levando mais adeante o desprêzo santo de si mesmos, chegaram a ir às escolas da Universidade com a mesma pobreza e desalinho de trajes, provocando, como era natural, a hilaridade e os ditos escarninhos da mocidade académica [2].

E não pararam nestes excessos em sua avidez de humilhações; passaram ainda sôbre os limites da extravagância. O jovem António de Figueiredo lembrou-se um dia de levar para as escolas da Universidade uma càveira humana. Sentiu repugnância pela vergonha que se lhe representava na imaginação, mas, tomando conselho de um seu companheiro, que o animou à proeza, no dia assinalado lá estava êle na aula, em que era discípulo, com a càveira, que teve deante

(1) Fabro, *Mon.*, 340, 346; Teles: I, 237, II, 3, 103; Franco, *Ob. cit.*, 75, 82.

(2) Fabro, *Mon.*, 340; Teles, I, 236, 237.

dos olhos sôbre um banco as duas horas que durou a lição. Voltou ao colégio satisfeito da vitória, mas o P. Simão Rodrigues, sem cuja licença êle praticara a façanha, ordenou-lhe que tornasse com a càveira, e fôsse em companhia do que lhe não desaprovara o intento, a casa de sua mãe, e de joelhos lhe pedissem ambos perdão da vergonha que lhe causara o filho com aquela acção [1].

Passados poucos dias saíam do colégio Jorge Moreira, já sacerdote, com sua veste usual, e o irmão Pedro Mendes, vestido de um «saio velho», levando suas esportas ou alcofas, a mendigar esmola, que pediam a brados dizendo: «Dai-nos esmola por amor de Jesus Cristo». Tamanha estranheza causou na cidade esta maneira de pedir, que os membros da câmara, que nesse dia tinham reünião, suspeitaram que os moradores do colégio padeceriam grande falta do necessário, e, havendo conselho sôbre o facto, enviaram alguém a informar-se ao colégio e a oferecer-lhes auxílio, se estavam nalgum apêrto. Respondeu-lhes o reitor que seus irmãos, quando preciso fôsse, pediriam o sustento pelas portas; mas os da câmara lhe replicaram que antes iriam êles com alforges pedir pùblicamente pela cidade, do que permitir que mendigassem os do colégio [2].

Levado pela fôrça dêstes exemplos o irmão Afonso Barreto, jovem de apenas quinze anos, logo nas primeiras experiências do noviciado atreveu-se a um excesso de fervor, que bem mostrava o fogo que lhe incendia o peito para os heroísmos de perfeição, a que sempre aspirou. No dia um de agôsto do mesmo ano de 1545 em que se tinham praticado as mortificações referidas, havida prévia licença, despoja-se de seus vestidos, vai-se, mal coberto, à praça pública da cidade, ata-se com uma corda ao pelourinho, deixa-se ficar por algum tempo naquela posição, e levantando a voz a espaços repete cinco vezes êste brado: «Senhor Jesus Cristo, que estivestes por nossos pecados atado à coluna em casa de Pilatos, perdoai os pecados dêste povo». Ao som destas vozes acudia a gente, e uns cuidavam que enlouquecera, outros

(1) Fabro, *Mon.*, 343, 344.
(2) Fabro, *Mon.*, 346; Teles, I, 236.

perguntavam quem o induzira àquela doidice de estouvado; alguns porém reparando na modéstia do jóvem e no espírito com que bradava, se compungiram [1].

Mas faltavam as scenas que mais alvoroçaram a cidade e provocaram acerbas desaprovações dos censores. Numa sexta-feira ao anoitecer — era o dia 17 de julho de 1545 — mandou Mestre Simão a seis dos habitantes do colégio, entre os quais se distinguiam Manuel de Nóbrega, ao deante zeloso missionário do Brasil, e os famosos oradores Manuel Fernandes e António Gomes, que percorressem as ruas da cidade tocando campaínha pelo silêncio da noite, e, passando em determinados sítios, levantasse um dêles a voz e bradasse: «Inferno para todos os que estão em pecado mortal». Podemos imaginar a surprêsa e terror dêstes gritos [2].

---

(1) Fabro, *Mon.*, 349-350; Teles, I, 214; Franco, *Imagem ... Lisboa*, 169. — É crível que o fervoroso noviço quisesse imitar nesta sua acção o exemplo de S. Francisco de Assis, que praticou a mesma piedosa extravagância. Assim a refere fr. Marcos de Lisboa: «Aconteceo huma vez que muy fraco e agravado da infirmidade, alargou [S. Francisco] a rédea hum pouco ao rigor de sua abstinência pera poder cobrar saude. E alcançadas algumas forças corporaes, o verdadeiro desprezador de si mesmo, animado pera a deshonra e confusão de sua propria carne disse: não he razão que o povo me tenha por abstinente e que eu por contrairo comendo carne viva me mantenha em secreto. E levantou-se logo todo aceso do spirito da humildade, e mandou alguns frades que o levassem por uma corda atada ao pescoço, como malfeitor pera a cidade de Assis. E assi levado se foi à praça nu com sòs panos menores e subio no pilourinho onde castigão os sentenciados por justiça. E... dali a grande multidão de povo que se ajuntou, prègou com muy grande esforço e fervor e disse: que o não tivessem por homem abstinente e espiritual, que elle comera carne muitos dias aquella quaresma de todos os Santos, e portanto como carnal e comedor o vituperassem todos». *Primeira Parte das Chronicas dos Menores*, f. 51.

(2) Prática semelhante introduziu nas missões do Oriente S. Francisco Xavier com grande proveito do próximo. Assim a descreve Lucena (*Hist. da Vida* de Xavier, L. IV, C. XII, ed. de 1788, vol. 2, pag. 104): «Nam fallo noutras muytas cousas da gloria de Deos, e proveito dos proximos, que o P. Francisco nellas [ilhas Molucas] deixou introduzidas, como foy encommendarem-se todos os dias pela cidade as almas do purgatorio e as dos que estam em peccado mortal: da qual devaçam se encarregou em Ternate a irmandade da misericordia, deputando pera isso hum homem, que indo de noite com uma lanterna numa mam e a campainha noutra corria todas as ruas, dando em cada uma aqueles pregões em vozes altas,

No domingo seguinte, dezanove do mês, saíram dez ou doze juntos em corpo, também ao cair da noite, e, tocando do mesmo modo campaínha pelas ruas, iam soltando aqui e àlém, ora um, ora outro, êste pregão temeroso: «Apartai-vos, pecadores, do pecado, que haveis de morrer». Um sacerdote, que os encontrou casualmente, chama-lhes a atenção para uma rua, onde sabia serem mais necessárias aquelas vozes de penitência, e diz-lhes: «Bradai, irmãos, aqui, bradai». Por onde êstes novos prègadores passavam, ouviam-se gemidos de compunção, e a gente pedia a Deus misericórdia.

No dia vinte e um são outros tantos que vão pela cidade convidando o povo a que viesse à prègação, em altas vozes que diziam: «Terra, terra, terra, vem à praça ouvir a palavra de Deus» (1). Acudiu a gente, e, dispondo-se a prègar o P. António Gomes, a quem Mestre Simão encomendara que levasse preparado um sermão da morte, subiu a um púlpito, que lhe improvisaram no meio da praça, e, depois de lhes dizer que seu principal intento era avisá-los que no dia seguinte prègaria naquele mesmo lugar o P. Francisco Estrada, lhes fêz durante uma hora o sermão, que lhe fôra encarregado.

Ao outro dia e às mesmas horas renovam-se os brados do dia anterior. Quase todos os religiosos do Colégio de

---

como fezera em Malaca e fez em quanto se aqui deteve o mesmo padre numa parte e noutra com grande devaçam dos christãos, temor e espanto dos infieis». O modo como o fazia em Malaca assim o conta Lucena, *Ob. cit.*, L. III, C. XI: «Sendo já mais tarde, saía o P. Francisco per toda a cidade tangendo huma campainha e encomendando em voz alta aos christãos que rezassem pelas almas dos que estavam em peccado mortal e polas que padeciam no fogo do purgatorio».

(1) Por muito tempo se conservaram na memória dos conimbricences estes brados, e pelos anos de 1610 os tentou ridiculizar o doutor João Bravo Chamiço, lente de anatomia, num libelo famoso que escreveu contra os jesuítas do Colégio de Jesus, e pelo qual foi codenado como «homem maldizente e muito livre e atrevido em praguejar e infamar gentes». Assim escarneceu o doutor: «Êste conceito ganharam [os Padres da Companhia] pella muita humildade com que começaram ... andando pellas ruas com campainha de barro e caveira nas mãos gritando: terra, terra, vinde ouvir a palavra de Deus à praça». Bibl. N. L., *Pombalina*, n. 474, f. 178. Cf. T. Braga, *Hist. da Univ.*, II, 775.

Coimbra percorrem, divididos em pequenos ranchos, os diversos bairros da cidade tocando campaínha e lançando o mesmo pregão que soara a noite antecedente. Começaram de acorrer os cidadãos àquele novo espectáculo. Rodeiam o púlpito; uns, por melhor ouvirem sobem ao alto de escadas, outros levantam-se sôbre cadeiras ou mesas, e das janelas ficam muitos a escutar. A lua, é um contemporâneo que o adverte, iluminava com a luz serena dos seus raios aquela scena de fervor místico e santa ingenuïdade.

O orador Francisco Estrada prègou durante uma hora e meia sôbre a penitência, tomando ensejo da conversão de Santa Madalena, cujo dia aquele era, e baseando-se no tema, que lhe dava o evangelho da festa, *lacrymis coepit rigare pedes ejus,* discorreu com tão galharda eloqüência, que os irmãos avaliaram aquele por um de seus melhores sermões, e os que o ouviram, retiraram-se profundamente compungidos e abalados. Houve quatro ou cinco estudantes que dali se foram ao colégio determinados a entrar na Companhia, mas a um sòmente se concedeu admissão por sua maior habilidade e talento [1].

8. — Todo êste espectáculo ruïdoso de penitências e mortificações, feitas à luz do dia, aqueles clamores nocturnos e temerosos, e as prègações de penitência pelas praças não podiam deixar de suscitar pareceres opostos e murmurações na cidade. Uns cuidavam que entrara a loucura naqueles religiosos, ou que dêles se apoderara um furor místico; outros estranhavam a maneira desusada de pedir esmola; alguns censuravam aquele atemorizar com brados os cidadãos, protestando que semelhantes terrores eram bons para ninivitas. Muitos levaram a mal que se prègasse com aquele aparato insólito e alvorotador, e religiosos houve de outras Ordens que armaram suas disputas, e defendiam que era contra a doutrina de S. Tomás aquele estilo de prègação, e que só se haviam de prègar terrores, quando o povo andasse

(1) Cf. Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 18; Fabro, *Mon.*, 340-341, 346-348; Orlandini, V, 52; Teles, I, 235-236; Franco, *Imagem ... Lisboa*, 81-82; T. Braga, *Hist. da Univ.*, I, 482-484; Aicardo, *Comentario á las Constituciones*, I, 67-70, II, 61-68.

tão longe de Deus, que já não ouvisse as vozes do amor; e não faltou de entre êles quem prègasse pùblicamente nos púlpitos contra o procedimento anormal dos religiosos da Companhia.

No cabido, estando a sé vacante (1), insinuaram também que se cortasse por tamanhos excessos com meter na cadeia alguns dos que os praticavam (2). De outro lado fr. Luís de Montóia respondendo aos que o iam consultar para apoiar suas opiniões àcerca daquelas novidades, acomodou aos sucessos presentes as célebres palavras de S. Paulo que *o varão espiritual tudo julga e por ninguém é julgado* (3), aprovando indirectamente com sua autoridade aquelas manifestações extraordinárias de espiritualidade cristã (4).

Não havia porém por que se maravilhassem os homens dêstes lances arrojados de humilhação, que não eram êles novos na Igreja, antes muito louvados e usados pelos santos, quando os arrebatava a loucura santa da cruz de Cristo. Dão as histórias exemplos que farte. O P. Simão Rodrigues, que alentava em seus súbditos aqueles fervores, estava muito bem lembrado dos excessos a que se entregou seu Padre Inácio nos primeiros anos da sua conversão (5), e das mortificações públicas em que os dez confundadores da Companhia se exercitaram desde que se uniram para a sua obra de heróico apostolado. Recordava-o a Inácio, quando em 1547 lhe escrevia nestes termos: «É necessário que êles mesmos [os seus religiosos] sejam loucos por Cristo e que da sua parte desejem ser tidos nesta conta e folguem de ser o opróbrio do mundo, que sôbre esta pedra se fundou a Compa-

(1) D. João Soares foi confirmado em Roma bispo de Coimbra a 22 de maio de 1545, mas ainda àquele tempo das penitências não tinha tomado posse. Cf. *Corpo Dipl.*, V, 414.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 18; Fabro, *Mon.*, 341, 348; Teles, I, 189.

(3) «Spiritualis [homo] omnia judicat, et ipse a nemine judicatur». I, Cor., II, 15.

(4) Fabro, *Mon.*, 348; Teles, I, 189.

(5) Quando S. Inácio voltou em 1535 à sua terra natal, introduziu em Azpeitia o costume de se «tocarem os sinos pelos que se achassem em pecado mortal» (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 163). Talvez esta prática fôsse a que despertou em Mestre Simão a lembrança de mandar advertir a brados os pecadores de Coimbra.

nhia nêste reino e por essas partes, onde todos juntos peregrinámos» (1).

Não foram contudo só os dez primeiros, que lançaram à sua Ordem aquele fundamento de humildade. Nos mesmos anos em que se condenavam de excessivas as penitências públicas de Coimbra, se praticavam semelhantes pelos filhos da Companhia nas outras terras em que andavam trabalhando. Na Sicília fizeram êles mortificações pùblicamente pelas ruas de Messina no ano de 1549, ainda que houveram de se proïbir nos anos seguintes, porque a cidade se alterou com aquela novidade, e se teve por mais prudente desistir, esperando, como adverte Nadal, que o tempo e as disposições do povo amadurecessem para aqueles rigores (2). Em Valença, no reino aragonês, era de parecer o P. Diogo Mirão que se provassem os moradores de seu colégio naquele género de penitências, e sòmente o escrúpulo e hesitação o reteve, emquanto pedia e esperava o conselho de Araoz (3).

Mas em Roma, que por tôda a parte, com justo motivo, se apresentava como exemplo e norma de proceder, também se efeituaram mortificações e penitências como as que em Coimbra tão acerbamente se censuravam. Em 1553 escrevia para a Sicília Polanco, o secretário de Mestre Inácio, a satisfazer perguntas do P. Jerónimo Doménech, e dizia-lhe que «as mortificações e prègações pelas praças públicas eram muito usadas em Roma» (4); e dois anos depois em 1555 recordava o mesmo secretário ao santo Geral, que seria conveniente reavivar a prática de penitências fora de casa, para que não se condescendesse demasiado com a natureza humana (5).

No mesmo tempo em que se faziam em Coimbra aqueles excessos, outros se praticavam em Roma, semelhantes aos de Portugal, a-pesar dos murmuradores, que increpavam os da Companhia de Mestre Inácio de pretenderem emendar

(1) Rodrigues, *Mon.*, 548.
(2) Nadal, I, 81-82; Aicardo, *Comentario*, II, 42.
(3) *Epist. Mixtae*, I, 418-419.
(4) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, VI, 268-269.
(5) Polanco, *Complem.*, I, 98.

costumes antigos e reformar a Igreja com aquelas tempestades de penitências públicas. Assim o refere testemunha contemporânea.

O português Fernão Mascarenhas [1], que em 1547 peregrinou a pé de Coimbra a Roma, conta que nos dias de carnaval, quando eram mais estrondosos os divertimentos na cidade dos Papas, saíram alguma vez de casa padres e irmãos, mal vestidos, e percorreram ao meio dia as ruas de Roma com um crucifixo, ladeado de achas acesas, e càveira e ossos de mortos nas mãos, lançando pregões, tirados da Escritura santa, sôbre a morte, juízo e inferno. As festas profanas interrompiam-se, e muitos, tocados de compunção, vinham purificar-se no sacramento da penitência. Outros houve que se disciplinaram pùblicamente ou pediam esmola como mendigos, outros prègavam nas ruas da cidade [2]. Algumas destas penitências se fizeram sem conhecimento de Inácio, mas adverte o narrador, que o antigo penitente de Manresa, segundo êle fàcilmente se persuadia, levava prazer naqueles fervores, «como algumas vezes de suas palavras entendeu» [3].

---

(1) Mascarenhas entrara na Companhia a 30 de maio de 1545 e fôra nos princípios de 1547 para Roma, onde chegara a 28 de março. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 2; Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 79.

(2) Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 117-120, carta de Fernão Mascarenhas, de 20 de maio de 1548.

(3) Carta citada de F. Mascarenhas. — O ilustre comentador Aicardo em seu *Comentario á las Constituciones* condena as penitências de Coimbra e aprova as de Roma. A razão que o move a esta diferença de juízo, é, segundo cremos, arbitrária e inaceitável. Afirma que em Coimbra aquelas mortificações «andavam unidas com o esquècimento da própria abnegação» (*Comentario,* II, 74) e «deixavam intacto o amor próprio e antes o favoreciam» (ib. 75).

O comentador não prova estas asserções, nem as pode provar, porque contrariam a história. Aqueles que se entregavam com entusiasmo a tantas mortificações, eram os mesmos que nesse ano o grande mestre de espírito Pedro Fabro declarou que iam muito adeante no espírito religioso, o qual se não entende sem abnegação (Fabro, *Mon.*, 298). Demais a maior parte daqueles jovens eram genuínos filhos da Companhia, que sempre honraram sua mãe com o exemplo de uma virtude sólida e rara, e no futuro se ilustraram pelas suas acções de verdadeira mortificação e apostolado, como foram Manuel de Nóbrega, Manuel Fernandes, D. Gonçalo da Silveira, Mel-

De tôda esta exposição podemos inferir que o P. Simão Rodrigues não se apartava do espírito e exemplos da Companhia, quando por algum tempo favorecia ou ateava aquele desejo de mortificação e penitência. Não há dúvida que a prudência recomendava moderação, particularmente nalguns factos mais insólitos e extraordinários, para se acalmarem murmurações que se levantavam. Mas isso mesmo procurava o avisado superior, quando ia à mão a seus súbditos e lhes sujeitava os ímpetos à direcção de uma obediência reguladora [1]. Aqueles excessos de mais espectaculoso aparato só os permitiu Mestre Simão no ano de 1545 [2], em que êle quis como que largar as rédeas ao fervor para exercitar os seus recrutas e provar o que neles tinha. Achou que eram leões e comprazia-se nas esperanças que lhe davam para

---

chior Carneiro, António de Quadros, Melchior Nunes Barreto, Afonso Barreto, António Correia e outros, que tiveram parte naquela emulação santa de humildade.

Se alguns dos que ora se penitenciaram, vieram depois a faltar, não se segue que procedessem antes sem espírito de sincera abnegação. Mas o diligente comentador, com uma crítica sua, que não podemos aprovar, dos defeitos que *alguns* depois cometeram e êle oratòriamente encarece (*Comentario*, I, 69, II, 74), infere *geralmente* que no passado não havia verdadeira mortificação e virtude. Contudo o mesmo erudito comentador não evita alguma contradição no apreciar as penitências de Coimbra. Primeiro diz que «San Ignacio estuvo muy lejos de aprobarlas» (*Comentario* II, 73); depois afirma que o mesmo Santo «alababa y veía con gusto las locuras santas de Coimbra y Gandía» (*ib.*, pag. 107). São apreciações que se destroem mùtuamente.

(1) «Trabajo en reprimirles estes fervores». Rodrigues, *Mon.*, 529. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 18.

(2) Aicardo no seu *Comentario*, II, 63, diz que tôdas aquelas penitências se fizeram no ano de 1547. É inexacto. Fizeram-se dois anos atrás. As cartas, que as contaram, foram escritas no fim de julho e princípio de agôsto de 1545 (Fabro, *Mon.*, 342, 348). Adverte mais o minucioso comentador (*Comentario*, I, 68) com ironia, neste passo mal cabida, que Simão Rodrigues «permitia y alentaba en Coimbra» as penitências «pero desde la Corte de Almeirin»! Sucedeu precisamente o contrário. As penitências, a que se refere Aicardo, foram feitas estando Simão presente no Colégio de Coimbra. Simão demorou-se na cidade do Mondego desde quatro de maio de 1545 até fins de julho ou princípio de agôsto, e neste tempo se praticaram aquelas mortificações. Cf. Orlandini, V, 52; Fabro, *Mon.*, 343; Rodrigues, *Mon.*, pag. 537.

o futuro [1]. Depois as circunstâncias aconselharam mais prudente reserva nestas manifestações ostentosas da virtude.

Assim o julgou Inácio. Longe de as desaprovar, chamou-as loucuras santas, que as almas escolhidas fazem com proveito espiritual, e declarou-as proveitosas mòrmente nos princípios; mas teve por mais a propósito «reduzir-se à mediania da discrição, sem se apartar da obediência» [2]. Adeante exporemos mais largamente a carta em que o fundador da Companhia declarou qual era sua opinião àcêrca das famosas mortificações de Coimbra.

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 549.
(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 507.

CAPÍTULO VI

PEDRO FABRO E ANTÓNIO DE ARAOZ EM PORTUGAL

Sumário: — *1. Trata-se da vinda de Pedro Fabro a Portugal. — 2. Vem entretanto à côrte portuguesa António de Araoz. — 3. Chega Pedro Fabro a Lisboa e Évora. — 4. Visita o Colégio de Coimbra. — 5. Fabro e Araoz exaltam Simão Rodrigues e a sua obra. — 6. Simão Rodrigues primeiro Provincial. — 7. Partem de Portugal para Espanha Fabro e Araoz. — 8. Simão Rodrigues e a Companhia de Jesus em Espanha.*

1. — Poucos meses antes de se ter desenrolado em Coimbra o quadro de fervores e virtude, que contemplámos no capítulo anterior, saíam de Portugal para Espanha duas personagens ilustres, que muito favoràvelmente influíram no espírito dos religiosos da Companhia durante o tempo que no reino estiveram. Foram Pedro Fabro, o primeiro dos companheiros de Inácio, e o guipuscoano António de Araoz, que seis anos havia abraçara o mesmo Instituto [1]. É ocasião agora de expormos a causa que os trouxe a Portugal e os sucessos que se prendem com a sua demora na côrte portuguesa.

Quem primeiro sugeriu a vinda de Pedro Fabro à côrte

---

[1] Araoz nasceu em Vergara no ano de 1515; estudou e graduou-se em Salamanca. No ano de 1538 atraído pela fama de Inácio de Loiola, de que era parente por afinidade, foi buscá-lo a Roma e de tal modo se cativou da sua conversação, que no ano seguinte se quis alistar na Companhia, quando ela ainda não tinha recebido aprovação pontifícia. Cf. Astrain, I, 204.

de D. João III foi o P. Simão Rodrigues. Apenas lhe constou que a infanta D. Maria, filha dos reis de Portugal, se uniria pelo matrimónio ao príncipe D. Filipe, filho do imperador Carlos V, e que os contratos já estavam assinados (1), ocorreu-lhe um pensamento, que lhe brotou de seu amor à Companhia de Jesus, e bem denotava a largueza de seu coração desinteressado. Pareceu-lhe que era asado o ensejo para se introduzir a Companhia no reino de Castela, e que o serviço de Deus o movia a aproveitar-se de tão favorável ocorrência.

Com êste propósito foi-se à presença do rei e da raínha, e confiadamente lhes ponderou o muito que se poderia glorificar a Deus, se houvesse em Castela gente da Companhia de Jesus e também quanto esta Ordem fàcilmente se dilataria em terra, onde floresciam os estudos e abundavam homens doutos. Logo suplicou a suas Altezas, que houvessem por bem, quando mandassem sua filha D. Maria a esposar-se com o príncipe D. Filipe, de a fazer acompanhar por alguns Padres da Companhia, para que pelo favor da princesa se plantasse a Companhia naquelas terras, tomasse raízes, se propagasse e produzisse bom fruto para a glória de Deus.

D. João III e D. Catarina, como tão afeiçoados à nova Congregação, acolheram com o maior agrado a proposta, louvaram-na de palavras e mostraram-se admiràvelmente dispostos e inclinados a realizá-la. Deram nessa mesma hora encargo a Mestre Simão de escrever ao Padre Inácio a pedir-lhe quisesse mandar à sua côrte um ou dois dos primeiros fundadores da Companhia, que êles os enviariam para Espanha no acompanhamento de sua filha. Observa Simão Rodrigues referindo o sucesso, que o rei e a raínha, ao cometerem-lhe êste cuidado, deixavam transparecer de suas maneiras e expressões a amorosa inclinação com que o favoreciam a êle e à sua Ordem (2).

---

(1) «Foram outorgados os capítulos dêste contrato em Lisboa a 1 de dezembro de 1542 pelo secretário Pedro de Alcáçova Carneiro». Caetano de Sousa, *Hist. Geneal.*, T. III, pag. 568.

(2) Rodrigues, *Mon.*, pag, 529-531. Carta de Simão Rodrigues a S. Inácio, de Almeirim, a 18 e 24 de janeiro de 1543.

Mestre Simão não tardou em cumprir o que se lhe encarregara com tamanha benevolência, tanto mais que satisfazia a seus próprios desejos. Escreve a Inácio, conta-lhe em resumo o que passara com Suas Altezas e pede-lhe que faça o que Deus para esta emprêsa lhe inspirar. «Eu tenho para mim, alega Simão Rodrigues, que se nos abre uma grande porta para grande serviço do Senhor Nosso e que deveríeis pôr diligência para que sem demora viesse Fabro com os dois portugueses das infantas» (1). Recorda-lhe também que, no caso de Fabro não poder vir da Alemanha, onde trabalhava, lhe parecia acertado substituí-lo por Diogo Laines, que faria também êle muito fruto nas partes de Espanha. Mas insinua-lhe no mesmo tempo o desejo que sentia de deixar a côrte portuguesa, e a contingência de ser êle o que fôsse em companhia da princesa para Castela, ainda que D. João III o não consentiria finalmente, como lho significou no dia em que lhe falou dêste negócio (2). Por fim no propósito de obviar a qualquer impedimento, lhe lembra que, se fôsse preciso alcançar a anuência do Pontífice Paulo III, podiam os portugueses que demoravam em Roma atestar quanto necessitava o rei de que se lhe concedessem os padres que pedia (3).

Tinha verdadeiramente a peito Simão Rodrigues a

---

(1) Refere-se Mestre Simão aos dois padres João de Aragão ou Aragonês e Alvaro Afonso, que tinham sido capelães das infantas D. Maria e D. Joana, filhas de Carlos V, e de que já fizemos menção. Equivocou-se porém Simão Rodrigues atribuindo a ambos êles nacionalidade portuguesa, sendo que só era português Álvaro Afonso. Cf. Franco, *Synopsis Ann.*, 1544, n. 2; Astrain, I, 235.

(2) Rodrigues, *Mon.*, l. c. — O P. Franco, *Synopsis Ann.*, 1544, n. 3, é, quanto sabemos, o único escritor, que adverte ter D. João III manifestado pena de haver já nomeado confessor para sua filha antes de conhecer as intenções de Inácio sôbre a ida dos Padres a Castela, dando a entender que folgaria de lhe dar para confessor Padre da Companhia. Observa ainda o citado autor que a princesa muito desejara levar para Espanha por seu confessor o P. Simão Rodrigues, mas que se não atrevera a pedi-lo ao rei seu pai, por saber que dificultosamente viria em afastá-lo da sua côrte. De nenhuma destas afirmações encontro referência nos documentos coevos, e a primeira não se conforma ao que diz o próprio P. Simão na citada carta de 18 e 24 de janeiro de 1543.

(3) Rodrigues, *Mon.*, l. c.

boa conclusão do que julgava ser obra de grande alcance. D. João III de sua parte escreveu a Baltasar de Faria, seu embaixador em Roma, a recomendar-lhe que, tomando informações de Inácio, falasse a Paulo III para se obter quanto se desejava. Corria o ano de 1543. [1].

O santo Geral tratou logo de dar à execução o que se lhe propunha em nome de D. João III com o empenho e amorosa solicitude que sempre mostrou quando agenciava negócios do magnífico bemfeitor da Companhia. Escreveu para Alemanha a Fabro ordenando-lhe que se metesse em caminho para Portugal com seus companheiros, porque êsse era o desejo do monarca português. Alcançou-o em Colónia esta ordem no fim de setembro [2], quando já lhe não era possível chegar à Península a tempo de acompanhar a princesa; poderia porém segui-la para a côrte de Espanha e aproveitar-se do valimento dela para o principal intento de sua vinda a Portugal [3]. No mesmo tempo avisou Baltasar de Faria ao feitor de Flandres, onde Fabro devia ir embarcar-se, que lhe desse o necessário para as despesas da viagem [4].

---

(1) Nem Simão Rodrigues na citada carta, nem Polanco, I, 119, dizem que o rei tenha escrito ao embaixador. Mas o próprio Inácio acrescentou em Roma à carta de Simão estas palavras: «y el rey escribe al señor doctor Baltasar su agente para que en esto aga lo que le dixiéredes, para hablar al Papa sopra otros medios que os parecieren para ello». (Rodrigues, *Mon.*, 530). Além disso na carta em que sôbre êste assunto respondeu a D. João III diz expressamente: «...acá llegaron las letras de V. A.». (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 245), e Baltasar de Faria também lembrava a seu real senhor a 24 de outubro de 1543, a propósito da vinda de Fabro e Araoz, o seguinte: «Vossa Alteza me escreveu que tudo o que me requeresse mestre Inácio, prepósito da Companhia de Jesus, o fizesse», (*Corpo Diplom.,* V, 225). Cf. Orlandini, IV, 35; Franco, *Synopsis Ann.,* 1544, n. 2.

(2) Fabro, *Mon.,* 665; Polanco, I, 115; Orlandini, IV, 35.

(3) A infanta D. Maria casou em Almeirim com D. Filipe, sendo procurador, por parte do príncipe de Castela, Luís Sarmento de Mendoça, a 12 de maio de 1543, e partiu para Espanha nesse mesmo ano, saindo de Lisboa, do Paço dos Estaus, a 10 de outubro. Cf. Andrade, *Chronica de D. João III,* vol. III, pag. 405-406, 410-411. Teles, I, 204, e Franco, *Synopsis Ann.,* 1544, n. 9, enganam-se diferindo até outubro de 1544 a partida da princesa para Espanha.

(4) Cf. *Corpo Dipl.,* V, 223.

Pedro Fabro, a-pesar do grande bem que fazia na Alemanha, tão necessitada de auxílio espiritual na turbulência daqueles tempos calamitosos, pôs os olhos na sublimidade da obediência e, deixando logo a cidade de Colónia, foi-se a Antuérpia a tratar de embarcação que o levasse a Lisboa. Estava na cidade flamenga nos primeiros dias de outubro. Entregou ao feitor a carta de recomendação que de Roma lhe tinham enviado e mostrou-lhe a que Inácio a êle próprio escrevera. O feitor de boa vontade se ofereceu a lhe ministrar quanto houvesse mister. Como porém naquela ocasião não havia passagem por falta de nau que se fizesse à vela, aconselhou-o a que fôsse esperar em Lovaina, que êle o avisaria da primeira embarcação em que pudesse navegar ([1]). Voltou Pedro Fabro para Lovaina a dezóito de outubro, mas logo o assaltou grave doença com umas febres terçãs tão pertinazes, que o prenderam à cama até princípio de dezembro do mesmo ano ([2]).

Entretanto não se via oportunidade para a navegação de Portugal, nem se julgava que a haveria senão com a entrada do ano novo ([3]). Mas precisamente no princípio de janeiro recebeu de Roma ordem definitiva de desistir por então da viagem de Portugal, e de continuar seus trabalhos apostólicos na Alemanha ([4]). O Núncio Apostólico João Poggio ([5]), prevendo quanto perdiam aquelas regiões setentrionais com a retirada de tão eminente apóstolo, apressou-se a escrever

---

([1]) Fabro, *Mon.*, 227.

([2]) Fabro, *Mon.*, l. c. «Veni autem Antuerpiam, et, dum non possum navigare, rediens Lovanium, incidi in febrim tertianam, quae me detinuit ferme duos menses». *Ibid.*, pag. 665, *Memoriale Petri Fabri.*

([3]) Fabro, *Mon.*, 227-228; Polanco, I, 115, 116; Orlandini; IV, 46.

([4]) «Post festum regium hujus anni [1544] ego revocatus sum ab incoepta profectione mea, quae erat ad Portugaliam et redii Coloniam». Fabro, *Mon.*, 666. Contudo já no dia de Santo André a 30 de novembro recebera Fabro da parte do Núncio Apostólico aviso de que chegara de Roma licença do Papa para o reter na Alemanha. *Ibid.*, pag. 228.

([5]) João Poggio foi por muitos anos Núncio Apostólico na côrte do imperador Carlos V, e depois elevado por Júlio III à dignidade cardinalícia. Na Espanha houve-se sempre como grande amigo e protector da Companhia de Jesus. Em 1547 esteve, de passagem, por algum tempo em Portugal. Cf. Fabro, *Mon.*, pag. 71, nota 17; *Epist. Mixtae*, I, 226, 346, 360.

a Roma ao cardeal de S. Cruz a pedir-lhe alcançasse de Paulo III autorização para conservar na Alemanha o santo religioso.

Em Roma julgaram conveniente anuir à instância do Núncio, e respondeu-se-lhe favoràvelmente [1]. Inácio, conhecida a vontade do Pontífice, escreveu também a Fabro ordenando-lhe que tornasse a Colónia e mandasse para Coimbra Estrada e os outros religiosos da Companhia [2], e o submisso religioso, resignando-se à obediência, ficou na Alemanha por mais algum tempo, batalhando entre dois afectos opostos, com desejo intenso de comprazer ao sereníssimo rei de Portugal, e sentida pena de largar um campo que tanto necessitava de sua assistência e trabalho [3]. Em conformidade com a determinação superior, despachando primeiro para Portugal os doze companheiros, que referimos no capítulo IV do presente livro, volveu a Colónia aos nove de janeiro de 1544 [4].

2. — Emquanto se solicitava da Alemanha a vinda de Pedro Fabro à côrte portuguesa, deliberou Inácio enviar tam-

---

(1) Fabro, *Mon.*, 228; Polanco, I, 119.

(2) Orlandini, IV, 51.

(3) Fabro, *Mon.*, 230-231, 256. A Roma chegou nova de que os habitantes de Colónia é que tratavam de impedir a viagem de Fabro a Portugal. Assim o escreveu Baltasar de Faria a D. João III a 24 de outubro de 1543: «Estando escrevendo esta veio nova como mestre Fabro, que estava em Maguncia e dahi se foi a Collonia, os colloneses lhe estrovam a ida pera Portugal. Escreveram sobre isso ao cardeal Santa Cruz, representando-lhe a falta que lhes fazia, dizendo grandes bens de suas letras e vertudes. Trabalharey com que todavia vá; e quando nam poder hir este, mandaremos outro» (*Corpo Dipl.*, V, 225). Fabro só menciona o Núncio, quando expõe a Inácio o impedimento de sua ida a Portugal. Mas o certo é que os coloneses, antes de Fabro ter tido ordem de partir para a côrte de D. João III, escreveram carta comum ao Núncio a suplicar-lhe que pelo muito bem que fazia na cidade «o insigne teólogo Mestre Pedro Fabro», lho deixasse ficar por mais tempo em Colónia para que êle «com sua incomparável prudência» socorresse a seus habitantes nos perigos que corriam e os fortalecesse «com seus piedosíssimos conselhos». (Fabro, *Mon.*, 451-452, carta de 7 de setembro de 1543). É muito provável que o Núncio mandasse a Roma esta carta dos cidadãos de Colónia, quando se dirigiu ao cardeal de Santa Cruz para estorvar a viagem do Padre Fabro.

(4) Fabro, *Mon.*, 230, 235, 463[7].

bém a Portugal o P. António de Araoz (1). Chama-o de Nápoles, onde por êsse tempo lidava, e no mês de novembro de 1543 partia de Roma o jovem guipuscoano levando em sua companhia mais seis estudantes (2). Aportou a Barcelona, passou por Valença e Madrid e chegou a Coimbra na terça-feira santa a 8 de abril do ano seguinte (3). Depois de se entreter fraternalmente uns oito dias com os religiosos do Colégio de Jesus, encàminhou-se para Almeirim, onde passara aquele inverno a côrte de D. João III. No dia dezóito entrava na fresca vila ribatejana (4). Foi tão afável a cordialidade com

(1) Polanco, I, 119-120, Orlandini, IV, 52, Astrain, I, 239, supõem que se resolveu a partida de Araoz para Portugal depois de se ter conhecimento em Roma do impedimento que se punha da Alemanha à retirada de Fabro. Não é exacto. Antes de constar em Roma o pedido do Núncio, já Inácio formara intenção de enviar Araoz para que ajudasse a Fabro no que se intentava da entrada da Companhia em Castela. Conclui-se claramente das cartas de Baltasar de Faria, que já em 23 e 24 de outubro refere o subsídio que dera ao P. Araoz para as despesas da sua viagem a Portugal. Cf. *Corpo Dipl.*, V, 223, 225.

(2) *Epist. Mistae*, I, 149, carta de Araoz de 21 de nov. de 1543; Polanco, I, 118; Orlandini, IV, 52. Polanco e Orlandini dizem que eram cinco os companheiros que trazia Araoz; mas, como bem adverte Astrain, I, 239[2], Araoz nomeia seis por seus nomes próprios na carta citada. Eram Martim de Verástegui, Hernando de Avendaño, César Aversano, Jacobo, Juán, Sabatino. Dos três últimos não pude averiguar os apelidos. Orlandini, IV, 52 e 134, nota que os cinco estudantes vinham destinados ao Colégio de Coimbra, e Baltasar de Faria também informa que Mestre Inácio lhe pedira subsídio para a viagem de «cinco estudantes da Companhia que lhe mandou pedir Mestre Simão». (*Corpo Dipl.*, V, 224). Nos catálogos primitivos porém e noutros documentos coevos não se encontra notícia de que êstes cinco estudantes tenham estado no Colégio de Coimbra, nem os historiadores portugueses fazem dêles a mais pequena menção. Só de Martim escreveu Araoz (*Epist. Mixtae*, I, 198) que ficava em Coimbra no fevereiro de 1545, mas em setembro dêsse mesmo ano já vivia na Espanha, como os outros companheiros que de Roma tinham vindo com Araoz. Porventura Mestre Simão já os não quis em Portugal por serem muitos os portugueses que por êsse tempo entravam na Companhia. Em abril ou maio de 1544 pedia-se a Inácio, em nome de Simão Rodrigues, que não mandasse mais gente para o Colégio de Coimbra, porque lhe sobravam em Portugal pretendentes à Companhia. Cf. *Epist. Mixtae*, I, 174.

(3) *Epist. Mixtae*, I, 162, 166, 167, 168.

(4) *Ob. cit.*, I, 163; Astrain, I, 241-242.

que o receberam os monarcas portugueses, que Araoz se confundia de tão benévola dignação, nem acabava de encarecê-la por palavras. Com interêsse carinhoso lhe perguntaram miüdamente pelas vicissitudes da viagem, por seu Padre Inácio e pelas pessoas e coisas de tôda a sua Ordem. A raínha adeantava-se alguma vez a satisfazer às perguntas do rei, como pessoa que andava mais particularmente informada no tocante à Companhia de Jesus (1). Depois insinuaram que lhes prègasse, e renovaram-lhe o convite em Évora, para onde se transferiu a côrte no fim de maio (2). Obtemperou Araoz de bom grado aos desejos de tão grandes bemfeitores.

Prègou com muita freqüência durante o ano quase inteiro que se demorou em Portugal, primeiro em Coimbra, depois em Almeirim, e, mais que noutra parte, em Évora, já no paço real, ja noutras igrejas em solenidades, que tanto amiúde se celebravam. Desempenhou-se êle do púlpito com tanto contentamento dos ouvintes, nobres ou plebeus, que se granjeou, com a afeição do povo e nobreza, renome de excelente orador, e os reis só com muita dificuldade se dobraram a permitir, que se fôsse do seu reino (3).

Araoz também de sua parte ia crescendo mais e mais no conceito da terra, da côrte e da gente portuguesa. Suavíssimas foram as impressões que lhe afeiçoaram indelèvelmente o ânimo a Portugal. Coimbra, povoação em que primeiro se deteve, agradou pela salubridade do sítio e beleza de suas vistas ao licenciado espanhol. «A cidade, comunicou êle a Mestre Inácio, parece sàdia; seus campos são muito férteis, é viçosa de basto arvoredo, e banhada de abundantes águas» (4).

Mas sobretudo lhe levou os olhos e o coração o Colégio de Jesus, que se erguia esperançoso no mais alto da cidade. Contentou-lhe o edifício, que se estendia numa longa fila de casas, de bons cómodos, em sítio muito saüdável e com o desafogo de formosas vistas para os arredores; e repa-

---

(1) *Epist. Mixtae,* I, 164, 167, 168.
(2) *Ob. cit.,* I, 169, 169[2].
(3) *Ob. cit.,* I, 167, 193, 194, 197; Orlandidi, IV, 135.
(4) *Epist. Mixtae,* I, 163.

rou satisfeito como se autorizava, na sua humildade religiosa, com seus porteiros, cozinheiros e criados de serviço (1).

Os moradores porém do colégio, que o receberam com demonstrações de caridade e santo contentamento, é que lhe cativaram logo das primeiras saüdações o afecto. Como que se sentia enlevado na vista daquela comunidade florescente de jovens escolhidos. Nunca se vira cercado por esquadrão tão numeroso de irmãos da sua Companhia, extremados pelo talento, nobreza e virtude. Não se enganou na espectativa, em que viera desde que «entrando em Portugal, é êle quem o refere, ouvira contar dos *apóstolos,* que êsse nome lhes davam, coisas muito edificativas» (2).

Mas o povo português também lhe atraíu geralmente a simpatia. Figurou-se-lhe tão dócil e inclinado à piedade, que não podia fàcilmente declarar quanto sentia da bondade da terra e da gente que a habitava (3). Os reis o assombraram pela muita cristandade e zêlo que neles resplandecia, e pela solicitude paternal que demonstravam à Companhia de Jesus, e em repetidas cartas os propunha como crèdores a tôda a gratidão de seus religiosos. A côrte achou-a digna de tais monarcas e admirava-lhe «o concêrto e reformação em que êles a tinham assim no espiritual, como no temporal» (4). Emfim compendiando o que muitas vezes dissera dos reis e vassalos, assim escreveu a Mestre Ignácio na véspera da sua partida de Portugal: «Quanto contentamento e edificação tenho dêstes reis e reino em as coisas de Nosso Senhor, não sei como significá-lo a V. R.» (5). Nesta boa disposição lhe iam decorrendo os dias em Portugal à espera de Mestre Pedro Fabro, que era por todos desejado com alvoroçada expectação.

3. — No entanto o fervoroso apóstolo, detido na Alemanha pela ordem do Papa, trabalhava zelosamente em proveito daquela região, lastimosamente devastada pela heresia. Mas

---

(1) *Ob. cit.,* l. c.
(2) *Ob. cit.,* 162.
(3) *Ob. cit.,* I, 163, 169, 201.
(4) *Ob. cit.,* I, 169.
(5) *Ob. cit.,* I, 201. Cf. *ibid.,* pag. 167, 194, 197, 199, 200.

por fim apresentaram-lhe nova obediência de interromper aquelas fadigas e de se pôr a caminho de Portugal. O rei D. João assim o pedia, e Paulo III não o contrariava. No mês de maio de 1544 já lhe tinha chegado o aviso em carta de seu bom Padre Inácio ([1]). Foi grande na Alemanha o sentimento com a saída de Fabro, cujo nome, só pronunciado, bastava a influir alentos nos católicos; mas o heróico obediente, ainda que lhe passava a alma o levantar a mão de tanto bem que fazia, lançou-se ao caminho sem hesitação.

Partiu de Colónia a doze de julho dêsse ano, foi embarcar a Flandres na armada, que então soltava para as partes do Sul, e aportou a Lisboa no dia 24 de agôsto ([2]). De Lisboa transferiu-se a Évora, onde morava a côrte, mas a fama que o precedia, já lhe tinha preparado acolhimento. D. João III recebeu-o com veneração e carinho, e cresceu com o trato de poucos meses na grande opinião que formara de varão tão espiritual. Emfim agradou-se tanto do primeiro companheiro de Inácio, que só o valimento e instâncias do Padre Mestre Simão conseguiram que o deixasse partir, a êle e a Araoz, para Espanha, onde a presença de ambos era tão precisa para o estabelecimento da Companhia naqueles reinos ([3]).

Queria o rei piedoso junto de si aqueles dois grandes homens para se ajudar de sua virtude, prudência e sabedoria em proveito de seus vassalos ([4]). Bem conhecera êle a comoção que levantaram, e o fruto que fizeram não só na côrte, onde os escutava com satisfação ([5]), mas em tôdas as

---

([1]) Fabro, *Mon.*, 259, 261, 266; Polanco, I, 139; Orlandini IV, n. 104.

([2]) Fabro, *Mon.*, 256, 666, 667; Bobadilha, *Mon.*, 55; Orlandini, IV, n. 111, Teles, I, 194.

([3]) Orlandini, IV, n. 138; I, 194, 195. Teles no lugar citado escreve que o rei D. João quisera primeiro que Fabro ficasse em Portugal e Araoz se fôsse para Espanha, mas depois cedera e os deixara partir ambos. É inexacta a afirmação. O que se colhe das cartas de Araoz (*Epist. Mixtae*, I, 195-202) é que o rei manifestou primeiro vontade de reter em Portugal Araoz, e consentia que Fabro saísse para Espanha; mas depois, a-pesar de muito inclinado e quase resolvido a os conservar ambos na sua côrte, pelas razões que lhe deu Mestre Simão, permitiu finalmente que se fôssem a Castela.

([4]) *Epist. Mixtae*, I, 200, 202; Orlandini, V, n. 51.

([5]) Polanco, I, 144.

cidades em que por algum tempo se detiveram, com seus sermões, no tribunal da penitência, em santas conversações e Exercícios Espirituais (1). Era tão insaciável o desejo de os ouvir, que no último domingo que êles passaram em Portugal, obrigaram Araoz a prègar cinco vezes em diferentes igrejas (2).

4. — Uma porém das obras que Fabro mais teve a peito efectuar nos seis meses que andou em Portugal, e talvez a mais fecunda em felicíssimas conseqüências para a Companhia de Jesus, foi a sua visita ao Colégio de Jesus de Coimbra. Partiu de Évora para a cidade universitária nos primeiros dias de dezembro de 1544 e deixou-a nos fins de janeiro do ano imediato. Foram quase dois meses de labor intensamente espiritual e sobremaneira benéfico (3). Não podemos fàcilmente imaginar a reverência, amor e devoção com que foi acolhido no Colégio de Jesus um dos dez fundadores da Companhia e o primeiro dos companheiros de Inácio de Loiola. A pena de Fabro assim o expressou com sentida comoção a seu Padre Inácio: «Receberam-me não certamente como hóspede, mas como se eu fôsse pai e senhor e mestre de cada um de quantos aqui moram» (4), e acrescenta com humilde sinceridade que foi «inexplicável a consolação de todos êles e de muitas outras pessoas que em Coimbra o esperavam» (5).

Depois das primeiras expansões de mútua e santa amizade, Pedro Fabro com a serenidade e amorável interêsse, em que primava seu espírito, tomou de tudo particular conhecimento. Penetrou confiadamente nas consciências de

(1) *Epist. Mixtae*, I, 193; Polanco, I, 144, 158; Orlandini, V, n. 45; Teles, I, 204, 205.

(2) *Epist. Mixtae*, I, 204.

(3) *Ob. cit.*, I, 193; Fabro, *Mon.*, 297; Orlandini, IV, n. 138, V, n. 43. Franco, *Synopsis Ann.*, 1544, n. 9, 12, e os editores da *Monumenta Hist. S. J.* (Fabro, *Mon.*, 297[4]), dizem que Fabro fôra duas vezes a Coimbra. Mas dos documentos primitivos infere-se claramente que só uma vez, nos dois meses de dezembro e janeiro, estivera naquela cidade. Teles, I, 195, 204, contra o que lhe atribuem os mesmos editores da *Mon. Hist.*, só refere uma visita de Fabro ao Colégio de Coimbra.

(4) Fabro, *Mon.*, 298-299.

(5) *Ibid.*, pag. 299.

todos; observou a disposição e ordem do colégio no que dizia respeito às ocupações espirituais, ao estudo das letras e aos ofícios que desempenhava cada um; examinou o edifício em tôdas as suas repartições, e indagou a maneira com que se providenciava ao govêrno ordinário da casa. Padres e estudantes não houve pensamentos nem desejos que lhe não patenteassem abrindo-lhe confidencialmente o mais recôndito de suas almas, e com mais particularidade o reitor Martinho de Santa Cruz lhe deu minuciosa informação de tôdas as coisas do colégio não sòmente das que mereciam louvor, mas também das que pareciam censuráveis.

Quando se viu tão minuciosa e seguramente inteirado, resolveu-se a dar parte ao Padre Inácio do que pessoalmente averiguara. O coração do fundador da Companhia deveu exultar com as novas que lhe dava o seu primogénito. Eram mais de sessenta os moradores do colégio, e de cada um dêles pôde aquele grande mestre de espírito afirmar que ia muito adeantado no caminho da perfeição; pôde assegurar que entre todos florescia a caridade fraterna, a paz e a concórdia; que se distinguiam nos sentimentos da perfeita humildade, e estavam com uma rendida obediência dispostos e prontos a cumprir em tudo a vontade de seus superiores. A ordem de tôda a casa nos ofícios corporais, nos estudos e nos actos de piedade era como a desejava Inácio, de modo que o santo fundador podia ter boas esperanças de quantos habitavam o Colégio de Jesus.

É tão autorizado êste admirável testemunho, que não devemos deixar de o reproduzir textualmente, trasladado do castelhano ao português. «De sessenta e tantas pessoas que estão nesta casa, não há presentemente nenhum, que não esteja muito adeante e disposto não só para ir crescendo cada dia sôbre o começado, mas também para perseverar até ao fim. Há muita paz e concórdia entre todos; há caridade fraterna, há obediente humildade para em tudo e por tudo obedecer aos que governam. Demais a ordem com que se dispõem os ofícios corporais, promovem os estudos das letras e praticam os exercícios de piedade, floresce neste colégio não digo já conforme a meu parecer desordenado e impraticável, mas da maneira que me parece deseja V. Reverência».

«Não desço a pormenores do que é mais exterior, do edifício material da casa, de seus aposentos e divisões, nem da diligência com que se provê a quanto é necessário; tudo seja dito para que V. Rev.ª se regozije santamente e dê graças ao Senhor tanto sôbre esta sua família, tão pronta para em tudo lhe obedecer, como sôbre as boas esperanças que se hão de ter de cada um dêles» (1).

No remate desta célebre carta insinua Fabro com edificante humildade que as imperfeições que houvesse no colégio as escreveria Araoz, «por ver êle mais e porventura melhor» e que «a outro poderia parecer lôdo o que a êle parecia oiro». Não deviam porém ser de grande vulto as imperfeições, que escaparam à observação daquele atilado espírito. Entretanto Araoz no-las porá de manifesto na correspondência, bem mais continuada, que entreteve com Inácio todo o tempo que permaneceu em Portugal. Mas o facto é que as cartas do ilustrado guipuscoano só nos confirmam no bom conceito que Pedro Fabro expressara àcêrca de seus irmãos de Coimbra.

Insistentemente certifica ao santo fundador de que lhe contentaram notàvelmente os religiosos daquele colégio pelo número dêles, que muito crescêra, e pela qualidade dos sujeitos, que eram distintos pela nobreza e mais pela virtude (2). Assim que «rendia graças ao autor de todo o bem» pela «muita ordem e concêrto em que êles viviam» (3), pelas esperanças que davam de que viriam a frutificar proficuamente na vinha do Senhor e pela boa opinião, que por todo o reino gozavam (4).

Desta sorte os depoïmentos claros e inequívocos dos dois insignes mestres são concordes e asseguram-nos que o Colégio de Jesus era governado com boa prudência e seus habitadores andavam bem instruídos e formados no espírito genuíno de Inácio, e tinham caminhado muito àvante nas veredas da perfeição religiosa (5).

---

(1) Fabro, *Mon.*, 298. Carta de Coimbra de 9 de janeiro de 1545.
(2) *Epist. Mixtae*, I, 162, 168.
(3) *Ibid.*, 162, 196.
(4) *Ibid.*, 167, 168.
(5) A-pesar da fôrça peremptória dêstes testemunhos, alguns escrito-

5. — Mas entre os membros da Companhia de Jesus tinha em Portugal o primeiro lugar, como superior e cabeça de todos êles, o P. Simão Rodrigues, personagem de relêvo, já então vàriamente discutida. É de grande importância averiguarmos a opinião que dêle conceberam Fabro e Araoz, e as informações, que enviaram a Inácio àcêrca de sua pessôa, govêrno e procedimento. Por infelicidade não se nos conservou uma carta em que Fabro, escrevendo de Évora, manifestava ao santo Geral com mais minudências o que sentia do seu antigo companheiro (1). Mas dos poucos traços que deixou lançados aqui e àlém em cartas diversas, podemos compensar aquela falta e coligir o conceito em que o tinha, o aprêço com que avaliava a sua obra, e também a fraterna e afectuosa amizade que lhe dedicava.

Na mesma carta em que exarou aquele assombroso elogio do Colégio de Coimbra, concluía a descrição que mandava a Inácio, observando-lhe que «Mestre Simão era aquele

---

res, como José Maria Velez nas *Cartas ... del B. Pedro Fabro,* pag. 249; os editores das *Cartas de San Ignacio,* I, pag. 194; Astrain, *Hist. de la Comp.*, I, 588; Aicardo, *Comentario,* I, 79-80, II, 63, 74, baseando-se em afirmações de Ribadaneira, e até, quem o pudera crer? na autoridade de Fabro e Araoz, não duvidaram insinuar em suas obras, mais ou menos claramente, que a Companhia de Jesus em Portugal não ia, já neste tempo, bem encaminhada. Astrain, I, 589, por estas palavras o exprime: «Empezaron á llegar á Roma avisos de que no andaba bien la Provincia de Portugal. El primero parece que lo dieron los Padres Fabro y Araoz el año 1545». Em nota cita a carta de Fabro, que no texto reproduzimos em parte, e confessando certamente pela evidência das palavras do santo varão, que «Fabro nada sospechava de mal», contudo conclui que «ya empezaban los recelos de que no era oro todo lo que relucía en la Provincia de Portugal». Lhanamente declaramos que não entendemos a crítica dêstes escritores. Tendo as declarações manifestas e indubitáveis de Fabro e Araoz a asseverarem que a Companhia de Jesus em Portugal procedia bem, pegam-se a umas expressões duvidosas, que o contexto e espírito do autor nos deixam atribuir à humildade singela de um homem de Deus, para significarem o contrário do que na mesma carta categòricamente se afirma! Não há dúvida que se poderiam notar naqueles jovens algumas imperfeições e deficiências, como aliàs em tôda a comunidade religiosa, ainda na mais reformada. Talvez a essas se quisesse referir Pedro Fabro. Mas delas só erradamente se infere que denunciem má formação ou menos espírito nos religiosos.

(1) Fabro, *Mon.,* 298-299.

por quem Deus fazia todo aquele fruto» ([1]), e ajuntava em remate: «Eu espero no Governador Supremo desta Companhia, que tanto êle [Simão], como tudo o demais, que em Portugal a V. Rev. diz respeito, saïrá conforme aos desejos e orações de V. Rev.» ([2]). Já longe de Portugal ainda escrevia a seu amado companheiro a rogar-lhe que o consolasse amiúde com suas cartas, «porque bem sabeis, insistia, o muito que folgamos com vossa entranhada caridade, com vossas palavras, com vossas obras e com vossos gracejos» ([3]). Por fim estando a ponto de se meter à derradeira viagem, que fêz nêste mundo dirigindo-se à Itália para ter parte no Concílio de Trento, lhe diz com expressões da mais pura afeição na última despedida que de Madrid em carta lhe enviou: «Eu nunca despedirei de minha alma a vossa memória nem de vossa seara ou rebanho que lá e cá tendes e tereis» ([4]).

Araoz não sòmente não discorda de Fabro nestes sentimentos de estima e amizade, mas, como se demorou mais tempo em Portugal, teve ensejo de se referir mais vezes a Mestre Simão e louvar com insistência a sua obra. Antes de chegar a o ver, já se antecipara a boa opinião e fama, que àcêrca dêle ouvia por Portugal, a lhe anunciar o merecimento do bem acreditado religioso ([5]). Mas, quando se aproximou e deu finalmente entrada na côrte, pôde melhor admirar o crédito em que estava deante dos reis, capacitar-se do grande amor que lhe tributavam os cortesãos e todo o reino, e avaliar o muito que Deus por seu ministério operava ([6]). Como a superior da Companhia exaltava-lhe «a muito zelosa experiência, são palavras de Araoz, e cristão cuidado, tama-

---

(1) *Ob. cit.*, l. c.
(2) *Ob. cit.*, 299.
(3) *Ob. cit.*, 328-329.
(4) *Ob. cit.*, 420. Carta de Madrid de 7 de abril de 1546.
(5) *Epist. Mistae*, I, 163.
(6) «...Queriendo informar minutamente... del credito que con sus Altezas y en este reyno el buen Mtre. Simon tiene, nuestro Señor por ministerio suyo mucho obrando, no podria sino con prolixo discurso representaros». *Epist. Mixtae*, I, 167. Cf. *ibidem*, pag. 163, 168, 194.

nho, que era para louvar a Nosso Senhor» (1), e bemdizia-lhe «a solícita diligência que tinha do colégio, acrescentando-o cada dia de pedras vivas e de muita esperança» (2) e «a bem concertada disposição» em que trazia os súbditos (3).

Tão claros elogios, que brotaram da pena de dois grandes homens, canonizam a obra de Simão Rodrigues até aquele ano de 1545 (4).

6. — As novas que a Roma enviaram Fabro e Araoz alegraram o santo fundador da Companhia. Encheram-lhe a alma, e folgava de transmitir a outros a consolação de que trasbordava. Ainda no ano seguinte respondendo Cláudio Jaio às notícias, que Inácio lhe mandara a Trento, por estas palavras declarou seu contentamento: «Muito nos alegrámos de saber como as coisas da Companhia vão em Portugal de bem a melhor, considerando não sòmente que o número dos escolares cresce, mas também que aumenta a boa vontade que o rei tem à Companhia» (5). Nem deve ter valido pouco

---

(1) *Ob. cit.*, I, 162.

(2) *Ob. cit.*, I, 194.

(3) *Ob. cit.*, I, 168.

(4) Diogo Mirão no ano de 1553, quando caíam sôbre Simão Rodrigues muitas e graves acusações, como adeante veremos, escreveu, que bem sabia que Fabro e Araoz sentiam desfavoràvelmente das coisas de Mestre Simão (*Epist. Mixtae*, III, 224); e o P. Ribadaneira anos mais tarde exarou no seu manuscrito *Persecuciones de la Compañia de Jesús*, que os mesmos dois Padres, quando vieram a Portugal, notaram que Simão governava sem dependência de Roma e avisaram dêsse mal a Inácio. Que tenham podido os Padres Fabro e Araoz observar algum defeito no govêrno de Simão Rodrigues, não é de estranhar. Mas se não queremos pôr Fabro e Araoz em contradição aberta consigo mesmos, havemos de assentar que êsses defeitos eram realmente tão deminutos, que não destruíam as afirmações claras e incontestáveis com que o elogiaram.

A acusação de Ribadaneira é gravíssima. A ser verdadeira, seremos forçados a qualificar de enganosas as informações que Fabro e Araoz em suas cartas mandaram ao santo fundador. Mas o clássico autor castelhano naquele trecho manuscrito, que diz respeito a Simão, profere tão desmarcadas exagerações, que as suas palavras hão de ser acolhidas com muita reserva, não obstante afirmarem os editores das *Cartas de San Ignacio*, I, 194, ao reproduzirem aquele mesmo trecho, que Ribadaneira é «auctor gravísimo y testigo mayor de toda excepción en esta materia»! A boa crítica está certamente por Fabro e Araoz.

(5) Rodrigues, *Mon.*, 320. Carta de Trento de 19 de outubro de 1546.

na consciência rectíssima de Inácio a conveniência de dar alguma reparação aos levianos rumores, que por aqueles anos em Roma se espalharam, bem desfavoráveis aos religiosos da Companhia, que viviam no reino de D. João III, e nomeadamente ao P. Simão Rodrigues.

Movido por êste sentimento de eqüidade apressou-se o Santo a dar parte ao cardeal de Santa Cruz, o futuro Papa Marcelo II e íntimo amigo de Inácio, da satisfação que tinha de seus filhos de Portugal. Depois de lhe comunicar que recebera cartas de datas diversas, vindas daquele reino, e que os Padres Fabro e Araoz estavam a ponto de deixar, com licença do rei, a côrte portuguesa, prossegue nestes termos:

«Por graça de Deus, conforme vejo por todo o sucesso de Portugal, os religiosos que lá vivem, da Companhia nossa e mais de V. Senhoria Rev.^ma^, procedem muito direitamente e mais com muito temor filial, não, de maneira nenhuma, como por aqui se propalava. Além disso Mestre Simão, que é o principal dos nossos naquele reino, e de quem nestas partes corriam mais rumores, nos escreve agora e pede lhe consigamos que venha a Roma, ou por Sua Santidade, a quem falemos para êsse fim, ou por meio de carta que mandemos ao rei, porque deseja grandemente ver-se nesta cidade connosco. Ora concordando os nossos desejos com os dêle, o avisamos que póde meter-se a caminho, já que Sua Santidade concede de muito grado a licença, e esperamos que, partindo de Portugal no setembro que vem, esteja em Roma pelo mês de novembro» [1].

A notícia que dava Inácio ao cardeal, da próxima ida a Roma do P. Simão, não chegou a realizar-se, a-pesar da diligência que êste empregou para dar cumprimento a seus desejos e ir abraçar, depois de tantos anos de separação, a seu

---

[1] *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 301; carta de 15 de abril de 1545. — As murmurações que naquele tempo serpeavam em Roma contra Simão Rodrigues e seus religiosos, porventura diziam respeito, pelo menos em parte, às desavenças que por então perturbavam as boas relações de D. João III e de Paulo III por causa do célebre cardeal de Viseu D. Miguel da Silva. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 197-199. Mais adeante nos referiremos a elas particularmente.

bom pai, Inácio, consolar-se com êle e conferenciarem juntos sôbre as coisas que tocavam à Companhia. Já nos princípios de 1545, antes de receber a ordem de Roma, solicitava êle com insistência a licença de D. João III para o efectuar. Mas depois que teve conhecimento da vontade de Inácio redobrou de empenho folgando com as cartas, que lho mandavam, para ter nelas apoio de seu pedido, e mais eficazmente mover a vontade real (1). Na côrte porém havia a persuasão de que D. João III não consentiria que Simão se ausentasse (2).

Inácio de seu lado tratou de usar os meios que estavam a seu alcance, para levar a Roma o seu fiel companheiro. Por intercessão do cardeal de Carpo, Rodolfo Pio, protector da Companhia, obtém do Papa a autorização desejada; ao rei de Portugal escreve a suplicar-lhe «se digne conceder-lhe amorosa licença» (3), e a Mestre Simão lhe ordena primeiro que, havida a permissão do rei, se ponha a caminho de Roma, passada a fôrça dos calores da estação, e mais tarde, suavizando a ordem que dera, se remete ao que em sua consciência lhe parecer (4).

As razões que apresentou ao rei para o levar a condescender ao que se pedia, colhem-se da carta que lhe dirigiu a 15 de março de 1545. Assim lhas expõe: «Sendo grande o desejo que os nossos de Roma teem de ver a Mestre Simão, e havendo necessidade de prover a algumas coisas, que à nossa Companhia muito importam, humildemente suplicamos

---

(1) Os seus sentimentos bem claramente os expressou o P. Simão anunciando a S. Inácio que mandara ao rei «la obedientia que deseada me venia de hir allá y veros y consolar mis entranhas con vuestra presentia... escriviendo que me diesse licencia, como yo se la tenia pedido por muchas vezes». Rodrigues, *Mon.*, 538. Cf. *Epist. Mixtae,* I, 195, 199, 202. É de reparar a insistência, com que Araoz em suas cartas atesta que Simão se dispunha com muito boa vontade a ir a Roma. Suspeitamos por isso que S. Inácio, julgando pelo que lhe escreviam, tinha dúvidas àcêrca da boa disposição daquele seu companheiro. Conheceu agora que era, também nesta parte, caluniado Mestre Simão e que a sua suspeita carecia de fundamento. Êle próprio lealmente o declara ao cardeal de Santa Cruz.

(2) *Epist. Mixtae,* I, 195, 199.

(3) *Mon. Ignat.,* ser. 1.ª, I, 303.

(4) *Ob. cit.,* 302-303, l. c., 314-315.

a V. Alteza pela glória divina lhe queira dar grata e amorosa licença, como já lha deu Sua Santidade, porque da sua vinda e de alguns mais, que segundo confiamos, nos havemos de ajuntar, espero que será servida a Divina Majestade e V. Alteza, de quem esta Companhia é mais própria do que nossa» [1].

O rei porém fazia grande estima de Simão Rodrigues e não se resolvia a afastá-lo da sua côrte. Escolhe-o para mestre do príncipe, e, escreve imediatamente ao Padre Inácio que haja por bem deixar em Portugal a Mestre Simão «pois a necessidade, insiste o rei, de sua ficada é tão justa e necessária» [2]. Inácio não deixava nunca de obtemperar aos desejos de monarca tão insigne bemfeitor, e respondeu cedendo gostosamente, porque a Sua Alteza competia mandar e aos membros da Companhia obedecer-lhe [3]. D. João III agradeceu-lhe «a boa vontade», com que permitia ficasse Mestre Simão «para o serviço do príncipe» [4].

Entanto Inácio, não conseguindo haver Simão Rodrigues em Roma, tratou de estabelecer definitivamente as coisas da Companhia em Portugal e de coroar com uma demonstração de confiança a obra do seu bom companheiro, levada a cabo nos cinco primeiros anos de seu govêrno, promovendo-o à dignidade de Provincial e dando-lhe por êste modo a honra singular de ser êle o primeiro Provincial de tôda a sua Ordem. Simão Rodrigues já de antemão se tinha preparado, sem o cuidar, para êsse elevado cargo com a profissão solene que fêz a vinte e cinco de dezembro de 1544 [5].

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 298. A carta de Inácio para o rei tem, como se estampou na *Mon. Hist.*, l. c., a data de 15 de março, e a que escreveu a Mestre Simão traz a de 6 de maio. Como porém nem uma nem outra é original, e as cópias, que nos restam, variam quanto ao mês, temos para nós que ambas elas foram escritas no mesmo mês de março ou de maio, visto que versam precisamente o mesmo assunto.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 325.

(3) *Ob. cit.*, pag. 346. Carta de Inácio a Mestre Simão de 14 de dezembro de 1545. Não possuímos a carta que Inácio escreveu a D. João III. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 349, 376.

(4) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 376. Carta de 6 de maio de 1546.

(5) Rodrigues, *Mon.*, 536.

Não deixará de parecer estranho que tardasse tanto em se ligar à Religião pelos votos solenes, sendo que Inácio e demais confundadores que estavam em Roma, os haviam pronunciado em 1541 na Basílica de S. Paulo. Mas êle próprio declarou que «havia muitos anos os tinha já feito em sua consciência» «nem julgava que fazia agora coisa nova» [1]. Faltava-lhe contudo a solenidade costumada, e Pedro Fabro, que tratara com êle, estando em Évora, êsse ponto importante, o deixara determinado a fazer dentro de pouco tempo a sua profissão, como era uso de todos [2]. Assim o efectuou Simão. No dia de Natal daquele ano, na primeira missa que celebrou à meia noite, imediatamente antes de receber o corpo de Cristo, recitou a fórmula respectiva, «não pouco satisfeito de minha consciência», como êle filialmente manifestou a seu Padre Inácio. Deu o santo religioso, nesse acto solene, largas à sua particular devoção, servindo-se de uma fórmula que de propósito compusera com expressões de terníssimo afecto e de entrega perfeita nos braços da cruz, em que se imolava [3]. A fórmula que lêra, escrita e assinada por sua mão, a enviou para Roma ao Prepósito Geral da Companhia [4].

Estando pois satisfeito o fundador da lealdade e prudência de seu antigo companheiro, e vendo com justificado regozijo que a sua Companhia mais que em nenhuma outra parte crescera e se dilatara em Portugal e suas conquistas, resolveu-se a constituir a Província portuguesa, a primeira que houve em tôda a Companhia de Jesus, e a pôr-lhe à frente como primeiro Provincial o P. Simão Rodrigues. A patente em que lhe conferiu o cargo, foi assinada a 25 de outubro de 1546. Não é simplesmente uma fórmula comum, con-

(1) *Ob. cit.*, l. c.

(2) Fabro, *Mon.*, 299; Laines, *Mon.*, III, 491.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 535.

(4) *Ob. cit.*, 536. — Do referido vemos não ser verdade o que Boero escreveu na *Vita del... P. Simone Rodriguez*, 28, que Mestre Simão, quando veio para Portugal em 1540, deixara escrita em Roma a fórmula da sua profissão. A fórmula que Boero encontrou no arquivo fôra enviada de Portugal a S. Inácio no ano de 1544. Franco, *Synopsis Ann.*, 1541, n. 11, confessa não lhe constar do tempo em que Simão Rodrigues fizera a profissão solene.

cebida em termos gerais, mas foi particularmente dirigida a Mestre Simão, cujos merecimentos singulares enaltece. Reproduzimo-la em parte, para que se conheçam as razões da promoção do primeiro Provincial português. Com esta solenidade as expressou Inácio:

«Amado Filho. Como Jesus Cristo por sua misericórdia vai promovendo e difundindo em mais e mais extensão para glória de seu nome esta mínima Companhia de Jesus, nós em razão de nosso ofício resolvemos criar Provinciais, que nos aliviem e tomem sôbre seus ombros parte do trabalho e pêso que levamos. O motivo porém que nos convidou a escolher-te a ti primeiro para êste cargo, deu-no-lo o amor exímio do sereníssimo rei para com a nossa Companhia. De-feito não cessa êle de lhe conferir tôda a sorte de distinções, de a engrandecer com sua gravíssima autoridade e real protecção e de dispender com munificência de príncipe somas não pequenas na construção de um colégio grandioso. Demais nos moveu a esta eleição o merecimento da tua pessoa. Por quanto desde o princípio da tua vocação te exercitaste no campo do Senhor com lealdade singular, constância e religião, peregrinaste por tôda a parte, e em Portugal, onde agora vives, com tôda a alma, suma destreza e alacridade procuraste a exaltação do nome de Jesus, e com o favor do céu deste fruto abundante na Igreja de Deus todo poderoso» [1].

Cerra êste honroso e autorizado diploma o tempo em que Simão Rodrigues governou com o título geral de superior a Companhia de Jesus em Portugal.

7. — No ano antecedente à erecção da Província portuguesa, já Fabro e Araoz tinham deixado a côrte de Portugal e passado à de Espanha, a Valhadolide. Dificultosamente alcançaram licença de D. João III, mas, condescendendo êle por fim [2], puseram-se de partida a quatro de março, e na última povoação portuguesa, onde, com ir de viagem, prègou Araoz,

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 449-450. Tradução do original latino.

(2) «Sus Altezas... mostraron mucha voluntad para que quedásemos en su reyno». *Epist. Mixtae*, I, 202. «El Rey de Portugal... mucho instó para que quedásemos allá». *Ibid.*, pag. 223. Cartas de Araoz de 25 de março e 29 de junho de 1545.

foi tamanha a comoção da gente, que muitos os quiseram seguir para Espanha e em efeito os acompanhariam, se lho houveram consentido (1). Antes porém de largarem de Évora, não faltou Pedro Fabro em se despedir afectuosamente dos moradores do Colégio de Coimbra.

É de-veras comovedor o confrangimento de coração e saüdade com que se afastava daqueles seus irmãos, a quem cobrara tão entranhado afecto, como transparece da mútua correspondência, que mantiveram até à morte do santo companheiro de Inácio. Já no mês anterior lhes mandara de presente uma santa relíquia, que êles receberam com agradecida devoção. Era uma das cabeças das Onze Mil Virgens, que trouxera de Colónia, e de Évora lhes enviou a três de fevereiro pelo grande prègador Francisco Estrada, com recomendação de que a venerassem com piedoso culto, o que êles religiosamente cumpriram (2).

---

(1) *Epist. Mixtae,* I, 200, 204, 223; Fabro, *Mon.*, 681.

(2) Fabro, *Mon.*, 306, 309, 666. — Logo nesse ano de 1545 se celebrou no Colégio de Coimbra com grande pompa a festa das Santas Virgens. «Mostrámos as relíquias a tôda a cidade, conta Martinho de S. Cruz, e grande parte dela e dos estudantes veio assistir ao sermão, que prègou Francisco Estrada. Foi, a meu parecer, o melhor sermão que lhe ouvi. Com esta primeira solenidade assentámos festejar cada ano com particular veneração as Santas Mártires, porquanto as tomámos por advogadas nossas deante de Deus». *Epist. Mixtae*, I, 232. Nos anos seguintes foi-se aumentando o culto que no colégio se tributava às Santas Virgens a 21 de outubro, e perseverou sem interrução até ao tempo da expulsão pombalina em 1759. Cf. Teles, I, 206; Franco, *Synopsis Ann.*, 1545, n. 1. Foi certamente das solenidades dêstes cultos que se originou o êrro de se chamar o Colégio de Coimbra das *Onze Mil Virgens*, nome que ainda lhe dão escritores de nossos tempos. Cf. v. g. Soriano, *Revelações da minha vida* (Lisboa 1860), pag. 176; Eugénio de Castro, *Guia de Coimbra*, pag. 56. O nome que na fundação lhe deu o P. Simão Rodrigues, foi de *Colégio de Jesus*. Cf. v. g. *Epist. Mixtae*, I, 167; II, 70; *Mon. Xav.*, II, 165; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 405; Fabro, *Mon.*, 280; Bula de Pio IV *Ad Apostolicae* de 1 de abril de 1561, onde se lê esta declaração: «... Collegii Societatis *sub invocatione nominis Jesu* in civitate Colimbriensi instituti», em Teles, II, 881; Teles, I, 320, 497; Franco, *Imagem ... Lisboa,* pag. 84; *Synopsis Ann.*, 1547, n. 7.

Observamos a propósito desta relíquia das Santas Virgens, que é fabuloso, no parecer dos críticos, o número de *onze mil*; já porém no século nono corria esta lenda. Ainda não foi possível até hoje averiguar o número dêste côro de Santas Mártires.

Agora na antevéspera de se alongar de sua presença lhes escreveu, por despedida, carta repassada de amor paternal. Sugere-lhes, como mestre de espírito, conselhos de elevada perfeição, e lastima não poder despedir-se pessoalmente, com êstes termos que bem demonstram o afecto que mùtuamente os unia: «Motivo de muita urgência me impede passar por êsse colégio, conforme era minha intenção e desejo vivíssimo de nós ambos. Fere-me o coração esta impossibilidade, e vós, pelo amor que me tendes, também o sentireis. Deus sabe quanto desejei entreter-me convosco alguns dias: como sabe também a consolação e edificação que vós daí esperáveis: Mas temos de levar em paciência, que se cumpra não a nossa, senão a vontade de Nosso Senhor. Daqui vem que me vejo forçado a cumprir por escrito o que fizera com mais gôsto de viva voz, e a mandar-vos de longe um adeus, com que mereça mais seguramente as vossas lembranças» (1).

Ainda em Madrid, quando recebeu a ordem de partir para Itália, desejou ter tempo de se despedir particularmente de cada um dos irmãos de Coimbra, e, não o podendo fazer, rogava-lhes que tivessem como escrita a todos êles a carta que dirigia a Mestre Simão, e atrevia-se a protestar — tanto na alma os levava — que «não se despedia de nenhum dêles, nem pensava nunca despedir-se» (2). Tão estreitamente se apertaram os laços entre aquelas bemditas almas, uma vez que se conheceram e trataram! Era o dia 17 de abril de 1546 (3). Três dias depois deixava a nova capital de Espanha

(1) Fabro, *Mon.*, 310, carta de Évora de 2 de março de 1545; Teles, I, 207; *Cartas del B. P. Pedro Fabro*, 252, 283.

(2) Fabro, *Mon.*, 420-421. Carta de abril de 1546.

(3) Na *Mon. Hist.* (Fabro, *Mon.*, 420) estampou-se a carta, anteriormente citada, com a data de 7 de abril de 1546; mas temos por certo que foi escrita a 17 dêsse mês, como se indica noutra cópia, mencionada pelos editores da *Mon. Hist.* (*ib.* pag. 421). Fabro saíu de Madrid a 20 de abril, têrça-feira santa (*Epist. Mixtae,* I, 270; Fabro, *Mon.* 422) e diz na carta que passara já, quando a escrevia, o prazo em que devia partir, de doze dias com sua epiqueia, e por isso se apressava; logo deve ter escrito pouco antes da partida, não a 7 de abril, mas a 17. Por isso preferimos esta data.

para se encaminhar a Roma. Antes porém concluíra a obra para que fôra chamado da Alemanha.

8. — De-feito Simão Rodrigues pedira a Mestre Inácio, que enviasse Pedro Fabro a Portugal para introduzir e estabelecer a Companhia de Jesus em Castela, e êle retirava-se agora deixando-a acreditada na côrte de Espanha e fundados os seus primeiros colégios (1). Facilitou-lhe a execução do que se lhe encarregara o acolhimento benévolo e amorável de tôda a côrte de Valhadolide, onde chegaram, êle e Araoz, a 18 de março de 1545 (2). Levavam do rei D. João III cartas de recomendação para o príncipe D. Filipe e princesa D. Maria (3). Não eram todavia necessários empenhos para quem tanto prezava a Ordem religiosa, que ali representavam os dois recém-chegados. «É para louvar o Senhor, escrevia Araoz, quanto êles são afeiçoados às coisas desta Companhia e a tôda a virtude e cristandade» (4). A princesa particularmente amava a Companhia, como se fôra sua filha (5). Com os príncipes rivalizava tôda a côrte em demonstrações de estima, nas quais se assinalavam os portugueses, que seguiam a princesa, porque já de Portugal bem conheciam aqueles dois religiosos (6).

---

(1) Cf. Rodrigues, *Mon.*, 529-531. — Orlandini IV, 35, e Astrain, I, 238 com outros escritores supõem que o principal fim que trazia Pedro Fabro a Portugal, era o de acompanhar a princesa D. Maria a Espanha, e que D. João III fôra quem primeiro pedira padres para êsse efeito. Uma e outra asserção é de todo insustentável. Simão Rodrigues é que propôs a D. João III a conveniência de se aproveitar o ensejo que se oferecia com o casamento da infanta D. Maria em Espanha, para se introduzir com seu favor a Companhia de Jesus em Castela, acompanhando-a para êsse efeito alguns padres. O rei folgou com a lembrança e pediu um ou dois dos primeiros. Teles, I, 160, diz expressamente que o rei tratou de alcançar dois padres dos primeiros «para que com o título de acompanharem a infanta dilatassem a Companhia por Espanha», e Franco, *Imagem... Lisboa*, pag. 110, escreve que «com êste pretexto [de acompanhar a infanta] veio a êste reino o P. Fabro». A carta de Simão Rodrigues (Rodrigues, *Mon.*, 530) citada no princípio dêste capítulo não deixa hesitações a êste respeito. Cf. etiam Fabro, *Mon.*, 681.

(2) Fabro, *Mon.*, 681; *Epist. Mixtae*, I, 202.

(3) *Epist. Mixtae*, I, 271, 202.

(4) *Ob. cit.*, I, 224.

(5) *Ob. cit.*, I, 271.

(6) *Ob. cit.*, I, 204: «Los portugueses que están con la princesa, son

Com esta benevolência que encontravam e mais com a actividade sacerdotal, que admiràvelmente exerciam, era fácil dispor o campo para lançar a semente da Companhia de Jesus. Nesse mesmo ano de 1545 já Pedro Fabro pedia a Simão socorro de sujeitos para começar a fundação dos colégios, e a três de setembro chegavam à cidade de Valhadolide quatro religiosos que Mestre Simão destacava do seu Colégio de Coimbra para as terras de Espanha. Eram André de Oviedo, Hermes Pijn, Maximiano Capella e Francisco Onfroy (1). No mês de julho anterior fôra do mesmo Colégio de Coimbra enviado a Fabro para Valhadolide o jóvem Manuel Lopes, de pouco admitido na Companhia (2).

Êstes cinco religiosos, enviados de Portugal, e outros que de diversas partes se lhes juntaram, distribuíu-os Fabro no outono de 1545 (3). A Oviedo e Onfroy coube-lhes a honra de serem as primeiras pedras do colégio de Gandia, que fundava o duque D. Francisco de Borja (4). Oviedo teve o cargo de reitor, e Onfroy, que se recomendava pela merecida fama de douto em filosofia e teologia (5), inaugurava em 1546 um curso de artes com o aparato de disputas ou conclusões,

---

muy nuestros». *Ibid.*, pag. 227: «De los portugueses, que están con la princesa, somos muy amados, porque allá en Portugal ya teníamos mucho conocimiento». Cartas de Araoz de 25 de março e 29 de junho de 1545.

(1) Fabro, *Mon.*, 363, 367; Polanco, I, 159.

(2) Fabro, *Mon.*, 339. Carta de Hermes Pijn, de Coimbra a 31 de julho de 1545. — Orlandini, IV, 71, sofreu equívoco dizendo que Manuel Lopes entrara na Companhia em Valhadolide. Também não acerta Andrade, quando nos *Varones Ilustres de la C. de J.*, VIII (Bilbao 1891) pag. 348, refere que o mesmo jovem, ao ir de Portugal para Espanha, acompanhara desde Coimbra a Alcalá o P. Pedro Fabro «servindo-o a pé, como moço de mulas», e conta com muitos pormenores o cuidado e dedicação com que atendia a Fabro, a humildade com que tratava da mula e o heroísmo com que sofria os baldões e más palavras dos outros moços. Tudo é invenção e lenda. Manuel Lopes não fêz a viagem com o P. Fabro. Veja-se a carta citada de Hermes Pijn de 31 de julho de 1545. Cf. *Litt. Quad.*, I, 293[1] onde se repete o êrro de Andrade.

(3) Cf. Astrain, I, 253, 267.

(4) Polanco, I, 164; Astrain, I, 273.

(5) Cf. *Epist. Mixtae*, I, 430.

que defendeu e sustentou engenhosamente por dois dias perante um numeroso concurso de eruditos (1).

Para Alcalá destinou Fabro a Maximiano Capella e Manuel Lopes com o fim de iniciarem, como estudantes, o colégio dessa cidade sob a direcção de Francisco de Vilanova, que fôra também do Colégio de Coimbra no ano de 1543. Em 16 de novembro de 1545 estavam a ponto de partir para seu destino (2). Manuel Lopes era nêsse ano um esperançoso jovem de vinte anos de idade, e veio a ser, no dobar dos anos, um dos homens eminentes e beneméritos da Companhia de Jesus em Espanha. Nascêra no Pôrto de família distinta e abastada; desempenhou na Companhia os cargos de maior confiança e relêvo e faleceu piedosamente em Alcalá no ano de 1603 (3). Em Valhadolide, para dar também princípio a colégio, ficou Hermes Pijn, mas pouco se veio a lograr sua muita virtude e sciência, porque se finou «com morte preciosa» a catorze de maio do ano seguinte de 1546 (4). Êstes foram os religiosos, saídos de Coimbra em 1545, que Fabro repartiu pelos colégios de Castela.

Já no ano de 1544, antes da vinda de Fabro a Portugal,

---

(1) *Ob. cit.*, I, 315; Astrain, I, 275.

(2) Fabro, *Mon.*, 370.

(3) Cf. Christóbal de Castro, *Hist. del colégio de Alcalá*, ms., L. IX, Cap. 1. Àcêrca do valor desta história de Castro veja-se Astrain, I, pag. XXXVIII. Sôbre algumas acusações que ensombraram a memória de Manuel Lopes no tempo em que alguns díscolos perturbaram em Espanha a paz interna da Companhia de Jesus durante o generalato de Aquaviva, consulte-se Astrain, III, 365-367.

Emquanto esteve em Alcalá nos primeiros anos do colégio, veio de Portugal ter com Manuel Lopes um seu irmão, de nome Henrique Henriques, que principiou a estudar naquela cidade e pouco depois se alistou na Companhia, tendo apenas dezasseis anos de idade. Tornou-se célebre Henriques, como professor de moral; teve por discípulo, ensinando em Salamanca, o doutor exímio Soares Granatense; mas com sua índole irrequieta e espírito independente e insubmisso foi causa de graves perturbações e desgostos nas Províncias de Espanha. Chegou ao extremo de ser expulso da Companhia no ano de 1595 em Roma, aonde fôra citado; quatro anos depois passou para a Ordem dominicana, mas voltou a entrar na Companhia, e morreu no colégio de Tívoli em 1608. Cf. Alcázar, *Chrono-Hist.*, pag. 204-205; Astrain, III, 359 segg., 589, 618-619.

(4) Fabro, *Mon.*, 428; *Epist. Mixtae*, I, 275.

tinha Simão Rodrigues contribuído à fundação do colégio de Valença de Aragão, com quatro de seus religiosos, que também escolhêra do seu colégio conimbricense. Chamavam-se Diogo Mirão, Francisco Rojas, Jacobo Romano e António Monis, e entravam na cidade aragonêsa ao primeiro de julho dêsse ano (1). Mirão foi investido no cargo de superior e continuava seus estudos teológicos; os demais começaram ou prosseguiram o curso de artes no próximo outubro (2). No ano imediato ainda se aumentava a comunidade com mais três estudantes que do Colégio de Coimbra despachara o P. Simão Rodrigues para irem ter seu noviciado em Valença. Eram todos três jovens de grandes esperanças, que pelo tempo adeante se assinalaram na Companhia com os nomes de Luís Gonçalves da Câmara, Manuel de Sá e Gonçalo, depois Urbano Fernandes (3).

Quando porém estes chegaram, já o estudante António Monis dava provas de vacilar na sua vocação e havia-se de modo, que o superior avisou Mestre Inácio a dezasseis de junho do mesmo ano, que Monis não era para a Companhia (4). Agravara-se a má disposição do novel religioso por um encontro que teve com seu irmão Febo Monis, o qual veio a Valença e o desinquietou a ponto de o induzir a fazer-lhe doação de uns bens já doados anteriormente ao Colégio de Coimbra (5). Por fim, como não sossegasse nem desse

(1) Cf. *Epist. Mixtae*, I, 174, 176, 181; Orlandini, IV, 126, Teles, I, 185; Astrain, I, 269. — António Monis era de sangue ilustre, como filho de Jerónimo Monis, reposteiro-mor de D. Manuel e D. João III. (Cf. Caetano de Sousa, *Hist. Geneal.*, III, 512). Tinha dois irmãos Fébo Monis e João Monis, e eram tôdos três moços fidalgos da casa de el-rei. (Cf. Caetano de Sousa, *Provas da Hist. Geneal.*, II, 835, 838, 840). Febo Monis foi, sendo já idoso, o nobre propugnador da independência de Portugal no tempo do cardeal-rei; No arquivo da Univ. de Coimbra conservava-se cópia de carta de D. João III, de 9 de julho de 1539, sôbre a tença de 20$000 reis que recebia «Antonio Moniz, fidalgo da minha casa, filho de Jeronymo Moniz». Cf. Teixeira, *Documentos*, 238.

(2) *Epist. Mixtae*, I, 177, 181.

(3) Mss. Soc. J., *Lus.* 84, f. 18; Fabro. *Mon.*, 388; Teles, I, 198.

(4) *Epist. Mixtae*, I, 217-218.

(5) *Ob. cit.*, I, 218, 222; Astrain, I, 271. — A doação que Monis fizera ao Colégio de Coimbra, era de cem cruzados de juro (*Ep. Mixtae*, I, 222).

sinais de melhoria no procedimento, remeteu-o Mirão, em junho de 1545, ao P. Pedro Fabro a Valhadolide, para que dispusesse dêle, como sua prudência o aconselhasse (1). De Valhadolide despediu-o Fabro para Portugal no declinar de julho dêsse ano (2).

Chegado ao Colégio de Coimbra não sòmente não aquietou, mas instava com Mestre Simão que o deixasse trocar a Religião por outro género de vida, que mais lhe sorria. Parece que o seu desejo ou mal aconselhada devoção o levava a querer peregrinar de santuário em santuário. Não valeram admoestações a o despersuadir. Seu irmão Febo reforçava a pretensão aporfiando tenazmente com o P. Simão Rodrigues, que lhe desligasse o irmão dos laços da Companhia (3). Como os superiores se não dobrassem aos caprichos do tentado religioso, saíu-se êle um dia ocultamente do colégio para entrar em suas peregrinações, e dirigiu a primeira romagem a Santiago de Compostela.

Cedo começou a remorder-lhe a consciência acerbamente do passo que dera. Estendeu ainda sua peregrinação até Nossa Senhora de Monserrate na Catalunha, mas «vendo-se pelo mundo desamparado e triste, segundo êle referiu depois a Mestre Inácio, tornou em si e, não sabendo aonde encaminhar-se», disse à maneira do pródigo do Evangelho: «vou ter com meu pai»; e pôs-se a caminho de Roma para dar a Inácio a obediência «que há tantos dias lhe tinha usurpado» (4). Em Roma, onde entrou coberto de um pano grosseiro e descalço, a 10 de abril de 1546 (5), cinco meses depois de largar de Coimbra, foi alojar-se no hospital de Santo António dos portugueses, e nesse dia escreveu ao Padre Inácio, bem re-

---

(1) *Epist. Mixtae*, I, 217.

(2) Fabro, *Mon.*, 337.

(3) Teles, I, 168; Franco, *Imagem*, I, 739-740.

(4) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 375.

(5) As cartas, que se nos conservaram, referentes à chegada de Monis a Roma, são tôdas cópias, e deixam-nos alguma incerteza sôbre o dia exacto, em que entrou na cidade dos Papas, marcando umas o dia 10, outras o dia 12 de abril. Preferimos o dia 10, porque nos pareceu concordar melhor tôdas as circunstâncias. Cf. Bibl. P. Ebor.: ms. CVIII/2-1, f. 49, 54, CVIII/2-3, f. 75, 76, 77; Rodrigues, *Mon.*, 781; Franco, *Imagem*, I, pag. 740-743.

pêso do extravio e quebrantado de sofrimentos, informando-o de sua vinda e pedindo-lhe usasse com êle de misericórdia e lhe permitisse chegar à sua presença (1).

Inácio comoveu-se com o trabalho e arrependimento do jovem, e, acrescendo a intercessão de todos os de casa, mandou-o imediatamente sair do hospital e dar-lhe bom gasalhado junto de sua habitação. Não quis porém logo recebê-lo para mais o ajudar na sua penitência. Êle num ímpeto de fervor inconsiderado foi pelas ruas de Roma, despido da cinta para cima, açoitando-se cruelmente até lhe escorrer o sangue pelo corpo. Inácio ao ter notícia dêste excesso e doutros, que o jovem penitente em seu espírito traçava, mandou-o avisar que parasse naqueles extremos; que no dia seguinte ou depois lhe falaria, e doze dias depois de chegado o acolheu amorosamente em casa (2). Mas os trabalhos que sofrera no espírito e no corpo, devem-lhe ter abalado a saúde e enfraquecido notàvelmente as fôrças; não durou muito tempo, que nesse mesmo ano faleceu com morte edificativa (3). Inácio o fêz enterrar na sua igreja de S. Maria da Estrada junto do altar-mor ao lado de um de seus nove companheiros, o P. João Codure (4).

---

(1) *Mon. Ignat.*, l. c.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 380-381; Borgia, II, 514; Teles, I, 171.

(3) Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 81. Carta de Fernão Mascarenhas, de 3 de maio de 1547; Franco, *Ob. cit.*, pag. 744.

(4) *Bibl. P. Ebor.*, CVIII/2-3, f. 129. Carta de Miguel Botelho de 17 de janeiro de 1549; Franco, *Ob. cit.*, pag. 744. — Astrain, I, 272, nota 1, duvida se Monis foi ou não readmitido na Companhia, por não ter visto claro, diz êle, nos documentos contemporâneos o facto da readmissão. É porém indubitável êsse facto em fôrça de documentos coevos, e foram êles certamente que levaram Orlandini, V, 76, Teles, I, 171, Franco, *Imagem*, I, 743, 744, a asseverá-lo sem hesitação. Primeiramente o próprio S. Inácio escreveu ao duque de Gandia que procedera como o pai do filho pródigo, celebrando o filho que perdera e de novo achara: «mactando vitulum saginatum, cum perierat, inventus sit», (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 380), o que supõe que o recebera como filho. Demais dois portugueses da Campanhia, Miguel Botelho e Fernão Mascarenhas, que no ano seguinte à morte do fugitivo chegaram a Roma, escrevem para Portugal dando-lhe a denominação carinhosa de *caríssimo irmão Monis, nosso irmão Monis*. Cf. Bibl. P. Ebor., CVIII/2-3, f. 129, CVIII/2-1, f. 81. Finalmente S. Inácio deu-lhe sepultura na sua igreja de N. Senhora da Estrada, junto de um de seus companheiros, o

Melhor sorte e proveito tiveram os colégios de Espanha com um dos jovens, que dissemos ter sido mandado de Coimbra para Valença em 1545. Referimo-nos ao irmão Manuel de Sá. Completou felizmente nesse colégio de Valença o seu noviciado, e no ano seguinte já cursava teologia, de que chegou a defender conclusões com esplendor de doutrina. Em 1547 passou ao colégio, depois Universidade de Gandia, e leu artes com mostra de «engenho maravilhoso, distinto e claro», segundo escrevia o reitor André de Oviedo (1). Andava então nos seus dezóito anos de idade, e era de pequena estatura, mas já nesse tempo mostrava juízo perfeito e dava «muita esperança de vir a ser um grande servo de Deus» (2).

Foram êstes os quatro primeiros colégios das futuras Províncias de Espanha, fundados com padres e irmãos, que o P. Simão Rodrigues escolheu entre os súbditos do seu Colégio de Coimbra. Não foi sem justificado fundamento que o Dr. Miguel de Tôrres lembrava ao P. Francisco de Borja, em 1559, que a Província de Portugal era «tão benemérita dos reinos de Espanha, a que deu por tanto tempo pessoas da qualidade de Mestre Estrada, Francisco de Vilanova, Diogo Mirão e outros» (3). Encarecia Tôrres esta generosidade portuguesa numa ocasião em que à Província de Portugal não sobravam professores, pelos muitos e novos encargos que ela sôbre si tomara, insinuando ao santo Comissário que a de Castela a devia auxiliar na presente falta. E a Província de Castela correspondeu como era justo. Cresceu e dilatou-se, e, ponderava o mesmo doutor, como boa filha abastada, socorria a pobreza da que fôra sua mãe (4).

Mas a Província portuguesa, se alguma vez padecia penúria de sujeitos, também crescia mais e mais, e eram geralmente tão numerosos os que afluíam a seus braços, que precisava de alargar suas habitações para acolher dignamente a tantos filhos.

P. J. Codure. De todos êstes argumentos se infere que António Monis morreu na Companhia de Jesus.

(1) *Epist. Mixtae*, I, 433. Cf. *ibid.* pag. 301, 348-349, 385.

(2) *Ob. cit.*, I, 433-434.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 51, f. 41.

(4) Borgia, III, 444.

CAPÍTULO VII

O COLÉGIO DE JESUS DE COIMBRA

Sumário:— *1. Lançamento da primeira pedra ao edifício do Colégio de Coimbra.* — *2. Começa-se a construção do colégio.* — *3. Levantam-se obstáculos à obra.* — *4. Os cónegos regrantes do Mosteiro de S. Cruz.* — *5. Erecção do colégio por bula pontifícia.* — *6. Continua-se a fábrica do colégio.* — *7. Privilégios, frutos e fama do Colégio de Coimbra.*

1. — A multidão crescente dos que dia a dia vinham engrossar a Companhia de Jesus, demandava edifício de maior amplidão que os recebesse não com sumptuosidade luxuosa, mas com a largueza e cómodo que permitiam as leis da Religião. Só no ano de 1547 se pôs mão à obra, mas desde o primeiro ano em que D. João III conhecera os filhos da nova Ordem religiosa, assentara êle na construção de um colégio, que fôsse viveiro perene de operários apostólicos para o reino, e de missionários para as conquistas de além-mar.

Em 1542 deu ordem ao P. Simão Rodrigues, que escolhesse na cidade universitária sítio conveniente, e mostrou intenção de ir pessoalmente a Coimbra para dispôr a fábrica do colégio. Pensava nesse momento dar-lhe grandeza capaz de abrigar a cem moradores [1]. Depois, afluindo como à compita os que pediam admissão na Companhia, mandou que se lhe alargasse a capacidade e se fabricasse habitação

(1) *Epist. Mixtae,* I, 124; Polanco, I, 119; *Mon. Ignat.,* ser. 1.ª, I, 392-393.

para duzentos religiosos (1). No ano de 1543 já tinha despachado um «homem muito honrado» que fôsse com tôda a brevidade encarregar-se da construção do colégio, e aliviasse por êste modo os religiosos daqueles distractivos cuidados (2).

Mas entretanto nem o rei foi a Coimbra nem se tomou resolução que pusesse a obra em andamento; e em março de 1547 Mestre Simão escrevia a Francisco Xavier, lastimando-se de que o colégio até êsse tempo nem tivesse renda, nem fôsse ainda construído (3). Em todo o caso já nessa ocasião se haviam começado os preparativos, porquanto no ano antecedente a vinte e três de novembro referia o P. Francisco Henriques ao P. Inácio que se estava traçando a planta do colégio (4), e se juntavam os petrechos necessários para a obra, e que o rei tinha grande desejo de que se acabasse com presteza (5). Era na verdade tão vivo e sincero em D. João III o empenho de a ver concluída, que encomendou a Mestre Simão não só que tomasse escrivão particular para fazer tôdas as provisões tocantes a negócios do colégio, mas que êle próprio lhe fôsse falar à côrte para os despachos mais importantes sem dar conta nem relação a nenhum despachador (6).

Emfim a catorze de abril de 1547 procedeu-se ao lançamento da primeira pedra. Era quinta-feira depois da Páscoa. Como para tão grande empreendimento se necessitava particular auxílio do céu, começaram aqueles bons religiosos por uma hora de oração que tiveram na sua estreita capela, e pelo santo sacrifício da missa, que todos os sacerdotes celebraram em honra do nome de Jesus, a que era dedicado o colégio. Logo se foram todos êles com Mestre Simão ao lugar onde se havia de principiar a obra e assentar a primeira pe-

(1) Polanco, I, 320; Orlandini, VIII, 78.
(2) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 20.
(3) Rodrigues, *Mon.*, 560. Almeirim, 24 de março de 1547.
(4) Franco, *Imagem*, I, 4, e *Synopsis Ann.*, 1547, n. 5, conta ser fama que o rei desenhara por sua própria mão a planta do colégio. Não encontrámos documento coevo que desse fundamento àquela fama.
(5) *Litt. Quad.*, I, 24. Coimbra, 23 de novembro de 1546.
(6) *Litt. Quad.*, l. c.

dra. Abrem êles próprios o alicerce, e escavam a terra maneando os instrumentos com suas mãos bem desacostumadas ao duro trabalho. Referem antigos escritores que da cova que se ia alargando, se desprendeu e espalhou nos ares um formoso enxame de abelhas. Do inesperado aparecimento tiraram os religiosos na sua piedosa simplicidade felizes prognósticos para o futuro do seu colégio.

Abertos, quanto para agora bastava, os alicerces, foram os improvisados cabouqueiros descansar, e às três horas da tarde voltaram para realizar o acto do lançamento da pedra. Puseram-se todos de joelhos e comovidamente rezaram cinco salmos em louvor das cinco letras do nome de Jesus. Logo Mestre Simão, seguindo o ritual costumado, benzeu a primeira pedra e mais algumas que para memória haviam também de meter nos alicerces.

A primeira foi lançada à honra do nome santíssimo de Jesus, o qual seria a pedra fundamental de todo aquele esperançoso colégio. Lançou mais a segunda em memória de Paulo III Pontífice máximo, que aprovou e confirmou a Companhia de Jesus, e a terceira em nome de Inácio fundador da mesma Companhia. Mas para argumento de gratidão à família real, tão insigne bemfeitora do colégio, ajuntou mais três pedras em nome de D. João III, da raínha D. Catarina e do príncipe D. João. Finalmente querendo simbolizar a Religião que professava com todos os presentes, sobrepôs ainda três pedras, que na sua intenção significavam os três votos religiosos da pobreza, castidade e obediência [1]. Rematou-se a piedosa cerimónia com a recitação do hino ambrosiano em acção de graças a Deus, primeiro bemfeitor, e de mais um salmo, que melhor quadrava aos sentimentos daquela solenidade [2].

À mesa, durante a refeição, pronunciaram seus discursos, para realce da festa, Luís da Grã e Gonçalo Rodri-

---

(1) Não era estranho lançarem-se mais pedras sôbre a primeira, particularmente em nome de personagens, cuja memória se queria honrar. Assim o praticou o P. Pedro Fabro na bênção da primeira pedra, que lançou ao colégio de Gandia no ano de 1546. Cf. Fabro, *Mon.*, 424.

(2) Foi o salmo *Memento, Domine, David*, em que o rei profeta prometia edificar ao Senhor casa onde êle estabelecesse sua morada.

gues, que foram ambos, volvido tempo, missionários ilustres, aquele nas terras do Brasil e êste na Índia, em Ormuz e na Etiópia (1).

Mas para mais conservar a memória do aprazível acontecimento, que fôra ansiosa e longamente esperado, impôs Simão Rodrigues os nomes dos santos Tibúrcio, Valeriano e Máximo, que naquele dia catorze de abril se festejavam, a três dos presentes (2), e resolveu dar o nome de Inácio, em reverência do santo fundador, ao primeiro que sucedesse admitir à Companhia. Coube a sorte a um estudante de seus dezasseis anos de idade, natural de Gouveia, chamado Vasco Martins, que, apenas três dias depois do assentamento da primeira pedra, foi a dezassete de abril recebido pelo diligente Provincial entre os irmãos do Colégio de Coimbra. Nos anos futuros assinalou-se como lente de sciências filosóficas e doutor em teologia, como prègador de primeira plana e santo de extraordinária perfeição, e, dando exemplo da mais rara abnegação e perseverança, como mestre da doutrina cristã, até falecer em Coimbra no fevereiro de 1598 (3). Recordava o fundador da Companhia no nome, na virtude e nas obras de zêlo (4).

2. — Depois dos parabéns daquele dia, que ficou em agradável e perpétua memória nos anais do colégio, deu-se

---

(1) Orlandini, VII, n. 73; Bibl. P. Ebor., CIX/2-13, n.º 15, descrição do P. António Leite; Teles, I, 315 segg.; Franco: *Imagem*, I, 3, 23, 24, *Synopsis Ann.*, 1547, n. 5-8.

(2) Foram êles António de Quadros, Jorge Serrão e Cristóvão Mendes, que tomaram respectivamente os nomes de Tibúrcio, Máximo e Valeriano. O último conservou êsse nome até sua morte que sucedeu cinco anos depois na ilha da Madeira, sua pátria, onde fôra cuidar da saúde notàvelmente enfraquecida (*Litt. Quad.*, I, 569). Entrara na Companhia a 25 de agôsto de 1544, e foi no reino um fervoroso missionário. Os outros dois retomaram, passados poucos anos, o primeiro nome. Serrão usou também por algum tempo o nome de Maximiano ou Maximiliano.

(3) Nos *Obituários de... São Roque*, já citados, pag. 50, n. 240, 633, lê-se que Inácio falecera a 28 de fevereiro, mas no *Livro das sepulturas* do Colégio de Coimbra (B. N. L., mss. n. 4505) regista-se o seu falecimento no dia 8 dêsse mês.

(4) Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 256, 465v ; Nieremberg, *Varones Ilustres*, VI, 605 segg.; Cardoso *Agiol. Lusit.*, I, 378-382; Franco, *Imagem*, I, 401.

princípio à obra com actividade e ardoroso empenho. À ordem dos mestres e oficiais trabalhavam em nobre emulação de humildade os próprios moradores da casa. Era de ver a afanosa aplicação com que, pobremente vestidos, serviam à carreta e tomavam a padiola aqueles excelentes jovens, tantos dêles esclarecidos pela nobreza do sangue. Disputavam primazia aos demais naqueles humildes emprêgos D. Gonçalo da Silveira, D. Rodrigo de Menezes, D. Leão Henriques, Luís Gonçalves da Câmara, Gonçalo Vaz de Melo, Manuel de Nóbrega, e outros, filhos todos êles da mais distinta fidalguia do reino.

No meio porém desta edificante porfia alguns houve de menos alentado espírito, que fraquearam na heróica humilhação, e deram em queixar-se e murmurar de que não tinham vindo à Companhia para ser carreiros nem moços de oficiais (1). Luís Gonçalves da Câmara, reitor do colégio, avisou a Mestre Simão da fraqueza e pouco edificativo exemplo dêsses religiosos. O Provincial acendido nas chamas de zêlo santo, e arrebatado de nobre indignação, respondeu a Luís Gonçalves em termos decisivos, que olhasse bem se aqueles irmãos estavam aparelhados a andar com a carreta; se não sentiam êsse ânimo e disposição, que se fôssem muito embora; que êle por aquela carta se lhe oferecia a ser carreteiro do colégio, e naquele ofício receberia maior gôsto que em ser mestre do príncipe; que não tinha necessidade de gente que se movesse por humanos respeitos; que a cruz de Cristo não foi senão às costas, nem a levou o Senhor só dentro de casa, senão pelo meio de Jerusalém e fora dela; que era merecedor de anátema quem não amava a Cristo crucificado, nem pertencia a Cristo quem não amava as deshonras da sua cruz (2).

Com esta resolução, animada pelo mais genuíno espírito do Evangelho, incitou Simão Rodrigues a seus súbditos ao desprêzo da honra mundana, e a ajudarem com santa alacridade no prosseguimento da obra.

---

(1) Teles, I, 328; Franco, *Imagem,* I, 24.

(2) Rodrigues, *Mon.,* 571-572; Teles, I, 329; Franco, *Imagem,* I, 24, *Imagem ... Lisboa,* 84-85.

Por sua parte o rei, que tanto a desejava concluída, passou a doze de julho de 1547 um alvará, em que ordenava ao corregedor da câmara de Coimbra e às justiças competentes, fôssem apenados para as obras do colégio todos os oficiais que lhes requeressem o «reitor e colegiais do Colégio do Nome de Jesus» (1). Com esta solicitude apressava D. João III a fábrica da sua obra. Nem é para admirar. Êle intentava erguer um edifício grandioso, porque julgava ser aquela emprêsa de serviço para Deus, e ennobrecimento da sua cidade de Coimbra (2), a qual, assim como a tinha engrandecido com a Universidade, assim a queria ilustrar com real munificência fazendo levantar em volta da nova Academia colégios numerosos, que lhe servissem como de corôa e dessem às letras maior esplendor. Seguindo no mesmo intento generoso, determinou que se entregasse aos padres naquele monte da Ribela o sítio necessário à grandeza do edifício, incluindo parte do muro da cidade e do caminho público, que ao longo dêle corria, e se expropriassem, tomando-as por avaliação, e se derrubassem as casas que ficavam dentro da traça do colégio (3). Demais como a casa religiosa requeria desafogo de cêrca e horta, concedeu que seus moradores ocupassem e cercassem a encosta do sobredito monte nos declives que olham a Norte e Nascente desde as imediações da Porta Nova até não longe da Porta do Castelo, levando a parede por junto da fonte que chamavam dos Judeus (4).

---

(1) Teixeira, *Documentos*, 140.

(2) «...Para se fazer o dito colégio para serviço de Deus Nosso Senhor e honra dessa cidade». Teixeira, *Ob. cit.*, pag. 137. Carta de D. João III, de 5 de fev. de 1549. «Por ser cousa assim do serviço de Nosso Senhor e meu, como nobrecimento dessa cidade». Teixeira, *Ob. cit.*, 140. Alvará de 12 de julho de 1547. Cf. Teixeira, *Ob. cit.*, pag. 115.

(3) Teixeira, *Ob. cit.*, pag. 125, 127. Cartas do rei, de 4 de julho de 1548 e 5 de fevereiro de 1549. Não era extraordinária nem só de tempos antigos na cidade de Coimbra semelhante expropriação. Também para a fábrica do Colégio das Artes se fizeram, antes que êle pertencesse à Companhia, diversas expropriações por ordem do rei. Cf. Teixeira, *Documentos*, 53-68, 84, 92.

(4) Teixeira, *Ob. cit.*, 128-129; *Epist. Mixtae*, I, 402; Franco, *Synopsis Ann.*, 1547, n. 5. — Esta fonte dos Judeus deve ser a que depois se denomi-

Com esta largueza se ia dilatando a propriedade e aumentando o edifício do colégio. No setembro do mesmo ano em que se lançou o alicerce, escrevia Mestre Simão para Roma que as obras prosseguiam com bons fundamentos, e pouco depois alimentava a esperança de que no ano seguinte já o colégio poderia começar a ser habitado [1]. Não decorria porém o trabalho da construção sem travas que lhe demorassem o crescimento.

3. — De-feito surgiam de todos os lados dificuldades e contradições à obra, que tanto havia de glorificar a Deus e ilustrar o nome de Portugal. Não consideravam, quantos se lhe faziam contrários, que a emprêsa era do magnânimo rei D. João III, o qual formara o desenho de edificar junto da sua Universidade um centro de benefícios espirituais e literários para proveito de seu povo, e um viveiro de missionários para suas vastas conquistas; nem atentavam que não movia aqueles religiosos nem a ambição de alardear grandezas nem a cobiça de entesoirar bens terrenos, mas o desejo de serem úteis e dedicar-se ao aperfeiçoamento da humanidade, e que sôbre tudo isso viria aquela obra a ser um dos maiores lustres da ínclita cidade de Coimbra. Tôdas estas considerações se desatendiam para só olharem a uns pedaços mais de terra, que o edifício lhes tomava. Mas foi êsse em todos os tempos o sêlo das emprêsas que o céu abençoava.

Neste sentido escrevia para Roma um dos moradores do colégio, relatando com acento de resignação cristã as muitas vexações que afligiam aqueles religiosos. «Nas obras do colégio, conta êle, até agora trabalharam; vai edificado sôbre cruz, que é assaz bom sinal. De uma parte os da cidade murmuram que lhes tomamos os muros e os caminhos; mas já agora estão apaziguados e nossos amigos. De outra parte os nobres do reino contradizem, quanto podem, a se fazer,

---

nou *Fonte Nova*. Cf. *Indice Chronologico dos Pergaminhos e forāes existentes no Arch. da Camara de Coimbra* (Coimbra 1875), pag. 63-65.

(1) «O collegio tem tanta gente, que não cabe; mas despejaremos no tempo da Índia alguma, e a outra se poderá recolher cedo em parte do collegio novo». Rodrigues, *Mon.*, 570. Cf. *ibid.* pag. 564, 569; *Epist. Mixtae*, I, 401.

dizendo que el-rei tudo gasta com frades, e que deixa de prover os lugares de além, que foram ganhados com o sangue de seus antepassados. De outra parte também frades, umas vezes em púlpitos e outras pela via que podem, nos contrariam. Os dias passados os de Santa Cruz nos mandaram embargar as obras com grandes penas, alegando, que lhes fazemos com elas sujeição».

«Mas a infinita bondade de Deus é muito de admirar e louvar, que por uma parte nos dá contradições para nos humilharmos e exercitarmos em tôda a virtude, da outra conserva a cabeça, fazendo cada vez a el-rei crescer mais em opinião e amor da Companhia, tomando-o por instrumento para as coisas de sua glória irem cada vez mais àvante, ordenadas todavia com a dulcíssima divisa de Jesus Cristo, que é a bandeira da santíssima cruz e perseguições. O colégio espiritual em que nos ora vai mais que no material, procede muito adeante em virtudes e letras, e como agora com estas contradições haja poucas ocupações exteriores, quase todo o tempo se gasta em oração e estudo, e a vezes se entremete a padiola» (1).

Entre os que opuseram embargos à obra não teem último lugar os vereadores da câmara de Coimbra. Não podia levar à paciência a câmara da cidade, que se tomasse para o edifício do colégio a parte dos caminhos públicos e do muro que o rei concedera, nem que se privasse o povo daquela porção de logradoiro público ou rossio, que na encosta do monte da Ribela já ficava metida, pela concessão real, na nova cêrca do colégio. Mas o rei, não obstante os embargos repetidos que lhe foram apresentados, ordenou por seus alvarás que permanecesse no colégio a posse do que lhe tinha sido outorgado (2).

A irritação porém de alguns vereadores não se aquietava, e cresceu um dia a tempestuoso tumulto. Mandam lançar pregão pela cidade, alvorotam a população e «com quadrilheiros e gente do povo» correm no dia vinte e nove de

(1) *Litt. Quad.*, I, 70. Carta de Melchior Nunes Barreto ao P. Santa Cruz. Coimbra, 27 de setembro de 1547.

(2) Teixeira, *Documentos*, pag. 129-130.

agôsto de 1549 ao sítio do colégio e fazem tumultuosamente derrubar uma parede, que os religiosos haviam levantado sem contradição nem prejuízo de ninguém. D. João III, a requerimento dos padres, que naquela violência «receberam grande inquietação pelo alvorôço que fizeram no povo e levantamento contra êles», mandou a seu corregedor da câmara de Coimbra por alvará de vinte e cinco de setembro dêsse mesmo ano, que tomasse informação do sucedido e, achando que os vereadores tinham destruído a parede, lhes intimasse logo que a levantassem à sua custa até à mesma altura a que antes se erguia, «sem mais processo e sem apelação nem agravo» (1).

Todavia a-pesar dêsses excessos, que tanto desassossegaram aquela família religiosa, desceu ela, no expirar daquele mesmo ano, a um concêrto com a câmara de Coimbra, cedendo parcialmente de seus direitos e aceitando compromissos em favor da cidade, para cuja utilidade e esplendor se levantava todo aquele edifício. Reüniu-se a dezasseis de dezembro o procurador do Colégio de Jesus, P. Manuel Godinho, com os representantes da câmara nas casas do vereador Diogo de Beja, que pouco mais de três meses antes comandara pessoalmente os quadrilheiros na destruïção da parede, e concordaram de ambas as partes nestas cláusulas, que resumimos. Os vereadores em nome da cidade desistiam de qualquer demanda, que lhes corria com o colégio sôbre os caminhos e encosta da Ribela e de qualquer direito que tivesse a cidade a êsses caminhos e encosta, os quais deixavam livres ao colégio com tôdas as serventias. O colégio por sua parte prometia não tolhêr à cidade o aforamento dos rossios, que se estendiam à Porta Nova e contra o Castelo, e lhe largava todo o direito que tinha neles por provisões reais, e demais se obrigava a calçar alguns caminhos nas condições expressas no contrato, e dêste modo renunciava a quaisquer alvarás ou provisões de S. Alteza (2).

---

(1) Teixeira, *Ob. cit.*, pag. 132-134. Alvará de 25 de setembro de 1549.

(2) Tôrre do Tombo, *Cartório dos Jesuítas:* «Saibam os que este estrumento de concerto e contrato e obrigação deste dia para sempre virem, como no año... de mil quinhentos e corenta e nove...». Coimbra 16 de dezembro de 1549.

Ainda surgiram entre a câmara e o colégio algumas divergências de menos importância, que finalmente se igualaram, desistindo os religiosos ainda do que julgavam pertencer-lhes por direito, e chegando o reitor Manuel Godinho na sua fervorosa humildade ao extremo de ir pessoalmente à câmara pedir perdão aos vereadores de todos os agravos, que tivessem porventura recebido do colégio, e de lhes declarar que dali por deante os moradores do Colégio de Jesus nada fariam que lhes pudesse trazer descontentamento, e, se alguma coisa viessem a precisar, que tocasse nos direitos da cidade, não a executariam sem o beneplácito e aprovação da câmara (1).

Com a Universidade também houve no princípio da obra algum desacôrdo, que se acomodou por intervenção real. Como os religiosos viviam com apêrto nas habitações que possuíam, ordenou o rei que, emquanto se não fabricasse o colégio novo com amplidão bastante a os agasalhar, se dessem «ao reitor e colegiais do Colégio de Jesus» sem aluguel nem renda nenhuma as casas da Universidade, em que pousara o reitor da mesma, antes que se passasse a habitar os paços do rei, e então moravam os lentes Manuel de Andrade e Manuel da Costa, e o escrivão do conselho universitário Diogo de Azevedo (2).

Segundo era de prever, a Universidade não se conformou com esta determinação, e em cartas, que mandou ao rei, expôs-lhe não só as razões que julgava lhe assistiam contra a cedência das casas, e a obrigação que tinha de velar pela sua fazenda, mas também os prejuízos que sofreriam aqueles que as possuíam de aluguel. A-pesar disso D. João III «certificado da necessidade que os ditos colegiais tinham para seu agasalhado» manteve a ordem que dera, sem embargo das alegações que fizera a Universidade (3). Onze anos passados,

---

(1) *Litt. Quad.*, II, 59. Carta do P. Manuel Godinho a S. Inácio, de Coimbra a 13 de novembro de 1552.

(2) Teixeira, *Documentos*, 141. Alvará de 29 de agôsto de 1549. O rei é que mandara construir estas casas à custa de sua fazenda, e as dera em 1541 à Universidade, que nesta ocasião as tinha alugadas aos lentes e escrivão mencionados. Cf. Teixeira, *Ob. cit.*,, pag. 117.

(3) Teixeira, *Ob. cit.*, pag. 142. Alvará de 9 de outubro de 1549.

quando outra vez a Universidade instava pelo pagamento do aluguel, foram essas casas «com seus quintais, chãos e pertenças» vendidas ao Colégio de Jesus por serem abrangidas pela nova planta, que por ordem de D. Catarina e do cardeal infante no ano de 1560 desenhara o arquitecto del-rei (1). A raínha regente é que ordenara a venda das casas e significara à Universidade que estabelecesse para o pagamento módicas prestações, que haviam de pagar-se no prazo de alguns anos, para que os padres «melhor e sem opressão sua» pudessem satisfazer a dívida (2).

4. — A oposição porém que mais feria os moradores do colégio foi a que levantaram religiosos de outras Ordens. Frades houve que, segundo insinuou Melchior Nunes (3), chegaram ao desconcêrto de abusar do púlpito para do alto daquela cadeira sagrada empècerem à construção do colégio. Mal começara o edifício a erguer-se dos alicerces, quando os cónegos regrantes do mosteiro de Santa Cruz, que pareciam abafar na riqueza e vastidão de seu mosteiro, quinta e horta com as paredes do novo colégio, quiseram embargar uma parte das obras com a ameaça de penas eclesiásticas e multa de mil cruzados de oiro, sob o pretexto de que as construções que se faziam no alto do monte, lhes causariam dano à sua quinta, que se estendia no vale (4).

Assustados os perseguidos religiosos com a irritação dos cónegos, e com o receio de se verem envolvidos na demanda, que entreviam, pararam as obras e despediram os oficiais (5). Os Padres Luís Gonçalves e Manuel Godinho foram-se ter

(1) Laines, *Mon.*, V, 293; Teixeira, *Documentos*, pag. 144, 145.

(2) Teixeira, *Ob. cit.*, pag. 144. Carta da raínha à Universidade, de Lisboa a 23 de maio de 1562. — Os religiosos mostraram-se satisfeitos com o preço e condições da venda. Ficaram-lhes as casas por 5.750 cruzados; entregaram logo 1.250, e os restantes obrigaram-se a pagá-los no prazo de 18 anos à razão de 250 cruzados por ano, que a Universidade descontaria nas rendas do Colégio das Artes. Cf. Mss. S. J., *Epp. NN.*, 103, carta do Provincial Gonçalo Vaz de Melo, de Braga a 29 de julho de 1562; Laines, *Mon.*, V, 370. Carta do mesmo, de 25 de agôsto de 1562.

(3) *Litt. Quad.*, I, 70. Carta citada de 27 de setembro de 1547.

(4) *Epist. Mixtae,* I, 403-404; *Litt. Quad.*, I, 58-59, 70.

(5) *Epist. Mixtae,* I, 404.

com êles ao mosteiro de Santa Cruz para os amansarem, mostrando-lhes que era realmente bem pequeno o prejuízo, que tanto os amedrontava. Dificultosos se provaram os cónegos em se deixar convencer; mas pouco depois vieram a se apaziguar (1).

Passado não muito tempo, maior alvorôço se levantou entre aqueles filhos de S. Agostinho, por causa de uma tôrre, que na cortina do muro da cidade se erguia e era pertença do colégio. Mestre Simão a mandara reconstruir. Queixavam-se êles de que a tôrre dominava, por ficar sobranceira, a sua propriedade com as janelas abertas para seu lado, e sentiam que não só os religiosos da Companhia, mas «até os seus criados, como escreve Nicolau de S. Maria, devassassem um mosteiro tão real e de tão grande observância e clausura como o de S. Cruz» (2). Para reforçarem as queixas e darem largas ao sentimento, vibraram os cónegos excomunhões e censuras contra os Padres da Companhia, e intentaram-lhes demanda para que tapassem as janelas da tôrre.

Resultou daí não pequeno escândalo e desedificação na cidade contra os habitantes do colégio, que julgavam defender o seu direito, mas a quem muitos atribuíam a causa daquelas desordens. Foi correndo a demanda, que se pôde finalmente terminar por via de composição (3). Em todo o caso as janelas fecharam-se para poupar aos cónegos o incómodo daquelas vistas, e ainda no século dezassete se conservavam cerradas (4).

---

(1) *Litt. Quad.*, I, 59.

(2) Nicolau de S. Maria, *Chronica,* P. 2.ª, pag. 317. Cf. Teles, II, 6; Franco, *Imagem... Lisboa*, 140.

(3) *Litt. Quad.*, II, 54, 56-57. Cartas de 11 e 13 de novembro de 1552; Franco, *Imagem... Lisboa*, 144.

(4) Teles, II, 6. Nicolau de S. Maria na sua *Chonica*, P. 2.ª, pag. 52, 317, ao referir brevemente êstes sucessos, conta que D. João III, quando foi a Coimbra em 1550, e passeava na horta do mosteiro de S. Cruz com alguns dos cónegos, erguendo os olhos para as janelas da tôrre perguntara ao Prior Geral «como consentia que os padres lhe devassassem a horta do seu mosteiro», e logo ordenara se cerrassem de pedra e cal. Nota o mesmo cronista que a demanda continuou não obstante a vontade do rei. A anedota, pelo que tem de inverossimilhança, parece-nos mais uma das invenções de Nicolau de S. Maria. Nos documentos da Compa-

Do vário sucesso dêstes litígios podemos, creio eu, justamente inferir, que os religiosos da Companhia de Jesus se mostraram sempre inclinados à paz, e procuravam dirimir amigàvelmente as contendas, prontificando-se a fazer cedências, que parecessem eqüitativas. Assim procederam outra vez com os mesmos cónegos no ano de 1552, acudindo a fr. Brás, reformador da Congregação dos cónegos regrantes, para que se acabasse com as demandas e diferenças, que dividiam os padres do Colégio da Companhia e os religiosos do mosteiro de S. Cruz, oferecendo-se a «fazer de si todo o que fôsse razão» [1].

Emfim tão sincera vontade animava os filhos da Companhia de não causar moléstia nem dissabor a ninguém, que, levados dêste sentimento e do desejo de satisfazer à desedificação que pudessem ter dado nas demandas e contendas, especialmente nas divergências nascidas entre êles e os cónegos de S. Cruz, se humilharam a pedir perdão não só a êsses religiosos [2], mas a tôda a cidade; e, para dar pública satisfação a quantos se julgassem ofendidos, saíram num extremo, que, se bem lhes abonou a humilde disposição do espírito e serviu a muitos de edificação proveitosa, não deixou contudo de merecer de alguns desaprovação pelo que tinha de extravagante e aparatoso. Foi o principal autor da façanha o P. Manuel Godinho, reitor do colégio, que pe-

---

nhia de Jesus não encontrei a mais pequena alusão ao dito de D. João III. A ter sido proferido, não se recusariam os religiosos do colégio a cumprir a ordem real, tapando as janelas, que depois boamente fecharam.

(1) «... O padre Luiz Gonçalves da Camara com o reitor do collegio de Jesus dessa cidade me vieram fallar e disseram quanto desejo tinham de acabarem as demandas e differenças que ha entre vós e elles e se offereceram a fazer de sy todo o q. for razão... Encommendovos que me envieys huma procuração vossa e mays o assynado q. tendes de Mestre Symão com qualquer avyso q. acerqua desto vos lembrar, e verey se posso qua fazer algum bom concerto com que vos tyre de fadigas e demandas...

De Sam Vicente oje XV de junho de 1552
o irmão frei Bras».

Tôrre do Tombo. Cartório do mosteiro de S. Cruz. Est. 20, n.º 75 (livros), f. 214. Carta original de fr. Brás ao Prior de S. Cruz de Coimbra.

(2) *Epist. Mixtae*, V, 783. Carta de 4 de dezembro de 1552.

saroso de ter, como êle se persuadia, cometido algum excesso em procurar e conservar bens temporais, que ajudassem a aumentar os obreiros para a emprêsa da salvação das almas, resolveu-se a tomar por outro caminho sacrificando sem hesitação o temporal à edificação do próximo, e a castigar em seu próprio corpo e honra a culpa que sua humildade lhe impunha (1).

No dia oito de novembro de 1552, têrça-feira, depois de muito deliberar e consultar com Deus e com os homens, determinou-se a sair pelas ruas da cidade disciplinando-se pùblicamente e pedindo perdão dos maus exemplos, que porventura tivesse dado. Pelas oito horas da manhã mandou juntar na capela todos os súbditos do colégio, e encarregando-lhes que rogassem a Deus desse fôrças a uma pessoa, que bem as havia mister, ordenou-lhes que se não arredassem daquele lugar de oração, emquanto lhes não enviasse recado. Imediatamente Godinho, sem lhes descobrir o seu intento, retirou-se dêles e foi-se pela cidade açoitando-se àsperamente com as disciplinas. Em doze lugares parou, e pondo-se de joelhos e levantando a voz pedia com lágrimas perdão dizendo compungido e pesaroso: «Gente nobre e povo de Coimbra, pelas chagas, morte e paixão de Cristo Redentor Nosso vos peço me perdoeis todos os escândalos e desedificações que recebestes do Colégio de Jesus, que deante de Deus confesso ser minha a culpa, porque eu e meus pecados foram a causa de todos êles» (2). Corrida a sua via dolorosa voltou ao colégio e entrou disciplinando-se pela capela, onde ainda estavam orando os que lá deixara.

Não é fácil imaginar o sentimento que em todos causou êste novo espectáculo, particularmente quando Godinho desfeito em pranto, contou a seus irmãos donde vinha, e o que praticara pela cidade. Não ficaram porém só em comoção e lágrimas; ateou-se neles o fervor da humilhação e lavrou por tôda aquela comunidade. Vão-se todos, com o P. António de Quadros à frente, suplicar a seu reitor lhes conceda fazerem êles a mesma penitência. Hesita primeiro Godinho, assus-

---

(1) *Epist. Mixtae,* II, 839-841; *Litt. Quad.,* II, 59.
(2) *Litt. Quad.,* II, 58.

tado com a responsabilidade, que lhe impendia como a superior; mas depois animado pelo parecer unânime de quantos consultou, acedeu confiadamente à generosa petição, e permitiu a mais de sessenta, que o imitassem naquele arrojado lance de fervor. Ordena-lhes que vão vestidos com tôda a honestidade, proíbe-lhes que levem rosetas nas disciplinas para se não magoarem com prejuízo da saúde, e recomenda-lhes que pelo caminho vão santamente recolhidos no pensamento de ajudarem a Jesus Cristo a levar a sua cruz. Logo saem todos em procissão, a que preside o reitor.

À frente levavam erguido um Cristo crucificado, no meio dois irmãos dos mais pequenos entoavam as ladaínhas em alta voz, a que os mais respondiam, e aos lados seguiam em duas fileiras os que se disciplinavam. A pouco trecho já os acompanhava grande multidão de povo, espantado e comovido com a novidade. Chegando à Misericórdia, fazem na igreja um pouco de oração, e saindo todos à porta, ergueu o reitor a voz e pediu perdão àquela gente, que os ouvia, das desedificações que tivessem recebido do Colégio de Jesus, atribuindo-as tôdas a seus pecados e rogando que os ajudassem a conseguir a misericórdia de Nosso Senhor. A estas vozes o muito povo que os rodeava, rompeu em copioso pranto. Voltando para dentro da igreja recitou o P. Godinho algumas orações e todos com grandes lágrimas e clamores imploraram a divina misericórdia. Finalmente tornaram para o colégio com o mesmo aparato e estrondo de vozes e açoites (1).

Apenas correu em Lisboa a notícia do feito, e chegou, passando de bôca em bôca aos ouvidos do P. Luís Gonçalves da Câmara, foi êle apressadamente referi-la ao rei e príncipes, e receoso de que o levassem a mal, começou de acusar os seus de fervor demasiado. Êles porém não só não o estranharam, mas antes se edificaram não pouco, dando graças a

---

(1) *Litt. Quad.*, II, pag. 53, carta de Melchior Cota a S. Inácio, de 11 de novembro de 1552, pag. 56-59, carta de M. Godinho ao mesmo, de Coimbra a 14 de novembro de 1552; Polanco, II, 698-700; Teles, II, 4-6; Franco, *Imagem ... Lisboa*, 140-141; *Synopsis Ann.*, 1552, n. 14-15. Orlandini, XII, n. 62-64, conta com precisão o facto da disciplina; as causas porém que aponta, não concordam com as que apresenta o reitor do colégio, P. Godinho, na citada carta.

Deus de tão admirável acto de virtude. Luís Gonçalves chamou-lhe «aquela loucura santa da disciplina», mas êle e os demais padres de Lisboa, ainda que o teriam desaconselhado se fôssem antecedentemente consultados, depois, pelas causas que lhe deram origem, e efeitos que produziu, o reputavam por inspiração particular de Deus [1]. Entre os bons resultados, que em grande número se seguiram desta penitência extraordinária, foi um dos principais, segundo refere o mesmo P. Godinho, andarem aqueles religiosos cheios de paz na consciência e afastados de todo o escândalo e desedificação, «o que muito sinto ser necessário, ponderava êle, ainda que nos custasse metade da renda que o colégio tem e ainda que nos custasse tôda, sendo Deus disso servido» [2].

5. — Desta arte se ia consolidando sôbre a tribulação o Colégio de Jesus. Talvez receando o embate das perseguições deliberara Mestre Simão diligenciar que fôsse erigido canònicamente por bula pontifícia o colégio para desta maneira dar mais firmeza e dignidade a uma fundação, donde tanto bem se esperava. Ora nos meados de 1547 houve de ser mandado a Roma o P. Martinho de S. Cruz, e entre os encargos que lhe foram cometidos, tinha importância não somenos o de alcançar de Paulo III, que se dignasse firmar e ennobrecer o Colégio de Coimbra com uma bula de erecção.

Apenas chegou à cidade dos Papas, tratou o negócio com o embaixador Baltasar de Faria, mas êste não ousou meter-lhe a mão sem que recebesse carta de sua Alteza, que lho ordenasse [3]. Em Lisboa Simão Rodrigues, quando isto soube, falou ao rei para conseguir a carta de recomendação para o embaixador. D. João III porém teve sua reluctância em condescender com o pedido. Por um lado tinha para si que era escusada nova bula, visto que na bula de confirmação da Companhia Paulo III autorizava a Ordem aprovada a erigir

---

(1) *Epist. Mixtae*, III, 50. Carta de Luís G. da Câmara a Polanco, de Lisboa a 6 de janeiro de 1553.

(2) *Litt. Quad.*, II, 59.

(3) *Corpo Dipl.*, VI, 185. Carta de Baltasar de Faria, de 20 de setembro de 1547.

colégios; por outro lado se o Papa outorgasse a erecção pontifícia, poderia parecer que já o colégio não era tanto seu nem fundação real. Contudo dobrado pelas instâncias de Mestre Simão, escreveu a carta a Baltasar de Faria, ainda que não concebida nos termos que o Provincial desejava, para mais fàcilmente se obter a graça (1).

Em Roma também não correu sem dificuldades a consecução da bula. Primeiro fôra unanimemente rejeitada a petição pelos membros da Signatura Apostólica; mas aproveitando oportunamente o P. Santa Cruz a boa disposição e afectuosa benevolência, que o Papa e cardeais mostraram à Companhia na fundação do colégio de Messina, donde todos esperavam grande bem, introduziu segunda vez a súplica, e sem contradição nenhuma se passou de comum consentimento a bula de erecção e isenção dos estudantes do colégio com tudo o mais que nela se continha (2). Foi assinada a bula a dezassete de junho de 1548 (3).

Neste honroso documento o Sumo Pontífice, depois de declarar que D. João III, atentando no fruto que faziam na Igreja de Deus os religiosos da Companhia, prègando e ensinando pùblicamente e atendendo dia e noite, no silêncio da vida particular, à salvação das almas, lhes fundara na Universidade de Coimbra um colégio para mais de cem estudantes, que à sua custa mantinha, e agora humildemente suplicava à Santa Sé houvesse por bem aprovar e confirmar essa fundação e erigir o colégio à maneira dos outros colégios da mesma Ordem, instituídos para a formação de seus estudantes, por estes termos plenamente satisfez à petição do rei de Portugal:

«Nós... movidos com estas súplicas aprovamos de certa sciência e confirmamos com autoridade apostólica pelo teor das presentes Letras a erecção, instituïção, concessão e aplicação do colégio... e também todos e cada um dos estatutos

(1) Rodrigues, *Mon.*, 567, 580.
(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, II, 53, 76.
(3) É esta a data que tem a bula em Teles, II, 883, onde integralmente se reproduz; mas na *Synopsis Actorum S. Sedis in causa Societatis*, 1540-1605, pag. 7, 8, assinala-lhe Delplace a data de 22 de junho.

e ordenações do mesmo colégio e cada uma das determinações, que nas respectivas escrituras se conteem ou delas se derivam, contanto que sejam lícitas, honestas e não contrárias aos sagrados cânones, e decretamos que tôdas estas coisas sejam válidas e eficazes, e devam surtir seus plenos efeitos... e o colégio, assim erigido ou começado a erigir, o erigimos e instituímos como colégio de estudantes da mesma Companhia para seu perpétuo uso e habitação com igreja, altares, cemitério, tôrre, sinos, jardins, hortas e demais oficinas necessárias, à maneira dos outros colégios de estudantes da dita Companhia. E ao colégio assim erigido aplicamos para sempre, apropriamos, concedemos, assinamos, como dote, todos e cada um dos bens que o mesmo rei D. João e outros quaisquer já concederam e houverem de conceder e assinar, e à mesma Companhia do mesmo modo atribuímos o dito colégio com todos os seus bens, presentes e futuros...» [1].

6. — Autorizado o colégio com esta distinção pontifícia, e aplanadas, não arredadas de todo, as dificuldades, que surgiam principalmente da escassez de recursos pecuniários, ia prosseguindo vagarosamente, no decorrer de longos anos, a fábrica do grandioso edifício. A primeira planta foi desenhada por um arquitecto do rei D. João, e depois de 1560, sob a direcção do mesmo arquitecto, modificada vantajosamente acomodando-se melhor à boa ordem, disciplina e desafogo, que exigia uma casa religiosa, destinada a recolher duzentas pessoas [2].

Tôda a obra se dispunha em forma quadrada com a amplidão capaz de agasalhar dentro de suas paredes a tão grande número de moradores. «O colégio, escreveu no sé-

---

(1) Teles, II, 885. Na mesma bula se une perpètuamente ao Colégio de Coimbra o mosteiro de S. Fins, com suas igrejas anexas, como depois mais particularmente diremos. — Para comemorar anualmente a fundação de tão grande colégio, marcou-se, com aprovação de D. João III, o dia seis de janeiro, festa dos Santos Reis, e nesse dia se celebrava com missa e outras orações prescritas a memória do rei fundador. Cf. *Epist. Mixtae*, IV, 110; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, VII, 325.

(2) Laines, *Mon.*, V, 293. Carta do Dr. Miguel de Tôrres a Laines, 30 de outubro de 1560.

culo dezóito quem bem o conhecera, se traçou com grandeza real, segundo os intentos do sereníssimo fundador el-rei Dom João o terceiro, e aos ânimos do reitor, que eram em tudo generosos, como bem o mostra a obra, que é cheia de grandeza e majestade, ordenada com muita disposição para vivenda de mais de duzentos religiosos» [1].

Olhando para Norte corria, sobranceiro à quinta dos cónegos de S. Cruz e em frente de Montarroio, um lanço de noventa e quatro metros de comprimento na direcção de Leste a Oeste; e do lado do Nascente fazia com êle esquina outro lanço, que se prolongava de Norte a Sul caminhando para o Largo da Feira na extensão de cento e oito metros. Outros dois lanços de iguais dimensões punham tôda a obra em quadro. O vasto espaço do interior era dividido em cruz por lanços do edifício, que davam largueza a bons corredores e salas, e pela igreja, que majestosamente se ergue ainda hoje com a soberba fachada, volvida a Sul, e formava dois pátios espaçosos, um dos quais, o que ficava a Nascente, se chamava das flôres pelo jardim que nele florescia com suas árvores de fruta [2]. No mais alto do edifício um grande relógio, que D. João III encomendara das fábricas de Flandres, regulava com as horas e quartos, que batia, a ordem doméstica da comunidade. Mas, como o colégio se levantava no sítio mais elevado da cidade, boa parte da população se guiava também pelos sinais que êle dava [3].

As salas de maior capacidade, que se abriam dentro do colégio, eram a das disputas, que se dizia também da matemática, a livraria, a capela e o refeitório. As paredes da capela, na qual se alinhavam fileiras de bancos reservados às diversas classes da comunidade, eram vestidas com painéis da vida de S. Inácio, de finas côres, obra do pincel dum religioso da casa, «digno por certo, escreveu um contem-

---

(1) Franco, *Imagem*, I, 23. O reitor do Colégio de Jesus era, no ano em que se principiou a obra, o P. Luís Gonçalves da Câmara. Cf. Rodrigues, *Mon.*, 552, 583.

(2) Bibl. N. L., mss. n. 4506. *Fundação do real Collegio de Coimbra* pelo P. António Leite, L. 2.º, C. 1.º, pag. 60.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 51, *Litt. Annuae*, 1557-1562, f. 104, Coimbra 1 de setembro de 1566.

porâneo, em compensação do trabalho com que a todos enriqueceu, que ambos os colégios conimbricense e eborense unidos com S. Roque em quadro particular e côres de agradecida memória dessem vida a sua vida e nome» (1). A livraria decoravam-na pinturas alegres e bons quadros, onde campeavam os retratos de D. João III e dos grandes escritores da Companhia, e o refeitório dilatava-se no corredor de Leste a Oeste com suas vinte e quatro janelas, dez por banda e quatro no tôpo, vinte e cinco mesas de boa pedra à roda das paredes e no centro, e dois púlpitos, um do lado do Norte, outro do Sul (2).

A igreja do colégio, com a grandeza que hoje lhe admiramos, só no fim do século dezasseis se começou a edificar. Entretanto servia ao culto igreja de menores dimensões e menos arte (3).

Ao lado de tôda esta já vastíssima construção se levantou mais tarde, a Nascente, o novo Colégio das Artes em forma de grande quadrado com seu átrio rodeado de colunas, como a seu tempo se contará (4).

---

(1) Bibl. N. L., mss. 4506, l. c. — Êste famoso pintor era o irmão Manuel Henriques, natural de Nogueira do Cravo, do bispado de Coimbra. Entrou na Companhia em Coimbra a 7 de novembro de 1618. A primeira obra de pintura, com que se estreou naquela cidade foi o retrato de D. João III, que se colocou na sala dos estudos, segundo refere o P. António Franco. Em Évora pintou, além de outros quadros, a vida de S. Inácio; em Lisboa também exercitou a arte, mas a maior parte de sua vida religiosa a passou em Coimbra, onde fêz quase tôdas as pinturas, que adornavam o Colégio de Jesus. Faleceu na residência de N. Senhora da Lapa no ano de 1654. Cf. Franco, *Imagem*, I, 795-796, *Synopsis Ann.*, 1654, n. 8-12.

(2) Bibl. N. L., ms. citado.

(3) Nadal, I, 496, 688; Laines, *Mon.*, VI, 238; Franco, *Synopsis Ann.*, 1562, n. 9.

(4) Cf. Franco, *Synopsis Ann.*, 1566, 1568, 1616. — O Colégio de Jesus foi em boa parte, no tempo do primeiro marquês de Pombal, ou destruído ou acomodado a outras destinações. No sítio que êle ocupava, estão actualmente o Museu de História Natural, o Laboratório Químico e outras dependências da Universidade com o largo do Marquês de Pombal. O que resta hoje do edifício do Colégio das Artes, está servindo de hospital da cidade.

No museu Machado de Castro, em Coimbra, guarda-se uma boa gra-

7. — Não atendia porém D. João III sòmente à magnificência do edifício material; também como obra sua e de que tanto se prezava, tratou de a ennobrecer com privilégios que lhe outorgava. Não menciono os que tendiam a assegurar a manutenção dos religiosos; só aponto dois, concedidos pelo rei e pela raínha, e que tinham por fim autorizar aquele estabelecimento de formação religiosa e scientífica. O primeiro já o colégio o gozava desde 1544 em que D. João se determinou a lhe conferir as mesmas prerrogativas da Universidade de Coimbra. «Querendo eu, disse o rei fundador, fazer graça e mercê por esmola aos colegiais do colégio da Companhia do Nome de Jesus, que ora está na cidade de Coimbra, hei por bem e me praz, que êles tenham, gozem e usem daqui em deante de todos os privilégios, liberdades, graças e franquezas que de mim teem e de que usam, e ao deante puderem gozar e usar os lentes e deputados e conselheiros da Universidade da dita cidade de Coimbra» [1].

De mais lustre certamente foi a honra, com que nobilitou aqueles religiosos a raínha regente em carta de cinco de setembro de 1560. «Por fazer mercê ao reitor e padres do Colégio das Artes e ao reitor e padres do Colégio de Jesus, situados na cidade de Coimbra e aos colegiais dêles, diz em nome de D. Sebastião a raínha, hei por bem e me praz de unir e incorporar os ditos colégios à Universidade da dita cidade, e que os reitores, padres e colegiais dêles, e seus criados e familiares e pessoas que os servirem e dêles tiverem mantimento e ordenado em cada ano, gozem e usem

---

vura, que nos dá vista completa do grandioso edifício. A gravura em papel, do século dezóito, foi reproduzida em 1929 na *Encyclopedia pela Imagem, Coimbra*, pag. 20.

Ao colégio, quando ainda estava em princípios de construção, e a seus moradores assim aludiu o humanista Inácio de Morais em 1554 nestes dois dísticos do seu *Conimbricae Encomium*:

Agmina Apostolicos vise hinc imitantia ritus,
Quae muro urbano tecta propinqua tenent.
Fundunt se variis habitacula multa meandris,
Quae sancta cœtus simplicitate colit.

(1) Teixeira, *Documentos*, pag. 169.

daqui em deante todos os privilégios, liberdades, graças e franquezas que por el-rei, meu senhor e avô, que santa glória haja, e pelos reis seus antecessores, foram e são concedidas e outorgadas, e eu ao deante conceder e outorgar à dita Universidade, e sejam em todo havidos por membros e pessoas dela» [1].

Assim crescia em adeantamentos materiais e prerrogativas o Colégio de Jesus de Coimbra, e não é maravilha que o seu nome fôsse conhecido e celebrado em tôda a Cristandade. Em Roma se regozijava particularmente o fundador da Companhia com os aumentos do seu colégio e com o bom odor de virtude, que êle largamente difundia pelas outras nações, e comprazia-se de espalhar ao perto e ao longe a notícia de tanta prosperidade [2]. Para a Alemanha assim escreveu a Cláudio Jaio, seu antigo companheiro, propondo o Colégio de Coimbra como modêlo de semelhantes instituïções.

«O rei de Portugal, contava Inácio, fundou um colégio para estudantes desta Companhia, e já se formaram nele operários em tão grande número, que proveu a Índia em diferentes partes tanto nas de Goa, Malaca e até das Molucas, como nas de Ormuz, Manicongo na Etiópia, em várias terras do Brasil e também da África. No seu reino de Portugal, além dos que trabalham nas cidades principais de Lisboa e Coimbra, andam por diversos lugares muitos prègadores e confessores, que do colégio saem ora dez, ora quinze cada vez. E com ter no seu domínio talvez mais de duzentas e cincoenta pessoas da Companhia, não há quem lhe tire um só das mãos, querendo-os todos para cuidar de seus súbditos, por ver fruto tão notável, que ano houve se converteram por seu meio mais de oitenta mil infiéis... Está cada dia

---

(1) Teixeira, *Documentos*, pag. 198 — Não era honra exclusiva, nem extraordinária esta incorporação na Universidade. Outros colégios a receberam, antes e depois de ser concedida ao colégio da Companhia de Jesus. Cf. T. Braga, *Hist. da Univ.*, I, 572, 576, 577.

(2) «... cuyo buen odor aun en otras partes muy lexos desa tierra anima e edifica a muchos...» *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 496. Carta de Inácio, de Roma, 7 de maio de 1547.

mais satisfeito de ter fundado o Colégio de Coimbra, donde saíu e sai aquele fruto» (1).

Na Índia também Francisco Xavier ouvia com suspensão as novas, que lhe chegavam cada ano do Colégio de Jesus, dava graças a Deus, pedia mais copiosas e particulares notícias e não sabia senão denominá-lo *o bemdito, o santo Colégio de Coimbra* (2).

Tão grande fruto e fama tão consoladora nascia certamente da muita virtude, que dentro daquelas abençoadas paredes se aprendia e exercitava. Os que eram testemunhas e tinham olhos e espírito para a observar, se enchiam de admiração. O insigne doutor Navarro, que assistiu à fundação e crescimento do colégio e foi examinando dia a dia o procedimento dos seus moradores, confessou que os exemplos de virtude que vira, lhe tiraram do espírito os preconceitos com que nos primeiros tempos o olhara, e o converteram em afeiçoado admirador daquela grande obra. Pelos anos de 1549, em que dedicou ao «ilustre Colégio de Coimbra» uma de suas obras (3), teve ensejo de manifestar, como lho pediram, o seu parecer e sentimento àcêrca dêsse colégio, e exarou em louvor dêle um testemunho com expressões que denotavam conceito elevado e afectuosa simpatia. Compendiamos o honroso depoïmento (4).

Atesta o afamado canonista que reputava por milagre o que durante sete anos presenciara naquele primeiro colégio da Companhia de Jesus; porque não havendo ainda na sua Religião regras feitas que lhe moderassem a actividade, sendo tão numerosos os seus moradores e tão generosamente

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, III, 329; *Cartas de S. Ignacio*, II, 304 segg. Carta de 23 de fevereiro de 1551.

(2) *Mon. Xav.*, I, 352, 514, 725, 729.

(3) *Relectio cap. Ita quorumdam de Judaeis*, (Conimbricae 1550).

(4) Não nos consta em que língua escreveu o Dr. Navarro êste seu testemunho. Só conhecemos um exemplar italiano, reproduzido por Bartoli em 1650 na obra: *Della Vita e dell'Istituto di S. Ignazio*, L. III, § 2, o exemplar latino, que Franco insere na sua *Synopsis Ann.*, 1544, n. 15, e o que aduz em português, com algumas variantes, o P. José Leite no seu Suplemento à História da Província de Portugal, (ms. 534 da Bibl. M. do Pôrto, documento 2.º, cap. 14). Por êste motivo não o reproduzimos textualmente.

providos por D. João III, e gozando de tamanha liberdade, que fàcilmente saíam fora ao exercício das obras de apostolado e a tratar com tôda a classe de pessoas; além disso tendo por contràrios a seculares, eclesiásticos e religiosos, que os espiavam curiosamente, prontos à censura e murmuração, nunca ouvira que ninguém pusesse mancha em sua vida e costumes. Só lhes censuravam a demasiada mortificação da carne, o desprêzo da própria honra e da de sua família, a pobreza excessiva do traje, o abatimento dos ofícios humildes que exercitavam, e os clamores que dia e noite soltavam contra a vaidade humana. Mas esta detracção, se bem se considera, transformava-se em verdadeiro louvor. Quisera dar êste testemunho para que entendessem os demais colégios da mesma Ordem, já erguidos com maravilhosa celeridade por todo o mundo, como principiou a florescer tão prodigiosamente o primeiro de todos os colégios na cidade de Coimbra, outrora côrte magnificentíssima dos reis de Portugal, e agora florentíssima Academia; e também para que se lembrassem os que nele viviam, quanto deviam empenhar-se por sempre conservar e aumentar o bom nome e fama, que adquiriram nas estreitezas penosas do comêço, e procurar que os fins correspondessem aos princípios [1].

Com o mesmo sentimento de admiração, que tanto comovia o doutor Navarro, se regozijava o distinto espanhol

---

(1) Não pudemos encontrar êste testemunho do Dr. Navarro em exemplar mais antigo que os três citados do século XVII e XVIII; mas apresentamo-lo fiados na autoridade dos diligentíssimos investigadores Daniel Bartoli, Ant. Franco e José Leite. O conteúdo do testemunho concorda plenamente com os bem conhecidos sentimentos do afamado canonista, expressos desassombradamente em suas obras, nem contém asserção nenhuma, que nos leve a duvidar de sua autenticidade. Astrain, I, 671, nota 3, tem dúvidas em admiti-la, porque o testemunho, diz êle, só aparece em obra impressa em 1726, na *Synopsis Annalium* de Franco, e encerra um grave êrro cronológico, notado já por Arigita y Lara no seu *El Doctor Navarro*. Nem uma nem outra afirmação é verdadeira. O documento fôra já tornado público em 1650 por Bartoli na obra citada, e não contém anacronismo de nenhuma espécie. Arigita y Lara considera-o autêntico e nêle se louva para o que assevera ao mesmo propósito naquela sua obra. Franco é que o inseriu, por equívoco, no ano de 1544 de seus Anais, devendo trazê-lo em 1549 ou 1550.

António de Araoz, que poucos anos atrás tivera ensejo de ver com seus olhos o que depois tão gostosamente recordara. «Oh quanto se alegra a minha alma, exclamava êle, ao considerar quão maravilhoso se mostra o nosso grande Deus no Colégio de Coimbra! Parece-me ver que mora nele o Sol de justiça, Jesus, e que daí, como de tabernáculo seu, envia e espalha os raios da sua claridade por todo o hemisfério de todo êsse bemdito reino. Quantos ignorantes são por êles instruídos, quantos vícios desterrados, quantos tristes consolados, quantos extraviados metidos ao bom caminho, quantos pecadores convertidos»! (1)

Com tamanhos louvores que ao Colégio de Coimbra se tributavam, já não causará maravilha que personagens de renome, que receberam nele sua formação, o recordassem, volvidos anos, com saüdade e amor. O grande orador Pedro Perpinhão com delicadezas de afecto reconhecido assim escreve de Roma a um seu antigo companheiro, que no mesmo colégio se formou em espírito e letras, e depois veio a ser na Itália membro prestante da Província de Lombardia (2): «Lembro sim, lembro-me daquele tempo, que foi o mais ditoso da minha vida, quando naquela oficina de santidade em Coimbra nos iam como de novo afeiçoando segundo tôdas as exigências da virtude tanto para a vida particular, como pública; e Deus, como mestre, nos educava por meio daqueles excelentes e religiosíssimos padres com preceitos de sã doutrina; quando nós, sem conselho nem ordem de ninguém, espontaneamente, ou antes impelidos pela graça divina praticávamos acções que ora me parecem árduas e dificultosas, a mim

(1) Bibl. P. Ebor., CVIII/2-3. Carta de Gandia, escrita a 25 de abril de 1549.

(2) Chamava-se Francisco Adorno e era natural de Génova. Entrara na Companhia de Jesus em Coimbra a 10 de junho de 1549, e a 10 de abril de 1559, terminados seus estudos, voltou para Itália. Era homem de grandes préstimos «por la mucha virtud de que Dios le dotó y por su talento y letras para leer y para el púlpeto, en lo qual há mostrado mucho talento la quaresma passada, que predicava tres vezes cada semana en Montemayor, una villa del arçobispado de Evora». Laines, *Mon.*, IV, 294. Assim escreveu ao P. Geral da Companhia o Provincial da Provincia de Portugal Dr. Miguel de Tôrres em carta de 18 de abril de 1559.

sobretudo e à maior parte dos homens, e valentias muito maiores. Bem sei que eu era mais espectador de virtudes alheias, do que autor de próprias virtudes, mas a contemplação de tantas e tão galhardas proezas é certo... que me acendia maravilhosamente no desejo da perfeição e me influía maiores brios para também eu nalguma coisa me extremar» [1].

Não há dúvida que não exagerava no século dezassete um filho ilustre do Colégio de Coimbra, quando em brevíssima síntese condensava os louvores e renome de «colégio tão insigne na largueza do edifício, na extensão do sítio, na grandeza das rendas, no número dos sujeitos, na freqüência das missões, na cópia dos letrados, na celebridade de famosos prègadores, que é hoje com razão o maior e mais insigne colégio de Espanha, e pode competir com os melhores e mais celebrados de tôda a Cristandade» [2].

---

(1) Carta em latim, escrita de Roma a 20 de janeiro de 1565, em *Petri Joannis Perpiniani... Opera*, T. III, pag. 83, Roma 1749, compilação de Pedro Lazeri S. J.

(2) Teles, I, 98.

CAPÍTULO VIII

RÁPIDO CRESCIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL

Sumário: — *1. Fruto da eloqüência de Estrada e da espiritualidade de Fabro. — 2. Dificuldade e escolha na admissão dos candidatos. — 3. Exemplos de fortaleza e constância. — 4. Número dos admitidos nos primeiros vinte anos. — 5. Varões ilustres por sua virtude e cargos. — 6. Homens insignes nas sciências e letras. — 7. Mártires da caridade. — 8. Missionários heróicos e mártires da Fé.*

1. — O Colégio de Jesus de Coimbra, que tanto se engrandeceu desde sua fundação, foi o viveiro fecundo que mais homens eminentes deu à Companhia de Jesus em Portugal. O exemplo de virtude extraordinária que tão vivamente brilhava daquela estância de perfeição religiosa, mais que tudo certamente contribuiu para se consolidar e desenvolver com maravilhosa rapidez a nova Corporação. Mas outras causas houve, de grande fôrça espiritual, que também favoreceram aquele pronto e vasto desenvolvimento.

A vinda, que já descrevemos, de Pedro Fabro a Portugal, e a eloqüência de Francisco Estrada, que no mesmo ano começava a comover com profundo abalo os portuguêses, ajudaram notàvelmente a despertar no coração de muito jovem desejos de pertencer àquela Ordem religiosa que desde seus princípios tão fervorosa e proficuamente trabalhava e influía em tôdas as classes da sociedade. Estrada arrebatava com a torrente caudalosa de seus sermões, impregnados de espírito evangélico e animados pela fôrça juvenil

do orador; mas Fabro movia com brandura, particularmente em suas conversações espirituais, e guiava as almas que se lhe abriam, com uma arte divina e suavíssima eficácia a enveredarem pelos caminhos da perfeição. Em Coimbra e Évora, cidades onde mais se demorou, foi admiràvelmente salutar a impressão que fêz seu espírito. A muitos abalou e induziu a resoluções de nobre desprendimento [1].

Contam os documentos contemporâneos e sucessivos escritores a maneira singular com que veio à Companhia de Jesus por intervenção de Pedro Fabro o futuro patriarca de Etiópia João Nunes Barreto. Seu irmão Melchior, já no ano anterior de 1543 passara, peregrinando a Santiago, por Freiriz, onde morava administrando sua abadia o P. João Nunes, e lhe expusera os grandes bens que encontrara e disfrutava na Companhia, convidando-o a que se resolvesse a participar da mesma felicidade. O santo abade porém satisfazia-se mais com o sossêgo daquele recolhimento, em que levava cada dia cinco a seis horas saboreando as doçuras da contemplação. Mas no interior de seu espírito dava-lhe contínuo rebate a graça divina com inspirações, que lhe apontavam para mais alta perfeição na renúncia das riquezas e sacrifício da obediência religiosa.

Emquanto lidava com êstes pensamentos, chegou-lhe carta do mesmo irmão a persuadir-lhe que fôsse ao Colégio de Coimbra, onde gostaria de ver com seus olhos o exercício da vida religiosa na Companhia de Jesus, e teria bom ensejo de comunicar as coisas de seu espírito com o Padre Mestre Fabro, varão santo, que por dias no colégio esperavam. Não se atreveu o devoto abade a desdenhar o conselho do irmão. Consultou o céu pela oração para conhecer a divina vontade, e Deus por um modo maravilhoso dignou-se manifestar-lha. No dia dos fiéis defuntos, estando em oração, apareceu-lhe a Virgem Nossa Senhora, vestida de glória e acompanhada de um sacerdote, que pouco antes também vira num sonho misterioso, e no assombro de reverência, que o tomou, ouviu as palavras da Virgem Mãe, que lhe dizia fôsse ao Colégio de

---

[1] Cf. Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 18; Orlandini, V, n. 45, 46, 47; Teles, I, 198.

Jesus de Coimbra, e lá o servo fiel que a seu lado tinha, lhe mostraria o modo de vida para que Deus o chamava.

O alvorôço do piedoso abade não consentiu demoras. No dia seguinte, vestido de hábitos pobres, bordão na mão, meteu-se ao caminho a pé e peregrinou até Coimbra. No colégio narrou em segrêdo ao irmão Melchior a visão, com que o céu o regalara, e esperou a vinda de Pedro Fabro, que nesse tempo se ocupava devotamente em Évora. Passados quarenta dias, que levou entre aqueles religiosos sempre duvidoso do chamamento divino, entrou pelas portas do colégio na primeira metade de dezembro o esperado servo de Deus, e João Nunes ao primeiro olhar o reconheceu entre os demais, como sendo o mesmo que vira no sonho e se lhe mostrara na aparição (1).

Sem demora lhe patenteou confiadamente o devoto contemplativo todos os recantos de sua alma. Expôs-lhe as dúvidas e receios, que o embaraçavam, de deixar a vida sossegada e deliciosa da contemplação, e contou-lhe as inspirações que o impeliam interiormente para as fadigas buliçosas da actividade apostólica. Fabro respondeu-lhe com a segurança e clareza da luz celeste que o iluminava, e disse-lhe resolutamente que para o futuro já não havia de achar na vida tranqüila que até então fizera, a consolação que no tempo passado gozara, depois de ter conhecido outra vida em que melhor podia contentar a Deus, quebrando a própria vontade pela obediência, sofrendo trabalhos pela glória divina e estendendo a sua caridade e zêlo a tôdas as partes do mundo, porquanto, concluíu o mestre de espírito, «sempre vos há de parecer que fugistes da cruz e dos trabalhos, e

(1) Melchior é quem nos conta que seu irmão esperou a Fabro quarenta dias no Colégio de Coimbra (Beccari, *Rerum Aeth.*, X, 179). Assim deve ter sido aproximativamente. Segundo Teles, I, 202, e Franco, *Imagem*, I, 224, João Nunes chegou nos princípios de novembro a Coimbra, já que partira da sua abadia aos três dias dêsse mês. Por outro lado Fabro saíu de Évora para Coimbra pelo dia nove de dezembro e chegou passados poucos dias ao Colégio de Jesus (Fabro, *Mon.*, 297). Com estas datas combina o prazo de quarenta dias indicado por Melchior Barreto.

que deixastes de seguir a vida de Cristo por seguirdes a vossa, e a vossa quietação» [1].

Com estas palavras dissiparam-se as dúvidas e acabou-se tôda a hesitação no espírito recto do virtuoso sacerdote. Lançou-se humildemente aos pés de Fabro, determinado a entrar logo na Companhia de Jesus. Suspendeu-lhe êle a resolução, dizendo que depois da meia noite se levantasse, e pondo-se em oração, se entregasse todo nas mãos de Deus e desafiasse o demónio a que o viesse provar com suas tentações. Assim o praticou. Foi rude o combate com o poder das trevas; mas saíu vencedor, e na manhã seguinte o aceitou na Companhia o santo companheiro de Inácio [2]. Já noviço da nova milícia meteram-no logo a cozinheiro e noutros ofícios de humildade, «nos quais, refere seu irmão Melchior, andava com tanta alegria, que me alembro que dizia Fabro que nunca vira a homem, que já no mundo estivesse assentado em vida tão virtuosa e em seu modo de viver, ser tão bom de manear e reger debaixo da obediência» [3]. A história depois contará os exemplos admiráveis que deu nas masmorras de Tetuão, e como realçou a dignidade patriarcal com o brilho de sua humildade heróica [4].

Na mesma corrente de fervor acudiam muitos, como êste privilegiado ministro de Deus, a alistar-se nas fileiras da

---

(1) Beccari, *Rerum Aeth.*, X, 179. Carta de Melchior Nunes Barreto.

(2) No catálogo de 1553 (Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 2), e em Franco, *Imagem*, I, 245, lê-se que o P. João Nunes entrara na Companhia a onze de novembro de 1544. Mas nesta data só poderá ter sido condicionalmente, ou como hóspede, recolhido entre os religiosos do colégio, ao chegar de Freiriz, porque Pedro Fabro, que o recebeu na Companhia, só lhe falou em Coimbra nos meados de dezembro.

(3) Beccari, *Ob. cit.*, pag. 180.

(4) Cf. em Beccari, *Ob. cit.*, X, pag. 170-180, carta de Melchior Nunes Barreto, de Cochim a 22 de Janeiro de 1564, em que refere a suas irmãs pormenorizadamente a vocação religiosa do santo abade seu irmão; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 212-213; O. Manareu, *De rebus Societatis Jesu Commentarius*, pag. 7-9, onde conta não sem inexactidões os mesmos sucessos. Fernão Guerreiro, *Relaçam Annual... de 607 e 608*, f. 287-288v; Godinho, *De Abassinorum rebus*, 245-260; Orlandini, IV, n. 139; Almeida, *Historia da Ethiopia* em Beccari, *Ob. cit.*, V, 411 segg.; Teles, I, 199 segg.; Sousa, *Oriente Conq.*, P. I, C. V, D. II, § 67; Franco, *Imagem*, I, 243 segg.

Companhia. Eram tantos os que pretendiam a entrada, que forçavam quase os superiores a lhes abrirem as portas do colégio. Apresentavam-se em tão grande número e recomendados por tão boas prendas da virtude e da natureza, que não sòmente, como referia o P. Araoz, havia para receber à farta, mas para escolher entre os mais prendados (1). Como não se condescendia fàcilmente a suas instâncias, andavam a tôda a hora com intercessões para conseguir a admissão que suplicavam (2). Emfim de sessenta que eram os religiosos, subiriam ràpidamente a cem, se admitissem no colégio quantos se avantajavam por suas qualidades; e passariam de duzentos, se os aceitassem como os que lhes vinham de países estranhos (3). Chegava a notícia dêste aumento providencial a outras nações, e de lá se escrevia a Roma que em Portugal «se tinham recebido na Companhia muitos sujeitos, entre os quais havia pessoas insignes e de grandes letras» (4).

Nos anos seguintes não decaíu aquele ardor admirável da juventude. Em 1547, conta Polanco, «eram tão numerosos os que procuravam acolher-se à Companhia em Coimbra, que não bastava o colégio a contê-los a todos» (5). Quando um pouco mais tarde se abriram escolas públicas nos colégios da Companhia, redobrou naturalmente o entusiasmo, e eram contínuos os jovens que pediam por si mesmos ou por intervenção de seus pais, e instavam repetidamente que lhes concedessem a graça de serem admitidos entre os filhos de Inácio de Loiola (6).

2. — Quanto mais freqüentes eram os pedidos e mais porfiadas as instâncias dos que ansiavam entrar na Companhia, maior forçosamente era a dificuldade e reserva em lhes abrir as portas da Religião. Mas ainda em circunstâncias ordinárias e de menos apêrto não dava Simão Rodrigues nem

(1) *Epist. Mixtae*, I, 166.
(2) *Ob. cit.*, I, 171.
(3) *Ob. cit.*, I, 174-175.
(4) Fabro, *Mon.*, 439.
(5) «Tam multi enim sese offerebant Societati Conimbricae, ut eos domi excipere conctos non posset [Simon]. Polanco, I, 252.
(6) Cf. v. g. *Litt. Quad.*, III, 401-402, V, 897.

os superiores, que lhe sucederam, fácil entrada aos que a pretendiam. Pelo contrário escolhiam entre todos, recusavam muitos e provavam, por vezes bem duramente, a constância dos que finalmente se resolviam a aceitar; nem sòmente fechavam a porta aos que pareciam menos bem dotados, mas ainda deixavam de fora a muitos que possuíam qualidades suficientes para os ministérios da Religião ([1]). No ano de 1546 rejeitou Simão Rodrigues a quarenta dos que pediam admissão, e apenas se contentou com treze que escolheu entre tantos pretendentes ([2]). Era usual dilatar-se a entrada para assegurar com a duração da experiência a firmeza da vocação ([3]), e a alguns chegou a prudência, talvez excessiva, do superior a exigir, como prova de resolução inabalável, acções que raiavam pelo heroísmo.

Ficou célebre a humilhação a que Simão Rodrigue sujeitou a vocação religiosa de Ambrósio Ferreira. Era êle moço da câmara del-rei, mestre insigne na arte de tanger órgão, e fôra organista em Coimbra do bispo conde D. Jorge de Almeida. Divulgou-se, não sabemos de que modo, que o grande artista, andava em pensamentos de se recolher nalguma Religião. Quando penetrou nos claustros a notícia, não faltaram muitas Ordens religiosas que o desejavam em seus conventos, e por motivo da rara habilidade, que lhe dera fama de tão abalizado músico, lhe oferecia cada qual grandes partidos convidando-o a entrar, com a promessa de que o dispensariam do côro e de outras obrigações.

Ambrósio porém despeitado no seu tanto de que mais pusessem os olhos na própria utilidade os que lhe faziam aquelas propostas, determinou-se pelo maior sacrifício e optou pela Companhia de Jesus, que o não solicitava e onde seu particular talento poderia mais fàcilmente ficar escondido. Vai-se da côrte de Lisboa a Coimbra, e roga ao P. Simão Rodrigues o queira contar entre seus filhos. Dificultou-lhe o Padre a petição e desculpou-se de o não aceitar, alegando a fraqueza das fôrças que nele via. Insta o preten-

(1) *Epist. Mixtae*, I, 174.
(2) *Litt. Quad.*, I. 26.
(3) *Ob. cit.*, II, 441, 442, III, 92, 452, VI, 139, 524, 725.

dente e foram tamanhas suas importunações, que Mestre Simão resolveu admiti-lo com uma condição que lhe impunha. Havia de atravessar a cidade de Coimbra com uma càveira nas mãos e vestido com os trajes que usava, desde o baixo da cidade até ao mais alto, onde estava o colégio da Companhia.

Sem hesitar abraçou a condição o animoso candidato e a cumpriu em tôda a sua dureza, que propositadamente agravou. Quando passava pelas ruas dando aos olhos dos que tanto o conheciam, aquele ridículo espectáculo, o rapazio e outras pessoas da plebe o rodeavam rindo e mofando, e êle lhes pedia que lhe atirassem pedras e o servissem de pontapés. Os amigos que encontrava lhe suplicavam por amor de Deus voltasse para casa e não quisesse daquela maneira desacreditar seu nome. Ambrósio porém, sem dar ouvidos a admoestações, percorreu sereno todo o caminho e entrou no colégio, onde o P. Simão o acolheu de braços abertos. Era o dia quinze de julho de 1545 (1). Logo lhe deram ocupação na cozinha e êle a exercitava com tamanha alegria espiritual, que edificava e comovia a seus irmãos (2). Passados poucos anos faleceu piedosamente (3).

Não menos dificultosa foi a experiência que em Lisboa fêz Simão Rodrigues de um castelhano, abastado mercador da Rua Nova, que lhe rogava o admitisse à Companhia na classe humilde dos irmãos coadjutores. Chamava-se João Fernandes de Oviedo; era natural de Córdova e mercadejava em sêdas na côrte de Portugal. Ouvindo na igreja da Companhia um dos eloqüentes sermões de Francisco Estrada, determinou-se a deixar todos seus haveres e recolher-se à Religião. Apresentou-se ao P. Simão Rodrigues. Êste ao ver

(1) O catálogo de 1553 (Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 2) marca-lhe o dia da entrada a 13 de julho, mas carta escrita do Colégio de Coimbra pouco depois do feito diz expressamente que Ambrósio se submetera a esta prova numa quarta-feira 15 de julho.

(2) Cf. Fabro, *Mon.*, 344-345, onde em carta de agôsto de 1545 miùdamente se refere todo êste sucesso; Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 19; Orlandini, V, n. 52; Teles, I, 232-234; Franco, *Imagem ... Lisboa*, 80-81; Castilho, *Lisboa antiga*, VIII, pag. 316-317.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 34.

deante de si um mancebo tão bem trajado, receando que não se havia de acomodar com a humildade, que pretendia, perguntou-lhe, para lhe experimentar o ânimo, se acabaria consigo percorrer a Rua Nova, num jumento em osso, em ocasião de maior concurso de povo. Respondeu-lhe o mercador que era contente.

Volta a casa, veste-se das roupas mais preciosas, cavalga um jumentinho, e, para tornar mais gracioso o espectáculo, vira as costas para a cabeça do animal, segura-lhe com a mão a cauda, e resolutamente se põe em marcha. São de imaginar fàcilmente as risadas, que saüdavam o novo cavaleiro, a compaixão dos amigos, que julgavam ensandecera, e o estrépito dos rapazes, que o acompanharam da Rua Nova, pela Mouraria, até à porta da casa de S. Antão. Aqui o esperava Simão Rodrigues, que satisfeito e admirado de tamanha fortaleza, o recebeu na Companhia a dezanove de junho de 1547 (1).

No ano seguinte foi enviado para o Oriente e veio a ser um dos maiores missionários da nascente igreja do Japão, onde faleceu a vinte e seis de junho de 1567 (2). Bem mostrou que não fôra leviana, mas considerada e generosa a determinação com que deixou as riquezas do mundo e se abraçou com a pobreza e humildade.

3. — Muitos porém não esperavam que lhes provassem a firmeza de sua vocação. Êles próprios se abalançavam a acções de alentada virtude e esfôrço para conseguirem a admissão ou segurarem a sua conservação na Companhia de Jesus. Em 1545 Afonso Barreto, santamente invejoso da felicidade, que já gozavam seus dois irmãos Melchior e João Nunes, mas prevendo que a mãe não viria nunca em apartar

---

(1) Cf. *Litt. Quad.*, I, 68; Rodrigues, *Mon.*, 586; Orlandini, VIII, n. 77; Teles, I, 312-314; Sousa, *Or. Conq.*, P. II, C. IV, D. I, § 32, 33; Franco, *Imagem*, II, 312; Fróis, *Die Geschichte Japans* (1549-1578), pag. 340. Luís Fróis, companheiro de João Fernandes no Japão, conta o facto com algumas particularidades que não lêmos noutros escritores.

(2) *Cartas de Japão* (ed. 1598), I, f. 246; Nieremberg, *Varones Ilustres*, I, pag. 154; Sousa, *Or. Conq.*, l. c.; Franco, *Ob. cit.*, 327. Fróis na citada obra *Geschichte Japans*, pag. 342, e Cardoso, *Agiol. Lusit.*, III, 840, colocam erradamente a morte de Fernandes no ano de 1568.

de seu lado o filho mais novo e mimoso, ocultamente saíu da casa paterna, andou a pé as vinte léguas que vão do Pôrto a Coimbra, e no Colégio de Jesus com tal decisão e fervor pediu o quisessem acolher, que foi forçoso satisfazer-lhe as ânsias e conceder-lhe lugar entre os irmãos (1).

De não menor valentia deu provas outro jovem, de nome Pero de Carvalho, na pretensão de ser da Companhia, onde foi aceite finalmente a catorze de maio de 1547 (2). Estudava em Coimbra, e, como lhe não franqueassem as portas da Religião, parte secretamente para Lisboa, troca seus vestidos ricos pelos de um mendigo e entrajádo naquela pobreza se apresenta ao P. Simão Rodrigues e suplica lhe queira abrir a entrada para a sua Companhia. Não pôde resistir Simão a tão decidida vontade e reenviou-o para Coimbra com cartas que o recebessem no colégio como noviço. Levantaram-se contra a sua vocação o pai e mais parentes, nem houve promessas nem ameaças que lhe não fizessem para o arredar de seu propósito. Mas nem religiosos nem letrados, que tentaram vencê-lo, lograram persuadir-lhe que era mais serviço de Deus consentir no matrimónio, a que estava já prometido, que entrar na Religião (3).

Dois anos mais tarde saía-se a ocultas do mosteiro de S. Cruz de Coimbra, onde recebia desde 1543 educação religiosa e literária com os primores e atenções devidas à sua muita nobreza, D. Teotónio, irmão do duque de Bragança D. Teodósio, (4) e, encaminhando-se ao Colégio de Jesus, com

(1) Mss. S. J., *Lus.* 84, f. 19; Teles, I, 213-214; Franco, *Imagem... Lisboa,* pag. 169; Godinho, *De Abassinorum Rebus,* 234-236. Barreto entrou na Companhia a 8 de junho de 1545.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 3.

(3) Cf. *Litt. Quad.,* I, 68; Polanco, I, 252; Orlandini, VII, n. 64. Contudo, a-pesar da valentia dos primeiros fervores, não perseverou depois na Companhia. (Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 3). Por motivo da oposição que lhe faziam, foi necessário mandá-lo a Lisboa, onde Mestre Simão deixou a homens pios e letrados que o resolvessem. Depositaram-no em casa particular e não lhe consentiam que falasse com nenhum da Companhia. Talvez êste rigor influísse na mudança. *Litt. Quad.*, l. c.

(4) Nicolau Agostinho, *Relaçam summaria da vida do... senhor D. Theotonio,* f. 10; Nicolau de S. Maria, *Chronica,* P. 2.ª, pag. 298-299; T. do Tombo, *Cartorio de S. Cruz,* Est. 20, n. 75 (livros) f. 32, carta de

tantas veras pediu ser admitido na Religião, que houveram de lhe dar entrada à convivência daqueles religiosos a 12 de junho de 1549 (1). Prouvesse a Deus que a humildade e sujeição correspondesse nos anos seguintes às fervorosas instâncias com que naquele primeiro tempo pretendeu a Companhia de Jesus!

De-feito havia muito que assediava com pedidos e importunações a Mestre Simão para lhe extorquir a graça que ansiosamente desejava. Ponderava-lhe uma e outra vez o Provincial que resolução desta qualidade, particularmente em pessoas de sangue tão ilustre, necessitavam de muito conselho e deliberação. Não se resignava o ânimo juvenil de Teotónio com as delongas que o irritavam. Resolve-se a um arriscado lance de fervor, salta pouco antes da meia noite pelos muros do mosteiro e vai encerrar-se no colégio da Companhia sem esperar de sua nobilíssima família a anuência, que julgava se lhe havia de recusar. Não se atreveram os padres a contrariar o que tinham por vocação do céu, provada com as repetidas instâncias do tempo passado.

Foi, como era de prever, temerosa a tempestade que se desencadeou sôbre a Companhia. A ilustre família sentiu-se picada nos brios de sua honra com a fuga de Teotónio e acolhimento que lhe deram no colégio. Pôs em campo tôda a sua fôrça para o arrancar da Religião, que êle na idade já vigorosa de dezanove anos espontaneamente abraçara (2). Os seus parentes e com maior afinco D. Isabel sua irmã (3)

---

fr. Brás de 8 de outubro de 1542 sôbre a admissão de D. Teotónio no mosteiro de S. Cruz.

(1) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 4.

(2) Nascera D. Teotónio a 2 de agôsto de 1530 na cidade de Coimbra, onde então morava o duque D. Jaime, seu pai, por causa da peste que assolava o reino. Cf. Nicolau Agostinho, *Ob. cit.*, f. 10. Era «de estatura grande, encorpado, cheio de carnes com perfeição, o rosto comprido, alvo, rosado... nariz comprido, mãos torneadas e muito alvas». Fr. Cláudio da Conceição, *Gabinete Historico*, T. III, 71.

(3) D. Isabel, filha de D. Jaime e de D. Leonor de Mendonça, e meia-irmã de D. Teotónio, que teve por mãe D. Joana de Mendonça, segunda mulher do duque de Bragança, casara solenemente em Vila Viçosa no ano de 1537 com o infante D. Duarte, filho de D. Manuel. D. Duarte faleceu a 20 de outubro de 1540 e D. Isabel prolongou sua vida até 16 de setembro de

expuseram ao rei e raínha a sua indignação e suas queixas, e rogaram instantemente lhes fôsse restituído à sua casa o inconsiderado jovem. O rei, é certo, não consentiu, por sua grande piedade se usasse violência para o tirar do colégio, mas tentou por seus enviados atraí-lo à sua presença, para tratar com êle daquela sua intempestiva resolução; (1) e de outra parte foi tão porfiado o assalto que ao novel religioso e à Religião que o recebera, deram os poderosos senhores da casa de Bragança, que a Companhia de Jesus correu perigo de sossobrar em Portugal (2).

Refere Baltasar Teles (3) que Mestre Simão receando não empregassem a fôrça, pelo recurso ao braço real, para levar do Colégio de Jesus o noviço D. Teotónio, chegou ao extremo de dar ordem ao reitor P. Luís da Grã que estivessem dispostos a se retirarem todos os moradores do colégio e partirem dois a dois para Salamanca, se porventura se efeituasse o que se temia; o rei porém, que primeiro se mostrara agravado de Simão por ter aceitado na Companhia a D. Teotónio sem consentimento seu, depois, apaziguado já pelas boas razões do animoso Provincial, ordenara ao duque «se aquietasse, não molestasse o irmão e o desse por bem empregado na casa de Deus» (4). O facto é que serenou em breve

---

1576. Cf. Caetano de Sousa, *Hist. Geneal.*, III, pag. 425-431, *Provas da Hist. Geneal.*, II, pag. 599.

(1) Ford, *Letters of John III*, 394. Carta de D. João III a Lopo de Sousa, escrita de Lisboa a 22 de junho de 1549.

(2) Polanco, I, 446; Orlandini, IX, n. 82; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IV, 93. — Chegou também o duque a valer-se dos professores do Colégio das Artes para obrigar o irmão a desamparar a Companhia. Por êsse motivo tiveram alguns daqueles professores suas altercações com o P. Luís da Grã, reitor do Colégio de Jesus. Cf. *Archivo Hist. Portuguez*, vol. IV, pag. 247, 248, art. de Guilherme Henriques; T. Braga, *Hist. da Univ.*, I, 533.

(3) *Chronica*, I, 405 segg.

(4) Teles, I, 407. O mesmo chronista, *Ob. cit.*, pag. 402 e seguintes, traz um longo arrazoado, que diz pronunciara Mestre Simão em presença do rei para desfazer as queixas de D. Teodósio, e louva a liberdade com que falou a D. João III, protestando que lhe entregaria as chaves do colégio e tôdas as doações e provisões reais, e se trasladaria com todos os seus para nação estranha, caso êle mandasse tirar violentamente da Companhia a D. Teotónio. A julgar pela maneira tão respeitosa, com que Mestre Simão se havia com o rei, grande bemfeitor seu, parece-nos de todo

a tormenta. O duque D. Teodósio, acalmados aqueles primeiros ímpetos de cólera, acomodou-se na boa paz e com tão inteiro esquècimento do passado, que nos anos seguintes o encontraremos a êle e tôda a sua distinta família a conviver em comunicação de muita estima e amizade com os religiosos da Companhia [1].

De todos estes sucessos podemos inferir o entusiasmo que se apoderou da juventude para fazer parte de uma Ordem religiosa que pela sua novidade atraía singularmente as atenções dos homens. Não é maravilha que tão ràpidamente se desenvolvesse.

4. — Já fizemos menção particular dos sujeitos principais, que em seu grémio entraram no primeiro ano que seguiu à fundação do Colégio de Coimbra. Nos anos que sucederam, foi aumentando naturalmente o número dos pretendentes, e nenhum houve até o de 1560, a que ora nos limitamos, que não contribuísse com maior ou menor porção para o contínuo reflorescimento do esperançoso viveiro. Logo no de 1544 vinte e seis portugueses se uniram àquela religiosa família, onde já florescia tanta virtude entre os brios da mocidade [2]. Em 1546 subiu a trinta e oito o número dos que se lhe agregaram, e em 1548 outros tantos acudiam à voz de Deus que os chamava para a mesma Corporação [3]. No ano de 1555 não menos de cincoenta e dois lhes seguiam os passos e em 1560 cêrca de cincoenta e cinco se acolheram, deixando o mundo, nos colégios da Companhia em Lisboa, Coimbra e Évora [4].

---

inverossímil esta desudada altivez, e mais o discurso que Teles põe na bôca do Provincial da Companhia. Nos documentos coevos não se nos deparou referência a uma nem outra coisa. Cf. Franco, *Imagem... Lisboa*, pag. 85 segg.; *Synopsis Ann.*, 1548, n. 4-7.

(1) Apenas passados quatro anos sôbre êstes sucessos pôde o P. Nadal escrever em Lisboa a 13 de dezembro de 1553 estas palavras bem significativas dos sentimentos de D. Teodósio: «al duche, que nos tiene mucho amor». Nadal, *Mon.*, I, 211. Cf. etiam *Epist. Mixtae*, III, 499, 505, 508, 550, 573. Mas até já nos fins de 1551 dera a alguns religiosos da Companhia mostras singulares de benevolência. *Litt. Quad.*, I, 471-472.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 2.

(3) *Ibid.*, f. 2v-3v.

(4) Franco, *Synopsis Ann.*, 1555, n. 13, 1560, n. 34.

Com tão crescida afluência de candidatos já no mês de abril de 1544 moravam no Colégio de Coimbra mais de sessenta pessoas; em junho de 1546 aumentavam a noventa e cinco; no dezembro de 1551 orçavam por cento e trinta, e em 1558 cresciam a mais de cento e sessenta [1]. Nas outras casas, que no decorrer dos anos se foram estabelecendo, também se ia sucessivamente acrescentando o número dos que as habitavam. No colégio de S. Antão de Lisboa viviam em 1560, ocupados nos ministérios sagrados e ensino da juventude, vinte e sete religiosos; no colégio e Universidade de Évora lidavam em dezembro do mesmo ano quase setenta, e na casa professa de S. Roque trabalhavam, além dos noviços, uns quinze sacerdotes e mais catorze irmãos, ao todo cêrca de cincoenta pessoas. Os colégios do Pôrto e de Braga começavam nesse ano com os religiosos necessários aos princípios da fundação [2].

Se temos conta não só com os muitos que cedo ou tarde se despediam da Ordem, mas também com os que faleciam ou eram enviados às missões de além-mar, podemos avaliar o grande movimento de entradas que se operou naqueles vinte anos. No de 1560 eram cêrca de 350 os religiosos da Companhia que actualmente viviam em Portugal [3].

5. — Não floresceu porém sòmente a Companhia de Jesus pelo número dos que ano por ano se lhes vinham entregar como filhos durante aquele desenvolvimento primitivo de sua existência em terra portuguesa. É mais ainda para admirar o facto de terem sido tão numerosos os que logo nos primeiros anos ou pelo tempo adeante se assignalaram a si mesmos ou deram lustre por suas prendas de virtude, zêlo e sciência à Ordem religiosa a que pertenciam. Foram verdadeiramente base segura e colunas gigantes, que sustentaram e ergueram o novo edifício, que nos domínios portugueses se edificava.

Deus quis fundar sòlidamente a Companhia de Jesus

(1) *Epist. Mixtae*, I, 162; Rodrigues, *Mon.*, 545; *Litt. Quad.*, I, 450, V, 777, 896.

(2) Cf. *Litt. Quad.*, VI, 519, 598, 724; Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 121, 147.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 178-179.

em Portugal, donde ela havia de expandir-se maravilhosamente enviando seus filhos por todo o mundo conhecido. Dêles se avantajaram dentro do reino pelas acções virtuosas e cargos que desempenharam; dêles se distinguiram nas sciências e letras; muitos, e foram um exército, se assignalaram nas missões de além-mar; não poucos assombraram o mundo pelo heroísmo com que sacrificaram a vida ou no meio dos tormentos pela fé, ou pela caridade no serviço do próximo atribulado. Lancemos de relance um olhar para alguns exemplos, e entenderemos quem eram êsses homens que buscavam em tão grande número a Companhia, e que espécie de formação ela lhes dava para as obras do sagrado ministério; e antes dos mais olhemos para os que no reino se ilustraram particularmente pela prudência e destreza no desempenho dos cargos que lhes eram confiados.

O primeiro e mais antigo, que se nos apresenta, é o **P. António Correia,** que entrou na Companhia a oito de julho de 1543 [1]. Era natural da cidade do Pôrto, e em Coimbra, onde abraçou a Religião sendo estudante de teologia, começou a dar-se tão de-veras à virtude, que o grande Luís de Molina não duvidou em anos adeantados proferir o valioso testemunho que segue: «Do Padre António Correia posso dizer que foi um dos varões mais perfeitos, humildes e desprezadores do mundo... que hei conhecido» [2]. A santidade, que nele resplandecia, mereceu-lhe a honra de ser o primeiro em tôda a Espanha, que teve, depois de promulgadas as Constituïções de S. Inácio, o cargo de mestre de noviços [3]. Por muitos anos exercitou com mestria singular essa ocupação de especial confiança e grande responsabilidade.

---

(1) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1 v; Franco, *Imagem,* I, 519.

(2) Franco, *Ob. cit.*, pag. 522.

(3) O catálogo de 1554 (*Lus.* 43, f. 54) traz o P. Correia como superior da casa de provação de Coimbra, e o P. Gonçalo Álvares, como mestre de noviços; mas Nicolau Gracida, um dos primeiros noviços do P. Correia, afirma expressamente que o P. Correia era o mestre de noviços em 1553, quando se organizou a dita casa de provação, e o P. Gonçalo Álvares confessor (Cf. *Litt. Quad.*, III, pag. 337).

Faleceu numa quinta dos arredores de Lisboa perto de Bucelas a vinte e seis de agôsto de 1569 (1).

Deu também prova de rara virtude no difícil emprêgo de formar a juventude religiosa o **P. Gonçalo Vaz de Melo,** fidalgo de grandes esperanças, que da Universidade de Coimbra passou à Companhia de Jesus a sete de fevereiro de 1544 com dezóito ou dezanove anos de idade. Nascera em Vilar do bispado de Viseu (2). Era homem de grande engenho natural; veio a ser prègador dos mais nomeados naqueles anos em Portugal, missionário fervoroso, e superior santo. Depois de governar a casa de S. Roque em Lisboa como prepósito, foi eleito Provincial, e no exercício dêste cargo faleceu a catorze de maio de 1563. A eloqüência e a virtude não vulgar tornaram-no singularmente aceito assim aos religiosos de casa, como às pessoas de fora (3).

O **P. Jorge Serrão,** que veio à Companhia a vinte e três de março de 1544 com dezasseis anos de idade (4), foi um dos homens eminentes, que naquele século dezasseis acreditaram a sua Ordem. Teve por pátria a cidade de Lisboa. Nos gerais da Universidade de Coimbra primou tão galhardamente seu raro talento que o Dr. Afonso do Prado, lente da faculdade teológica, lhe chamava a sua aguiazinha; mas em Roma é que recebeu o grau de doutor em teologia no ano de 1558. Em Portugal foi um dos primeiros professores de filosofia no Colégio das Artes, quando el-rei o confiou à Companhia de Jesus, e o primeiro lente de teologia na Universidade de Évora, que também dirigiu como concelário e reitor. Logo subiu a Provincial e prepósito da casa de S. Roque (5).

---

(1) Cf. Vítor Ribeiro, *Obituarios... de S. Roque,* pag. 9, n. 28; Teles, I, 115, II, 171; Franco, *Ob. cit.*, pag. 519 segg.

(2) Era filho natural de António de Melo, que foi em Rodes capitão das galés dos cavaleiros de S. João, e militava nessa ilha quando foi tomada dos Turcos. Franco, *Ob. cit.*, pag. 664.

(3) V. Ribeiro, *Obituarios... de S. Roque,* pag. 7, n. 13; Teles, I, 166, II, 209-210; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, III, 246, 254; Franco, *Ob. cit.*, pag. 664 segg.

(4) Franco, *Imagem,* I, 392, dá-lhe 14 anos de idade ao tempo de sua entrada na Companhia, mas segundo os catálogos contemporâneos andaria nos dezasseis ou dezassete.

(5) Na Congregação Geral que se reüniu em Roma no ano de 1581,

Nestes governos foi grande a autoridade que soube conciliar-se pelo saber, zêlo e prudência. À sua morte, que sucedeu a nove de agôsto de 1590, e enterramento assistiu grande número de personagens distintas e muita nobreza, porque era geralmente amado com bem merecida veneração (1).

Em Santarém nascera **Miguel de Sousa**, jovem de muita piedade, que abraçou a vida religiosa a vinte e quatro de dezembro de 1545 (2). A nobreza do sangue realçava-lhe as prendas naturais (3). Fôra moço fidalgo da côrte de D. João III, e em Coimbra, onde estudava, começou de ganhar aos religiosos da Companhia a afeição particular, que o levou a se lhes dar por irmão. Tinha dezóito a dezanove anos de idade (4). Foi reitor do Colégio de Coimbra, e prefeito de estudos do Colégio das Artes, prepósito da casa de S. Roque, Vice-Provincial e Visitador da Província portuguesa. Quando faleceu a sete de fevereiro de 1582, soltou o P. Leão Henriques estas palavras de compendioso elogio para Miguel de Sousa: *Morreu a virtude antiga, a bondade antiga, a verdade antiga* (5).

---

foi, estando em Lisboa, eleito Assistente do Geral da Companhia, cargo a que renunciou por falta de saúde. Franco, *Synopsis Ann.*, 1581, n. 1.

(1) Cf. Mss. S. J. *Lus. 43,* catálogos de 1552, 1553, 1556, 1559; Laines, *Mon.,* III, 537; V. Ribeiro, *Obituarios ... de S. Roque,* pag. 51, n. 244; Teles, II, 454 segg., Franco: *Imagem,* I, 391 segg., *Synopsis Ann.*, 1548, n. 2, 1590, n. 2.

(2) Cardoso, *Agiol. Lus.*, II. 466, e Franco, *Imagem,* I, 761, dizem que entrara na Religião a 24 de novembro, mas os catálogos de 1553 e 1556 teem que fôra admitido no mês de dezembro. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 2v, 5.

(3) «Chamou-se seu pai Aires de Sousa, comendador de S. Maria da Alcáçova e de Alcanede, e sua mãe D. Violante de Mendonça, garfo da nobilíssima casa dos condes de Miranda». Cardoso, *Agiol. Lus.*, II, 466. Cf. Teles, II, 172. Era cunhado de Cristóvão de Sousa, que foi em Roma embaixador de D. João III. Cf. *Epist. Mixtae*, I, 269.

(4) De sua infância e juventude escreveu êle mesmo de sua própria letra: «Ordenavam-me de piqueno pera ser clériguo; e pera iso aprendia latim em moço e andei servindo na Sé de Lisboa hũa meia conezia; poderia ser hũ anno. Despois estudei em Coimbra». Arq. do Gesù, Roma, *Interrogationes et Responsiones*, Vol. IV, 239, 240, *Examen* de Miguel de Sousa. Cf. Nadal, I, 510.

(5) Franco, *Imagem*, I, 768. Cf. Nadal, I, 510-511; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, II, 458 Franco, *Ob. cit.*, pag. 761 segg.; Bibl. N. L., mss. n. 4505, *Livro das sepulturas.*

Ilustre também pela nobreza e já conhecido pelo não vulgar talento e erudição nas letras humanas, entrou no mesmo ano de 1545 a vinte e sete de abril ao noviciado da Companhia em Coimbra o estudante da Universidade **Luís Gonçalves da Câmara**. Devia andar nos seus vinte e seis anos de idade ([1]). Era filho do quarto capitão da ilha da Madeira, João Gonçalves da Câmara, e de D. Leonor de Vilhena, filha do conde de Tarouca D. João de Menezes, a quem apelidavam conde prior, por ser prior do Crato, e irmão de Simão Gonçalves da Câmara, a quem mais tarde distinguiu D. Sebastião com o título de conde de Calheta. O P. Simão Rodrigues, ufano de ter na Companhia tão notável personagem, dêste modo o elogia escrevendo ao santo fundador: «É mestre em artes de Paris, bem douto nelas, muito bom latino, grego e hebraico e muito hábil; demais, no conceito do mundo, é dos principais cavalheiros e nobres do reino, pessoa emfim de grande reputação; já tem algum estudo de teologia» ([2]).

No ano de 1535 fôra estudar à Universidade de Paris, onde tratou familiarmente com o P. Pedro Fabro e conheceu os demais companheiros de Inácio de Loiola ([3]). Já em Coim-

([1]) Franco, *Ob. cit.*, pag. 47, nota que Luís Gonçalves falecera em 1575 com 57 anos de idade, mas o catálogo de 1574 dá-lhe 54 anos, o que nos leva a admitir que morrera com 55 ou 56 anos, tendo conseguintemente entrado na Companhia com cêrca de 26.

([2]) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 22. — Os escritores comummente apontam como pátria de Luís Gonçalves a ilha da Madeira, e com êles concorda o livro das Actas reitorais da Universidade de Paris (Bibl. N. P., mss., *Latins*, 9953, f. 98v). Advirto contudo que os catálogos oficiais de 1565 e 1574 o dão como natural de Abrantes e do bispado da Guarda (Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 252 e 465). Luís Gonçalves era primo coirmão de D. Rodrigo de Menezes que em 1543 entrara na Companhia, por serem ambos netos de D. João de Menezes, conde de Tarouca, e primo em segundo grau do P. Leão Henriques, sendo ambos filhos de primos coirmãos e bisnetos de João Gonçalves da Câmara, segundo capitão da ilha da Madeira. Cf. Teles, I, pag. 114, 197, 277; Cordeiro, *Hist. Insulana,* I, ed. 1866, pag. 121, 123.

([3]) Na *Acta Rectoria Universitatis Parisiensis, anno 1534-1544* (Bibl. N. P., mss., *Latins,* 9955, f. 98.v), lêmos o nome de Luís Gonçalves da Câmara, nobre da diocese do Funchal — *Lodovicus Goncalve de Camara nobilis funiculensis dioecesis*—entre os que prestaram o juramento universitário em 1538 na reitoria de Mestre Diogo de Gouveia. Luís Gonçalves no seu *Me-*

bra novamente se entreteve com o primeiro companheiro de Inácio em conversas espirituais que o moveram a deixar o mundo e satisfazer na Religião da Companhia os desejos ardentes de perfeição, que na alma lhe acordou a palavra inspirada do servo de Deus (1). Tornou-se Luís Gonçalves desde os primeiros anos de religioso uma das personagens mais importantes da Companhia de Jesus no reino de Portugal, e teremos por êsse motivo de nos referir a êle com freqüência no decurso desta história.

No ano seguinte de 1546 mais outro jovem de grande nobreza e esperança pedia admissão no Colégio de Jesus de Coimbra. Chamava-se **Leão Henriques**. Veio à luz na vila de Ponta do Sol, da ilha da Madeira, e era seu pai D. João Henriques, filho de Henrique Henriques, senhor dos Alcáçovas, e de D. Filipa de Noronha, filha de João Gonçalves da Câmara, segundo capitão da ilha da Madeira, e sua mãe D. Joana de Abreu. Muito novo ainda acompanhou seu primo Luís Gonçalves da Câmara à Universidade de Paris, onde se distinguiu seu feliz engenho, mas veio continuar anos depois seus estudos na Academia conimbricense (2). Quando soube ter entrado na Companhia Luís Gonçalves, exasperou-se o seu nobre sentimento de amigo, e o génio impetuoso e colé-

---

morial (*Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 157) escreve que em Paris conhecera o P. Pedro Fabro um ano antes que êle em 1536 partisse para Veneza. Donde inferimos que foi estudar à Universidade parisiense no ano de 1535. Nieremberg, *Varones Ilustres*, VI, pag. 492, e Franco, *Imagem*, I, 21, afirmam que Luís Gonçalves também conhecera em Paris S. Ignácio; mas a afirmação não concorda com os factos. Quando Luís Gonçalves chegou à capital de França, já Inácio tinha voltado a Espanha nos primeiros meses de 1535, e êle próprio escreve (*Memorial*, l. c.) que só em Roma o conhecera.

(1) Referem Teles, I, 197, e Nieremberg, *Ob. cit.*, pag. 493, que Pedro Fabro é que recebeu a Luís Gonçalves na Companhia. É porém de advertir que quando o nobre mancebo entrou na Religião, já Pedro Fabro havia quase dois meses que se retirara para Castela.

(2) No ano de 1538 deu em Paris o juramento universitário, como seu primo Gonçalves da Câmara, na reitoria de Mestre Diogo de Gouveia. Na citada *Acta Rectoria*, f. 98v, onde isto se refere, lêmos estas palavras: *Leo Henricus nobilis Funiculensis dioecesis*. Conta Franco, *Imagem*, I, 62, que Leão Henriques fôra em Paris instruído por S. Inácio nas coisas espirituais, mas êle já não pôde encontrar naquela cidade o fundador da Companhia, segundo o que acima dissemos do P. Luís Gonçalves.

rico o levou a proferir queixas bem amargas contra a Religião que o admitira. Versado como era nos cânones, em cujo estudo se avantajara, protestava que se atrevia a defender pùblicamente que tinham os padres incorrido em pecado mortal recebendo a seu primo na Companhia. Deus porém brevemente lhe inspirou que o imitasse na heróica resolução.

Um olhar, que Leão Henriques lançou a um Cristo crucificado na igreja do Colégio de Jesus, acabou de o render, não obstante as lutas interiores que se travaram em seu espírito; e a trinta de abril, um ano apenas depois que Luís Gonçalves fugira do mundo, se arremessava êle, como filho, num impulso de fervor aos braços da Companhia de Jesus. A piedade generosa, que sempre o assinalou, e a sciência vasta que possuía, o designaram para exercer os cargos de mais elevada confiança. Foi o primeiro reitor do Colégio das Artes e da Universidade de Évora; depois subiu a Provincial e governou por fim o colégio de Braga. Assistiu por muitos anos no ofício de confessor ao cardeal e rei D. Henrique, de quem era singularmente aceito, e sustentou sempre, como coluna principal, a Companhia de Jesus nos quarenta e três anos, que viveu nela, até sua morte. Expirou no dia oito de abril de 1589 [1].

Com Luís Gonçalves e Leão Henriques andou muitos anos na côrte portuguesa outro ilustre religioso, chamado **Maurício Serpe** [2], que a trinta e um de maio de 1547 se alistara na Companhia só com dezasseis anos de idade. De-

(1) Tanto os catálogos contemporâneos, como os escritores, que se lhes seguiram, divergem sôbre a idade de Leão Henriques. Segundo os catálogos de 1565 e 1574 faleceu com 65 ou 63 anos; mas se foi para Paris aos treze anos como afirmam Teles, I, 178, e Franco, *Imagem*, I, 61, andava nos 67, quando morreu. Cardoso, *Agiol. Lus.*, II, 480, e Andrade, *Varones Ilustres*, VI, 590, escrevem que chegara aos 74 anos de idade. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 2v, 113, 465v; V. Ribeiro, *Obituarios... de S. Roque,* pag. 52, n. 246; Teles, I, 276, II, 255, 339; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, II, 471, 480; Franco, *Imagem*, I, 61 segg, *Synopsis Ann.,* 1564, n. 9.

(2) Chamava-se Gaspar, nome que logo no princípio trocou pelo de Maurício, com o qual, sem outro apelido, é nomeado comummente nos documentos coevos. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 3; Franco, *Imagem ... Evora*, pag. 79.

pois de terminar a carreira dos estudos, foi no paço del-rei mestre dos moços fidalgos, reitor da Universidade de Évora e prepósito da casa professa de S. Roque. Na côrte sucedeu a Luís Gonçalves no cargo de confessor de D. Sebastião, e nesta qualidade acompanhou o desventuroso rei na jornada de África, onde morreu na batalha a quatro de agôsto de 1578 sob os golpes do alfange mourisco, emquanto ouvia a confissão de um moribundo [1].

Três anos depois de Maurício a dez de outubro de 1550 recolhia-se do ruído da vida militar ao sossêgo da Religião na Companhia um jovem de seus trinta e cinco anos de idade, natural de Alcochete, e de nome **Leonel de Lima**, que em 1538 navegara para a Índia na armada do vice-rei D. Garcia de Noronha, e naquele Oriente por seu desinterêsse e valor se assinalara, como «capitão de navios e armadas» [2], principalmente nos mares das Molucas e das ilhas de Banda. Duma das emprêsas, em que entrava no ano de 1545, escrevia a D. João III nestes rasgos de nobre valentia: «A menor coisa, que farei, será morrer por serviço de V. Alteza, que esta só herança me ficou de meus avós e parentes» [3].

Passados dez anos de proezas na Índia, voltou a Portugal, recomendado pelo grande Xavier como «leal e fiel vassalo» de seu rei, e como capitão «mais cavaleiro que chatim nem mercador» [4], a pedir mercês a D. João III «pois, dizia mais Xavier, tão bem lhas merecia» [5]. No reino confessou-se uma vez com o P. Francisco Vieira da Companhia de Jesus, e dizendo-lhe acaso o confessor uma palavra, que também lhe dissera na Índia S. Francisco Xavier depois da confissão, comoveu-se até às lágrimas e determinou-se a entrar na Companhia. «É homem de bom juízo, testemunhou

---

(1) Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 3 e 465, *Lus.* 61, f. 230; Teles, I, 309; Cardoso, *Agiol. Lus.*, IV, 422, 431; Franco, *Imagem . . . Evora,* 76 segg.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 27, 31-32.

(3) Tôrre do Tombo, *Corpo Chron.*, P. 1.ª, maço 76, doc. 85. Carta de Malaca, a 10 de agôsto de 1545. Autógrafa.

(4) *Mon. Xav.*, I, 422. Carta de Ambóino, de 16 de maio de 1546.

(5) *Ob. cit.*, l. c.

dêle nessa ocasião Luís Gonçalves da Câmara, e que sabe muito de navegação da Índia, por esta razão estimado do rei e muito mais do imperador, de quem havia pouco recebera recado de que se queria dêle servir. Agora é cozinheiro com muita devoção e humildade» [1].

À sua vocação sentia tão vivo amor, que fêz voto de se deixar ficar à porta de algum colégio ou casa da Companhia, se porventura alguma hora o despedissem da Religião [2]. Depois de terminar os necessários estudos, foi por sua singular virtude, discrição e experiência escolhido para primeiro reitor do colégio de Bragança, aonde o enviaram em 1560; mas decorridos apenas quatro anos faleceu a três de junho de 1564 com sentimento da cidade, cuja afeição ganhara com sua mansidão e zêlo dedicado [3].

Dirigiu também como reitor o mesmo colégio da cidade brigantina o **P. Cristóvão de Gouveia,** que nos sessenta e cinco anos, que passou na Companhia, se distinguiu sempre na virtude, e por longo tempo na arte dificultosa de governar. Era natural do Pôrto e filho do virtuosíssimo cidadão Henrique de Gouveia. Queria o bom pai que entrasse para o noviciado da Companhia de Jesus no próprio dia em que fizesse catorze anos de idade, e êle mesmo o veio acompanhar ao Colégio de Coimbra; mas demorando-se forçadamente na viagem, só pôde Cristóvão ser admitido a dez de janeiro de 1556, dois dias depois do seu aniversário natalício. Já seu pai o trazia vestido de *apóstolo*, como em sinal de que encheria com suas acções o significado de tão grande nome. Teve o encargo da formação dos noviços, foi superior das principais casas e colégios da Província, Provincial da Província portuguesa e Visitador da do Brasil. Sempre deu provas de extremada prudência, de elevados pensamentos e coração ma-

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 404-405.

(2) Assim o escreveu Leonel de Lima por sua própria mão em 1561; «Àcêrca da perseverança tenho feito voto particular, se por minhas culpas em algum tempo me despedissem da Companhia, morar à porta de algum colégio ou casa e de ir onde me mandassem». Arq. do Gesù, Roma, *Interrogationes*... Vol. II, 18-21, *Examen* de Leonel de Lima.

(3) Laines, *Mon.*, V, 291, 399, VI, 238; Cardoso, *Agiol. Lus.*, III, 515; Franco, *Synopsis Ann.*, 1559, n. 18.

gnânimo. Finou-se em um sábado às dez horas da noite de doze de fevereiro de 1622 (1).

Não deixemos porém no esquècimento mais dois religiosos, que nas ilhas Terceiras se bemquistaram governando o colégio da Companhia. Foram **Luís de Vasconcelos** e **Estêvão Dias**. Vasconcelos nascera em Lisboa pelos anos de 1536, neto do segundo conde de Penela (2). Estudando no colégio de S. Antão distinguia-se como jovem de vida exemplar, por índole bem inclinado, manso e humilde, virtudes que os anos e a Religião acrisolaram (3). Tinha dezanove anos, quando entrou na Companhia a sete de abril de 1554 (4). Em Coimbra prosseguiu os estudos, e depois de formado assinalaram-lhe para campo principal de sua acção a cidade de Angra, para onde navegou em 1570, como fundador e primeiro reitor do colégio da Companhia. Foi recebido na praia pelo bispo, clero e autoridades ao som de salvas de artilharia, que a fortaleza disparava, e sempre correspondeu plenamente à benevolência e aparato das primeiras saüdações. Todos nêle reconheceram um apóstolo prudente, humilde e laborioso, e depois da morte, a que sucumbiu na mesma cidade a vinte e quatro de julho de 1590, o veneraram como santo (5).

Estêvão Dias era filho de Coimbra. Quando estudava com fama de engenho brilhante no Colégio das Artes, por grandes motivos, mais próprios do céu que da terra, segundo refere um analista dêsse colégio (6), deliberou-se na idade de dezanove a vinte anos a dar-se à perfeição cristã na Companhia, e entre seus membros se alistou a vintóito de maio

---

(1) *Litt. Quad.*, IV, 312; V. Ribeiro, *Obituarios... de S. Roque*, pag. 39, n. 176; Cardim, *Narrativa epistolar* (Lisboa 1847), passim; Franco, *Imagem... Evora*, 170 segg, *Synopsis Ann.*, 1622, n. 9.

(2) Era filho natural de António de Menezes, senhor de Mafra, e de D. Maria de Oliveira, e neto de D. João de Vasconcelos e Menezes, segundo conde de Penela. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 39; Franco: *Imagem*, II, 573, *Synopsis Ann.*, 1554, n. 13; Cordeiro, *Hist. Insulana*, II, pag. 58.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 39.

(4) Mss. S. J., l. c.; Arq. do Gesù, Roma, *Interrogationes*... vol. IV, 51-54, *Examen* de Luís de Vasconcelos; Franco, *Ob. cit.*, l. c.

(5) Cf. V. Ribeiro, *Obituarios... de S. Roque*, pag. 104, n. 801.

(6) *Litt. Quad.*, VI, 650.

de 1560 (1). Foi homem de virtude não vulgar, professor excelente de letras humanas, prègador notável e bom teólogo. No ano de 1576 iniciou o seu govêrno do colégio do Angra; mas nos anos de 1581 e 1582 teve de suportar cruelíssimos dissabores e trabalhos em que lhe provaram a paciência heróica D. António, prior do Crato, e seus sequazes. Desterraram-no finalmente para Inglaterra, donde pôde voltar a Lisboa, mas extenuado do sofrimento expirou no colégio de S. Antão em 1583 com só quarenta e dois anos de idade (2).

6. — Com os homens de govêrno emparelharam fàcilmente desde os primeiros anos na Companhia de Portugal religiosos insignes, que no campo das sciências, na eloqüência do púlpito e nas letras se conquistaram fartos e bem merecidos aplausos. Em 27 de janeiro de 1544 entrava para o Colégio de Coimbra **Miguel Botelho,** jovem de dezanove anos de idade, que havia de ganhar nome em Itália, onde viveu a maior parte de sua vida. Era natural de Lisboa. Percorrera o curso de artes e começava o de teologia, quando em princípios de 1547 foi enviado a Roma pelo P. Simão Rodrigues, a quem Inácio pedira alguns religiosos para Itália. Neste país granjeou fama de grande orador, não obstante falar em língua estranha, até o ano de 1576, em que faleceu depois de ter prègado em Treviso a quaresma com geral comoção dos ouvintes. «Foi homem, escreveu o historiador da Companhia, que se recomendou pela virtude, facúndia e prudência, de que deu prova mais de uma vez no govêrno dos colégios» (3). Terminou sua carreira mortal com cincoenta e um anos de idade (4).

Também adquiriu nomeada na Itália e no mundo inteiro outro jovem, que da Universidade de Coimbra, onde estudava com distinção de talento raro, se foi acolher ao Colégio de Jesus a vinte e sete de abril de 1545. Chamava-se **Manuel**

(1) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 241v.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 464, catálogo de 1574; Cordeiro, *Hist. Insulana*, II, pag. 150-151; Franco, *Synopsis Ann.*, 1581, n. 12-15, 1582, n. 1-5, 1583, n. 17.

(3) «Vir laudatae virtutis, facundiae prudentiaeque, quam in regendis haud semel collegiis prompsit». Sacchini, *Hist. Soc.*, P. IV, L. IV, n. 73.

(4) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1v, *Hist. Soc.*, 41, f. 119; *Epist. Mixtae*, I, 363-364; Franco, *Annus Glor.*, pag. 507.

de Sá. Nascêra em Vila do Conde de família virtuosa, mas humilde de condição e não abastada dos bens da fortuna. Em Coimbra, onde sua mãe o mandara formar, encostou-se a Luís Gonçalves da Câmara, como pajem e ajudante nos estudos, e com êle iniciou no mesmo dia o tirocínio da Religião, já graduado de bacharel em artes (1). As esperanças que de si dava nos primeiros vôos da inteligência, encheu-as plenamente nos anos seguintes. Depois de ensinar filosofia com singular engenho e aceitação na Universidade de Gandia, onde começou o seu magistério em fevereiro de 1547 e tomou o grau de mestre em artes, transferiu-se para Roma, chamado por S. Inácio (2).

Em Itália ordenou-se de sacerdote no ano de 1555, doutorou-se em teologia, professou pùblicamente no Colégio Romano as sciências teológicas e a Sagrada Escritura com renome de mestre eminente, compôs obras de notável erudição sôbre moral e Escritura (3), e prègou a grandes concursos, que dominava com sua eloqüência natural e fervo-

---

(1) *Epist. Mixtae,* I, 433. Carta de André de Oviedo, de 3 de nov. de 1547, em que diz que o pai de Manuel de Sá «era mercador de lenços».

(2) Começou em Gandia o magistério na idade de 18 a 19 anos. Oviedo em março de 1547 escreve que Sá teria dezassete anos (*Epist. Mixtae*, I, 349) e a três de novembro do mesmo ano adverte que seria de dezóito (*Ob. cit.*, pag. 433). Mas os catálogos contemporâneos marcam-lhe idade, que lhe retrai o anó do nascimento até o de 1528 (Mss. S. J., *Hist. Soc.*, 41, f. 119; *Rom.ª* 78b, cat. de 1562-1563). Contam alguns historiadores que o talentoso jovem ensinara filosofia em Coimbra na idade de 17 anos e de tão pequena estatura, que os discípulos, que esperavam na aula o mestre, lhe fizeram, quando êle chegou a primeira vez, lugar nos bancos, tendo-o por um dos estudantinhos, mas ficaram enleados e cheios de admiração ao vê-lo subir para a cadeira do professor. Cf. v. g. Nieremberg, *Varones Ilustres*, VI, 602; Franco, *Imagem*, II, 389; Alcázar, *Chrono-Hist.*, pag. 181, 182; Hurter, *Nomenclator Litt.*, T. III, col. 222. É certamente lenda no que diz respeito a Coimbra, onde nem sequer terminou o curso de filosofia e só tomou o grau de bacharel em artes (*Epist. Mixtae*, I, 433). Em Gandia pode ser que tenha sucedido o que os escritores referem a Coimbra.

(3) As obras sôbre a Escritura, intituladas *Scholia in quatuor Evangelia* e *Notationes in totam Scripturam sacram*, bem como a de Moral, trabalhada durante quarenta anos, com o título *Aphorismi Confessariorum*, foram publicadas em numerosas edições. Cf. Sommervogel, *Bibliothèque*, VII, 349 segg.; F. Rodrigues, *Formação Intellectual*, pag. 256-258, 270.

rosa e com a profundeza de sua doutrina. Morreu a trinta de dezembro de 1590 em Arona, para onde se recolhêra nos últimos anos de sua vida laboriosa (1).

Em Portugal tiveram ao mesmo tempo a primazia entre os cultores das letras humanas três professores, que deram lustre e nome aos colégios da Companhia em Lisboa, Évora e Coimbra e contribuíram notàvelmente para o florescimento dos estudos de humanidades. O primeiro foi **Manuel Álvares**, o celebrado autor da gramática latina, que em numerosas edições se difundiu pela Europa e pelas regiões de além-mar. Era natural da ilha da Madeira, onde viu a primeira luz na vila da Ribeira Brava, e na cidade de Coimbra se ligou à Companhia de Jesus a quatro de junho de 1546 com vinte anos de idade. Extremou-se como mestre das três línguas clássicas, latina, grega e hebraica, e foi o primeiro professor de gramática no colégio de S. Antão e dos primeiros, que em 1555 ocuparam as cadeiras de humanidades do Colégio das Artes. Terminou sua vida benéfica de pedagôgo, de superior e de santo a trinta de dezembro de 1583 (2).

Não menos se abalizou como douto humanista, e mais ainda sobressaíu pela fôrça e majestade da eloqüência com que assombrou os eruditos de seu tempo, o **P. Pedro Perpinhão** (3), que nascêra de família abastada em Elche, vila do bispado de Cartagena em Espanha. Na cidade de Valença de Aragão o admitiu à Companhia o P. Jerónimo Doménech em 1551, e logo o enviou com seu irmão Luís para o Colégio de Coimbra, onde ambos cumpriram seu noviciado e prosseguiram os estudos (4). Contava então vinte e um anos de idade.

---

(1) Cf. Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 22; *Lus.* 43, f. 2; Franco, *Imagem*, II, 378-391, 624.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 5, cat. de 1556; f. 236, cat. de 1565; *Litt. Quad.*, II, 218; *Epist. Mixtae*, V, 29; Franco, *Imagem*, I, 94 segg.

(3) Em catalão Perpiñá e em castelhano Perpiñan.

(4) *Litt. Quad.*, I, 465; Polanco, II, 351, 648. O catálogo de 1553 (Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 4v.) traz a entrada na Companhia dos dois irmãos no último de setembro de 1551. Não nos consta se é êsse o dia de sua admissão em Valença, ou o de sua entrada no Colégio de Coimbra. Franco supõe erradamente que nesse dia foram admitidos à Religião em Coimbra. Luís

Eram passados apenas dois anos, quando em 1553 foi reger em Évora, no colégio que fundara o cardeal infante, a cadeira de rètórica; mas logo no ano de 1555 lhe coube a distinção de ser escolhido para ensinar nas classes mais elevadas de letras humanas do Colégio das Artes; e, crescendo a sua fama, o mandaram em 1561 a Roma para ilustrar com sua erudição a cadeira de rètórica do Colégio Romano. Em tôda a parte suspendia os auditórios com a torrente de sua eloqüência ciceroniana. Enviado a França no ano de 1565 para também servir a causa da Igreja com sua facúndia naquele país tão perturbado pela heresia, faleceu, apenas um ano depois, em Paris a vintóito de outubro de 1566 só com trinta e seis anos de idade (1).

Outro espanhol **Cipriano Soares,** nascido em Ocaña do arcebispado de Toledo, mas admitido à Religião em Portugal, onde morava, se distinguiu por sua vez como um dos professores de mais vasta erudição, que naqueles tempos deram renome aos colégios da Companhia de Jesus. Entrou ao noviciado em vinte e um de setembro de 1549 na idade de vinte e cinco anos. Foi o primeiro mestre de rètórica dos colégios da Companhia em Portugal, ensinando-a em Lisboa desde fevereiro de 1553, e em Coimbra a começar de outubro de 1555. Era doutíssimo em línguas e humanidades, exerceu com esplendor o cargo de prefeito de estudos no Colégio das Artes, recebeu o grau de doutor em teologia na Universidade de Évora, foi lente de Escritura e teologia, e governou como reitor o colégio de Braga (2). Em 1580 retirou-

---

Perpinhão viveu em Portugal sempre como religioso exemplar até aos 72 anos de idade, em que morreu a 20 de outubro de 1621. Cf. Nadal, I, 659; V. Ribeiro, *Obituarios ... de São Roque*, pag. 100, n. 738.

(1) Cf. *Litt. Quad.*, II, 371, 380; *Epist. Mixtae*, V, 29; Nadal I, 491, 526; Laines, *Mon.*, VI, 66, 148; Teles, II, 19, 319, 593; Franco, *Imagem*, II, 310-312; Astrain, II, 360; Bernard Gaudeau, *De P. J. Perpiniani Vita et operibus* (Paris 1891). — Teles, l. c., e Astrain, l. c. e outros escritores referem que Perpinhão ensinara letras humanas em Lisboa no colégio de S. Antão, mas, segundo os documentos coevos, só as ensinou em Évora e Coimbra. Cf. Franco, *Ob. cit.*, pag. 312; F. Rodrigues, *Formação Intellectual*, pag. 183.

(2) É edificante a simplicidade com que tão ilustre humanista, dando conta de si mesmo em 1561, refere que exercitara em Coimbra os ofícios

-se para a Província de Castela e morreu em Plasência no ano de 1593 com sessenta e nove de idade (1).

A dezassete de março de 1548 agregava-se à Companhia um jovem português de vinte e dois anos, que seria no andar do tempo um luminar das sciências filosóficas. Tinha o nome de **Pedro da Fonseca**; vira a luz no seio de família distinta em Proença-a-Nova (2), e cursava a êsse tempo os estudos da Universidade de Coimbra. Era por natureza moderadamente comunicativo e sêco na conversação, mas bondoso e afável, e desde o princípio de sua aplicação às letras manifestou talento exímio para as abstracções da filosofia, em que alcançou fama de mestre eminente não só pelo ensino que exerceu por vários anos, mas sobretudo pelas obras escritas, que lhe mereceram a denominação de Aristóteles Português. Com a sabedoria adornavam-lhe o espírito as riquezas da virtude e nomeadamente da elevada prudência, com que sempre governou, como reitor o Colégio de Coimbra, como prepósito a casa de S. Roque e como visitador a Província de Portugal, e desempenhou em Roma o cargo de Assistente do Padre Geral desde 1573 a 1581. Em Lisboa faleceu a quatro de novembro de 1599 (3).

No tempo em que Pedro da Fonseca já começava a atrair como mestre, as admiraçães dos doutos, veio de Espanha receber em Portugal a sua formação religiosa e scientífica um jovem, natural de Cuenca, onde nascera em 1536, fraco e enfermiço, chamado **Luís de Molina**, que havia de ilustrar a sua Corporação com os esplendores do seu talento no ensino da filosofia e teologia, em que foi considerado como profes-

---

de cozinheiro, porteiro e varredor, e fôra a pé em peregrinação a Santiago pedindo esmola. Nadal, I, 555[3].

(1) Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 4, 237, 473, catal. de 1553, 1565, 1574; *Litt. Quad.*, II, 218; *Epist. Mixtae,* V, 29, Teles, II, 18, 592; F. Rodrigues, *Formação Intellectual,* 182-183. — Na Bibl. Nac. de Madrid, mss. 471, conservam-se manuscritos, vários comentários de exegese bíblica de Cipriano Soares.

(2) O pai chamava-se igualmente Pedro da Fonseca, da família dos morgados dos Fonsecas da Cortiçada, e a mãe Helena Dias. Cf. *Archivo Hist. Portuguez,* VII, pag. 458 segg; Franco, *Imagem,* I, pag. 393.

(3) Nadal, I, 603; V. Ribeiro, *Obituarios... de São Roque,* pag. 36, n. 163; Teles, I, 376, 377, II, 591, 592; Franco, *Imagem,* I, 393 segg; F. Rodrigues, *Formação Intellectual,* pag. 276-278.

sor de primeira plana, e nas obras de sua pena, que levantaram nas escolas as mais famosas controvérsias dos tempos modernos.

Tinha dezassete anos, quando no dia vinte e nove de agôsto de 1553 chegava ao Colégio de Coimbra, depois de ter sido poucos dias antes, a dez dêsse mês, aceito na Companhia em Alcalá pelo P. Francisco de Vilanova. Havia estudado quatro anos de latim na sua terra natal, um ano de leis em Salamanca e uns seis meses de lógica em Alcalá (1). Na cidade de Coimbra cursou artes em que se graduou de mestre, e teologia de que recebeu na Universidade de Évora o grau de doutor. Logo ensinou filosofia em Coimbra de 1563 a 1567, e teologia durante quinze anos em Évora, e depois dêste longo magistério entregou-se à composição e publicação de suas obras teológicas. No ano de 1591 mudou-se para Espanha (2), e em Madrid terminou seus dias a dez de outubro de 1600 (3).

Já Luís de Molina estudava em Coimbra o segundo curso de artes, quando se lhe juntava por irmão e companheiro no Colégio de Jesus a 25 de maio de 1556 outro jovem de rara habilidade e vasto engenho nos seus dezasseis anos de idade. Chamava-se **Gaspar Gonçalves**. No decorrer dos anos foi humanista bem conceituado, orador muito aplaudido, escriturário e teólogo notável, e conhecedor profundo das línguas clássicas latina, grega e hebraica. Ensinou rètórica e professou nas escolas Escritura e teologia, na qual se gra-

---

(1) Teles, II, 464, escreve que Molina viera para Portugal em 1554, e Alcázar na sua *Chrono-Hist.*, pag. 214, igualmente que fôra em 1553 recebido na Companhia em Alcalá, mas no seguinte ano enviado a Portugal. O facto é que chegou a Coimbra a 29 de agôsto de 1553, como o leu Franco no catálogo das entradas dos noviços (Franco, *Imagem*, I, 448). O catálogo de 1556 (*Lus.* 43, f. 10) tem que foi admitido a 10 de agôsto de 1553.

(2) Nas actas da Congregação Provincial celebrada na casa de S. Roque no mês de maio de 1593 observa-se que estava ausente: «P. Ludovicus Molina in Toletana Provincia proeli negotiis implicitus».

(3) Cf. Mss. S. J., *Epp. NN.*, 86, f. 291, carta de Molina, de 21 de abril de 1584; Nadal, I, 666-667; Teles, II, 464 segg.; Andrade, *Varones Ilustres*, VIII, pag. 315 segg; Franco, *Imagem*, I, 447 segg; Astrain, IV, pag. 65-67; F. Rodrigues, *Formação Intellectual*, pag. 265-266.

duou de doutor na Universidade de Évora. Nascêra em Coimbra e faleceu em Roma no ano de 1590 [1].

Também obteve posição de realce entre os professores de humanidades e sciências **Manuel de Góis,** que a trinta e um de agôsto de 1560 deixava com dezóito anos a Universidade de Évora e o Colégio das Artes de Coimbra para se inscrever na Companhia de Jesus, já recomendado com a qualificação de grande habilidade para as letras. Teve por pátria Portel no arcebispado de Évora. Soube com primor as letras humanas, e extremou-se particularmente no conhecimento da língua latina. Nas sciências filosóficas, que professou por muitos anos em Coimbra, abalizou-se de modo, que lhe coube a principal glória do famoso curso Conimbricense. Com sobeja razão pôde o analista da Companhia escrever compendiosamente que Manuel de Góis fôra homem insigne pela sciência e pela virtude. Só com cincoenta e cinco anos de idade, faleceu em Coimbra a treze de fevereiro de 1597 [2].

Com êstes últimos que vieram à Religião no desabrochar da juventude e no princípio da carreira escolar, trocaram o mundo pela Companhia de Jesus alguns já laureados com as insígnias de doutor pela Universidade de Coimbra, e que depois se avantajaram ainda pela erudição e ensino da teologia moral. No mês de abril de 1559 foi recebido em Lisboa o Dr. **Álvaro Pacheco,** formado em cânones, que estudara longamente em Coimbra, e lente da Universidade. Na Religião alargou seus conhecimentos com o estudo de filosofia e teologia, recebeu o grau de mestre em artes e veio a falecer no colégio de S. Antão a dois de dezembro de 1583 com cêrca de cincoenta e cinco anos de idade [3].

---

(1) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 470, cat. de 1574; Teles, II, 469; Franco: *Imagem*, I, 509 segg, *Annus Glor.*, pag. 457; F. Rodrigues, *Formação Intellectual*, pag. 185.

(2) Mss. S. J., *Lus.*, 43, f. 57, catal. de 1560-1561; Bibl. N. L., mss. n.º 4505; *Annuae litterae...* 1597 (Neapoli 1607), pag. 480-481; Franco, *Imagem... Evora,* pag. 873-874; F. Rodrigues, *Formação Intellectual,* pag. 274-276; Arq. do Gesù, Roma, *Interrogationes,* Vol. II, 71, 76, 78.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 472v; Nadal, II, 535; V. Ribeiro, *Obituarios... de São Roque,* pag. 87, n. 503; Franco, *Synopsis Ann.*, 1559, n. 1.

Bento Toscano, natural do Pôrto, foi outro doutorado, que das cadeiras da Universidade de Coimbra se encaminhou directamente para o Colégio de Jesus a requerer a admissão na Companhia. A vinte e cinco de novembro de 1557 deu princípio a seu noviciado. Era doutor em leis e completara vinte e três anos de idade. Havia três anos que explicava pùblicamente direito civil na Academia conimbricense. Sucedendo vagar uma cadeira de leis, a ela se opôs, e acertou de lhe cair para o concurso um texto, que tinha um mês antes estudado cuidadosamente e explanado nas escolas.

Quando ia já desenvolvendo perante tôda a Universidade reünida, o ponto que lhe coubera, muito confiado no próprio estudo e na opinião que geralmente gozava, faltou-lhe de repente a memória sôbre um princípio comum e bem conhecido até de legistas principiantes. Com o esquècimento começou de perturbar-se, de confundir-se, e não atinando a continuar, viu-se forçado a declarar ao auditório pasmado, que não iria por deante. Fêz-lhe sinal o reitor que terminasse a prelecção, mas êle, tomado não sabia de que sentimento e fôrça interior, desceu-se apressado da cadeira, e deixando a todos espantados do que viam e mal acreditavam, saíu-se resolutamente da sala. Foram após êle estudantes em grande número, parentes, amigos ou curiosos de verem o desenlace do estranho sucesso.

Toscano, sem se mover com as perguntas e admoestações que lhe faziam para o deter, dirigiu-se caminho direito ao colégio da Companhia. Quando começava a subir a escada, levantou-se grande ruído de vozes, uns choravam, outros o seguravam pelo vestido para que não entrasse. Então lhes disse, rosto sereno e prazenteiro, o desenganado lente: «Que me quereis, senhores meus? Se Deus me quer castigar, seja embora. Outrem me leva, que não eu; não posso resistir a seu impulso»; e decididamente os despediu, assegurando-lhes que não aceitava a cadeira.

Pouco depois lhe chegou recado do conselho da Universidade a dizer-lhe que o esperavam, que fôsse dar de si razão. Não lhe valendo a escusa e sobrevindo novo recado, desceu à portaria, donde o levaram, não sem alguma violência, à

Universidade. Entrado à sala, declarou em resolução aos do conselho que não queria a cadeira, a que se opusera, e só acudira ao chamamento para não faltar à cortesia. Cumpridas porém algumas formalidades da oposição e voltando, passadas poucas horas, ao colégio, recolheu-se a Exercícios Espirituais, em que fervorosamente se deu a oração e rigorosa penitência, e conhecendo a voz de Deus que o chamava à Religião, determinou, desprezadas as esperanças do mundo, incorporar-se na Companhia de Jesus ([1]). Logo com humildade edificativa se exercitou alegremente em ofícios baixos, depois se formou nos estudos filosóficos e teológicos, e em 1561 começou a explicar teologia moral na Universidade de Évora. Pouco tempo decorrido passou a ensinar a mesma sciência no colégio de Bragança, mas faleceu prematuramente a treze de outubro de 1564. Tocara apenas os vinte e nove anos de idade ([2]).

O mais célebre dos três doutores foi **Diogo Álvares Cisneiros,** natural de Lisboa, onde estudara dois a três anos de latim. Na Universidade de Coimbra ouviu cânones, tomou o grau de doutor e pùblicamente professou esta sciência com mostras de tanto engenho, que «todos tinham postos os olhos no novo lente» ([3]). Era desde muito afeiçoado à Companhia, e finalmente lhe caíu nos braços como filho a vinte e um de novembro de 1558 aos vinte e três anos de idade ([4]). No dia

---

([1]) A cadeira de leis, a que se opusera Toscano, era a de *Instituta*. Fôra do doutor Álvaro Vaz e vagara. Eram agora três os opositores: o doutor Bento Toscano e os bacharéis Félix Teixeira e Gabriel da Costa, que leram, cada um, suas lições da oposição. Feitas, segundo o ritual académico, as votações, a que não assistiu o doutor Bento, fazendo-se contudo representar por seu irmão Bernardo Toscano, achou-se que dos 163 votos levou Bento Toscano «27 votos pessoais», Félix Teixeira 54, e Gabriel da Costa 82. Venceu Gabriel da Costa, e o reitor «lhe julgou a cadeira de Instituta, que foi do doutor Álvaro Vaz, por tempo de três anos e com vinte mil reis de ordenado em cada hum ano». Nesse mesmo dia, 17 de novembro de 1557, tomou o vencedor posse da cadeira. Arq. da Univ. de Coimbra, *Conselhos,* 3, caderno de 1557-1558, f. 5-10.

([2]) Mss. S. J., *Lus.,* 43, f. 27; Bibl. M. do Pôrto, mss. 162, Dec. 1.ª, L. I, C. VI; Nadal, I, 566; *Litt. Quad.,* V, 955-958.

([3]) *Litt. Quad.*, V, 897.

([4]) Franco, *Annus Glor.*, pag. 496.

em que tomava posse da cadeira do *Decreto,* que lhe encarregara o conselho universitário, leu a lição, mas ao terminar despediu-se da Universidade, agradeceu as mercês com que o haviam honrado, encomendou a todos a virtude e a verdade, e foi-se ao Colégio de Jesus, onde o receberam na Companhia, com assombro de seus amigos e de quantos lhe admiravam o peregrino talento [1].

Concluídos os estudos de artes e teologia, celebrou sua primeira missa a vinte e cinco de janeiro de 1562 e começou a ensinar moral nos colégios de Braga e Coimbra e na Universidade de Évora. Cresceu em fama de modo, que foi também chamado a Roma para ensinar a mesma sciência no Colégio Romano [2]. Voltou para Portugal e a vintóito de agôsto de 1594 cerrou sua existência mortal no Colégio de Coimbra [3].

A par dêstes três doutores iniciaram a vida religiosa na Companhia mais três jovens, que se haviam de assinalar sobretudo nas letras humanas, na poesia e na eloqüência. Eram **Manuel Pimenta**, humanista e elegante poeta latino [4], **Luís da Cruz,** insigne dramaturgo, e **Luís Álvares**, orador que encheu o seu século. Manuel Pimenta nasceu em Santarém e aos quinze anos de idade entrou na Companhia a vinte e sete de abril de 1557 [5], e faleceu no colégio de Évora ao primeiro de outubro de 1603 [6].

---

(1) Bibl. M. do Pôrto, mss. n.º 162, Dec. 1,ª L. 1,º C. XV.

(2) Em novembro de 1581 pedia-o de Portugal o Geral Aquaviva «con el título, dizia, de tener acá una persona eminente en theologia prática». Mss. S. J., *Epp. NN.*, 1, minuta de 7 de nov. de 1581.

(3) Nadal, I, 661; Bibl. N. L., mss. n.º 4505, *Livro das Sepulturas*... ; Mss. S. J., *Rom.* 53, cat. de 1587; Franco, *Synopsis Ann.*, 1594, n. 2, *Annus Glor.*, 496.

(4) «Emmanuel Pimenta..., in pangendis carminibus sive naturae faecundam ubertatem, sive eximiam artis praestantiam consideres, inter praestantissimos hujus sæculi poetas haud dubie numerandus». *Annuae Litt. anni 1603* (Duaci 1618), pag. 93, 94.

(5) Franco, *Imagem... Evora*, pag. 876, escreve que principiou sua vida religiosa a 17 de agôsto de 1560, e na *Synopsis Ann.*, 1558, n.º 9, tem que a encetou em 1558; mas os catálogos contemporâneos referem que entrou na Religião a 27 de abril de 1557. Cf. Mss. S.J., *Lus.* 43, f. 240, catal. de 1565.

(6) Cf. Franco, *Ob. cit.,* l. c; F. Rodrigues, *Formação Intellectual*, 197.

No ano seguinte, a dezóito de julho, finava-se Luís da Cruz no Colégio de Coimbra, onde fôra um dos mais brilhantes professores de letras humanas. Primava pelo conhecimento das línguas latina, grega e hebraica, e sabia com os arrôjos de sua arte inventiva comover profundamente os espectadores de suas famosas tragicomédias. Era natural de Lisboa e desde os quinze anos de idade pertencia à Companhia, em que se alistou no mês de dezembro de 1557 (1).

Também era filho de Lisboa, onde nascera de nobre família em 1539, o jovem Luís Álvares que na idade de vinte e um anos, sendo já diácono e mestre em artes, passou pelas admirações dos que lhe aplaudiam a eloqüência, e se veio recolher na Companhia a dezanove de novembro de 1560 (2). Os trinta anos que viveu na Religião empregou-os principalmente no exercício do púlpito, em que era ouvido com ansiedade e assombro por todo Portugal. Faleceu em Avis na última missão, em que seu espírito apostólico evangelizou o Alentejo, a vinte e cinco de novembro de 1590 (3).

Também se distinguiu nos anos de maior vigor pela eloqüência, para que era maravilhosamente dotado, e mais ainda pela exegese das Escrituras sagradas, que explicou nas cadeiras e, comentadas, divulgou pela imprensa, **Sebastião Barradas**, que na idade florente de seus dezasseis anos saíu das escolas do Colégio de S. Antão, e se meteu na Companhia de Jesus a vinte e sete de setembro de 1558. Venerado como sábio e como santo, faleceu no Colégio de Coimbra a catorze de abril de 1615 (4).

---

(1) Variam os documentos e os escritores no assinarem o dia da morte de Luís da Cruz. Preferimos a data que nos ministra o *Livro das Sepulturas* do Colégio de Coimbra. (Bibl. N. L., mss. n.º 4505). Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, I, 79, 466; Franco: *Imagem,* II, 621, *Annus Glor.*, pag. 411; F. Rodrigues, *Formação Intellectual,* pag. 186, 544 segg.

(2) Franco, *Imagem,* I, 209, aponta no dia 5 de janeiro de 1560 a entrada de Luís Álvares na Companhia, mas no citado catálogo de 1565 (Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 241) lê-se que fôra admitido a 19 de nov. do mesmo ano.

(3) V. Ribeiro, *Obituarios... de São Roque,* pag. 99, n. 718; Franco, *Imagem,* I, pag. 208 segg; F. Rodrigues, *Ob. cit.*, pag. 215-216.

(4) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 79, cat. de 1559, f. 465v, catal. de 1574; Franco:

Mencionemos ainda três insignes doutores de teologia, que honraram por muitos anos, com sua sciência e erudição as cadeiras da Universidade eborense e do Colégio de Coimbra. Chama-se o primeiro **António de Carvalho**, que em Lisboa teve seu nascimento. Na idade de quinze anos começou o noviciado da Companhia a vinte e nove de maio de 1558, e tornou-se muito erudito em humanidades, filosofia e teologia, que professou em Coimbra e Évora. Foi um dos oradores aplaudidos no século dezasseis, e faleceu, dando graças a Deus de expirar na Companhia, em nove de junho de 1601 [1]. Os outros dois trouxe-os de Espanha S. Francisco de Borja para lentes da Universidade de Évora, onde chegaram a quinze de dezembro de 1559 [2]. Nesse ano foram admitidos à Companhia e começaram seu magistério [3]. Um dêles, **Fernão Peres**, natural de Córdova, tomou a cadeira de prima de teologia, assinalou-se principalmente na teologia moral, e terminou seus dias a treze de fevereiro de 1595 no sexagésimo quinto ano de sua idade [4]. O outro de nome **Pedro Paulo Ferrer**, nascido em Málaga, professou as Escrituras santas, foi versadíssimo em letras humanas, muito douto em tôdas as sciências sagradas, e acabou sua longa vida de oitenta e oito anos a dois de junho de 1618 [5].

7. — Se porém ilustraram sua Corporação os homens,

Imagem... Lisboa, pag. 255 segg., 976; *Synopsis Ann.*, 1615, n. 13-20, F. Rodrigues, *Ob. cit.*, pag. 215, 258, 259.

(1) Mss. S. J., *Lus*, 43, f. 467, catal. de 1574; Bibl. N. L., mss. 4505, *Livro das Sepultaras...*; Franco: *Imagem*, II, 574-575, *Synopsis Ann.*, 1601 n. 10. «Escreveu commentários sobre a primeira da segunda de S. Thomás, e outros sobre a segunda da segunda do mesmo Santo, que se conservam em Coimbra». Franco, *Imagem*, II, 612.

(2) *Litt. Quad.*, VI, 427.

(3) Conforme se lê no necrológio do P. Ferrer (V. Ribeiro, *Obituarios... de S. Roque*, pag. 43, n. 193), ambos os lentes se doutoraram em teologia na Universidade de Évora. Teles porém, *Chronica*, II, 455, e Franco, *Imagem... Evora*, pag. 82, supõem que já eram doutores formados, quando vieram de Espanha a Portugal.

(4) Bibl. Nac. L., mss. n. 4505, *Livro das sepulturas;* Teles, II, 347, 455, segg; Franco, *Imagem... Evora*, pag. 80 segg.

(5) Teles, *Ob. cit.*, l. c.; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, III, 503; Alcázar, *Chrono-Hist.*, pag. 375; Franco: *Ob. cit.*, pag. 370 segg, *Synopsis Ann.*, 1618, n. 1.

que tanto sobressaíram nas sciências e letras, com brilho não menor e com luz mais suave e simpática lhe aureolaram o nome os muitos que, sublimando a virtude até ao heroísmo, deram por seus irmãos a vida sacrificando-a generosamente ao serviço dos feridos de peste ou detidos em duro cativeiro. Apontemos alguns dos que no espaço de tempo, que ora nos ocupa, se alistaram na Companhia. Com poucos meses de diferença foram recebidos na Religião dois dêstes heróicos mártires, **Miguel Esteves** a dezanove de dezembro de 1549, e **Affonso Gil** ao primeiro de maio de 1550 (1). Ambos viveram sempre com exemplar edificação, e ambos na peste grande de 1569, dedicando-se fervorosamente ao serviço dos empestados, mereceram a corôa do martírio morrendo nos ardores do contágio (2).

Imitou-os no heroísmo **João de Moura,** natural de Lisboa e vergôntea de ilustre geração (3). Na idade de dezóito anos, a vinte e nove de junho de 1555, entregou-se generosamente à Companhia em cujos braços viveu sempre como um anjo, e na peste, imolando-se, como mártir, à saúde dos enfermos, expirou a vinte e cinco de agôsto de 1569 (4).

Com semelhante sacrifício deu sua vida a treze de agôsto do mesmo ano o **P. Gaspar Álvares,** de Grijó de Parada, que em 1553 foi, sendo já sacerdote, admitido à Companhia em Salamanca, onde cursava cânones, e a dois ou quatro de novembro começava em Coimbra o tirocínio religioso. Assistiu no cêrco de Mazagão em 1562 a confessar e a esforçar os soldados, e governou por muitos anos o colégio de S. Antão com prudência rara e dedicação exemplar até o dia de sua morte (5).

---

(1) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 4-4v.

(2) V. Ribeiro, *Obituarios... de São Roque*, pag. 8, n. 19, 23; Teles, II, 195, Franco, *Imagem,* I, 238, 242.

(3) Era sobrinho de D. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, grande valido de Filipe II. Franco, *Ano Santo*, 477.

(4) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 13, catal. de 1556; V. Ribeiro, *Obituarios*, pag. 8, n. 24; Franco: *Annus Glor.*, pag. 489, *Imagem*, I, 242, onde tem que falecera a 24 de agôsto.

(5) Nadal, I, 525; Franco: *Ob. cit.*, pag. 234 segg, *Synopsis Ann.*, 1562, n. 1; V. Ribeiro, *Ob. cit.*, pag. 82, n. 407. Catálogo manuscrito de 1565 tem que

Não eram de menos alentado espírito os três sacerdotes **Fernão do Prado, Pedro Mascarenhas,** e **Pedro Correia,** que na peste seguinte de 1579 mostraram valor igual e obtiveram a mesma sorte. Prado, nascido no têrmo de Chaves, entrara na Companhia a dois de agôsto de 1548, e a uma vida, que passou consolando atribulados, pôs o remate glorioso do martírio a vinte e um de agôsto de 1579 (1). Pedro Mascarenhas, da nobilíssima família de seu apelido, veio à luz em Montemor-o-Novo, inscreveu-se na Companhia em seis de setembro de 1559 aos catorze anos de idade, e a vinte de setembro de 1579 se consumiu naquele generoso holocausto (2). Correia, da diocese de Lisboa, abraçou a Religião no ano de 1554 e faleceu na sua heróica dedicação no mês de março de 1580 com cincoenta anos de idade (3).

Na África sacrificaram sua vida pelos prisioneiros dois ilustres sacerdotes, **André de Carvalho** em 1562, e **António de Brito** em 1579. André de Carvalho, descendente da primeira nobreza de Portugal (4), foi na Índia recebido na Religião por S. Francisco Xavier, que o enviou, por doença, a Portugal com carta de recomendação, em que o santo apóstolo atestava «não poder escrever de André de Carvalho senão muita virtude» (5). Antes de pertencer à Companhia, acompanhou seu pai, que estava de capitão em África, depois andou na côrte, donde navegou para a Índia. Devia ter vinte e cinco

---

entrara na Companhia a 2 de novembro, quer dizer que chegou a Coimbra nesse dia. Como fêz os votos do biénio a 16 de setembro de 1555, deve ter sido antes dêsse dia, no ano de 1553, recebido à Companhia em Salamanca. *Litt. Quad.*, VI, 502[4].

(1) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 62; V. Ribeiro, *Obituarios,* pag. 48, n. 225; Franco, *Imagem,* II, 570.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 469; Teles, II, 199-201; Franco, *Imagem,* I, 736; V. Ribeiro, *Ob. cit.,* pag. 48, n. 224.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 472, catal. de 1574; Franco, *Synopsis Ann.,* 1580, n. 12; V. Ribeiro, *Obituarios,* pag. 49, n. 228.

(4) Seus pais eram Pedro Álvares de Carvalho, senhor de Canas de Senhorim e capitão de Alcácer em África, onde nasceu André, e D. Maria de Sousa.

(5) *Mon. Xav.,* I, 714. Carta de Goa a 27 de março de 1552. Carvalho entrou na Companhia no ano de 1548. Cf. *Selectae Indiarum Epistolae,* pag. 54, 123.

anos quando voltou ao reino, onde nos colégios da Companhia «foi, são palavras de André, oficial, ministro, confessor, mestre de noviços, reitor e procurador» (1).

No ano de 1562, emquanto a praça de Mazagão estava cercada pelos exércitos de Mulei Abdalá, o capitão da praça Álvaro de Carvalho, irmão de André, mandou-o pedir de Portugal, e a raínha instou com o Provincial que o enviasse para atalhar discórdias, que dividiam os dois irmãos Álvaro e Rui de Carvalho. Foi o zeloso sacerdote e conseguiu congraçá-los. Levantado o cêrco e navegando para Tânger com o fim de visitar o terceiro irmão Bernardim, é a nau tomada por dez galés de turcos e êle com todos os portugueses feito prisioneiro. Amarga tristeza e dôr inconsolável levou esta notícia à raínha e aos grandes do reino. Manda-se imediatamente dinheiro para o resgate, mas André num rasgo de heróica virtude quis fôsse primeiro resgatado Aires de Saldanha, nobre mancebo de Santarém. Entretanto protelando-se as negociações que se faziam para sua libertação, foi o santo religioso bàrbaramente morto numa escaramuça dos moiros com os cristãos nas cercanias de Tânger (2).

António de Brito, natural de Moura no Alentejo e filho de nobre sangue, começou a vida religiosa na Companhia a dezasseis de março de 1560 com vinte anos de idade (3). Depois do desastre de Alcácer-Quibir partiu de Lisboa com alvorôço para a Berberia, a-fim de cuidar no resgate dos prisioneiros e os consolar espiritualmente. Mas pela dureza dos trabalhos contraíu doença, que o vitimou no comêço de sua caridosa tarefa (4).

---

(1) Nadal, I, 689.

(2) Nadal, I, 689, 697, 702, 705; II, 326, 335; Franco: *Synopsis Ann.*, 1562, n. 2-4, *Annus Glor.*, pag. 53; T. do Tombo, Armário 25 do interior da casa da Coroa, maço n. 46, carta de A. de Carvalho a seu irmão Bernardim, capitão de Tânger, de 23 de junho de 1562.

(3) Mss. S. J., *Lus.*, 43, f. 241, catal. de 1565.

(4) Fr. Bernardo da Cruz (!), *Chronica del-rei D. Sebastião* (Lisboa 1837) pag. 351-352; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, III, pag. 490, 497; Franco, *Synopsis Ann.*, 1560, n. 34, 1578, n. 12, 1579, n. 9. Cardoso *Agiol.*, l. c., traz a morte de António de Brito a 1 de junho, e Franco, *Synopsis Ann.*, 1579, n. 9, a 1 de fevereiro de 1579.

8. — Em remate desta gloriosa, bem que brevíssima resenha, coloquemos os missionários, que pelo número, virtude e alentado esfôrço bastariam a glorificar aqueles primeiros vinte anos, em que se foi desenvolvendo a Companhia de Jesus em Portugal. Formam êles um vistoso e longo esquadrão de apóstolos. Por isso nos limitamos agora a comemorar apenas um ou outro dos que mais realçaram pelo heroísmo e constância nos trabalhos de evangelização ou no martírio em que testemunharam sua Fé.

Além dos que já mencionámos no capítulo quarto dêste segundo livro, os que primeiro entraram na Companhia e depois se assinalaram nas missões de além dos mares, foram os Padres **Nuno Ribeiro** e **Francisco Vieira**, missionários do arquipélago das Molucas, que eram o campo mais sáfaro e ingrato de quantos naquele primeiro tempo cultivavam os apóstolos da Companhia. Nuno Ribeiro cursava teologia na Universidade de Coimbra, quando a um de agôsto de 1544 trocou as esperanças do mundo pela humildade da Religião. Em sete de abril de 1546 largava do Tejo para o Oriente, e nas Molucas, depois de dois anos de vida aspérrima e zêlo sacrificado, recebeu a vinte e dois de agôsto de 1549 a palma do martírio por veneno, que os moiros traiçoeiramente lhe propinaram (1). Francisco Vieira, natural da Arruda, entrou na Companhia a quinze de janeiro de 1544, e dez anos mais tarde navegou para a Índia com sentimento e lágrimas da cidade de Lisboa, que o venerava como santo e dedicado apóstolo. Desde o outubro de 1557 governou como superior a missão das Molucas até falecer em Ternate no declinar do ano de 1561 (2).

A sete de outubro de 1545 era aceite na Companhia com destinação às missões da Índia o jovem de vinte e cinco anos de idade, **Henrique Henriques,** natural de Vila-Viçosa e estudante de artes e teologia na Universidade

(1) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1v; *Epist. Mixtae*, I, 264; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. II, D. I., § 48; Franco, *Imagem*, II, 155.

(2) *Litt. Quad.*, II, 220-221, 353, 685; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. III, D. II, § 12, 24; Franco, *Synopsis Ann.*, 1544, n. 1; Wessels, *De Geschiedenis* der R. K. Missie in Amboina, pag. 34, 179.

conimbricense. Tinha já nêsse tempo as ordens de diácono, e espalhava em tôrno de si o exemplo de sua muita virtude (1). Passados apenas seis meses embarcava para o Oriente a oito de abril, e na costa da Pescaria se havia de extremar pela sua bondade, zêlo das almas e profundo conhecimento da língua tamul nos cincoenta e três anos de fértil apostolado. Pôs-lhe têrmo com sua morte a seis de fevereiro de 1600 aos oitenta anos de vida (2).

A vinte do mês em que êste fervoroso missionário se despedia de Portugal, entrava para religioso da Companhia no Colégio de Coimbra um flamengo dos seus trinta e um anos de idade, que Deus tinha destinado a ser um dos mais acreditados apóstolos do Oriente. Usava o nome de **Gaspar Francisco** e depois se tornou conhecido pelo sobrenome de **Barzeu** (3). Era natural de Goes na Zelândia, graduou-se de mestre em artes na Universidade de Lovaina, em seguida combateu nos exércitos de Carlos V, depois transferiu-se a Portugal, onde serviu a Sebastião de Morais, tesoireiro-mor do reino, e na armada de 1548 partiu a dezassete de março para o Oriente, que assombrou com sua virtude, zêlo e eloqüência. Interceptou-lhe na idade de trinta e oito anos os fervores do apostolado a morte prematura que o vitimou a dezóito de outubro de 1553 (4).

---

(1) Fôra Henriques frade franciscano, não professo, circunstância, que motivou, quando se tornou conhecida, sérios escrúpulos sôbre sua conservação na Ordem de S. Inácio; mas o fundador, a quem se recorreu, dispensou nesse impedimento, porque o santo jovem tinha sido admitido na Companhia, antes de serem publicadas as Constituïções dela. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IV, 117, VI, 569; Rodrigues, *Mon.*, 582; *Selectae Indiarum epistolae*, pag. 62, 124.

(2) *Epist. Mixtae*, I, 231; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, I, 363, 369; Franco: *Imagem*, I, 523 segg, *Synopsis Ann.*, 1546, n. 1.

(3) O sobrenome em sua língua soava *Berse*, que depois se transformou em Barzeu.

(4) Contam geralmente os historiadores e biógrafos de Barzeu, que nos princípios de seu noviciado era tido por tôsco e ignorante, mas que o P. Simão Rodrigues lhe descobrira o talento e sciência que possuía. É certamente invenção e lenda, que no decorrer do tempo se formou, porquanto poucos dias depois da admissão de Barzeu dava João de S. Miguel a notícia de que entrara na Companhia «Gaspar Francisco, flamengo,

Na mesma armada, bem que em nau diversa, vogava um jovem de Lisboa [1], onde viera ao mundo pelos anos de 1532 e vivia empregado na secretaria real, chamado **Luís Fróis** [2], que fôra de pouco recebido na Companhia, e havia de assinalar-se, particularmente no Japão, como epistológrafo e historiador. «Tem muita viveza com rètórica natural, escrevia anos depois Melchior Nunes, tem grande expediente para negócios. Foi sempre muito provado e experimentado pelos superiores, sempre firme em sua vocação... tem persuasiva para declarar e persuadir seus conceitos, tem prudência natural e conversação afável» [3]. Terminou seus quarenta e nove anos de missionário em Nagazáqui do Japão a oito de julho de 1597 [4].

Mencionemos ainda mais três insignes religiosos, que depois de se terem acreditado em Portugal por suas virtudes e prendas, se ilustraram também no Oriente e governaram, como Provinciais, a Província de Goa da Companhia de Jesus. O primeiro foi o **P. António de Quadros,** que a um de abril de 1554 iniciou sua vida religiosa. Era natural de Santarém, irmão de Manuel de Quadros, depois bispo da Guarda; estudou em Coimbra e «sobrepujava a todos os de seu tempo

---

mestre em artes». *Epist. Mixtae*, I, 267. Talvez que Mestre Simão tenha descobrido no noviço aptidão para o púlpito, a-pesar do escasso conhecimento e má pronúncia da língua portuguesa. Cf. *Mon. Xav.*, I, 486²; *Epist. Mixtae*, I, 267, 485, 526; Trigault, *Vita Gasparis Barzaei*, (Coloniae 1611), pag. 1 segg, 363; Bartoli, *Asia*, vol. II, (Milano 1831) pag. 187 segg; Teles, I, 393-397; Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. V, D. I, § 35 segg; Franco, *Imagem*, II, 327 segg.

(1) Navegava êste jovem na nau Galega, e Barzeu na S. Pedro. A nau S. Pedro aportou a Goa a 4 de setembro, e a Galega a 9 de outubro, tendo desferrado ambas do Tejo a 17 de março. Cf. *Selectae Indiarum Epistolae*, pag. 46, 51; Franco, *Imagem*, II, 330, 333.

(2) Anteriormente usava o nome de Policarpo. Cf. Mss. S. J., *Goa* 27, f. 1, *catálogo dos... que foram enviados à Índia*. Nieremberg, *Varones Ilustres*, I, 181, e Franco, *Imagem... Lisboa*, 201, *Ano Santo*, 363, dão-lhe por pátria a cidade de Beja; mas Teles, I, 393, e os catálogos oficiais teem que era de Lisboa.

(3) Mss. S. J., *Goa* 24, f. 28. Carta de Cochim, de 15 de janeiro de 1560.

(4) Franco: *Imagem... Lisboa*, pag. 201, segg, *Annus Glor.*, pag. 380; Fróis, *Die Geschichte Japans*, pag. 1.

na Universidade», como testemunhou um seu condiscípulo autorizado (1). Foi escolhido para as missões do Oriente por ser «bom teólogo, mancebo bem disposto e de boa compleição, de claro engenho e juízo» (2). Exerceu por treze anos o cargo de Provincial com sua «admirável clareza de entendimento e singular prudência» (3), e era «aceito à gente da Índia, como um anjo de Deus» (4). Faleceu a vinte e um de setembro de 1572 (5).

Sucedeu a Quadros, dois anos depois, no ofício de Provincial, que desempenhou durante nove anos de 1574 a 1583, o **P. Rui Vicente,** natural de Olivença, que a oito de setembro de 1553, sendo já sacerdote, abraçou em Évora o Instituto da Companhia. Em Portugal dirigiu, como vice-reitor, o colégio de Braga e, como reitor, os colégios de S. Antão, de Bragança e do Pôrto. Desta cidade, onde «foi, como escreveu um seu súbdito, muito sentida geralmente... a sua ausência por sua muita virtude e prudência, com que era a todos muito aceito» (6), saíu para a navegação da Índia no ano de 1574 (7).

Pedro Martins, filho da cidade de Coimbra, também governou durante cêrca de seis anos a Província de Goa, mas seus merecimentos o elevaram à dignidade episcopal, para reger, como prelado, a cristandade florescente do Japão. Entrara a vinte e cinco de maio de 1556 no noviciado de Coimbra, na tenra idade de catorze anos, mas já então avaliado por homem de «muito subtil engenho» (8). Graduou-se de mestre em artes e doutor em teologia, que professou na

(1) Sousa, *Or. Conq.*, P. II, C. I, D. I, § 51. Carta de Melchior Nunes ao Geral da Companhia.

(2) *Epist. Mixtae*, IV, 138. Carta do P. João Nunes Barreto, de 6 de abril de 1554.

(3) Sousa, *Or. Conq.*, l. c.

(4) Mss. S. J., *Goa* 24, f. 27. Carta citada de Melchior Nunes.

(5) Sousa., *Or. Conq.*, P. II, C. I, D. I, § 48, segg; Franco, *Imagem*, I, 747 segg.; F. Rodrigues, *A Companhia de Jesus... nas missões*, pag. 17.

(6) Mss. S. J., *Lus.*, 66, f. 206; carta de F. Fernandes ao Geral, do Pôrto a 23 de julho de 1574.

(7) Nadal, II, 582; Sousa, *Or. Conq.*, P. II, C. I, D. I, § 63; F. Rodrigues, *Ob. cit.*, pag. 17.

(8) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 17. Catal. de 1556.

Universidade de Évora. Teve as honras de prègador régio, e neste cargo acompanhou D. Sebastião à infeliz jornada de Alcácer-Quibir. Resgatado voltou a Portugal, e em 1585 embarcou para a Índia, a que aportou depois de lastimoso naufrágio e penoso cativeiro em setembro de 1586. Era Provincial, quando nos fins de 1592 lhe chegou a nomeação para bispo, mas só em agôsto de 1596 entrou na sua trabalhosa diocese. Tornando à Índia por negócios da sua cristandade, então a braços com a perseguição, colheu-o a morte nos mares de Malaca a treze de fevereiro de 1598 [1].

Foi Pedro Martins o primeiro bispo que pisou as terras do Japão, mas antes dêle tinha sido eleito e sagrado por pastor da mesma diocese o **P. Sebastião de Morais,** que navegando para o Oriente faleceu no mar em frente de Moçambique na noite de dezanove para vinte de agôsto de 1588. Nascera na cidade do Funchal, e aos dezasseis anos de idade, jovem de «claro engenho e rara habilidade» [2], começou o tirocínio da vida religiosa no Colégio de Coimbra. Foi no Colégio das Artes professor de filosofia, em que teve por discípulo a Luís de Molina, e no ano de 1565 seguiu a Flandres e à Itália a princesa de Parma, D. Maria, filha do infante D. Duarte. Nos anos que se demorou em Itália primou seu talento pela erudição das sciências sagradas, que professou nas escolas, pelos dotes de bom orador e pela prudência com que governou, sendo reitor, o colégio de Parma, e, sendo Visitador, as Províncias de Roma e de Milão [3]. De Itália foi reenviado à pátria no ano de 1580 e governou como Provincial a Província portuguesa até o ano de 1588 [4].

Na África também se abalizaram pelo zêlo apostólico

---

(1) Nieremberg, *Varones Ilustres*, I, pag. 291 segg; Franco, *Imagem*, I, 275 segg; F. Rodrigues, *Ob. cit.*, pag. 17, 19.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 73.

(3) O P. Pedro de Ribadaneira em carta dirigida ao Geral da Companhia a 20 de setembro de 1569, sendo Visitador da Província de Milão, nestes têrmos louva o P. Morais, já reitor do colégio de Parma: «Egli é buono, dotto, prudente, amato dai fratelli, stimato di fuora . . .». Ribanadeira, I, 688.

(4) Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 4v, *Roma* 78b, f. 219, catálogo; Franco, *Imagem*, I, 105 segg.

alguns missionários, que no espaço de tempo que abrangemos, se soltaram das prisões do mundo e correram para a Religião. Apontemos não mais que dois. Trabalhou fervorosamente na Etiópia, onde faleceu a vinte e cinco de dezembro de 1583 [1], depois de inexplicáveis sofrimentos suportados durante vinte e seis anos de apostolado, o **P. Manuel Fernandes,** natural de Olivença, que em nove de setembro de 1553 generosamente se entregou à Companhia de Jesus. Era já nêsse tempo sacerdote, de muita autoridade e muito entrado na estima e confiança do cardeal D. Henrique. Navegou para o Oriente em 1555. Lidava êle na Etiópia, quando da Índia escreviam para Roma que o P. Fernandes era «homem de bom juízo... humilde, simples e de grande caridade» [2], e «perfeito em tôda a prudência, constância e obediência» [3].

Na África ocidental assombrou os contemporâneos, como apóstolo de Angola, da Guiné e Serra Leôa, **Baltasar Barreira**, que fazia parte da Companhia de Jesus desde vinte e úm de janeiro de 1556. Sobressaíu primeiro na erudição das letras humanas, que ensinou em Évora nas classes mais elevadas, e depois fêz extremos de dedicação na peste de 1569, em que se sacrificou ao serviço dos enfermos. Mas dez anos depois coube-lhe a dificultosa missão de Angola, que evangelizou com o fervor de seu grande espírito até o ano de 1589, em que a fama de suas acções o chamou a Portugal. No de 1604, já com sessenta e seis anos, novamente arrostou as asperezas do apostolado, e foram na Guiné e Serra Leôa inumeráveis os trabalhos, a que se abalançava em idade tão provecta e cansada. Faleceu finalmente na ilha de Santiago de Cabo Verde a quatro de junho de 1612 aos setenta e quatro anos de idade [4].

---

(1) Não concordam os historiadores ao indicar o ano em que o P. Fernandes morreu; mas as cartas dos missionários de Etiópia tiram tôda a dúvida a êsse respeito. Cf. Beccari, *Rerum Aethiop.*, X, 334, 343.

(2) Beccari, *Ob. cit.,* X, 99.

(3) Beccari, *Ob. cit.*, X, pag. 102. Cf. Beccari, *Ob. cit.,* V, 269 segg; Teles, *Hist. da Ethiopia,* pag. 203-204; Sousa, *Or. Conq.,* P. II, C. V, D. II, § 9; Fernão Guerreiro, *Relação Annual... de 604 e 605*, L. IV, *Etiopia*, pag. 140; Franco, *Imagem*, I, 269 segg.

(4) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 10, catal. de 1556; Fernão Guerreiro, *ob. cit.*,

Passemos da África às regiões do Brasil. Também nesta parte do mundo vamos encontrar missionários heróicos. Requeriam por suas virtudes particular menção todos os seis que foram na primeira leva cultivar a terra de S. Cruz, para onde saíram pela barra do Tejo a um de fevereiro de 1549. Mas nomeemos só **Manuel de Nóbrega,** chefe e guia do pequenino esquadrão. Era de nascimento distinto, e a vinte e um de novembro de 1544, já sacerdote e bacharel em cânones, se recolheu à Religião da Companhia [1]. Estudara cânones em Salamanca e em Coimbra, onde teve por mestre o insigne doutor Navarro. Êste o graduou, e deu testemunho de quanto avaliava o engenho e doutrina do discípulo, quando o qualificou de «muito douto, e ilustre pela virtude, sciência e prosápia» [2]. No Brasil, onde aportou a vinte e nove de março de 1549, trabalhou com zêlo sofrido e incansável até dezóito de outubro de 1570, em que faleceu com cincoenta e três anos de idade [3].

Aos treze de julho de 1553 desembarcava na Baía, para companheiro de Nóbrega nos labores da evangelização, um jovem na flôr de seus vinte anos, que Deus predestinara para assombrar o Brasil com os prodígios de virtude e poder sobrenatural. Chamava-se **José de Anchieta,** que havia dois anos apenas entrara na Companhia ao primeiro de maio de 1551 [4].

---

pag. 148-156; Teles, II, 617; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, III, 525, 538; Andrade, *Varones Ilustres,* II, 605; Franco: *Imagem... Evora,* 91 segg, *Ano Santo,* 294-296.

(1) O pai era o desembargador Baltasar Afonso, muito da estimação de D. João III, e um seu tio foi chanceler-mor do reino. Não se conhecem mais pormenores de sua família, nem sequer o lugar de seu nascimento; Cf. Polanco, I, 158; Franco, *Imagem,* II, 157-158. Franco, *Synopsis Ann.,* 1544, n. 11, diz que o P. Fabro é que moveu Nóbrega a entrar na Companhia; mas Nóbrega, que estava em Coimbra, entrou antes de Fabro ter ido àquela cidade.

(2) Prólogo da *Relectio cap. Ita quorumdam de Judaeis.* Nóbrega chamava-se a si próprio «discípulo de doutrina e virtude» do Dr. Navarro. Cf. *Cartas de San Ignacio,* III, 543. Carta da Baía, de 10 de agôsto de 1549.

(3) Vasconcelos, *Chronica,* I, pag. 6, II, pag. 122; Teles, I, 453, 469; Andrade, *Varones Ilustres,* III, 511 segg; Franco, *Imagem,* II, 157 segg.

(4) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 4v.

Era natural das Canárias, onde nasceu no ano de 1533 em S. Cristóvão da Laguna, capital da ilha Tenerife [1]. À Universidade de Coimbra foi enviado a formar-se nas sciências e sobressaíu entre seus condiscípulos pela «sua rara habilidade e felicíssima memória» [2]. No Brasil durante os quarenta e quatro anos de apostolado até nove de junho de 1597, dia de sua morte, despendeu a mãos largas as riquezas de seu engenho, de sua virtude, de sua poesia e de seu inesgotável zêlo e bondade [3].

Feche, como esplêndido remate, esta série gloriosa o ín-

---

(1) O pai era biscaínho e a mãe canarina, nascida na Grande Canária. Quanto ao ano do nascimento de Anchieta conservamos o de 1533, dado pelo contemporâneo P. Pedro Rodrigues na vida que escreveu do grande taumaturgo, e confirmado pela certidão de baptismo, que prova ter nascido a 19 de março de 1533 e sido baptizado a 7 de abril. Outros escritores preferem o ano de 1534, e alguns apontam-lhe como dia do nascimento o dia sete de abril! Cf. Franco, *Imagem*, II, 230; *Annaes da Bibl. do Rio de Janeiro*, VIII, pag. 146; Macedo, *O Brasil Religioso*, pag. 43; Charles Sainte-Foy, *Vie du Ven. Joseph Anchieta*, pag. 46. O catálogo de 1574 (Mss. S. J., *Bras.* 5, f. 19) tem que era de 18 anos quando entrou na Companhia em 1551.

(2) Pero Rodrigues, *Vida... de Anchieta*, L. I, C. 4., em *Annaes da Bibl. do Rio de J.*, XXIX, pag. 197. O catálogo citado de 1574 assim nos descreve Anchieta: «Superior [em S. Vicente] entró año de 51 siendo de 18 años; es grande humanista y lengua; oyó el curso de artes; sabe suficientemente casos de consciencia, predica con aprovechamiento; tiene prudencia para govierno; es de Tanarife».

(3) A primeira biografia de Anchieta escreveu-a no Brasil o P. Quirício Caixa, logo depois da morte do servo de Deus. «Foi lida nos colégios de Portugal, em Roma e noutras partes com admiração dos nossos». *Annaes da Bibl. do Rio de J.*, XXIX, pag. 183. Guarda-se um exemplar manuscrito na Bibl. Municipal do Pôrto, no códice 554, ff. 61v-68, com o título: *Breve relação da vida e morte do P. Joseph de Anchieta, 5.º Provincial que foi do Brasil, recolhida por o P. Quiricio Caixa por ordem do P. Provincial P. Rodrigues no ano de 98.*

A segunda mais copiosa de notícias, foi encarregado de a compôr o P. Pero Rodrigues, durante cujo provincialado falecera o P. Anchieta. Dela se aproveitaram os biógrafos, que lhe sucederam, e foi publicada integralmente nos *Annaes da Bibl. do Rio de Janeiro,* vol. XXIX, pag. 183 segg., e no vol. XIX, pag. 1, segg, não completa e com variantes.

Cf. Vasconcelos: *Chronica*, I, pag. 79, n. 134, 135, *Vida do Veneravel Padre Joseph de Anchieta;* Teles, II, 279; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, III, 594, 607; Nieremberg, *Varones Ilustres*, III, 542; Franco, *Imagem*, II, 230.

clito santo e mártir **Inácio de Azevedo**, que pela Fé deu a vida no mar das Canárias com um luzido esquadrão de trinta e nove companheiros, quando o capitaneava e conduzia às missões da Terra de S. Cruz. Deixara êle animosamente as vaidades e honras caducas, e dos perigos da corrução se veio refugiar na Companhia de Jesus a vintóito de dezembro de 1548 (1). Tomou esta valente resolução nos Exercícios Espirituais, que durante um mês inteiro fêz em Coimbra com extraordinário rigor. Havia já um ano que por inspiração de Deus melhorara sua vida com a freqüência dos sacramentos, porque até êsse tempo «vivera, são palavras do humilde religioso, muito distraïdamente e metido em negócios de revoltas e contendas» (2). Fizera também, pelos desejos de maior perfeição, voto de entrar na Religião de S. Domingos, movido nessa preferência pela devoção que a Ordem professa a Nossa Senhora (3).

Andando com estes pensamentos, o foi procurar á Quinta de Barbosa, distante algumas léguas do Pôrto, e honra e solar dos Azevedos e Malafaias, de quem descendia Inácio, o piedoso cidadão portuense Henrique de Gouveia (4), e o con-

(1) Franco, *Imagem*, II, 64, escreve que Inácio entrara na Companhia a 23 de dezembro; mas os dois catálogos mais antigos, que se me depararam, de 1553 e 1557 (*Lus.*, 43, f. 3, 7) apontam o dia 28. Teles, I, 302, mete, por equívoco, a entrada do santo mártir em Religião no ano de 1547.

(2) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 103, f. 2. Assento autógrafo do B. Inácio de Azevedo.

(3) Mss. S. J., assento autógrafo citado. Êste voto não era absoluto, nem excluía outra Religião, que porventura viesse a preferir, visto que expressamente diz no mesmo assento o votante que prometera, se entrasse noutra Ordem, trazer contìnuamente cilício branco em honra da Virgem Mãe de Deus. Quando fêz êste voto «não tinha da Companhia quase nenhuma notícia ou nenhuma». Depois na oração conheceu que era maior serviço divino entrar nesta nova Ordem, e por ela se resolveu. Começou na Companhia a cumprir o voto de trazer o cilício branco, mas o P. Simão Rodrigues, quando teve dêle conhecimento, julgou prudente anular-lho. O santo para o compensar de algum modo tomou por devoção rezar cada dia o têrço de Nossa Senhora e as horas da Imaculada Conceição. Cf. assento citado acima.

(4) Inácio era filho natural de D. Manuel de Azevedo, «beneficiado e clérigo de missa», e de D. Violante Pereira, descendente dos senhores de Fermedo, freira professa num mosteiro do Pôrto e filha também ela de

vidou a acompanhá-lo à cidade do Mondego para aquele acto de santo recolhimento e meditação nos Exercícios Espirituais. A determinação, que do retiro o levou para a Companhia, foi princípio de santidade heróica. Tinha então vinte e dois anos de idade, os quais despendera parte na casa de seu pai, parte em estudos de letras humanas, e algum tempo na côrte de Portugal (1). Na Companhia foi reitor dos colégios de S. Antão, de Coimbra e de Braga, vice-provincial da Província portuguesa, Visitador do Brasil, para onde navegava nomeado Provincial, quando recebeu a coroa do martírio a quinze de julho de 1570 (2).

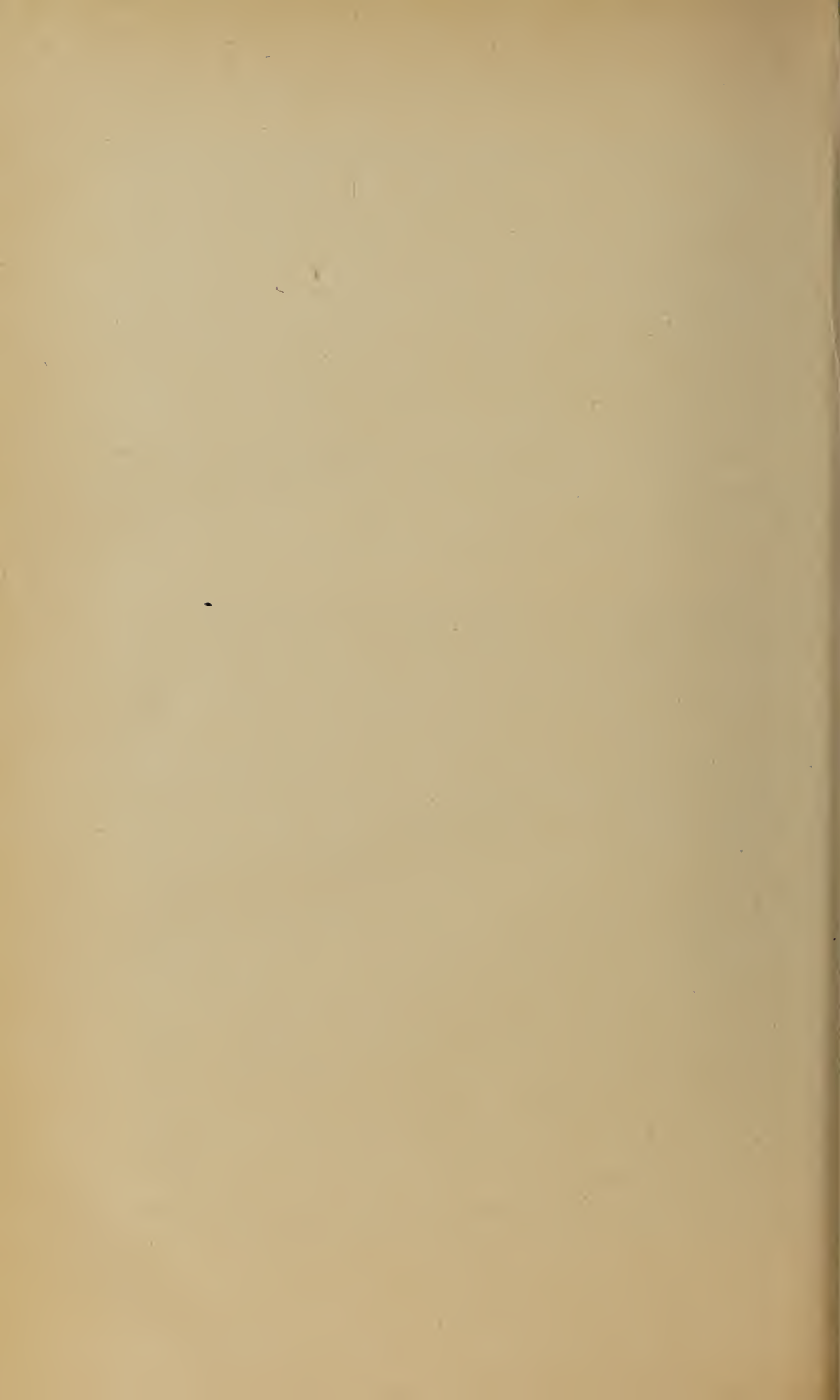
Homens de tão fina têmpera, tão numerosos e ilustres pela santidade e pela sciência, não há dúvida que ennobreceram a Religião, que os formara naqueles primeiros anos da sua fundação e desenvolvimento em Portugal.

---

outra freira. Ambos êles, pai e mãe, ainda viviam em 1564. D. Manuel de Azevedo era por sua vez filho do bispo do Pôrto D. João de Azevedo, nascêra pelos anos de 1486, foi capelão da capela real de D. João III e comendatário de diversos mosteiros. D. João de Azevedo, que era filho de Luís Gonçalves Malafaia e de D. Filipa de Azevedo, filha de Lopo Dias de Azevedo, senhor de Bouro e de S. João de Rei, foi deão da sé de Lisboa, e pelos anos de 1492 renunciou a seu bispado do Pôrto e entrou no convento dos Lóios de S. Bento de Xabregas, onde fêz vida santa até sua morte que ocorreu a 17 de julho de 1517 (Cf. Francisco de S. Maria, *O Ceo aberto na Terra*, pag. 865), Veja-se a nossa Introdução Hist., pag. LIX.

Teve Inácio alguns irmãos mais novos dos quais assim escreve no assento referido: «tiene hermanos, uno vaa para eclesiástico con un benefício, otros pequenos y uno va para lego con los bienes patrimoniales de su padre; las hermanas son monjas». Um dos irmãos era D. Francisco de Azevedo, em quem Inácio renunciou a casa e herança paterna; outro, o mais célebre, foi D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia; um terceiro chamado Luís de Azevedo, deu à Companhia um seu filho Paulo de Azevedo, que faleceu sacerdote em 1596. Temos mais conhecimento de João de Azevedo, que foi governador de Moçambique. As notícias particularizadas sôbre os pais de Inácio colhi-as do assento mencionado e da carta autógrafa que êle escreveu de Braga ao Geral da Companhia a 26 de agôsto de 1564 (Mss. S. J., *Epp. NN.*, 103, f. 71). Cf. Teles, I, 305, Franco: *Annus Glor.*, pag. 125, *Synopsis Ann.*, 1596, n. 10; Bibl. M. do Pôrto, mss. n. 162, Dec. 2.ª, L. 2.º, C. X; Beauvais, *Les Quarante Martyres ou Vie du Bienheureux Ignace D'Azévédo, pag. 5, 6.*

(1) Cf. assento citado.

(2) Teles, I, 307, II, 24 segg; Vasconcelos, *Chronica*, L. IV, n.º 56 segg; Cardoso, *Agiol. Lusit.*, IV, 152, 175; Franco, *Imagem*, II, 63 segg.

LIVRO TERCEIRO

FORMAÇÃO DOS RELIGIOSOS DA COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL

CAPÍTULO I

ADMISSÃO E NOVICIADO

Sumário: — *1. Dotes gerais dos que se admitiam à Companhia de Jesus.* — 2. *Como se fazia o recrutamento para o noviciado.* — *3. Primeiras casas de provação.* — *4. Prova e formação dos noviços.* — *5. Ordem, disciplina e vida religiosa do noviciado.*

1. — A numerosa juventude que florescia no Colégio de Coimbra e nas outras casas da Companhia de Jesus em Portugal, e, demais, os exemplos admiráveis de virtude que em tôrno de si tão edificantemente espalhava, levam-nos naturalmente a indagar como se procedia à escolha e alistamento de jovens tão distintos, e de que maneira se formavam para aquela vida de tão rara perfeição.

O fundador da Companhia, com os olhos no fim particular da sua Ordem, traçou normas de grande prudência para a consecução de um e outro intento. Não se contentava o ânimo excelso de Inácio com homens de qualidades vulgares; queria que sobrelevassem pelos dons da natureza e da graça, especialmente aqueles que se destinavam aos ministérios sagrados e à profissão das letras. Nas suas Constituïções especificou miüdamente os dotes de que haviam de ser ornados no momento de se lhes abrirem as portas da Companhia. No entendimento requeria doutrina sã ou aptidão para o estudo, e discrição para a vida prática, ou boa índole que desse esperança de a virem a alcançar. A memória havia de realçar pela facilidade em aprender e

tenacidade em reter o aprendido. A vontade exigia-lha tão bem disposta, que fôssem desejosos de tôda a virtude e perfeição espiritual, sossegados por compleição mas constantes, activos e animosos para as emprêsas da glória de Deus, zelosos da salvação das almas e, por êsse motivo, afeiçoados ao Instituto da Companhia.

Quanto à constituïção corporal e porte exterior, desejava-lhes graça no falar como tão indispensável à comunicação com os próximos, boa presença para maior atractivo e autoridade, e saúde e fôrças bastantes a suportar a fadiga dos santos ministérios. No que tocava ao lustre da nobreza, à posse de bens temporais e a esplendor de bom nome e distinções dêste género, observa sàbiamente o legislador que, se bem essas prendas não bastavam para a admissão, se havia míngua das outras, nem eram por sua natureza necessárias, contudo, na medida em que serviam para a boa edificação, davam justamente aos que as possuíam, certa preferência que os recomendava (1). Emfim quantos mais dons naturais e sobrenaturais tornassem o homem capaz de promover o serviço de Deus segundo o Instituto da Companhia, e quanto mais o houvesse êle pela experiência demonstrado, tanto mais apto se considerava para ser admitido ao noviciado da Ordem (2).

2. — Ora, como em tôda associação bem organizada e nobremente empenhada nalguma emprêsa, assim também na Companhia de Jesus desejavam os que já dela faziam parte, e procuravam, quanto a cada um competia, que não sòmente lhe não faltassem os sujeitos necessários ao conseguimento de seu alto fim, mas ainda florescesse e prosperasse com a abundância de almas virtuosas e bons engenhos, e pudesse com êles trabalhar na grande obra que Deus lhe traçara e no segrêdo das comunicações divinas inspirara a seu fundador. Nem havia por que lhes estranhar êste desejo e empenho, quando pelo contrário se tornavam crèdores de justo aplauso trabalhando por acrescer e aperfeiçoar uma

---

(1) *Const.*, P. I, C. II, n. 6 segg.
(2) *Ob. cit.*, l. c., n. 1.

associação, que tôda se dedicava ao ministério mais elevado da Igreja e da sociedade humana.

Assim o entendeu aquele grande mestre de espírito e destro organizador, o P. Jerónimo Nadal, que exortava a todos os da Companhia a que, nos limites da prudência se esforçassem por aumentar o número de seus irmãos que seriam outros tantos apóstolos da glória divina. «Todos se persuadam, ponderava êle, que entre as obras que em fôrça do seu Instituto deve promover a Companhia, nenhuma existe nem mais excelente, nem mais útil que a de chamar para seu grémio o maior número de sujeitos e os mais aptos que fôr possível; porquanto melhor é formar obreiros que salvem a muitas e muitas almas, do que aplicar-se ao bem de algumas em particular» (1). Como porém êste conselho podia, em espíritos fàcilmente inflamáveis, conduzir a excessos repreensíveis, logo recomenda cautela e ponderação, para que o desejo intenso de aumentar os membros da própria Ordem, não passe os termos da moderação razoável (2).

São estas precisamente as leis e doutrina do fundador. Declara êle «que é louvável a solicitude em cooperar com a moção e vocação divina para que se aumente na Companhia o número de operários da vinha do Senhor» (3), mas adverte que deve ser «moderado o desejo de admitir gente», e «se há de guardar muita consideração em não receber senão pessoas que sejam dotadas daqueles dons de Deus que para a glória divina exige o Instituto da Companhia» (4). Anelava certamente o zelosíssimo fundador por ver a sua amada Congregação muito crescida em filhos seus, capazes de o ajudarem na grande emprêsa de seu coração magnânimo; não queria porém que a Companhia fôsse multidão de homens vulgares, mas um esquadrão numeroso e brilhante de «gente escolhida», como êle o ideara na sua mente, quando a imaginou formada de varões extremados pela virtude e pela

---

(1) Nadal, IV, 548. *Instructiones. De admittendis ad Societatem.*
(2) *Ob. cit.*, pag. 548-549.
(3) *Const.*, P. I, C. I, n. 4, C.
(4) *Ob. cit.*, l. c.

sciência (1). Por êsse motivo encomendava encarecidamente que houvesse escolha escrupulosa dos que se haviam de receber à Companhia, e se despedissem os que por falta de aptidão ou virtude não correspondessem a tão sublime vocação.

Com estas regras de elevada prudência não há dúvida que se conformaram os superiores da Companhia em Portugal no momentoso empenho de admitirem à sua Ordem pessoas que satisfizessem aos ministérios que dia a dia os assoberbavam, e às obras do zêlo que empreendiam. São numerosos os documentos contemporâneos que atestam em termos expressos a reservada e prudente selecção que faziam dos que vinham pretender a Companhia. Antes de serem publicadas as Constituïções é fácil que o amor da Corporação tenha levado uma vez ou outra a algum excesso no atrair para a Ordem a estudantes mais bem prendados; mas temos de considerar êsses factos, se os houve, como raras excepções, porque geralmente se acomodaram os superiores à moderação que o fundador prescreveu depois nas suas regras (2).

---

(1) *Const.*, P. VIII, C. I, 2, B.

(2) Os professores do Colégio das Artes, Diogo de Teive, João da Costa e Jorge Buchanan, quando foram processados por suspeita de luteranismo em 1550, alegaram na sua defêsa que os religiosos da Companhia lhes tiravam cada dia os estudantes fidalgos do seu colégio, que usavam de adulações, afagos e mil modos para atrair para a sua Companhia os estudantes; que só chamavam ricos e não pobres; que persuadiam os meninos a entrarem na sua Ordem antes da idade canónica, dizendo-lhes que só na sua Religião se podiam salvar; que a Companhia não tinha forma de Religião nem era aprovada pelo Papa. Cf. *Arch. Hist. Port.*, IV, 247, 256; T. Braga, *Hist. da Univ.*, I, 533, 550, 555-556. Não há por que nos demorar no exame destas acusações feitas por despeitados nas circunstâncias em que o empenho da própria defêsa não deixa serenidade bastante a se dizer a verdade. Assim no-lo declara a boa lei da crítica. Demais tiram-lhe todo o crédito as manifestas falsidades de que são tecidas. A Companhia fôra aprovada e constituída como Religião por bula pontifícia; os que eram nela recebidos tinham a idade canónica, e geralmente superior à que estabeleciam as leis da Igreja; na Companhia havia ricos e pobres, fidalgos e não fidalgos, emfim de tôdas as classes honradas da sociedade. Os muitos catálogos, que citámos e havemos de citar, dão fé do que afirmamos. Por isso não deixamos de extranhar

Era com efeito rigorosa a escolha ainda entre os que davam maiores signais de vocação verdadeira. De muitos que pediam admissão, contentavam-se com poucos. Os de mais vivo engenho e mais atilados eram naturalmente os preferidos. Dêste facto nasceu a fama que se levantou àcêrca dos moradores do Colégio de Jesus, de que tiravam à Universidade e ao Colégio das Artes, naqueles princípios, os discípulos mais esperançosos. É que tomavam entre os que pretendiam a Religião, os que julgavam mais idóneos para desempenhar com lustre os ministérios da Companhia. A própria Universidade louvou em 1555 a criteriosa escolha que regulava a admissão dos membros da Companhia de Jesus [1].

Assim se procedia realmente. Já insinuámos em páginas antecedentes o rigor que empregava Simão Rodrigues na escolha dos muitos que lhe pediam a graça de serem seus súbditos na Religião que êle professava [2]. Assim escrevia com justa satisfação a seu Padre Inácio nos fins de 1544 a significar-lhe a multidão dos que solicitavam ser nela admitidos, e ao mesmo tempo a prudência que usava na selecção dos pretendentes [3]. Dez anos mais tarde Diogo Mirão, acomodando-se às normas de seu antecessor no provincialado, dizia ao mesmo Santo que eram muitos os que se ofereciam para a Companhia, mas que se guardava, como pedia a razão, tôda a reserva em os admitir [4]; e em 1555 o confirmava

---

que até escritores de bom juízo e bem intencionados façam história pelos dizeres daqueles acusadores. Cf. Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, 147-149.

(1) «Ultimamente dá testemunho a Universidade que não se recebem quaesquer nesta Companhia sem aver nisso muito delecto». *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, pag. 608. Em conselho da Universidade, reünido a 15 de outubro de 1555, asseverou-se ser coisa notória «quam qualificadas pessoas se recebem na dita Companhia». Arq. da Univ. de C., *Conselhos*, 2, f. 304-305.

(2) L. II, C. VIII, n. 2.

(3) «De los que se quyeren assi recoger [na Companhia], non est numerus y no tomamos sino con mucho rigor... si se abrisse la puerta a rescibir, no se podria hombre dar a manos aun de los que son aptos y habiles». Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 22. Cf. Polanco, I, 143, n. 80.

(4) *Litt. Quad.*, II, 441-442.

Frutuoso André escrevendo do colégio de Évora que se haviam aceitado na Companhia alguns dos que mais se distinguiam pela piedade e primavam pelo engenho, e teriam entrado em muito maior número, se as portas se lhes franqueassem [1].

Olhavam os superiores para as qualidades morais dos pretendentes, examinavam-lhes o talento, e só quando tocavam a medida, não mesquinha de certo, que lhes marcavam as Constituïções de Inácio, folgavam de os admitir para aumento da sua Ordem. Nem se haviam com ligeireza no exame. Era sublime e dificultoso o fim da Companhia; nobilíssimo e melindroso o ministério da instrução e educação da mocidade. Só gente escolhida podia desempenhar-se de tão elevada missão. Seriam conseguintemente bem dignos de vitupério, se a esmo admitissem homens a quem depois haviam de confiar a salvação das almas e o destino futuro de tantos jovens que nos colégios da Companhia se formavam para Deus e para a sociedade.

Particularmente porém atendiam nesta escolha ao movimento espontâneo da vocação, e julgavam necessária esta diligência; porquanto, se viessem à Companhia, sobretudo os de menos anos, ou enganados, ou induzidos por sugestão alheia, corriam perigo certo de não perseverar, e voltariam finalmente para o mundo com descrédito próprio e desdoiro da Religião que os recebera. Por isso é que a prudência consumada do fundador preceituou nas suas Constituïções que, se alguém fôr movido a entrar na Ordem pelo conselho de algum da Companhia, não se aceite imediatamente, mas de novo se mande considerar na sua vocação, como para tentear se a resolução lhe veio da alma, ou se por instigação de outrem se moveu, para que finalmente, resolvendo-se por própria deliberação «possa com maiores fôrças espirituais avantajar-se no serviço e glória da Divina Majestade» [2].

Nem era menor o exame e experiência que se fazia da firmeza da vocação. Antes, com freqüência muito de reparar, se ponderavam nas cartas, que a Roma se escreviam, as por-

(1) *Litt. Quad.*, III, 465.
(2) *Const. S. J., Examen,* C. IV, n. 14.

fiadas instâncias com que muitos pediam ser acolhidos na Religião, e a demora, algumas vezes de anos, com que os superiores lhes provavam a constância. Dêste modo se afastava a nota de leviandade em negócio de tanta monta, e se lhes assegurava a perseverança no seu propósito sublime [1].

---

[1] Cf. *Litt. Quad.*, II, 441-442; III, 452, 736; IV, 398; V, 323; VI, 139 — Mais rigorosa era ainda a escolha que se fazia dos chamados *cristãos novos*. Além do ruím conceito em que eram tidos em Portugal, tachava-os a fama de irrequietos e difíceis de governar. Por êste motivo já pelos anos de 1546 determinava Simão Rodrigues que se não admitissem à Companhia (Cf. Rodrigues, *Mon.*, 861). S. Inácio porém não lhes fechava de todo a porta da sua Religião. Em 1554 respondendo a Diogo Mirão, Provincial da Companhia em Portugal, adverte-lhe que «o ser da linhagem de cristãos novos não é impedimento que exclua da Companhia, ainda que nos deve abrir os olhos para os não receber sem provas suficientes, porque a experiência tem muitas vezes mostrado serem êsses homens difíceis de se amoldarem». Mas se nalgum país, pelas particulares disposições dos ânimos, se reprovasse a admissão de cristãos novos, sugeria o mesmo Santo que, para se não rejeitarem alguns reconhecidos como aptos para a Companhia, se enviassem a outras terras, onde a opinião lhes não fôsse contrária (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, VI, 569-570).

No ano seguinte constando-lhe certamente que D. João III não via com agrado a admissão de tal gente, de novo escreveu ao mesmo Provincial a dizer-lhe que, se o rei não queria que se recebessem os homens daquela raça, cumprissem a vontade do rei; mas se êle sòmente se desgostava de os ter no seu reino, recebessem os que fôssem bem prendados, e os mandassem para outras nações. Chega Inácio a sugerir que, se o beneplácito real se não opõe, mudem os cristãos novos o nome ou sobrenome e se transfiram para outras terras do reino, onde não sejam conhecidos (*Ob. cit.*, VIII, 446). Para Inácio na Companhia, como para S. Paulo na Igreja, não havia *distinctio judaei et graeci,* segundo êle expressamente escreveu (*Ob. cit.*, VI, 569).

Contudo Diogo Mirão em carta escrita ao Geral no ano de 1564 ponderava as especiais dificuldades que havia em Portugal contra a admissão dos de raça judaica, por terem sido os judeus convertidos à fé cristã por violência no reinado de D. Manuel. Era escândalo no povo não só admiti-los em Portugal à Companhia, mas ainda mandá-los a outras nações para que lá fôssem recebidos na Religião (Cf. Mss. S. J., *Lus.* 61, f. 246-246v, Lisboa 12 de nov. de 1564).

Passados anos a quinta Congregação Geral, obrigada pela triste experiência que de si davam comummente os cristãos novos, decretou que nenhum dessa linhagem fôsse admitido na Companhia; e a sexta Congregação, mitigando o decreto, estabeleceu que fôssem excluídos sòmente até à quinta geração (Cf. *Instit. S. J.*. II, 278, 302). Finalmente a Congregação Ge-

Esta circunspecção e experiência impunha-se com maior fôrça e necessidade, quando se tratava de jovens que freqüentavam as escolas da Companhia. Era natural que nos colégios onde os estudantes alcançavam mais conhecimento da Ordem religiosa que os educava, e granjeavam com a convivência de cada dia particular afeição a seus mestres, se despertassem mais fàcilmente as vocações. Mas por isso mesmo se dava o perigo de fervor inconstante, ou de inspiração inoportuna dos educadores. Para obviar a estes inconvenientes e não impedir que os jovens acudissem às escolas da Companhia, ordenou primeiro Inácio nas regras gerais sôbre a fundação dos colégios, enviadas a Portugal em 1551, que «ninguém pudesse persuadir os estudantes, particularmente os mais novos, a que entrassem na Companhia, mas deixassem que êles com o bom exemplo e virtuosa conversação e com os exercícios escolares, em que se lhes inculcasse a virtude, espontaneamente se afeiçoassem à Religião e se ganhassem dêste modo muitos obreiros que cultivassem a vinha do Senhor» (1).

Não satisfeito com esta determinação promulgou depois a três de março de 1553 uma lei geral que enviou a todos os reitores de colégios da Companhia, para com ela definir o proceder que se devia guardar neste delicado negócio. Pela sua importância a reproduzimos vertida do italiano ao português: «Sendo intenção nossa, prescreve Inácio, que nos colégios e escolas da Companhia se ensine e forme nas letras e bons costumes a juventude, e se dê aos pais dos alunos boa edificação neste ministério, como nos outros exercícios de caridade... pareceu-nos conveniente ordenar a todos e rigorosamente mandar-vos da parte de Deus, que nenhum dos estudantes que estejam sob o cuidado de seus pais ou tutores, seja recebido na Companhia, nem para ficar no colégio nem para ser enviado a outras casas, sem a vontade e consentimento daqueles de quem depende. Muito me-

ral vigésima sétima, suavizando ainda mais o rigor da lei, concedeu em 1923 que pudessem receber-se na Ordem aqueles, cujo pai, avô e bisavô haviam entrado na Igreja católica. *Collectio Decretorum*, dec. 27.

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IV, 7, n. 4.

nos ainda se devem exortar ou induzir êsses escolares a que entrem para a nossa Religião; porquanto, bem que seja coisa lícita e louvável ajudar os que já tocaram os anos do discernimento e aconselhá-los até a abraçarem o estado de perfeição, quero dizer, a vida religiosa, contudo em nossas escolas não julgamos a propósito êsse modo de exortar e admitir, olhando ao maior serviço divino e bem universal, que nós pretendemos, mais que ao particular, segundo a norma da boa razão. E para vos comunicar esta nossa ordenação e decreto nosso, escrevemos neste mesmo teor a todos os colégios» (1).

E essas repetidas prescrições do fundador com as regras de prudência que acima indicámos, eram as normas que seguiam escrupulosamente em Portugal os religiosos da Companhia sôbre a admissão dos estudantes de seus colégios. Logo no primeiro ano em que abriram escolas públicas, escrevia o reitor do colégio de S. Antão, Inácio de Azevedo, que «alguns dos mais distintos estudantes se tinham afeiçoado à Companhia e suplicavam ser nela admitidos, mas o P. Miguel de Tôrres a quem se comunicou a pretensão, lhes diferira o despacho, movido pelo menos em parte do receio de que neste princípio se escandalizasse a gente, cuidando que pretendemos atrair os jovens e os movemos a entrarem na Companhia» (2).

No ano seguinte de 1554 também de Coimbra se escrevia ao santo fundador, encarecendo-lhe a multidão dos que pediam ser admitidos na Religião, a constância de que davam prova e a prudente dilação, com que se tomava dêles experiência. «Nestes quatro meses, conta o P. Francisco Henriques, se admitiram sete no colégio... alguns dêles eram estudantes dos colégios de Lisboa e Évora; não foram porém aceitos sem trazerem carta e licença de seus pais, a qual êles negociaram de maneira, que o seu empenho foi bom indício dos grandes desejos com que determinam servir a Nosso Senhor. Um servia o rei... e por mais de um ano

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, VI, 410. Roma 3 de março de 1554. Cf. *Ob. cit.*, VI, 570.

(2) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 103, f. 5. Carta de 2 de dezembro de 1553.

insistiu na pretensão de ser por fim recebido... Outros mais pedem ser admitidos, e de Coimbra se vão ter com o Provincial para o conseguirem. Se as portas se abrissem, penso eu que seriam muitos os que haviam de entrar. Mas observa-se neste ponto, como em tudo o mais, a ordem das Constituïções...» (1).

De Lisboa é o P. Inácio de Azevedo que em 1555 explica ao santo fundador, com seu autorizado testemunho, o processo cauteloso que neste ponto se guardava. «Apenas se pode dizer, escrevia êle, quantos e quão bem dotados jovens, quer letrados quer desprovidos de letras, aspiram a ser parte da Companhia! Se porventura se facilitassem as entradas, teríamos cheios e apinhados os colégios da Província, e sobrelevaríamos em número às províncias de outras nações. Temos certamente motivo de dar graças perpétuas a Deus, porquanto o P. Mirão se há com tal prudência, que sòmente são entre nós recebidos aqueles cuja virtude é suficientemente conhecida e largamente provada, e que dão esperança bastante de vir a ser idóneos para o nosso Instituto. Dentre os que freqüentaram nossas escolas, seis jovens, insignes pelo talento e virtude, obtiveram a admissão, mas só depois que os pais prèviamente avisados, outorgaram seu pleno consentimento. Além dêsses, muitos dos externos, cujo número não posso precisar, depois de diligente exame foram enviados por ordem do Provincial a Évora e Coimbra. Outros que andam com o mesmo desejo, exortamos, quanto em nós é, ao exercício da virtude, e não deixamos que percam tôda a esperança, porque temos fé que algum dia virão também êles aumentar a nossa Companhia» (2). É dificultoso requerer mais prudência e comedimento em negócio de tão delicadas conseqüências.

Desta maneira se providenciava com amor ao bem da Companhia que necessitava de homens escolhidos para corresponderem dignamente à sublime vocação de apóstolos; tinha-se conta com a edificação e contentamento daqueles

(1) *Litt. Quad.*, III, 97-98.
(2) *Ob. cit.*, 611-612. Carta escrita do colégio de S. Antão a 1 de setembro de 1555.

que aos colégios da Companhia confiavam a educação de seus filhos; atendia-se à liberdade plena dos que se determinavam para a vida religiosa, e assegurava-se, quanto humanamente se podia prever, a perseverança dos que se admitiam.

Dá-nos porém mais uma prova irrefragável de que os estudantes se entregavam por livre escolha à Companhia de Jesus, o facto de que muitos mais dêles saíam dos colégios para outras Religiões. Pôde com verdade afirmar o grande dominicano fr. Luís de Granada que, «ainda que a Companhia não fizesse outro serviço a Nosso Senhor senão povoar as Ordens religiosas de pessoas de espírito e letras, era muito assinalado o serviço que lhe fazia» (1).

3. — Todos êstes jovens que principiavam o tirocínio religioso, recolhiam-se, para serem devidamente formados, nas casas que se chamavam de *provação* ou noviciados. Nos primeiros tempos viveram os noviços com os demais religiosos, sem particular separação, entregues ao cuidado e disciplina de algum padre bem versado nas coisas do espírito, que os ensinasse e admoestasse, e os fôsse educando na vida interior e no trato com os homens (2). A pouco trecho porém julgou Inácio que lhes convinha mais recolhimento em que sob os olhos e vigilância de um padre a quem denominaram mestre de noviços, se fôssem afeiçoando pelos moldes da virtude com maior cuidado e esmerada atenção, mais afastados de quanto lhes pudesse estorvar os vôos do espírito naqueles primeiros ensaios de nova vida.

A primeira idéia que encontramos de casas de provação, formando corpo sôbre si e separadas das outras partes da casa, depara-se-nos na carta que o santo legislador enviou em fins de outubro de 1547 a Mestre Simão Rodrigues manifestando-lhe o plano que traçara desta nova instituïção na Companhia. Tencionava Inácio fundá-la em Roma quando se oferecesse bom ensejo, mas entretanto aconselhava a Mes-

---

(1) Mss. S. J. *Lus.*, 63, f. 140. Carta do P. Leão Henriques ao P. Geral a 18 de novembro de 1566.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 278-279; Polanco, I, 213; Franco, *Imagem*, I, 4, 15 segg.

tre Simão que estabelecesse em Coimbra casa dêste género, porque nessa obra faria muito serviço a Deus e procuraria grande proveito não só ao Colégio de Jesus mas a tôda a Companhia (1).

Não esquèceu a Inácio reforçar a sua proposta com as razões que ao novo empreendimento o moviam. Não eram de menos pêso as que seguem. Haveria nessas casas facilidade para se receber maior número de sujeitos à provação; poder-se-ia atender com mais esmero à formação dos que se admitissem, havendo para êsse delicado ministério pessoas mais destras e experimentadas que se empenhassem nêle de propósito e com tôda a alma; os colégios brilhariam pelo primor de seus habitantes, recebendo-os do noviciado mais provados na virtude, e evitar-se-ia o mau odor de desedificação que necessàriamente causam as saídas de muitos (2).

Não foi porém no reino de Portugal que se inaugurou a primeira casa de provação. Cabe êsse louvor à cidade de Messina. O P. Nadal, tendo conhecimento, desde muito tempo, da vontade do fundador, tratou de erigir um noviciado na cidade siciliana, e conseguiu pô-lo em efeito nos primeiros meses de 1550. O resultado desde o princípio pareceu exceder as esperanças. Já no ano seguinte estava tão bem vista e acreditada em Messina, aquela estância de fervorosos noviços, que era para todos exemplo e maravilha o espectáculo de jovens que viviam no ruído da cidade com o recolhimento, virtude e perfeição dos santos moradores do deserto (3).

Em Coimbra começou a executar-se a determinação do legislador no ano de 1551, governando o colégio como reitor o P. Urbano Fernandes, e como superintendente o P. Diogo Mirão. Reservou-se para recinto do noviciado um lanço do colégio, onde havia uma grande sala, capaz de receber uns trinta moradores. Nela se acolheram os noviços com algum estudante mais novo; deu-se-lhes por mestre o P. Leão Henriques, e principiaram sob a direcção de tão fervoroso guia

(1) *Mon. Ignat.*, ser 1.ª, I, 603-606.

(2) *Ob. cit.*, l. c.

(3) Nadal, I, 63, 83; Polanco, I, 373, II, 29; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, II, 463; *Litt. Quad.*, I, 264-265; Orlandini, X, 84.

a fazer uma vida intensamente espiritual. Foi êste apenas um esbôço de casa de provação, por não ser ainda a separação completa ([1]).

Só em 1553, quando Nadal visitou a Província em nome e com autoridade de Inácio, se estabeleceu definitivamente o noviciado em casa separada do mais colégio. Chegou Nadal a Lisboa a sete de julho daquele ano, e tomando rápido conhecimento da Província, e dos muitos que em Portugal pretendiam entrar na Companhia, viu que era forçoso para a boa formação da juventude, ordenar casa de provação, e julgou para êsse efeito mais a propósito a cidade de Coimbra, onde se reünissem como em casa própria, mas distinta do colégio, para seu tirocínio, quantos fôssem recebidos na Companhia de Jesus em Portugal ([2]). Chegou finalmente a Coimbra no dia quatro ou cinco de outubro ([3]), deu ordem a que se organizasse o noviciado, e tudo dispôs com tanto acêrto, que se realizou com satisfação de todos ([4]). Diogo Mirão e Leão Henriques, já reitor do colégio, é que o efeituaram cuidadosamente, segundo as prescrições de Nadal, que nos últimos dias de outubro fôra a Santiago de Compostela por negócios de seu cargo de Comissário. Escolhera êle para recinto de noviciado um lanço de edifício, afastado algum tanto de todo o mais colégio, com seu jardim ou horta particular. Era muito acomodado para o intento da separação, porque ainda que fazia parte de todo o colégio, formava corpo sôbre si e independente.

Assim pôde no dia 31 de outubro mandar Diogo Mirão que se passassem para essas casas, já devidamente preparadas, todos os que tinham ainda de fazer sua provação, e manifestou-lhes que dali em deante haviam de ter à parte suas recreações ou repoiso, nem poderiam comunicar de

---

(1) *Litt. Quad.*, I, 447; Polanco, II, 374.

(2) Nadal, I, 160, 172, 176.

(3) *Litt. Quad.*, II, 468. Carta de Coimbra a 31 de outubro de 1553. Carta posterior de 21 de janeiro de 1554 (Bibl. Pub. Ebor. CVIII / 2-1, f. 284), e Franco, *Imagem*, I, 8, referem qua Nadal chegara a Coimbra a 11 de outubro.

(4) Nadal, I, 201, 203.

modo nenhum com os demais moradores do colégio. Deu-lhes por mestre o P. António Correia e por confessor o P. Gonçalo Álvares, e assinou-lhes mais um irmão que havia de ter cuidado da boa disciplina com o melindroso cargo de síndico. Todos estes habitavam no mesmo edifício e formavam uma pequena mas exemplar comunidade de catorze pessoas (1). Os noviços naquele princípio eram onze. Entre estes sobressaíam e no futuro se haviam de assinalar por sua virtude ou sciência Manuel Fernandes, missionário da Etiópia, Rui Vicente, Provincial da Índia, Nicolau Gracida, humanista e orador de renome, Fernão Pires, aprimorado latinista, Gaspar Álvares, reitor do colégio de S. Antão, e Luís de Molina, o célebre teólogo (2).

---

(1) *Litt. Quad.*, III, 336-337; Polanco, III, 317-318.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 54; Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 284; Franco, *Imagem*, I, 8. — Gaspar Álvares foi, como já escrevemos, recebido em Salamanca na Companhia e daí a dois meses enviado a Coimbra, «aonde, êle mesmo o diz, por el P. Nadal fui recebido a primeira probacion». Arq. do Gesù, Roma, *Interrogationes et responsiones*, II, f. 366. O catálogo de 1565 tem que entrara na Companhia a dois de novembro, e Franco, *Imagem*, I, 234, diz que principiara o noviciado em Coimbra a quatro de novembro de 1553. Se fôsse verdadeira alguma destas datas, não estava Gaspar Álvares em Coimbra no dia da inauguração do noviciado. Cf. *Litt. Quad.*, VI, 502[4].

Nicolau Gracida era natural de Valença de Aragão, onde foi recebido para a Companhia a 23 de junho de 1551 com doze anos e meio de idade. De Valença foi logo enviado para Coimbra e na viagem demorou-se algum tempo em Salamanca. Por seus poucos anos, ainda em 1554 vivia na casa de provação de Coimbra. Desde os primeiros estudos em Valença foi considerado como um quase prodígio de santo fervor, talento e eloqüência. O catálogo de 1556 nota que estudando filosofia no Colégio das Artes era «das duas melhores habilidades que havia no curso» (Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 19v). Foi nos anos seguintes abalizado professor de letras e filosofia, e orador notável. Pela pequena estatura do corpo chamavam-no *apostolinho*. Faleceu em Évora a 6 de setembro de 1598. Cf. *Litt. Quad.*, I, 359; Polanco, II, 327, 351, 372; Nadal, II, 575; Franco: *Imagem... Evora*, 200-202, *Annus Glor.*, pag. 521; V. Ribeiro, *Obituarios... de S. Roque*, pag. 100, n. 733.

Fernão Pires natural de Abrantes, entrou na Companhia a 30 de janeiro de 1553 com 23 ou 24 anos de idade. Foi muitos anos professor de gramática e humanidades nos colégios de Lisboa, Coimbra e Braga; ajudou o P. Manuel Álvares na revisão e reimpressão da sua Gramática, e depois da morte do autor trabalhou no aperfeiçoamento de nova edição. Os

Naquela recolhida estância se lhes armou, para sua devoção, capela particular, ali se lhes dispôs também seu refeitório à parte, onde tomavam ordinàriamente suas refeições, que nos domingos e festas começaram daí a pouco tempo a ter no refeitório comum juntamente com a mais comunidade do Colégio de Jesus; ali encetaram a sua vida de recolhimento e combate espiritual, tão afastados do mundo, vivendo no meio dêle, que nem as vozes dos habitantes do colégio lá chegavam a os distrair (1). Êste foi o primeiro e principal noviciado da Província portuguesa.

Mas no mesmo ano em que se estabelecia aquela separação em Coimbra, começava em Évora a preparar-se segundo noviciado com a admissão dos primeiros noviços. Nos últimos meses de 1553 já se receberam dois, e em 1554 outros se lhes juntaram, perfazendo o número de oito com que se formou um pequeno corpo de noviciado (2). No janeiro de 1556 viviam com alguma separação em parte do colégio que lhes foi atribuída (3), e no ano de 1561 se lhes deu estância mais separada para nela se recolherem com seu mestre (4). Habitação porém reservada, e distinta inteiramente de todo o mais edifício, começou a edificá-la o cardeal fundador três anos depois em 1564, na parte mais elevada do colégio, em frente dos paços do conde de Basto, à raiz do antigo castelo. Formava uma pequena quadra de uns vinte e dois metros por banda, com seu pátio interior singelamente ajardinado. O lanço da frente corria ao longo da estrada que pela vizinha porta da Traição levava para a cidade (5).

Na casa professa de S. Roque também vigorou por algum tempo noviciado bem constituído. Já no ano de 1556

---

catálogos de informações dizem-no virtuoso, humilde e de natural melancólico. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 10, 75, 155; *Lus.* 68, f. 307; Nadal, I, 567; V. Ribeiro, *Obituarios de S. Roque*, pag. 100, n. 726.

(1) *Litt. Quad.*, III, 337, 344.

(2) *Litt. Quad.*, II, 509; *Epist. Mixtae*, IV, 60; Franco: *Imagem... Evora*, 3, *Synopsis Ann.*, 1554, n. 2.

(3) Polanco, VI, 722; *Litt. Quad.*, III, 771.

(4) Nadal, I, 811.

(5) Franco, *Imagem... Evora*, 5, 6, 7. Ainda hoje se conserva êste edifício do noviciado.

ali foram admitidos alguns jovens, e provados conforme as Constituïções da Companhia [1], mas só em 1558 se estabeleceu definitivamente o noviciado sendo enviados para êsse fim alguns noviços de Coimbra e Évora, que constituíram entre aqueles padres provectos na idade e na virtude, uma pequena família de principiantes na vida religiosa [2].

4. — Nestas casas se criavam, como em viveiro espiritual, naqueles primeiros tempos os noviços da Província de Portugal. A vida que levavam no seu retiro era tôda encaminhada ao vencimento próprio, à mais perfeita abnegação cristã, e desapêgo de quanto sabia a mundanas vaidades, à união íntima com Deus, à formação do espírito e do coração para os grandes sacrifícios do apostolado, e juntamente ao estudo e conhecimento da Companhia de Jesus para se amoldarem a seu feitio apostólico, segundo as normas que o fundador exarou nas suas Constituïções. São expressas as prescrições de Inácio. Os que andam em provação, legislou êle, hão de lançar o «fundamento devido da própria abnegação, e avançar no exercício das virtudes» [3] «tirar de si mesmos tôdas as imperfeições, e afastar quanto pode impedir o progresso espiritual» [4], «procurar crescer contìnuamente na pureza e mais virtudes, e nos desejos de muito servir nesta Companhia a sua Divina Majestade» [5], «ver e considerar as bulas do Instituto da Companhia de Jesus, as Constituïções e regras que teem de guardar» [6], para conhecer finalmente se lhes quadra vida de perfeição tão elevada, e saber as obrigações que tomam quando se ligarem perpètuamente à Companhia pelos votos da Religião.

---

(1) Polanco, VI, 738, n. 3196; Franco, *Synopsis Ann.*, 1556, n. 8.

(2) Franco: *Imagem... Lisboa,* 3-4, *Synopsis Ann.,* 1558, n. 10. — Teles, II, 171, escreveu que o P. António Correia fôra o primeiro mestre de noviços em S. Roque. Documentos contemporâneos contradizem esta asserção. O P. Correia só no ano de 1560, transferindo-se de Coimbra para S. Roque, exercitou na casa professa aquele cargo. Cf. Mss. S. J., *Lus.*, 43, f. 75, 128; *Litt. Quad.,* VI, 740; Laines, *Mon.*, V, 221, Franco: *Imagem,* I, 8-9, *Imagem ... Lisboa,* 4.

(3) *Const.*, P. IV, *Prooemium.*

(4) *Const.*, P. III, C. I, n. 2.

(5) *Const.*, *Examen,* C. IV, n. 41.

(6) *Const.*, *Examen,* C. I, n. 13.

Êste era o fim do noviciado, e para o atingir cabalmente convergiam todos os esforços dos que presidiam à formação dessa juventude. Vejamos brevemente como se trabalhava pelo alcançar, descrevendo a largos traços a vida que nas casas de provação fazia a mocidade escolhida que as habitava. Referimo-nos particularmente ao tempo em que os noviços já demoravam em habitações separadas. Antes da separação seguiam substancialmente os mesmos processos de formação religiosa, ainda que não podia ser tão ordenadamente como depois que viveram em casa própria e mais acomodada. Os documentos coevos são minuciosos neste ponto. Segui-los-emos rápida mas fielmente [1].

De manhã levantavam-se da cama às quatro ou cinco horas, segundo as diversas estações do ano. Nesta primeira acção do dia procurava-se exactidão e presteza. Se algum se descuidava, incutia-se-lhe ânimo para a emenda com alguma penitência das que usavam. Ou se privava da fruta nas refeições, ou comia por humildade debaixo da mesa, ou confessava sua negligência pùblicamente no refeitório. Logo começava a série dos exercícios diários pela oração. Durava ela uma hora inteira, e nesse santo emprêgo os visitava amiúde o P. Mestre, e lhes ensinava a maneira de orar e meditar que deviam seguir, e a boa compostura que haviam de guardar. Depois assistiam à santa missa, e comungavam os dias que a regra ou costume determinava.

Observa o mencionado escritor que sucedia inundar as almas dos noviços tamanha enchente de devoção no receber o pão dos anjos, que se desfaziam em lágrimas e ressoavam pela capela os suspiros mal represados, de modo que o sacerdote que distribuía a comunhão, tinha não raro de esperar que passasse ou serenasse o pranto [2]. Terminada a missa, continuavam por algum tempo a oração, que se prolongava um tanto mais nos dias em que comungavam. Pelo

(1) Foi Nicolau Gracida quem fêz uma longa e minuciosa descrição do primeiro noviciado de Coimbra, em que também êle foi exercitado. Vem publicada na *Mon. Hist. S. J., Litt. Quad.*, III, pag. 336 segg. Franco a compendiou na *Imagem*, I, 9-15.

(2) *Litt. Quad.*, III, 341.

meio da tarde recolhiam-se novamente em oração, que se dilatava por uma boa hora. Demais da oração faziam duas vezes exame de consciência nos quartos de hora que precediam as refeições do meio dia e da noite, e praticavam outras devoções especialmente nos dias santificados.

A meditação porém e o labor espiritual haviam de interromper-se com ocupações que afrouxassem a tesidão do recolhimento, dessem folga ao espírito e fôssem proveitoso exercício de virtude. Sucediam-se pois os ofícios de casa, que religiosamente se chamavam ofícios humildes, tão próprios dos principiantes e tão acomodados a desfazer fumos de vaidade, a abater a soberba e a granjear humildade. Depois da missa repartiam-se os noviços, conforme as indicações do P. Mestre, pelos diversos ofícios da economia doméstica. E era espectáculo muito para ver a aplicação e desenfastiada alegria com que homens, ornados geralmente de raras prendas e destinados para tão grandes emprêsas, se ocupavam em misteres tão obscuros aos olhos do mundo!

Começava a tarefa de cada dia por assear e compor os próprios cubículos ou quartos, depois varriam a casa, serviam na cozinha, preparavam o refeitório, peneiravam a farinha, amassavam o pão, acudiam à portaria, numa palavra, faziam todos os ofícios que demandava a limpeza e boa ordem da casa. «Infundia não pequena devoção, refere testemunha de vista, olhar a prontidão e alegria com que se encarregavam de quanto se lhes mandava, ainda que fôssem coisas segundo a sensualidade repugnantes, como era fazerem as camas aos negros do colégio e outras coisas semelhantes» (1).

Maior seria o sentimento de admiração, se quem os contemplava naquele modesto disfarce, pudesse antever quem seriam pelos anos adeante esses homens que tais exemplos davam. Veria como moços de cozinha a Manuel Fernandes e Gaspar Álvares, refeitoreiro a Rui Vicente, ajudante do sacristão a Luís de Molina, comprador a Fernão Pires, todos êles personagens que no futuro tanto haviam de sobressair pelo zêlo

(1) *Ob. cit.*, 342.

apostólico, pelas dignidades, pelas sciências e pelas letras. Edificante exemplo de abnegação e humildade!

Com êstes emprêgos se juntavam alguns de menos humilhação, mas de reconhecida utilidade. Ocupavam-se em escrever, segundo lho taxava o P. Mestre, para se aperfeiçoarem na letra, exercitavam-se na prègação discursando a revezes no refeitório deante de tôda a mais comunidade, e praticavam diàriamente o exercício particular que chamavam dos *tons,* em que se iniciavam na arte de bem dizer, vencendo a primeira dificuldade, trabalhando por ganhar senhorio de si para se apresentarem airosamente no púlpito, e adquirindo prontidão na inventiva e facilidade na expressão (1).

Depois das ocupações do espírito e do trabalho de mãos sucediam para alívio e restauração das fôrças as refeições, que o mestre de noviços transformava numa escola de doutrina para a alma, segundo a prescrição do fundador (2), de temperança, de modéstia, de polidez e civilidade, e também de proveitosa mortificação e penitência. Ao mesmo passo que prosseguia a refeição do corpo, ia-se alimentando o espírito ou com a leitura de livros piedosos ou com a prègação que servia ao mesmo tempo de exercício oratório para o que a fazia e de instrução para os que a escutavam. O novel orador era avisado para o sermão pouco tempo antes de o recitar, talvez uma hora, que porventura se convertia em hora de ansiedade e sobressalto.

---

(1) *Litt. Quad.,* II, 483; III, 352, 356, 358; IV, 530. —Neste exercício de oratória sagràda, a que presidia, como *mestre de tons,* algum bom prègador, além da improvisação usual, recitava-se um pequenino esbôço de sermão, que pela variedade e rapidez dos afectos que exprimia, era a cruz dos oradores. Chamaram-lhe forma ou *fórmula dos tons.* Foi composta em tempo de S. Inácio por um irmão coadjutor, João Baptista Velati, pintor, que, pela inclinação e habilidade que mostrou para a oratória, mandou o santo fundador promover ao sacerdócio. Espalhou-se logo por tôdas as Províncias e ainda hoje, com suas variantes, está em uso nas casas de formação da Companhia. Cf. Bolandistas, *Acta SS.,* Julii, T. VII, *Commentarius praevius,* § XXXII, n. 851; *Mon. Ignat,,* ser. 1.ª, IV, 15, donde parece deduzir-se que também o coadjutor Francisco Rion teve sua parte na composição da fórmula; *Mon. Ignat.,* ser. 1.ª, XII, 686-688; Nadal, IV, 594.

(2) *Const.,* P. III, C. I, n. 5.

O alimento corporal devia ser escrupulosamente moderado pela temperança, e nada se consentia que desse vislumbres de qualquer assomo de gulosina. «Não se permitia nem ainda se permite, conta o minucioso informador, que mencionámos, comer às vezes o arroz com a faca, humedecer na mostarda que se dá para a carne, as ervas do caldo; tomar o pão com a faca, pôr o toucinho no pão para o levar à bôca, e coisas semelhantes, que talvez nasçam de algum apetite de gula» [1]. A tais miüdezas descia a atenção do P. Mestre! A um noviço que tivera não sei que indelicadeza no comer, lhe ordenou que se levantasse a cada bocado que na bôca metesse, fôsse lavar as mãos e as enxugasse. E nota o informador que o delinqüente saíu com esta penitência bem emendado para o deante [2].

De quando em quando a um que já se dispunha a comer, lhe mandava tirar um prato mais apetitoso; a outro se tomava como por inadvertência a fruta, que lhe era reservada; àquele se servia pão negro em vez do branco; a êste se lhe impunha, por um pequeno descuido, comer de joelhos no meio do refeitório. Da pobreza se lhes faziam sentir com freqüência os efeitos, a-fim de os habituar a privações. Para maior perfeição porém tinham marcado cada mês um dia que chamavam *da pobreza*. Nesse dia era usual não pôr na mesa mais que uma pouca de fruta e pão negro e mal saboroso. Mas tomavam estes jantares, como observa o citado escritor, com tão íntimo contentamento e alegria espiritual, que diziam alguns que, se estivesse em sua mão, guardariam aquela regra de alimento para tôda a vida [3].

A modéstia e compostura na mesa devia ser modelar. Se rompia algum pequeno excesso no riso, acudia o mestre a moderá-lo. A um noviço que se rira demasiadamente do que ouvira ao prègador, o mandou levantar, subir ao púlpito e continuar o sermão. O leitor havia de lêr pausadamente com moderação de voz. Se algum se descomedia nêste

---

(1) *Litt. Quad.*, III, 347.
(2) *Ob. cit.*, 347-348.
(3) *Ob. cit.*, 346.

bom modo, não raro o fazia descer do púlpito e lêr de joelhos no chão. Com estas e similares mortificações iam condimentando espiritualmente a comida corporal, dava-se têmpera de aço ao carácter daqueles jovens, fortaleciam-se para as rudezas do apostolado, e educavam-se para viverem na boa sociedade.

Depois das duas refeições do meio dia e da noite, saíam para o chamado *repoiso*. Era o tempo de aliviar e espairecer suave e religiosamente o espírito. Durava uma hora e passavam-na em santa, alegre e desenfastiada conversação, divididos aos três e aos quatro. Primeiro começaram a ter êste repoiso sentados numa sala à volta de seu mestre, mais sob a forma de conferência espiritual do que de mútua e aliviada recreação. Mas prestes abrandaram êste rigor, e se entretinham mùtuamente sem a contínua companhia do mestre, ou passeavam aos três e aos quatro fora de casa. As conversações, porém, haviam de ser e eram santas para que a dissipação não prejudicasse à devoção interior.

Tôdas estas ocupações e entretenimentos os iam alternando com práticas e exortações em que o mestre os formava na piedade e no conhecimento do Instituto a que se deviam conformar, com espirituais colações ou conferências e com o estudo da doutrina cristã. A seus tempos eram também exercitados nas experiências que o santo legislador estabeleceu em suas Constituïções, começando pelos Exercícios Espirituis, a que por espaço de trinta dias, logo na entrada, se aplicavam, e continuando com as peregrinações, serviço nos hospitais, ofícios humildes e ensino da doutrina santa [1]. Emfim passavam os dias na união com Deus, alma de tôda a actividade religiosa, no exercício da abnegação para fortificar o carácter, no uso da humildade, para abater o natural orgulho, e na prática da obediência, para serem direitamente encaminhados nas sendas da perfeição. O mestre aproveitava com destreza as ocasiões de os exercitar a tôda a hora nestas virtudes fundamentais. À noite recolhiam-se ao leito a repoisar de uma vida de intensa espiritualidade, rica de

---

(1) *Const.*, *Examen*, C. IV, n. 10-14.

lições e fértil de sacrifícios salutares. Durava sete horas o descanso da noite ([1]).

5. — Agora, para terminar, apenas poderemos imaginar o alento fervoroso e espiritual alacridade, com que os noviços se entregavam a tôdas estas ocupações e exercícios, muita vez tão custosos à natureza humana. O escritor que nos ministrou tão minuciosas notícias, assim remata a sua narração: «Emfim, para me não alargar mais, como poderia eu contar tôdas as mortificações que lhes são dadas, tôdas as virtudes que exercitam aqueles irmãos da casa de provação, a devoção em que se abrasam, os incendidos desejos que os animam de aproveitar na virtude, e de trabalhar no serviço divino, o fervor intenso de oração e outras coisas tantas e tão grandes? Não há dúvida que bem se mostra, ainda que mais não houvesse, sòmente nesta obra da Companhia, o que disse Jesus Cristo a nosso P. Inácio quando entrava em Roma, *Ego vobiscum sum...*» ([2]).

Mas era tão geral e perseverante o fervor com que procediam os noviços não só em Coimbra mas também nos outros noviciados, que se transmitia contìnuamente em cartas para Roma a notícia daquele edificativo procedimento. Do colégio de S. Antão, onde também se educaram noviços, contava o reitor Gaspar Álvares em 1560, que «davam boa conta de si, exercitavam-se... em ofícios humildes e procediam neles com muita alegria e proveito espiritual» ([3]). Não era menor a santa emulação que reinava no Colégio de Jesus em Coimbra. Dessa estância de virtude consolavam o santo fundador com as freqüentes notícias que tanto esperava de seus filhos. «Os noviços da casa de provação, lhe referiam no Natal de 1555, fizeram também por devoção os seus votos. Muito se lhes comunica Deus Senhor Nosso por sua imensa bondade e misericórdia. Procedem muito de-ve-

(1) Bibl. N. L., mss., n. 4305, f. 253.

(2) *Litt. Quad.*, III, 361. O autor da carta escreveu: *Ego vobiscum sum omnibus diebus usque ad consummationem saeculi.* Devera escrever, conforme tradição autorizada: *Ego ero vobiscum* ou *Ego vobis Romae propitius ero.*

(3) *Ob. cit.*, VI, 724.

ras no caminho da perfeição, trabalhando por crescer em tôda a virtude e principalmente na obediência. Os irmãos do colégio teem dêles tão boa opinião, que se julga por muito ditoso o que alcança do superior licença de viver com êles na casa de provação por alguns dias, exercitando-se nos ofícios humildes e na oração. Os noviços porém não teem menor conceito dos do colégio, de modo que todos crescem em espírito e perfeição de virtude» (1).

O próprio reitor Leão Henriques, satisfeito do progresso espiritual de seus súbditos, folgava de confirmar com seu testemunho aqueles louvores. «Os da casa de provação, dizia a Inácio, não fazem senão crescer; já não cabem na sua estância e mandam-se aos colégios de Lisboa e Évora a estudar e a servir. Todos à uma aproveitam não pouco em espírito; dão-se à mortificação, tanto em particular como em público, tomando disciplina no refeitório e praticando outras penitências. Fizeram os votos por sua devoção no mesmo tempo que os do colégio, e houve entre êles grandes fervores e desejos de se aperfeiçoar e unir com Deus... Nunca os vi tanto adeante...» (2).

No colégio de Évora lavrava com a mesma intensidade o fogo da devoção que se ateava tão fàcilmente naqueles jovens principiantes. «Os irmãos da provação, escrevia-se em 1560, andam todos, bemdito seja o Senhor, muito consolados e com vivos desejos de muito adeantar nas virtudes, ajudando-se das mortificações públicas e secretas, que pedem ao superior. Costumam declarar-lhe suas faltas para que lhes dê penitência; teem cada dia duas horas de oração, uma pela manhã e a outra pela tarde, e seu tempo de lição espiritual, e os mais dêles se exercitam em escrever. Nestes empregos e em seus ofícios gastam o tempo frutuosamente. Ajuda-os muito e anima com palavras e obras seu mestre o Padre Dom Francisco (3), que lhes fala e os consola grande-

(1) *Ob. cit*,, III, 737.

(2) *Ob. cit.*, 452. Carta de 1 de maio de 1555.

(3) Êste Padre Dom Francisco, mestre de noviços, era o P. Francisco Henriques filho de nobre família da Navarra, e sobrinho do Dr. Navarro, lente de cânones em Coimbra. Formara-se em direito civil e canónico em

mente, não só nas práticas em que se dirige a todos, mas nas conversas em que se entretém com cada um em particular; e ainda lhes é muitas vezes companheiro nos ofícios humildes» ([1]).

A intensidade porém do fervor e o prolongado recolhimento havia necessàriamente de abalar a saúde, muita vez fraca e enfermiça, daqueles jovens, principalmente quando se não enfreavam a tempo demasias perigosas. De feito os muitos que adoeciam assustavam os superiores. Leão Henriques, sobressaltado advertia ao P. Inácio que os noviços, com a demasiada contensão do espírito, enfraqueciam da cabeça, de modo que se tornavam inúteis para os trabalhos da Companhia, e naquele ano de 1555, em que escrevia, não menos que dezóito ou vinte adoeceram com aqueles sintomas de enfraquecimento. Como jovens que eram davam-se impetuosamente aos exercícios espirituais e prejudicavam a saúde. Por isso propunha ao fundador que se lhes concedesse mais ocasião de espairecer, e se lhes permitissem honestas recreações, e rogava-lhe que determinasse êle particularmente o modo como haviam de proceder, «porque, dizia, somos cá neste ponto muito escrupulosos» ([2]).

Não desatendeu Inácio à solicitude de Leão Henriques. No declinar dêsse mesmo ano mudou o provincial ([3]) e enviou de Roma para a Província portuguesa o P. Luís Gonçalves da Câmara, com a expressa recomendação de explicar a suavidade e prudência com que se haviam na casa de Roma, e ensinar o remédio que procuravam para aquele mal. Cumpriu Luís Gonçalves o que lhe fôra encomendado. Visitou diligentemente os noviciados, e abrandando rigores

---

Paris, e entrou na Companhia em Lisboa a 11 de setembro de 1556 aos 26 anos de idade. Era homem de virtude não vulgar e de grande sofrimento. Faleceu em Évora a 6 de junho de 1561. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 31, 95, 103. Teles, II, 475 segg; Franco: *Imagem... Evora*, 72 segg, *Annus Glor.*, 318, *Ano Santo*, 300-301.

([1]) *Litt. Quad.*, VI, 980.

([2]) *Epist. Mixtae*, IV, 818-819. Coimbra 22 de agôsto de 1555.

([3]) No outono dêsse ano de 1555 sucedeu no cargo de Provincial ao P. Diogo Mirão o Dr. Miguel de Tôrres. Cf. Polanco, V, 529.

que porventura encontrava, tratou de providenciar à saúde daqueles jovens (1).

Decorridos os dois anos de vida tão pouco terrena, que tôda aspirava ao celeste (2), deixavam o noviciado não sem comovente despedida, e passavam para os colégios a incorporar-se na classe dos escolásticos aprovados. Depois dos Exercícios Espirituais, em que se recolhiam por alguns dias, na véspera à noite pediam no refeitório perdão aos seus companheiros da desedificação que lhes tivessem dado, e tomavam pública disciplina; no dia seguinte de manhã faziam seus votos religiosos, assistindo-lhes todos seus irmãos do noviciado, e ao jantar pronunciava um dêles um sermão acomodado aos sentimentos daquela simpática e terna solenidade (3).

No ano de 1554 quando, terminada a provação e feitos os votos, se mudava para o colégio o esperançoso jovem Diogo Martínez, prègou o irmão Nicolau Gracida «muito bem, refere testemunha presencial, com muita doutrina assim ao propósito do que saía da casa, como dos que ainda nela ficavam» (4). Depois reünidos todos numa sala, mandou o P. Leão Henriques, que lhe desse cada um dos presentes sua jóia de despedida. Entre os outros lha deu também o P. António Correia, seu mestre, lançando-se a seus pés com muita humildade, e pedindo-lhe perdão (5). Em seguida acompanharam-no à capela do colégio, onde êle deante do Santíssimo Sacramento se entregou a Deus para o servir com alentados brios na nova milícia em que jurara bandeiras.

---

(1) Mss. S. J., *Lus.* 60, f. 43, 44; Polanco, VI, 730, 744.

(2) As Constituïções de S. Inácio, publicadas em 1553 é que estabeleceram dois anos para o noviciado, que antes não passava de um ano.

(3) *Litt. Quad.*, III, 361.

(4) *Ob. cit.*, 94.

(5) *Ob. cit.*, l. c.

CAPÍTULO II

VIDA DOMÉSTICA

Sumário: — *1. Distribuïção das horas. — 2. Vida de oração. — 3. Vida de disciplina e trabalho. — 4. Vida de fervor. — 5. Humildade e humilhações. — 6. Defeitos e correcções. — 7. Renova-se e alenta-se o fervor espiritual. — 8. Espírito de família. — 9. Doentes e cuidado da saúde. — 10. Direcção dos superiores.*

1. — Saídos finalmente do retiro do noviciado aqueles que os superiores julgavam bastantemente instruídos e fortificados na virtude para tomar sôbre si com vantagem a obrigação dos votos religiosos, entregavam-se conforme sua vária aptidão e talento, às múltiplas ocupações que a Companhia de Jesus, segundo seu Instituto, marca a seus filhos, destinando-os imediatamente ao estudo e mais lides literárias, ou ao serviço doméstico ou aos ministérios sacerdotais.

Tôda esta actividade porém devia ser avivada contìnuamente e animada pelo espírito de piedade, que se hauria nas fontes da vida espiritual ignaciana, e se alentava e robustecia no interior das casas religiosas com a formação, maneira de viver e santas indústrias peculiares ao ser da Companhia. Será de-veras interessante, instrutiva e de boa edificação a vista que lançarmos para o recinto dos colégios e habitações com o intento de surpreender os seus moradores nos segredos e pormenores de sua vida doméstica. Veremos certamente, já o podemos de antemão afirmar, uma vida bem ordenada, laboriosa e suavizada pelas consolações inefáveis

da Religião, num ininterrompido trabalho de aperfeiçoamento, e um continuado exercício de virtudes.

A distribuïção das horas do dia para o bom emprêgo da actividade ordinária, era geralmente e com pouca diferença a que a seguir apontamos, sem as alterações acidentais que as circunstâncias impunham. No inverno levantavam-se às cinco horas; seguia-se a meditação e a missa, e logo se repartiam pelos próprios ofícios e ocupações. Às dez e três quartos recolhiam-se a exame de consciência, e às onze tocava para o jantar. Terminado êste, aliviavam o espírito e o corpo numa hora de recreação, ou repoiso, como preferiam chamar-lhe, depois do qual voltavam a suas ocupações particulares. Às sete horas tinham a ceia, seguida também de sua hora de repoiso; às nove e três quartos de novo examinavam a consciência e às dez recolhiam-se ao descanso da noite. No verão levantavam-se às quatro horas; jantavam às dez, ceavam às seis e deitavam-se às nove [1]. O tempo de

---

(1) Mss. S. J., *Lus.* 68, f. 99; Bibl. Nac. Madrid, mss. 8558, pag. 121; *Mon. Paed. S. J.*, 637. — No princípio do colégio de Évora dividiam o tempo desta maneira: «De las cinco á las seis horas, meditación; de las seis á las 7, misa; de las 8 á las 9 y media, lición; comemos á las onze, con hazer primero un cuarto de examen, y asi siempre quedan dos horas y media de estudio por la mañana. Despues de comer, de la una á las dos repiten la lición; de las 3 á las 4 y media, lición; y despues estudian hasta las 8; de las 8 á las 9 hazen sus examenes y meditación; de las 9 á las 10 cenan». *Litt. Quad.*, I, 472-473. Carta de Évora escrita em 1551. No Colégio de Coimbra estabeleceu o P. Simão Rodrigdes em suas regras que se levantassem de manhã às quatro horas e meia, jantassem às 11 e ceassem às seis e meia (Rodrigues, *Mon.*, 831, 834). Durante algum tempo, nos primeiros anos, tiveram os estudantes dêsse colégio a seguinte ordenação no horário: «Despues de comer, por evitar palabras ociosas, tienen silêncio por media hora (*Mon. Paed. S. J.*, 641).

Nestes horários não se marcava tempo à refeição matutina, que se chamava almôço, porque então a não havia geralmente. Entretanto foi-se metendo o costume de tomarem almôço os que o precisavam ou pelo trabalho ou pela fraqueza corporal ou pela idade. Simão Rodrigues escreveu em 1545 esta regra ao refeitoreiro :«Polla manham aos que se sentirem fracos daraa a metade de hum pão et huma vez de vinho, pera que com mais fôrça possão levar seus estudos adeante...» (Rodrigues, *Mon.*, 832). Nadal nas suas Instruções concedia o almôço aos jovens de menos de dezóito anos, aos professores, aos coadjutores, que ordinàriamente trabalhavam em seus

dormir prolongava-se por sete horas conforme à prescrição do fundador nas suas Constituïções [1]. Estes eram como que os pontos fixos na repartição do tempo diário; nos intervalos metiam-se as várias ocupações, conforme o pedia a boa conveniência e determinava a prudência dos superiores.

2. — Numa vida assim ordenada, o primeiro empenho do dia, e o mais importante era o da oração e meditação. Seguiam nela, como próprio, o método estabelecido por Inácio no seu livro dos Exercícios Espirituais. «Nas suas meditações, escreveu de seus súbditos no colégio de Évora o P. Melchior Carneiro, não se estribam sòmente no entendimento sêco, nem usam tão sòmente do exercício da vontade, mas tão suavemente se exercitam ambas as potências, que, faltando a consolação, espero em Nosso Senhor, que fiquem com juízos e conhecimentos na alma, com que a sempre guardem pura e limpa para seu Criador» [2].

O tempo que se demoravam na oração, variou com os anos. Antes de publicadas em 1553 as Constituïções da Companhia, davam maiores largas à devoção no recolhimento, entregando-se mais longamente ao sossêgo e delícias do trato com Deus. Em Évora no ano de 1551 consagravam duas horas inteiras à meditação de cada dia, bem que não muito depois a reduziu Mestre Simão a uma só hora para que sobejasse tempo para o estudo das letras [3]. Na Índia também aqueles apóstolos que levavam de Portugal o espírito e amor da oração, folgavam de se entreter em mais prolongadas meditações [4], e em Portugal e na Índia alguns religiosos

---

ofícios e aos fracos e enfermiços (Nadal, IV, 264, 273, 327, 500). Com o andar do tempo generalizou-se o uso de uma parca refeição depois da missa.

[1] «El tiempo para dormir en general parece debe ser entre seis y siete horas». *Const.*, P. III, C. II, n. 5, E. Cf. *Const. Lat. et Hisp.*, pag. 103.

[2] *Epist. Mixtae,* II, 620. Évora, 10 de novembro de 1551.

[3] *Ob. cit.*, l. c.; Polanco, II, 691.

[4] O santo fundador nestes termos os admoestou: «Es mucho tiempo el que se da á la oración, hablando de los scolares specialmente, á los quales no permitten las Constituciones mas de una hora de oración... Y si essa tierra sofre menos las meditationes que esta, habrá menos razon de alongar la oración que acá». *Mon. Ignat.*, ser 1.ª, VI, 90-91. Carta ao P. Gaspar Barzeu, de Roma a 24 de dezembro de 1553.

dotados de mais profunda união com Deus, gastavam, sem faltar a outras obrigações da vida activa, muitas horas naquele exercício piedoso. O P. Gonçalo de Medeiros, que foi dos primeiros discípulos de Xavier e Simão Rodrigues em Lisboa, despendia na santa contemplação das perfeições divinas três horas que roubava nas madrugadas ao descanso da noite, e em anoitecendo, quando já os sagrados ministérios o não ocupavam, outro tanto tempo empregava em devotíssima oração (1).

Mas o legislador tratou de evitar excessos a que o fervor podia levar. Quando ultimava as Constituïções, e mais decididamente quando as mandou promulgar, regulou pelo fim particular da sua Ordem, o tempo que se havia de ocupar na oração, e o limitou especialmente para os que andavam nos estudos, marcando-lhes como regra geral, uma hora para oração ou meditação e exames. Aos demais deixou a porta aberta à devoção, permitindo-lhes orar e meditar quanto suas necessidades espirituais o requeressem e as ocupações de um fervoroso apostolado o consentissem (2). Esta dúplice medida se começou a empregar em Portugal com escrupulosa obediência, desde que Nadal publicou as Constituïções.

Pouco antes porém já Inácio tinha mais de uma vez manifestado o seu pensamento, declarando por escrito a alguns padres de Portugal, como queria se houvessem os da sua Companhia na maneira de combinar as exigências da vida

(1) *Litt. Quad.*, I, 568-569, Carta de 19 de abril de 1552; Franco, *Imagem... Lisboa,* 132. — Aicardo no seu *Comentario á las Constituciones,* II, 396, aduz dois documentos para provar que também em Portugal «se usaban largas meditaciones» e qualifica de *abusos* essas meditações. Observo ao diligente comentador que sem fundamento se chamam abusos essas orações mais demoradas, por não haver ainda a êsse tempo Constituïções promulgadas que limitassem as horas de oração, nem prescrições gerais do fundador; depois advirto que os documentos que cita não lhe provam o intento. O primeiro é uma relação da renovação dos votos em que não se lê palavra nenhuma sôbre tempo de oração (*Litt. Quad.*, I, 26); o outro contém uma ordem *particular* de Mestre Simão que marcava duas horas de oração para uns peregrinos que tinham o dia todo por sua conta e desembaraçado de outras ocupações. Rodrigues, *Mon.*, 629.

(2) *Const.,* P. IV, C. IV, n. 3, B; P. VI, C. III, n. 1.

activa com o espírito de santo recolhimento. «Não podem os estudantes, explicou êle ao P. António Brandão, demorar-se em longas meditações. Além dos exercícios que teem para crescer na virtude, como são a assistência diária à santa missa, uma hora para oração e exame de consciência, confessar-se e comungar cada oito dias, podem exercitar-se em buscar a presença de Deus em tôdas as coisas... Esta maneira de meditar, achando em tôdas as coisas a Deus Nosso Senhor, é mais fácil do que levantar-nos às coisas divinas mais abstractas, a que não chegamos sem trabalho, e nos meterá neste bom exercício preparando-nos grandes visitas do Senhor, mas que seja em breve oração. Além disso tomam o hábito de oferecer a Deus com freqüência seus estudos e os trabalhos que nêles teem, pensando que por seu amor os aceitamos com pospôr nossos gostos, para que de algum modo sirvamos a sua Majestade, ajudando aqueles por cuja vida êle morreu» (1).

«Êste espírito, insistia Polanco em nome de Inácio, deseja ver nos da sua Companhia: que não achem, se é possível, menos devoção em qualquer obra de caridade e obediência, do que na oração ou meditação, pois não devem fazer coisa nenhuma senão por amor e serviço de Deus» (2).

3. — A tão vantajosa prática de oração não há dúvida que uniam em Portugal uma vida religiosa de bem ordenado trabalho, que a experiência, como boa mestra, ensinava dia a dia a regular com mais moderação e acêrto. São abundantes as provas que recolhemos da correspondência contemporânea. Alguns meses antes de sua morte recebia de Coimbra S. Inácio a seguinte informação, que lhe devia encher a alma de regozijo. «O modo de proceder dos nossos é o costumado. Prosseguem nos seus exercícios de piedade e nas demais ocupações, tendo seu tempo ordenado para cada coisa, a saber, para oração, exames de consciência, confissões e comunhões, conferências espirituais, sermões nas festas, tons no refeitório, práticas cada semana, à

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, III, 510. Resposta e instrução dada em nome de S. Inácio ao P. António Brandão a 1 de junho de 1551.

(2) *Ob. Cit.*, pag. 502; Aicardo, *Comentario*, II, 396, segg.

sexta-feira, e cada mês uma da obediência, na qual se esforçam com a divina graça de se avantajar, não se sofrendo falta nenhuma nela, e assim em tôda a perfeição» [1].

Insistindo mais no rigor da disciplina referiam também da cidade de Coimbra, um ano depois, ao Geral da Companhia, que «todos os de casa, tanto padres como irmãos, guardavam as regras com a maior exacção, recebiam a-pesar disso as penitências, que não faltavam, com perfeita disposição de espírito e da melhor vontade, mostravam ânimo pronto e alentado para cumprir alegremente as ordens dos superiores, e, ainda que abraçavam afectuosamente tôdas as virtudes, contudo procediam de maneira que parecia assignalarem-se na obediência, como em virtude que sabem ser peculiar da nossa Companhia» [2].

Não eram estas exagerações de quem imaginasse virtude que não existia. No mesmo ano o reitor do colégio, Leão Henriques, manifestava ao santo Padre Inácio, que se sentia plenamente satisfeito de seus irmãos a quem governava, e que era para louvar muito a Deus o ver tantos jovens na flor da idade tão metidos na obediência, tão submissos à disciplina e tão prontos na guarda das regras [3]. Referia-se êle ao Colégio das Artes, e ponderava que era tão grande o assento e ordem em que estavam as coisas do colégio, que parecia ter-se desde muitos anos fundado para a Companhia de Jesus; e que só o ver a facilidade, quietação e sossêgo que todos guardavam em seus empregos, dava alentos para levar tôda a carga que Deus a cada um confiava pela mão da obediência [4]. Fôrça admirável do particular espírito desta nova Religião, que o santo fundador com a graça divina, ao perto e ao longe influíra nos ânimos de seus filhos!

Nos primeiros anos porém da Companhia naturalmente se havia de notar alguma diversidade na disciplina e modo de proceder exterior, se o confrontarmos com a maneira que

---

(1) *Litt. Quad.*, III, 737, Carta de 31 de dezembro de 1555.
(2) *Ob. cit.*, V, 12-13.
(3) *Ob. cit.*, IV, 398.
(4) *Ob. cit.*, IV, pag. 396.

se observava em Roma sob os olhos do fundador, maravilhosamente dotado de prudência organizadora. Como ainda não eram conhecidas as Constituïções, seria de admirar se em tôda a parte se guardasse uniformidade perfeita. Por êsse motivo ainda em 1556 encontrou divergências o P. Luís Gonçalves da Câmara, que de Roma fôra reenviado para a pátria com o cargo de colateral do Provincial Miguel de Tôrres, e a incumbência de conformar, quanto fôsse possível, a disciplina e govêrno ao modo particular do santo fundador. Depois de algum exame pareceu-lhe que, por falta de melhor ordem, não correspondia o fruto do trabalho à muita gente que florescia na Província (1). As diferenças porém que descobriu, tocavam só na disciplina de fora, não no espírito que era o genuíno de S. Inácio.

Bem o advertiu Inácio de Azevedo ao santo Geral escrevendo expressamente como segue: «O P. Luís Gonçalves, depois de descansado, começou a cuidar de introduzir a maneira de proceder que aí em Roma se guarda para tudo dispôr na boa ordem para glória divina. Muito o desejámos o P. doutor Tôrres e todos nós, para nos conformarmos, já que no espírito pela bondade de Deus não há diferença, em tudo o mais interior e exteriormente com o que se observa nessa casa, onde reside V. Rev.ª, nossa cabeça. Êle o efeituou com tôda a brandura e facilidade» (2).

Mas para se desempenhar cabalmente do que lhe fôra encarregado visitou pesoalmente todos os colégios e casas, e tratou cuidadosamente de tudo uniformizar com Roma. Folgou Luís Gonçalves de achar em tôda a parte os ânimos admiràvelmente dispostos para receberem tôdas as mudanças, e jubilosos por se acomodarem com o que julgavam mais conforme ao desejo e mente de seu Padre e fundador Inácio (3). Segundo esta favorável disposição, em breve se co-

(1) *Epist. Mixtae*, V, 280. Carta de Luís Gonçalves a S. Inácio, de Lisboa a 20 de abril de 1556.

(2) *Litt. Quad.*, IV, 352.

(3) *Cum nostros valde praeparatos invenisset, ut modum ac rationem Societatis Romanae omnino imitarentur, diligenter eos P. Ludovicus instruxit... et tam quae Eborae quam quae Conimbricae tradidit, Romam scripta transmisit; et magna cum alacritate omnia a nostris excipieban-*

meçou a notar fruto consolador. Leão Henriques, santamente ufano com as virtudes dos que dirigia em Coimbra, assim o comunicava ao santo Geral: «As regras guardam-se com tôda a exacção pelo modo que ordenou o P. Luís Gonçalves, segundo a usança dessa santa casa, assim no regulamento dos quartos como em tudo o mais... Bem creio que ao demónio pesará ver tão boa ordem e tão perfeitos obedientes» (1).

Mas com êste bom espírito e obediência que animava aqueles religiosos, andava um excesso que muito prejudicava ao bem da Província. Luís Gonçalves sem dificuldade o descobriu. Era a demasia no trabalho e míngua do conveniente alívio. Já o P. Francisco Rodrigues, consultor da Província, o denunciara para Roma no ano de 1555. Deplorava êle que os religiosos tomassem trabalhos superiores a suas fôrças e, por esta desproporção, fàcilmente contraíssem doenças de vária espécie, e conjecturava que êste mal provinha da escassez de obreiros e da grandeza da messe. Notava ainda que, divertidos em tantas ocupações, não satisfaziam, como era justo, à obrigação de seus ofícios; e lastimava também que não poucos estudantes fervorosos em seu progresso espiritual, ou morriam cedo, ou caíam em doenças tão graves, que dificultosamente davam esperanças de recuperarem a saúde (2).

Não exagerava o consultor. Luís Gonçalves, ao chegar de Roma, pasmou do grande número de doentes e enfermiços que se lhe deparavam no Colégio de Coimbra (3). Com o rigor da observância nem sempre havia a moderação bastante no trabalho. Não faltava porém quem atribuísse o excesso à índole peculiar dos portugueses que não sabem guardar fàcilmente a justa mediania no cumprimento de seus

tur. Polanco, VI, 744, n. 3223. *Ordenó tamen muchas cosas á la usança desa santa casa, y halló en los hermanos buen aparejo para emprimir muchas otras cosas... Litt. Quad.*, IV, 531. Carta de Francisco de Monclaro a S. Inácio, datada de Coimbra no mês de setembro de 1556.

(1) *Litt. Quad.*, IV, 399. Cf. *ibid.*, V, 283.

(2) Polanco, V, 566.

(3) «No ay en Coimbra 120 de la Compañia, de los quales los mas son enfermos y 20 en cama». Mss. S. J., *Lus*. 61, f. 34. Carta ao P. Geral, de 2 de setembro de 1557.

deveres. Bem o tinha já observado Simão Rodrigues nos seus súbditos de Coimbra. «Estuda-se mais que nunca, escrevia em 1547, e tanto, que hei mêdo que nos adoeçam. Esta gente tôda é de extremos, como sabeis» [1]. Por sua experiência o conheceu o P. Luís Gonçalves, e julgou que podia assentar numa lei geral quando dêste modo se declarava: «Se nos queremos mortificar, matamo-nos; se ficamos vivos, mata-se a Religião; e assim sucede que as Religiões que em Portugal estão reformadas, lhes morrem muitos de deitar sangue pela bôca... Emfim que nós os portugueses sempre fomos demasiados em qualquer observância» [2].

Para atalhar pois os prejuízos consideráveis que do feitio do carácter português e do muito trabalho necessàriamente provinham, procurou Luís Gonçalves moderar a intensidade excessiva no desempenho das várias ocupações sobretudo no Colégio de Coimbra; meteu exercício corporal para interromper a continuada aplicação do espírito ao estudo e coisas santas; dispôs que saíssem mais ao campo a espairecer, e inculcou maior e mais amoroso cuidado com a saúde do corpo [3]. Não foram baldadas estas diligências.

Em agôsto de 1560 transmitiam-se de Coimbra ao Geral Diogo Laines notícias de consolação. «As novas da disposição corporal dêstes seus filhos, refere o autor da carta quadrimestral, são boas, porque, sendo tamanho o número, que entre padres e irmãos se contam 154, e havendo muitos algum tanto fracos de compleição, muito poucos adoeceram êste ano... Parece que, além do ano correr temperado e não haverem até agora apertado calores, grandemente há de ter contribuído para êste bem-estar a boa ordem que se guarda em tudo o que toca à saúde corporal, a moderação que se tem no estudo e nos demais exercícios quotidianos, e o cui-

(1) Rodrigues, *Mon.*, 571.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 61, f. 226. Carta dirigida ao Geral Diogo Laines, de Lisboa a nove de agôsto de 1564. — O Dr. Fernão Peres, reitor do Colégio de Coimbra, também escrevia ao P. Geral a quatro de março de 1573: «*es la gente de Portugal ser demasiadamente inclinada a extremos de manera que si a de hazer penitencia de veras, a de ser demasiada, o sino, a de hazer ninguna.* Mss. S. J., *Lus.* 65, f. 144.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 60, f. 43, 44.

dado em não carregar a ninguém mais do que as fôrças podem còmodamente levar. Assim andam consolados e alegres e em tudo se procede com suavidade» (1).

4. — Mas em tôda esta vida de rigorosa disciplina e continuado trabalho é incrível o fervor espiritual, que desde o princípio se ateou e manteve aceso nas casas da Companhia, naqueles remansos de sólida piedade, longe e a coberto das vistas do mundo. Os documentos coevos o atestam com uma insistência que não nos permite dúvidas, e demonstram a intensidade perene daquele fogo sagrado. No ano de 1547 é Simão Rodrigues que nos afirma que os seus irmãos do Colégio de Coimbra andavam como leões, cujos fervores dificultosamente enfreava e que fariam coisas inauditas, se lhes largasse as rédeas e não lhes contivesse os ímpetos (2). Quatro anos passados, Pedro Doménech, sacerdote catalão, que tratava os religiosos da Companhia com fraterna intimidade, elogia ao P. Inácio «os grandes fervores que andavam no Colégio de Jesus de Coimbra» (3).

Mas até à Índia chegava a notícia daquele ardor santo. Assim o descreve a Francisco Xavier o P. António Brandão no ano de 1551. «Quanto a êste colégio deram-se com mais empenho a edificá-lo em espírito do que a levantar o edifício material que ainda não é construído; e assim estão seus moradores tão unidos e fundados em caridade, que, havendo nêle cento e cincoenta pessoas, parece não serem mais que uma só. Tudo é amor, tudo espírito, tudo é grande exercício de virtudes de que Nosso Senhor lhes dá a sentir que teem muita necessidade, a julgar pelas grandes emprêsas em que dia a dia os ocupa. Nem há dúvida que assim é, Padre meu. Não o afirmo eu de mim, mas a muitos ouvi dizer que não há talvez agora no mundo casa semelhante a esta de tantas e tão assinaladas virtudes. Num resplandece a obediência, noutro a caridade, neste a paciência, naquele a mansidão e a

(1) *Litt. Quad.*, VI, 731-732. Carta de Francisco de Monclaro, de 31 de agôsto de 1560.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 594. Carta escrita a S. Inácio nos princípios de 1547.

(3) *Epist. Mixtae*, II, 503. Carta de Almeirim a 17 de fevereiro de 1549.

paz. Desta maneira se esforça cada qual a aproximar-se, o mais que pode, à perfeição» (1).

Decorriam os anos, e o fervor não esfriava. Outra vez se remetiam a Inácio cartas edificantíssimas de seu Colégio de Coimbra. «O colégio, escrevia-lhe Leão Henriques em maio de 1555, pela bondade de Deus vai todo muito bem. Todos procedem muito de-veras e com grande edificação nas coisas do divino sêrviço, dão-se à inteira obediência e às demais virtudes e procuram avantajar-se em tôda a perfeição» (2).

De Évora no mesmo ano e mês exaltava também aquele santo ardor e contínuo progresso na virtude o P. Frutuoso André, por encargo do reitor do colégio, o P. Marcos Jorge, homem de insigne probidade, rectidão e sciência. «A primeira coisa que lhe escreverei, Rev.do Padre, diz o bom religioso a S. Inácio, é o progresso que fazem na virtude os padres e irmãos. Quisera encontrar palavras para descrever o exemplo que dão de fervor, de caridade, de abnegação da própria vontade, as ânsias de servir a Deus e afrontar muitos trabalhos por sua causa, e também a obediência e submissão com que reverenceiam e escutam os que somos superiores. Em tudo crescem de um dia para outro, e sempre se abrasam em novos desejos de adeantar...» (3).

De Lisboa chegavam também a Inácio em maio do ano seguinte, já quando êle nos últimos dias da sua vida mortal prelibava as delícias do céu, as mais consoladoras notícias do colégio de S. Antão. «Quem haverá, por pouco atilado que seja, que, vendo os nossos irmãos tão edificativos nos exemplos de humildade, tão prontos e expeditos na obediência, e tão ardentemente desejosos de refrear e mortificar os ímpetos das paixões, não julgue que essas almas, que despedem tão suave e tão maravilhosa fragrância de virtude, são aformoseadas e ilustradas com os mais escolhidos dons de Deus? Pois fazem cada dia neste ponto maiores progressos. E ainda que a tôda a perfeição se lançam à porfia com

(1) *Mon. Xav.*, II, 157.
(2) *Litt. Quad*,, III, 451.
(3) *Ob. cit.*, 461.

alentado esfôrço, contudo manifestamente se conhece que é maior o empenho, o ardor da alma e a alacridade com que todos acodem ao cumprimento da obediência e à observância de nossas regras» (1).

Depois da morte do fundador continuavam chegando a Roma as boas novas daquele santo entusiasmo. Em dezembro de 1558 escrevia o autor da relação do quadrimestre, que era de «grandíssimo gôzo e alegria espiritual» contemplar o aproveitamento de seus irmãos de Coimbra; que em tôdas as virtudes procuravam aperfeiçoar-se «com a união e fraterna caridade que tanto lhes deixou recomendada o bemaventurado Padre Inácio de feliz memória, e para êsse fim se empregavam os meios e indústrias usadas na Companhia, de exortações, avisos, e amorosas penitências» (2).

5. — Por entre êstes incêndios de generosa devoção sobressaía necessàriamente o espírito da santa humildade, tão conforme ao Evangelho cuja perfeição as Religiões professam, e tão inculcada a seus súbditos pelos insignes mestres Inácio de Loiola e Simão Rodrigues. Tinham nêste ponto aqueles religiosos valentias de causar assombro. Não me refiro àquelas famosas humilhações, a que pùblicamente e aos olhos do mundo se submetiam, que já nos ficaram atrás ponderadas. Limito-me agora às que praticavam no recolhimento interior de suas casas.

Sucedia com freqüência que homens de elevada posição dentro da Ordem, e muito acreditados perante o mundo, apareciam na vida íntima do colégio, como que disfarçados nos exteriores de simples criados. Assim era usual, não só para os noviços que tinham os ofícios humildes por ocupação diária, mas para os estudantes de todos os cursos, para os mestres, lentes e sacerdotes, ainda para os mais autorizados, servir à mesa, preparar o refeitório e ajudar na cozinha. Nem se dispensava desta humildade o reitor, que antes era muitas vezes o primeiro naquela acção edificativa. Os

---

(1) *Ob. cit.*, IV, 267-268. Carta de Francisco Varea, Lisboa 7 de maio de 1556.

(2) *Ob. cit.*, V, 893. Carta de Francisco Varea, escrita de Coimbra a 20 de dezembro de 1558.

mais novos animavam-se com o exemplo dos mais antigos, e nascia em todos proveitosa e alentadora emulação [1].

Outro acto de santa humildade praticavam comummente aqueles religiosos, e com êle contrariavam num lance de generosa resolução as inclinações da natureza que mais dificultosamente se conseguem debelar. Ajoelhados no meio do refeitório confessavam deante de todos as faltas em que porventura incorressem no cumprimento das regras. Era espectáculo de muita edificação a competência em que andavam nêste exercício de abatimento próprio não só os principiantes, mas até os padres já encanecidos nos trabalhos da Religião. Tão vivos desejos de se abaterem os incitavam, que até usavam de indústria para mais agravarem a humilhação, levando sôbre si os objectos, tanta vez ridículos, que tinham sido ocasião da culpa [2].

A Bernardo japonês, que Xavier tinha enviado à Europa, e entrara na Companhia, fazia-se-lhe ao princípio tão dificultosa, talvez ao brio e orgulho nacional, a confissão pública das faltas, que não acabava consigo resolver-se àquela humilhação; mas quando um padre lhe declarou os bens e fruto que de acção tão contrária à humana soberba se tiravam, generosamente se venceu, e ia espontaneamente ajoelhar-se ao tempo da mesa, a pedir perdão de suas pequeninas culpas com grande edificação dos que o ouviam [3]. Não se pode negar ter escrito alguém com muita verdade a Inácio em 1556 que os seus filhos do Colégio de Coimbra «eram sobremaneira desejosos de se abater e desprezar, e, se por-

---

(1) Cf. v. g. *Litt. Quad.*, VI, 980.

(2) *Ob. cit.*, V, 948.

(3) *Ob. cit.*, III, 93, 94. Carta de Francisco Henriques, de Coimbra a 31 de agôsto de 1554. — Bernardo, natural do reino de Satsuma, chegou a Portugal em setembro de 1553; fêz seu noviciado em Coimbra, e deu sempre mostras de rara virtude, extremando-se na humildade e obediência. Foi a Roma onde recebeu de Inácio provas de singular amor; voltou a Portugal nos fins de 1555, e faleceu com morte de justo no Colégio de Coimbra no ano de 1557. Cf. *Litt. Quad.*, II, 496, 679, III, 93, 94, V, 247, 953; Polanco, III, 397-398, 409; *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 166; Fróis, *Die Geschichte Japans*, pag. 17, 18.

ventura lhes soltassem as rédeas ao fervor, em pouco tempo se acabariam» [1].

Agora já nos não maravilharemos de os ver passar com uma naturalidade surpreendente das ocupações mais lustrosas para os ofícios de maior humildade. O grande orador Francisco Estrada depois dos triunfos oratórios ganhados no Pôrto e outras localidades, nas missões que prègara com extraordinária comoção dos povos, voltando ao Colégio de Coimbra, tomou o ofício que lhe assinaram, de varredor, e o sacerdote que o acompanhou na excursão apostólica, recebeu a ocupação de cozinheiro. Adverte porém o narrador desta proeza que êles se consideravam mais felizes naquela humildade, que entre os aplausos dos cidadãos do Pôrto [2].

Com semelhante exemplo foi o P. Luís Gonçalves da Câmara apeado no Colégio de Coimbra do cargo de reitor pelo P. Simão Rodrigues, e mandado para o serviço da cozinha; e observou também o autorizado Provincial que o fizera «com muito contentamento de todos» [3]. Não deixou contudo de causar estranheza a mudança de tão elevado emprêgo para mister tão abatido, e discutiu-se qual dos dois levara a melhor, se o que subiu a reitor, se o que desceu a cozinheiro. Fàcilmente dirimiu o pleito Mestre Simão, respondendo que era bem ociosa a pergunta, quando se tratava de religiosos; que a estes são molestas as honras e prelazias, e dão gôsto as mortificações e o abatimento [4].

6. — Mas com êste fervoroso empenho, que podemos qualificar de admirável, havia naturalmente naqueles religiosos, por mais alentados na virtude que os consideremos, imperfeições que lastimar, faltas que corrigir, e asperezas de paixões que cortar e aplanar. É essa a condição da limitada natureza humana, e nessa constante luta com o que o homem traz de vicioso ou menos regrado, consiste em boa parte a tendência para a perfeição a que aspiram os religio-

---

(1) *Cartas de San Ignacio,* V. 579. Carta de Coimbra a 1 de fevereiro de 1556.

(2) *Litt. Quad.*, I, 22. Carta de Francisco Henriques, de Coimbra a 23 de novembro de 1546.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 583.

(4) Polanco, I, 320; Teles, I, 372-373; Franco, *Imagem*, I, 25-26.

sos. Nem de outra sorte havemos de entender os encarecimentos dos que nos contaram tão vivamente aquelas demonstrações de fervor. Era êste verdadeiro e muito para admirar, mas sujeito às vicissitudes do combate em que há vitórias e também desfalecimentos. Demais não raro apareciam nas comunidades alguns mais imperfeitos que nem sempre acabavam de se vencer e conformar com o primor da obediência, mas saíam finalmente da Religião e tornavam à liberdade do mundo.

É contudo muito para salientar o facto de que os estrangeiros que de outras Províncias se enviavam à de Portugal, alteravam de quando em quando, mais que os portugueses, o sossêgo tão ordinário da vida religiosa. Já em 1547 se queixava desta diferença o P. Simão Rodrigues. Os que êle recebia em Portugal procediam melhor, porque se confiavam de sua direcção; mas os que lhe vinham de fora, não se aproveitavam tanto de suas lições (1). O P. Miguel de Tôrres, quando exercia o cargo de Provincial, em 1558 avisou o Geral Diogo Laines de que não provavam bem na Província portuguesa os estrangeiros dos países do Norte, mas nem ainda os que vinham de Castela, «porque muitos, dizia, se não quase todos, são muito falhos na perfeição, bastante inúteis e imperfeitos» (2); e, por esta razão de grande pêso, advertia que fôssem os superiores com muito tento em mandar tais pessoas a Portugal (3). Mas até alguns dos que de Roma trouxera em 1555 o P. Luís Gonçalves, não foi possível sossegarem nesta Província (4). Por fim três

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 538.

(2) Laines, *Mon.*, IV, 4.

(3) *Ob. cit.*, IV, 3, 4.

(4) Jerónimo Fontana italiano, João Pioneu (Pioneau) francês e João Conspeano (Cospeano, Cuspeano) flamengo, uns três anos depois de chegados, passaram para outras Províncias. Fontana fugiu de Portugal para Espanha; de Espanha fugiu para Itália, e de Itália saíu definitivamente da Companhia (Borgia, III, 488, 493; Laines, *Mon.*, VI, 290). Conspeano foi de Portugal enviado para Espanha, e de Espanha para Itália, mas em Marselha separou-se do companheiro e deu consigo em Paris onde vivia em 1560 como fugitivo da Religião, e em 1564 em Douai (Borgia, III, 455, 521, 544; Laines, *Mon.*, V, 73, VII, 637, VIII, 535, 540). Pioneu passou a França, onde

alemães que tinham chegado na companhia de Diogo Mirão em 1559, mostraram-se tão desinquietos, descontentadiços e desobedientes, que não pequeno trabalho deram aos superiores para os conterem nos limites do dever. Sentidamente se lastimava o Provincial de que tal gente, se lha enviavam, seria de perturbação e escândalo à juventude portuguesa (1).

Para emendar pois os defeitos que naturalmente haviam de brotar entre mocidade tão diversa de índoles e vária de nações, empregava-se nos colégios e casas da Companhia um cuidado contínuo e diligente não só da parte dos súbditos, animados do bom espírito, que espontaneamente tomavam penitências salutares, mas também dos superiores que as impunham para justa correcção dos que êles governavam e tinham obrigação de adeantar na virtude. Nestes lances de fervor porém não só não havia geralmente frouxidão, senão que se excedia talvez no zêlo e tesidão da disciplina. Falta nenhuma, por via ordinária, se deixava passar sem a conveniente correcção, para que o descuido não favorecesse a relaxação na observância (2). Mas as penitências amorosas, como lhe chamou um dos religiosos, com tanto maior vontade e fervor se cumpriam, quanto com maior diligência a culpa delas se evitava (3).

Era no refeitório deante de tôda a comunidade, onde se dava mais solenemente a satisfação pelas faltas cometidas. Osculavam os pés dos companheiros, comiam no

---

perseverou na Companhia, e era em 1577 reitor do colégio de Avinhão (Fouqueray, II, 32, 33).

(1) Laines, *Mon.*, IV, 119, 336, 348.—É justo porém observar que dos estrangeiros, que vieram a Portugal receber sua formação, não poucos houve que muito se extremaram na virtude e saber. Bastaria recordar Martinho de S. Cruz, Pedro Perpinhão, Francisco Adorno, Nicolau Gracida, Luís de Molina, Júlio Fázio e Cristóvão Clávio.

(2) «Omnes autem domi se strenue in suo quisque munere exercent. regulasque nostras observare quam diligentissime adnituntur; eoque magis quod si qua negligentia vel minima commissa est, nihil inultum relinqui vident». *Litt. Quad.*, V, 350, Carta de Évora, de 31 de agôsto de 1557.

(3) *Litt. Quad.*, V, 893. Carta de Francisco Varea, de Coimbra a 20 de dezembro de 1558.

chão para reparação de humildade, ou de joelhos à mesa pequena por qualquer transgressão de mais vulto [1], declaravam as próprias faltas em castigo de as haverem praticado, ou faziam outras penitências que a obediência ordenava. A penitência porém que revestia maior solenidade era a pública repreensão que os superiores mandavam se desse de viva voz aos que tinham incorrido nalguma culpa, que exigia punição mais estrondosa [2].

Mas tôdas estas mortificações, tão contrárias às exigências naturais do amor próprio, era muito para ver a submissão, a presteza e alegria espiritual com que geralmente se aceitavam ou até instantemente se pediam e procuravam. «Os padres e irmãos, tanto uns como outros, testemunhava dos de Coimbra o P. Leão Henriques, anima-os tamanho desejo da mortificação, que muitos dêles apertam comigo lhes dê penitências, e se veem acusar de faltas bem pequenas. No refeitório são tantas as penitências que por intermédio de síndicos se impõem, que até a metade da refeição continuam publicando suas culpas. Dão-se penitências de tôda a sorte; e aos que não estudam se dão maiores que aos estudantes, e recebem-nas com tanta alegria e desejo de seu aproveitamento, que é para glorificar a Deus, ainda que tôdas elas são pequenas por serem as culpas muito leves» [3].

O Beato Inácio de Azevedo em seu espírito tão afecto aos rigores da mortificação, não podia deixar de bemdizer ao Senhor, ao considerar a virtude e adeantamento espiritual que êle e seus irmãos encontravam «no curso suavíssimo de

---

(1) Chamava-se comummente *picola* esta mesa pequena, porque êsse nome se dava em Roma à mesa colocada no meio do refeitório e destinada a semelhantes penitências.

(2) Êste género de repreensões distinguia-se com o têrmo particular de *capelos*, e eram dadas muitas vezes por um irmão coadjutor, destro na singular incumbência de mortificar o amor próprio. Em carta de 1551, o P. Manuel Leite faz menção de um irmão Francisco a quem se dera em Coimbra êsse *caridoso ofício*, e nota que se desempenhava dêle com mais garbo do que António Rion, que em Roma, na casa em que vivia S. Inácio, ganhara fama no exercício daquele cargo. *Litt. Quad.*, I, 448; Polanco, II, 163. Cf. *Cartas de San Ignacio*, II, 545-546.

(3) *Litt. Quad.*, IV, 398. Carta dirigida de Coimbra a S. Inácio em junho de 1556.

penitências, dizia, que no refeitório ordinàriamente se faziam», e confessava que eram «antídoto admirável para o quebrantamento da própria vontade e para a prontidão da obediência a que se entregavam com fervor e alegria» (1). Assim escrevia, e assim recreava com a boa nova o futuro mártir a seu bemaventurado P. Inácio. Cito por fim dois testemunhos de autores coevos que em poucas palavras nos condensam e a vivas côres descrevem juntamente o fervôr da observância, o anseio da humilhação e a santa loucura das penitências.

«Procedeu-se sempre, nos conta um dêles àcêrca do Colégio de Coimbra, com os exercícios costumados de humildade, caridade, paciência, aplicação, fervor e obediência que é a fonte de todos os bens na Companhia. Mas que digo eu exercícios costumados? Outros novos e maiores se empregaram. É coisa para ver como fervem os capelos não sòmente para os noviços, mas também para os mestres, e para estes mais que para os outros, talvez sòmente por falarem fora do tempo marcado à recreação. O silêncio que se observa à mesa é tão rigoroso, que nem para pedir cada um para si o que lhe falta, se atreve a quebrá-lo. O recolhimento que se guarda fora do tempo do repoiso é tal, que nem se permite ficar algum, na sala ou no corredor, parado sem precisão».

«Que regozijo espiritual não sentiriam, irmãos caríssimos (2), se vissem à noite, durante a ceia, os irmãos em tão grande número a esperar lhes toque a vez de confessar suas culpas, que sucede passar metade da refeição antes de terminarem; se vissem o fervor e satisfação com que uns deixam a fruta, outros o caldo, outros a carne, e alguns tudo junto, sòmente por terem falado português na hora de falar latim, por se levantarem um poucachinho mais tarde, e por outras coisas igualmente leves; se vissem os reverendos professores e o seu Principal à frente, a quem tanta gente ilustre se descobre e faz reverência, estarem descobertos aguardando a vez de dizerem suas faltas?... Não sei como acabe de lhes

(1) *Ob. cit.*, 352-353. Carta escrita de Lisboa no mês de maio de 1556.

(2) Esta carta foi escrita a irmãos da Companhia de Jesus em Espanha e dirigida ao P. Manuel Lopes, português, reitor do colégio de Alcalá.

pintar estes exemplos, nem como lhes porei deante dos olhos os diversos géneros de penitências que se fazem por umas faltazinhas... Alguma vez o ministro e vice-reitor pagam pelas culpas dos outros, e são êles os primeiros entre os que recebem capelos. Não me atrevo a tudo contar; por isso deixo o demais, que do referido se pode conjecturar» (1).

Três anos depois em 1560 não tinha deminuído a boa edificação; e a que resplandecia no colégio e Universidade de Évora assim a louva testemunha de vista: «Todos em casa se ocupam em seus costumados exercícios e empregam com alegria e contentamento espiritual, e na guarda das regras observa-se grande diligência e esmero. São às vezes ajudados com penitências, como a nossa Companhia costuma, e muito com elas se aproveitam e consolam, desejosos como são todos de sua maior perfeição, do adeantamento espiritual e dos meios que a êle nos levam. Bem o mostram nos ofícios baixos e de humildade, que pedem com muita instância, quando se lhes oferece ocasião de os exercitar, como sucedeu nestas férias... Sem dúvida que folgaria V. R. de ver o amor e desejos com que estes seus filhos se esmeravam por cumprir bem seus ofícios, já trabalhando na cozinha, já fazendo-se moços do comprador, já lidando nos demais ofícios humildes da casa. A gente de fora, particularmente os estudantes, muito se edificavam de ver a seus mestres com roupetas pardas na portaria e na sacristia, e tão diferentes do que apareciam quando os conversavam nas aulas, e observar que os mais honrados, a seu modo, eram os que andavam nos misteres de mais humilhação. Um dia reparou uma das principais dignidades da sé, que um padre seu conhecido, doutor em teologia e lente, acarretava lenha para a cozinha. Edificou-se tanto, que o foi contar a outros cónegos na sé, acrescentando que os da Companhia de Jesus tinham feitio bem diverso dos outros homens, pois tomavam como recreação os ofícios de mortificação e humildade» (2).

---

(1) *Litt. Quad.*, V, 943-948. Carta de Nicolau Gracida, de Coimbra a 14 de fevereiro de 1558.

(2) *Ob. cit.*, VI, 843-844. Carta datada de Évora a 12 de setembro de 1560.

7.—Êste santo fervor porém, pela condição da natureza humana, corria perigo de afrouxar. Para que se mantivesse vivo e ardente e crescesse mais e mais, era incessantemente estimulado por incentivos que ministrava o Instituto da Companhia. As prègações domésticas a incitar à virtude eram contínuas; a prática ou exortação chamada da obediência, cuja fôrça é admirável para levar à santidade, cedo se introduziu, e de costume se fazia cada mês ([1]). As conferências espirituais em que todos se reüniam, geralmente nos dias festivos, para tratar e discutir a maneira de corrigir defeitos, prevenir tentações, evitar perigos, e avançar na virtude, instruíam e animavam admiràvelmente aqueles espíritos bem dispostos para os lances da perfeição ([2]).

Extraordinàriamente ajudavam, com efeito maravilhoso, ao mesmo fim de reacender o fervor, as renovações dos votos religiosos, que trazem sua origem das que fizeram em Paris a quinze de agôsto os primeiros fundadores da Companhia nas alturas de Montmartre. Primeiro se costumavam celebrar em Portugal na festa de Todos os Santos ([3]) e depois, publicadas as Constituïções, duas vezes no ano cêrca das festas do Natal e da Páscoa. Mal se pode imaginar a piedade fervorosa com que se preparavam para o acto solene em que reïteravam as promessas que a Deus tinham feito, e a devoção com que o realizavam. Relações contemporâneas nos deixaram memória dêste salutar costume.

«Dia de Todos os Santos, que ora passou, nos diz carta de 1546, renovaram seus votos os que já os tinham feito, e os demais os fizeram pela primeira vez. Assim decorreu tôda a cerimónia. Às duas horas e meia depois da meia noite, foram todos chamados — tão cedo por causa da gente que sempre acode — e daí a pouco se ajuntaram na capela, onde logo lhes fêz o P. Estrada um sermão tomando por tema o passo de S. Mateus no capítulo quinto: *Gaudete et exultate, quoniam merces vestra copiosa est in coelis.* Terminado o sermão, começou o P. Santa Cruz a missa, e antes da

---

(1) *Ob. cit.*, III, 93.
(2) *Ob. cit.*, I, 448, 612; II, 94.
(3) *Ob. cit.*, I, 449.

comunhão, tendo nas mãos o Santíssimo Sacramento, pronunciou em voz alta os seus votos e comungou. Logo se foram um por um aproximando do altar, recitavam do mesmo modo a fórmula e recebiam o corpo de Cristo. Durou grande espaço de tempo a função piedosa com lágrimas contínuas, íntimo sentimento e mútua edificação. Quando já estávamos juntos dando graças a Nosso Senhor, veio, depois de se desvestir, o P. S. Cruz e de joelhos deante do Santíssimo Sacramento, que estava no altar, nos fêz uma prática... Em seguida abraçou os irmãos um por um com muita humildade e caridade, e todos igualmente nos abraçámos uns aos outros, dando-nos o Senhor novos fervores e desejos de o servir com perfeição» (1).

Com estas demonstrações de devoção e amor fraterno se animavam a mais exacta observância dos votos, mas segundo as circunstâncias, variavam o rito da solenidade. Em 1551, na mesma festa de Todos os Santos, levantaram-se à meia noite, e ouviram sermão que lhes prègou o P. Afonso Teles; logo lhes fêz mais uma prática bem repassada de sentimento o P. Diogo Mirão, a ponderar-lhes a quanto se obrigavam na renovação daquelas promessas sagradas, e o grande empenho que deviam pôr em as guardar mui perfeitamente, e tomaram todos uma disciplina por espaço de um salmo *Miserere* que um dêles em voz alta lhes recitava. Logo renovaram os votos deante do Santíssimo Sacramento, começando o P. Mirão e seguindo-se-lhe todos por sua vez pausadamente até o último dos irmãos, que passavam de cem. Por fim se consolaram mùtuamente entretendo-se uns com os outros em santa irmandade. Observa o autor desta notícia que era êste um dos dias em que sentiam muita devoção e alegria espiritual, e o festejavam com desejos mais abrasados da perfeição e aumentos de caridade (2).

Renovavam e também acendiam não pouco aquelas chamas de fervor as visitas que os Provinciais faziam todos os

(1) *Ob. cit.*, I, 26. Carta de F. Henriques a S. Inácio, de Coimbra a 23 de novembro de 1546.

(2) *Ob. cit.*, pag. 449. Carta de Manuel Leite a S. Inácio, de Coimbra ao primeiro de dezembro de 1551.

anos, e às vezes com mais freqüência, aos colégios e casas da sua Província. Ficaram célebres na história da Província portuguesa aquelas visitas, em que o P. Simão Rodrigues, furtando-se às ocupações da côrte, acudia a Coimbra a ver e consolar a seus religiosos. Guardava o costume de lhes não faltar com esta consolação nas festas do Natal, e quando podia, também nas da Páscoa (1). Eram essas visitas esperadas com alvorôço e recebidas com filial regozijo, e tinham por isso mesmo grande influência nos ânimos daquela juventude para os incitar a maior perfeição. No Natal de 1543 estavam os religiosos à mesa tomando a refeição usual, quando os surpreendeu a notícia de que chegava Mestre Simão Rodrigues. No mesmo ponto se levantaram todos e correram a abraçá-lo na portaria do colégio. Outra ocasião que êle reentrava em casa, voltando de praticar um acto de caridosa humildade, saíram a recebê-lo à entrada, lançando as capas no chão, para que sôbre elas passasse à imitação de Cristo no dia de seu triunfo em Jerusalém (2). Estavam os espíritos bem dispostos a acolher com docilidade as lições que tão estimado superior nestas visitas lhes dava. Examinava o colégio, corrigia os defeitos, exortava poderosamente os irmãos à virtude com suas práticas e conselhos, e retirava-se deixando-os mais fervorosos, alegres e bem encaminhados.

Em 1546, também pelo Natal, mandou ler pùblicamente a bula, em que Paulo III nesse ano constituíu a classe de coadjutores espirituais e temporais na Companhia, explicou-lhes o alcance da decisão pontifícia, e, querendo tentear a virtude que tinha em seus súbditos, ordenou-lhes declarasse cada um por escrito os seus sentimentos a êsse respeito e dissesse a classe em que desejava ser incorporado na Religião. Pelos papéis que se nos conservaram vemos que foi admirável a uniformidade, com que aqueles santos religiosos escolheram o que fôsse mais do agrado da obediência, protestando que, se a alguma parte se haviam de inclinar, preferiam o que realçasse por maior humildade. Não podemos

(1) Rodrigues, *Mon.*, 570, 590, 595; Teles, I, 156, 295, 372.
(2) Franco, *Imagem... Lisboa,* 74, 120.

negar que se tinham bem radicado no genuíno espírito de Inácio, seu fundador! (1)

Também foram sempre benèficamente frutíferas as visitas que anualmente faziam os provinciais Diogo Mirão e Miguel de Tôrres, sucessores de Simão Rodrigues, e igualmente nos pintam ao vivo as cartas dos contemporâneos o regozijo santo que nos colégios elas despertavam e o fruto de maior incitamento à virtude que produziam. O Provincial entretinha-se em conversa íntima com cada um dos religiosos em particular, falava a todos juntos em práticas de exortação à virtude, tirava dúvidas que se lhe propunham, melhorava os exercícios espirituais, ordenava os estudos das letras, iluminava os superiores, firmava os súbditos na sujeição religiosa, moderava demasias de fervor, e a todos procurava consolar. «Não houve nenhum, refere carta de Coimbra de 1558, que se não animasse a desempenhar-se fielmente do que lhe estava incumbido, e a buscar em tôdas as coisas a Deus Nosso Senhor, vendo o cuidado qüe o Padre Doutor (2) metia em tudo melhorar. Tanto vale a presença de um bom pastor»! (3)

8. — A alegria cordeal de que eram acompanhadas estas visitas, nascia em boa parte do espírito de família, sincero e lhano que repassava todo o trato e vida íntima daqueles religiosos, e estreitava amorosamente as relações de mútua convivência que ligavam os membros da comunidade. Amavam-se como irmãos, tratavam-se com a naturalidade encantadora de pessoas do mesmo lar, correspondiam-se em cartas recíprocas de amigos afectuosos, recebiam-se os que chegavam de longe como hóspedes bemvindos, despediam-se os que se ausentavam sempre com saüdade, tanta vez com lágrimas, desejavam-se e faziam-se todo o bem, sobrenaturalmente unidos pelo coração, como homens que tinham os mesmos interêsses, sofriam os mesmos trabalhos, alimentavam as mesmas esperanças, e choravam ou sorriam nas mesmas tristezas e alegrias. Quanto resumo nesta breve

(1) Teles, I, 290 segg; Franco, *Synopsis Ann.*, 1546.
(2) Era o Dr. Miguel de Tôrres, Provincial de 1555 a 1561.
(3) *Litt. Quad.*, V, 895. Coimbra, 20 de dezembro de 1558.

síntese, transparece com nitidez de muitos monumentos literários, que felizmente dêsses anos se nos conservam, e dá-nos alguma idéia da vida íntima, que geralmente se desenrolava nos colégios e casas da Companhia. Nem há por que descrevê-la em tantos pormenores.

As inevitáveis diferenças que surgiam de quando em quando, como também perturbam às vezes momentaneamente a paz de boas famílias, com facilidade se aplanavam; e os ligeiros embates, que pela repentina explosão de pequeninas paixões causavam algum estremecimento, suavizavam-se com presteza. O amor fraternal que dominava naquelas religiosas famílias, tudo irmanava e vencia com sua fôrça irresistível. É exemplo frisante dêste admirável espírito de família o que sucedeu com D. João de Lencastre, filho do duque de Aveiro(1). Em 1546 rogou êste titular instantemente ao P. Simão Rodrigues lhe quisesse ter no Colégio de Coimbra aquele seu filho, para ali ser instruído e educado, prometendo dar-lhe todo o necessário para sua manutenção. Como era o duque tão afeiçoado à Companhia, aceitou-lhe Simão o filho para viver de portas a dentro com seus religiosos e acompanhá-los nas aulas, na mesa e em tudo o mais, como se fôra um dêles (2).

Entrou o jovem no colégio muito prevenido e «armado de antídotos» contra os religiosos da Companhia, porque alguns fidalgos seus parentes o tinham admoestado que se guardasse bem dêsses religiosos que enganavam a gente que os tratava, e praticavam não sabemos que outros malefícios. Assim o fêz o moço fidalgo. Mas logo desde o princípio começaram a desconcertar-se os pensamentos que lhe haviam insuflado no espírito e êle trazia bem fixos na memória, quando pôde ir observando a franca e despreocupada conversação dos irmãos e a alegria desenfastiada com que andavam em suas ocupações e trabalhos. Principiou a sentir no seu interior impulsos de entrar numa Companhia, onde tanto resplandecia a fraternal

(1) Êste D. João de Lencastre era filho ilegítimo do primeiro duque de Aveiro do mesmo nome D. João de Lencastre, e já tinha 14 ou 15 anos de idade quando o pai contraíu matrimónio no ano de 1547 em que sucedeu o facto que no texto contamos. Cf. Sousa, *Hist. Geneal.*, XI, 52.

(2) *Litt. Quad.*, I, 24.

convivência, mas logo lhe vinham à memória as admoestações com que o tinham pôsto de aviso, e usava preservativos para se não deixar vencer daquela nascente inclinação. Confessou êle mais tarde que tinha escrito um rol de tôdas as coisas que naquela Companhia e colégio lhe desagradavam, e que todos os dias passava por êle os olhos e o meditava, não fôsse caso que nalguma impressão maior se resolvesse a entrar em semelhante Religião.

Havia porém uma coisa que sôbre tôdas o abalava e ameaçava rendê-lo: eram as cartas de edificação que os Padres da Companhia mandavam de longe ao Colégio de Coimbra a contar o fruto de seu apostolado. O defensivo que então tomava contra o perigo iminente, era fugir de ouvir ler as cartas, correr só para o monte de S. Sebastião e ler o seu rol para se defender, e fortificar o ânimo contra aquela sedução perigosa. Um dia, quando já cuidava ter terminado a leitura das cartas de fresco recebidas, voltou do monte e juntou-se com os mais irmãos. Faltava porém a leitura de uma carta em que se contavam as diligências feitas por parte da Companhia para que não fôsse eleito bispo de Trieste o P. Cláudio Jaio. Quando o leitor, P. João de S. Miguel, chegou ao passo em que se referia a vitória de Jaio na recusa do bispado, foi tão grande o regozijo dos irmãos com aquele acto de humildade que derramaram copiosas lágrimas, e o leitor, embargando-se-lhe a voz de comoção, não pôde terminar a leitura. Aqui fraqueou tôda a resistência do nobre mancebo.

De tal modo o penetrou aquela edificante scena, que por fim acabou de assentar consigo que verdadeiramente morava Deus naquela casa. Dissimulou contudo por dez dias, passou-os ruminando no que seria bom fazer, e por fim, capacitando-se que a luz do céu o chamava para a Religião, foi lançar-se aos pés do reitor, P. Luís Gonçalves da Câmara, e pediu-lhe com lágrimas que o quisesse admitir na Companhia de Jesus [1].

---

[1] *Ob. cit.*, I, 66-68; Polanco, I, 257. — Começou o noviciado a 20 de junho de 1547 o esperançoso fidalguinho com tanto fervor, que era de edificativo exemplo a todo o colégio particularmente na humildade com que

Assim viviam no interior de suas casas aqueles religiosos em tão santa e afectuosa intimidade. Para ela contribuía admiràvelmente a lhaneza do trato, que S. Inácio tanto desejava nos seus filhos [1].

Com os que andavam longe, bem que separados no côrpo, viviam também unidos, conversavam fraternalmente em seu espírito por meio da carinhosa correspondência com que estavam a tôda a hora presentes a quantos na Companhia ligavam os mesmos laços de religiosa irmandade. Era instituïção do santo fundador, que via nessa comunicação epistolar um meio suavíssimo de caridade e mútua união [2]. Contìnuamente se trocavam entre os indivíduos, casas e províncias cartas edificantes em que se comunicavam recìprocamente suas ocupações, seus trabalhos e fruto dêles, suas tribulações, suas dores e alegrias. São numerosos os monumentos que em vastas colecções se nos conservaram desta fraternal correspondência, e é um encanto para a alma percorrê-los na sua simplicidade instrutiva e comovedora.

Mas com os irmãos que chegavam de longe campeava de um modo particular aquele espírito de santa familiaridade. Quem de fora os observasse, pasmaria do alvorôço com que geralmente os acolhiam, ainda que não fôssem anteriormente conhecidos, das expansões de alegria com que os estreitavam nos braços, e da solicitude caridosa com que os cercavam de mimos e consolações. Era freqüente êste espectáculo, nem julgo por isso descer a particulares, que fàcil-

---

servia de môço da padiola nas obras do novo edifício. Faltou-lhe porém a constância no bom propósito e deixou não muito depois a Companhia, que tão alvoroçadamente abraçara. Seguiu mais tarde outra vocação e vestiu o hábito da Ordem de S. Domingos em que professou e morreu. Cf. *Litt. Quad.*, I, 68; Polanco, I, 258; Sousa, *Hist. Geneal.*, XI, 64.

(1) «Veo nuestro Padre inclinado à lhaneza en estas cosas» de tratamento. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, VII, 119. Carta de Polanco ao P. Tablares, de Roma a 16 de junho de 1554. Cf. Polanco, II, 616.

(2) «Magnopere etiam juverit litterarum ultro citroque missarum inter inferiores et superiores frequens commercium; et crebro alios de aliis certiores fieri ac audire quae ex variis locis ad ædificationem... afferuntur: cujus rei superioribus... curae erit, eo constituto ordine, ut quovis in loco, quae ad mutuam consolationem et aedificationem in Domino faciunt, ex aliis sciri possint». *Const.*, P. VIII, C. I, n. 9.

mente se conjecturam. Baste o testemunho de Inácio de Azevedo, que na sua brevidade muito deixa entrever. Chegara a Lisboa vindo de Roma no ano de 1556 o P. Luís Gonçalves da Câmara com onze companheiros de diversas nações [1]. Escreveu o santo e futuro mártir ao P. Inácio a muita consolação que todos receberam com sua vinda, e remata por estas palavras: «O exercício de caridade naquela noite para com os caminhantes, como coisa tão ordinária de nosso santíssimo Instituto, não é preciso explicá-lo nem persuadi-lo mòrmente a V. Paternidade, que como pai verdadeiro que é de nós todos, bem conhece já o fervor de seus filhos em semelhante ocasião e ministério» [2].

9. — Realçava porém o espírito de amor fraternal a solicitude que se demonstrava, quando algum caía doente. Não faremos fàcilmente idéia da generosidade e carinho que nessas ocasiões se despendia na Província de Portugal. Bem se conformava ela com o espírito do santo fundador Inácio, que primava pelo afecto e magnanimidade com os doentes, e nas ocupações de Geral se reservava o cuidado dêles, quando repartia pelos subalternos porção da sua autoridade [3]. O P. Simão Rodrigues, que bem conhecera e experimentara no seu Padre Inácio aquela dedicação, era extremoso com os que lhe adoeciam, e procurava-lhes todos os alívios que lhes minorassem o sofrimento, e ajudassem a recobrar a saúde. Sem olhar a despêsas enviou a muitos a repoisar e curar-se em climas sàdios. A alguns chamava para seu lado a Lisboa, não poucos os mandou ao mosteiro de S. Fins a buscar saúde na salubridade e sossêgo daqueles sítios retirados [4]. Quando voltou de Roma em 1551, o que explìcitamente escreveu a Inácio na primeira carta, foi o remédio que aplicou a enfermidades causadas, segundo julgava, por excessos de mortificação [5].

---

(1) Os companheiros que de Itália trouxera L. Gonçalves eram doze, mas um dêles, que adoecera no caminho, ficara em Arronches e chegou mais tarde. Cf. *Litt. Quad.*, IV, 352.

(2) *Ob. cit.*, pag. 352. Carta escrita de Lisboa em maio de 1556.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 167, 171.

(4) Cf. v. g. *Litt. Quad.*, I, 63, 450.

(5) Rodrigues, *Mon.*, 630, 631.

Emfim era tão usual e desvelado o amor com que se cuidavam os doentes, que julgo desnecessário aduzir exemplos numerosos, sempre semelhantes, que o provem. Restrinjo-me a referir o que sucedeu numa doença epidémica e mortífera que no verão de 1557 atribulou Coimbra e os dois colégios que na cidade tinha a Companhia. Nicolau Gracida que se achou no meio do contágio é quem minuciosamente no-lo conta.

Na frèguesia de S. Justa que se estendia no mais baixo da cidade, começaram de manifestar-se umas febres violentas que davam em modorra. Chamava-lhes o bispo D. João Soares peste sem nome. De S. Justa foi-se alastrando para as outras frèguesias com tamanha braveza, que em penetrando numa casa levava todos os seus habitantes. Nos colégios de Religiosos que estavam na mesma frèguesia de S. Justa, cêrca do Colégio das Artes já então da Companhia, cresceu de tal modo o número dos doentes, que já não havia côro nem missa. As ruas iam quase desertas, e por tôda a parte se viam e ouviam sinais de morte. Os Padres da Companhia, nomeadamente Inácio de Azevedo e Miguel de Sousa[1], corriam sem descanso a cidade acudindo a confessar e consolar os doentes. Mas com esta dedicação empregavam todos os meios a seu alcance para afastar dos seus colégios o mal devastador; não puderam contudo cerrar-lhe tanto as portas, que não tocasse e rendesse a muitos o contágio.

O Colégio das Artes, como jazia no baixo onde mais acesa lavrava a peste, foi o mais atacado. Por boa providência passaram todos os doentes para o Colégio de Jesus, que estava em lugar mais sàdio, e ali os trataram com a mais solícita caridade e atenção. Eram contìnuamente visitados dos melhores médicos. A cada dois enfermos pelo menos assistia um irmão, para em tudo os atender e aliviar, e andavam em santa competência sôbre quem melhor e mais religiosamente alegraria os que lhe estavam confiados. O P. Jorge Rijo, insigne pela sua caridade e destreza, desembaraçaram-no de outras ocupações e lhe encarregaram os supe-

(1) Inácio de Azevedo era reitor dos dois colégios de Coimbra, e Miguel de Sousa prefeito dos estudos.

riores o cuidado dos doentes. Tão caridosa diligência deu a todos a consolação de nenhum morrer da peste (1).

Dissipou-se o contágio, mas no mês de novembro dêsse mesmo ano nova doença lavrou em Coimbra. Era um catarro tão forte, que pela febre, que o acompanhava, a muitos da cidade tirou a vida. Nos colégios da Companhia não poucos foram atingidos do mal; mas refere o mesmo informador que se «teve nesse tempo em casa tão boa ordem, assim no regime da alimentação, como em tudo quanto parecia necessário a debelar a enfermidade, que nenhum faleceu da doença, e os tocados dela em poucos dias convalesceram (2). Não há dúvida que se queriam e tratavam como bons irmãos os filhos da Companha de Jesus em Portugal.

10. — Para a conservação dêste espírito abençoado concorriam de um modo singular os superiores, que eram e procediam como verdadeiros pais naquela família espiritual. Todos êles foram, durante o espaço de tempo a que nos restringimos, homens de provada virtude, animados do sincero espírito do fundador, e procuravam solìcitamente influir nas almas de seus súbditos os mais finos sentimentos de caridade religiosa. A êles cabe portanto o merecimento e louvor particular de terem, com sua acção imediata, educado e formado, segundo as normas do Instituto da Companhia, aqueles numerosos apóstolos que tanto trabalharam para a glória de Deus. Não fazemos agora a resenha de todos êsses superiores. Limitamo-nos a apontar os nomes dos que governaram o primeiro colégio da Companhia, porque também dirigiram outros colégios os que entres êles mais se assinalaram.

O P. Diogo Mirão foi o primeiro reitor do Colégio de Jesus de Coimbra. Por três vezes o governou e, ainda que talvez nem sempre a boa prudência moderou os excessos do zêlo, mostrou-se em todo o tempo filho verdadeiro da Companhia de Jesus e com fervor e simplicidade religiosa procurava o bem de seus súbditos. Seguiu-se-lhe no cargo o

(1) *Litt. Quad.*, V, 949-951. Carta datada de Coimbra a 14 de fevereiro de 1558.

(2) *Ob. cit.*, pag. 953.

piedosíssimo religioso Martinho de S. Cruz, que sabia admiràvelmente cativar com sua bondade e lhaneza o amor e estima dos que tratava. Era prudente, sobressaía na destreza para os negócios e regimento exterior da casa, e com grande facilidade, como refere Polanco, dirigia tôda a máquina do colégio (1). O P. Simão Rodrigues exaltava-lhe os dotes e o merecimento, e confessava que sem a cooperação dêle, não pudera ter trabalhado tanto em Portugal (2). Tomou-lhe o logar no ano de 1547 o P. Luís Gonçalves da Câmara, homem de grande crédito não sòmente com os de casa, mas também com os de fora, fervoroso na piedade e ardente no amor à sua Religião. Zelava com solicitude a disciplina religiosa, mas nem sempre logrou manter a serenidade indispensável a quem governa. «Tive um ano cuidado do colégio, humildemente êle confessa, e não sòmente dei trabalho aos irmãos com meus zêlos demasiados, mas até, sem proveito, me quebrava a cabeça a mim mesmo» (3). O P. Luís da Grã que exerceu o cargo de reitor desde o Natal de 1547 até ao outono de 1550, era feito para grandes empreendimentos, e soube governar o colégio com tanto sossêgo e satisfação de todos, que o P. Simão Rodrigues se regozijava com a eleição que dêle fizera (4).

Continuaram a obra edificativa de govêrno paternal o P. Urbano Fernandes dotado de singular prudência, e tão virtuoso e humilde, que chorava lágrimas de desconsolação, quando se viu promovido àquela dignidade (5); o P. Manoel Godinho de ânimo alentado nos rigores da mortificação e da observância religiosa, e o P. Leão Henriques que de 1553 a 1556 dirigiu o colégio temperando por sua rara virtude os

---

(1) Polanco, I, 192.
(2) Rodrigues, *Mon.*, 551, 562.
(3) *Epist. Mixtae,* II, 708.
(4) Rodrigues, *Mon.*, 591; Polanco, I, 320-321.
(5) Fernandes, que trocara pouco depois de entrado na Companhia o nome de Gonçalo, que usava, no de Urbano, foi reitor do Colégio de Coimbra desde o outono de 1550 até fins de 1551 ou princípios de 1552; em seguida governou, como superior a casa de S. Antão, e em 1553 foi enviado para a Índia; mas faleceu no mar a oito de maio de 1553. Cf. Bibl. P. Ebor., CVIII/2-9, f. 69; Polanco, II, 135, 357, 373; Franco, *Imagem*, II, 573.

ímpetos da devoção ardente com a moderação e afabilidade que lhe ditava a prudência. Emfim edificaram o Colégio de Jesus, governando-o já consideràvelmente aumentado com o Colégio das Artes, o P. Inácio de Azevedo com heróica santidade que a todos maravilhava, e o P. Miguel de Sousa com a nobreza de seu espírito e com a amabilidade e brandura de seu carácter fortificado pela virtude [1].

Desta qualidade eram os superiores que estiveram à frente do colégio principal da Província portuguesa [2], e souberam manter o espírito religioso, a boa ordem e observância da vida doméstica, e alimentar entre os súbditos aquele fraternal amor e piedade filial que geralmente resplandecia nas casas da Companhia de Jesus em Portugal.

---

(1) Miguel de Sousa, que principiou seu govêrno em setembro de 1556, a primeira vez que teve o cargo de reitor, cremos que o conservou até o entregar em abril de 1557 ao sucessor Inácio de Azevedo. Continuou todavia a governar por algum tempo o Colégio de Jesus sob a superintendência do P. Inácio de Azevedo, que residia no Colégio das Artes. *Litt. Quad.*, IV, 532, V, 251, 943; *Epist. Mixtae*, V, 500; Laines, Mon., VIII, 376.

(2) Lista dos reitores do Colégio de Coimbra de 1542 a 1560:

1. *Diogo Mirão* . . . . julho de 1542 — maio de 1544.
2. *Martinho de S. Cruz* . . . . maio de 1544 — dezembro de 1546.
3. *Luis Gonçalves da Câmara*. . . dezembro de 1546 — dezembro de 1547.
4. *Luis da Grã* . . . . dezembro de 1547 — outono de 1550.
5. *Urbano Fernandes* . . . . .outono de 1550 – princípio de 1552.
6. *Diogo Mirão*, superintendente e reitor . . . agôsto de 1551—maio de 1552.
7. *Manuel Godinho*. . . . . .maio de 1552— março de 1553.
8. *Leão Henriques* . . . . março de 1553 – setembro de 1556.
9. *Miguel de Sousa* . . . . setembro de 1556 — abril de 1557.
10. *Inácio de Azevedo* . . . . .abril de 1557 – fevereiro de 1558.
11. *Jorge Rijo* . . . . .fevereiro de 1558 — março de 1559.
12. *Diogo Mirão*. . . . . .março de 1559 — outubro de 1559.
    Diogo Mirão, superintendente . . . . .nov. de 1559 — maio (?) de 1560.
13. *Miguel de Sousa* . . . . .novembro de 1559 — setembro de 1561.

CAPÍTULO III

SIMÃO RODRIGUES E INÁCIO DE LOIOLA NA FORMAÇÃO DE SEUS SÚBDITOS EM PORTUGAL

Sumário: — *1. As primeiras regras. — 2. Análise das regras do P. Simão Rodrigues. — 3. Formação que dava a seus religiosos o P. Simão. — 4. Espírito de penitência e mortificação. — 5. Lições magistrais de S. Inácio: a carta de 7 de maio de 1547. — 6. Carta de 14 de janeiro de 1548. — 7. Mais lições do santo fundador. — 8. Resultados da formação.*

1. — A vida de fervor que descrevemos nos capítulos passados, influía-a no peito daqueles jovens não só o zêlo vigilante e mestria dos superiores e padres espirituais, que de perto e ìntimamente os tratavam, mas também, com maior autoridade, a direcção mais alta do P. Simão Rodrigues e do santo fundador da Companhia. Êstes legislavam e prescreviam geralmente as normas de perfeição religiosa, e os demais superiores e mestres de espírito cuidavam de as aplicar na educação dos que lhe eram confiados. Quando Simão Rodrigues veio para Portugal e começou a lançar os primeiros alicerces à futura Província, havia apenas o primeiro esbôço da legislação da Companhia de Jesus com as leis basilares que definiam em traços gerais o espírito da nova Ordem, e marcavam, não sem alguma indecisão, a maneira peculiar da sua actividade.

Por disposição singular da Providência divina, coube ao P. Simão Rodrigues o merecimento e glória, de ser êle o primeiro que traçou mais miüdamente regras particulares

da formação religiosa de seus súbditos, e normas segundo as quais se havia de moldar o proceder ordinário dos filhos da Companhia.

Já em 1542, quando fundou em Coimbra o primeiro colégio de sua Ordem, delineou algumas regras a que se deviam conformar os estudantes para a boa disciplina do colégio [1]. Dois anos depois existia o *Regimento do Colégio de Coimbra*, que o cardeal infante pediu se lhe entregasse para o submeter a exame [2] e em 1546 comemorava, como já existente, o P. Simão Rodrigues o *livro que tem a regra do colégio* [3]. Estas regras porém ou *Regimento* deviam ser muito rudimentares e não bastavam certamente para a direcção e formação completa dos religiosos.

Foi então que o fundador da Província de Portugal cuidou com sério empenho de levar a efeito o trabalho que êle avaliava por muito importante, de redigir um sistema de regras, que satisfizessem as exigências da vida religiosa, e se observassem até que o P. Inácio estabelecesse com sua autoridade e conhecida destreza as leis que a todos guiassem conforme a seu espírito de fundador a quem Deus com particular luz inspirava. Ainda não tinha volvido um ano sôbre a fundação do Colégio de Coimbra e já Simão Rodrigues pedia a Inácio lhe mandasse as Constituïções que tivesse feitas [4], e depois com repetidas instâncias lhe escreveu a suplicar-lhe que lhes enviasse regras, pelas quais se regessem os seus filhos de Portugal segundo o Instituto da Companhia. Mas Inácio vagarosamente ia ponderando o momentoso assunto, e ocupado de tantos negócios que de tôda a parte lhe pediam atenção, demorava a última redacção de suas admiráveis Constituïções.

Simão, julgando avisadamente que urgia a grande conveniência de ordenar a formação daqueles seus filhos, resolveu-se a suprir com sua experiência e indústria o que Inácio

(1) «... Occuparonse entonces como la obedientia ordenava conforme a lo que se sabia de la Compañia y a umas reglas que mestre Symon nos dexo». Mss. S. J., *Lus*. 84, f. 25.

(2) *Epist. Mixtae*, I, 173.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 546.

(4) *Ob. cit.*, 531. Carta de 18 de janeiro de 1543.

não podia por então realizar, pôs mãos à obra e a levou a cabo com não pequena satisfação do seu espírito. Assim o referiu a Inácio em carta que traduzimos do castelhano. «As coisas de Coimbra, contava êle em 1545, vão tanto adeante, que por mais que vo-lo escreva, não o acreditareis. O tempo que lá estive, pus por escrito tôda a ordem e *regimento do colégio* e as *regras para todos os ofícios* que pode haver na casa, terminando assim, com a graça de Deus, uma obra que me tinha em grande cuidado. Folgara de vo-la mandar a-fim de que a concertásseis e firmásseis com vossa aprovação para meu maior contentamento. Por minha parte creio que pode servir para qualquer colégio de Espanha» ([1]).

Concluído o importante trabalho, enviou tôdas aquelas regras ao P. Martinho de S. Cruz, reitor do colégio, ordenando-lhe que as promulgasse e desse por escrito à comunidade no dia quinze de agôsto de 1546, para memória daquele dia e festa da Assunção de N. Senhora, em que a Companhia de Jesus tivera em certo modo seu princípio no Monte dos Mártires em Paris. A carta que escreveu para êsse efeito ao P. Santa Cruz bem mostra, além das causas que o moveram à composição das regras, o ânimo com que desejava conformar-se ao espírito do fundador, e a humildade com que daria gostosa preferência às regras que lhe viessem de Roma.

«O P. mísser Inácio, explica Simão Rodrigues, ocupado em coisas de maior qualidade, e, segundo eu imagino, por não saber inteiramente o que cá se passa, não nos acode com o que nos é necessário, havendo-lhe eu por vezes escrito que nos mandasse regras pelas quais nos regêssemos conforme o nosso Instituto, e nunca me respondeu a isso. E vendo eu a necessidade que tínhamos de não viver confusamente e cada um segundo seu parecer, fiz êsses apontamentos adeante escritos, que compreendem a substância do que me a mim pareceu que nos convinha; e mando-vo-los para que os façais escrever no *livro da regra do colégio*. E quando os de Roma mandarem outras regras, conformar-nos-emos com êles, pois são mais e a quem o Espírito Santo inspira

---

([1]) *Ob. cit.*, 539. Carta de 10 de agôsto de 1545.

o que nos convém; que de mim posso dizer: Na alma do mau não entrará a sabedoria (1). E quando êles mandarem seu parecer, se alguma destas regras nos parecer necessária, então lho escreveremos e alegaremos as razões que nos bem parecer» (2).

Tamanha aceitação tiveram as *regras* do P. Simão Rodrigues, que muitas delas foram, passados anos, inseridas nas *Regras* da Companhia, que em Roma se elaboraram sob as vistas dos Padres Gerais, para serem observadas em tôdas as Províncias, e ainda hoje se guardam na sua maior parte (3).

2. — Mas as regras que Simão compôs, não abrangiam tôda a actividade peculir da Companhia. Eram particularmente destinadas ao Colégio de Coimbra. Êle o declarou ao P. Inácio quando lhe participou que tinha pôsto por escrito

---

(1) In malevolam animam non intrabit sapientia. *Sap.* I, 4.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 546-547. Santarém, 13 de agôsto de 1546. As regras gerais e dos ofícios particulares foram escritas de maio a julho de 1545, como se depreende da carta de Mestre Simão, de 10 de agôsto dêsse ano, e das notícias que nos deixaram Polanco e Orlandini (Rodrigues, *Mon.*, 539, Polanco, I, 159; Orlandini, V, 52). Mais tarde acrescentou algumas outras depois da publicação do breve *Exponi nobis* de cinco de junho de 1546, como foi o «Modo que se ha de ter nos colégios da Companhia em o receber dos estudantes nela» (Rodrigues, *Mon.*, 859), e a forma dos votos (*Ib.*, 873).

(3) Tardou a vir a lume pela imprensa o código das Regras da Companhia, mas desde 1560 em deante se foram repetindo as edições com aperfeiçoamentos, que se lhe introduziam, e decorreram ainda muitos anos até que se lhe deu a última demão. Em 1582 publicou-se em Roma, por diligência do P. Geral, a edição das Regras que podemos chamar definitivas, e nesse mesmo ano foram elas pela primeira vez entregues à estampa em Portugal, traduzidas a português com o título: *Regras da Companhia de Jesu. Em Lisboa por Antonio Ribeiro impressor de sua C. R. M. Anno 1582.* Era um pequeno volume de 0,m132 × 0,m074 de 52 fôlhas numeradas, e continha: *Summario das Constituições que pertencem á instrução espiritual dos nossos, Regras communs, Regras da modestia, Instrução pera dar conta de consciencia, Catalogo das Missas e orações, Regra dos peregrinos, Carta do nosso padre Ignacio pera os irmãos da Companhia em Portugal da obediencia* (em castelhano), *Forma dos votos simples.*

Em 1603 imprimiu-se em Évora segunda edição do precedente volumezinho a que se acrescentou da pag. 98 a 112: *Indulgencias e graças que diversos Pontifices, concederam á Companhia de Jesu até o ano de 1586.*

tôda a ordem da casa e regimento (1); significa-o também o título que deu a essas regras, de *Regimento da Ordem e ofícios da casa* (2), e comprova-o o facto de os ter enviado ao Padre Reitor para os escrever *no livro que tem a regra do colégio* (3).

Começa o autor destas normas célebres pelas regras do reitor, donde havia de descer a direcção para tôdas as partes daquele estabelecimento de formação religiosa e literária. Logo desenvolve as regras dos ofícios desde o de procurador e de mestre da casa ou ministro, até ao do leitor, que tinha de ministrar na lição da mesa *materia espiritual* aos que tomavam o alimento do corpo, e ajunta, como para complemento das regras particulares, a *regra geral,* que a todos igualmente devia de ser norma de bom e ordenado procedimento.

Acrescenta ainda o método de bem fazer o exame de consciência, dá proveitosos *avisos espirituais* que haviam de ser lidos todos os sábados antes da confissão, e constituem preciosos conselhos da vida interior e perfeição religiosa, propõe *regras para os que andam fora dos estudos* no ministério da salvação das almas, e remata com os *avisos para os peregrinos* a que deu maior extensão, justificada pelo uso de freqüentes peregrinações em que se exercitava a juventude do Colégio de Coimbra. Depois de tôdas estas regras, tocou, bem que de leve, o modo de manter os colégios da Companhia (4), apontou as condições que se exigiam nos estudantes para serem recebidos na Religião, estabeleceu a forma e solenidade com que se haviam de fazer os votos simples e a profissão solene (5), e terminou tôda a sua obra com uma exortação ascé-

(1) Rodrigues, *Mon.*, 539.

(2) *Ob. cit.*, pag. 282.

(3) *Ob. cit.*, pag. 546.

(4) Neste passo (Rodrigues, *Mon.*, 859) traduziu Simão para português o primeiro parágrafo e parte do segundo das Constituïções *de fundandis collegiis et domibus et scholasticis,* feitas em Roma pelos primeiros Padres da Companhia. Cf. *Constitutiones Lat. et Hisp.*, 306.

(5) As cerimónias da profissão solene prescritas neste trecho (Rodrigues, *Mon.*, 865) nunca se praticaram em Portugal. Até o ano de 1552 em que Mestre Simão deixou o govêrno da Província, só êle fêz solenemente profissão sem nenhuma destas cerimónias, e em 1553 introduziu Nadal rito

tica sôbre as obrigações contraídas pelos votos e com a exposição de normas a que deviam ater-se os confessores na formação espiritual dos religiosos [1].

Se agora olhamos para o espírito que dá vida a tôdas estas prescrições, veremos espelhar-se nelas a alma do P. Simão Rodrigues, desejoso do bem de seus súbditos, amante da ordem e solícito do progresso e bom nome da Companhia. Sente-se consolação inefável ao ler estas regras e santos avisos ditados pela prudência que tudo sàbiamente organiza, animados por suavíssima devoção e calor de piedade, e repassados do espírito genuíno de S. Inácio, em cujas lições se formara o autor dêles. Nas regras do reitor oferece-nos um verdadeiro retrato do reitor da Companhia, como o desejava o santo fundador e o pintou em suas Constituïções [2]. Quere-o activo e animoso no trabalho do govêrno, mas tão repoisado e quieto, que seja espelho de mansidão; tão humilde que não se ensoberbeça com a dignidade, nem se mostre rigoroso nem austero no mandar; senhor de si e magnânimo com as fraquezas dos súbditos; solícito de seu aproveitamento espiritual e mantenedor do bom concêrto e ordem da casa [3].

As demais regras dos diferentes ofícios são tôdas elas preceitos temperados de admirável ponderação e bom juízo, e suavizados pela doçura do espírito cristão. O *procurador* promoverá o bem do colégio «tendo sempre respeito às necessidades e proveito da casa e à edificação do próximo» [4]. Ao *mestre da casa* lhe lembra na última das regras que lhe traça para um govêrno bem ordenado, queira «por amor de Jesus Cristo nesta vida ser servo de todos para na outra descansar» [5]. Nas regras do *porteiro* há toques finos de delicadeza. A primeira regra assim o aconselha: «A todos responda baixo e graciosamente e nunca deixe a nenhum descon-

mais simples para aquele acto religioso, em conformidade com as Constituïções de S. Inácio, que êle publicava.

(1) Cf. Rodrigues, *Mon.*, 822-773.

(2) P. IV, C. X, n. 4, 5.

(3) Rodrigues, *Mon.*, 822-824.

(4) *Ob. cit.*, pag. 825.

(5) *Ob. cit.*, pag. 826.

tente, mas a todos deseje meter nas entranhas, pois são criaturas e obra das mãos de seu Deus e Senhor». Semelhantemente o exorta a sexta regra por estes termos: «Se o que buscar alguém de casa, não fôr conhecido, com muita afabilidade lhe pergunte como se chama e que lhe quer... e se lhe responder ou der recado, diga que o fará com muito boa vontade» (1).

O *enfermeiro* há de cumprir com tôda a exactidão, «com muita diligência e alegria interior e exterior» as prescrições do médico; terá sempre mui limpa a estância do enfêrmo», e levará com bom semblante «tôdas as importunações e tristezas e pouco sofrimento que algumas enfermidades soem trazer consigo e não amostre nenhum desgôsto» ao doente (2). O *guarda-roupa* «procure ser mui diligente em tudo o que toca aos panos que tem... pois tudo é esmolas e bens dos pobres de Cristo por amor de quem estes trabalhos há de tomar» (3). O *cozinheiro* «com muita alegria cuide servir o Senhor que diz: «O que fizestes ao mais pequeno dos meus irmãos, a mim o fizestes» (4). O *hospedeiro* «receba benignamente e com muita caridade os que vierem de fora» (5). O que tem cargo da livraria «cada quinze dias sacudirá o pó dos livros, e olhará se lhes faz mal alguma humidade e os porá a enxugar» (6). Ao *sacristão* lhe encarece o acatamento, cuidado e limpeza com que deve tratar «as coisas de que o Senhor do mundo se há de servir na sua mesa e altar» (7).

A *regra geral* contém uma série de ordenações práticas, prudentemente encaminhadas à boa harmonia e andamento do colégio, e inculcam, a maior parte delas, a dependência que Simão queria tivessem os súbditos de seus superiores (8). Por fim merecem-nos especial atenção os «*avisos para os*

(1) *Ob. cit.*, pag. 826, 827.
(2) *Ob. cit.*, pag. 828.
(3) *Ob. cit.*, pag. 830.
(4) *Quandiu fecistis uni ex fratribus meis minimis, mihi fecistis.* Math. XXV, 40. Cf. Rodrigues, *Mon.*, 833.
(5) Rodrigues, *Mon.*, 833.
(6) *Ob. cit.*, pag. 835.
(7) *Ob. cit.*, pag. 836.
(8) *Ob. cit.*, pag. 838-842.

peregrinos», se consideramos a devoção ternissima que de todos êles ressumbra. São estes avisos cheios de tão delicados sentimentos, tão eficazes para elevar à perfeição da vida interior, e tão animados de devotas considerações, dirigidas a santificar os trabalhos da peregrinação, que dificultosamente se encontrarão melhores e mais acomodados a êsse intento, e certamente denotam singular mestria no levar as almas à pura e suavíssima união com Deus. Tão estimados foram naquele tempo estes avisos, que o P. Nadal quando veio por Visitador da Província, julgou dever transcrevê-los no códice de suas instruções [1].

Dos pensamentos vários que fomos aqui e àlém colhendo nas regras do P. Simão, inferimos que o prudente legislador procurava suavizar com a unção da piedade a secura das prescrições regulamentares.

3. — Agora podemos deduzir desta breve análise e do teor de tôdas as regras e avisos qual fôsse a educação religiosa em que ia afeiçoando seus súbditos para o exercício do santo apostolado na Companhia de Jesus. Primeiramente só Deus havia de ser o fim e motivo de tôdas as acções, e a êsse têrmo da perfeição cristã os exortava no primeiro dos *avisos espirituais* com esta energia: «Firmemente trabalhemos de nenhuma coisa amar, nem desejar, nem querer senão a Deus; e com só Deus desejemos conversar e com o próximo por amôr dêle e não para nosso gôsto e passa-tempo» [2].

Para subir a êste grau de santidade haviam de trazer sempre os olhos em Deus, de modo que «não quisessem ver nem fazer coisa que se não pudesse fazer e ver deante de Deus e de tôdas as suas criaturas, e imaginassem estar sempre deante dêle que tudo vê» [3]. Como base desta sublime virtude estabelecia necessàriamente a humildade, da qual queria se compenetrassem todos, quando prescrevia esta regra: «Cada um cuidará quam pouco é, e far-se-á o mais somenos da casa» [4], ou mais encarecidamente recomendava

---

(1) *Ob. cit.*, pag. 849-859, 448.
(2) *Ob. cit.*, pag. 843, n. 1.
(3) *Ob. cit.*, pag. 844, n. 4.
(4) *Ob. cit.*, pag. 845, n. 14.

o exercício da humilhação a exemplo do Salvador por estes termos: «De todos cuidaremos ser escravos e servos por amor de Cristo que... a si mesmo se aniqüilou tomando a forma de servo» (1). Com a humildade insistia que tratassem de alcançar a abnegação perfeita de suas vontades e o desprêzo completo de quanto soubesse a mundo (2).

A obediência, virtude tão peculiar da Companhia de Jesus, repetidamente a inculcava nas suas regras e exortações. «Tôdas as coisas, ensinava o legislador português, devemos de querer fazer mais por parecer do superior que pelo nosso, e sempre o nosso devemos ter por suspeito» (3); e dando o fundamento sobrenatural desta regra, continuava: «Em nossos maiores e nos que nos governam, sempre devemos contemplar a pessoa de Cristo, que representam, e em nossas dúvidas recorrer a êles, tendo por certo que por êles nos há o Senhor de reger» (4). Era a genuína obediência tão proclamada pelo santo fundador da Companhia.

A própria abnegação, que tanto aconselhava a seus estudantes, advertia, antecipando-se aos ensinamentos expressos de Inácio, que a deviam procurar «fundados na obediência», de tal modo que nos estudos «nada sem obediência» nem «por seu gôsto e particulares intenções» praticassem, «mas sòmente por fazerem a vontade de Cristo», a qual cumpriam «obedecendo a seus superiores» (5). Mas tôdas estas virtudes tão sólidas e verdadeiras, recomendou que fôssem sobredoiradas pela composição exterior da modéstia e pela alegria espiritual que transparecesse no rosto (6). Emfim a todos excitava aos ápices mais elevados da virtude propondo-lhes o ideal da perfeição a que deviam aspirar, «porque, ponderava êle, se os desta Companhia não alcançarem êste desejo, não tão sòmente de se abnegarem, mas de serem

(1) «...semetipsum exinanivit, formam servi accipiens». Ad Philipp. II, 7. Cf. Rodrigues, *Mon.*, 844, n. 7.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 867, 871, 872.

(3) *Ob. cit.*, pag. 845. n. 18.

(4) *Ob. cit.*, pag. 845, n. 19.

(5) *Ob. cit.*, pag. 871.

(6) *Ob. cit.*, pag. 846, n. 21.

mártires e morrer por amor de Cristo, não estão aptos para o que a Companhia é instituída» (1).

Como porém Mestre Simão não podia pelo alto cargo que desempenhava, e ocupações que o detinham na côrte, tratar intimamente a cada um dos seus com a freqüência que demanda uma conscienciosa formação, encarregava com severas expressões aos confessores e directores espirituais, que tratassem cuidadosamente de introduzir os que se lhes confiavam, nos segredos da vida espiritual e ascética religiosa, e de os levar com arte e desvelado empenho a se embeberem no espírito da Companhia, segundo a Constituïção da Ordem e as normas que ela lhes traçasse (2).

Esta era a educação com que Simão Rodrigues ia criando amorosamente a seus filhos, como se colhe do exame das regras que para direcção dêles compusera. Não se contentava todavia com traçar-lhes normas de bem proceder. Por si mesmo directamente se ocupava de os formar, quando lho permitiam as circunstâncias, todo o tempo que foi superior em Portugal, ou repetindo-lhes em calorosas exortações os avisos espirituais que lhes escrevera, ou exercitando-os sob seus olhos na prática da virtude. Polanco o deixou em memória quando escreveu que Mestre Simão visitava de quando em quando os estudantes do Colégio de Coimbra e com documentos santos e outros meios adequados os alentava a tôda a perfeição e os exortava a que se dispusessem não só a trabalhar pela glória de Jesus Cristo mas a dar também por êle o sangue e a vida, advertindo-lhes que se não estivessem nesta disposição de ânimo, se retirassem do seu colégio (3).

Como porém nas comunidades, para a boa ordem e fácil e proveitoso exercício de virtude, seja indispensável a união

---

(1) *Ob. cit*, pag. 872.

(2) *Ob. cit*, pag. 868-873.

(3) *Invisebat eos aliquando Pater Simon, et spiritualibus documentis et auxiliis ad optima quaeque promovebat, et ut parati essent non solum ad operam et industriam, sed etiam ad sanguinem et vitam pro Christi gloria ponendam; et qui non hujusmodi in se animi praeparationem experiretur, ut ex collegio recederet, admonebat.* Polanco, I, 320. Refere-se Polanco neste passo ao ano de 1548.

de todos entre si e com o superior, essa procurava a todo o custo se conservasse, e cortava decididamente quanto à necessária harmonia se opusesse. É certo que algumas vezes encontrou dificuldades em o conseguir, provenientes da índole de alguns ou mais iracundos ou menos subordinados. Mas seu ânimo não descoroçoava. Do P. Afonso Cipriano, mais tarde zeloso missionário do Oriente, chega a referir ao P. Inácio que «a todos desassossegou com suas filosofias e com querer adivinhar sem nunca acertar» (1); e roga-lhe queira escrever-lhe de Roma a admoestá-lo «que obedeça e se humilhe e quebre seu juízo» (2). Sofria não pouco em seu ânimo o P. Simão com dissensões dêste género e sentidamente se lastimava. «Os que havemos de estar debaixo da bandeira de Jesus Cristo, onde todos somos chamados e ajuntados, protestava êle, hão de coligir um espírito e um coração e um mesmo sentir; e Nosso Senhor sabe quanto eu sinto não se sentir isto entre nós» (3). E declarando enèrgicamente o amor que tinha aos seus, acrescentava escrevendo ao P. Luís Gonçalves da Câmara: «Eu, se ser pudesse... tudo poria a risco por cada um dos irmãos: ora sendo isto assim, vêde quanto devo sentir haver entre nós coisa que não seja muito amor em Jesus Cristo uns aos outros» (4). Dêste sentimento provinha que tratando geralmente a todos, por índole e propósito, com singular caridade e mansidão, se resolvia a empregar a seu tempo o rigor que as circunstâncias demandavam (5).

Ficou em memória salutar o castigo severo que infligiu a alguns de seus súbditos que se desuniam dos superiores, e não lhes guardavam a lealdade que as regras da Religião prescreviam. Três dos religiosos, dois estudantes e um sacerdote, que se formavam no Colégio de Coimbra em 1547, deram sinais de menos sujeição na obediência, e foram admoestados e punidos pelo reitor, P. Luís Gonçalves da

(1) Rodrigues, *Mon.*, 532.
(2) *Ob. cit.*, ibid.
(3) *Ob. cit.*, pag. 573; Teles, I, 333
(4) *Ob. cit.*, pag. 574.
(5) *Ob. cit.*, pag. 576.

Câmara. Os penitenciados, em vez de se humilharem, soltaram-se em palavras contra o superior e entraram em pensamento de deixar a Companhia. Por vias ocultas escreveram a Lisboa a um seu companheiro a tentá-lo, cuidando não andaria longe das mesmas intenções. Êste porém, tomado de escrúpulo, foi meter as cartas nas mãos do P. Simão Rodrigues.

O zeloso Provincial, santamente indignado com o proceder tão desleal daqueles seus súbditos, resolveu-se a castigar exemplarmente aquela perniciosa insubordinação. Envia as cartas ao reitor, manda-lhe que as leia pùblicamente deante de tôda a comunidade reünida, e, depois de lidas, intime aos culpados a expulsão da Companhia, porque, dizia Simão na carta que para êsse efeito lhe escreveu, «em casa não temos necessidade de pessoas que dos superiores se recatem» (1). E «se vos parecer, prossegue o Provincial, que por leve coisa dou grande castigo, assim se sói fazer quando os defeitos impedem o bem público e dão aso a se fazerem corruptelas das leis, porque daqui pode nascer todo o mal» (2).

A êste propósito declara a determinação que o anima de não consentir na Religião quem se não acomodasse com as regras e instituïções da Companhia, e não «tivesse lealdade a Jesus Cristo e a seus superiores» (3); e exorta a seus súbditos com veemência desusada a que se sujeitem à obediência e se abracem resolutamente com a cruz de Cristo. «Quem entre nós, exclama, se não determinar de levar a cruz de Jesus Cristo, e aproveitar-se muito, não é para nós, nem nós para êle» (4). E frisando bem a perfeição que exigia a vocação sublime a que foram chamados, protesta resolutamente o propósito em que estava de depurar a sua Ordem. «Por muitas vezes vos disse, repetia êle a Gonçalves da Câmara, que era melhor sermos quatro: agora digo que com um me contentarei e conhecer-se-ão os que são desta Companhia de

(1) *Ob. cit.*, pag. 573.
(2) *Ob. cit.*, pag. 573-574.
(3) *Ob. cit.*, pag. 574.
(4) *Ob. cit.*, pag. 573.

Jesus» [1]. Não há dúvida que trabalhava por ter na sua Companhia homens de eleição, e resolvidos a levar a cruz de Cristo com abnegação perfeita de suas vontades, e a êste assunto voltava com freqüência quando as circunstâncias lhe davam ensejo de intervir pessoalmente na educação de seus súbditos.

É admirável o afecto paternal com que exortou neste sentido a um dos mais famosos estudantes do Colégio de Coïmbra, D. Rodrigo de Menezes. Assim lhe expandiu sua alma fervorosa: «O entranhável amor, que em o Senhor vos tenho, me faz desejar ver-vos unido com Cristo, prêso das cadeias de sua caridade e apascentado de seus olhos e recreado com a água de suas fontes; com a união de Jónatas com David vos amo em o Senhor, e desejo sejais em seu amor fervente, para que não entibieis; circunspecto, para que vos não canseis com extremos indiscretos; invencível, para que os trabalhos e doutrina de Cristo vos não espantem. Amai docemente a cruz, como a fim suavíssimo e alvo de vossos desejos; seja-vos doce Cristo, para que firmemente e sem mudança estejais nêle sem nunca vos apartar, pois o mistério da cruz aos que se perdem é loucura, mas aos que se salvam é virtude de Deus. Por isso gostai de o amar para que vos seja doce o Senhor, porque os que são levados pelo espírito de Deus, esses são seus filhos e desprezadores dos falsos contentamentos dêste mundo» [2].

4. — Dêste amor entranhado à cruz de Cristo nasceu naturalmente no solícito superior o desejo de se não ficar no especulativo e em exortações, mas de formar seus religiosos no exercício e prática da humilhação, fazendo-lhes provar as doçuras espirituais da cruz, tão amargas à natureza humana. Já no capítulo quinto do livro segundo descrevemos as penitências públicas, a que sujeitou os súbditos e o fervor com que êles as tomaram. Ora Simão Rodrigues movido certamente pelo que tinha em anos passados apren-

(1) *Ob. cit.*, pag. 575. Cf. Teles, I, 329-334; Franco, *Imagem... Lisboa*, 85.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 534; Teles, I, 153. Carta de 3 de dezembro de 1544.

dido com os exemplos do santo fundador, estava persuadido intimamente de que o espírito de humildade provado e robustecido na pública humilhação e desprêzo do mundo, era necessário à conservação da Companhia, como êle desde sua fundação a conceituara.

E não se enganava na doutrina geral que acèrrimamente defendia. «Tôdas as coisas, assim advogava Simão perante Inácio, comummente se conservam e sustentam com os meios por que se ganharam. Nossa Companhia tem um fundamento que é a abjecção e desprêzo do mundo, e mediante esta loucura sempre Deus a ajudou e com especiais dons favoreceu. Se a pomos de parte, ficaremos uns clérigos honrados, e pouco a pouco viremos a ser uns *cónegos regrantes*. Nem basta sòmente o mendigar; porque, se alguém é conhecido por virtuoso e bom, tudo lhe sobra, e todos desejam dar-lhe mais do que algumas vezes convém. É necessário que êles mesmos sejam loucos por Cristo, e que desejem, de sua parte, ser tidos nesta conta, e havidos como um opróbrio do mundo; porque sôbre esta pedra se fundou a Companhia neste reino e por essas partes, onde todos juntos peregrinámos. Deus bemdito escolhe o que é louco e fraco do mundo para confundir os fortes» [1].

«Por estas considerações e outras que seria longo escrever, e também por um sentimento que Deus N. Senhor me inspirou, quis, há um ano e meio, quando fui a Coimbra, dar a entender aos irmãos, como por um enigma, como deviam desprezar as vaidades mundanas, e qual a vida de asperezas que seria bom que tivessem depois de seus estudos, e como haviam de ser confundidos à face do mundo para que tomando assim a disposição para grandes coisas, alcançassem grandes fôrças e tratassem de as adquirir, se não as possuíam. Para êsse efeito ordenei fizessem algumas mortificações, de que já sereis inteirado, porque dei ordem vo-las referissem. Mas se ainda não as conheceis, enviar-vos-ei delas relação minuciosa, porque as fiz escrever e deixo por meu

---

[1] *Quae stulta sunt mundi elegit Deus, ut confundat sapientes; et infirma mundi elegit Deus, ut confundat fortia.* I Cor. I, 27.

testamento; e sumamente desejo que, se entre cristãos acabar, as metam comigo na sepultura» [1].

Com esta decisão manifestava os sentimentos que lhe brotavam da alma àcêrca destas mortificações públicas. Não podemos negar que era êsse o genuíno espírito do Evangelho e conseguintemente da Companhia de Jesus, em cujas Constituïções exortava Inácio a seus filhos que ponderassem com diligência «quanto ajuda e aproveita à vida espiritual aborrecer de todo e não em parte, tôdas as coisas que o mundo ama e abraça», e folgar até «de passar injúrias, falsos testemunhos e afrontas e ser tidos e julgados por doidos», para imitarem de algum modo a Jesus Cristo, vestindo-se de seu trajo e libré [2].

Mas, se alguma coisa havemos de censurar, diremos que foi talvez excessiva a insistência e ardor com que Simão propugnava o emprêgo de semelhantes mortificações na Companhia, e menos de aprovar o uso de algumas que eram mais de espectáculo, que de verdadeira e singela humilhação. Havia pelo menos o perigo de se dar a êsses meios de mortificação maior importância e relêvo do que o permitia o Instituto da nova Ordem apostólica. Efectivamente o fervor com que se entregavam aqueles religiosos a essas penitências foi, quase direi, delirante. «Era ver uma sombra, escreveu Mestre Simão, do fervor que Cristo deu a seus apóstolos o dia santo do Pentecostes» [3].

A-pesar porém dessa exaltação, que devemos chamar passageira, é certo que mesmo dentro das paredes do colégio nem todos se conformavam com exercício tão intenso de mortificações. Depois daquelas famosas penitências de 1545, de que anteriormente escrevemos, e que foram afinal as que motivaram o dissídio, estando já Simão Rodrigues em Lisboa, levantou-se no Colégio de Coimbra grande divergência e altercação àcêrca dessas penitências, afirmando uns que eram demasias condenáveis, defendendo outros que se haviam de ter por louváveis e conformes ao Instituto da

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 548-549. Carta dos princípios de 1547.
(2) *Const. S. J., Examen*, IV, n. 44.
(3) Rodrigues, *Mon.*, 549, carta citada.

Companhia. Entre os que as impugnavam, sobressaíam Martinho de S. Cruz e Francisco Estrada, a quem, segundo interpretava Mestre Simão, «parecia perder-se a autoridade da casa praticando-se coisas que o mundo não aprovasse» (1). «Estrada queria as mortificações de maneira que a ninguém desagradassem» (2).

«Eram êles ambos, continua Simão Rodrigues, tidos na casa em grande opinião, um pela prègação e pela estima grande que eu lhe mostrara, e o outro por o ter pôsto, como reitor, à frente do colégio. Assim sucedeu que os irmãos começaram a esfriar pouco a pouco neste fervor; a ter estas coisas em menos conta, a quererem ser nìmiamente espirituais, e a desdenhar do que eu fizera. E, como de todo se declarassem, *factum est praelium magnum* no colégio, e começaram a descontentar-se e a perder a Santa Cruz e a Estrada o crédito a tal ponto, que foi coisa espantosa».

«Estrada dizia que tinha estado com todos os primeiros padres e com Mestre Inácio, e que não faziam tantas mortificações. Isto me contaram. A mim asseverou-me uma vez que em Portugal se praticaram mais mortificações do que tínhamos feito em Itália. E isto concorda com o que me haviam referido. Santa Cruz observava que Pedro Fabro dizia que até lá em Castela tinha receio de que nossas mortificações o mortificassem. Desta maneira me magoavam mais do que as próprias mortificações, as quais afinal me mortificavam bem mais a mim do que àqueles que as faziam, porque lhes diziam que êles só executavam o que lhes ordenara, mas que eu era o indiscreto. Estas suas opiniões, porque afagavam a sensualidade, atraíram alguns dos irmãos, ainda que poucos» (3).

Ora sendo tão autorizados os cabeças dêste dissídio doméstico, não admira que andasse tôda a casa em confusão, segundo notou expressamente o bom Provincial, e como dividida em dois partidos. É verdade que a diferença existia só nas opiniões, mas ainda assim era perniciosa a

(1) *Ob. cit.*, l. c.
(2) *Ob. cit.*, pag. 552.
(3) *Ob. cit.*, pag. 550.

discordância numa comunidade religiosa de tanta juventude ([1]). Simão foi em pessoa ao colégio e com a sua autoridade sossegou os ânimos ([2]).

Mas como providente superior, tratou de atalhar futuras perturbações. Para êsse fim dirige-se a Inácio nos princípios do ano de 1547 e pede-lhe que, se Deus assim lhe der a sentir, lhes escreva carta em que declare seu parecer àcêrca das mortificações. Outra vez ainda volta ao mesmo pedido insistindo que era necessária carta de Inácio para que todos soubessem que o espírito de Coimbra era igual ao de Roma ([3]).

([1]) *Ob. cit.*, l. c. — Aicardo no seu *Comentario a las Constituciones*, I, 69, n. 4, escreve, a propósito destas divergências, o seguinte: «Cuando en Portugal bajo el P. Simón se entregaban aquellos novicios y estudiantes a azotarse por las calles, a predicar semidesnudos, a dar voces de penitencia en el silencio de la noche y a otras locuras santas, surgió en el Colégio de Coimbra una oposicion que se originó desde la venida de los PP. Fabro y Araoz, a que dieron pábulo Estrada y el P. Santacruz que venían de Roma e de España, y a la que, aun cuando el P. Simón lo ignoraba, se unían no pocos ni vulgares religiosos, de tanto mérito y espíritu como el P. Luis González de la Cámara, el P. Manuel Godinho, el P. Francisco Enríquez, el P. Urbano Fernández, el P. León Enríquez y otros muchos, porque *reliquit Dominus* muchos, *qui non curvaverunt genua,* etc. (se ha reservado el Señor muchos, que no han doblado la rodilla».

Quase só leio inexactidões neste longo período. Nunca, durante o govêrno de Mestre Simão, andaram aqueles religiosos a açoitar-se pelas ruas nem a prègar meio despidos. Duas vezes se disciplinaram nas ruas de Coimbra, mas quando já era Provincial Diogo Mirão; e só uma vez prègou seminu Leão Henriques numa peregrinação e muito longe do conhecimento do P. Simão Rodrigues. A oposição que diz ter havido entre Mestre Simão e aqueles religiosos «nem poucos nem vulgares», deu-se anos mais tarde e por motivo bem diverso, como o ilustre comentador poderia ter visto na carta de Luís Gonçalves, donde extrai a notícia (*Epp. Mixtae*, III, 34).

([2]) Rodrigues, *Mon.*, 551.

([3]) *Ob. cit.*, 551, 558. Cartas dos primeiros dias de 1547 e de 20 de janeiro do mesmo ano. — Aicardo, *Ob. cit.*, pag. 69, n. 4 e 5, censura a Mestre Simão por pedir carta de Inácio «con un decretismo que muy poco agradaría al Santo». Se o comentador lêsse com mais atenção e sem preconceito as palavras de Simão Rodrigues, entenderia que elas só deixam transparecer, com o desejo de haver a carta que pedia, muita singeleza e resignação com edificante humildade. Primeiro usa dêstes termos de tanta moderação: «creyo yo, si asi Dios N. S. os diere á sentir, que seria buena

Pelo mesmo tempo em que as instâncias de Simão chegavam às mãos do fundador, entrava em Roma, ido de Coimbra, o estudante Fernão de Mascarenhas [1]. Quando falou a primeira vez com o santo Geral, rogou-lhe, em nome dos religiosos de Coimbra, se dignasse escrever-lhes carta, em que falasse com todos êles. Inácio deu-lhe boas esperanças de que lhes satisfaria plenamente os desejos, e Mascarenhas assim o referiu depois àqueles seus irmãos em carta de três de maio do mesmo ano, fazendo-lhes saber, que certamente receberiam a carta por que anelavam, copiosa de palavras e muito mais de santa doutrina, que os levaria, se a praticassem, a correr pelo caminho da perfeição [2]. De-feito o fundador encheu as ânsias de seus filhos de Coimbra com uma lição magistral àcêrca da perfeição religiosa, como abaixo explanaremos.

No que tocava às mortificações de que se lhe pedia o parecer autorizado, respondeu com prudência consumada de mestre da vida espiritual. Depois de os acautelar contra os perigos do fervor demasiado, declara que não só não desaprovava aquelas mortificações, em que êles se assinalaram, pois bem sabia que os santos as praticaram com proveito do seu espírito, mas as considerava úteis para o vencimento próprio sobretudo nos princípios da conversão; todavia a quem já tinha domínio bastante sôbre o amor próprio, julgava que mais convinha reduzir-se à mediania da discrição, sem nunca se apartar da obediência [3].

---

una carta vuestra»; depois, ao instar no seu pedido, escreve expressões como estas: «Mucho se confirmarán con vuestra carta... saben quanto Dios N. S. os ama y quoanto allá lo amáys y servis y quán poco yo soy en comparacion del mínimo de los hermanos».

(1) Mascarenhas chegou a Roma a 28 de março de 1547. Bibl. P. Ebor. cviii/2-1, f. 79.

(2) «... Y le pedi de vuestra parte ... una carta en general para todos, en que hablasse con vos, la qual creo q. os escrive copiosa en la hechura, e mucho más en la santa doctrina, la qual si bien imitáredes, yo creo q. andareys por el camino de la perfection». Bibl. P. Ebor. cviii/2-1, l. c. Carta de Roma de 3 de maio de 1547.

(3) «No querria que con todo lo que e scrito pensássedes que yo no appruevo lo que me han hecho saber de algunas vuestras mortificationes; que estas y otras locuras sanctas sé que las usaron los sanctos á su prove-

Não sabemos como recebeu Simão Rodrigues a resposta do fundador que moderava pela prudência os fervores que êle tão calorosamente acendia. Mas deveu ela ter serenado a pequenina tormenta, de que nos anos seguintes não aparecem vestígios. O santo alvorôço com que foram acolhidas as palavras de S. Inácio, assegura-nos que todos geralmente se conformaram (1).

5. — A carta que ora citámos, vem recordar-nos a parte grande que teve Inácio na formação religiosa de seus filhos de Portugal. Desde que a Companhia de Jesus foi com tamanha benevolência acolhida no reino de D. João III, sempre o santo fundador olhou para Portugal com afectuoso carinho e particular interêsse, por ser esta a região, onde a sua Ordem mais ràpidamente e com maior exuberância de viço se desenvolveu. Assim eram contínuas as cartas que dirigia aos superiores, intendendo na direcção e formação de todos os que o reconheciam por pai; e na mútua correspondência entre Portugal e Roma havia de uma parte e outra não pequena consolação. Fàcilmente se resolvia Inácio a escrever aos seus portugueses «sabendo, lhes dizia paternalmente, que pela devoção de vossa obediência, vos consolais em o Senhor Nosso com as cartas que se vos escrevem de Roma, do mesmo modo que eu e todos os que estamos cá, nos consolamos muito no mesmo Senhor Nosso com as boas novas

cho, y son útiles para vencerse y haver mas gracia, mayormente en los principios; pero á quien tiene ya más señorio sobre el amor proprio, lo que tengo scrito de redusirse á la mediocridad de la discretión, tengo por lo mejor, no se apartando de la obedientia». *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 507. Carta de Roma, 7 de maio de 1547.

(1) Aicardo, *Ob. cit.*, I, 79, escreve que «la carta no debió satisfacer al P. Simón, quien por lo menos creyó que dejaba las cosas como estaban, si no las empeoraba; lo cierto es que tenemos frases suyas de aquel tiempo durísimas, en que de seguro alude a las divisiones que había en la Provincia». Aqui só há suposições do ilustre comentador. As frases, que chama *durissimas*, não dizem nada com as penitências, de que tratamos. A carta onde as foi buscar, versa um assunto muito outro, não de penitências, mas de umas cartas, a que já nos referimos, que três irmãos escreveram a ocultas do superior. Cf. Rodrigues, *Mon.*, 575. Carta de Simão ao P. Luís G. da Câmara em 1547.

que de vosso espiritual aproveitamento em doutrina e virtudes ouvimos» (1).

Só porém no ano de 1547, pela ocasião que acima indicámos, se determinou a escrever a todos êles conjuntamente uma carta que ficou célebre na história da Companhia, porque é uma exortação admirável, e tão autorizada, à prática fervorosa da virtude, e guia segura contra os escolhos da indiscrição na vida espiritual. Foi a carta datada em Roma a sete de maio de 1547, chegou a Coimbra aos dez ou onze de junho, e logo se leu pùblicamente no colégio (2).

Não se podem fàcilmente imaginar as chamas de santo fogo que ateou naqueles peitos juvenis a carta do santo fundador. Escreveu António Franco na sua Sinopse que «todo o colégio como que se reanimou de novos espíritos para ousadamente empreender as maiores façanhas pela glória de Deus» (3), e os documentos coevos comprovam plenamente a notícia de Franco. O P. Melchior Nunes que ouviu ler a carta, refere que o P. Luís Gonçalves da Câmara, reitor do colégio, observando «o grande fervor de espírito» que nos ânimos dos irmãos despertara aquela leitura, mandara que fôssem logo todos à capela a fazer oração pelo P. Mestre Inácio e pela Companhia» (4).

António Soares que também era nêsse tempo estudante do colégio, assim descreve o que viu e sentiu naquela ocasião: «Recebemos de Mestre Inácio a carta, que instantemente pedíramos, e tão longamente esperámos. É inexplicável a consolação que sentimos. Com a leitura dela a tal ponto se inflamaram os irmãos para se entregarem ao estudo

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 687.

(2) Cf. *Litt. Quad.*, I, 67. As várias cópias, que desta carta se nos conservam, divergem na data. Umas teem 27 de maio, algumas 3 ou 4 de março outras 7 de maio, data que adoptamos no texto. Parece-nos das três a única aceitável. A de 27 de maio, que também trazem Teles, I, 371, e Franco, *Synopsis Ann.*, 1547, é inadmissível, porque, tendo chegado a carta a Coimbra em 10 ou 11 de junho, não podia ter sido escrita em Roma a 27 do mês antecedente. A data de 3 ou 4 de março rejeita-a o facto de ter sido pedida a Inácio por Fernão de Mascarenhas nos fins dêsse mês.

(3) *Synopsis Ann.*, 1547, n. 22.

(4) *Litt. Quad.*, I, 67. Carta de Coimbra a 27 de setembro de 1547.

das letras e à aquisição das virtudes, que foi necessário ler-se por duas vezes; muitos instaram para que se continuasse a ler uma vez cada semana, e a maior parte dêles a copiaram para melhor a conservarem na memória. Nem há por que estranhar êste fervor. Quanto para o deante se nos apresenta de arriscado ou dificultoso, tudo se desfaz com a fôrça dos argumentos que nesta carta vamos colhêr, e com sua leitura se avigoram e robustecem mais e mais os ânimos para subir à mais elevada perfeição na virtude e nas letras» [1]. Tão profunda e benéfica impressão gravou nos corações daquela briosa juventude a carta do Santo!

Mas quem passar por ela os olhos confessará fàcilmente que era bem justificada aquela comoção espiritual. A solidez da doutrina, a eloquência persuasiva, o afecto paternal que jorra de tôdas suas palavras, e a prudência de mestre consumado, que se revela nos princípios que assenta, e na direcção que aponta e marca, bastariam a afervorar a corações entibiados, quanto mais a almas tão bem dispostas para receberem os ensinamentos do grande Santo e admirável fundador.

Começa expandindo o seu amor de pai e a alegria que o inundava, pelos progressos de seus filhos de Coimbra nas letras e na virtude, e desta arte mais lhes cativa o amor filial. «Por cartas de Mestre Simão, lhes diz, e também de Santa Cruz, tenho contìnuamente novas de todos, e sabe Deus, fonte de todo o bem, a grande consolação e alegria que recebo com saber quanto êle vos ajuda assim no estudo das letras como no das virtudes, cujo bom odor ainda em partes

---

[1] *Litt. Quad.*, I, 57. Carta enviada de Coimbra a Roma ao P. Martinho de S. Cruz, de 24 de setembro de 1547. Cf. Orlandini, VII, n. 76 — Bartoli, *Vita di S. Ignazio,* lib, IV, n. 17, e outros escritores, afirmam que esta carta foi escrita pelo P. Martinho de S. Cruz, testemunha presencial do facto. É equívoco. Martinho de S. Cruz morava já em Roma no setembro de 1547, nem estava em Coimbra quando se recebeu a carta de S. Inácio. — Aicardo, I, 78, para demonstrar o regozijo que no Colégio de Coimbra causou a carta do santo fundador, de 7 de maio, cita sòmente as cartas de Luís da Grã de 7 de Março de 1548 (*Epist. Mixtae*, I, 485) e de Rodrigo de Menezes do mesmo ano e mês (*Epist. Mixtae*, I, 521). Mas estas cartas não dizem respeito à carta de 7 de maio de 1547. Referem-se a outra que escreveu o mesmo santo, como veremos abaixo.

muito afastadas dessa terra anima e edifica a tantos. E se todo o cristão deveria gozar-se dêste exemplo pela obrigação que temos todos de amar a honra de Deus e o bem da sua imagem, redimida com o sangue e vida de Jesus Cristo, com muito maior razão é bem que eu em especial dêle me regozije, sendo tão obrigado a guardar-vos com particular afeição dentro de minha alma» [1].

Logo entra no assunto e primeira parte da carta, e a desenvolve serenamente acumulando poderosos motivos para os excitar a correrem animosos no caminho da perfeição. Recorda-lhes que hão de trabalhar fervorosamente por se extremarem na virtude e nas letras, porque assim o demanda a sublime vocação, para que Deus amorosamente os escolheu; aconselham-no os males da frouxidão e as vantagens do fervor espiritual, que adeanta admiràvelmente e consola a alma; persuade-o o prémio celeste, que se dá sòmente aos que denodadamente combaterem, e exige-o finalmente e sobretudo «o puro amor de Jesus Cristo e o desejo de sua honra e da salvação das almas», «porquanto, acrescenta, sois soldados seus com especial título e sôldo nesta Companhia» [2]; e prossegue amplificando com eloqüência comovedora as razões de bem servir ao Senhor, «de tornar pela honra de Jesus Cristo e pela salvação dos próximos», e de se dispôrem a todo o trabalho e diligência por se fazerem para êsse efeito idóneos instrumentos da divina graça [3].

Então para que ninguém tomasse do que ficava exposto, «ocasião de dar no extremo contrário do indiscreto fervor», comemora em segundo lugar e encarece os perigos e males em que hão de naturalmente incorrer os que no exercício da virtude se deixam levar da indiscrição, e conclui com esta norma de prudência: «Assim que, para guardar o meio têrmo entre os extremos da tibieza e do fervor indiscreto, tomai conselho com o superior, e acomodai-vos à obediência. E se tendes grandes desejos de mortificações, empregai-os antes em quebrar vossas vontades e submeter vossos juízos

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 496.
(2) *Ob. cit.*, pag. 501.
(3) *Ob. cit.*, pag. 504.

ao juízo da obediência, do que em debilitar o corpo e atormentá-lo sem a devida moderação, especialmente agora no tempo dos estudos» (1).

Porfim os exorta à obediência e caridade, e particularmente ao zêlo da salvação das almas, mostrando-lhes a maneira de trabalhar, já desde as ocupações de estudantes, a bem dos próximos, com a intenção de os ajudar pelas fadigas do estudo, com o empenho de se santificarem e tornarem instrumentos aptos da santificação alheia, com o bom exemplo da vida virtuosa e com os santos desejos e orações (2). Tal é num breve compêndio a maravilhosa carta, que tão salutar e profundo abalo causou naqueles estudantes do Colégio de Coimbra, a quem foi dirigida, e ainda hoje se lê com veneração e proveito em tôda a Companhia.

6. — Segunda carta escreveu no ano seguinte o solícito fundador aos mesmos estudantes de Portugal, e escolheu por assunto a momentosa virtude da obediência, na qual tanto desejava que seus filhos se assinalassem. Alcançou-a do Santo o P. Martinho de S. Cruz, que desde setembro de 1547, como já notámos, se achava em Roma. Nesta cidade foi ela assinada a catorze de janeiro de 1548, e já nos princípios de março tinha consolado aquela juventude a quem a leu pùblicamente o reitor P. Luís da Grã. Foi também inefável o contentamento e alvorôço que levantou entre aqueles estudantes. É o mesmo reitor que o atesta em significativas expressões (3).

Mas as palavras do nobilíssimo jovem D. Rodrigo de Menezes melhor nos deixam conjecturar a devoção e regozijo que no colégio produziram as exortações de Inácio. «Não poderei contar, assim êle se exprime, o gôzo e alegria santa que recebemos, quando vemos falar o P. Mestre Inácio pela

(1) *Ob. cit.*, pag. 506-507.

(2) *Ob. cit.*, pag. 508-509.

(3) «Quem poderamos teer por intercessor pera tão grande contentamento e alegria in Domino, senão a Vossa R.cia, alcançando-nos do P. Mestre Ignácio cartas para nós, que nos faz não se enxerguar o alvoroço que nos causou a de Polanco, o que remediou ho P. Mestre Simão com no las mandar separadas». *Epist. Mixtae*, I, 485. Carta escrita de Coimbra a 7 de março de 1548 ao P. Martinho de S. Cruz.

língua do P. Luís da Grã que leu a carta. Não cabe dúvida que estavam os irmãos banhados de alegria com ouvir, já que lhes não é permitido ver a seu Reverendo em Cristo Padre tão querido. Uma só palavra consola-os tanto, que é para dar louvores a Deus, e para mover aquele tão piedoso peito a que se recorde de quando em quando dêstes seus filhos. Eu, falando de mim, bem sei que a não mereço... mas é próprio da bondade fazer brilhar o sol sôbre os maus e sôbre os bons. Não deixe V. R. de procurar que êsse sol, que lá resplandece, lance até nós os raios de sua doutrina e palavras, para aquècer os que estiverem frios, como eu, para alumiar os cegos e curar com suas salutares medicinas os que estamos de várias enfermidades tão achacados; e, como o terreno se prova tão bem disposto, perde-se o tempo em que se não semeia» (1).

Estavam realmente bem preparados aqueles ânimos juvenis para receberem a semente que lhes lançava a mão experiente e amorosa de Inácio!

A carta abre-a o Santo, como a primeira, com uma expansão de afecto paternal e de regozijo pelas boas novas que lhe chegavam, do aproveitamento em doutrina e virtude daqueles estudantes de Coimbra. Imediatamente os aconselha a disporem a alma às influências da graça divina, e a guardarem mútua união e paz, de modo que sejam «todos uma mesma coisa em Jesus Cristo, Senhor Nosso» (2). Logo

---

(1) *Epist. Mixtae*, I, 520-522. Carta de Coimbra, março de 1548. Os editores da *Monumenta Historica S. J.* notam (*Epist. Mixtae*, I. 520[2]) que esta carta de Rodrigo de Menezes foi escrita no princípio de junho. Mas do contexto colhe-se que o foi no mês de março, porque refere o autor dela que «neste tiempo se despidieron [do Colégio de Coimbra] los de la Índia, Gaspar Francisco, Joan Fernandes» ... (*ib.* pag. 526), e a leva de missionários do ano de 1548 embarcou em Lisboa para a Índia a 17 de março.—Já observámos que estas cartas de Luís da Grã e Rodrigo de Menezes, não se referem, como quer Aicardo, à carta de S. Inácio de 7 de maio de 1547, mas a esta de 14 de janeiro de 1548. A primeira não foi pedida por Santa Cruz, que não estava a êsse tempo em Roma; e a segunda, de 14 de janeiro de 1548, chegou a Portugal com as de Sicília, como diz Rodrigo de Menezes, despachadas de Roma no mesmo dia 14 de janeiro. Cf. *Epist. Mixtae*, I, 485, 522; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 684.

(2) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 688.

descaindo naturalmente no assunto principal da carta os exorta à obediência, necessária para essa união e paz, não só porém à obediência de acção, mas também à de vontade e de juízo, «quando se não entra em coisa que seja pecado ou de tal maneira conhecida por falta, que convença necessàriamente o entendimento» (1), porque só com esta perfeição de obedecer «se faz firme e duradoira a união, e se torna em certo modo imperturbável (quanto se compadece com o mísero estado da vida presente) a paz e quietação neste santo e suave jugo» (2).

Em seguida reforça êste poderoso argumento com a prova do desagrado de Deus, que não aceita as obras que se fazem contra a obediência, e com a consideração dos males a que se expõe quem «caminha incautamente e sem freio de quem o saiba reger e governar, ainda que seja por vias altas e sublimes» (3). Finalmente os anima a que, metendo debaixo dos pés a própria vontade, tenham sôbre a cabeça e deante dos olhos a do superior, persuadindo-se que a Divina Providência por êsse meio os há de guiar à maior perfeição da virtude e bem dos próximos (4).

Com esta solidez instruía Inácio aqueles seus filhos na virtude da obediência, dando-lhes uma lição, que depois havia de ampliar naquela primorosa carta que sôbre esta virtude escreveu aos mesmos estudantes de Coimbra em 1553, e a que em seu lugar mais detidamente nos havemos de referir.

7. — Outras lições mandou Inácio a Portugal para a genuína formação dos religiosos da Companhia, e ainda que não as revestiu da solenidade comovedora das duas cartas precedentes, nem por isso lhes dava menos pêso e eficácia para o fim de inspirar em seus filhos a feição particular da sua Ordem. O P. Urbano Fernandes, que em 1551 governava a Província de Portugal em vez do P. Simão Rodrigues, escreveu a Roma em oito de março dêsse ano a pedir a

(1) *Ob. cit.*, pag. 690.
(2) *Ob. cit.*, l. c.
(3) *Ob. cit.*, pag. 692.
(4) *Ob. cit.*, l. c.

Inácio algumas luzes e esclarecimentos para o recto desempenho do cargo, e acertada educação de seus súbditos ([1]). Em nome do santo Geral e sob a sua inspiração respondeu-lhe o P. Polanco.

Além de algumas regras disciplinares de boa prudência, que lhe indicou, declarou-lhe seguros avisos de formação espiritual, que bem correspondiam aos sentimentos de Inácio, primeiro sôbre a virtude da obediência, que tanto prevalecia na estima do santo fundador. «O que mais de-veras procura [Inácio] que se guarde, assim escreve o fiel secretário, e mais sente que deixe de se guardar, sem falar em pecados mortais, que se pressupõe não os haver, é a obediência, que não sòmente se estende à execução, mas também a fazer sua a vontade do superior e a sentir o mesmo que êle sente em tudo o que se não possa afirmar que é pecado; e avalia por imperfeita a obediência do súbdito que se contenta de fazer o que lhe mandam e de querer fazê-lo, se não sente também que se deve fazer, vencendo e cativando o próprio juízo debaixo da santa obediência, emquanto, já se vê, a jurisdição da vontade pode atingir o entendimento, como é nas coisas em que o não força a evidência... Pessoas duras de cabeça e que inquietam e perturbam os outros, ainda que seja em coisas mui pequenas, não as pode sofrer» ([2]).

Àcêrca das mortificações «mais quer e estima a da honra e estima de si mesmo do que as que afligem a carne, como são jejuns, disciplinas e cilícios. E no que toca a estas últimas, não sòmente não dá de esporas, mas antes puxa o freio aos que não sentem combates molestos ou perigosos da carne, particularmente aos estudantes; que êstes, quando vão progredindo bem na virtude e letras sem tropêço notável, prefere que os deixem estudar, julgando por sazão mais a propósito para mortificações o tempo que antecede os estudos, ou vem depois dêles acabados» ([3]). Em ponto de oração antes quer Inácio ver a seus filhos tão unidos com

---

([1]) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, III, 499-503; *Cartas de S. Ignacio*, II, 354-361, Roma, 1 de junho de 1551; Polanco, II, 135.

([2]) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, III, 501.

([3]) *Ob. cit.*, pag. 502, 503.

Deus, que o saibam achar em tôdas as coisas, do que entregues a prolongadas meditações [1]. Além disso, «deseja nos da Companhia uma resignação sem própria vontade, e com indiferença para tudo o que lhes fôr ordenado; e para o declarar costuma usar da semelhança do bordão de um velho, que se deixa mover à vontade de quem o traz, ou de um corpo morto que sem repugnância nenhuma vai aonde o levam» [2].

Emfim «quanto à intenção, quisera que todos a tivessem muito recta de procurar a glória de Deus em sua alma, no seu corpo e em tôdas as suas operações, e de buscar diligentemente o proveito das almas, quem por um meio, quem por outro, êste por si mesmo, aquele ajudando os demais que o façam, tendo sempre os olhos mais no bem universal que no particular» [3]. Quem não fôr estranho às leis da perfeição religiosa, há de perceber que são de fina espiritualidade e segura prudência estas regras do fundador da Companhia de Jesus. Polanco refere que o P. Urbano as acolheu com grande consolação de sua alma, e bem podemos julgar que por elas ia formando os que a seus cuidados de superior estavam entregues.

Pelo mesmo tempo deu o mesmo secretário ao P. António Brandão, que a Roma acompanhara a Simão Rodrigues, um memorial ou instrução em que da parte de Inácio responde a uma série de perguntas que êsse religioso fizera ao santo Geral. Nestas respostas demais de inculcar de novo a obediência, em que deseja se avantage a Companhia de Jesus às outras Religiões, e de declarar, como acima expusemos, a oração que prefere em seus estudantes, dá normas particulares de proceder ou para se guiarem no caminho espiritual, ou para tratarem com os próximos, de modo que em tudo sobressaia a prudência e moderação que tanto recomendava aos filhos da Companhia [4]. Brandão em Portugal apressou-se a comunicar a seus irmãos aquela instrução espiritual,

(1) *Ob. cit.*, pag. 502, n. 6.
(2) *Ob. cit.*, pag. 502, n. 7.
(3) *Ob. cit.*, pag. 503, n. 10.
(4) *Ob. cit.*, pag. 506-513; *Cartas de San Ignacio*, II, 557-564.

sabendo que era grande a ânsia que tinham geralmente de receber do santo Padre Inácio regras e conselhos que os dirigissem para caminhar segundo seu espírito nas verêdas da perfeição religiosa [1].

Desta maneira procurava o Santo ou por intermédio dos superiores de Portugal ou directamente com suas exortações influir benèficamente na formação de seus filhos do Colégio de Coimbra.

8. — Com mestres tão abalizados haviam aqueles discípulos, geralmente dóceis, de se tornar aptos para os grandes ministérios da Companhia. E assim foi na maioria dos casos. Formaram êles um escol de ferventes obreiros, que em Portugal edificaram com sua virtude, muita vez heróica e sublime, e se dedicaram ao ensino das letras e aos ministérios sacerdotais, com um resultado que admirou os contemporâneos, e além-mar, nas missões religiosas, praticaram prodígios de magnanimidade apostólica. Irrefragàvelmente o demonstrará o decurso desta história onde nos passa deante dos olhos um esquadrão de santos e apóstolos, que foram o assombro do mundo. Refiro-me agora particularmente àqueles que em Portugal se criaram no espaço dos anos, que teve em sua mão o govêrno da Companhia o P. Mestre Simão Rodrigues.

A-pesar das dificuldades, que eram maiores no princípio, em que ainda não havia normas bem determinadas para a formação da juventude segundo o modo particular da Companhia de Jesus, a-pesar também das dificiências e defeitos que a história se encarrega de lealmente apontar, obriga-nos a evidência luminosa dos acontecimentos, que nesse tempo se desenrolaram aos olhos do mundo, a confessar que o govêrno e acção do primeiro superior e Provincial produziu frutos de não pequena honra e lustre para a Companhia, de notável proveito para a Igreja e de grande glória de Deus.

Sabemos que já em vida de Simão Rodrigues lhe foi censurada a formação por êle dada a seus súbditos, e que

---

(1) *Epist. Mixtae,* V, 763. — O P. Manuel Godinho, no seu espírito um tanto acanhado, julgou que esta instrução, ditada pela prudência do fundador, fizera mal a Brandão e não convinha para todos. *Ibid.*

os próprios historiadores da Ordem não cessaram até ao dia de hoje de encarecer aquele mal, porque na verdade podem apontar alguns, saídos da escola de Simão, que ou abandonaram as fileiras da Companhia, ou não corresponderam ao ideal da perfeição religiosa. Havemos porém de observar que a maior parte dos que Simão Rodrigues educou por seu trabalho pessoal ou com o auxílio de superiores imediatos, a quem compete directamente e mais de perto a formação dos súbditos, foram homens de rara virtude e exemplo, e que não são os menos que fraquearam, os que nos hão de dar a medida justa das aptidões dos educadores.

Não há Religião nenhuma, que não tenha de lastimar a muitos de seus filhos, que ou desertaram ou desfaleceram na vida espiritual. Assim o pensava o próprio Simão Rodrigues, quando escrevia a Roma para se defender de semelhante acusação. «Nas cartas que nos agora escrevestes, explicava êle ao P. S. Cruz, notei alguns pontos, aos quais não quisera responder, por serem coisas que homem não pode acabar de explicar por carta. Primeiramente que nascia haver algumas perturbações no colégio de se receber muita gente sem muita examinação, e de não serem tais, quais deviam. Sôbre isto e sôbre as outras coisas que aqui irão, podereis dizer ao P. Mestre Inácio o que escrevo. Digo que os que se perturbaram, se receberam em tôda a parte, onde quer que a Companhia estivera; mas o inimigo todos perturba, e até no paraíso houve contenção. Agora, louvores a Deus para sempre, tudo está mui quieto, e não se espantem lá de tormentas; e prouvesse a Nosso Senhor que estas fôssem das maiores que os colégios hão de ter» (1).

Da Índia chegavam também a Portugal e a Roma queixas contra os maus efeitos da formação de Coimbra. Como sucede em casos semelhantes, meteram-se exagerações na sensura de então, e repetem-se na que lhe fazem os escritores que depois historiaram os sucessos. O santo Xavier lastimava-se com acerba tristeza de ter sido forçado a despedir da Companhia de Jesus alguns dos missionários que Mestre Simão lhe enviara, porque não deram no Oriente a edificação

(1) *Rodrigues, Mon.*, 581. Cartas de 20 de janeiro de 1548.

que prometiam em Portugal [1]. Mas a causa desta deficiência nascia mais das circunstâncias que dificultavam a obra do santo apóstolo, do que de erros de formação espiritual.

A Companhia estava em seus princípios, e seus filhos eram poucos para a vastíssima emprêsa, com que se viu a braços aos primeiros dias de seu nascimento. Assim era não raramente obrigada a lançar mão de sujeitos que requeriam mais demorado labor e exercício de provas para se consolidarem na virtude. Foi precisamente o que sucedeu com os missionários. Xavier, a quem urgia a conversão daquelas gentilidades, pedia com instância auxiliares da Europa, e Simão enviava os que lhe pareciam mais aptos para o grande empreendimento; mas alguns eram muito novos na idade e na virtude, ainda não robustecida pela dureza das experiências, e acontecia não terem depois ânimo para arrostarem tão dificultosos trabalhos.

Simão Rodrigues, como atilado conhecedor dos homens, entendia fàcilmente o perigo, mas esperava, quando os despedia para o Oriente, que Xavier continuasse, como superior e mestre de espírito, formando aqueles soldados bisonhos, e os adestrasse melhor no mais rude dos combates. O santo apóstolo porém andava contìnuamente nas suas animosas excursões longe do centro de Goa, onde melhor poderia atender à educação e trabalho de seus religiosos, e aqueles apóstolos ainda tenros na virtude e faltos de experiência, viviam tanta vez no meio de tamanhas e tão novas dificuldades como deixados a si próprios e sem o auxílio de quem os guiasse com prudência, lhes desse a mão nos perigos e os fortificasse no mais arriscado das pelejas. Não é maravilha que fraqueassem alguns e não correspondessem à virtude sublime que Xavier supunha e desejava em todos os irmãos da sua Companhia.

Com êstes sentimentos respondeu Simão Rodrigues aos reparos que de Roma lhe eram feitos. «Quanto aos que mando à Índia, assim se defendia êle, bem sabeis que todos mandei dirigidos a Mestre Francisco, e se êle aí estivera, todos os que são idos, eram para servir muito a Nosso Se-

[1] *Mon. Xav.*, I, 701, 702, 724, 725.

nhor; mas como Mestre Francisco era ido a tão longe, ficaram todos para não poderem fazer tanto sós, como fizeram, se tiveram cabeça, porque Nicolau Lanciloto é para menos do que eu cuidava, e agora sei que êles não podem ter socorro de Mestre Francisco; êste março hei de mandar o P. Manuel de Morais para que resida no colégio e tenha cargo dêle, e recolha os que de cá forem, e os encaminhe para onde está Mestre Francisco ou para onde fôr bem e necessário» (1).

A-pesar porém das circunstâncias especiais das missões longínquas, e da escassez de pessoas mais sòlidamente provadas, atesta-nos a história que a maior parte dos que Simão Rodrigues mandou para a Índia vieram a ser naquele Oriente, missionários prestimosos e heróicos. Facto é êste que sem controvérsia abona a formação e sólida virtude dos que êle educara, pois não é justo avaliar o processo e valor da educação religiosa só por alguns menos bons ou infiéis, que depois saíram da Ordem, ou deram provas de virtude imperfeita.

Contudo, como os obreiros eram poucos, a seara grande e maior o conceito que Xavier tinha da perfeição da Companhia de Jesus, não nos havemos de maravilhar de que desafogasse em sentidas queixas o seu coração de apóstolo, quando nem todos primavam na edificação e perfeito exemplo, e pedisse com instâncias repetidas colaboradores de virtude mais robusta, que houvessem revigorado os fervores do Colégio de Coimbra com a experiência de trabalhos e perseguições, antes de se lançarem ao apostolado do Oriente. Não condenava os fervores; queria-os mais longamente provados (2). «Sobretudo vos rogo, caríssimo irmão meu, escrevia Xavier a Mestre Simão, que mandeis pessoas provadas no mundo, que passaram perseguições nêle e que pela misericórdia de Deus saíram com vitória; porque de pessoas sem experiência de perseguições, não se pode confiar coisa grande» (3). Neste pedido bastas vezes insistia o

(1) Rodrigues, *Mon.*, 582. Carta de Lisboa ao P. Santa Cruz a 20 de janeiro de 1548.
(2) *Mon. Xav.*, I, 725.
(3) *Ob. cit.*, pag. 727.

Santo. Mas a falta de gente, como já observámos, e as necessidades que urgiam, nem sempre davam tempo a provas demoradas (1).

Simão bem o entendia; mas também confessava que, a-pesar de não encontrar sempre sujeitos de todo em todo idóneos para os dificultosos ministérios da Companhia, contudo eram tais os que recebera e formara, que se havia com êles trabalhado notàvelmente na obra da glória de Deus. «Se eu achasse a gente tôda como eu desejo, escrevia êle ao mesmo propósito, e para socorrer às necessidades que naquelas terras e nestas há, eu a receberia tal, qual eu sei que a Companhia requere; mas com esta, tal qual ela é e vós sabeis, se tem feito tanto serviço a Nosso Senhor, que, quando deante dêle aparecermos, nem ao P. Mestre Inácio pesará de a eu haver recebido, nem a mim e a vós de a havermos criado. E prouvesse a Nosso Senhor que, conforme às necessidades de cada terra, não se achassem outros peores» (2).

Ponderação justa e assisada é esta, como a história o demonstra, e muito conforme aos resultados da formação religiosa recebida no Colégio de Jesus de Coimbra.

---

(1) Não se devem tomar à letra tôdas as expressões que o santo Xavier soltou, quando estava amargurado pela defecção de alguns, porque não são rigorosamente exactas. A Mestre Simão escreveu em 1552: « Ámíngoa de não serem lá muito exercitados os que para cá mandastes agora faz três anos, os despedi» (*Mon. Xav.* I, 725). Mas os que nessa leva de 1548, chegaram à Índia, foram *quase todos* apóstolos eminentes, como Gaspar Barzeu, João Fernandes, Baltasar Gago, Luis Fróis, Paulo do Vale, e poucos houveram de ser despedidos. Cf. *Mon. Xav.*, I, 701-702.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 582-583. Carta dirigida a Roma ao P. Martinho de S. Cruz em 20 de janeiro de 1548.

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO LITERÁRIA E SCIENTÍFICA DOS RELIGIOSOS DA COMPANHIA EM PORTUGAL

Sumário: — *1. Plano de instrução nas Constituïções de S. Inácio.* — *2. Método seguido em Portugal.* — *3. Casas de formação: Colégio de Coimbra.* — *4. Mosteiro de S. Fins.* — *5. Colégio de Évora: sua fundação.* — *6. Graus académicos.* — *7 Êxito da formação.*

1. — Depois da formação moral e religiosa vem de molde apontar os processos de formação intelectual que deram entre os portugueses à Companhia de Jesus homens de innegável merecimento nas várias províncias do saber humano. O fundador ideou a sua Companhia como Ordem religiosa, cujo núcleo, ou parte principal, fôsse constituído por varões insignes em virtude e doutrina [1], como um Instituto especial, que requeria, segundo a expressão da bula pontifícia, homens conspícuos pela santidade de vida e pelas letras [2].

Para atingir, na perfeição que fôsse possível, êsse levantado ideal, traçou nas suas Constituïções as linhas fundamentais de um sistema pedagógico, segundo o qual os seus filhos se haviam de intelectualmente educar. Primeiro lhes

---

(1) *Const.*, P. IV, n. 1. A; P. X. n. 7.

(2) «Revera hoc Institutum . . . in christianae vitae puritate et litteris conspicuos exigit». Bula *Exposcit debitum* de Júlio III, de 1550. Cf. *Institutum S. J.*, I, 26.

aponta o fim a que há de aspirar, em tôda a instrução e sciência, a actividade da Companhia. Não é outro senão o fim altíssimo de guiar os homens no caminho da própria santificação, de os levar ao conhecimento e amor de Deus e de os conduzir finalmente à posse da bemaventurança a que são destinados [1]. Logo assenta, como em axioma indubitável, que para conseguirem êsse elevado e dificultoso objectivo é necessária doutrina e boa maneira de a apresentar [2], e conseguintemente se faz mister erigir casas de formação, onde se admitam e eduquem «jovens que por seus bons costumes e talento dêem fundadas esperanças de que virão a ser varões ao mesmo tempo virtuosos e doutos» [3].

Quanto à doutrina que se há de ministrar aos estudantes, determina que seja sã, a mais sólida, a mais segura e a que mais constantemente se defende nas escolas católicas [4]. Para as matérias que se hão de ensinar abre o campo vastíssimo das letras e sciências, limitando-o ou alargando-o segundo a medida do fim que na sua acção se propõe a Companhia [5]. Assim ordena que se professem as letras humanas, nas quais inclui a gramática, a poesia e a história, e se promova o estudo das línguas latina, grega e hebraica, e de outros idiomas como o chaldeu, arabe e os índicos, emquanto forem úteis para o apostolado da sua Ordem; estabelece o ensinamento da filosofia em todos os seus ramos da física, metafísica e moral, e o da matemática, recomendando que sejam estas sciências versadas com sério empenho por mestres eruditos, e sobretudo prescreve o ensino da teologia, por mais conducente ao fim peculiar da Companhia de Jesus, não só da escolástica e especulativa, mas também da prática e positiva, bem como o da Escritura sagrada e direito canónico [6].

---

(1) *Const.*, P. IV, *procemium*, C. V, n. 1; C. XII, n. 1.
(2) *Const.*, P. IV, *Procemium.*
(3) *Const.*, P. IV, n. 1, A; C. III, n. 2.
(4) *Const.*, P. I, C. II, n. 6; P. IV, n. 4, C. XIV, n. 1; P. X, n. 3.
(5) *Const.*, P. IV, C. V, n. 1; C. XII, n. 1.
(6) *Const.*, P. IV, C. V, n. 1, C. XII, n. 1, 2. Deseja contudo o legislador que não se explique no direito canónico a parte do fôro contencioso, nem nas Universidades da Companhia se ensinem leis nem medicina, ou que

Dêste breve resumo colhemos que Inácio abarcava em tôda a extensão as letras e sciências que por aquele tempo se tratavam nas escolas e Universidades, contanto que pudessem de algum modo servir ao fim que propunha à sua Companhia. Pouco antes de dar publicidade às Constituïções, já o manifestara expressamente a seus filhos de Portugal, mandando escrever-lhes nesta forma: «Quanto a letras primeiro quer [Inácio] que todos se fundem bem na gramática e letras humanas; depois não exclui nenhum género de doutrina aprovada, nem poesia, nem rètórica, nem lógica, nem filosofia natural nem moral, nem metafísica, nem matemática, porque folga de ver provida a Companhia de tôdas as armas que ser possa, para edificação» (1).

Como porém nesta vastidão de conhecimentos, seja dificultoso abranger igualmente a todos os ramos do saber, recomenda o Santo que pelo menos procure cada um, quanto a idade, o talento e a inclinação o permitir, especializar-se e distinguir-se nalguma daquelas faculdades (2).

No que toca ao método de aprender e ensinar, preceitua o génio e a experiência de Inácio que os estudantes conservem a alma pura de paixões, que tanto escurecem ou perturbam o entendimento; que se apliquem ao estudo com seriedade e constância e se afastem durante o curso todos os impedimentos, ainda que sejam de devoção ou mortificação demasiadas, que possam estorvar a aplicação do espírito (3). Logo estatui que se proceda com boa ordem no ensino das letras e das sciências. Primeiro se há de lançar a tôda a formação sólido fundamento nas letras humanas, sobe-se depois aos estudos da filosofia e sciências naturais, e remata-se a instrução com a teologia e sciências que a acompanham (4). O curso de letras divide-se em aulas de gramática, de humanidades e de rètórica, sendo geralmente três os professores de gramática, ínfima, média e suprema, o quarto de humanidades e o

---

pelo menos não sejam os da Companhia os professores destas faculdades. *Const.*, P. IV, C. XII, n. 1, 4.

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, III, 502.

(2) *Const.*, P. IV, C. V, n. 1, C.

(3) *Const.*, P. IV, C. VI, n. 1, 2, 3.

(4) *Const.*, P. IV, C. VI, n. 4.

quinto de rètórica [1]. Na gramática aprende-se a expressão correcta do pensamento, nas humanidades a beleza da arte, e na rètórica a eloqüência persuasiva e comovedora do estilo.

O curso de filosofia há de durar pelo menos três anos, e o de teologia quatro, acrescentando-se-lhes a ambos mais o tempo necessário aos actos públicos dos que se houverem de graduar nestas faculdades [2].

Para mais promover o aproveitamento nos estudos não pode esquècer Inácio o uso dos meios que a sã pedagogia daqueles tempos vantajosamente empregava. Ordena repetições diárias e semanais que se façam nas escolas públicas ou em casa, e nas quais um repita a matéria, como mestre, aos condiscípulos, e todos discutam mùtuamente os pontos dificultosos [3], e aconselha que se desperte o brio pela santa emulação, como êle a denomina, ainda entre os escolares da Companhia. Para êsse fim lembra que se introduzam desafios entre estudantes de igual adeantamento literário, e insinua que se enviem de quando em quando ao P. Provincial ou ao Geral da Companhia, como prova e amostras dos estudos em que vão progredindo, composições escolhidas dos humanistas ou dissertações de teologia e filosofia [4].

Com maior insistência porém inculca a prática freqüente das famosas disputas, que tanto prevaleceram nas escolas daquela época de renascimento. «Sendo grande, explica o legislador, o proveito que há no exercício de disputar, especialmente para os que estudam artes ou teologia escolástica, tomem os estudantes parte nas disputas ordinárias das escolas que freqüentam, ainda que elas não sejam da Companhia,

---

(1) *Const.*, P. IV, C. XIII, n. 3, B; C. XV, n. 1. — A divisão do curso de letras em três classes distintas de *gramática, humanidades* e *rètórica* admite-se com bom fundamento que foi introduzida pela Companhia de Jesus; e atribui-se ao P. Nadal que primeiro a adoptou no colégio de Messina, fundado em 1548. Antes dêste tempo o vocábulo *humanidade* compreendia todo o estudo de letras. Cf. F. Rodrigues, *A Formação Intellectual do Jesuita*, pag. 112[1].

(2) *Const.*, P. IV, C. XV, n. 2, 3.

(3) *Const.*, P. IV, C. VI, n. 8, H; C. XIII, n. 3, D.

(4) *Const.*, P. IV, C. VI, n. 13, L.

e procurem dar mostra brilhante de saber e de modéstia» [1].

Estabelece, segundo esta norma, disputas quotidianas sob a presidência de algum que dirija os argumentantes, para que na controvérsia exercitem mais e mais o engenho e se esclareçam as dificuldades [2]; e dispõe que haja cada domingo, ou noutro dia da semana, disputas mais solenes, nas quais um estudante de cada aula de artes e teologia se encarregue de defender, contra argüentes de casa e de fora, teses prèviamente designadas, que na véspera se hão de afixar à porta das escolas. Quem preside à disputa dirime a contenda [3]. Nem são dispensados de semelhantes exercícios escolares os humanistas. Também êles a seus tempos saïrão a público para disputar as matérias de sua faculdade, e para darem demonstração do seu aproveitamento, ou compondo de improviso sôbre assunto proposto, ou recitando composições anteriormente elaboradas [4].

Estas são as leis que em traços gerais marcou o fundador à formação intelectual de seus filhos. Foram sempre consideradas como a base do sistema escolar que no dobar dos anos se desenvolveu na Companhia de Jesus.

2. — Com estas leis fundamentais se começaram a conformar os religiosos da Companhia em Portugal desde que elas foram publicadas no Colégio de Coimbra pelo Comissário Jerónimo Nadal no mês de outubro de 1553. [5]. O prudente Comissário não se satisfez de explanar teorèticamente o método que introduzia; em pessoa intervinha nas escolas, assistia aos exercícios escolares, e argumentava nas disputas como experimentado mestre que tão hàbilmente fundara e regera o primeiro colégio de Messina desde 1548 [6]. Estas prescrições do legislador da Companhia, esperadas com grande expectação e ansiedade, recebidas com alvorôço, e levadas à execução com o fervor habitual daquela

---

[1] *Const.*, P. IV, C. VI, n. 10; *Ibid.* n. 11, 12; C. XIII, n. 3, D.
[2] *Const.*, P. IV, C. VI, n. 11.
[3] *Const.*, P. IV, C. VI, n. 10; C. XIII, n. 3.
[4] *Const.*, P. IV, C. VI, n. 12; C. XIII, n. 3.
[5] *Litt. Quad.*, II, 482; IV, 683, 684; Polanco, III, 417, 435; Nadal, I, 799.
[6] Nadal, I, 201; Polanco, III, 435.

juventude escolhida, meteram em melhor ordem os estudos e foram princípio de notável adeantamento [1].

Antes porém desta remodelação pedagógica, tinham já os religiosos daquele colégio organizado, como as circunstâncias o permitiam, seu plano de instrução desde o ano de 1542 em que se reüniram em Coimbra. Nêsse primeiro ano formavam três pequenos cursos de letras humanas, filosofia e teologia, os quais foram naturalmente crescendo ao mesmo passo que o número dos religiosos aumentava [2]. Em 1546 eram oitenta os estudantes de noventa e cinco moradores do colégio [3]. No ano de 1548 repartiam-se pelas diversas aulas de gramática, rètórica, grego, hebreu, filosofia e teologia, e em 1550 dos cento e cincoenta, por que orçava o número dos que viviam no colégio, grande parte se entregava totalmente à ocupação dos estudos [4]. Começaram êles, desde a estreia de sua tarefa literária a freqüentar as aulas da Universidade conimbricense em tôdas as faculdades a que se aplicavam, e depois também a principiar de 1548, as escolas do Colégio Real ou das Artes nos cursos de letras e filosofia [5].

Quanto aos métodos de estudo acomodavam-se forçosamente aos que vigoravam naqueles estabelecimentos de ensino; mas para mais se aprofundarem nas sciências, tinham no seu colégio repetições diárias, e disputas nas quintas-feiras e domingos, quando vagavam as escolas da Universidade [6].

3. — De-pressa porém começaram a se descontentar da lentidão com que se lia e estudava nas escolas públicas, e houveram por mais proveitoso instituir também aulas em casa, quando já tinham professores habilitados, para conseguirem, com menos dispêndio de tempo, o mesmo ou maior adeantamento nas letras. Assim o ordenou Mestre Simão no ano de 1547 e foi primeiro professor o P. Jorge Moreira, que no ano anterior tinha já sido promovido ao sacerdócio. Ex-

(1) *Litt. Quad.*, II, 482, IV, 683.
(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 50. Catálogo manuscrito.
(3) Rodrigues, *Mon.*, 545; Polanco, I, 192, n. 150.
(4) Polanco, II, 133, 134.
(5) *Epist. Mixtae*, I, 535.
(6) *Litt. Quad.*, II, 93.

plicou letras e teologia [1]. Nos anos seguintes houve geralmente no colégio uma aula de teologia, outra de casos de consciência, e algumas vezes de filosofia. No mês de outubro de 1552 principiou Pedro da Fonseca, ainda não sacerdote, a ler um curso de artes a dezassete discípulos, todos religiosos da Companhia, e advertem testemunhos coevos que se havia egrègiamente na cadeira [2]. Mas sobrevindo em 1553 o P. Jerónimo Nadal, determinou que voltassem a freqüentar as escolas públicas do Colégio das Artes, com grande regozijo do Principal e satisfação dos professores [3].

Todavia desejosos de mais exercício, e de maior proveito no estudo, além da disputa que se realizava todos os sábados nesse colégio, segundo seus particulares estatutos, tinham outra aos domingos no seu Colégio de Jesus, à qual, para acréscimo de brilho e mais viva emulação admitiam estudantes externos [4]. Quando em 1555 o Colégio das Artes passou à direcção da Companhia, nele continuaram a estudar todo o curso filosófico juntamente com a juventude de fora que em grande número freqüentava as escolas dessa casa de formação. A teologia não deixaram de ouvi-la na Universidade.

Mas pelos anos de 1560 novamente começaram a não se satisfazer do que aprendiam nos bancos universitários, e cuidaram em aumentar as lições domésticas. O Provincial Dr. Miguel de Tôrres assim o expõe ao Geral Diogo Laines: «Por muitas vezes me propuseram os nossos de Coimbra que seria muito vantajoso haver em nosso colégio uma ou duas lições de teologia, porque nas escolas públicas se lê com tão pouco brio, que os lentes o confessam e andam desgostosos, e os estudantes muito desaproveitados. Os nossos que na Universidade estudam, pedem muitas vezes licença para não ir à lição, porque lhes parece que perdem o tempo, e mais aproveitariam estudando por si mesmos. Além disto,

(1) *Litt. Quad.*, I, 63, 70; *Epist. Mixtae*, I, 266.—Em 1547 também se lia em casa filosofia aos que andavam no curso de Contreiras. *Epist. Mixtae*, I, 406.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 227, *Litt. Quad.*, II, 93; Polanco, II, 698; III, 416.

(3) Polanco, IV, 500; *Litt. Quad.*, II, 482, 686.

(4) *Litt. Quad.*, II, 686; Teixeira, *Documentos*, 34.

se em casa se lêsse, muitos dos que não podem, por outras ocupações, ir às escolas, teriam ensejo de estudar algum tempo sem prejuízo de seus ministérios, e assim se formariam mais teólogos e com maior proveito de doutrina. Para cumprirmos com a Universidade, poderiam ouvir nela a lição de prima, ou também de véspera, ainda que não estudassem mais que uma delas» (1).

Roma porém não estava plenamente de acôrdo com a proposta. Pouco antes já tinha o Geral declarado ao Comissário P. Francisco de Borja, que lhe pareciam pouco necessárias lições de teologia dentro do Colégio de Coimbra, como nos colégios de outras cidades, onde houvesse Academia com bons professores públicos, a não ser para se explicarem as matérias que êsses professores não liam, ou para mais se exercitarem os estudantes que freqüentavam as escolas externas (2). Não obstante êste parecer e insinuação, organizaram-se, anos mais tarde, no Colégio de Coimbra para os religiosos da Companhia cursos completos das sciências sagradas com bem formados professores (3).

4. — Também por aqueles primeiros tempos houve um curso de filosofia no célebre mosteiro de S. Fins, que adeante contaremos como veio a ser propriedade do Colégio de Coimbra. Pouco tempo duraram nesse afastado retiro os estudos; mas os jovens que os cursaram, nos obrigam a não os esquècermos. O P. Simão Rodrigues sentindo o apêrto e descómodo com que se alojavam no Colégio de Coimbra, que andava por êsses anos em construção, tão grande número de estudantes, e demais a pouca saúde de muitos dêles, resolveu tirar alguns de Coimbra para dar maiores largas aos que ficavam, e mudá-los para S. Fins, com o intento e esperança de que fàcilmente convalescessem os mais fracos, e todos se aproveitassem da salubridade amena daqueles sítios montanhosos. Mas para não serem prejudicados nas lições que deixavam, organizou no mosteiro um curso de filosofia que a maior parte daqueles religiosos freqüentavam.

(1) Laines, *Mon.*, V, 217-218. Carta de 13 de setembro de 1560.
(2) Borgia, III, 612. Carta de 12 de julho de 1560.
(3) Cf. v. g. Catálogo de 1574 em Mss. S. J., *Lus.* 43.

Êle próprio quis ir ao mosteiro, situado sôbre o rio Minho na fronteira de Portugal, e tomar o trabalho da longa viagem para ordenar os estudos e a maneira de vida que os estudantes deviam guardar. Partiram de Coimbra para o novo colégio, que também se lhe deu esta denominação, nos meados de 1550; levavam para mestre o P. Melchior Luís e guiava-os como superior o P. Manuel Godinho [1]. Naquele remanso, longe do bulício e distracção das cidades, se deram ao estudo com devotada aplicação e fizeram progressos admiráveis com seu hábil talento, boa disposição do espírito e melhoria de saúde.

Para interromper e amenizar o trabalho do estudo, saíam pelas povoações dos arredores a conversar com a gente singela e rude, e a fazer-lhe bem com santos entretenimentos e doutrina que ensinavam. Alargavam-se nas suas excursões até Valença, Monsão e Tuy. Na cidade galega travaram tão proveitoso conhecimento com os estudantes espanhóis, que dêstes vinham de quando em quando ao mosteiro de S. Fins aos dez e aos doze a se confessar e tratar com os religiosos portugueses. Terminando o curso filosófico voltaram para o Colégio de Coimbra em setembro de 1551.

Entre os que estudaram no antigo mosteiro benedictino deixaram alguns abençoado renome nos fastos das letras e da virtude. Nomeamos D. Teotónio de Bragança que foi, passados anos, promovido a arcebispo de Évora; Afonso Barreto e Miguel de Bairros, reitores do colégio de Évora e religiosos de extremada virtude; Pedro da Fonseca, o filósofo de justa nomeada; Inácio de Azevedo, o mártir bemaventurado; Inácio Martins, o celebrado mestre da santa doutrina; Marcos Jorge, distinto professor de teologia moral; Marçal Vaz, humanista insigne e bom teólogo, e Gonçalo Álvares, Visitador das missões do Oriente [2].

---

(1) Melchior Luís entrara na Companhia a seis de fevereiro de 1544, e nos princípios de 1553 espontaneamente se saíu da Religião. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 1v ; Polanco, III, 393; Nadal, I, 194.

(2) Polanco, II, 133-134, 372; *Epist. Mixtae*, II, 405-410, 435, V, 718-719; *Litt. Quad.*, I, 210-211; 384-389; Franco, *Synopsis Ann.*, 1550, n. 2.

5. — O mosteiro de S. Fins porém, só passageiramente se transformou em casa de estudos. O segundo colégio, de propósito fundado para a formação de religiosos da Companhia, foi o da cidade de Évora. Data sua primeira fundação do ano de 1551. Já dez anos atrás teve D. João III pensamento de edificar em Évora casa para a Companhia de Jesus ([1]), e, de-feito, a vinte e nove de abril de 1542 mandou à cidade alentejana o seu confessor e prègador, fr. João Soares, para escolher sítio acomodado e assentar na forma e construção do edifício. Mestre Simão no mês de maio seguinte dá, não sem alvorôço, ao P. Inácio a notícia de que a casa escolhida estava com sua igreja lindamente situada e provida de muita água com seu bom e vasto jardim ([2]). Diferiu-se contudo a conclusão do que tão bem se principiara, e não explicam os documentos coevos a causa da demora. Supomos que a formação do Colégio de Coimbra absorvia as atenções do rei e de Mestre Simão, a ponto de se descuidar a fundação do de Évora ([3]). Só em 1551 havia o cardeal infante de levar a efeito o que D. João III ideara.

Tinha êle começado a construção de um colégio que destinara à formação de clérigos para a sua diocese eborense, e já, com autorização pontifícia, lhe tinha aplicado renda para remuneração de professores e manutenção dos alunos ([4]). Sucedeu porém que no ano de 1551, em que iam correndo as obras, seis religiosos da Companhia, a pedido do cardeal, percorressem dois a dois em missão muita parte daquele ar-

---

([1]) *Mon. Xav.*, I, 238.

([2]) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 19. Cf. Polanco, I, 104; *Epist. Mixtae*, I, 92; Orlandini, III, n. 83; Teles, I, 510.

([3]) Fonseca, *Evora Gloriosa*, pag. 361, 422, escreve que o sítio desta casa era o que depois ocupou o colégio da Madre de Deus na rua da Mesquita; que D. João III o comprara no mês de junho de 1542 e o entregara com a escritura da compra ao P. Simão Rodrigues; mas que opondo-se o cardeal D. Henrique à construção do colégio, houveram os Padres da Companhia de vender o sítio, casa e jardim a D. Luís de Lencastre em 1545. Muito duvidamos daquela oposição do cardeal, que era já nesses anos sincero amigo da Companhia de Jesus, como teremos depois ocasião de demonstrar. Cf. Franco, *Synopsis Ann.*, 1542, n. 14, onde se lê que a compra fôra feita por um tal Estêvão de Aguiar; Teles, I, 510.

([4]) *Epist. Mixtae*, V, 739; Polanco, II, 379; Teles, I, 515, 518, II, 316.

cebispado com tamanha comoção dos povos e tão abundante colheita de bom fruto, que o zeloso arcebispo tratou de conservar permanentemente na sua diocese tão prestimosos missionários. Inclinava-o fortemente a esta resolução «a virtuosa vida e exemplo e letras dos padres», e a certeza de que fariam grande bem «com suas virtudes, confissões, prègações e doutrina», como êle mesmo expressamente declarou a S. Inácio (1).

A êsse intento julgou muito a propósito entregar-lhes o colégio com tôda a renda para que «os ditos padres estivessem nêle e se sustentassem... e o regessem e governassem, e lessem certas lições e guardassem os estatutos que êle para boa ordenança do dito colégio havia de fazer» (2). Para esta determinação não pouco valeram com o cardeal as palavras amigas do santo dominicano fr. Luís de Granada que desde aqueles princípios se mostrou extremamente afeiçoado à Companhia, e abertamente confessava que não diferia de seus religiosos senão no hábito (3).

Tomada aquela deliberação, cuidou sem demora o infante de a realizar. No mês de junho daquele mesmo ano chamou a Évora os Padres Luís Gonçalves da Câmara e Mestre João Cuvillon, abriu-lhes a resolução em que assentara, e tratou com êles da maneira de confiar o colégio à Companhia. Encomendou-lhes que fôssem diligenciar o negócio com o Provincial Mestre Simão, para quem lhes deu carta, em que lhe significava a esperança de que aquela obra seria «de muito serviço de Nosso Senhor e proveito para a Companhia» (4). Aceitou Simão Rodrigues o colégio e apres-

---

(1) Polanco, II, 358, 362-363, 377; *Epist. Mixtae,* V, 739, carta do cardeal a S. Inácio, de Évora a 10 de novembro de 1551; *Mon. Xav.,* II, 156; Teles, I, 486, 512, 528; Franco, *Synopsis Ann.,* 1550, n. 3. — Teles e Franco referem as missões do arcebispado de Évora ao ano de 1550; Polanco porém na *Ob. cit.,* l. c., coloca-as em 1551.

(2) *Epist. Mixtae,* V, 739. Carta citada do cardeal a S. Inácio.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 80, f. 211; Teles, I, 512.

(4) Carta do cardeal ao P. Mestre Simão de 24 de junho de 1551, no Arquivo da Universidade de Coimbra, fôlha sôlta, num maço de documentos; Polanco, II, 377; Teles, I, 513-514. — O P. Simão chegava de Roma nesse mês de junho. A 29 do mês entrava em Coimbra, e a oito de julho aparecia

sou-se a nomear os seus primeiros habitadores, como no seguinte mês de setembro em nova carta lhe pedia instantemente o cardeal [1]. Em dez de novembro dêsse ano escreveu o mesmo senhor também ao Geral, Inácio de Loiola, a dar-lhe conta da obra e dos intentos que nela tinha, e a rogar-lhe quisesse empregar a sua valia para que o Sumo Pontífice a confirmasse [2]. Inácio respondeu-lhe com expressões de profundo reconhecimento, e lhe asseverou que de sua parte teria cuidado que essa obra, de que tanto bem esperava, com muito calor fôsse adeante, conforme às santas intenções do fundador [3].

Entretanto já Mestre Simão tinha entre seus religiosos escolhido nove, que lhe pareceram mais bem qualificados, para serem as pedras fundamentais do colégio. Tomou um da casa de Lisboa e do colégio de Coimbra oito, que no princípio de outubro de 1551 saíram da cidade do Mondego e se encaminharam para Évora. Fizeram a viagem a pé; iam-se exercitando em ferventíssimos desejos de padecer por amor de Cristo, empregavam cada dia uma hora na meditação além do tempo que davam ao exame das consciências, ouviam missa de manhãzinha antes de se porem ao caminho, e comungavam em algumas das povoações por onde passaram, com grande edificação dos que os viam. Em Arraiolos foram pousar no hospital. Ali os veio saüdar com amável cortesia o duque de Bragança D. Teodósio, que se dirigia para a côrte de Lisboa, e, doendo-se de os ver entre aqueles pobres, mandou aos da sua comitiva que lhes ministrassem almôço da sua provisão. Naquele mesmo dia, segunda-feira, cinco de outubro, entraram na capital do Alentejo [4].

---

na côrte em Santarém. Todavia já em março do mesmo ano escrevera Luís Gonçalves para Roma a Mestre Simão a notícia seguinte sôbre as intenções do infante: «O cardeal nos está mui afeiçoado, e dame a entender que no[s] ha de dar o collégio de Évora...» (*Litt. Quad.*, I, 277). Cf. Polanco, II, 372; Rodrigues, *Mon.*, 630.

(1) Polanco, II, l. c.; Teles, I, 514.

(2) *Epist. Mixtae*, V, 739.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IV, 125. Carta de 31 de janeiro de 1552.

(4) *Litt. Quad.*, I, 471-473. Carta que escreveram aos irmãos de Coimbra em 1551 os religiosos que fundaram o colégio de Évora. Nesta carta se

Deram-lhes alojamento num mosteiro, chamado de S. João, que pertencera a uma comunidade de freiras da Ordem de Malta [1]. Foram também, logo que chegaram, beijar a mão ao cardeal que os acolheu com extremada benevolência e paternal benignidade [2]. Tiveram recebimento de filhos, como êles próprios se expressaram.

Registemos, para memória, os nomes que pudemos averiguar, dos nove fundadores do colégio eborense. Eram dois sacerdotes, o P. Melchior Carneiro, nomeado reitor da pequena comunidade, e o P. João Cuvillon, que o havia de ajudar no ministério das confissões; quatro estudantes de teologia Afonso Barreto, Marçal Vaz, Miguel de Bairros e

---

refere que chegaram a Évora numa segunda-feira; como partiram de Coimbra na entrada de outubro, e Teles (I, 516), e Franco (*Imagem ... Evora,* pag. 1), dizem que principiaram sua viagem no dia 1, devem ter chegado no dia 5, que nesse ano de 1551 era segunda-feira.

(1) « ... y nos aposentó en una muy buena casa, que fué un monasterio de monjas con una capilla». *Litt. Quad.,* I, 472. Cf. Bibl. P. Ebor., cviii/2-1, f. 212; *Litt. Quad.,* I, 451. Foi esta a primeira casa que os religiosos da Companhia habitaram em Évora. Erguia-se no mesmo sítio onde hoje está a Misericórdia. A casa tinha sido do infante D. Luís que a deu em 5 de abril de 1530 às freiras de S. João de Jerusalém ou do Hospital, também vulgarmente chamadas Maltesas. As freiras mudaram-se poucos anos depois para Extremoz, e, quando os Padres da Companhia chegaram a Évora, estava a casa devoluta. Comprou-a a Misericórdia em 1552. Cf. Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*: *A Casa Pia,* pag. 12, *O Archivo da Santa Casa da Misericordia,* pag. 14.

Nesse mesmo ano de 1552 escrevia um dos moradores do colégio: «estamos en unas casas que el cardinal tenia comprado» (*Litt. Quad.,* II, 50). Devem pois os religiosos ter deixado o mosteiro por o ter adquirido a Misericórdia. Estas novas casas, vizinhas da catedral (*Litt. Quad.*, I, 499), estavam «na rua que chamam da Freiria, porque moravam ali os freires de Avis», observa Teles, I, 518. Franco, *Synopsis Ann.,* 1551, n. 4, nota que as casas pertenciam ao cónego Diogo Ferreira. Destas casas se trasladaram novamente a 2 de agôsto de 1553 para os paços reais (*Epist. Mixtae,* III, 412) e finalmente no Natal de 1554 passaram para o novo edifício do colégio (Polanco, IV, 579; Teles, I, 518). Franco, l. c., e Fonseca, *Evora Glor.,* 362, escrevem que moraram primeiro nas casas da rua da Freiria, mas os documentos coevos, que citamos, rejeitam a asserção. Gabriel Pereira, *Ob. cit.,* l. c., acrescenta mais o êrro de que se transferiram em 1552 para os paços reais.

(2) *Litt. Quad.*, I, 473.

Pedro da Fonseca, e três irmãos coadjutores [1]. A população da cidade saüdou-os com aplauso e simpatia. Mas quem mais exultou e com maior expansão de caridade lhes deu as boas vindas, foi o Padre fr. Luís de Granada; antes, como se fôra êle o agraciado, quis logo visitar o cardeal e beijar-lhe a mão pela mercê de entregar o colégio à Companhia [2].

O cardeal que tomara a peito aquela fundação, desejando conciliar-lhe a benevolência dos cidadãos de Évora, e fazê-los mais afeiçoados à Companhia de Jesus, mandou ao mesmo fr. Luís de Granada que do púlpito explicasse ao povo os intentos que o fundador tinha naquele colégio, e também o Instituto e fim da nova Ordem, que ora se estabelecia na cidade. Não poderia receber encargo de mais gôsto o santo e sábio dominicano. Apregoou maravilhas da Religião fundada por Inácio de Loiola; comparou-a com o estado apostólico, e declarou que tôda se destinava a trabalhar para reduzir a Igreja de Deus à santidade da primitiva Igreja [3]. Tanta comoção fêz nos ouvintes que, segundo afirmou testemunha presencial, «meteu a cidade em muita devoção da Companhia» [4]. E o povo eborense continuou a mostrar-se reconhecidamente afecto àqueles religiosos [5].

---

(1) Mss. S. J., *Lus.* 80, f. 226-227: *Historia de la fundation y progresso del collegio y Universidad de Evora, hecha en hebrero de 1574;* Polanco, II, 378; *Litt. Quad.,* I, 553; *Mon. Xav.,* II, 156; Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 212; Orlandini XI n. 68. — Teles, I, 515; Fonseca, *Evor. Glor.,* 362; Franco, *Imagem... Evora,* pag. 1, teem que foram onze os primeiros religiosos do colégio de Évora, ainda que Teles só nomeia dez; mas os documentos primitivos não deixam dúvida que eram sòmente nove. Metem no número dêles os Padres António de Quadros e Manuel Fernandes; mas Quadros só foi enviado a Évora no ano de 1553 (Polanco, III, 422), e Fernandes esteve sim no colégio por algum tempo em 1552, mas só definitivamnte foi destinado a essa casa no mês de maio de 1553 (Polanco, II, 693; *Litt. Quad.*, II, 49; *Epist. Mixtae,* III, 323). Fialho na sua *Evora Illustrada* tem que os três coadjutores se chamavam João Granado, Gonçalo Cardoso e Do (?) Pinheiro (Vol. 3.º, n. 42).

(2) *Litt. Quad.*, I, 451, 472.

(3) *Litt. Quad.* I, 451; Polanco, II, 378; Teles, I, 517.

(4) Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 214.

(5) *Litt. Quad.* I, 554, 555. Carta de Afonso Barreto de 1 de março de 1552.

Estes, com a satisfação de se conhecerem estimados daqueles a quem desejavam agradar e fazer bem, começaram a dispor a casa para ser cômodamente habitada e a ordenar o andamento do colégio. A delicadeza dos que proviam ao bom alojamento dos novos hóspedes, chegou a lhes mandar pôr na capela cortiças quadradas e banco, para se poderem bem ajoelhar sem perigo para a saúde [1].

O reitor, que por sua virtude e boas maneiras começou a gozar de grande aceitação com os súbditos em casa, e fora com os habitantes da cidade [2], também estava regozijadamente satisfeito com aqueles a quem tinha de governar. «Os irmãos, que vimos, assim o refere ao P. Inácio, três dêles são para nos ajudarem, mancebos de bom espírito, ainda que não teem talento para letras; os quatro são mancebos de vinte e um até vinte e três anos, de bom talento para letras e muito melhor espírito, amigos de muita oração e mortificação. Trabalham muito por se vencerem. O que há mais que está na Companhia se chama Afonso Barreto; é de vinte e um anos, arrazoado grego e latino. Temos nele muito grande confiança, porque deu sempre muito boa conta de si. Tem muita mais experiência das coisas interiores do que mostra, e quanta se pode esperar de sua pouca idade; persegue-se muito, é mui humilde. Falo isto assim tão livre, porque esta é a comum opinião dêle em casa. Outro se chama Pedro da Fonseca, mais velho dêles todos, de bom saber natural e bom engenho, amigo da oração e mortificação, e, segundo dizem, há muito que é bom. Haverá três anos pouco mais ou menos que está em casa. Os outros dois vão por esta via. Não sei que mais diga a V. R. em particular dêles, senão que me dão suas virtudes boa matéria de louvores a Deus» [3].

Nesta excelente disposição deram princípio aos estudos. Haviam de começar o curso de teologia com D. António, filho do infante D. Luís, conforme pedira o cardeal D. Henrique ao P. Mestre Simão. D. Luís desejava que o filho aprendesse, com a sciência, o bom exemplo e virtudes de tais

---

(1) *Epist. Mixtae*, II, 620; Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 216.
(2) Bibl. P. Ebor., l. c., f. 216.
(3) *Epist. Mixtae*, II, 619-620. Carta de 10 de novembro de 1551.

condiscípulos, e aspirava também a que se afeiçoasse tão ìntimamente àqueles religiosos, que se determinasse a entrar na Companhia (1). Como porém D. António adoeceu de terçãs, quando estava a ponto de principiar o curso, esperaram êles que melhorasse, e entretanto concluíram os estudos filosóficos sob a direcção de Mestre João Cuvillon, que lhes dava duas lições por dia (2). Mas logo no mês de janeiro de 1552 empreenderam com o nobre condiscípulo o curso de teologia escolástica.

Os lentes, que não faziam parte da Companhia de Jesus, eram os mesmos professores de D. António. O cronista P. Polanco qualifica-os de professores egrégios e muito doutos (3). Um dêles, mestre João Olmedo, escreveu um dos melhores discípulos Afonso Barreto que procedia como presidente da escola, ensinava com ardor, era muito metódico, e pedia estreitamente conta das lições (4). Até as perguntava ao infante D. António que desbarretando-se as repetia com muita exacção. Também o Dr. Pedro Margalho e Mestre Luís Álvares deram por aquele tempo lições àquele pequeno mas distintíssimo curso. Nos fins porém de 1552 tiveram a boa sorte de receber novo professor, que adeantou notàvelmente os estudos. Era fr. Bartolomeu dos Mártires da Ordem de S. Domingos, o futuro arcebispo de Braga, que trazia a recomendá-lo a fama de muito douto (5).

---

(1) Polanco, II, 379; *Epist. Mixtae*, II, 618; Orlandini, XI, n. 68.—O infante D. Luís em carta de 16 de julho de 1551 rogou a S. Inácio concedesse que Mestre João Cuvillon, a quem Mestre Simão enviava para Gandia, ficasse em Portugal para ensinar teologia a seu filho D. António, que a havia de estudar com outros estudantes escolhidos da Companhia de Jesus e de outras Religiões. Inácio anuiu à petição do infante; mas depois resolveu-se dar outros professores a D. António, e Cuvillon partiu no ano de 1552 para Espanha e Itália. Cf. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, III, 674-676, IV, 551; Polanco, III, 183.

(2) *Litt. Quad.*, I, 472, 553-554; Polanco, II, 378; *Epist. Mixtae*, II, 620.

(3) Polanco, II, 379, 691.

(4) João Olmedo «mestre em theologia, cleriguo de missa, meu pregador», escreveu D. João III em 1545. *Corpo dipl.*, V, 363.

(5) *Litt. Quad.*, I, 553-554, 612, 698; Polanco, II, 378, 379, 694; *Epist. Mixtae*, III, 20; Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 213. – Luís Álvares deve ser o Mestre Luís Álvares Cabral que foi em Coimbra professor de artes de D. António

Nèste colégio eborense seguiam-se, como em Coimbra, os processos pedagógicos daquela época, e preponderavam, como era usual, as refregas escolares, em que se dava às inteligências agudeza no penetrar a dificuldade, e prontidão para resolvê-la. «Exercitamo-nos, conta um dos estudantes, em freqüentes disputas, particulares e públicas; porquanto àlém da repetição quotidiana das lições e discussão que a acompanha, sustentamos ou nas escolas ou em casa alternadamente, em quase todos os domingos, conclusões de teologia moral ou especulativa; nas disputas da casa, a que se dá franca entrada a quantos querem assistir, preside um insigne doutor, de nome Margalho; e nas públicas temos nós os da Companhia de nos encarregar com muita freqüência da defêsa, por não ser grande o número dos condiscípulos» (1).

Com êste ardor e aplicação constante se entregavam no colégio de Évora, como nos demais colégios, aqueles religiosos ao granjeio da necessária instrução. Em 1555 retirou-se para Lisboa D. António, e os estudantes que o acompanhavam no estudo de teologia, foram terminar seu curso com maior comodidade no Colégio de Coimbra (2). Nós voltaremos a falar dos estudos de Évora quando no colégio forem, decorridos apenas três anos, abertas escolas públicas.

6.—Mas os religiosos da Companhia não se contentavam com adquirir a sciência. Destinados por vocação a ensinar, como mestres, ou nos púlpitos, ou nas escolas, ou também

---

no mosteiro de S. Cruz, onde a 21 de junho de 1551 pôs ao ilustre discípulo as insígnias de mestre em artes. (Cf. Mário Brandão, *O Collegio das Artes*, pag. 481). Afonso Barreto em suas cartas ainda nomeia, com o apelido de Artacho, outro professor dêstes princípios do colégio de Évora. Cf. Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 213; *Litt. Quad.*, I, 612.—Teles, I, 512-513, e Franco, *Synopsis Ann*,. 1551, n. 4, referem ao ano de 1551 o tempo do professorado em Évora de fr. Bartolomeu dos Mártires. É certamente equívoco. Afonso Barreto só em 1553 a 1 de janeiro é que dá como chegado de novo para professor um «homem mui douto da Ordem de S. Domingos» (*Epist. Mixtae*, III, 20). Deve, pois, fr. Bartolomeu ter começado o ensino nos fins de 1552.

(1) *Litt. Quad.*, I, 698-699. Carta de Afonso Barreto, de Évora a 30 de junho de 1552.

(2) Polanco, V, 581, n. 1598.

por meio da pena, não desdenhavam os graus universitários, que tanto contribuem para a autoridade e decoro do ensino, e dispunham-se a os receber aqueles a quem o talento dava confiança para pretenderem aquela distinção. Conformavam-se dêste modo com os sentimentos e sábias prescrições do fundador. Nas suas Constituïções estabelecia com efeito Inácio que os estudantes da Companhia, terminados seus cursos, se podiam preparar para fazer os actos públicos nas Universidades e tomar os graus competentes, «aos quais, ordenava êle, devem, sem prejuízo da humildade, ser promovidos ùnicamente com o fim de melhor poderem ajudar os próximos para glória de Deus» [1].

Animado por êste santo zêlo e espírito de humildade cristã, já no ano de 1550 mandara o P. Simão Rodrigues a alguns de seus súbditos, que fôssem graduar-se à Universidade de Gandia, fundada pouco antes pelo duque D. Francisco de Borja; e assim, feitos os actos do costume, como o mesmo Mestre Simão lhes prescrevera, doutoraram-se em teologia D. Gonçalo da Silveira, Mestre João Cuvillon e o licenciado Jorge Moreira, e tomou o grau de mestre em artes o P. António Brandão [2].

Pelo mesmo tempo, para facilitar estas promoções académicas, se pensava em conseguir o privilégio de que os membros da Companhia fôssem admitidos aos graus da Universidade de Coimbra, sem serem obrigados às despêsas usuais em semelhantes solenidades. Do rei prometeu Baltasar de Faria, embaixador em Roma, que trataria de o alcançar. Do Papa cuidou o P. Inácio de o obter, e foi tarefa menos dificultosa [3], porquanto Júlio III em 22 de outubro de 1552 outorgava à Companhia de Jesus pelo breve *Sacrae Religionis* o privilégio de promover em seus colégios aos graus universitários aqueles de seus estudantes, a quem os reitores de

---

(1) *Const.*, P. IV, C. VI, n. 17.

(2) Rodrigues, *Mon.*, 627; *Epist. Mixtae*, II, 376; Polanco, II, 97, 131, 132. Foram estes quatro religiosos os primeiros da Província portuguesa da Companhia de Jesus, que receberam graus universatários. O P. Melchior Carneiro teve esta distinção na Universidade de Coimbra, mas antes de entrar no noviciado.

(3) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, II, 562.

Universidades recusassem concedê-los «de graça e por amor de Deus» (1).

Armados com êste privilégio pontifício começaram alguns dos religiosos da Companhia em Coimbra a preparar-se para os actos académicos, resolvidos a tomar em seus colégios os graus, se lhes fôssem negados na Universidade. Eram doze os estudantes que a êles aspiravam. Os doutores contudo não vinham em dá-los sem o pagamento das propinas costumadas, e tão firmes se mostravam nessa resolução, que se julgava impossível alcançar o que se pretendia por ser coisa tão nova e de todo desacostumada em Coimbra. A boa indústria porém do P. Leão Henriques, reitor do Colégio de Jesus, triunfou da resistência. De tal modo soube falar a todos, que chegou a persuadi-los, e acabou com êles que se fizesse de graça o que até então se não conseguia sem dinheiro.

Cumpriram pois aqueles estudantes com os actos prescritos desde o mês de fevereiro de 1554 e saíram-se dêles com plena satisfação da Universidade (2). Mas quando se apresentaram à recepção dos graus, vindo o escrivão a tomar-lhes o juramento do costume, recusaram-se a prestá-lo antes de consultar a seus superiores, a cuja resolução se haviam de conformar; e retiraram-se para o seu colégio, não sem edificação dos que viram que antepunham a obediência religiosa ao lustre dos graus. Como no juramento se prometia obediência ao reitor da Universidade, e tal promessa prejudicava a independência que os religiosos da Companhia julgavam convir à sua actividade profissional, não consentiu o P. Leão Henriques em tal juramento sem primeiro se aconselhar com o santo Geral Inácio de Loiola (3). Êste foi de parecer que se não tomassem os graus com aquela forma de juramento (4). Mas no ano seguinte, quando já o Provincial Diogo Mirão se ocupava de ter boa cópia de mestres gradua-

---

(1) *Instit. S. J.*, II, 29.

(2) *Litt. Quad.*, II, 581; Polanco, IV, 505.

(3) Polanco, IV, 501; *Litt. Quad.*, II, 686, 689, 692; *Mon. Ignat.*, ser. 1ª, VII, 316.

(4) *Mon. Ignat.*, ser. 1ª., VIII, 444; Franco, *Synopsis Ann.*, 1554, n. 11.

dos para ensinarem no Colégio das Artes, houve a Universidade de conferir àqueles estudantes os graus de mestres sem a exigência do juramento usual. Não cedeu ela espontaneamente do que supunha seu direito. Obrigou-a nessa conjunção carta de D. João III que por aquela vez dispensava os religiosos da Companhia do juramento prescrito pelos estatutos da Universidade [1].

Continuou nos anos seguintes a contenda. Os religiosos da Companhia pretendiam alcançar a graça de serem graduados sem juramento nem obrigação de propinas, e julgavam em boa razão que se lhes podia conceder, porque pediam os graus sem intuitos de ganância ou de ambição, ùnicamente para exercerem mais decorosamente o ministério do ensino; e a justa isenção do seu Instituto não lhe consentia prometer sujeição a superior estranho. Mas a Universidade, pugnando pelo que prezava como suas regalias, protestava que lhe não era permitido conceder nem uma nem outra coisa. O rei novamente interveio com sua vontade soberana para uma resolução particular. Em carta de nove de setembro de 1556 dirigida ao «reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra», mandou-lhes que fôssem admitidos aos graus de mestres em artes, sem fazerem os actos ordenados pelos estatutos, os «Padres Marcos Jorge, Pero da Fonseca, Sebastião de Morais, Pero Gomes, Jorge Serrão, Domingos Cardoso e Inácio Martins do Colégio da Companhia de Jesus» [2].

A Universidade não obtemperou à vontade real. Então D. João III por alvará de 30 de janeiro de 1557 «havendo respeito à experiência que todos *aqueles religiosos* [3] de si mostraram nos actos públicos que fizeram na Universidade da cidade de Coimbra e assim no Colégio das Artes dela, em que pùblicamente leram e lêem», lhes conferiu o grau de mestres em artes com o direito de gozarem de «todos os privilégios, liberdades, honras, graças e preeminências», de

---

(1) Polanco, V, 586; Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, pag. 181, 477. Carta régia de 10 de maio de 1555.

(2) Teixeira, *Documentos*, 217.

(3) Neste alvará incluíu o rei mais o nome do P. Francisco Adorno.

que usavam os mestres em artes, graduados na Universidade, e mandava ao reitor, deputados e conselheiros que os recebessem e tratassem como tais em todos os actos da faculdade das artes (1).

No ano seguinte mais uma vez se interpõe no litígio a autoridade real. É a raínha regente que em dois alvarás de um de fevereiro manda à Universidade em termos de incontrastável decisão, que os Padres da Companhia de Jesus, que se graduarem nela em artes, teologia e cânones, não sejam obrigados ao juramento estabelecido nem «a pagar mais do que a quarta parte do que pelos estatutos da dita Universidade é ordenado» (2). Era de prever a resistência com que em Coimbra se acolheu a intimação dêstes alvarás. Foram êles apresentados no conselho-mor da Universidade a 18 de fevereiro do mesmo ano pelo P. Manuel da Costa da Companhia de Jesus, e sua discussão adiada, por deficiência de tempo, para outro conselho que se reüniu a onze de março.

Em conclusão assentaram os conselheiros universitários que se não admitissem aquelas provisões como prejudiciais que eram à Universidade e contrárias a seus estatutos, e se escrevessem a Sua Alteza os inconvenientes que obstavam à sua admissão (3). Foi esta resolução levada ao rei em carta que expunha as razões em que ela se baseava. Quanto ao juramento declaravam que a dispensa dêle ia contra os cânones, que a todos o impunham, e contrariava o uso de tôdas as Universidades, em que até os religiosos o prestavam. As propinas eram determinadas pelos estatutos, que estabeleciam também para os religiosos a obrigação de contribuírem para a arca da Universidade; nem se deviam defraudar os oficiais do prémio que lhes competia, porque serviam em seus cargos e se achavam presentes aos actos (4).

Assim se alegava por parte da Universidade. Mas a re-

---

(1) Teixeira, *Ob. cit.*, 199.

(2) Teixeira, *Ob. cit.*, pag. 203, 204.

(3) Arq. Univ. Coimbra, *Conselhos*, 3, caderno de 1557-1558, f. 120, 124.

(4) Arq. Univ. Coimbra, *Papéis dos jesuitas,* carta da raínha à Universidade, de Lisboa a 13 de maio de 1558.

gente não se inclinou a retirar as provisões dadas, e em carta de treze de maio de 1558 ordenou que as guardassem, «porque, dizia, quando as passei tive respeito ao bem da Universidade pelas razões que vereis por carta do reitor D. Manuel de Menezes, a quem mandei vo-las escrevesse» (1). Quanto às propinas havia por bem que os Padres da Companhia, que ao presente se graduassem de bacharéis, licenciados e mestres em artes, pagassem sòmente aos oficiais; quanto aos outros, confiava que os doutores, mestres e examinadores folgariam de remitir aos padres o que pelos estatutos deveriam pagar; e para o futuro valeria a determinação que lhes levaria D. Manuel de Menezes (2).

A 23 dêsse mês de maio leu-se na Universidade em conselho-mor esta carta da raínha, e demais uma carta que o mesmo D. Manuel de Menezes escrevera sôbre as ditas provisões, expondo e reforçando as razões que S. Alteza tivera para de novo ordenar que elas se cumprissem. O reitor interino D. Jorge de Almeida, que presidia ao conselho, «por muitas e boas palavras» tratou de demonstrar quanto era necessário obedecer neste ponto à vontade real. Mas quando se veio à votação, assentaram os conselheiros que em consciência não podiam admitir as provisões pelo prejuízo da Universidade; que se enviasse à côrte o P. Fr. Martinho de Ledesma, que por parte da Universidade alegasse o que julgasse de direito, mas primeiro fôssem pessoas graves falar com o reitor e padres do colégio da Companhia para se ver o que seria mais conveniente sôbre a ida de Fr. Martinho (3).

Não sabemos se o douto frade chegou a ir à côrte. O que temos por certo é que a Universidade não se rendia. Em outubro dêsse mesmo ano contava para Roma o P. Francisco Henriques, procurador da Companhia em Portugal, que os da Universidade não queriam dar os graus aos estudantes da Companhia sem que pagassem tôdas as despêsas, mas opinava que estes deviam persistir em não os aceitar, se lhes não fôssem conferidos de graça, antes os recebessem no seu

(1) Arq. Univ. C., l. c.
(2) Arq. Univ. C., l. c.
(3) Arq. Univ. C., *Conselhos*, 3, caderno de 1557-1558, f. 127v.

Colégio de Coimbra pelo privilégio que tinham do Papa [1]. Na côrte também se porfiava em favorecer aqueles religiosos. Em março do ano seguinte de 1559 confirmou a regente as mencionadas provisões, e para que não houvesse diferenças da Companhia com os reitores da Universidade e seu conselho, mandava que essas provisões tivessem vigor de Estatutos, sem embargo dos Estatutos da Universidade e outras provisões [2]. Mas a Universidade ainda se não dobrava à imposição real.

Foram então expedidos da côrte mais dois alvarás de dois de janeiro de 1560, que talvez se cuidasse vibrariam na questão golpe decisivo. Ordenavam êles que a todos os religiosos da Companhia de Jesus, que tivessem cursado ou que adeante cursassem no Colégio das Artes, e tivessem concluído os cursos e feito os actos estabelecidos para receberem os graus de bacharel, licenciado e mestre em artes, se dessem na Universidade de Coimbra aqueles graus, «sem por isso lhes levarem coisa alguma nem serem constrangidos» ao juramento prescrito; mas se porventura a Universidade ou os não admitisse aos exames, ou depois de examinados e aprovados, se recusasse a dar-lhes os graus, o rei, pelo presente alvará, os graduava e havia por graduados de todos os graus em artes, e os incorporava na Universidade com todos os privilégios e liberdades de que podiam gozar e usar os mestres em artes na mesma Universidade graduados, e lhes passaria cartas dêsses graus, quando as requeressem [3].

Antes porém de serem apresentadas estas duas provisões, e talvez para dispor os ânimos a serem favoràvelmente acolhidas, o visitador da Universidade Baltasar de Faria propôs no conselho-mor, reünido a 31 de janeiro de 1560, que os irmãos da Companhia de Jesus que ensinavam no Colégio das Artes «as sciências inferiores com muita doutrina, virtude e bom exemplo de vida, para poderem presidir nos autos das artes e os discípulos lhes terem acatamento e reverência devida», pediam, pelo benefício público de ensinar,

---

(1) Polanco, *Compl.*, I, 169. Carta de Lisboa, a 6 de janeiro de 1559.
(2) T. do Tombo. *Armário Jesuítico*, n. 7, Caixa 1.ª, f. 55.
(3) Teixeira, *Documentos*, 202-203, 411.

que faziam à Universidade, lhes dessem os graus sem lhes levarem propinas, «porque nem êles as queriam levar em nenhuns autos em que se achassem nem sendo examinadores, nem pediam nem queriam os ditos graus para outro efeito mais que para o que tinha dito, e para seguirem a sua vocação de prègarem na conversão dos infiéis, nò que êles se ocupam em diversas partes do mundo com nome de mestres». Alvitrou mais o visitador que, se lhes bem parecesse, cometessem a causa a quatro pessoas do conselho, e se lhes desse ou poder de resolver a contenda, ou ordem de referir no dito conselho o seu parecer, para nêle se tomar a conclusão que melhor se julgasse.

Sujeitou-se logo à votação a proposta, e assentou-se que nem cometessem a mais pessoas o exame da questão nem se concedessem os graus senão com o juramento e propinas. Se de outra sorte se praticasse, desordenar-se-ia tôda a Universidade, porque as outras Religiões haviam de pretender as mesmas regalias, e procederiam os graduados contra a ordem de tôdas as Universidades, não querendo prestar o juramento de obedecer ao reitor nas coisas lícitas e honestas, juramento permitido em direito e usado por todos os religiosos (1).

Decorreram ainda alguns meses, e a dezassete de maio foram finalmente lidas no conselho da Universidade as duas provisões. A repugnância e resistência dos conselheiros nem desta vez se atenuou, bem que variassem os termos em que se expressaram. Responderam que não aceitavam as provisões reais nem as contradiziam, mas protestavam que não queriam em tempo nenhum prejudicar os estatutos e privilégios da Universidade, e «que, se não replicavam mais sôbre as ditas provisões do que tinham feito, era por lho mandar assim Sua Alteza». Muitos do conselho ainda declararam o seu voto de que se não desse nenhum grau sem juramento, e requereram ao escrivão que assim o exarasse nas actas (2).

Prevendo talvez a resistência da Universidade e dese-

---

(1) Arq. Univ. C., *Conselhos*, 3, caderno de 1559-1560, f. 128.
(2) *Ibid.*, f. 134, 135v .

jando se desse ao litígio alguma solução proveitosa, alcançaram os Padres da Companhia terceiro alvará com a mesma data de dois de janeiro de 1560. Por êle se lhes concedia graciosamente que todos os que fôssem graduados em artes fora da Universidade pelos privilégios da Companhia, ou recebessem o grau de mestre em artes em qualquer outra Universidade, pudessem ler, examinar, presidir, dar graus e exercitar quaisquer outros actos e ministérios pertencentes a essa faculdade no Colégio das Artes e na Universidade conimbricense. E ordenava Sua Alteza que, emquanto lessem ou exercitassem esses actos e ministérios, fôssem tidos e havidos por mestres da mesma Universidade e nela incorporados com todos os privilégios e preeminências que competiam aos lentes e mestres graduados conforme os estatutos dela (1). Mais tarde, em 1573 e 1577, foi confirmado e ampliado êste privilégio e estendido aos graduados em teologia (2).

Com aquela concessão real se dirimiu pràticamente a porfiada contenda no que dizia respeito ao grau de mestre em artes, porquanto os que se graduavam na Universidade de Évora, já então governada pela Companhia, tinham pelo alvará o direito de ser incorporados como mestres em artes na Universidade de Coimbra (3). Dêste modo com a distinção e honra dos graus académicos podiam os religiosos da Companhia exercer mais lustrosa e autorizadamente o ministério do ensino. Contudo para não esquècerem a humildade cristã, conseguiram do rei que não fôssem obrigados a levar capêlo nos actos da Universidade de Coimbra, mas só usassem de borla no barrete (4). Na Universidade de Évora ordenou o P. Nadal que dessem igual exemplo de modéstia religiosa. (5).

7. — Agora, se olharmos aos resultados que de sua formação iam recolhendo os estudantes da Companhia, hemos

(1) Teixeira, *Documentos,* 412.

(2) *Ob. cit.,* pag. 444.

(3) Cf. Mss. S. J., *Lus.* 60, f. 163. Carta de Miguel de Tôrres, de dezembro de 1559; Laines, *Mon.* VI, 633.

(4) Teixeira, *Documentos,* 225.

(5) Nadal, IV, 686.

de confessar que eram excelentemente encaminhados na maneira por que êles cultivavam as letras e adquiriam a sciência. Davam-se geralmente ao estudo com tamanha aplicação e empenho, que, ajudados pelo talento em que primavam, foram sempre tidos na Universidade por estudantes modelares [1]. Antes sobressaíam êles com manifesta vantagem a seus condiscípulos, e era voz corrente em Coimbra que os engenhos mais distintos se encontravam todos entre os estudantes do Colégio de Jesus; e até chegou a dizer algum dos lentes que viriam a faltar para o deante homens doutos na Universidade, porque os melhores talentos ingressavam na Companhia [2].

De-feito no curso de 1544 a 1545, três anos apenas depois de iniciado o Colégio de Coimbra, já os estudantes da nova Ordem religiosa sôbre todos se assinalavam na erudição [3]. No ano de 1553, quando recomeçaram no Colégio das Artes o curso filosófico, faziam tamanhos progressos nos estudos, que eram de admiração aos seus condiscípulos, e excediam notàvelmente a expectação que dêles tinham seus mestres [4]. A boa opinião que havia de sua sciência e habilidade literária, despertava desejos de os ouvirem pùblicamente discursar perante os eruditos auditórios de Coimbra, e recebiam convites para o fazer em ocasiões solenes.

O estudante humanista Nicolau Gracida em 1554 perorou durante uma hora no Colégio das Artes com singular aceitação. Interromperam-se as aulas, e acudiu grande número de personagens a o ouvir. O Principal e professores do colégio, terminado o discurso, encomiaram em alta voz a eloqüência do novel orador, e tanto êles como alguns estudantes e religiosos de outras Ordens pediram com instância um exemplar do discurso para terem a satisfação de lhe saborear a eloqüência [5].

No primeiro de outubro de 1559 foi outro irmão da Com-

---

(1) Rodrigues, *Mon.*, 807.
(2) *Litt. Quad.*, I, 448; Polanco, I, 321.
(3) Polanco, I, 158.
(4) *Litt. Quad.*, II, 482, IV, 683.
(5) *Ob. cit.*, II, 687, 692; Polanco, IV, 501.

panhia quem pronunciou na Universidade a oração da sapiência não sem grande aplauso da distintíssima assembléia (1).

São porém prova irrefragável do êxito feliz que lhes coroava os estudos, os muitos professores que se formaram, e, já naqueles primeiros anos, ensinaram nos grandes colégios que floresciam sob a direcção da Companhia de Jesus. Muitos dêles brilharam com o renome de mestres abalizados. Mencionemos na faculdade de letras os nomes de Manuel Álvares, Cipriano Soares e Pedro Perpinhão, na filosofia Pedro da Fonseca, Pedro Gomes e Inácio Martins, e na teologia moral e especulativa Jorge Serrão, Leão Henriques e Marcos Jorge, com tantos outros que ocuparam, não sem lustre, as cadeiras dos colégios da Companhia dentro e fora de Portugal. Não poucos receberam nestes princípios a primeira formação, que, desenvolvendo-se nos anos posteriores, os acreditou de professores insignes entre os eruditos do seu tempo.

---

(1) *Litt. Quad.*, VI, 413.

LIVRO QUARTO

ACTIVIDADE APOSTÓLICA

CAPÍTULO I

MINISTÉRIOS SACERDOTAIS NAS CASAS E COLÉGIOS DA COMPANHIA

Sumário: — *1. Zêlo e freqüência de ministérios. — 2. Em Coimbra. — 3. Em São Fins. — 4. Em Évora. — 5. No colégio de S. Antão. — 6. A casa professa de S. Roque: sua fundação. — 7. Actividade crescente dos moradores da casa professa. — 8. O Bairro Alto. — 9. Exercícios Espirituais.*

1. — A Companhia de Jesus, suscitada por Deus para trabalhar na grande obra da salvação eterna das almas, com maior empenho se emprega naqueles ministérios que mais directamente são ordenados à consecução daquele nobilíssimo fim. Com êsse propósito se ocupou fervorosamente, desde os primeiros albores da sua existência, na prègação da palavra de Deus, na administração dos sacramentos, particularmente da confissão e comunhão, no ensino da doutrina cristã e na prática dos Exercícios Espirituais. Todos estes ministérios sagrados os prescreve o santo fundador nas suas Constituïções como aqueles a que a sua Companhia, por fôrça das bulas pontifícias de fundação e confirmação, se deve principalmente aplicar [1].

Mas dois dentre êles tinham certo cunho de originalidade que lhes deram Inácio e seus companheiros, no modo peculiar que seguiam de os praticar. Eram os Exercícios Es-

---

[1] Cf. bula *Regiminis* de Paulo III, e *Exposcit debitum* de Júlio III no *Instit. S. J.*, I, pag. 4 e 23.

pirituais, cuja natureza já explicámos, e o ensino da santa doutrina. Os Exercícios Espirituais foram a invenção genial de Inácio; e esperava tanto dêles o santo para o bem das almas, que ordenou procurassem seus filhos alcançar destreza no manejar esta espécie de armas espirituais, que segundo o mostra claramente a experiência, dizia êle, tanto contribuem para a glória de Deus (1).

O ensino da doutrina cristã começou êle e os que lhe imitavam, como filhos, o exemplo, a difundi-lo com tanto fervor e com o emprêgo de meios tão eficazes e acomodados à compreensão dos meninos e rudes, que parecia um ministério novo na Igreja de Deus. Era, não o podemos duvidar, muito das predilecções do santo legislador êste humilde e sublime apostolado. Por isso determinou que na fórmula de votos solenes de sua Ordem prometessem os professos especial cuidado no desempenho dêste ministério, «para que, explicava Inácio, se tenha por mais particularmente encomendado êste santo exercício e com maior devoção se pratique pelo singular serviço que por êle se faz a Deus Nosso Senhor com o bem das almas, e porque corre mais perigo de ser esquècido e desusado do que outros de mais lustre, como a prègação» (2).

Ora todos êstes ministérios exercitavam os religiosos da Companhia de Jesus em Portugal com tanto zêlo, constância, mestria e quase prodigiosa actividade, que eram como que o assombro de tôda a nação. Cumpriram à risca os preceitos do inspirado legislador. Em todo o Portugal se sentiu inúmeras vezes, desde os primeiros tempos, a voz apostólica e a acção bemfazeja daqueles novos propagadores da fé cristã. Não houve província do reino que não cultivassem êstes obreiros do Evangelho; quase se não conta cidade, nem vila nem aldeia, onde não chegasse o benefício de seu ardente zêlo. Ao mesmo passo que se iam multiplicando as casas da Companhia, redobrava a intensidade e freqüência dos ministérios. Foi um como assalto geral a tôda a terra portuguesa, uma vasta guerra pacífica e espiritual,

---

(1) *Const.*, P. IV, C. VIII, n. 5.
(2) *Const.*, P. V, C. III, B.

que só destruía vícios e edificava virtudes, levada a todo o Portugal, como até ali se não vira entre nós semelhante. Em tôda a parte eram bem recebidos e cobertos de bênçãos êstes arautos da palavra de Deus.

Por isso podemos afirmar que das muitas ocupações de sua actividade, as que mais agradecida benevolência lhes conquistaram os ânimos dos portugueses, foram sem controvérsia estes ministérios sacerdotais tão difundidos e tão frutuosos. Bem lha significou a Universidade de Coimbra quando em 1555 solenemente deu êste autorizado testemunho: «Afirma... a Universidade e assim o tem achado por experiência, virem não sòmente a esta cidade mas também a todo o reino de Portugal grandes e copiosos frutos da vida exemplar e da saüdável doutrina desta Companhia, porque fazem amizades concertando demandas e pondo os discordes em paz, repreendem os vícios e pecados públicos, empregando-se também com suma diligência e zêlo nas prègações e confissões e na administração do Santíssimo Sacramento da eucaristia ao povo» (1).

Não exagerava a ínclita Academia. Foi realmente um despertar da vida cristã, que operou no organismo da nação portuguesa a voz dos filhos da Companhia. O zêlo que lhes inspirava Inácio de Loiola, os incitava na árdua emprêsa, e dava alentos para o trabalho, tanta vez de sobreposse, mas ainda lhes supria a deficiência de prendas naturais, quando estas minguavam. Homens, bem que não dotados às vezes de grande fôrça de eloqüência, nem tão formados nos primores da arte, faziam prodígios e abalavam com o poder de sua palavra povoações inteiras. Era o amor de Deus e do próximo que lhes avigorava a natural fraqueza. Não poucos porém realçavam o zêlo com os dotes da eloqüência, e eram escutados com aceitação, e talvez com assombro.

Entre os oradores que naqueles primeiros vinte anos de actividade se distinguiram e ganharam nome bem merecido nos púlpitos de Portugal, levou a primazia no tempo e no vigor da eloqüência o P. Francisco Estrada. Outros se lhe aproximaram na fôrça do dizer e o excediam talvez na ri-

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 607.

queza e vastidão da doutrina. Os documentos coevos mencionam repetidamente alguns que ainda hoje nos apraz recordar com bem justificado louvor. Foram êles os Padres Gonçalo da Silveira, Jorge Serrão, Francisco Rodrigues, João de S. Miguel e Melchior Cota que ao muito saber aliavam fôrça persuasiva e graça não vulgar na exposição, Jorge Moreira e Valeriano Mendes que por tôda a parte prendiam a atenção e tanta vez despertavam o entusiasmo dos ouvintes, Manuel Fernandes com sua eloqüência popular, douta e singela que movia as multidões, e sobre todos o P. Gonçalo Vaz de Melo, cuja palavra eloqüente foi ouvida com suspensão desde o Norte ao Sul de Portugal, tanto nos concursos populares, como nos auditórios mais distintos e eruditos da côrte e da Universidade [1].

Tão hábeis e zelosos pregoeiros da verdade lançaram diligentemente por todo o Portugal a semente da doutrina cristã que desabrochava geralmente em copioso fruto de conversões, de muita virtude e boas obras; e no tribunal da penitência o recolhiam numerosos confessores com trabalhosa mas incansável solicitude. Eram estas as ocupações

---

[1] Francisco Rodrigues, natural de Odemira, entrou na Companhia a 7 de abril de 1548 com 33 anos de idade. Era aleijado de ambos os pés, mas os dotes naturais e as prendas de virtude e sciência que o enriqueciam, compensavam cabalmente o defeito do aleijão, que lhe ganhou a denominação de *manquinho*. Faleceu na Índia a 18 de Setembro de 1573 governando a Província de Goa da Companhia de Jesus. Dêle escreveu em 1560 o P. António de Quadros êste louvor: «O P. Francisco Rodrigues... he bom letrado *praecipue* em casos de consciência, bom prégador ao menos para a terra e de bom juizo claro e prudente...» (Mss. S. J., *Goa* 24, I, f. 22). Francisco de Sousa no *Or. Conq.*, P. II, C. I, D. I, § 57, diz com mais energia que «era prègador de fama, excelente theologo e matematico». Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 3v; Teles, I, 349; Franco, *Imagem*, I, 619.

Melchior Cota era natural de Leiria e alistou-se na Companhia de Jesus a 7 de fevereiro de 1545 aos 19 anos de idade. Depois de muitos anos trabalhar zelosamente nos púlpitos e confessionário, e viver tão religiosamente que chegou a ser mestre de noviços, faltou, não sem escândalo, às obrigações de seu estado, houve de ser por isso mandado para fora de Portugal, esteve na Sardenha e em Espanha; foi por fim licenciado da Companhia e veio no ano de 1584 para Beja, onde repentinamente morreu durante uma refeição. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 2, 73, 108, 201; Bib. P. Ebor., CVIII/2-5, f. 93; Nadal, I, 509.

ordinárias dos que nas casas da Companhia se dedicavam imediatamente aos ministérios da salvação das almas.

2. — Na cidade de Coimbra, logo que se estabeleceram no Colégio de Jesus os religiosos da Companhia, deram fervoroso princípio aos ministérios sagrados os que já tinham idade e formação necessária, e no mesmo tempo começaram de acorrer os fiéis para a humilde capelinha que se abrira no novo colégio à devoção dos conimbricenses. Foram-se desenvolvendo esses ministérios com intensidade progressiva até se poderem cabalmente exercitar quantos abrange o Instituto da Companhia. Assim, logo que houve prègadores, ouviu-se freqüentemente em Coimbra a voz daqueles apóstolos não só na capela do colégio, mas também nas igrejas da cidade.

O principal e o que maior entusiasmo excitou desde os princípios de 1544, foi, como já referimos, o **P. Francisco Estrada.** Tôda a cidade de Coimbra corria em pós do novo orador, segundo a expressão significativa de um contemporâneo (1), e era grande o fruto de sua palavra eloqüente.

Seguiu-se-lhe no zêlo e fama o **P. Gonçalo da Silveira.** Foi em 1551 que se manifestou o seu talento oratório. Prègava o advento na igreja da Misericórdia, e desempenhou-se com tanta satisfação dos ouvintes, que deu esperanças de vir a ser um insigne prègador, escreveu um de seus irmãos na Religião, e já se podia contar entre os bons oradores de Portugal (2). Depois desta magnífica estreia continuou com igual aceitação no exercício do santo ministério. A quaresma de 1553 prègou-a na mesma igreja da Misericórdia aos domingos, e durante a semana fazia sermões noutras igrejas a estudantes e a diversos auditórios, sempre com tanta comoção e fruto, que aumentava consideràvelmente o número dos que acudiam com freqüência aos sacramentos da confissão e comunhão (3). O zêlo, a eloqüência natural e a erudição da-

(1) Polanco, I, 157.

(2) *Litt. Quad.*, I, 450. Carta do P. Manuel Leite, de Coimbra a 1 de dezembro de 1551.

(3) *Ob. cit.*, II, 229, 370; Polanco, III, 413.

vam-se as mãos para fazerem daquele nobilíssimo jovem um orador aprimorado e profundamente apostólico.

Sucedeu-lhe nesta lida afanosa dos púlpitos o **P. Francisco Rodrigues,** orador de tamanha envergadura, que uma vez em Lisboa suspendeu e comoveu até às lágrimas um numeroso auditório durante quatro horas seguidas no sermão que prègou quinta-feira santa sôbre a paixão de Jesus Cristo [1]. Em Coimbra foi copioso o fruto de suas prègações, que não se desluziram no confronto com a eloqüência do orador que o precedera [2]. Mas havia um género de prègação em que primava Francisco Rodrigues, e que por êsses anos se iniciara nos púlpitos da Companhia. Eram as conferências ou lições da Escritura Sagrada, nas quais o orador comentava seguidamente os livros inspirados para sólida instrução e notável proveito dos assistentes. Em 1556 fazia-as no Colégio de Coimbra com satisfação plena de numerosos ouvintes, até que se partiu para a Índia não sem pesar de tantos que desejavam por mais tempo disfrutar de sua eloqüência e doutrina. Houve de substituí-lo no delicado e importante ministério o P. António Correia, mestre de noviços [3].

Mas por aqueles anos já se distinguiam mais dois oradores que também nos merecem especificada menção. Eram os Padres **Jorge Serrão** e **Melchior Cota.** Serrão dava nos púlpitos tão claras provas de elevado engenho, e desenvolvia a muita doutrina que possuía, com tamanho atractivo e graça, que nomeadamente os estudantes da Universidade folgavam de o ouvir e lhe louvavam e admiravam a eloqüência primorosa. Quase todos os domingos prègava não sòmente sem fastio mas com prazer sempre novo do auditório [4]. Nas lições porém da Sagrada Escritura sabia prender com arte singular a atenção dos ouvintes, e «juntamente lhes ministrava para o entendimento boa e sólida doutrina e lhes movia o afecto para o amor e desejo das virtudes» [5].

---

(1) *Litt. Quad.*, III, 401, carta de 30 de abril de 1555; Polanco, V, 559.
(2) *Litt. Quad.*, II, 370.
(3) *Ob. cit.*, IV, 211-212; Polanco, VI, 716.
(4) *Litt. Quad.*, II, 693; Polanco, IV, 502.
(5) *Litt. Quad.*, VI, 133.

Em 1558 explicava nos domingos de tarde os salmos, refere um contemporâneo, «com grandíssima freqüência de estudantes e de alguns doutores que o vinham ouvir, e de religiosos, principalmente de S. Bernardo, que são mais contínuos a suas doutrinas; e contentava de tal maneira, que ao dar a hora de terminar, parecia que os deixava no melhor do tempo» (1). «Esperamos, prossegue o mesmo informador, que há de colhêr muito proveito, indo sempre adeante do mesmo modo, porque lhe teem muito grande crédito nesta Universidade» (2).

Acompanhava-o desde 1554 no zêlo com que se dedicava e na aceitação que fruía, o P. Melchior Cota, que desde os primeiros tirocínios do púlpito começou de atrair sôbre si a atenção e as admirações do bom povo de Coimbra. Prègava com freqüência nos domingos e festas. Os concursos eram grandes; o aplauso dos ouvintes não esmorecia, e a colheita do fruto era copiosa, como se depreende das memórias daquele tempo (3).

A todos estes sobrepujava na freqüência do púlpito, no vigor da eloqüência e no agrado com que era ouvido, o **P. Gonçalo Vaz de Melo**. Três anos apenas depois de entrado na Companhia (4), já despertava aplausos nos auditórios. Mais freqüentemente se escutou a sua voz noutras cidades do reino; não deixou contudo a cidade de Coimbra de participar dos frutos de sua eloqüência. Quando em 1557 subiu ao púlpito na cidade do Mondego, prègou na Universidade com enorme concurso, acudindo a escutá-lo quanto havia de principal e distinto na ilustre Academia. No ano seguinte, ao chegar de Roma, novamente deu mostra de sua eloqüência em Coimbra, e no grande concurso de ouvintes sobressaíam principalmente os estudantes e doutores da Universidade (5).

Outro modo de difundir instrução religiosa e suma-

(1) *Ob. cit.*, V, 895.

(2) *Ob. cit.*, V, 896. Carta do P. Francisco Varea, de 20 de dezembro de 1558.

(3) *Ob. cit.*, II, 693; III, 735; VI, 133-134; Polanco, IV, 502, V, 584.

(4) Gonçalo Vaz entrou na Companhia a 7 de fevereiro de 1544.

(5) *Epist. Mixtae*, I, 377; *Litt. Quad.*, V, 248, 895.

mente proveitoso era o do ensino da doutrina cristã; e tomavam-no a peito os incansáveis apóstolos. Mas para que a instrução fôsse sólida e o fruto duradoiro, não se contentavam de propôr à memória as fórmulas do catecismo; sobretudo se empenhavam em explicar à inteligência os mistérios sublimes da Fé e as obrigações da vida cristã, para que todos modelassem os costumes pelas normas da doutrina. Tanto interêsse e importância se dava a êste necessário ministério, que os concursos eram extraordinários, até de estudantes, doutores e outras personagens de maior distinção.

Sobrelevaram em Coimbra pela sciência e destreza com que exercitaram êste ministério, os Padres **António Correia, Melchior Cota** e **Jorge Serrão** (1). Mas também o **P. Cipriano Soares** entre as contínuas ocupações do professorado, folgava de lhe dedicar porção de sua rara actividade; e fazia-o com tanta graça e fervor, que os ouvintes saíam por vezes da igreja pasmados de tão agradável e instrutiva eloqüência (2). Colhia-se como a mãos cheias o fruto desta exposição clara, singela e sábia da doutrina cristã (3).

Não eram contudo sòmente os sacerdotes, já formados, os que se entregavam a êste frutuosíssimo ministério. Também os estudantes que ainda cursavam as sciências sagradas, saíam nos domingos e festas em que vagavam as escolas, pelas povoações dos arredores de Coimbra a ensinar a doutrina às crianças e gente rude. Dêste modo se ensaiavam aqueles jovens para as lides de mais vasto e trabalhoso apostolado.

Iniciaram-se estas estreias com mais regularidade no mês de dezembro de 1552 (4). Ao chegarem às igrejas que lhes tinham assinalado, não sòmente ensinavam os meninos a aprender de cor as fórmulas da doutrina, mas também faziam práticas às crianças e a tôda a classe de pessoas que sempre acudiam numerosas, a lhes explicar as verdades da Fé e a lhes mostrar a maneira de conformarem

(1) *Litt. Quad.*, II, 693; VI, 133; Polanco, IV, 502.
(2) *Litt. Quad.*, V, 947.
(3) *Ob. cit.*, II, 371.
(4) *Ob. cit.*, II, 93-94.

com elas a vida. Era por extremo animador o fruto que se colhia nestas piedosas excursões.

Em 1558 assim o descreveu um daqueles apóstolos: «No mesmo tempo foram muitos dos estudantes teólogos cada domingo prègar e fazer doutrinas pelas muitas vilas dêste bispado, e com a graça de Deus recolheram muito fruto. Alguns dêles se ocuparam em desfazer ódios e tirar os homens de outros pecados públicos, e tudo lhes era fácil, não só pelo favor divino, mas também pelo grande respeito que teem aos nossos religiosos. Um dêles consolou e animou espiritualmente a uma mulher que a tal ponto desesperara de sua salvação que nem já assistia aos ofícios divinos, nem cuidava de praticar boas obras. Aprouve a Deus alumiá-la e operar pelos nossos irmãos muitas outras coisas de grande glória sua e edificação das almas. Emendaram-se juramentos e demais vícios com admoestarem-se uns aos outros. Muitos descobriam suas consciências abraçando o que lhes ensinavam. Numa palavra, para não descer a mais particularidades, foi notável o fruto que se fêz».

«O que mais edificava a gente, era ver que os nossos, a-pesar do muito trabalho a que se sujeitavam, e das chuvas que muitas vezes caíam, não deixavam de ir todos os domingos e festas, e que sôbre tudo isto, não queriam aceitar o estipêndio que por semear a palavra de Deus se lhes oferecia. De manhã costumavam prègar, e à tarde explicavam a doutrina, acomodando-se à capacidade assim dos grandes como dos meninos, de modo que todos por bondade de Deus colhiam seu fruto» (1).

Subia de ponto a edificação, quando aqueles jovens recusando as ofertas que a piedade do povo lhes fazia, se contentavam para seu alimento do que mendigavam pelas portas todo o tempo que andavam por fora do colégio. Ao regressarem a casa os novéis apóstolos, davam conta como lhes fôra no seu ministério e recebiam do superior admoestação e aviso para se corrigirem ou melhorarem no que houvesse mister emenda ou aperfeiçoamento (2).

---

(1) *Ob. cit.,* V, 615.
(2) Polanco, III, 411.

O ministério porém de mais contínuo trabalho que exerciam os religiosos da Companhia era sem dúvida nenhuma o das confissões, onde se recolhiam os frutos que na prègação e doutrinas se semeavam e amadureciam. Afluíam geralmente os fiéis em tão grande número ao tribunal da penitência, particularmente na quaresma e nas festas de mais devoção, que os documentos coevos o encarecem com insistência bem significativa. Muitas vezes não bastavam doze a quinze confessores assìduamente sentados no sagrado tribunal durante o dia inteiro e boa parte da noite para despacharem a quantos se aproximavam ansiosos de se purificarem pela penitência.

Num jubileu que se publicou em 1557 foi tão extraordinária a afluência dos penitentes, que deram bem que fazer a vinte ou trinta confessores. Era muito para ver como estavam os corredores do colégio apinhados de estudantes não só do Colégio das Artes mas também da Universidade, de lentes e homens doutos que esperavam longamente a sua vez de chegarem à confissão. Emfim mostravam os fiéis em muitas ocasiões tal ânsia de se confessarem aos Padres da Companhia de Jesus, que parecia cuidarem que não se confessavam bem senão aos pés daqueles religiosos [1].

Os frutos salutares que nasciam desta zelosa actividade haviam de ser copiosos. As relações daquele tempo o repetem e inculcam sem hesitação. Em 1554 assim o escreve do Colégio de Coimbra o P. Francisco Henriques: «São agora doze os padres que neste colégio confessam, e não bastam para as muitas confissões que de contínuo se pedem, àlém das que se fazem cada oito dias, que serão umas duzentas; mas veem os fiéis trazidos por Nosso Senhor com tanta devoção, que, se no colégio se não podem atender, não deixam de buscar noutras igrejas quem os confesse por assim lho aconselharem os padres. Está, bemdito seja o Senhor, tão introduzida a devoção dos sacramentos, que em tôdas as igrejas há muitas confissões e comunhões, e os parroquianos e pessoas principais dão muitas graças ao Doador de

(1) *Litt. Quad.*, II, 483-484, 693; IV, 685; V, 250; Polanco, II, 363-364; IV, 502.

todo o bem pela grande mudança que se vê na gente desta cidade».

«O fruto é universal, porque de tôda a classe de pessoas freqüentam a devoção e muitos procuram bem de-veras aperfeiçoar suas almas entregando-se à vida espiritual e à mortificação cristã. É de grande consolação ver pessoas seculares, que no tráfego de seus negócios vivem com tanta limpeza de consciência, como se foram religiosos muito favorecidos de Deus e solícitos de sua perfeição. O bom odor dêste proveito difunde-se pelos lugares circunvizinhos da cidade, e muita gente dêles vem confessar-se a nosso colégio . . . Das mercês grandes que Deus Nosso Senhor fêz a muitos por meio das confissões e práticas dos padres, não escrevo, porque não são para cartas, ainda que sejam para dar a Deus muitos louvores» (1).

Em 1555 confirmava a noticia daquele fruto admirável o P. Manuel da Costa, escrevendo a S. Inácio em nome do P. Leão Henriques. «Pela bondade do Senhor, conta o bom religioso, vai em tanto crescimento a freqüência dos sacramentos, que é agora ordinário o que noutros tempos se fazia sòmente na quaresma. É muito para louvar a Deus a mudança que se operou nesta terra, onde ao princípio se afigurava tão dificultoso e quase impossível não só chegar-se a êste ponto, mas ainda só aprovar-se o que já se conseguiu. Nunca faltou quem tratasse de impedir tão salutar exercício, como é confessar-se e comungar freqüentemente. Os que se atreviam a o fazer, eram perseguidos dos que o não praticavam. Mas os nossos padres trabalharam porfiadamente por arrancar esta maldita peste, e quis Nosso Senhor visitar êste povo, dando-lhes a conhecer o bem de que tanto tempo careceram...».

«Os pais, se querem ver seus filhos bons, e livres de maus costumes, a primeira coisa que fazem, é mandá-los a nosso colégio para que se confessem. O mesmo aconselham as mães a suas filhas e os amos a seus criados. Teem por tão eficaz êste remédio, que, como vêem a algum emendado no seu modo de viver, ainda que não saibam que se confessa

(1) *Litt. Quad.*, II, 687-688, 693-694.

com os nossos padres, logo dizem que por ali andaram os da nossa Companhia» (1).

Não continuaremos a citar as muitas cartas, que sôbre o zêlo activo dêstes religiosos se escreveram a Roma. De tôdas elas se tira irresistìvelmente a conclusão de que a Companhia de Jesus se dedicou fervorosamente desde seus princípios a melhorar o estado moral e religioso da sociedade conimbricense.

Mas apontemos também, ainda que ao de leve, o que se trabalhava nas outras casas e igrejas da Companhia. Os ministérios eram idênticos, semelhante a actividade apostólica, e o fruto igualmente consolador.

3.—No mosteiro de São Fins, logo que foi entregue aos religiosos do Colégio de Coimbra no ano de 1546, começaram a beneficiar a gente dos arredores com o trabalho de seus ministérios sacerdotais. O Irmão **Bento Fernandes,** que dêle foi tomar posse, prègou na igreja do mosteiro a quaresma daquele ano, e cresceu tanto a edificação e admiração de todos os que o ouviram, que por vinte léguas à roda correu a fama da boa sorte que os visitara. Foram recolher o fruto nas confissões os Padres **João Nunes** e **Francisco Vieira,** e ficou tão espiritualmente satisfeita a gente da região, que «todos os vassalos do mosteiro, como se escreveu nesse tempo, bemdiziam a Nosso Senhor por lhes ter sucedido tão bem, que viessem a ser súbditos do Colégio de Coimbra» (2). Nos anos seguintes nunca deixaram os religiosos de cultivar diligentemente aquele vasto campo tão necessitado de obreiros. A gratidão os impelia a tomar êsse trabalho; recebiam daquelas terras os bens temporais nas rendas que fruíam do mosteiro, e pagavam-nos com usura em benefícios espirituais que iam nobilitar aquela humilde gente e a dispùnham à consecução da felicidade eterna.

O mais oportuno ensejo de lhes procurarem êste bem, tiveram-no quando em 1550 e 1551 se estabeleceram no mosteiro os estudantes de filosofia. O P. Simão Rodrigues que naquele primeiro ano visitou São Fins, dispôs a ordem dos

(1) *Ob. cit.*, III, 736; Polanco, V, 584.
(2) *Epist. Mixtae*, I, 268; Polanco, I, 193.

ministérios. Inteirado pelos irmãos que o tinham precedido no mosteiro, da miséria espiritual em que jaziam aqueles povos, que na vida pouco se diferençavam de pagãos, compadeceu-se de suas pobres almas, e assinalou a cada irmão a sua frèguesia, para que todos os domingos e festas as visitassem e nelas prègassem, ensinassem doutrina, extinguissem ódios e inimizades, e fizessem outras obras do serviço de Deus e proveito dos próximos.

Saíu no primeiro domingo aquele luzido esquadrãozinho de apóstolos, e dividiu-se em diversas direcções pelas frèguesias do têrmo. Foi grande o concurso da gente atraída talvez pela novidade. Começaram aqueles jovens de lhes prègar e ensinar a doutrina cristã, e logo do primeiro dia foi notável o fervor que se acordou naquelas almas singelas de montanheses. Terminado o ensino, iam visitá-los particularmente em suas casas, tomavam conhecimento de suas necessidades espirituais, procuravam remedia-los e fazer-lhes o bem que as circunstâncias ofereciam (1). Para mais fàcilmente atraírem os meninos nas várias frèguesias, percorriam as ruas da povoação tocando campaínha e chamando-os para a igreja. Acudiam êles em grande número, agregavam-se-lhes muitos adultos, e todos como em procissão se dirigiam alvoroçados para o templo. Ali lhes explicavam a doutrina cristã, ensinavam-nos a cantá-la para mais fácil e gostosamente a aprenderem e depois a repetirem pelas ruas e praças, e nunca omitiam uma particular exposição dos altos mistérios da Fé ou dos mandamentos de Deus com adequada exortação a reformarem os costumes (2).

Marcos Jorge, ainda não sacerdote, já porém muito erudito nos sagrados cânones, lia na vila de Monsão casos de consciência aos sacerdotes, e depois de exercer aquele elevado ministério, ia humildemente pelas ruas da vila, com não pequena edificação do povo, tocando a campaínha e convidando os meninos a se lhe juntarem para aprenderem a santa doutrina (3). À mesma vila de Monsão fôra pouco

---

(1) *Epist. Mixtae*, II, 406-407.
(2) *Ob. cit.*, V, 723.
(3) *Ob. cit.*, 724.

tempo antes o **P. Valeriano Mendes**. A indisposição que observou na gente àcêrca da Companhia, por preconceitos que lhe meteram, foi causa de ser não sòmente mal acolhido mas até pùblicamente insultado. Houve-se todavia o humilde religioso com tão insinuante caridade, e com tal arte e zêlo lhes começou a prègar, que a pouco trecho clérigos e leigos principiaram a chamar homem santo ao que dias antes recebiam com nomes injuriosos, e os que maior aversão haviam mostrado, agora lhe davam mais e mais comovidos sinais de benevolência [1].

Mas lá no mosteiro de S. Fins não se limitavam os religiosos à prègação e explicação da doutrina. Para tornar mais duradoiro o fruto, e dispor mais fàcilmente pela instrução as almas das crianças a entenderem as verdades da Religião e as obrigações da vida cristã, instituíram uma escola de ler e escrever e de gramática. Era de ver a multidão não só de meninos mas de gente mais crescida, que acudiam desejosos de se instruir. Com as letras aprendiam também a prática da virtude, e davam depois em suas terras exemplos de comovedora edificação [2].

Podemos qualificar de admirável a fôrça de espírito e de palavra daquela zelosa juventude. O fruto correspondia em tôda a parte às fadigas daqueles novos obreiros. A montanhosa região em tôrno do velho mosteiro como que se transformava de bosque bravio em campo florido e fértil. A ignorância dos santos mistérios, que era lastimosa nos pobres trabalhadores dessas terras, dissipava-se pouco a pouco à luz da instrução; os vícios de que enfermavam geralmente as povoações diziam seus próprios habitadores que se extirpavam com a doutrina e exemplo daqueles religiosos; cessavam os juramentos, já se não ouviam as blasfêmias. Os ódios e inimizades de há muito ardiam com tão grande estrago, que havia povoação, onde apenas se encontrava homem ou mulher que não se abrasasse nesse fogo mortal; mas o zêlo dos missionários e medianeiros de paz conseguia apagá-lo, congraçavam-se os inimigos e acabavam as rixas de

(1) *Ob. cit.*, II, 433.
(2) *Litt. Quad.*, II, 318; Polanco, III, 420.

sangue e mortes violentas, que perturbavam freqüentemente a vida daqueles povos.

O P. **João de Gouveia** trabalhara quase um ano inteiro na reforma de uma das mais povoadas frèguesias. Com insistência perguntava se havia ódios que apaziguar, e todos lhe respondiam que era mal de que não sofriam, quando andava em tantos peitos aceso o fogo da discórdia. Não podendo por mais tempo conter-se perante o iniquo disfarce, um dia ao terminar o sermão quaresmal, num ímpeto de zêlo, lançou-se de joelhos, prorrompeu em exclamações contra os ódios que êles não podiam ocultar, e com lágrimas os começou a exortar a que os quisessem depôr. Por boa meia hora continuou com insólita veemência a os admoestar e persuadir que se perdoassem mùtuamente e se abraçassem como irmãos. Foi tão profunda a comoção de tôda aquela gente, que homens e mulheres desfeitos em pranto se vieram ao prègador a declarar os ódios que tinham, e o zeloso sacerdote, sempre de joelhos, os congraçava encomendando-lhes, com a eficácia que podia, que se amassem por amor de Cristo. Com grande devoção de todos reconciliou a cêrca de trezentos homens, que de parte a parte se perdoaram generosamente as ofensas ([1]).

Semelhante artifício de zêlo com igual resultado empregou o Irmão **Miguel de Bairros** na frèguesia de S. Mamede de Friestas mais vizinha do mosteiro. Era nesta frèguesia maior a dificuldade, porque não sòmente andavam seus moradores envolvidos em complicada rêde de ódios, mas também abrangiam na sua má disposição os religiosos do mosteiro aos quais insultavam e maldiziam pùblicamente. Mas a caridade engenhosa ministrou àquele apóstolo os meios de triunfar da pertinaz resistência. Fazia-lhes aos domingos exortações que lhes principiaram a tocar o coração; depois visitava-os particularmente em suas casas e persuadia-os amorosamente a que perdoassem a seus inimigos, e por fim no sermão do mandato em quinta-feira santa, depois de prègar calorosamente sôbre a caridade, pôs-se também de joelhos e com as lágrimas nos olhos suplicou a todos se deter-

(1) *Litt. Quad.*, I, 384-386.

minassem a fazer as pazes com quantos os tivessem ofendido. Foi maravilhosa a transformação operada naqueles homens, que geralmente se julgavam por bem difíceis de dobrar. Tôda a multidão que o ouvia, sacudida fortemente pelas palavras do orador, desatou em copioso pranto, e a reconciliação dos ânimos tornou-se completa (1). Parece que não havia durezas que resistissem ao zêlo de apóstolos tão abrasados no amor de Cristo.

Emfim tal mudança se foi operando nos habitantes daquelas margens do Minho, que êles próprios diziam que principiavam finalmente a ser cristãos, que São Fins se transformara em paraíso terrestre, e que bemdiziam a hora em que os religiosos da Companhia vieram àquelas terras e tomaram posse do mosteiro de S. Fins (2).

4. — Na cidade de Évora repetiam-se scenas semelhantes de zêlo apostólico, e brotava igualmente em grande cópia o fruto. Logo que chegaram a Évora os primeiros fundadores do colégio em 1551, começaram a exercitar, como em tôda a parte, os santos ministérios, e despertaram desde o princípio com a novidade a atenção do povo e uma corrente de simpatia que aumentou com os anos (3). Subiu porém o entusiasmo com os trabalhos do **P. Manuel Fernandes,** o prègador mais popular que por êsse tempo se ouviu nos púlpitos de Évora. Prègava com freqüência na sé catedral e nas outras igrejas da cidade, e sua voz abalava prodigiosamente as multidões. Era sua eloqüência natural, lhana, sem artifício, e mais poderosa pela fôrça do pensamento e ternura do afecto do que pela escolha e atavio da frase. Falava nele a alma acesa no amor de Deus e do próximo, possuía a fôrça dominadora dos corações, e conhecia o segrêdo de fàcilmente compungir a quantos o escutavam. Não admira que fôsse grande a concorrência a seus sermões (4).

Não se contentava porém o fervoroso apóstolo, que o

---

(1) *Ob. cit.*, 386-387.

(2) *Ob. cit.*, I, 211; II, 317; *Epist. Mixtae*, I, 268; Polanco, II, 372; III, 420.

(3) *Litt. Quad.*, I, 554, 514, 699.

(4) *Ob. cit.*, II, 49, 506; *Epist. Mixtae*, III, 323; Teles, I, 529, 531; Franco, *Imagem... Lisboa*, 148, 149.

buscassem os fiéis desejosos da salvação. Êle próprio procurava os necessitados de alimento espiritual. Nos intervalos das demais ocupações ia-se o bom sacerdote pelas ruas da cidade, entrava confiadamente pelas casas da gente trabalhadora, e parando nas tendas ou lojas travava com todos amena conversação, falava-lhes de Deus e os exortava com doçura à freqüência dos sacramentos. Logo os convidava, para receberem maior instrução, a que viessem ouvir a exposição que lhes fazia da doutrina cristã.

O efeito dêstes convites foi extraordinário. Todos os domingos de tarde e dias de festa acudia grande multidão de homens a ouvir aquele novo curso de religião. Juntava-os o prègador, emquanto não havia igreja capaz, nas maiores salas dos paços del-rei, onde então moravam os religiosos da Companhia, e ali lhes explicava com interêsse crescente a doutrina, e os procurava persuadir à prática da confissão e comunhão. O fruto mostrava-se a olhos vistos; a freqüência dos sacramentos era edificativa; cresciam os auditórios e aumentava o bem que se fazia àqueles homens do povo [1]. Depois do falecimento de Manuel Fernandes em 1555 não esmoreceu o fervor das doutrinas. A concorrência redobrou quando, terminada a construção da igreja, puderam assistir homens e mulheres, e novos prègadores vieram substituir o iniciador dêste simpático e frutuosíssimo ministério [2].

Não era contudo só esta a ocupação daqueles operários incansáveis. «As confissões, comunhões e prègações em nossa igreja vão em contínuo acréscimo com o favor e graça divina, refere a carta quadrimestral de 1556, e são tantos os que afluem aos sermões, que nem em nossa igreja que é suficientemente vasta, nem no pórtico dela, também bastante espaçoso, cabem já os ouvintes, ainda que se disponham bancos por muitas outras partes. O fruto que dêstes sermões e doutrinas se recolhe é muito grande, por ser também grande o concurso dos ouvintes e de pessoas de muito respeito. A

---

(1) Mss. S. J., *Lus.*, 80, f. 226v; *Litt. Quad.*, III, 461; IV, 708; Polanco, III, 426.

(2) *Litt. Quad.*, III, 582, 764; V, 12, 350; VI, 144, 427; Polanco, V, 574-575; VI, 723.

extensão do fruto e serviço de Deus, que nestes ministérios se faz, bem se pode ver, creio eu, da continuação com que todos êles se chegam ao tribunal da penitência e mesa eucarística e do fervor com que se dão, aconselhados por nossos religiosos, a muitos outros actos de virtude» (1).

Mas saiam também de seu colégio os zelosos ministros de Deus a comunicar a muitos mais as riquezas de seu ardente espírito. «Os padres, explica ainda a mesma carta, andam noite e dia ocupados em visitar e confessar os enfermos que há nesta cidade e em os consolar e animar a bem morrer, como é costume da Companhia. Quanto seja agradável ao Senhor esta fadiga, e quanta glória e louvor dela resulte para a Divina Bondade, não o sei eu bem declarar de palavra a V. R., porque havendo nesta cidade uma multidão, que parece inacreditável, de confessores, é tão boa a opinião que todo o povo tem dos padres e irmãos dêste colégio, assim nas letras como na virtude e santidade da vida, que não admitem para confessores senão os padres desta casa, e alguns há que não cessam de importunações, emquanto lhes não levam algum padre ou irmão que os console espiritualmente. É tanto mais de admirar esta insistência, por ser grande o número de religiosos de diversas Ordens e de homens doutos que há nesta cidade, atraídos pelo infante cardeal. Louvado seja o Senhor de todos».

«Esta aceitação e crédito vem, segundo entendemos, em boa parte, dos factos de-veras extraordinários que teem sucedido com os nossos. Estando alguns doentes totalmente desesperados sem quererem ver nem ouvir falar pessoa nenhuma, nem sequer escutar as admoestações de outros religiosos, apenas chegavam os nossos padres, logo pela bondade de Deus, findava a tentação diabólica e se confessavam com grande arrependimento de seus pecados. Muitas vezes são os padres e irmãos chamados para fazer amizades entre pessoas desavindas e para outras obras de misericórdia, e a tôdas com o auxílio de Deus dão satisfação, ainda que os nossos sejam poucos em número.

Nos dias passados sucedeu que brigaram algumas pes-

(1) *Litt. Quad.*, IV, 450.

soas honradas desta cidade ferindo-se e maltratando-se mùtuamente. Logo veio alguém ao colégio a pedir com grandes instâncias que fôssem remediar aquele mal e obviar às muitas desgraças que dêle podiam nascer. Mandaram-lhes o Irmão **Leonel de Lima**, que não sòmente os restituíu à amizade e paz antiga, mas também conseguiu que, para maior sinal de verdadeira reconciliação, pùblicamente se abraçassem na igreja deante do Santíssimo Sacramento. Êles o fizeram com muito arrependimento do mal que tinham praticado, e todos os que presencearam aquele exemplo, louvaram ao Senhor por ser coisa de tão grande serviço seu» (1).

Temos à face dêstes testemunhos de confessar que eram realmente abençoados os frutos desta maravilhosa actividade no colégio de Évora.

5.—Não se mostrava ela menos viva nem menos frutuosa no colégio de S. Antão. Já escrevemos que desde 1542 se tornara esta casa um centro de fervorosa piedade na côrte de Lisboa. Com o andar dos anos porém não sòmente não deminuíu, mas foi aumentando o entusiasmo santo do povo e o ardor daqueles zelosos obreiros do Evangelho. Não repito sucessos idênticos aos que já referi de outras casas; sòmente advirto à luz dos testemunhos coevos que os concursos às prègações, às doutrinas e à confissão e comunhão eram enormes, de tal modo que muita vez nem a igreja os podia conter, nem os operários bem numerosos que ali trabalhavam constantemente, conseguiam satisfazer a quantos se apertavam em tôrno do tribunal da penitência. Admirado da afluência extraordinária, referia Nadal em 1553 a S. Inácio, ao chegar de Roma a Lisboa, o espectáculo edificativo, dizendo-lhe «ser tamanho o concurso às prègações, à doutrina cristã, a confissões e comunhões, que era para dar a Deus muitos louvores» (2).

Trabalhando porém todos geralmente com activo zêlo, alguns havia que sobrelevavam a seus companheiros de lida pela destreza com que o exercitavam. Naqüele mesmo ano em que Nadal testemunhara o fervor que dissemos, saíra de Lisboa

(1) *Ob. cit.*, IV, 448-449; Polanco, IV, 723.
(2) Nadal, I, 178.

para a Índia o **P. Francisco Vieira**, que durante alguns anos se dedicou na casa de S. Antão a procurar a salvação e perfeição das almas com tanto empenho, constância e amor, que chegou a reünir grande número de oficiais da cidade e não poucos nobres que se entregavam quase totalmente ao exercício da oração, à vida de piedade e à prática de obras santas. Todos o amavam com tão entranhado afecto que no dia em que houve de se embarcar, acudiu à igreja do colégio grande multidão de povo de tôdas as classes, e rompeu, na hora da despedida, em pranto desfeito e inconsolável [1].

Nos púlpitos excitou, como em tôda a parte, maior abalo o já conhecido orador **Francisco Estrada**, que o P. Mestre Simão levara de Coimbra para Lisboa nos princípios de 1547 a-fim de também na capital aproveitar às almas com a fôrça de sua poderosa eloqüência [2]. Na própria côrte prègava com tal comoção que arrancava lágrimas àquele nobilíssimo auditório [3]. Emquanto no espaço dêsse ano exercitou o sagrado ministério na igreja de S. Antão, afervorou extraordinàriamente um piedoso acto de penitência, que se havia iniciado naquela primeira casa da Companhia. Refiro-me ao exercício dos disciplinantes, que os espíritos descrentes da nossa idade ouvirão talvez mencionar com sorriso escarninho, mas os nossos antepassados com a fé lhana e radicada do século dezasseis praticavam não sem grande proveito e edificação.

Constituíra-se naquela igreja uma confraria de homens com o fim particular de se darem a uma penitência salutar e à freqüência dos sacramentos da confissão e comunhão. Era admirável o fervor de seus membros, e foi com o tempo crescendo em número esta singular associação. Em 1548 já orçavam por mais de duzentos os que se lhe haviam agregado. Reüniam-se às sextas-feiras de noite na casa de S. Antão, ouviam na igreja um sermão acomodado à capacidade e intento dos que ali naquela hora se juntavam, e logo numa ou mais salas da casa tomavam a disciplina com tantas

---

(1) *Litt. Quad.*, II, 220-221; Polanco, III, 396.
(2) Rodrigues, *Mon.*, 552; *Litt. Quad.*, I, 66; Polanco, I, 257.
(3) Polanco, I, 319,

lágrimas, suspiros e outros sinais de sincera compunção, que faziam pasmar os que de fora assistiam ao comovente espectáculo. Terminado aquele acto cristão, rezavam as ladaínhas dos santos e outras orações que julgavam a propósito.

Não faltavam de quando em quando alguns que atraídos pela fama, vinham assistir ou por mera curiosidade ou com intenção de escarnecer do que vissem; mas, segundo refere testemunho dêsse tempo, era tão agradável a melodia que os golpes da disciplina lhes faziam vibrar nos ouvidos, que voltavam a sua casa batendo no peito e feridos do sentimento de suas culpas. Espalhou pela cidade tão suave odor e edificação aquela penitência, que até a raínha D. Catarina e o príncipe D. João a quiseram presencear no ano de 1550 (1).

Todos estes ministérios exercidos com tamanha dedicação, conciliavam naturalmente aos religiosos da Companhia a estima e a afeição dos cidadãos de Lisboa; e êles com humildade a aceitavam, porque lhes abria o campo para mais dedicadamente trabalharem. Vivia dêstes sentimentos o reitor do colégio, Gaspar Álvares, quando escrevia em 1560 ao Geral Diogo Laines àcêrca das fadigas de seus súbditos, e com expressões de humilde reconhecimento lhe assegurava que muitas vezes se confundia ao ver o acatamento que se guardava em Portugal aos religiosos da Companhia de Jesus, e a confiança que neles comummente se depositava para qualquer trabalho e emprêsa (2).

6. — De quanto nêste capítulo temos exposto vemos que entre as variadas ocupações dos religiosos da Companhia tomava sempre parte importante o cuidado directo da salvação das almas. Todavia a primeira casa que em Portugal estabeleceu a Companhia de Jesus com o fim exclusivo de se dedicar aos ministérios sacerdotais, foi a casa professa de S. Roque em Lisboa. O santo legislador é que ideou as casas dêste género, e êle lhes marcou nas suas Constituïções a natureza e particular destinação. Eram elas, segundo a mente de Inácio, totalmente consagradas aos ministérios es-

---

(1) *Epist. Mixtae*, I, 527; Polanco, I, 319; II, 136, 376.
(2) *Litt. Quad.*, VI, 501.

pirituais que se exercem com os próximos, e deviam ser como estâncias privilegiadas, onde brilhasse em tôda a sua pureza, rigor e perfeição o Instituto da Companhia. Por êsse motivo seriam seus próprios habitadores os religiosos já formados, professos e coadjutores, que, na mais perfeita prática da pobreza, só de esmolas, não de rendimentos, vivessem e se sustentassem (1).

Casa desta natureza já no princípio de 1553 se tratara, por insinuação do Padre Inácio, de a fundar em Lisboa (2), mas só se levou a efeito a obra, quando no meado dêsse ano veio o P. Jerónimo Nadal visitar a Província portuguesa, como Comissário Geral da Companhia. Chegou o diligente Comissário à capital no dia 7 de julho, e já no dia onze buscava maneira de realizar a importante instituïção (3). Com êsse intuito resolveu logo falar aos governadores da cidade. Pediu-lhes audiência, e no dia que lhe marcaram, lhes declarou, estando todos êles juntos, a distinção que na sua Ordem se fazia de casa e colégio; expôs-lhes as razões de conveniência, que moviam os superiores da Companhia a desejarem abrir em Lisboa uma casa assim constituída, e pediu-lhes quisessem dar seu consentimento para aquela emprêsa e favorecer a fundação.

Deliberaram êles entre si àcêrca do negócio proposto e tomaram de bom acôrdo a resolução de dar algum edifício ou lugar para se construir. Sem demora lançaram as vistas pela cidade a buscar sítio que satisfizesse à Companhia. Cinco se lhes ofereceram, que lhes pareciam acomodados ao intento com as igrejas ou capelas que neles se levantavam (4). Eram os sítios de Nossa Senhora do Paraíso (5), do Espírito Santo da Pedreira (6), de Nossa Senhora do Loreto, de S. Sebastião

---

(1) Cf. *Const.*, P. III, C. I, n. 27; P. VI, C. II, n. 2, 3, 4; *Examen*, C. I, n. 3, 4.

(2) *Epist. Mixtae*, III, 42-43; Polanco, III, 391.

(3) *Litt. Quad.*, II, 354; Nadal, I, 174; Polanco, III, 400, 431.

(4) Mss. S. J., *Lus.*, 80, f. 101.

(5) «Nossa Senhora do Paraíso, junto ao campo de Santa Clara, defronte da porta da cidade, a que chamamos a porta da Cruz». Teles, II, 96. Cf. Baptista de Castro, *Mappa*, III, 277.

(6) A igreja do Espírito Santo da Pedreira e hospital adjunto estavam situados onde actualmente se levantam os Grandes Armazéns do Chiado. Igreja

da Mouraria [1] e o de S. Roque. Nadal escolheu o monte de S. Roque e sua devota ermida.

Erguia-se ela a Ocidente de Lisboa fora dos muros com que D. Fernando cingiu a capital, sobranceira às portas de S. Catarina e perto da tôrre de Álvaro Pais [2]. Levou os olhos ao bem avisado Comissário a posição elevada do sítio, lavado dos ventos e sàdio, e convidou-o a comodidade que oferecia o despovoado do monte para edificar maior casa e igreja mais espaçosa [3]. Foi logo dar parte a el-rei e ao infante D. Luís das intenções que trazia, e da escolha que fizera daquele sítio para fundar a primeira casa professa da Companhia em Portugal. Folgaram D. João III e o infante com a fundação que se intentava, e aprovaram que se desse à Companhia a ermida de S. Roque [4].

Fôra êste pequenino santuário construído no reinado de D. Manuel para nele se venerarem as relíquias do Santo, enviadas de Veneza, e merecerem os habitantes de Lisboa a protecção do advogado contra os contágios da peste. Uma lápide, que se colocara no meio da ermida, recordava que a obra se começara a 24 de maio de 1506 e fôra sagrada a 25 de fevereiro de 1515 pelo bispo D. Duarte [5]. Terminada a construção da ermida, instituíu-se para o seu culto uma confraria que denominaram de S. Roque, e logo nela «se assentaram tôdas

---

e edifício do hospital, que eram de antiga fundação, porque já subsistiam em 1279, foram em 1671 entregues aos Padres do Oratório para neles estabelecerem casa da sua Congregação, mas com a entrada do govêrno liberal, passaram a possuïdores profanos. Cf. Baptista de Castro, *Mappa*, III, 388; *Portugal, Diccion. Historico. . .* Vol. IV, 251.

(1) A ermida de S. Sebastião, erecta em 1506 pelos artilheiros da guarnição de Lisboa, ainda hoje se vê no largo da Mouraria. Desde 1662 se começou a intitular de N. Senhora da Saúde por ter nesse ano recebido a imagem de N. Senhora daquela invocação, que se venerava na vizinha igreja dos Meninos Órfãos. Cf. Baptista de Castro, *Mappa*, III, 438.

(2) Cf. Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, I, 6, 140.

(3) *Litt. Quad.*, II, 494, 535; Teles, II, 95.

(4) Mss. S. J., *Lus.* 82, f. 101; *Litt. Quad.*, II, 494.

(5) Mss. S. J., *Lus.* 78, f. 348; Teles, II, 92 segg; V. Ribeiro, *A Santa Casa da Misericordia*, pag. 180 segg. — D. Duarte era bispo titular de Dume. Cf. Cardoso, *Agiologio Lus.*, II, 98, 107; Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja*, T. III, P. II, pag. 668, 1002.

as pessoas reais, os maiores títulos e os melhores fidalgos, aos quais também seguiu o povo, e continuou no culto e veneração de tão excelente padroeiro com grande fervor e devoção» [1].

A devoção porém dos confrades, a quem pertencia o santuàriozinho, foi o maior obstáculo que se houve de vencer, para a aquisição dêle e da casa que tinha anexa. Indo-se-lhes propôr que fôssem contentes de ceder a ermida aos Padres da Companhia, recusaram-se terminantemente a vir no que se lhes rogava. Acudiu-se ao rei com a recusa dos confrades, e o rei lhes mandou pedir em seu nome que houvessem por bem de se acomodar com o que êle tanto desejava, mas êles persistiam na resistência. Com o rei entravam neste empenho o infante D. Luís e a raínha, e esta com maior instância que todos os mais. D. Pedro Mascarenhas, por encargo de D. João III, empregou também tôda a sua destreza e autoridade para persuadir aqueles devotos do Santo a se dobrarem gostosamente à vontade real. Êles contudo mais se seguravam na sua oposição [2].

Descontentaram-se grandemente o rei e o infante do que êles julgavam pertinácia, e estiveram a ponto de tomar a ermida sem ter mais consideração com os confrades. Mas excogitou-se um expediente de mais suavidade, que triunfou. Foi-se D. Pedro Mascarenhas ter com cada um dos confrades, e tais razões lhes deu, que todos êles concederam em particular e separadamente o que juntos negavam, e se renderam finalmente à conta de algumas condições que propuseram. Depois de se tomar posse da ermida, determinaram-se com mais precisão essas condições e de ambos os lados se aceitaram, como o rei as aprovara.

Lavrou-se contrato perpétuo firmando-se as cláusulas, em que os padres se obrigavam a construir na nova igreja uma capela de S. Roque e particular sacristia; a conservar

---

[1] Teles, II, 94; Nadal, I, 197-198, diz que «la iglesia y casa era de una confradria de artesanos».

[2] Teles, II, 96, refere que os confrades «chegaram a resistir com armas a quem os queria persuadir com razões». Não há nas fontes contemporâneas a mais pequena alusão a resistência armada.

sempre na igreja o título e invocação do mesmo Santo; a consentir que os confrades tivessem na igreja mesa de confraria e recolhessem as esmolas que se dessem no dia de S. Roque; a pagar-lhes cada ano seis mil reis em compensação dos rendimentos que perdiam por se lhes não permitir caixa de esmolas na igreja, a não lhes impedir as músicas e festas que êles fizessem no dia do Santo, antes lhes favorecessem em todo o tempo a sua confraria (1).

Com estas condições se acomodaram aqueles irmãos de S. Roque, mas, a-pesar delas e doutras liberalidades que teve com êles D. João III, ainda ficavam pesarosos de perderem a sua ermida. Não haviam porém decorrido muitas semanas, quando os mesmos confrades, ao ver o muito fruto que se fazia com os ministérios dos novos possuïdores dela, e o acertado que fôra entregá-la a tais religiosos, de-pressa se arrependeram da resistência que tinham oposto, reconheceram a mercê que Suas Altezas lhes haviam feito «em dar-lhes, diziam, tão santa Companhia em sua igreja» (2), e foram à raínha D. Catarina a agradecer-lhe o grande benefício, que por meio dela haviam recebido (3). Houve pensamento de lhes procurar na cidade outra igreja para sede da sua confraria, e chegou a propôr-se o intento à raínha, mas os confrades, já de todo convertidos, suplicaram a Sua Alteza não lhes quisesse tirar a Companhia daqueles religiosos (4).

Superadas felizmente tôdas as dificuldades, encarregou D. João III a D. Pedro Mascarenhas que entregasse as chaves do santuário aos Padres da Companhia, e êle próprio levou a sua dignação e benignidade a ir pessoalmente com sua côrte à ermida de S. Roque assistir ao acto da entrega que por escrito se lavrou em sua presença, e à solenidade com que os religiosos entraram na posse da nova habitação. Escolheu-se o dia primeiro de outubro de 1553 para êsse fausto acontecimento (5). O Comissário resolveu dar naquele

(1) Teles, II, 98, 99; Nadal, I, 199; *Litt. Quad.*, II, 535-536.

(2) Nadal, I, 199.

(3) *Litt. Quad.*, II, 535.

(4) Nadal, I, 199.

(5) No dia 30 de setembro entregou D. Pedro Mascarenhas a casa e ermida aos padres por alvará que D. João III assinara naquele mesmo dia

dia à piedade da côrte e cidadãos de Lisboa mostra de todos os graus e classes de pessoas que formavam a Companhia de Jesus, para que entendessem melhor a novidade de sua organização. A êsse efeito elegeu entre os religiosos mais conspícuos da Província os que haviam de fazer os votos, segundo as diversas classes da Companhia, a que por êsse meio se incorporavam.

Foram escolhidos três para professos, dois para coadjutores espirituais, dois igualmente para coadjutores temporais, outros tantos para escolásticos aprovados; e juntaram-se-lhes dois noviços que não emitiam votos, para que se representassem tôdas as classes que integralmente constituem o corpo da nova Religião. Os professos eram os Padres Gonçalo da Silveira, Gonçalo Vaz de Melo e António de Quadros; os coadjutores espirituais os Padres Francisco Vieira e Miguel Esteves, e os temporais os Irmãos Domingueanes e André Fernandes. Dos nomes dos escolásticos e noviços não nos ficou memória. [1].

Despontando pois o dia assinalado, encaminhou-se para a ermida de S. Roque D. João III com o príncipe D. João, infante D. Luís e tôda a sua côrte, o arcebispo de Lisboa D. Fernando de Vasconcelos e muito povo atraído pela solenidade desacostumada. Abriu a augusta cerimónia o P. Fran-

---

e dirigira aos confrades de S. Roque. Era concebido nestes termos o documento real: «Eu Elrey mando a vós juiz, mordomos e confrades da confraria da Irmida de São Roque desta cidade de Lixboa que deis e entregueis aos padres da Companhia da Jhesu a dita casa e Irmida de São Roque asy como a ora temdes e possuys pera para a dyta Irmida passarem e nella estarem os padres profesos da dita Companhia de Jhesu. E ey por bem que Vos fiqueis com vosa Confraria na dita casa e a tenhaes e useis della asy e da maneira que atee gora tivestes e della usastes e isto atee eu ordenar o modo e maneyra em que na dita Irmida aveis de ter a dita confraria, o que assy comprireis... Lisboa a XXX de setembro de mil e C (quinhentos) e cinquenta e tres... Rey». Arq. da Misericórdia de Lisboa, Maço 1.º de Diplomas e Alvarás régios, n.º 1, citado em *Arch. H. Português,* V, 41. Cf. *Litt. Quad.*, II, 494, *Epist. Mixtae*, III, 518.

(1) Além dêstes foram mais alguns escolhidos para fazer os votos; mas, para não demorar demasiadamente ao rei, reservaram-se para o dia seguinte. Entraram na classe dos coadjutores espirituais Manuel Rodrigues e António Soares, e na dos temporais André Gomes e Bernardino dos Reis. Cf. Bibl. N. L., mss. n. 4491, cap. 1.º; Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 182-183; *Litt. Quad.*, II, 494.

cisco de Borja, antigo duque de Gandia, que então se achava em Lisboa, e subindo ao púlpito, prègou comovidamente declarando o Instituto da Companhia de Jesus com a diversidade de classes de que ela se compõe. Foi grande a impressão que fêz naquela nobilíssima assembléia o santo e autorizado orador, especialmente quando numa apóstrofe patética dirigiu o discurso aos religiosos da Companhia, que em parte reservada da capela assistiam juntos àquela festa tanto sua.

Em seguida celebrou o P. Nadal o santo sacrifício da missa. Ao tempo da comunhão voltou-se para os assistentes e recebeu, como representante do Geral da Companhia, os votos que os padres e irmãos escolhidos pronunciaram cada um por sua vez segundo a ordem de sua classe. Entretanto o P. Francisco de Borja, ajoelhado ao pé do rei, a quem haviam dado as fórmulas dos votos escritas, ia-lhe explicando o sentido das promessas que a Deus e à Religião se faziam. A devoção com que foi decorrendo esta simpática e suavíssima cerimónia, mostravam-na as lágrimas que abundantes derramaram não só os religiosos, mas ainda os cavalheiros que a presenciavam [1].

Desde aquele dia, que ficou memorável nos fastos da Companhia de Jesus, começaram os religiosos a habitar junto da ermida acomodando-se na estreiteza, que alegremente sofriam, de duas casas térreas, onde pousavam os capelães e ermitão, na sacristia e no côro, emquanto não edificaram habitação mais ampla e desafogada. As alfaias emprestou-lhas a pobreza do colégio de S. Antão. Formaram a primeira comunidade da nova casa professa os três professos mencionados, mais os dois coadjutores espirituais Francisco Vieira e Miguel Esteves e três coadjutores temporais, André Fernandes, Domingueanes, e André Gomes, tendo por superior, que segundo as Constituïções se denominou prepósito, o P. D. Gonçalo da Silveira [2]. À casa

(1) Nadal, I, 197-200; *Litt. Quad.*, II, 440-441; 493-494, 535-536.

(2) Polanco, III, 406, 409. Em 28 de outubro de 1553 moravam na casa professa 5 sacerdotes e 4 coadjutores temporais, e no princípio de 1554 já lá viviam o Provincial Diogo Mirão e Dr. Tôrres seu colateral. Cf. *Litt. Quad.*, II, 465, 537, 598; Teles, II, 102; Franco, *Synopsis Ann.*, 1553, n. 19.

trataram logo de lhe ampliar um pouco as pequenas dimensões com tal pressa, que antes de terminado aquele ano, já podia receber mais alguns habitadores [1].

Mas era forçoso olhar para o futuro. Os concursos de fiéis cresciam desmedidamente e exigiam maior número de operários. Tornava-se indispensável habitação mais vasta para os religiosos, e igreja de maior amplidão para acolher as multidões que afluíam. Os padres o desejavam, e o rei assim o queria. Puseram mãos à emprêsa. D. João III tomou à sua conta a traça da casa e da igreja [2]. Deu ordem a um seu arquitecto que delineasse a obra, e naturalmente mediu-a pela liberalidade de seu ânimo real e pela grandeza do afecto que à Companhia consagrava. A humildade porém, ou a estreiteza de ânimo dos que então governavam a Província, e o amor da pobreza, qual julgavam que exigia uma casa professa, obstaram a que o rei executasse seus planos grandiosos [3].

Começaram a construir primeiro a casa humilde e estreita, emfim segundo os moldes de pobreza do Provincial Diogo Mirão. «O edifício, contava já no ano seguinte de 1554 o P. João Nunes Barreto, não é sumptuoso, mas como de

---

(1) Polanco, III, 408.

(2) *Litt. Quad.*, II, 538; Polanco, IV, 538.

(3) Cf. Teles, II, 106. — Os padres da Província portuguesa, reünidos em Congregação Provincial na casa de S. Roque no ano de 1597, pediram ao Geral da Companhia concedesse ao rei D. João III as honras de fundador da casa professa, e na súplica recordavam os intentos grandiosos do rei para a construção da casa e igreja, contrariados pela humildade e pobreza dos religiosos daquele tempo. Alguns daqueles padres tinham assistido à fundação da casa em 1553. Nestes termos se expressavam: «Novi operis fabricam, quam non solum animo sed externis etiam lineamentis designaverat, molitus esset, nisi regiae ipsius voluntati nostrorum humilitas ac studium paupertatis obstitisset». Mss. S. J., *Congr.*, *47*, f. 522. O Geral deferiu a petição, e declarou fundador a D. João III.

Bartolomeu Guerreiro na sua *Gloriosa Coroa,* ed. de 1642, pag. 73, escreve ainda que o rei traçara com os melhores arquitectos edifício de grande magnificência não só para aposentos dos religiosos, mas também para igreja que êle destinava a régia sepultura sua e da raínha. É Guerreiro o mais antigo autor, onde se nos depara tal notícia que julgamos destituída de fundamento. Veja-se também o códice n.º 145 do Fundo Geral da Bibl. N. de Lisboa, f. 111-112.

pobres, forte e para durar muito tempo. O P. Mirão é quem muito trabalhou para que todo parecesse de pobres, porque é o que mais edifica» (1). Para a sua fábrica não sòmente contribuíu o rei com a sua fazenda, mas também os principais senhores de Lisboa deram gostosamente da abundância de suas riquezas. Cada dia afluíam as esmolas, e eram oferecidas com tão boa vontade, que comovia a gratidão daqueles religiosos. «É tanta a compaixão que teem de nos ver pousar numas casas tão pobres, tão poucas e tão pequenas, referia um dêles, que não duvido se acabará muito depressa a obra tanto que fôr começada» (2). Para se alargar a construção dela deu generosamente aos religiosos a cidade de Lisboa por insinuação do rei o adro contíguo em que se enterravam os pobres do hospital (3).

Com estes auxílios da caridade foi no decorrer dos anos crescendo o edifício, mas sempre de apoucadas dimensões, até que veio por prepósito o P. Pedro da Fonseca, e ampliou tôda a casa segundo as medidas de seu grandioso coração (4). Junto da habitação estendeu-se logo do princípio e murou-se uma espaçosa cêrca no terreno que para os padres comprara D. João III, e amenizou-se com fresca horta e pomar de boa fruta, de modo que fôsse de utilidade e recreação para os moradores da casa (5).

No mesmo tempo cuidavam êles de fabricar igreja de maior capacidade. Já no princípio de janeiro de 1555 trata-

---

(1) *Litt. Quad.*, III, 134.

(2) *Litt. Quad.*, II, 538; III, 232.

(3) *Litt. Quad.*, II, 698; Polanco. IV, 538.—Gonçalo da Silveira e António de Quadros referem que neste adro ou cemitério se enterravam os pobres do hospital, «porque solo para estos sirve y fué antes deputado» (*Litt. Quad.*, II, 698; III, 527). Mas uma inscrição que ainda se conserva no edifício, hoje da Misericórdia, lhe chama «adro da peste». Foi esta a sua primeira destinação quando se construíu para receber os falecidos na peste de 1523. O adro, como se lê na inscrição, foi consagrado a 24 de maio de 1527 por D. Ambrósio Pereira, bispo de Rusiona. Cf. Teles, II, 93; Vítor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia*, 181-182; Freire de Oliveira, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*. I, 470.

(4) Teles, II, 107.

(5) *Litt. Quad.*, V, 287; VI, 525; Bibl. N. L., ms. n.º 4491, cap. 2 e 3; Teles, II, 106.

vam de abrir os alicerces [1]. A 27 de junho finalmente se lançou a primeira pedra que benzeu com solenidade o patriarca de Etiópia D. João Nunes Barreto [2]. A obra principiaram-na os religiosos, mais confiados nos tesoiros da Providência, que em riqueza que possuíssem. Apenas tinham cincoenta cruzados quando lhe deram comêço. Mas logo sobrevieram as esmolas do rei, de senhores abastados e pessoas dedicadas à Companhia de Jesus. Uns acudiam com dinheiro, outros com alfaias preciosas para o culto [3].

O desenho da fábrica, se não era mesquinho, nada ostentava de grandioso. A antiga ermida que de Oriente a Poente corria na extensão de uns dezassete metros, formou o cruzeiro. Abriu-se em arcos a face que olhava a Sul e construíu-se nessa direcção um bom lanço de edifício no comprimento de outros dezassete metros que constituíu o corpo da nova igreja [4]. Aqueles humildes religiosos achavam-na «muito grande e aprazível» [5]. Para remate colocou-se em lugar elevado um relógio grande que regulava com os sinais das horas e dos quartos a boa ordem da igreja e da casa, e servia também para grande parte da cidade. Era obra de um religioso franciscano, construtor afamado neste género de maquinismos [6].

Tentaram os padres mudar o orago da igreja por um título mais acomodado ao nome da Companhia de Jesus, mas o rei não lhes quis comprazer, e conservou-se-lhe até hoje o nome de S. Roque [7]. Bem poucos anos porém eram passados, quando se reconheceu pela experiência, que não bastava igreja daquelas dimensões para os grandes auditórios que acudiam às maiores solenidades. Fêz-se traça de mais amplidão, e destruíu-se tôda esta igreja que tanto custara, para se edificar o vasto templo que ainda hoje admiramos.

---

(1) *Litt. Quad.*, III, 232, 236. Carta de 1 de janeiro de 1555.

(2) *Ob. cit.*, 527.

(3) *Ob. cit.*, III, 232; IV, 354; V, 287; Polanco, VI, 740; *Cartas de San Ignacio*, VI, 555; Bibl. N. L., Mss. n.º 4491, cap. 2.º.

(4) B. N. L., Mss. n.º 4491, l. c.; Teles, II, 105.

(5) *Litt. Quad.*, III, 545.

(6) *Ob. cit.*, VI, 116; Laines, *Mon.*, IV, 297-298.

(7) Mss. S. J., *Lus.* 82, f. 101.

Nele construíram os padres capela de S. Roque para se desempenharem da obrigação que haviam tomado com os irmãos da confraria.

7. — Naquela primeira igreja e antes na primitiva capela de S. Roque principiaram imediatamente os religiosos a exercer os ministérios espirituais, a que totalmente se destinavam, e desenvolviam tamanha actividade que não exageramos, se a classificarmos de assombrosa. Por outro lado a afluência dos fiéis começou a ser tão considerável e a crescer com tal excesso, que nem a ermida nem a igreja bastavam a contê-los, nem os sacerdotes eram suficientes para tão desmedido trabalho. Êste movimento e santo alvorôço despertou-se logo desde os primeiros ensaios. Era uma continuada romaria que tanta vez se transformava em torrente impetuosa para aquele renovado santuário.

Já nos fins do primeiro mês de labor apostólico escrevia um dos obreiros que aos sermões «a igreja, com ser grande e muito capaz, se enchia totalmente, e abertas as portas se estendia a gente pelo campo em grande multidão que crescia em contínuo aumento» (1). Nem sòmente se mostrava nos homens do povo esta afeição aos ministérios da Companhia, «mas também, acrescentava outro daqueles apóstolos, na gente mais nobre, que freqüentava contìnuamente a nossa igreja para confissão, comunhão, e Exercícios Espirituais, para receber conselhos e efeituar muitas outras obras pias e de serviço de Deus. Por esta causa temos os padres que aqui estamos tão ocupado o tempo, que só às furtadelas o tomamos para comer e rezar. Se fôssemos em maior número, além dos quatro, cinco ou seis que incessantemente trabalhamos, para todos haveria confissões pela manhã, à tarde e até pela noite adeante, se às mulheres se desse entrada, como aos homens se dá» (2).

Os oradores que naqueles princípios maiores concursos atraíam eram os Padres **D. Gonçalo da Silveira** e **Gonçalo Vaz.**

---

(1) *Litt. Quad.*, II, 466. Carta do P. António de Quadros, de 28 de outubro de 1553.

(2) *Ob. cit.*, 536. Carta do P. Francisco Vieira, de 15 de janeiro de 1554.

D. Gonçalo prègava geralmente o sermão da manhã nos domingos e festas, e nas quartas-feiras de tarde lia uma lição da Sagrada Escritura. Entre as multidões que o escutavam, corria a ouvi-lo grande parte da nobreza que lhe admirava os dotes raros de sua eloqüência, e, como o atestavam seus companheiros, a grande facilidade, cópia, fervor e devoção com que prègava [1].

Gonçalo Vaz fazia as célebres doutrinas nos domingos e dias santos de tarde a concursos ainda mais numerosos. Muitos que assistiam aos sermões de manhã, ficavam-se na igreja para ter lugar à tarde, ou mandavam trazer de suas casas a comida que tomavam no campo à volta do santuário. Algumas vezes lhe foi necessário sair fora e prègar ao ar livre para satisfazer à multidão que em roda do templo se apinhava [2]. Êste concurso que os documentos da época chamam admirável [3], não deminuía nem quando na cidade explicavam a doutrina outros insignes prègadores [4]. Emfim cresceu tanto a fama do orador, que, em se espalhando a notícia de que havia de prègar, apenas se abria a igreja de manhã muito cedo, logo se enchia de criados que estavam esperando no pórtico para serem os primeiros a tomar lugar, a estender tapetes e colocar cadeiras para os seus senhores e senhoras [5].

Não cuidemos porém que o prègador adulasse os ouvidos com louçanias de frase, ou enlevasse as inteligências com o requinte de pensamentos remontados. O seu prègar, atesta um contemporâneo autorizado, era fácil e suave; dizia as verdades claramente e sem rebuço, mas com um talento e graça tão particular, que prendia docemente os ânimos [6]. Sua voz porém não se ouvia só na modesta igreja de S. Roque. Saía também a prègar nas igrejas e mosteiros da cidade, onde era escutado com o mesmo aplauso.

---

(1) *Ob. cit.*, 465-466, 536.

(2) *Ob. cit.*, 537; *Epist. Mixtae*, III, 653.

(3) *Litt. Quad.*, II, 537, 696.

(4) *Ob cit.*, 696.

(5) *Ob. cit.*, VI, 570.

(6) *Ob. cit.*, IV, 353. Carta do P. Inácio de Azevedo, escrita em maio de 1556.

O fruto de virtude e freqüência de sacramentos que se produzia com a porfiada lida dêstes dois apóstolos e de outros prègadores, seus irmãos, que os imitavam no zêlo e fervor, e se lhes aproximavam na eloqüência, dizem as relações contemporâneas que era de consolar ìntimamente as almas zelosas da glória de Deus. A concorrência ao tribunal da confissão e ao banquete eucarístico constituíam em Lisboa um acontecimento novo e inaudito. Com justa satisfação o contava a S. Inácio o P. Gonçalo da Silveira. «Saiba, meu Padre, dizia, que é coisa palpável e notável e novíssima... acode gente muito nova, nobre e real» ([1]). A fama também já divulgava o melhoramento religioso que se ia operando na sociedade portuguesa pela acção dos novos apóstolos.

Pessoa de grande autoridade ponderava em certa ocasião à infanta D. Maria, filha de D. Manuel, que actualmente abundava em Portugal a graça de Deus pela maior freqüência com que os portugueses se chegavam aos sacramentos da Igreja e se davam à prática de obras pias; e a infanta lhe observou em continente: «Êsse bem devemos nós aos Padres da Companhia» ([2]). Assim se julgava comummente na côrte, e os reis D. João III e D. Catarina compraziam-se repetidas vezes de o apregoar ([3]).

Aqueles bons padres porém não limitavam sua actividade ao trabalho do púlpito e do confessionário. Passavam grande parte do dia também noutras obras de espiritual beneficência, a que juntavam não raro o benefício temporal com esmolas que granjeavam à pobreza. Eram freqüentes as saídas pela cidade a acudir aos enfermos que precisavam dos auxílios da Igreja e de consolação para suas dôres. A cada passo os vinham chamar para êste proveitoso ministério, e quanta vez não deixavam em meio a refeição, ou se levantavam da cama alta noite para socorrer a necessitados, e passavam até noites inteiras à cabeceira dos moribundos!... «Assim grandes como pequenos, escreveu Inácio de Azevedo,

(1) *Ob. cit.*, III, 544.
(2) Polanco, IV, 540.
(3) *Litt. Quad.*, III, 544; Polanco, V, 567-568.

teem especial devoção de ser ajudados pelos da Companhia» (1).

Mas era sobretudo maravilhosa a graça que Deus concedia a êstes admiráveis apóstolos para obter com sua palavra reconciliações de inimigos e desavindos. Consideravam-os a gente como anjos de paz, porque logravam acabar coisas dificultosas, que pessoas de grande crédito não puderam conseguir, com tamanha facilidade, que bem se via andar nêsse empenho o auxílio da mão de Deus. Não desço a exemplos particulares, por semelhantes a outros que já referi, mas as cartas quadrimestres ou de edificação os apontam em grande cópia (2).

Com tamanha actividade e dedicação despertava-se naturalmente no povo de Lisboa afeição e amor à Companhia de Jesus, e nêsse afecto de reconhecimento extremava-se a nobreza e a côrte (3). Não se contentavam com o puro sentimento de gratidão. Provavam-no exuberantemente pelas obras. Foi realmente insigne a generosidade, que os cidadãos da capital usavam com os religiosos da casa professa, cuja pobreza, bem o sabiam, se sustentava ùnicamente de esmolas. Eram êles providos com tanta abundância pela caridade espontânea dos devotos, que o seu amor à virtude se queixava de que lhes não deixavam sentir a pobreza que professavam, e muitas vezes não aceitavam as finas iguarias que lhes traziam à porta, porque as julgavam delicadas demais para a sua condição de pobres. Dava-se por êste modo uma porfia comovedora de dedicação dos religiosos para com a cidade e de agradecida afeição da cidade para quem tanto bem lhe fazia (4).

8. — De outro modo ainda, muito profícuo à sociedade portuguesa, influíu nos cidadãos de Lisboa a actividade apostólica dos novos moradores de S. Roque. Apenas êles assentaram domicílio naquele lugar até então quase solitário, co-

---

(1) *Litt. Quad.*, VI, 120.

(2) *Ob. cit.*, 120, 520.

(3) Polanco, V, 567.

(4) *Litt. Quad.*, III, 232; IV, 354; Polanco, IV, 538, 539; *Cartas de S. Ignacio*, VI, 556.

meçou a surgir em volta de sua casa e igreja uma nobilíssima povoação. Foi efectivamente grande o atractivo que exerceu aqùela casa religiosa pela atmosfera de zêlo e virtude que em tôrno dela se desenvolvia, e mais e mais irradiava em benefício da piedosa capital. Só poucos meses tinham passado sôbre a fundação do primeiro de outubro de 1553, e já algumas famílias nobres se estabeleciam na vizinhança da casa professa [1].

No janeiro de 1555 o santo prepósito Gonçalo da Silveira escrevia ao P. Inácio com manifesta satisfação: «O sítio em que habitamos é muito acomodado e sàdio. Antes de nos transferirmos para cá, era deserto; cobriam-no hortas, olivais e esterquilínios: agora construem-se muitas casas; os olivais transformam-se em povoado; corre-se finalmente ao odor da suavidade. Bemdito seja Deus» [2].

Foi progressiva e rápida a transformação do monte. Já na primeira metade do século dezassete escrevia o apurado cronista da Província de Portugal que «as oliveiras se transformaram em casas; os cerrados deshabitados se mudaram em edifícios grandiosos, cheios de gente nobre e fidalgos ilustres; os valados tôscos se trocaram em formosas ruas; o campo se fêz cidade, o monte se converteu em côrte e o sítio deserto se viu mudado em copiosa povoação» [3]. Assim se formou naquela aprazível elevação, que se chamou Bairro Alto, a que o citado escritor já se atreveu a denominar «nova cidade»; e tão harmoniosamente se foi alargando e ennobrecendo, que o mesmo cronista pôde com justificada complacência e ufania escrever estas expressões: «É êste bairro, se não o mais freqüentado, ao menos o mais gabado; as casarias mui nobres, a obra de arquitectura romana e de traça moderna; o sítio o mais alto da cidade, mais descoberto ao Norte, mais lavado dos ventos e mais purificado nos ares» [4].

Três séculos mais tarde havia o autor da *Lisboa Antiga*

---

(1) *Litt. Quad.*, II, 538.

(2) *Ob. cit.*, III, 236. Carta de 1 de janeiro de 1555; Polanco, III, 538.

(3) Teles, II, 101.

(4) Teles, l. c.

de explicar nestas palavras a origem de tôda essa grandeza: «Sôbre aquela amostra de edificação arregimentada, cómoda e clara, paira (ou eu me engano muito) o pensamento claustral, o espírito luminoso e uniforme da Companhia» ([1]). Por-quanto, corrobora o sábio investigador, «a povoação, o ennobrecimento e a civilização do Bairro Alto de S. Roque, como depois lhe começaram a chamar, isto é, o mais considerável aumento que teve a capital com tôdas as suas conseqüências pecuniárias, sociais, económicas e higiénicas, tudo é pois exclusivamente filho legítimo da Companhia de Jesus» ([2]). Não é, julgamos nós, desarrazoada a afirmação do ponderado escritor. A casa professa de S. Roque foi o núcleo primitivo de atracção, e logo o centro espiritual daquela nova cidade. O sôpro de vida que animava aquele monte, saíu do interior das paredes religiosas, donde se expandiam em obras de zêlo e beneficência as almas de tantos apóstolos ([3]).

9. — Mas terminemos êste capítulo da actividade sacerdotal pelo ministério mais próprio e particularmente característico do zêlo da Companhia de Jesus. Falamos dos *Exercícios Espirituais* de S. Inácio, propostos e feitos segundo o método que o fundador da Companhia estampou no seu áureo livrinho. Foi Inácio o primeiro que exerceu êste ministério, cuja eficácia se demonstrou maravilhosa desde as experiências iniciais. Primeiro corria o livrinho em manus-

---

([1]) Castilho, *Lisboa Antiga*, I, 22.

([2]) *Ob. cit.*, pag. 21.

([3]) Antes de se estabelecer naquela colina a Companhia de Jesus já se haviam levantado nele alguns edifícios, que principiaram a formar a chamada Vila Nova de Andrade; mas eram êles tão poucos ainda em 1553 mòrmente mais na vizinhança da ermida de S. Roque, que podiam os moradores da casa professa dizer com muita verdade que era deserto aquele monte e coberto de olivais. Tinham começado já no reinado de D. Manuel as edificações do futuro Bairro Alto principalmente para mareantes e mestres das naus. (Cf. Mário Saa, *Origens do Bairro-Alto de Lisboa,* 1929, pag. 3-15). Os religiosos porém da Companhia é que deram, com sua vinda para aquele sítio, o melhor incitamento à povoação do descampado e atraíram para junto de sua nova casa muita nobreza e gente distinta, com que se veio a constituir naquele alto um bairro aristocrático dos mais nobres de Lisboa. Cf. Ribadaneira, *Vida del Padre Francisco de Borja,* ed. de 1592, f. 77-78; Franco, *Synopsis Ann.*, 1553, n. 20, 1584, n. 13.

crito para esclarecimento e guia dos que davam os Exercícios, mas em 1548 já se divulgava pela estampa em Roma, pagando as despêsas da edição o duque de Gandia Francisco de Borja, já então secretamente professo da Companhia (1). Depois saíu também a lume pela imprensa nas outras nações (2).

Em Portugal desde 1540 começaram Xavier e Simão a usar, no santo combate, desta arma de singular eficácia para elevar as almas à perfeição. Experimentaram-lhe a fôrça personagens da côrte e gente de boa capacidade intelectual, que êles julgavam espiritualmente dispostos para penetrar as verdades sublimes que o livro contém (3). Não se davam naquele tempo os Exercícios Espirituais a muitas pessoas juntamente, mas cada um os fazia em particular no retiro e sossêgo de suas habitações ou de casa religiosa, sob as vistas de um director, amestrado na arte de guiar as almas por aquele método à perfeição da virtude. Para êsse efeito havia geralmente nas casas da Companhia, quando as circunstâncias davam lugar, quartos destinados a acolher os que desejavam passar êsses dias de recolhimento, sequestrados do mundo e da comunicação com homens, e entregues à oração e meditação para cuidarem sèriamente ou da reforma da vida ou da escolha acertada de sua vocação.

Em Coimbra foi talvez onde mais se acendeu o fervor dos Exercícios Espirituais entre aquela juventude universitária. Muitos jovens se exercitaram a sós naquela admirável oficina de virtude e heroísmo, e saíam tão trocados, que eram o assombro dos que presenceavam a mudança. As mais ilustres

---

(1) *Epist. Mixtae,* II, 67. Carta de 4 de fevereiro de 1549.

(2) Em Coimbra foram impressos os *Exercícios* no ano de 1553, em primeira edição depois da de Roma, com êste título no frontispício: Exercitia Spiritualia, JHS, Conimbricae, M.D.LIII, em reduzido formato de 0,m098×0,m065, sem índices, que também faltavam na primeira edição romana de 1548. Por êste motivo escreveu Inácio a 17 de janeiro de 1554 para Portugal ao P. Diogo Mirão a recomendação seguinte: «Si se han de stampar allá los Exercicios, procurese que tengan tabela y las cotaciones de las ojas que faltaron en estos primeros, de los quales tenemos acá mucho numero y no hemos menester más». *Mon. Ignat.,* ser. 1.ª, VI, 204. Cf. Polanco, III, 398.

(3) Cf. *Mon. Xav.*, I, 221, 227.

personagens que então deixaram o mundo e abraçaram a Religião na Companhia de Jesus, no segrêdo dos Exercícios tomaram ou amadureceram a resolução de se consagrarem ao serviço de Deus. Entre êles se distinguiu Luís Gonçalves da Câmara, que nesse retiro se determinou a sacrificar o lustre da nobreza mundana à humildade de Cristo desprezado [1].

Não eram todavia sòmente os letrados que se aproveitavam dêsse bem; outras classes menos instruídas dêle participavam na medida de sua disposição. Em 1550 grande número de pessoas que viviam em matrimónio, fizeram os Exercícios, e, como refere o cronista Polanco, tiraram tão abençoado fruto, que era de suma edificação ver o fervor e a pureza de vida com que serviam a Deus. Examinavam suas consciências, entregavam-se à oração mental, freqüentavam os sacramentos e ocupavam-se na prática de muitas obras de piedade [2].

Nas comunidades religiosas devia ter especial eficácia êste apostolado. Nos dois mosteiros de Santa Ana e de Santa Clara em Coimbra, povoados de grande número de religiosas, deu os Exercícios o P. Gonçalo da Silveira, e foram vivíssimas as chamas de fervor e amor à oração que se atearam nessas almas dedicadas a Deus [3]. Em Lisboa as religiosas franciscanas do mosteiro da Madre de Deus de Xabregas pediram a graça de se recolherem também elas em Exercícios Espirituais, e a raínha que lhes era muito afeiçoada corroborou o pedido com sua autoridade. Encarregou-se de as dirigir o P. Mirão, e, a-pesar da distância que as separava da casa de S. Roque, ia todos os dias ao mosteiro para lhes propôr as meditações e as guiar naquele trabalho espiritual. O fruto que tiraram do santo retiro foi tal, que largamente compensou as fadigas do director [4].

Na cidade de Évora acendeu também o P. Manuel Fernandes vivos desejos de perfeição no convento de S. Clara.

---

(1) Cf. Polanco, I, 157; *Litt. Quad.*, V, 250; Teles, I, 178.
(2) Polanco, II, 136.
(3) *Litt. Quad.*, II, 230; Polanco, III, 414.
(4) Polanco, IV, 536.

Orçava por setenta o número de religiosas, e grande parte delas entraram no activo remanso dos santos Exercícios. Saíram dessa fornalha de amor divino tão abrasadas no fogo do céu, que se começaram a dar com intenso fervor à oração, e desprendidas das vaidades terrenas, foram lançar aos pés da abadêssa os anéis e braceletes de oiro que possuíam [1].

Sobretudo porém folgavam aqueles activos apóstolos de comunicar os Exercícios Espirituais a pessoas de elevada posição social, porque do alto descia com maior fôrça o exemplo às camadas inferiores da sociedade. Por isso nas cartas em que se davam mùtuamente notícias de seus trabalhos, com freqüência se notava o lustre e a nobreza das personagens que os iam praticando [2]. Foi de singular edificação o recolhimento e piedade, com que se aplicaram aos Exercícios a infanta D. Isabel, filha do duque de Bragança, e seus filhos D. Duarte, D. Maria, depois princesa de Parma, e a futura duquesa de Bragança D. Catarina [3]. Mas até das pessoas da família real se apoderou a devoção dos Exercícios Espirituais. Fê-los o infante D. Luís, explicando-lhe o P. Mirão as meditações [4], e neles se recolheu a própria raínha D. Catarina sob a direcção do P. Miguel de Tôrres primeiro, e depois do P. Diogo Mirão. O empenho e docilidade com que ela se submetia a tôdas as regras dos Exercícios, confundia e pasmava aqueles piedosos directores [5].

Desta maneira procuravam os religiosos da Companhia beneficiar com seu ardente zêlo a tôdas as classes da sociedade portuguesa pelos meios que lhes ministrava o seu Instituto. Não lhes era contudo bastante aproveitarem sòmente às cidades e povoações, onde tinham suas casas. Destas saíam, como apóstolos, que assim os apelidavam, a anunciar a palavra do Evangelho em freqüentes missões por todo o Portugal, como vamos descrever em rápidos traços no capítulo seguinte.

---

(1) *Litt. Quad.*, II, 506, 507; Polanco, IV, 510.

(2) Cf. v. g. *Litt. Quad.*, III, 134; Polanco, II, 361, 683, III, 399, IV, 536.

(3) Polanco, IV, 534, 540, Teles, I, 179.

(4) Teles, I, 179; Franco, *Synopsis Ann.,* 1555, n. 2.

(5) *Epist. Mixtae,* III, 713-714; Polanco, VI, 545-546.

CAPÍTULO II

MISSÕES EM PORTUGAL

Sumário. — *1. Actividade e método. — 2. Francisco Estrada no Pôrto. — 3. Excursão apostólica desde São Fins até ao Pôrto em 1547. — 4. Gonçalo da Silveira em Braga e no Pôrto. — 5. Missões nas duas Beiras. — 6. No priorado do Crato e povoações circunvizinhas. — 7. Missões em Tomar. — 8. No Alentejo. — 9. As últimas missões do P. Manuel Fernandes. — 10. Gonçalo Vaz de Melo e companheiros no Algarve.*

1. — A actividade que desenvolveram os religiosos da Companhia de Jesus nas missões com que evangelizaram tôdas as províncias do Norte ao Sul de Portugal, é um acontecimento de relêvo notável nos fastos da história portuguesa. Foram tão freqüentes estas excursões daqueles zelosos missionários, exerciam tão salutar impressão nas almas, cheias de fé, daqueles nossos antepassados, e produziam geralmente tão abençoado e copioso fruto, que dificultosamente lhes chegaremos a encarecer a fecundidade e a importância.

O impulso que originava todo êsse movimento benéfico, provinha da vocação eminentemente apostólica dos que formavam o corpo da nova Ordem religiosa. Ela os incitava continuamente a satisfazerem na medida das fôrças humanas ao título de companheiros de Jesus e particularmente ao nome de apóstolos com que os ennobrecera a piedade portuguesa desde o tempo das primeiras tentativas na cidade de Lisboa. Foi êste o espírito de zêlo e amor das almas, que

Simão Rodrigues aprendeu de seu bemaventurado Padre Inácio, e o que êle constantemente influíu nos corações dos que em Portugal o reconheciam por pai e por mestre [1].

Nos primeiros anos devia ser naturalmente menor aquela actividade. Os novéis religiosos e futuros missionários tinham de se adestrar no manejo das armas, e preparavam-se para o trabalhoso apostolado granjeando sciência, virtude e zêlo. Logo que houve prègadores suficientemente habilitados, enviou-os Simão Rodrigues a evangelizar os povos, como Cristo enviara seus discípulos a prègar a tôda a criatura. Quando uma vez, bem naqueles princípios, despedia um esquadrãozinho de apóstolos por várias partes do reino, escrevendo-lhes de Almeirim a Coimbra declara-lhes o grande desejo que o anima de que tôda aquela obra se faça para glória de Jesus Cristo, e para mais os acender lhes lembra o grande fervor com que muitas vezes sôbre êsse apostolado praticaram, desejando chegasse de-pressa o tempo em que pudessem «pôr por obra êsse fervor» e semear a palavra do evangelho.

«Agora, continua o zeloso Provincial, pois Nosso Senhor nos fêz tanta mercê, que já em alguma maneira o possamos fazer, ainda que seja semelhança do que depois há de ser, a muita necessidade que há de operários parece que nos move a começar ante tempo. Mas que havemos de fazer? *Quia regiones albae sunt jam ad messem* [2], e se lhe tardamos, cairá o grão na terra e apodrecerão as espigas, as quais se em feixes grandes não pudermos segar, ao menos as iremos colhendo detrás dos segadores, como a santa Ruth; a cujo exemplo, em virtude do nome de Jesus, à glória e honra sua e a alguma edificação vossa e dos próximos, vos envio a declarar a palavra evangélica, *quae Dei virtus est in salutem omni credenti* [3]. E lembrai-vos que diz Nosso Senhor: *Qui metit, mercedem accipiet* [4], o que eu espero na bondade di-

(1) Cf. v. g. Rodrigues, *Mon.*, 618, 811-814, 847; Franco, *Synopsis Ann.*, 1549, n. 12.

(2) Joann. IV, 35.

(3) Ad. Rom., I, 16.

(4) Joann., IV, 36;

vina que em nós se cumpra, se, como creio, a vida mais que as palavras fôr conforme ao Evangelho. O P. Luís da Grã vos dirá onde e como haveis de ir. *Benedictio Dei Patris Omnipotentis descendat super vos. Amen*» ([1]).

Esta exortação de superior tão amado devia inflamar os ânimos já inclinados e dispostos ao zêlo e fadigas do santo apostolado. Foram logo escolhidos dez ou doze para a prègação e outros mais para o ministério das confissões e enviados a missionar ([2]). Mas desde que tiveram cópia de gente formada, tornaram-se mais freqüentes as sortidas que faziam sôbre as terras de Portugal à feição de soldados animosos que, saindo da sua fortaleza, penetram no campo inimigo, e procuravam arrancar tantas almas do cativeiro do vício, em que o espírito das trevas os escravizava.

A maneira e método com que realizavam estas excursões aqueles missionários, eram prova de muito amor de Deus e do próximo, de heróica paciência e dedicação. Dividiam-se para várias partes geralmente dois a dois. Um levava o encargo da prègação, por se avantajar na arte de bem dizer; o outro servia-lhe de companheiro e auxiliar na lida fadigosa da missão. Iam ambos geralmente a pé de terra em terra e viviam, no caminho, do que lhes ministrava a caridade a que recorriam. Em chegando a alguma cidade ou povoação que haviam de avangelizar, dirigiam-se ao hospital, onde tomavam gasalhado, e sustentavam-se todo o tempo de esmolas que pediam, a não ser que as autoridades ou talvez os irmãos da Misericórdia os obrigassem a aceitar as que êles generosamente lhes ofereciam.

Logo começavam a prègar, a ensinar a doutrina, a confessar, a reconciliar desavindos, a aliviar os doentes, a visitar os encarcerados e a fazer bem espiritual a tôda a classe de pessoas. Os concursos eram quase sempre enormes às prègações, a afluência ao santo tribunal contínua. O trabalho vinha a ser excessivo e tanta vez esmagador; mas a todo se sujeitavam aqueles apóstolos na ânsia de a todos consolarem quantos a êles acudiam. O fruto que recolhiam de suas

(1) Rodrigues, *Mon.* 618, 619.
(2) *Epist. Mixtae*, II. 90; Polanco, I, 447.

canseiras era copioso; as povoações transformavam-se moralmente; e o exemplo de virtude que realçava na dedicação dos missionários, no rigor com que se tratavam, no desprendimento dos bens terrenos, tinha boa parte na fecundidade maravilhosa do santo ministério. Por isso ganhavam geralmente a simpatia, o respeito e a admiração das populações, e saíam da missão entre lágrimas de saüdade e coroados de bênçãos (1).

Muitos foram os apóstolos que se entregaram a êste frutuoso ministério. Aproveitavam-se tôdas as aptidões, e o zêlo supria o que faltava de dotes naturais e até a míngua de saúde e fôrças. Homens enfermiços e fracos, animados contudo pelo santo ardor de salvar almas, metiam-se a trabalhos, que só uma grande robustez poderia naturalmente suportar. Assinalaram-se porém nos dons da eloqüência, em que excediam a seus companheiros, e no zêlo e veemência com que abalavam os povos nas muitas missões que deram em Portugal, os Padres Francisco Estrada, D. Gonçalo da Silveira, Valeriano Mendes, Manuel Fernandes, e Gonçalo Vaz. As páginas que seguem o demostrarão fàcilmente.

2. — O primeiro que deu brado em Portugal com estas excursões apostólicas foi o **P. Francisco Estrada.** No princípio de maio de 1546 Mestre Simão ordenou ao zelosíssimo jovem que «fôsse exercitar a sua vocação desde Coimbra, onde então residia, até Santiago de Galiza, pousando nos hospitais, pedindo esmola, prègando, confessando, e fazendo tudo o mais que o nosso Instituto abrange» (2), e deu-lhe companheiro que o ajudasse no trabalho das confissões. Puseram-se a caminho, e na cidade do Pôrto deliberaram deter-se e começar o desempenho da missão que receberam. O bispo, fr. Baltasar Limpo, os acolheu com mostra de singular afeição, e lhes ofereceu quanto necessitavam para seu sustento com tão insinuante caridade e fortes instâncias, que não puderam escusar-se de aceitar o que haviam mister. Chegaram a sete do referido mês.

Logo no dia oito, festa da aparição de S. Miguel, teve

(1) Cf. Teles, I, 489.
(2) *Litt. Quad.*, I, 18.

o primeiro sermão, que foi o princípio de um continuado triunfo de eloqüência cristã. Prègou no campo em frente da igreja do glorioso Arcanjo, situada fora da porta do Olival. A assistência foi extraordinária pelo muito povo que em procissão viera àquele templo. Apenas se poderá formar conceito da comoção que naquele primeiro discurso agitou o imenso auditório. Com ela ateou-se em tôda a cidade o desejo de ouvir mais e mais vezes o novo orador, e nunca esmoreceu nem se cansou a ansiedade e atenção dos ouvintes. Recitava cada semana dois ou três sermões, mas dias houve em que prègou três ou quatro vezes, e nunca o auditório desceu de três, quatro e cinco mil almas.

Era tão desusada a eficácia dessa eloqüência, que o P. Jorge Moreira, pasmado da maravilha, nestas expressões desafoga a sua admiração escrevendo a seu Padre Simão Rodrigues: «Não creio, diz o companheiro de Estrada, haverá quem negue a grandeza das obras do Senhor, pois por via de uns tão fracos instrumentos e mínimos servos seus quis manifestar tanta parte delas, assim nesta cidade do Pôrto, como por outras muitas partes desta província de Entre Doiro e Minho. Glória seja a sua Divina Majestade, pois assim o permite; e pois êle sabe *quod non mentior*, digo que nisto claramente as conhecemos, porque muitas vezes sendo o P. Estrada impedido de muitas ocupações o dia antes que houvesse de prègar, lhe não dava o tempo lugar para três horas inteiras de estudo, e prègava sempre pelo menos uma hora e meia coisas tão divinas e de tanta doutrina e edificação e com tanto fervor, quanto dizem geralmente nunca se ver nesta cidade» (1). E acrescenta que era tão profundo o silêncio e suspensão com que o ouviam, «como se estivesse uma só pessoa» na igreja (2).

Por dois meses perseverou nesta assombrosa actividade o admirável orador. Demais andava contìnuamente ocupado em outras obras da glória de Deus e de grande utilidade para as almas, cultivando e recolhendo os frutos que brotavam de suas prègações. Mosteiros de frades e freiras se

(1) Rodrigues, *Mon.*, 787-788. Carta do Pôrto, de 20 de junho de 1546.
(2) *Ob. cit.*, 788.

reformavam sob a acção vigilante do missionário. «Cónegos, clérigos e seculares, casados e solteiros, homens e mulheres, grandes e pequenos, pobres e ricos de todo o estado e qualidade, refere o contemporâneo Francisco Henriques, iam com grandes fervores e propósitos pôr-se nas mãos do padre, para que os encaminhasse a vida de maior perfeição e serviço de Deus... Basta que foi tamanha a mudança, que uns se determinavam a passar a vida em pobreza, outros a peregrinar, outros a ser ermitães e a viver apartados da conversação da gente, como escandalizados dela».

«As confissões de cada dia eram muitas e cresciam tanto, que o P. Martinho de S. Cruz, sabendo do apêrto, lhes mandou outro padre ([1]), e os dois com outro de fora que se ofereceu a os ajudar, não bastavam a satisfazer a quantos vinham confessar-se, estando alguns dias no confessionário desde manhã até alta noite, e havendo também por outras igrejas e mosteiros muitas confissões, coisa que até então não se costumava fora da quaresma. Fizeram-se amizades, reconciliações, restituïções; cessaram ódios antigos; visitaram muitas vezes os hospitais consolando, confessando e socorrendo os enfêrmos com esmolas, que pela cidade pediam de porta em porta» ([2]). Admiráveis efeitos da graça divina que tão copiosamente abençoava a eloqüência do novo apóstolo!

Entre as conversões que então deram mais edificativo exemplo, foram duas, de um rico e vaïdoso mancebo de dezóito anos, já honrado com a murça canonical, chamado Vasco Ferraz, e de Henrique Nunes de Gouveia, distinto e nobre cidadão daquela cidade. O cónego sentiu-se tão penetrado da palavra de Deus, logo no primeiro sermão de Estrada, que se deu a chorar amargamente as verduras de seus

---

([1]) Foi êste o P. Manuel Morais, natural de Bragança, que entrara na Companhia a 5 de novembro de 1543, embarcou para a Índia em 1551, e, depois de fervente apostolado na cidade de Goa e na ilha de Ceilão, faleceu em Goa no ano de 1553 com só quarenta de idade. Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. II, D. II, § 6-8; Franco, *Imagem*, II, 551. Cf. Rodrigues, *Mon.*, 788; Polanco, III, 488.

([2]) *Litt. Quad.*, I, 19-20. Carta de 23 de novembro de 1546. Cf. Teles, I, 269.

anos, e, já de todo trocado, resolveu-se a deixar as vaidades do mundo. Entrou na Companhia de Jesus não obstante a oposição acérrima de seus parentes e as lágrimas da própria mãe, e, depois de raros exemplos de virtude, faleceu no ano de 1553 com morte de justo na mesma casa de seus pais, onde se acolhera para ser tratado na doença grave a que sucumbiu [1].

Henrique de Gouveia fêz tal mudança na sua vida, que veio a ser um dos mais perfeitos modelos de bom cristão no estado matrimonial, deu gostosamente à Companhia três de seus filhos [2], e no seio dela terminou seus dias com os votos religiosos que fêz pouco antes de expirar [3].

Mas entre os benefícios que a missão derramava sôbre a cidade da Virgem, tiveram não pequeno quinhão os encarcerados. Foram os missionários visitar a cadeia pública, e viram-na tão falta de auxílio não só espiritual mas temporal, que tomaram a peito melhorar a situação dos infelizes. Era lastimoso o descuido em que os deixavam. Passava-lhes todo o ano sem ouvirem missa nem palavra que lhes trouxesse à lembrança as obrigações que tinham com Deus. Começaram pois a lhes prègar, a intender em seus negócios,

---

(1) Mss. S. J., *Lus.*, 43, f. 24; *Litt. Quad.*, I, 18, 19, 20; Orlandini, VI, n. 91; Teles, I, 263 segg; Cardoso, *Agiol. Lus.*, II, 278, 286; Franco, *Imagem*, I, 744 segg. — Teles e depois dêle Franco e Cardoso põem no ano de 1547 a morte de Vasco. É êrro que os documentos coevos desmentem.

(2) Dois dêles chamavam-se Cristóvão de Gouveia e João de Madureira. Do terceiro diz o bom investigador António Franco, *Imagem*, II, 301, que lhe não pôde alcançar o nome, porque não faleceu na Companhia. Cf. Teles, I, 269.

(3) Morreu no Pôrto a 21 de março de 1570. Em 1561 instava êle com o Comissário P. Jerónimo Nadal para que o recebesse com os três filhos, que lhe restavam, na Companhia de Jesus, onde já tinha o mais velho, Cristóvão de Gouveia. Não acedeu à piedosa instância o Comissário, não obstante a espôsa do ilustre portuense, Brites de Madureira, desejar também recolher-se ao mosteiro, onde haviam já professado suas três filhas. Daqueles três filhos que tinha em casa Gouveia, dois entraram na Companhia, e o mais novo, chamado Paulo, preferiu a Ordem de S. Francisco onde santamente acabou súbdito da Província da Piedade com o nome de Fr. Paulo do Pôrto. Cf. Nadal, I, 432, 466; II, 73; Teles, I, 269-271; Franco, *Imagem*, II, 300 segg; Orlandini, VII, 68.

e a agenciar-lhes esmolas que os socorressem no desamparo. Francisco Estrada tanto se empenhou com sua autoridade, que logrou se lhes fizesse junto à cadeia uma capela, onde pudessem assistir aos ofícios divinos. Para o realizar andou com três cidadãos honrados pedindo esmolas pela cidade. Na inauguração do pequeno santuário a vinte de junho, dia da SS. Trindade, prègou Estrada, e foi tão grande o concurso de povo, que àlém da rua, onde se apinhavam os ouvintes, testemunha o companheiro do orador, «não ficou janela, eirados, quintais, que havia muitos ao redor, árvores dos quintais, que não estivesse tudo cheio de gente, sem embargo que naquela hora havia prègação na sé, e em S. Domingos e em S. Francisco» (1).

Ainda nesse dia prègou mais três sermões, em que por largo tempo se espraiou sua eloqüência, e finalmente se despediu da cidade para no seguinte continuar a sua peregrinação apostólica (2). Tamanho sentimento e saüdade mostraram, até por lágrimas, os cidadãos portuenses com a partida do grande orador, que foi, como se exprime na citada carta o P. Henriques, «coisa maravilhosa, e muitos houve que o quiseram seguir, nem teve êle pequena fadiga em os sossegar» (3).

Do Pôrto se encaminhou Estrada a Vila do Conde, onde prègou no mosteiro de Santa Clara (4). Daqui seguiu para a capital do Minho. Em Braga o arcebispo D. Manuel de Sousa, tal conceito já formava do religioso, que lhe rogou encarecidamente quisesse dizer-lhe quanto êle, como prelado, devia fazer tanto na sua vida particular, como no govêrno do arcebispado, que tudo executaria pontualmente; demais lhe pediu que subisse ao púlpito, e logo mandou lançar pregão pela cidade que todos, sob penas que taxava, acudissem a

(1) Rodrigues, *Mon.*, 788-789.

(2) *Ob. cit.*, 789-790.

(3) *Litt. Quad.*, I, 20-21. O P. Jorge Moreira nestes termos escreveu no dia da partida: «não há casa desta cidade, donde assi homens como molheres não chorem lagrimas de saudades por nossa ida». Rodrigues, *Mon.*, 791. Carta do Pôrto a 20 de junho de 1546.

(4) *Litt. Quad.*, I, 21; Rodrigues, *Mon.*, 791.

ouvir o sermão. Sem demora se encheu o vasto templo da sé, e o orador, ocupando a tribuna sagrada, prègou por bem duas horas com tão grande suspensão dos ouvintes, que ao terminar lhes parecia que estavam ainda no comêço do discurso (1).

Poucos dias depois prosseguiu a viagem, passou a fronteira e penetrou em terras da Galiza, onde o precedera a fama de sua eloqüência. Em Redondela começou de novo a prègar com o mesmo abalo. Era tal a expectação, que no primeiro dia mandou a autoridade um homem pelas ruas da vila a tocar campaínha e a bradar que todos, sob certa pena que se impunha, viessem à prègação. Foi grande o auditório e muitas as lágrimas que derramou (2). Assim levou adiante a sua frutuosa romaria êste incansável peregrino. Na volta obtiveram os cidadãos do Pôrto que se demorasse entre êles cêrca de mês e meio, porque diziam que a cidade na sua ausência se reputava por órfã (3). Quando chegou a Coimbra, deram-lhe, como já observámos, o ofício de varredor do colégio. Ilustre exemplo de humildade religiosa!

Não passou contudo muito tempo que a cidade do Pôrto não instasse com repetidas súplicas para ter de novo dentro de seus muros ao seu orador. Veio o P. M. Simão em lhe conceder o que pedia. Já no princípio de 1548 a voz de Estrada espertava naquela cidade o mesmo alvorôço do tempo passado, e produzia o mesmo fruto. Êle próprio no-lo refere: «Se a sinais exteriores se deve dar algum crédito, principalmente em coisas que por maravilha admitem fingimento, é certo que o fruto é muito maior do que eu posso escrever por mais que me alargasse, deixando à parte o que Deus ocultamente obra nos corações. Do que a Divina Majestade quere me passe pelas mãos, posso afirmar que é muito, e seria muito mais, se eu me deixasse governar e mover à vontade daquele que por instrumento tão pequeno como eu sou, opera coisas tão grandes» (4).

---

(1) *Litt. Quad.*, I, 21.
(2) *Ob. cit.*, pag. 21.
(3) *Ob. cit.*, pag. 22.
(4) *Ob. cit.*, pag. 85. Carta do Pôrto a 10 de janeiro de 1548.

E particularizando o que em geral esboçara, prossegue: «As prègações, desde que entrei nesta cidade, são três cada semana; o fruto delas vê-se pelo aumento quotidiano de confissões, comunhões, pazes, restituïções, esmolas, orações, livramento de presos, subsídio de hospitais, separação de amancebados, visitas de enfêrmos em necessidade, ordenação de testamentos e execução de obras pias, nas quais confio dará Deus Nosso Senhor contínuo aumento, porque bem claramente se vê ser êle o autor de tôdas estas obras» ([1]).

No meio porém dêste fecundo apostolado, recebe de Mestre Simão ordem de ir prègar a Coimbra. A custo se pôde desprender de tantos que o quiseram conservar no Pôrto, e a dezasseis de fevereiro se pôs a caminho para a cidade do Mondego ([2]). Na viagem foi pelas povoações que encontrava, difundindo a palavra de Deus. Prègou em Águeda, Arrifana e Botão ([3]). Na cidade de Coimbra trabalhou pouco mais de um mês, porque foi mandado para Espanha, donde o pedia instantemente o duque D. Francisco de Borja, e não mais voltou a Portugal ([4]).

3. — No ano seguinte aos triunfos de Francisco Estrada saíram de São Fins três missionários, cujo zêlo apostólico operou maravilhas naquela província que chamavam de Entre Doiro e Minho. Tinham êles sido enviados do Colégio de Coimbra para irem tomar alentos e cobrar fôrças no retiro daquele velho mosteiro; mas o coração não lhes sofria viverem como que ociosos nesse remanso. O zêlo das almas os impelia ao trabalho. Puseram-se em campo primeiro **Afonso Brás** e **Gonçalo Vaz de Melo** ([5]). O superior, P. Antó-

---

(1) *Ob. cit.*, pag. 85-86. Carta cit.

(2) *Ob. cit.*, pag. 89. Carta de Estrada, de Coimbra a 20 de fevereiro de 1548; *Epist. Mixtae*, I, 526.

(3) *Litt. Quad.*, I, pag. 89.

(4) Cf. Tôrre do Tombo, *Corpo Chron.*, P. 1.ª, maço 80, doc. 50. Carta autogr. de D. Francisco de Borja a D. João III, de 12 de março de 1548; Rodrigues, *Mon.*, 565, 570; *Epist. Mixtae*, I, 492-493; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 601.

(5) Afonso Brás inscreveu-se na Companhia a 22 de abril de 1546, e foi enviado para a missão do Brasil, como superior de seus companheiros de viagem, no ano de 1550. Mss. S. J., *Lus.*, 43, f. 2v ; Franco, *Synopsis Ann.*, 1550, n. 6.

nio Gomes, que três anos havia entrara na Companhia de Jesus já doutor em teologia e bom prègador [1], ao despedi-los para aquela emprêsa recomendou-lhes que entendessem, para o bom exemplo, que iam mais a se aproveitar a si na virtude que a prègar; que a pobreza a exercitassem com extremo rigor, vivessem de esmolas, nada reservassem de um dia para o outro, nem aceitassem convites de ninguém para comer; que se fôssem agasalhar nos hospitais e neles servissem aos pobres; emfim que procurassem guardar o Evangelho à letra, e que não voltassem de suas missões senão apedrejados [2].

Com êste regimento partiram alvoroçados numa quinta-feira, doze de maio de 1547, os dois apóstolos, vestidos tão pobremente, que mais os diríeis cobertos de andrajos. Foram pernoitar em Valença no hospital, onde «se começaram de rir dêles um pouco» [3]. No dia seguinte entraram já tarde em Caminha, e no sábado depois da missa pediram esmola «com assaz alvorôço da vila que os conheceu por da Companhia» [4]. Vem-lhes ao encontro o «procurador da vila, mandado de seus principais» [5] a rogar-lhes com grande importunação que não mendigassem, que a vila tomava à sua conta mantê-los, emquanto nela se demorassem. Responderam-lhe que eram pobres e de esmolas se queriam sustentar. Vem o «veador da Misericórdia» instar com êles aceitassem como pobres, pois assim se chamavam, as esmolas que lhes êle daria, e não sem grande dificuldade se dispensaram de receber o caridoso oferecimento.

No domingo quinze de maio começou Gonçalo Vaz a prègar «na igreja que é mui grande e mui formosa» [6]. Antes do sermão estavam os cidadãos da vila reservados em sua des-

---

(1) Entrou na Companhia António Gomes a 22 de maio de 1544, recebeu ordens de presbítero no ano de 1546, e em 1548 embarcou para a missão da Índia. Mss. S. J., *Lus.*, 43, f. 2; *Epist. Mixtae*, I, 266, 485; Teles, I, 198.

(2) *Epist. Mixtae*, I, 376-377; Teles, I, 336.

(3) *Epist. Mixtae*, I, 377.

(4) *Ob. cit.*, l. c.

(5) *Ob. cit.*, l. c.

(6) *Ob. cit.*, l. c.

confiança por verem a pouca idade do prègador. Mas tanto que falou, trocaram a desconfiança em admiração da eloqüência, «e dali por deante, informa o P. António Gomes, foi tanto o alvorôço da gente, que êle e Afonso Brás não tinham tempo para comer nem dormir» (1). Para o segundo sermão que prègou na segunda-feira das ladaínhas de maio, já pelas três horas da madrugada era tanto o povo na igreja, que mal se podia por ela romper. Divulgou-se com o sermão tal fama do missionário pelos arredores, que os povos vizinhos concorriam a participar do bem que lhes apregoavam (2). Semelhantemente sucedia nas demais prègações. «Não se pode crer a grande devoção desta gente», escrevia por êsse tempo o mesmo informador.

Daqui podemos conjecturar a concorrência enorme que haveria para o tribunal da penitência. Acontecia que, quando os missionários se erguiam muito cêdo do descanso da noite, já encontravam o hospital cercado de povo a pedir confissão. Com estes sucessos aumentava mais e mais a benevolência da vila para com os dedicados religiosos. Depois da prègação da terça-feira foram homens dos principais requerer ao P. Gonçalo Vaz, se tirassem do hospital e fôssem pousar em suas casas, que lhes dariam alimento, vestido e quanto lhes fôsse necessário. Êles porém não condescenderam, nem sequer se resolviam a aceitar os muitos presentes que a piedade dos devotos lhes fazia, para não perderem o merecimento da pobreza (3).

No dia da Ascensão, dezanove de maio, prègou novamente Gonçalo Vaz com tão incendido afecto e fervor, que tôda a igreja se abalou em pranto desfeito. Na véspera chegara de S. Fins o bom superior, **P. António Gomes**, que, tendo notícia do grande movimento de conversões, que se operava em Caminha, se animou a ir ajudar a recolher as rêdes pesadas com tão afortunada pesca. Andavam tão ocupados todos três na gostosa tarefa, que durante o dia se não encontravam, e só à noite se viam no hospital pelas nove horas.

(1) *Ob. cit.*, l. c.
(2) Teles, I, 338; Franco, *Imagem*, I, 665.
(3) *Epist. Mixtae*, I, 378.

Por êsses dias veio ao hospital o vigário do convento de frades capuchos, fundado século e meio atrás em 1392 na Ínsua, que se erguia com sua fortaleza na barra do rio Minho, e convidou caridosamente os missionários a se alojarem numa casa que os frades possuíam dentro da vila, porque, dizia o bom frade, «o hospital era sujo». Agradeceu-lhe o P. António Gomes o convite, e não o aceitou desculpando-se que, se era sujo o hospital, teriam êles maior merecimento. Instou o atencioso vigário que pelo menos «fôssem folgar ao mosteiro com êles». Respondeu-lhe o missionário «que, se as ocupações lho deixassem, que iriam lá comungar com êles e tomar fôrças espirituais» (1).

António Gomes deu-se também ao trabalho da prègação. No domingo, vinte e seis do mês, prègou com grande veemência contra os amancebados, e em remate dirigiu uma apóstrofe aos governadores da vila e a grandes vozes os intimou a que acudissem a tamanha perdição. Não foi debalde o artifício oratório. Vieram êles pouco depois ter com os missionários e assentaram na maneira de remediar aquele mal. Na tarde do mesmo dia prègou de uma janela que dava sôbre uma praça, a um auditório de cêrca de três mil pessoas que se juntaram. No meio de todo êste afã, não esquèceram os presos. Foram também prègar-lhes e confessá-los «com muita edificação de todo o povo», observa o mesmo P. António Gomes (2).

É por fim muito para notar que em tanta freqüência de sermões aquela gente não sòmente se não enfastiava, mas corria ansiosamente a ouvir os missionários. Bem o comprova o seguinte facto. No dia da Visitação de Nossa Senhora, a dois de julho, celebravam-se em Caminha grandes festas e haviam de correr uns toiros nesse dia de tarde. Prègou de manhã Gonçalo Vaz, e depois de invectivar com veemência contra as vaidades do mundo, anunciou que nessa mesma tarde havia de haver competência do mundo com Deus; que êle não faltaria em prègar no mesmo tempo em que se correriam os toiros, e ver-se-ia quem eram os

(1) *Epist. Mixtae*, I, 381-382. Cf. Cardoso, *Agiologio Lus.*, I, 107, 113.
(2) *Epist. Mixtae*, I, 378, 380, 381.

servos do mundo e quem os servos de Deus, porque êle não omitiria o sermão, ainda que só uma pobre velhinha o viesse escutar. Comoveu-se tanto a gente a querer-se antes pôr da parte de Deus, que a igreja se apinhou de ouvintes, e não houve quem preferisse o espectáculo dos toiros (1).

«É espanto, conclui na citada carta Melchior Nunes, o fervor com que aquela gente andava» (2). E o mesmo escritor compendiando em poucas palavras quanto fizeram aqueles apóstolos, diz que «tôda a vila deu uma volta, confessando-se tôda e quedando com costume de se confessar e comungar muito amiúde» (3).

Animados com o êxito magnífico desta primeira missão, acenderam-se êles em maior zêlo, e determinaram percorrer tôda aquela região evangelizando a palavra de Deus. Foram a Viana, Ponte de Lima, Braga, Barcelos, Guimarães, Vila do Conde e Pôrto (4). Em Viana foi grande o alvorôço logo que a gente advertiu e conheceu quem eram aqueles por quem Deus tão benignamente os visitava. Houve dias em que fizeram três ou quatro prègações, e levantavam-se à meia noite e à uma hora da madrugada para rezar o breviário e atender a seu estudo, e poderem mais fàcilmente despachar a tantos que os procuravam. Pelas três horas depois da meia noite já os penitentes corriam ao hospital para colhêr sua vez no tribunal da confissão. Quando os missionários se retiraram da vila, muitos os foram acompanhando até ao lugar do embarque em lágrimas e afectuosa despedida.

No Pôrto comoveu-se tanto a gente, como êles próprios contaram, que todos os padres do Colégio de Coimbra não bastariam a satisfazer à devoção da cidade e à freqüência das confissões (5). Semelhante era o entusiasmo que sacudia as

---

(1) *Litt. Quad.*, I, 65-66. Carta do P. Melchior Nunes, de 27 de setembro de 1547.

(2) *Ob. cit.*, 66; Polanco, I, 256. — Orlandini, VII, n. 67, e com êle Teles, I, 341, e Franco, *Imagem*, I, 665, teem que o sucesso da corrida de toiros passou na cidade do Pôrto; Melchior Nunes porém na carta citada o refere a Caminha.

(3) *Litt. Quad.*, I, 63.

(4) *Litt. Quad.*, I, 64; Teles, I, 340; Franco, *Imagem*, I, 665.

(5) *Litt. Quad.*, I, 65.

demais terras a que chegava a eloqüência e virtude daqueles homens. «É tanta a devoção da gente por aqueles lugares por onde vem cada um dêles prègando e confessando, refere Melchior Nunes, que é coisa de espanto... De maneira que há aí públicos prantos nas suas prègações, a altas vozes, e uns dizem que vêem coisas que seus antepassados nunca viram, outros que Deus quer reformar a sua Igreja, outros que se acerca o dia de juízo, outros se vão depós êles de lugar em lugar, parecendo-lhes que com os seguirem teem sua salvação mais preste» (1). Efeitos admiráveis da fé lhana daquele povo e do zêlo infatigável de tais apóstolos! Êles mesmos escreviam que «estavam espantados de Deus por tão baixos instrumentos obrar tão grandes coisas» (2).

4. — Com igual valentia de espírito e fôrça de eloqüência saía também dos colégios, a trasbordar de zêlo apostólico, o sempre fervoroso **Gonçalo da Silveira.** Não havia rigores, nem trabalhos nestas expedições sagradas que lhe saciassem a indomável ânsia de se dedicar e sofrer. Êle próprio escrevendo a seu superior protestava que a sua norma de proceder era andar sempre a pé no meio das maiores fadigas, viver só de esmolas, granjeadas de porta em porta, confessar até haver penitentes, prègar até enrouquecer e mortificar até morrer (3). Em 1551 foi com o **P. Gaspar Dias** cultivar espiritualmente as cidades de Braga e Pôrto, que outras vezes em repetida missão lhe foi dado visitar. Apenas entrou na cidade dos arcebispos, correu a tomar alojamento no hospital a-pesar das instâncias que lhe fêz D. Baltasar Limpo para o receber no paço arquiepiscopal.

Logo começou a prègar, a confessar, a dar Exercícios Espirituais, a reconciliar inimigos, a consolar doentes e a depurar as almas e conduzi-las à perfeição. Eram tão continuadas estas santas ocupações, que lhe levavam o dia inteiro e só de noite lhe restava algum tempo para os deveres particulares do sacerdócio. No púlpito satisfazia ca-

(1) *Ob. cit.*, 64-65.
(2) *Ob. cit.*, 65.
(3) Bibl. P. Eb. CVIII/2-1, f. 227; Polanco, II, 361; Franco, *Imagem*, II, 12.

balmente os auditórios; e vez houve que prègou deante do arcebispo e cabido com tão comovida eloqüência, que ficaram atónitos os ouvintes, e não faltou quem lhe qualificasse de admirável o sermão. Emfim tão salutar e funda impressão causou nos habitantes de Braga e tanto êstes se afeiçoaram ao bom missionário, que não podiam resignar-se a vê-lo partir para outra cidade. No último sermão em que lhes explicou a santa doutrina, êle próprio referiu que não era possível exagerar ao escrever o fervor, a devoção e o sentimento que mostravam.

De Braga foi enviado pela obediência para o Pôrto, donde instantemente o pediam os cidadãos, que já conceituavam altamente o zêlo dos Padres da Companhia. Foi considerável o fruto que produziu sua incrível actividade sobretudo entre as pessoas principais, que por meio dos santos Exercícios levou a grande melhoramento de vida. Quando voltou à cidade da Virgem nos fins de 1552, novamente pedido pelos moradores dela, despertou-se tamanho crescimento de piedade, que a freqüência à sagrada mesa naquele tempo do santo Natal recordava a Páscoa da Ressurreição. Emfim de tal modo agradou àqueles cidadãos o ardente missionário, que ao aquilatar-lhe o zêlo, comparando-o com Francisco Estrada, diziam que Estrada se assemelhava a S. Paulo, e Silveira reproduzia a devoção e ardor do seráfico S. Francisco (1).

5. — Da província de Entre Doiro e Minho estendeu-se a acção benéfica dos missionários às duas províncias da Beira-Baixa e Beira-Alta. Já no ano de 1545 evangelizaram os Padres **Pedro Lopes** e **Manuel de Morais** as terras que demoravam nos arredores de S. Antão de Benespera. Deram-se com activa solicitude a desbastar aquele campo, que estava infelizmente bem precisado de cultivo. A ignorância em que vivia aquela gente, causava-lhes lástima profunda (2). Houve até necessidade do baptismo de adultos. Dois baptizou Pedro Lopes, que passavam dos cincoenta anos de idade. Não se ocupavam porém os missionários sòmente do povo

---

(1) Polanco, II, 360, 370-371; *Litt. Quad.*, II, 229; Franco, *Imagem*, II, 13, 16.

(2) *Epist. Mixtae*, I, 232.

miúdo. Procuravam também levantar a condição moral dos clérigos que viviam não sem escândalo entre os que tinham obrigação de santificar [1]. Nos anos seguintes não deixaram os religiosos da Companhia de continuar na frutuosa tarefa de melhorar a situação religiosa das povoações, que cercavam o antigo mosteiro de S. Antão.

Em 1547 adeantou-se até à cidade da Guarda o **P. Jorge Moreira**. Prègava de manhã, à tarde ensinava doutrina, fazia outras exortações públicas e particulares, e sempre colhia copioso fruto. Aos cónegos da sé lia todos os dias antes de vésperas uma lição de Escriptura Sagrada, explanando-lhes o evangelho de S. João. O fim particular que tinha em mira com esta conferência exegética, era aproveitar o ensejo de os repreender com maior liberdade dos pecados públicos de que havia farto escândalo. Apostou-se a reformá-los. Chegou a tal ponto a franqueza resoluta do zeloso missionário, que numa das prègações lhes declarou que empregaria todo o seu esfôrço para os emendar, ameaçando-os com a justiça, se por vontade e a bem não quisessem melhorar os costumes, e concluindo que, se faltasse meirinho e magistrados que procedessem contra êles, a seu cargo tomaria êle próprio a execução do processo. Não eram tão maus os cónegos, que se contiveram perante a inaudita afoiteza do prégador! Estes rigores porém de expressão que a prudência humana tacha de excessivos, não ficaram sem o seu fruto. Deus abençoava a sinceridade e santo zêlo do apóstolo.

A um dos cónegos que levava pùblicamente vida escandalosa, tentou o P. Moreira reduzi-lo ao dever, admoestando-o primeiro com humildade, e censurando-o depois com aspereza. O cónego irritado com a desacostumada ousadia, saíu-se em ameaças contra o rígido censor, chegando a prometer de o espancar, se não desistisse. O impertérrito missionário não se intimidou, e persistiu no seu empenho. Por fim o cónego assombrado de tão invencível constância, começou a abrandar, e resolveu-se a conformar seus procedimentos com as leis da moralidade. Ao missionário dirigiu-se já mais bem avisado, louvando-lhe sem rebuço a

---

(1) *Ob. cit.*, l. c.

Companhia, e aconselhando-o a que perseverasse naquela demonstração de energia e zêlo; porque era impossível encontrar-se homem tão duro e pertinaz, com quem não acabasse quanto queria; que êle, a quem nem bispo nem justiça puderam em tempo nenhum arrancar propósito de emenda, agora se dava por vencido a suas palavras e exortações. A mudança na vida demonstrou que era sincero neste desafogo de coração arrependido. A todos os cónegos ainda o aguerrido apóstolo fêz um bem muito estimável. Conseguiu fazer entre êles as pazes, e unir pela caridade os que andavam divididos em dois bandos, pugnando uns por parte do bispo e outros pela do deão ([1]).

Emquanto na Guarda lidava o P. Moreira com estas obras de glória de Deus, andava pelas vilas e lugares dos arredores o **P. Manuel de Nóbrega**, cujo zêlo, ardente e sincero, bem que às vezes tempestuoso e menos regulado, operou conversões numerosas. Entre as maiores contamos as de muitos sacerdotes, que viviam por aquela Beira pouco honestamente, mas movidos pela palavra do fervente religioso, encetaram com o arrependimento vida casta e exemplar ([2]). No Sabugal entrou o missionário descalço, por se lhe haverem gastado os sapatos, e de cabeça descoberta sem chapéu, que no caminho lhe tinham furtado; mas a-pesar do desalinho em que se apresentou, foi notável o bem que fêz àquele povo com suas prègações e explicação da santa doutrina. O zêlo das almas incendia-o com tal veemência, que chegou a bradar do púlpito em altas vozes justiça de Deus sôbre os que vi-

---

([1]) *Litt. Quad.*, I, 61; Polanco, I, 254. O bispo da Guarda era desde 1519 D. Jorge de Melo. Por despeitos não quis nunca estabelecer sua residência na cidade, onde tinha a sua sé, e houve-se com tal escândalo em sua vida e no govêrno do bispado, que, segundo já referimos, acarretou sôbre a sua cabeça a excomunhão pontifícia, e a administração da diocese foi encarregada por breve de Paulo III, de 4 de dezembro de 1545, ao Núncio Apostólico João Ricci. Cf. *Corpo Dipl.*, V, 503. Na *Instruzione... data á Monsignor coadjutore di Bergamo* lê-se que o bispo da Guarda «è uomo di non buona vita e molto disubbidiente alle cose di Roma». *Corpo Dipl.*, V, 135. Faleceu em Portalegre a 5 de agôsto de 1548. Cf. Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja*, T. III, P. 2.ª, pag. 465, 813; Cardoso, *Agiol. Lus.*, I, 435.

([2]) *Litt. Quad.*, I, 61. Carta citada de Melchior Nunes Barreto.

viam em pecados públicos, prometendo-lhes que, se não se emendassem, iria à porta de cada um dêles, e a brados invocaria sôbre a casa a justiça de Deus vingador. Foi extraordinário o efeito desta ameaça. O povo tomou-se de mêdo e seguiu-se a regeneração nos costumes.

Depois de prègar ia-se o missionário pedir esmola de porta em porta e recolhia-se ao hospital a tomar seu alimento. Não pôde consentir nesta humilhação D. Duarte de Castelo Branco, então comendador, depois conde do Sabugal. Instou uma e outra vez com o padre para que se quisesse hospedar em sua casa e tomar assento à sua mesa; mas o humilde missionário recusava-se inabalàvelmente a trocar a sua pobreza pelo oferecimento liberal de D. Duarte, e, para se lhe esquivar às importunações, fugia com as esmolas, que recolhera, a um silvado fora da vila. Lá o foram desencovar um dia os criados do comendador, que meio por fôrça o levaram a casa de seu amo. Só pôde D. Duarte conseguir do santo religioso que aceitasse o alimento que os de sua casa lhe levariam ao hospital. O nobre fidalgo lho mandava em baixela de prata, e os criados, com grande confusão do missionário, o serviam de barrete na mão, como a seu senhor (1).

Nesta excursão tão cortada por lances de surprêsa, chegou também o apóstolo à cidade da Covilhã. Entrou abatido pelo cansaço e pela fome, mas subiu sem demora ao púlpito. O sermão sucedeu-lhe como era de prever em tais circunstâncias. Agravou-se com a fadiga o defeito da língua, e gaguejou tanto, que os ouvintes lhe saíam da igreja descontentes e murmurando do prègador. Não descoroçoou com a desventura. Pede no dia seguinte ao párroco avise sermão para essa tarde. O párroco não sem enfado pelo desastre que temia, condescendeu e anunciou o sermão dizendo que prègaria o clérigo gago; viessem a ouvi-lo, se quisessem, mas que pouco seria o proveito da prègação, porque êle afinal coisa nenhuma dizia.

A-pesar do anúncio que não animava, foi grande o concurso do povo, e o missionário falou com tal espírito, elo-

---

(1) *Ob. cit.*, 62; Teles, I, 344.

qüência e agrado, que a todos contentou e satisfez. Já lhe pediam e rogavam com muita instância se ficasse por mais tempo entre êles; os principais da vila assentaram dirigir-se ao rei D. João III, para que lhes deixasse tão zeloso missionário, e ao caminho o mandaram chamar, que se tornasse e permanecesse com êles pelo menos seis meses, que tôda a gente se confessaria cada oito dias. «Emfim, conclui em sua carta Melchior Nunes, fêz-se naquela vila muito serviço a Nosso Senhor» (1).

Noutra povoação que estava dividida em bandos, prègou com seu costumado ardor, e descendo do púlpito pôs-se de joelhos rogando com viva insistência que fizessem as pazes, e pedindo êle mesmo perdão a uns em nome dos outros. Comoveu-se profundamente o auditório, lançaram-se todos de joelhos e de parte a parte se pediram e deram perdão. Mas o zêlo do missionário, se alcançava triunfos admiráveis, também lhe valia de quando em quando insultos e vexações. Êle os sofria com paciência cristã, contente de participar das ignomínias do Salvador (2).

Também na Beira-Alta se expandiu o zêlo dêstes apóstolos. O **P. Valeriano Mendes** pelos anos de 1550 ateou com a sua eloqüência e chama de fervor a piedade cristã na cidade de Viseu e seus arredores. Foi necessário enviar do Colégio de Coimbra mais dois sacerdotes que o ajudassem no trabalho excessivo das confissões. A fama de sua actividade correu pelo bispado. Em todos os lugares por onde discorria o missionário, era esperado como enviado do céu. As povoações inteiras saíam a recebê-lo; a gente aglomerava-se às janelas para o ver passar, e não se tinha por cristão quem não acudia a suas prègações. Em Vouzela pediu uma vez ao povo perdão de suas faltas. Apoderou-se do auditório tamanha comoção, que todos se lançaram de joelhos e pediram uns aos outros perdão, reconciliando-se quantos andavam desavindos (3). Tão fàcilmente o orador movia os ouvintes ao sentimento da compunção!

---

(1) *Litt. Quad.*, I, 63.

(2) *Ob. cit.*, 62-63; Polanco, I, 254-255; Teles, I, 341-348; Franco, *Imagem*, II, 162 segg.

(3) Franco, *Imagem*, I, 89-90; Teles, I, 489.

6. — Mais ao Sul, nas terras do priorado do Crato e povoações limítrofes, também ressoou a voz dêstes pregoeiros do Evangelho. Recordamos sòmente os Padres **Gaspar Barzeu, Jorge Moreira** e **Luís Gonçalves**. Começaram a excursão dirigindo-se os dois primeiros à vila de Pedrógão Grande, porque eram mais antigas e desastrosas as dissensões que perturbavam seus habitantes. Não exageramos qualificando de prodigiosa e quase inconcebível a acção dêstes missionários. «Foi tanto o que por seu meio operou a mão de Deus, refere-nos o Irmão D. Rodrigo de Menezes, que mal se pode acreditar, e parecerá incrível a quem não considerar a largueza da Divina Bondade. Tamanha mudança se seguiu naquele povo, que os habitantes das vilas próximas, onde chegara a fama dos missionários, movidos pela graça divina lhes escreveram a pedir-lhes quisessem ir-lhes prègar, expondo-lhes a necessidade em que viviam, e requerendo-lhes da parte de Deus que se movessem a lho conceder. Uns eram de dez léguas de distância, outros de três, quatro e cinco, e a todos se fatisfêz com o andar do tempo, não se lhes podendo negar tão justa e santa petição» (1).

Foram os missionários ao Pedrógão Pequeno, a Figueiró dos Vinhos, à Sertã, e a muitas outras povoações. «Não se pode contar, diz-nos o mencionado D. Rodrigo, o que naqueles povos quis Deus por aqueles seus obreiros levar a cabo... Era tanta a devoção da gente, que à hora a que chegavam à vila, os faziam logo subir ao púlpito ainda que fôsse de noite; e êles para colhêr a gente tôda reünida, praticavam-lhe, a modo de doutrina, coisas santas com muito fruto» (2). Excitavam com sua palavra tal comoção, que chegavam pecadores escandalosos a levantar a voz na igreja durante o sermão detestando e chorando o seu pecado; e muitos, como que desvairados, recusavam-se a trabalhar, dizendo que era iminente o fim do mundo, e queriam para o deante fazer vida apostólica!

Sobressaía na veemência com que abrandava os cora-

---

(1) *Epist. Mixtae*, I, 523. Carta de Coimbra escrita em março de 1548.

(2) *Ob. cit.*, 524, 525.

ções dos pecadores o P. Gaspar Barzeu, «cujas obras maravilhosas, escreve o mesmo D. Rodrigo de Menezes, calara por serem muitas, se me não obrigara a deter-me a conversão de um sacerdote. Era êle já muito avançado nos anos, e tôda a vila contava que nunca se havia bem confessado. Foi vê-lo o P. Gaspar, e fêz nêle Nosso Senhor tal mudança, que se confessou geralmente com muita satisfação não sòmente sua mas de todo o povo» (1).

Depois da primeira metade de fevereiro dêsse ano de 1548, chegou-lhe do P. Mestre Simão um mensageiro com a nova de que estava eleito para missionário da Índia, que se fôsse embarcar a Lisboa. Recebeu com exultação de espírito e agradecimento a notícia do novo campo que a Providência abria a seu ardente zêlo, e apresentando-se pela última vez no púlpito da vila de Pedrógão Grande, prègou Barzeu com desacostumado ardor e crescido afecto. Foi-se imediatamente sentar no tribunal da penitência, onde perseverou dezóito a vinte horas contínuas, que tão grande foi a afluência de povo, e despedindo-se da vila, que deixava imersa no sentimento da saüdade, partiu animoso para onde lhe apontava a obediência. Perdurara nos trabalhos da missão um mês e dez dias, desde oito de janeiro até dezóito de fevereiro (2).

Ficou a substituí-lo nas apostólicas fadigas o P. Luís Gonçalves da Câmara. Êle e o P. Moreira prosseguiram incansàvelmente na evangelização daqueles povos. Prègavam cada dia da semana em povoação diversa, e chegaram até Tomar, Tancos e Abrantes.

Andando pelas terras do priorado do Crato os dois missionários, correu tal fama de sua actividade, que de tôdas as partes os chamavam para missões. Na povoação em que en-

(1) *Ob. cit.*, 525.

(2) Trigault, *Vita Gasparis Barzaei,* pag. 18-21: «E pulpito ad sedem huic muneri deputatam [confessionário] pergit... diem reliquum totum cum tota nocte insequenti ad decimam usque diei sequentis horam, continuo confitentium concursu, continuat, cibi omnino ac somni immemor. Totis enim illis 18 aut 20 fere horis nec semel assurgens... ita permansit ut licet pridie pedes venisset... absque ulla refectione perseveraret ad decimam, ut dixi, sequentis horam».

travam, logo as autoridades mandavam lançar pregão que viessem todos ouvir os sermões dos apóstolos. De povoações muito afastadas acudia a gente sôfrega de os ouvir. Acendiam até nalgum cêrro mais elevado fachos de palha ou lenha sêca para dar aviso aos que moravam por aqueles montes à roda, que nessa noite prègava o apóstolo, como êles lhe chamavam. Desciam aqueles singelos aldeões com grande pressa e alvorôço a escutar a palavra de Deus, e tornavam alta noite a suas casas ou montes com grande satisfação e contentamento.

Tinham tanta eficácia as palavras dos missionários, que bem se via andava com êles a graça de Deus, «porque seus sermões, segundo para Roma se contava ao P. Santa Cruz, não são de palavras estudadas nem aformoseadas de côres rètóricas, mas em subindo ao púlpito e começando a falar, pelo grande crédito e opinião que dêles teem, logo começam a chorar vivas lágrimas bem demonstrativas do desejo que os anima de serem ensinados em suas vidas» (1). Assim não é maravilha que ao terminar de um sermão vinte pessoas que se aborreciam com grandes ódios havia muito tempo, se rogassem mùtuamente perdão e o dessem com lágrimas e amorosos abraços, e noutra povoação, onde prègou o P. Luís Gonçalves, outras tantas donzelas das mais nobres do lugar se determinassem a viver em perpétua castidade. Emfim era tal a autoridade e prestígio que aureolava aqueles religiosos, que se tinha por infame quem não assistia a seus sermões; e para se desacreditar alguém, o apontavam dizendo: «É homem que não vai ouvir prègar os apóstolos» (2).

Com os exemplos e fadigas dêstes santos obreiros radicou-se profundamente naqueles povos o amor à Companhia de Jesus, cujos filhos tanto bem lhes tinham feito e continuaram a fazer nos anos seguintes. Bem sentiram esta afeição os Padres **Jorge Serrão** e **Fernando Prado,** que em 1559 percorreram em missão as mesmas terras sempre com frutos abençoados. O P. Pedro Dias, ao referir-se a esta frutuosa

(1) *Epist. Mixtae,* I, 515, 518. Carta do P. João de Aragão, de Lisboa a 5 de junho de 1548.

(2) *Ob. cit.,* 515; Polanco, I, 326.

missão, assim remata a breve notícia: «É muito antiga a devoção que a gente daquela terra dedica aos religiosos da Companhia, porque teem sido por muitos anos visitados e consolados pelos Padres dela, assim à petição do infante D. Luís que era prior, como também a instância do senhor D. António, que lhe sucedeu» (1).

7. — A cidade, então vila, de Tomar e suas redondezas, a que chegara, como vimos, a acção dos missionários do priorado, também sentiram no ano de 1552 o zêlo do **P. Gonçalo da Silveira**, cujo espírito agigantado não sabia, quando tratava de aproveitar às almas, as leis da boa moderação. D. João III é que o pedira aos superiores da Companhia para evangelizar a vila do seu mestrado da Ordem de Cristo. Prègava com seu companheiro, **P. Frutuoso Nogueira**, na cidade e frèguesias dos arredores quase todos os dias de manhã e de tarde, e explanava a doutrina cristã com tão assíduo trabalho, que lhe sucedia a D. Gonçalo subir ao púlpito três e quatro vezes no dia (2). Nogueira explicava ainda casos de consciência aos clérigos, que o escutavam com satisfação e notável proveito (3).

Para mais atrair e comover os ânimos determinara D. João III que acompanhassem os missionários quatro dos meninos órfãos de Lisboa. Recitavam estes a paixão de Jesus Cristo com tanta graça e sentimento, que por vezes sucedia abrandarem com suas vozes infantis os corações que haviam resistido à eloqüência dos prègadores.

Por sua parte foi grande o entusiasmo religioso que despertou o ilustre filho do conde da Sortelha, a tal ponto, que

---

(1) *Litt. Quad.*, VI, 133. Carta de Coimbra, 30 de abril de 1559.

(2) O P. Simão Rodrigues e Luís Gonçalves passando por Tomar no mês de maio de 1552 encontraram a Gonçalo da Silveira extremamente fraco e maltratado de saúde pelo excesso de fadiga que tomava, e chegando a Coimbra deram parte ao P. Mirão, já Provincial, para que pusesse remédio ao mal do súbdito. Mirão escreveu sem demora a D. João III pedindo-lhe houvesse por bem que D. Gonçalo interrompesse a missão e fôsse descansar alguns dias no Colégio de Coimbra. Cf. T. do Tombo, *Corpo Chron.*, P. 1.ª, maço 88, doc. 33, carta autógrafa de Diogo Mirão a D. João III, de Coimbra a 20 de maio de 1552. Cf. Teles, II, 136-138.

(3) Polanco, II, 682.

muitos dos nobres e principais vinham ao hospital a receber do missionário lições de elevada perfeição, e, quando convidava os habitantes da vila para o exercício de penitência, então muito em voga, da pública disciplina, para cima de quinhentos homens acudiam a praticar devotamente aquele acto de satisfação cristã (1). Tinha D. Gonçalo trabalhado durante dois meses com sua indefessa actividade, e já pensava em se retirar, quando os moradores de Tomar não se resignando a perder tão santo apóstolo, rogaram a D. João III lho deixasse por mais tempo, e obtiveram o despacho da petição. Por mais quatro meses despendeu na vila as riquezas de sua virtude o exímio religioso (2).

No ano seguinte, igualmente por insinuação de D. João III, foram em nova missão a Tomar o **P. Miguel de Sousa** e Irmão **Marcos Jorge** e encontraram ainda em vigor a freqüência de sacramentos que promovera a palavra de Gonçalo da Silveira. As ocupações do púlpito e confessionário deviam de ser as mesmas, e o fruto e fervor não menor. Nos últimos sermões subiu a tal ponto a compunção dos ouvintes, que cêrca de cento e quarenta que viviam em inimizade, se pediram uns a outros perdão com lágrimas copiosas de arrependimento (3).

8. — Desçamos mais ao Sul e entremos nas planícies do Alentejo. Foi esta província uma das mais cultivadas pelos missionários da Companhia de Jesus, e deve-se em grande parte êsse bem ao cardeal infante, arcebispo de Évora. Nas entradas de 1551 pediu êle aos superiores da nova Ordem que tão cedo começou a estimar, lhe enviassem missionários que lhe evangelizassem a grei. Concederam-lhe seis que se repartiram pela vasta diocese (4). Sobressaíram os Pa-

---

(1) Polanco, II, 682.

(2) Teles, II, 138, e depois dêle Franco, *Imagem*, II, 16, dizem que D. Gonçalo prègou em Tomar o sermão do Mandato na quinta-feira de Endoenças por espaço de cinco horas, e no mesmo dia à noite o sermão da Paixão durante sete, ambos com grande fervor de espírito e inalterada suspensão do auditório. Não se pode fàcilmente admitir nem resistência tão aturada no prègador, nem tão grande paciência nos ouvintes.

(3) *Litt. Quad.*, II, 230-231; Polanco, III, 397.

(4) Polanco, II, 358.

dres **Valeriano Mendes** e **Manuel Fernandes**, e dêles nos ficaram em memória notícias mais particulares. A Valeriano Mendes foi-lhe assinada a histórica e abastada vila de Serpa, como campo de suas fadigas. No caminho, que fazia a pé, foram, êle e seu companheiro, espalhando doutrina e benefícios espirituais pelas povoações que atravessaram, e passando em barco o rio Guadiana, entraram em Serpa ao cair da noite, depois de laboriosa viagem.

Correu logo pela vila a nova de que haviam chegado os dois apóstolos, e foi tão grande a afluência de pessoas ao hospital, onde êles se tinham acolhido, que não se podiam revolver na casa. Todos os saüdavam amorosamente, e tantos eram os abraços dos clérigos e outra gente, que mal resistiam os missionários à violência amigável daquelas demonstrações. Nessa mesma noite os quiseram ouvir no púlpito. Satisfez-lhes a ansiedade o P. Valeriano; e, ainda que se sentia cansado do caminho e já naquele dia tinha prègado, houve-se com tal galhardia, que o companheiro asseverou nunca lhe ter ouvido sermão tão eloqüente. Andavam na mesma vila dois ou tres oradores, um dos quais era eminente em sua arte; mas quando o P. Valeriano começou a prègar, todo o povo se voltou para êle e corria de preferência a escutá-lo. Movia-o não só a eloqüência do religioso, mas sobretudo a dedicação com que se entregava no mesmo tempo ao ministério das confissões e exercício de outras obras de caridade beneficente [1].

À cidade de Elvas dirigiu-se o P. Manuel Fernandes, e a fama que o precedia lhe preparou o recebimento. Foi acolhido com verdadeiro alvorôço da parte da população. Seu companheiro caracterizando em poucas palavras a eficaz eloqüência de Fernandes, atestou que desde os primeiros sermões parecia todo o povo arder no fogo do Espírito Santo [2]. No ano seguinte de 1552 desceu Manuel Fernandes até Beja a acender nas mesmas chamas a antiqüíssima cidade alentejana. Levava para companheiro o **P. Pedro de Parada** [3]. É difi-

---

(1) *Ob. cit.*, 362-363.
(2) *Ob. cit.*, 363.
(3) *Ob. cit.*, 680. Pedro de Parada entrara na Companhia a 12 de dezem-

cultoso exagerar o bem que estes enviados do céu fizeram àquele povo. Quando chegaram, ardia todo êle em ódios, que se haviam ateado nas festas celebradas em honra do príncipe D. João.

Todos os fidalgos e principais cidadãos de Beja se sentiram tocados por êste fogo da discórdia. Uns andavam fugidos fora da cidade, estes acolhiam-se aos mosteiros e igrejas, outros iam-se acoitar em diversas casas de refúgio. Temiam-se a cada hora desgraças e violências. Sucedeu um dia dêsses irem muitas senhoras de distinção assistir num mosteiro à celebração de uma missa nova. Como era de recear, surgiu entre elas discordância por ciúmes de precedência nos lugares que deviam ocupar. Bastou êste melindre para se levantar em labaredas o ódio. Perdendo o respeito do lugar santo, começaram a esbofetear-se umas às outras, levando nêste desafôro a primazia as que eram tidas por mais honradas e devotas. Foi um labirinto do dia de juízo, em que nada se ouvia senão as vozes das que se insultavam e o estalido das bofetadas. Serenou finalmente a tempestade dentro da igreja, mas fora reinava o desejo de vinganças. Havia tumultos ruïdosos «com outros mil males, que o demónio sempre forja», segundo a expressão de um dos missionários (1).

A-pesar porém do sobressalto em que se vivia, e da má disposição da terra, houve-se com tal caridade e destreza o P. Manuel Fernandes, que voltou o sossêgo àquela perturbada população. Foram em tão grande número as pazes feitas pelo zeloso apóstolo, que seu companheiro duvidava se tinha tantos dias aquele ano bissexto. Na véspera de

---

bro de 1547, e, depois de trabalhar com muito zêlo e proveito na obra da salvação das almas, resolveu-se no ano de 1553, em hora de perturbação, a deixar a Companhia, onde tivera, disse êle mais tarde, grandes consolações. Tocado de arrependimento numa grave enfermidade, em que foi necessário amputar-lhe um pé, pediu e instou vivamente que o quisessem readmitir à Religião donde saíra. Não alcançou a graça, mas o bispo de Coimbra D. João Soares o recebeu em sua diocese e de seus talentos se serviu para muitas obras de piedade. *Epist. Mixtae*, IV, 240; Polanco, IV, 497-499.

(1) Bibl. P. Ebor., CVIII/2-1, f. 225. Carta de Pedro de Parada, de Beja a 25 de março de 1552.

Nossa Senhora de março foi-se colocar junto da porta de Moura, e ali obrigou o bom padre a se reconciliarem mais de cincoenta pessoas. Com êste empenho de pacificar a cidade, unia o laborioso missionário o cuidado da prègação. Nos dias de guarda tinha sermão na igreja maior de Beja pela manhã e à tarde; às quartas-feiras ia prègar nalguma das frèguesias da cidade; nas sextas-feiras de manhã subia ao púlpito no convento de Nossa Senhora da Conceição, de freiras franciscanas, e à tarde no convento de N. Senhora da Esperança de carmelitas calçadas; e no sábado chegava sua vez ao templo de N. Senhora da Graça que se erguia ao norte da cidade fora da porta de Évora.

Nem depois dos trabalhos do dia repoisava o espírito incansável de Fernandes. À noite explicava a doutrina à gente moça no hospital, onde se agasalhava. Ensinava-lha por música de canto com tal sucesso, que já se não ouvia «agora, refere o companheiro de Fernandes, outra cantiga em Beja pelas ruas de noite e de dia, nas casas e fora delas, pelos caminhos, pelas fontes» [1]. Assim se ia transformando admiràvelmente a cidade. A uma selva de discórdias sucedia um jardim de virtudes [2].

Pelo mesmo tempo se afadigava apostòlicamente em Moura o **P. Afonso Teles** com tanto aprazimento dos moradores, que não havia deixá-lo sair para outras terras, antes foi mister enviar-lhe auxiliares que o ajudassem a recolher o fruto [3].

No ano anterior já o mesmo P. Teles com o **P. Cornélio Gomes** tinham chegado em suas excursões até à diocese de Portalegre. Na cidade foram recebidos com grandes demonstrações de benevolência e amizade pelo bispo D. Julião de Alva que ansiosamente os esperava, como tão afeiçoado à Companhia de Jesus [4]. Começaram sem demora no mesmo

---

(1) *Ibid.*, f. 226.

(2) Cf. Polanco, II, 680-681; Teles, I, 528; Franco, *Imagem... Lisboa*, 147.

(3) *Litt. Quad.*, II, 95-96; Polanco, II, 681.

(4) De D. Julião escreveu em 1555 o P. Gonçalo da Silveira que era «*Nostri cupidissimus ac amantissimus*». *Litt. Quad.*, III, 235. Fôra confirmado por bula de Paulo III, de 21 de agôsto de 1549, como primeiro bispo da

dia da chegada, festa da Purificação de Nossa Senhora, o costumado ministério de prègar, confessar e ensinar doutrina. Era tão grande a comoção dos ouvintes, e aparecia tão abundante o fruto não sòmente com os adultos, mas também com as crianças, que o doutor Pedraza, teólogo e prègador, assombrado do que viam seus olhos, afirmava ser obra do Espírito Santo aquele abalo dêsses homens que antes nenhuma exortação levava a confessarem-se fora da quaresma. Assim que foi grande a mudança de vida e costumes que se operou na cidade.

De Portalegre enviou D. Julião os missionários a Castelo de Vide para que trabalhassem de afastar dos pecados públicos a muitos clérigos e leigos, que levavam, com amarga pena do seu bispo, vida desconforme à moral cristã. Foram de princípio saüdados na vila com reserva, e acolhidos não sem algum temor. Haviam espalhado entre o povo que eram inquisidores e comissários apostólicos. Mas nessa ocasião um prègador franciscano, subindo ao púlpito, louvou desassombradamente o Instituto e a acção da Companhia de Jesus, e, aconselhando os ouvintes a que se quisessem aproveitar da doutrina que os filhos dela anunciavam, deixou-lhes livre o púlpito da igreja principal da vila.

Deus abençoou a actividade e eloqüência dos dois religiosos. Afonso Teles prègava e ensinava a doutrina, Cornélio Gomes exercia com maior assiduïdade o ministério das confissões, e ambos se davam com solicitude a outras obras

---

nova diocese de Portalegre. Era D. Julião de Alva espanhol, natural de Madrigalejo, e viera a Portugal no séquito da raínha D. Catarina de quem foi esmoler-mor. Desempenhou mais na côrte o cargo de preceptor da infanta D. Maria, e o de secretário da princesa D. Maria, filha de D. João III. Acreditou-se também pela sua muita ilustração e curiosidade em investigações históricas, e auxiliou o célebre humanista João Vaseu na composição da obra *Chron. Rerum Memorabilium Hispaniae*. Quando lhe ofereceram a mitra de Portalegre, tinha na cidade de Évora o cargo de mestre-escola da sé. No ano de 1560 foi trasladado para a sé de Miranda, que renunciou em 1564, e faleceu a 13 de fevereiro de 1570 capelão-mor del-rei D. Sebastião. Cf. *Corpo Dipl.*, VI, 305, 316, 315, 323, 332; VIII, 367, 424; Cardoso, *Agiol. Lus.*, I, 422; Vaseu, *Chron. Rerum Memorabilium Hispaniae*, f. 10v; Manuel Alves, *Memorias . . . de Bragança*, II, pag. 10-14.

de zêlo e caridade. Cornélio permanecia no tribunal da penitência desde as duas horas depois da meia noite até cêrca do meio dia. Tão cedo acudiam os penitentes, que por vezes lhe deixavam apenas duas horas de sono. Tiraram muitos escândalos entre os leigos; os clérigos afastavam as ocasiões do seu pecado; e muitos se entregavam a si e a suas coisas à disposição do missionário, prontos a executar quanto êle lhes ordenasse.

Para assegurar a duração dêste fruto consolador instituíram uma confraria que denominaram de N. Senhora da Caridade. Obrigavam-se os seus membros, nos estatutos que se redigiram, a confessar-se e comungar não só todos os meses mas ainda nas festas principais de Jesus Cristo, de Maria Santíssima e dos Apóstolos. Foi maravilhoso o entusiasmo daqueles cristãos para se inscreverem na confraria. Logo depois de Páscoa, quando pela primeira vez ocorria a obrigação prescrita, já quinhentas pessoas haviam dado o seu nome, entre as quais se contavam trinta que tinham sido públicas pecadoras, na quaresma dêsse ano convertidas. Depois cresceu consideràvelmente o número dos confrades.

Quando chegou o tempo de os missionários se retirarem para o seu Colégio de Coimbra, foram muitas pessoas ao bispo, e de joelhos lhe suplicaram não permitisse que êles se ausentassem. Os religiosos porém, escusando-se com a obediência que traziam dos seus superiores, não condescenderam àquelas instâncias, mas prometeram agenciar a sua volta à cidade e diocese de Portalegre [1].

De-feito no Advento dêsse mesmo ano voltou o P. Cornélio trazendo no **P. Pedro de S. Cruz** [2] um bom companheiro e prègador, e ambos zelosamente promoveram o bem que meses antes se havia tão auspiciosamente começado. Deram a muitos nobres os Exercícios Espirituais com manifestações de grande progresso na virtude; instruíram nos segredos da vida espiritual a mais de quarenta donzelas, filhas das principais famílias, com tão feliz resultado, que

(1) Polanco, II, 364-369.

(2) Pedro de Santa Cruz, castelhano, viera nesse ano de 1551 de Valência para Portugal com o P. Diogo Mirão. Cf. *Litt. Quad.*, I, 447.

muitas determinaram consagrar a Deus no claustro a flor da virgindade; a não poucos jovens encaminharam com seus conselhos para a vida religiosa.

Mas foi sobretudo edificativa e admirável a mudança que se operou no célebre defensor de Dio, D. João de Mascarenhas, então comendador e alcaide-mor de Castelo de Vide. Fêz os Exercícios Espirituais sob a guia do P. Pedro de S. Cruz, e tanto se compenetrou daquelas santas meditações, que se pôs nas mãos do prudente director para quanto lhe insinuasse, por dificultoso e árduo que fôsse, e dali em deante era seu procedimento a admiração de quantos o conheciam. Não se contentava todavia de exercitar particularmente a virtude. Transformou-se em apóstolo exortando aos demais que entrassem pelo bom caminho, e em bemfeitor dos pobres que auxiliava com a sua fazenda. A sua casa converteu-se em santuário de oração, e avantajava-se nas obras de piedade sua espôsa D. Helena de Mascarenhas.

De todo êste bem foram parte principal os sermões do P. Pedro de S. Cruz que não sòmente possuía o condão de mover os corações, mas sabia vantajosamente iluminar as inteligências. Reduzia os seus sermões a três ou quatro pontos com tanta ordem e clareza, que fàcilmente se fixavam na memória, e os ouvintes podiam entre si conferenciar sôbre a doutrina proposta. Diziam que nunca tinham ouvido prègação que tão fortemente os incitasse à virtude e serviço de Deus (1).

Nova missão fertilizou aquele tão cultivado campo de Portalegre um ano depois, em 1553. Levaram-lhe esta repetida bênção os Padres **António Correia** e **Diogo de S. Cruz,** que tiveram a consolação de ver como ainda frutificavam as fadigas dos missionários anteriores. O zêlo dos que ora sobrevinham, não desdizia dos que haviam tão frutuosamente trabalhado (2).

---

(1) Cf. Polanco, II, 369, 682-683; Teles, II, 324-327; Franco, *Synopsis Ann.*, 1552, n. 17.

(2) *Litt. Quad.*, II, 232-233, 237.—Diogo de S. Cruz, natural de Granada, entrou na Companhia em Coimbra a 25 de setembro de 1550. Fôra em Espanha discípulo do P. Mestre Ávila. Em Portugal exercitou com satisfação o ofício de prègador. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 4v; *Litt. Quad.*, I, 445; II, 173; Polanco, IV, 521.

9. — No ano seguinte de 1554 deu **Manuel Fernandes** as duas últimas missões, que remataram brilhantemente sua actividade pasmosa de apóstolo do Alentejo. Pedira o cardeal infante que o P. Fernandes fôsse na quaresma daquele ano exercitar os santos ministérios na cidade de Elvas. Acompanhou-o na missão **Pedro de S. Cruz**, que nos referiu minuciosamente em sua carta as fadigas do apóstolo. A fama que a tôda a parte lhe ia na frente, e o crédito particular que já tinha naquela cidade, patenteou-lhe fàcilmente as entradas e abriu-lhe os corações. Era efectivamente tamanha a autoridade que Fernandes possuía sôbre os moradores de Elvas, que, segundo se expressa Pedro de S. Cruz, «fazia dêles o que queria» (1).

Começou na quaresma a prègar nas quartas e sextas-feiras, e duas vezes nos domingos, em que de manhã comentava o Evangelho, e à tarde explicava os Mandamentos. Não lisonjeava os ouvidos com rebuscados primores de linguagem, mas tratava de abalar profundamente os corações. Repreendia os vícios dominantes com tôda a veemência, e tudo aquele povo lhe aceitava com edificante docilidade, pelo respeito que lhe votavam. Prègou no primeiro domingo da quaresma sôbre o evangelho das tentações, e tão rijamente invectivou contra os amancebados, que logo alguns se reformaram.

Depois do sermão entrou na cadeia e fêz exortação aos presos. Ali se lhe deparou um cavalheiro, que sem reverência nenhuma blasfemava do nome de Deus. Admoestou-o primeiro o missionário, mas sem efeito. O blasfemador desculpava-se. Aceso então em santo zêlo, nem podendo sofrer mais o escândalo, ergueu a voz a pedir a Deus justiça contra o obstinado, e voltando-se para um filho do rei de Fêz, que estava presente, lhe suplicou pelas chagas de Cristo não tomasse exemplo de tão perversos cristãos. Saíu o missionário, e o cavalheiro prometeu de se emendar. Desta maneira andava êste admirável apóstolo em contínuo movimento de prègar, de confessar, de fazer amizades e muitas obras de zêlo, «porque, é expressão de seu companheiro, de dia e de

(1) *Litt. Quad.*, II, 613.

noite comunica de sua caridade com todos» [1]. Lançava mão de todos os meios, que sua engenhosa prudência lhe ditava, para melhorar os costumes da cidade, tanto, que os moradores dela, admirados de tão afanoso lidar, diziam que «os havia de fazer a todos cristãos por fôrça» [2].

Para acabar com os juramentos instituíu uma confraria do Nome de Jesus, e deu-lhe estatutos adequados a se exterminarem as irreverências que tão freqüentemente se cometiam contra o nome do Senhor. O que proferisse algum juramento tinha de pagar certa pena pecuniária, e para as receber se fixaram caixas em tôdas as frèguesias. Quem ouvisse a outro jurar, devia logo admoestá-lo. Se o não fizesse, incorreria na mesma pena. Todos os anos teriam os confrades a sua festa no dia consagrado ao Nome de Jesus, e cada domingo celebrar-se-ia uma missa que se chamava das penas, com o dinheiro que se deitava nas caixas, e o que sobrava entregava-se por esmola à Misericórdia. Seguia-se muito bem desta piedosa indústria, «porque, diz o P. Pedro de S. Cruz, onde até as crianças soltavam juramentos horríveis, já homens e crianças, ao asseverar alguma coisa, diziam simplesmente *por certo* e expressões semelhantes» [3].

Para desterrar também cantigas profanas, ensinou os meninos a cantar a doutrina e outras estrofes santas com tanto gôsto dêles, que perderam o antigo e mau costume. Para levar aqueles já bem morigerados cristãos aos sentimentos da compunção e penitência, meteu o uso da pública disciplina em alguma igreja, onde ao som plangente dos salmos *Miserere* e *De profundis* se açoitavam entre lágrimas de sincero arrependimento.

Com tôdas estas manifestações de piedade era para os missionários sumamente consolador o espectáculo, para aqueles tempos bem novo, de tantos homens e mulheres que se acercavam com devoção e freqüência à mesa divina da Eucaristia.

Depois da quaresma continuou o apóstolo na faina labo-

---

(1) *Litt. Quad.*, II, 615.
(2) *Ob. cit.*, l. c.
(3) *Ob. cit.*, pag. 614.

riosa da prégação. Imaginava o povo que não seria tão eloqüente nos sermões que ora começava, por não estar preparado para os novos assuntos que ia versar, mas prestes reconheceu que era o mesmo o orador, e não diversa a eloqüência, e até verificou, não sem admiração, que os sermões da Páscoa levavam não pequena vantagem aos da quaresma. Do sermão que pronunciou no dia da Ascensão, saíam os ouvintes exclamando: *nunquam sic locutus est homo!* Prègava geralmente duas horas ou hora e meia, e nunca o fastio afrouxava a atenção dos auditórios. Assim continuaram os missionários quatro meses de fadiga incessante. Deixavam a cidade tão reformada e devota, que seus moradores pasmavam de ver Elvas tão diferente do que dantes se mostrava [1].

Não podiam porém aqueles cidadãos ficar por muito tempo sem a companhia de seus missionários. Poucos dias depois que estes entraram em Évora, enviou a cidade de Elvas uma embaixada de três homens dos principais ao cardeal infante, a rogar-lhe quisesse mandar-lhe novamente aqueles apóstolos, pelos grandes bens que tôda ela recolhia de sua actividade e zêlo [2]. Não se lhe pôde negar a petição, e no princípio de agôsto mais uma vez se encaminharam para Elvas os dois missionários. O alvoroço com que os saíram a esperar fora da cidade e os receberam dentro dela, não será dificultoso imaginá-lo. Pediam uns aos outros alvíçaras, como de felicidade que muito lhes aprazia. Começaram logo os dois apóstolos o seu gostoso trabalho em campo tão bem preparado. O fruto foi naturalmente à medida da disposição daquelas almas. Nem há por que referir miüdamente nem o fruto nem o trabalho em que se renovaram os fervores da primeira missão.

Nos meados de setembro tinham ordem os missionários de volver ao colégio de Évora. Logo que o pressentiram os da cidade, não é fácil avaliar a pena que lhes passou a alma. Diziam ser pecado sair de terra onde tanto fruto se fazia.

---

(1) *Ob. cit.*, 616-621; Polanco, IV, 513-518; Franco, *Imagem... Lisboa*, 151-156.

(2) *Litt. Quad.*, III, 131; IV, 705; Polanco, IV, 518.

Os religiosos porém, como súbditos da obediência, retiraram-se no tempo marcado e voltaram ambos para Évora, onde o P. Fernandes retomou briosamente a sua lida frutuosa de doutrinas e sermões (1).

Passados dois meses e meio adoeceu gravemente nos princípios de dezembro; ainda convalesceu da enfermidade, mas recaindo expirou a dezóito de fevereiro de 1555 não sem profundo sentimento da cidade de Évora e daqueles povos do Alentejo, a que sacrificara suas fôrças e actividade. Prantearam-no como a «pai e irmão universal de todos», escreveu um contemporâneo (2). Como não havia por êsse tempo igreja no colégio de Évora, houveram de o enterrar na sé, aonde o conduziram com solene acompanhamento do cabido, da cleresia e de tôda a cidade. Foi depositado na sepultura do cónego Gomes Pires de Oliveira, que pela particular devoção e amor que dedicava ao santo apóstolo, lhe ofereceu a que para si tinha reservado.

Não muitos anos eram volvidos sôbre a morte do missionário, e já a lenda, que se formou logo no mesmo século XVI e perdurou incontestada até nossos dias, lhe aureolava a fronte com a glória do martírio, dando-lhe a prerrogativa de protomártir da Companhia de Jesus na Europa. Mereciam suas virtudes essa coroa gloriosa, mas a Providência não lha tinha reservado (3).

---

(1) *Litt. Quad.*, IV, 707, 714; Polanco, IV, 519; V, 576, 577.

(2) Mss. S. J., *Lus.* 80, f. 226v ; Cf. *Litt. Quad.*, IV, 710; Polanco, V, 576.

(3) Mss. S. J., *Lus.* 80, l. c.; Teles, I, 539; Franco, *Imagem... Lisboa*, 158. — Desde os fins do século XVI todos os escritores — e são muitos — que no andar dos anos foram recordando a memória dêste ilustre missionário, o apontam, sem a menor sombra de dúvida, como glorioso mártir do zêlo apostólico. Variam nos pormenores, alguns bem inverossímeis, com que lhe descrevem todo o sucesso da morte, mas concordam geralmente na afirmação de que voltando êle da segunda missão de Elvas, o esperava no caminho um homem escandaloso, a quem o zêlo do missionário tirara a ocasião do pecado, o assaltara com mais uns embuçados que trazia, e o deixara muito mal ferido e quase morto.

A relação mais antiga dêste imaginado martírio encontrámo-la na carta ânua de 1589, que nos conta a trasladação, que se fêz nesse ano, com grande solenidade e afluência de povo, dos ossos do P. Manuel Fernandes para a igreja do colégio de Évora. Tinham passado trinta e quatro anos depois de

10. — Caminhemos ainda mais para o Sul até à última província de Portugal, que só lá se deteve o zêlo insaciável dêstes apóstolos. Por diversas vezes percorreram êles em apostólica excursão o Algarve, mas tiveram mais abalo e mais fruto as missões, que pelos anos de 1551 e 1552 deu o **P. Gonçalo Vaz,** sempre de companhia com algum de seus irmãos. Fêz êle ouvir a sua voz em Faro, Lagos, Silves, Tavira, Vila Nova de Portimão, Lagoa, Albufeira, Estombar e muitas outras povoações menores, e em tôda a parte alcançou triunfos a sua eloqüência. Em Faro o saíram a

---

sua morte. O autor da carta, P. Francisco Benci, narra brevemente que no caminho de Elvas para a cidade de Évora fôra o missionário ferido com muitos golpes e falecera em Évora — *in itinere vulneribus multis affectus Eboraeque defunctus* — não querendo nunca descobrir o nome de quem o maltratara tão gravemente (*Annuae Litterae... anni M.D.LXXXIX,* Romae, 1591, pag. 454).

No princípio do século XVII repetia-se a narração pelas mesmas palavras no *Catalogus Quorundam e Societate Jesu qui pro fide vel pietate sunt interfecti ab anno 1549 ad annum 1603,* impresso em Nápoles no ano de 1606, e reeditado em 1609 na cidade de Lião pelo P. Pedro de Ribadaneira como apêndice ao *Illustrium Scriptorum Religionis Societatis Jesu Catalogus.*

Os escritores que vieram depois, ajuntaram, quem mais quem menos, circunstâncias que vestiram a lenda de côres trágicas. Os assassinos embuçados lançaram no chão o missionário, moeram-no primeiro a pontapés, depois com sacos de areia, e deixando-o por morto fugiram; mas o mártir, levantando a voz, bradou-lhes que voltassem, que êle os absolveria do pecado. Um dêles comoveu-se, tornou ao padre, foi absolvido, e tomando o moribundo sôbre o jumento que o trouxera de Elvas, o acompanhou até ao colégio, e depois da morte do santo divulgou todo o sucesso.

Uma noticia manuscrita, ainda do século 17, diz que fôra morto no caminho de Elvas para Évora, (Bibl. P. Ebor., cvi/1-16, *Catalogo de alguns padres e irmãos da Companhia que derão a vida pela fee...* 1549 a 1608, n. 6); e o P. Amador Rebêlo, contemporâneo de Fernandes, deu, segundo refere o P. António Leite, testemunho de que o santo missionário fôra martirizado em Elvas com um saco de areia! Teles, I, 535-539, pinta largamente e a vivas côres a scena do martírio e escreve que o principal autor do crime era pessoa nobre, e Franco no *Annus Gloriosus,* pag. 101, acrescenta que era eclesiástico. Assim se foi armando pouco a pouco e enfeitando a lenda. Jorge Cardoso no *Agiologio Lus.,* I, 464, enfàticamente afirma que «lhe moerão todos os ossos do corpo até o deixarem por morto».

Mas os documentos coevos desfazem todo êste castelo de imaginações. O P. Marcos Jorge, que então morava no colégio de Évora, escreveu

receber a clerezia, a cidade e o povo, e lhe deram os parabéns da chegada. Em Lagoa lhe vieram ao encontro os moradores em ordenada procissão, e o saüdaram com música de vozes e repiques de sinos (1). Podemos destas manifestações conjecturar o crédito que geralmente se tinha do missionário. A sua virtude e eloqüência lho mereciam.

Em Tavira prègou o segundo sermão sôbre o perdão dos inimigos contra os ódios que na cidade grassavam medonhamente. Um dos ouvintes que era dos homens principais e mais poderosos da terra e andava em acesa inimizade com seu irmão, a tal ponto que nenhum dêles podia sair da cidade sem grande acompanhamento de gente armada, moveu-se tão ìntimamente com as razões do missionário, que da igreja correu a reconciliar-se com o inimigo. Lançou-se-lhe aos pés a pedir-lhe perdão com lágrimas e tantos sinais de arrependimento, que o irmão comovido, o apertou nos braços, fazendo ambos as pazes com geral edificação de tão nobre exemplo.

---

nesse mesmo ano, que o P. Fernandes concluída a missão de Elvas, voltara para o colégio *juntamente* com seu companheiro Pedro de S. Cruz no meado de setembro, recomeçara em Évora a sua vida apostólica prègando as doutrinas com grandes auditórios e muito fruto, e assim perseverara até o princípio de dezembro em que adoecera (*Litt. Quad.*, IV, 707, 710). Polanco na sua crónica, escrita sôbre cartas que das Províncias mandavam a Roma, refere igualmente que o P. Fernandes voltara para Évora em setembro, ensinara por algum tempo doutrina, contraíra doença grave, convalescera, mas recaindo expirara poucos meses depois da volta (Polanco, V, 576, 577).

Mais. Um catálogo feito pelos anos de 1564 (Mss. S. J., *Lus.* 43, f. 23) menciona singelamente a morte do P. Fernandes, elogia-lhe a virtude e a eloqüência, e nada nos diz do martírio. Uma breve e já citada história ms. do colégio de Évora, escrita em 1574 (Mss. S. J., *Lus.* 80, f. 226v), comemora tão sòmente a morte do padre, louva-lhe o zêlo apostólico, encarece a afeição que todos lhe tinham, e não deixa transparecer a mais pequena alusão a morte violenta que sofresse. Era ainda bem viva a memória do saüdoso missionário, e o autor do ms. não lhe sonegaria a recordação tão honrosa da palma do martírio, se lhe pertencera. Não há dúvida: a lenda é que lha colocou na mão, para lhe enaltecer a santidade.

Como Fernandes era tão veemente no verberar o vício, pode ser que o rigor, desagradável a viciosos, lhe acarretasse algum insulto que desse fundamento à formação da lenda.

(1) Teles, I, 487; Franco, *Imagem*, I, 666.

Esta eficácia de sua apostólica eloqüência conseguiu também arrancar os preconceitos, que de muito se haviam enraïzado no povo e impediam a freqüência dos sacramentos. Tão metidos estavam êles na comum persuasão, que eram escarnecidas, insultadas e perseguidas as pessoas que mais freqüentemente acudiam ao tribunal da penitência e à mesa da comunhão [1]. Em Lagos tão comovedora foi sua palavra no combater esta errónea opinião, que tôda a gente se abalou a freqüentar os sacramentos, de tal modo que «passada a quaresma, conta o companheiro de Gonçalo, outra quaresma começou» [2]. Tantos eram os que pediam confissão e recebiam o pão dos anjos.

O mesmo companheiro do missionário assim resume o fruto das fadigas de ambos: «Todo o tempo da quaresma passada levámos em exercícios espirituais de confissões contínuas e sermões do P. Gonçalo Vaz, e outra multidão de negócios, que por temor de os não poder bem explicar, não penso escrevê-los por miúdo. Eram êles tão continuados, que de dia e de noite nos não deixavam sossegar... Havia todos os dias muita freqüência de confissões e comunhões, e gente determinada a prosseguir nessa devoção... Acreditai-me, irmãos, que não se obteve êste bem sem auxílio muito especial de Nosso Senhor... por ser coisa muito desacostumada na terra e tão censurada de muitos, que haviam quase firmado a opinião contrária. Nem é para admirar, pois nascia a contradição de pessoas a que se tinha muito crédito» [3].

E conclui o religioso a sua relação, para não parecer omisso, com esta ressalva: «Muitas coisas particulares se fizeram de grande proveito espiritual e edificação das almas, que não se podem particularmente escrever. De tudo seja dada glória a Nosso Senhor, que tanto realizou por meio de nós, indignos instrumentos de sua santa Companhia» [4].

---

(1) *Epist. Mixtae*, II, 482-483.
(2) *Litt. Quad.*, I, 716.
(3) *Ob. cit.*, 715.
(4) *Ob. cit.*, 718. Cf. Polanco, II, 370, 675-680; Teles, I, 436-490. Franco, *Imagem*, I, 666-667.

Outras missões pudera referir, feitas nesta província e nas demais do continente português; mas baste o que ligeiramente e em resumo apontámos, para podermos de algum modo avaliar a obra grandiosa em que se empenharam os Padres da Companhia de Jesus a-fim de renovar cristã e moralmente o reino de Portugal desde as margens do Minho até às praias do Atlântico no Algarve.

CAPÍTULO III

OBRAS DE CARIDADE

Sumário: — *1. As obras de caridade, segundo o Instituto da Companhia. — 2. Nos hospitais e à cabeceira dos enfermos. — 3. Esmolas aos pobres. — 4. Presos e encarcerados. — 5. No cadafalso. — 6. A Inquisição e a Companhia de Jesus. — 7. No cêrco de Mazagão. — 8. Casas de regeneração moral. — 9. O Colégio dos Meninos Órfãos.*

1. — A Companhia de Jesus, ainda que, segundo sua instituïção, se entrega de preferência e com maior intensidade aos ministérios espirituais, que por sua natureza encaminham os homens à perfeição moral e os dispõem directamente à consecução da felicidade eterna, contudo não só não desdenha a prática das obras que chamamos de caridade e misericórdia, mas deve exercitá-las também com amor e dedicação, quanto aqueles ministérios lho consentem, e podem as energias da sua actividade abranger.

É a norma e preceito expresso do santo legislador: «Nas obras de misericórdia corporais também se hão de empregar, quanto lho permitirem as espirituais, que são de maior monta, e alcançarem as fôrças de que dispõem; como será ajudando os enfermos e visitando-os, particularmente nos hospitais, ou mandando-lhes alguns que lhes prestem serviço; reduzindo à concórdia os desavindos; socorrendo e aliviando os pobres e presos das cadeias públicas, ou por si mesmos, na medida de suas posses, ou procurando que outros o façam. À prudência do superior, que terá sempre

deante dos olhos o maior serviço divino e o bem universal, compete determinar até onde convenha estender a acção caridosa de seus subordinados» ([1]).

Baseia-se esta constituïção na lei fundamental da Companhia de Jesus, como foi aprovada e confirmada por autoridade pontifícia. Nela se assentou, que a nova Ordem religiosa era instituída também para o exercício das obras de caridade, como são a reconciliação de inimigos, o serviço dos enfermos nos hospitais e o alívio e consolação dos encarcerados ([2]). O santo fundador porém tinha tão particularmente a peito os actos da misericórdia usada com os doentes, que ordenou que todos os seus filhos, logo no princípio da sua vida religiosa, servissem caridosamente durante um mês inteiro nos hospitais. Era sim uma prova que se exigia, de humildade cristã e desprendimento da vaidade, mas que se havia de verificar no exercício de tão caritativa demonstração de amor para com o próximo necessitado ([3]).

Em Portugal Simão Rodrigues com os demais religiosos da Companhia que êle formara, e os que lhes sucederam, penetraram-se intimamente dêste espírito do fundador e cumpriram com exacção a lei que êle lhes estabelecera, de modo que podiam, escrevendo para Roma, apontar como sua ocupação ordinária, a prática das obras de misericórdia. «Não há por que referir minudências, lêmos em carta de 1557, da lida quase quotidiana de caridade e tão própria da nossa Companhia, nem contar quantas vezes são os religiosos chamados pelos que sofrem, quantas visitam os enfermos, quantas assistem aos moribundos, quantas finalmente aliviam a pobreza dos indigentes com a benignidade de ricos miseri-

---

(1) *Const. S. J.*, P. VII, C. IV, n. 9.

(2) «Proponat sibi in animo se partem esse Societatis ad hoc potissimum institutae ut ad fidei defensionem et propagationem... praecipue intendat; et nihilominus ad dissidentium reconciliationem et eorum qui in carceribus vel in hospitalibus inveniuntur piam subventionem et ministerium ad reliqua caritatis opera, prout ad Dei gloriam et commune bonum expedire visum erit, exsequenda... se utilem exhibeat». Bula *Exposcit debitum* de Júlio III, de 21 de julho de 1550. Cf. *Institutum S. J.*, I, 23.

(3) *Const. S. J.*, *Examen*, C. IV, n. 11.

cordiosos. Seria longo escrever miùdamente estas e outras obras do mesmo género» [1].

Serviço continuado nos hospitais não o puderam em Portugal tomar logo desde os primeiros anos, porque se lhes negara licença por motivos de certas leis, que então regiam aqueles estabelecimentos de beneficência cristã; mas em 1545 interpôs o rei a sua autoridade, e obtiveram permissão de começar aquele santo exercício em conformidade com as Constituïções da Companhia [2]. Outras obras, em que também se expandia o sentimento da compaixão nunca em tempo algum lhes faltou sobeja ocasião de as exercitar; mas procuravam sempre que fôsse completa e perfeita a caridade, juntando ao benefício corporal a consolação, bem mais precisa e estimável, da espiritual beneficência.

Faziam com admirável destreza reconciliações de inimigos bem dificultosas muita vez de alcançar [3]; visitavam, serviam e consolavam os doentes; socorriam a pobreza; levavam resignação e confôrto aos encarcerados; regeneravam os forçados das galés, acompanhavam e fortificavam os condenados à pena última; emfim liberalizavam de tantas maneiras as riquezas de sua compaixão e caridade para minorar os sofrimentos de seus irmãos, e robustecer-lhes e dignificar-lhes as energias da alma com a regeneração moral, que juntamente lhes procuravam. Assim é que incluímos neste capítulo não só as obras de caridade estrictamente corporais, mas também as de índole mais espiritual, que se exerciam com infelizes e miseráveis. A tôdas quadra perfeitamente a denominação de obras de caridade.

2. — Os enfermos levavam naturalmente o melhor e mais abundante desta dedicação, não só porque era maior o número dêstes necessitados, mas também porque excita mais

---

(1) *Litt. Quad.*, V, 202. Carta de Évora, 30 de abril de 1557.

(2) «Agora sirven tambien en hospital; aunque fué difficil de haver licentia por ciertas constitutiones que por aqua ha y fué necessário mandarlo su alteza». Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 22v. Carta de Mestre Simão ao P. Inácio em maio de 1545.

(3) Como estas reconciliações eram geralmente fruto de prègações, já nos dois capítulos antecedentes as deixei apontadas com alguns pormenores.

comiseração o seu estado de sofrimento. De-feito podia fàcilmente notar-se nas casas da Companhia um quase contínuo movimento de sacerdotes que ou espontaneamente ou chamados acudiam à cabeceira dos doentes e moribundos a prodigalizar-lhes o alívio de que necessitavam e as últimas consolações da Religião. As cartas quadrimestrais estão cheias de narrações desta caridosa actividade e já o ponderámos ao descrever os ministérios sagrados, que nas casas da Companhia e nas missões rurais se exercitavam.

Tanta vez porém se apresentava aos olhos dos ministros de Deus dobrado e bem doloroso espectáculo, quando viam que a miséria espiritual era agravada pela falta de todo o alívio temporal. A uma e outra procuravam socorrer. «Além dêstes benefícios espirituais da confissão e bons conselhos, escrevia-se em 1560, os ajudam em suas necessidades temporais que às vezes parecem extremas, fazendo que pessoas ricas as provejam de esmolas ou levando-lhas de nossas casas, com o que não pouco se edificam» (1). Onde lhes constava que havia miséria, particularmente esquècida e desamparada, aí acudiam com mais solicitude e compaixão.

Heróico nestes lances da mais fina caridade foi muita vez o **P. Inácio de Azevedo,** o futuro mártir das Canárias. Veio-lhe à notícia em Lisboa que três enfermos pereciam ao desamparo, não havendo quem se atrevesse a os curar das doenças asquerosas que os torturavam. Exultou com a ocasião de se dedicar o coração do apóstolo. Corre à pobre jazida dos miseráveis, e com lástima descobre que não era menos grave a doença das almas que a dos corpos. Curou-lhes com zêlo de santo e amor de pai as enfermidades espirituais, e logo tratou de que fôssem trasladados ao hospital e providos de todo o necessário, e êle mesmo transformado em médico e enfermeiro, lhes aplicava os remédios e alimpava e medicava as chagas purulentas.

Era tão pestilente o cheiro que de si lançava um dos enfêrmos, que apenas havia pessoa que o pudesse suportar. Mas o santo, vencendo pela caridade as repugnâncias da natureza, sem desfalecimento se aproximava dêle e dos ou-

(1) *Litt. Quad.*, VI, 520. Lisboa, 17 de fevereiro de 1560.

tros dois e carinhosamente lhes assistia, e lhes prestava os mais humildes e caridosos serviços. Pasmavam os enfêrmos de tanto heroísmo, e pacientes e consolados entregaram a Deus as almas purificadas pela graça do céu (1).

Rasgo semelhante de valor espiritual teve o mesmo santo e mártir com **Pedro da Fonseca** nos arredores do mosteiro de S. Fins. Deparou-se-lhes no caminho um leproso hediondo, já com os pés e mãos quase de todo carcomidas, e, para mais, coberto de imundícia. Movidos de compaixão e piedade cristã os dois religiosos, levam-no a uma casa, onde o agasalham, limpam cuidadosamente, e deitam em cama que lhe prepararam. Logo se vão pelo povoado pedir esmolas, e com elas o socorrem na penúria que padecia (2). Por aquelas mesmas terras, vizinhas do mosteiro, andavam em contínua lida também seus irmãos religiosos visitando os enfêrmos e consolando-os em seus trabalhos e pobreza (3).

Nestas santas aventuras da caridade nunca refugiam a baixa condição do padecente. Em Coimbra pelos anos de 1554 castigou um homem sem pidade tão cruelmente uma escrava sua, que lhe abriu muitas chagas por todo o corpo, e carregada de ferros a lançou sem roupa nenhuma no desconfôrto de uma casa térrea e húmida, onde a pobre chegou aos últimos extremos da vida. Soube da deshumanidade um religioso do colégio da Companhia. Vai-se a casa daquele desnaturado senhor, e de tal modo lhe estranhou o bárbaro procedimento, que logrou mudar-lhe a ferocidade em compaixão. Sem demora deu de comer à infeliz escrava, desprendeu-a dos grilhões, e mandou vir médico para a curar das feridas já entradas de putrefacção (4).

Mas nos hospitais era onde mais freqüentemente demonstravam os religiosos da Companhia as delicadezas de sua caridade. Demais de cumprirem a prova, que Inácio exi-

(1) *Litt. Quad.*, VI, 571-572. Lisboa a 11 de abril de 1560. Franco, *Imagem*, II, 66.

(2) *Litt. Quad.*, I, 388-389; Franco, *Imagem*, I, 393.

(3) *Litt. Quad.*, IV, 658.

(4) *Litt. Quad.*, III, 96; Polanco, IV, 505.

gia de todos os que entravam na sua Ordem, iam muitas vezes visitar extraordinàriamente e confortar os doentes naquelas estâncias de sofrimento. Era edificativo espectáculo e de muita glória de Deus, segundo referia ao santo fundador o P. Frutuoso André, o amor e diligente desvelo, com que os irmãos do colégio de Évora serviam os doentes do hospital da cidade. Concertavam-lhes os leitos, preparavam-lhes a comida, ministravam-lha por sua mão, faziam-lhes a limpeza, varriam-lhes os quartos, assistiam-lhes caridosamente, saíam fora a buscar-lhes água da fonte, e prestavam-lhes tôda a sorte de bons serviços (1).

Não eram porém só os irmãos estudantes, que praticavam estes extremos de amor fraternal. Os padres, os professores e lentes de teologia não lhes cediam nas demonstrações de amor do próximo. O escritor da carta quadrimestral de 1560 lembra a edificação que recebia o povo da cidade eborense, quando via aqueles religiosos, depois das lides escolares e universitárias, saírem de seu colégio, vestidos em trajes humildes, e encaminharem-se ao hospital para servir como criados humildes a seus irmãos que sofriam. Ali não havia emprêgo por humilhante e custoso que fôsse, que não tomassem com alegria para aliviá-los em seus padecimentos e os consolarem. De quando em quando interrompiam o trabalho e entretinham-se amigàvelmente com os enfêrmos; falavam-lhes de Deus, ensinavam-lhes a doutrina, prodigalizavam-lhes bons conselhos realçando desta arte a esmola corporal com a consolação do espírito. Os pobres doentes pasmavam de tão afectuosa caridade (2).

Êste santo contágio de dedicação religiosa pegava-se aos estudantes seculares do colégio e Universidade. À competência com seus mestres iam também êles exercitar nos hospitais os mesmos actos de humildade e caridade cristã. Um dia foi o P. Reitor Leão Henriques servir com alguns de seus súbditos religiosos no hospital. Ao entrar nas enfermarias recebeu sua alma não pequena consolação, quando

(1) *Litt. Quad.*, III, 763; Évora, 31 de dezembro de 1555.
(2) *Ob. cit.*, VI, 844, 981. Cartas de Évora, de 9 de setembro e 31 de dezembro de 1560.

deu com os olhos nos estudantes da sua Universidade, que andavam com admirável sossêgo e espírito de devoção fazendo as camas aos doentes. Contaram os empregados do hospital ao P. Leão a muita freqüência que tinham os estudantes naquela obra de caridade e a diligência e amor com que as faziam, e a alegria espiritual com que se dedicavam aos mais humildes serviços dos enfêrmos (1).

Nos hospitais de Lisboa brilharam os mesmos exemplos de tão sublime edificação. Mas entre os que mais se avantajavam nesta singular porfia de bem fazer, primava mais uma vez o santo religioso **D. Inácio de Azevedo**. Êle tomara como que à sua conta visitar o hospital dos Incuráveis e o del-rei ou de Todos os Santos no Rossio. Confessava os doentes, consolava-os, servia-os e agenciava-lhes esmolas de pessoas devotas e bemfazejas (2).

Não podiam porém deixar de abranger na esfera de acção caridosa aqueles cuja enfermidade pelo aspecto asqueroso que apresenta, mais afasta os olhos do vulgo. Não esquèciam os leprosos. Visitavam pois a seus tempos os hospitais que se chamavam dos Lázaros. O P. António de Monserrate (3) que nos dá mais pormenores àcêrca das visitas a êstes desditados, pondera que, vivendo segregados da convivência de

(1) *Ob. cit.*, 981-982.

(2) *Ob. cit.*, 522, 570-571.

(3) António de Monserrate, natural de Vich na Catalunha, entrou na Companhia em Barcelona a 10 de janeiro de 1556, veio continuar o noviciado em Lisboa na casa de S. Roque, foi professor de letras humanas e prefeito de estudos no colégio de S. Antão de Lisboa; no ano de 1569 serviu na peste grande com heróica dedicação e em 1574 navegou para as missões da Índia. Foi enviado como missionário à côrte de Akbar, rei do Mogor, com o B. Rodolfo Aquaviva em dezembro de 1579 e voltou para Goa em 1583. Desta expedição escreveu um erudito e precioso itinerário com o título *Mongolicae Legationis Commentarius*, que só viu a luz da publicidade em Calcutá no ano de 1914. Volvidos cinco anos embarcou para a missão de Etiópia, mas feito na viagem cativo dos turcos, houve de suportar um prolongado e horroroso cativeiro de sete anos. Finalmente resgatado voltou para Goa e faleceu em Salsete a 5 de março de 1600. Cf. Nadal, I, 701; *Litt. Quad.*, VI, 286[1]; Teles, *Hist. da Etiopia*, 228-229; Sousa, *Or. Conq.*, P. II, C. I, D. II, § 46, 53-63; Franco, *Imagem . . . Lisboa*, 278 segg; Beccari, *Rerum Aethiop. Script.*, VI, 1-133.

seus parentes e amigos, e quase privados de trato humano pelo horror que sua doença em tôrno dêles espalha, e não tendo muita vez quem lhes inspire com boas palavras a constância necessária em tamanha abjecção, corriam perigo de perder por falta de paciência os tesoiros espirituais que tanto sofrimento lhes podia granjear. Para que tal não sucedesse nem desesperassem à míngua de confôrto e consolação, iam os padres repartir-lhes o pão espiritual da palavra de Deus, fortalecê-los com os sacramentos da Igreja e aliviá-los na sua miséria com a lembrança confortadora da paixão de Cristo [1]. A todos se estendia a caridade inexhaurível daqueles bemfeitores da humanidade sofredora.

3.—Nem aliviavam sòmente as dores corporais e espirituais dos que prostrava a doença; procuravam também socorrer a indigência dos que tinham fome ou se debatiam nos apertos da pobreza. À portaria de suas casas distribuíam a pobres e mendigos esmolas, que, se bem eram módicas em si mesmas, tornavam-se avultadas pela continuação, e para juntar à esmola corporal a do espírito, de que talvez mais careciam, lha davam diàriamente no ensino da doutrina cristã e nos conselhos de bem viver. Realça graciosamente a carta quadrimestral de 1560 a boa indústria de um santo cozinheiro na casa de S. Roque em Lisboa. De tal modo se engenhava no seu ofício, que de tudo quanto preparava para a mesa, não pequena parte sobrava para os pobres [2].

Onde contudo faziam mais crescidas esmolas era nas terras, em que os colégios da Companhia tinham seus rendimentos para a sustentação dos religiosos. Por um nobre sentimento de gratidão procuravam aliviar a pobreza dessas regiões com lhes repartir generosamente do que recebiam. O P. Jorge Serrão em carta de 1553 comunicava ao Padre Inácio que o mosteiro de São Fins distribuía muitas esmolas aos habitantes dos arredorres, «que por serem os mais dêles lavradores e pobres, tinham bem que fazer em se sustentar a si e a suas famílias» [3].

---

(1) *Litt. Quad.*, VI, 119, 274, 983.
(2) *Ob. cit.*, 522, 570.
(3) *Ob. cit.*, IV, 658.

Os recursos porém de que dispunham as casas e colégios da Companhia, eram geralmente bem limitados e não podiam abranger a quantos se estendia o afecto daqueles religiosos. Por êsse motivo recorriam confiadamente a pessoas abastadas e persuadiam-nas a derramar sôbre a pobreza o supérfluo de sua abundância. «Com freqüência, diz carta de Évora de 1556, visitam os pobres necessitados e os sustentam da caridade misericordiosa dos ricos» (1).

Em Lisboa era mais assíduo talvez êste exercício de beneficência, porque maior número de sacerdotes se ocupavam nesse caridoso empenho. «Por intermédio e conselho dos padres, contava-se em 1560 dos moradores de S. Roque, fazem-se muitas obras de piedade e misericórdia, como são ajudar a enfermos com o que hão mister, e a outras pessoas a quem seria afrontoso pedir pelas portas, granjeando-lhes boas esmolas. Pessoa houve, além de outras mais, que de um ano a esta parte despendeu mais de quinhentos cruzados com pobres, que um Padre da Companhia lhe ia inculcando, por saber que padeciam necessidade. Outras pessoas vinham a nossa casa em busca de remédio, e achavam-no por diligência de nossos padres» (2).

Nas missões em que lidavam continuamente, também não esquèciam aqueles missionários o amparo dos indigentes que socorriam tanta vez com a abastança de almas compassivas (3). Em tôda a parte os acompanhava o espírito de caridade, que o santo fundador lhes infundira nas almas.

4. — Aos desditosos que se consumiam ou desesperavam encerrados entre as paredes sombrias e horrorosas das prisões ou forçados nos bancos das galés, acudiam igualmente a levar o alívio de sua compaixão, o confôrto de palavras amigas, o tesoiro de bons conselhos, as consolações da Religião, a esperança de melhores dias, e talvez a liberdade. Nas missões e nos colégios era igual a comiseração para com êstes miseráveis. O **Irmão Miguel de Bairros,** numa de suas excursões pelos arredores de São Fins, alargou-se até

(1) *Ob. cit.,* VI, 11.
(2) *Ob cit.,* 597.
(3) *Ob. cit.,* 585.

Valença, foi-se consolar os presos da cadeia e de tal modo os comoveu e animou à paciência, que de muitos olhos caíam lágrimas de compunção. Entre êles havia um que gemia no cárcere por não poder pagar as dívidas a que não chegava a tenuïdade da sua fazenda. Eram muitos os crèdores. A todos se dirigiu suplicante o caridoso irmão e obteve com seus rogos a liberdade do prêso (1).

Em Lisboa mal poderá nossa pena descrever o grande bem que introduziram nas prisões os Padres da Companhia. Os presos sentiam-se felizes na convivência com êles e na participação da alegria que lhes levavam. Era infantil o alvorôço que mostravam, quando algum dêstes religiosos lhes entrava pelas portas da prisão. Chegavam a lhe dizer que sem dúvida caïriam no desespêro, se os não visitasse e consolasse (2). Quando foi nomeado regedor das justiças em 1557 D. João de Melo e Castro, bispo do Algarve, aproveitaram-se aqueles religiosos largamente da índole bondosa e muita virtude do bispo para beneficiarem os seus encarcerados.

O reitor do colégio de S. Antão via com lástima que muitos sofriam a pena da prisão por não pagarem dívidas ou não cumprirem a fiança, a que se haviam obrigado, e que a indigência que os oprimia, os impossibilitava de satisfazerem ao que deviam. Penalizado com a miséria dêstes infelizes vai-se ter com o bispo, expõe-lhe a angustiosa condição em que se encontravam, pede-lhe se compadeça dêles e lhes abra as portas da cadeia. Tão bem soube perorar a causa, que o bispo se rendeu e lhe concedeu a liberdade dos presos. «Dêste modo, conclui António de Monserrate que nos deixou em memória estes sucessos, procedem no cárcere com os presos os Padres da Companhia; primeiro lhes ministram os socorros de que suas almas carecem; logo, se resta alguma esperança de vida ou de libertação, empenham-se dedicadamente em os livrar da morte ou restituir à liberdade» (3).

Nas cadeias de Évora admiramos exemplos de semelhante dedicação. Nunca o colégio da Companhia se descui-

(1) *Litt. Quad.*, I, 387.

(2) *Ob. cit.*, V, 285. Carta de Lisboa a 30 de junho de 1557.

(3) *Ob. cit.*, 276, 278.

dou de exercitar com os encarcerados as obras de misericórdia cristã. Sempre havia um sacerdote particularmente destinado a os visitar, a os purificar de vícios pela confissão, e a os alimentar com o pão dos anjos. A olhos vistos se manifestava o fruto desta caridosa actividade; e era por vezes tal a afeição dos presos para com o zeloso sacerdote e a edificação daquele santo ministério, que acudiam muitos ao cárcere, ainda cidadãos nobres, para terem parte na instrução que o padre lhes fazia (1).

As cartas edificantes do Colégio de Coimbra referem pelos mesmos anos notícias de igual zêlo e fruto. «Com os encarcerados, conta o P. Manuel da Costa, temos desde há muitos anos particular cuidado. Conseguimos que se confessem e comunguem algumas vezes no ano, e o fruto que ora colhemos, supera em dôbro o dos tempos passados... O carcereiro pasma de ver os presos tão emendados nos costumes, tão fáceis em ir à confissão, e tão desejosos de ouvir a palavra de Deus» (2). Os padres aproveitando a boa vontade do carcereiro em benefício dos infelizes, suplicavam-lhe quisesse suavizar os sofrimentos dos presos; e êle de boa vontade lhes deminuía o rigor das prisões e os deixava algum tempo livres para se recrearem. Além disso lhes negociavam, quanto as circunstâncias lho permitiam, ou a liberdade ou a deminuïção da pena, já pedindo a pessoas compassivas e influentes esmolas ou protecção, já suplicando às justiças, que despachassem com brevidade os processos (3).

Mais viva compaixão despertavam no peito daqueles consoladores da desgraça os que jaziam nos cárceres da inquisição, porque era talvez mais profunda a miséria de suas almas. Em 1555 podia testemunhar o P. Inácio de Azevedo que aqueles desditosos esperavam com ansiedade e recebiam com exultações de regozijo o religioso da Companhia de Jesus que os visitava e instruía; e se o dedicado sacerdote, impedido por outras ocupações, alguma vez tar-

(1) *Ob. cit.*, 837. Évora, 21 de outubro de 1558.
(2) *Ob. cit.*, pag. 775. Coimbra, 3 de agôsto de 1558.
(3) *Ob. cit.*, l. c.

dava, lhe suplicavam com mágoa e dôr que os não desamparasse nem privasse de tanto bem que lhes trazia com suas visitas. «Tenho para mim, acrescentava o santo mártir, que esta nossa fadiga não desagrada a Nosso Senhor, não só pela espiritual edificação que se espalha aos de fora, mas pela muita utilidade que recebem os presos. Tão grande é a ralé de gente que ali se recolhe; tamanha a multidão e variedade de judeus, moiros, herejes, feiticeiros, que arrependidos de uma vida pecaminosa sofrem nas prisões a pena dos seus pecados»! (1)

Dos cárceres saíam aqueles apóstolos da caridade para distribuir o bálsamo de sua consolação também aos condenados das galés, gente infeliz e da mais dificultosa de tratar, converter e melhorar. O **P. António de Monserrate,** que alguma vez acompanhou os sacerdotes que iam cultivar êste campo sáfaro e bravio, assim encarece a dificuldade da emprêsa e o resultado admirável, que dêsse ministério se colhia. «Em muitas coisas se manifesta a fôrça que possui a doutrina cristã para afastar os homens do vício e levá-los à virtude e prática da religião; mas em parte nenhuma, cuido eu, ela aparece com mais esplendor que nos remeiros agrilhoados... das galés. Porquanto, como para elas se mandam quase sempre homens facinorosos, é maravilha se algum dêles pratica de-veras a piedade... Mas depois que um Padre da Companhia se foi ao meio dêles para os instruir e lhes prègar, mudaram índole e costumes a tal ponto, que excederam a nossa expectação. Podemos em verdade dizer: *Não sois vós os que falais.* (2). O que nem promessas, nem prémios, nem ameaças, nem açoites puderam conseguir, alcançou-o essa fôrça da palavra divina» (3).

Monserrate pôde ser testemunha do silêncio respeitoso e ávida atenção, com que de olhos fixos no orador, lhe recebiam, como suspensos, as lições de doutrina santa, que lhes dava, e pasmar daquele triunfo da graça divina sôbre corações por hábito e rudeza mal dispostos para a virtude.

(1) *Litt. Quad.*, III, 610; VI, 278-279.

(2) Math., X, 20: *Non estis vos qui loquimini.*

(3) *Litt. Quad.*, VI, 275. Lisboa, 20 de julho de 1559.

O fruto era pouco menos que prodigioso. Já começavam a fazer a Deus suas orações, a rezar com devoção o rosário de Nossa Senhora, e a confessar suas culpas no tribunal da penitência. Acabavam as rixas e os insultos; já se não ouviam juramentos nem mentiras nem obscenidades, e mostravam arrependimento das desordens de sua vida. Chegavam até à perfeição de sofrer de boa vontade o castigo de suas culpas nos bancos das galés. Assim se transformavam êstes homens há pouco tão empedernidos! Como em prémio da melhoria de costumes procuravam também os padres que lhes fôsse aliviada aos grilhetas a pena que cumpriam. Para muitos o alcançaram (1).

5, — O mais fino porém da sua caridade guardavam-no os religiosos da Companhia para o encargo sumamente doloroso que lhes incumbiam, de preparar para a morte e acompanhar até ao lugar do suplício aqueles a quem a justiça condenava à pena última. Com muita freqüência exercitavam êste melindroso ministério. Passavam geralmente três ou quatro dias e noites nas prisões ocupados em dispô-los para receberem a morte com resignação cristã. Naqueles lugares de repugnante e odiosa habitação comiam e dormiam, ou, para melhor dizer, nem comiam nem dormiam, porque o mais do tempo lho levava o cuidado daqueles infelizes (2).

Era tanta vez necessário trabalhar com insinuante paciência por lhes abrandar o ânimo endurecido e rebelde à graça divina, trocar-lhes o desespêro que os enraivecia, na esperança da felicidade eterna, acalmar-lhes os ímpetos de fúria provocados pela intimação da sentença, e persuadi-los suavemente à confissão das suas culpas no tribunal da penitência. Foram admiráveis as conversões que operou com o auxílio de Deus a destreza daqueles devotados sacerdotes, e arrancaram não raramente lances de heroísmo a homens bem pouco habituados, por sua condição ou vida criminosa, a rasgos de virtude sublime.

A um escravo que, por haver morto a seu senhor, fôra em Coimbra no ano de 1553 condenado a ser atenazado

---

(1) *Ob. cit.*, 276.
(2) *Litt. Quad.*, VI, 522.

vivo, decepado das mãos e enforcado, infundiram tal resignação e esfôrço as palavras do sacerdote, que, emquanto lhe premiam as carnes com tenazes, dava a Deus as graças porque antes da morte lhe concedera tempo de penitência; estendeu com grande ânimo e semblante sereno os braços ao algoz para que lhe cortasse as mãos, e no patíbulo encarou sem titubear os horrores da morte, esforçado com o pensamento da paixão de Cristo. Os assistentes pasmavam de tão heróica paciência (1).

Em Lisboa repetiam-se iguais exemplos de grandeza moral. Um, já sentenciado à fôrca, protestava com lágrimas e sinais de alegria, que de tão boa vontade marcharia para a morte como para as bodas. Outro caminhava alegre para o suplício e protestava que, assim como era semelhante ao bom ladrão no género de morte, assim queria sê-lo acompanhando a Jesus Cristo (2).

Em 1559 insinuou o bispo do Algarve aos Padres da Companhia que fôssem preparar para o suplício a alguns insignes facinorosos, que dentro de poucos dias haviam de ser justiçados na fôrca. Tão boa disposição conseguiram os padres meter nos corações daqueles homens calejados no crime, que, depois de bem se confessarem, receberam com ânimo imperturbado a notícia da morte a que eram condenados; antes êles mesmos pareciam escolher e desejar o suplício. Diziam-se afortunados porque Deus lhes comutara naquela morte de um momento os castigos eternos da outra vida.

Com um dêles fôra mais dificultosa a vitória da graça de Deus. Era o mais famoso pelos crimes que praticara. Ninguém ousava aproximar-se dêle para o converter ao arrependimento; mas um dos religiosos com tal arte se lhe insinuou na alma, e tais palavras lhe soube dizer, que logrou por fim transformá-lo noutro homem. Por sentença lhe haviam de ser decepadas as mãos; e êle impávido suportou o tormento horrível; e, emquanto lhe untavam com pêz fervente as feridas para estancar o sangue, sem proferir um ai,

(1) *Ob. cit.*, IV, 685-686. Coimbra, 30 de dezembro de 1553.
(2) *Ob. cit.*, V, 284, Lisboa, 30 de junho de 1557.
(3) *Ob. cit.*, VI, 277-278. Lisboa, 20 de julho de 1559.

erguia os olhos para o céu. Com igual valentia de alma arrostou e sofreu a pena última (³).

Nos famosos autos da fé, que em Portugal solenemente se começaram a celebrar desde que foi estabelecido o tribunal da Inquisição, tiveram os mesmos religiosos repetido ensejo de se empenhar na espinhosa e caridosíssima tarefa de consolar e confortar os padecentes. Preparavam também nas prisões os condenados para os sentimentos da resignação cristã; acompanhavam-nos do cárcere ao lugar da execução no fúnebre cortejo que atravessava as ruas da cidade apinhada de espectadores, assistiam-lhes no cadafalso até ao último momento, sustentando-lhes o esfôrço que não desfalecesse.

Em 1553 no auto da fé que se realizou em Évora, orçavam por trinta os penitenciados. Por dois dias lhes fizeram companhia na prisão os padres do colégio. A um que havia de ser queimado vivo tomou a seu cuidado o bondoso **P. Manuel Fernandes**; confessou-o no cárcere, reconciliou-o mais uma vez sôbre o cadafalso, e ali mesmo, a rôgo do inquisidor, proferiu um comovente sermão, que arrancou lágrimas aos ouvintes. Foi a primeira vez que um religioso da Companhia prègou em tão lúgubre ajuntamento [1]. Dois anos depois, no de 1555 em novo auto de fé, celebrado em Lisboa no princípio da quaresma, exercitaram os Padres da Companhia o mesmo acto de caridade. Foram oito os que morreram justiçados. Movidos pelos padres que da casa professa de S. Roque e do colégio de S. Antão acudiram a os ajudar, todos sofreram a pena última reconciliados com Deus [2].

No ano seguinte de 1556 repetia-se na Ribeira de Lisboa aquele espectáculo de morte. Os condenados eram quatro. A todos persuadiu o zêlo dos religiosos a aceitarem a morte não só com resignada paciência, mas com visível satisfação, e animosos e bemdizendo a Deus caminhavam com assombro dos espectadores para o lugar do suplício. Entre êles atraía particulares atenções um turco de nação, que anos antes recebera o santo baptismo. Apenas soube que estava senten-

---

(1) *Litt. Quad.*, II, 507; Polanco, IV, 510; Franco, *Imagem... Lisboa*, 150.
(2) *Litt. Quad.*, III, 400.

ciado a morrer nas chamas, entrou em tamanha fúria, que soltava brados horríveis de desespêro e saía-se em gestos desatinados. Não sofria que lhe falassem na confissão, e lançava de si a quantos lhe davam bons conselhos. Mas tanto pôde a caridosa insistência dos religiosos, que finalmente sossegou, abriu o coração à confiança em Deus e dava sinais de perfeito arrependimento (1).

No ano de 1558 renovava-se aos olhos dos cidadãos da capital a scena pavorosa, e quantos foram justiçados, subiram das chamas da fogueira para a felicidade do céu nas asas da penitência, como esperavam piamente os religiosos que lhes assistiam (2). Em 1559 outro auto de fé enlutou a Ribeira de Lisboa num domingo do mês de setembro. Cinco morreram nas chamas absolvidos de suas culpas. Dois pediram misericórdia confessando seu pecado por instâncias dos Padres da Companhia, e escaparam da fogueira (3).

Finalmente em Évora, numa das praças da cidade, saíram no ano de 1560 em auto da fé para cima de setenta penitenciados por diversos delitos e cinco condenados às chamas, três homens e duas mulheres, das quais uma, já sôbre o cadafalso, confessou as culpas e alcançou perdão. Acompanharam-nos o reitor da Universidade, **Leão Henriques** e mais quatro padres seus súbditos, e não deixaram de os aconselhar e esforçar, emquanto não terminou a longa e lastimosa solenidade. Só um dos supliciados expirou sem dar sinais de contrição (4).

Foram êstes os autos de fé do Santo Ofício, a que nos consta pelas relações daquela época terem assistido os religiosos da Companhia de Jesus. Noutros certamente tiveram parte, mas os documentos coevos não o conservaram em memória. O zêlo de apóstolos e a caridade compassiva os levava a suavizar, quanto em sua mão estava, as acerbas torturas de alma e corpo, que atormentavam aqueles des-

---

(1) *Litt. Quad.*, IV, 454-455; Polanco, VI, 736.

(2) *Litt. Quad.*, V, 962.

(3) *Litt. Quad.*, VI, 522-523.

(4) *Ob. cit.*, 853. Cf. Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja*, T. IV, P. III, pag. 380, 400.

venturados, nem exerceram na inquisição outros emprêgos durante o tempo de que ora nos ocupamos, senão êsse de pura misericórdia com os padecentes.

6. — Mas essa mesma dedicação foi talvez a que pôs em risco próximo os Padres da Companhia de terem de tomar a seu cargo o tribunal poderoso do Santo Ofício, e de virem a ser êles os inquisidores de Portugal. No mês de abril de 1555 manifestou D. João III ao P. Diogo Mirão, Provincial, o desígnio que meditava, de encarregar aos religiosos da Companhia de Jesus a inquisição de Lisboa, e perguntou-lhe se essa incumbência contrariava a Constituïção da Companhia. Mirão, cuja simplicidade parecia não alcançar a ver os inconvenientes de se entregar à sua Ordem tão melindroso encargo, não só não pôs dificuldades ao cumprimento da vontade real, mas respondeu que ao Instituto da Companhia não repugnava aquela ocupação e, demais, declarou-se pronto a executar quanto sua Alteza desejasse. Entretanto observou que seria mais acertado não aceitar o encargo em resolução definitiva sem prèviamente consultar ao P. Geral Inácio de Loiola, a não ser que outra coisa ordenasse o rei a quem tinha, da parte do mesmo Padre Inácio, ordem expressa de em tudo obedecer.

Em tal conjuntura assentou D. João III colocar à frente daquele tribunal um sacerdote da Companhia, e o bom Provincial, não sem manifesto regozijo, cuidou logo de escolher pessoa idónea para tão grande dignidade. Pôs os olhos no Padre Marcos Jorge, lente de casos de consciência e afamado canonista. O infante D. Luís e também a raínha D. Catarina apoiavam com tôda a sua autoridade a intenção do rei.

Só o infante D. Henrique, nêsse tempo inquisidor-mor, bem que se professava amigo da Companhia, e a princípio parecesse não discordar daquela idéia, começou de manifestar o seu desagrado. Declarava êle a sua persuasão de que a Companhia de Jesus se havia de desempenhar com honra de tão elevado e espinhoso cargo, mas via serem tão poucos em número os seus religiosos, que não bastavam a abranger, como convinha, tão variadas emprêsas; além disso receava que os superiores dela nunca viriam a consentir na isenção

que êle queria gozasse o inquisidor, e aduzia outros inconvenientes que tendiam a estorvar a resolução de D. João III. Mirão expôs ao rei as contrárias razões do Cardeal, e o rei achou-as de nenhum valor, segundo refere o Provincial, que tôdo aquele negócio colocou nas mãos do monarca.

Neste em meio avisou Mirão o Comissário Francisco de Borja e o Geral P. Inácio de quanto se tratara sôbre êste momentoso negócio, e lhanamente explicou os motivos que o inclinavam a comprazer com D. João III. Alguns padres a quem consultara, eram de parecer que sem demora se tomasse o cargo oferecido. Outros tinham por arriscado que se entrasse em emprêsa de tanta conseqüência antes de se consultar a opinião de Roma. «A mim, raciocinava Mirão, segundo meu fraco juízo, parece-me que nosso Padre há de folgar muito com êste cargo, e dar a Deus as graças por tão grande serviço que a Companhia nêle lhe pode fazer em país onde há tanta necessidade e faltam pessoas que o desempenhem como é conveniente. Mas por ser de tão vasto alcance, conheço que, se o rei o não mandara, teria sido mais prudente consultar para Roma e aguardar a resposta» [1].

Os que estavam pela opinião contrária ponderavam que os religiosos da Companhia, colocados naquele lugar, se tornariam muito odiosos; que o povo português lhes cobraria mêdo pela autoridade que acompanha o tribunal do S. Ofício, e que essa posição elevada não quadraria com a humildade que professavam. Demais insinuavam que os cristãos-novos pouco se aproveitariam dos ministérios daqueles mesmos religiosos pelo temor que lhes haviam de inspirar; que fugiriam de seus confessionários com o receio de que os acusassem, ou até podia suceder que algum dêles na prisão os caluniasse de quebrarem o sigilo sacramental [2].

Mirão, no empenho de ver inquisidores na Companhia, procurava desfazer a fôrça destas razões. Opunha êle que não era tôda a Companhia que entrava na posse daquele cargo, mas sòmente um ou dois de seus filhos para êle

---

(1) *Epist. Mixtae*, IV, 650. Carta de Diogo Mirão ao P. Francisco de Borja, de 20 de abril de 1555.

(2) *Ob. cit.*, pag. 651.

deputados; que também os frades dominicanos o tiveram sem escândalo para o povo, antes com muita autoridade; que esta raça de cristãos-novos era gente muito mal vista, e o castigo que lhes infligisse a inquisição, havia de ser recebido com grande aplauso; que o exercício dessa dignidade lhes granjearia mais segura benevolência e crédito perante o mundo, assim na vida como na doutrina; que muito perversos seriam os homens que lhes levantassem aquele falso testemunho; mas, se algum tivesse tal ousadia, o que bem raramente havia de acontecer, os mesmos testemunhos o convenceriam de falsidade ([1]). Assim discorria a simpleza de Mirão.

Inácio em Roma avaliou por ligeiro e precipitado o procedimento do Provincial que tão fàcilmente aceitava aquele pesado e perigoso encargo. Parecera-lhe a princípio que não ficava bem à Companhia a inquisição. Tinha esta o esplendor da dignidade, e a sua Ordem ajudava ao próximo pela via da humildade evangélica. Depois reflectindo mais de sobremão no assunto, começou a hesitar com a esperança que o afagava, de que talvez, se em Portugal os seus religiosos ocupassem o Santo Ofício, cessariam as perseguições, que em Espanha sofria da inquisição espanhola a Companhia de Jesus.

Para resolver o negócio com vagar e acêrto, nomeou em Roma uma comissão de padres de grande autoridade na Companhia, e encarregou-lhes que durante três dias deliberassem àcêrca daquela grave questão, e lhe desse cada um por escrito o seu parecer. Compunham a comissão os Padres Mestre Laines, Mestre Salmeirão e Mestre Bobadilha, Dr. Madrid, Dr. Olave e Polanco ([2]). Em substância assentou a comissão por maioria de votos que podia a Companhia de Jesus tomar a inquisição de Portugal.

Inácio conformou-se com esta decisão; mas, a julgar pela

([1]) *Ob. cit*, l. c.

([2]) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IX, 215, 226. Luís Gonçalves da Câmara escrevendo de memória muitos anos depois, não acerta com todos os nomes dos que formaram a comissão, e meteu entre êles o seu nome. Mas Luís Gonçalves sòmente deu informação aos membros da comissão para lhes facilitar a deliberação pedida. *Mon. Ignat.*, ser. 4.ª, I, 327.

carta que a comunicava para Lisboa, a vontade de D. João III, que êle tanto acatava, foi o que, sobre tudo o mais, preponderou em seu espírito. «A suma do que finalmente nos pareceu no Senhor, escreve êle a Mirão, é que tudo se ponha nas mãos de Sua Alteza, e lhe obedeçamos no que êle julgar devamos cumprir para glória de Deus. Porquanto, não repugnando êste cargo ao nosso Instituto, não deve a Companhia, que tôda se tem por obra de Sua Alteza, recusar êsse trabalho em coisa que tanto diz respeito ao serviço de Deus e à pureza da religião nesse reino» (1).

Em todo o caso lembrava a prudência de Inácio que, para evitar os muitos inconvenientes que poderiam ocorrer, se dignasse D. João III escrever carta ao Sumo Pontífice a suplicar-lhe ordenasse aos Padres da Companhia que tomassem sôbre si aquele encargo, mas insistia, em conclusão, recomendando mais uma vez «que se fizesse em tudo o que mais fôsse do agrado de Sua Alteza» (2).

Quando chegou a Portugal a carta de Inácio, escrita de Roma a 20 de junho de 1555, já se tinha felizmente dissipado esta tormenta de nova espécie, que ameaçara a Companhia de Jesus. O rei determinou-se a escolher para inquisidor da inquisição de Lisboa o dominico Fr. Jerónimo da Azambuja, que desde 1552 desempenhava o ofício de inquisidor em Évora. A causa por que não teve efeito a primeira vontade de D. João III, foi a prudente oposição do cardeal infante, a quem faziam fôrça os motivos que acima apontámos (3).

Mas, quando menos se esperava, partiu do mesmo cardeal novo perigo de haverem os religiosos da Companhia de subir à dignidade de inquisidores. Andava êle amadurecendo o desígnio de aumentar em Portugal o número das inquisições, e pensava acrescentar às de Lisboa e Évora, que já existiam, a terceira que teria sua sede em Coimbra. Para a prover de

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IX, 226-227. Carta de Roma, de 20 de Junho de 1555.

(2) *Ob. cit.*, l. c.

(3) Cf. *Epist. Mixtae*, IV, 643, 645, 646-651, 702; Polanco, V, 603-604; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, IX, 163, 185, 215, 224, 225, 226-227; *Cartas de San Ignacio*, V, 255-259; Franco, *Synopsis Ann.*, 1555, n. 9, 10. — Orlandini, XV, n. 100, e Teles, II, 10-11, referem inexactamente todo êste negócio da Inquisição.

inquisidores lembrou-se então dos religiosos que antes avisadamente afastara da de Lisboa. Escreveu ao infante D. Luís a pedir-lhe negociasse com o rei, que a Companhia se encarregasse da nova inquisição. Folgou o infante com o pedido, e falou a D. João III. Êste foi contente da proposta e escreveu ao cardeal seu irmão declarando-lhe o seu agrado.

Diogo Mirão exultou mais uma vez com a esperança de ver a sua Companhia autorizada com o lustre da dignidade inquisitorial. Não encontro porém mais minudências sôbre o decurso desta segunda negociação. O resultado final foi o que melhor convinha à Companhia de Jesus. Inácio, sabendo que se pretendia no inquisidor isenção da obediência da Companhia, julgou que se não devia aceitar o cargo em semelhantes condições. Assim o refere Polanco, reportando-se ao ano de 1556 (1).

7. — Outra obra de excelente caridade e talvez de heróica dedicação tiveram magnífico ensejo de a praticar os religiosos da Companhia. Deu-lho em 1562 o famoso cêrco de Mazagão em que os portugueses renovaram briosamente na luta contra os moiros as proezas dos tempos passados. Quando chegou a Lisboa a notícia do apêrto em que Mulei Abdalá punha aquela praça com um exército de cento e cincoenta mil homens, foi indiscritível o alvorôço que em Portugal se despertou, e tantos se levantaram no ímpeto patriótico de irem glorificar nas praias africanas o nome português, que foi necessário à raínha pôr côbro ao excessivo entusiasmo. O primeiro socorro levou-o Álvaro de Carvalho, capitão da fortaleza que era, na ausência dêle, comandada e defendida por seu irmão Rui de Carvalho.

Álvaro fêz as maiores diligências para conseguir alguns Padres da Companhia, que ajudassem espiritualmente a emprêsa, e a raínha com sua autoridade corroborou as instâncias do nobre comandante. Foram-lhe dados, para o acompanharem, os Padres **Gaspar Álvares** e **Marcos Nunes** e os Irmãos **Francisco de Figueiredo** e **Belchior de Paiva** (2).

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 513; Polanco, V, 604; VI, 19.

(2) Marcos Nunes, natural da ilha da Madeira, entrara na Companhia a 28 de janeiro de 1546; embarcou para a Índia em 1555, voltou para Por-

Em março daquele ano chegavam a Mazagão. Galhardamente se houveram todos quatro no fragor do acérrimo combate. Além de cuidarem o bem das almas, discorriam por entre os soldados esforçando-os para a resistência e animando-os a façanhas dignas do nome cristão e português. Foram tão assinalados os serviços prestados por estes religiosos, que de Mazagão escreveram para Lisboa ter sido êste o melhor socorro que Sua Alteza podia mandar àquela praça. A dois de maio partiram para Mazagão, com igual missão de caridade, mais dois religiosos da Companhia, **André de Carvalho** e **Belchior de Oliveira** [1].

No princípio de junho estavam já em Lisboa Marcos Nunes e Francisco de Figueiredo, que voltaram em companhia da maior parte dos doentes e feridos. Os outros continuaram na África para tratar dos muitos feridos e doentes que ainda ficavam, e para se ocuparem noutras obras de serviço de Deus. A acção dêles era necessária em Mazagão, como se escrevera para Portugal, e o Provincial Vaz de Melo deu-lhes ordem de Lisboa que a seu tempo viessem nas embarcações que haviam de trazer os enfêrmos. A caridade que exercitavam, achava-se bem com tal companhia [2].

8. — Os beneméritos religiosos porém não descuidavam nem sequer essa obra de caridade, que tende a curar uma das chagas mais ignominiosas da sociedade humana. De-feito muitas vezes se ocupavam de reduzir às leis da continência

---

tugal, e deixou a Companhia de Jesus em 1563. Cf. Nadal, I, 557; Laines, *Mon.*, VII, 512, 675. — Francisco de Figueiredo era coadjutor temporal. Nascera em Ázere no bispado de Coimbra, entrou na Companhia a 16 de agôsto de 1553 e faleceu a 30 de julho de 1576. Cf. Nadal, I, 705; Franco, *Synopsis Ann.*, 1576, n. 9. — Belchior de Paiva, também coadjutor temporal, do concelho de Paiva, alistou-se na Companhia no mês de setembro de 1558. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, catal. de 1565.

(1) Belchior de Oliveira era natural de Carrazedo do arcebispado de Braga, entrou pelos anos de 1555 na Companhia, onde tomou o grau de coadjutor espiritual; esteve na batalha de Alcácer-Quibir; depois de resgatado voltou a Portugal e faleceu no Pôrto em 1580. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 43, cat. de 1574; Franco, *Synopsis Ann.*, 1578, n. 3, 1580, n. 33. Sobre André de Carvalho veja-se L. II, C. VIII, pag. 466-467.

(2) Nadal I, 689-690, 697, 705; Franco, *Synopsis Ann.*, 1562, n. 1; fr. Luís de Sousa, *Vida de D. Fr. Bertolameu dos Martires*, L. II. C. XI.

cristã e do decoro aquelas infelizes que tanto contribuem com seus desvarios para a corrução dos costumes. Já no ano de 1543 o **P. Simão Rodrigues** agenciou em Coimbra a fundação de um Recolhimento, onde se recebessem e regenerassem as mulheres perdidas, que infamavam a cidade. Êle mesmo cuidava de as arrancar do lôdo em que viviam, e levar ao bom caminho; êle as instruía, êle redigiu os estatutos e leis para o acertado e proveitoso regulamento dessa casa de regeneração. Neste empenho foi muito auxiliado pelo zêlo e crédito do **P. Pôncio Cogordan,** emquanto demorou em Portugal (1).

Na mesma cidade dois anos mais tarde instituíu o bispo D. João Soares por insinuação dos Padres da Companhia uma casa de preservação para donzelas órfãs, cuja honestidade perigava por falta de honesto amparo. Depois de crescidas e bem educadas saíam do Recolhimento ou para contraírem honrado matrimónio ou para entrarem no mosteiro de alguma Ordem religiosa. Nos primeiros tempos tiveram os mesmos padres a incumbência da direcção espiritual das órfãs (2).

Com igual zêlo cuidavam em Évora da rehabilitação moral de tantas pecadoras públicas, recolhidas em casa, que a generosidade cristã de pessoas virtuosas fundara para aquele fim de tão nobre beneficência (3). Mas, para não descer a minudências, sòmente em resumo diremos que os religiosos da Companhia de Jesus não sòmente nos ministérios que exerciam em suas casas e colégios, mas também e com mais actividade nas missões que davam por todo o reino, se esforçavam por sanear a sociedade portuguesa extirpando êste vergonhosíssimo e pernicioso contágio.

9.—Mas, assim como se afadigavam em reconduzir à penitência as pecadoras que afrontavam a moral pública, assim também procuravam preservar da corrução a inocência das

---

(1) Mss. S. J., *Epp. NN.*, 78, f. 21. Carta de Diogo Mirão, Coimbra, em agôsto de 1543; Polanco, I, 120; Orlandini, IV, n. 55; Franco, *Synopsis Ann.*, 1543, n. 3.

(2) Polanco, I, 157-158; Franco, *Synopsis Ann.*, 1545, n. 9.

(3) *Litt. Quad.*, VI, 311, 983.

crianças. Refiro-me agora particularmente ao Colégio dos Meninos Órfãos, que em 1549 instituíu em Lisboa o piedoso D. João III, e os Padres da Companhia auxiliaram em seu princípio. Contemos brevemente a fundação dessa obra tão simpática e proveitosa.

Pelos fins de 1548 veio à côrte de Lisbôa um sacerdote catalão, de nome **Pedro Doménech**, abade do mosteiro de N. Senhora de Villabeltrán, de cónegos regrantes de S. Agostinho [1]. Trazia êle a sua mira em dinheiros que havia de receber ou assegurar, mas a Providência Divina encaminhou-lhe os passos para a realização de uma obra de insigne

---

(1) Pedro Doménech estivera por alguns anos em Roma na embaixada portuguesa ao serviço de D. João III, no tempo dos embaixadores D. Pedro Mascarenhas, Cristóvão de Sousa e Baltasar de Faria. Mascarenhas dá-lhe em 1540 o nome de «solicitador dos negócios e expedições» do rei de Portugal (*Corpo Dipl.*, IV, 294). Em 1542 veio à côrte de Lisboa informar D. João III dos negócios pendentes na cúria romana, e trazia de S. Inácio carta de boa recomendação para o P. Simão Rodrigues (*Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, I, 230).

Documentos coevos e escritores diversos afirmam que o abade catalão entrara na Companhia de Jesus. Aicardo no seu *Comentario*, IV, 208, está pela opinião contrária, e baseia-se num passo de Polanco, I, 447, que diz nunca Doménech levara a efeito os desejos que algum dia tivera de se incorporar na Companhia. O mesmo Polanco porém noutro lugar de sua crónica (III, 386, IV, 358), escreve que fizera os votos da Companhia de Jesus, e o próprio abade declara em têrmos expressos que fôra nela admitido em Gandia no ano de 1548, e como tal o recebera em suas casas de Portugal o P. Simão Rodrigues. «Alli mesmo, atesta Doménech, me acceptaron en esta santa Compañia del dulcissimo nombre de Jesus... é assi bien... el P. Mtro Simon me recebió en su casa e compañia» (*Epist. Mixtae*, I, 462). Conserva-se até a fórmula do voto ou promessa que emitira, de entrar na Companhia, como o faziam os escolásticos dela (*Epist. Mixtae*, I, 462[1]). Assim, conforme observa também Polanco (*Chronicon*, III, 429), no ano de 1553 ainda vivia *sub obedientia Societatis*.

Mas nesse mesmo ano recebeu sérios desgostos com as perturbações que agitaram a Província portuguesa, e saíu de Portugal muito arrefècido nas santas intenções de se recolher de todo na Companhia de Jesus (Polanco, III, 386, 429). Chegado a Barcelona em 8 de julho retirou-se ao seu mosteiro de Villabeltrán. Demais as dívidas e negócios da sua abadia o enredaram de modo, que antes de poder desembaraçar-se das coisas do mundo, o colheu a morte em 1 de novembro de 1560. Cf. *Epist. Mixtae*, III, 388, 389, 418, 660; Laines, *Mon.* V, 90; Franco, *Synopsis Ann.*, 1549, n. 3; *Cartas de San Ignacio*, II, 146[2].

caridade (1). Na côrte, instigado pelo santo zêlo em que ardia, falou a D. João III na perdição de tantos môços e meninos órfãos, que por morte de seus pais ficavam sem remédio, e insinuou-lhe em respeitosas e repetidas instâncias o grande serviço que faria a Deus, se instituísse um asilo ou colégio, onde êles se recolhessem e educassem para bem de suas almas e proveito da sociedade.

Comoveram-se com a lembrança os religiosos sentimentos do monarca, e determinou fundar para o fim proposto um colégio «debaixo da invocação e amparo do santíssimo Nome de Jesus» e dotá-lo de renda perpétua (2). Logo o rei e a raínha, que o acompanhava nas manifestações de piedade e religião, ordenaram ao P. Simão Rodrigues fizesse que o abade Pedro Doménech se ficasse em Portugal, que se queriam dêle servir em algumas obras pias. Depois por si mesmos instaram com o zeloso abade para o levar à mesma determinação, e êle, a-pesar dos negócios que o chamavam ao seu mosteiro, acedeu à vontade de Suas Altezas. Entre outras obras de excelente caridade encarregou-se Doménech da fundação do colégio para os meninos órfãos, cujo bem êle tinha tanto a peito (3). Pôs mãos à obra com amôr e entusiasmo.

De Almeirim, onde estava então a côrte nos princípios de 1549, foi para Lisboa a intender na emprêsa que se lhe confiava. D. João III mandou dar-lhe umas casas, que se erguiam na encosta do Castelo junto ao colégio de S. Antão da Companhia de Jesus, e tão cômodamente situadas, que se podiam comunicar por dentro os dois colégios. Desta maneira ficavam bem à mão os meninos órfãos para serem espiritualmente ajudados pelos Padres da Companhia (4). Tratou logo

---

(1) Cf. *Epist. Mixtae*, II, 90, 425; III, 418.

(2) Bibl. N. L., Pombalina, 741, f. 147. *Regimento do Colégio de Jesus dos Meninos Órfãos.*

(3) *Epist. Mixtae*, I, 465; II, 90.

(4) Cf. Bibl. P. Ebor., CVIII/2-9, pag. 65; Teles, I, 542; Cardoso, *Agiol. Lus.*, III, 847. — No século XVIII foi todo o colégio dos Órfãos reedificado desde os alicerces por ordem do rei D. José I, e já em 1754 estava concluída a obra (Baptista de Castro, *Mappa*, III, 437-438). O edifício era todo de cantaria; a parte que ainda hoje dá para a rua da Mouraria, «apresenta a singu-

o fervoroso catalão de procurar nas ruas de Lisboa os pequenos e novos moradores da sua casa. Não lhe faltaram estorvos à fundação, mas a destreza de Doménech logrou superar tôdas as dificuldades. «O princípio desta casa, contou êle mesmo, foi de moços perdidos, ladrões e maus, que em Portugal chamam patifes... O Senhor deu graça para se prinpiar, conquanto o demónio bem tenha trabalhado e trabalhe ainda para o estorvar» [1]. Foram sete os primeiros órfãos que escolhera entre os mais pobres da Ribeira de Lisboa. Com êles se realizou sòlenemente a inauguração do colégio no agôsto de 1549 [2].

O rei, a raínha, o príncipe e os infantes honraram com sua presença a solenidade. O santo abade tomava ânimo com o favor da côrte, e deu-se a os educar e ensinar com tal destreza, que os transformava em anjos, assim êle lhes chamava, e lhes granjeou a simpatia e edificação da sociedade portuguesa. O espírito em que os criava, era o genuíno da Companhia de Jesus, ao qual Doménech atribuía, escrevendo para Roma, o muito bem que dêles se conseguia e êles praticavam [3].

Para melhor lhes ordenar e dirigir a educação, deu-lhes regras e estatutos, por onde êles e o colégio se deviam re-

---

laridade de estarem as colunas que lhe fazem ombreiras com os capitéis a servir de base». *Guia de Portugal,* (Lisboa, 1924) pag. 269. Os órfãos desapareceram com as vicissitudes políticas, e o antigo colégio foi aplicado a outras destinações. Já no meado do século XVIII tinha poucos órfãos por falta de rendas (Baptista de Castro, *Ob. cit.*, l. c.).

(1) *Epist. Mixtae*, II, 504. Carta de Doménech a S. Inácio, de Almeirim, a 17 de fevereiro de 1551.

(2) Segundo se lê no *Regimento do Collegio dos Meninos Orphãos* (B. N. L., Pombalina, 741, f. 147) no dia 15 de agôsto de 1549 é que D. João III constituíu a Doménech reitor do colégio. Cardoso, *Agiol. Lus.*, III, diz que no dia 19 de agôsto daquele ano foi o caridoso abade à Ribeira de Lisboa escolher sete moços para fundamento da casa dos Órfãos. Doménech ainda fundou mais algumas casas de meninos órfãos em Coimbra, em Tomar, Portalegre, Castelo de Vide e Setúbal. Só nos referimos particularmente à de Lisboa, porque só dela nos consta que se tenham ocupado os Padres da Companhia. Cf. Mss. S. J., *Lus.* 60, f. 61; *Epist. Mixtae*, II, 511; Franco, *Synopsis Ann.*, 1553, n. 12; Bibl. N. L., Fundo Geral, n.º 145, f. 341 segg.

(3) *Epist. Mixtae*, II, 425; Polanco, II, 696.

ger, e vestiu-os de hábito branco, como símbolo da pureza e inocência que haviam de guardar. O hábito branco vestiam-no os órfãos quando saíam fora do colégio, ou iam ao côro e capela, nos domingos e festas, cantar às missas e vésperas. Tinha sôbre o peito do lado esquerdo uma cruz vermelha; apertavam-no à cinta com uma correia preta, e na cabeça traziam chapéu branco de cordões da mesma côr. Em casa usavam hábito de serguilha parda (1).

Cresceu o colégio com a aceitação que despertava, e em 1551 já os órfãos se contavam por cento e sessenta. Era espectáculo muito para ver a compostura e boas maneiras daqueles meninos, há pouco tão grosseiros, esquivos e intratáveis. Em tôdas as partes atraíam com suas vestes cândidas os olhares e a simpatia das gentes ou em Lisboa, que tôda percorriam pedindo esmola para mantenimento do colégio, ou nas demais terras do reino por onde o zeloso mestre e educador os levava ou mandava em piedosa e apostólica peregrinação (2).

---

(1) Cf. *Regimento*, c. VIII; *Mon. Ignat;* ser. 1.ª, XII, 405.

Até ao princípio do século dezassete governou-se o colégio pelos estatutos e tradições que lhes deixou o fundador Pedro Doménech. Êle os mencionou em carta de 17 de fevereiro de 1551 lembrando ao P. Inácio *as regras e estatutos* que seus órfãos guardavam (*Epist. Mixtae*, II, 504). Mas em 1615 o rei Filipe II de Portugal deu-lhes mais desenvolvidos e bem ordenados estatutos no *Regimento do Collegio de Jesus dos Meninos Orphãos* que por estes termos começa: «Eu el-Rey faço saber aos que este meu Regimento virem que mandando hora vizitar o collegio de Jesus dos meninos orphãos desta cidade de Lisboa, que o Senhor Rey D. João meu tio... fundou... hey por bem... se guarde o Regimento seguinte ...». O Regimento estende-se por 22 capítulos e tem a data de vinte de agôsto de 1615.

(2) Para instruir aos seus órfãos no modo de se haverem nestas peregrinações, publicou Doménech um opúsculo com o título: *Avisos de como os proves orfãos de Jesu se hão de aver nas peregrinações e romarias que fizerem. E outras doutrinas e considerações muy proveitosas e necessarias. Feitos pelo reverendo padre Pero Domeneco Reytor delles.* No prólogo bem manifesta o abade o terno e dedicado amor que tinha àqueles seus meninos. «Filhos meus muy amados, diz, e gerados no dulcissimo sangue do humilde cordeiro Christo Jesu. Ho amor grande que em ho Senhor vos tenho me faz continuamente cuidar como vos poderey melhor aproveitar em as cousas do serviço de Deos e bem das vossas almas». Cf. Sousa Viterbo, *A Literatura Espanhola em Portugal*, (Lisboa, 1915) pag. 261-262.

Causava maravilha o fruto que o abade fazia com os seus órfãos, e o entusiasmo que excitava onde quer que chegava cercado pelo seu branco e buliçoso esquadrãozinho. Em 1550 levou a Coimbra quarenta e sete dêstes meninos, lançou-os a prègar e ensinar a doutrina pelas ruas e praças, e foi grandemente salutar a impressão que produziram na cidade [2]. À vila de Almeirim, quando nela estanciava a côrte, se dirigiu com uma turma de vinte. Ali representaram deante da família real à maneira de auto pastoril as alegrias da noite de Natal e a perda do Menino Jesus no templo com tanto garbo e elegância, que fizeram o enlêvo de quantos assistiam. Nas três semanas que se demoraram na vila, ganharam de tal modo as boas graças do rei e da raínha e dos nobres da côrte, que todos se maravilhavam daqueles meninos, e muitos os pediam, quem um, quem dois e três para os terem por algum tempo em suas casas, a-fim de ensinarem a doutrina aos filhos da família, aos criados e escravos [2].

As peregrinações que empreendiam a diversos santuários, convertiam-nas em missões frutuosas. Recitavam tôdas as noites nas igrejas a santa doutrina e a paixão de Jesus Cristo com tanta comoção e lágrimas dos assistentes, que de ordinário se seguiam notáveis conversões. Se entravam numa casa, onde descobriam discórdias, lançavam-se de joelhos a pedir que todos se fizessem amigos, e não se levantavam emquanto não obtinham a paz; se ouviam juramentos, repreendiam os que se desmandavam, e não conseguindo a emenda, tomavam seu bordão e chapéu e despediam-se, dizendo que não podiam estar em casa, onde se ofendia a Nosso Senhor [3]. Mas chegou mais longe ainda a virtude apostólica dêstes òrfãozinhos.

No ano de 1550 enviou Doménech, por insinuação real, sete dêles com os missionários da Companhia às terras do Brasil, onde fizeram bem maravilhoso, com o ensino da santa doutrina, àquela nascente cristandade [4]. Em 1551 es-

---

(1) *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 405.
(2) *Epist. Mixtae*, II, 505-508.
(3) *Ob. cit.*, pag. 509-510.
(4) *Ob. cit.*, pag. 504.

colheu nove que destinou às missões da Índia, para onde se foram embarcar atravessando as ruas de Lisboa apinhadas de povo, que acudira àquele novo espectáculo. «Eram estes no seminário de Lisboa, escreve o autor do *Oriente conquistado*, os mais provectos na virtude e primeiras letras, destros nas solfas e variedade de instrumentos músicos, e vinham para se fazer ministros idóneos do Evangelho, criados à sombra e com a doutrina da Companhia. Estes foram os primeiros mestres da capela do seminário de Goa e os primeiros que na Índia, imitando os nove coros dos anjos, serviram ao culto divino, oficiando as missas a canto de órgão. Na viagem despertaram a devoção e piedade dos navegantes na doutrina que se fazia todos os dias, e os alegravam com cantigas devotas, cuja novidade e melodia fêz desaparecer as profanas» (1).

Dois anos depois navegaram três para a missão do Congo. Um dêles faleceu de doença; os outros, depois de grandes trabalhos e sofrimentos, voltaram a Portugal e foram recebidos na Companhia de Jesus. Era edificante o fervor e devoção infantil com que pediam e aceitavam ser enviados às missões de além-mar, e comovedoras as lágrimas dos que não alcançavam ser companheiros dos que partiam (2). Com estes sentimentos se criavam, e assim se transformavam em apóstolos os marauzinhos vàdios da Ribeira de Lisboa!

O abade Doménech fêz as maiores diligências para que a Companhia de Jesus tomasse sôbre si o govêrno e administração do colégio, que se denominava de Jesus dos Meninos Órfãos (3). Mais de uma vez suplicou a Inácio houvesse por bem que os seus filhos de Portugal tomassem à sua conta aquela obra de tão boas esperanças e a encomendasse com muita eficácia ao P. Mestre Simão. Inácio primeiro foi

(1) Sousa, *Or. Conq.*, P. I, C. I, D. I, § 60. Cf. *Mon. Xav.*, II, 767.

(2) *Epist. Mixtae*, II, 491, 504, 531, 533; *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XII, 514; *Cartas de San Ignacio*, III, 531, 533; Cardoso, *Agiol. Lus.*, III, 875; Franco, *Synopsis Ann.*, 1550, n. 6., 1551, n. 11.

(3) Doménech deu alguma vez aos órfãos o nome de *Meninos da Doutrina*; e alguns escritores denominam o orfanotrófio *Casa ou Collegio dos Orphãos de Jesus*. Cf. *Epist. Mixtae*, II, 511, 531, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumario... de Lisboa*, f. Diii; Cardoso, *Agiol. Lus.*, III, 874.

de opinião que se aceitasse, porque tal obra de beneficência cristã não desdizia da profissão da Companhia de Jesus, e podia tornar-se em fonte de numerosas e bem preparadas vocações. Depois por informações que novamente recebeu, limitou-se a conceder que se encarregasse a Companhia da direcção espiritual do orfanotrófio, se porventura tivesse sujeitos bastantes para mais êsse pêso, e não houvesse de ficar sob a dependência de nenhuma confraria ou associação.

Entretanto transmitiu o P. Mirão ao mesmo P. Inácio a série de razões por que lhe parecia não convinha à Companhia de Jesus o encargo dos órfãos. Moviam o Provincial a êste parecer, além de outras dificuldades, a falta de pessôas habilitadas para a administração de tais colégios, e a míngua de meios para sua manutenção, e de casas próprias em que os órfãos habitassem. Mas observava o bom religioso que, se acaso se entendia por superintendência espiritual sòmente o trabalho das confissões daqueles meninos, de boa vontade o tomariam seus súbditos, como desde a fundação do orfanotrófio o tinham feito (1).

A Inácio não desagradaram as razões do P. Mirão, e respondeu que por então se faria o que se pudesse. Finalmente em 1555 decidiu que nas actuais circunstâncias não podia confiar-se à Província de Portugal o cuidado daquela obra. Nessa mesma ocasião enviava de Roma o P. Luís Gonçalves da Câmara, e o encarregava de informar sôbre êsse negócio. Em conclusão não pôde a Companhia de Jesus aceitar a incumbência do colégio dos Meninos Órfãos (2).

Doménech deixou Portugal nos meados de 1553 e foi-se para a sua abadia de Villabeltrán, e o Dr. António Pinheiro recebeu a direcção da benemérita obra em que o virtuoso abade pusera o melhor de sua actividade e afeição (3).

---

(1) Mss. S. J., *Lus.* 60, 51. Documento original.

(2) Cf. *Epist. Mixtae*, II, 510, 535; III. 416-417; *Mon. Ignat.:* ser. 1.ª, II, 416, III, 506, IV, 465, 548, 549, V, 123, VIII, 449; Polanco, II, 696, IV, 560; Aicardo, *Comentario*, IV, 208-209.

(3) *Epist. Mixtae*, III, 388; Cardoso, *Agiol. Lus.*, III, 875; Franco, *Synopsis Ann.*, 1553, n. 12.

Sejam os factos referidos o bastante para avaliarmos o empenho com que os religiosos da Companhia de Jesus, unindo constantemente aos ministérios espirituais as obras de caridade e misericórdia, na medida de suas fôrças procuravam, segundo o conselho do Apóstolo das gentes, fazer-se tudo a todos.

No segundo volume dêste primeiro tômo descreveremos ao leitor, com as tribulações que afligiram internamente a Província de Portugal, as acções de maior lustre em que ela demonstrou a sua vocação apostólica.

ÍNDICE GERAL

LIVRO PRIMEIRO

FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS

CAPÍTULO I

S. INÁCIO E OS SEUS NOVE COMPANHEIROS

CAPÍTULO II

O P. SIMÃO RODRIGUES E OS PRIMEIROS FUNDAMENTOS DA COMPANHIA DE JESUS

CAPÍTULO III

APROVAÇÃO E CONFIRMAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS E PRIMEIRO DESENVOLVIMENTO DA SUA ACTIVIDADE

CAPÍTULO IV

AS CONSTITUÏÇÕES DA COMPANHIA

CAPÍTULO V

EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS

CAPÍTULO VI

A COMPANHIA DE JESUS JULGADA PELOS CONTEMPORÂNEOS NOS PRIMEIROS VINTE ANOS DA SUA EXISTÊNCIA

LIVRO SEGUNDO

ESTABELECIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL. 1540-1560

CAPÍTULO I

PRIMEIROS PORTUGUESES QUE AJUDARAM A INÁCIO NA FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS

CAPÍTULO II

ENTRA A COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL

CAPÍTULO III

FRANCISCO XAVIER E SIMÃO RODRIGUES

CAPÍTULO IV

PRIMEIRAS FUNDAÇÕES EM PORTUGAL

CAPÍTULO V

A PROVA DA VIRTUDE

CAPÍTULO VI

PEDRO FABRO E ANTÓNIO DE ARAOZ EM PORTUGAL

CAPÍTULO II

VIDA DOMÉSTICA

CAPÍTULO III

SIMÃO RODRIGUES E INÁCIO DE LOIOLA NA FORMAÇÃO DE SEUS SÚBDITOS EM PORTUGAL

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO LITERÁRIA E SCIENTÍFICA DOS RELIGIOSOS DA COMPANHIA EM PORTUGAL

LIVRO QUARTO

ACTIVIDADE APOSTÓLICA

CAPÍTULO I

MINISTÉRIOS SACERDOTAIS NAS CASAS E COLÉGIOS DA COMPANHIA

CAPÍTULO II

MISSÕES EM PORTUGAL

CAPÍTULO III

OBRAS DE CARIDADE

CORRIGENDA

Pag. XXIII, l. 8	Leia-se:	abruptamente
» XLV, l. 19	»	Marçal de Gouveia
» LXI, l. 20	»	D. Fernando de Fárão,
» LXIV, l. 18	»	haja outras, com
» 36, l. 16	»	Pascásio Broet
» 86, l. 9, f.	»	Vicente Carafa
» 100, l. 12	»	Francisco Bandini
» 104, l. 7	»	cardeal Contarini
» 139, l. 6	»	Passemos ràpidamente
» 166, l. 4	»	nódoas da culpa (1).
» 166, l. 5, f.	»	de Lúcifer.
» 285, nota (2), l. 6	»	de Rusiona...».
» 285, nota (2), l. 7	»	*Rüsköi Kechan*,
» 368 nota (1), l. 4	»	foi condenado
» 640, l. 14	»	as escravizava.